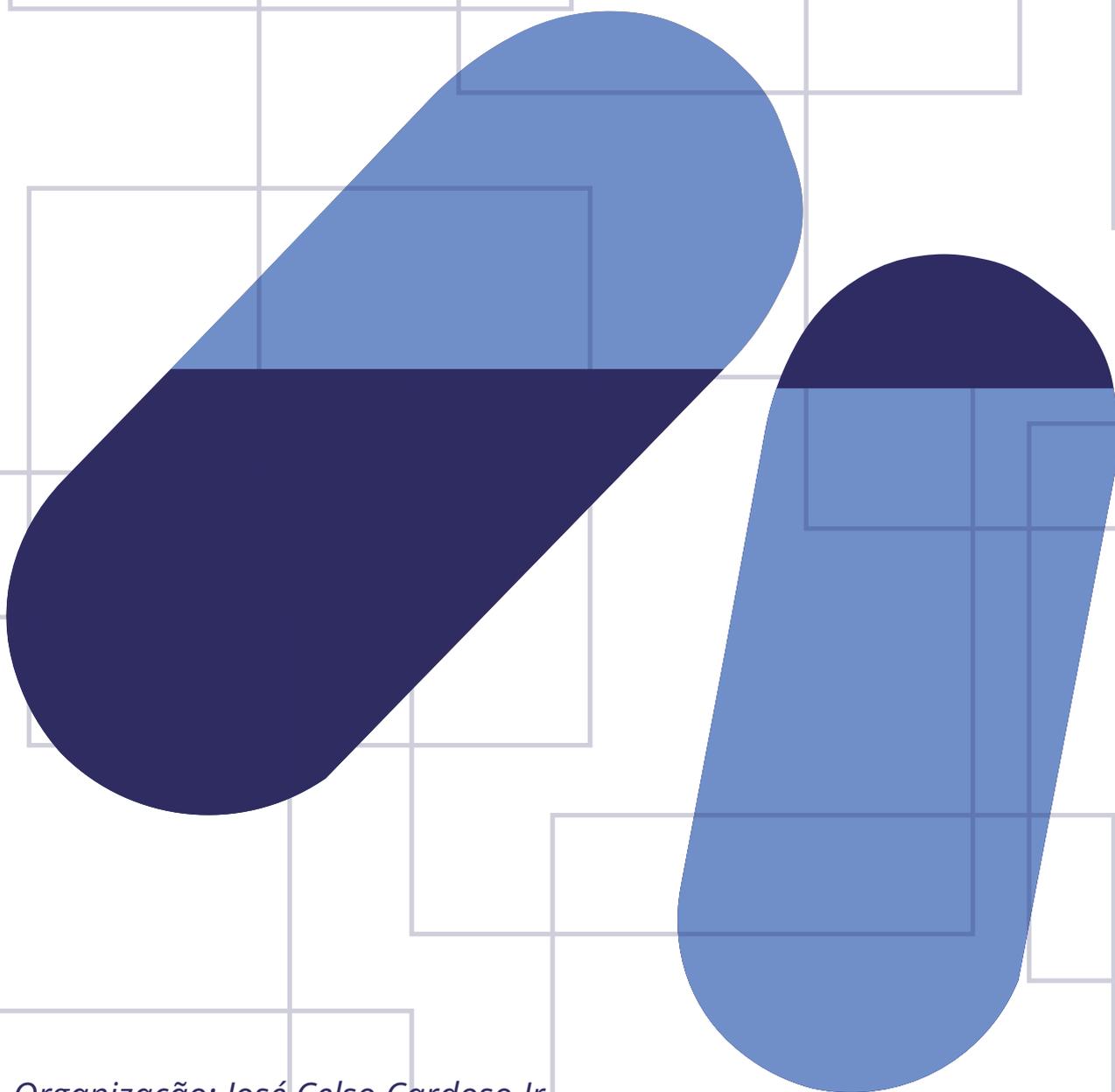


PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO



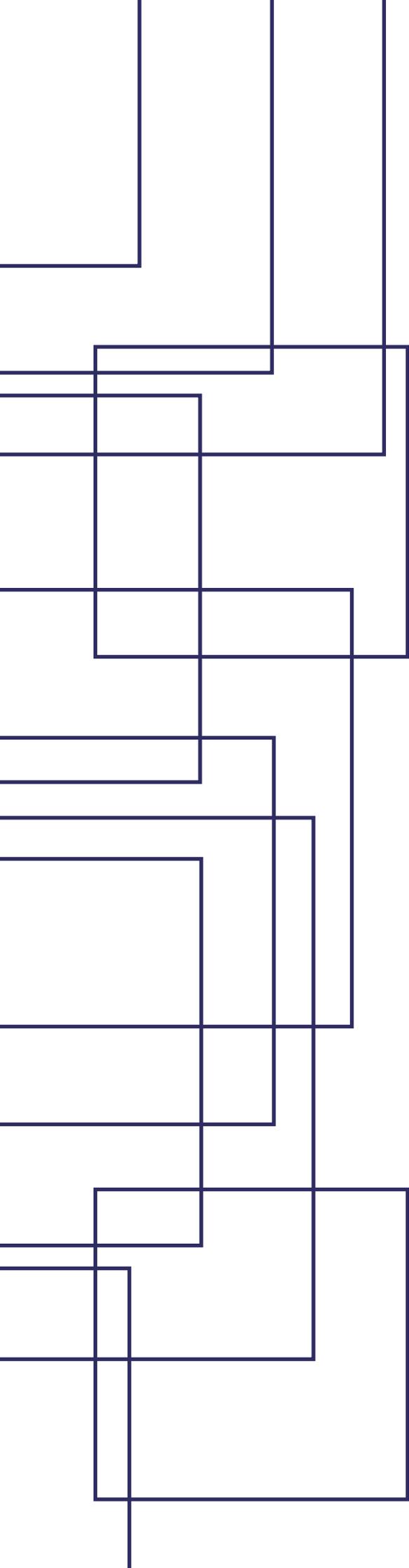
Organização: José Celso Cardoso Jr

**Ensaio sobre a
distopia brasileira**

Afipea-Sindical 2021

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea



DISTOPIA

substantivo feminino

1.
Lugar ou estado imaginário em que se vive em condições de extrema opressão, desespero ou privação; antiutopia.
2.
A distopia, no grego antigo, significa literalmente "lugar ruim". A palavra é usada para descrever um lugar, uma época, uma comunidade ou uma sociedade imaginários onde se vive de forma precária, sofrida, sob um regime autoritário e muito desespero.

DADOS CATALOGRÁFICOS

ORGANIZAÇÃO

José Celso Cardoso Jr.

PROJETO GRÁFICO

Matheus Natan Martins Dutra, Henrique Euzébio
Alves e Gustavo Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pílulas de bom-senso [livro eletrônico] : ensaios sobre a distopia brasileira / organização José Celso Cardoso Jr. -- Brasília : Associação dos Funcionários do Ipea, 2021. PDF

Vários autores. Bibliografia

ISBN 978-65-994701-6-5

1.Ciências sociais 2.Ciências sociais - Brasil 3.Democracia 4.Distopias na literatura 5.Economia 6. Sindicatos - Brasil 7. Sindicatos I. Cardoso Junior, José Celso.

21-89934

CDD-306.2981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ensaio : Ciências sociais 306.2981
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

ENSAIOS SOBRE A DISTOPIA BRASILEIRA E UMA PROPOSTA PARA A REFUNDAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL. <i>Por José Celso Cardoso Jr.</i>	6
PÍLULAS 1 DESDEMOCRATIZAÇÃO, AUTOFLAGELO E BARBÁRIE: GUIA PARA ENTENDER A CRISE BRASILEIRA E OUSAR ALTERNATIVAS CIVILIZATÓRIAS. <i>Por Roberto Xavier</i>	13
PÍLULAS 2 DESCONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL: O FRACASSO DO PROJETO LIBERAL E ALTERNATIVAS PROGRESSISTAS PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA E O PLANEJAMENTO PÚBLICO. <i>Por José Celso Cardoso Jr.</i>	96
PÍLULAS 3 A PARTILHA DO BUTIM: NEOLIBERAIS E PATRIMONIALISTAS LUCRAM COM O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO. <i>Por Vladimir Nepomuceno</i>	215
PÍLULAS 4 CRONOLOGIA DA DESTRUIÇÃO: RISCOS DO GOVERNO BOLSONARO E O QUE FAZER PARA PACIFICAR O PAÍS. <i>Por Antônio Augusto de Queiroz</i>	312
PÍLULAS 5 APONTAMENTOS CRÍTICO-PROPOSITIVOS AO SUBSTITUTIVO DO SENADO PARA A PEC 186/2019 DITA EMERGENCIAL. <i>Organizado por José Celso Cardoso Jr.</i>	374

PÍLULAS 6 422

CRÔNICAS TRAGICÔMICAS DE UM DIPLOMATA RESISTENTE.

Por Ereto da brocha, OMBUDSMAN

PÍLULAS 7 483

O SISTEMA DE JUSTIÇA EM TEMPOS DE OPERAÇÃO LAVA JATO: FARSA, PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E ARRANJOS ANTIDEMOCRÁTICOS.

Por Tânia Maria S. de Oliveira

PÍLULAS 8 542

RUMO AO ABISMO- E DEPOIS: O BRASIL DO GOLPE A BOLSONARO.

Por Luis Felipe Miguel

PÍLULAS 9 Partes I e II 634/
747

DE TEMER AO PODER HEGEMÔNICO DO CENTRÃO: 2015 A 2021.

Por Rudá Ricci

PÍLULAS 10 863

O MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO E O FUTURO DA ATUAÇÃO SINDICAL NO BRASIL.

Por Clemente Ganz Lúcio

PÍLULAS 11 971

GOVERNO BOLSONARO: DEFORMAS E RETROCESSOS.

Por Paulo Kliass

PÍLULAS 12 1011

HISTÓRIA, POLÍTICA PARTIDÁRIA & FEMINISMO.

Por Patrícia Valim

PÍLULAS 13 1148

PEC 32/2020: RAZÕES PARA DERROTÁ-LA.

Por José Celso Cardoso Jr.

ENSAIOS SOBRE A DISTOPIA BRASILEIRA E UMA PROPOSTA PARA A REFUNDAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL

José Celso Cardoso Jr.¹

O Brasil encontra-se, mais uma vez em sua história, diante de desafios e escolhas irreconciliáveis. Ou se submete aos processos de moralização arcaica dos costumes, valores antidemocráticos e criminalização da política, sindicatos e movimentos sociais, ou se levanta e luta. Ou adota o caminho da mediocridade e da subalternidade econômica, política e social, mas também intelectual, moral e cultural, ou se reinventa como nação para reescrever o seu próprio destino histórico.

Na quadra histórica distópica em que a humanidade se encontra desde princípios do século XXI, já parece claro o colapso (ou ao menos algumas tendências nítidas de grande enfraquecimento institucional e disfuncionalidades práticas) das regras gerais de organização, regulação e funcionamento dos sistemas (econômicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais) dominantes em escala planetária.

Em termos econômicos, o modo de produção, acumulação e exclusão

capitalista domina hoje praticamente todos os espaços mundiais e até mesmo todas as esferas da vida coletiva e domiciliar/familiar. Hoje em dia, tudo é mercadoria; tudo é mercadoria sob a forma monetária. A expressão *financeirizada* das formas de produção e acumulação do valor representa o outro lado do processo crescente e aparentemente irreversível de redundância/desemprego estrutural do trabalho vivo. Deste modo, o desemprego aberto de longa duração e todas as demais formas de subemprego e trabalho precário que hoje percorrem os países do mundo, com todas as consequências humanas que isso representa numa economia/sociedade que depende da fruição da renda monetária para se realizar, são a forma de manifestação mais visível do fracasso do modelo capitalista em sua tentativa de organizar, regular e fazer funcionar, em escala global e intertemporal, as diversas dimensões econômicas e sociais do cotidiano das pessoas.

Por sua vez, do ponto de vista político-institucional, vive-se neste século XXI uma crise sem precedentes nos sistemas democráticos representativos. A olhos vistos, parece que nunca foi tão grande a distância entre as necessidades e anseios dos diversos grupos populacionais e a (baixíssima) capacidade de representação política e de respostas institucionais adequadas dos governantes. Por outro lado, apesar das deficiências notórias dos sistemas representati-

1 Doutor em Economia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atualmente é Presidente da Afipea-Sindical.

vos da atualidade, há fortes resistências dos poderes econômico, social e político constituídos a quaisquer tentativas de experimentação política, por meio de modelos alternativos de democracia participativa ou deliberativa, que impliquem maior protagonismo popular de grupos sociais historicamente excluídos. E isso, mesmo considerando o enorme potencial participativo presente nas novas tecnologias de comunicação e de produção e circulação de informações, as quais, na ausência quase completa de regulação pública em âmbito internacional, notoriamente em países periféricos como o Brasil, vem sendo apropriadas e usadas por pessoas, grupos e empresas para confundir, obscurecer e manipular realidades e situações, disseminando o caos comunicacional e reproduzindo heterogeneidades e dependências em escala ampliada.

Com o dito até aqui, já ficam claras a amplitude e a profundidade dos problemas sociais, culturais e ambientais que decorrem do aparente colapso civilizatório em curso. É deste cenário desolador que se deve partir para o repensar acerca do peso e papel do Estado nacional (e da função pública) na contemporaneidade, sobretudo em suas interrelações com os mundos econômico, político, social, cultural e ambiental em franca deterioração nos dias que correm.

Neste sentido, o livro **Pílulas de Bom Senso: use sem moderação – ensaios sobre a distopia brasileira**

(Afipea-Sindical, 2021) reúne pequenos artigos publicados, isoladamente, entre 2016 e 2021, por grandes nomes do pensamento social brasileiro, os quais não se furtaram ao convite de organizá-los em cadernos especiais da série levada a cabo pela Afipea ao longo do último biênio, e agora sequenciados neste livro.

Roberto Xavier, José Celso Cardoso Jr., Vladimir Nepomuceno, Antônio Augusto de Queiroz, Ereto da Brocha (o cronista misterioso do Itamaraty, apud Paulo Roberto de Almeida), Tânia Maria S. de Oliveira, Luis Felipe Miguel, Rudá Ricci, Clemente Ganz Lúcio, Paulo Kliass e Patrícia Valim, acompanhados ou não de colaboradores e coautores, protagonizam reflexões críticas, mas também propositivas, acerca desses 5 anos trágicos da vida político-institucional brasileira. E o fazem desde perspectivas teóricas, políticas e institucionais as mais diversas, o que confere a este livro um caráter peregrino, um verdadeiro registro fático e interpretativo que vai muito além dos temas de conjuntura que foram a motivação original de cada um dos artigos de opinião antes publicados de forma efêmera em diversos veículos isolados de mídia.

Em comum, ousa dizer que pela abrangência, profundidade e velocidade da destruição nacional em curso desde 2016, aspecto este evidente em praticamente todos os capítulos deste livro, a reconstrução do país será obra para uma geração inteira ou mais de cidadãos e cidadãs, cientes de que um Plano

de Refundação do Brasil, para além do seu Bicentenário da Independência (1822/2022), deveria enfrentar os seguintes pontos cruciais, dentre muitos outros, evidentemente:

1. 1. Nova Comissão da Verdade, ou outro nome mais adequado para apurar e julgar os crimes do governo Bolsonaro contra o seu próprio povo e instituições

2. Referendo Revogatório das principais medidas legislativas aprovadas desde 2016, por terem sido formuladas e implementadas em contexto hoje sabidamente ilegal, imoral e ilegítimo, além de possuírem caráter antipopular, antinacional e antidesenvolvimento.

3. (Re)ativação das capacidades estatais de planejamento governamental e de coordenação estratégica (inter e intra setorial, territorial e social) das políticas públicas nacionais e dos investimentos público-privados. Neste particular, é preciso compatibilizar a sustentabilidade empresarial de longo prazo com a função social pública das estatais, já que a eficiência microeconômica de curto prazo não pode estar acima da eficácia macroeconômica e da efetividade social nos médio e longo prazos.

4. Nacionalização, reestatização e/ou criação de novas empresas estatais estratégicas e/ou empresas mistas de controle público, visando a retomada do poder decisório sobre políticas fundamentais ao crescimento

econômico e ao desenvolvimento nacional.

5. Reforma Tributária/Fiscal progressiva na arrecadação e redistributiva nos gastos públicos.

Desfinanceirização da Dívida Pública Federal. Revisão das Regras Fiscais e Monetárias vigentes (teto de gastos, regra de ouro, superávit primário e relação STN-BC) para uma melhor e mais efetiva governança orçamentária, vale dizer: orçamentação, alocação, monitoramento, avaliação e prospecção dos gastos públicos.

6. Inovação e Gestão Pública

Democrático-Participativa: governo digital, dimensionamento, planejamento e profissionalização da força de trabalho, monitoramento, avaliação e gestão do desempenho institucional e das competências profissionais. Medidas para democratização da gestão pública: reforço dos princípios e mecanismos ligados ao mérito, transparência, autonomia, inovação, mobilidade e responsabilidade, tanto em nível individual como organizacional. Medidas para aperfeiçoamento cotidiano da gestão pública: instauração e difusão de novas tecnologias de informação, (tele)trabalho, gestão e comunicação intra e inter pessoais e organizacionais no âmbito do setor público e em suas relações com o mercado e a sociedade.

7. Relações de Trabalho no Setor Público: regulamentação dos direitos e condições de negociação coletiva e greve no setor público nacional. Medidas de profissionalização e valo-

rização da ocupação no (e do) serviço público, tais que uma verdadeira política de recursos humanos para o setor público brasileiro – que leve em consideração de modo articulado e orgânico as etapas de seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentação – esteja ancorada e inspirada pelos valores e princípios da república, da democracia e do desenvolvimento nacional.

8. Criação da CLS (Consolidação das Leis Sociais), Modernização Progressista da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do RJU (Regime Jurídico Único).

9. (Re)adequação do peso e papel institucional dos Controles Burocráticos (interno e externo) do Estado e (Re)institucionalização da Participação Social como método de governo. Medidas para conferir mais e melhor transparência dos processos decisórios intragovernamentais e nas relações entre entes estatais e privados, bem como sobre resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas de modo geral. Este é um dos principais campos de atuação republicana contra a visão moralista e punitivista de combate à corrupção no país. Medidas para estimular mais participação social e melhor controle público sobre os poderes da União (Executivo, Legislativo, Judiciário) e Ministério Público, nos três níveis da federação. O empoderamento social no âmbito de conselhos e outras instâncias de compartilhamento de poder no

âmbito dos três poderes constitucionais (e Ministério Público) é condição fundamental para o reequilíbrio de poder e valorização da esfera pública no país.

10. Regulação e desconcentração econômica dos veículos de mídia, mais democratização e melhor controle social sobre os meios de comunicação (públicos e privados) em operação no país. Sem uma mídia plural e ativa, responsável por mais e melhores informações ao conjunto da população e tomadores de decisões, a democracia não pode se realizar plenamente.

11. Refundação do modelo político-partidário representativo e (re)institucionalização de modelos democráticos de cunho participativo e deliberativo para a manifestação pública de interesses coletivos, arbitragem e resolução de conflitos em arenas e processos democráticos, além de legitimação política das decisões acordadas. Para tanto, são necessárias medidas para uma reforma político-partidária que impliquem maior convergência entre representação parlamentar e representados, bem como maior alinhamento ideológico e programático entre partidos e eleitores. Neste campo, o financiamento público exclusivo e a baixo custo das campanhas eleitorais é primordial. Do ponto de vista de uma maior e melhor participação e deliberação social direta, são necessárias medidas que impliquem maior institucionalização, ativação e responsividade dos conselhos, conferências, audiências e ouvidorias públicas, fóruns de discussão e grupos de traba-

lho na interface entre Estado, políticas públicas e sociedade civil. Tais instâncias podem e precisam avançar qualitativamente como espaços de deliberação sobre questões estratégicas e diretrizes de políticas públicas. Adicionalmente, são necessárias medidas que impliquem maior disseminação, uso e responsabilização dos instrumentos e mecanismos diretos de democratização das decisões coletivas, tais como o referendo, o plebiscito e as proposições legislativas de iniciativa popular. Esta ampliação da prerrogativa de convocação de plebiscitos, referendos e consultas populares deve incorporar também a introdução do veto popular, de modo a ratificar a soberania popular como espaço decisório cotidiano e de última instância em torno de questões cruciais para a sociedade brasileira. Por fim, medidas de minimização do impacto da porta giratória e das porosidades entre Estado e mercado, por meio da regulamentação das atividades de lobby e advocacy.

12. Refundação do Sistema de Justiça, com controle social público, transparência dos processos decisórios e substituição dos mandatos vitalícios por mandatos fixos, ainda que longos e estáveis.

13. Combate aos privilégios, injustiças e à corrupção, mas cientes de que a concepção neoliberal que tem sido predominante no Brasil criminaliza a política, legitima a adoção de leis, procedimentos e jurisprudências de exceção, prega a entrega do patrimônio público e dos serviços essenciais para

o controle das grandes empresas privadas. Nesse campo, é preciso ter claro que a corrupção não diz respeito especificamente ao Estado e à dimensão política do poder, mas sim às relações espúrias que se estabelecem entre interesses privados/privatistas e o Estado/esfera pública. Desta maneira, a luta contra a corrupção deve ser concebida de modo subordinado ao aprofundamento do caráter democrático e republicano do Estado brasileiro. Por isso, é preciso proteger os processos de formação da soberania popular, da representação democrática e da opinião pública, frente ao domínio e à corrupção dos grandes interesses empresariais. Além disso, garantir o controle democrático, social e pluralista das instituições e empresas públicas. Por fim, estabelecer leis e procedimentos que garantam transparência e fiscalização no sentido da prevenção à corrupção, observando-se sempre os direitos fundamentais e o devido processo legal.

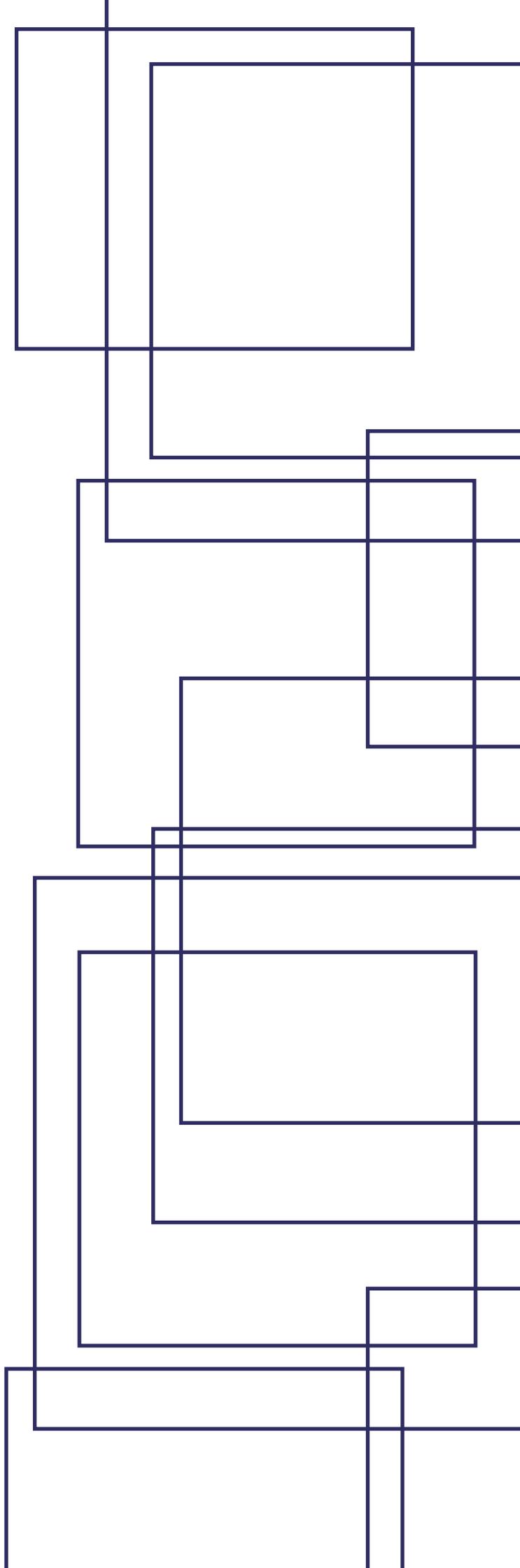
Em suma, com o conjunto de reformas sugeridas acima, o Estado nacional pode recuperar poder e centralidade em virtude de sua capacidade sui generis de mediar os diferentes interesses presentes na comunidade política para a construção de um referencial universalizante que se projeta no futuro. A história das nações desenvolvidas – e também das subdesenvolvidas – mostra que as capacidades e os instrumentos de que dispõe o Estado para regular o mercado, mediar a participação da sociedade na condução dos assuntos públicos e moldar o desenvolvimento têm importância

decisiva em suas trajetórias de afirmação e construção nacional.

Neste campo, as lições históricas são inúmeras e inequívocas: quando as forças progressistas passam pelo poder sem mudar a estrutura do Estado, elas ficam permanentemente expostas aos riscos de serem capturadas por ondas autoritárias, conservadoras e neoliberais. O enfrentamento contra tais destituições sistemáticas deve se dar pela reconstrução de ideias e forças que formem o corpo de um novo poder constituinte. O desaguadouro dessas ações deve convergir para a transformação da estrutura do Estado, um objetivo que deve ser parte central do programa democrático-popular, mas também deve ser entendido como premissa determinante para a sua implementação.

Tal refundação deve ancorar o Estado em novas bases, assentadas no aprofundamento permanente da soberania popular, na defesa diuturna da vontade geral da população, no combate sem tréguas às desigualdades de toda ordem e na busca incessante pela formação de uma opinião pública livre e plural, sem descuidar de manter e aprofundar os direitos de cidadania conquistados em 1988. Só assim poderemos enfrentar os sobressaltos e rupturas institucionais que, de tempos em tempos, colocam o país nas mãos de governos ilegítimos, ilegais e impopulares.

**BOA LEITURA E REFLEXÃO
A TODOS E TODAS!!!**



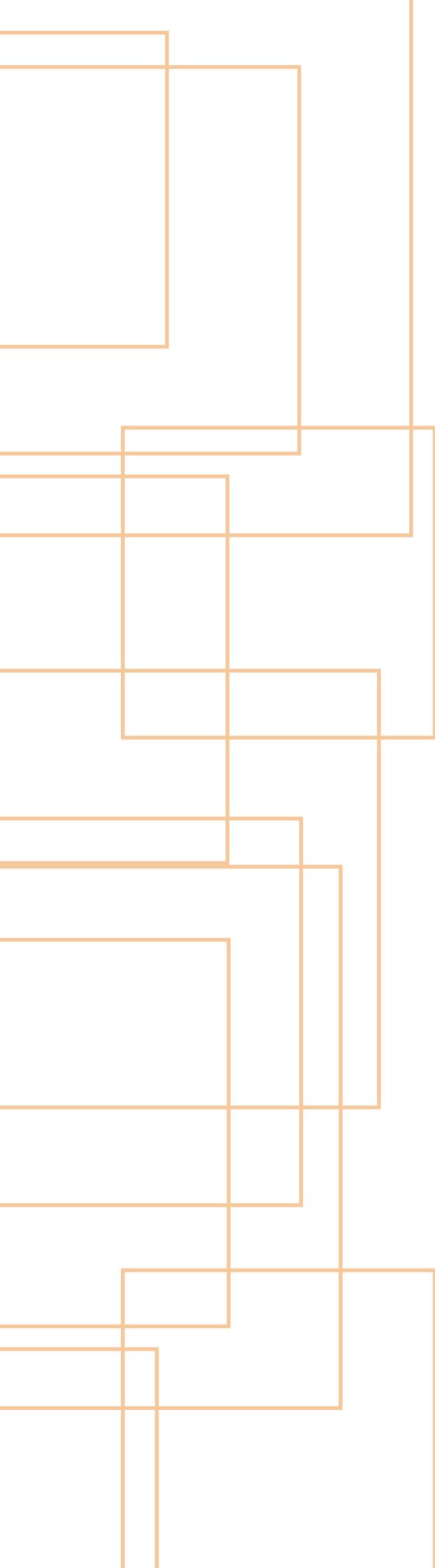
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Roberto Xavier

**DESDEMOCRATIZAÇÃO,
AUTOFLAGELO E BARBÁRIE:
GUIA PARA ENTENDER A
CRISE BRASILEIRA E OUSAR
ALTERNATIVAS CIVILIZATÓRIAS**

1



Roberto Xavier é Cientista Político, Mestre em Gestão de Políticas Públicas (USP) e Especialista em Planejamento Estratégico. Atua como Pesquisador Pleno na área de Saúde Pública junto a Núcleos de Pesquisa de Universidades Públicas e Consultorias de Gestão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

ELEIÇÕES 20

A CONSEQUÊNCIA DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO
E NO FINAL, A CULPA NÃO FOI DO CIRO
O IMPEACHMENT ENTROU NO RADAR. SERÁ?
SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES EM SÃO PAULO.

DEMOCRACIA 28

“MEU DEUS, E SE DEMOCRACIA FOR ISSO MESMO?”
A NOVA DIREITA
A PRINCIPAL DIFERENÇA ENTRE PETISMO E BOLSONARISMO
O DESVIO DE ROTA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
O GOLPE DE 1964 COMO UM “MARCO DA DEMOCRACIA”
O TERCEIRO CICLO
POR QUE A GENTE PENSA ASSIM?

INSTITUIÇÕES 43

A CIÊNCIA POLÍTICA TRATA DE NECROPSIA E NÃO DE BIOPSIA.
A LAVA JATO E O FASCISMO
A PGR E A CLASSE MÉDIA
OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO
PARA ONDE FOI A CONSCIÊNCIA DE CLASSE?
SOBRE AS INDICAÇÕES PARA O STF

GOVERNABILIDADE

56

A NOVA POLÍTICA DE BOLSONARO NASCEU VELHA

AS OPÇÕES DE BOLSONARO

FRENTE AMPLA – 70%

BOLSONARO TERÁ QUE SER VENCIDO NAS URNAS

OS CONFLITOS INTERNOS DO GOVERNO BOLSONARO

ECONOMIA

67

A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS

AS DEFINIÇÕES DE GREVE PRECISAM SER ATUALIZADAS

MODELO DE DESENVOLVIMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS

73

“AUSTERIDADE QUE MATA”

O EXÉRCITO E O GENOCÍDIO

POR QUE A POLÍCIA MILITAR MATA TANTO?

SUS: RESULTADOS OBJETIVOS E PERCEPÇÕES SOCIAIS

SIMBOLISMOS

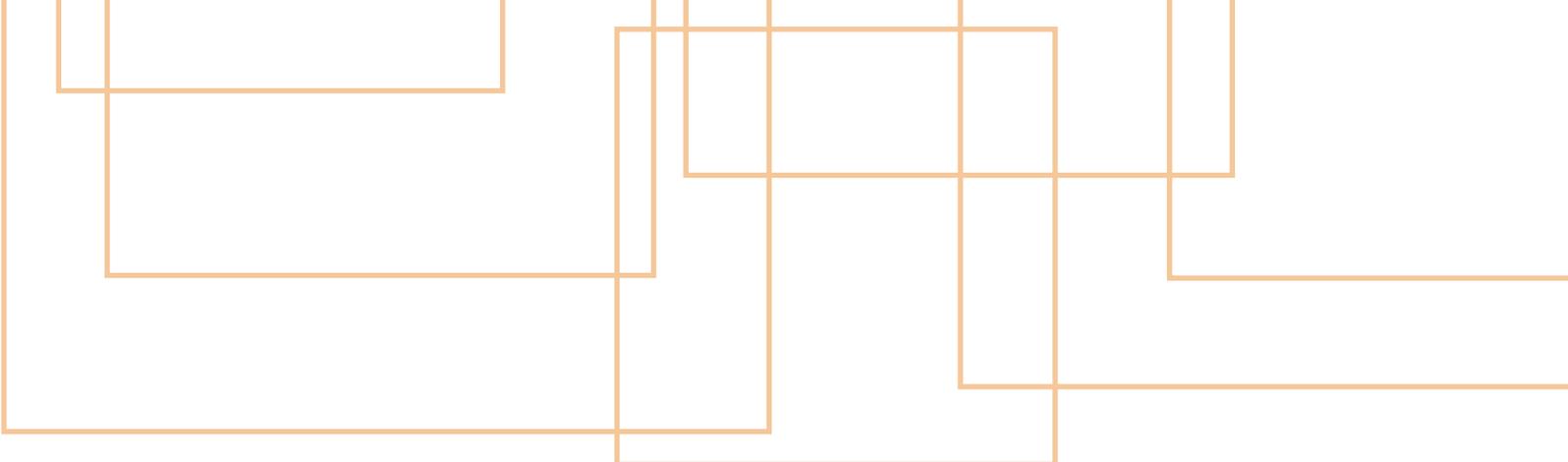
88

AS LOGOMARCAS DOS ÚLTIMOS GOVERNOS

AS 3 MORTES DE UM HOMEM

COMO BOLSONARO SE SUSTENTA NO PODER?

DIFERENÇA ENTRE CORAGEM E VALENTIA



INTRODUÇÃO

O Brasil chega a 21 meses do governo de Jair Bolsonaro no que provavelmente seja o pior momento de sua história como país independente.

Na Economia, o país está estagnado desde 2014 e, ao final de 2020, o PIB completará 7 anos com fortes taxas negativas ou com taxas positivas próximas a apenas 1,0%, o que não será suficiente para compensar a retração da Economia no período.

A taxa de desemprego, que foi a menor da história em dezembro de 2013, atingiu a taxa recorde 13,3% no segundo trimestre de 2020, o que significa um exército de 12,5 milhões de desempregados. Isso sem falar no câmbio que disparou e na inflação que só se mantém em patamares aceitáveis pela absoluta retração do consumo.

Nas políticas públicas, o desmonte é devastador e acelerado. O descaso

com os temas do meio ambiente e da segurança dos povos tradicionais provoca uma enorme fuga de capitais. A Educação está há 18 meses sendo conduzida por ministros ineptos e despreparados para o tamanho do desafio que o país tem nesse campo.

Na Saúde a situação não é diferente, mas é agravada ainda mais pela necessidade de enfrentamento de uma pandemia que nos últimos meses ceifou a vida de mais de 13 0.000 brasileiros e esse número continuará subindo sem alguma atuação coordenada pelo Ministério da Saúde junto a estados e municípios.

Na Sociedade, as relações antagônicas e as tensões causadas pela concentração de renda e desigualdade social nunca foram tão explícitas. A violência política e contra minorias ou excluídos atinge níveis tão altos que passam a ser banalizados e a atitude do governo de

não atuar firmemente contra este estado de coisas só contribui para o aumento dessa escalada da polarização.

Enquanto isso, por inspiração direta do Presidente da República, todos os limites da democracia e da atuação das instituições vão sendo testados e estressados. São inúmeras as provocações e os acenos aos processos de ruptura institucional, seguidos de recuos estratégicos e teatrais que só servem para manter a tensão da iminência do fechamento do regime, por mais absurda que essa possibilidade seja em pleno século XXI.

Diante desse cenário desolador, colocamo-nos diante de 3 perguntas para as quais ninguém, honestamente, consegue encontrar respostas definitivas:

1. O que leva um país como o Brasil a voluntariamente negar as bases de sua jovem democracia liberal e a manutenção do Estado Democrático de Direito?
2. O que leva um povo a se entregar, também voluntariamente, a um governo incompetente e fascista, institucionalizando um Estado policialesco que destrói políticas públicas duramente construídas, com consequências imprevisíveis?
3. O que leva uma elite política a se degenerar de maneira tão vertiginosa, perdendo a histórica possibilidade de ruptura com um modelo de representação, que em última medida, está decretando seu próprio fim?

Em busca por respostas a essas 3 perguntas cruciais, fui ao longo de 18 meses, entre janeiro de 2019 e junho de 2020, construindo hipóteses, organizando reflexões e pensando, apenas pensando, muito, sobre tudo isso.

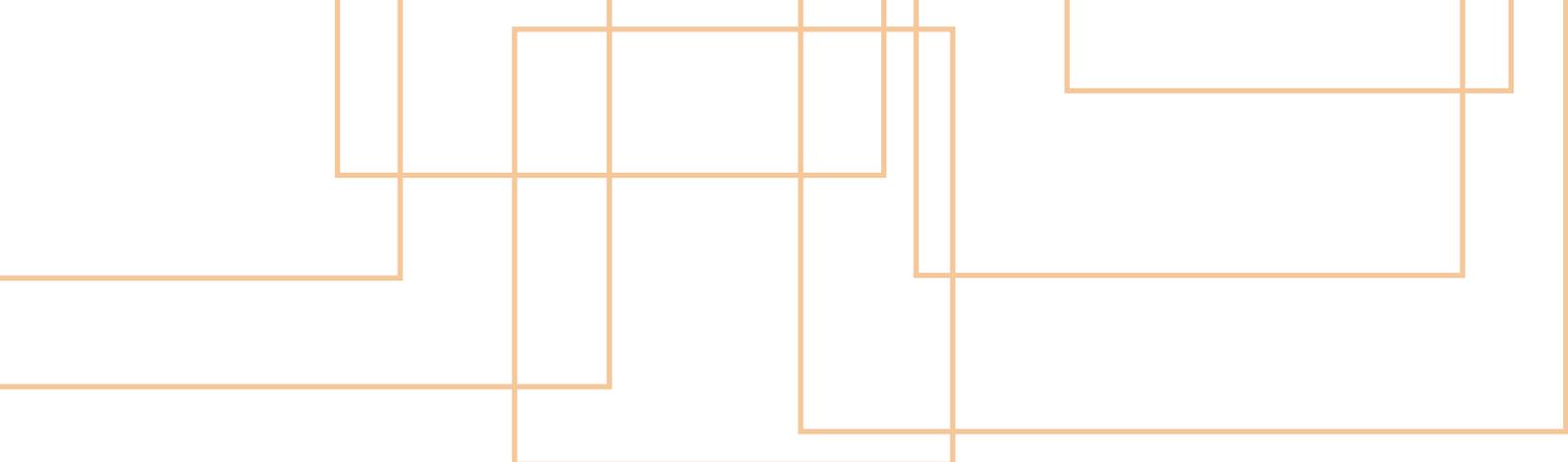
Os textos a seguir, produzidos ao longo desse período carregam a angústia de não oferecer repostas definitivas, mas acredito que possam ajudar a encontrá-las. Portanto, ainda mais importante do que as tentativas de respostas acabadas ou arrogantes, acredito que sejam as perguntas que as inspiraram. Precisamos ser capazes de continuar fazendo perguntas inspiradoras.

Os textos aqui organizados, inspirados em tais perguntas, tratam de questões próprias da conjuntura política em que nos metemos a partir das manifestações de 2013 e que geraram a tempestade perfeita que criou a maior crise política, institucional, sanitária e econômica da nossa história. Analisam o resultado das eleições de 2018 e suas consequências sobre as instituições, mas também a influência dessas sobre aquelas, e como a governabilidade do governo está em risco em função desse conflito multipolarizado.

A influência da desorganização do governo sobre as políticas públicas e sobre a economia também são analisadas em alguns textos; em outros, os simbolismos por trás das atitudes e ações desse governo também passam por breve análise.

Inaugurar esta série Pílulas de Bom Senso, com este livreto muito me orgulha. Com isso, espero ver aqui plantadas sementes do pensamento crítico necessárias ao enfrentamento e à superação positiva das muitas crises pelas quais nos aventuramos e sobre elas lançar alguma luz e alguma razão.

Boa leitura!



ELEIÇÕES

A CONSEQUÊNCIA DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO

02/05/2020

A consequência mais trágica da eleição de Bolsonaro será a destruição de um sentimento de Nação ainda mal construído e uma grande dúvida em boa parte da população da utilidade das instituições políticas e da democracia como um valor absoluto.

Sua eleição, apesar de formalmente democrática, representou um ataque aos fundamentos republicanos da Constituição e seu governo se empenha diuturnamente em destruir de forma implacável e impiedosa o mínimo de Estado de Bem-Estar Social que o país vinha construindo desde a Constituição de 1988.

Apesar de seu discurso em contrário, como disse Ralph Waldo Emerson, filósofo americano, suas atitudes falam tão alto que eu não consigo ouvir o que você diz”.

O governo Bolsonaro, desde sua posse, vem destruindo a pesquisa científica e a cultura, cortando verbas, fechando instituições e institutos de pesquisa, acabando com programas, sabotando as universidades públicas. Há uma ação coordenada por parte do governo contra a ciência, a pesquisa, a cultura, a educação e a saúde pública.

Na Economia, não é diferente. Mesmo antes da pandemia o governo colocou a país à venda. Petróleo e gás, serviços e infraestrutura, indústria nacional de ponta, Previdência Social e direitos sociais, tudo passou a ter um preço.

No entanto, essa opção por abraçar cega e inconsequentemente um ultra liberalismo anacrônico e abandonado pelas principais democracias do mundo, não foi capaz de recuperar a economia, muito pelo contrário. Reforçou as filas com milhões de desempregados, forçou o fechamento de empresas em uma escala nunca antes vista e aumentou sobremaneira a capacidade ociosa daquelas que sobreviverão, impondo pesados custos e retardando ainda mais uma eventual recuperação econômica.

E isso nem é o mais grave. O mais grave é sua persistente intenção de destruição moral das instituições. O governo Bolsonaro não tem qualquer pudor ou senso de limite e respeito ao Estado de Direito e aos ritos democráticos. Pode-se até dizer que não se trata mais de um governo, e sim de uma milícia destrambelhada, apoiada por um bando de generais inconsequentes de seus atos e que tem o apoio da parte da sociedade que flerta com o fascismo e defende – estranhamente – o anti autoritarismo estatal e social, sem a mínima ideia do que isso representa de fato.

Enquanto isso, em meio ao caos que se instala e que é característica ímpar desse governo, o Congresso Nacional, que até então se mostrava, em certa medida, como o último bastião das institucionalidades vigentes, se prepara para formar um grande bloco, liderado pelo Centrão, mas com partes significativas e igualmente fisiológicas da Aliança golpista de DEM, MDB e PSDB que dará a sobrevida necessária ao governo

Bolsonaro livrando o do impeachment em troca de cargos e verbas. Tudo como dantes, no Quartel de Abrantes

Bolsonaro deixará o governo, isso é certo. A questão é quando e como; mas independente do quando e, sobretudo do como, o estrago já estará dado. Depois de seu governo, serão necessárias décadas de reconstrução, com perdas incalculáveis em termos de avanços, recursos e capacidades. O que está em curso é um grande desastre social, com um massacre de direitos de tal magnitude poucas vezes visto em nossa história.

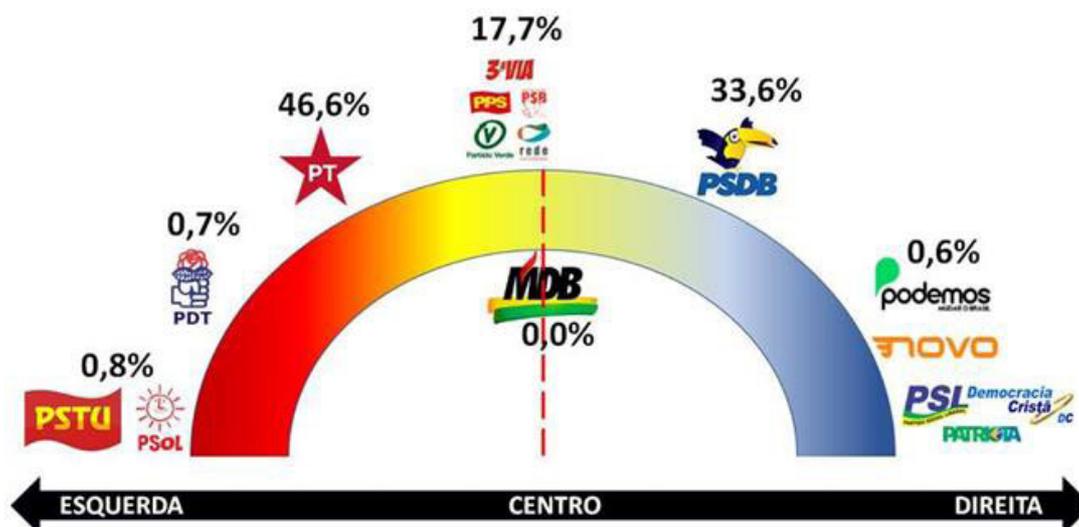
E NO FINAL, A CULPA NÃO FOI DO CIRO

16/10/2019

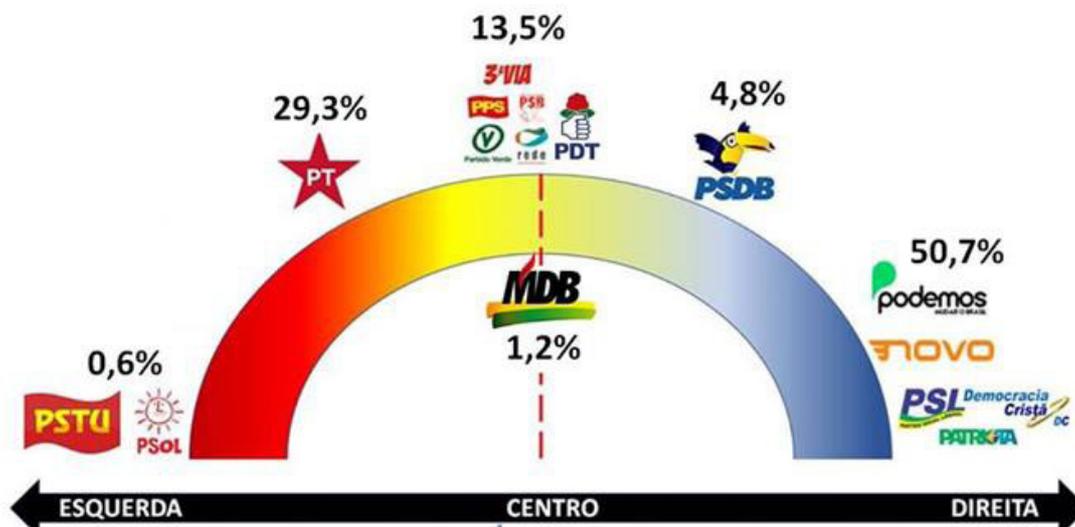
E parece que no final o Ciro nem é o maior bandido dessa história toda. Tem gente com muito mais responsabilidade sobre o que está acontecendo na política brasileira com a ascensão da extrema direita e de uma pauta ultraliberal.

Na primeira figura abaixo, posicionei os partidos que disputaram as últimas seis eleições diretas que antecederam o desastre que foi a eleição de 2018, de acordo com seu posicionamento ideológico e adicionei o seu percentual de participação no total de votos dessas eleições nos 1º turnos.

TOTAL DE VOTOS POR PARTIDO/POSICIONAMENTO DE 1994 A 2014



TOTAL DE VOTOS POR PARTIDO/POSICIONAMENTO EM 2018



Sim, eu somei os resultados do 1º turno das eleições de 1994 a 2014 agrupando os partidos com posicionamento ideológico similar para encontrar votos recorrentes e perfil identitários de seus eleitores.

Independente dos nomes dos candidatos que disputaram as eleições havia uma clara preferência do eleitorado pelo PT, com Lula em quatro oportunidades e com Dilma em duas; e preferência pelo PSDB com FHC e Aécio em duas eleições e Serra e Alckmin, em um pleito cada um. Nada menos que 8 em cada 10 votos, nestas 6 eleições, foram para esses partidos.

A chamada 3ª Via – embora ache o termo inadequado vou utilizá-lo apenas para facilitar o entendimento – sempre disputou com candidatos que se revezaram na busca de um posicionamento contrário à polaridade entre os dois grandes partidos, embora não seja possível estabelecer alguma identidade ideológica entre eles, exceto essa ten-

tativa de ocupar um espaço no Centro Democrático, às vezes nem tão ao centro nem tão democrático

Ciro e Marina, que disputaram três eleições cada um por seis partidos diferentes, são os que melhor representaram esse posicionamento; mas também tivemos Garotinho, Heloísa Helena e Enéas Carneiro, disputando esse espaço por outras três legendas diferentes.

Ao meu ver, é justamente essa desconsideração pelo papel dos partidos que impediu que essas candidaturas se consolidassem como opções viáveis. Embora tenha muita gente que menospreza o papel dos partidos na política brasileira, eu não estou entre eles.

Até então partidos e candidatos com discurso mais radicais, seja à esquerda, seja à direita não se viabilizavam eleitoralmente. Esses partidos e candidatos somados representavam 3% do eleitorado total; o que convenhamos não chega sequer a ser moeda de troca para um 2º turno. Essa parcela do eleitorado de extrema esquerda e de extrema direita sempre foi absorvido, por gravidade, por PT e PSDB, respectivamente.

Por fim, havia o MDB que não jogava esse jogo. Sua atenção se concentrava nas disputas parlamentares e nos governos estaduais, tanto que teve um único candidato, Orestes Quêrcia, naquele período.

Já a segunda figura mostra o resultado da eleição de 2018, usando os mesmos critérios, mas que precisa de uma

análise em separado. Comparando-se as duas figuras, temos algumas constatações óbvias e outras nem tanto.

A primeira, que é que a culpa da eleição de Jair Bolsonaro e tudo que ele representa não foi do Ciro Gomes, embora ele tenha tido uma postura durante toda a campanha, mas sobretudo no 2º, que não contribuiu em nada para bloquear o crescimento dessa extrema direita e de seu candidato preferencial.

Os números mostram que o espaço político que ele, Ciro, juntamente com Marina, buscou ocupar também diminuiu, mas, em uma proporção menor que o de outros partidos ou posicionamentos. A chamada 3ª via perdeu 18% do seu eleitorado histórico.

Por essa análise, os principais responsáveis pela ascensão e consolidação eleitoral dessa extrema direita reacionária e conservadora foi o PSDB, que entregou praticamente 90% da sua parcela do eleitorado para Bolsonaro através de escolhas equivocadas e posicionamentos poucos firmes e condescendentes com as ameaças à democracia e, por óbvio, por ser um dos patronos do Golpe de 2016.

Mas, em certa medida, o próprio PT, que perdeu 30% da sua base eleitoral, também teve sua parcela de contribuição. Claro que, nesse caso, foi de maneira passiva e como consequência de um processo incessante de *lawfare*, que buscava inviabilizar uma candidatura de Lula, que, talvez fosse a única maneira de evitar esse desastre anunciado. Em Política nada acontece impunemente.

Mesmo com essa erosão na sua base eleitoral, ainda assim o Partido dos Trabalhadores conseguiu manter uma participação próxima das eleições de 1994 e 1998 quando FHC, impulsionado pelo Plano Real ganhou no 1º turno, enquanto o PSDB foi completamente desidratado no processo.

Claro que há diversas explicações e motivos para tudo isso, mas não vou me alongar fazendo considerações que nesse momento me parecem óbvias.

O IMPEACHMENT ENTROU NO RADAR. SERÁ?

18/02/2020

Apesar de bem saber que em Política, assim como na Guerra, sabemos como um conflito começa, mas é impossível prever como terminará, não vejo uma real condição de prosperar o movimento pedindo o impeachment da Bolsonaro, pelo menos neste momento.

É indiscutível que já há muitos erros na condução dos assuntos de Estado e de Governo por parte de Bolsonaro e o grupo de amalucados que ele chama de ministros. Erra muito e feio na comunicação com a sociedade e na negociação política, mas erra menos na economia porque praticamente não faz nada nesta área e o pouco que faz, faz mal feito.

Por isso, apesar dos erros, e até dos crimes de responsabilidade já cometidos, vejo esse movimento que começa

a pedir o início de um novo processo de impeachment sem o respaldo político e popular necessário para vingar e em minha opinião ainda não reúne as pré-condições para um impeachment. Entendo que sejam necessárias no mínimo 3 das seguintes pré-condições

1. Falta de apoio político
2. Incapacidade de mobilizar as massas
3. Instabilidade econômica
4. Comprovado envolvimento pessoal com as denúncias
5. Linha de sucessão desalinhada

Detalhando um pouco cada uma delas:

1. Bolsonaro ainda tem um o apoio do seu Partido e do bloco governista. Nada, nada ele tem a fidelidade canina de um bloco que representa hoje mais de 40% do Congresso, formado pelos 223 Deputados da bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala ou Agronegócio, Evangélicos e Armamentistas). Além disso há os deputados das bancadas MDB, PSDB e Centrão que não estão nestes blocos temáticos, mas que também apoiam o governo. Se tomarmos como referência o resultado da votação da Reforma da Previdência, a oposição tem apenas 131 votos. Suficiente para fazer barulho, mas não para provocar um processo de impeachment. Lembrando que para um processo de impeachment ser aprovado são necessários 336 votos para que o processo vá para o STF. Ah, também precisa convencer o Rodrigo Maia. Só isso.

2. Bolsonaro ainda não perdeu a capacidade de mobilizar grandes manifestações populares, seja nas ruas, seja nas redes. As estruturas da militância virtual em favor dele ainda estão mobilizadas e os militantes do bolsonarismo aguardam apenas um chamamento para saírem em defesa do seu voto e da pauta conservadora e reacionária que ele representa. O discurso de que o *impeachment* seria um Golpe da “Mídia de Esquerda e Foro de São Paulo”, seja lá o que isso queira dizer, já está pronto. Vejam as declarações do Carlucho e do Olavo de Carvalho.

3. Ao fim e ao cabo, as condições gerais da população é que podem representar o verdadeiro risco para que um processo de *impeachment* ganhe corpo. Afinal, foi isso que de fato levou ao afastamento de Dilma. Mas a insatisfação, embora crescente, ainda não é tão grande como naquele momento. Enquanto essa insatisfação não estourar a bolha da esquerda e atingir a classe média, a mídia não vai comprar e repercutir esse movimento como uma solução. Quanto à economia, se não está se recuperando pelo menos parou de ser sabotada. O problema é que está difícil recuperar o estrago com tanta incompetência.

4. Seja pelo seu perfil, seja por uma estratégia suicida, Bolsonaro já está diretamente envolvido com diversos crimes de responsabilidade, mas resta saber se as investigações terão interesse em envolvê-lo de fato. Se bem que, pelo nosso histórico recente, a vontade política pelo

afastamento prescinde de um crime de responsabilidade para justificá-lo.

5. Por fim, a quem interessa a deposição de Bolsonaro, já que a linha de sucessão com Mourão, Maia, Alcolumbre e Dias Toffolii não acena com nenhum posicionamento mais opositorista ou contrário ao rumo político e econômico até esse momento.

Ou seja, pelo menos no curto prazo, essa tese do *impeachment* não tem espaço para prosperar. Neste momento não vejo todas essas pré-condições para que um novo processo seja iniciado.

SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES EM SÃO PAULO.

12/10/2019

Nos últimos 8 pleitos municipais, o PT esteve diretamente envolvido na disputa do cargo, primeiramente contra o malufismo – representado pelo próprio Maluf e por Celso Pitta – e em um segundo momento contra os tucanos Serra e Dória ou pelo aliado de primeira hora, Gilberto Kassab.

Em 28 anos a disputa ficou concentrada em poucos nomes. Pelo PT, Marta em 3 oportunidades Erundina e Haddad em duas e Suplicy em uma. Pelo malufismo, Maluf em 3 eleições e Pitta em uma e pelos tucanos, Serra por duas vezes e Kassab e Doria em uma.

Historicamente o PT detém cerca de 30% do eleitorado da capital paulista. Nas duas oportunidades em que o partido ficou abaixo desse patamar, a primeira delas em 1996, quando Maluf conseguiu fazer seu sucessor e o PT praticamente abandonou Erundina a ponto de ela deixar o partido depois dessa eleição. Ou seja, naquela eleição, os 22,9% dos votos recebidos pertenciam mais à candidata do que ao Partido dos Trabalhadores.

O outro momento em que o partido ficou abaixo dos 30%, aliás, bem abaixo, foi em 2016 quando Fernando Haddad tentou a reeleição, mas foi varrido pela onda antipetista desencadeada pelas Manifestações de 2013 e conseguiu apenas 16,7% dos votos, perdendo a eleição ainda no primeiro turno, o que nunca ocorrera, desde que as eleições municipais passaram a ser disputadas em 2 turnos.

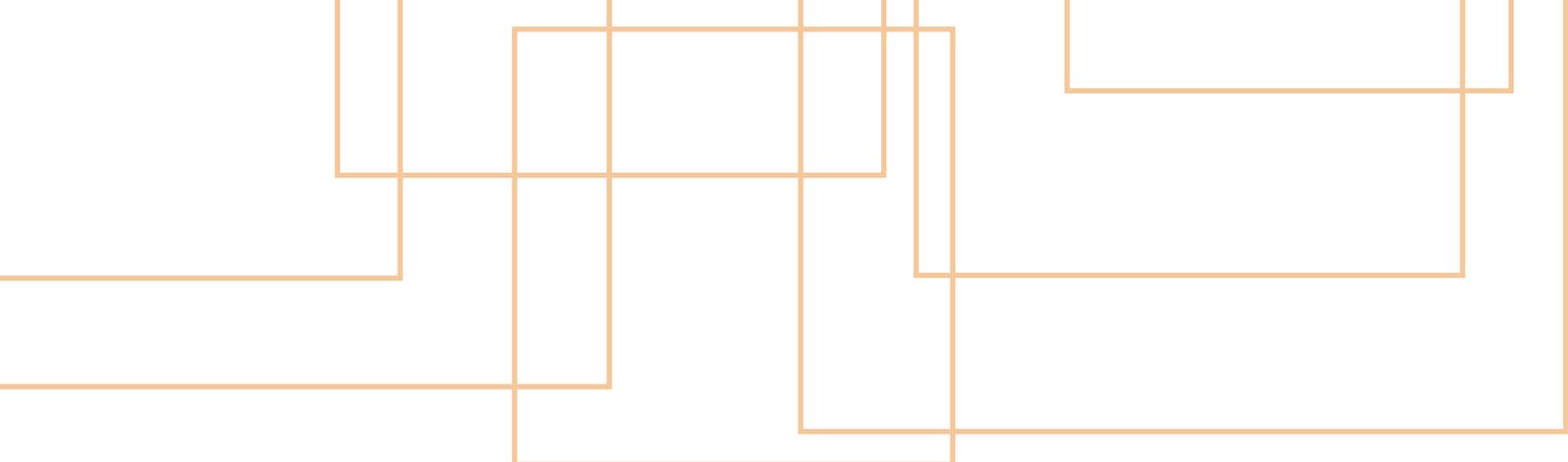


Outro ponto a destacar é o fato que os eleitores da capital, diferentemente do que ocorre no estado, não são adeptos das continuidades políticas na Prefeitura e concedem 8 anos de gestão para malufistas e tucanos, intercalando-os com apenas 4 para os petistas.

Portanto, diante desse histórico é possível apostar em uma continuidade da gestão tucana com Bruno Covas a frente da prefeitura por mais 4 anos, ainda na esteira do antipetismo que elegeu Covas como vice de Doria. Essa expressiva votação, o histórico dos tucanos acima dos 30% e uma gestão sem grandes polêmicas, praticamente já lhe garante um lugar no 2º turno, exceto, se houver um candidato da extrema direita insuflado pelo Bolsonarismo que divida esse eleitorado praticamente cativo.

Já do lado Petista, apesar de podermos considerar uma fatia cativa do eleitorado também na casa dos 30%, ainda é preciso saber, primeiro, se a onda antipetista esmaeceu; segundo, se haverá um nome capaz de aglutinar esse eleitorado, já que Haddad estará fora do páreo aguardando a eleição presidencial de 2022; e por fim, se surgirá outra força política que se viabilize como centro democrático e consiga capturar pelo menos em parte o terço do eleitorado que não se alinha nem com o petismo nem com os tucanos.

Ainda é cedo para maiores apostas, mas os parâmetros iniciais da disputa são esses. Vamos aguardar.



DEMOCRACIA

“MEU DEUS, E SE DEMOCRACIA FOR ISSO MESMO?”

28/12/2019

O ano que termina foi seguramente o período de maior violência política desde o fim da Ditadura Militar muito por conta dos sinais de complacência e estímulo emitidos pelo Palácio do Planalto, ocupado por um Presidente mal-intencionado, composto por um Gabinete que reúne políticos incompetentes, gestores e militares amalucados e pelas ruas ocupadas por eleitores e apoiadores autoritários.

Todo respeito e solidariedade às vítimas, desde os humoristas do Porta dos Fundos, os militantes climáticos de Alter do Chão e os jovens pisoteados por uma polícia truculenta em Paraisópolis,

até as incontáveis vítimas anônimas que não foram parar nas páginas dos jornais ou nas telas das TV's; mas, infelizmente, essas não foram as primeiras e nem serão as últimas, veremos muito mais dessa violência política nos próximos anos. Portanto, sobre o que de fato quero refletir é sobre a origem dessa cultura de violência ou, pelo menos, sobre parte dela.

Em minha opinião, nossa tradição antidemocrática, autoritária e golpista está diretamente ligada à banalização da violência e à multiplicação desses justifica-mentos políticos.

Atualmente, esquerda e direita cada vez mais vêm perdendo suas identidades ideológicas. Isto é um fenômeno mundial, mas se expressa de sobrema-

neira em países como o Brasil sem tradição secular de política democrática.

Aqui, um dos fatores que contribuíram fortemente para esse quadro ainda é rescaldo de 1964. Se não tivesse ocorrido o Golpe, ou até mais, se não tivesse ocorrido a tentativa canhestra de Golpe do Jânio em 1961, a tradição democrática teria mais de 50 anos, ou seja, duas gerações inteiras teriam vivido sob eleições diretas em todos os níveis.

Isso sem pensar nas consequências ainda não mapeadas da ruptura institucional de 2016, que terão que ser consideradas somente daqui há alguns anos, já que a Ciência Política é uma ciência de necropsia e não de biopsia.

Neste período, deveríamos ter tido pelo menos 10 legislaturas completas, o que com certeza já nos teria dado uma representação política com qualidade intelectual e técnica muito superior à atual.

A corrupção graça neste País não apenas nos últimos anos, mas com um Congresso e um Judiciário trabalhando por 50 anos para diminuí-la, não estaríamos convivendo com esta praga generalizada. Este é um ponto.

O outro é a banalização da violência que estamos presenciando: este ponto tem duas vertentes principais: uma cultural e outra econômica.

Culturalmente fomos induzidos a acreditar que somos uma sociedade pacífica, mas na verdade somos uma socie-

dade bem violenta, talvez uma das mais violentas do mundo. “A mais triste nação na época mais podre compõe-se de possíveis grupos de linchadores.” Mas todos os povos o são. Alguns conseguiram ferramentas de controle dessa característica humana, através da educação e do combate à impunidade.

Economicamente, é a desigualdade social que está na raiz da maioria das mazelas sociais, entre elas a violência. Um Estado que não consegue garantir o mínimo de acesso a Educação, Lazer, Saúde, Transporte e Moradia a grande parte da sua população verá essa população, que queremos crer que seja pacífica, ir buscar esse acesso por outros meios, inclusive os violentos e ilegais.

Uma consequência direta da democracia é, via representação política, a divisão do poder entre representantes e representados. Na visão de Hanna Arendt, a violência contrapõe-se ao poder: de forma que onde domina um absolutamente, o outro está ausente.

Ou seja, quanto menos poder (político, econômico, social, religioso, etc.) dermos aos povos, mais potencialmente violentos eles serão.

Continuemos negando espaço e representação ao povo e cada vez mais seremos plateia inerte e vítima potencial desse show de horror cotidiano e violento.

E então, me perdoem por não lhes desejar um Feliz Ano Novo, diante desse cenário desolador só me ocorre

um pensamento trágico trazido pela lembrança da frase do Millôr no já distante 1992:

“Meus Deus, e se democracia for isso mesmo?”

A NOVA DIREITA

13/07/2020

Chamar o grupo político que chegou ao poder no Brasil depois do Golpe jurídico parlamentar de 2016 de “Nova Direta” nos direciona a um duplo engano.

Esse grupo, formado por um Presidente mal-intencionado que comanda um Gabinete que reúne políticos incompetentes, gestores e militares amalucados apoiados por eleitores e seguidores autoritários, não é “novo”, e não é “direita”, pelo menos não a direita que ocupou seu espaço na política brasileira nos últimos 30 anos.

Falar em “nova direita” no Brasil é como falar em pós modernidade, pós-industrial ou pós capitalistas. Tenho sempre o receio que estejamos falando de um velório onde o defunto não sabe que morreu.

Desde os 1980, ou até antes, mas, sobretudo no período que antecede o movimento de redemocratização e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) as organizações e associações privadas que organizam e

coordenam o pensamento político de Direita no Brasil dentro da sociedade civil começam a se mesclar de maneira quase simbiótica com as estruturas do Estado brasileiro.

Essa simbiose política possibilita o suporte necessário para instituir uma dominação da burguesia no Brasil como contraponto à ascensão dos movimentos sociais mais ideologicamente vinculados ao pensamento de esquerda que passam a ganhar espaço com a lutas sindicais, os movimentos populares ligados à igreja católica e à bandeira da reforma agrária para a formação de uma Frente Partidária Democrática que ganha espaço dentro da ANC.

A direita tradicional brasileira, que apoiou o Golpe de 1964 e suportou o Regime Militar durante duas décadas, percebeu que sua influência política necessariamente precisava romper as fronteiras da classe dominante para sobreviver como força política no período de redemocratização pós Regime Militar, que inevitavelmente reintroduziria as eleições diretas como modelo de escolha da representação política em todos os níveis.

Em um modelo político com eleições diretas, livres e democráticas, o apoio da classe dominante, em um país com o nível de desigualdade como o Brasil, é importante, mas não é garantidor das vitórias eleitorais necessárias para um plano de longo prazo, de perpetuação no poder, sobretudo diante da forte aliança entre a população mais po-

bre e os movimentos populares forjada nos anos de resistência à Ditadura e potencializada por alguns veículos de mídia que pressentiam o fim do Regime Militar e o retorno à normalidade política.

Durante os 30 anos que antecedem o Golpe de 2016, a direita sempre esteve presente nos governos.

O modelo recorrente neste período foi uma composição de forças com um candidato de centro esquerda (Tancredo, FHC, Lula e Dilma) a frente apoiado por um representante das forças políticas de direita, seja empresarial seja parlamentar, (Sarney, Marco Maciel, José de Alencar e Temer).

A exceção foi a eleição de Collor, na qual essa composição se inverteu: um candidato da direita, Collor, apoiado por um representante do bloco parlamentar da centro esquerda como Itamar Franco.

A eleição de Bolsonaro quebra esse modelo trazendo um candidato de extrema direita sem apoio, formal pelo menos, da direita empresarial ou parlamentar, que é obrigada a apoiá-lo após constatar a inviabilidade de outros candidatos que pudessem fazer frente ao retorno do PT ao poder.

Lembrando que o Golpe de 2016 desorganiza o jogo político brasileiro de tal forma que nenhuma das chapas naquela eleição conseguiu formar uma dupla associando um político de centro esquerda e um representante da Direita empresarial ou parlamentar. Nem o PT, muito menos o PSDB.

Portanto, é importante reforçar que o que chegou ao poder federal com Bolsonaro não foi uma “nova direita”, no máximo uma velha extrema direita que sempre existiu, mas que nunca teve força no jogo político democrático, exceto quando a classe dominante desiste de participar da disputa eleitoral e nos coloca neste pesadelo institucional elegendo um Presidente incapaz de entender que seu tamanho e seu papel na história não é maior que sua capacidade intelectual e administrativa.

A PRINCIPAL DIFERENÇA ENTRE PETISMO E BOLSONARISMO

07/03/2020

Obviamente existem inúmeras e importantes diferenças entre o petismo e o bolsonarismo; mas, talvez, a mais importante e menos óbvia é como cada um deles pensa a questão da perpetuação no poder.

Quando o PT chega ao poder tem duas opções políticas possíveis:

A primeira seria uma ruptura institucional via revolução, provavelmente armada, num movimento caudilhista e/ou bolivariano, que iria contra a nossa cultura política pouco afeita às rupturas mais radicais e que criaria uma oposição ainda mais raivosa e sectária que a formada pela opção por um resgate da doutrina getulista de “pai dos pobres” que foi adotada.

Esta, obviamente, não foi a opção adotada pelo Partido dos Trabalhadores, porque o PT não assediou parte do oficialato ou estabeleceu uma linha de comunicação direta com praças e soldados das forças armadas e da polícia militar como faz Bolsonaro, para quem a ruptura institucional parece ser uma das opções sobre a mesa.

Na visão pragmática dos líderes do PT, essa escolha não traria um regime de ciclo longo e também não era esta a linha de atuação da Articulação, a principal corrente interna do partido que, não por acaso, era a corrente de Lula, Genoíno, Zé Dirceu, os principais idealizadores da estratégia do Partido dos Trabalhadores de chegada ao poder.

A segunda, mais alinhada ao momento político e ao *modus operandis* da Articulação é o que Antonio Gramsci chamou de Hegemonia.

Este conceito de “hegemonia política” está baseado nos aspectos culturais da sociedade, a chamada superestrutura no marxismo clássico, como elemento a partir do qual se pode realizar uma ação política e como uma das formas de criar e reproduzir a hegemonia.

Já o bolsonarismo, não possui estrutura orgânica partidária para implementar esse tipo de ação e seus seguidores não conseguem alcançar esse nível de sofisticação intelectual e por isso classificam esse conceito como “viés ideológico”. Simples e vazio assim.

Segundo esse conceito, o poder das elites sobre o povo dentro das sociedades modernas, não reside simplesmente no controle dos aparatos repressivos do Estado, como diria a visão weberiana. Bolsonaro acha que sim, por isso essa obsessão em montar um “Estado Policial”.

Se fosse assim, seria relativamente fácil alcançar a hegemonia política. Bastaria que o Estado fosse atacado por uma força armada equivalente ou superior a sua, comandada por um grupo articulado política e socialmente.

Chávez foi por esse caminho e todos nós sabemos como está a Venezuela hoje; e nós nunca estivemos tão perto de ter o mesmo destino, com Bolsonaro e não com Lula, claro que com sinais trocados.

Este poder político é garantido fundamentalmente pela “hegemonia” cultural que as elites exercem sobre o povo, através do controle do sistema educacional e dos meios de comunicação.

Bolsonaro vai na direção contrária, destruindo o sistema educacional público de nível superior e estrangulando o financiamento da Educação Básica mantendo a armadilha da austeridade fiscal colocada por Temer; além disso confunde meios de comunicação com mídias sociais, que são parte cada vez mais importante daquela, mas estão longe de serem as plataformas de maior penetração.

Através do controle da informação e da educação se forma um “bloco hegemônico” que une todas as classes sociais em torno de um projeto político. O poder hegemônico combina e articula a coerção e o consenso.

Este modelo que estava sendo implementado pelos sucessivos governos petistas porque, embora mais lento, se mostra muito mais eficiente e passa por todos os grandes programas sociais (Bolsa Família, Fome Zero, Sistema de Cotas, Prouni, Enem, etc.) e que por isso também estão sob forte ataque do Governo Federal e do bolsonarismo.

Esse projeto de perpetuação no poder pela hegemonia que o PT adotou e Bolsonaro ignora e tenta destruir se apoiou num tripé:

1. Redistribuição de renda, para aumento da base política popular, fundamental num modelo que adotou o caminho democrático das eleições livres;
2. Acesso à educação, para aumento da consciência política e perpetuação de um modelo ideologicamente consistente;
3. Controle das comunicações, para minar e diminuir sistematicamente a oposição ao modelo de doutrinação política.

Observa-se que, não por acaso, são justamente esses os pontos que o bolsonarismo mais ataca e busca desconstruir; seja no terrorismo social,

com a política de teto dos gastos que o Governo Federal se recusa a rever, seja nesse ataque sem sentido à Educação, seja no alinhamento perigoso com os setores mais reacionários dos meios de comunicação via cooptação financeira e alinhamento com pautas de cunho moral e com o discurso de ódio.

Enfim, nada é tão ruim que não possa piorar.

O DESVIO DE ROTA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

25/02/2020

Mantida a trajetória política brasileira em seu curso natural, teríamos na eleição presidencial de 2018, um resultado completamente diferente desse inferno institucional que estamos vivenciando.

Após 12 anos de governos petistas, o desgaste natural causado por tanto tempo no poder associado à inabilidade política e aos erros na condução da política econômica, por parte de Dilma Rousseff e de sua equipe, para combater as causas da crise que se iniciava, fatalmente dividiriam o país e o partido.

O desgaste político ocorreria em função da crise econômica, mesmo que essa não tivesse sido substancialmente potencializada pela estratégia de sabotagem política e econômica conduzida pela oposição, sobretudo pelo PSDB, e

pelo empresariado, sobretudo o paulista, para abreviar o mandato da petista.

Com o Partido dos Trabalhadores dividido entre a equipe econômica do governo – ligada ao rentismo do setor financeiro e ao empresariado nacional – na tentativa, fracassada, diga-se, de manutenção da governabilidade e a militância ligada aos movimentos sociais e sindicais, que desde as Manifestações de 2013, atuou como quinta-coluna bombardeando o governo com o chamado fogo amigo, não haveria consenso sobre a sucessão presidencial.

Lula, mesmo que não tivesse sido preso, ainda seria uma figura importante no tabuleiro da sucessão e no jogo político, mas assim como FHC, seria uma sombra maior que o Partido dos Trabalhadores, e muito provavelmente, não seria candidato. Ele próprio declarou em entrevista à Rádio Jornal do Commercio, do Recife em 2014: “Se depender de mim, não [serei candidato]. Quando chegar na eleição de 2018, estarei com 72 anos. Nós temos que ter [isso] em conta.”

O que ocorreu a partir do impeachment de Dilma Rousseff só contribuiu para dar viabilidade política e eleitoral ao fascismo representado pelo bolsonarismo. Senão, vejamos:

Após 2 anos e meio do Governo de Michel Temer e sua Ponte para o Futuro a situação do país continuou igualmente complicada e o PT continuou a ser responsabilizado pela crise econômica, pelo desemprego, pelo caos social, pela crise

da segurança e da saúde, mesmo que números e fatos demonstrassem o contrário.

Lula, impedido de ser candidato ou de ungir um nome com seu potencial eleitoral, perdeu força para o jogo político do lawfare, dividindo as esquerdas pela falta de consenso em torno de um nome e de uma proposta. O “Lula Livre” drenou força do “Haddad Presidente”.

Sem uma bandeira com a capacidade mobilizadora e a força de campanhas como “Eleições Diretas Já” na década de 1980 ou “Abaixo a Ditadura nos anos 1960/70, o “Fora Temer” ou o “Lula Livre”, que sintetizavam o retorno e o respeito ao processo democrático, o retorno do Estado de Direito, a reversão do fim das políticas sociais e o retorno do crescimento econômico e do protagonismo brasileiro no cenário mundial, não mobilizaram o país como se esperava, ou melhor, como se desejava.

Neste contexto, o partido perdeu protagonismo no imaginário popular como vítima de uma conspiração das “elites”; perdeu seu alinhamento com a parte mais fraca da relação entre ricos e pobres, patrões e empregados, autoritários e democratas. Mesmo que isso não seja totalmente verdadeiro, ocupar essa posição de fala dentro de um processo eleitoral em que as imagens e as construções de narrativas serão cruciais é de suma importância para a absorção desse discurso pela parte menos escolarizada e esclarecida do eleitorado

Afinal, quanto mais simples é o discurso melhor é sua compreensão. É muito mais simples entender que o PT é contra o “fim da aposentadoria” do que entender que o PT provocou parte do desequilíbrio das contas públicas porque financiou o consumo por meio da renúncia fiscal.

Sem entrar no mérito do processo de judicialização da política em busca do fim da corrupção, até porque, entendo que, ao fim e ao cabo, não se conseguiu atingir nem o objetivo declarado, nem tão pouco o objetivo inconfessável de alijar o PT do jogo político. Na verdade, teve o efeito diametralmente oposto.

Ao avaliar tudo isso como uma estratégia política pensada e executada pelos partidos que eram oposição ao governo Dilma, me ocorre uma frase do Sociólogo polonês Zygmunt Bauman:

“O problema hoje não é que os partidos estejam equivocados, e sim o fato de que não controlam os instrumentos.”

O GOLPE DE 1964 COMO UM “MARCO DA DEMOCRACIA”

31/03/2020

Lendo que o Governo Bolsonaro e os setores das Forças Armadas consideram o Golpe de 1964 como um “marco da democracia” temos a certeza que esse grupo está tentando reescrever a História e impor uma nova narrativa

acrítica dos fatos, buscando desconstruir todo o trabalho de resgate histórico ensejado desde o início do processo de redemocratização pelos setores da esquerda democrática brasileira.

A “Ordem do Dia”, lida hoje em todos os quartéis do país, traz um discurso raivoso e sem qualquer vínculo com a realidade dos fatos referente ao “Movimento de 1964” que aliás, sequer é considerado como um Golpe. Nela, se considera que a sociedade brasileira, percebendo o perigo que o país estava correndo naquele momento reuniu civis e militares para retirar o país do rumo que, em sua visão anacrônica, fatalmente levaria a um regime de modelo cubano.

Acho bastante trágico que esse discurso revisionista volte com força, sobretudo nos quartéis, repetindo esse amontoado de sandices que mais parecem o discurso de um candidato em campanha da década de 1960, em uma República de Bananas, do que de um Ministro da Defesa de um governo eleito em pleno século 21, em um dos principais países do mundo, como pura provocação antidemocrática e sem nenhum respaldo histórico.

A “Ordem do Dia” refaz o discurso de Bolsonaro que fala exclusivamente para os seus eleitores, dentro e fora da caserna, e que, assim como ele, não percebem que essas forças antidemocráticas que eles querem como “salvadores da pátria” e que já estão de volta ao Poder como representantes da pior

corrente ideológica que já houve neste Brasil de meu Deus, a direita golpista, foi quem fortaleceu a esquerda e criou seus principais líderes. A esquerda brasileira é literalmente uma cria da Ditadura.

Portanto, acho muito engraçado que setores da política e da sociedade que desprezam uma análise mais crítica e contextualizada da História, já que a isenção absoluta não é possível, e que parecem odiar qualquer iniciativa neste sentido, defendam que não houve Golpe e que os militares, na verdade evitaram uma grande Revolução Comunista. Só quem nunca abriu um livro de História pode ser tão incoerente.

Acho complicado falar de um passado que não houve da mesma maneira que é difícil falar de um futuro que não chegou. Para mim, “passadologia” e “futurologia” são meros exercícios de imaginação; mas que, ancorado em um contexto histórico conhecido e dentro do curso natural dos fatos, podem nos dar uma visão do que não vivemos ou do que viveremos.

Diante disto, apenas para dar consistência ao exercício mental vamos admitir que neste período de exceção não tivéssemos nenhum grande desvio de rota, nem à direita nem à esquerda. Que a suposta Revolução Comunista que deu motivação aos golpistas não ocorresse, e de fato qualquer historiador sério pode confirmar que não havia as mínimas pré-condições necessárias para uma “Revolução Cubana” no Brasil.

Seguindo o ritmo normal do processo democrático teríamos, provavelmente, a eleição de Jango como Presidente para o período de 65 a 70. Precisamos lembrar que pela Constituição de 46 os mandatos eram de 5 anos e não havia o dispositivo da reeleição. O que permitiria a eleição de Jango é que ele havia sido eleito em 60 como vice-presidente. Naquela época votava-se no Presidente e no Vice, e não em uma Chapa como hoje; portanto, como ele não foi eleito para presidente, juridicamente poderia concorrer na próxima eleição, bastava que se desincompatibilizasse do cargo nos prazos legais. Há consenso sobre isso.

Após um novo período Jango, teríamos as eleições de 1970 sendo disputadas provavelmente por figuras como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Tancredo Neves, Carlos Lacerda, Carvalho Pinto, enfim os Governadores de então e as principais lideranças políticas da época e eventualmente algum grande empresário como Olavo Setúbal ou Paulo Maluf também poderiam estar no pleito.

A partir daí não dá para projetar mais, mas o que podemos afirmar com certeza é que deveríamos ter – não em 2018, mas em 2020, por conta do mandato de 5 anos – a eleição do 11º presidente eleito diretamente depois de Jango. Parece pouco se comparado, por exemplo, com os EUA onde Donald Trump é o 45º presidente eleito, mas, em termos de América Latina, seria um feito inédito: um país com 60 anos ininterrop-

tos de Estado Democrático com eleições diretas.

Sem a oposição que se deu ao Golpe de 1964 provavelmente teríamos nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek, Almino Afonso, Miguel Arraes, Hélio Bicudo, Teotônio Vilela, Mario Covas, Luís Carlos Prestes, Santiago Dantas, se não com a importância que tiveram, sobretudo por suas atuações na defesa da legalidade e da democracia, pelo menos por suas qualidades intelectuais e poder de liderança que existiriam com ou sem a Ditadura Militar.

Alguns nomes do pensamento conservador também teriam espaço neste cenário. Nomes como José Maria Alkmin, Gustavo Capanema, Delfim Netto, Roberto Campos, Marcos Maciel, Jarbas Passarinho e Petrônio Portela sem a necessidade de defesa do regime e polaridade política talvez tivessem contribuído muito mais com as discussões dos problemas nacionais.

Mas, os políticos que consolidaram seu poder vendendo apoio ao Regime Militar como as famílias Sarney, Magalhães, Maluf, Collor, Bornhausen não teriam muito mais que uma influência regional.

Provavelmente também não teríamos esta plêiade de partidos políticos, os quais, em sua maioria, não tem posição ideológica clara e que atuam apenas como partidos de aluguel. Acredito que não teríamos mais do que 10 legendas:

UDN, PTB, PSD e alguns partidos de minorias tanto à esquerda, sobretudo os comunistas e os socialistas e à direita, sobretudo os nacionalistas e democratas cristãos. Além de uma ou duas divergências Trabalhistas de menor expressão, mas em sua maioria sem expressão política importante.

A consolidação da democracia tenderia a concentrar o poder no centro democrático, ora mais conservador, ora mais progressista, mas os radicalismos tanto de direita quanto de esquerda teriam muito pouco espaço e representação.

Algumas figuras que dominam a cena política dos últimos anos não teriam a expressão que tiveram: Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Aloísio Mercadante e Eduardo Suplicy provavelmente não abandonariam suas carreiras universitárias para se aventurar na Política, seriam professores, ponto.

Collor de Mello, Aécio Neves e Ciro Gomes seguiriam carreira como playboys ricos e, eventualmente entrariam na política levados pela tradição familiar; enquanto Lula seria no máximo um Deputado Federal eleito pelos sindicatos e Dilma talvez nunca tivesse saído de Belo Horizonte, assim como Bolsonaro talvez nunca tivesse saído do quartel e não estaria hoje no centro do Poder nos fazendo passar tamanha vergonha alheia

Portanto, aqueles que odeiam tanto a esquerda, a ponto de golpear a democracia em 1964 e agora, não deveriam

defender Golpes de Estado e Regimes Militares, explícitos ou disfarçados, porque o que mais odeiam surge ou se fortalece justamente quando se desvia o curso natural e democrático da História.

Link da notícia: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml?fbclid=IwAR0GSDLUxn-0V6-AfmnFcFocVGfLAuQWayqL6f7Rwp-YA7JNIViOfxFl-hoCo>

O TERCEIRO CICLO

28/07/2020

Sendo o Brasil a democracia liberal com a mais estúpida concentração de renda do planeta é uma derivativa lógica que haja aqui muito mais pobres do que ricos. Portanto, por ser uma democracia com muitos pobres só ganham as eleições quem consegue conectar se com esses pobres.

Durante a ditadura militar (1964 a 1985) e no período da redemocratização e reforma do Estado (1985 a 2000) o valor do salário mínimo, um dos indicadores de concentração de renda, foi corroído pela inflação; e, sem uma política pública de correção, esse valor desceu aos mesmos níveis de poder de compra dos anos 1950 e do início dos anos 1960.

Inflação, baixos salários e concentração de renda eram os três grandes problemas que teriam potencial para es-

tabelecer a conexão necessária com as classes mais baixas que garantissem vitórias eleitorais.

Os dois primeiros foram enfrentados com relativo sucesso nos ciclos de poder de PSDB e PT. Já a questão da concentração de renda é um problema que ninguém ousou enfrentar verdadeiramente, muito embora ele esteja na raiz de muitos outros, incluindo inflação e baixos salários.

No período pós redemocratização quem primeiramente estabeleceu essa conexão foi o PSDB que se dedicou ao combate à inflação. A eleição de FHC em 1994, na esteira do Plano Real, se dá porque o controle da inflação e a valorização da moeda era uma pauta que falava diretamente com os mais pobres na medida em que deixavam de ter a pouca renda que recebiam, sobretudo na forma de um salário mínimo defasado, corroído antes mesmo que pudessem gastá-lo.

Ao conseguir o controle da inflação, FHC se conecta diretamente com a parcela da população que decide as eleições. Superada essa agenda pessoal de FHC, a conexão se desfez porque FHC só entende a pobreza academicamente e o PSDB nem isso.

O PSDB não se conecta com os pobres, não entende suas necessidades e sua linguagem e é por isso que perde eleições nacionais seguidamente, mas cria uma dinastia no Tucanistão, que é o estado de São Paulo. Aqui, ninguém se acha pobre, nem os pobres

O próximo ciclo de conexão foi o do PT que também elege uma pauta prioritária que conversa com os mais pobres: o combate à desigualdade, expresso de maneira simplista em baixos salários.

A primeira hipótese explicativa para essa conexão é que as políticas públicas implementadas durante o ciclo petista refletem uma combinação de políticas sociais e econômicas, com crescimento da renda e da escolaridade, associados a estratégias regionais de desenvolvimento.

Essa combinação se torna exitosa porque conversa de maneira imediata com os que não possuíam trabalho ou renda sustentáveis ao transferir renda e valorizar salários, com isso, abre a perspectiva de que esse ciclo seja de longa duração porque está associado às estratégias regionais de desenvolvimento que representam novos e melhores empregos e estabelece compromissos com o futuro dessas pessoas ao fortalecer políticas de acesso educacional capaz de quebrar o ciclo vicioso da pobreza, através de políticas públicas intergeracionais.

No ciclo petista de poder, a redução da pobreza e das desigualdades passou a ser tratada como uma Política de Estado e não de Governo.

Como resultado dessa mudança de visão, boa parte das políticas públicas com esses objetivos foram constitucionalizadas por meio de Emendas Constitucionais para que fosse garantida sua perenidade mesmo com a chegada ao Governos de outras forças políticas.

Emendas Constitucionais deram a segurança jurídica e política para a adoção de diferentes iniciativas de políticas de transferência de renda, de política de valorização do salário mínimo e de expansão dos recursos destinados à educação.

Os efeitos dessas Emendas na economia retroalimentaram iniciativas e incentivos ao aumento do emprego formal, ao aumento do investimento público em infraestrutura, ao crédito imobiliário e ao incentivo para aumento da produção e do consumo no mercado interno.

O paradoxo é que durante esse ciclo, o PT se conecta com as classes mais pobres da população proporcionando e garantindo que aumentem sua renda presente e futura e isso rompe essa conexão. Não porque o partido não entenda suas necessidades e sua linguagem, mas porque a classe mais desfavorecida, depois de 14 anos, já não se enxerga mais como tal e, satisfeitas as necessidades materiais faltou atender necessidades simbólicas associadas aos valores das classes médias.

Com a inflação controlada e a renda média da população crescendo – apenas como exemplo, o salário mínimo em janeiro de 2012 chegou ao pico de US\$ 350,00, mais que o triplo do valor médio do período militar e do período da redemocratização e reforma do Estado – surge a necessidade das novas forças que disputariam o poder político pelo voto, depois de golpe de 2016, estabeleceu-

rem uma nova conexão com as camadas mais pobres da população que não passassem pelas pautas identificadas com o PT ou com o PSDB.

A opção de “nova direita” que elege Bolsonaro é se conectar com essas camadas pelos discursos lastreados por valores morais e pelo combate a inimigos imaginários como a ameaça do comunismo, a ideologia de gênero e a doutrinação educacional e religiosa.

Esse discurso tem forte aderência em uma população que está minimamente atendida em suas necessidades básicas, que não precisa se preocupar com a desvalorização da moeda ou em conseguir fazer 3 refeições por dia. Insuflado por um elaborado discurso anticorrupção bombardeado diuturnamente pela mídia, a parcela da população que decide as eleições embarca em um discurso vazio e de difícil comprovação de sua realização.

Queiramos ou não, gostemos ou não, esse discurso – por razões bastante complexas que vão desde questões internas, como aspectos religiosos das grandes cidades até movimentos de uma guerra híbrida no cenário internacional envolvendo a geopolítica das novas relações multipolarizadas – se conecta com essa população mais pobre e elege o mais improvável de todos os candidatos possíveis ou imagináveis.

O grande dilema de Bolsonaro, dado o absurdo da sua eleição e o desafio de conduzir o país para uma retomada econômica pós pandemia, é manter

essa conexão com o eleitorado baseada exclusivamente em questões ideológicas e em valores morais.

Com o desemprego em alta, a renda da população despencando e o risco real de não haver mais 3 refeições por dia para boa parte da população, será necessário estabelecer políticas públicas de verdade para não ser descartado em 2022.

Se por um lado ele precisa entregar políticas públicas que redistribuam renda e aumentem o nível de emprego e de alguma forma aqueçam a economia, por outro, ele se recusa, ou não possui a capacidade de usar o poder do Estado para isso.

Nestes 4 anos, sim, eu já não vejo o impeachment como uma possibilidade concreta nesse momento, o ultraliberalismo de Paulo Guedes que veio a reboque da eleição de Bolsonaro fará um enorme estrago na economia, concentrará ainda mais a renda no país e provocará um alinhamento automático com os interesses americanos que, de maneira alguma ajudarão em uma campanha de reeleição.

Temos, portanto, pouco mais de 2 anos para encontrar um novo discurso que possibilite essa reconexão com as camadas mais pobres da população e preparar as políticas públicas que diminuam o estrago do pior governo que esse país já teve.

POR QUE A GENTE PENSA ASSIM?

15/06/2020

A pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”, aponta que a satisfação dos brasileiros com a democracia sofreu uma queda desde que Bolsonaro chegou à presidência: de 32,9% caiu para 25,1%. Por essa mesma pesquisa, sabemos que 59,7% dos entrevistados declararam que um Golpe de Estado é injustificável em qualquer hipótese.

Esse é o tipo de pesquisa que a pergunta causa mais estranheza que as respostas. Em nenhuma democracia séria faz sentido perguntar às pessoas se elas estão satisfeitas com a democracia. Elas simplesmente não pensam em outros modelos de organização política. Perguntar sobre Golpes de Estado, então, faz menos sentido ainda.

Por aqui, no entanto, essa pesquisa é feita periodicamente e na última edição constatou-se que 1 em cada 4 brasileiros estão insatisfeitos com o modelo democrático de governo e 4 em cada 10 consideram que Golpes de Estado podem ser justificáveis em determinadas situações.

A pergunta que me parece fazer mais sentido é por que a gente pensa assim? Seguem alguns dados que podem nos ajudar a refletir sobre essa característica autoritária e antidemocrática do brasileiro que se consolida com Bolsonaro, mas que vem de há muito tempo

Ninguém, no Brasil, que tenha nascido depois da Proclamação da República há 130 anos e tenha vivido pelo menos 50 anos, passou toda sua vida sem testemunhar pelo menos um Golpe de Estado seguido de uma Ditadura ou um período de redemocratização. Ou ambos. Consequentemente, tampouco passou toda sua vida sob uma única Constituição Federal.

Nestes 130 anos de República, 40% do tempo, ou seja, mais de 53 anos fomos governados por militares e apenas 17 das 41 pessoas que ocuparam o cargo de Presidente da República foram eleitos pelo voto direto. Isso quer dizer que 46% do período republicano, o que corresponde a 60 anos, fomos governados por presidentes que deram golpes de Estado ou que substituíram presidentes depostos ou afastados.

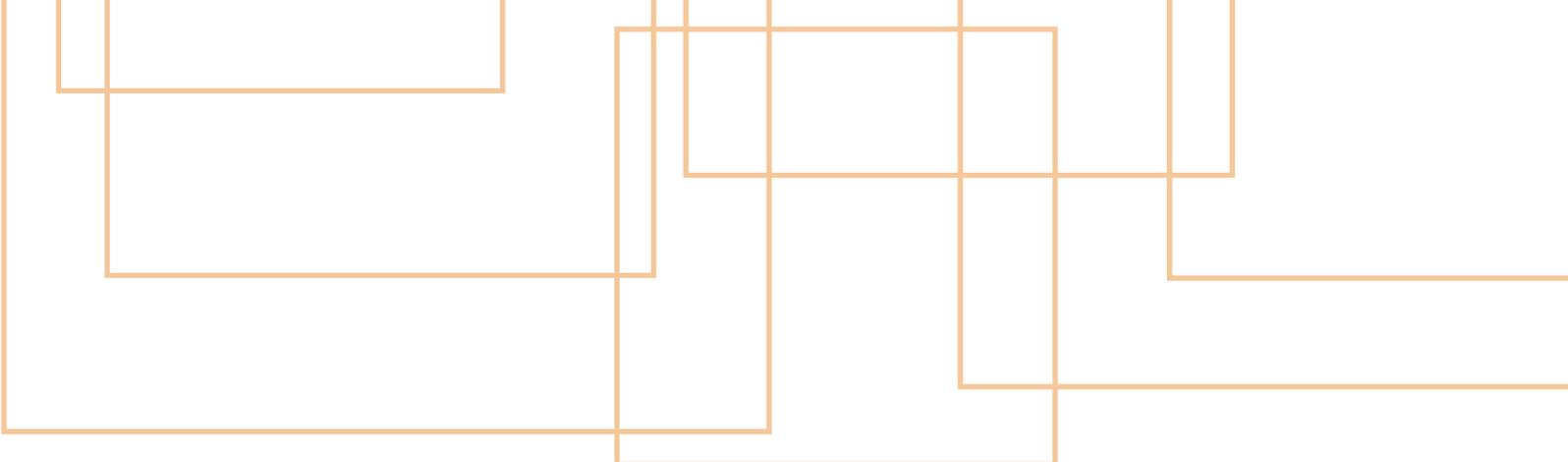
Portanto, como vemos, longos períodos democráticos não são a regra no Brasil. A regra tem sido de Golpes de Estado, seguidos de uma nova ordem constitucional. Durante todo o período Republicano foram diversos “movimentos políticos” que interromperam a trajetória democrática e 5 Constituições.

Essa lógica de alternância no poder por vias não democráticas criou na classe política e também na população um ethos, uma cultura, fortemente complacente com a violência política.

Por isso existem políticos como Bolsonaro. Ele é simplesmente um reflexo muito torto, mas ainda sim um reflexo da nossa cultura política. Um presi-

dente civil, mas de origem militar, eleito democraticamente, mas que sonha com a Ditadura e com uma nova Constituição. Por isso a gente pensa assim.

Link da Noticia: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/rejeicao-a-golpes-cresceu-no-pais-revela-pesquisa/?fbclid=IwAR1P6xQuEvNvldV1tU9E50zw7xobeHouBOgHusdtqm-94VYQPGYnLDBCQULI>



INSTITUIÇÕES

A CIÊNCIA POLÍTICA TRATA DE NECROPSIA E NÃO DE BIOPSIA.

22/10/2019

Olhando para o que acontece hoje em diversos países, tanto aqui na América do Sul quanto na Europa, o que demonstra que o fenômeno está relacionado às crises cíclicas do Sistema Capitalista, mas não com a posição de centralidade ou de periferia que o país ocupa, cabem algumas considerações para tentar colocar um pouco mais de luz sobre esse tema.

Lembrando que muito do que acontece hoje nestes países mundo a fora tem as mesmas raízes do que ocorreu por aqui durante as Manifestações de 2013 e que, portanto, podem ter as mesmas consequências.

Acredito que muito do que se está elevando à condição principal é mera cortina de fumaça: a repressão policial, a discussão sobre reformas políticas, as demandas do povo na rua, as prioridades na agenda do governo, etc. nada disso é de fato relevante. O que de mais relevante está acontecendo é a mudança do modelo de representação política.

Para o desenvolvimento dessa hipótese, infelizmente, precisamos abandonar momentaneamente alguns conceitos clássicos da Teoria Política ou Sociológica e olhar para outra área do conhecimento que deriva diretamente da Matemática, enquanto Ciência Pura, que é a Teoria das Redes Complexas.

Essa teoria já vinha sendo muito utilizada em Informática, obviamente, mas também na Engenharia, Física,

Química e Biologia para entender o comportamento de coisas como proteínas, vírus, sistemas viários e mais recentemente, Comportamento Social.

A partir do atentado de março de 2004 na Espanha quando milhares de pessoas foram para as ruas em um gigantesco protesto sem uma convocação formal e explícita, cunhou-se o termo “enxameamento” para explicar o fenômeno não mais pelas teorias das ciências humanas e sim pela Teoria das Redes Complexas que estava sendo usada para explicar o comportamento do vôo de pássaros e insetos, daí a origem do termo, por exemplo.

Clássica e historicamente os sistemas de redes de representação política evoluíram em 3 estágios. No primeiro estágio temos o princípio da organização dessa representação, com a presença de um único centro de poder, controle e comando.

Podemos entender com esse modelo os sistemas pré Estado Moderno que nós conhecemos historicamente como os grandes impérios e de certa maneira os sistemas tribais. São sistemas fechados com pouca ou nenhuma inter-relação com outros sistemas.

No segundo estágio, já temos vários centros de poder interagindo dentro do mesmo organismo ou sistema. O Estado Moderno, sobretudo após a Revolução Francesa pode ser representado por este modelo, onde a Igreja, a Burguesia, os Governos, os Políticos, os Exércitos e em certa medida até o Povo

são colocados como centros adjuntos de poder.

Esses já são sistemas abertos, mas ainda com pouca inter-relação com outros sistemas, mas que busca se conectar com centros de poder de mesma natureza fora do sistema nacional ou orgânico, ou seja, enquanto o sistema como um todo tenta preservar uma unicidade, suas partes buscam a conectividade com outros conjuntos de atores sociais.

E, por fim no último estágio que talvez seja o próximo passo, temos cada indivíduo como detentor de uma parte desse poder e que tem demandas próprias, que na verdade são coletivas, mas que são customizadas para parecer individuais, sobretudo no discurso para fora do grupo.

Esses por sua vez, são sistemas totalmente abertos com total inter-relação com outros sistemas, que se conecta com indivíduos com as mesmas demandas individuais e de mesma natureza de dentro e de fora do sistema onde estão localizados, ou seja, desconhecem totalmente as fronteiras do sistema original que são as organizações sociais como Estado, Representação Política, Ideologias, Cultura, Nacionalidade, etc.

O maior problema é que imagino que estejamos neste momento entre dois modelos, em um estado de “anomia social” onde o modelo anterior não serve mais, mas o modelo seguinte ainda não está completamente formatado.

Neste momento o Ecosistema Político, ou essa Rede Social Complexa, está cada vez mais hiper conectada e instável e a representação tornou-se a panaceia da qual as organizações (partidos, sindicatos, governos) mais do que precisam, dependem, para se validar.

Sem entrar na discussão sobre a correta definição da representação política, considero que neste momento, essa representação deixou de depender da orientação dos líderes, caudilhos salvadores da pátria e pelegos individuais para ser uma propriedade emergente das redes sociais de colaboração em todo o seu processo de desenvolvimento e difusão.

Por esse ponto de vista, o desenvolvimento dessa nova rede social pela sociedade antecede, em pelo menos três séculos, os fenômenos cyber culturais das mídias sociais.

Quando as pessoas e as comunidades começaram o processo de globalização, sobretudo comercial, passamos a ser definidos justamente pela nossa capacidade de estabelecer grandes redes sociais entre indivíduos distantemente aparentados ou mesmo desconhecidos entre si.

Essa formidável capacidade cooperativa, que as mídias sociais apenas potencializaram, está acelerando a mudança de modelo de Rede que estamos vivendo.

Precisamos necessariamente olhar para esse processo todo como um

organismo vivo que reage e se transforma a cada estímulo que recebe e é por isso que a Ciência Política tem maior dificuldade de entendê-lo em sua inteireza.

A LAVA JATO E O FASCISMO

26/04/2020

A História será sempre um bálsamo para tempos absurdos.

Muitos de nós acreditamos que o Governo Bolsonaro seja formado por políticos incompetentes e militares autoritários que estão colocando em risco as poucas políticas públicas eficientes criadas nos últimos 30 anos.

Não deixa de ser verdade, mas o verdadeiro risco está no pequeno núcleo formado dentro do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas cuja origem, de fato, está em uma classe média que serve aos interesses dos verdadeiros donos do poder: a mídia, o sistema financeiro e parte da intelectualidade nacional que repercute academicamente seu ideário.

Esse núcleo, que tem em Moro e Dallagnol, apenas os rostos mais conhecidos, tornou se um grupo orgânico e determinado imbuído de uma ideia salvacionista e messiânica que produziu ações impactantes e surpreendentes para mostrar força perante a opinião pública, colocando em risco o modelo de democracia liberal que adotamos e o Estado de Direito que conquistamos através da Constituição Federal de 1988.

Quando você não conseguir entender uma crise política como essa em que nos metemos, busque na história por conjunturas semelhantes e provavelmente você encontrará no passado um retrato do tempo presente.

Renzo de Felice, professor de História da Universidade de Roma, é por unanimidade considerado o maior historiador do fascismo italiano. Para De Felice, o fascismo é uma ideologia revolucionária e modernizadora da classe média, com origem no Iluminismo e que, ao contrário do que muitos pensam, não chega ao poder pela força das armas.

Esse pequeno núcleo não descansa e opera por ondas contínuas, sem intervalo nem descanso, defendendo propostas moralizadoras, para não dar tempo às forças contrárias de esboçar reação. Essas ondas vão em um crescendo de ousadia e audácia, deixando os opositores e os neutros surpreendidos a cada dia.

A audácia e a ousadia só são possíveis pela existência de um fator central: o Fascismo opera contra um regime desgastado, desorganizado, incapaz de reagir, após crises políticas sucessivas como ocorreu na Itália de Mussolini e em outros países europeus do pré guerra.

Em um único país o fascismo chegou pelas armas e pelo golpe militar: na Espanha de Franco. Em Portugal, o Fascismo ascendeu sem luta, pela ruína financeira do Estado que tornou possível convocar um modesto professor de economia para assumir o poder por 40

anos, criando seu próprio fascismo, a União Nacional.

Nos demais, o grande elemento que favoreceu a ascensão do fascismo foi a covardia de todas as estruturas do Estado. Covardia do Rei, do Parlamento, da cúpula do Judiciário, dos empresários. Todos ficaram inertes com a ousadia do pequeno grupo determinado, messiânico e salvacionista, que se considerava o único grupo capaz de salvar o país imbuídos de uma missão em que eles acreditam ou fingem acreditar.

Na Alemanha, onde um desdobramento do fascismo, mais agressivo e violento, chegou ao poder em eleições diretas, a audácia veio depois, com Hitler em pouco tempo rompendo a Constituição de Weimar para se tornar ditador.

O fascismo é um movimento no início moralizador e de classe média. A corrupção inevitável vem depois. No começo vem para purificar as instituições, prender os corruptos, modernizar o País. Depois se torna ditadura e cria sua própria corrupção, afastando a corrupção do antigo regime.

De Felice decifra o fascismo em dois ângulos: como história de uma época e como Ideologia salvacionista. Nesta segunda visão, se aplica a qualquer tempo, pois o fascismo é uma ideologia atemporal. Portanto, por óbvio, aplica-se ao atual momento político que vivemos no Brasil.

Basta trocar alguns nomes e situações e teremos um quadro bastante

parecido com o nosso momento atual. Qualquer semelhança com a Operação Lava Jato e seus métodos não é mera coincidência

Pense neste pequeno núcleo determinado como a Força Tarefa da Lava Jato, o Ministério Público, os juízes Sergio Moro, Gabriela Hard e Marcelo Bretas e parte importante dos Tribunais Superiores passando pelo TRF - 4 chegando até o STF e todas as suas ramificações políticas. Pense nas operações por ondas contínuas nas infinitas fases da Operação Lava Jato.

Pense na covardia de todas as estruturas do Estado que permitiram inconstitucionalidades patentes como o processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade, prisões sem sentença transitada em julgado e delações premiadas que não se comprovaram.

Pense no fascismo como um movimento no início moralizador e de classe média como aconteceu nas absurdas manifestações na Av. Paulista e em todas as outras capitais com milhões e milhões de patos amarelos pedindo o fim da democracia.

Pense, apenas pense.

A PGR E A CLASSE MÉDIA

18/03/2019

O excesso de protagonismo do Ministério Público deve sua existência a

consolidação de uma classe média nas grandes cidades brasileiras.

Desde o julgamento do mensalão o MP foi marcado por um protagonismo jamais visto em sua história que se formou mediante a articulação da mídia e de uma base social de classe média militante contra o PT.

Os jovens Procuradores de Estado, que estão à frente desse protagonismo, são em sua maioria filhos das camadas médias urbanas que ascenderam socialmente com a estabilização monetária e a Reforma do Estado dos anos 1990.

Em geral, são filhos de burocratas de médio escalão, de uma pequena burguesia urbana e de profissionais liberais que viram a deterioração do trabalho, renda e patrimônio familiar através do processo de hiperinflação da década anterior.

Essas famílias buscaram garantir-lhes as pré-condições necessárias para acessarem, através da estrutura e da segurança das carreiras de Estado, a estabilidade econômica e ascensão social que a iniciativa privada já não podia garantir. Nunca foi por vocação. Sempre foi uma escolha racional.

Após o início da carreira profissional em órgão de Estado, em geral fora dos grandes centros políticos, e da carreira acadêmica longe das Universidades mais conceituadas, formou-se uma casta que comunga o ideário da meritocracia e que passou a associar a desorganização do Estado e a falência das políticas públi-

cas à atuação dos políticos de um modo geral e dos políticos de esquerda de um modo mais específico.

Ao defender a meritocracia em detrimento do sistema eleitoral e da política partidária a partir da sua atuação dentro das estruturas do Estado adotam como bandeiras a reforma político eleitoral e o combate à corrupção.

Em sua visão “despartidarizada” havia a necessidade da derrubada do governo e das forças políticas que o sustentavam para entregá-lo a uma elite tecnicamente capacitada e ideologicamente neutra, ou seja, eles mesmos, ou quem eles entendessem que possuíam estas características.

Uma visão de mundo tão ambígua que estabelece sua influência política a partir de um discurso e uma atuação contra a política e uma estigmatização de alguns partidos através do apoio a outros.

Como esse discurso contra a corrupção e o engessamento do modelo eleitoral correspondia às demandas de parte da população, sobretudo da classe média de onde são oriundos, foram facilmente manipulados pelas forças políticas e midiáticas contrárias ao lulopetismo, que assumiram a direção política do golpe de 2016, mas, secretamente, passaram a enxergar esses jovens Procuradores de Estado, muito mais como ameaça que como aliados.

Como o Ministério Público não tem os mesmos interesses e poderes do

Executivo e do Legislativo ou até mesmo do Judiciário, esse consenso se desfez rapidamente.

Depois de consolidada a alternância no poder por vias não eleitorais e que toda a ação golpista de natureza jurídica foi respaldada pelos tribunais superiores sob a chancela da “institucionalidade democrática” era necessário enquadrá-los na nova ordem política. “Com o Supremo, com tudo”, lembram?

Esse movimento encabeçado pelo diletos e paladinos Procuradores que culminou no golpe caiu como uma luva para que uma extrema direita reinventada, retrógrada e antidemocrática, que adotou o ódio como política, pudesse se eximir da culpa no ataque cerrado ao governo que, apesar de escolhas antipopulares, sobretudo no segundo governo Dilma, dirigiu as principais políticas de igualdade social, de gênero e racial que nunca haviam sido implantadas no País.

Contraditoriamente, a mais icônica operação anticorrupção já levada a cabo no Brasil, a Operação Lava Jato, conduzida exatamente por esse grupo de jovens Procuradores de Estado, só se viabilizou por conta de uma inovação aprovada e implementada no Governo Dilma que viria ser sua principal vítima: a delação premiada ampliada para organizações criminosas. Somente com a delação foi possível coagir grandes empresários a delatar seletivamente em troca de penas alternativas.

A ambição justiceira dos membros da força-tarefa da Lava Jato, todos apro-

vados em disputadíssimos concursos públicos, origina-se principalmente de sua origem de classe, como já foi dito.

A classe média urbana, de onde vem muitos, senão todos, esses jovens Procuradores de Estado, ao ter seus espaços, antes privilegiados, em universidades federais, aeroportos e shoppings ocupados pelos setores populares beneficiados pelo tripé distributivista dos programas de transferência de renda, das medidas de ampliação do crédito para o consumo e das políticas de elevação do salário mínimo, construído ao longo dos governos do PT, novamente expuseram sua particular visão de mundo, sectária e excludente.

Depois de 6 anos de Operação Lava Jato confirma-se seu caráter seletivo e que não se trata de uma cruzada contra o corrupto e violento empresariado brasileiro e seus representantes no Estado, mas uma estratégia muito bem desenhada de “lawfare”, visando interferir diretamente no jogo político.

É claro que em sua atuação ela encontrou e combateu reais casos de corrupção, só que o sistema político e o modelo de representação democrática, com todos os seus defeitos, não pode ser substituído por Procuradores de Estado simplesmente porque esses carecem do mais importante elemento do modelo de democracia liberal moderno: o voto popular.

OS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

15/05/2020

Bolsonaro passou mais tempo no Congresso que no quartel. Por que então, há tantos militares no Governo?

Durante os últimos 30 anos, desde que recuperamos o direito de eleger o Presidente da República através de eleições diretas, PT e PSDB estiveram envolvidos diretamente em todas elas e foram responsáveis pela administração federal em 22 desses 30 anos.

Apesar da polarização decorrente do embate eleitoral e político direto em 6 das 8 eleições do período, os dois partidos têm alguns pontos em comum: são democráticos, atuam de maneira orgânica dentro de associações da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores, associações patronais e movimentos sociais e possuem uma enorme capilaridade apoiada em milhares de Diretórios e milhões de filiados espalhados por grande parte dos municípios brasileiros.

Essa capilaridade territorial e capacidade de gestão estatal possibilitou a esses partidos exercer o poder, não só no Executivo Federal, mas também em dezenas de governos estaduais e centenas de prefeituras nesse período, de maneira contínua ou alternada.

Para exercer esse poder por tanto tempo e de forma tão pulverizada foi necessária a criação de uma rede impressionante de captação de recursos

humanos nas mais diversas instituições da sociedade civil.

De universidades a ONG's, de empresas privadas a órgãos públicos, de sindicatos a associações de classe, atores políticos foram cooptados para atuar nas mais diferentes áreas e nos mais diversos níveis da estrutura estatal como burocratas ou gestores públicos.

Claro que esses partidos também foram responsáveis por boa parte da capacitação desses atores para que atuassem com eficiência dentro das estruturas estatais que passaram a gerir.

Neste período PT e PSDB foram responsáveis pelos dois períodos de autoridade política estável que tivemos e que lhes deu o controle sobre a "máquina pública" e a capacidade de produzir narrativas sobre a agenda política do país que, por capilaridade e por gravidade, se espraiaram pelas agendas dos entes subnacionais.

No seu ciclo o PSDB, conseguiu estabelecer o controle da inflação e a estabilidade da moeda, produziu a reforma do arcabouço jurídico herdado do Regime Militar desmontando o que se convencionou chamar de entulho autoritário e o PT foi o responsável por dar continuidade dessa agenda, mas prioritariamente se dedicou a agenda do combate à pobreza e à desigualdade, a expansão do consumo e do crédito para classes mais baixas e a construção de um pensamento estratégico de inserção do país no redesenho global de um mundo multipolarizado pós Guerra Fria.

Para fazer isso foram necessários milhares de pessoas nos mais diversos postos da administração pública, cada um e cada uma dentro das suas áreas de conhecimento, mas alinhados com uma visão de mundo dirigida e orientada pela visão de mundo de um desses partidos.

Não é isso, mas se quiserem podem chamar de aparelhamento político do Estado. Sem ele, as políticas públicas simplesmente não acontecem. É incrível a quantidade de boas ideias e bons projetos que não deram certo porque a burocracia estatal de médio escalão não "comprou a ideia" ou porque os operadores da política pública entenderam com muito mais clareza que seus gestores outras dimensões do problema que impediria sua plena execução.

Isso tudo para dizer que candidaturas como a de Bolsonaro serviriam apenas para dar visibilidade e fortalecer as candidaturas proporcionais para Deputados porque a PEC 33/2017 estabeleceu que, a partir dos resultados das eleições de 2018, serão utilizadas cláusulas de desempenho eleitoral para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo gratuito de rádio e televisão.

Isso tudo para dizer que todas as medidas implementadas até aqui por Bolsonaro fazem parte de um Plano de Governo que não foi feito para ser implementado, na verdade nem há um Plano de Governo na acepção do termo. Nem eles esperavam ir tão longe.

Outro ponto é que falta ao ajuntamento de malucos sectários e despreparados oportunistas que formam o gabinete de Bolsonaro as devidas capacidades estatais para formular políticas públicas minimamente coerente e eficazes.

O PSL/Aliança não tem experiência administrava ou parlamentar e as demais bancadas temáticas, lembrem-se que Bolsonaro optou por relegar o diálogo com partidos, não foram atendidos em suas demandas por cargos, medidas e verbas o que impossibilitou a formação de base política que lhe dessa sustentação e por isso o governo não consegue definir uma pauta de consenso ou uma estratégia de atuação e negociação com a sociedade e com as forças políticas e os demais poderes instituídos e por isso vem acumulando derrotas.

Sem um plano de governo minimamente coerente e sem as devidas capacidades estatais para implementar qualquer coisa em seu lugar, Bolsonaro se viu obrigado a recorrer aos militares, que têm junto à sociedade uma imagem de competência funcional e planejamento estratégico claro e valores como nacionalismo e probidade. Essa imagem é discutível, mas esse é um outro capítulo. Os militares, portanto, embarcaram no governo como os quadros políticos que as forças político partidárias que elegeram Bolsonaro não foram capazes de criar.

Já os militares que estão embarcando no governo e que não são poucos; o último levantamento que encontrei,

aponta 2.897 de integrantes das Forças Armadas cedidos a órgãos da administração federal; são em sua maioria filhos das camadas médias urbanas que ascenderam socialmente com a estabilização monetária e a Reforma do Estado dos anos 1990.

Em geral, são oriundos de famílias de militares de carreira que fazem parte dessa pequena casta urbana sustentada pelo Estado ou de profissionais liberais que formam a pequena burguesia Nacional. Essa “classe média” viu a deterioração do trabalho, renda e patrimônio familiar através do processo de hiperinflação dos anos 1980. Essas famílias buscaram garantir-lhes as pré-condições necessárias para acessarem, através da estrutura e da segurança de uma carreira de Estado, a estabilidade econômica e ascensão social que a iniciativa privada não podia garantir. Nem sempre foi por vocação. Sempre foi uma escolha racional.

Essa sua visão “despartidarizada” (“Brasil acima de tudo”, “Meu partido é o Brasil” e coisas do tipo), antecede as palavras de ordem do bolsonarismo, aliás lhe inspiram, havia a necessidade da saída do jogo político tradicional e derubada das forças políticas que o sustentavam para entregá-lo a uma elite tecnicamente capacitada e ideologicamente neutra, ou seja, eles mesmos, ou quem eles entendessem que possuíam estas características.

Por fim, por um lado Bolsonaro precisa de gente para assumir posições

nas estruturas de Estado que deveriam ser ocupadas por quadros políticos que ele não tem para lançar mão, por outro lado parte importante das Forças Armadas se consideram preparadas, embora não sejam, para assumir essas posições em troca da possibilidade de ascensão social e financeira em um nível que a carreira militar nem sempre consegue proporcionar.

PARA ONDE FOI A CONSCIÊNCIA DE CLASSE?

19/12/2019

A consciência de classe, tanto burguesa quanto proletária, se desmanchou após a 2ª GG em consequência de um pacto entre trabalhadores, representado por Sindicatos e Partidos e patrões representados por Associações e Governos, que fortaleceu o Estado (política e financeiramente) criando um anteparo aos conflitos clássicos e históricos de Capital e Trabalho.

A criação de um super Estado financeiramente poderoso e ideologicamente direcionado que retirou recursos da burguesia através de um brutal aumento de impostos em troca de um maior controle sobre às demandas proletárias, foi a contrapartida para o repasse indireto desses recursos para a classe trabalhadora através de Políticas Públicas de Saúde, Segurança, Educação e Previdência.

Essa foi uma das contribuições da Social Democracia europeia no que se convencionou chamar de Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social e o resultado desse movimento foi uma trégua de 3 ou 4 décadas sobretudo na Europa e que chegou à periferia do Capitalismo como o Brasil com pelo menos 20 anos de atraso.

Enquanto isso era claro e os capitalistas eram eminentemente industriais e os proletários eminentemente operários, o pacto funcionou.

Esse “acordo” começou a “fazer água” quando acabou o dinheiro por conta das crises do capitalismo, a do petróleo, por exemplo, para bancar as demandas crescentes por políticas sociais pressionadas por diversos fatores de origem demográfica (migração internacional e envelhecimento da população, basicamente).

Com as crises, cada classe ou grupo quis cuidar dos seus próprios interesses: capitalistas industriais contra financeiros, rentistas contra produtivistas. E do outro lado, operários contra funcionários públicos, classe média autônoma contra profissionais liberais assalariados, aposentados contra trabalhadores... etc.

Tudo isso, em meio a uma crise do sistema de representação política representado da democracia liberal onde ninguém estava mais representando ninguém.

Ou seja, diversos interesses de ambos os lados em conflitos internos e externos.

O maior problema é que imagino que estejamos entre dois modelos, em um estado de “anomia social” onde o modelo anterior não serve mais, mas o modelo seguinte ainda não está formatado.

Neste momento o ecossistema político está cada vez mais hiper conectado e instável, e a representação tornou-se a panaceia da qual as organizações (partidos, sindicatos, governos) precisam para se validar.

Sem entrar na discussão sobre a correta definição da representação política, considero que neste momento, essa representação deixou de depender da orientação dos líderes, caudilhos salvadores da pátria e pelegos individuais para ser uma propriedade emergente das redes sociais de colaboração em todo o seu processo de desenvolvimento e difusão.

Ou como diria Antônio Gramsci em Cadernos do Cárcere: “O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”.



Desenhado para ficar mais claro.

SOBRE AS INDICAÇÕES PARA O STF

30/04/2020

Bolsonaro critica Alexandre Moraes por sua amizade com Temer, assim como tem gente que critica Gilmar Mendes por sua aproximação com FHC ou Toffoli com Lula e Dilma. Isso se dá porque as pessoas parecem vincular o voto ou as posições de um Ministro a sua indicação presidencial para a Corte, no entanto isso é uma falsa polêmica.

A indicação presidencial definitivamente não é o critério que os Ministros do STF adotam para se posicionar perante as questões que lhes são apresentadas para opinar ou para decidir, seja monocraticamente, seja em turma ou colegiado quando a Corte é provocada por outros Poderes ou pela sociedade.

Obviamente todo Ministro do STF ou de qualquer outra Corte Superior não está isento de um viés político em suas decisões. Isso só causa estranheza onde se acredita que o Poder Judiciário é um poder isento de pressões e interesses.

A discussão de fundo, na verdade, não está no alinhamento político de alguns Ministros em função da inevitável indicação presidencial de seu nome para a Corte Suprema. Se não há um alinhamento político, deveria haver, no mínimo, um certo constrangimento no julgamento de causas contra o grupo político que o indicou ao STF, mas não é isso que ocorre.

Os próprios Ministros fingem acreditar nesta falaciosa isenção e fazem contorcionismos retóricos para que decisões políticas pareçam baseadas em argumentos técnicos. E dá-lhe juridiquês.

Com a máxima vênia, a discussão de fundo que deveria estar sendo travada é sobre a origem e a formação do Ministros do STF e não sobre seu inevitável alinhamento político com esse ou aquele grupo político.

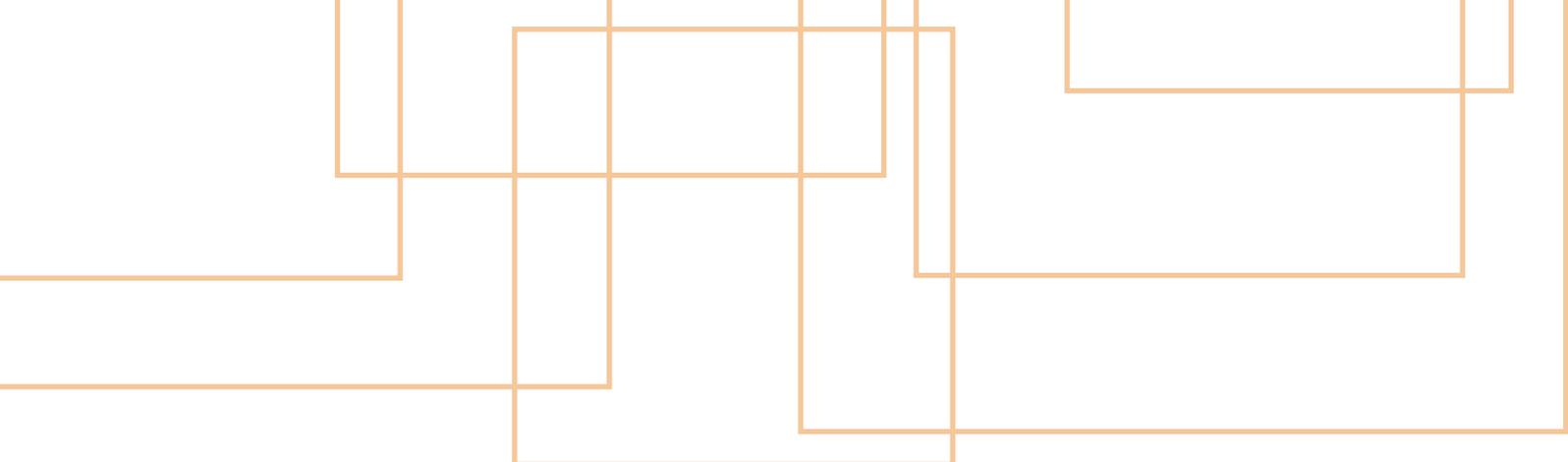
Ao longo da sua história, o STF já teve 167 Ministros que formaram a elite jurídica brasileira e que, por óbvio, também fizeram parte e estavam alinhados com a elite social, econômica e política do país em suas épocas.

Uma elite que vem de algumas Escolas de Direito bem específicas: Largo São Francisco, Federal do RJ e Federal de PE. Mais da metade (55%) de todos esses 167 Ministros da história do STF, graduaram-se nessas Faculdades.

Dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco vieram nada mais, nada menos que 79% desses Ministros, porque se o Ministro não se graduou naquelas 3 faculdades, 100% de suas pós-graduações foram nelas...

Portanto, não é a indicação presidencial que estabelece o alinhamento político de um Ministro do STF. Para eles o fator determinante em suas decisões são sua formação e suas relações pessoais, acadêmicas e profissionais e isso se forma ao longo da vida e não apenas no momento da indicação.

O STF e suas excelências tomam decisões que deveriam, sobretudo, respeitar a Constituição sem qualquer viés político, mas nem sempre é assim. Conceitualmente, se uma decisão termina por beneficiar Fulano ou Sicrano ou demonstrar um maior alinhamento com esse ou com aquele grupo político é outra falsa polêmica que se dá, porque o STF, desde o Mensalão, mas sobretudo desde a Lava Jato, decidiu agir ainda mais como agente político e se acovardou diante dessa discussão desde 2009.



GOVERNABILIDADE

A NOVA POLÍTICA DE BOLSONARO NASCEU VELHA

18/06/2020

A promessa do Governo Bolsonaro era reduzir para 15 o número de Ministérios. Com a recriação do Ministério das Comunicações já são 23, sendo 17 Ministérios, 2 Secretarias e 4 Órgãos equivalentes a Ministérios.

Primeiramente há um grupo de 3 Ministérios que não são de Governo, são de Estado e são responsáveis por manter e garantir funções e deveres de Estado: o Ministério da Justiça, o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Defesa. Este grupo não garante apoios à governabilidade

O Ministério da Justiça deveria ser a pasta com mais poderes e com a

atuação ampliada porque incorporou o extinto Ministério da Segurança Pública criado na Gestão Temer.

Mas Sérgio Moro não disse a que veio e saiu do Governo deixando o Ministério esvaziado tornando o um escritório de advocacia para defender outros ministros.

Os outros 2 Ministérios desse grupo, Relações Exteriores e Defesa, estão nas mãos de pessoas muito próximas de Bolsonaro, mas sem uma ligação partidária e sem representatividade junto aos Servidores de Carreira de Estado e das Forças Armadas que são quem, de fato, deveriam dar o direcionamento das Políticas de Estado dessas Pastas.

Em um segundo grupo está o que pode ser considerado o “Núcleo Duro”

do Governo e os principais Órgãos de Controle e Gestão. São eles: a Casa Civil, a Secretaria Geral da Presidência e a Secretaria de Governo e o Gabinete de Segurança Institucional ocupados por militares e a Secretaria de Comunicação Social, que passará a atuar de dentro do Ministério das Comunicações, a Advocacia e a Controladoria Geral da União que deveriam ser órgãos eminentemente técnicos. Este grupo também não garante apoios à governabilidade

A Casa Civil e essas Secretarias e Órgãos estão ocupadas por Militares do alto escalão das Forças Armadas, da ativa e da reserva, e por Servidores de Carreira de Estado que claramente estão alinhados com o Presidente formando seu grupo de assessores mais próximos.

No próximo grupo estão os Ministérios da Economia, Desenvolvimento Regional, Infraestrutura, Agricultura e o Banco Central. Este grupo ajuda a manter o apoio do mercado e do empresariado.

No redesenho do Ministério da Economia; os extintos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, juntamente com Indústria e Comércio, Previdência e Trabalho foram fundidos à Fazenda dentro de um superministério conforme impôs Paulo Guedes para aceitar ir para o Governo.

Paulo Guedes não tem filiação partidária e esse grupo de ministros não foram convidados em função dos seus vínculos com partidos. Ainda assim, estão alinhados com o Presidente e seu

“Núcleo Duro” de poder e são a eminência parda e a reserva técnica que fazem o contraponto ao poder militar e ideológico que ainda sustenta Bolsonaro junto ao mercado.

Os demais Ministérios ou são ligados à Infraestrutura e Produção Econômica, como Comunicação, Minas e Energia, Meio Ambiente, Turismo e Ciência e Tecnologia ou a Serviços de Assistência Social como Saúde, Educação, Cidadania e Direitos Humanos.

Todas essas pastas serviram para abrigar pessoas que foram importantes na campanha de Bolsonaro ou que poderiam fazer bem para imagem do governo e agora serão as “moedas de troca” com que Bolsonaro tentará manter o mínimo de governabilidade para chegar até 2022.

A partir de agora, quando o impeachment bate à porta e o STF estica a corda, Bolsonaro precisará negociar intensamente com o Centrão para garantir uma base consistente na Câmara que consiga preservar o seu mandato.

Assim como fez com o Ministério das Comunicações, outras pastas deverão ser recriadas ou desmembradas dos Ministérios atuais e alguns ministros serão sacrificados em nome da governabilidade.

As minhas apostas mais imediatas são o desmembramento do Ministério da Justiça com a recriação do Ministério da Segurança Pública e a entrega de alguns dos Ministérios desse último gru-

po para o Centrão. As opções mais óbvias são Educação, Saúde, Cidadania e Ciência e Tecnologia e Minas e Energia.

Os demais Ministérios desse grupo ou estão ocupados por gente que não pode sair do governo como o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio ou são pastas que ninguém quer, como a de Direitos Humanos da Damares Alves.

Mais a frente, se necessário, o superministério de Paulo Guedes também poderá ser desmembrado abrindo pelo menos 4 novas pastas: Planejamento, Orçamento e Gestão; Indústria e Comércio, Previdência e Trabalho. O Centrão agradece.

Portanto, o que deveria ser um Gabinete com 15 pastas já está com 23, mas tem potencial de chegar a 30 com boa parte delas ocupadas por militares e pelo Centrão.

A nova política de Bolsonaro sofre de um envelhecimento prematuro e acelerado.

Link da notícia: https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-recria-ministerio-das-comunicacoes-e-da-pasta-ao-centrao/?fbclid=IwAR1wXEWfSyOkbcm0fx7drT6FhZROR-fBV9e3xrSrf_XpFUuVf6A4W1aBBaRE

AS OPÇÕES DE BOLSONARO

15/03/2020

A interrupção de mais um governo eleito, e eu não vou entrar no mérito da sua eleição ou da influência que o Golpe de 2016 teve sobre ela, se dará por um absoluto fracasso da agenda econômica ou pelo envolvimento do Presidente com os crimes comuns, cada vez mais evidentes, cometidos pelo seu clã ou ainda pelos diversos crimes de responsabilidade dele próprio.

A primeira possibilidade parece cada vez mais próxima uma vez que a Economia continua a não dar sinais de recuperação porque as medidas implementadas pelo Governo neste sentido, praticamente inexistiram e a decisão do empresariado de parar de se auto sabotar para interferir na agenda política e assim parar de perder dinheiro será impedida por uma junção de uma pandemia sem precedentes e pelos circuit breakers gerado pela atual crise do petróleo.

Já a possibilidade de envolvimento com as ações criminosas de seu clã ou seus próprios crimes de responsabilidade parecem mais próxima do que nunca. Em se comprovando os primeiros, ou se denunciando os segundos, esperem por uma renúncia e não por um impeachment.

Um impeachment teria que surgir a partir dos crimes de responsabilidade do próprio presidente que dissolvesse sua base no Congresso. Crimes de responsabilidade há vários, mas ambiente

para impeachment no Congresso está longe de ser consenso.

Os “Donos do Poder”, como diria Raimundo Faoro, só blindarão Bolsonaro de uma eventual desidratação política que o leve à renúncia ou a algo pior, se este conseguir garantir uma governabilidade mínima até as próximas eleições, quando será definitivamente descartado. Em troca dessa blindagem, alguém muito próximo a ele terá que imolado em seu nome

Neste ritmo de crises e crimes em torno do Presidente a já fragilizada governabilidade não se manterá em pé até o fim do seu mandato como demonstram as recentes derrotas no Congresso e no Supremo.

Dada a sua incapacidade de entender e equacionar problemas complexos, o governo tenderá a perder apoios importantes por não conseguir construir consensos mínimos.

No modelo de democracia adotado pelos Estados modernos, há um número muito maior de demandas da sociedade do que de capacidade de resposta do sistema político que, fora dos consensos mínimos, obriga as instituições a atuar acima da sua capacidade de promover distensionamentos.

Como o poder nos regimes democráticos modernos se divide entre diversos atores sociais, além do governo, do Parlamento e do sistema jurídico, esse poder se tornou difuso, difícil de mapear

e de cooptar pelos elementos tradicionais da política institucional.

Portanto, para permanecer atuando e implementando a agenda ultraliberal e a pauta conservadora que o elegeu há duas possibilidades, mas ambas enfraquecem sua governabilidade.

A primeira é o caminho em direção da autocracia, um eufemismo para ditadura, que diminuiria a dispersão do poder, concentrando-o em um número menor de atores políticos, mas com custos econômicos evidentes, dado o nível de integração da nossa economia no contexto mundial.

Essa possibilidade vai contra os interesses de parte da sua base de sustentação política que apostou na sua eleição como ferramenta de implantação da agenda ultraliberal.

A outra possibilidade vai no caminho contrário. É o caminho de volta à democracia, reconstruindo a capacidade de diálogo com a sociedade civil e mantendo a dispersão do poder, mas qualificando o diálogo com um número maior de atores políticos envolvidos, incluindo aqueles que foram qualificados como inimigos na campanha com custos políticos evidentes, dado o nível de polarização do debate político atual.

Essa outra possibilidade, por sua vez, vai contra os interesses da outra parte da sua base de sustentação política que apostou na sua eleição como ferramenta de implantação de uma pauta conservadora em relação aos costumes

e que atua contra o aumento e a qualificação desse diálogo com aqueles que foram qualificados como inimigos. Este gesto seria visto como uma traição aos valores morais que ajudaram a elegê-lo.

Está dado o impasse de manutenção da governabilidade sem a qual o governo Bolsonaro não se manterá em pé até o fim do seu mandato.

FRENTE AMPLA – 70%

05/07/2020

Sobre o clamor popular representado por essa mobilização virtual, por esse consenso forjado, por essa unanimidade dos 70% contra Bolsonaro, tenho alguns pontos a considerar:

Enquanto esse “clamor popular” não colocar mais de 1 milhão de pessoas nas ruas como ocorreu na década de 1980 e no pré-impeachment de Dilma e quase isso nas manifestações dos “caras pintadas” contra Collor na década de 1990 não será visto como pressão popular.

E, para sorte de Bolsonaro, a pandemia deixa essa tarefa ainda mais difícil.

Enquanto Lula e o PT forem decisivos no processo eleitoral não haverá espaço para negociação de alternativas com esse Congresso que aí está e que, queiramos ou não, detém o monopólio

da mudança dessa institucionalidade em vigor.

E para sorte de Bolsonaro o Centrão abriu o balcão de negociações.

A alternativa de uma decisão via STF ou TSE (impeachment do presidente ou cassação da chapa) que abrevie esse Governo e dê forma às correções necessárias, seria uma interferência que não contribuiria para a solução, muito pelo contrário.

E, para sorte de Bolsonaro, o STF dorme em cima das togas e o PGR sonha com uma vaga sob esse dossel.

Ao fim e ao cabo, a interrupção de mais um mandato neste momento é uma alternativa tão ruim como é a sua continuidade.

Mesmo que não seja um golpe, como o que houve com Dilma, afastada da Presidência sem crime de responsabilidade, já que no caso de Bolsonaro há pelo menos uma dúzia de atos que poderiam iniciar esse processo, falta um Eduardo Cunha para articular isso.

E, para sorte de Bolsonaro Rodrigo Maia tem pretensões políticas e históricas e responsabilidade e respeito institucional muito maiores que Eduardo Cunha.

Portanto, está dado o impasse:

Bolsonaro não pode ficar no Governo, seja porque é incapaz para o cargo, seja porque está claramente implicado em crimes de responsabilidade.

E há os crimes comuns, seja porque a coalizão de forças que o colocou lá resolveu abandoná-lo à própria sorte, o fato é que não há como mantê-lo onde nunca deveria ter chegado, mas isso não quer dizer que podemos colocar quem quisermos.

Não haverá eleições diretas se houver uma chance, mesmo que remota, de vitória do PT e a alternativa Mourão só acrescenta um pouco de verniz sobre a madeira podre em que se alicerça esse governo.

E, para sorte de Bolsonaro, o medo da volta do PT é igual ou maior que o medo de um golpe.

A substituição tem que se dar dentro do que mais próximo há da legalidade, ou seja, nas eleições em 2022, de acordo com o calendário.

Não é porque vivemos as consequências de um golpe que vou concordar com mais inconstitucionalidades, ou isso, ou como disse um certo Passarinho: “às favas, senhor presidente, com os escrúpulos de consciência”.

Também não tenho a menor simpatia por Bolsonaro ou por esse Congresso presidido por Rodrigo Maia, mas não nos esqueçamos que eles foram eleitos. O primeiro por 57 milhões de votos e o segundo representa 513 Deputados que juntos tiveram uma quantidade de votos ainda maior.

Querermos o fim desse governo não faz com que isso aconteça, muito

menos faz com que seja legal ou que seja bom.

Neste momento é preciso trabalhar com a máxima política sintetizada por Antonio Gramsci na fórmula do caminho entre o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade”.

O otimismo da vontade nos diz que Bolsonaro cairá, mas o pessimismo da razão diz que o sucessor não reverterá o desgoverno em curso.

Precisamos entender que antes de 2022 haverá novas eleições ainda esse ano, com ou sem pandemia, e é lá que precisamos começar a virar esse jogo, mas não vejo ninguém falando disso. A tragédia de 2018 foi anunciada em 2016. Basta olhar os números.

Ao meu ver devemos torcer e lutar para que cheguemos a 2022 com um mínimo de instituições funcionando e com a retomada de processo democrático abortado pela crise política causada pela falência do modelo de presidencialismo de coalizão, incapaz de entender as demandas reais da população e minimamente mitigar as consequências de suas escolhas de ajuste macroeconômico e pela falência do sistema de representatividade política que provocou a alternância no poder pelo fígado e não pela razão.

E isso já é bastante coisa e começa nas eleições desse ano para as quais, para sorte de Bolsonaro, já estamos atrasados.

BOLSONARO TERÁ QUE SER VENCIDO NAS URNAS

01/08/2020

Por mais que desejemos o fim do governo Bolsonaro, um novo processo de ruptura, seja por um impeachment ou por uma renúncia, não nos levará de volta ao rumo do respeito ao modelo de democracia representativa e do Estado de Direito que começamos a abandonar quando um bando de acéfalos foi para as ruas em 2013.

A crise em que nos metemos, desde que os movimentos orquestrados de 2013 tentaram interferir no resultado da eleição de Dilma Rousseff para o segundo mandato, faz parte de um processo complexo e, infelizmente, de longo prazo.

As dificuldades que estamos vivendo desde então e que culminaram com o desastre que vem sendo o governo Bolsonaro não derivam simplesmente dos inegáveis erros do governo Dilma e das irresponsabilidades de uma oposição que não aceitou as regras do jogo democrático. O desrespeito às instituições e os flertes de Bolsonaro com alternativas fascista e autoritárias que vivemos hoje, fazem parte da nossa tradição política nada democrática.

O processo de ruptura imposta ao modelo democrático, através do impeachment, a consequente alternância no poder por vias não eleitorais e a eleição de um inepto em um processo eleitoral apenas formalmente democrá-

tico, infelizmente são a regra e não a exceção desde que o Brasil se tornou um país independente, mas neste caso de ruptura institucional em particular percebe-se que não se pode, classicamente, classificá-lo como um Golpe contra a Democracia, porque se trata de algo mais complexo.

Analisando mais detidamente todo este processo percebemos que os atores políticos diretamente empenhados em reduzir o mandato da Presidente Dilma e indiretamente inviabilizar uma nova candidatura de Lula em 2018 e patrocinar a descontinuidade da gestão petista com a ascensão, primeiramente de Michel Temer e das forças derrotadas na eleição de 2014 e, em um segundo momento, possibilitar a vitória de Bolsonaro, estão fazendo algo diferente e mais complexo do que um puro e simples atentado à democracia

Embora aqueles atores políticos talvez não percebessem ao patrocinarem aquele movimento de ruptura que terminou elegendo Bolsonaro, mas o que fizeram não colocou apenas a democracia em risco. Na verdade, todo esse processo colocou em risco o modelo de representatividade política que adotamos há mais de 200 anos.

Ao negar a legitimidade do processo eleitoral de 2014 e as regras acordadas eles propuseram, de maneira quase irresponsável, a substituição da representatividade política com suas regras definidas, sobretudo por mandatos bem definidos e direitos constitucionalmente

assegurados, pela tentativa de imposição de uma forma de democracia direta e auto delegada que posteriormente foi levada ao limite pela extrema direita bolsonarista, via rede sociais

Por trás do direto legítimo às manifestações populares inspirado por palavras de ordem como “abaixo a corrupção” ou “em defesa da democracia” houve um esvaziamento perigoso das funções, também legítimas, do Parlamento e dos mecanismos legitimados de representação popular.

Como disse o Professor Gabriel Cohn em 2016: “as ruas não substituem as urnas e o insulto não substitui o argumento”, que poderíamos atualizar para 2020 da seguinte forma: “as redes não substituem as urnas e as fake news não substituem o argumento.

O exercício democrático e necessário da oposição não pode ser substituído pela atitude irresponsável e criminosa de Aécio Neves ao afirmar “não vamos deixar governar”. Assim como a resistência ou o apoio a um governo não pode se radicalizar com fins eleitorais, imediatos ou futuros. Há uma trilha, um caminho muito estreito entre um e outro que deve ser perseguido.

Mesmo acreditando que o modelo político institucional não corre risco, não porque há uma falta patente de modelos mais eficientes, não porque o modelo de representação direta e auto delegada pleiteado pelos adeptos da substituição das urnas pelas ruas e pelas rede é inviável em sociedades tão complexas e hete-

rogêneas como a nossa, mas, sobretudo, porque o sistema de freios e contrapesos tornou-se, ao longo do tempo, dinâmico o suficiente para absorver pressões de todas as origens, inclusive das ruas e das redes.

O movimento pela democracia direta com ênfase na pressão social em substituição as instituições formalmente constituídas, como se pleiteava em 2013 e que vem sendo estimulado ainda mais por Bolsonaro felizmente a um grupo cada vez menor de radicais digitais, paradoxalmente tem origem no modelo de gestão de políticas públicas, no desenho de modelo de Estado e no formato de representação política trazidos pela Constituição de 1988.

De modo geral, com as grandes questões constitucionais, bem encaminhadas pelo modelo formal de representação, coube aos atores sociais sub-representados a busca por soluções para “questões de varejo e condominiais” para aumentar seu espaço na agenda política.

Esta sociedade, sobretudo a parte representada pela classe média urbana não percebeu o alcance das macro políticas públicas por focalizar sua atenção nessas “questões de varejo e condominiais” fazendo com que recursos importantes, políticos ou financeiros, sejam direcionados para questões de curto prazo e de pouca ou nenhuma relevância para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva que possibilite uma

real ascensão social e redução de desigualdades historicamente construídas

Os direitos em expansão e os avanços na base da sociedade estavam, equivocadamente, sendo vistos como perda de direitos e conquistas das classes mais abastadas. Na verdade, somente com essa expansão de direitos e avanços econômicos e sociais das classes mais populares pode se garantir que toda a sociedade se mantenha minimamente segura e equilibrada; sem isso, é estimular ainda mais a luta de classes, a divisão política, a segregação social e a ruptura, como Bolsonaro vem fazendo.

Cada vez mais torna-se necessário garantir a democracia representativa como único mecanismo capaz de viabilizar a expansão da capacidade de universalizar direitos e demandas. Cada vez mais se torna necessário que o bolsonarismo seja substituído através dos processos da democracia representativa e não por novas rupturas.

Por mais que nos custe como sociedade precisamos manter Bolsonaro no poder até 2022, utilizar todos os mecanismos de freios e contrapeso para conter seus arroubos autoritários e as estruturas da burocracia estatal para corrigir erros em políticas públicas equivocadas e vencer o bolsonarismo nas urnas para evitar lhe dar fôlego político para se manter ocupando um espaço político que nunca deveria ter conquistado.

OS CONFLITOS INTERNOS DO GOVERNO BOLSONARO

21/05/2020

A grande mídia em geral e a Rede Globo em particular, decidiram demonstrar sua força. Por motivos que ainda não estão inteiramente claros, resolveram abandonar Bolsonaro e reorganizar suas tropas sob outro comando.

A mídia nunca esteve sozinha e à frente dessa coalizão porque atua muito mais como uma ferramenta do que como organizadora desse projeto político de implementação do ultra liberalismo no Brasil.

Dentro da mídia corporativa ainda há veículos que apostam, seja por questões de identidade ideológica, como o Estadão; seja por estratégia de mercado, como SBT; seja por ambos como a Record; em uma sobrevivência do governo, mas a força gravitacional da Globo é forte demais e todos os veículos, mais cedo ou mais tarde, entenderão que a queda de Bolsonaro é só uma questão de tempo.

A Globo não tem o poder de vencer eleições. Nunca teve. A exceção talvez tenha sido a vitória de Collor. Se a mídia de fato tivesse esse poder, as vitórias de Lula e Dilma não teriam ocorrido. No entanto a Globo continua tendo a capacidade de desestabilizar governos eleitos quando se sente ameaçada ou contrariada em seus interesses. Não termos a menor simpatia por Bolsonaro não significa que não precisamos entender como e

porque a Globo está atuando para sua queda.

Neste momento, há no governo Bolsonaro dois conflitos sobrepostos. O primeiro é interno ao governo porque Bolsonaro decidiu permanecer e resistir e usar todos os recursos de que dispõe para adquirir os apoios necessários que lhe garantam uma sobrevivência, ainda que frágil. Vem daí sua aproximação com o Centrão, mas o problema para Bolsonaro é que a principal ameaça não vem do Congresso, mas do sistema jurídico.

A maioria parlamentar que o Centrão ele dará, somado a condescendência do PGR e de Rodrigo Maia, em relação aos seus crimes de responsabilidade, lhe dão a garantia de que o impeachment é carta fora do baralho, pelo menos no curto prazo. Mas as investigações sobre as ligações de Flávio Bolsonaro com a PF e a influência dos vazamentos das investigações sobre o Queiroz (aliás, cadê o Queiroz?) sobre o resultado das eleições podem levar a impugnação da chapa Bolsonaro/Mourão. Podem, não quer dizer que vão.

O colegiado que decidirá sobre esse tema é menos suscetível aos agrados que o Executivo pode fazer e tende a seguir o consenso das classes dominantes, que cada vez mais aponta para a substituição de Bolsonaro, mesmo que Mourão tenha que ir junto. Só falta combinar com as Forças Armadas que, na grande maioria do generalato da ativa, adoraria desembarcar dessa canoa furada que os coleguinhos de pijama embar-

caram levando as fardas que não deveriam mais usar.

Bolsonaro hoje é um morto vivo institucional, um defunto político sepultado, para todas as instituições, inclusive para o Exército. Com exceção de sua família e de seus cúmplices mais próximos, todos julgam que rifá-lo é um bom negócio, se com isso superaram a crise porque já se perdeu dinheiro demais nessa brincadeira e o objetivo não era esse. Pelo contrário.

O segundo conflito é entre as instituições que ainda sobrevivem a tantas crises e o campo democrático. É aqui que entram as negociações para o pós-Bolsonaro e para o pós-pandemia, não necessariamente nessa ordem. Neste cenário futuro a economia precisa voltar a funcionar em ritmo chinês e isso não ocorrerá com a ala ideológica do governo se portando como sabujo dos EUA e fechando as portas para China, que deverá ser a única economia capitalizada no pós-pandemia; e Guedes e sua equipe já demonstraram que não têm capacidade técnica, ferramental intelectual e articulação política para isso.

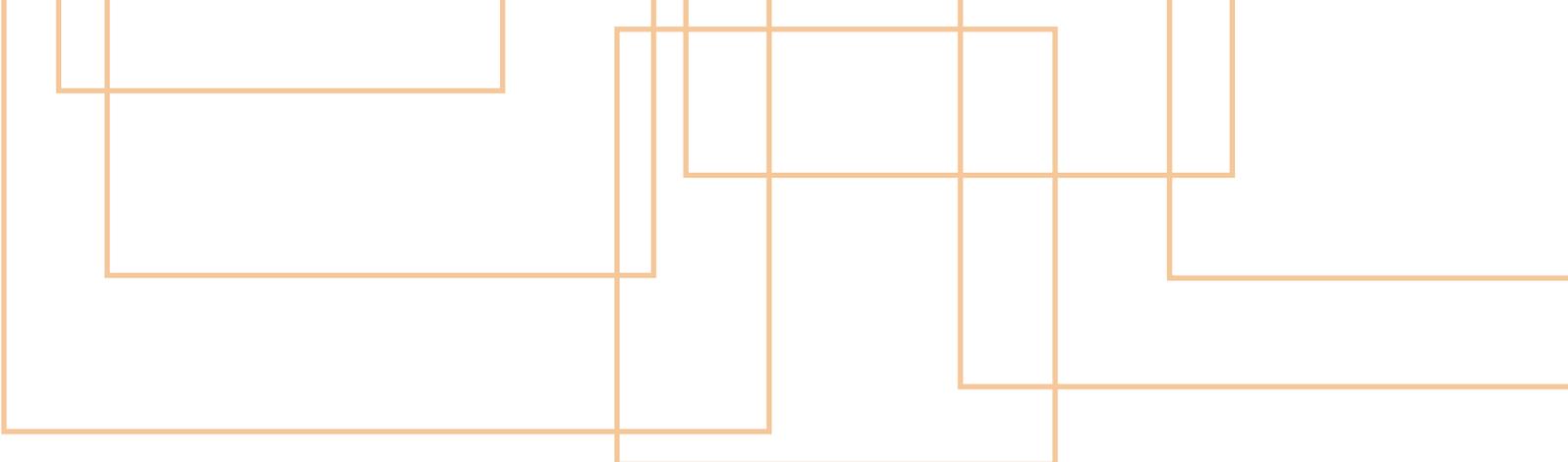
A saída da chapa Bolsonaro/Mourão traz consigo a ameaça de novas eleições, mas o golpe de 2016 que levou essa ultradireita anacrônica e xucra ao poder não foi dado para que alguma vontade popular pudesse se expressar, muito pelo contrário. Foi dado para implantar um projeto que as urnas sempre rejeitaram. Por isso que eleições diretas agora, têm que ser evitadas a qual-

quer custo e eleições indiretas no ano que vem, ou diretas em 2022, tem que ocorrer em um cenário muito mais controlado e com atores muito mais confiáveis do que foram nas eleições de 2018.

A relação entre capitalismo e democracia, que sempre foi tensa, precisará ser melhor equacionada no futuro pós pandemia. A mão invisível do mercado precisará ser controlada pelo braço forte do Estado. O recado que precisará ser dado pelas instituições terá que ser muito claro: a vontade popular expressa em eleições livres não poderá ser ignorada pelos projetos neoliberais do mercado.

A regra desse jogo da democracia liberal sempre foi que o capital impunha sua vontade pelos mecanismos do mercado, o que já lhe dava um poder de pressão descomunal, mas a vontade popular das pessoas, que não detêm os meios de produção, tinha a chance de limitar esse poder graças ao processo eleitoral.

No Brasil, desde 2016, esse sistema de freios e contrapesos, em que a vontade popular limita os interesses comerciais, deixou de ser aceita. Ou se retoma esse sistema e se recupera a salvaguarda do poder das urnas ou, parafraseando Darcy Ribeiro, a crise em que nos metemos deixará de ser uma crise pontual e passará a ser um projeto.



ECONOMIA

A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS

05/11/2019

Antes de se posicionar contra ou a favor da privatização da Petrobras ou dos leilões do Pré Sal, que nada mais são do que uma maneira que o Governo encontrou para privatizar o produto, já que não tem força política pra privatizar a empresa, é preciso entender porque a Petrobras é uma empresa estatal.

De acordo com dados do BP Statistical Review of World Energy, o ranking abaixo relaciona as 20 maiores companhias produtoras de petróleo do mundo, responsáveis por uma produção diária de quase 90 milhões de barris de óleo equivalente (boe) de petróleo e gás de um total de aproximadamente

142 milhões produzidos, ou seja, essas companhias petrolíferas produzem quase dois terços de todo petróleo e gás do mundo.

Dessas 20 empresas listadas, 15 são estatais e 5 são multinacionais do ramo de petróleo e gás, sendo que as estatais são responsáveis por 82% do total produzido por essas companhias.

Todas as companhias privadas do ranking foram fundadas no final do século 19 ou nas décadas de 1910 e 1920, quando a iniciativa de construir uma empresa de petróleo podia ser tomada por empreendedores individuais ou familiares em uma época onde ainda não se tinha a dependência mundial por combustíveis fósseis. Não por acaso, todas foram iniciadas em países desenvolvidos

da Europa ou nos EUA, áreas centrais do capitalismo.

Já as companhias estatais são do Mundo Árabe ou da América Latina, ou seja, países da periferia do sistema capitalista, ou da China e da Rússia, países que até bem pouco tempo nem capitalistas eram.

Também, não por coincidência, todas elas, exceto a mexicana Pemex (1938) e a saudita Aramco (1933) foram criadas na segunda metade do século 20, quando já se vivia a dependência dos combustíveis a base de petróleo e o processo de industrialização já havia se consolidado em praticamente todo o mundo, ou seja, em uma época em que empreendimentos individuais já não davam conta da complexidade e do montante de recursos necessários para criar uma companhia que pudesse atuar de maneira relevante nesse mercado.

É nesse contexto que surge a Petrobras como empresa estatal. Uma empresa criada em um país subdesenvolvido, após a Segunda Guerra, dentro de projeto estratégico de desenvolvimento nacional para suportar as demandas crescentes por combustíveis fósseis e por tecnologias de prospecção, produção e distribuição de petróleo a partir da descoberta de reservas importantes em seu território. Lembrando que da época de sua criação até agora não se tem notícia de nenhuma empreitada séria dos “capitalistas” brasileiros para criar algo parecido.

Se hoje, depois de consolidada entre as 20 maiores companhias de petróleo do mundo, a Petrobrás for privatizada, como gostaria o governo Bolsonaro, será a única empresa controlada pela iniciativa privada, entre as maiores do mundo, criada na segunda metade do século 20 em um país da periferia do capitalismo.

E pior, provavelmente seus novos acionistas seriam suas atuais concorrentes, sejam estatais ou privadas.

Talvez o governo Bolsonaro não tente privatizá-la, porque há grande resistência a isso no Congresso, na sociedade Civil e nos Sindicatos e porque o STF proibiu privatizações sem o aval do Congresso, mas que fique bem claro, se o fizer não será porque é estatal ou ineficiente e sim porque há uma decisão política e ideológica baseada no ultra liberalismo que confunde melhoraria da gestão pública com entrega de patrimônio e que nem de longe sabe o que é um projeto estratégico de desenvolvimento nacional.

AS DEFINIÇÕES DE GREVE PRECISAM SER ATUALIZADAS

01/07/2020

Os entregadores de aplicativos, em geral são jovens que cruzam as cidades em motos ou bicicletas, sem nenhum vínculo empregatício e sem nenhum direito trabalhista. São trabalhadores que vivem em um limbo.

Não são funcionários do restaurante, nem de quem pede a comida pelo aplicativo, muito menos são funcionários da empresa que desenvolveu a plataforma que conecta o restaurante ao consumidor.

Trabalham muitas vezes usando uma bicicleta que não é sua e pela qual se paga para usar ou usando uma motocicleta financiada pelo mesmo banco dono da bicicleta, mas ele também não é funcionário desse banco.

Como não “trabalha” em lugar nenhum apesar de trabalhar muito e ganhar pouco, esse empreendedor de si mesmo está fora de qualquer relação formal de trabalho e, portanto, não tem direito à greve ou a qualquer outro direito trabalhista. Sim o direito à greve é um direito constitucional (Artigo 9º da CF 88) garantido aos trabalhadores formais.

No caso dos entregadores de aplicativos não há a possibilidade de uma negociação sindical, não há uma relação tradicional entre patrão e empregados que sustente o seu direito a greve.

Para o sucesso desse movimento grevista, esses trabalhadores passam a depender, da solidariedade dos restaurantes, seus parceiros no “empreendedorismo” para que não busquem novos entregadores, e há muitos disponíveis em um momento de queda de faturamento e alta do desemprego em função da pandemia.

Passam a depender também da compreensão dos consumidores que

precisam evitar o uso dos aplicativos e encarar o supermercado e o fogão em tempos de isolamento social.

Mal comparando, é como se nas greves dos metalúrgicos, os grevistas, para parar as montadoras de veículos, dependessem que o aço para fabricar os carros não fosse entregue pelas usinas e os consumidores abrissem mão de comprar seus carros novos.

Uma greve não pode se alicerçar neste tipo de arranjo ou de solidariedade. Não faz sentido algum. Entendeu o problema que a precarização do trabalho e seus vínculos frouxos trouxeram?

Além de expor esses trabalhadores a todo tipo de risco, físico e emocional, a precarização, ao obrigá-lo a “empreender” para sobreviver em um processo de servidão voluntária, na prática fez com que esse trabalhador, inconscientemente, seja escravizado em troca da sobrevivência.

Isso não é o “novo normal” como virou moda dizer. Primeiro porque não é novo. Isto nos remete às práticas do início do século passado e, segundo, porque não há nada de normal em uma relação onde alguém é tratado de forma análoga à servidão, mesmo que voluntária.

Um dos motivos porque o Estado teve que intervir nas relações trabalhistas, legislando para garantir o direito à greve, por exemplo, é porque como disse Thomas Hobbes em O Leviatã (1651) “o homem é o lobo do homem”. *

Segundo Hobbes, em seu estado natural, o individualismo humano o compele a viver em guerra uns com os outros. É da nossa natureza usurpar e explorar outros seres humanos.

Link da Notícia: <https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000993821/entregadores-de-aplicativos-fazem-manifestacao-em-sao-paulo.html?fbclid=IwAR1xdAzN5GHdVLLXwuUagaFD3ZxuZ33-ELy-VoAm6PEUpFRhdqrs9TLtYl8g>

MODELO DE DESENVOLVIMENTO

19/07/2020

De novo o foco da discussão não é esse. O que precisa ser discutido não é a retomada da economia no pós Covid-19, O que devemos discutir é qual o modelo de desenvolvimento econômico devemos perseguir pós ruptura democrática de 2013.

O Diabo é sábio, não porque é o Diabo, mas sim porque é velho. Quem passou pelos anos 1980 acompanhou uma profunda discussão econômica, mas que tinha como pano de fundo a geopolítica mundial. Essa discussão precisa ser retomada e com viés ideológico, óbvio.

As Academias brasileiras, de um modo geral, sempre mantiveram uma certa distância dos conceitos da Geopolítica por entenderem, equivocada-

damente acredito, que se trata de uma ciência muito mais próxima dos militares e da diplomacia do que dos intelectuais que entendem que ela trata das relações de poder no mundo e da maneira como as nações se preparam para ocupar espaço para a Guerra, esquecendo sua importância na análise do comércio em tempos de "Paz".

A discussão econômica dos anos 1980 se dava em torno de dois modelos de desenvolvimento: um internacionalista, voltado para um mercado globalizado e coordenado pelo grande capital financeiro, e um nacionalista, voltado para um mercado interno e coordenado também, em certa medida, pelo mesmo capital financeiro, mas sofrendo forte influência das forças do Trabalho, através das demandas sindicais e sociais internas.

Enquanto os primeiros se converteram em Fiéis do Deus Mercado e defendem a abertura total da economia, a padronização dos procedimentos comerciais e jurídicos, de maneira a criar um único mercado, os segundos, incensaram como divindade-mor o Estado, acreditando no seu papel libertador das classes oprimidas e regulador das atividades de uma classe dominante ruim, ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa, que não deixa o país ir para frente, como diria Darcy Ribeiro.

As ideias dos Fiéis do Deus Mercado são sustentadas por uma aliança entre os capitalistas internos e externos, como bem demonstra o Ministro Paulo Guedes. Na visão míope desses

arautos do caos, em algum momento da história as economias centrais serão caras demais por conta dos custos do desenvolvimento social e das garantias trabalhistas e os fluxos de capitais transbordariam para os países periféricos promovendo o desenvolvimento em outros pontos do Globo, até o ponto em que todo planeta se tornasse novamente uma Pangeia de desenvolvimento e riqueza. É Utopia que chama?

Já os desenvolvimentistas, adoradores do Deus Estado trazem exemplos históricos para comprovar que sem uma economia interna competitiva, baseada primeiramente no atendimento das demandas da sua própria população, não haverá como promover o desenvolvimento que garanta bons empregos e a melhoria geral de vida da população. Para eles, sem o desenvolvimento interno esses países estarão fadados a se perpetuar como vendedores de commodities e exportadores da mão de obra barata dos subempregos e dos trabalhadores precarizados.

Eles só não consideram que atualmente essa equação, diferentemente da época em que os países centrais forjaram seu desenvolvimento baseados neste modelo, tem uma nova variável: o globalismo que suga capitais e trabalho independente das estratégias nacionais de desenvolvimento.

Os países centrais conseguiram seu desenvolvimento protegendo sua indústria, montando acordos comerciais favoráveis, definindo estratégias globais.

Acreditar que isso ainda é possível nos dias atuais desconsidera a evolução da economia mundial. É ingenuidade que chama?

Historicamente só há dois exemplos onde essa estratégia deu certo em um momento posterior a Revolução Industrial: na Alemanha e, pouco depois, nos Estados Unidos que graças às políticas desenvolvimentistas nacionais, tornaram-se potências econômicas globais, mas isso tem mais de 100 anos.

Não é o caso de apresentar virtudes e vícios de cada modelo, porque nenhum deles atende os interesses do país plenamente, interessa sim, entender como se dão essas disputas geopolíticas e como é possível encontrar um novo modelo híbrido (como buscava o Governo Lula através de uma correta leitura do cenário internacional feita pelo Ministro Celso Amorim, quando esteve à frente do Itamaraty) que capture as maiores vantagens possíveis de cada uma das visões tradicionais de desenvolvimento econômico e social.

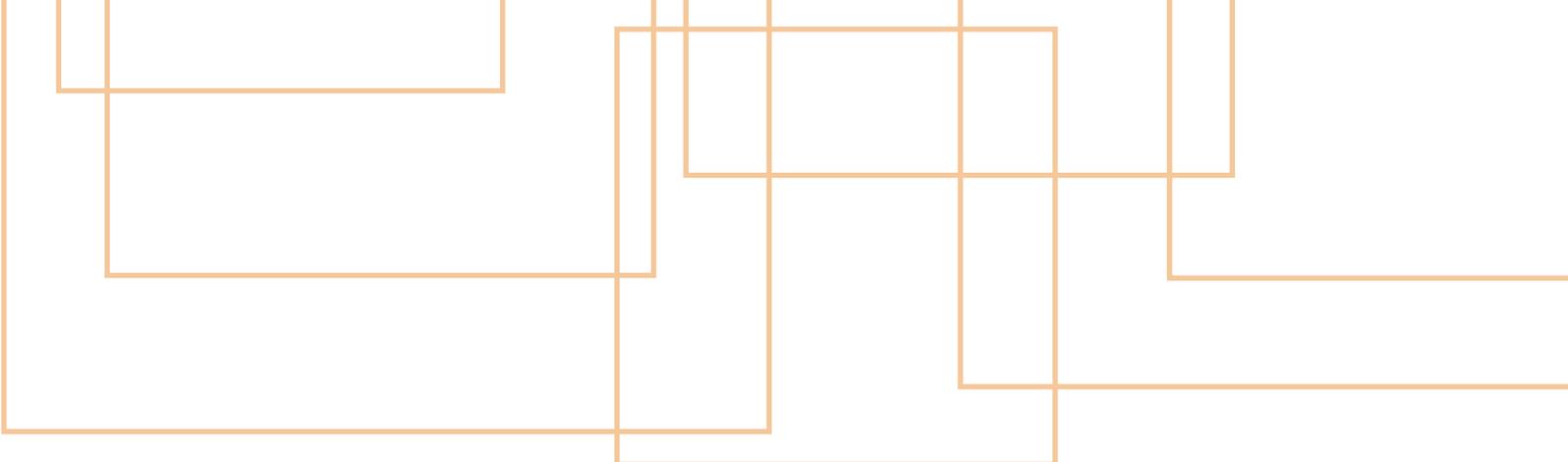
Apesar de Bolsonaro ter sido eleito com apoio explícito das elites nacionais, depois de eleito militarizou o governo que deveria ser civil tentando deixá-lo incontrolável pelos freios e contrapesos da sociedade civil. Vivemos um governo sem controle porque há algum tempo essas elites se afastaram desses militares que por sua vez parecem ter perdido o real entendimento da geopolítica em meio às transformações da nova ordem mundial pós-Guerra Fria.

Hoje, nossas elites econômicas são simplesmente uma nau sem rumo, e estão representadas por uma elite política que tem ambições no máximo gerencialista ou meros gerentes locais de empresas de fora, no padrão FIESP. Ou seja, neste cenário o debate não ocorre nos meios empresariais ou políticos e nas Academias, foi trancado em Seminários, Fóruns, Lives e Webinares cada vez mais esvaziados onde se prega para convertidos.

Independente de Bolsonaro e apesar do retrocesso de leitura do mesmo Itamaraty chefiado por um terraplanista, (acho que não preciso dizer mais nada) precisamos retomar essa discussão de modelo de desenvolvimento, perdida nos anos 1980, enquanto ainda há alguma coisa que pode ser chamada de indústria neste país e que pode suportar o modelo de autodesenvolvimento porque para o modelo de fornecedor de commodities agro minerais não precisa de muita coisa, bastam terras e portos.

“Livre pensar é só pensar” - Millor Fernandes, 1973

Link da Notícia: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/16/retomada-do-brasil-no-pos-covid-deve-ser-mais-lenta-que-em-90-dos-paises.htm?fbclid=IwAR1ulf2hUvcdYt1jENUUI92V2iQ55LSqE6B64F-2fbwhjEGE0RdgaiYSAyVw>



POLÍTICAS PÚBLICAS

“AUSTERIDADE QUE MATA”

10/08/2020

Uma boa parte das 100.000 mortes pela Covid 19 no Brasil podem ser creditadas a eventos de natureza política como as manifestações de 2013 que insuflaram as crises econômica, política e institucional que terminou no impeachment e em medidas de austeridade econômica como a EC 95/2016 e na eleição de Bolsonaro.

As manifestações de junho de 2013 desencadearam uma tempestade perfeita, em que um evento, que isoladamente não teria maiores consequências é drasticamente agravado pela ocorrência de uma rara combinação de circunstâncias, transformando-se em um desastre completo no pior cenário possível

Essa tempestade perfeita alimenta e é alimentada por 3 crises simultâneas. Uma, de ordem política que coloca em xeque o modelo de representação política, uma de impacto econômico que corrói o tripé dos fatores macroeconômicos que sustentam a confiança no governo e por fim uma terceira sobre o modelo institucional adotado para coordenar e disciplinar tanto os aspectos políticos quanto econômicos da democracia brasileira culminaram no golpe parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e desencadearam um profundo processo de instabilidade política e institucional no país.

A crise da democracia brasileira se torna tão profunda que não se restringe mais à sua dimensão da visão liberal da política que ganha espaço dentro do governo de Temer, mas se amplia em di-

reção à dimensão social. Isso ocorre por meio da centralidade da agenda de austeridade fiscal implementada sob Temer, buscando atender as expectativas da parcela da sociedade que apoiou o golpe parlamentar de 2016.

De acordo com o professor Eduardo Fagnani (2017), o golpe parlamentar de 2016 marcou o “fim da cidadania social no país”, colocando o Brasil no mapa da radicalização da agenda ultraliberal, que já vem há anos afetando vários países, como Espanha, Polônia, Turquia, Argentina e Coreia do Sul.

Em 2015, no documento gerado dentro do PMDB, partido de Temer e apoiado por expressiva parcela do Congresso Nacional, intitulado “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015), havia claramente a proposta de implementar uma “agenda embutida” na deposição da Presidenta Dilma.

Além do ataque por dentro do sistema político, que tem consequências imprevisíveis e desastrosas, atacam-se também as políticas sociais que passam a sofrer com as consequências da ampla disseminação da racionalidade neoliberal em um processo no qual se valorizam socialmente as valências individuais, a iniciativa privada e a lógica empresarial para o encaminhamento de problemas gerados socialmente inclusive por parte dos governos.

Para muitos autores, a ortodoxia econômica teórica trazida à prática pela “agenda embutida” é somente a ponta

do iceberg de um processo mais amplo, e de sociabilidade neoliberal.

Trata-se do avesso do processo histórico que marcou a sociogênese das políticas públicas de Saúde que, no contexto de uma Reforma Sanitária, terminou por criar uma solução de amplo espectro social, cujo efeito mais visível foi sua operacionalização através da criação de um Sistema Único de Saúde.

Nesse processo histórico e social, diferentemente dos processos que buscam exclusivamente a racionalidade liberal, se entende que há limites claros para a ação do indivíduo diante de dinâmicas de ação coletiva e da crescente interdependência social, as quais tem marcado o desenvolvimento social historicamente.

A lógica da coletivização legitima-se como o caminho político para a construção da solução, via políticas de Estado. Segundo Norbert Elias, o Estado surge a partir de processos históricos de disputa entre atores sociais, a chamada sociogênese do Estado.

Desta forma, Estado e sociedade têm suas próprias dinâmicas que não impedem que, em certos momentos, haja estatização da sociedade e socialização do Estado. O que se convencionou chamar de Estado Social contempla, portanto, o desenvolvimento de diversas formas de participação da Sociedade Civil dentro das atividades de Estado, assim como a intervenção do Estado, direta ou indiretamente, em atividades próprias da Sociedade.

Assim, como disse Bobbio: “Sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contíguos, distintos, mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”.

Em um mundo pós pandemia torna-se necessário e urgente provocar uma reflexão profunda sobre o papel do SUS na sociedade brasileira, tendo em vista a tensão no recente contexto de crise da democracia política e social no país no enfrentamento da maior crise sanitária em 100 anos.

Mesmo sendo um sistema público de saúde considerado por especialistas internacionais como um dos maiores, mais completos e complexos sistemas do mundo, o SUS têm evidentes e históricos problemas de financiamento e gestão, em decorrência de uma relação concorrencial com o sistema privado de saúde que se evidenciaram ainda mais no enfrentamento dessa pandemia. Isso porque o Sistema, desde a sua criação, foi formulado e, sobretudo, implementado, em um contexto de embate entre interesses públicos e privados.

Emendas Constitucionais ao longo desses 30 anos de estruturação do Sistema descaracterizaram o espírito da Lei consagrado na Constituição, limitando a ação do Estado, e direcionando-grande parte dos recursos públicos para o setor de saúde privada e securitizada, grande ofertadora de serviços para os mais abastados.

Durante os anos 1990, ao mesmo tempo em que se regulamentava o Sistema, por meio das Normas Operacionais Básicas, as NOBs, e outros instrumentos legais, a hegemonia da agenda da estabilidade econômica e ajuste fiscal provocou uma série de constrangimentos legais, que impactaram no fraco processo de perenização das fontes de financiamento do sistema.

O quadro nas décadas de 1990 e 2000 era de adiamento da normatização das medidas constitucionais que impactassem negativamente o orçamento federal, altamente comprometido com os encargos de dívida pública crescente e com a hegemonia do capital financeiro, determinando como novo papel ao Estado, não mais como indutor da economia, mas como regulador e financiador do desenvolvimento privado.

Desde sua implementação, o SUS, assim como todas as políticas públicas, concorre por recursos públicos com o pagamento de juros da dívida. Dessa maneira, enquanto os principais custos financeiros da dívida pública multiplicaram-se inúmeras vezes, as Receitas Federais destinadas à Saúde não tiveram o mesmo crescimento.

O impacto das medidas de austeridade fiscal sobre a Saúde é um debate bastante atual e que se torna ainda mais importante quando constatamos a importância e a relevância do papel do SUS durante o combate à pandemia; debate este que precisa avançar para redefinição desse papel e abrangência no

momento de normalidade sanitária posterior.

A análise de alguns indicadores de saúde demonstra os efeitos da crise atual, entendendo que se trata de uma crise complexa que tem como marco os eventos de 2013, que determinou, entre outras medidas, a aprovação da EC 95/2016 que drenou recursos do Sistema de Saúde e que se manifesta concretamente na falta de recursos para a correta estruturação das políticas de saúde muito antes de se imaginar as consequências da Covid-19 sobre a população do país.

Considerando que essa discussão diz respeito a uma política de financiamento já historicamente insuficiente, alguns fatores decorrentes da crise política, econômica e institucional alteraram substancialmente a capacidade de resposta do Sistema e a possibilidade de uma maior eficiência.

Dentre esses fatores destaco a diminuição dos recursos e o aumento da dificuldade nas negociações das pactuações políticas necessárias para estruturar o Sistema, sobretudo em relação ao seu financiamento, em decorrência da queda de arrecadação tributária em função da crise econômica que deprime os indicadores econômicos dos municípios, dos estados e da União.

As mudanças nos perfis demográficos e epidemiológicos registradas nos últimos anos também contribuem para uma maior pressão sobre os gastos públicos em saúde e os efeitos da

EC 95/2016, que estabeleceu um limite draconiano para os gastos sociais o que contribuiu ainda mais para dificultar uma melhor resposta do Sistema à pandemia de Covid 19.

“Austeridade que mata” é um termo inspirado no livro “A economia desumana: porque mata a austeridade” (STUCKLER, BASU, 2014).

O EXÉRCITO E O GENOCÍDIO

14/07/2020

“É preciso dizer isso de maneira muito clara: o Exército está se associando a esse genocídio, não é razoável. É preciso pôr fim a isso”.

Essa é a frase do Ministro Gilmar Mendes que está causando uma crise institucional entre o STF e as Forças Armadas, sobretudo pelo uso do termo genocídio que os militares consideram inadequado.

De certa maneira, faz sentido, já que genocídio, *stricto sensu*, significa o extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso e não é isso que está acontecendo, mas, por extensão, genocídio também pode significar a destruição de populações ou povos ou aniquilamento de grupos humanos e a submissão a condições insuportáveis de vida.

E isso está ocorrendo, sim. Basta ver o que ocorre com os pobres nas pe-

riferias das grandes cidades ou com as comunidades tradicionais pelo interior do país

Mas isso não é obra dos militares que invadiram o Ministério da Saúde e não estão dando conta de controlar a pandemia de Covid-19 no país. Isso é obra de longo prazo e de muitas mãos. A pandemia só acelerou um processo e expôs a incompetência de militares para tratar de assuntos não bélicos.

Há pelos menos 7 grandes erros anteriores a gestão militar do Ministério da Saúde que desestruturaram ainda mais o SUS e dificultam o enfrentamento da Pandemia e colaboraram com esse genocídio, seja real, seja de forma figurada:

1. Aprovação da EC 86 que estabeleceu a execução orçamentária das emendas parlamentares individuais de forma obrigatória no valor mínimo correspondente a 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União a partir de 2015. As novas regras agravaram o quadro de subfinanciamento do SUS porque podem estar fora do PPA da Saúde.

2. Aprovação da EC 95, a Emenda do Teto dos Gastos, que só no ano passado retirou R\$ 13,5 bilhões e deveria retirar mais R\$ 10 bilhões do Sistema Único de Saúde esse ano. Só não fará essa retirada por conta da Pandemia.

3. O Governo Federal decidiu encerrar o Programa Mais Médicos por questões ideológicas. Em dezembro, após críticas da gestão Bolsonaro e o anúncio

de que a validação dos diplomas passaria a ser exigida pelo Governo, Cuba encerrou a parceria e retirou seus profissionais, o que gerou uma crise na estrutura de atendimento, especialmente nos pequenos municípios. Com a saída dos cubanos, foram abertas cerca de 8.500 vagas que ainda não foram totalmente preenchidas.

4. Durante o ano de 2019 o Governo Bolsonaro demitiu 27,5 mil cargos efetivos para substituir por terceirizações. O órgão mais impactado pela medida foi o Ministério da Saúde. Na pasta, ocorreu a redução de 22.476 cargos, o que representa cerca de 81% do total de cargos extintos. Apenas no cargo de Agente de Saúde Pública foram extintos 10.661 cargos. Esses profissionais mais experientes deveriam estar neste momento na linha de frente do enfrentamento à pandemia.

5. Os erros na condução da Economia, muito antes da pandemia se instalar, levaram o dólar para perto dos R\$ 5,00, estagnaram o PIB em 1,1% e o desemprego acima dos 2 dígitos percentuais. Estivéssemos sob um Governo com um mínimo de competência técnica as medidas de enfrentamento como quarentena compulsória de todas as metrópoles, fechamento das fronteiras e instalação de um comitê de crise com autonomia e respaldo deveriam ter sido decretadas com mais agilidade.

6. A criação de uma zona de atrito permanente como o Congresso e o des-

preparo da equipe econômica para gerar planos de contingência eficazes causou a demora para implementar medidas de compensação financeira para empresários e trabalhadores, medidas severas de bloqueio epidemiológico e sanitário e medidas de assistência social para os mais pobres porque não há apoio irrestrito do Congresso em função do não cumprimento dos acordos firmados anteriormente.

7. A eleição de um Presidente idiota, totalmente despreparado que não fica calado, gera instabilidade dentro do seu próprio Governo e que tem uma visão anacrônica das capacidades dos militares para resolução de toda e qualquer política pública. O Ministério da Saúde em particular deveria ser conduzido tecnicamente com o que de há de melhor em gestão de saúde no país

Portanto, diante de mais de 75 mil óbitos com potencial para ser dobrado nos próximos meses, o genocídio está dado. Seja *stricto sensu*, seja por extensão. Em uma situação de pandemia como esta que estamos vivendo, os países com maior população, como o Brasil, sobretudo de idosos e de pobres, são os que mais estão sofrendo os maiores impactos.

Por outro lado, também seriam os países com maior acesso a recursos financeiros, como o Brasil, que poderiam proporcionar as soluções mais rápidas e

eficientes para minimizar os efeitos da pandemia.

No entanto, neste momento, onde a atuação do Estado é fundamental, a existência de um sistema de saúde público, universal e gratuito também seria um fator importante para que a pandemia fosse controlada sem a interferência de interesses econômicos privados.

Olhando para esses fatos percebemos que o Brasil deveria ser o único, entre os maiores países do mundo, a reunir as três condições para o enfrentamento eficiente de uma pandemia e não o país onde está ocorrendo um genocídio decorrente de 30 anos de subfinanciamento do SUS, medidas de austeridade fiscal irresponsáveis como a EC 95 / 2016, mas também da pior gestão de uma crise de saúde que se tem notícia em todos os países do mundo, fruto da incompetência e do negacionismo do governo Bolsonaro.

Link da Notícia: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/11/gilmar-mendes-exercito-esta-se-associando-a-genocidio-na-pandemia.htm?fbclid=IwAR1ohBBoLC-qE5ttCP8oegIKtprOnVvvKGH3eqEWwl-97WnfW3CphilM-sGn8>

POR QUE A POLÍCIA MILITAR MATA TANTO?

20/05/2020

Sobre o que está ocorrendo no Rio de Janeiro, e que fique claro desde o início, não estou falando dessas tragédias cotidianas como a do adolescente João Pedro, nem tão pouco estou falando de atuação de governantes policiais como o Governador Witzel.

Estou falando da efetiva atuação do Estado nas políticas de segurança pública e estou falando do que ocorre desde o governo de Leonel Brizola, senão antes.

Neste sentido, talvez um dos únicos consensos entre as concepções do papel do Estado entre esquerda e direita é que somente ele, o Estado, seja mínimo ou máximo, democrático ou ditatorial, estatista ou liberal, detém o monopólio do uso legítimo da violência.

Quem primeiro definiu o Estado como detentor desse monopólio foi o economista alemão Max Weber, em uma conferência em 1918. Nos seus termos, Weber define: “o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (Weber, 1982, p. 98).

Esse consenso se estabeleceu porque o Estado sempre necessitou e utilizou esse monopólio em duas funções bastante específicas.

A primeira função é a defesa de seu território de ameaças externas através da constituição de Forças Armadas permanentes e especializadas, mas isso, pelo pacto federativo que adotamos, não faz parte do papel dos governos estaduais.

E a segunda função, esta sim claramente dentro do escopo dos governos dos estados, é o controle e a contenção da sua própria população através da criação de Corporações Policiais profissionais e auxiliares.

Portanto, tanto para quem se alinha com o pensamento da esquerda ou da direita, a atuação da Polícia Militar que acontece hoje no Rio de Janeiro, não deveria ser alvo de controvérsias porque trata-se “apenas” do Estado exercendo uma de suas funções definidoras. Mas é. Não pelo conceito, mas pela forma.

Apesar de reconhecer a sua legitimidade, por princípio, sou contra a maneira como a política de segurança pública vem sendo conduzida, não só no Rio de Janeiro, mas na maioria dos estados, por vários motivos:

- 1) ela agride o pacto federativo brasileiro. Como todos sabem o Rio não produz drogas e nem tampouco armas, portanto, caberia a União e não ao estado a formação da primeira linha de combate ao crime organizado que atua no Rio de Janeiro;

- 2) ela ocorre em um contexto de negação dos valores democráticos. Em outro momento, uma figura como Wilson

Witzel e esse discurso beligerante não se elegeria para Prefeito de Queimados, cidade do Grande Rio considerada a quinta mais violenta do Brasil, mesmo que fosse possível aplicar sua política de enfrentamento no contexto municipal;

3) ela foi estabelecida por motivos políticos e não por critérios técnicos. Essa proposta de enfrentamento se coaduna com o discurso bolsonarista e com a percepção de Witzel, e de tantos outros governantes, que uma parte importante do eleitorado se alinha com essas práticas proto fascistas. E, como sabemos, Witzel e diversos outros governadores tentam viabilizar seus nomes à sucessão de Bolsonaro em 2022. Só precisam combinar com ele;

4) ela coloca a atuação das Forças Policiais explicitamente dentro da cena política. As Forças Policiais existem para exercer uma função de Estado e não de Governo. Alinhá-las ao discurso político do ocupante da vez do Palácio da Guanabara é desviá-las da sua função constitucional e tornar-se refém do seu sucesso ou do seu fracasso.

E aqui cabe um parêntese. Historicamente as Policias Militares foram criadas a partir da chegada da família real portuguesa com o objetivo dar proteção aos colonizadores contra qualquer tipo de revolta popular, ou seja, desde sua origem até os dias de hoje, as policias militares foram pensadas, concebidas e implementadas como uma força de invasão e contenção que vê no povo seu inimigo;

5) por fim e mais importante, ela não resolve o problema. Ao fim e ao cabo, se estará atuando somente sobre os três “ps” (pretos, pobres e de periferia) que desempenham o papel de intermediários dessa cadeia de consumo e não sobre os criminosos “brancos e ricos da Zona Sul” que financiam e comandam esse mercado.

No entanto, apesar de ser contra, entendo quem defenda esse tipo de política baseado no combate ao crime organizado tendo como teatro de operações as ruas e vielas das comunidades cariocas, também por vários motivos mais autoexplicativos:

1) o Rio, e não só o Rio, se tornou um território do narcotráfico;

2) o Estado brasileiro, independente da esfera de poder, há muito tempo, permitiu a quebra do monopólio do uso, neste caso ilegítimo, da violência;

3) o imbricamento das polícias com o crime organizado impede que se resolva o problema com soluções internas e convencionais como o enfrentamento puro e simples;

4) aumentar a percepção de segurança faz parte da solução de uma política de segurança pública; e,

5) por fim e mais importante, eu não sou carioca e não vivo em uma “zona de guerra”, o que torna fácil a crítica a partir da segurança das redes sociais.

Agora sim, falando de maneira mais específica sobre o Governo de

Wilson Witzel, outro ponto que me incomoda neste debate todo é que ele é seletivo.

Quem hoje se engaja na crítica à “Guerra ao Crime” defendida pelo governo do Rio, não assume, mas está criticando muito mais os atores e o contexto do que a própria proposta de solução encontrada.

O Rio de Janeiro, tanto o município quanto o estado, já tiveram governos mais progressistas que a atual dupla Witzel e Crivella. Para ficar nos mais óbvios, Leonel Brizola e Benedita da Silva já foram Governadores e Saturnino Braga e Marcelo Alencar já foram prefeitos e nenhum deles conseguiu oferecer propostas de políticas eficientes para a solução do problema.

Em diversos momentos, uma atuação mais dura já foi decretada, independente de quem era o governador. Inclusive com intervenção federal na segurança. Os governos cariocas sempre apoiaram esse tipo de endurecimento no combate, alguns só não declaram isso abertamente por receio da repercussão negativa que poderia trazer e o impacto na popularidade do Governo.

Com certeza se o governador do momento fosse outro que não Witzel, ações policiais desastrosas como essa que mataram João Pedro, Jenniffer, Ágatha e tantas outras crianças e adolescentes também aconteceriam e os efeitos colaterais seriam os mesmos porque, como disse, há um consenso que essas ações são “apenas” o Estado exercendo

uma de suas funções definidoras. O que está errado não é o conceito, é forma como o Estado exerce essa função.

O problema, portanto, não está no direcionamento ideológico do governo estadual, mas a esquerda, depois da onda do “politicamente correto”, quando no poder, parece querer abrir mão das suas prerrogativas de Estado. Parece que tem “nojinho” das políticas públicas que não tenha algum tipo de apelo inclusivo, redistributivo e de cunho social, enquanto a direita parece ter um certo “prazer” em implementar as medidas que reforcem a face mais dura do Estado.

Por fim, acho que está se falando muito, mas sem conhecimento real do que está de fato acontecendo, seja no contexto político geral, seja no contexto da política de Segurança Pública em particular.

Fala-se muito sobre legitimidade e oportunidade desse tipo de atuação do Estado nas comunidades no combate ao crime organizado, questiona-se muito a intenção real dos atores e suas consequências no cenário político sucessório, mas deixa-se de lado alguns pontos que considero importantes e que neste caso se referem ao Rio de Janeiro, mas que também são válidos para diversos outros estados e cidades do Brasil.

O Estado e as instituições do Rio de Janeiro estão totalmente contaminados com a cultura e com os recursos, financeiro e políticos, que o tráfico gera.

A sociedade carioca está se tornando cada vez mais míope e, porque não dizer hipócrita, ao acreditar que a mesma droga que sai dos morros e financia essa zorra toda não vai parar no asfalto da Zona Sul em festas e eventos da classe média, como se uma coisa não tivesse relação direta com a outra. Mesmo em tempos de pandemia.

Todos os mercados, sejam de tomates e abacaxis, sejam de maconha e cocaína obedecem às mesmas regras e tem os mesmos componentes. A lei da oferta e da procura é uma dessas regras e a existência de produtores, intermediários e consumidores são alguns dos seus componentes.

Sem atuar na produção e no consumo, a política de extermínio que virou a política de segurança pública do Rio de Janeiro atuará exclusivamente na parte mais visível e simbolicamente negatizada da cadeia, os intermediários, e a consequência mais óbvia será o aumento dos preços para os consumidores e o lucro dos produtores que levarão os seus produtos para mercados menos controlados.

Ou seja, o que a política de segurança do Governador Witzel pretende é transferir o problema para outros territórios, sem se importar com os efeitos colaterais sobre a população pobre que tem que viver, estudar e trabalhar em uma zona conflagrada.

SUS: RESULTADOS OBJETIVOS E PERCEPÇÕES SOCIAIS

02/04/2020

Inegavelmente nas quase 3 décadas de existência do Sistema Único de Saúde (SUS) ampliou se de maneira considerável o acesso à assistência à saúde para grande parte da população brasileira. Hoje, o SUS representa a única forma de assistência à saúde para cerca de 150 milhões de pessoas.

Além disso, outros serviços de saúde como vigilância sanitária e epidemiológica, captação e oferta de hemoderivados e de órgãos para transplantes, bem como as mais importantes coberturas vacinais tem cobertura universal atingindo de maneira indistinta praticamente a totalidade da população.

No entanto, não se pode negar que o SUS ainda não conseguiu garantir a equidade de acesso oportuno e de qualidade para toda população brasileira, muito em função de alguns problemas ainda não equacionados dentre os quais destaco o subfinanciamento, a baixa capacidade de gestão no sentido mais strictu sensu das capacidades estatais, a concorrência com o sistema privado por recursos humanos, financeiros e físicos e, por fim, o papel da mídia.

Apesar dos avanços inegáveis e das dificuldades inquestionáveis, a maneira como o Sistema é percebido pela população brasileira varia enormemente. Sabemos que essa percepção é in-

fluenciada por inúmeros fatores como a própria experiência ou de pessoas próximas na utilização dos serviços, uma visão idealizada do atendimento de saúde e uma opinião geral formada a partir dos meios de comunicação.

Pesquisas com algum rigor científico e com abrangência nacional apontam que cerca de 30% dos usuários do SUS avaliaram os serviços de maneira positiva (conceitos “Muito Bom” e “Bom”), enquanto para os não usuários esse índice de aprovação cai para 19%.

Dado que temos dados e indicadores objetivos de saúde, sejam eles mais abrangentes e sintéticos como Expectativa de Vida ou Mortalidade, sejam dados mais diretamente ligados às ações próprias do SUS como cobertura vacinal e, ao mesmo tempo, uma avaliação positiva, no melhor cenário de menos de 30%, esse conjunto de premissas levam ao desenvolvimento do seguinte questionamento:

Por que há uma dissociação entre os resultados objetivos das condições de Saúde e a percepção dos usuários sobre o Sistema Público de Saúde brasileiro?

A Saúde de uma população é um conceito complexo, assim como os conceitos de Pobreza e Fome tem suas causas e consequências originados e direcionados por fatores multidimensionais e transversais. A influência de fatores econômico, sociais e demográficos em muitos casos tem influência muito mais perceptível e consequências mais ime-

diatas e abrangentes que ações diretas de Saúde Pública.

A combinação de Políticas Sociais, sobretudo as políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada com Políticas Econômicas priorizando incentivos para aumento da produção, aumento do emprego formal, aumento do consumo no mercado interno e valorização do salário mínimo durante os Governos Lula e Dilma impactou fortemente o crescimento da renda e o aumento da escolaridade. Esses fatores conjuntos associados ainda às estratégias regionais com aumento do investimento público em infraestrutura e expansão formatou as iniciativas de Estado para redução da pobreza e da desigualdade, impactando indiretamente nos indicadores sintéticos de Saúde.

No entanto, quando olhamos para indicadores menos sensíveis aos fatores socioeconômicos ou mais diretamente relacionados às ações dos serviços de Saúde oferecidos pelo SUS, como mortalidade infantil decupada, que tem influência direta da oferta e qualidade do pré-natal e do período de puerpério, vemos uma consistente tendência de queda do indicador, seja de maneira consolidada, seja em suas componentes.

Esse é apenas um dos indicadores que poderiam ser utilizados como um exemplo de que, sem desconsiderar os fatores externos ao Sistema de Saúde, sobretudo os políticos e os socioeconômicos, é possível associar alguns indica-

dores de melhora das condições de saúde às ações diretas e próprias do SUS.

Dado esse conjunto de fatores, a efetiva atuação do SUS na redução de mortalidades e morbidades no Brasil é uma percepção, pelo menos de parte da população, sobretudo os não usuários, de que o Sistema não atende aos objetivos para o qual foi desenhado, cabe buscar o entendimento teórico e empírico das motivações que deram origem e que mantem essa dissociação cognitiva e, eventualmente, quais os interesses estão por trás dessas motivações.

A principal hipótese levantada até aqui é que há um conflito de interesses multi polarizados que atua de maneira a dificultar a atuação do SUS na prestação de serviços de saúde de forma integrada, regionalizada e hierarquizada que atenda às diretrizes de descentralização, atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e com efetiva participação da comunidade, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

Este conflito multipolarizado, e não necessariamente coordenado, é resultado de diversos interesses concorrentes e até antagônicos. Se por um lado temos na área da saúde pública a necessidade da construção de planos de longo prazo – em alguns casos que ultrapassem uma geração – por outro, temos um tempo político fragmentado eleitoralmente e uma dissociação entre os objetivos dos Executivos e dos Legislativos, em todas as esferas, causada pela fragmentação

partidária que o modelo de governos de coalizão gera.

Também faz parte desse conflito multipolarizado a área de disputa do poder simbólico entre Saúde Coletiva e Sistemas de Cura. Por um lado temos, na gênese do conceito de Saúde Coletiva, representado no Brasil pelo que se convencionou chamar de Reforma Sanitária, uma visão da política pública de Saúde atuando como instrumento de mudança social e formação ideológica e tendo, sobretudo, as universidades como arena de disputas; por outro lado, temos a cada vez mais forte a influência financeira e ideológica dos proprietários dos meios de produção médica e hospitalar atuando sobre as comunidades epistêmicas e sobre a burocracia estatal com vistas a influenciar a agenda da política pública da Saúde.

Em ambos os casos, no entanto, o sistema político percebe as demandas da saúde com forte apelo eleitoral e atua de maneira a tentar capturar essas demandas, seja em benefício da construção da agenda da Saúde, junto com a Previdência e a Assistência, como parte de um sistema de seguridade social mais amplo com vistas à formação de um Welfare State Nacional seja em benefício de lógica privatista visando transferir da esfera de atuação do Estado para a esfera da iniciativa privada visando a possibilidade de captura de parte desses recursos, seja na forma de repasses e financiamento estatal, seja na venda direta de serviços médicos ao cidadão que passa a ser visto como cliente.

Esse conflito multipolarizado é causa e efeito do modelo dissociativo entre público e privado adotado na política pública da saúde. Essa dissociação interessa, sobretudo, ao modelo de saúde privada que convive com o sistema público. De certa maneira, o desenho do Sistema Único de Saúde buscava criar uma complementariedade entre ambos, mas depois de 3 décadas o que se percebe é que o Sistema Privado atua de maneira concorrencial e assimétrica, seja na disputa por recursos financeiros e estruturais, seja, sobretudo, por recursos humanos qualificados, especialmente médicos especialistas.

A normatização do Sistema através da Constituição Federal e de suas Leis e Normas complementares, estabelece que o Sistema Público é responsável, quase que de maneira exclusiva, pelo atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; enquanto o Sistema Privado é responsável apenas por serviços de assistências à saúde, que são muito mais pontuais, de menor complexidade operacional e de governança e auto-sustentado e financiado, gerando uma alta lucratividade com baixo ou nenhum nível de risco ao investimento e frágeis estruturas de controle social.

Dado o problema e a explicação, ainda que parcial de parte da sua origem, também é necessário entender porque isso acontece e a hipótese que tentarei defender é que esse dissociação entre dados objetivos de saúde e a

percepção de “falha” do sistema faz parte de uma estratégia de construção de uma retórica conservadora que visa descreditar a eficácia desse e outras políticas públicas para solução de problemas estruturais da sociedade brasileira possibilitando uma abertura de espaço ainda maior para a atuação da iniciativa privada na captura tanto de recurso tributários quanto da poupança privada no financiamento de Saúde como um dever privado e não mais como um direito público.

Esta estratégia é executada por diversos atores públicos e privados, desde corporações médicas até gestores públicos e burocratas de nível de rua, desde grandes proprietários de meios de produção médica e hospitalar até organizações sociais de saúde que independente de suas posições ideológicas ao atuarem em defesa de seus interesse privados comprometem a eficiência do atendimento à saúde como política pública e, portanto, de maneira antagônica ao direito à saúde como um interesse público e coletivo.

Obviamente, essas ações individuais, mesmo que representando o interesse de grupos e coletivos não teriam o mesmo impacto se não fossem catalisadas e potencializadas pela ação de um ator de suma importância neste contexto: a mídia.

Podemos identificar no papel da mídia as teses de Albert Hirschman sobre a retórica conservadora. Essas teses foram exaustivamente utilizadas,

demonstrando todo o conservadorismo da imprensa em relação à introdução de novos direitos e em defesa e manutenção de statu quo da própria imprensa, mas também dos grupos políticos e empresarias que ela representa já que estamos falando de um setor extremamente oligopolizado.

Esse autor identificou três teses sobre a retórica conservadora que foram utilizados ao longo da história: a tese da perversidade, que sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só servem para “exacerbar a situação que se deseja remediar”, a tese da futilidade, que defende que as mudanças são sempre ilusórias, “pois as estruturas ‘profundas’ da sociedade permanecerão intactas”, e a tese da ameaça, argumenta que o custo da determinada reforma é muito alto, porque “coloca em perigo outra preciosa realização anterior”.

Repercutem com bastante frequência, seja no discurso dos defensores de uma maior preponderância do Sistema de Saúde Privada, seja na mídia que repercute esse discurso, as teses de Hirschman de maneira mais coloquial e mais fácil acesso à opinião pública na forma de “opinião publicada”.

Pela tese da perversidade, defendem que as ações para melhorar a condição social de alguns só servem para perpetuar o ciclo de pobreza alimentado pelos assistencialismos. “Não dê o peixe, ensine a pescar.” Com a tese da futilidade, defendem que as conquistas de po-

líticas públicas como o SUS são ilusórias porque os avanços reais devem ser gerados pelas mudanças da estrutura econômica como um todo. “Vamos crescer o bolo para depois dividi-lo.” E com a tese da ameaça, que avalia que o custo do programa é muito alto e coloca em perigo uma realização maior que é o equilíbrio fiscal. “O Estado precisa se concentrar nas atividades próprias de Estado. O resto, o Mercado regula e disciplina”.

Apenas como um de inúmeros exemplos que poderíamos apontar, destaca a manchete da primeira página da Folha, em 9 de dezembro de 2013: “Ineficiência marca gestão do SUS, diz Banco Mundial”. A matéria sugere que essa é “uma das conclusões de relatório inédito obtido com exclusividade pela Folha”. No entanto o que o relatório, apresentava era um diagnóstico bastante favorável do Sistema Público de Saúde brasileiro. Dou relevo a um trecho do resumo do referido relatório e a capa da edição do jornal daquele dia:

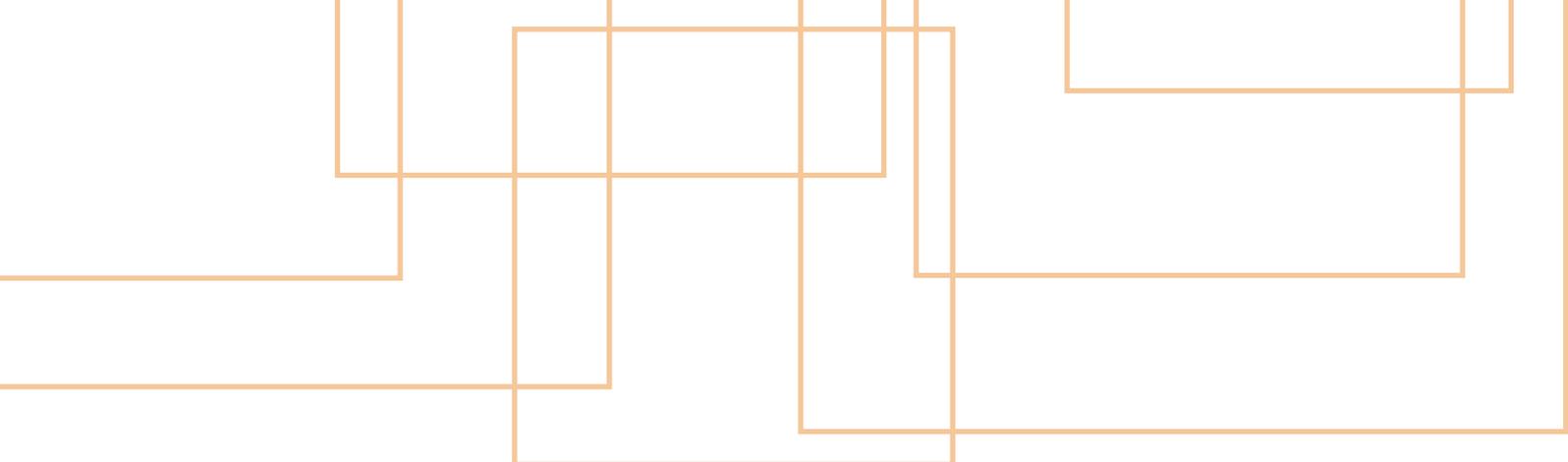
“Nos últimos 20 anos, o Brasil tem obtido melhorias impressionantes nas condições de saúde, com reduções dramáticas na mortalidade infantil e o aumento na expectativa de vida. Igualmente importantes, as disparidades geográficas e socioeconômicas tornaram-se muito menos pronunciadas. Existem boas razões para se acreditar que o SUS teve importante papel nessas mudanças. A rápida expansão da atenção básica contribuiu para a mudança nos padrões de utilização dos serviços de saúde com uma participação crescen-

te de atendimentos que ocorrem nos centros de saúde e em outras instalações de cuidados primários. Houve também um crescimento global na utilização de serviços de saúde e uma redução na proporção de famílias que tinham problemas de acesso aos cuidados de saúde por razões financeiras. Em suma, as reformas do SUS têm alcançado pelo menos parcialmente as metas de acesso universal e equitativo aos cuidados de saúde. (Tradução de Eduardo Fagnani).

Enfim, a dissociação cognitiva entre os resultados objetivos do Sistema de Saúde Pública implementado no Brasil há cerca de 30 anos e a percepção de qualidade capturada por pesquisas de satisfação reflete o papel da mídia como formador de opinião com o objetivo de pautar a agenda pública em benefício de corporações de trabalho alinhadas com interesse políticos e corporativos da iniciativa privada.

Minha esperança é que a quantidade de vidas que serão salvas pela atuação do SUS faça com que a população em geral e a mídia em particular, passem a ver neste Sistema de Saúde seu real valor e importância diante do caos que se instalará.





SIMBOLISMOS

AS LOGOMARCAS DOS ÚLTIMOS GOVERNOS

05/01/2019

O Governo de Jair Bolsonaro acaba de lançar a nova logomarca do governo federal que marcará sua gestão nos próximos 4 anos.

Mesmo sem ser especialista em semiótica, analisando comparativamente as logomarcas dos últimos 5 governos alguns pontos ficam evidentes e saltam aos olhos. Discursos podem mentir, mas as imagens não.

A primeira logomarca, a dos 2 Governos Lula (2003 a 2010) é a mais colorida e mais alegre de todas mostrando que o Brasil é um país diverso, com diferentes cores, pessoas, etnias e religiões. Essa diversidade e inclusão é reforçada

pelo uso do slogan “Um país de todos”. Ou seja, a ideia era ter uma gestão que buscasse como marca de governo a integração e a inclusão.

A quantidade de cores utilizada transmite a ideia de país alegre, feliz, carnavalesco, reforçando a imagem de nação mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma e aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas.

A decisão de manter a mesma logomarca durante os 2 mandatos reforça sensação de continuidade do governo, das políticas e das bandeiras defendidas nos dois períodos.

A segunda e a terceira são as logomarcas dos governos Dilma (2011 a 2016) que apesar de serem visualmente

idênticas trazem uma mudança importante na mudança do slogan.

Antes de falar disso é importante ressaltar que as logomarcas, assim como os governos que representam, vão ficando mais sérias e sóbrias. A sensação é que acabou a festa e a alegria.

A adoção apenas das cores da bandeira tem a clara intenção de demonstrar um patriotismo e um alinhamento com valores de classe média que antes importavam menos.

O primeiro slogan adotado pela gestão Dilma: “País rico é país sem pobreza”, se por um lado assume a condição de miserabilidade de parte da população como o problema prioritário a ser enfrentado, por outro questiona a ideia contraditória de um país ser rico pelos recursos naturais que possui mesmo tendo um povo pobre, ou seja, propõe ações que diminuam a desigualdade social.

Apesar do problema da pobreza não ter sido resolvido no segundo mandato o slogan muda para “Pátria Educadora”, o que demonstra que, diferentemente do que ocorreu nos governos Lula, não há a mesma sensação de continuidade do governo, das políticas e das bandeiras defendidas nos dois períodos de Dilma.

No caso de Dilma, ambos os slogans trabalham com pautas mais definidas, o que passa a ideia de slogans de governos e não de Estado, portanto mais transitórios e efêmeros.

A logomarca seguinte, utilizada pelo Governo Temer, é dominada por alusões aos simbolismos da bandeira nacional, mas de maneira monocromática em tons de azul. Ao utilizar praticamente uma única cor, fria, associada ao masculino, à sobriedade, à modernidade e à racionalidade sinaliza que a diversidade, a festa e a cultura não terão espaço nas ações de governo. É quase o carimbo de um burocrata.

Outro ponto que chama atenção é a ausência de um slogan norteador. A utilização da faixa com o lema positivista “Ordem e Progresso” não cumpre essa função.

Então, se olharmos pelos simbolismos da logomarca, vemos um governo sem rumo ou objetivos, que tenta utilizar os elementos da bandeira como uma maneira de transferir a dignidade dos símbolos republicanos para o grupo que chega ao governo de maneira não tão nobre e legítima.

Por fim, a logomarca recém lançada pelo Governo Bolsonaro é a versão “chapada” da logomarca anterior que trazia elementos gráficos em 3D, possivelmente em uma homenagem subliminar e inconsciente à grande patrocinadora da ascensão daquele governo (plim, plim).

Na logomarca do Governo Bolsonaro, como era de se esperar, estão de volta o verde e o amarelo, mas a palavra Brasil, ao contrário do que foi o slogan da campanha “Brasil acima de tudo” é o que está abaixo de tudo.

E novamente não há um slogan norteador das ações de governo, já que a utilização de um trecho do hino, “Pátria Amada Brasil”, também não cumpre essa função e com a agravante que a mensagem não é direcionada ao que o País fará pelo seu Povo, unir (Lula), repartir ou educar (Dilma) e sim, o que o Povo dever fazer pelo País (Amar). É a versão minimalista do “Ame-o ou Deixe-o”

Portanto, se novamente olharmos pelos simbolismos da logomarca, o governo Bolsonaro será um governo de continuidade em relação a Temer, igualmente sem rumo ou objetivos, que também tenta utilizar os elementos da Bandeira e do Hino como uma maneira de transferir a dignidade dos simbolismos republicanos ao novo governo.



AS 3 MORTES DE UM HOMEM

09/05/2020

Todos os homens morrem 3 vezes. A primeira morte é a morte do corpo, seguida da morte dos efeitos das suas ações e por fim a morte da sua memória.

A morte do corpo é o tempo de vida de cada um de nós. Em geral não mais que algumas décadas, em média, e é o que fazemos neste tempo que determinará o tempo das outras mortes.

Morto o corpo, ficam os efeitos de suas ações: sua descendência, suas obras e o resultado de seu trabalho. Este tempo para a maioria dos homens não é maior do que o tempo de algumas gerações posteriores à sua. Em poucas gerações sua descendência não o reconhece mais e o resultado de seu trabalho se finda. É quando se dá sua segunda morte.

A terceira morte pode ser a que mais demore a se realizar ou a que dure apenas um instante. A morte da memória de um homem está ligada ao tempo que as gerações futuras serão capazes de recordar seu nome e vinculá-lo aos seus feitos. Bons ou maus.

Bolsonaro está dedicando sua vida a produzir atos que marcarão indelevelmente a memória de seu nome. Bolsonaro está se preparando para ser imortal.

Em algum tempo, e que fique claro: não estou desejando que esse tempo seja breve, mas que será inevitável, ouviremos o Willian Bonner, ou alguém com essa função, anunciar em tom solene: "Faleceu hoje o ex Presidente Jair..." Esta será sua primeira morte.

Em um tempo maior, perecerão os seus e suas obras. Seus filhos também perecerão e seus descendentes em algumas gerações também não se ligarão mais à sua imagem, senão como aquele parente distante que se tenta esconder o vínculo genealógico. Muitos abandonarão o sobrenome como que querendo esconder uma mácula do passado.

E suas obras durarão menos que isso. Uma a uma serão destruídas pelo tempo ou substituídas pelos homens. Não haverá escolas ou hospitais com seu nome e as placas de bronze e retratos oficiais que marcaram sua passagem por ali, também terminarão em um frio depósito de móveis e objetos de repartições públicas que precisam ser descartados.

No entanto, não veremos sua terceira morte. Nem nós nem ninguém. Não haverá uma desmemória de sua infeliz existência. O nome Bolsonaro ficará para sempre na memória da humanidade. Os historiadores do futuro terão a responsabilidade de marcá-lo no rol da infâmia, na lista dos grandes genocidas, no grupo dos líderes mundiais responsáveis pelas páginas mais trágicas de seus países e de seus povos.

E sem essa terceira morte, Bolsonaro está condenado a permanecer vivo para sempre como um espectro perpetuado pelas mortes que está ignorando neste momento.

Infelizmente, nós não o esqueceremos jamais. Infelizmente, Bolsonaro está se tornando um imortal. Uma vida longa aguarda Jair Bolsonaro.

COMO BOLSONARO SE SUSTENTA NO PODER?

21/05/2020

Emissor e receptor finalmente interagem direta e imediatamente. O que era o sonho da minha geração tornou-se realidade, mas a um custo imprevisto. Altíssimo. O custo da sublimação da capacidade crítica e do pensamento complexo. Tudo tem que ser novo, fácil, rápido e de preferência divertido. Ou maldoso e sádico.

Assim como o cinema, o rádio e a televisão, a internet mudou definitivamente nossa maneira de ser, pensar e agir. O virtual é aceito como real e, de alguma forma, torna-se real para algumas pessoas e situações, porque destrói e reconstrói narrativas como, por exemplo, o que vem fazendo o bolsonarismo com a narrativa da democracia.

Bolsonaro talvez seja o líder mundial que mais se destaca, negativamente, diga-se, por ser um dos que melhor soube usar essa nova tecnologia em seu serviço. Sua estratégia de comunicação utiliza fortemente essa plataforma para divulgar suas mensagens, sobretudo fake news, para desconstruir reputações e construir as narrativas que lhe interessa que sejam compartilhadas.

Essas mensagens são rápidas e de fácil compreensão. Vídeos e áudios curtos, mas bem produzidos para serem compreendidos sem esforço algum. Se não será rapidamente descartado.

Tudo tem que ser muito simples e rápido, desde o formato até a mensagem, que nem de longe precisa ser verdadeira, muito pelo contrário. Para o público a quem se destina se houver a menor complexidade, ainda que pouca, se o texto for longo e cheio de palavras “difíceis”, tudo será simplesmente ignorado.

Estratégia perfeita para quem não tem propostas nas áreas econômicas para que resolvam os problemas de grande parte da população e políticas públicas que amenizem os efeitos da pandemia e que, por isso, precisa tirar o foco de suas incapacidades e incompetências.

Se antes éramos vítimas desavisadas da Indústria Cultural, simples receptores que não tinham como interagir com uma mensagem elaborada para moldar comportamentos de consumo e pautar padrões de comportamento social de leitores, ouvintes e telespectadores, hoje temos a falsa sensação de que podemos interagir com a realidade que cada vez mais nos é imposta.

Um exemplo desse tipo de lógica em mensagens simplistas para um público simplório:

Estamos em meio a uma crise epidemiológica sem precedentes? Sim. A pandemia causará recessão e desemprego? Sim. Isso me afeta diretamente? Sim. O isolamento social e o fechamento de empresas e comércios são os maiores responsáveis por essa crise econômica futura? Sim. E quem está impondo

essas medidas? Os governadores de estado, os políticos da Câmara e os juízes togados do STF que são oposição ao governo. Quem é oposição ao governo são os futuros concorrente à sucessão? Sim. Quem quer que Bolsonaro não se reeleja? Os comunistas, os políticos corruptos e os parasitas do serviço público.

Simples, rápido e fácil.

Coloque isso em um vídeo ou áudio. Distribua de maneira exponencial, utilizando robôs e algoritmos, mas sobretudo faça com que pessoas comuns também o façam para que o remetente lhe empreste a credibilidade que o conteúdo não possui.

Pronto. Está feita uma campanha política pela internet, que coloca centenas de imbecis nas ruas pedindo a reabertura dos comércios e o retorno ao trabalho em meio a uma pandemia e outros tantos em praças e avenidas pedindo o fechamento do Congresso e do STF e o retorno do Regime Militar e do AI -5, seu instrumento mais cruel de repressão e tortura.

Se não entendermos isso rapidamente e adequarmos o discurso de resposta a esse modelo seremos sempre reativos. Não venceremos este embate publicando notas de repúdio e petições na internet.

Texto com Toni Fernandes

DIFERENÇA ENTRE CORAGEM E VALENTIA

05/05/2020

Há duas cenas bastante emblemáticas no filme Perfume de Mulher onde Al Pacino interpreta o tenente coronel Frank Slade, um militar aposentado, cego, narcisista e com tendências suicidas: a cena do tango e da Ferrari. Nessas cenas, Al Pacino demonstra a diferença entre coragem e valentia.

A primeira cena representa a coragem. Nessa cena, o Coronel Slade dança tango durante uma festa. A coragem, neste caso, está em enfrentar seus próprios medos e superar o risco de falhar e expor o outro a um constrangimento.

Ter coragem é ter força e energia moral para enfrentar dificuldades e perigos com determinação. É a habilidade de controlar o medo em momentos difíceis com perseverança, força e ousadia.

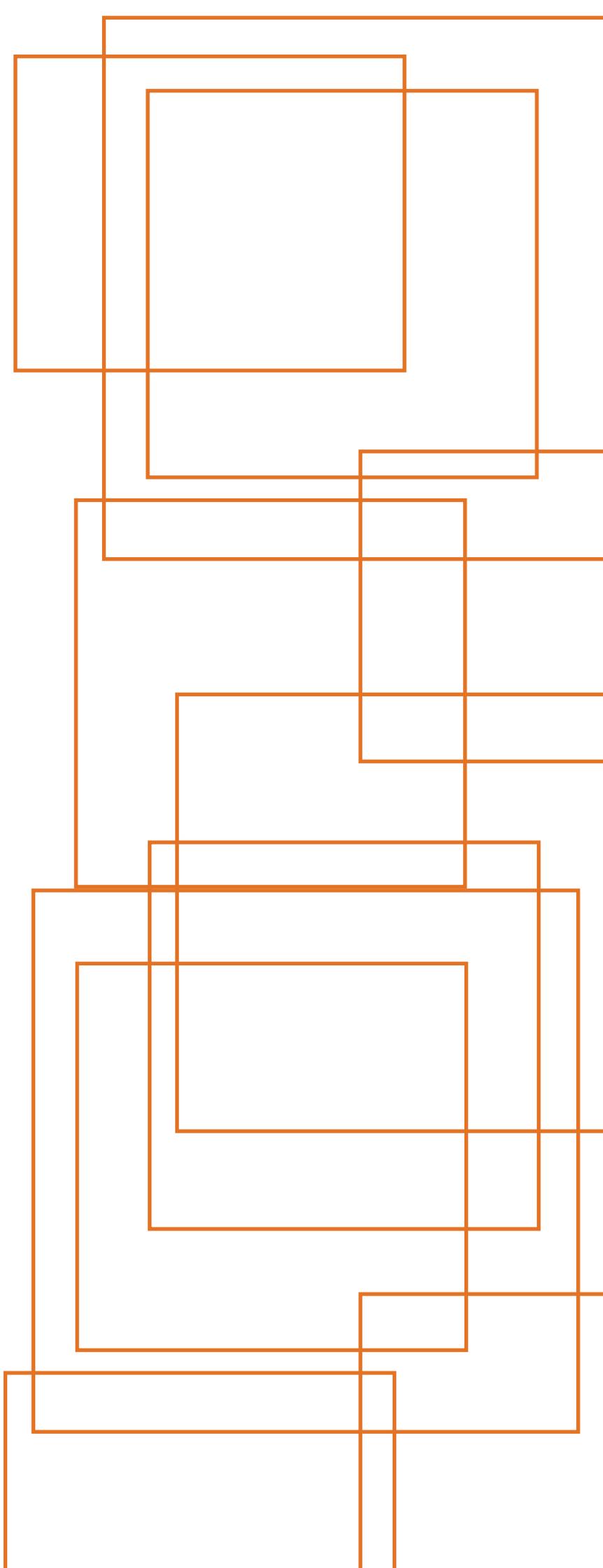
A outra cena representa a valentia. Nessa cena, o Coronel Slade dirige uma Ferrari em alta velocidade pelas ruas da cidade. A valentia, neste caso, está em agir de forma irresponsável para demonstrar uma capacidade que outras pessoas julgam que você não tem. A valentia faz o fraco parecer forte, o covarde parecer corajoso e o cego parecer enxergar.

A coragem sempre permanece, a bravura é momentânea. A coragem não põe outras pessoas em risco, a valentia sim. A coragem vem de dentro e bravura vai para fora.

Quando Bolsonaro afronta as instituições e ultrapassa todos os limites ele só demonstra sua valentia. Não há coragem nisso.

Não há coragem em atacar a imprensa, o STF e o Congresso do alto da Presidência da República quando você sabe que não será atacado da mesma forma. Não há coragem em negar uma pandemia quando se transfere para Prefeitos e Governadores a responsabilidade pelas mortes e pelo fechamento da economia.

Não há coragem em Bolsonaro, só valentia e o fim de toda valentia é ser contida pelas suas consequências ou como diz o antigo samba de Nelson Cavaquinho, “nas mãos de um fraco sempre morre um valente”.



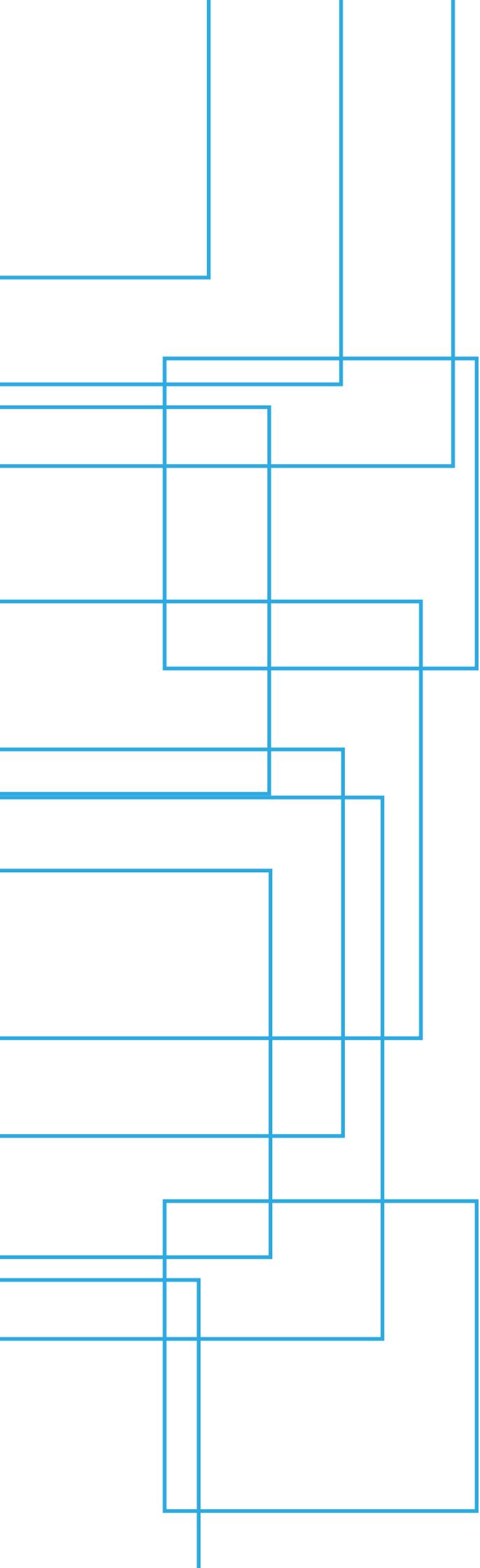
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por José Celso Cardoso Jr.

Desconstrução do Estado nacional: O fracasso do projeto liberal e alternativas progressistas para a reforma administrativa e o planejamento público

2



José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	101
AUSTERICÍDIO, PANDEMIA E O COLAPSO DO LIBERALISMO ECONÔMICO: A HORA DO ESTADO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA O SALVAMENTO DO BRASIL	
PARTE I - DESMONTE DO ESTADO E DA CF-1988	105
1. DESMONTE DA CF-1988 E DO SEU PROJETO DE ESTADO E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL	105
2. AUSTERICÍDIO E O DESMONTE DO ESTADO NO BRASIL: UM GOVERNO SEM CÉREBRO, UMA ECONOMIA SEM MÚSCULOS, INSTITUIÇÕES SEM CORAGEM E A DEMOCRACIA SEM POVO	109
3. SUBALTERNIDADE EXTERNA	111
4. DESDEMOCRATIZAÇÃO	122
5. ASSÉDIO INSTITUCIONAL	
6. PRIVATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL	126
7. PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	139
8. PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	143
9. REFORMA ADMINISTRATIVA BOLSONARO/GUEDES/MAIA	147
10. MENOS REPÚBLICA, MENOS DEMOCRACIA E MENOS DESENVOLVIMENTO	151

PARTE II - FUNDAMENTOS DO ESTADO E DIRETRIZES PARA UMA REFORMA PROGRESSISTA **164**

1. BASES INSTITUCIONAIS PARA UMA REFORMA ADMINISTRATIVA DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL AINDA NO SÉCULO XXI **164**

2. FUNDAMENTOS E DIRETRIZES DA OCUPAÇÃO E DO DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO NO BRASIL **168**

3. ESTABILIDADE FUNCIONAL DOS SERVIDORES NOS CARGOS PÚBLICOS **172**

4. REMUNERAÇÃO ADEQUADA E PREVISÍVEL AO LONGO DO CICLO LABORAL **174**

5. QUALIFICAÇÃO ELEVADA, CAPACITAÇÃO PERMANENTE E MERITOCRACIA NO ÂMBITO DAS FUNÇÕES E ORGANIZAÇÕES ESTATAIS **182**

6. COOPERAÇÃO – AO INVÉS DA COMPETIÇÃO – COMO MÉTODO PRIMORDIAL DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO E FONTE DE INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E EFETIVIDADE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS **186**

7. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DE ATUAÇÃO ASSOCIATIVA E SINDICAL NO SETOR PÚBLICO **189**

PARTE III - PROSPECTIVA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO **194**

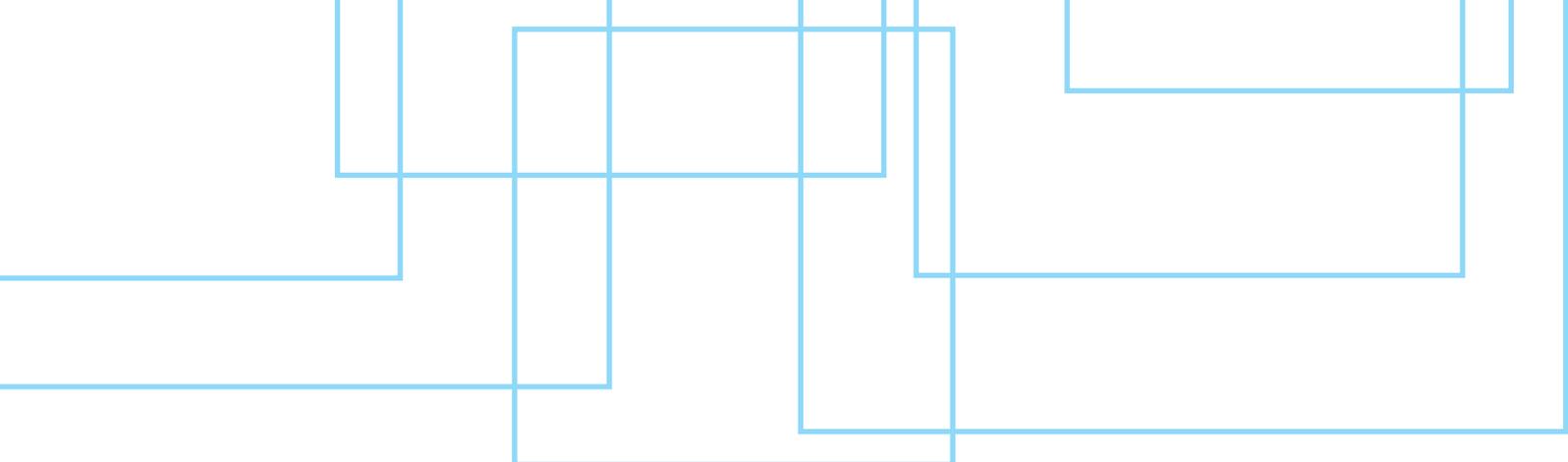
1. PLANEJAMENTO PÚBLICO COMO A ARTE DA BOA POLÍTICA **194**

2. CAPACIDADE DE GOVERNAR E A CENTRALIDADE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO **197**

3. CENTRALIDADE POLÍTICA DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL **201**

4. ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL **203**

5. TEMPORALIDADE E DIRECIONALIDADE ESTRATÉGICA	205
6. PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO	208
7. ENTREGAS EFETIVAS À SOCIEDADE	209
CONCLUSÃO: O BRASIL PODE MAIS!	212



INTRODUÇÃO - AUSTERICÍDIO, PANDEMIA E O COLAPSO DO LIBERALISMO ECONÔMICO: A HORA DO ESTADO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA O SALVAMENTO DO BRASIL

Chamamos *Austericídio* ao conjunto de pressupostos ideológicos e diretrizes de política macroeconômica que conformam um arranjo institucional de gestão da área econômica do governo Bolsonaro/Guedes que, além de possuir precária fundamentação teórica e histórica, produz resultados opostos aos desejados, com enormes e negativas repercussões sobre a capacidade de crescimento, geração de empregos e distribuição de renda e riqueza numa sociedade, tal qual a brasileira, já marcada estruturalmente por imensas heteroge-

neidades, desigualdades e necessidades de várias ordens.

Quando falamos dos tais *pressupostos ideológicos do austericídio*, queremos nos referir aos seguintes aspectos: i) uma visão intrínseca e extremamente negativa acerca do Estado e do peso e papel que os governos, as políticas públicas e os próprios servidores civis deveriam desempenhar relativamente às esferas do mercado e da sociedade; e ii) uma visão teórica e histórica, extremamente simplista e questionável, acerca de uma suposta independência, superio-

ridade e positividade do mercado, como representante etéreo e idílico da esfera privada, relativamente ao Estado, este visto como a fonte de todos os problemas do mundo econômico e incapaz de bem representar – e agir para – os interesses gerais da sociedade e da esfera pública. Sua ação é vista como deletéria ao “equilíbrio econômico e social justo” que poderia advir da interação direta e desimpedida das “vontades individuais” mediada pelos mercados privados e monetários de bens e serviços.

Por sua vez, no caso das tais *diretrizes de política econômica*, estão bem representadas, no caso brasileiro, pelo tripé de política macroeconômica (vale dizer: regime de *metas de inflação*, perseguidas em grande medida pela combinação entre *taxa de câmbio apreciada* e geração de *superávits fiscais primários elevados e permanentes*), que vem sendo seguido desde basicamente 1999 no país e para o qual importam: i) a manutenção de taxas de juros oficiais acima das respectivas taxas da maior parte dos países que concorrem com o Brasil pelos fluxos internacionais de capitais; e ii) a normatização de alguns regramentos de natureza econômica, particularmente os das finanças públicas, tais como a LRF, a EC 95 e as PECs 186, 187, 188 (de 2019) e 32 (de 2020), fenômeno por meio do qual eles se transformam em regras fiscais rígidas, tanto mais difíceis de cumprir e manejar quanto mais no plano constitucional estiverem.

Tal fenômeno vai então institucionalizando um verdadeiro processo de

financeirização da Dívida Pública Federal e *privatização* da sua gestão pelas autoridades monetária (BACEN) e fiscal (STN) do país. Ela promove, de um lado, bloqueios e limites superiores ao gasto fiscal primário de natureza real, justamente o gasto que é responsável pelo custeio de todas as despesas correntes, tanto as intermediárias/administrativas, como as finalísticas destinadas à implementação efetiva das políticas públicas federais em todas as áreas de atuação governamental. De outro lado, regramentos que representam a flexibilização (sem limite superior) e a blindagem (inclusive para fins criminais) do gasto público financeiro, cujos principais beneficiários são as instituições financeiras (bancos, corretoras, seguradoras), fundos de investimento e agentes econômicos de grande porte.

As implicações desse processo são perniciosas para a dinâmica de crescimento econômico, bem como para as condições de reprodução social da população. Posto tratar-se de *opção política de política econômica*, esse arranjo institucional que está se consolidando no Brasil é passível de contestação teórica e empírica, razão pela qual é importante desnudar as suas implicações e apontar alternativas críveis para redesenhar a referida institucionalidade com vistas à promoção de um desempenho econômico e social mais condizente com o potencial e anseios de crescimento e de inclusão do país.

Com isso, de modo trágico, porém nada surpreendente, resta agora cristalina – em plena crise pandêmica do novo

coronavírus – a incapacidade do liberalismo econômico em entregar o que – de maneira sempre mirabolante e falsa – costumava prometer. Ao invés de pleno emprego dos fatores de produção (terra, trabalho, capital, conhecimento) e bem-estar geral das pessoas (o mantra do ótimo de Pareto), o liberalismo econômico e a política austericida que o caracteriza vêm entregando calamidades, vale dizer: i) esterilização do capital produtivo e financeirização dos fluxos de renda, processos esses por meio dos quais o Estado e as finanças públicas operam numa lógica de subordinação quase absoluta aos objetivos dos segmentos mais ricos (ainda que pouco numerosos) da população; ii) desemprego, subemprego, precarização, baixos e irregulares salários, concentração crescente da renda e da riqueza, mobilidade social descendente intra e entre gerações; iii) colapso ambiental; iv) mercadorização e instrumentalização da ciência e dos conhecimentos por ela produzidos, com empobrecimento material e cultural crescente da sociedade em pleno século XXI...

Significa dizer que os instrumentos defendidos pelo liberalismo econômico se converteram na finalidade última desses sistemas. Os meios (isto é: a propriedade privada como fundamento, a concorrência como princípio, a acumulação de capital monetário como objetivo maior) se converteram em fins em si mesmos do modelo, retirando de cena tanto os pressupostos (irrealistas) sob os quais tal economia poderia funcionar, como as consequências concretas deletérias para o planeta e a espécie humana

que tal mecanismo engendra. O colapso ambiental, a deterioração das condições de trabalho e existência, a financeirização (e exclusão) da renda e da riqueza, o empobrecimento cultural e civilizatório de modo geral, tudo isso como consequência direta – e abjeta – do liberalismo econômico, converteram-se em fatos normais e naturais da realidade alienada ou resignada das sociedades contemporâneas.

Apenas quando um choque externo – extremo e coercitivo, como este – causado pela crise humanitária do novo coronavírus, ameaça se converter em crise econômica e financeira catastrófica para a lógica de reprodução do liberalismo em voga, é que os agentes detentores do poder político e econômico em cada país se dão conta de que tal modelo não possui mecanismos automáticos regeneradores da situação pretérita tida como normal e natural, ainda que já catastrófica para o planeta e seus habitantes. É apenas neste momento que concedem *liberdade de ação* para a única entidade criada até o momento pela humanidade, com capacidade, recursos e instrumentos para tentar – ainda que sem êxito garantido – enfrentar tamanha destruição.

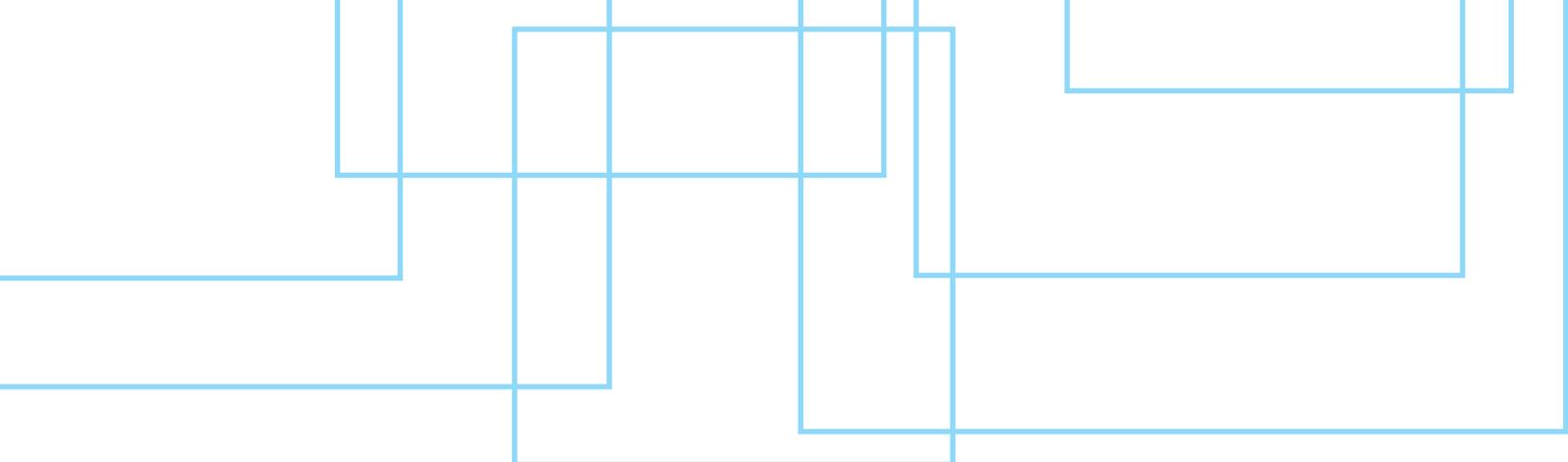
Aos Estados nacionais cabe, doravante, por meio sobretudo de instrumentos fiscais e monetários condizentes, e através de políticas públicas em áreas críticas para a reprodução social (tais como a saúde, o emprego e a renda), a tarefa hercúlea de combater a crise econômica e humanitária em curso. Essa empreitada já começou de modo decidido em pra-

ticamente todas as partes do mundo. Na Europa, por exemplo, os ministros das Finanças da União Europeia aprovaram a suspensão das regras orçamentárias do bloco, permitindo assim que países do grupo aumentem seus gastos públicos para combater o novo coronavírus sem serem penalizados. A medida proposta pela Comissão Europeia entrou em vigor em 23 de março de 2020. Pela primeira vez, os países da zona do euro não vão precisar cumprir as rígidas regras orçamentárias de Bruxelas, como as que os obrigavam a limitar o valor do déficit orçamentário ao teto máximo de 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Em outras palavras, *“os governos nacionais poderão injetar na economia tanto dinheiro quanto for necessário”*, conforme explicou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Enquanto isso, aqui no Brasil o governo Bolsonaro/Guedes simplesmente ainda não entendeu o tamanho e as implicações catastróficas da crise e tampouco demonstra ter competência técnica ou sensibilidade social para enfrentá-la. Cabe, portanto, à sociedade organizada e ao Congresso Nacional a tarefa de protagonizar o enfrentamento à altura dessa crise. As alternativas propostas, sobretudo por entidades e segmentos da sociedade civil organizada,¹ ainda que insuficientes, podem atenuar ou mitigar os impactos econômicos e sociais da crise econômica e humanitária em curso, indo muito além das prescrições deleté-

rias que o atual governo vem sugerindo para o enfrentamento da mesma, pois já devia estar claro para a atual equipe econômica que essa não é uma crise que será superada por meio do mercado, mas sim pelo resgate do protagonismo agressivo do Estado social e por meio da solidariedade entre as pessoas e colaboração entre países.

¹ Uma parte desse acervo pode ser visualizado em <http://afipeasindical.org.br/mundo-pos-pandemico/>



PARTE I - DESMONTE DO ESTADO E DA CF-1988

1. DESMONTE DA CF-1988 E DO SEU PROJETO DE ESTADO E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

No Brasil, o tempo todo parece que convivemos com alguma necessidade de reformar profundamente as bases institucionais (vale dizer: estrutura organizacional e formas de funcionamento) do Estado nacional, mormente em nível federal. É como se a CF-1988 não houvesse criado ou sugerido, ela mesma, bases institucionais razoavelmente adequadas para uma transformação orgânica positiva do Estado brasileiro e de sua administração pública federal.

Pois justamente no momento atual, em que a CF-1988 se vê mais vilipendiada pelo atual governo federal, é que é preciso dizer que sim, ela o fez. E o fez no sentido da *republicanização dos aparatos estatais*, da *democratização e descentralização das relações* do ente estatal com a sociedade civil e com a comunidade política, do *fortalecimento das capacidades estatais fundamentais* (isto é: monopólios estatais clássicos sobre a moeda, a tributação, a fabricação de leis, a representação externa e sobre o uso controlado da força). Além do fortalecimento de *instrumentos governamentais* para uma boa atuação pública, tais como o planejamento governamental e o orçamento público via PPA-LDO-LOA, o investimento público indutor do desenvolvimento

por meio dos bancos e fundos públicos, das empresas e demais agências estatais, e por fim, mas não menos importante, das funções típicas da gestão pública e do controle estatal e social sobre atos de governo e procedimentos administrativos que se realizam por meio de um leque amplo, complexo e dinâmico de políticas públicas, situadas, ademais, em contexto federativo nada trivial.

É claro que nesses mais de 30 anos de vigência, talvez seja possível estabelecer ao menos três momentos por meio dos quais um processo contínuo e cumulativo de desmonte da CF-1988 e do próprio projeto de Estado e de desenvolvimento nacional vem se desenrolando no país. Grosso modo, entre 1988 e 2002, teria vigorado um momento de *contestação e acomodação* do pacto constitucional original. Depois de o governo Sarney ter-se colocado publicamente contra a CF-1988 recém-promulgada, o conturbado governo Collor de Mello buscou contestá-la abertamente, sem, contudo, ter tido êxito em suas tentativas de reformas. Após seu *impeachment* em 1992, o país vivenciou, sob o governo provisório de Itamar Franco, um período de acomodação geral, pois a despeito da revisão constitucional havida em 1993, o que estava em jogo era a transição política para as próximas eleições, que haveria de ser em 1994.

Durante os dois mandatos de FHC houve novamente um período forte de contestação e reformas constitucionais de grande monta, sobretudo entre 1995 e 1998. O ímpeto das mesmas se arrefe-

ceu ao longo do segundo mandato (1999 a 2002), tanto em função das crises econômica e social em curso, como também por causa da aglutinação de forças políticas de oposição ao governo, que conseguiram barrar ou adiar votações importantes ao projeto liberal de reformas constitucionais. Desta forma, apesar das 45 Emendas Constitucionais aprovadas em seus primeiros 14 anos de vigência democrática, a maioria das quais com caráter claramente contrário ao espírito original das leis, pode-se dizer que houve também certa acomodação de princípios e diretrizes constitucionais relevantes aos pactos sociais e políticos de então.

Por sua vez, entre 2003 e 2014, teria havido um momento que poderíamos chamar de *acomodação e conciliação* relativamente à CF-1988 e propostas de reformas. Durante os dois mandatos presidenciais de Lula da Silva (2003 a 2010, mas sobretudo no segundo) e ainda durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2014), a despeito de 45 Emendas Constitucionais aprovadas, quase todas elas fruto de embates políticos e ideológicos de monta, de modo que nem todas possuíram sentido contrário ao espírito original das leis, houve também esforços institucionais no sentido de acomodar e implementar dispositivos constitucionais importantes, bem como conciliar a discussão de temas controversos e mesmo postergar a aprovação de medidas contrárias ao ideário menos liberal dos governos de então.

Por fim, entre 2015 e 2020, já num contexto de crises econômica e política

abertas, cujo desfecho institucional foi – num primeiro momento – a destituição de Dilma Rousseff e a tomada de poder pelo consórcio liberal-conservador formado por toda a oposição parlamentar de então, e também por parte expressiva da coalizão de apoio (de centro e de direita) reeleita em 2014, conforma-se um momento que veio caracterizando-se como sendo de *destituição e desconstrução* abrangente, profunda e veloz dos fundamentos basilares da CF-1988.

Mas isso apenas se fez possível em função das situações (formais e informais) de *excepcionalidade de medidas e criminalização de direitos e atores sociais* que se vem anunciando e produzindo principalmente desde 2015 (com o aguçamento da ingovernabilidade já durante o primeiro ano do segundo mandato de Dilma) e, com maior ênfase, desde o golpe em 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018, a partir de quando os blocos conservadores no comando dos três poderes da República, mais Ministério Público, Tribunais de Contas, Polícia Federal, grande mídia corporativa e grande empresariado nacional e internacional, financeiro e financeirizado, valendo-se da anomia, alienação, desinformação, cooptação, desalento e/ou resignação social em curso, vem conseguindo pautar e sancionar (até julho de 2020) mais de 15 outras Emendas Constitucionais e algumas tantas reformas infraconstitucionais abertamente contrárias ao pacto social e político forjado – e em *lenta, gradual e insegura acomodação* – desde a CF-1988.

Em suma, dada a quantidade total de E.C. já aprovadas e seu perfil majoritariamente contrário ao espírito original da CF-1988, é possível afirmar que, trinta anos depois, o *Brasil possui hoje, na prática, uma Constituição Federal Desfigurada, sem, no entanto, ter vivenciado, para tanto, uma outra Assembleia Constituinte assentada na soberania popular*. E a questão é que, para além de seu tempo formal de vigência, a CF-1988 foi importante porque sob suas regras gerais o país instituiu e tentou implementar (não sem resistências de toda ordem, várias delas infelizmente exitosas), um amplo conjunto de direitos civis, políticos, sociais e econômicos.

Grande parte da (ainda que pífia) melhoria distributiva havida, por exemplo, entre 1995 e 2015, deveu-se aos esforços de implementação de dispositivos constitucionais atrelados às políticas sociais em suas diversas áreas de atuação, tais como: previdência e assistência social, trabalho e renda, educação e saúde, dentre outras. Tal resultado distributivo, é bom que se diga, ocorreu pelo lado do gasto público, e foi contrabalançado por tendências concentradoras advindas tanto da estrutura tributária regressiva como da primazia do gasto financeiro sobre o gasto real, ambos os aspectos, ou presentes na CF-1988 desde o início, ou posteriormente nela sacramentados por meio de Emendas Constitucionais que pioraram aspectos cruciais já problemáticos do texto constitucional nesses temas ligados à ordem tributária, econômica e financeira.

Por outro lado, a CF-1988 também buscou reorganizar aparatos estatais em diversos campos de atuação, promovendo uma verdadeira reforma administrativa em termos de reestruturação e modos de funcionamento da máquina pública. São exemplos disso os regramentos postos em operação (também aqui de forma diferenciada no tempo e muitas vezes contraditória entre si) nas áreas do direito econômico e financeiro, da arrecadação tributária, da orçamentação e gastos públicos, do planejamento e gestão governamental, da participação social e controles estatais, além dos aspectos formais relativos ao funcionamento e (des)equilíbrio entre poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público tendo nascido e se fortalecido desde então...) e entre entes federados.

Desta maneira, dada sua abrangência e profundidade temática, a CF-1988 nunca foi consensual no país, razão pela qual desde sua promulgação a sociedade brasileira vem se dividindo entre aqueles que simplesmente querem derogá-la, visando instaurar uma ordem constitucional majoritariamente liberal-conservadora, e aqueles que desejam ou mantê-la em seus traços fundamentais, ou fazê-la avançar em termos sociais, econômicos, políticos etc., num sentido de maior controle estatal sobre a economia e maior congraçamento tanto populacional quanto territorial.

A questão de fundo, portanto, é que desde a promulgação da CF-1988, há no Brasil, grosso modo, dois proje-

tos políticos antagônicos em disputa no debate corrente. De um lado, coloca-se novamente em pauta – por setores conservadores da sociedade, comunidades da política (partidos, sindicatos e outras agremiações) e da própria burocracia, além da mídia e empresariado – o caminho liberal, de orientação privatista e individualista, que havia vivenciado melhores dias na década de 1990, mas que desde 2016 vem conseguindo impor uma agenda *abrangente, profunda e veloz* de retrocessos institucionais em áreas críticas da regulação econômica, social e política do país.

De outro lado, embora raramente tenha tido força política suficiente no cenário nacional, permanece como possibilidade – defendida por setores do campo progressista, dentro e fora das estruturas de governo – a via da expansão ou universalização integral dos direitos civis, políticos e sociais, tais quais os promulgados pela CF-1988. Todavia, é preciso ter claro que as bases materiais e as condições políticas hoje vigentes para a efetivação de tais direitos estão ainda mui distantes das mínimas necessárias à sua consecução.

Neste sentido, somos forçados a concluir que o atual governo Bolsonaro caminha rapidamente para uma estratégia de acirramento de contradições relativamente aos segmentos da sociedade não alinhados a seu projeto de poder. Mas sendo tais segmentos mais numerosos e representativos da diversidade brasileira que os seus seguidores, deverá haver uma inclinação autoritária cres-

cente por parte das frações de classe no poder no governo Bolsonaro, com vistas a impor – até mesmo pela força bruta – os seus anseios e projetos.

Oxalá a comunidade internacional democrática e a sociedade brasileira consciente do perigo autoritário em curso possam rapidamente perceber a abrangência, a profundidade e a velocidade desta agenda retrógrada para então se reorganizarem coletivamente e se reposicionarem politicamente com vistas à recuperação das tendências recentes de construção da República, da Democracia e do Desenvolvimento no espaço nacional.

2. AUSTERICÍDIO E O DESMONTE DO ESTADO NO BRASIL: UM GOVERNO SEM CÉREBRO, UMA ECONOMIA SEM MÚSCULOS, INSTITUIÇÕES SEM CORAGEM E A DEMOCRACIA SEM POVO

“O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa.” (J. Bolsonaro, março de 2019 em Washington)

Em seus mal escritos e mal lidos discursos de vitória e de posse, Bolsonaro afirmou que honraria e respeitaria a CF-1988... Mas já em seu pri-

meiro ano de (des)governo, o que vinha sendo a morte lenta da CF-1988, rapidamente tomou a forma de morte súbita. É bem verdade que muito contribuíram para tanto a postura vendida da grande mídia, a platitude e a tibieza do STF, suposto guardião da Constituição, e o protagonismo do Legislativo comandado por R. Maia, que conseguiu articular ampla maioria parlamentar em torno de si e das propostas liberal-fundamentalistas de Guedes. Há certo consenso entre analistas políticos que se dependesse de Bolsonaro e sua trupe governamental e parlamentar, pouco ou nada dessa agenda teria avançado com tamanha rapidez, abrangência e profundidade pelo Congresso Nacional.

Tanto a aprovação da Reforma da Previdência como as propostas que agora gravitam em torno da Reforma Administrativa do Estado, representam o golpe final no lento, gradual e sempre inseguro processo histórico de institucionalização da república, da democracia e do desenvolvimento no Brasil. E isso se deve, basicamente, ao fato de que a premissa de todas as reformas está errada dos pontos de vista teórico e histórico.²

A premissa liberal-fundamentalista afirma que o gasto público real (mas nada contra o financeiro) seria a fonte de todos os males nacionais. Sob o mantra de que o Estado brasileiro gasta muito e gasta mal se esconde a razão de fundo e o objetivo último de toda e qualquer me-

² Para a crítica teórica e histórica acerca da fundamentação liberal, ver os artigos da série Mais Brasil ou Austericídio? Disponíveis em <http://afipeasindical.org.br/austericidio/>

dida desse (des)governo desde o princípio. Apesar do discurso oficial gastar saliva e *power point* (pois nem textos se escrevem mais para defender ou fundamentar esses arroubos liberais!), o fato é que são pírias ou inexistentes as preocupações com o desempenho governamental (setorial ou agregado) ou com a melhoria das condições de vida da população brasileira. Esta, aliás, vista ou como inimigo interno ou como empecilho à acumulação de capital. Acumulação financeira, desde logo, pois é a única que prescinde do consumo e bem-estar real da população para se realizar.

Nesse sentido, é preciso ter claro que o que está em jogo no atual contexto nacional não são, simplesmente, reformas paramétricas a ajustar, ao gosto liberal, a estrutura e o modo de funcionamento do Estado brasileiro em suas relações com os mercados e com imensos segmentos de populações aqui residentes. Trata-se, desde logo, de um amplo conjunto de diretrizes ideológicas e medidas governamentais a transformar radicalmente, estruturalmente, qualitativamente, enfim, de maneira paradigmática, a natureza e o funcionamento do Estado em suas relações com a sociedade e com os mercados capitalistas atuantes em território nacional.

Diferentemente das ondas anteriores de reformas econômicas ou administrativas vivenciadas pelo país, trata-se agora de uma transformação sem precedentes na história republicana brasileira. Ela se caracteriza por ser, ao mesmo tempo: i) *abrangente*, no sentido de

que envolve e afeta praticamente todas as grandes e principais áreas de atuação governamental; ii) *profunda*, já que promove modificações paradigmáticas, e não apenas paramétricas, nos modos de funcionar das respectivas áreas; e iii) *veloz*, pois vem se processando em ritmo tal que setores oposicionistas e mesmo analistas especializados mal conseguem acompanhar o sentido mais geral das mudanças em curso. Essas três características, por sua vez, apenas se explicam pelo contexto e *estado de exceção* a que estão submetidas as instituições republicanas e democráticas, a grande mídia, a política, a economia e a própria sociedade (des)organizada desde o golpe parlamentar-judicial-militar-midiático implementado no Brasil desde 2016.

É somente em função disso que se pode entender a ousadia (e até aqui, o sucesso relativo) do projeto liberal-fundamentalista em seguir implementando, sem maiores resistências ou desavenças, a sua *agenda disruptiva*, entendida em dupla chave de análise. Em primeiro lugar, a atual agenda liberal é disruptiva em relação ao *passado*, pois em termos históricos, não há no projeto liberal-fundamentalista qualquer perspectiva de construção nacional ou de fortalecimento do Estado para este fim. Isto é, não há referências claras ao desenvolvimento da nação como objetivo último de suas reformas, mas tão somente entendimento de que a consolidação e a valorização capitalista de mercados autorregulados poderia engendrar algum tipo de “desenvolvimento”. Este, em termos do liberalismo econômico em voga, sig-

nifica coisas como maximização das rentabilidades empresariais de curto prazo, crescimento microeconômico eficiente dos empreendimentos etc.

Ora, de diversas maneiras já foi demonstrado que o somatório de empreendimentos empresariais eficientes e rentáveis do ponto de vista microeconômico não é garantia (na verdade, não há evidência empírica alguma) de que engendrarão resultados agregados (mesmo que setoriais) eficazes ou efetivos do ponto de vista macroeconômico, ainda mais se olhados tais resultados sob a ótica dos empregos, rendas e tributos gerados para os demais agentes econômicos envolvidos nesse tipo de regime e processo de acumulação de capital em bases estritamente privadas.

Em segundo lugar, a agenda liberal atual é também disruptiva em relação ao *futuro*, pois pretende alterar de forma estrutural o modo pelo qual a classe trabalhadora deve doravante se comportar e agir para se inserir e sobreviver nos mundos do trabalho e da proteção social. Esta agenda pretende impor condições e circunstâncias estritamente individuais e tremendamente assimétricas ou desiguais para tanto. Ela promete promover mudanças paradigmáticas – para pior – nas formas de sociabilização básica entre as pessoas, em todas as fases de suas vidas, e em suas capacidades e possibilidades de sustentação e reprodução das condições mínimas de sobrevivência ao longo do tempo. Com isso, haverá um reforço sem precedentes do *individualismo* como forma predominante de conduta

e do *consumismo* como forma predominante de realização pessoal.

Pois para viabilizar tal projeto em sua envergadura, há, portanto, ao menos sete dimensões a serem destacadas para entender melhor o processo em curso de desmonte do Estado brasileiro e da própria CF-1988, a saber: i) subalternidade externa; ii) inversão e reversão do estado democrático de direito; iii) assédio institucional no setor público; iv) privatização do setor produtivo estatal; v) privatização de políticas públicas rentáveis; vi) privatização das finanças públicas; e vii) reforma administrativa: a) redução de estruturas, carreiras e cargos, b) redução de remunerações e do gasto global com pessoal, c) avaliação de desempenho para demissão, e d) cerceamento das formas de organização, financiamento e atuação sindical.

Todos esses aspectos serão tratados, um a um, com dados e argumentos que os fundamentam, na sequência desse livro.

3. SUBALTERNIDADE EXTERNA

Essa dimensão do desmonte do Estado no Brasil está relacionada ao processo recente de subalternização externa, que engloba tanto o aumento da vulnerabilidade econômica (e agora também militar) externa, como o reforço da dependência política internacional,

sobretudo frente aos EUA. Este país, tido como aliado de primeira hora do governo Bolsonaro/Guedes, é na verdade o principal avalista responsável pela nova guinada à direita no continente latino-americano e, com isso, reconduzido à posição hierárquica superior e dominante, relativamente ao Brasil e demais integrantes do continente.

A ideia de soberania nacional é trocada pela ideia de acordos bilaterais de natureza predominantemente econômica. Esse processo, que poderia ser chamado de *renúncia de soberania*, implica em perda de protagonismo e de autonomia no plano internacional, reduzindo a atuação do Estado brasileiro a um patamar quase que meramente comercial e financeiro. Por este caminho, trata-se tão somente de identificar e viabilizar negócios rentáveis entre capitais privados nacionais e estrangeiros, sem maiores preocupações com estratégias de internacionalização ou com a geopolítica do entorno estratégico brasileiro, redundando daí grande perda de *status* e de poder no plano internacional.

Importante alerta sobre a subalternidade externa foi proferido em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 08 de maio de 2020.³ Nele, afirmam os autores que:

3 Artigo de autoria de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República e ex-ministro das Relações Exteriores; Aloysio Nunes Ferreira, Celso Amorim, Celso Lafer, Francisco Rezek e José Serra, ex-ministros das Relações Exteriores; Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda, do Meio Ambiente e ex-embaixador do Brasil em Washington; e Hussein Kalout, ex-secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência.

“É suficiente cotejar os ditames da Constituição com as ações da política externa para verificar que a diplomacia atual contraria esses princípios na letra e no espírito. Não se pode conciliar independência nacional com a subordinação a um governo estrangeiro cujo confessado programa político é a promoção do seu interesse acima de qualquer outra consideração.”

(...) *“Outros exemplos de contradição com os dispositivos da Constituição consistem no apoio a medidas coercitivas em países vizinhos, violando os princípios de autodeterminação e não-intervenção; o voto na ONU pela aplicação de embargo unilateral em desrespeito às normas do direito internacional, à igualdade dos Estados e à solução pacífica dos conflitos; o endosso ao uso da força contra Estados soberanos sem autorização do Conselho de Segurança da ONU; a aprovação oficial de assassinato político e o voto contra resoluções no Conselho de Direitos Humanos em Genebra de condenação de violação desses direitos; a defesa da política de negação aos povos autóctones dos direitos que lhes são garantidos na Constituição, o desprezo por questões como a discriminação por motivo de raça e de gênero. Além de transgredir a Constituição Federal, a atual orientação impõe ao país custos de difícil reparação, como o desmoronamento da credibilidade externa, perdas de mercados e fuga de investimentos.”*

(...) *“A reconstrução da política exterior brasileira é urgente e indispensável. Deixando para trás essa página vergonhosa de subserviência e irracionalidade, voltemos a colocar no centro da ação diplomática a defesa da independência, soberania,*

da dignidade e dos interesses nacionais, de todos aqueles valores, como a solidariedade e a busca do diálogo, que a diplomacia ajudou a construir como patrimônio e motivo de orgulho do povo brasileiro.”

Outros muitos casos são eloquentes acerca do crescimento exponencial da subalternidade externa brasileira, sobretudo desde 2019, alguns dos quais apresentamos resumidamente no quadro a seguir.

Quadro 1: Casos Emblemáticos de Subalternidade da Política Externa Brasileira.

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2018.11.30	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Continência de Bolsonaro aos EUA foi gesto de servilismo e subalternidade	https://www.brasil247.com/brasil/continencia-de-bolsonaro-aos-eua-foi-gesto-de-servilismo-e-subalternidade
2019.01.17	Agronegócio	Trump não elogiou, ele debochou da subalternidade de Bolsonaro aos EUA	https://jornalggn.com.br/analise/trump-nao-elogiou-ele-debochou-da-subalternidade-de-bolsonaro-aos-eua/
2020.03.07	Setores Estratégicos da Defesa Nacional	Acordo militar “inédito” entre Brasil e EUA levanta suspeitas	https://www.brasildefato.com.br/2020/03/07/artigo-acordo-militar-inedito-entre-brasil-e-eua-levanta-suspeitas

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2019.03.18	Não Reciprocidade Externa	Bolsonaro libera turistas de EUA, Austrália, Canadá e Japão a entrar no Brasil sem visto	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadãos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml
2019.03.20	Alinhamento Militar aos EUA (aliado extra-OTAN)	“Nunca se viu submissão tão explícita aos EUA”, diz ex-ministro	https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/submissao-explicita-eua-bolsonaro.html
2019.07.30	Alinhamento Militar e Político-Ideológico aos EUA	Com Bolsonaro avança a subordinação externa do Brasil ao imperialismo norte-americano	https://movimentorevista.com.br/2019/07/com-bolsonaro-avanca-a-subordinacao-externa-do-brasil-ao-imperialismo-norte-americano/
2019.08.08	Base de Alcântara	O que está em jogo no acordo com os EUA sobre a base de Alcântara	https://www.dw.com/pt-br/o-que-est%C3%A1-em-jogo-no-acordo-com-os-eua-sobre-a-base-de-alc%C3%A2ntara/a-49934660
2019.10.26	Base de Alcântara	Câmara aprova entrega de Alcântara aos EUA, com restrições ao Brasil no uso da base	https://www.brasildefato.com.br/2019/10/23/camara-aprova-entrega-de-alcantara-aos-eua-com-restricoes-ao-brasil-no-uso-da-base
2019.12.26	Alinhamento Militar e Político-Ideológico aos EUA	Tropeços na política externa de Bolsonaro enfraquecem Brasil	https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/26/inter_na_politica,1110542/tropecos-na-politica-externa-de-bolsonaro-enfraquecem-brasil.shtml

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.01.02	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533
2020.01.15	OCDE	Brasil na OCDE: O que o país cedeu aos EUA em troca de apoio à entrada no 'clube dos países ricos'	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50009155
2020.04.16	Reprimarização da Pauta Exportadora	Cresce a dependência do Brasil em relação a uma China com sua economia duramente afetada pela Covid-19	https://www.comexdobrasil.com/cresce-a-dependencia-do-brasil-em-relacao-a-uma-china-com-sua-economia-duramente-afetada-pela-covid-19/
2020.05.24	Fechamento de Fronteiras dos EUA a Brasileiros	Trump proíbe entrada de estrangeiros nos EUA a partir do Brasil	https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/05/24/interna_mundo,857918/trump-proibe-entrada-de-estrangeiros-nos-eua-a-partir-do-brasil.shtml
2020.05.25	Fechamento de Fronteiras do Uruguai e Colômbia a Brasileiros	Presidente uruguaio anuncia reforço de controle sanitário na fronteira com o Brasil	https://oglobo.globo.com/mundo/presidente-uruguaio-anuncia-reforco-de-controle-sanitario-na-fronteira-com-brasil-24445266?utm_source=anexo_app

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.06.01	Rebaixamento brasileiro na governança global	Brasil é rebaixado ao ficar de fora do 'G10 ou G11' previsto por Trump	https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/06/01/brasil-e-rebaixado-ao-ficar-de-fora-do-g10-ou-g11-previsto-por-trump.ghtml
2020.06.01	Reprimarização da Pauta Exportadora e Redução dos Parceiros Comerciais	Balança Comercial da Indústria e os efeitos iniciais da Covid-19	https://iedi.org.br/cartas/carta_jedi_n_1002.html
2020.06.02	Reprimarização da Pauta Exportadora e Redução dos Parceiros Comerciais	China compra mais do Brasil e eleva participação na exportação para 40%	https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/02/china-compra-mais-do-brasil-e-eleva-participacao-na-exportacao-para-40.ghtml
2020.06.02	Reprimarização da Pauta Exportadora e Redução dos Parceiros Comerciais	El parlamento neerlandés votó en contra de ratificación del tratado UE – Mercosur.	https://twitter.com/remilehmann/status/1267933640652185602
2020.06.03	Reprimarização da Pauta Exportadora e Redução dos Parceiros Comerciais	Comitê da Câmara dos EUA diz que se opõe a qualquer acordo comercial entre EUA-Brasil	https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN23A38F-OBRBS
2020.06.05	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Bannon deve nomear amigo como assessor especial do Itamaraty	https://www.brasil247.com/regionais/brasil/bannon-deve-nomear-amigo-como-assessor-especial-do-itamaraty?amp#.XtojvQPViY.whatsapp

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.06.11	Fechamento de Fronteiras da Europa a Brasileiros	Europa vai proibir entrada de brasileiros por descontrolado da covid-19	https://exame.com/brasil/europa-vai-proibir-entrada-de-brasileiros-por-descontrole-da-covid-19/?utm_source=whatsapp
2020.06.29	Reprimização da Pauta Exportadora e Redução dos Parceiros Comerciais	Resistência a acordo com Mercosul cresce na União Europeia	https://www.dw.com/pt-br/resist%C3%Aancia-a-acordo-com-mercosul-cresce-na-uni%C3%A3o-europeia/a-53980904
2020.06.29	Política ambiental	Barroso diz que política ambiental mina o Brasil no exterior e convoca audiência	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/06/barroso-diz-que-politica-ambiental-mina-o-brasil-no-exterior-e-convoca-audiencia.shtml?origin=uol
2020.06.29	Rebaixamento brasileiro na governança global	Paulo Guedes, coautor do desastre	https://jornalggn.com.br/artigos/paulo-guedes-coautor-do-desastre-por-paulo-nogueira-batista-jr/
2020.07.01	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Lava Jato é exemplo de "soft power" a favor dos EUA contra Brasil	https://noticias.uol.com.br/colunas/kennedy-alencar/2020/07/01/lava-jato-e-exemplo-de-soft-power-a-favor-dos-eua-contra-brasil.htm
2020.07.03	Alinhamento Político-Ideológico repressivo	Brasil se junta a países islâmicos contra resolução da ONU sobre direito das mulheres	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/brasil-se-junta-a-paises-islamicos-contra-resolucao-da-onu-sobre-direito-das-mulheres/

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.07.04	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Sem máscaras, Bolsonaro, filho e ministros comemoram a independência dos EUA em Brasília	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/04/sem-mascaras-bolsonaro-e-ministros-comemora-dia-da-independencia-dos-eua-em-almo-co-com-embaixador.ghtml
2020.07.05	Explicação/ divulgação do tema	Desmonte do Estado e Subalternidade Externa	http://ciranda.net/?Desmonte-do-Estado-e&lang=pt_br
2020.07.06	Rebaixamento brasileiro na governança global	Resposta do Brasil à pandemia gera onda de críticas na ONU	https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/06/resposta-do-brasil-a-pandemia-gera-onda-de-criticas-na-onu.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola
2020.07.08	Alinhamento Político-Ideológico repressivo	Cruzada ultraconservadora do Brasil na ONU afeta até resolução contra mutilação genital feminina	https://justicapaz.org/index.php/91-onu/534-cruzada-ultraconservadora-do-brasil-na-onu-afeta-ate-resolucao-contra-mutilacao-genital-feminina
2020.07.08	Alinhamento Político-Ideológico repressivo	Países que votaram contra a educação sexual para mulheres na ONU	https://www.instagram.com/p/CCZWsB7ltA8/?utm_source=ig_web_copy_link
2020.07.13	Percepção negativa sobre política de saúde e ambiental, crise política e agenda econômica	Imagem do Brasil derrete no exterior e salienta “crise ética e de falência de gestão” com Bolsonaro	https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/imagem-do-brasil-derrete-no-externo-e-salienta-crise-etica-e-de-falencia-de-gestao-com-bolsonaro.html?ssm=TW_CC

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.07.13	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Brasil paga para general “trabalhar para mim”, diz secretário dos EUA	https://www.conversaafiada.com.br/politica/brasil-paga-para-general-trabalhar-para-mim-diz-secretario-dos-eua
2020.07.16	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Governo aponta risco de conflito na América do Sul	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governo-aponta-risco-de-conflito-na-america-do-sul,e1c8f043b-b83c04497b8e49c-d68358440lq173fr.html
2020.07.16	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Desastre anunciado	http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2020/07/16/william-waack-desastre-anunciado/
2020.07.16	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Governo Bolsonaro quer ir à guerra contra a Venezuela	https://www.brasil247.com/blog/governo-bolsonaro-quer-ir-a-guerra-contra-a-venezuela

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.08.03	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Declaração sobre a candidatura norte-americana à presidência do BID	https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/08/declaracao-sobre-a-candidatura-norte-americana-a-presidencia-do-bid.shtml
2020.08.05	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Política Externa Brasileira contraria Interesses Comerciais Nacionais	https://isosendacz.org/2020/08/05/politica-externa-brasileira-contraria-interesses-comerciais-nacionais/
2020.08.13	Reprimarização da Pauta Exportadora e Redução dos Parceiros Comerciais	Desintegração econômica e fragmentação política na América do Sul	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/desintegracao-economica-e-fragmentacao-politica-na-america-do-sul.shtml
2020.08.25	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Direção da OEA, alinhada a Brasil e EUA, recusa novo mandato a brasileiro que dirige comissão de direitos humanos	https://oglobo.globo.com/mundo/2273-direcao-da-oea-alinhada-brasil-eua-recusa-novo-mandato-brasileiro-que-preside-comissao-de-direitos-humanos-24604507

Data	Tema	Subalternidade Externa	Link
2020.09.12	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Brasil consolida submissão aos EUA com eleição para o BID	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/brasil-consolida-submissao-aos-eua-com-eleicao-para-o-bid/
2020.09.13	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Bolsonaro sacrifica interesses brasileiros por amizade imaginária com Trump	https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/09/13/bolsonaro-sacrifica-interesses-brasileiros-por-amizade-imaginaria-com-trump.htm
2020.09.20	Alinhamento Político-Ideológico aos EUA	Ex-chanceleres vivos apoiam Rodrigo Maia e condenam “utilização espúria de solo nacional” pelos EUA	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/09/ex-chanceleres-vivos-apoiam-rodri-go-maia-e-condenam-utilizacao-espuria-de-solo-nacional-pelos-eua.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Fonte: Pesquisa na internet. Elaboração própria.

Esta situação reverte processo de ascensão econômica e de projeção geopolítica internacional que o Brasil vinha conquistando, sobretudo entre 2003 e 2013, com base em uma política externa ativa e altiva, nas palavras do ex-Ministro Celso Amorim.

Trata-se, portanto, de fenômeno particularmente preocupante – daí falarmos da subalternidade externa como dimensão do desmonte do Estado – porque em contexto de crescente internacionalização dos fluxos de capitais, bens, serviços, pessoas,

símbolos e ideias pelo mundo, está colocada para as nações a questão dos espaços possíveis e adequados de soberania (econômica, política, militar, cultural etc.) em suas respectivas inserções e relações externas.

O tema é especialmente caro a qualquer projeto de desenvolvimento que se pretenda ou se vislumbre para o Brasil, devido a, entre outras coisas, suas dimensões territorial e populacional, riquezas naturais estratégicas, posição geopolítica e econômica na América Latina e pretensões recentes em âmbito global.

Esta importante dimensão de análise está, portanto, ordenada sob o entendimento de que o movimento das forças de mercado por si só não é capaz de levar economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda. Ademais, em economias em desenvolvimento, como a brasileira, emergem problemas como altos patamares de desemprego e de precarização do trabalho, heterogeneidade estrutural, degradação ambiental, inflação e vulnerabilidade externa. Daí que o pleno emprego dos fatores produtivos (como a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) converte-se em interesse e objetivo coletivo, apenas possível por um manejo de políticas públicas que articule virtuosamente os diversos atores sociais em torno de projetos de desenvolvimento incluídos, sustentáveis e soberanos.

Sob tal perspectiva, uma nação, para entrar em rota sustentada de de-

envolvimento, deve, necessariamente, dispor de autonomia para decidir acerca de suas políticas internas, inclusive daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, é necessário buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural, sendo capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos (antigos e atuais) de inserção subordinada para, assim, desenhar sua própria história.

4. DESDEMOCRATIZAÇÃO

Sublinhamos acima o tema da subalternidade externa – ou como o Brasil se tornou a piada do mundo – para retratar uma das 7 dimensões do desmonte do Estado brasileiro, em curso acelerado desde o início do governo Bolsonaro. Agora falaremos sobre uma segunda dessas dimensões, igualmente importante e trágica: trata-se do processo que chamaremos aqui de desdemocratização do Estado e da Sociedade brasileira, em especial a *inversão e reversão do Estado democrático de direito* na relação entre ambas as esferas.

Essa dimensão do processo em curso de desmonte do Estado consiste, fundamentalmente, em certa “institucionalização” de formas pelas quais a soberania popular – e o povo como ator político legítimo – são alijados dos processos decisórios fundamentais da república. Até mesmo suas formas de parti-

cipação política e reivindicações sociais são denunciadas, desconsideradas e, por fim, criminalizadas e reprimidas em nome da lei e da ordem. Sob tais constrangimentos, a lei e a ordem, ao invés de servirem com justiça plena e imparcial ao conjunto de situações, pessoas e grupos sociais ou políticos, vêm sendo impostas pelas classes dominantes ao país, por meio de um governo que, declaradamente, assume governar majoritariamente em prol de interesses dogmáticos, particularmente de certos grupos empresariais, religiosos e militares ou militarizados.

Constrangimentos e contestações a cláusulas pétreas da CF-1988, mormente no que se referem aos direitos individuais, coletivos e sociais da população; menosprezo a institucionalidades vigentes no âmbito do sistema político-partidário e procedimentos vigentes; bem como no âmbito dos direitos laborais e sindicais internacionalmente consagrados pela OIT e pela própria tradição do Direito do Trabalho no Brasil; reversão ou desestruturação de arranjos e avanços institucionais em políticas públicas e de interfaces sócio-estatais em áreas críticas da proteção e promoção social, cultural, ambiental e dos direitos humanos.

De modo geral, esses são um leque básico de aspectos relacionados a esta importante, porém negligenciada, dimensão do desmonte do Estado no Brasil, que ilustramos rapidamente abaixo.

Constrangimentos e contestações a cláusulas pétreas da CF-1988, no que se referem aos direitos individuais, coletivos e sociais da população.

“O caso mais emblemático e recente diz respeito à compreensão sobre o inciso LVII do artigo 5º da Constituição de 1988, que expressamente não deixa qualquer dúvida quanto à força da presunção de inocência e sua posição no rol dos direitos e garantias fundamentais. Este dispositivo, ainda que elevado à condição de cláusula pétrea pelo artigo 60, §4º, IV, não representou o menor obstáculo para que o Supremo Tribunal Federal entendesse, sem nenhum fundamento constitucional, que o cumprimento da pena privativa de liberdade logo após decisão de órgãos judiciais colegiados não viola o disposto no artigo 5º, LVII da Constituição. O entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito do início do cumprimento da pena antes do trânsito em julgado não foi uma mutação constitucional, como alguns de seus integrantes alegaram, mas uma ruptura com o texto, sem que assumissem a responsabilidade de terem violado a Constituição.” (BELLO, E.; BERCOVICI, G. e BARRETO LIMA, M. M. O Fim das Ilusões Constitucionais de 1988? Rio de Janeiro: Rev. Direito e Práxis, Vol. 10, N.03, 2019)

Menosprezo a institucionalidades vigentes no âmbito do sistema político-partidário e procedimentos vigentes.

“Tilly (2007) considera ser mais democrática uma sociedade quanto mais as relações políticas entre Estado e seus

cidadãos caracterizarem-se por serem: i) amplas; ii) igualitárias; iii) protegidas; e iv) mutuamente comprometidas. A amplitude retrata o grau em que parcelas da sociedade têm acesso aos direitos de cidadania. A igualdade refere-se ao grau em que os cidadãos têm acesso indiferenciado aos direitos de cidadania, sem distinções étnicas, raciais, de gênero ou quaisquer outras. A proteção retrata a garantia dada aos cidadãos de que não sofrerão ações arbitrárias do Estado. O mútuo comprometimento indica o grau de confiança entre Estado e cidadãos na força executória de decisões públicas. Democratização e desdemocratização são processos decorrentes do avanço ou retrocesso nessas quatro variáveis e se refletem em mudanças nos padrões de interação entre Estado e sociedade. O processo de democratização das relações entre Estado e sociedade tem relação intrínseca com três processos fundamentais, indispensáveis para compreender as idas e vindas da democracia em cada Estado nacional: a formação de redes de confiança na esfera pública, o insulamento da política das “desigualdades categóricas” e a inexistência de centros de poder autônomos. Quando estes três “processos dominantes” avançam, amplia-se a democratização. Quando o sinal destes processos se inverte, ocorrem retrocessos democráticos.” (SÁ E SILVA, F., LOPEZ, F. e PIRES, R. R. A Democracia no Desenvolvimento e o Desenvolvimento da Democracia. In: CARDOSO JR. J. C. e BERCOVICI, G. (orgs.). República, Democracia e Desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: Ipea, 2013)

Menosprezo a institucionalidades vigentes no âmbito dos direitos laborais e sindicais internacionalmente consagrados pela OIT e pela tradição do Direito do Trabalho no Brasil.

“Em 11 de novembro de 2017 entrou em vigor, no Brasil, a Lei nº 13.467, conhecida como Lei da Reforma Trabalhista. A nova lei alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – cerca de 200 dispositivos do referido estatuto – além da Lei nº 6.019 de 1974, da Lei nº 8.036 de 1990 e da Lei nº 8.212 de 1991. A flexibilização externa de entrada, com incentivo a formas atípicas de contratação – contrato de trabalho intermitente, autônomo exclusivo, contratação de trabalhador como pessoa jurídica, terceirização de atividade-fim, trabalho em tempo parcial – não parecem sugerir a geração de emprego, como aventado, mas apenas a substituição de relações de emprego protegidas por postos de trabalho precários. E a intensificação da precarização das relações de trabalho no Brasil, pela Lei 13.467/17, implica em afronta à relação de emprego protegida (art. 7º da CR) e ao princípio da proibição do retrocesso social, ofendendo o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Protocolo de San Salvador, ratificados pelo Brasil. Implica, ainda, na subsunção dos direitos sociais às leis de mercado, demonstrando o tipo de Estado que se almeja construir: um Estado para o capital e não para a sociedade civil – o que importa em ofensa aos fundamentos da Constituição da República (art. 1º, incisos III e IV).” (KREIN, J. D., OLIVEIRA, R. V. e FILGUEIRAS, V. A. (orgs.). Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e

realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019).

Reversão ou desestruturação de arranjos e avanços institucionais em políticas públicas e de interfaces sócio-estatais em áreas críticas da proteção e promoção social, cultural, ambiental e dos direitos humanos.

“É nesse contexto de complexidade intrínseca e dinâmica das políticas públicas que vem se contrapor a proposta governamental para a transformação do Estado brasileiro, como se rápido e fácil fosse obter melhorias de desempenho institucional do setor público com reformas de cunho e metas meramente fiscais. Em outras palavras: a série de reformas atualmente proposta pelo governo Bolsonaro/Guedes com o pretexto de aperfeiçoar o funcionamento do Estado, na verdade, coloca em xeque a sustentabilidade e a direcionalidade dos avanços recentemente alcançados pelo país, ao basear-se apenas em premissas do fiscalismo, do corte de gastos e no flerte com a demonização dos servidores públicos e suas atividades. Aliada ao teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95), à extinção de vários dos conselhos de políticas públicas e de direitos (Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019), ao desmantelamento do planejamento plurianual federal e à ameaça de privatização e extinção de várias instituições públicas, conforma-se um cenário em que a vulnerabilidade institucional tende a aumentar substancialmente, comprometendo, no limite, a atuação do Estado em diversas áreas.” (SANDIM, T. Da Vulnerabilidade Institucional

à Institucionalização das Vulnerabilidades. In: CARDOSO JR., J. C. (org.). Desmonte do Estado e Subdesenvolvimento: riscos e desafios para as organizações as políticas públicas federais. Brasília: Afipea, 2019)

Como afirmam Bello, Bercovici e Barreto Lima (2019: pg. 1784):

“Esvaziada em seu sentido original de seu caráter desenvolvimentista, dirigente e garantista, por concepções teóricas americana e europeia recepcionadas no Brasil, a Constituição restou incapaz de revelar-se instrumento contra o golpe de 2016 e seus desdobramentos econômicos e políticos.”

“(...) Em outras palavras, em trinta anos de vigência formal da Constituição de 1988, a ideia da juristocracia – fenômeno não mencionado por grande parte dos juristas brasileiros e menos ainda por integrantes do poder judiciário – foi capaz de fazer com que o mesmo judiciário se tornasse o verdadeiro senhor da constituição, de tal maneira que as decisões chegam a depender dos humores dos tribunais e das alegadas “vozes da rua”, revelando uma clara vocação de usurpação do poder constituinte, consagrando uma espécie de “sebastianismo” de redenção e suposta “refundação da república” brasileira; como, aliás, costumam se manifestar integrantes do próprio Supremo Tribunal Federal.”

Desta feita, o cenário engendrado com essa sucessão de fatos ocorridos desde 2016, mas exacerbados desde 2019 (tais como o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma, a aprovação da EC 95/2016 e das reformas trabalhis-

ta e previdenciária), sustenta-se em uma equação que não fecha: soma-se à redução de recursos para as políticas públicas, a redução da própria atuação estatal e espera-se que o resultado seja um Estado mais capaz de cumprir suas finalidades, algo na linha de um verdadeiro contrassenso.

Para compreender as consequências de tais fatos de forma menos ingênua é necessário, porém, somar também as parcelas tanto da população que tem visto (e sentido) seus direitos negados pelo Estado-liberal, quanto das parcelas de profissionais do serviço público que, tendo dedicado energias e esforços para a construção de um Estado mais inclusivo e responsivo, têm acompanhado de perto a sua destruição.

Para reverter tal quadro de desmonte, há uma questão de extrema relevância na discussão sobre o desenvolvimento: a ideia de que garantir direitos, promover a proteção social e gerar oportunidades de inclusão são não apenas objetivos plausíveis, mas também condições necessárias a qualquer projeto nacional naquele sentido.

Visto este movimento em perspectiva histórica, percebe-se que a civilização ocidental constituiu um conjunto de parâmetros fundamentais de convívio e sociabilidade, em torno dos quais se organizaram certos direitos civis, políticos e sociais, balizadores da condição humana moderna. Condensados na ideia forte de cidadania, o acesso ao conjunto de direitos passa a operar como critério de

demarcação para a inclusão ou exclusão populacional em cada país ou região, portanto, como critério adicional para aferir-se o grau de desenvolvimento nacional em cada caso concreto.

5. ASSÉDIO INSTITUCIONAL

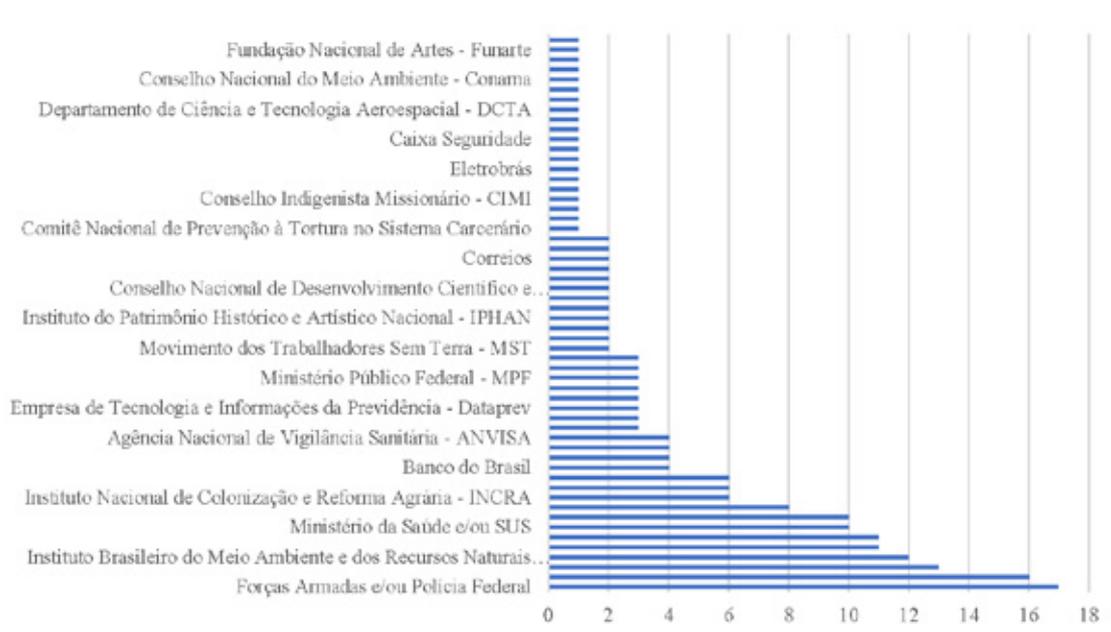
Intimamente relacionada à *desdemocratização* está o fenômeno que aqui chamaremos de assédio institucional no setor público brasileiro, um fenômeno sociológico e jurídico novo e perturbador, até o momento negligenciado no debate público, mas com consequências desastrosas para o ente estatal e para a própria sociedade brasileira. O assédio institucional está para o setor público brasileiro, assim como a *desdemocratização* está para as relações entre Estado e Sociedade no Brasil de Bolsonaro.

O assédio institucional possui uma vertente organizacional e outra moral, mas em ambos os casos, trata-se da *forma dominante de relacionamento entre distintas instâncias ou organizações hierárquicas* em cada poder da União e nível da federação. E dentro de cada poder e nível federativo ou organizacional, entre chefias e subordinados, caracterizando, neste caso, o fenômeno típico do assédio moral, que obviamente não é exclusividade do setor público.

Para ser justo, é preciso dizer que o assédio institucional sempre existiu dentro do setor público, mas é apenas com o

advento do atual governo que ele ganhou escala, método e funcionalidade. Em outras palavras: o assédio institucional é parte integrante das práticas cotidianas do governo Bolsonaro para desmontar o Estado nacional. Neste sentido, ele pode ser considerado um método de governo, cuja escala ampliada de situações (vide gráfico abaixo) demonstra que o fenômeno deixou de ser algo esporádico ou acidental, como no passado, para se tornar algo patológico, uma prática intencional com objetivos claramente definidos, a saber: i) desorganizar – para reorientar pelo e para o mercado – a atuação estatal; ii) deslegitimar as políticas públicas sob a égide da CF-1988; e iii) por fim, mas não menos importante, desqualificar e negativar os próprios servidores públicos, mormente os estatutários, sob guarida do RJU criado também na CF-1988.

Gráfico 1: Casos Emblemáticos de Assédio Institucional no Setor Público Brasileiro: órgãos singulares.⁴



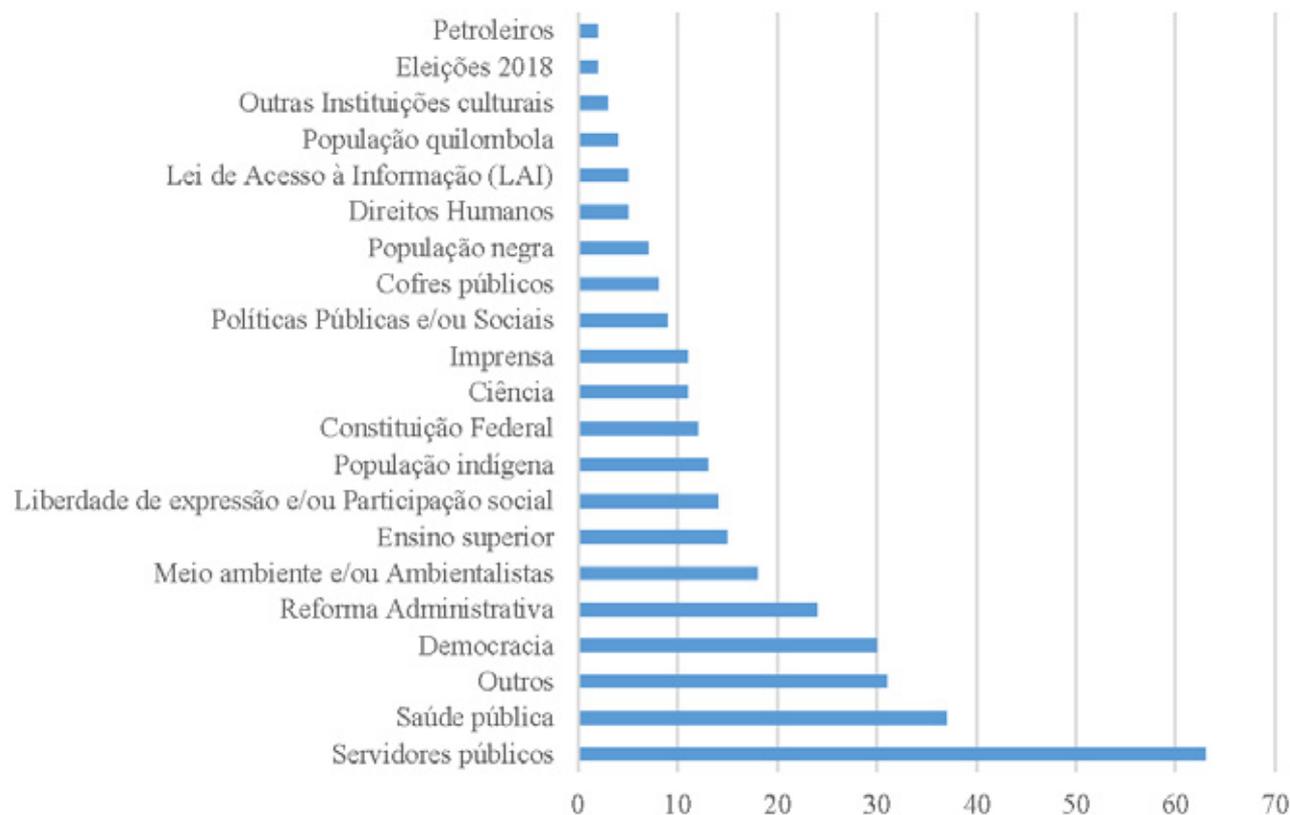
Fonte: Imprensa Brasileira e Redes Sociais. Elaboração própria.

É preciso ter claro que, diferentemente do assédio moral tradicional, o assédio institucional de natureza organizacional caracteriza-se por um conjunto de discursos, falas e posicionamentos públicos, bem como imposições normativas e práticas admin-

⁴ Dados coletados até 14 de setembro de 2020, seguindo um método de busca ativa de casos de assédio institucional divulgados ou relatados por veículos da imprensa, mídias sociais e entidades representativas de servidores que, embora não exaustivos, são representativos de tais episódios. As notícias são classificadas em um quadro que lista, agrupa e sintetiza os casos de assédio de acordo com o seu objeto principal, podendo ser amplos, tais como os temas da “democracia”, “instituições” ou o coletivo de “servidores públicos”, ou específicos, tais como as diversas organizações públicas listadas acima. Especificamente para a construção do gráfico, as notícias são contabilizadas, agrupando-as segundo os respectivos “casos ou objetos do assédio”, razão pela qual o somatório de situações é numericamente maior que as notícias de onde eles provêm, já que uma mesma notícia pode conter relatos sobre mais de um objeto assediado. Nesse gráfico não se faz distinção entre órgãos assediados ou assediadores, apenas se computam as situações de assédio institucional em si.

istrativas, realizado ou emanado (direta ou indiretamente) por dirigentes e gestores públicos localizados em posições hierárquicas superiores, e que implica em recorrentes ameaças, cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e deslegitimações acerca de determinadas organizações públicas e suas missões institucionais e funções precípuas.

Gráfico 2: Casos Emblemáticos de Assédio Institucional no Setor Público Brasileiro: república e democracia.⁵



Fonte: Imprensa Brasileira e Redes Sociais. Elaboração própria.

Enquadram-se nessa nova categoria sociológica e jurídica as reiteradas, infelizes e preconceituosas declarações do próprio Presidente da República e alguns dos seus ainda ministros Paulo Guedes (Economia), Damara Alves (Família e Direitos Humanos), Ricardo Sales (Meio Ambiente), Ernesto Araújo (Relações Exteriores), dentre outros. No geral, elas enfatizam os supostos parasitismo e esquerdismo inerentes aos servidores públicos, que são funcionários sob comando do Estado, mas a serviço da sociedade brasileira, incluindo os próprios detratores. Esses ataques repetem-se de forma sistemática desde o início do governo Bolsonaro, e visam claramente criar

⁵ Dados coletados até 14 de setembro de 2020, idem anterior. A categoria “outros” envolve situações tais como: ministérios, trabalhadores e fiscalização do trabalho, sindicalismo, cidadãos, comunicação, auditores fiscais, proteção a dados pessoais etc. Nesse gráfico estão agrupadas, em sua maior parte, situações de assédio que caracterizam categorias assediadas pelos atuais dirigentes políticos do governo.

um clima de animosidade da população e dos financiadores e avalistas do atual governo contra os servidores, de modo a facilitar a imposição, obviamente não negociada, de uma reforma administrativa de caráter reducionista, persecutória e criminalizadora da própria ação estatal.⁶

Alguns outros exemplos de assédio organizacional são eloquentes contra Universidades e Institutos Federais, ANVISA, ANCINE, BNDES, CNPQ, CAPES, FINEP, FIOCRUZ, FUNAI, IBGE, IBAMA, ICMBIO, INPE, INEP, IPEA e até mesmo contra organizações e carreiras do chamado núcleo administrativo ou estratégico de Estado, representado pelo FONACATE (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), tais como: Fiscalização Agropecuária, Tributária e das Relações de Trabalho; Arrecadação, Finanças e Controle; Gestão Pública; Comércio Exterior; Segurança Pública; Diplomacia; Advocacia Pública; Defensoria Pública; Regulação; Política Monetária; Inteligência de Estado; Pesquisa Aplicada, Planejamento e Orçamento Federal; Magistratura e o Ministério Público. Tais evidências reforçam a tese de que o que está em jogo é também o apagar de memórias e a recontagem da história oficial segundo a visão de mundo ora instalada no poder.

Por sua vez, o assédio institucional de expressão moral caracteriza-se por

ameaças (físicas e psicológicas), cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e perseguições, geralmente observadas entre chefes e subordinados (mas não só!) nas estruturas hierárquicas de determinadas organizações públicas (e privadas), redundando em diversas formas de adoecimento pessoal, perda de capacidade laboral e, portanto, mau desempenho profissional no âmbito das respectivas funções públicas. No interior do setor público, geralmente, assédio organizacional e assédio moral estão correlacionados, caracterizando o que aqui chamamos, de modo mais amplo, de assédio institucional no setor público.

Sendo este, portanto, fenômeno novo e perturbador no interior do setor público brasileiro, com formas de manifestação diversas e consequências deletérias ao bom funcionamento de organizações estatais e ao desempenho profissional adequado de seus servidores, é que a Afipea-Sindical considerou necessário um destaque especial ao tema, carregando em seu site (<http://afipeasindical.org.br/assedio-institucional-no-setor-publico/>) um conjunto (representativo, mas não exaustivo) de casos recentes, até mesmo para que se possa ter registros documentais, relatos fáticos de situações dessa natureza, interpretações e proposições condizentes com a gravidade do fenômeno e suas nefastas

6 Ocorre que todas as propostas em curso de reforma administrativa que visam, quase que exclusivamente, reduzir gastos correntes forçando para baixo as contratações e remunerações dos servidores públicos, possuem teor altamente questionável. Não apenas porque são medidas sem fundamentação técnica razoável e bastante ineficazes para se obter ajuste fiscal estrutural nas contas públicas, como porque mal escondem o viés ideológico que está na verdade por detrás da aparente tecnicidade fiscal, passando longe de qualquer proposta crível de melhoria do desempenho estatal.

consequências para o Estado brasileiro, seu corpo funcional e a administração pública cotidiana.

Reconhecemos as ambiguidades e sabemos que tudo é feito em nome da democracia, do desenvolvimento e da proteção social. Os valores se misturam e se confundem, de modo típico nas guerras culturais e híbridas em curso na contemporaneidade líquida. Mas também, reconhecemos três movimentos discursivos, simultâneos e articulados, com origens múltiplas e convergentes, vale dizer: i) *liberalismo econômico radical*: preconiza a desconstrução das instituições públicas e acusa a ineficiência e o corporativismo da administração pública em nome do discurso da austeridade fiscal; ii) *desconstrução deliberada das institucionalidades* e das organizações públicas por embaralhamento, por meio de duas características: ii.a) redistribuição, fragmentação e ressignificação de competências institucionais, e ii.b) administração das instituições por atores que lhes são opoentes ou que têm valores antagônicos a elas; e iii) *gramática da política como guerra híbrida*: lógica baseada na ideia de que a política se caracteriza pela presença de amigos e inimigos, sendo que os últimos devem ser isolados, derrotados e a reputação (ou seja, sua legitimidade) atacada. Exemplificamos as três formas de ação por meio do quadro da página a seguir.

Quadro 2: Assédio Institucional como Ação Política: escala, método, funcionalidade.

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (desorganização institucional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
IBAMA ICMBIO	Meio ambiente como recurso redutível a valores de mercado; Orientação para o desenvolvimento sustentável valorado economicamente.	Desconstrução da estrutura de fiscalização e regulação de atividades. Desconstrução do sistema de proteção. Iniciativas de reformas infralegais ao arrepio da discussão pública. Preenchimento de cargos sem respeito ao perfil técnico e experiência para a atuação nas divisões técnico-ambientais. Retaliação às operações relacionadas a crimes ambientais e consequente insegurança às equipes em campo.	Exonerações e ameaças ao comando da fiscalização ambiental. Assédio e criação de contexto de silenciamento dos agentes ambientais. Depreciação do trabalho da fiscalização ambiental e exposição dos fiscais a riscos de violência por parte de transgressores da lei. Imposição de metas excessivas por produtividade. Uso de trabalho remoto sem adequação às capacidades dos trabalhadores e limitações exigidas pela legislação trabalhista.

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
FUNDO AMAZÔNIA	-	Paralisação que resul- tou em não recebi- mento de investimen- tos que poderiam ser utilizados na preser- vação da floresta. Extinção do comitê gestor do Fundo.	Exigência de com- provação de que não têm relação com par- tidos políticos e sindi- catos pelas ONGs que recebem doações do fundo, o que se expressa como forma de ataque político aos implementado- res das políticas.
INSS	Exigências de pro- dutividade sem a observância da legislação e das boas práticas gerenciais.	Depreciação da administração por falta de reposição de pessoal, falhas de gestão e nos serviços digitais. Substituição de funcionários expe- rientes sem uso de critérios técnicos.	-
SUS	Orientação desequil- ibrada pró oper- adoras de planos de saúde e redes privadas no setor. Redução dos recur- sos como consequên- cia do teto de gastos.	Desmobilização de recursos humanos com expertise na ad- ministração do SUS. Distribuição de cargos entre atores sem experiência com a lógica do SUS.	Disseminação da ideia de que saúde pública não funciona. Minimização da pandemia, com sobrecarga do sistema de saúde. Descumprimento de regras da OMS e pressão para uso indiscriminado de medicamentos sem eficácia comprovada.

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
IBGE	Corte no orçamento para a realização do Censo 2020.	Delegação de responsabilidades que não constam de sua missão institucional.	Divulgação de informações falsas atribuídas a instituição. Descrédibilização de pesquisas e indicadores da instituição.
FIOCRUZ	-	Interferência na direção. Pressão para apoio e divulgação do tratamento de Covid-19 com uso de cloroquina e hidroxiclo-roquina sem comprovação científica.	Divulgação de informações falsas sobre a instituição. Violação da liberdade de expressão e da divulgação de resultados de pesquisa. Ataques a pesquisadores da instituição.
INCRA	Flexibilização da legislação sobre terras públicas, facilitando a legalização de de terras invadidas.	Fragilização da estrutura fiscalizatória. Defasagem em relação à sua missão institucional, estrutura operacional, número de servidores e orçamento.	Violação da liberdade de expressão e direito de servidores de participação em debates públicos.

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
BNDES	-	Ausência de definições claras sobre os papéis do banco em estratégias de desenvolvimento, que são as funções da instituição.	Uso de auditoria com finalidades políticas. Ataque sistemático a credibilidade da estatal.
CNPQ CAPES	Manifestação somente em favor da pesquisa que tem interesse de "mercado".	Centralização de decisões. Esvaziamento da importância das duas agências na atuação no fomento à ciência. Cortes e mudanças no sistema para concessão de bolsas de pesquisa. Administração por parte de críticos e oponentes.	Críticas levianas ao fomento e ao papel das ciências humanas no processo de produção de conhecimento.

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
INPE	-	Exoneração do diretor e remanejamento de coordenadora por divulgarem dados técnicos de forma rotineira, mas em discordância com as opiniões políticas do governo central. Esvaziamento do papel institucional. Mudanças na estrutura da gestão que contradizem o regimento interno.	Contestação e desqualificação de dados da instituição.
INEP	-	Instabilidade institucional decorrente do comportamento aleatório e desinformado com relação a procedimentos e políticas consolidadas por parte dos dirigentes.	Ataques sistemáticos às rotinas e procedimentos que garantem a credibilidade da atuação da instituição.

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
FINEP	Tentativa de limitação da produção científica e financiamento de projetos às pesquisas aplicadas, que proporcionam lucros imediatos.	Criação de ambiente de insegurança jurídica e distanciamento de uma lógica que prioriza projetos de Estado para a área de Ciência e Tecnologia. Tentativa de desqualificação da missão do órgão com propostas de remanejamento de atribuições e junção à outras instituições.	

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
SETOR CULTURAL	<p>Associação da cultura com turismo. Cultura como mercado de bens. Uso de bens históricos e ambientais para trazer recursos por meio de turismo colocando o valor cultural em risco.</p>	<p>Desmembramento de funções e redução de recursos. Administração por parte de críticos, oponentes ou conflitos de interesses. Reformas infralegais sem discussão pública para as simplificações de normas relativas à proteção do patrimônio natural, histórico e cultural. Orientação crítica à gestão institucional, incluindo no caso da FCP, publicações com relativização de temas como escravidão e racismo no Brasil. Ainda na FCP houve detratção pública do movimento negro em contradição com as atribuições institucionais.</p>	<p>Ataque aos artistas. Ataque aos princípios da diversidade e interculturalidade aos quais o Brasil já aderiu internacionalmente. Ressignificação e redução do escopo das políticas públicas do setor cultural. Reprodução de discursos que afastam e discriminam minorias políticas e exaltam valores antidemocráticos. Publicação de textos contra Zumbi dos Palmares pela instituição.</p>
ANCINE	<p>Paralisação das políticas e não execução de recursos vinculados ao orçamento para fundo do audiovisual.</p>	<p>Afastamento de práticas de consulta e escuta dos agentes do cinema e do audiovisual.</p>	<p>Ameaça de privatização ou extinção caso não aceite "filtros" ideológicos.</p>

	Liberalismo (mercado acima de tudo)	Embaralhamento (de- sorganização institu- cional)	Guerra cultural (assédio em sentido estrito)
FUNAI	Recursos de ter- ritórios indígenas a serem explorados comercialmente.	Tentativas de trans- ferência da fundação para órgãos que têm funções que colidem com interesses dos povos indígenas. Redução de recur- sos institucionais.	Crítica aos direitos indígenas consti- tucionalizados. Proposição de políti- cas integracionistas. Ataque aos povos indígenas e a seus modos de vida. Administração institucional por adversários políticos. Restrições fis- cais e ataque aos servidores.
SERPRO DATAPREV	Inclusão no programa de privatizações.	Fechamento de unidades.	Discurso de que os serviços têm preços muito altos sem levantamento de quanto custam os mesmos serviços em empresas privadas.

Fonte: Assediômetro. Elaboração própria.

Que o governo Bolsonaro/Guedes não tenha quadros adequados e nem competência técnica ou sensibilidade social para governar o Brasil, já é algo público e notório. A novidade ruim é que agora, alastrando a prática do assédio institucional (organizacional e moral) por todo o setor público, eles pretendam tentar esconder o fracasso de seu projeto de país.

Dessa forma, somos forçados a concluir que o atual governo caminha rapidamente para uma estratégia de acirramento de contradições relativamente aos segmentos da sociedade não alinhados a seu projeto de poder. Mas sendo tais segmentos mais numerosos e representativos da diversidade e pujança brasileira que os seus seguidores, deverá haver uma inclinação autoritária crescente por parte das frações de classe no poder, com vistas a impor – até mesmo pela força bruta – os seus anseios e projetos.

Oxalá a comunidade internacional democrática e a sociedade brasileira consciente do perigo autoritário/totalitário em curso possam rapidamente perceber a

abrangência, a profundidade e a velocidade dessa agenda retrógrada para então se reorganizarem coletivamente e se reposicionarem politicamente com vistas à recuperação das tendências de construção da República, da Democracia e do Desenvolvimento no espaço nacional.

6. PRIVATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL

Neste artigo, e nos próximos dois, vamos tratar do desmonte do Estado nacional por meio de três formas de privatização em curso: i) a *privatização – acompanhada de desnacionalização – do setor produtivo estatal*, que vem a ser a mais conhecida e óbvia forma de privatização no mundo; ii) a *privatização das próprias políticas públicas*, que se processa tanto por meio da transferência de setores rentáveis – e priorização política – a segmentos da iniciativa privada, tais como vem acontecendo com as áreas da previdência social, saúde, educação em seus três níveis de ensino, saneamento e demais áreas de infraestrutura econômica e social, e até mesmo políticas de meio ambiente e segurança pública; e iii) por fim, mas não menos importante, a *privatização das finanças públicas*, fenômeno este também conhecido como financeirização dos fluxos e estoques líquidos da riqueza capitalista, que se processa por meio do Estado através de formas privilegiadas de gestão, alocação e apropria-

ção de recursos por grupos econômicos específicos, tais como bancos, seguradoras, fundos de pensão e demais investidores institucionais.

Pois bem, a privatização do setor produtivo estatal é parte de um processo antigo e mais aparente de desmonte do Estado nacional, que no caso brasileiro vem acompanhado de *desnacionalização* e *reprimarização* da estrutura produtiva e da pauta exportadora nacional. Foi durante o governo de Fernando Collor que surgiu o Programa Nacional de Desestatização, em 1990, instituído pela Lei Nº 8.031. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Conselho Nacional de Desestatização e ocorreram várias privatizações marcantes, como as da Telebrás e da Vale do Rio Doce que Vargas havia criado em 1942.

Em 1997, foi publicada a Lei Nº 9.491, alterando os procedimentos do Programa Nacional de Desestatização, e criando um marco regulatório para as novas privatizações. Posteriormente, nos governos de Luís Inácio e Dilma Rousseff, houve muitas concessões de rodovias e hidrelétricas, privatização de alguns aeroportos e bancos regionais.

No contexto atual, a principal diferença é que a sanha privatista vem sendo conduzida por meio de privatizações descabidas, realizadas a preços e condições aviltantes, que implicam em: i) desnacionalização patrimonial e perda de soberania nacional; ii) perda de densidade e articulação das cadeias produtivas; iii) desarticulação dos investimentos

públicos indutores e multiplicadores dos investimentos privados e do próprio crescimento econômico setorial e agregado; e iv) enfraquecimento do potencial indutor de inovações estratégicas das estatais junto a segmentos a montante e à jusante das respectivas cadeias produtivas.

De acordo com informações do próprio governo federal, 17 empresas públicas encontravam-se em processo de privatização em meados de 2020, e mais 20 estariam na lista – vide quadro 3. Por ora, apenas bancos públicos e Petrobrás estariam à salvo, embora não dos discursos do ainda Ministro Paulo Guedes. Prova e bom exemplo disso é que, segundo notícia veiculada pelo jornal Correio Braziliense,⁷ a atual direção da Petrobrás vendeu três plataformas – a P7 que produz 15.000 barris/dia, a P12 que produz 7.000 barris/dia, e a P15 que produz 3.000 barris/dia, ou seja, produzem juntas 25.000 barris por dia – por míseros US\$ 1.450.000, os quais convertidos ao câmbio de R\$ 5,22/US\$ 1,00 somam apenas R\$ 7.569.000, o equivalente a menos de dois dias de receita bruta, já que os 25.000 barris permitem uma receita aproximada de R\$ 5.698.250,00/dia, considerado o barril de petróleo ao preço de R\$ 227,93 por ocasião da venda das referidas plataformas.

Quadro 3: Pacote de Privatizações em curso no Brasil pelo governo Bolsonaro/Guedes.

Empresas estatais		
Em processo de desestatização	Passíveis de desestatização	Talvez não sejam desestatizadas
01. ABGF	18. AMAZUL	38. BASA
02. CASA DA MOEDA	19. CIA. DOCAS DA BAHIA	39. BB
03. CBTU	20. CIA. DOCAS DO CEARÁ	40. BNB
04. CEAGESP	21. CIA. DOCAS DO PARÁ	41. BNDES
05. CEASAMINAS	22. CIA. DOCAS DO RIO DE JANEIRO	42. CAIXA
06. CEITEC	23. CIA. DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE	43. CPRM
07. CODESA	24. CODEVASF	44. EMGEPRON
08. CODESP	25. CONAB	45. INB

7 Ver Correio Braziliense de 24/07/2020: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/24/internas_economia,875027/petrobras-vende-tres-plataformas-em-leilao-por-us-1-45-milhao.shtml).

Empresas estatais		
Em processo de desestatização	Passíveis de desestatização	Talvez não sejam desestatizadas
09. CORREIOS	26. EBSEH	46. PETROBRAS
10. DATAPREV	27. ELETROBRAS	
11. EBC	28. EMBRAPA	
12. EMGEA	29. EPE	
13. GHC	30. EPL	
14. NUCLEP	31. FINEP	
15. SERPRO	32. HCPA	
16. TELEBRÁS	33. HEMOBRÁS	
17. TRENSURB	34. IMBEL	
	35. INFRAERO	
	36. PPSA	
	37. VALEC	
17	20	9
Desestatizações condicionadas a alterações legislativas		
PL para reinclusão no PND	PL para quebra de monopólio	Necessita de PEC
Eletrobras	Correios Casa da Moeda EBC	Hemobrás

Fonte: Ministério da Economia, 2020. Elaboração própria.

Deste modo, fica claro, de acordo com Bello, Bercovici e Barreto Lima (2019: pg. 1785), que desde a década de 1990, com as reformas gerencialistas e privatistas do período, que:

“... criaram-se duas áreas distintas de atuação para o Poder Público: de um lado, a Administração Pública centralizada, que formula e planeja as políticas públicas. De outro, os órgãos reguladores (as “agências”), que regulam e fiscalizam a prestação dos serviços públicos. Uma das consequências desta concepção é a defesa de que a única, ou a principal tarefa do Estado, é o controle do funcionamento do mercado. Esta visão está ligada à chamada “teoria da captura”, que entende serem tão ou mais perniciosas que as “falhas de mercado” (market failures), as “falhas de governo” (gover-

nment failures) provenientes da cooptação do Estado e dos órgãos reguladores para fins privados. No Brasil, esta ideia é particularmente forte no discurso que buscou legitimar a privatização das empresas estatais e a criação das agências.” (BELLO, E.; BERCOVICI, G. E BARRETO LIMA, M. M. O Fim das Ilusões Constitucionais de 1988? Rio de Janeiro: Rev. Direito e Práxis, Vol. 10, N.03, 2019, p. 1769-1811.

Como consequência, teve início um processo duradouro de reconversão da estrutura produtiva nacional, que antes tinha na industrialização o seu centro dinâmico, doravante passava a contar com uma (re)especialização produtiva em torno da exportação de produtos primários ao exterior:

“A demanda da China e do Leste Asiático por produtos agrícolas e florestais, combustíveis fósseis e outras fontes de energia e por minerais industriais estratégicos acarretou a ampliação do investimento estrangeiro nos setores agrícola e minerário e consagrou, com as políticas do “novo extrativismo”, a reprimarização das economias latino-americanas, impedindo a recuperação das políticas industriais abandonadas nos anos 1990. O “novo extrativismo” não passa, assim, de uma nova forma de subordinação da estratégia de desenvolvimento dos países latino-americanos aos fluxos do comércio internacional.” (Bello, Bercovici e Barreto Lima (2019: pg. 1788).

Por outro lado, desde os anos 2000, particularmente desde a crise internacional de 2008, vem acontecendo

um processo de reestatização no mundo, o que reforça o caráter anacrônico do governo brasileiro, sobretudo desde 2016 em diante. Apenas para se ter uma amostra, entre 2000 e 2017, 884 serviços foram reestatizados no mundo, sendo 83% deles desde 2009. A tendência é especialmente forte na Europa, com destaque para Alemanha e França, mas vem acontecendo em cerca de 55 países de todo o mundo, inclusive EUA, em geral associada a reclamações de usuários e dos próprios governos acerca dos preços altos dos serviços e insuficiência de investimentos como algumas das principais causas.

De acordo com matéria publicada pelo UOL,⁸ cinco países lideram a lista e os números de reestatizações já registradas em cada um deles são os seguintes: i) Alemanha: 348; ii) França: 152; iii) Estados Unidos: 67; iv) Reino Unido: 65; e v) Espanha: 56. As remunicipalizações e as renacionalizações de empresas vêm acontecendo em setores de serviços essenciais como saneamento, energia e coleta de lixo, algumas das áreas em que a qualidade dos serviços prestados por empresas privadas é notoriamente pior.

No mínimo, são informações para nos fazerem repensar a estratégia nacional de industrialização e de desenvolvimento econômico no século XXI.

8 Ver <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/tni-884-reestatizacoes-mundo.htm>.

7. PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como visto no artigo anterior, além da privatização pura e simples do setor produtivo estatal, acompanhada de desnacionalização da estrutura produtiva nacional e de reprimarização da sua pauta exportadora, vamos agora tratar da privatização das próprias políticas públicas.

A privatização das políticas públicas, aqui abordada apenas em âmbito federal, não é um fenômeno novo e vem acontecendo de forma silenciosa, quase imperceptível, por meio da introdução de atores e interesses privados, sobretudo em áreas rentáveis para a acumulação de capital, e consolidação de mercados lucrativos em áreas tais como: previdência, trabalho, saúde, assistência, educação, esportes, cultura, segurança, meio ambiente, ciência, tecnologia, inovação, comunicações etc.

Para que se tenha um único e eloquente exemplo disso, veja-se que no caso do SUS a participação privada no financiamento cresceu, mas o volume de produção não. Há muito financiamento público via renúncias fiscais, e há muita desigualdade no acesso. Em termos regionais, a concentração na oferta de serviços se explica, sobretudo, porque os investimentos seguem a lógica do mercado, sem que o Estado tenha conseguido realizar aportes necessários para reduzir as desigualdades de acesso, particularmente na atenção especializada e

na hospitalar, com maior incorporação de tecnologias. Adicionalmente, o Estado tem adotado um modelo de gestão que cede unidades públicas para a gestão privada por meio de contratos cujos valores, formatos e conteúdos têm sido questionados. Nesses espaços de poder e lobby, a relação público-privada tem favorecido os atores com capacidade de pressão, incluindo a população coberta por planos e seguros privados de saúde. Em suma, o SUS trouxe conquistas importantes na redução das desigualdades de acesso aos serviços e cobertura regional, mormente a ampliação do acesso para a população pobre dos primeiros quintis de renda, mas mesmo assim não conseguiu instituir uma lógica pública, universal, gratuita e equitativa que ainda está na base formal do modelo de organização do sistema brasileiro de saúde desde a CF-1988.

A lista de casos e exemplos concretos é imensa e antiga, extrapola o espaço e o escopo desse texto, mas uma tentativa de síntese é apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 4: Grandes Áreas Programáticas de Atuação Estatal e as suas Macrotensões Estruturais.⁹

Grandes Áreas de Atuação Estatal	Tensão Estrutural Dominante	Significado Geral
Proteção Social, Direitos e Oportunidades	Universalização X Privatização	<p>- Desde a CF-1988, setores rentáveis das políticas sociais (notadamente: previdência, saúde, educação, cultura, esportes, trabalho e segurança pública) convivem com constrangimentos tecnopolíticos à universalização de fato de seus principais programas, e paulatinamente se observa o crescimento normativo, regulatório e ideológico na provisão dessas políticas sob a égide privada.</p> <p>- Por sua vez, as chamadas políticas sociais de nova geração (direitos humanos e de cidadania para públicos e situações específicas), depois de uma fase de institucionalização promissora até 2014, encontram-se material e ideologicamente inibidas.</p>
Infraestrutura Econômica, Social e Urbana	Universalização X Acumulação	<p>- Desde 2003, sobretudo, esforços governamentais no sentido da ampliação da cobertura e do acesso da população relativamente aos bens e serviços típicos da modernidade (tais como energia, modais de transporte, mobilidade urbana, telecomunicações, acesso digital, saneamento básico e moradia digna), tem convivido com: (i) dilemas do perfil de atuação estatal (se meramente regulador ou também produtor direto; se meramente incentivador ou também promotor direto de inovações), e (ii) com exigências cada vez mais elevadas dos entes empresariais privados em termos de rentabilidade mínima e sustentabilidade financeira e intertemporal dos empreendimentos dessa natureza.</p>

9 Nota Metodológica: Para o estudo das transformações ocorridas na Administração Pública Federal, organizamos os programas temáticos do PPA 2012-2015 em 4 grandes áreas de políticas públicas, que podem ser desdobradas em 10 áreas programáticas da atuação estatal recente; ou em até 65 programas temáticos do PPA 2012-2015. Ou seja: i) 4 grandes áreas de políticas públicas: Políticas Sociais; Políticas de Soberania, Território e Defesa; Políticas de Infraestrutura e Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental); ii) 10 áreas programáticas: Seguridade Social Ampliada; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Esportes e Cultura; Soberania e Território; Política Econômica e Gestão Pública; Planejamento Urbano, Habitação, Saneamento e Usos do Solo; Energia e Comunicações e Mobilidade Urbana e Transporte; iii) 65 programas temáticos do PPA 2012-2015.

Grandes Áreas de Atuação Estatal	Tensão Estrutural Dominante	Significado Geral
<p>Inovação, Produção e Proteção Ambiental</p>	<p>Institucionalização X Compensação</p>	<p>- Desde a CF-1988, primeiro pelo choque externo provocado pela abertura comercial e financeira desde o Gov. Collor, depois, pelo choque interno causado pela engenharia financeira de estabilização monetária desde o Gov. FHC, e finalmente, pelo acirramento da concorrência externa decorrente da globalização comercial (efeito China) e financeira (bolhas especulativas indexadas em dólar) ao longo dos Govs. Lula e Dilma, o fato é que os setores nacionais de produção (sobretudo industrial), de inovação (de processos e produtos ao longo das cadeias produtivas) e de proteção e mitigação ambiental, tem-se ressentido de políticas públicas mais robustas para o enfrentamento dos imensos problemas e desafios a elas colocados.</p> <p>- Há um vetor tímido, lento e pouco estruturado de institucionalização de políticas públicas nos campos da produção de bens e serviços, da inovação de processos produtivos e de produtos finais, e da proteção e mitigação ambiental. Predominam medidas apenas de natureza compensatória, de efeitos limitados, tanto setorial como temporalmente, incapazes de alterar para melhor a estrutura e a dinâmica produtiva em espaço nacional, ou mesmo de neutralizar os efeitos nefastos que emanam da estrutura e dinâmica capitalista dominante em curso.</p>

Grandes Áreas de Atuação Estatal	Tensão Estrutural Dominante	Significado Geral
Soberania, Defesa e Território	Institucionalização X Descontinuidades	<p>- Depois de muitos anos relegadas a níveis secundários de importância, houve – mormente entre 2003 e 2013 – tentativas de melhor institucionalização das áreas e políticas públicas de soberania, defesa e território. Foram tentativas governamentais no sentido de: (i) reorientar a diplomacia brasileira rumo a uma postura ativa e altiva no cenário internacional; (ii) reequipar as forças armadas e atualizar a estratégia e a política nacional de defesa; e (iii) reinstaurar instituições, fluxo de recursos, capacidades estatais e governativas, sob o manto de uma nova política nacional de desenvolvimento regional no Brasil.</p> <p>- Não obstante o processo de institucionalização iniciado, a complexidade em si desses temas e áreas de políticas, aliada à baixa primazia que historicamente tiveram e continuaram a ter na conformação das agendas prioritárias dos governos recentes, fazem com que descontinuidades de várias ordens (de diretrizes estratégicas a alocação orçamentária) sejam a regra mais que a exceção nos três casos.</p>

Fonte: Cardoso Jr., 2020. Elaboração do autor.

Em resumo, como bem explica Rene Keller (2018: 35):

“Quando o Estado fornece determinado direito por meio das políticas públicas, os usuários acessam os direitos apenas sob a veste de valor de uso. Isto é, quem se gradua em uma instituição de ensino pública acessou o bem “educação” apenas sob a veste do valor de uso, da utilidade que terá para a sua formação por motivos variados, no entanto, sem ser tratado o direito como valor de troca. Por outro lado, quando o acesso a determinado direito ocorre pela via concorrencial privada, o bem é obtido a partir do seu valor de troca, abrindo espaço à acumulação privada de capital sob a esfera dos direitos. Com isso, há um processo em curso de privatização ou mercantilização dos direitos que, com a sua precificação, passam a ser fruídos com base no seu valor de troca. O reflexo dessa equação é que o ditame liberal de garantia dos direitos pela via individual privada exime o Estado do seu fornecimento, mercantilizando um bem que deveria ser alcançado apenas como valor de uso.” (KELLER, R. J. Direito, Estado e Relações Econômicas: a mercantilização jurídica como forma de priva(tiza)ção do direito à cidade. In: BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (orgs.). Curso de Direito à Cidade: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.)

Em complemento, vamos nos ater ao aspecto principal dessa dimensão do desmonte do Estado no Brasil, que vem a ser o que Bercovici e Massonetto (2006) chamam de constituição dirigente invertida:

“Ou seja, a constituição dirigente das políticas públicas e dos direitos sociais é entendida como prejudicial aos interesses do país, causadora última das crises econômicas, do déficit público e da “ingovernabilidade. A constituição dirigente invertida, isto é, a constituição dirigente das políticas neoliberais de ajuste fiscal é vista como algo positivo para a credibilidade e a confiança do país junto ao sistema financeiro internacional. Esta, a constituição dirigente invertida, é a verdadeira constituição dirigente, que vincula toda a política do Estado brasileiro à tutela estatal da renda financeira do capital, à garantia da acumulação de riqueza privada.” (BERCOVICI, G. e MASSONETTO, L. F. A Constituição Dirigente Invertida: a blindagem da constituição financeira e a agonia da constituição econômica. Coimbra: Boletim de Ciências Econômicas, 2006)

Por meio desse processo de inversão do espírito, princípios e diretrizes originais da CF-1988, opera-se um conjunto de alterações constitucionais, por meio de emendas formais, e também por meio de reinterpretações do texto constituinte, que juntas, desfiguram a Constituição e permitem a privatização por dentro de políticas públicas que, em essência, deveriam seguir o rumo da universalidade, integralidade, gratuidade etc...

Como veremos na sequência, este tipo de privatização está diretamente associado à privatização das finanças públicas, fenômeno que se manifesta mais claramente pelo que se chama de financeirização dos fluxos e estoques líquidos da riqueza capitalista, algo que se realiza por meio do Estado, através de formas privilegiadas de gestão, alocação e apropriação de recursos financeiros por grupos econômicos específicos da sociedade.

8. PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Em 17/12/2019, o Congresso Nacional aprovou o orçamento federal para 2020, destinando para juros e amortizações da dívida R\$1,603 trilhão, ou seja, 45% dos R\$3,565 trilhões previstos no OGU. Isso mostra haver um grande comprometimento anual de recursos públicos destinados ao gerenciamento (leia-se: *garantia de liquidez e solvabilidade*) da dívida pública federal brasileira, com implicações deletérias ao potencial de crescimento econômico e ao atendimento dos direitos sociais no país.

Por isso, falaremos do terceiro tipo de privatização em curso do Estado nacional: a privatização das finanças públicas, fenômeno também conhecido como *financeirização dos fluxos e estoques líquidos da riqueza capitalista*, que se processa por meio do Estado através

de formas privilegiadas de gestão, alocação e apropriação de recursos por grupos econômicos específicos, tais como bancos, seguradoras, fundos de pensão e demais investidores institucionais.

Em outras palavras, a privatização das finanças públicas se manifesta por meio da financeirização da Dívida Pública Federal e da sua gestão pelas autoridades monetária (Bacen) e fiscal (STN) do país. Trata-se de processo paulatino e simultâneo, pelo qual se vão consolidando, desde a CF-1988, duas situações antagônicas.

De um lado, normativos constitucionais (tais como as EC 01/1994, EC 10/1996, EC 17/1997, EC 27/2000, EC 56/2007, EC 68/2011, EC 93/2016, EC 95/2016, além das PEC 186 - Emergencial, PEC 187 - Fundos Públicos, PEC 188 - Pacto Federativo, todas editadas em novembro de 2019), como infraconstitucionais (LRF/2000 e vários dispositivos de controle e punição aplicados quase que anualmente por meio das LDO e LOA).

Todos eles primam pelo enrijecimento e criminalização do gasto público real, de natureza orçamentária, justamente aquele que é responsável pelo custeio de todas as despesas correntes, tanto as intermediárias/administrativas, como as finalísticas destinadas à implementação efetiva das políticas públicas federais em todas as áreas de atuação governamental.

De outro lado, tantos outros normativos constitucionais, das quais a EC 95/2016 do teto de gastos e a PEC

187/2019 dos fundos públicos são bastante expressivas, bem como infraconstitucionais, tais como: a Lei nº 9.249/95, a Lei nº 11.803/20 e Lei nº 13.506/2017.

A primeira delas, Lei nº 9.249/95 é responsável por conferir três benesses tributárias aos proprietários da riqueza financeira:

“a) a instituição de isenção integral do IR (alíquota zero) aos dividendos pagos aos acionistas, na contramão do que se faz no resto do mundo; b) a dedução dos juros implícitos sobre capital próprio, como se fossem despesas, com vistas a reduzir a renda tributável; c) a redução do rol de alíquotas do IR, estabelecendo o limite superior em 27,5%, contra a própria legislação pretérita que crescia progressivamente até a faixa dos 40%.” (DELGADO, G. CF 30 anos: finanças públicas sob o enfoque distributivo. In: CARDOSO JR., J. C. (org.) 30 anos da Constituição Federal Brasileira: notas para um obituário precoce (1988/2018). Brasília: Afipea-Sindical, 2018, pg. 111)

Por sua vez, com relação à Lei nº 11.803/20, Delgado mostra que:

“O serviço de dívida pública não é suscetível à verdadeira apreciação pelo Congresso Nacional, fruto de emenda de redação na Constituinte (art. 166, parágrafo 3º, item b, da CF), que explicitamente autoriza essa isenção; e ainda da confecção de uma conta fechada – Sec. do Tesouro/Banco Central, compulsoriamente incluída no Orçamento da União por autorização da lei específica nº 11.803/2008. São exemplos

típicos de uma institucionalidade fiscal-financeira pouco republicana, se comparada aos países do chamado capitalismo organizado, majoritariamente integrantes da OCDE. Essa característica não apenas se mantém no período pós-1988, como também vira uma prática regulamentada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (lei complementar nº 101/2000 – art. 8, parágrafo 2), culminando com a EC 95/2016, que não apenas mantém o “serviço de dívida” como estava (já desregulado), mas amplia para toda a despesa financeira os atributos de irresponsabilidade fiscal e ilimitada criação de despesa por iniciativa do alto staff das finanças públicas – Banco Central e Tesouro Nacional.” (DELGADO 2018: pg. 111-112).

Por fim, a Lei nº 13.506/2017 destina-se a blindar o sistema financeiro brasileiro da punição criminal sobre ilícitos financeiros cometidos, tais como evasão de divisas, fraudes e remessas a paraísos fiscais. Dentre as medidas em tramitação no legislativo, vale ainda lembrar do PLP 459/2017, que trata da securitização de créditos tributários e que representa a legalização de um esquema financeiro de tipo fraudulento.

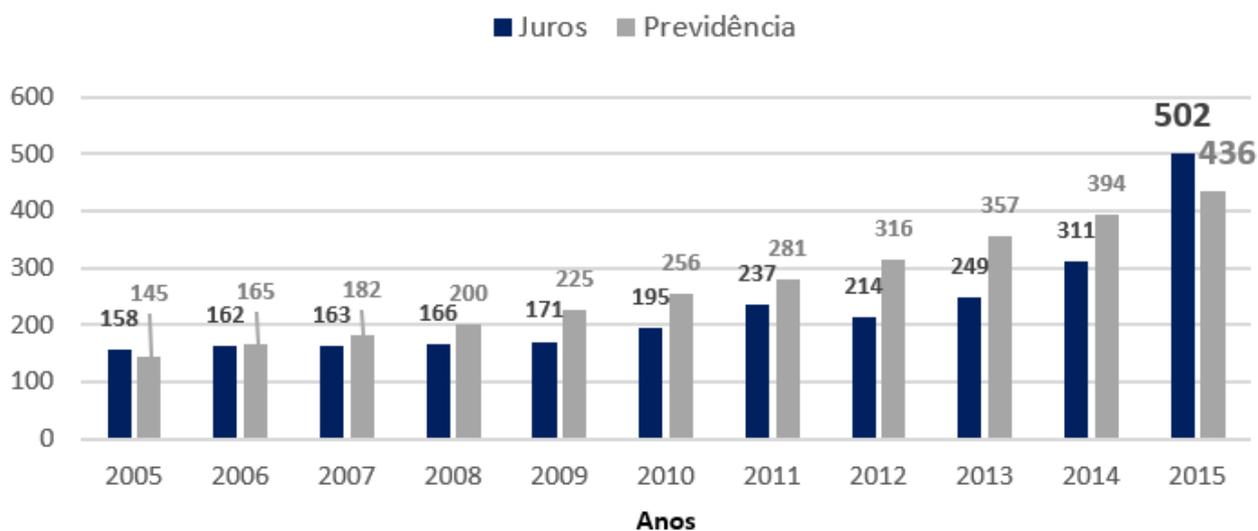
Todos esses regramentos representam a flexibilização sem limite superior e a blindagem do gasto público financeiro, inclusive para fins criminais, justamente o oposto do tratamento que vem sendo conferido ao gasto primário real do setor público brasileiro.

Em síntese: o capitalismo brasileiro (como qualquer outro, aliás!) é altamente dependente da capacidade do

Estado em mobilizar e canalizar seus recursos e instrumentos de políticas públicas em favor do processo de acumulação de capital, em bases privadas. A índole liberal (mais que social!) do Estado brasileiro faz com que ele seja, historicamente, mais perfilado a atender os interesses empresariais e do processo de acumulação capitalista, que os interesses diretos e imediatos de sua população, a grande maioria, aliás, ainda hoje distante ou alijada da cidadania efetiva e do desenvolvimento integral.

Prova disso é que por trás da dívida pública e gastos governamentais com juros para a rolagem da dívida, estão credores do Estado que são, em sua maioria, empresas privadas e grandes agentes rentistas, que fazem das finanças públicas uma fonte de acumulação e enriquecimento nem sempre assentado em bases produtivas. No gráfico 1, quando se comparam os gastos correntes com juros e os gastos públicos com a previdência social, tem-se, de um lado, processo de acumulação e enriquecimento privado de natureza financeira que pouco contribui para o crescimento real da economia e para a geração de empregos, tributos e renda das famílias. De outro lado, processo de redistribuição real do fundo público que encontra nos trabalhadores e suas famílias o destino dos gastos previdenciários, eles próprios impulsionadores – pelo consumo que são capazes de realizar – do crescimento econômico, da arrecadação tributária e do bem-estar material das pessoas e regiões do país.

Gráfico 3: Gastos Federais Diretos com Juros e Previdência.



Fonte: Banco Central

Portanto, ao chamarmos o processo de *financeirização da dívida pública* (e da sua gestão) de privatização das finanças públicas, queremos com isso chamar atenção para o fato de que, por detrás dos mecanismos econômico-financeiros subjacentes, aparentemente neutros ou simplesmente técnicos, com o que tal fenômeno é costumeiramente apresentado à sociedade, existe na realidade um processo extraordinariamente desigual de apropriação e enriquecimento financeiro. Tal processo favorece apenas determinados segmentos da população, numericamente minoritários em relação ao total, mas geralmente travestidos de agentes econômicos confiáveis, tais como: bancos comerciais, bancos de investimento, seguradoras, corretoras, fundos de pensão e agentes estrangeiros, os quais são não apenas os maiores operadores desse processo, como também os seus principais beneficiários diretos.

As implicações desse processo são perniciosas para a dinâmica de crescimento econômico, bem como para as condições de reprodução social da população. Posto tratar-se de opção política de política econômica, esse arranjo institucional, que se está consolidando no Brasil, é passível de contestação teórica e empírica, razão pela qual é importante desnudar as suas implicações e apontar alternativas críveis para redesenhar a referida institucionalidade, com vistas à promoção de um desempenho econômico e social mais condizente com o potencial e anseios de crescimento e de inclusão do país.

9. REFORMA ADMINISTRATIVA BOLSONARO/GUEDES/MAIA

As propostas de Reforma Administrativa de Paulo Guedes e Rodrigo Maia, alardeadas pelos meios empresariais e grande mídia, simplesmente não resolverão nenhum dos problemas reais do setor público brasileiro, mas criarão ou farão piorar vários outros.

Se estivessem de fato interessados em uma reforma que buscasse melhorar o desempenho institucional da máquina pública, deveriam olhar para onde de fato estão os problemas da gestão e do funcionalismo no Estado brasileiro. Os problemas existem e não são poucos, estando localizados, na verdade, em traços históricos arraigados ao *burocratismo* e ao *autoritarismo*, tanto nas formas internas de organização e funcionamento da máquina pública, como nas relações pouco republicanas, pouco democráticas e bastante seletivas do Estado com agentes privilegiados do mercado e, sobretudo, com parcelas imensas e vulneráveis da população, ainda hoje alijadas da cidadania plena e dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, em várias de suas dimensões.

Embora difíceis de definir e mensurar, burocratismo e autoritarismo são as verdadeiras excrescências do setor público brasileiro que sequer são consideradas nas propostas de reforma administrativa do governo, do parlamento e dos empresários. Ambas se referem a dimensões qualitativas e profundas da

cultura política e institucional brasileira, razão pela qual vale um pequeno esforço de reflexão.

Burocratismo: Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei!

O *burocratismo* remete-nos à tradição histórica brasileira de origem ibérica, por meio da qual as relações econômicas e sociais entre as partes autônomas (indivíduos, famílias, empresas) vão sendo convertidas em regramentos formais e códigos de conduta sujeita a sanções de vários tipos e níveis pelo poder instituído.

Esse longo processo de normatização, positividade das leis ou burocratização que se vai espraiando por praticamente todas as dimensões da vida coletiva numa sociedade dominada pela lógica capitalista também toma conta do próprio Estado, tanto internamente como em suas relações com o mercado e a sociedade da qual faz parte.

Mas ao contrário do que seria de se esperar numa sociedade que gradativamente almeja republicanizar e democratizar as relações intra estatais e entre segmentos do Estado, do mercado e da sociedade, tais códigos de conduta e legislações impostas não se aplicam igualmente a todas as partes envolvidas.

Há excesso de formalismos, legalismos, controles burocráticos e muitas etapas intermediárias que se estabelecem entre a maioria das empresas e da população em suas relações entre si e com agentes públicos, ao mesmo tempo

que níveis variados de informalismos e acessos privilegiados aos tomadores de decisões de todos os tipos e lugares sociais.

Por detrás de tais hierarquias e assimetrias de poder escondem-se práticas patrimoniais, privatistas, oligárquicas, autoritárias e seletivas, enfim, pequenos e grandes atos de corrupção público-privados que filtram os acessos e favorecimentos às políticas públicas, dificultando ou mantendo na berlinda a inclusão de segmentos imensos de população e de empresas a bens e serviços de índole pública.

Há muita hierarquia formal e pouco comando efetivo, na esteira do que emerge a hipertrofia da cultura de controles formais e informais sobre o planejamento, a implementação, a gestão e a participação social nas políticas públicas. Minimiza-se, portanto, todo o potencial e poder de um Estado supostamente pensado para se organizar e agir consoante *princípios republicanos*, estes assentados na máxima equidade e transparência dos processos decisórios, voltados ao interesse geral e ao bem comum, e *procedimentos democráticos*, esses responsáveis pela ampliação e diversificação da participação social, da representação política e da deliberação coletiva acerca das questões-chaves da sociedade que atravessam os processos decisórios.

Autoritarismo: você sabe com quem está falando?

O *autoritarismo* incrustado como traço distintivo e forma dominante de relacionamento entre agentes do Estado, do mercado e da sociedade, bem como entre eles mesmos, remonta no caso brasileiro ao Estado monárquico absolutista português que nos deu origem e direção.

A ideia de um poder centralizado de cunho ou pretensão absolutista nunca deixou de estar presente no Brasil, mesmo após a separação formal entre Estado e Igreja, a qual veio junto com a separação formal entre poderes executivo, judiciário e legislativo após a instauração da república em 1889. Esse aspecto é reforçado pelo fato de que a própria república foi aqui implantada por um pacto entre elites, tendo sido promulgada por um poder militar com apoio da burguesia capitalista emergente e aquiescência da antiga nobreza imperial. Não houve no Brasil nenhuma ruptura institucional dramática, ou evento de amplitude e aderência social que pudesse fundar uma ordem política nova ou oposta à ordem escravocrata que sempre esteve na base de nossa formação histórica.

Por esta razão, jamais se consolidou no país um processo histórico intenso de *republicanização*, entendido aqui como aquele por meio do qual um país e sua nação buscam se aproximar de uma forma de organização política do Estado que visa (e prevê) a repartição e o equilíbrio do poder entre seus cidadãos e organizações. Tampouco instalou-se aqui um processo denso de *democratização*, entendido como uma forma de organi-

zação política da sociedade por meio da qual opiniões, vontades e interesses diversos podem ser agregados, manifestos e representados, e os conflitos podem ser disciplinados, regrados e periodicamente resolvidos.

O autoritarismo, portanto, amalgamou-se como traço distintivo da cultura política senhorial brasileira, tendo sido relativizado em momentos de republicanação e democratização do Estado, tais como durante o 2º governo Vargas, o governo JK, o momento constituinte que antecedeu e culminou com a CF-1988 e, sob contradições abertas até o golpe de 2016, viveu seus melhores dias. Mas ele também foi reforçado nos momentos de autoritarismo explícito vivenciados pela política brasileira durante a ditadura Vargas, a ditadura militar e agora durante o governo Bolsonaro. Em suma, a história política e institucional brasileira pode ser resumida como uma sequência desequilibrada de espasmos democráticos, combinados com dominância autoritária ao longo da maior parte do tempo.

Vigiar e punir: reforma fiscal travestida de administrativa.

Tratar a questão do funcionalismo sem entendê-la como questão de Estado, e pior, sem conexão alguma com um projeto de desenvolvimento econômico, social, ambiental etc. é a melhor maneira para não resolver os problemas da administração pública.

A ideia de que uma reforma administrativa possa reduzir significativamen-

te as despesas governamentais, sobretudo o gasto com pessoal, é a nova-velha falácia de Guedes, Maia e cia. Mais uma vez, setores retrógrados da *nova política* (sic!) não consideram os dados nem os fatos, mas tentam impor uma nova rodada de ajuste fiscal, baseado em valores ideológicos, sem diálogo e sem fundamentação técnica nem histórica.

Em essência, tais propostas carecem de compreensão sistêmica sobre os condicionantes e determinantes do desempenho estatal no campo das políticas públicas. Para não dizer que não há preocupação alguma com o Estado, suas organizações, funções e servidores, veja-se que tanto na reforma da previdência como nas PECs 186, 187, 188, de 2019, e agora na PEC 32 de 2020, é conferido tratamento diferencial e privilegiado somente ao núcleo militar-policial-judicial-repressivo do Estado. E assim vai-se consolidando um *estado de exceção permanente* no país, como forma de viabilizar – pelo uso aberto da força física e das várias formas de violência institucional e simbólica – o projeto liberal-fundamentalista do mercado e dos valores arcaicos de uma sociedade patriarcal, religiosa-dogmática, autoritária, racista e misógina.

As referidas PECs visam promover, na realidade, um abrangente e profundo ajuste fiscal, tomado este apenas pelo lado das despesas públicas, calando-se sobre as imensas iniquidades e regressividade da estrutura tributária pelo lado da arrecadação. Linhas gerais, portanto, essa perna de reforma fiscal, travesti-

da de reforma administrativa, objetiva:

- i) maior flexibilidade quantitativa por meio da expansão das possibilidades de contratação e demissão;
- ii) maior flexibilização remuneratória e redução das despesas globais com o funcionalismo;
- iii) maior competição interpessoal e concorrência intra/inter organizacional;
- iv) nova regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho;
- v) obstaculização das formas de organização, financiamento e atuação sindical no setor público.

No que diz respeito apenas à PEC 32/2020, há ao menos 3 aspectos críticos que precisam ser destacados negativamente:

a proposta prevê o fim do RJU para novos ingressantes, exceção feita àqueles que ingressarem nas chamadas *carreiras típicas* de Estado, as quais tampouco estão definidas na PEC, reforçando a ideia de que esse conceito já está, em si mesmo, ultrapassado; afinal, o que seria mais típico de Estado no atual contexto pandêmico que as carreiras das áreas de saúde, assistência social, educação e meio-ambiente? Para as demais formas de contratação previstas na PEC, prevê-se o fim da estabilidade funcional dos servidores nos respectivos cargos públicos, introduzindo-se, a partir de então, problemas notórios de assédio moral e institucional contra funcionários e organizações, riscos de fragmentação e descontinuidade das políticas públicas de caráter permanente e aumento da incerteza da população e

mesmo dos empresários com relação à qualidade, tempestividade e cobertura social e territorial das entregas de bens e serviços por parte do Estado.

a proposta prevê a explicitação – com sua respectiva priorização – do *princípio da subsidiariedade*, por meio do qual inverter-se-á o espírito original da CF-1988, fazendo com que o Estado atue de forma subsidiária, coadjuvante – poderíamos dizer, subalterna – aos setores empresariais privados na provisão de bens e serviços à sociedade. O Estado auxiliaria e supriria a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só substituindo-a excepcionalmente. A atuação do Estado seria a exceção, não a regra. Se aprovada, é claro que esta proposta reforçará sobremaneira os vetores de exclusão, desigualdades, pobreza e heterogeneidades já presentes em larga escala na realidade brasileira.

a proposta prevê a criação de super poderes ao presidente da República, ao transferir para seu raio de discricionariedades as decisões (unilaterais) sobre criação ou destruição de organizações, carreiras e cargos no âmbito da administração pública federal. Obviamente, esta medida, em si mesma antirrepublicana e antidemocrática, reforçará os traços patrimoniais-oligárquicos da cultura política tecnocrática e autoritária brasileira, que de modo lento estava sendo transformada desde a CF-1988 pela ampliação da transparência e da participação cidadã no trato da coisa pública.

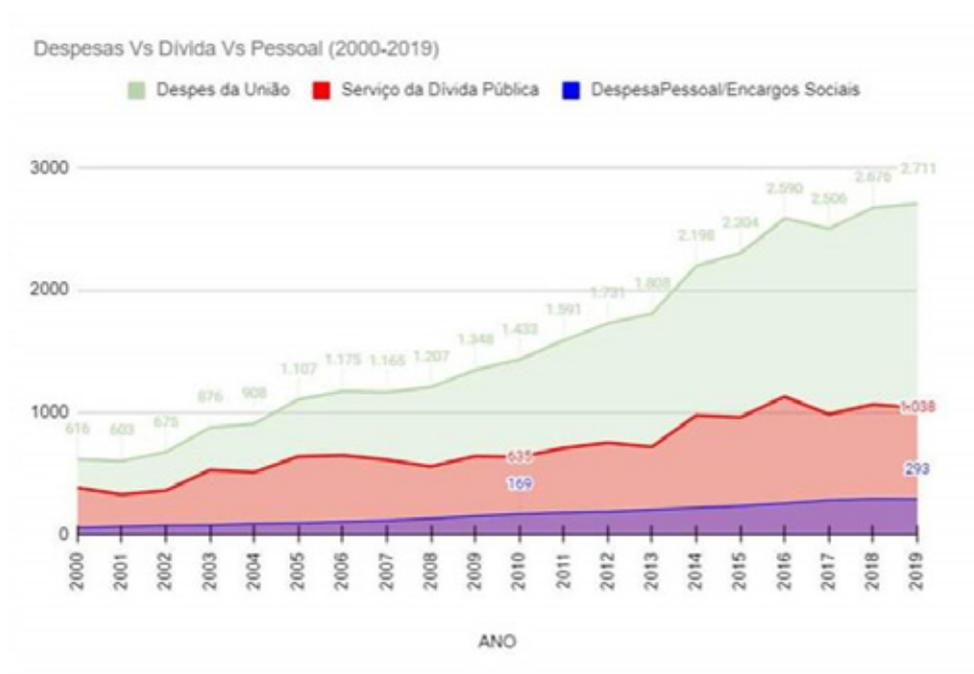
Tudo somado, e apesar do discurso oficial, empresarial e da grande mídia, o fato é que são pífias ou inexistentes as preocupações com o desempenho governamental ou com a melhoria das condições de vida da população brasileira. Travestida de reforma administrativa, trata-se na verdade de mais uma peça no arco – abrangente, profundo e veloz – de medidas de ajuste fiscal permanente que estão em curso no país desde 2015, exacerbado pelo dogmatismo das regras fiscais (regra de ouro e superávit primário) reforçadas pela EC 95/2016 (teto de gastos), e agora levadas ao paroxismo desde 2019 pelas reformas antidesenvolvimento do governo Bolsonaro/Guedes.

A sua visão é intrinsecamente negativista acerca do peso e papel que o Estado deve ocupar e desempenhar nas economias e sociedades contemporâneas. Por isso, deverá produzir resultados opostos aos desejados, com enormes e negativas repercussões sobre a capacidade de crescimento, geração de empregos e distribuição de renda e riqueza numa sociedade, tal qual a brasileira, já marcada estruturalmente por imensas heterogeneidades, desigualdades e necessidades de várias ordens.

Como se vê pelo gráfico 4, a constitucionalização das normas citadas promove, de um lado, bloqueios e limites superiores ao gasto fiscal primário de natureza real, justamente o gasto que é responsável pelo custeio de todas as despesas correntes, tanto as intermediárias/administrativas, como as finalísticas destinadas à implementação efetiva das

políticas públicas federais em todas as áreas de atuação governamental. De outro lado, regramentos que representam a flexibilização (sem limite superior) e a blindagem (inclusive para fins criminais) do gasto público financeiro, cujos principais beneficiários são as instituições financeiras (bancos, corretoras, seguradoras), fundos de investimento e agentes econômicos de grande porte.

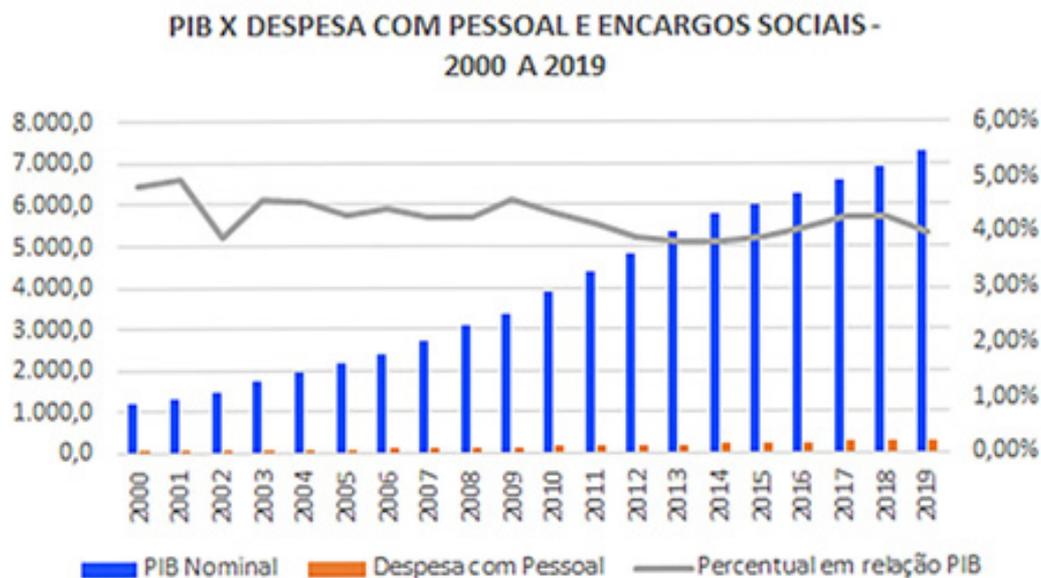
Gráfico 4: Financeirização e Privatização das Finanças Públicas no Brasil.



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: Paulo Lindesay, Assibge, 2020.

É fato que no período mais recente houve recomposição de pessoal e de salários na Administração Pública, mas também é fato que esses movimentos foram incorporados à estrutura de gastos do Estado brasileiro, uma vez que acompanhados de aumentos na arrecadação de impostos e no PIB no mesmo período. Como se vê pelo gráfico 5, a relação gastos de pessoal sobre o PIB (assim como sobre a arrecadação total e sobre a massa salarial do setor privado, que não estão nesse gráfico) foram mantidas estáveis desde 2000.

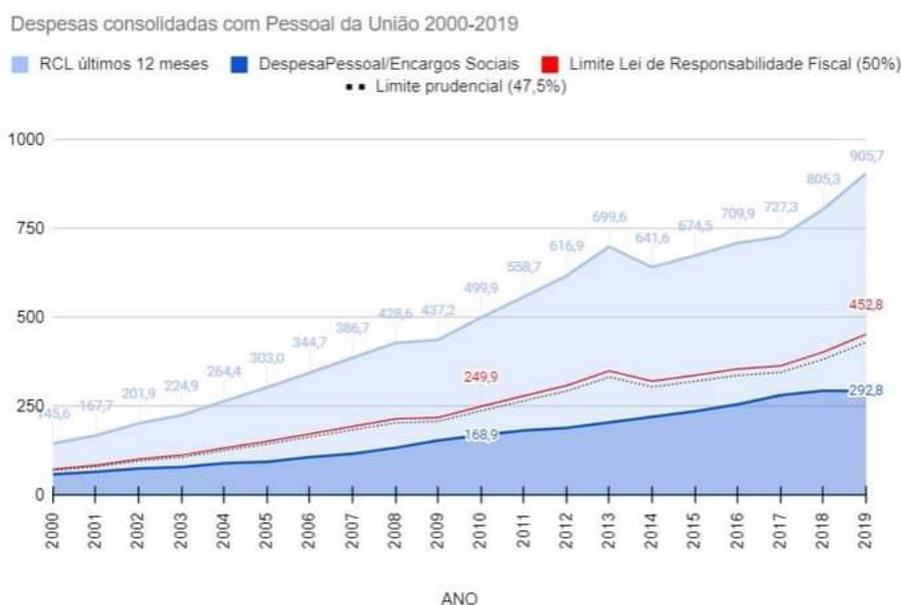
Gráfico 5: Despesas com Pessoal no Setor Público em relação ao PIB.



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: Paulo Lindesay, Assibge, 2020.

Por fim, como se vê pelo gráfico 6, as despesas com pessoal, em âmbito federal, jamais suplantaram os limites da LRF, mantendo-se o tempo todo bem abaixo da receita corrente líquida. Torna-se cristalina a falácia do discurso hegemônico que busca justificar as reformas em função de um (inexistente) excesso de gastos com pessoal no setor público brasileiro.

Gráfico 6: Despesas com Pessoal X Receita Corrente Líquida e LRF.



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: Paulo Lindesay, Assibge, 2020.

Além de não alterar as proporcionalidades, o número de servidores civis ativos hoje na União é praticamente o mesmo de 30 anos atrás, mas a qualificação e a composição desses profissionais passaram por importantes mudanças. Hoje os servidores públicos são, na média, mais escolarizados e melhor formados, estão alocados em atividades finalísticas (sobretudo naquelas de atendimento direto à população, como saúde, educação, assistência social e segurança pública) e há mais mulheres e mais negros que há 30 anos.

Dados do Banco Mundial revelam que a razão entre a quantidade de funcionários públicos e a população no país é de 5,6%. Essa proporção é apenas um pouco maior que a média da América Latina, de 4,4%, mas menor que a média da OCDE, que é de aproximadamente 10%. Também não se observa crescimento explosivo do emprego público. Como proporção da população economicamente ativa, e considerando uma série de dados entre 1992 a 2017, verifica-se que o percentual de vínculos públicos passou de 9% a tão somente 11% do total.

Por sua vez, dados do Atlas do Estado Brasileiro, organizados pelo IPEA, mostram que a força de trabalho ocupada no setor público se escolarizou e se profissionalizou para o desempenho de suas funções. A expansão ocorreu com vínculos públicos que possuem nível superior completo de formação, que passaram de pouco mais de 900 mil para 5,3 milhões, de 1986 a 2017. Percentualmente,

este nível saltou de 19% do contingente de vínculos em 1986 para 47% em 2017.

Nos municípios, a tendência de aumento de escolarização dos vínculos públicos também foi bastante acentuada. A escolaridade superior completa aumentou de 10% para 40% entre 1986 e 2017. Nesse nível federativo, chama atenção que as ocupações que constituem o núcleo dos serviços de assistência social, saúde e educação (tais como professores, médicos, enfermeiros e agentes de assistência e saúde), correspondem atualmente a 40% do total dos vínculos públicos existentes no Brasil, razão essa suficiente para desaconselhar qualquer reforma administrativa que objetive reduzir ou precarizar essas ocupações.

Também é importante lembrar que o Estado brasileiro, com um número praticamente igual de servidores, oferece hoje muito mais políticas públicas e entrega efetiva de bens e serviços às empresas e à população que há 30 anos. Ou seja, usando conceitos econômicos de eficiência e produtividade, o setor público brasileiro é hoje mais produtivo e eficiente que há 30 anos, resultado direto e positivo, pasmem, das diretrizes e concretizações da CF-1988!

Ou seja, os problemas de fato existentes são maiores e mais complexos que o discurso simplista e falacioso de Guedes, Maia e cia sobre inchaço da máquina e explosão dos gastos com pessoal. Porém, não serão enfrentados, primeiro porque esses atores não têm nem capacidade técnica nem sensibilidade

política para o tema; segundo porque a sanha persecutória contra servidores é a senha certa para mais uma reforma fadada ao fracasso, tais como já se mostram as reformas trabalhista e previdenciária recém implementadas.

10. MENOS REPÚBLICA, MENOS DEMOCRACIA E MENOS DESENVOLVIMENTO

O artigo 3º da Constituição Federal de 1988 diz que os Poderes da União devem alcançar os objetivos fundamentais do Estado brasileiro, a saber: i) construir uma sociedade livre, justa e solidária; ii) garantir o desenvolvimento nacional; iii) erradicar a pobreza e a marginalização; e iv) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nada disso, porém, tem orientado os debates eleitorais, nem os planos de governo, desde a CF-1988. Não à toa, podemos chamar de colapso civilizatório o momento situacional que o país atravessa desde o golpe de 2016 e, sobretudo, desde a eleição de Bolsonaro à presidência. Tal colapso não diz respeito apenas ao desprezo com que vem sendo tratados os valores republicanos (esses ligados às virtudes cívicas da busca pelo interesse geral do país e o bem comum das pessoas) e democráticos (esses relacionados aos princípios da representatividade, participação e deliberação da

sociedade na vida política e processos decisórios relevantes).

Trata-se, ainda, das nefastas consequências do desmonte do Estado sobre a trajetória de desenvolvimento nacional. Partimos da constatação segundo a qual, na experiência brasileira recente, 7 dimensões relevantes desse processo estavam em construção, vale dizer: i) inserção internacional soberana; ii) macroeconomia do desenvolvimento: crescimento, estabilidade, emprego e distribuição de renda; iii) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente integrada; iv) infraestrutura econômica (energia, transportes, comunicações), social e urbana (moradia, saneamento, mobilidade); v) sustentabilidade, produtiva, ambiental e humana; vi) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e vii) fortalecimento do Estado, das instituições republicanas e da democracia.

Assim, tendo como critério de análise os processos de longo prazo relacionados à republicanização,¹⁰ demo-

10 Por republicanização, entendemos aqui um processo histórico por meio do qual um país e sua nação buscam se aproximar de uma forma de organização política do Estado que visa (e prevê) a repartição e o equilíbrio do poder entre seus cidadãos e organizações. Para tanto, ver Cardoso Jr. e Bercovici (2013), onde se lê, na pg. 35, que: “(...) a institucionalização da República requer o aprimoramento – e até mesmo a radicalização, ainda que incremental – da política democrática, na direção da democracia como aprendizado republicano, capaz de torná-la mais apta a refletir o conjunto da demos, a comunidade política em sua integridade.” (CARDOSO JR., J. C. e BERCOVICI, G. República, Democracia e Desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: Ipea, 2013)

cratização¹¹ e desenvolvimento¹² do Estado, da sociedade e da economia brasileira, trata-se aqui de sintetizar, por meio do quadro abaixo, uma avaliação preliminar de desempenho e expectativa governamental que pontua a atuação (nos casos dos governos findos) ou a intenção (no caso do governo em curso), relativamente a aspectos e dimensões do processo de construção e fortalecimento do Estado no Brasil.¹³

Computamos de 1 (desempenho ruim) a 2 (desempenho médio) e 3 (desempenho satisfatório) a seguinte situação geral desde 2003: um processo de perda de densidade, entre os governos Lula e Dilma, e de verdadeiro desmonte, na passagem dos governos Lula para Temer e Bolsonaro, no que diz respeito à tríade República, Democracia e Desenvolvimento no Brasil.

Quadro 5: Comparativo entre Desempenhos Gerais dos Governos Lula, Dilma, Temer (governos findos) e Bolsonaro (intenções do governo em curso), em termos dos processos de republicanização, democratização e desenvolvimento do Estado, da Sociedade e da Economia brasileira.

	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
1. República:				
1.1 Transparência dos processos decisórios.	1	1	1	1
1.2 Transparência dos resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas.	2	2	1	1

11 Por democratização, referimo-nos aqui à forma de organização política da sociedade por meio da qual opiniões, vontades e interesses diversos podem ser agregados, manifestos e representados, e os conflitos podem ser disciplinados, regrados e “momentaneamente resolvidos”. De acordo com Tilly (2007: 13), “um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos são amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente comprometidas.” (TILLY, C. Democracia. Petrópolis: Vozes, 2007)

12 Por desenvolvimento, queremos aqui demarcar uma forma específica de organização econômica da sociedade por meio da qual se busca avançar, material e culturalmente, nos arranjos institucionais de produção, distribuição e apropriação do excedente econômico gerado coletivamente. Para este tema, ver CARDOSO JR., J. C. e BERCOVICI, G. República, Democracia e Desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: Ipea, 2013.

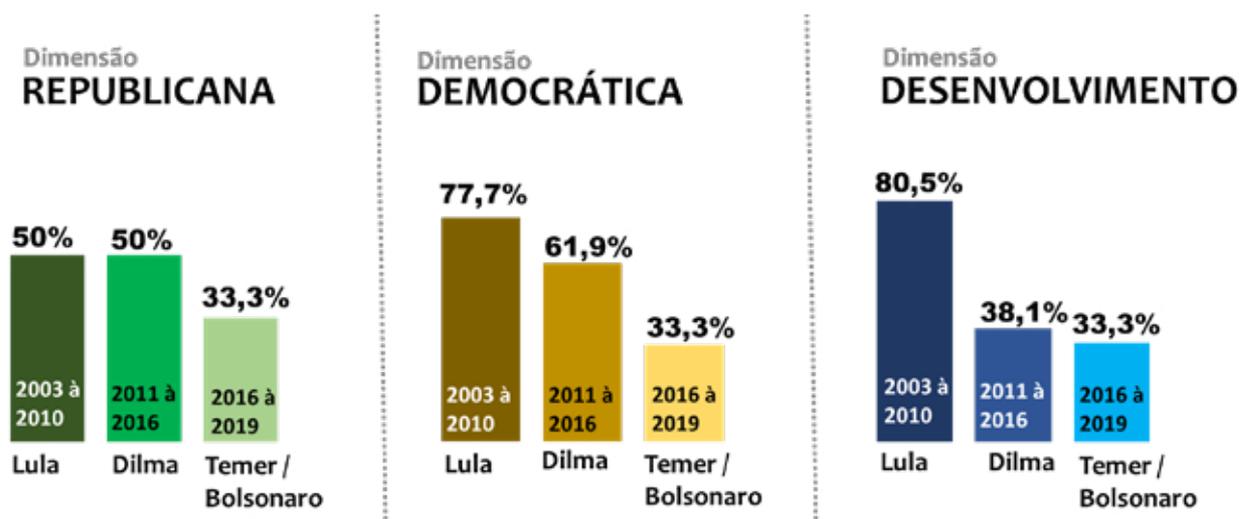
13 Evidentemente, trata-se de uma avaliação aproximada, que usa como parâmetros de pontuação alguns critérios importantes (porém não exaustivos) da configuração de Estados nacionais republicanos, democráticos e desenvolvidos, cujas definições seguem no texto e cujos critérios se listam no quadro 2. Ainda como alerta metodológico, embora a pontuação aplicada de cada quesito a cada governo reflita uma leitura/interpretação pessoal de natureza retrospectiva acerca dos governos findos de Lula, Dilma e Temer e apenas uma projeção subjetiva acerca do governo Bolsonaro, pareceu-nos importante essa confrontação inicial com vistas ao acompanhamento futuro (e ainda comparativo) que se pretende realizar sobre este governo em curso.

	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
1.3 Controle social sobre os 3 poderes (executivo, legislativo e judiciário).	1	1	1	1
1.4 Controle social sobre os meios de comunicação públicos e privados.	1	1	1	1
	50%	50%	33,3%	33,3%
2. Democracia:				
2.1 Democracia representativa (parlamento, congresso nacional).	2	1	1	1
2.2 Democracia participativa (conselhos, conferências, audiências, ouvidorias, fóruns, grupos de trabalho).	3	2	1	1
2.3 Democracia deliberativa (referendos, plebiscitos, iniciativas populares).	2	1	1	1
	77,7%	44,4%	33,3%	33,3%
3. Desenvolvimento:				
3.1 Inserção internacional soberana.	3	2	1	1
3.2 Macroeconomia do desenvolvimento: crescimento, estabilidade, emprego e distribuição de renda.	3	2	1	1
3.3 Estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente integrada.	2	2	1	1
3.4 Infraestrutura econômica (energia, transportes, comunicações), social e urbana (moradia, saneamento, mobilidade).	2	2	1	1

	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
3.5 Sustentabilidade, produtiva, ambiental e humana.	2	1	1	1
3.6 Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades.	3	3	2	1
3.7 Fortalecimento do Estado, das instituições republicanas e da democracia.	2	1	1	1
	80,5%	61,9%	38,1%	33,3%
Totais	29	22	15	14
% sobre total	69%	52,4%	35,7%	33,3%

Fonte: Elaboração própria. Nota: 1 = desempenho ruim; 2 = desempenho médio; 3 = desempenho satisfatório.

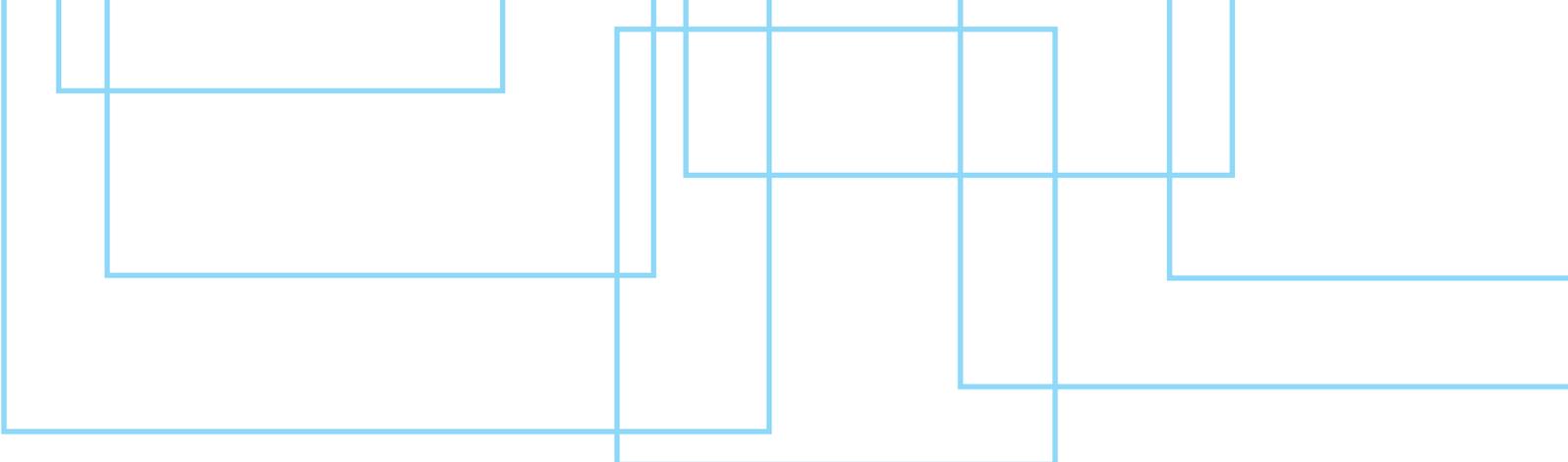
Gráfico 7: Comparativo entre Desempenhos Gerais dos Governos Lula, Dilma, Temer (governos findos) e Bolsonaro (intenções do governo em curso), em termos dos processos de republicanização, democratização e desenvolvimento do Estado, da Sociedade e da Economia brasileira.



Fonte: Quadro 1. Elaboração Própria.

Enquanto as dimensões republicana (cuja pontuação agregada dessa dimensão passa de 50% de realização entre os governos Lula/Dilma para 33,3% nos governos Temer/Bolsonaro), democrática (cuja pontuação passa de 77,7% para 44,4% entre os go-

vernos Lula e Dilma, e para 33,3% deste aos governos Temer e Bolsonaro) vão se enfraquecendo nas passagens de um governo a outro, a dimensão do desenvolvimento sofre um abalo (de 80,5% para 61,9%) entre os governos Lula e Dilma, e um colapso (de 80,5% para 38,1% e 33,3%, respectivamente) na comparação entre os governos Lula/Temer e Lula/Bolsonaro.



PARTE II - FUNDAMENTOS DO ESTADO E DIRETRIZES PARA UMA REFORMA PROGRESSISTA

1. BASES INSTITUCIONAIS PARA UMA REFORMA ADMINISTRATIVA DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL AINDA NO SÉCULO XXI

É preciso afirmar que, sob a égide dos princípios e diretrizes originais da CF-1988, o Brasil poderia ter se transformado, do ponto de vista do protagonismo do Estado nacional em sua relação com o domínio econômico, numa espécie de China do mundo ocidental. Para tanto, é preciso ter claro que:

*“A China decide enfrentar os dis-
sabores da crise financeira anunciando,
em novembro de 2008, um pacote de in-
vestimentos da ordem de US\$ 600 bilhões
a serem executados por imensas empresas
estatais. Empresas tais forjadas em um pro-
cesso de fusões e aquisições, no final da
década de 1990, que resultou no surgimen-
to de 149 conglomerados empresariais es-
tatais. Dados suficientes para demonstrar
que: 1) o país atingiu uma capacidade de
coordenação e socialização do investimen-
to inimaginável para qualquer país capita-
lista; 2) espantosa capacidade financeira de
executar investimentos de qualquer ordem,
fazendo base a novas e superiores formas
de planificação econômica; 3) os conglome-*

rados empresariais estatais conformam-se como o núcleo da consolidação da NFES (Nova Formação Econômica e Social).” [Elias Khalil Jabbour, Alexis Toríbio Dantas, Carlos José Espíndola. Considerações iniciais sobre a “nova economia do projetamento. Florianópolis: Geosul, v. 35, n. 75, p. 17-42, mai./ago. 2020. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v35n75p17>]

Ao invés disso, o Brasil encontra-se, mais uma vez em sua história, diante de desafios e escolhas irreconciliáveis. Ou se submete aos processos de moralização arcaica dos costumes, valores antidemocráticos e criminalização da política, sindicatos e movimentos sociais, ou se levanta e luta. Ou adota o caminho da mediocridade e da subalternidade econômica, política e social, mas também intelectual, moral e cultural, ou se reinventa como nação para reescrever o seu próprio destino histórico.

Este tom de alerta é importante porque para enfrentar tais desafios e lutar por um serviço público de qualidade no Brasil, é preciso ter claro que em todas as experiências internacionais exitosas de desenvolvimento, é possível constatar o papel fundamental do ente estatal como produtor direto, indutor e regulador das atividades econômicas para que essas cumpram, além dos seus objetivos microeconômicos precípuos, objetivos macroeconômicos de inovação e inclusão produtiva e de elevação e homogeneização social das condições de vida da população residente em território nacional.

Para tanto, é necessário constatar haver relação positiva entre o ente estatal, a organização pública e o desenvolvimento inclusivo, relação essa que passa por uma compreensão acurada e uma ação política e governamental consciente acerca das seguintes dimensões relevantes da administração pública federal: i) *estrutura, organização e marcos legais*; ii) *seleção e formação de pessoas*; iii) *interfaces sócio-estatais*; iv) *interfaces federativas*; v) *interfaces entre poderes*; vi) *arrecadação, financiamento, orçamentos e gastos públicos*; vii) *planejamento, regulação, gestão e controle*. Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do peso e papel que o Estado deve possuir e desempenhar no campo do desenvolvimento brasileiro no século XXI.

Ademais, se é verdade que o desenvolvimento brasileiro no século XXI deve ser capaz de promover, de forma republicana e democrática: i) *governabilidade e governança institucional*; ii) *sobrerania, defesa externa, segurança interna e integração territorial*; iii) *infraestrutura econômica, social e urbana*; iv) *produção, inovação e proteção ambiental*; v) *promoção e proteção social, direitos humanos e oportunidades adequadas à toda população residente*, então o desenho organizacional do Estado brasileiro deve possuir tantas carreiras estratégicas quanto as necessárias para atender a essas grandes áreas de atuação governamental.

Neste sentido, há cinco fundamentos históricos da ocupação no setor público, presentes em maior ou menor medida nos Estados nacionais contem-

porâneos, que precisam ser levados em consideração para uma boa estrutura de governança e por incentivos corretos à produtividade e ao desempenho institucional satisfatório ao longo do tempo. São eles: i) *estabilidade na ocupação*, idealmente conquistada por critérios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social, visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador; ii) *remuneração adequada e previsível* ao longo do ciclo laboral; iii) *qualificação elevada e capacitação permanente* no âmbito das funções precípuas dos respectivos cargos e organizações; iv) *cooperação* – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público; e v) *liberdade de organização e autonomia de atuação sindical*. Desta maneira, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho difícil, mas necessário, de profissionalização da burocracia pública ao longo do tempo. Não há, portanto, choque de gestão algum que supere ou substitua o acima indicado.

Por isso, uma verdadeira política nacional de recursos humanos no setor público deve ser capaz de promover e incentivar a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de ciclo laboral no setor público, algo que envolve as seguintes etapas interligadas organicamente: i) *seleção*; ii) *capacitação*; iii) *alocação*; iv) *remuneração*;

v) *progressão*; vi) *aposentação*. Ademais, deve atentar para fatores que realmente garantem ganhos de produtividade e de desempenho institucional no Setor Público: i) *ambiente de trabalho*; ii) *incentivos não pecuniários e técnicas organizacionais*; iii) *trilhas de capacitação permanente*; iv) *critérios para avaliação e progressão funcional*; v) *remuneração adequada e previsível*; vi) *critérios justos para demissão*; vii) *condições de realização dinâmica e retroalimentação sistêmica* entre as dimensões citadas. Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do ciclo laboral no setor público e suas relações com os temas e objetivos da produtividade e do desempenho institucional do Estado brasileiro no século XXI.

Tudo somado, cabe então perguntar: quais as bases institucionais e políticas para um serviço público de qualidade no Brasil? Não deve haver dúvida de que a resposta passa pela *republicanização* e pela *democratização* das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais, com *planejamento governamental participativo, gestão pública democrática, controles burocráticos do Estado voltados para a transparência dos processos decisórios, efetividade das ações públicas e institucionalização da participação social em todas as etapas dos circuitos decisórios das políticas públicas*. Para tanto, a reforma tributária necessária deve ser *progressiva na arrecadação e redistributiva no gasto*. Ademais, há que se promover a refundação democrática das organizações político-partidárias e a criação de novos mecanismos de repre-

sentação e deliberação coletivas. É preciso um *combate sem tréguas aos privilégios, à injustiça e à corrupção, aliado a medidas de profissionalização e valorização da ocupação no (e do) serviço público*, tais que uma verdadeira política de recursos humanos esteja ancorada e seja inspirada pelos valores e princípios da república, da democracia e do desenvolvimento nacional.

Em suma: hoje em dia, por meio das entidades representativas dos servidores, o Brasil possui o mais completo estoque potencial de conhecimentos sobre as estruturas e as formas de funcionamento da administração pública federal brasileira. Seja por meio de estudos técnicos que elas produzem, seja simplesmente pelo conhecimento tácito que os servidores possuem sobre o cotidiano de virtudes e problemas do Estado, o fato é que somos nós, os próprios servidores públicos, os que mais têm condições teóricas e práticas de produzir a melhor explicação situacional possível e as mais adequadas e aderentes proposições ou soluções para os problemas de desenho organizacional e de desempenho institucional do governo federal.

Em parceria com o Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), a Afipea-Sindical (Associação e Sindicato Nacional dos Funcionários do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) tem trabalhado praticamente todos os temas da Reforma Administrativa, razão pela qual julgamos pertinente lançar a público uma série de documentos chamados

Cadernos da Reforma Administrativa (<http://afipeasindical.org.br/noticias/cadernos-sobre-reforma-administrativa/>), com intuito de qualificar o debate junto ao governo, parlamento, mídia, academia etc.

Os assuntos que compõem os Cadernos da Reforma Administrativa estão sendo debatidos e produzidos sob a constatação de que a dimensão fiscal que vem orientando todo o conjunto de propostas e discursos governamentais sobre o tema (vide PECs 186, 187 e 188) é claramente insuficiente, diria mesmo, contraproducente, para uma compreensão e solução adequadas acerca dos problemas que de fato estão presentes da administração pública federal brasileira. Desta maneira, os Cadernos da Reforma Administrativa percorrem alguns dos principais aspectos que deveriam compor o centro de qualquer reforma que de fato se pretenda voltada à racionalização da estrutura estatal e à melhoria do desempenho institucional agregado do setor público brasileiro, medido este não apenas pelo critério rápido e fácil da eficiência do gasto público, mas principalmente pelos critérios da eficácia e efetividade da ação pública. Afinal de contas, ao Estado importa ser agente capaz e ativo no enfrentamento e resolução dos grandes problemas nacionais, tendo sempre como destino final a melhoria das condições de vida da população e a projeção do Brasil como nação livre, soberana, sustentável, igualitária, democrática, justa etc. A reforma que importa fazer avançar, portanto, é a aquela que tenha no fortalecimento das funções so-

ciais de Estado e na valorização e profissionalização dos servidores públicos um de seus eixos principais.

2. FUNDAMENTOS E DIRETRIZES DA OCUPAÇÃO E DO DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO NO BRASIL

Seja por desconhecimento ou má-fé, há vários aspectos negligenciados no debate sobre a reforma administrativa do setor público brasileiro, fato este que torna indispensável prover insumos para uma discussão mais transparente e qualificada sobre as razões teóricas e históricas acerca de temas tão complexos e intrincados quanto os da *estabilidade, remuneração, capacitação, cooperação e representação* no setor público, todos esses, fundamentos da ocupação e do próprio desempenho da força de trabalho a mando do Estado e a serviço da sociedade.

Tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) quanto na Constituição Federal Brasileira (1988), o *direito ao trabalho digno* (ou trabalho decente, conforme a Organização Internacional do Trabalho - OIT), aparece como elemento central e estruturante da sociedade. Neste sentido, ao falarmos do tema emprego público, estamos na realidade falando de parcela de postos de trabalho criados por decisão e demanda política do Estado, com vistas tanto a uma ocupação institucional

condizente, proporcionada pelo poder público, como visando incrementar uma das capacidades estatais fundamentais na contemporaneidade, para colocar em marcha políticas públicas de vários tipos e abrangências.

Desta feita, o emprego público tende a ser não apenas um emprego de qualidade e dignidade elevadas no espectro total de ocupações em uma sociedade emergente como a brasileira, como ainda se reveste de atribuições e competências algo distintas daquelas que prevalecem no mundo das contratações privadas. De um lado, tende a ser uma ocupação de qualidade relativa elevada, porque sendo o Estado o empregador em primeira instância, há obviamente a necessidade de que se cumpram todos os requisitos legais e morais mínimos à contratação e manutenção desses empregos sob sua custódia e gestão. Requisitos esses que dizem respeito, basicamente, às condições gerais de *uso* (jornada padrão), *remuneração* (vencimentos equânimes), *proteção* (saúde, segurança e seguridade nas fases ativa e pós-laboral), *representação* (sindicalização e demais direitos consagrados pela OIT) e *acesso à justiça* contra arbitrariedades porventura cometidas pelo Estado-empregador.

De outro lado, há distinções claras relativamente aos empregos do setor privado, dada a natureza pública dessas ocupações que se dão a mando do Estado e a serviço da coletividade, cujo objetivo último não é a produção de lucro, mas sim a produção de cidadania e bem-estar social. O emprego público não

está fundado – conceitual e juridicamente – em relações contratuais tais quais aquelas que tipificam as relações de assalariamento entre trabalhadores e empregadores no mundo privado. Ao contrário, o servidor público estatutário possui uma relação de deveres e direitos com o Estado-empregador e com a própria sociedade, ancorada desde a CF-1988 no chamado Regime Jurídico Único (RJU).

Cabe destacar, em particular, cinco fundamentos históricos do emprego público, presentes em maior ou menor medida nos Estados Nacionais contemporâneos, a saber:

Estabilidade na ocupação, idealmente conquistada por critérios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social, visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador;¹⁴

Remuneração adequada e previsível ao longo do ciclo laboral;

Qualificação elevada e capacitação permanente no âmbito das funções precípua dos respectivos cargos e organizações; e

Cooperação – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público.

Liberdade e autonomia associativa e sindical, no que tange tanto às formas de (auto) organização e funcionamento dessas entidades, como no que se refere às formas de representação, (auto)financiamento e prestação de contas junto aos próprios servidores e à sociedade de modo geral.

Uma referência possível para enquadrar histórica e teoricamente tais dimensões e questões pode ser visto no quadro-resumo a seguir.

14 Como sabemos, o critério weberiano-meritocrático de seleção de quadros permanentes e bem capacitados (técnica, emocional e moralmente) para o Estado depende de condições objetivas ainda longe das realmente vigentes no Brasil, quais sejam: ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social. Apenas diante de tais condições é que, idealmente, o critério meritocrático conseguiria recrutar as pessoas mais adequadas (técnica, emocional e moralmente), sem viés dominante ou decisivo de renda, da posição social e/ou da herança familiar ou influência política.

Quadro 6: Atributos intrínsecos da ocupação para desempenho institucional adequado do setor público e seus contrários de natureza liberal-gerencialista.

Fundamentos Históricos dos Estados Nacionais	Burocracias Especializadas	Atributos Intrínsecos para desempenho institucional adequado	Receituário Liberal Gerencialista
Monopólio da representação externa	Diplomacia	<ul style="list-style-type: none"> .Estabilidade e proteção contra arbitrariedades. .Remuneração adequada e previsível. .Qualificação elevada e capacitação permanente. .Cooperação interpessoal e intra/inter organizacional. 	<ul style="list-style-type: none"> .Flexibilidade quantitativa por meio da possibilidade de demissão. .Remuneração flexível e bônus por desempenho. .Responsabilização individual pela capacitação e progressão. .Competição interpessoal e concorrência intra/inter organizacional.
Monopólio do uso da força física	Forças Armadas, Forças Policiais, Poder Judiciário	<ul style="list-style-type: none"> .Estabilidade. .Remuneração. .Qualificação. .Cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> .Flexibilidade quantitativa. .Remuneração flexível. .Responsabilização individual. .Competição interpessoal.
Monopólio da formulação e implementação das leis	Parlamento: classe política e burocracia parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> .Estabilidade. .Remuneração. .Qualificação. .Cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> .Flexibilidade quantitativa. .Remuneração flexível. .Responsabilização individual. .Competição interpessoal.

Fundamentos Históricos dos Estados Nacionais	Burocracias Especializadas	Atributos Intrínsecos para desempenho institucional adequado	Receituário Liberal Gerencialista
Monopólio da implementação e gestão da moeda	Burocracia econômica: emissão e gestão monetária e funções derivadas	<ul style="list-style-type: none"> .Estabilidade. .Remuneração. .Qualificação. .Cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> .Flexibilidade quantitativa. .Remuneração flexível. .Responsabilização individual. .Competição interpessoal.
Monopólio da tributação / arrecadação	Fisco: fiscalização, arrecadação e funções derivadas, tais como orçamentação, planejamento, gestão, controle.	<ul style="list-style-type: none"> .Estabilidade. .Remuneração. .Qualificação. .Cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> .Flexibilidade quantitativa. .Remuneração flexível. .Responsabilização individual. .Competição interpessoal.

Fonte: Elaboração própria.

Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do ciclo laboral no setor público e suas relações com os temas e objetivos da produtividade e do desempenho institucional do Estado brasileiro no século XXI. Em outras palavras, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho difícil, mas necessário, de profissionalização da burocracia pública ao longo do tempo, para a qual importa, sobremaneira, os atributos acima enunciados.

Pois bem, devido ao escopo e complexidade de cada um dos temas, na sequência abaixo vamos dedicar atenção específica a cada um deles.

3. ESTABILIDADE FUNCIONAL DOS SERVIDORES NOS CARGOS PÚBLICOS

Começando pelo tema da estabilidade funcional dos servidores nos cargos públicos, é preciso ter claro que ela remonta a uma época na qual os Estados nacionais, ainda em formação, precisaram, para sua própria existência e perpetuação (isto é, consolidação interna e legitimação externa) transitar da situação de recrutamento mercenário e esporádico para uma situação de recrutamento, remuneração, capacitação e cooperação junto ao seu corpo funcional. Este, gradativamente, foi deixando de estar submetido exclusivamente às ordens feudais e reais, para assumir, crescentemente, *funções estatais permanentes e previsíveis* em tarefas ligadas, portanto, às chamadas funções inerentes dos Estados capitalistas modernos e contemporâneos.

Tais funções, estruturantes dos Estados atuais, e posteriormente outras funções derivadas das novas, complexas e abrangentes áreas de atuação governamental da modernidade, foram surgindo e exigindo respostas tão estruturadas quanto possíveis da coletividade e seus respectivos governos. Sejam finalísticas, tais como no campo das políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento territorial, setorial e produtivo, financeiro, regulatório, ambiental etc., como aquelas tipicamente administrativas, dentre as quais as de orçamentação, planejamento, gestão, regulação, controle etc., estão

todas dotadas desse mesmo atributo original e essencial, qual seja, o da *indispensabilidade da estabilidade* do corpo funcional do Estado como forma de garantia da provisão permanente e previsível das respectivas funções nos territórios sob suas jurisdições e populações.

Olhando da perspectiva histórica, Prazeres (mimeo, s/d), esclarece que: *“Este modelo possui como princípios a profissionalização, a organização dos servidores em carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo. Este tipo de administração pública foi desenvolvido com o objetivo de distinguir o público do privado e, também, separar o político do administrador.”* (s/pg). E complementa Silva (mimeo, s/d): *“O Princípio da Estabilidade nasceu nos Estados Unidos para barrar um costume desumano e imoral, sem contar o fato de que baniu completamente a democracia da Administração Pública, em virtude da usual e costumeira troca de governantes no Poder Público de partidos políticos influentes, os Democratas e os Republicanos. Diante desse panorama antidemocrático em que viviam os cidadãos estadunidenses, onde os servidores eram sumariamente demitidos, quando considerados contrários ou desnecessários ao atual governo que buscava se cercar apenas de seus partidários. Tais atitudes causavam total desalinhamento na prestação do serviço público, afetando a credibilidade do governo, e causando injustiças tanto aos servidores quanto aos administrados. Dessa forma, buscando atender ao interesse coletivo idealizou-se o instituto da estabilidade, almejando alcançar proteção aos cidadãos na prestação das ati-*

vidades essenciais da Administração.” No Brasil, consolidou-se a estabilidade do servidor público com a Lei nº 2.924 de 1915. Constitucionalmente, a estabilidade foi recepcionada em 1934, e de lá para cá tem sido mantida em todas as Constituições, até na ainda vigente de 1988.

O inverso disso, ou seja, o receituário liberal-gerencialista em defesa da flexibilidade quantitativa como norma geral, por meio da possibilidade de contratações e demissões rápidas e fáceis no setor público, insere os princípios da rotatividade e da insegurança radical não apenas para os servidores, que pessoalmente apostaram no emprego público como estratégia e trajetória de realização profissional, como também introduz a insegurança na sociedade e no mercado pelas dúvidas e incertezas na capacidade do Estado em manter a provisão de bens e serviços públicos de forma permanente e previsível ao longo do tempo. Portanto, permanência e previsibilidade são duas características fundamentais das políticas públicas e da própria razão de existência e legitimação política do Estado, algo que apenas pode estar assegurado por meio da garantia da estabilidade e da proteção do seu corpo funcional, além de outros fatores.

Diante do exposto, entende-se melhor porque é que a ocupação no setor público veio, historicamente, adotando e assumindo a forma meritocrática como critério fundamental de seleção e acesso, mediante concursos públicos e sob a guarida de um regime estatutá-

rio e jurídico único (RJU), como no caso brasileiro desde a CF-1988. Sabemos que o critério weberiano-meritocrático de seleção de quadros permanentes e bem capacitados (técnica, emocional e moralmente) para o Estado depende de condições objetivas ainda longe das realmente vigentes no Brasil, quais sejam: ambiente geral de homogeneidade socioeconômica, republicanismo político e democracia social.

O ambiente geral de homogeneidade econômica e social é condição necessária para permitir que todas as pessoas aptas e interessadas em adentrar e trilhar uma carreira pública qualquer, possam disputar, em máxima igualdade possível de condições, as vagas disponíveis mediante concursos públicos, plenamente abertos e acessíveis a todas as pessoas aptas e interessadas. Por sua vez, o republicanismo político e a democracia social implicam o estabelecimento de plenas e igualitárias informações e condições de acesso e disputa, não sendo concebível nenhum tipo de direcionamento político-ideológico nem favorecimento pessoal algum, exceto para aqueles casos (como as cotas para pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais, e as cotas para gênero e raça) em que o objetivo é justamente compensar a ausência ou precariedade histórica de homogeneidade econômica e social entre os candidatos a cargos públicos.

Apenas diante de tais condições é que, idealmente, o critério meritocrático conseguiria recrutar as pessoas mais

adequadas (técnica, emocional e moralmente), sem viés dominante ou decisivo de renda, da posição social e/ou da herança familiar ou influência política. De todo modo, mesmo assim se evita, justamente, que sob qualquer tipo de comando tirânico ou despótico (ainda que “esclarecido”), se produza qualquer tipo de partidarização ou aparelhamento absoluto do Estado. No caso brasileiro, sob as regras vigentes desde a CF-1988, há garantia total de pluralidade de formações, vocações e até mesmo de afiliações políticas, partidárias e ideológicas dentro do Estado nacional, bem como garantia plena do exercício de funções movidas pelo interesse público universal e sob controle tanto estatal-burocrático (Lei nº 8.112/1990 e controles interno e externo dos atos e procedimentos de servidores e organizações) como controle social direto, por meio, por exemplo, da Lei de Acesso a Informações (LAI), entre outros mecanismos.¹⁵

15 Marcos legais que passaram a sustentar iniciativas de participação pró-transparência no governo brasileiro: i) Lei Complementar nº 131/2009, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal; ii) Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011); iii) Decreto nº 7.507/2011, voltado a transferências intergovernamentais; iv) Política federal de Dados Abertos (Decreto nº 8.777/2016). Além dessas, no campo da transparência e do combate à corrupção, houve empoderamento dos órgãos de fiscalização e controle, que ganharam autonomia operacional, e leis sem as quais seria impossível identificar, denunciar e punir assaltos aos cofres públicos, assim como realizar operações como a Lava Jato, consórcio entre Ministério Público Federal, Justiça Federal e Polícia Federal. Estão entre essas leis, todas incorporadas ao ordenamento jurídico nos últimos dez anos, as seguintes: i) Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como Lei Capiberibe); ii) Lei de Captação de Sufrágio, que aceita a evidência do dolo para efeito de cassação de registro e de mandato (Lei nº 12.034/2009);

Por sua vez, os demais atributos intrínsecos da ocupação no setor público, quais sejam: a remuneração adequada e previsível ao longo do ciclo laboral, a qualificação elevada e a capacitação permanente no âmbito das funções pre-cípua dos respectivos cargos e organizações, a cooperação interpessoal e intra/inter organizacional como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público, todos eles, derivam precisamente do atributo primordial da estabilidade do corpo funcional, e serão oportunamente tratados nos demais artigos dessa série.

4. REMUNERAÇÃO ADEQUADA E PREVISÍVEL AO LONGO DO CICLO LABORAL

A remuneração adequada e previsível no tempo é condição de segurança financeira e de estabilidade emocional dos servidores, fatores necessários a qualquer pessoa inserida em uma relação de trabalho que apenas existe e se realiza em função do Estado, em favor da coletividade e em caráter permanente.

iii) Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010); iv) Atualização da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.683/2011); v) Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013); vi) Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, ou Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013); vii) Lei da Delação Premiada, ou a lei que trata de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); e viii) Emenda Constitucional do voto aberto na cassação de mandatos e apreciação de vetos (E. C. nº 76/2013). A respeito, ver análises em cartilhas e documentos do DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Desta maneira, ela precisa ser adequada e previsível não apenas para que o servidor goze de segurança financeira e estabilidade emocional no desempenho de suas funções, dificultando ao máximo que ele possa sofrer qualquer tipo de assédio moral, captura externa, tentativa de extorsão ou qualquer outro tipo de corrupção, como que ele tenha que de suas funções precípuas se dispersar, prejudicando com isso o seu desempenho profissional no cargo público e, por extensão, o desempenho institucional satisfatório da sua organização junto à população.

É claro que tais fatores são também importantes para as relações capital-trabalho no mundo dos negócios, razão pela qual o processo histórico de regulação social do trabalho incorporou tais temas na defesa de contratos por tempo indeterminado, remunerações mínimas garantidas, pletora de benefícios e direitos laborais e sociais, negociações coletivas, direito de greve, acesso à justiça etc. Porém, diferentemente da ocupação no setor público, as ocupações no setor privado, mesmo aquelas contratadas sob o amparo das leis de proteção laboral e social ainda vigentes, estão mais fortemente sujeitas aos ciclos econômicos e às discricionariedades e – por vezes – arbitrariedades dos empregadores. No mundo dos negócios, reinam – infelizmente de modo quase naturalizado nas sociedades capitalistas contemporâneas, sobretudo naquelas subdesenvolvidas como a brasileira – relações assimétricas e muitas vezes desumanas de poder, razão pela qual a regulação pú-

blica (externa e coercitiva) exercida pelo Estado, por meio do sistema de justiça, sobre as relações capital-trabalho, é tão necessária, ainda que insuficiente, para mitigar ou contra arrestar as tendências abusivas, predatórias ou socialmente injustas que em geral as caracterizam.

Já no âmbito estatal, lugar por excelência da esfera pública, as relações laborais não são do tipo capital-trabalho, são relações estatutariamente assentadas no pressuposto da igualdade formal e real entre indivíduos e destes com o Estado-empregador, ente que representa a própria sociedade coletivizada. Nem por isso, como se sabe, prescindem de praticamente os mesmos direitos e deveres consagrados ao emprego assalariado típico, e também de semelhantes aparatos burocráticos de justiça, defesa e garantia de direitos em suas relações com o Estado-empregador.

Diante do exposto, fica clara a razão pela qual a proposta liberal-gerencialista de transformar a remuneração (fixa, adequada e previsível) do servidor público em uma remuneração flexível, contendo uma parte fixa mínima e outra variável, remunerada na forma de bônus extra por desempenho individual, afronta os princípios supracitados da segurança financeira e da estabilidade emocional.

Uma vez implementadas no setor público, propostas de remuneração flexível tenderão a fazer aumentar – *ao invés de diminuir!* – a insegurança financeira e a instabilidade emocional dos servidores

afetados, deixando-os mais expostos a vivenciarem situações de assédio moral, captura externa, tentativas de extorsão ou qualquer outro tipo de corrupção ativa ou passiva no desempenho de suas funções. Deste modo, ao invés de estimular um maior e melhor desempenho individual, ou incrementar a produtividade própria ou organizacional, medidas dessa natureza tenderão, na verdade, a acirrar a competição interna e a deteriorar as condições pessoais e coletivas de sanidade e salubridade no ambiente de trabalho.

No setor público, pela simples razão de que critérios privados ou meramente técnicos não podem ser transpostos automaticamente para o setor público, o aumento da competição laboral interna, ainda que possa redundar em maiores indicadores de produtividade individual, raramente significará melhores condições de sanidade e salubridade em locais de trabalho que primam pela cooperação como fundamento da ação coletiva, nem tampouco significará maior eficiência, eficácia ou efetividade da ação pública de modo geral.

Metodologicamente, dadas as imensas diferenças qualitativas que existem entre as funções de natureza pública (cuja razão última é de índole sócio-política) e as de motivação privada (cuja razão última é de índole econômica, mais facilmente quantificável e mensurável), e sendo difícil identificar e isolar as variáveis relevantes mínimas necessárias ao cômputo da produtividade (individual ou agregada) no setor público, conclui-se

que *as propostas liberais-gerencialistas são, como um todo, incompatíveis com a essência pública do Estado e suas necessidades de planejamento, gestão e administração.*

Diferenciais de remunerações e recomendações para enfrentar o problema.

No que toca às remunerações no setor público brasileiro, em particular frente às do setor privado, é importante considerar, idealmente, ocupações equivalentes, nos mesmos municípios ou meso regiões, com atributos demográficos e setoriais semelhantes, para comparar os salários de ambos os setores de atividade. Ao fazer isso,¹⁶ algumas coisas ficam mais claras, por exemplo:

- Há perfis ocupacionais não comparáveis entre setores público e privado, com destaque para os ocupados com a defesa nacional, com o funcionamento do judiciário, com a segurança pública,

16 Veja-se a respeito os seguintes textos:

Por uma Reforma Administrativa Republicana, Democrática e Desenvolvimentista: qualificando o debate sobre os diferenciais de remuneração entre setores público e privado no Brasil, de autoria de Sandro Sacchet de Carvalho. Brasília: Nota Técnica Afipea-35, n. 5, junho de 2020. <http://afipeasindical.org.br/content/uploads/2020/06/NT-Afipea-35-5-Sando-Sacchet.pdf>; e

Heterogeneidade do Diferencial Salarial Público-Privado, de autoria de Joana Simões de Melo Costa, Fernando Gaiger Silveira, Bruna de Souza Azevedo, Sandro Sacchet de Carvalho e Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa. Rio de Janeiro: Boletim do Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Ipea, n. 86, abril 2020. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadode-trabalho/200519_bmt68_nota_tecnica_a1.pdf.

bem como os ligados à produção de ciência básica e à geração de informações primárias e administrativas, todas funções públicas para as quais simplesmente não há correspondência, para comparação adequada, no setor privado;

- A análise dos dados do funcionalismo público, seja por meio do Atlas do Estado Brasileiro, seja pelas pesquisas amostrais (PNAD-C) do IBGE, revelam uma imensa heterogeneidade entre as ocupações e suas remunerações, o que é camuflado ao se cotejar somente as médias salariais entre empregados públicos e privados, de modo descontextualizado;

- Vale notar que, excetuando algumas ocupações, como as acima citadas, trabalhadores de nível médio no serviço público não são mais bem remunerados que trabalhadores de mesmo perfil no setor privado; eles apenas são trabalhadores não tão precarizados como aqueles. Mas mesmo no setor público, já há um processo de precarização em curso, com o crescimento dos trabalhadores sem carteira no seio do funcionalismo, mormente em âmbito municipal, fenômeno provavelmente associado a estratégias de ocupação (via cooperativas, terceirizações e pejotização) que não possam ser computadas para fins das regras fiscais (despesas com pessoal) impostas pela LRF;

- Já para aquela parte das ocupações que pode ser considerada comparável entre setores público e privado, são os servidores da esfera federal, pela ordem dos poderes Judiciário, Legislativo

e Executivo, aqueles com maior escolaridade (nível superior completo) e os servidores em ocupações associadas à administração pública e à área jurídica os que apresentam maior prêmio salarial, ao compará-los com trabalhadores do setor privado com características sócio-ocupacionais similares;

- Desta forma, pode-se dizer que o hiato salarial favorável ao setor público, nos casos acima citados em que isso acontece, se deve a diferenças nas características observadas (tais como escolaridade, idade e produtividade), bem como a determinantes de ordem não estritamente econômica, relacionadas a funções de Estado de caráter permanente e intransferíveis, cujas ocupações devem possuir baixa rotatividade e cujas remunerações, portanto, devem possuir nível adequado e estável (ou menos oscilante) em termos reais ao longo dos ciclos econômicos;

- Por fim, considerando-se a imensa heterogeneidade na distribuição do prêmio salarial do funcionalismo público como um todo, propostas de ajustes paramétricos com vistas a reduzir ou eliminar tal distinção podem ter efeitos pouco expressivos na desigualdade geral de rendimentos, além de negativos no crescimento econômico, pela redução da demanda final de bens e serviços que tal equalização para baixo produziria.

Tudo somado, há sim que se promover mudanças no sentido da diminuição dos hiatos salariais entre setores público e privado, mas para tanto,

as conclusões dos estudos aqui citados apontam na direção de abordagem dupla. Por um lado, é fundamental recuperar e reativar uma perspectiva (governamental, empresarial e sindical) e políticas públicas de maior e melhor regulação e reestruturação dos mercados privados de trabalho, no sentido de se buscar menores taxas de desemprego e informalidade, assim como maiores taxas de produtividade e recomposição salarial, inscritas em trajetórias de recuperação do crescimento econômico em bases mais sustentáveis dos pontos de vista produtivo, ambiental e humano.

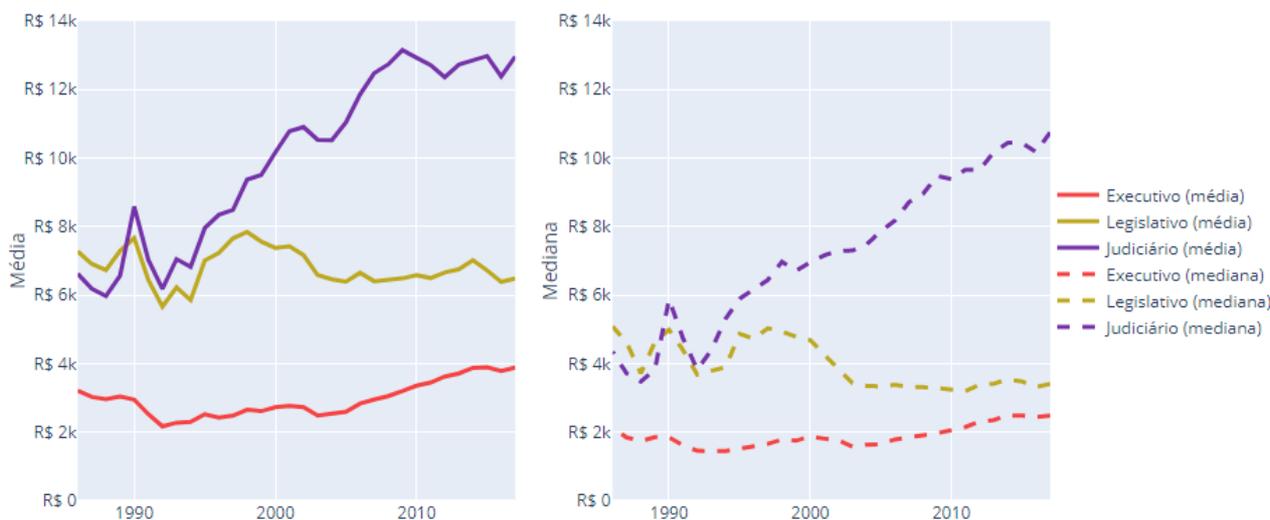
Por outro lado, é fundamental realizar ajustes remuneratórios no setor público, levando em consideração os determinantes e as especificidades presentes em cada nível federativo de governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como atentando para as situações discrepantes em cada poder da União (Judiciário, Legislativo e Executivo). Por exemplo: a maioria dos problemas remuneratórios discrepantes poderia ser resolvido simplesmente aplicando-se, sem exceções, o teto remuneratório do setor público a cada nível da federação e poder da república. Além disso, é preciso eliminar ou diminuir drasticamente os adicionais de remuneração que muitas vezes se tornam permanentes em vários casos, distorcendo para cima os valores efetivamente pagos a uma minoria de servidores e funções privilegiadas. Isso para dizer que os problemas de remuneração, alardeados pela atual área econômica do governo por meio da grande mídia e base parlamentar, são a exceção

e não a regra dentro do funcionalismo público, em qualquer recorte analítico que se queira utilizar.

Em suma: deve-se ter presente as particularidades e, em grande medida, a insubstituíbilidade do emprego público pelo emprego privado na grande maioria das situações e ocupações que envolvem a formulação, implementação, gestão, fiscalização, controle etc. das políticas públicas. Daí que a própria estabilidade funcional dos servidores públicos, por exemplo, presente em boa parte das democracias no mundo, assegura a independência dos funcionários frente à pressão política, garante a continuidade intergeracional na prestação dos serviços e permite o planejamento das carreiras públicas e seu aprimoramento permanente ao longo do tempo.

Indo aos dados, vemos que para o conjunto do Poder Executivo, a sua remuneração média mensal, considerando os três níveis federativos, aumentou em termos reais, de R\$ 3,3 mil em 1986 para R\$ 3,9 mil em 2017, o que representa um aumento médio real de 0,56% ao ano e aumento real acumulado de apenas 17% em 30 anos. A remuneração mediana foi bem menor, passando de R\$ 2,2 mil para R\$ 2,6 mil. Em geral, de 1986 até 1992 os salários médios caíram, possivelmente na esteira das sucessivas crises econômicas, inflação elevada e políticas do governo Collor. A partir de 1994, as remunerações no Executivo federal e municipal apresentaram tendência de crescimento, mas nos estados ela foi interrompida em 2014 (cf. gráfico abaixo).

Gráfico 8: Evolução Real da Remuneração Média, por Poder da União (1986-2017).



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA.

No Executivo Federal, o crescimento da remuneração teve início de modo mais consistente a partir de 1997, perdurando até 2010, quando se inicia trajetória de redução. Nesse Poder, a remuneração média real passou de R\$ 4.800 em 1986 para algo como R\$ 8.500 em 2017, um aumento médio real de 1,8% ao ano. No Executivo Estadual, a remuneração média real passou de R\$ 3.600 para R\$ 4.600, entre 1986 e 2017, com aumento médio anual real de 0,8%. Já no Executivo Municipal, a remuneração média real passou de R\$ 2.000 para R\$ 2.800 no mesmo período, com aumento médio real de 1,1% ao ano.

A remuneração média mensal para o conjunto do Poder Legislativo, também considerando os três níveis federativos, caiu neste período. Em 1986, ela foi de R\$ 7,3 mil e, em 2017, foi de R\$ 6,0 mil, o que representa redução acumulada equivalente a 11%. Por sua vez, a remuneração média mensal para o conjunto do Poder Judiciário, nos níveis federal e estadual, aumentou de R\$ 6,6 mil para R\$ 12 mil, no mesmo período. O crescimento médio anual real foi de 2,1% e o crescimento real acumulado foi de 82%, o maior de todos os três poderes da União. Vê-se, portanto, que as remunerações do Poder Judiciário são superiores às do Poder Legislativo, que são superiores às remunerações do Poder Executivo. Essa diferença positiva a favor do Poder Judiciário aumentou a partir de meados dos anos 1990, mantendo-se elevada desde então.

Em termos federativos, as remunerações médias mensais no nível Federal, considerando os três poderes da União juntos, são superiores aos demais níveis. Aumentaram, em termos reais, de R\$ 4,9 mil em 1986 para R\$ 9 mil em 2017, o que representou um aumento médio real anualizado de 1,9% e crescimento acumulado

de 84% em 30 anos. No nível Estadual, a remuneração média mensal passou de R\$ 3,6 mil para R\$ 5 mil em termos reais no mesmo período. Esta evolução representou um crescimento médio anual de 1% e aumento real acumulado de 39%, considerando o conjunto dos três poderes nesse nível federativo. Por fim, no nível Municipal, a remuneração mensal média passou de R\$ 2 mil para R\$ 2,9 mil em termos reais, o que representou crescimento médio de 1,2% ao ano e aumento real acumulado de 45% para o conjunto das remunerações dos poderes executivo e legislativo em nível municipal.

Portanto, num país heterogêneo e desigual como o Brasil, não surpreende que as remunerações mensais médias, por níveis da Federação e poderes da União, variem por grandes regiões e também pelos respectivos estados e municípios. No conjunto do setor público, a região Centro-Oeste possui a maior remuneração média, puxada pela presença da capital federal que concentra grande parte da burocracia de nível federal do país. Essa região vem seguida pelas regiões Sul e Sudeste, com valores próximos entre si, e depois as regiões Norte e Nordeste. Embora diferentes entre si, os valores seguem sempre as mesmas trajetórias, que são de tendência ao decréscimo até 1992, um período de leve crescimento até 2003 e, desde então, até 2014, crescimento continuado. Depois, estabilidade até 2017.

Já do ponto de vista das remunerações dos vínculos públicos municipais,

vemos que as maiores remunerações estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul. Na média da série histórica estudada, essas remunerações foram de, respectivamente, R\$ 2.500 e R\$ 2.200. Em seguida, a região Centro-Oeste (média de R\$ 1.800), Norte (média de R\$ 1.600) e Nordeste (média de R\$ 1.300).

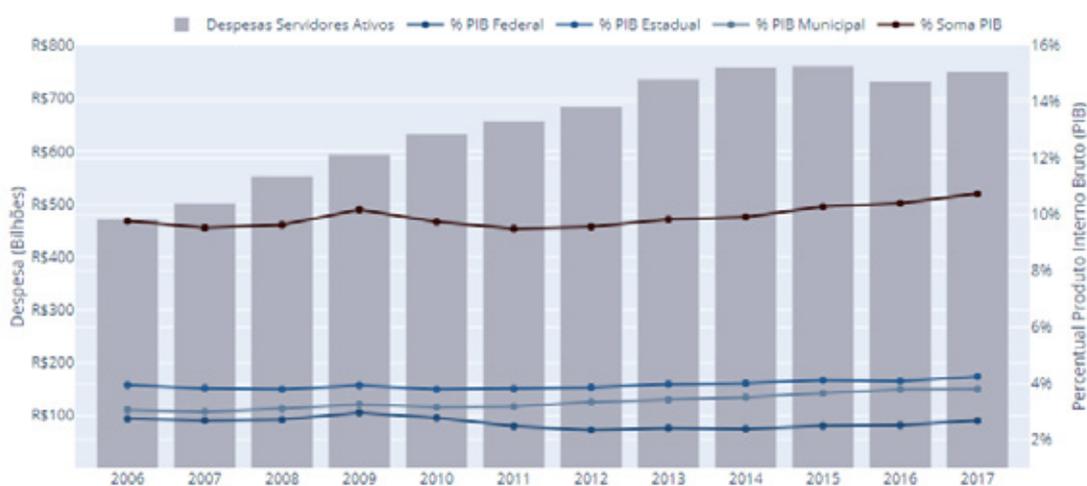
Quando comparadas as remunerações do Poder Executivo municipal com as remunerações do setor privado nacional, constata-se que setores público e privado apresentam remunerações próximas ou equivalentes. De acordo com o IBGE, a remuneração média do trabalho principal no setor privado nacional foi da ordem de R\$ 2,1 mil em 2018. Enquanto as remunerações no setor público municipal das regiões Sudeste e Sul estão ligeiramente acima das remunerações no setor privado nacional, ocorre o inverso quando se olham os respectivos valores das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Esta constatação fática demonstra que estão metodologicamente equivocadas as comparações genéricas recorrentemente feitas por organismos internacionais, grande mídia e até mesmo pela área econômica do governo federal acerca da suposta discrepância absoluta entre remunerações do setor público e privado no Brasil. Além de mostrar que a comparação correta deve-se dar levando-se em consideração as variáveis de controle estatístico tradicionais, tais como os atributos pessoais (sexo, faixa etária, cor e escolarização) e os atributos específicos, tais como os territoriais e se-

toriais (local de residência e ocupação principal no setor de atividade), mostra também que, no nível municipal, os vínculos públicos no poder executivo possuem remuneração média equivalente (casos dos municípios das regiões Sudeste e Sul) ou inferior (casos dos municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte), relativamente às remunerações médias do trabalho principal observadas pelo IBGE no setor privado nacional.

Tudo somado, pode-se então afirmar que a despesa global com o funcionalismo público no Brasil é baixa e está estável como proporção do PIB já há vários anos, em todos os níveis federativos, cf. gráfico a seguir.

Gráfico 9: Despesa anual com servidores ativos e percentual em relação ao PIB (2006-2017).



Fonte: Orair e Gobetti (2017) e Atlas do Estado Brasileiro, Ipea. Dados atualizados para valores de 2019 (IPCA/IBGE).

Em síntese: houve entre 2006 e 2017 um crescimento nada explosivo da despesa com servidores civis ativos nos três níveis da Federação, em relação à receita corrente líquida, mas estabilidade relativa da despesa como proporção do PIB, mesmo com a elevação da remuneração média observada em todos os níveis da administração pública.

Isso significa, em definitiva, que é o crescimento econômico sustentado ao longo do tempo e a sua correspondente arrecadação tributária que garantem as condições de incorporação, custeio e profissionalização de novos servidores à máquina pública, e não o corte quantitativo indiscriminado de funcionários ou a precarização de suas condições e relações de trabalho que estimularão o desenvolvimento com equidade num país ainda tão heterogêneo e desigual como o Brasil.

5. QUALIFICAÇÃO ELEVADA, CAPACITAÇÃO PERMANENTE E MERITOCRACIA NO ÂMBITO DAS FUNÇÕES E ORGANIZAÇÕES ESTATAIS

Da mesma maneira que as questões da estabilidade e da remuneração, ambas tratadas nos artigos anteriores, também agora, no caso da *qualificação* e da *capacitação* no âmbito das funções precípuas dos respectivos cargos, carreiras e organizações públicas, as propostas liberais-gerencialistas aparecem como insatisfatórias e contraproducentes ao bom desempenho pessoal e agregado do setor público.

No setor público, devido tanto à amplitude de temas ou novas e inescapáveis áreas programáticas de atuação governamental, como à complexidade das mesmas em contextos de heterogeneização global e acirramentos nacionais e regionais crescentes, qualificação elevada desde o início nas carreiras e processo contínuo de capacitação pessoal e organizacional, são exigências do mundo atual aos Estados nacionais soberanos.

Ambas as exigências – *qualificação elevada desde o início nas carreiras e processo contínuo de capacitação pessoal e organizacional* – colocam desafios imensos às políticas públicas de pessoal e sugerem atrelamento de fases e tratamento orgânico aos novos servidores desde a seleção por concurso, trilhas de capacitação e alocação funcional que combinem as vocações e interesses individuais com as exigências organizacionais de profis-

sionalização da função pública, passando ainda pelas dimensões da progressão na carreira, da remuneração adequada e previsível em cada nível, dos critérios e condições de acompanhamento e avaliação, até o momento da aposentação.

Tal política de pessoal no setor público, porque abrangente e complexa, apenas pode ser realizada sob a égide de abordagens holísticas e reflexivas, visando formar servidores críticos e conscientes da realidade brasileira em suas diversas dimensões. O aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho custoso e permanente de profissionalização da burocracia pública. Algo muito distinto da lógica liberal-gerencialista que prima pela oferta de incentivos (e punições) individuais à capacitação do servidor, induzindo-o a um processo de especialização acrítica e a uma lógica concorrencial nefasta de progressão funcional na carreira.

Diante do exposto, entende-se melhor porque é que a ocupação no setor público veio, historicamente, adotando e assumindo a *forma meritocrática* como critério fundamental de seleção e acesso, mediante concursos públicos obrigatórios e exigentes, sob a guarida de um regime estatutário e jurídico único (RJU), como no caso brasileiro desde a CF-1988. Sabemos, não obstante, que o critério weberiano-meritocrático de seleção de quadros permanentes e bem capacitados para o Estado (técnica, emocional e moralmente) depende de

condições objetivas ainda longe das realmente vigentes no Brasil, quais sejam: ambiente geral de homogeneidade socioeconômica, republicanismo político e democracia social.

O ambiente geral de *homogeneidade econômica e social* é condição necessária para permitir que todas as pessoas aptas e interessadas em adentrar e trilhar uma carreira pública qualquer, possam disputar, em máxima igualdade possível de condições, as vagas disponíveis mediante concursos públicos, plenamente abertos e acessíveis a todas elas. Por sua vez, o *republicanismo político* e a *democracia social* implicam o estabelecimento de plenas e igualitárias informações e condições de acesso e disputa, não sendo concebível nenhum tipo de direcionamento político-ideológico nem favorecimento pessoal algum, exceto para aqueles casos (como as cotas para pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais, e as cotas para gênero e raça) em que o objetivo é justamente compensar a ausência ou precariedade histórica de homogeneidade econômica e social entre os candidatos a cargos públicos.

Em outras palavras: o mérito, como critério primordial de seleção e ocupação de cargos públicos, só pode cumprir plenamente o seu papel precípuo de filtrar os melhores ou mais aptos (dos pontos de vista técnico, emocional e moral), se estiver assentado em condições de máxima homogeneidade econômica e social possível entre os cidadãos concorrentes em qualquer processo

seletivo ou concurso público. De outra maneira, quanto mais heterogênea e desigual forem as condições econômicas e sociais de uma dada população, mais os processos ditos meritocráticos tenderão a sacramentar – ou até mesmo ampliar – as desigualdades e heterogeneidades previamente existentes nessa sociedade.

Tal como afirma João Soares:

“(...) ser filho de pessoas bem sucedidas influencia o nosso futuro sucesso de duas formas. Os genes que herdamos e o ambiente familiar e socioeconômico em que somos criados. Dado que ninguém escolhe o seu próprio genoma, não estou a ver onde está o mérito disso. E como ninguém escolhe a família onde nasce – se rica se pobre, com bom ou mau aporte nutricional, se bem conectada em termos sociais ou nem por isso, se numa família estruturada ou não – também não me parece que seja possível atribuir o nosso mérito a essas ocorrências.

(...) Pesquisas consideráveis concentram-se em como a pobreza “penetra na pele”. Alguns mecanismos são específicos para o ser humano – se é pobre, é mais provável que cresça próximo de toxinas ambientais, num bairro perigoso, com mais lojas de bebidas alcoólicas do que os mercados que vendem vegetais; é menos provável que frequente uma boa escola ou tenha pais com tempo para ler para si. É provável que na sua comunidade tenha pouco capital social e você, baixa autoestima.

Mas as pessoas ricas, saudáveis e bem sucedidas, para além de terem nascido numa família com condições socioeco-

nômicas favoráveis e terem a bênção genética, também conseguiram ter o “mérito” de nascer num país, numa sociedade, capaz de aproveitar todo o seu esforço e mérito. Como exemplo, se fossem mulheres e nascessem na Arábia Saudita, dificilmente iriam conseguir alcançar alguma coisa de relevante, dadas as limitações impostas às mulheres nessa sociedade. Ou se tivessem nascido numa aldeia na Nigéria e a vossa aldeia fosse dizimada pelo Boko Haram e vocês transformados em Crianças-Soldado, dificilmente iriam ter capacidade para criar uma Startup fantástica na área da Inteligência Artificial. Portanto, parabéns pela vossa sorte.

(...) A coisa mais perversa associada a esta ideia da meritocracia, é que levou a uma corrente liberal anti-Estado. No fundo, a lógica é a seguinte: “se eu fui bem sucedido na vida à conta do meu esforço e tu não foste bem sucedido porque és um preguiçoso e não te esforçaste o suficiente, porque é que eu tenho que pagar mais impostos para te sustentar a ti?”

Surge assim a ideia do “Self Made Man” criado no vazio, como se não tivesse sido o Estado (ou seja, todos nós), os responsáveis pela criação das infraestruturas, das instituições e serviços que permitiram ao “Self Made Man” prosperar. Mas o mais importante, é que o Estado é dos poucos mecanismos que poderá impor um verdadeiro sistema meritocrático, ajudando a reduzir as desvantagens existentes entre os diferentes estratos sociais, para que as crianças que tiveram o azar de ser menos afortunadas nos ambientes em que nasceram, tenham menos desvantagens em

comparação às crianças que nasceram em “berços de ouro”. Um estudo da OCDE mostra quantas gerações são necessárias para subir no estrato socioeconômico. E não há surpresas...países nórdicos, conhecidos pela sua menor desigualdade socioeconômica, permite uma mais rápida mobilidade social.

(...) Mas mais...estes meritocratas não seriam nada, na ausência das pessoas “sem grande mérito” ou status social, que lhes produzem a comida, constroem a casa, mantêm os sistemas de canalização, de eletricidade e aquecimento, fazem recolha do lixo, etc. Aqueles funcionários sem mérito que recebem pouco, mas que mantêm todas as nossas infraestruturas a funcionar.

(...) O meritocrata não é nada sem a sociedade em que está inserido e as condições que essa sociedade lhe proporcionou para se transformar neste “Self Made Man”, super empreendedor, que enriqueceu imenso graças a uma ideia genial criada às costas de milhares de pessoas que contribuíram para que essa ideia genial pudesse ter surgido.

Portanto, o nosso mérito será qualquer coisa como 90% sorte, 10% esforço. Certamente que ver as coisas desta forma tira muito glamour a todas as nossas conquistas sociais. Mas é a realidade.” (SOARES, J. O Mito da Meritocracia: a piada que se transformou num dogma. Disponível em: <https://www.scimed.pt/geral/o-mito-da-meritocracia-a-piada-que-se-transformou-num-dogma/>, 14 de janeiro de 2020)

Portanto, apenas diante das condições citadas no início – *homogeneidade*

socioeconômica, republicanismo político e democracia social – é que, idealmente, o critério meritocrático conseguiria recrutar as pessoas mais adequadas (técnica, emocional e moralmente), sem viés dominante ou decisivo de renda, da posição social e/ou da herança familiar e/ou da influência política. E entende-se, finalmente, como é que, historicamente, a meritocracia tem sido utilizada como mecanismo de discriminação e injustiça, uma vez que o sucesso individual é, sempre, resultado do esforço coletivo, e do contexto econômico e social do país e do mundo. Portanto, individualizar a responsabilidade pelo resultado, mesmo em empresas privadas que usualmente assim o fazem, é uma pressão violenta que adoce e desestimula a solidariedade e a colaboração entre os seres e suas organizações.

De todo modo, mesmo operando em condições adversas, o critério meritocrático aplicado ao setor público evita, justamente, que sob qualquer tipo de comando tirânico ou despótico (ainda que “esclarecido!”), se produza qualquer tipo de partidarização ou aparelhamento absoluto do Estado. No caso brasileiro, sob as regras vigentes desde a CF-1988, há garantia total de pluralidade de formações, vocações e até mesmo de afiliações políticas, partidárias e ideológicas dentro do Estado nacional, bem como garantia plena do exercício de funções movidas pelo interesse público universal e sob controle tanto estatal-burocrático (Lei nº 8.112/1990 e controles interno e externo dos atos e procedimentos de servidores e organizações) como controle social direto, por meio, por exemplo, da Lei de

Acesso a Informações (LAI), entre outros mecanismos.

Além dessas, no campo da transparência e do combate à corrupção, destaque deve ser dado ao empoderamento dos órgãos de fiscalização e controle, que ganharam autonomia operacional, e a uma legislação recente sem a qual seria impossível identificar, denunciar e punir assaltos aos cofres públicos, assim como realizar operações especiais como todas aquelas articuladas entre Ministério Público Federal, Justiça Federal e Polícia Federal. Estão entre essas leis, todas incorporadas ao ordenamento jurídico nos últimos anos, as seguintes: i) Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como Lei Capiberibe); ii) Lei de Captação de Sufrágio, que aceita a evidência do dolo para efeito de cassação de registro e de mandato (Lei nº 12.034/2009); iii) Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010); iv) Atualização da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.683/2011); v) Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013); vi) Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, ou Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013); vii) Lei da Delação Premiada, ou a lei que trata de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); e viii) Emenda Constitucional do voto aberto na cassação de mandatos e apreciação de vetos (E. C. nº 76/2013).

Ou seja, nos regramentos já existentes para delimitação da ocupação no serviço público, estão previstas possibilidades de avaliação e de monitoramento

da atividade do agente público, além da aplicação de um amplo rol de sanções administrativo-disciplinares, que podem culminar com a expulsão de servidores estatutários da administração pública federal, em amplo espectro. Entre 2003 e julho de 2019 estão contabilizadas 7.588 punições expulsivas aplicadas a servidores estatutários do Poder Executivo Federal, cerca de 500 ao ano. Quanto às suas fundamentações, 64% dessas expulsões devem-se a atos relacionados à corrupção; 26% por abandono de cargo, inassiduidade ou acumulação ilícita de cargos; os demais 10% estão divididos entre desídia (3%), participação em gerência ou administração de empresas (1%) e ainda outras razões e motivos variados (6%).

No próximo texto, trataremos da questão relativa à cooperação – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público.

6. COOPERAÇÃO – AO INVÉS DA COMPETIÇÃO – COMO MÉTODO PRIMORDIAL DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO E FONTE DE INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E EFETIVIDADE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

A cooperação interpessoal e intra/inter organizações emerge como corolá-

rio dos atributos e fundamentos anteriores (isto é: as questões aqui já tratadas da *estabilidade*, *remunerações* e *capacitação* dos servidores públicos), colocando-se como critério substancial de atuação da administração pública e método primordial de gestão do trabalho no setor público.

No setor privado, a competição, disfarçada de cooperação, é incentivada por meio de penalidades e estímulos individuais pecuniários (mas não só) no ambiente de trabalho, em função da facilidade relativa com a qual se pode individualizar o cálculo privado da produtividade e os custos e ganhos monetários por trabalhador.

No setor público, ao contrário, a operação de *individualização das entregas* (bens e serviços) voltadas direta e indiretamente para a coletividade é tarefa metodologicamente difícil, ao mesmo tempo que política e socialmente indesejável, simplesmente pelo fato de que a função-objetivo do setor público não é produzir valor econômico na forma de lucro, mas sim gerar valor social, cidadania e bem-estar de forma equânime e sustentável ao conjunto da população por todo o território nacional. Por esta e outras razões, portanto, a *cooperação* é que deveria ser incentivada e valorizada no setor público, local e ator por excelência da expressão coletiva a serviço do universal concreto.

Para tanto, práticas colaborativas no âmbito estatal devem estar conectadas à própria dimensão e objetivos do desempenho individual e institucional

no âmbito governamental. Quando o desempenho é concebido como atenção tanto à qualidade das ações como à qualidade dos resultados, temos a perspectiva do "*desempenho como sustentabilidade*" (ou dos "resultados sustentáveis"), isto é, aquela que procura iluminar em uma organização a sua *capacidade reflexiva para desempenhar e sua habilidade em converter tal capacidade em resultados (produtos e impactos) sustentáveis ao longo do tempo*, chamando atenção para possíveis resultados disfuncionais.

É essa noção de cooperação e desempenho, sintetizada pela ideia de "*resultados sustentáveis*", a que aqui nos interessa, pois nos permite romper com a limitação das perspectivas liberais-gerencialistas. Cada vez mais, organizações tem se defrontado com a necessidade de pensar o seu desempenho não apenas como capacidade – isto é, a mobilização dos *inputs* necessários e a construção e desenho de processos de trabalho – e não apenas como produtividade e eficiência – entendidas como relações fixas entre os *inputs* disponíveis e produtos produzidos de forma padronizada. Organizações nos mais diversos setores têm sido forçadas a refletir sobre o seu desempenho em moldes mais amplos, os quais priorizam a produção de soluções (produtos) adequadas para produzir impactos (mudanças no ambiente social e produtivo) em contextos diferenciados e que tenham também a capacidade de perdurar ao longo do tempo (sustentabilidade).

Portanto, pensar cooperação e desempenho nesses moldes requer, por sua vez, reflexões mais criativas sobre as relações entre processos de trabalho (recursos, procedimentos e formas de atuação) e produtos. Isto é, não se trata nem apenas de controlar processos e nem apenas de controlar resultados, mas sim de explorar como variações em processos, em função de adaptações às circunstâncias de atuação das burocracias e seus agentes, se articulam com a realização de produtos e soluções mais adequadas para cada situação. Para além do estabelecimento de métricas baseadas em relações fixas entre insumos e produtos – as quais nos permitem classificar organizações em termos de sua eficiência e produtividade – o que a perspectiva de desempenho que enfatiza resultados sustentáveis sugere é que a produção de impacto, e a sustentabilidade dos produtos que os geram, requer maior flexibilidade e adaptabilidade por parte dos processos. Trata-se, fundamentalmente, de um *processo contínuo, coletivo e cumulativo de aprendizado e inovação*, no qual as relações entre diferentes processos de trabalho e seus respectivos resultados, em cada contexto específico, estão sempre em foco.

Esse é, por sua vez, um dos desafios centrais e perenes para a gestão de burocracias: *equacionar o dilema entre o controle da atuação de seus funcionários e a flexibilidade, criatividade e expansão de suas capacidades – inclusive reflexivas – necessárias para a resolução de problemas nos momentos de provisão*

de serviços, implementação de políticas públicas e regulação de atividades econômicas. Por um lado, ampla flexibilidade, adaptabilidade e criatividade na ponta geram inconsistências na atuação da organização e minam as possibilidades de produção de objetivos e políticas institucionais. Por outro, mecanismos de controle, padronização e indução de motivação frequentemente minam a construção e a mobilização de capacidades e criatividade necessárias para o desenvolvimento de soluções que produzam impacto e mudança de práticas e comportamentos em cada contexto específico.

Além disso, a *abordagem reflexiva* aqui defendida rejeita os pressupostos simplificadores do comportamento humano nos quais se baseiam sistemas de incentivo para o desempenho, tal como proposto pela abordagem gerencialista – i.e. percepção de que indivíduos (ou grupos e organizações) são motivados, fundamentalmente, pelo desejo de obter recompensas (como dinheiro ou status) e evitar sanções. Assim, em nossa abordagem, a tarefa de gestão do desempenho envolve o estabelecimento de rotinas que possibilitem aos agentes envolvidos a reflexão e revisão contínua das atividades e ações burocráticas, de modo que tanto o princípio da cooperação no ambiente de trabalho, como o monitoramento do desempenho sejam, em si, parte de um processo – contínuo, coletivo e cumulativo – mais amplo de *aprendizagem e inovação institucional*.

Mecanismos de revisão qualitativa do desempenho, em contraposição a sistemas de aferição de resultados quantitativos, criam relacionamentos diferentes entre funcionários na linha de frente e os supervisores ou centros administrativos. Ao invés de serem objeto da aferição de metas numéricas pré-determinadas, os profissionais passam a ser participantes ativos na reconstrução de metas, procedimentos e estratégias de fiscalização, com base nos resultados advindos de suas operações.

Tudo somado, este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca da cooperação como método de trabalho e fundamento da ocupação no setor público. Em outras palavras, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho custoso, mas necessário, de profissionalização da burocracia pública ao longo do tempo, para a qual importam, sobremaneira, a estabilidade funcional dos servidores nos respectivos cargos públicos, remunerações adequadas e previsíveis, qualificação elevada e capacitação permanente, e a própria cooperação amparada em modelos reflexivos de gestão de pessoas e do desempenho institucional nos moldes em que foi aqui tratado.

Não há, portanto, choque de gestão, reforma fiscal, ou reforma administrativa contrária ao interesse público, que supere ou substitua o acima indicado.

7. LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DE ATUAÇÃO ASSOCIATIVA E SINDICAL NO SETOR PÚBLICO

Neste último artigo dessa Parte II, vamos tratar da *liberdade de organização e autonomia de atuação associativa e sindical*, no que tange tanto às formas de organização, financiamento e funcionamento dessas entidades, como no que se refere às formas de representação e prestação de contas junto aos próprios servidores e à sociedade de modo geral.

Apesar de mencionar expressamente os direitos de livre associação sindical e de greve na administração pública (este último pendente de regulamentação em lei específica), a Constituição de 1988 não assegurou explicitamente o direito de negociação coletiva. Isso criou um vácuo jurídico nas relações trabalhistas entre os servidores e o Estado, embora a Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores federais, preveja garantias para o exercício da atividade sindical e aluda à negociação coletiva. E que também vigore no país, desde março de 2013, a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do tema.

Esse vácuo ensejou constantes dificuldades e tensões na relação entre governos e servidores. Entretanto, a vigência de um ambiente mais democrático, até recentemente, favoreceu a solução dos conflitos, ainda que às custas de processos de negociação bastante mo-

rosos e de longas greves. A falta de regulamentação dos direitos de negociação e de greve do funcionalismo, portanto, não impediu o diálogo e a construção de alternativas para a solução dos conflitos trabalhistas no setor público.

Entretanto, atualmente, os espaços de diálogo e concertação, inclusive no âmbito parlamentar, se encontram fortemente limitados ou mesmo inaceessíveis ao movimento sindical dos servidores. Assiste-se, com frequência, a ataques de ministros de Estado e do próprio presidente da República aos servidores, em todos os níveis da administração pública federal, inviabilizando qualquer tentativa de diálogo. Nesse contexto, a ausência de regulamentação dos direitos de negociação e greve acirrará os conflitos entre governo e servidores, com consequências danosas para a sociedade.

Vejamos mais de perto algumas questões específicas de cada um desses temas. Há, certamente, várias especificidades nas relações trabalhistas entre os servidores e entes públicos, que tornam mais complexa a tarefa de regulamentação do direito de greve e de negociação. Entre elas, destacam-se:

diferentemente da iniciativa privada, o empregador (Estado) não aufer lucros com suas atividades. Seus recursos são sempre escassos diante das necessidades da população e são objeto de disputa entre os diversos setores da sociedade, por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) e da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA);

o Poder Público tem, constitucionalmente, o dever de observar o “princípio da legalidade”, pelo qual o Executivo só pode realizar despesas se autorizado pelo Legislativo, através da LOA. Esse princípio faz com que uma eventual negociação tenha que incorporar, necessariamente, o Parlamento, o que torna o processo de negociação no setor público muito mais complexo que na iniciativa privada;

o Poder Executivo tem que observar os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2.000 (Lei Complementar 101), que prevê rígidos limites para o gasto com o funcionalismo público, que, no caso dos Estados e Municípios, não pode superar 60% da Receita Corrente Líquida e, no âmbito da União, 50% da RCL;¹⁷

a Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos) adicionou restrições às possibilidades de negociação dos servidores no tocante aos reajustes remuneratórios, ao congelar os gastos públicos por 20 anos. A chamada “EC Emergencial”, por sua vez, vem para

dificultar ainda mais a negociação sobre questões que envolvam qualquer aumento de despesa;

a negociação coletiva no setor público requer a atuação das entidades sindicais dos servidores nos diferentes momentos do ciclo orçamentário, desde a apresentação do Plano Plurianual (PPA), passando pela apreciação da LDO e encerrando com a votação da LOA.

Cabe considerar, em qualquer proposta de regulamentação da negociação coletiva, particularmente sobre remunerações no setor público, as seguintes questões:

a negociação dos servidores envolve, além dos servidores e suas entidades representativas, os demais gestores públicos e diversos outros atores, entre eles, parlamentares e organizações da sociedade civil, além dos destinatários dos serviços oferecidos à população;

em muitos casos, a autonomia das entidades de servidores públicos na negociação é bastante reduzida, pois os orçamentos de cada órgão são rígidos e admitem pequena margem para realocação de recursos;

há disputas entre os diversos órgãos e carreiras nas diversas esferas do Poder Executivo pela apropriação da cota orçamentária relativa à remuneração, o que torna bastante complexa a elaboração de pautas comuns e formação de consensos políticos. A pulverização

17 União: 37,9% para o Executivo; 6% para o Judiciário; 3% para ex-territórios e DF; 2,5% para o Legislativo (incluído o Tribunal de Contas da União) e 0,6% para o Ministério Público da União. No caso dos Estados: 49% para o Executivo; 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Estado) e 2% para o Ministério Público Estadual. No caso dos municípios: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo (incluído o Tribunal de Contas, quando existente).

de interesses e demandas entre categorias e entidades representativas dificulta a unificação dos processos de negociação e mobilização. Portanto, o instituto da data-base existente na negociação coletiva dos trabalhadores na iniciativa privada dificilmente se aplicaria à realidade dos servidores. E, de fato, a ela não se aplica.

Em relação à negociação coletiva, parte das dificuldades decorre da interpretação majoritária do STF sobre sua inconstitucionalidade, conforme a ADI 492/1992. Entretanto, essa interpretação não impediu a proposição e tramitação de projetos sobre o tema, sendo os mais recentes os Projetos de Lei 4.795/2019 (Câmara dos Deputados) e 711/2019 (Senado Federal). Esses projetos visam a efetivar a Convenção 151 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional em 2010 e vigente desde 2013. Ambos se manifestaram por um “modelo temperado” de negociação coletiva.

Segundo Vieira Jr. (2013), em estudo fundamental sobre a regulamentação do direito de negociação coletiva no setor público, *“a negociação coletiva pura, transportada da experiência trabalhista privada, é inconstitucional quando aplicada ao setor público.”*¹⁸

No setor privado, empregados e empregadores possuem mais liberdade para definir os parâmetros do acordo

resultante, pois o objetivo do negócio empresarial é a obtenção de lucro - que pode ser “distribuído” entre os empregados conforme a situação econômica e financeira da empresa - e a capacidade de pressão dos sindicatos e trabalhadores. A Reforma Trabalhista de 2017, inclusive, permite que os acordos prevaleçam sobre a lei, ainda que prevejam condições menos favoráveis.

Na visão de Vieira Jr., *“é inadmissível e insustentável constitucionalmente (...) a adoção, sem qualquer ponderação, da negociação coletiva, desconsiderando as balizas constitucionais referentes ao princípio da reserva legal, ao equilíbrio orçamentário financeiro e à responsabilidade fiscal.”*¹⁹ A existência dessas balizas é o elemento que caracteriza o modelo “temperado” de negociação coletiva, compatível com os termos da Convenção nº 151 da OIT e com a Constituição de 1988.

Vieira Jr. também pondera que: *“O modelo temperado de negociação coletiva (...) é fiel à solitária e corajosa manifestação do Ministro Marco Aurélio no julgamento da ADI nº 492, em que sustentava a possibilidade de interpretação conforme a Constituição para admitir a negociação coletiva no setor público, harmonizada com os demais preceitos constitucionais relacionados às prerrogativas do Estado na condução das questões referentes aos servidores públicos.”*²⁰

O autor prossegue dizendo que *“o debate sobre a negociação coletiva no se-*

18 Vieira Junior, R. J. A. A constitucionalidade da negociação coletiva no setor público brasileiro. Textos para Discussão 135 agosto/2013. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. P. 26

19 Idem, ibidem, P.26

20 Idem, ibidem, P.26

tor público está definitivamente inserido na agenda dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”,²¹ e que, portanto, “trata-se de buscar uma alternativa normativa viável, constitucionalmente sustentável, que fomente a autocomposição dos conflitos, densifique os direitos sociais dos servidores públicos e reduza a judicialização dessas demandas”.²²

A regulamentação do direito de negociação coletiva dos servidores, portanto, é desejável e cabível do ponto de vista legal, existindo em trâmite dois projetos (supra-citados) de igual teor que poderiam ser apreciados e aprovados na atual legislatura.

Em relação ao direito de greve, as especificidades se relacionam basicamente às noções de “atividades essenciais” e “necessidades inadiáveis”. Em se tratando de serviços prestados e atividades realizadas pelo Estado, pode-se dizer, em tese, que quase todos se encaixam nessas noções. Os que criticam esse direito baseiam-se na visão estreita de que uma greve de servidores entraria em conflito com a própria missão do setor público para com a sociedade. Com base nessa visão, o direito de greve foi negado aos servidores por muitas décadas pelas legislações constitucional e ordinária. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 estendeu esse direito aos servidores, deixando sua regulamentação para a lei ordinária.

Dessa maneira, que princípios e parâmetros devem orientar a elaboração de uma lei de greve específica para os servidores, considerando a natureza peculiar de suas atividades e a missão social do serviço público? Como a greve nesse setor, muitas vezes, impõe mais ônus à sociedade que aos servidores públicos, gerando potenciais conflitos entre servidores e cidadãos, que mecanismo legal poderia ser criado para resolver ou mitigar conflitos decorrentes dos movimentos paredistas?

Tais questões devem ser contempladas em qualquer proposta de regulamentação do direito de greve no setor público. Neste sentido, o PL 375/2019 visa à sua regulamentação no setor público, previsto no inciso VII, Artigo 37 da Constituição Federal.

De acordo com Vieira Jr. (2013): *“Não é razoável supor que a CF tenha admitido, expressamente, o direito à livre associação sindical dos servidores, em seu art. 37, inciso VI, o direito de greve no inciso VII do mesmo artigo, e não tenha admitido a negociação coletiva, obedecidas as balizas constitucionais. Fosse verdadeira essa construção, estaria desmontado o clássico eixo que sustenta as relações trabalhistas, e, por extensão, as relações jurídico-estatutárias, composto por: livre organização sindical, negociação coletiva e direito de greve. É imperiosa, portanto, a construção de base normativa que: i) reafirme a possibilidade de livre organização dos servidores para reivindicar o que consideram seus direitos; ii) crie espaço possível de negociação, submetido aos limites constitucionais*

21 Idem, ibidem, P.27

22 Idem, ibidem, P.28

e legais; e, por fim, iii) viabilize o exercício do direito de greve, na hipótese de as negociações resultarem infrutíferas.”²³

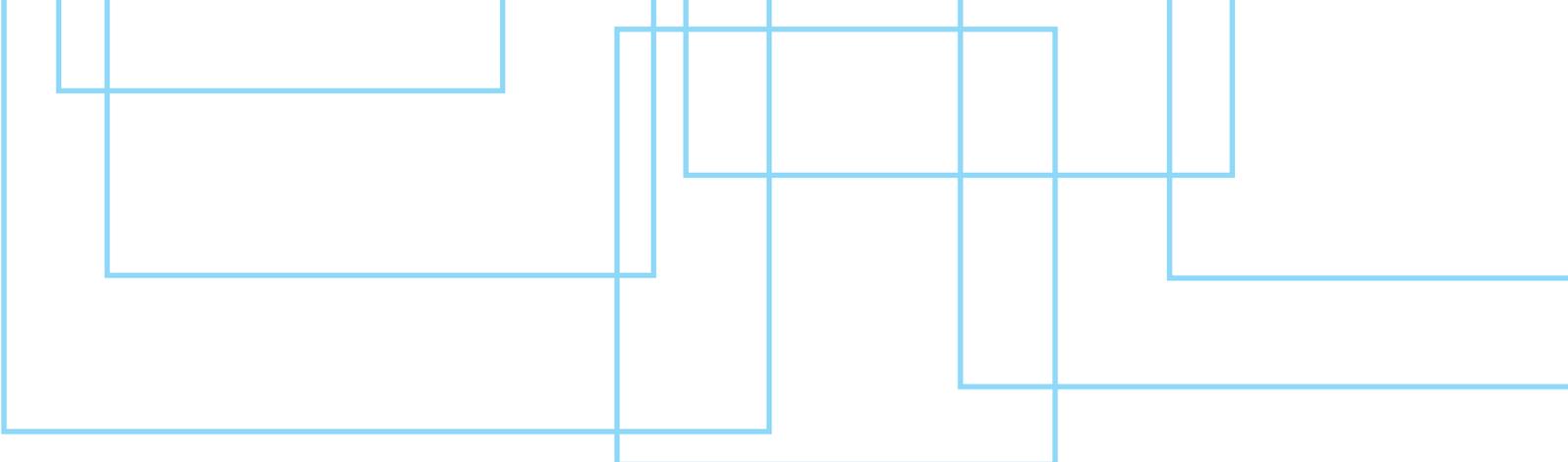
Tendo em vista a regulamentação do direito de greve, entretanto, cabem muitas reservas quanto ao projeto mais recente (375/2018) que claramente restringe e constrange seu exercício pelos servidores. Trata-se de matéria extremamente complexa e sensível que deve considerar, ao mesmo tempo, o legítimo exercício de um direito constitucional – indissociável, tanto do direito de negociação coletiva, como da mais ampla liberdade de organização sindical –, bem como as necessidades da sociedade em relação aos serviços prestados pelo Estado que são financiados por ela por meio de impostos. O Projeto de Lei 375/2018, infelizmente, não contempla essas premissas e contém indisfarçável viés restritivo das liberdades sindicais.

Em suma: a regulamentação do exercício desses direitos deveria ser objeto de um único projeto de lei, entendendo-se que ambos estão intrinsecamente relacionados, pois, negociação coletiva e greve são aspectos centrais de um sistema democrático de relações de trabalho.

A regulamentação do direito de greve e de negociação coletiva dos servidores se insere nesses objetivos, pois permitirá aos servidores e ao Estado previsibilidade e segurança em relação à evolução dos gastos com a folha de pagamentos, evitará a cristalização de “cas-

tas funcionais” em detrimento da melhoria das condições de vida e trabalho da ampla maioria dos servidores, sinalizará à sociedade uma gestão profissional e transparente da gestão de recursos humanos no setor público, reduzirá a conflitividade das relações de trabalho entre Estado e servidores e os custos sociais de greves que poderiam ser evitadas pela existência de negociações permanentes.

23 Idem, ibidem, P.28



PARTE III - PROSPECTIVA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO

1. PLANEJAMENTO PÚBLICO COMO A ARTE DA BOA POLÍTICA

O século XXI vem apresentando processos acelerados de complexificação das tendências sociais, econômicas e políticas, várias delas de natureza disruptiva, tais como as engendradas pela crise financeira internacional de 2008, e agora pela profunda crise econômica e social decorrente da pandemia do novo coronavírus em 2020.

As primeiras impressões sobre o mundo pós-pandêmico parecem indicar, portanto, a necessidade de retomada

dos estudos e aprimoramento das técnicas relativas ao planejamento público e à gestão estratégica, tanto em nível organizacional nos setores público e privado, como em nível das políticas públicas e do próprio desenvolvimento nacional delas derivado. Isso já era uma exigência antes da crise pandêmica, mas ficou ainda mais patente agora, diante da notória insuficiência e poucos resultados das ações estatais contra a crise em curso na maioria dos países.

Neste sentido, e tal como será aprofundado no restante desta Parte III, o planejamento governamental deve ser compreendido como processo tecnopolítico necessário e orientado a uma maior

e melhor capacidade de governar. Se, por um lado, ele não deve ser visto como panaceia, por outro, precisa ser política e institucionalmente incorporado como parte da solução aos problemas nacionais e de governo. E isso, basicamente, pelo simples fato de que o planejamento é uma das mais relevantes funções do Estado, cada vez mais necessário no mundo contemporâneo, ainda mais em seu contexto pós-pandêmico.

Não obstante, o planejamento governamental convive no Brasil com ao menos dois grandes paradoxos. De um lado, diz-se que: *“Todos concordam que planejamento é importante, mas ninguém acredita nele!”* De outro, que: *“Ninguém acredita em planejamento, mas quando confrontamos historicamente planos e resultados, há grande correlação positiva entre ambos!”*

Em suma, a situação é tal que mesmo dentro do governo, em ministérios, secretarias e órgãos que, supostamente, existem para pensar e aplicar o planejamento (*como função precípua e indelegável do Estado*), parece predominar certa descrença nesta função. Supondo que as afirmações acima sejam verdadeiras, haveria várias explicações possíveis para elas. Em particular, gostaríamos de aqui destacar três especialmente relevantes:

Desde a redemocratização na década de 1980, apesar de alguns momentos de exceção observados, sobretudo, entre 2003 e 2013, já se vão muitos anos seguidos de desmonte das instâncias, dos instrumentos e, sobretu-

do, da cultura pública de planejamento no país;

Uma crença (para nós, equivocada) na superioridade do livre mercado como mecanismo distribuidor da renda e da riqueza produzida pela sociedade, especialmente em contexto de domínio transnacional das grandes corporações privadas, todas elas – mesmo as não estritamente financeiras – regidas pela lógica dominante da financeirização global da riqueza; e

Uma crença (igualmente equivocada) na imensa dificuldade prática (ou mesmo em uma suposta impossibilidade lógica) de se organizar de uma forma melhor e mais efetiva a institucionalidade atual de planejamento governamental, já que, embora considerada uma função meritória e necessária, seria algo por demais complexo do ponto de vista institucional e político.

Tudo somado, em estudos anteriores,²⁴ já mostramos que, apesar de não ser possível afirmar que haja *causalidade* estrita entre os processos de elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas (por meio do PPA ou não) e o desempenho global de governo em cada período estudado, também é certo afirmar não haver *casualidade* entre as mesmas políticas públicas e o desempenho global de cada governo.

24 NETO, R. e CARDOSO JR., J. C. Nem causalidade, nem casualidade: uma análise qualitativa dos planos plurianuais 2004-2007 e 2012-2015 sob o prisma do triângulo de governo de Carlos Matus. Brasília: RBPO, Assecor, Volume 8, nº 1, 2018, pgs 57 – 80.

Há correlação positiva entre as políticas públicas planejadas e executadas nos intervalos de cada governo (sobretudo naqueles da primeira década de 2000) e as transformações socioeconômicas apresentadas pelos estudos e relatórios de avaliação da dimensão estratégica dos planos, bem como naqueles formados por inúmeros trabalhos setoriais de avaliação de impacto já realizados.²⁵

Não é função deste texto explicar cada uma das razões acima, mas a partir delas dizer que uma consequência eloquente é a constatação de que o nível de institucionalização da função planejamento governamental no Brasil está longe de ser satisfatório, seja em termos comparativos internacionais, seja em termos domésticos.

Por *nível de institucionalização* queremos nos referir aos condicionantes técnicos e políticos adequados para um desempenho satisfatório de qualquer função governamental. Em especial: i) conceitos, normativos e arranjos administrativos e operacionais claros e condizentes com a complexidade e objetivos da função; ii) recursos humanos, financeiros e tecnológicos compatíveis com o desempenho institucional requerido;

25 Evidente que a demonstração de tais resultados empíricos extrapolaria as dimensões deste texto, razão pela qual os mesmos serão objeto, futuramente, de outro artigo específico a esta questão. Por ora, no entanto, os interessados podem consultar os resultados gerais dessa pesquisa na íntegra da dissertação, em NETO, R. M. Desafios do Planejamento Plurianual: uma análise dos PPA 2004-2007 e 2012-2015 sob o prisma do triângulo de governo de Carlos Matus. Brasília: IPEA, Dissertação do Mestrado Profissional, 2018.

e iii) centralidade e legitimidade política da função, de modo que seja possível efetivá-la adequadamente como parte integrante e necessária das capacidades governativas de modo geral.

Apesar da definição acima, alerte-se desde logo que não se trata aqui de uma questão meramente quantitativa, ou seja, *mais ou menos institucionalização*, medida seja pelo tamanho do arcabouço legal e administrativo, seja pelo tamanho dos recursos empíricos envolvidos. Trata-se, isso sim, de conferir à dimensão institucional da função planejamento um caráter político e estratégico, por meio do qual a referida função tanto se enraíza na estrutura estatal, como se viabiliza enquanto parte precípua dos processos e capacidades de governo.²⁶

Há, em suma, uma variedade de dimensões e situações cotidianas que por vezes mascaram e por outras desnudam as contradições intrínsecas dos processos de governo, especialmente em casos como o do planejamento governamental na atualidade, que convive, como dissemos acima, com uma *institucionalização ainda não plenamente adequada* para o desempenho estatal satisfatório dessa função.

26 Daí a relevância, por exemplo, de confrontar, sob este prisma político, o nível de institucionalização da função planejamento com outras funções de igual importância estratégica para um desempenho institucional satisfatório do setor público federal, como o são, por exemplo, as funções de arrecadação tributária, orçamentação e fiscalização do gasto público, além dos controles burocráticos do Estado. Visto desta maneira, percebem-se mais claramente as diferenças (de enraizamento institucional e poder de atuação) da função planejamento frente às demais funções citadas.

Desta feita, com o intuito de contribuir para esta reflexão e aportar proposições práticas a dirigentes públicos da política e da alta burocracia estatal brasileira, esta Parte III fará considerações prospectivas acerca da importância da retomada do planejamento governamental de médio e longo prazos e sua imperiosa necessidade para a recuperação das condições mínimas ao desenvolvimento brasileiro ainda no século XXI.

Há, portanto, cinco condições necessárias para a reconfiguração do espaço institucional e do papel político do planejamento estratégico governamental em processos de governo de alta complexidade, com vistas ao desenvolvimento nacional, a saber: i) dotar a função planejamento de forte conteúdo estratégico (propositivo e prospectivo); ii) dotar a função planejamento de forte capacidade institucional de articulação política e de coordenação governamental; iii) permitir que o PPA (ou qualquer outro instrumento formal de planejamento que o substitua) se organize e opere segundo níveis específicos de temporalidade e de direcionalidade estratégica; iv) dotar a função planejamento de forte componente democrático-participativo, para além do rito parlamentar PPA-LDO-LOA; e v) fazer da implementação e da gestão das políticas públicas, para a entrega efetiva de bens e serviços à população, os verdadeiros critérios de aferição do desempenho institucional (setorial, territorial e agregado) do Estado brasileiro.

Nesta perspectiva, planejamento não é plano, é política! Planejamento é um processo cotidiano e dinâmico de condução do governo; não se confunde com documentos, livros e planos, ainda que estes, se bem elaborados, ajudem como parte necessária ao registro documental, bem como na comunicação interna e externa ao governo etc. Antes de tudo, planejamento é a arte da boa política. Logo, planejamento é processo tecnopolítico – contínuo, coletivo e cumulativo – por meio do qual se dá concretude a projetos políticos oriundos da própria sociedade, canalizados por grupos que disputam de forma legítima e democrática a condução das ações de governo. Por isso, tanto melhor quanto mais republicanos e democráticos forem os critérios de organização institucional do Estado e os valores e normas de funcionamento das instituições e das próprias políticas públicas.

2. CAPACIDADE DE GOVERNAR E A CENTRALIDADE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO

Mesmo se a democracia brasileira não estivesse sendo posta à prova, o cenário para os próximos 20 ou 30 anos já seria suficientemente desafiador. Estamos vivendo, em âmbito global, uma série de tendências que independem da vontade de países e governos nacionais, mas que afetarão a forma de inserção de

todos eles e do Brasil no cenário internacional.

Está em curso um movimento de hiperconcentração econômica que se dá, preponderantemente, junto aos países centrais, como os Estados Unidos, a Alemanha e a China, que desponta como nova e poderosa potência. Essa concentração ocorre no nível das empresas transnacionais e o Brasil não está neste rol de países hegemônicos. Esse processo está ampliando a assimetria existente entre os países ricos, medianos e pobres, agravando a hierarquização de poder em escala mundial. Esta dinâmica tem consequências importantes para uma economia como a brasileira, que tenderá a perder graus de liberdade, sendo impedida de decidir minimamente o que deseja ou pode fazer de modo autônomo e soberano.

Do ponto de vista tecnológico, está em curso uma nova revolução: a da convergência (nano)tecnológica. A ciência moderna de ponta conseguiu desmembrar a matéria nas suas ínfimas unidades: a matéria física, no átomo; a matéria biológica, no gene. As combinações que advirão dessa fronteira mudarão completamente a posição dos diversos países na nova divisão internacional do trabalho. Esse tipo de desenvolvimento requer um investimento muito pesado em Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação, recursos que estarão disponíveis para poucos países. Quanto mais essas tecnologias estiverem concentradas em poucas nações ou empresas, tanto maior será a as-

simetria de poder e de acesso a recursos entre elas.

Nesse cenário, o Brasil tende a voltar a viver uma espécie de dependência tecnológica radical que marcou o desenvolvimento da sua economia nacional no começo do século XX e que, com muito esforço, estava sendo minimamente enfrentada até recentemente. Mas o desafio atual é maior do que o do passado porque não se trata mais de copiar tecnologias e padrões industriais existentes. Uma mudança de nível hierárquico nesse sistema depende da produção de inovação e de conhecimento de ponta, muito mais difíceis de obter e dominar hoje em dia.

Com isso, certamente aumentará a heterogeneidade estrutural dentro do sistema interestatal capitalista. O setor financeiro está no centro de todas essas disputas por, ao mesmo tempo, impactar e ser influenciado pelas grandes corporações transnacionais; depender e modular o campo da acumulação capitalista. São problemas complexos e difíceis de resolver. A sociedade brasileira é majoritariamente de baixa renda, não tem acesso pleno à seguridade social e depende do sistema público. A proteção social é, portanto, uma exigência no país, dado o perfil sociodemográfico e epidemiológico de sua população. Por outro lado, tal sistema é altamente dependente de investimentos de monta, algo que tem sido estrangulado por regras fiscais inadequadas e por orientações gover-

namentais, particularmente de 2016 em diante.²⁷

Não por outra razão, a situação de ruptura da ordem democrática afeta a configuração do Estado brasileiro e do seu poder de estabelecer uma agenda de desenvolvimento inclusiva, democrática, soberana e sustentável, como era a que estava em construção, não sem dificuldades, na primeira década de 2000. O consórcio político conservador tenta convencer a população, por meio de vários artifícios ideológicos, de que o estado social brasileiro não cabe no orçamento nacional. Isto é uma falácia. A sociedade brasileira – por sua heterogeneidade, complexidade, necessidades e carências – é que não cabe no projeto liberal conservador que tenta se colocar como padrão de organização do Estado e do desenvolvimento no país.

Mas logo ficará claro para a população que a única forma de o Brasil superar suas dificuldades e organizar um processo de desenvolvimento que lhe sirva é ter o Estado no centro do processo. Não se está aqui afirmando que todas as soluções dependem e passam exclusivamente pelo papel do Estado.

27 As regras fiscais a que nos referimos são as seguintes: i) proibição de que o Banco Central financie o Tesouro Nacional (art. 164, § 1º da Constituição Federal); ii) proibição de que a União realize despesas correntes por meio do aumento da dívida pública (a chamada “regra de ouro”, nos termos do art. 167, inciso III da Constituição Federal); iii) proibição de que os entes federados realizem despesas acima dos valores definidos por metas de resultado primário (art. 4º, § 1º da LRF); e iv) proibição, a partir de 2016, de que haja aumento real das despesas primárias da União nos 20 anos seguintes (Emenda Constitucional nº 95/2016 – Teto de Gastos).

Mas, no caso brasileiro, ele é, inevitavelmente, o agente central do processo de desenvolvimento. Sem ele, o próprio mercado não existe e não funciona no país. É sua função focalizar e capitanear a política pública na linha da inclusão e da universalização. Se o Estado não o fizer, não haverá quem o faça. Não serão os agentes privados que irão promover a universalização da proteção laboral e previdenciária, da saúde, da educação, da segurança pública.

Desta maneira, quando falamos que o Estado é central no processo de desenvolvimento, também estamos dizendo que ele precisa se organizar e funcionar de uma maneira diferente da atual. Para tanto, existem três ideias fortes que pautam a reflexão sobre Estado, planejamento e desenvolvimento, as quais permeiam todas as seções deste capítulo.

A primeira trata da necessidade de uma reforma de natureza republicana, que traga mais transparência aos processos decisórios, no trato da coisa pública de modo geral. É neste ponto que se concebe a agenda de combate à corrupção. Isso precisa ser encampado como parte da reforma de Estado, direcionando a esfera pública para as necessidades vitais e universais da população.

A segunda ideia traz a questão da democracia. Não há como fazer uma mudança dessa envergadura sem a participação bem informada da maioria da população. A democracia não é apenas um valor em si, mas também um método de

governo, por meio do qual as vontades da maioria da população se manifestam, eleitoral e periodicamente, mas também de modo mais intenso e cotidiano por meio de formas e mecanismos mais ou menos institucionalizados de interconexão Estado – Sociedade. Ou seja, para além da democracia representativa em crise, há elementos de uma democracia participativa e mesmo deliberativa que pressionam por mais e melhores espaços de existência e funcionamento.

Por fim, a terceira proposição considera o próprio desenvolvimento como carro-chefe da ação do Estado. Ou seja, o Estado não existe para si próprio, mas como um instrumento para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, fortalecer as dimensões do planejamento, da prospecção, da gestão pública, da participação e do controle social – estratégias essas de organização e funcionamento do Estado – é fundamental para que possamos dar um salto de qualidade ainda no século XXI no Brasil.

Nesse sentido, é preciso trazer à consideração ao menos duas grandes lições das experiências internacionais exitosas em termos do desenvolvimento nacional. A primeira tem a ver com a centralidade do Estado, do planejamento público e do investimento governamental para a dinamização da economia brasileira e para a transformação da sua estrutura produtiva. Neste particular, tendem a ser exitosos os esforços de mobilização das capacidades estatais (sobretudo uma base tributária robusta e fontes de *funding* adequadas) e de

alguns instrumentos governamentais (tais como os bancos públicos, empresas estatais, fundos públicos e fundos de pensão) no enfrentamento dos efeitos nocivos e deletérios da crise pandêmica que vem jogando para baixo o estado de confiança e as expectativas futuras dos investimentos públicos e privados. Ou seja: Estado e investimento público podem e devem desempenhar papel contracíclico decisivo no enfrentamento e superação da crise econômica, social e política que se instalou no país, com especial gravidade, desde a eleição de 2018 e a instalação da pandemia de 2020.

A segunda grande lição relaciona-se justamente com a capacidade de projetos estruturantes de se conectarem com outras políticas públicas e outras dimensões setoriais e territoriais do desenvolvimento nacional. Para além do potencial mobilizador, indutor e multiplicador dos investimentos capitaneados por programas prioritários de investimento, há reflexos positivos sobre as próprias capacidades (financeiras, humanas, jurídicas, tecnológicas, comunicacionais etc.) do Estado, as quais induzem a uma espécie de auto-organização para desafios que rompem o *statu quo* da gestão pública tradicional, retiram a burocracia estatal da sua zona de conforto e relocalam a função planejamento no centro dos processos decisórios de governo.

Tudo somado, portanto, sugere-se aos futuros governos uma reflexão que vincule os temas tratados por este capítulo a um projeto soberano, sustentável e incluyente de desenvolvimento,

e a uma concepção progressista e não minimalista de Estado. Diante do tamanho e complexidade das questões envolvidas, é claro que riscos de diversas ordens ameaçam a sustentabilidade temporal e programática de políticas públicas relevantes à sociedade brasileira. Avançar, portanto, na explicitação e superação positiva desses problemas, é condição primordial para, de fato, se poder destravar o potencial intrínseco às capacidades estatais e aos instrumentos governamentais à disposição do Estado brasileiro contemporâneo, com vista a uma atuação planejada para o desenvolvimento nacional.

Para tanto, cabe à sociedade brasileira enfrentar, superar e virar a triste página do momento situacional que assola a vida nacional desde 2016. Não por outra razão, urge a realização de uma reforma do Estado de natureza republicana, democrática e desenvolvimentista, ainda no século XXI, tendo em vista os dramáticos processos em curso, cujas consequências já visíveis pela maioria da população são a estagnação econômica e o retrocesso civilizatório no campo das políticas sociais.

Pelas razões acima, entendido aqui como processo tecnopolítico necessário e orientado para uma maior e melhor capacidade de governar, o planejamento não deve ser visto como panaceia, mas como parte da solução. Em outras palavras: não se deve falar de planejamento como algo utópico (embora planejamento se refira também, necessariamente, a utopias), mas, sim, como

função precípua e indelegável do Estado, função governamental cada vez mais necessária no mundo contemporâneo, ainda mais em seu contexto pós-pandêmico.

Não como panaceia, mas como parte de soluções condizentes com a complexidade e heterogeneidade das questões sociais e econômicas da sociedade. Recusar a alternativa planejadora, seja em nome do mercado, seja em nome das dificuldades intrínsecas de estruturação e institucionalização desta atividade, é, no mínimo, falta de compreensão de governantes sempre premidos por soluções aparentemente rápidas e fáceis no curto prazo – situação que raramente será capaz de atingir a raiz dos problemas, tampouco de aventar saídas estruturantes e perenes para eles.

3. CENTRALIDADE POLÍTICA DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Qualquer iniciativa de planejamento, dada a sua natureza tecnopolítica crucial aos desígnios do país, apenas se fará crível se estiver institucionalmente situada e/ou fortemente referendada e amparada pelos mais altos escalões políticos e instâncias formais da República brasileira.

Qualquer iniciativa de planejamento desenvolvida à margem dessa condição, porquanto exigida constitucio-

nalmente, estará inevitavelmente fadada ao fracasso. É preciso, portanto, elevar ao máximo grau possível a centralidade dessa proposição, algo que depende diretamente da visão de mundo, da ética da responsabilidade e da postura político-institucional ativa de altos dirigentes públicos e demais lideranças políticas da sociedade.

Para tanto, dotar a função planejamento de forte conteúdo estratégico: trata-se de fazer da função planejamento governamental o campo aglutinador de propostas, diretrizes, projetos, enfim, de estratégias de ação, que anunciem, em seus conteúdos, as potencialidades implícitas e explícitas, vale dizer, as trajetórias possíveis e/ou desejáveis para a ação ordenada e planejada do Estado em busca do desenvolvimento nacional.

Concretamente, advoga-se que o órgão central de planejamento estratégico deve estar situado ao lado do gabinete presidencial. Tem que ser uma unidade integrante da Presidência da República (Garcia e Cardoso Júnior, 2014). O Sistema de Planejamento e Coordenação da Presidência da República deveria incorporar as entidades criadas após a publicação da Lei n. 10.180/2001, como a Secretaria de Ação Estratégica (SAE) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

O seu órgão central, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República (Seplan/PR), disporia de uma estrutura organizacio-

nal dedicada à sua atividade precípua, a saber:

Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, para análise de problemas complexos de natureza multi, inter e trans disciplinares, elaboração de cenários prospectivos e avaliação de consistência intertemporal. Trata-se, fundamentalmente, de dotar o planejamento de instrumentos e técnicas de apreensão e interpretação de cenários e tendências e, simultaneamente, de teor propositivo para reorientar e redirecionar, quando pertinente, as políticas, os programas e as ações de governo.

Secretaria de Planejamento Plurianual e Programação de Investimentos Estratégicos, com a missão de preparar e coordenar as prioridades explicitadas pelo programa de governo e os programas e projetos considerados críticos, por terem elevada repercussão socioeconômica, territorial e ambiental. A seleção de projetos derivados dos projetos estratégicos, os cuidados com a execução, a cobrança de informações e a remoção de gargalos, também ficariam a cargo desta secretaria.

Secretaria de Orçamento e Gestão das Estatais.

Secretaria de Monitoramento e Avaliação, cuidando, ademais, de desenvolver métodos e técnicas para os executores, conceber e gerir os sistemas de informações gerenciais, sobre

o contexto e sobre a atuação de atores relevantes a cada prioridade, fornecendo os indicadores necessários às instâncias decisórias e ao órgão central.

À Seplan/PR deveria também se juntar os temas e assuntos federativos, pois o governo federal não pode mais negligenciar que a federação encontra-se em prolongada crise e que grande parte das ações das políticas nacionais é executada por entes federados que dispõem de desiguais (e quase sempre insuficientes) capacidades técnico-burocráticas, organizacionais e financeiras. Consequentemente, há de ser feito um esforço da União para equalizar as capacidades demandadas, para ter eficácia, eficiência e oportunidade nos programas federais com execução descentralizada. Ademais, parece fazer sentido vincular ao órgão central do sistema, além do IBGE, do Ipea e da Enap, entidades centrais de representação e participação social, como o extinto CDES. Estas instâncias podem ter importante papel na articulação de interesses, na construção de consensos e na auscultação da sociedade civil.

Entre outras consequências, neste novo formato, o PPA passaria a servir como referência principal para todo o governo, tanto para guiar a sua reorganização institucional como para ajudá-lo na operacionalização cotidiana das políticas públicas a ele referenciadas. É claro que a proposta é apenas uma das possibilidades de reorganização institucional do planejamento governamental federal

no Brasil, evidentemente sujeita a negociações e coalizões políticas e sociais, no âmbito de um novo governo democraticamente eleito no país.

4. ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Em segundo lugar, dotar a função planejamento de forte capacidade de articulação e coordenação institucional: grande parte das novas funções que qualquer atividade ou iniciativa de planejamento governamental deve assumir está ligada, de um lado, a um esforço grande e muito complexo de articulação institucional e, de outro lado, a outro esforço igualmente grande – mas possível – de coordenação geral das ações de planejamento.

O trabalho de articulação institucional é necessariamente complexo porque, em qualquer caso, deve envolver muitos atores, cada qual com seu pacote de interesses diversos e com recursos diferenciados de poder, de modo que grande parte das chances de sucesso do planejamento governamental hoje depende, na verdade, da capacidade que políticos e gestores públicos tenham de realizar a contento este esforço de articulação institucional em diversos níveis. Por sua vez, exige-se em paralelo um trabalho igualmente grande e complexo de coordenação geral das ações e iniciativas de planejamento, mas que, neste caso,

porquanto não desprezível em termos de esforço e dedicação institucional, é algo que soa factível ao Estado realizar.

Há certamente muita dificuldade tecnopolítica, mas não necessariamente contradições insuperáveis, nas tarefas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que levem em justa e equivalente consideração as dimensões tanto setoriais como espaciais das políticas públicas. Durante a maior parte da história do país, houve quase que absoluta primazia do setorial sobre o territorial. Não se trata de inverter, agora, essa primazia, mas sim de estabelecer um princípio de equilíbrio (ainda que intrinsecamente instável) entre ambas as dimensões, cruciais a qualquer política pública ou programa de governo. Para tanto, embora técnica e politicamente muito custoso, talvez seja necessário rever e reformar (ainda que gradualmente) a atual estrutura setorializada/departamentalizada de atuação governamental, rumo a algum tipo de estrutura organizacional de perfil matricial.

Concretamente, trata-se aqui de reduzir as fragmentações ministerial, setorial e territorial de atuação do governo. Para tanto, propõe-se uma reorganização do tipo matricial na forma de elaboração e implementação do PPA. Ele poderia ter, por um lado, três níveis de organização da política pública, a saber: i) novos programas temáticos, referidos às grandes e consolidadas áreas programáticas de atuação do Estado brasileiro na contemporaneidade (em torno de

dez); ii) objetivos estratégicos de médio e longo prazo (entre sessenta e cem); e iii) objetivos prioritários de governo (cerca de dez no total) e de ministérios setoriais (em torno de trinta).

De acordo com essa proposta, as metas passariam a ser o atributo do plano por meio do qual o governo realizaria a conexão intertemporal entre objetivos estratégicos e prioritários (de médio e longo prazos) com o considerado exequível em quatro anos de mandato. Neste caso, embora as metas sejam de projeção apenas quadrienal, isto é, calculadas ou estabelecidas apenas para o final do período de execução do PPA vigente, elas devem ter apuração anual, por meio da sua quantificação cumulativa (no caso das metas quantificáveis, evidentemente) e análise situacional detalhada. Nessa perspectiva, as metas precisam possuir alta dose de realismo e concretude, tanto em sua formulação como relativamente à capacidade real de execução e aferição no horizonte do mandato presidencial em questão. Em termos práticos, tanto como simbólicos, é em torno do cumprimento ou não das metas coletivamente pactuadas que o governo e o seu PPA poderão ser (ou deveriam ser) julgados ao final do mandato. Daí a justificativa principal para estarem – metas e orçamento – interligados ao longo do processo inicial de elaboração, revisões anuais e execução cotidiana do plano.

Por outro lado, haveria, do ponto de vista da pactuação, implementação e gestão territorial do plano, três grandes níveis estratégicos, organizados segun-

do agrupamento de pequenos municípios, regiões metropolitanas, consórcios intermunicipais, cidades médias etc., conforme a especificidade do programa temático, a saber: i) grandes regiões (ou biomas); ii) estados; e iii) municípios. Conseguida a identificação dos objetivos prioritários de governo, o passo seguinte seria delinear a expressão espacial destes, com vistas a encontrar as áreas em que ocorrem em maior número e de forma mais concentrada, ainda que com pesos distintos. O critério aqui é poder mirar as áreas onde se apresenta a maior proporção de problemas (ainda que com importância diferenciada) que reclamam o estabelecimento dos respectivos objetivos.

Esses espaços densos de situações problemáticas passariam a ser denominados áreas prioritárias de ação (APAs), a comporem, cada qual, um plano nacional de territorialização para cada conjunto de objetivos prioritários de governo sobrepostos espacialmente. Importa deixar claro que as outras áreas não seriam ignoradas, mas ganhariam essa mesma condição assim que as APAs tivessem os seus indicadores convergindo para as médias estipuladas – nacionais, regionais ou estaduais, conforme for mais apropriado.

Em suma: é preciso despender esforços institucionais consideráveis nas tarefas de articulação e coordenação, em vários níveis e simultaneamente: intra e interpolíticas, programas, ministérios e órgãos; intra e interinstâncias federativas; intra e interpoderes da República,

entre outros. A lista é longa e complexa, mas é dessa reforma profunda (de estruturas, processos e entregas) do setor público estatal que se necessita. Sem ela, ou apenas com medidas cosméticas de gestão, jamais se dará saltos de qualidade no quesito desempenho institucional agregado do Estado brasileiro. Em linguagem técnico: jamais se sairá do debate pequeno sobre eficiência da gestão, para as categorias realmente relevantes da eficácia e da efetividade das políticas públicas. Desde logo, políticas públicas que transformam.

5. TEMPORALIDADE E DIRECIONALIDADE ESTRATÉGICA

O planejamento do desenvolvimento nacional é, por natureza, uma atividade de curto, médio e longo prazo. Em outras palavras: o planejamento do desenvolvimento nacional é atividade de natureza contínua, coletiva e cumulativa; é processo incremental dinâmico, sistêmico e abrangente; requer abordagem multi, inter e transdisciplinar, temporalidades de formulação e execução variadas e direcionalidade tecnopolítica estratégica.

Dessa maneira, restringir o seu principal instrumento formal – o PPA – a horizonte temporal apenas de curto prazo (quatro anos) é a senha certa para matar, ainda no nascedouro, qualquer iniciativa de planejamento condizente

com a complexidade e heterogeneidade dos tempos atuais. É preciso, portanto, permitir que o PPA (ou qualquer outro instrumento formal de planejamento que o substitua) se organize e opere segundo níveis diferentes de temporalidade e de direcionalidade estratégica. As políticas públicas possuem tempos distintos de maturação, bem como priorização estratégica igualmente distinta. Ambas as dimensões – temporalidade e direcionalidade – precisam estar, a cada nova rodada de planejamento, devidamente expressas nos documentos e nos respectivos arranjos de implementação e gestão das políticas e programas governamentais. Essa sugestão é não só factível como indispensável para conferir maior dose de realismo, flexibilidade e exequibilidade às distintas fases de maturação e de priorização das políticas públicas federais.

Concretamente, trata-se aqui de permitir que os horizontes temporais das diversas políticas e programas governamentais se expressem livremente dentro do mesmo instrumento de planejamento. Com isso, todos os planos setoriais considerados robustos e corretos, dos pontos de vista da política e da estratégia nacional de desenvolvimento, seriam automaticamente incorporados ao plano, independentemente do respectivo horizonte temporal ou do grau de maturação institucional em cada caso. As subfunções de orçamentação, monitoramento, avaliação e controle levariam em conta, para suas respectivas atividades, a especificidade e a temporalidade própria em cada caso.

No que toca propriamente ao orçamento, há duas condições especialmente importantes: i) é preciso elevar o nível de agregação das unidades mínimas de execução do gasto público, idealmente para o plano estratégico dos objetivos ou metas do PPA; e ii) é preciso aplicar tratamento diferenciado ao gasto público (em termos de planejamento, orçamentação, monitoramento, controle, gestão e participação), segundo a natureza efetiva e diferenciada das despesas. A lógica orçamentária que nos aprisiona hoje em dia diz respeito a uma visão reducionista da capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem à disposição a cada momento. Mas para superar esta limitação, é preciso avançar rumo a uma visão mais adequada do planejamento orçamentário.

Há uma *visão limitada* que concentra o foco da discussão do planejamento orçamentário na questão da eficiência, com custo para fazer determinadas coisas e aquilo que esse custo gera em termos de bens e serviços entregues à população. Vamos dar um exemplo: na área da Saúde, as políticas e campanhas de vacinação. Segundo a visão limitada, o foco da análise dessa abordagem é a entrega das vacinas no posto de saúde. O Estado tem que ser capaz de entregar determinada quantidade de vacinas, para determinada campanha de vacinação, nos postos x, y e z da cidade. Termina aí a visão do planejamento orçamentário nesta perspectiva. Como são registros administrativos, faz-se a conta de quantas vacinas foram entregues em cada lugar, quanto isso custou e o cus-

to de cada vacina. Então, quanto mais o Estado conseguir entregar essas vacinas de um modo mais barato, mais ele estará engendrando iniciativas de racionalização de procedimentos que dizem respeito a ganhos de eficiência no âmbito do Estado.

Por sua vez, segundo uma visão ampliada, estamos dizendo que não basta ao Estado entregar as vacinas no posto de saúde, é preciso que elas sejam aplicadas nas crianças ou nos idosos, enfim, que atinjam o seu público-alvo. Desta maneira, estaremos acoplando à visão da eficiência, também a visão da eficácia, ou seja, o planejamento orçamentário vai ser bem feito não apenas se ele for eficiente, mas se ele for eficiente e eficaz. Dito de outro modo: não apenas se as vacinas forem entregues, mas se elas forem aplicadas no público-alvo correto, tempestivamente, no lugar certo e no tempo certo. Ademais, deveríamos tentar enxergar além para saber o efeito que essa vacina produziu no beneficiário, ou seja, se a vacina combateu os males que se propunha a combater. Neste caso, em uma visão ampliada, nós também acoplamos a dimensão da efetividade, isto é, se a política de vacinação engendrou melhoria de saúde ao público beneficiário, no sentido de bem-estar sanitário, de prevenção de doenças etc.

É claro que transitar para uma visão ampliada não é tarefa fácil, a começar pelo fato de que o conjunto de informações necessárias para se medir a efetividade da ação do Estado sobre determinada população ou inexistente ou

é de natureza precária, ou ainda, é algo muito caro e difícil de ser obtido apenas mediante pesquisas de avaliação de impacto e outras técnicas que vão muito além dos meros registros administrativos que em geral estruturam as bases de dados das organizações públicas. Então, é quando a política deixa de ser uma política setorial e passa a ser uma política intrinsecamente transversal, em que uma depende da outra. Mas nem tudo está no raio de ação do Estado, por isso a tendência (compreensível, mas injustificável) das análises ficarem presas apenas à visão da eficiência do gasto público.

Agora, da ótica do Estado, isso não nos basta; é preciso olhar a sua atuação do começo ao fim, numa perspectiva ampla, de médio e longo prazos. Daí que, por fim, propõe-se aqui a abordagem de uma *visão adequada* para o tema do planejamento orçamentário. Esta abordagem leva em consideração não só a capacidade de implementação e geração de efeitos da política pelo lado do gasto (melhor dizendo: pelo lado da capacidade redistributiva do gasto, em termos da sua eficiência, eficácia e efetividade), mas ainda de sua capacidade de financiamento progressivo.

No caso brasileiro, por exemplo, houve uma trajetória de queda da desigualdade, sobretudo entre 2003 e 2013, que, para ter se sustentado nos anos seguintes, teria que ter mantido ou ampliado a capacidade redistributiva do gasto público, mas principalmente reorganizado a capacidade de financiá-lo de modo progressivo, fazendo com que

as camadas mais ricas da sociedade pagassem proporcionalmente mais impostos que as mais pobres. Ou seja: o Brasil não vai conseguir avançar na queda da desigualdade se não enfrentar a questão do financiamento tributário, que é muito regressivo no país, assentado em impostos indiretos que penalizam mais que proporcionalmente os mais pobres. Isso significa que parte do que a política social consegue redistribuir pelo lado do gasto, ela perde pelo lado do seu financiamento. É por este motivo que a visão adequada do planejamento orçamentário propõe que se olhe o arranjo como um todo (do financiamento ao gasto) das políticas públicas.

6. PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO

Em quarto lugar, dotar a função planejamento de forte componente democrático-participativo: hoje, qualquer iniciativa ou atividade de planejamento governamental que se pretenda eficaz, precisa aceitar – e mesmo contar com – certo nível de engajamento público dos atores diretamente envolvidos com a questão, sejam estes da burocracia estatal, políticos e acadêmicos, sejam os próprios beneficiários da ação que se pretende realizar. Em outras palavras, a atividade de planejamento deve prever uma dose não desprezível de horizontalismo em sua concepção, vale dizer, de participação direta e envolvimento prá-

tico de – sempre que possível – todos os atores pertencentes à arena em questão.

É claro que a participação social no planejamento governamental é missão complexa orientada para a produção de conhecimentos sobre a implementação das políticas, com vistas a ampliar os canais de atendimento do Estado, com equidade, e revelar o resultado das políticas públicas. Nesse sentido, deve ser tarefa intensiva em diálogo, articulação e coordenação intragovernamental, federativa e social, mediante criação e/ou aperfeiçoamentos em espaços e momentos de pactuação e repactuação periódicos de consensos, objetivos e estratégias de ação.

Ademais, qualquer iniciativa de governo, planejada ou não, apenas se pode medir por seu grau de *exequibilidade*, vale dizer, pelas condições tecnológicas de governabilidade sistêmica e governança colaborativa do Estado. Condições essas que tanto garantem o engajamento e o apoio político necessários à efetivação do planejamento estratégico de governo, como garantem os requisitos administrativos (ou recursos de poder: financeiros e orçamentários, humanos e logísticos, tecnológicos e normativos, simbólicos e comunicacionais etc.) necessários à implementação das diversas e heterogêneas políticas públicas pelo país.

É preciso, portanto, levar a reforma do Estado à própria sociedade, radicalizando a democracia social brasileira. Hoje, radicalizar (ou substantivar) a de-

mocracia brasileira significa, em primeiro lugar, reformar (para adensar) as estruturas e formas de funcionamento da democracia representativa tradicional. Em segundo plano, mas não menos importante, abrir o Estado à democracia participativa direta (referendos, plebiscitos e iniciativas populares já previstas constitucionalmente) e semidireta, conforme inovações recentes em desenvolvimento por meio dos conselhos de políticas públicas, conferências nacionais, audiências e ouvidorias públicas, entre outras interfaces sócio-estatais possíveis e necessárias ao contexto presente e futuro da nação.

Concretamente, propomos experimentalismos institucionais em torno do chamado “ciclo de políticas públicas”, no qual a dimensão da participação social comparece com o mesmo status das demais funções contemporâneas no circuito de arrecadação/repartição tributária / formulação/planejamento governamental / orçamentação/ programação financeira / monitoramento/avaliação/ controles interno e externo / administração política e gestão das políticas públicas brasileiras.

7. ENTREGAS EFETIVAS À SOCIEDADE

Por fim, é preciso que a implementação, a gestão das políticas públicas e a entrega efetiva de bens e serviços do Estado à população sejam os verdadei-

ros critérios de aferição e persecução do desempenho institucional (setorial, territorial e agregado) do Estado brasileiro.

Com os recursos humanos, metodológicos e tecnológicos hoje existentes e à disposição do governo federal brasileiro, é possível ir muito além do que até hoje se conseguiu fazer neste campo da identificação, construção, monitoramento e avaliação de indicadores, por exemplo. É perfeitamente possível e desejável montar-se um leque não exaustivo de indicadores periódicos de eficiência, eficácia e efetividade para praticamente todas as políticas públicas hoje em execução no país. A questão é que se deve primar pela seletividade e economicidade neste processo, pois de nada adianta levantar indicadores que pouco ajudam, efetivamente, o monitoramento, a avaliação e – sobretudo – a gestão e a execução cotidianas das referidas políticas públicas.

Com relação à eficiência, trata-se – em tese – da dimensão de mais fácil e rápida solução, pois todas as informações – físicas e financeiras – referentes às entregas de bens e serviços à população e ao mercado, estão (ou deveriam estar!) à disposição dos órgãos governamentais responsáveis pela orçamentação e implementação das políticas públicas. O problema, neste caso, é que, porquanto relevante saber o quanto se gastou com cada item de despesa do orçamento, visando, inclusive, minimizar o gasto por unidade física entregue, pouco se pode dizer, com este tipo de indicador, acer-

ca da eficácia e da efetividade da política pública.

Em nossa proposta, os *indicadores de eficiência* deveriam buscar conexão com as metas do plano, já que estas estariam atreladas ao orçamento da União. Daí a necessidade de se avançar para a identificação e construção de indicadores de eficácia, ou seja, aqueles que medem a capacidade da ação governamental para entregar os bens e serviços à população e ao mercado, de modo tempestivo, isto é, no local e momento apropriados, e para o público correto. Neste caso, em tese, os órgãos governamentais responsáveis pela implementação das políticas públicas deveriam ser capazes de (ou capacitados a) produzir esse acervo de informações – relativas à cobertura e perfil dos beneficiários – necessárias aos cálculos de eficácia.

Assim, poderíamos saber se o governo está cumprindo bem as atribuições precípuas das políticas públicas, mas ainda aqui, sem condições de sabermos sobre o impacto finalístico de tais bens e serviços públicos nas condições de vida da população ou nas condições de funcionamento dos mercados beneficiários das políticas públicas. Em nossa proposta, os *indicadores de eficácia* deveriam buscar conexão com os objetivos estratégicos do plano, já que estes devem cobrir um raio amplo da ação estatal.

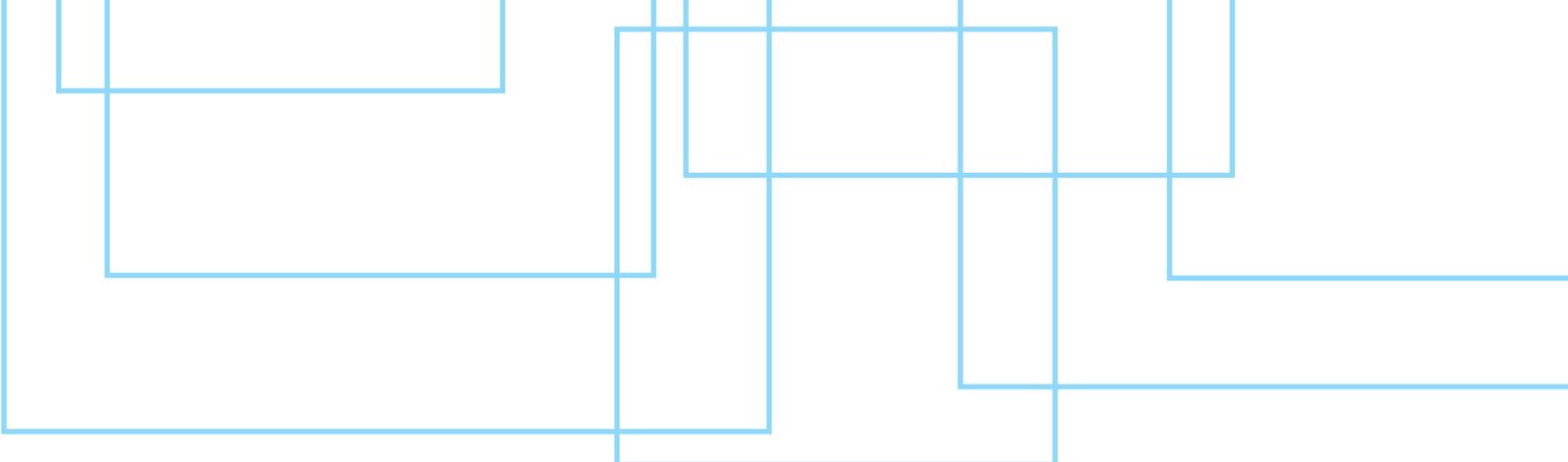
Por fim, é preciso dar o passo – este sim, o mais difícil e demorado de todos – rumo à identificação e construção dos *indicadores de efetividade* ou impacto

finalístico da ação governamental. Este é o conjunto mais difícil de indicadores a construir porque o impacto finalístico da ação governamental sobre as condições de vida da população ou sobre as condições de funcionamento dos mercados beneficiários das políticas públicas depende de muitas variáveis que ou não existem sob a forma estatística ou são tantas que torna quase impossível a sua captura e síntese. De todo modo, é sim possível e necessário organizar um leque básico de indicadores de efetividade que auxiliem no monitoramento e avaliação globais da ação pública. Em nossa proposta, eles deveriam estar relacionados apenas aos programas temáticos e/ou aos objetivos prioritários de governo, devendo, para sua elaboração, seguir o conjunto de critérios consagrados na literatura sobre o assunto.

No âmbito governamental brasileiro, IBGE, IPEA e todas as entidades vinculadas aos Ministérios Setoriais são os candidatos óbvios a se envolverem nesta tarefa cívica. Apenas desta maneira se poderão, de fato, calibrar as ações de planejamento no sentido dos resultados intermediários (medidos pela eficácia da ação governamental) e dos resultados finais (medidos pela efetividade transformadora da ação) das políticas públicas nacionais, rumo à consolidação de um projeto de desenvolvimento integral para o Brasil no século XXI.

Para tanto, trata-se, enfim, de dotar a função planejamento de fortes conteúdos éticos, vale dizer: reforçar e introduzir, cada vez mais, princípios da repú-

blica e da democracia como referências fundamentais à organização institucional do Estado e à própria ação estatal. É claro que da assunção – pelo Estado – desta grande e complexa agenda de transformação, decorrerão inúmeros requerimentos operacionais para a sua efetivação no cotidiano prático da ação governamental. Estes, porém, apenas farão sentido se deflagrados sob custódia e orientação geral das formulações anteriormente sugeridas, sem as quais as possíveis inovações institucionais, ou novas medidas de gestão, simplesmente perderão muito em eficiência, eficácia e efetividade.



CONCLUSÃO: O BRASIL PODE MAIS!

Amanhã vai ser outro dia

Hoje você é quem manda

Falou, tá falado

Não tem discussão, não

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão

Viu?

Você que inventou esse Estado

Inventou de inventar

Toda escuridão

Você que inventou o pecado

Esqueceu-se de inventar o perdão

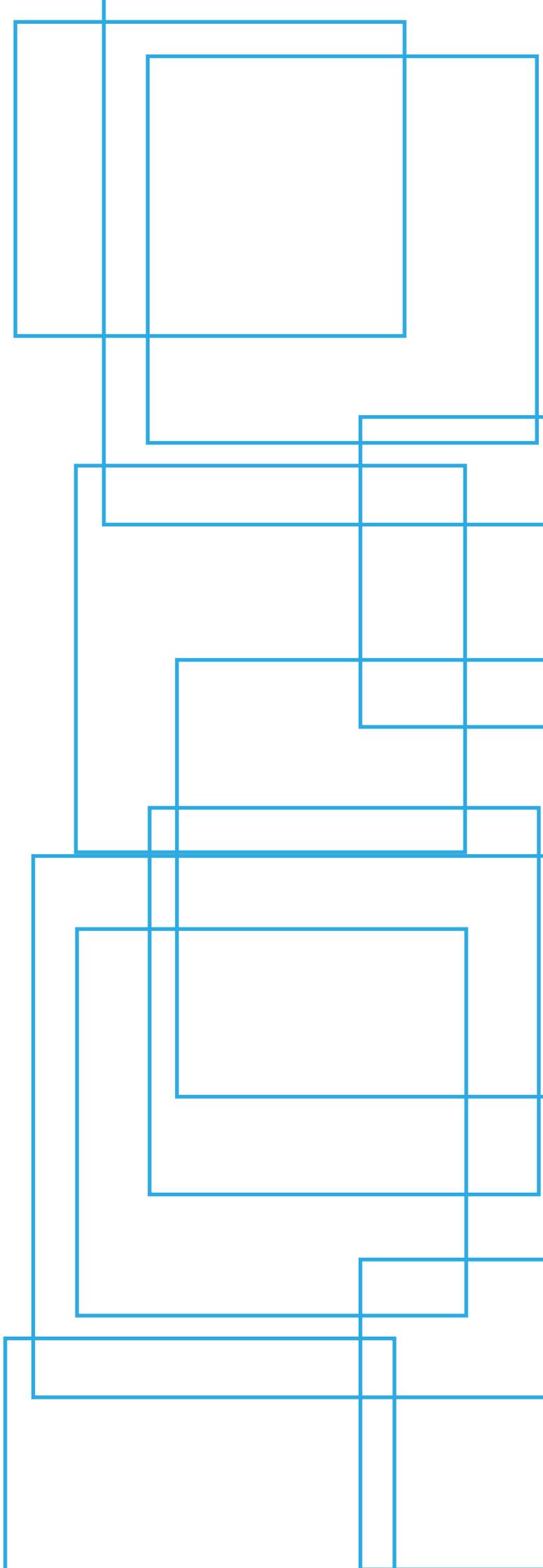
Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia

*Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Como vai proibir
Quando o galo insistir em cantar?
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar
Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juros. Juro!
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Esse samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora tenha a fineza
De “desinventar”
Você vai pagar, e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Ainda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar*

*Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
E esse dia há de vir
Antes do que você pensa
Apesar de você
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear, de repente
Impunemente?
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente
Apesar de você
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Você vai se dar mal, etc e tal
La, laiá, la laiá, la laiá*

Música e Letra – Chico Buarque de
Holanda, mestre e doutor da cultura bra-
sileira



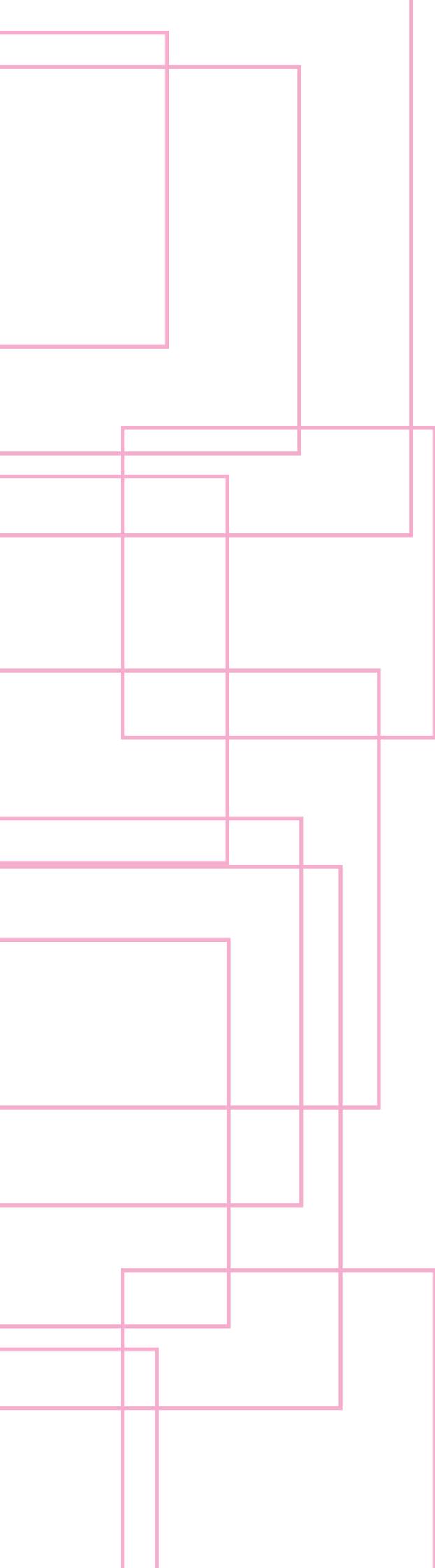
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

por Vladimir Nepomuceno

**A PARTILHA DO
BUTIM: NEOLIBERAIS E
PATRIMONIALISTAS LUCRAM
COM O DESMONTE DO
ESTADO BRASILEIRO**

3



Vladimir Nepomuceno é assessor parlamentar e consultor de entidades sindicais. É sócio-diretor da Insight Soluções e Assessoria. Servidor público federal aposentado, foi dirigente sindical, diretor do DIEESE/DF e do DIAP. Foi Diretor de Relações do Trabalho no Ministério do Planejamento, onde compôs a equipe de negociação com entidades de servidores.

SUMÁRIO

1 - BOLSONARO ATENTA CONTRA A VIDA DE SERVIDORES E SEUS FAMILIARES DURANTE A PANDEMIA PARA VALER SUA POSIÇÃO NEGACIONISTA	219
2 - A REFORMA ADMINISTRATIVA FATIADA	220
3 - O GOVERNO NÃO ATENDE ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DURANTE A PANDEMIA	222
4 - O REINÍCIO DO DESMONTE DO ESTADO COM O FIM DA PANDEMIA, OU ANTES	225
5 - A POPULAÇÃO SEM SERVIÇOS PÚBLICOS, SEM EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO...	232
6 - O PRÉ, O PÓS-PANDEMIA E O DESMONTE DO BRASIL	238
7 - O PARASITA E O POVO	249
8 - A NOVA OFENSIVA NEOLIBERAL	256
9 - REFORMA DO ESTADO-ADMINISTRATIVA DÁ MAIS UM PASSO	263
10 - O QUE SIGNIFICA O ANÚNCIO DO ENVIO DA REFORMA ADMINISTRATIVA PELO GOVERNO.	265
11 - O QUE ESPERAR DA PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO	269

12 - ANÁLISE DA PEC 32-2020 - A REFORMA ADMINISTRATIVA	271
13 - AS CONSEQUÊNCIAS DA “REFORMA ADMINISTRATIVA” PARA A SOCIEDADE	285
14 - OS ATUAIS SERVIDORES E A REFORMA ADMINISTRATIVA	293
15 - OS NOVOS “SERVIDORES” APÓS A REFORMA ADMINISTRATIVA, QUEM SÃO	298

1 - BOLSONARO ATENTA CONTRA A VIDA DE SERVIDORES E SEUS FAMILIARES DURANTE A PANDEMIA PARA VALER SUA POSIÇÃO NEGACIONISTA

Na direção oposta das recomendações das autoridades internacionais de saúde, o governo federal deixa claro que deverá ser cumprida a vontade do presidente da República de ignorar solenemente a existência da pandemia causada pelo novo coronavírus. Para dar exemplo do desprezo pela saúde da população o Executivo federal vai agir inicialmente nos órgãos a ele subordinados.

Uma das iniciativas será a edição de novas medidas autorizando a redução do espaço físico ocupado pelos mais de 600 mil servidores federais da ativa. Segundo matéria publicada pela CNN Brasil no último dia 3 de junho (acesso à matéria na coluna “NOTÍCIAS” deste blog), a intenção da nova legislação é cortar gabinetes, reduzir o espaço entre eles e permitir o compartilhamento de imóveis da União por funcionários de diferentes áreas da administração pública federal.

Segundo o que foi apurado, as mudanças iniciarão pelo Ministério da Economia e suas instituições vinculadas, sendo ampliadas para os demais órgãos do Executivo federal. Em resposta ao questionado, através de nota, a assessoria de comunicação disse que “o Ministério da Economia está empenha-

do em estabelecer novos normativos visando a maior racionalização de uso dos imóveis utilizados no serviço público pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sejam próprios ou de terceiros”.

Outro movimento no sentido do desrespeito à recomendação de distanciamento entre as pessoas e de isolamento social, diversos órgãos do governo federal insistem em manter a convocação de seus servidores para o retorno ao trabalho presencial, com destaque para os ministérios do Turismo e da Cidadania, dirigidos por seguidores incondicionais das decisões negacionistas do presidente da República. Essa posição gerou um número crescente de ações judiciais de entidades representativas de servidores, do Ministério Público pela manutenção do tele trabalho.

No entanto, tem sido observado o número crescente de servidores contaminados. Mesmo com 52% dos servidores ativos do Executivo federal, exceto servidores da área da educação, estejam em trabalho remoto, entre os 48% restantes, que estão em trabalho presencial, 1.283 servidores foram confirmados contaminados pela covid-19.

É fundamental e necessário que as entidades representantes dos servidores se mantenham alertas e tomem rapidamente, como vem sendo feito até agora, todas as medidas necessárias na defesa da saúde e da integridade dos servidores, de seus familiares e, por extensão, à população como um todo.

2 - A REFORMA ADMINISTRATIVA FATIADA

Ao participar no último dia 8 de junho de audiência pública promovida pela Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, defendeu as alterações na Lei 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, através da MP 922/20, que amplia as situações nas quais é possível a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias do governo, não do Estado.

Inicialmente anunciada como necessária apenas para permitir a contratação temporária de militares e servidores aposentados para suprir a necessidade do INSS em atender as demandas acumuladas que geraram uma fila de 1 milhão e 800 mil pessoas aguardando pela liberação de benefícios, a medida provisória 922/20 é, na verdade, mais um adiantamento da reforma administrativa em questão que independe de alteração constitucional.

Durante a audiência pública foi utilizada pelo secretário uma série de argumentos, todos vazios, que mostra o mal disfarçado interesse da gestão da máquina pública do atual governo em seguir adiantando pontos do que a equipe do Executivo federal chama de reforma administrativa.

Um dos argumentos utilizados pelo secretário foi o de que, do ponto de vista das contas públicas, não é interessante fazer concurso público para efetivar um trabalhador que vai atuar em um projeto específico que será concluído em curto prazo (como se já não existisse a Lei 8.745/93 e essa lei não fosse aplicada). Uma argumentação, no mínimo, vazia, já que esse era o objetivo original quando foi aprovada a lei, em 1993. Lei criada justamente com o objetivo de atender a necessidades temporárias da administração pública, como é o caso de desenvolvimento e implantação de projetos. Além disso, a lei também já previa a contratação temporária para garantir a assistência a situações de calamidade pública, como é o caso atual. Ou seja. Se a preocupação era o alegado pelo secretário, não seria necessária a medida provisória.

Outra pérola do secretário foi dizer que, após assumir um cargo público, o servidor permanece vinculado à administração durante 60 anos, segundo ele, o período entre o tempo de atividade, a aposentadoria e o tempo de pagamento da pensão a seus familiares após o falecimento. O que ele não disse é que essas vagas ocupadas através de concurso público são destinadas exclusivamente a atividades permanentes e exclusivas dos órgãos da administração pública, ficando as atividades temporárias (como os projetos por prazos definidos, ou calamidade pública, citados acima) a cargo dos contratos temporários, como vem sendo feito há, pelo menos, 27 anos. Da mesma forma, o secretário não disse também

que atividades de suporte, como conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações já são executadas indiretamente através de trabalhadores terceirizados, não havendo servidores concursados nessas atividades.

Como bom desconhecedor (?) da administração pública que parece que descobriu a pólvora, ou quem sabe a roda, o secretário diz que “quando a gente mistura demandas de curto prazo com soluções de longo prazo é ineficiência total. O Poder Público acaba criando uma estrutura muito inchada, muito pesada, que prejudica os bons servidores. Depois, você não consegue dar aumento para os bons servidores, você não consegue dar uma carreira desafiadora para essas pessoas, porque você tem que atender a uma estrutura muito inchada”. Nessa declaração, mais uma vez ficou exposta a intenção de confundir quem acompanhava sua argumentação, tentando justificar a falácia de “máquina inchada” e que seria essa uma das razões para a não concessão de reajuste remuneratórios para servidores. Esses argumentos insustentáveis, aliás, foram muito bem desmentidos em um excelente trabalho apresentado pela AFIPEA – Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA, denominado MITOS E VERDADES SOBRE O FUNCIONALISMO NO BRASIL: O PERFIL DOS SERVIDORES AO LONGO DE TRÊS DÉCADAS (1968-2017), de autoria dos pesquisadores do IPEA Felix Lopez e Erivelton Guedes. Trabalho divulgado

pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

Que entre os objetivos da reforma administrativa estão a redução do quadro de servidores e o congelamento, ou redução salarial, isso já está claro, dispensando as inverdades mais uma vez usadas como argumentos a lá Goebbels. Esse “desconhecimento” pode também ser lido como alguém que, ainda que conheça a máquina pública, confunde propositalmente seus interlocutores enquanto põe uma granada no bolso do “inimigo”.

Acompanhando o desenrolar da audiência pública, ficou nítido o objetivo central do representante do governo federal. Uma vez que a Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa é composta por defensores da redução da estrutura e do corpo funcional do Estado, o evento foi, na realidade, usado como espaço de divulgação para o público externo e de unificação de discurso entre o Executivo e seus apoiadores no Congresso sobre mais um passo da reforma administrativa fatiada. Um registro que deve ser feito e que corrobora o já dito, é o fato de que o “eixo central” da medida provisória, a razão alegada par sua edição, a contratação temporária de militares e servidores aposentados para o INSS, sequer foi mencionada durante a audiência pública. O silêncio sobre esse ponto é mais do que esclarecedor.

Por fim, só lembrar que todos sabemos que a meta a ser alcançada pelo governo nesse tema, com a parceria dos

membros dessa Frente no Congresso, entre outros, está muito bem definida no relatório do Banco Mundial sobre o funcionalismo público brasileiro (que também pode ser lido como caderno de tarefas), apresentado, não por acaso, em uma outra audiência pública na Câmara dos Deputados, no dia 9 de outubro do ano passado (disponível na internet), e que serviu de base para o Programa Mais Brasil, apresentado pouco tempo depois pelo Executivo federal.^{1 2}

3 - O GOVERNO NÃO ATENDE ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DURANTE A PANDEMIA. SERIA INCAPACIDADE, MÁ VONTADE, OU MÁ INTENÇÃO? OU, QUEM SABE, TODAS AS ALTERNATIVAS?

O governo federal e seus arautos têm alardeado a liberação de mais de R\$ 400 bilhões para o combate à pandemia causada pelo novo coronavírus.

1 Íntegra do relatório do Banco Mundial: <http://documents.worldbank.org/curated/en/449951570645821631/pdf/Gest%C3%A3o-de-Pessoas-e-Folha-de-Pagamentos-no-Setor-P%C3%BAblico-Brasileiro-o-Que-Os-Dados-Dizem.pdf>

2 Resumo do relatório do Banco mundial: <http://documents.worldbank.org/curated/en/846691570645552393/pdf/Sum%C3%A1rio-Executivo.pdf>

O ministro Paulo Guedes, especialista em falas desastrosas, públicas, ou mais “reservadas”, mas que expõem exatamente o que pensa, mostra gostar de propagandear benfeitorias que, pelo menos até agora, não trouxeram os benefícios anunciados à população, principalmente a parte mais necessitada.

Em toda oportunidade o “Posto Ipiranga”, aquele para quem a solução passa por colocar “uma granada no bolso do inimigo”, fala da liberação pelo governo federal de R\$ 404,2 bilhões para o combate à pandemia da covid-19 através de diversas medidas provisórias. No entanto, não é exatamente o que se verifica ao analisar o anunciado. Em um levantamento da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, que analisou 25 medidas provisórias editadas, é mostrado que a realidade não é exatamente o divulgado (veja o link no final deste texto).

Segundo o estudo da Assessoria da Câmara dos Deputados, até sexta-feira, dia 12, o governo federal havia pago apenas 39% dos R\$ 404,2 bilhões liberados através das medidas provisórias. Senão, vejamos.

Apenas R\$ 15 bilhões, um quarto dos R\$ 60 bilhões autorizados para o auxílio financeiro a estados e municípios, foram liberados.

Já do dinheiro para financiar a folha salarial de pequena e médias empresas, foram pagos apenas R\$ 17 bilhões, meta-

de dos R\$ 34 bilhões disponibilizados pela MP 943/20, resultado da linha de crédito criada Medida Provisória 944/20.

A maior despesa do governo até agora, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 para trabalhadores informais, desempregados e famílias de baixa renda, teve confirmado, até o dia 12 de junho, o pagamento de R\$ 77 bilhões dos R\$ 152,6 bilhões. Pouco mais da metade.

Já a menor execução, segundo o estudo da assessoria da Câmara dos Deputados, foi para o financiamento da infraestrutura turística nacional. Dos R\$ 5 bilhões aprovados, apenas R\$ 379,1 milhões foram pagos (7,6%).



Foto: Guilherme Gandolfi/Fotos Públicas

No entanto, não se percebe nenhum movimento do governo para tentar solucionar os gargalos, muito menos para encontrar formas de fazer chegar o dinheiro aos necessitados que ainda não receberam a ajuda, mesmo com o “estado de calamidade pública” decretado há três meses. Até esta terça-feira, 16 de junho, 2,5 milhões de pessoas inscritas no auxílio emergencial ainda aguardam resposta ao pedido sem nada receberem. Esses fazem parte do contingente de invisíveis que o governo diz não saber que existiam e que Paulo Guedes não gostou de saber e faz questão de não enxergar. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, cerca de 10,9 milhões de trabalhadores elegíveis ao benefício do auxílio emergencial estão fora do CadÚnico – Cadastro

Único para Programas Sociais do Governo Federal. Muitos desses ficarão sem o benefício. O detalhe é que o IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério da Economia.

Em abril, o Data Favela divulgou pesquisa que apontava que 34% das famílias de comunidades em várias regiões do Brasil perderam toda sua renda devido à pandemia da covid-19 e aproximadamente 40% contam com menos da metade da renda que tinham antes da crise sanitária e econômica. Como consequência, 65% dos moradores de comunidades recorreram ao auxílio emergencial. Desses, 39% ainda não recebem o benefício. Será que só o Paulo Guedes não enxerga?

Temos que lembrar também que parte do dinheiro liberado para o auxílio emergencial tomou rumo diferente do devido, como o caso dos 73.200 militares que receberam indevidamente, sendo que desses 28.867 ainda não devolveram. Somam-se ainda denúncias em vários estados envolvendo aproximadamente 33.000 benefícios pagos irregularmente sendo investigados a partir do Tribunal de Contas da União e de tribunais de contas nos estados. O resultado até aqui já soma mais de 100 mil pagamentos indevidos sendo apurados.

Em todo esse descaso com a população não pode deixar de ser mencionado que, da verba de mais de R\$ 1 trilhão liberada pelo BNDES para concessão de crédito para pequenas e médias empresas, existe a reclamação de empresários de que a maioria dos empréstimos tem sido

negada pela rede bancária, ou tem condições oferecidas piores do que eram antes da atual crise. Uma pesquisa do SEBRAE em abril já mostrava que quase 60% dos pequenos empresários tiveram suas solicitações de empréstimo negadas. Isso, porque o governo apenas garantiu e disponibilizou o recurso, deixando com os bancos a decisão de aprovar, ou não, o empréstimo. Enquanto isso, o pequeno empresário não vê o dinheiro que continua liberado aos bancos.

Merece destaque também a demora excessiva do governo em encaminhar as propostas ao Congresso, além da demora na sanção do já aprovado pelo parlamento. Como exemplo lembro a sanção da ajuda aos estados e municípios (Lei Complementar 173/2020), que o presidente deixou para o último dia do prazo, 27 de maio, enquanto governadores e prefeitos aguardavam o dinheiro, necessário para o combate à pandemia da covid-19. Nesse mesmo projeto, ao ser sancionado, o governo federal vetou qualquer possibilidade de recomposição remuneratória a servidores públicos das três esferas (veto que deverá ser analisado ainda nesta semana). E, seguindo a prática de não deixar que se dê a uns enquanto dá a outros, a sanção da LC 173/20 só aconteceu após o presidente ter assinado a medida provisória que concedia reajuste a policiais e bombeiros do Distrito Federal. Sem a menor cerimônia, dois pesos e duas medidas.

Por fim, cabe lembrar que o presidente vetou também outros dispositivos aprovados pelo Congresso relativos ao

combate à pandemia da covid-19. Oito desses vetos devem ser votados, podendo serem derrubados, em sessão conjunta do Congresso Nacional (Câmara + Senado) nesta semana. Várias lideranças buscam articulação para derrubar esses vetos. Entre os vetos está a liberação de R\$ 8,6 bilhões para estados, Distrito Federal e municípios comprarem equipamentos e materiais de combate ao novo coronavírus, que constava do texto do projeto que deu origem à Lei Complementar 173/20 (já mencionada acima). O texto vetado previa a extinção do Fundo de Reserva Monetária, mantido pelo Banco Central, e a destinação dos recursos para o enfrentamento da pandemia.

Outro veto a ser destacado é o texto que garantia expansão do benefício emergencial a motoristas de aplicativos, pescadores, diaristas e ambulantes de praia, entre outras categorias profissionais. Esse texto constava do projeto convertido na Lei 13.998/2020, que autorizou o pagamento do auxílio para mães menores de 18 anos.

Será também analisado o veto à Lei 13.999, de 2020, que criou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que concede uma linha de crédito para pequenas e microempresas enfrentarem os efeitos da pandemia de coronavírus. O presidente vetou a carência de oito meses do empréstimo, período em

que as parcelas seriam reajustadas apenas pela taxa Selic.

Por último, o Congresso analisará o veto total ao projeto que propunha liberar o trabalhador de apresentar atestado médico como comprovação do motivo de quarentena, para justificar a falta ao trabalho durante os primeiros sete dias.

Fica difícil não marcar todas as opções – incapacidade, má vontade e má intenção. Todas existem. Basta escolher onde olhar.³

4 - O REINÍCIO DO DESMONTE DO ESTADO COM O FIM DA PANDEMIA, OU ANTES

A atenção da grande imprensa está atualmente na política, especificamente no que se refere ao presidente da república, sua família, amigos e tudo o que se desdobra disso. Também há uma atenção, ainda que decrescente, infelizmente, na pandemia e em seus efeitos na população, principalmente clínico/sanitários, mas também econômicos. Mas, ao que parece, quando o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, na reunião ministerial de 22 de abril, disse: “A oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de

3 No site da Agência Câmara de Notícias pode ser observada a despesa executada por programa, além da execução por órgão, do liberado para o combate à pandemia: <https://www.camara.leg.br/noticias/668816-governo-utilizou-39-dos-r-404-bilhoes-liberados-para-o-combate-a-pandemia/>

alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas...” , ele não falava só por si, ou pela sua área. Seguindo no mesmo discurso, o ministro Salles citou outros ministros que poderiam aproveitar o momento: “... todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx (Lorenzoni) certamente cobrou dele, cobrou do Paulo (Guedes), cobrou da Teresa (Cristina), cobrou do Tarcísio (Gomes), cobrou de todo mundo.” Pelo visto, esse pensamento era consenso na reunião. A intenção de agir dessa forma, aproveitar a ocasião para avançar em questões mais polêmicas sem chamar atenção, está clara em todas as áreas do governo federal e até de alguns estaduais e municipais.



Foto: Marcos Correa / PR

Com a visão explicitada por Salles, o governo federal (leia-se equipe econômica) segue as tratativas para avançar nas reformas ditas “estruturantes”. E isso está sendo feito realmente sem muito alarde. Paulo Guedes se prepara e articula para que, tão logo possa, seja no pós pandemia ou até antes, já no início do segundo semestre deste ano, retomar o processo de tramitação e votação das reformas de maneira mais incisiva. É necessário observar que essas iniciativas contam com a participação de lideranças conservadoras, que representam a maioria da Câmara e do Senado. Com os anúncios feitos pelos presidentes dessas Casas, de possível o retorno às atividades presenciais já em julho, ou agosto, o cenário estaria montado para tramitar as reformas a toque de caixa, aproveitando a ausência no Congresso Nacional das entidades representa-

tivas de servidores e de outros setores para defenderem suas posições (foi assim na votação do Marco Regulatório do Saneamento Básico há poucos dias). A urgência do governo e dos apoiadores das reformas se baseia num possível retorno das atividades presenciais do Congresso de forma limitada e gradativa. Inicialmente não seria possível a presença de “visitantes” nos espaços da Câmara e do Senado, o que facilitaria em muito as tratativas do governo, que já avançam.

Durante o webinar promovido pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público com parlamentares e dirigentes sindicais de Minas Gerais, no dia 13 último, ao ser questionado sobre sua opinião em relação ao retorno da tramitação das reformas no Congresso, especificamente as PECs 186/19 (Emergencial) e 188/19 (Pacto Federativo), o senador Antonio Anastasia (PSD/MG) disse que só deveriam voltar ao debate sobre esse tema “quando o Congresso voltar à sua normalidade, com a presença física dos parlamentares”. O senador disse também que “são temas complexos, que não têm urgência em relação à pandemia, então não serão votados nesse momento. Serão discutidos, se nós voltarmos, a partir do segundo semestre. São temas de alta complexidade, que dependerão de audiências públicas, oitiva de especialistas, etc.” No entanto, não parece ser essa a posição, nem do governo, nem de lideranças parlamentares.

A NOVA RELAÇÃO GOVERNO-PARLAMENTO

O ministro Paulo Guedes, que no início do atual governo tinha dificuldades no relacionamento com parlamentares parece ter descoberto que tudo depende de quais parlamentares e do que esses parlamentares aceitam negociar. Guedes tem buscado aproximação com lideranças do bloco parlamentar independente conhecido como Centrão, grupo fisiológico que à base de cargos e algum poder, dá sustentação política ao presidente da república no Congresso. Nessa aproximação, o ministro da Economia busca evitar possíveis surpresas no Congresso e negociar apoio às reformas em tramitação, ou a serem apresentadas. Guedes já teve conversas com lideranças do PP, MDB e PL. E as conversas seguem.

Nas negociações com lideranças parlamentares e com o objetivo de acelerar a tramitação das alterações constitucionais que pretende, o governo articula uma revisão nos projetos em andamento no Congresso. Uma das alterações seria esquecer a PEC 186/19, conhecida como “PEC Emergencial”, centralizando na PEC 188/19, a PEC do Pacto Federativo, a ser revisada. Isso porque esta última contém basicamente os mesmos pontos que tratam de redução de jornada e de remuneração de servidores em tempos de crise, entre outros pontos. Lembrando que essa mesma PEC tem o objetivo de tratar das questões de forma permanente, diferente da PEC 186/19, de tratamento emergencial, temporário. Para facilitar as dis-

cussões com parlamentares, devem ser revistos pontos controversos, como a extinção de municípios menores e com arrecadação própria inferior a 10% do orçamento. Esse foi um dos assuntos tratados em reunião da equipe do Ministério da Economia há alguns dias com a presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, senadora Simone Tebet (MDB/MS), que também tratou desse assunto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP). Inclusive já foi acertado que o atual relator da PEC 188/19 será o relator do novo texto unificado. Entre outros projetos, está também na pauta de encaminhamentos negociada a votação na Câmara da autonomia do Banco Central, também sem muito alarde para aproveitar a ocasião.

A REFORMA ADMINISTRATIVA

Sobre a pauta da reforma administrativa (a PEC 188/19 já trata de pontos dessa reforma), deve ser encaminhada ao Congresso uma proposta mais específica de reforma administrativa dentro da chamada agenda de ajuste fiscal do governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ) declarou que defende uma proposta “mais dura do que a que o governo tinha preparado, porque se a dívida é maior, a necessidade de economia será maior. Então, qual reforma o governo vai encaminhar e quando?” Esta declaração foi dada em um evento sobre o retorno da atividade econômica após o isolamento social. Já na quinta-feira, 25, o

deputado Rodrigo Maia disse que acha difícil o encaminhamento pelo governo da reforma administrativa ainda este ano (a conferir). No entanto, ele nada disse sobre isso não impedir o avanço das negociações e a tramitação de questões correlatas, deixando as votações mais importantes para depois das eleições municipais, ou até para o próximo ano. Vale observar que o tema também está sendo discutido por parlamentares que compõem a Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, coordenada pelo deputado Tiago Mitraud (Novo/MG). As conversas acontecem internamente no Congresso, mas também com representantes do governo federal, de estados e municípios, visando acertar pontos e facilitar a tramitação quando for encaminhada a proposta.

Alguns pontos já anunciados são confirmados nas tratativas em andamento na construção da reforma administrativa: progressão só por avaliação de desempenho, com o fim da progressão automática; redução do piso das carreiras, com valor menor para remuneração de entrada; mais tempo entre progressões e avaliações, possibilitando que o servidor leve até trinta anos para atingir o topo da tabela remuneratória e da carreira e o fim da estabilidade para alguma carreiras, mantendo para outras, consideradas com típicas de Estado. Lembro que, diferente do discurso do presidente da república, o presidente da Câmara defende que a reforma atinja igualmente a todos os servidores. Rodrigo Maia também informou que a parte da reforma administrativa da Câmara está pronta,

aguardando o mesmo do Judiciário, para discutir os três Poderes em conjunto.

Encaminhamentos das pautas no Congresso

Considerando as eleições municipais deste ano, já está acertado que este ano deverão ser evitada a votação de pontos mais sensíveis para os parlamentares do Centrão e em que o governo não quer correr riscos. Inclusive a reforma tributária anunciada deve ser simplificada, mais enxuta e, como já era esperado, sem alterações de conteúdo, mais profundas, buscando apenas simplificar e desonerar ainda mais o empresariado, retirando mais direitos dos trabalhadores. O próprio Paulo Guedes considera deixar os pontos mais polêmicos para depois das eleições municipais.

Além de cuidar da relação com parlamentares, o ministro da Economia também busca reorganizar sua equipe interna visando melhorar a relação com o Congresso e a defesa dos interesses da equipe econômica no Legislativo. O ministro aproveitou a saída do Secretário do Tesouro, Mansueto de Almeida, para reorganizar a equipe com esse objetivo.

Enquanto as alterações constitucionais não são aprovadas, o governo segue avançando em medidas infralegais.

CONCURSOS PÚBLICOS

Esta semana o ministério da Economia editou a Instrução Normativa 46, desdobramento do decreto 9.739, de 28/03/2019, alterando as regras para au-

torização de novos concursos. Segundo o Ministério da Economia, há nova exigência de mais informações, como cálculos de impacto financeiro a longo prazo, projetando todo o período de vínculo dos possíveis novos servidores. Isso, para verificar o impacto da autorização no “equilíbrio fiscal do Estado”. Outro objetivo é avaliar a possibilidade de substituição de concurso para efetivos por contratação de trabalhadores temporários. Entre as exigências, os órgãos terão que comprovar que a carência de mão de obra não poderia ser suprida por remanejamento, digitalização de serviços, ou contratação de terceirizados, que não têm vínculo com a administração pública. O ministério também assume que pretende investir em concursos para carreiras com “maior exigência de qualificação” e de atividades consideradas típicas de Estado. Outro objetivo é tornar os concursos para cargos efetivos cada vez mais espaçados e raros. Enquanto isso o governo corre contra o tempo para garantir a aprovação da MP 922, que escancara a contratação de trabalhadores temporários na administração pública. Essa MP perde a validade na próxima segunda-feira, 29. Vale ressaltar que atualmente, dos 600.000 servidores ativos do Executivo Federal, 11% são temporários, quase 70 mil pessoas. E a tendência é aumentar.

MAIS REFORMAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Se sentindo montado na boiada anunciada por Ricardo Salles, Guedes

diz que pretende encaminhar, além da reforma administrativa e da reforma tributária “fake”, a “reestruturação” das políticas sociais, com a criação de um novo programa, o Renda Brasil. Um programa ainda não finalizado, nem apresentado, mas já anunciado, num nítido “tomar de temperatura” para ver a aceitação. Até o momento, o ministro da Economia diz que pretende unificar diversos dos atuais programas sociais, entre eles o abono salarial, que paga 1 salário mínimo/ano a quem recebe até 2 salários mínimos/mês (o mesmo que o governo quis reduzir o público beneficiário); o seguro-desemprego, que paga 1 salário mínimo a pescadores impossibilitados de desenvolver suas atividades durante o período de reprodução das espécies; o salário-família, pago a trabalhadores de baixa renda no valor de R\$ 48,62 para cada filho, enteado, ou tutelado até 14 anos, ou inválidos; o Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, pago no valor de R\$ 41,00 cada benefício, com cada família podendo acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 205,00. Se considerarmos que, apenas no Bolsa Família, em 2019, o governo ignorou a fila de mais de 7 milhões de pessoas inscritas aguardando apenas a liberação do benefício, que a manipulação do governo federal deixou sem receber uma em cada três das cidades mais pobres do Nordeste, por “birra” com os governado-

res nordestinos (a maioria de oposição ao governo federal), que entre fevereiro e março deste ano houve redução de cerca de 158 mil beneficiários do programa, sem que essas pessoas deixassem a condição de necessitados, será que dá para acreditar na proposta de Paulo Guedes? Isso, claro, sem deixar de mencionar os R\$ 83,9 milhões que o governo tentou, este ano, transferir do Bolsa Família para a publicidade do Palácio do Planalto, justamente durante a pandemia da covid-19, o que não aconteceu graças à grita geral da sociedade e da imprensa. Realmente, não é nada confiável a fala do ministro que gosta de pôr granada em bolsos de quem considera inimigos. Até porque, uma proposta de renda básica minimamente aceitável necessita de muito debate, muito estudo, não é o voucher de Milton Friedman, pai do neoliberalismo da década de 1950, defendido por Guedes, comprovadamente ultrapassado em sua concepção. O mais provável, caso essa proposta vá adiante, seria a redução dos benefícios já existentes, deixando mais gente desassistida do que temos hoje. Até porque a proposta unificaria programas com perfis diferentes. Uma coisa é certa, Guedes quer tirar a imagem do Bolsa Família do ar, ligada profundamente ao período Lula/Dilma.

PRIVATIZAÇÕES

Além de tudo já dito até aqui, Paulo Guedes pretende também convencer seus novos parceiros do Centrão da necessidade de repor o caixa “esvaziado” pela pandemia através de quatro

privatizações ainda este ano: Eletrobras, Correios, Porto de Santos e a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), além da abertura de capital através de ações no mercado financeiro, da Caixa Seguridade. A dificuldade seria a Eletrobras, que depende da aprovação do Congresso e que tem certa resistência de lideranças do Centrão. Mas a discussão está aberta.

Por fim, cabe o registro da vitória da equipe econômica e dos conservadores privatistas, representantes da elite ultrapassada no Congresso. Capitaneados pelo “Senador Coca – Cola”, Tasso Jereissati (PSDB/CE), a aprovação pelo Senado do Marco Regulatório do Saneamento Básico abre as portas para a privatização do sistema e fecha as portas para a população mais pobre ter acesso a água tratada e coleta de esgoto. Guedes comemorou muito, dizendo que essa decisão irá contribuir para a retomada da economia do país com a chegada de investidores privados. Sabemos que, no caso do saneamento, como já aconteceu antes, boa parte do financiamento desses “investidores” do setor privado se dará através do dinheiro público do BNDES. Até porque grandes investidores internacionais estão saindo do Brasil por, entre outros motivos, não confiarem na política ambiental, negacionista e isolacionista do atual governo. O resultado dessa votação fez o ministro da Economia se sentir mais crédulo da aprovação das privatizações e do desmonte dos serviços públicos. Serviços esses comprovadamente essenciais para a população, em especial em tempos de crise, como a atual pandemia. Essa é a

ideia do ministro da Economia para o desenvolvimento pós pandemia, não mais reduzir a máquina pública, mas se desfazer dela.

AO CONTRÁRIO DO MUNDO

O governo vai, sem nenhum exagero, na direção exatamente oposta ao que se observa em outros países que estão retirando do setor privado o saneamento básico. Cidades como Paris, Berlim, Buenos Aires e Atlanta estão entre as 208 cidades de 37 países, atingindo 100 milhões de pessoas, que entre 2000 e 2015 “remunicipalizaram” os serviços. Destaca-se que em 40% dos casos a decisão do rompimento foi unilateral por parte do Estado, enquanto que em 44,7% simplesmente não houve renovação ou reabertura para novos contratos. Os dados são do instituto de pesquisa TNI (The Transnational Institute), através do estudo “Our Public Water Future”.

Cada vez fica mais claro o retrocesso e o atraso das políticas do atual governo. Também é nítida a cegueira de Guedes, causada pela neurose obsessiva em seus delírios ultraliberais. Isso é a tradução prática da frase dita por ele, em 9 de maio deste ano, durante uma videoconferência promovida pelo banco Itaú, quando o ministro disse: “Estamos mais próximos do caminho de Ronald Reagan e Margaret Thatcher”. Alguém tem que lembrar que o mundo está quase quatro décadas adiante, o que, infelizmente, não é o caso do atual governo.

Mais do que nunca, é preciso a unidade de todas as forças contra o desmonte do Estado brasileiro e a entrega do que sobrar ao mercado financeiro, antes que a barbárie se instale de vez.

E o presidente Jair Bolsonaro? Bom, ele é só o presidente, não o governante. E por enquanto.

5 - A POPULAÇÃO SEM SERVIÇOS PÚBLICOS, SEM EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO...

A pauta em debate em diversos países é necessariamente a reestruturação pós-pandemia, principalmente onde o gráfico de acompanhamento mostra a queda de casos e o controle da covid-19. Governos e sociedade debatem a necessidade da presença do Estado após a pandemia, com ênfase em alguns pontos. O primeiro e mais urgente é a prestação de serviços básicos à população, com destaque para a saúde, com fisioterapias de recuperação, tratamentos das sequelas e de comorbidades como cardiopatias, diabetes, demais doenças respiratórias, entre outras. Discute-se também o necessário investimento em saúde preventiva, visto os alertas para novas ondas do mesmo vírus, ou novas pandemias. Além da saúde, outros serviços, como educação, saneamento, mobilidade, segurança, por exemplo, também merecem tratamento urgente. Um outro ponto em debate é o papel do Estado e

a necessidade de fortalecimento da sua estrutura, visando a recuperação do desenvolvimento social e econômico dos países. Ficou claro durante a pandemia que onde havia (e há) sistemas de saúde universais e gratuitos o combate e o controle da pandemia se deu de forma mais efetiva. A presença do Estado e a sua importância no processo de recuperação é fundamental, o que justifica ser o tema central a ser tratado. E dentro dessa discussão está, naturalmente, o papel da administração pública e do servidor público, que é quem opera a máquina do Estado.

No Brasil de hoje, governado e dirigido por mentes tão achatadas quanto o planeta em que imaginam viver, não é bem assim. A neurose obsessiva dos defensores do projeto neoliberal os faz investirem todas as forças na destruição do Estado com a consequente concentração de poder no sistema financeiro, pouco importando se o projeto que defendem deu errado em todo lugar onde foi aplicado, sendo revertido, ou abandonado. Os prejuízos econômicos, sociais e políticos onde foi feito o que se pretende fazer no Brasil foram gigantescos e pagos com o sofrimento da população. Mas a equipe do Ministério da Economia está ciente e concorda com esse projeto. Como exemplo, cito a fala do Assessor da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Felipe Aguiar de Barros, em um debate que participei, na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania do Senado, em 2019, que, ao ouvir que as propostas do governo eram neoliberais, disse que a equipe concorda

com o Ministro Paulo Guedes e, assim como ele, acredita nas teses da Universidade de Chicago defendidas por ele. Teses que, obviamente, o grupo, incluindo seu chefe, não considera ultrapassadas, contrariando o discurso atual da mesma universidade.



Ministro Paulo Guedes em palestra na FGV, quando chamou servidores de parasitas

Cris Vicente/Divulgação

Desde a decretação do estado de Calamidade Pública no Brasil, o pouco que foi feito, a contragosto do governo, para atender as mínimas necessidades da população durante a pandemia só foi possível com recursos livres das amarras de um teto de gastos públicos único no mundo, de um falso equilíbrio fiscal, de uma lei de responsabilidade (ou restrição) fiscal. Todos pontos impostos por uma visão neoliberal. Ainda assim, mesmo com o país vivendo a pior crise sanitária e econômica da história, o governo brasileiro dificultou, e ainda dificulta, ao máximo o socorro à parte mais necessitada da população, além dos micros, pequenos e médios empresários, que são os que mais empregam no país. Enquanto isso, a elite brasileira, que vê a crise sanitária se afastar dos bairros das classes mais altas em direção aos bairros mais pobres e às periferias das zonas urbanas, a mesma elite conservadora, responsável pela eleição e manutenção do atual governo até aqui, mostra que tem uma visão muito diferente do resto do mundo e igual à do atual governo. Isso está nítido na pressão pela total revogação das medidas de afastamento social imposta no início da crise, forçando através de seus representantes prefeitos e governadores a jogarem a população necessitada à exposição do vírus.

Como em todo o mundo, está mais do que claro que, após o período de calamidade pública no Brasil, dificilmente o país emergirá da grave crise econômica em que se encontra – e que já estava instalada mesmo antes da pandemia, sem o Estado cumprir seu papel de responsável pela retomada do desenvolvimento, tanto público quanto privado. Após a pandemia as carências e necessidades da população serão exponencialmente maiores do que há três meses e meio, o que já não era pouco. É necessário suspender e até reverter propostas e projetos apresentados, muitos já implantados a partir de 2016 com Temer e reforçados no atual governo. No entanto, o que se vê é exatamente o contrário. Para o atual governo e os que o sustentam, a pandemia é um período de pausa para revisar (para pior) projetos e propostas que, segundo eles, serão retomadas com toda força tão logo o país volte à “normalidade” de antes da pandemia. Enquanto revisam seus projetos vai se passando um bozinho aqui, outro ali. E isso com a conivência da imprensa que, não podemos esquecer, tem parcela gigantesca de culpa na existência desse governo e muito interesse em seus projetos.

O que se vê é que o governo busca aproveitar o distanciamento causado pela pandemia, mais o adiamento das eleições municipais, para avançar na pauta das reformas. Enquanto Guedes participa de sucessivas reuniões remotas com parlamentares e empresários, anunciando o que não sabe se entrega, mas estimulando a plateia. Ele também cuida da coordenação das negociações com o

Centrão, enquanto sua equipe segue colaborando com subsídios (nos dois sentidos) à bancada reformista no Congresso. Em todos os eventos a base do discurso de Guedes e seus asseclas é a mesma: reformas (des)estruturantes. Os planos que o ministro diz serem para alavancar o crescimento da economia nacional e o desenvolvimento do país são os mesmos que ele defendeu há quatro décadas ao sair da universidade de Chicago para ser terceiro escalão no governo do ditador Pinochet, no Chile. Os mesmos planos que resultaram naquele país em destruição do serviço público, como a privatização do sistema previdenciário, que quarenta anos depois deixou na miséria boa parte do povo chileno, além da inexistência de saúde pública, da privatização do ensino, com cobrança de mensalidades nas universidades públicas, do saneamento básico privatizado (que remete a algo muito recente aqui no Brasil) e do gigantesco enriquecimento do sistema financeiro internacional às custas do sofrimento do povo. Esse o objetivo.

Em evento remoto promovido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) na sexta-feira, 3, Paulo Guedes afirmou que o fundo do poço da economia já passou. Disse também que “o presidente está determinado a prosseguir com as reformas e o Congresso é reformista”. Bom, quanto ao Congresso, não há dúvidas se analisarmos a correlação de forças. Mas há resistência no Legislativo.

No mesmo evento, o ministro discordou quanto a aumentar o investi-

mento público na recuperação da economia, dizendo que “tudo bem” se os investimentos forem “moderados”. Guedes defende que o que pode tirar o Brasil da crise são os investimentos e empregos privados e diz que a solução para isso são o Renda Brasil, a Carteira Verde Amarela, a privatização do saneamento básico (já aprovada), do gás natural, da cabotagem, do petróleo, do setor elétrico, além de outras concessões e privatizações. Segundo o ministro, essa seria a pauta para os próximos 60 dias. Guedes diz que a privatização do saneamento “foi só o começo”, e que o Brasil vai “surpreender o mundo”. O ministro, diferente do que é discutido em outros países, diz acreditar que investimentos estrangeiros em infraestrutura virão, bastando que paguem menos outorgas e investindo no futuro (de quem ele não disse).

Segundo Guedes, a reforma tributária está pronta, faltando apenas o acordo político. A reforma que propõe a redução de impostos sobre a folha, como parte da “queda de impostos sobre empresas”, a “simplificação de impostos”, mas sem nenhuma menção quanto a taxar grandes fortunas, tributação de lucros e dividendos, a real progressividade de impostos, por exemplo. A ideia é que a proposta seja encaminhada ao Congresso em agosto. Um detalhe, o governo avalia fazer com a reforma tributária como fez com as três PECs do Plano Mais Brasil que, driblando a Constituição Federal, que determina que as proposições do Executivo devam ser protocoladas na Câmara dos Deputados, deram entrada no Congresso através do

Senado, amplamente favorável às reformas. Se levarmos em consideração que 50% dos senadores são empresários e que 30% se apresentam como profissionais liberais, entendemos a opção pela Casa e podemos imaginar que tipo de negociações devem resultar no tal acordo político.

Ainda nesse evento, chamou atenção a afirmação do ministro que, diferente do que disse o presidente Bolsonaro, garantiu que “a reforma administrativa continua na pauta e que a equipe voltará a esse tema ainda neste governo”. Ele não quis se comprometer com o prazo, até porque seria difícil acordo para votação em ano eleitoral.

Por falar em eleições, com o adiamento do processo eleitoral e não tendo o recesso de meio de ano, as atividades no Congresso devem seguir até o início de outubro. Aproveitando esse tempo os parlamentares defensores das reformas pretendem avançar nas discussões sobre o tema. Na semana passada, a Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, composta por 12 deputados e 2 senadores, realizou quatro debates virtuais entre os dias 30 de junho e 2 de julho. No primeiro, o tema foi “*Modernização do Estado: desburocratização e gestão para eficiência*”. O segundo, tratou do tema “*O impacto da Reforma Administrativa nos estados e nos municípios*”, o terceiro discutiu “*Engajamento e valorização do servidor público*” e, por fim, o quarto debate tratou de “*Seleção e carreira de líderes no serviço público*”. Esse último tema coincide com a vigência da instrução normativa

do Ministério da Economia que dificulta a realização de concursos públicos, com o anúncio de um possível projeto de lei para dar substituir a medida provisória 922/20, que ampliava a contratação de temporários para a administração pública, que perdeu a validade no último dia 29. Coincide também com o anúncio pelo Ministério da Economia, do programa “LideraGov”, que “identificará novas lideranças e treinará servidores por meio de cursos para altos executivos.”

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Tiago Mitraud (Novo/MG), alega ser necessário “desideologizar o debate”, como se o coletivo, presidido por ele, membro de um partido assumidamente neoliberal, não usasse de ideologia ao defender sua proposta de reforma. É obvio que o lançamento dessa frente tem o claro objetivo facilitar a tramitação vista por muitos como difícil, tendo em vista a organização e a mobilização dos servidores públicos.

Não é difícil ligar os pontos. O ministro Guedes se transforma em articulador e negociador do governo com o Centrão e coletor de apoio empresarial (como se fosse necessário). Enquanto isso, é criada uma frente parlamentar para defender a reforma administrativa dentro do Congresso, garantindo a aprovação da reforma. O objetivo é usar o tempo disponível deste ano para avançar o máximo na cooptação de votos no Congresso e de apoios, com campanhas de mídia falando mal do serviço público e dos servidores, para logo no início do

próximo ano pôr em votação a proposta sem muita resistência.

Se não for impedido, o ministro operador das reformas neoliberais deixará o povo sem saúde pública, cuja importância no combate à pandemia ficou nítida, sem educação pública e gratuita em todos os níveis, com a criação da cobrança de mensalidade nas instituições públicas de ensino, sem assistência social, além do fim das políticas de inclusão. O país ficará sem investimento em pesquisa, cuja necessidade e importância também ficaram claras durante a pandemia, sem desenvolvimento social e tecnológico, necessários à soberania de um país. O saneamento básico mais caro deixará uma maior parcela da população sem cobertura de água e esgoto, assim como a distribuição de energia elétrica, do transporte público (que são concessões, mas podem deixar de ser). Em resumo, será o aumento da miséria e da pobreza da população e, entre outras consequências, o aumento da carestia e da violência.

Na postagem anterior mencionei que a proposta do ministro Guedes, o programa “Renda Brasil”, se fosse sério, necessitaria de um amplo debate na sociedade, dada a complexidade do assunto, além de muito estudo e que não poderia ser confundida com o voucher neoliberal sugerido por Milton Friedman em 1955. Pois é exatamente o que pretende o ministro da Economia, segundo matéria do jornal O Globo, sábado, 4 de julho de 2020. Uma “novidade” de 65 anos. Guedes pretende criar, um vou-

cher (vale) no valor de R\$ 250 mensais, incluído no programa Renda Brasil, que pretende substituir o Bolsa Família. Na proposta desaparece o investimento em creches públicas (dito abertamente na matéria), levando as crianças para instituições já existentes no mercado privado, incluindo filantrópicas e até igrejas. A informação foi confirmada por técnicos do governo aos jornais O Estado de São Paulo e O Globo. O resultado disso não é difícil de ver. É o fim da educação pública, autônoma, independente e laica na educação infantil. Ao contrário do dito pelo governo, não serão as famílias que escolherão as creches, mas o contrário. Quanto aos servidores da educação infantil, assim como os dos ensinos fundamental, médio e superior em todas as esferas governamentais? Bom, esses perderão gradativamente seus locais de trabalho, ou mudarão a forma de contratação.

Quando o governo fala em reforma administrativa, o foco inicial é o servidor. É nele que é ancorada a campanha de que o serviço não é bom por sua culpa, pelos seus “altos” salários, que a morosidade tem a ver com estabilidade que criou acomodados, entre outras infames e mentirosas acusações. Nessa proposta, redução de remuneração, de jornada, de direitos, a quebra da estabilidade, a flexibilização na forma de contratação, entre outras questões, tem o objetivo de redução drástica e progressiva da força de trabalho no serviço público. Para isso é fundamental contar com o apoio da sociedade, fazendo-a ver no servidor o vilão. Junto a isso a campanha de que

o que é público não funciona, e pronto. Está aí o objetivo final: usar os servidores como lenha na queima do serviço público, na eliminação da estrutura pública de atendimento à população. Com as mudanças na legislação que estão sendo encaminhadas, logo teremos aqui o que nossos vizinhos chilenos viveram nos últimos 40 anos. Mas o sistema financeiro vai lucrar e é isso que quer Guedes.

Em todos os eventos que participei antes da quarentena defendi que o movimento em defesa do serviço público fosse feito por dentro do serviço, na defesa do servidor, mas com o olhar para fora, para a sociedade, o público que depende dos serviços públicos em todas as áreas, nos três Poderes e nas três esferas de governo. De uma forma ou de outra todos, servidores ou não, dependemos do serviço público e gratuito. O mesmo serviço que, caso não seja parado esse governo, poderá ser extinto ou privatizado. Os servidores ficam sem emprego, a população sem serviços públicos, sem educação, saúde, saneamento...

Termino com a citação a uma postagem do blog do professor José Luis Oreiro, intitulada “*A apresentação Power Point que o Posto Ipiranga quer Esconder*”. Na postagem, o professor Oreiro disponibiliza o link para uma apresentação do ministro da Economia que deixa claro o que pensa e pretende Guedes com o Estado brasileiro. A apresentação tinha sido retirada da página do Ministério da Economia, porém, um dos leitores

do blog do professor Oreiro que havia conseguido salvar, repassando ao professor. Aqui faço questão de também disponibilizar, pegando uma carona no blog do professor Oreiro, que maravilhosamente qualifica de “pérola do pensamento Chicagão”.⁴

6 - O PRÉ, O PÓS-PANDEMIA E O DESMONTE DO BRASIL

Desde a posse do atual governo, em 2019, que entre os principais assuntos estão as reformas coordenadas por Paulo Guedes e sua equipe, que as chamam de estruturantes. Realmente, o nome tem a ver. O foco do conjunto de reformas é, sim, a estrutura do Estado brasileiro. Só que não se pretende reformar, no sentido de melhorar, modernizar. A proposta central é a total desestruturação do Estado brasileiro, a implantação do chamado Estado mínimo. Além da nomenclatura, a forma como esse debate é colocado pelo governo e pela grande imprensa dá a impressão para muitos que as ideias de reformas são do atual ministro e sua equipe. Os projetos são apresentados como se Guedes tivesse tirado da cartola uma ideia mágica para modernizar o Estado brasileiro. Mas, na verdade a história não corresponde ao que dizem seus defensores.

A partir da posse de Michel Temer para um mandato tampão de dois anos, os liberais, que contribuíram para a queda do governo de Dilma Rousseff, assumiram novamente o controle e se prepararam para a retomada da implantação da proposta neoliberal de Estado para o Brasil. Durante esse período alguns encaminhamentos foram traçados, entre eles a necessidade de investir no processo eleitoral de 2018, visando garantir a vitória de um candidato que desse continuidade ao processo iniciado no final dos anos 80 e interrompido em 2002 com o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Seria necessário também eleger uma banca parlamentar majoritariamente conservadora, liberal e, em alguns casos, suscetível a negociações nem sempre republicanas, onde os liberais ditariam a pauta.

Com discurso de renovação, apostando no desgaste do que se chamava de “velha política” (discurso adotado pelo então candidato, agora presidente eleito) o Congresso Nacional que saiu das urnas, segundo pesquisa e análise do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) é o que observamos no quadro abaixo, diferente da renovação divulgada pela grande imprensa:

4 A reconstrução do estado - SEDDM (20.06.20): <https://jlcureiro.wordpress.com/2020/06/25/a-apresentacao-power-point-que-o-posto-ipiranga-quer-esconder/a-reconstrucao-do-estado-seddm-20-06-20/>

FALSA RENOVAÇÃO DA CÂMARA

Noticiado na imprensa: 47,76% de renovação.

Dos 242 deputados federais eleitos que não estavam na legislatura passada, 130 (53,7% do total de deputados federais considerados novos) já tinham mandato anterior como deputados estaduais, vereadores, prefeitos, governadores, vice-governadores.

20 novos deputados têm vínculos diretos com políticos tradicionais, assessorando ou fazendo parte de clãs políticos.

Entre os 22 partidos com direito à liderança, apenas 4 novatos foram indicados como líderes partidários.

Maioria dos deputados não se alinha por partido, mas por representações de segmentos (frentes temáticas – agronegócios, segurança, evangélicos, saúde privada, empresarial, outros).

Como resultado de pesquisa do DIAP, que traça o perfil das duas Casas legislativas na atual legislatura, podemos observar que o perfil do parlamento eleito atende o objetivo dos liberais. Vejamos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Importante por ser a porta de entrada dos projetos do governo e onde acontece a maioria dos debates com a participação da sociedade e as principais definições de conteúdo.

Perfil mais conservador desde a redemocratização em 1985

Liberal, do ponto de vista econômico;

Fiscalista, do ponto de vista da gestão (corte de despesas públicas);

Conservador, do ponto de vista dos valores, costumes e comportamento;

Mais à direita, do ponto de vista ideológico; e

Atrasado em relação aos direitos humanos, tratamento de setores considerados minorias e ao meio ambiente.

Partidos com representação na Câmara: 30

SENADO FEDERAL

Casa revisora. Ainda há espaço para alterações e debates, menos que na Câmara.

Perfil mais conservador desde a redemocratização em 1985

Liberal, do ponto de vista econômico;

Fiscalista, do ponto de vista da gestão (corte de despesas públicas);

Conservador, do ponto de vista dos valores, costumes e comportamento;

Mais à direita, do ponto de vista ideológico; e

Atrasado em relação aos direitos humanos, tratamento de setores considerados minorias e ao meio ambiente.

Partidos com representação no Senado: 22.

Composição:

Empresários de diversos ramos (comerciantes, produtores rurais e industriais), aproximadamente 50%;

Profissionais liberais, pouco mais de 30%

Outras profissões, em torno de 20%

Ainda no mandato de Temer, alguns projetos seriam encaminhados, ou pelo menos anunciados, podendo ser aprovados, ou testados para a legislatura seguinte.

As discussões contavam, já em 2016, com subsídios do BIRD (Banco Mundial), que serviam de base para as propostas da equipe do presidente tampão. Entre os principais pontos discutidos estavam: a) congelamento de gastos públicos; b) redução de despesas com servidores públicos; c) reformas trabalhista e previdenciária; d) privatização, redução ou fechamento de serviços, e) desmonte e venda de empresas estatais. Todos os pontos foram divulgados como parte da modernização do Estado pela grande imprensa, sem nenhuma cerimônia.

Foram definidas também questões relativas ao trato com o orçamento público para serem imediatamente encaminhadas, onde podemos destacar: a) redução de gastos públicos, com a imposição de um teto de gastos; b) LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) restritiva e com maior contingenciamento e c) LOA (Lei Orçamentária Anual) com fortes limites nas despesas primárias. Também ficou acertado que seria buscado reformar a constituição e a legislação infraconstitucional para pôr fim às vin-

culações orçamentárias, como saúde e educação, a desindexação de verbas, com o fim dos reajustes automáticos e o fim das despesas obrigatórias.

Pondo em prática o acertado, com o apoio de instituições financeiras internacionais e do BIRD, foram encaminhadas proposições legislativas ao Congresso, como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287/2016 – Reforma da Previdência, que, caso não fosse aprovada seria revista e reencaminhada logo no início do mandato do presidente eleito em 2018, como efetivamente ocorreu. Também foram encaminhadas, e aprovadas, a Emenda Constitucional 95/2016, congelando as despesas correntes públicas por 20 anos, mantendo os gastos de capital, a Lei nº 13.465/2017 – Reforma Trabalhista, ampliando a informalidade nas relações de trabalho, com redução de direitos trabalhistas e sociais e consequente queda da arrecadação previdenciária.

É sabido que inicialmente o candidato à presidência dos neoliberais não era Jair Bolsonaro. Ao perceber que os representantes do PSDB e do partido Novo, possíveis operadores da proposta neoliberal, não teriam chance, que Luciano Huck havia desistido de concorrer, os liberais decidiram se aproximar do candidato da extrema direita, que, além de não ter na época um nome para a área econômica, poderia permitir a atuação dos liberais na implementação de suas propostas de reformas. Assim, convenceram Bolsonaro a aceitar Paulo Guedes, que negociava inicialmente com Luciano

Huck, a ser o responsável por sua área econômica. E assim foi.

Tão logo começaram os trabalhos no Congresso em fevereiro de 2019, o então novo governo encaminhou a proposta atualizada de reforma previdenciária (PEC 06/2019), posteriormente convertida na Emenda Constitucional 103/2019, concluindo a primeira fase da reforma previdenciária. Observa-se que seria impossível a equipe de Bolsonaro, ainda em fase de montagem durante o mês de janeiro de 2019, ter condições de, em menos de um mês, elaborar e apresentar o texto completo de uma proposta de emenda constitucional.

Ainda no primeiro ano de mandato do atual presidente, foi apresentado, com aparência de novidade, o programa de modernização do Estado, como mencionado no início deste artigo, o *“Plano Mais Brasil, a transformação do Estado”*, colocado em prática através de proposições encaminhadas ao Legislativo (PECs, PLs e MPs), além de muitos encaminhamentos infralegais. Uma simples análise mostra que o conteúdo do projeto é muito diferente do que diz o material de propaganda. A expressão *“Menos Máquina, mais Social. Governo justo, eficiente e fraterno”*, deixa clara a contradição do discurso. Menos máquina significa, na prática, a redução do que é público, de órgãos e empresas, de unidades de atendimento à população, além da precarização nas contratações para o serviço público. Isso dificilmente traria qualquer melhoria na área social.

Outro ponto que merece destaque é a continuidade da reforma trabalhista através da Medida Provisória 905/2019, que criava o contrato de trabalho verde e amarelo, além de outras alterações na legislação trabalhista, aprofundando a precarização das relações de trabalho. Essa MP perdeu validade por não ter sido votada dentro o prazo constitucional, devendo ser retomado o debate através de projeto de lei.

Ao defender a reforma na estrutura do Estado, o governo anuncia:

“Aumentar a capacidade de investimento do Estado e dar retorno para a sociedade

Reduzir a complexidade e implementar uma gestão que coloque o Serviço Público na vanguarda

Aproximar o Serviço Público do cidadão, uma vez que o Estado existe para servir à sociedade”

Como argumentos que justificariam a reforma, a equipe do Ministério da Economia alega:

“Número crescente de servidores

O sistema é obsoleto, disfuncional e difícil de administrar

O sistema é descolado da realidade do país

Remunerações incompatíveis com realidade do país”

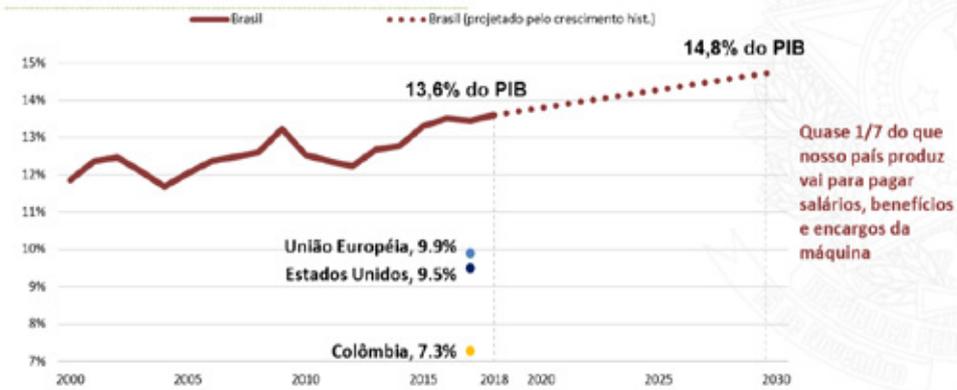
Na defesa de sua proposta a equipe do Ministério da Economia apresen-

ta, entre outras coisas, um gráfico baseado em dados da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*) com projeção (sem base de cálculo que confirmasse o apresentado) feita pela própria equipe do ME. No gráfico o governo alega que, se não acontecer a reforma, “quase 1/7 do que o nosso país produz vai para pagar salários, benefícios e encargos da máquina”.

Veja o gráfico na página a seguir:

Raio X:
Despesa com pessoal no Brasil é alta e crescente

Despesa com Pessoal do Setor Público Consolidado % PIB

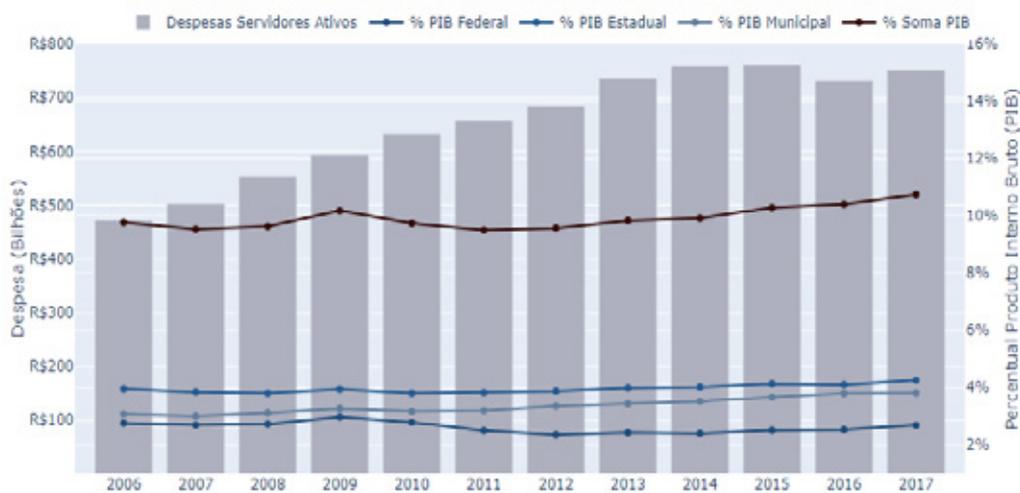


Nova Administração Pública



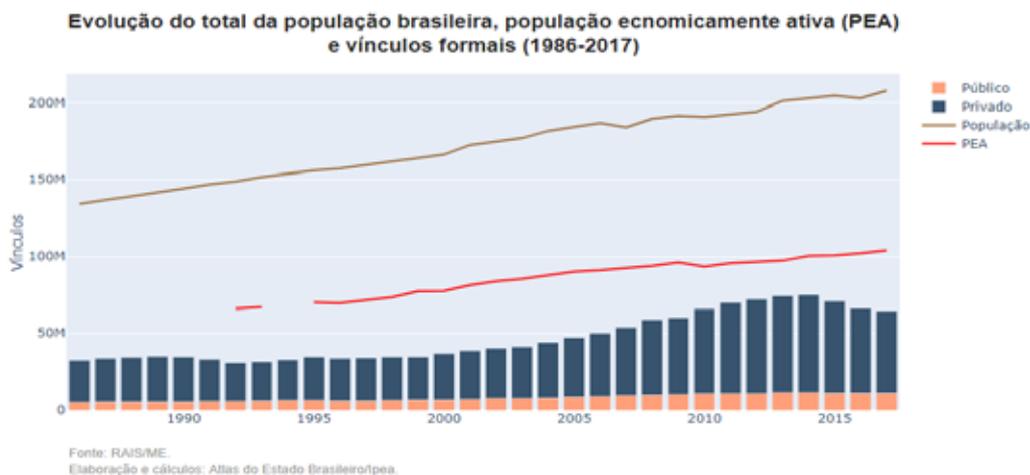
No entanto, o que se observa ao buscarmos dados que possam confirmar as alegações o que encontramos é bem diferente do discurso do governo. Vejamos. A informação acima liga, principalmente, a despesa com servidores ao PIB (Produto Interno Bruto). Usando a relação despesa anual com servidores em relação ao PIB, publicado no Atlas do Estado Brasileiro, IPEA, o que se encontra é que a evolução real é diferente do alegado pelo governo:

Despesa anual com servidores ativos e percentual em relação ao PIB (2006-2017)

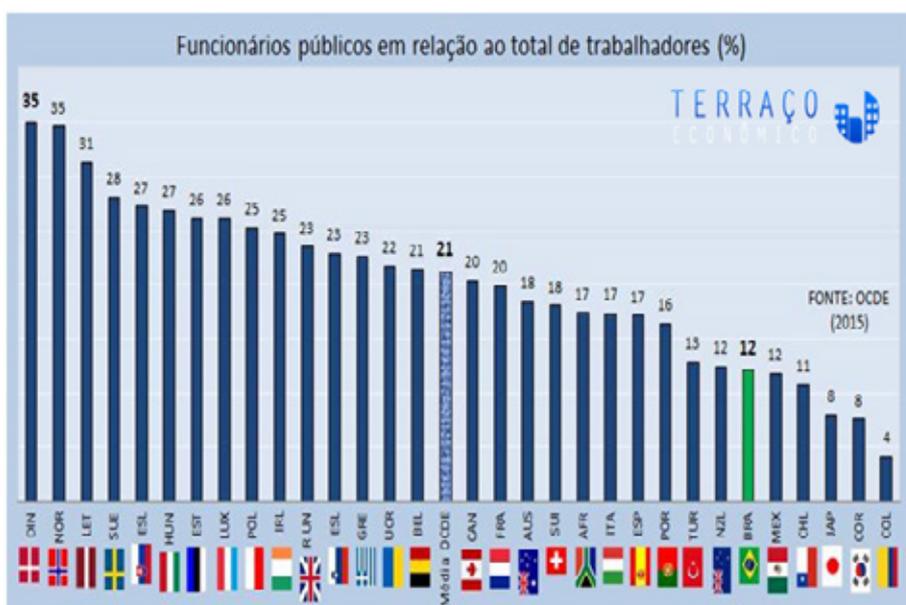


Em relação ao que diz o governo sobre o número de servidores ser crescente, temos que lembrar que o número de servidores não pode ser analisado de forma ab-

solta, mas em relação à população a ser atendida por esses servidores e em relação ao conjunto dos trabalhadores do país. Vejamos a seguir a evolução do número de servidores entre 1986 e 2017, que é bem inferior ao setor privado. No mesmo gráfico podemos ver que a variação do número de servidores em comparação com a população economicamente ativa e mesmo com a população como um todo não confirma o discurso da equipe de Guedes.



Já no gráfico seguinte, um estudo publicado pela OCDE, instituição insuspeita segundo os liberais, mostra a comparação entre 31 países na relação de servidores com o total de trabalhadores. Como diz o site Infomoney, em matéria publicada sobre os dados da OCDE, “o percentual maior de servidores públicos nos países europeus pode demonstrar justamente a maior intervenção do estado na economia no sentido de prover emprego para uma massa de trabalhadores que não é absorvido pelo setor privado, devido a uma série de fatores, como por exemplo, o próprio desenvolvimento da economia.” Por que será que isso o governo não divulga?



A própria imprensa mostra a falácia de excesso de servidores públicos, o que, segundo o governo, justificaria a redução do quadro. Em matéria publicada em 4 de março de 2020, no caderno “Economia & Negócios” do jornal O Estado de São Paulo, mesmo considerando a soma de servidores estatutários e contratados pela CLT, a queda no contingente seria a maior em duas décadas, como pode ser visto abaixo.

The screenshot shows a news article from O Estado de São Paulo. The page header includes the newspaper's logo, the section 'Economia & Negócios', and a search icon. The main headline is 'Contingente de servidores públicos caiu mais de 31 mil em 2019; maior queda em 20 anos'. Below the headline is a sub-headline: 'O número engloba tanto os funcionários contratados como estatutários – que possuem estabilidade, entre outros benefícios – como pelas regras da CLT'. The author is Amanda Pupo, and the date is 04 de março de 2020 | 14h29. The article text begins with 'BRASÍLIA - Dois dias depois de editar uma Medida Provisória (MP) que flexibiliza as regras de contratação para o setor público, o Ministério da Economia divulgou nesta quarta-feira que o número de funcionários públicos registrou em 2019 a maior retração em mais de 20 anos.' To the right of the article is a sidebar titled 'DESTAQUES EM ECONOMIA' with three items: 'Bolsonaro usa humorista para evitar responder sobre PIB fraco', ''Estou adorando a queda das ações', diz Luiz Barsi, o 'rei da Bolsa'', and 'Imposto de Renda 2020: o que muda na declaração deste ano'. At the bottom of the article is a large advertisement for Samsung and Dell. The Samsung ad shows an air conditioner and a TV. The Dell ad shows a laptop with the text 'MAIS VENDIDOS DELL' and 'MAIS VENDIDO'.

Como parte do conjunto de medidas do programa “Mais Brasil”, foram editadas três Propostas de Emenda à Constituição, as PECs 186/19, 187/19 e 188/19. A primeira chamada de “emergencial”, a segunda de “PEC dos fundos públicos” e terceira de “pacto federativo”. Todas as três constantes do acordo com o Banco Mundial. A proposta das 3 PECs era a redução drástica de direitos sociais e o aumento de direitos fiscais para o sistema financeiro. Para diminuir possível resistência na tramitação o governo burlou a norma constitucional que determina que todas as proposições de autoria do Executivo devem ser protocoladas na Câmara dos Deputados. Para isso, usou o artifício de entregar com a assinatura do líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), como se fosse ele o autor das três propostas. Sabendo que a parcela governista daquela Casa é muito maior proporcionalmente do que na Câmara, isso deveria facilitar a tramitação.

Ainda antes da crise gerada pela pandemia da covid-19, a política implementada pela equipe econômica do governo já dava mostras do que viria para a população brasileira. O crescimento da economia não acontecia, o ganho na arrecadação gerado pelo aumento na contratação de trabalhadores pelas novas regras também não vieram, além do aumento no número de famílias desassistidas. O que só deve piorar no período posterior à pandemia.

ECONOMIA

PIB do Brasil cresce 1,1% em 2019, menor avanço em 3 anos

IBGE mostra que houve desaceleração no 4º trimestre. Apesar do 3º ano de resultados positivos, economia ainda não anulou perdas da recessão e está no patamar de 2013.

Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1 — São Paulo e Rio de Janeiro
04/03/2020 09:06 · Atualizado há 2 dias



ARRECAÇÃO

Carteira Verde e Amarela faz despencar arrecadação

De acordo com o economista do Dieese Clóvis Scherer, cada emprego verde e amarelo representa R\$ 1.630,76 a menos de arrecadação por mês ao Estado, quase R\$ 20 mil por ano.

04/03/2020 10:09 · Atualizado há 3 dias · Por Folha · Fonte: Brasil 247 ·



Outr: ar arrecadação 0:00 outubro



Arquivo Web

A Medida Provisória 905, conhecida como "MP do Contrato Verde e Amarelo", deverá impor ao país uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 10,6 bilhões ao longo de cinco anos. O dado é um dos destaques de uma nota técnica divulgada nesta segunda-feira (2) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O estudo se baseia em cálculos feitos pela Secretaria da Receita Federal e outros órgãos.

De acordo com o economista do Dieese Clóvis Scherer, autor da análise, cada

Com crise e cortes no Bolsa Família, 3 milhões entraram na extrema pobreza

Por Congresso Em Foco — Em 04 mar, 2020 - 7:41

Para o período posterior à calamidade pública o ministro da Economia já anuncia pauta do governo, que deve conter a reforma administrativa, que já conta com uma

frente parlamentar na sua defesa, objetivando o desmonte do serviço público, uma nova reforma sindical propondo a modificação da atual estrutura sindical, aprofundando o que já foi encaminhado através da Reforma Trabalhista. Lembrando que já tramitam a PEC 196/19, de autoria do deputado Marcelo Ramos (PL/AM) e o PL 5.552/19, de autoria do deputado Lincoln Portela (PL/MG), tratando, principalmente de alterações nas regras de financiamento e o fim da unicidade sindical.

Cumprindo compromissos assumidos com representantes do sistema financeiro internacional e o BIRD (vide no 6º parágrafo deste texto), também está na alça de mira do governo uma lista de objetivos a serem alcançados, como uma série de marcos regulatórios (que na verdade desregulam e privatizam), todos com sérios prejuízos para a população, como redução ou dificuldade na obtenção de serviços, além do aumento de preços, que são:

Saneamento básico – já aprovado e sancionado pelo presidente;

Óleo e gás – com pressão para votar urgente;

Pré-sal – parada no Senado;

Elétrico – apesar de aprovado de forma terminal na comissão, o senador Jean Paul Prates (PT/RN) conseguiu assinaturas suficientes para levar o debate ao plenário, ainda sem previsão de data;

Petróleo.



Reestatização
cresce porque
empresa privada
tem serviço ruim,
diz instituto

Juliana Elias
Do IUPERJ, em São Paulo
UNIVERSIDADE UFRJ

<https://www.facebook.com/juliana.elias>

Brasil vai em sentido oposto a capitais do mundo que estatizaram saneamento



Também são alvo a privatização de empresas, num número bem maior do que as quatro anunciadas por Paulo Guedes, que são:

Correios;

Telebras;

CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos;

Trensurb – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre;

ABFG Associação Brasileira Gestora de Fundos;

Nuclebrás Equipamentos Pesados;

Ceagesp – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo;

Ceasaminas – Central de Abastecimento de Minas Gerais;

Codesa – Companhia de Docas do Espírito Santo;

Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados, e

Dataprev – Empresa de Tecnologia de Informações da Previdência.

As duas últimas da lista com a entrega de todos os dados econômicos, eleitorais, previdenciários e sociais da população brasileira para empresas privadas, muito provavelmente estrangeiras, que já se candidatam a comprar.

Por fim, o governo se prepara para encaminhar um novo projeto de lei em substituição à MP 922/2020, que flexibilizava as regras para contratação de trabalhadores temporários para o serviço público federal e que perdeu a validade.

Por tudo o dito aqui, fica mais do que claro o que leva os órgãos da grande imprensa a criticarem o presidente em várias questões, posturas, comportamentos, entre outras, mas sem nenhuma crítica à política econômica e seus operadores. Nem uma palavra contrária a Paulo Guedes e o que encaminha a equipe econômica. Mais um motivo para permanecer alertas.

7 - O PARASITA E O POVO

Há poucos dias o ministro da Economia voltou a falar de servidores e da necessidade de encaminhar a proposta de reforma administrativa do governo. Falou também em retomar as discussões para a implantação do sistema de previdência através da capitalização individual em instituições privadas para o conjunto dos trabalhadores. Sua intenção após a pandemia, diferente dos governos da maioria dos países europeus, é a retomada a todo vapor das reformas neoliberais, que seguem caminhando, mas em ritmo mais lento do que desejaria Paulo Guedes. E, é claro, ao falar de servidores sempre é de forma depreciativa. Isso faz lembrar quando chamou servidores de parasitas.

Bom, veremos quem é o parasita e quem é o hospedeiro.

Segundo a ciência, o parasita pertence a uma espécie que se beneficia de outra, o hospedeiro, à qual causa danos de maior ou menor grau. Também segundo a ciência, o parasita não tem o objetivo de matar seu hospedeiro (o que não significa evitar a morte), podendo, inclusive, usar mais de um para completar seu ciclo de vida. Com essas informações vem a questão: quem é o verdadeiro parasita, o servidor público? Penso que não. Essa pecha se encaixa em quem, engordando sua fortuna e poder, suga incessantemente as riquezas de um país, utilizando do definhamento forçado da estrutura de Estado, da qual faz parte o servidor. Ou seja, o servidor faz parte do hospedeiro, vítima do verdadeiro parasita.

Em seu discurso em um evento no dia 7 de fevereiro deste ano, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, ao cometer desacato contra os servidores públicos, o ministro Paulo Guedes, na verdade pode ter cometido um ato falho. Isto por ele entender que os que recebem algo do Estado, seja remuneração por serviços prestados, sejam benefícios previdenciários ou assistenciais, educação e saúde públicas gratuitas, sejam vacinas, medicamento de alto custo, frutos, muitas vezes, de estudos e pesquisas feitas por instituições públicas, por exemplo, estariam recebendo o que ele deve entender que seria apenas para beneficiar seu grupo e não atender às necessidades de toda a população. Ele provavelmente vê na população, onde está incluso o servidor, um

tipo de concorrente. Era como se gritasse: “eles estão gastando o que deve ser para o meu grupo!” Como disse Eleutério F. S. Prado, em seu artigo Publicado em 12/11/2019, no site Outras Palavras, “o que um economista neoliberal pouco ilustrado como ele entende de sociedade?” Eu diria que entender não é o caso. Até porque parece que ele vê a sociedade apenas como fonte de exploração para acumulação de riqueza.

Aqui cabe uma observação. Paulo Guedes, que, lembrando o ex-ministro da Educação, Eduardo Portela, está ministro da Economia, além da ofensa proferida em relação aos servidores, demonstrou desconhecimento do serviço público (ou isso, ou mentiu deliberadamente). As afirmações sobre servidores públicos, feitas em seu discurso, não se sustentam, como podemos ver: *“aumento de 50% acima da inflação”* – a esmagadora maioria dos reajustes há anos sequer repõem a inflação; *“aposentadoria generosa”* – servidores que ingressaram a partir de 2003 se aposentam igual aos trabalhadores do regime geral/CLT e pelo teto do INSS; *“reajuste automático”* – todo reajuste, quando há, depende de lei, justamente por não ser automático; *“a maioria da população defende que servidores concursados possam ser demitidos”* – desde 1998 a Constituição Federal permite a demissão de servidor estável por insuficiência de desempenho, além de que, antes disso, o servidor já poderia ser demitido através de processo administrativo – entre 2003 e 2019 foram 7.766 servidores federais demitidos.

COMO PAULO GUEDES CHEGOU AO GOVERNO

Mas, afinal, quem é a pessoa que foi apresentada ao país como o “Posto Ipiranga”, que teria resposta para tudo, por um então candidato que assumia nada entender de economia, o que se confirmou em relação a todas as demais áreas necessárias a quem se pretendia governante? Onde Bolsonaro foi buscar aquele que seria o seu superministro, capaz de dirigir um superministério unificando os antigos ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Trabalho (parte, outras partes foram para o superministério da Justiça e da Cidadania) e Previdência (já incorporado à Fazenda por Temer)? Aliás, qualquer semelhança com outro governo que fundiu ministérios da Fazenda e Planejamento, criando um ministério da Economia, não é mera coincidência. Mas isso é assunto para outro momento.

Respondendo às perguntas acima, na verdade, não foi Bolsonaro quem foi buscar Paulo Guedes. A aproximação de ambos é fruto de unificação de interesses, não obrigatoriamente próximos. Paulo Guedes, mesmo antes de se juntar a Bolsonaro já era candidato a dirigir (não necessariamente como ministro) a área econômica e as reformas do Estado brasileiro com viés neoliberal, retomando a agressividade de uma política interrompida com o fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

O grupo, do qual faz parte o atual ministro da Economia, não tinha inicial-

mente a intenção de eleger Bolsonaro, até porque não tinha o perfil desejado. O candidato seria Luciano Huck, uma proposta que se encaixava no resultado de pesquisas feitas pela equipe de Paula Drumond Guedes, filha de Paulo Guedes, fundadora da Jobzi, empresa que pesquisa o mercado de trabalho brasileiro. Essas pesquisas, segundo o jornal Valor Econômico de 1º de dezembro de 2017, “apontaram que teria chances de sucesso um candidato (à presidência da república) jovem, com perfil de empresário, bom comunicador, com forte presença em redes sociais e que fosse percebido como autêntico e humano”. Só faltou dizer que tinha dado o nome de Huck na pesquisa. Ele realmente tinha um apelo popular a ser considerado. Diante dessa informação, Paulo Guedes precisava se aproximar de Luciano Huck, que foi apresentado a Paulo Guedes por um amigo em comum, o investidor Gilberto Sayão. Entusiasmados pelas eleições de Trump nos EUA e Doria, em SP, ambos defensores de políticas neoliberais, avaliaram que a chance era grande e que, inclusive, Paulo Guedes poderia vir a ser o ministro da Fazenda e responsável pela política econômica, ou seu articulador. Até que o apresentador desistiu da candidatura. A partir disso, e avaliando que não dava para perder a oportunidade de eleger um governo neoliberal, era necessário achar um candidato conservador com condições de vitória e de retomar, ou que permitisse a retomada, do projeto dos neoliberais para o Brasil. Afinal, não tinham investido na queda de Dilma por acaso.

Avaliando os perfis e as possibilidades dos candidatos, observou-se que o

candidato tucano, Geraldo Alckmin dificilmente teria chances. Um outro candidato ideologicamente alinhado com o neoliberalismo, João Amoedo, também tinha poucas chances. Foi um dos fundadores do Partido Novo que, além de lançar uma candidatura mais para ajudar a eleger parlamentares e crescer seu partido, já tinha acertado com Gustavo Franco, um dos pais do Plano Real, ex-presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso e também um dos dirigentes do Instituto Millenium (falaremos disso mais adiante). Nesse tempo, Guedes já vinha conversando com Bolsonaro, uma vez que era um candidato que tinha chance real, segundo as pesquisas.

Na época, o então candidato já tinha grande espaço nas redes sociais. Porém, os coordenadores de sua campanha entendiam a necessidade de um economista liberal de peso junto a Bolsonaro tanto para ajudar na elaboração de um programa econômico, quanto para ganhar espaço e apoio dos representantes do mercado financeiro. Como Gustavo Franco já estava integrado à campanha de João Amoedo, era necessário com certa urgência conseguir esse economista. A partir dessa constatação os apoiadores se articularam e o encontro se deu.

O primeiro contato entre Paulo Guedes e Bolsonaro aconteceu em um hotel no Rio de Janeiro, em novembro de 2017, graças a Winston Ling, empresário gaúcho de ascendência chinesa. Ling era entusiasta do projeto presidencial de Bolsonaro, um conservador em relação a costumes e defensor do liberalismo eco-

nômico, que gosta de atuar na política, mas sem muita exposição. É um dos difusores de referência neoliberal, promotor de eventos e que ajuda jovens a estudarem no exterior com bolsas de estudo através do Instituto Ling, com o apoio do Instituto Millenium. Ling conheceu Bolsonaro através da hoje deputada federal Bia Kicis, ex-procuradora do DF, blogueira de direita, próxima de Bolsonaro desde 2014.

A partir da união entre Bolsonaro e Guedes, foi a vez de Guedes sair em campo para convencer os influentes do mercado financeiro a apoiar a candidatura do capitão da reserva. Ele se tornou o avalista de Bolsonaro junto aos capitalistas do sistema financeiro nacional e até internacional que têm interesses no Brasil. Não foi fácil quebrar a rejeição à Bolsonaro, que no sistema financeiro era grande, principalmente por sua postura ao longo dos sete mandatos de deputado federal, nunca votando com os interesses liberais. Bom, Guedes conseguiu e o resultado todos sabemos. Paralelo à peregrinação junto aos banqueiros e apoiadores do neoliberalismo, Guedes se tornou um tipo de professor de Bolsonaro sobre política econômica, orientando, inclusive, o que deveria dizer em seus discursos e reuniões com empresários.

Guedes, aproveitando que já tinha a intenção de fazer no Brasil o que foi feito no Chile e que Bolsonaro é um admirador explícito do ditador chileno, Augusto Pinochet, não foi difícil convencer o presidente de qual deveria ser a política econômica a ser aplicada no país.

Ao assumir o ministério, Paulo Guedes ocupou vários cargos estratégicos com pessoas de sua confiança do mercado financeiro e de perfil neoliberal. A equipe foi completada por representantes do empresariado defensor das privatizações e por servidores de carreira de perfil conservador e liberal.

A FONTE ONDE GUEDES SE ALIMENTA (E SUSTENTA)

Em janeiro deste ano, 2020, ao sair do Brasil a caminho de Davos, na Suíça, onde representaria o governo brasileiro no Fórum Econômico Mundial, Paulo Guedes fez uma escala nos Estados Unidos. Na escala participou de um jantar na Califórnia. Não era um jantar qualquer. O jantar era parte do “Encontro Especial 2020”, da Sociedade Mont Pelerin, realizado entre 15 e 17 de janeiro na Universidade de Stanford. O “Encontro Especial 2020” foi um evento que reuniu a nata do neoliberalismo mundial, envolvendo bilionários e liberais influentes de todos os continentes.

Apenas para situar de quem estamos falando, a Sociedade Mont Pelerin (MPS, sigla em inglês), é uma organização internacional fundada pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1947, na localidade de Mont Pelerin, na Suíça, com o objetivo de defender os valores e interesses liberais, influenciando e interferindo em governos pelo mundo, objetivando a aplicação de suas propostas político-econômicas. A instituição, fundada com 38 membros, entre os quais o economista americano Milton Friedman, con-

siderado o pai do neoliberalismo, professor da Universidade de Chicago, mestre, líder e ídolo dos *Chicago Boys*, como Paulo Guedes. A MPS hoje conta com mais de 1.000 representantes em todo o mundo, com forte influência em diversos países.

Para ficar em apenas alguns exemplos da influência da Sociedade Mont Pelerin, os governos de Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Reino Unido), ícones históricos do neoliberalismo, contaram com a presença de representantes da MPS em suas equipes econômicas. Não podemos deixar de citar o Chile, onde o próprio Milton Friedman foi conselheiro econômico de Pinochet, o orientando sobre a “necessidade” de implantação, na íntegra e de forma radical, da política econômica neoliberal, como realmente aconteceu. E foi nesse período que Paulo Guedes, a convite de Selume Zaror, um dos *Chicago Boys*, ex-diretor de Orçamento do regime de Pinochet, foi trabalhar como pesquisador e acadêmico na Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile.

Através de seus dirigentes e apoiadores a MPS incentivou a criação de uma rede de aproximadamente 500 instituições chamadas de “*think tanks*” espalhadas pelo mundo, com economistas, pesquisadores e políticos dedicados a professar as “virtudes do capitalismo neoliberal individualista” e os “pecados estatais”. Uma dessas instituições no Brasil é o Instituto Millenium (citado duas vezes acima e de que falo a seguir).

De volta ao Brasil, Paulo Guedes estava disposto a divulgar e, se possível, ver implantado o que é professado pela MPS e que tinha visto acontecer no Chile. Apesar de participar de diversas instituições do mercado financeiro e de estar sempre na órbita de diversos governos, ainda seria necessário investir mais na difusão do que para ele seria necessário para o Brasil. Com o ideal da Sociedade Mont Pelerin, surge no Brasil, então, o Instituto Millenium.

Criado em 2005 no Brasil e tendo Paulo Guedes como um de seus fundadores, o *think tank* Instituto Millenium pode ser considerado integrante da rede Mont Pelerin, dado ao seu perfil de elaborar e difundir os ideais neoliberais, contando com o apoio de importantes grupos empresariais brasileiros, incluindo os proprietários dos meios de comunicação de massa⁵ do país, além de outras personalidades da chamada elite nacional. Além de ser um dos fundadores, Guedes consta também como membros na categoria “especialistas” do instituto, dando palestras e participando de eventos na defesa do neoliberalismo pelo país, o que foi suspenso ao assumir o ministério de Bolsonaro (pelo menos formalmente).

ALIANÇAS, NEM SEMPRE, ESTRANHAS

A volta dos neoliberais ao governo se confirmou, ainda que tendo a aliança, nem sempre confortável, mas muito conveniente, com lideranças neopente-

5 https://pt.wikipedia.org/wiki/Meios_de_comunica%C3%A7%C3%A3o_de_massa

costais, seguidores do astrólogo Olavo de Carvalho. Outras alianças, essas muito confortáveis, como militares retrógrados e entreguistas (assim como no Chile de Pinochet), além dos que se beneficiam da política neoliberal, como representantes do agronegócio de devastação e mineradoras. Assim, o neoliberalismo encontra um ambiente totalmente favorável às suas aspirações, com a unificação de todos os que não querem um Estado do bem-estar social, que invista no povo e não em suas carteiras. Não por acaso Paulo Guedes, em 9 de maio deste ano, em evento por videoconferência do banco Itaú, disse, em relação aos rumos do Brasil, que “estamos mais próximos do caminho de Ronald Reagan e Margaret Thatcher”, já tendo dito em 2018, logo após as eleições que “o Brasil vai ‘enterrar’ o modelo econômico social-democrata”. E, nos dois casos, está cumprindo exatamente o prometido.

A IMPRENSA

Estamos chegando ao final da primeira metade do mandato do atual governo e já podemos ver o quanto avançaram os neoliberais e o quanto está retrocedendo o país, o tanto que já foi sugado e o quanto que pretendem sugar mais das riquezas brasileiras. Aos que observam na grande imprensa as críticas ao clã Bolsonaro por seu negacionismo, pela forma como agem durante a pandemia e seu tradicional envolvimento com o crime organizado, ou até críticas a ministros do chamado grupo ideológico, peço que observem também os comentários da mesma grande imprensa sobre a equipe eco-

nômica, suas propostas de reformas e o posicionamento majoritário do Congresso Nacional, dirigido por liberais assumidos. Nenhuma crítica, no máximo algumas observações.

E O PARLAMENTO?

É de se observar também o posicionamento do presidente do Senado, que também é presidente do Congresso, em relação aos vetos presidenciais relativos a importantes questões aprovadas pelo Legislativo. Por que será que o Congresso sequer avalia e não vota os vetos presidenciais? Todos vetos a questões de interesses diversos, que não os do governo, estão sem apreciação desde o final de 2019. Lembro que, enquanto não for analisado e possivelmente derrubado o veto, a lei em questão segue vigente sem a parte vetada. Como exemplo, podemos citar os 12 vetos à lei do marco legal do saneamento básico, o veto integral ao PL 2.508/2020, que dava prioridade às mulheres que são chefes de família no recebimento do auxílio emergencial para os casos de famílias monoparentais (em que a guarda dos filhos é exclusiva de um dos pais). Lembro ainda de projetos aprovados por unanimidade nas duas Casas (com votos inclusive de parlamentares governistas), como a criação do Fundo de Reserva Monetária, que beneficiaria estados e municípios em mais de R\$ 9 bilhões, ou ainda o veto ao Programa Emergencial de Emprego, em que apenas R\$ 2 bilhões foram gastos quando deveriam ser gastos R\$ 40 bilhões, também aprovado por unanimidade.

Penso que podemos ver a síntese do que acontece no Brasil através do que disse Antonio Cabrera, em seu artigo no editorial de Opinião do Estadão, em 1º de fevereiro deste ano: “O Brasil descobre a Mont Pèlerin – Que a bandeira da liberdade econômica seja definitivamente hasteada no nosso país.” Mais claro impossível.

AS REFORMAS AVANÇAM, APESAR DA PANDEMIA

Apenas para não esquecer, ou mais uma vez chamar atenção, abaixo listo alguns pontos que estão em implantação, tramitação ou elaboração pelos neoliberais no governo ou no parlamento.

Veja quadro na página a seguir:

Privatização do sistema previdenciário;	Fim da previdência pública, passando para planos de previdência privada em bancos e seguradoras (nem todos terão acesso);
Privatização da saúde e da educação públicas;	Fim da saúde gratuita;
Privatização dos sistemas de água, esgoto, energia elétrica, gás, transporte público;	Fim da educação gratuita;
Privatização de todas as empresas estatais;	Redução de benefícios sociais;
Reforma tributária desonerando as empresas;	Universidades voltadas para a formação exclusiva de técnicos, sem formar massa crítica e cientistas;
Redução, privatização ou fechamento de órgãos públicos de atendimento à população;	Esvaziamento das carreiras de humanas, redução drástica da pesquisa em instituições públicas;
Desregulamentação da legislação ambiental, com liberação de terras públicas e de indígenas para exploração de mineradoras e agronegócios;	Maior concentração de renda na mão dos mais ricos;
Total liberdade ao mercado financeiro;	Redução de salários, aumento da informalidade, com aumento da pobreza e da miséria;
Desregulamentação das comunicações;	Repressão à atuação das entidades de representação social, como sindicatos e associações de todo tipo.
Queda no investimento no desenvolvimento tecnológico e na produção nacional, favorecendo a importação do que poderia ser produzido no Brasil.	

Também como lembrança, o ministro da Economia é um milionário, que teria, ainda hoje no governo, “negócios ocultos”, segundo o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), que cobra do Ministério Público uma investigação a respeito.

O POVO E O PARASITA

E como fica o povo? A resposta do operador neoliberal de plantão poderia tranquilamente ser a mesma dada pela então ministra da Economia (não por coincidência no mesmo ministério) de Collor de Mello, Zélia Cardoso de Mello, enquanto explicava o plano econômico que sequestrou a poupança da população brasileira: “o povo é só um detalhe”.

Quanto ao parasita, acho que está mais do que claro quem é.

8- A NOVA OFENSIVA NEOLIBERAL

Na segunda-feira, dia 10 de agosto último, o Jornal Nacional da TV Globo exibiu matéria atacando abertamente os servidores públicos. A matéria, que surgiu entre uma que falava da condenação de pessoas no caso do desabamento da ciclovia Tim Maia no Rio de Janeiro e outra que falava sobre a pandemia da covid-19, não foi por acaso, nem uma ação isolada da Rede Globo, utilizando informações de um estudo do Instituto Millenium. Na verdade, se tratava de um dos movimentos estratégicos das lideranças neoliberais numa ofensiva orquestrada para que a pauta das reformas retome seu rumo original, traçado durante a campanha eleitoral e que le-

vou Paulo Guedes e sua equipe liberal ao governo.

Fazem parte dessa ação orquestrada editoriais dos grandes jornais como O Globo (“Em vez de gastos públicos, é preciso acelerar as reformas – 13/08), Estadão (A debandada – 13/08) e outros. Também estão programadas participações em programas de TV e eventos virtuais de “especialistas” vinculados ao Instituto Millenium e outras instituições neoliberais, onde possam defender as ideias apresentadas pelo estudo chamado *“Reforma administrativa: diagnósticos sobre empregabilidade, o desempenho e a eficiência do Setor Público”*, desenvolvido pelo Instituto Millenium em parceria com a OCtadedron Data eXperts (ODX). Junta-se a isso as manifestações e críticas cada vez mais constantes e veementes de grandes empresários cobrando postura mais liberal do presidente, compromisso assumido por ele durante reuniões que selaram apoios durante a campanha eleitoral em 2018.

Não é coincidência no mesmo período a, denominada pelo ministro Paulo Guedes, “debandada” de cinco ocupantes de cargos em áreas estratégicas da sua equipe (Tesouro, Fazenda, Desburocratização, Privatização e Banco do Brasil), entre eles alguns oriundos do Instituto Millenium. Guedes diz que os que saíram culpam a “lentidão” no encaminhamento das reformas e o “establishment”, que seria “a estrutura estatal – burocrática, política e judicial”, como diz o Estadão em seu editorial da quinta-feira, 13. Lembro aqui o senador Humberto

Costa (PT/PE), que questionou se os que saíram desistiram de salvar a economia e se saíram com informações privilegiadas. Para mim, está mais do que claro o uso dessas informações. Temos que considerar também que os que saíram deixaram pessoas de sua confiança nos órgãos onde estavam. Uma coisa é certa, esse jogo não é para amadores.

Como já foi dito em outro momento, ao serem derrotados em quatro eleições presidenciais as lideranças neoliberais optaram por um processo mais radical de retomada do poder. O resultado das eleições de 2014, com a derrota no pleito à presidência da república por uma diferença menor que em vezes anteriores e as eleições parlamentares, onde o resultado lhes era favorável, considerando o perfil conservador e fisiológico da maioria eleita nas duas Casas do Congresso, permitiu que os liberais dessem um passo mais ousado. Aproveitando o quadro criado pela crise econômica vigente e em ação orquestrada com a grande imprensa, além de promoverem a criação de coletivos como se fossem movimentos espontâneos de massa, como “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados Online”, entre outros, todos financiados por grupos empresariais e organizações liberais e de extrema direita, estava pronto o cenário e o golpe se consolidou, com o apoio dos fisiológicos. Os passos seguintes foram a preparação de um processo de retomada imediata da agenda neoliberal, com proposições encaminhadas ao Congresso e alteração de normas infralegais ainda no período tampão de Temer. Para o pro-

cesso eleitoral de 2018 seria encaminhada a eleição do maior número possível de parlamentares que defendessem os ideais liberais e a preparação de uma equipe que assumisse o controle da máquina pública e da área econômica, de preferência com um presidente alinhado ao ideal neoliberal, ou que permitisse a ação dos agentes do neoliberalismo. Através do partido Novo, criado por liberais e sustentado por banqueiros, e de outras agremiações partidárias, foi eleito o Congresso mais conservador desde a redemocratização após o regime militar. Segundo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o perfil da atual legislatura no Congresso é liberal, do ponto de vista econômico, fiscalista, conservador em relação a costumes e comportamento, ideologicamente mais à direita e atrasado em relação a direitos humanos, minorias e meio ambiente. O perfil ideal para implementar as reformas.

Ao conseguirem através da aliança com a extrema direita e a direita fisiológica a vitória na eleição presidencial de 2018, foi dado prosseguimento ao processo de implantação das propostas neoliberais iniciado ainda no período Temer, como a reforma trabalhista e a implantação do teto de gastos públicos. Com a unificação de áreas importantes do governo em um único ministério sob a direção de Paulo Guedes e a rápida aprovação da reforma previdenciária, ainda no primeiro ano de mandato, tudo indicava céu de brigadeiro para as reformas neoliberais.

O CONTRATEMPO

No entanto, a chegada da pandemia pouco depois da abertura do ano legislativo gerou alteração da rotina e da pauta no Congresso. Com isso, a saída para os liberais não deixarem a discussão esfriar seria investir em eventos com a participação de empresários, secretários de estados e municípios, além de representantes do governo federal e da frente parlamentar em defesa da reforma administrativa, criada no Congresso para fazer o assunto avançar no parlamento, angariando votos e ampliando a base de apoio. Essa frente foi criada em 29 de junho (durante o período de calamidade pública, propositadamente) e, não por acaso, presidida pelo deputado Tiago Mitraud, do totalmente neoliberal partido Novo. Ao mesmo tempo em que os parlamentares neoliberais seguiam no Congresso, Paulo Guedes fazia questão de realizar muitas reuniões e participar de diversos eventos promovidos por empresas e instituições ligadas aos liberais. Em todos os eventos os representantes da equipe econômica e os parlamentares ligados à frente parlamentar pregavam (e seguem pregando) a necessidade de retomada imediata da pauta de reformas, com a volta da tramitação de propostas de emenda constitucional que estão suspensas e o encaminhamento da reforma administrativa imediatamente. Tudo com o apoio explícito do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A ideia é discutir e tramitar ainda neste restante de ano e votar logo no início do próximo ano. Nesse meio tempo, Paulo Guedes

conseguiu negociar com parlamentares do Centrão o apoio na votação do marco regulatório do saneamento básico, sendo vitorioso, o que ainda não ocorreu em relação a outros marcos regulatórios e menos ainda em relação a privatizações, ainda em negociação com os fisiologistas. A dificuldade com o Centrão em relação às privatizações é que a entrega de empresas públicas à iniciativa privada significa a redução de espaços para indicação política das lideranças do Centrão.

Outra coisa que os neoliberais não contavam era que a reaproximação de Bolsonaro com os fisiológicos do Centrão, sua área de pertencimento durante os 28 anos de mandato parlamentar, passasse da aproximação que foi motivada inicialmente pela necessidade de sobrevivência, conseguindo os votos suficientes para impedir a abertura de processo de impeachment. Os liberais não contavam também com a fatura alta apresentada pelo Centrão, especialmente em ano eleitoral, com cargos em órgãos e empresas, além da interferência na pauta do Congresso, o que poderia interferir nos seus planos. Também não esperavam que o presidente resolvesse incluir no “pacote Centrão” a sua campanha antecipada à reeleição, aproveitando o aumento de popularidade decorrente do pagamento do Auxílio Emergencial, que ele sequestrou a autoria para se aproveitar. Como disse o economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central (BC), ao participar de debate na Jovem Pan, “a agenda do ministro da Economia não é a mesma do presidente”. O economista

disse também que, para Bolsonaro, “o programa apresentado na eleição não era um programa para valer”. É claro que para Bolsonaro a agenda neoliberal é prioridade se lhe ajudar a manter o poder. Um poder cada vez mais com perfil populista de direita, pró-fascista, militarizado e cada vez menos democrático. É obvio que tanto Guedes, quanto seus aliados e sustentadores empresários e banqueiros neoliberais já perceberam o caminhar diferente do presidente e o descompasso com o que pretendiam. Daí decidirem pela ofensiva, usando o Instituto Millenium e as grandes redes de comunicação para isso.

A OFENSIVA

Com a possibilidade de mais um adiamento da reforma administrativa, dessa vez para 2021, e a insegurança em relação a reforma tributária que desejavam, além da influência do Centrão nas decisões do presidente, as lideranças neoliberais optaram por uma ofensiva em várias frentes para pressionar Bolsonaro a encaminhar as reformas o mais rápido possível e da maneira que os liberais desejam. Assim foi que se viu a partir da segunda-feira, dia 10 de agosto, o lançamento da campanha “Destrava!” do Instituto Millenium nas redes sociais e outros meios de comunicação. Concomitante foram divulgadas matérias em noticiários, como o Jornal Nacional e o canal GloboNews, portais de notícias, além de grandes jornais através de editoriais e artigos de seus porta-vozes, todos repetindo dados do Instituto Millenium e

cobrando o encaminhamento imediato da reforma administrativa, entre outras ações. Ressalto a participação de representantes dos grupos de comunicação em diversas instâncias do Instituto Millenium e de outras instituições similares, assim como membros da equipe de Paulo Guedes no ministério da Economia e de instituições privadas, em especial do mercado financeiro ao longo do tempo nessas instituições.

Cabe lembrar que, segundo a Constituição Federal, é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Da mesma forma proposições que tratam de criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, inclusive a remuneração dos servidores. Por isso a pressão dos liberais para que Bolsonaro encaminhe a proposta.

CAMPANHA: “DESTRAVA!”

Pensada e preparada como uma arma dos neoliberais para pressionar pela retomada da agenda de reformas como prevista na campanha eleitoral e acordada no período de transição entre a eleição e a posse em 1º de janeiro do ano passado. O objetivo dessa campanha é vender a reforma administrativa como a solução para os problemas da administração pública brasileira, forçar o governo a encaminhar e, se possível, com apoio da sociedade. Para isso, a chamada da campanha diz:” *Mobilização pela*

reforma administrativa, liderada pelo Instituto Millenium, busca conscientizar sobre a importância da pauta retornar à agenda do Congresso Nacional". O instituto Millenium também está divulgando uma carta aberta, onde, além dos seus, pede que as pessoas "comuns" também assinem, dando cara de apoio social.

A partir disso, uma série de afirmações que não se sustentam e dados trabalhados intencionalmente é vendida como verdade absoluta. Aqui, alguns comentários sobre pontos apresentados na matéria do Jornal Nacional da TV Globo.

- "No ano passado o Brasil gastou com salários de servidores públicos federais, estaduais e municipais três vezes mais do que com a saúde".

A intenção é passar a ideia de que investimento em saúde, assim como outras políticas públicas nada tem a ver com pessoal. O objetivo é exatamente a desvinculação. Ao partir dessa ótica estaria aberto o caminho para outras formas de contratação, precárias e temporárias, com remuneração bem abaixo do que hoje é pago (que já é muito pouco), além de reduzir ainda mais a força de trabalho. Da mesma forma, é aberto espaço para a entrega dos serviços a instituições de caráter privado, através de convênios com organizações sociais, filantrópicas, ou mesmo empresas privadas. O mesmo discurso defensor da terceirização nas áreas privada e pública.

- "De cada 5 postos de trabalho formal do país um é emprego público e esses servidores federais, estaduais e municipais, dos três Poderes, custaram R\$ 928 bilhões no ano passado".

Aqui, há nítida intenção de passar a ideia de excesso de servidores, quando é exatamente o contrário. Algumas observações que o "estudo" não apresenta:

A média de servidores públicos em relação ao total de trabalhadores em 36 países analisados pela OCDE (entidade que o governo brasileiro tanto deseja compor), é de 21%, enquanto no Brasil essa relação era de 12% em 2015 (15% em 2019). Abaixo de países como África do Sul (17%), Ucrânia (22%) e Grécia (23%).

O que também não é dito é que em países como Dinamarca (35%), Noruega (35%) e Grã-Bretanha (23%), entre outros, o serviço público, que fornece serviços de saúde, educação, segurança e saneamento básico, por exemplo, atende 100% da população de forma gratuita e com qualidade. Tem que ser considerado também que o número de postos de trabalho nos serviços prestados pelo Estado leva em consideração a população de cada país e não tem que manter uma proporção obrigatória com o conjunto de pessoas trabalhando. Ainda que nesses países o número de pessoas sem emprego é proporcionalmente bem menor do que no Brasil.

Outra coisa a considerar, segundo o site Terraço Econômico, é que "o per-

centual maior de servidores públicos nos países europeus pode demonstrar justamente a maior intervenção do estado na economia no sentido de prover emprego para uma massa de trabalhadores que não é absorvida pelo setor privado, devido a uma série de fatores, como por exemplo, o próprio desenvolvimento da economia". Um olhar oposto ao do Instituto Millenium.

- "O gasto com salários de servidores representou quase 14 % do PIB, o Produto Interno Bruto do Brasil, o valor de bens produzidos em um determinado período, enquanto os gastos com a educação somaram 6% e a saúde recebeu menos de 4% do PIB (3,09%)".

Segundo o Atlas do Estado Brasileiro – IPEA, "a despesa dos ocupados ativos no governo geral passou de 9,7%, em 2006, para 10,7% do PIB, em 2017. Este crescimento de 1% do PIB na despesa com servidores ativos, colocado na perspectiva da significativa expansão das políticas de bem-estar do Estado brasileiro, da ampliação de suas funções e população atendida pode ser considerado uma expansão mais tímida que a alardeada expansão descontrolada de gastos com o setor público". Ou seja, o crescimento acusado, em se confirmando, foi em razão da necessidade de atendimento à população, o que pode ser considerado ainda como tímido e insuficiente.

- "Com base em dados do FMI, em 2018, na comparação com 64 países,

o Brasil só ficou abaixo da Arábia Saudita, Dinamarca, África do Sul, Noruega e Islândia, em gastos com servidores'.

O estudo cita ainda que "o Brasil vem crescendo abaixo da média dos emergentes desde os anos 90. O Chile, apesar de seus problemas recentes, ainda apresenta renda per capita duas vezes maior que a brasileira". Mas não diz que em um país que não cresce a população desassistida é acima do que seria em períodos de crescimento e, logicamente, necessitada de maior atendimento através de políticas públicas estatais. Outro esclarecimento é que a renda per capita do Chile é calculada sobre uma altíssima concentração de renda em uma parte bem pequena da população junto com uma muito considerável maioria que ganha próximo de um salário mínimo, resultado de políticas como as defendidas pelo instituto autor do estudo. Lembra a história de duas pessoas, onde uma tem nove pães e a outra, um e, na média ambos teriam cinco pães cada.

- "São quase 10 milhões de pessoas no funcionalismo público (9,7 milhões). Os servidores federais são os que custam mais, 4% do PIB (4,2%), bem mais do que o Brasil investe em saneamento, 0,2%, enquanto mais de 100 milhões de habitantes (104 milhões) não possuem rede de esgoto, lembra o estudo".

Essa afirmação poderia ser dada informando que, infelizmente, o Brasil investe muito pouco em saneamento, a ponto de deixar 104 milhões sem sequer

têm acesso a rede de esgoto. Da mesma forma também são baixos os investimentos em saúde e educação, como dito no início da matéria.

– “Ainda segundo o estudo, os salários dos servidores federais são mais altos do que os pagos no setor privado para os mesmos cargos. Mais de 95% recebem o máximo da chamada “bonificação por desempenho”.

Nesta questão o “estudo” copia a afirmação do relatório do Banco mundial nas versões entregues aos governos Temer e Bolsonaro a partir de pesquisa feita por instituição privada. Na dita comparação não é levado em conta a Constituição Federal, que em seu artigo 39, parágrafo 1º, diz que “o sistema remuneratório observará: I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, II – os requisitos para a investidura, III – as peculiaridades dos cargos”. Diferente dos requisitos e critérios adotados na iniciativa privada.

Em apresentação feita pelo governo federal ao defender as alterações remuneratórias na reforma administrativa foram feitas as seguintes comparações:

Iniciativa Privada		Administração Pública Federal
advogado sênior de empresas de grande porte	X	advogado da AGU
analista contábil/fiscal sênior de empresas de grande porte	X	auditor fiscal da RFB
analista de planejamento/controladoria sênior de empresa de grande porte	X	analista de planejamento
analista de recursos humanos (business partner) de empresa de grande porte	X	analista administrativo das agências reguladoras

Óbvio está o total desconhecimento, ou omissão, do papel do agente público, suas funções, obrigações, responsabilidades e atribuições legais.

– “O tamanho e o peso da máquina pública são um problema a espera de solução urgente. O país precisa redirecionar o dinheiro que vem dos impostos para investimentos, por exemplo”.

Aqui caberia a pergunta de qual seria o “tamanho e o peso da máquina pública” necessários para atender a população dignamente, segundo a instituição neoliberal, se considerarmos, por exemplo, a deficiência de profissionais de saúde no SUS.

- 'Um projeto do Ministério da Economia previa diminuir cargos e servidores, permitir contratações temporárias, acabar com promoções automáticas por tempo de serviço, como é hoje. Elas seriam apenas por mérito, e acabar com a estabilidade, deixá-la restrita a algumas carreiras, como polícia federal e diplomatas'.

Essa seria a solução para a “melhoria” do serviço público brasileiro? Tenho certeza que não. Mas essa é a proposta defendida pela representante do Instituto Millenium, Priscila Pereira Pinto, ao final da matéria, ao defender o envio da proposta ao Congresso para aproveitar o grande número de servidores que deverão se aposentar nos próximos anos, permitindo que a “nova geração de servidores” possa ser admitida “em uma nova realidade”, muito provavelmente precarizada.⁶

9 - REFORMA DO ESTADO-ADMINISTRATIVA DÁ MAIS UM PASSO

Está prevista para a próxima segunda-feira, 31 de agosto, a apresentação, pelo senador Marcio Bittar (MDB/AC), de um texto substitutivo à PEC 188/19, conhecida como PEC do pacto federativo. O senador foi escolhido pelo

governo como substituto do relator original das PECs 186/19 e 188/19, senador Oriovisto Guimarães (Podemos/PR), justamente para fazer a unificação das propostas originais e acrescentar o que fosse desejo do Ministério da Economia.

As duas PECs originais se encontram na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, oficialmente aguardando relatório. No entanto, a CCJ daquela Casa está sem se reunir desde quando o Senado adotou as medidas de distanciamento em virtude da pandemia da covid-19. Vale a lembrança de que houve acordo de que durante o período de vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, até 31 de dezembro de 2020, tramitariam e seriam votadas as proposições de caráter emergencial, além daquelas com término de vigência de prazo, como Medidas Provisórias, por exemplo. Isso, no entanto não significou a paralisação das comissões permanentes, ainda que as reuniões não estivessem acontecendo, nem suas votações, que agora podem ser feitas de modo seguro, sendo que o Senado oferece terminais de votação fora do Plenário, incluindo a alternativa de os senadores votarem sem sair dos seus carros.

A apresentação, neste momento em que a sociedade não pode ter acesso às dependências do Congresso, de um substitutivo a uma PEC que propõe alterações profundas na Constituição

6 Mais sobre o Instituto Millenium e sua ligação com Paulo Guedes pode ser lido no artigo O Parasita e o Povo, publicado no blog: <http://vladimirnepomuceno.com.br/22-o-parasita-e-o-povo>

Federal e que não tramita em regime especial ou de urgência, deixa claro que, como dito em artigo anterior aqui no blog, os neoliberais e seus agentes, tanto no Executivo quanto no parlamento, seguem com as reformas, independente dos tramites normais do Congresso.

Além de pontos oriundos da PEC 186/19 e do texto original da PEC 188/19, deve constar do texto a proposta do programa Renda Brasil, sucessor do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, que ainda não está totalmente finalizado em sua parte constitucional, mas que se pretende até o fim desta semana. O anúncio é resultado da reunião do senador com o ministro Paulo Guedes, chefe da equipe que efetivamente é autora da PEC e agora do substitutivo.

Entre as propostas que devem constar do substitutivo, está uma nova distribuição de royalties do petróleo aos estados, mas com a condição de que, comprovadamente, desses valores nada seja destinado à despesas com pessoal.

Devem ser mantidos todos os gatilhos propostos na redação original da PEC 188/19, aprofundando as limitações impostas pela EC 95/16 e as tornando definitivas, não mais vigentes durante os vinte anos propostos na Emenda Constitucional.

O senador Bittar, na saída da reunião com Paulo Guedes e seus assessores, declarou que deve incluir alteração no texto constitucional também em relação ao teto remuneratório dos servidores públicos, constante do artigo 37 da

Carta Magna. Também podem estar no substitutivo outras propostas de cortes e limitações nas despesas primárias das três esferas de governo. O senador disse também que irá sugerir ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que as votações dessas PECs (186/19 e 188/19) sejam direto em plenário, sem passar por comissões, para “vencer os trâmites”, segundo ele. Essa declaração demonstra a urgência das reformas para os neoliberais.

Em relação aos “gatilhos” que constam da atual redação e devem ser mantidos, com efeitos imediatos em relação ao atingimento dos limites a serem definidos, perdurando até que se desfaçam as condições que deflagaram os gatilhos, temos os seguintes:

- Suspensão da concessão de vantagens, aumentos e reajustes ou adequações de remuneração;
- Suspensão de alteração de carreiras que gerem aumento de despesa;
- Suspensão de progressões e promoções, exceto para: Magistrados, Ministério Público, Serviço Exterior e Carreiras Policiais;
- Suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, exceto reposição de chefias e de direção sem aumento de despesas;
- Suspensão de realização de concursos públicos, exceto para reposição de vacâncias previstas no item anterior;

- Suspensão de criação e majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza;

- Suspensão de aumento de benefícios indenizatórios destinados a servidores e dependentes (diárias, auxílios alimentação, transporte, entre outros);

- Permitir a redução da jornada de trabalho em até 25%, com remuneração proporcional.

Alguns "gatilhos" que seriam deflagrados e que teriam efeito retroativo:

- Veda lei ou ato que conceda ou autorize o pagamento, com efeitos retroativos, de despesas com pessoal;

- Veda o pagamento com efeitos retroativos de despesa com pessoal, inclusive vantagem, auxílio, bônus, etc.

- Retira da Constituição a "revisão geral anual"

Outros "gatilhos" que constam da PEC 438/18 e que podem ser incluídos no substitutivo da PEC 188/19:

- Impede empréstimo para despesa de pessoal, autorizando redução da folha

- Redução da jornada em até 25%, com remuneração proporcional

- Autoriza demissão de concursados sem estabilidade e comissionados

Aqui, duas observações: a primeira é que na proposta a ser apresentada,

uma vez deflagrado um, ou mais gatilhos, uma vez desfeita a condição que deflagrou o gatilho, isso não significa que estaria liberado o que estava suspenso. Apenas deixaria de estar proibido. A segunda observação é a lembrança de que ainda seguem tramitando no Congresso algumas proposições que propõem a demissão de servidor estável por insuficiência de desempenho, considerando que a possibilidade já consta da Constituição Federal em seu artigo 41, parágrafo 1º, inciso III. São elas:

- PLP 51/19 – do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP);

- PLS 116/17 – da Senadora Maria do Carmo (DEM/SE);

- PLP 248/98 – do Poder Executivo (1998/Fernando Henrique Cardoso).

As entidades sindicais precisam ficar atentas.

10 - O QUE SIGNIFICA O ANÚNCIO DO ENVIO DA REFORMA ADMINISTRATIVA PELO GOVERNO.

O governo anunciou nesta terça-feira, 1º de setembro, em pronunciamento com a presença de ministros e aliados do Centrão, que encaminhará na quinta-feira, 03/09, ao Congresso Nacional a sua proposta de reforma administrativa, através de uma PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

Por que fazer justo agora o anúncio da reforma administrativa? Bolsonaro havia dito ter decidido encaminhar a reforma administrativa apenas em 2021. O que o fez mudar de ideia? E por que anunciar a reforma justamente no mesmo pronunciamento onde foi anunciada a prorrogação do Auxílio Emergencial até dezembro deste ano, em valor equivalente à metade do valor atual?

A resposta é mais simples do que parece. O governo já tinha dito que era muito provável a extensão do Auxílio Emergencial até dezembro deste ano, ainda que em valor menor, e que o novo programa, chamado de Renda Brasil, seria implantado a partir de 2021. Entretanto, na proposta de orçamento para 2021 enviada pelo governo ao Congresso não foi apresentada a fonte de recursos que sustentaria a implantação desse novo programa, proposto para substituir o Bolsa Família. No entanto, o que não é alardeado é que esse assunto foi tratado na reunião que antecedeu ao anúncio da extensão do Auxílio Emergencial, nesta terça-feira, dia 1º, pela manhã. Nessa reunião, a área econômica garantiu junto ao presidente que a única forma de financiar o Renda Brasil, ou sua principal fonte, seria a redução de gastos com servidores públicos, que seria necessário pegar dinheiro do “andar de cima”, como disse Paulo Guedes a parlamentares também nesta terça-feira. Lembro que os cortes com a reforma administrativa seriam todos em despesas primárias, justamente a fonte que garantiria o Renda Brasil, como já era a intenção do Ministério da Economia,

quando ainda era discutida a possibilidade de ingresso de mais famílias no atual programa Bolsa Família, como declarado pelo Secretário Especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em março deste ano.

APENAS ANÚNCIO, OU DESTA VEZ VAI?

Outras perguntas sobre o envio da proposta de reforma administrativa ao Congresso ainda este ano surgem. A primeira pergunta que muitos estão fazendo é se realmente dessa vez será entregue a tão falada PEC da reforma administrativa do governo Guedes/Bolsonaro. Tudo indica que sim, até porque a pressão dos neoliberais segue muito forte, vide as dezenas de matérias e artigos publicados em todo o país a partir do lançamento da campanha “Destrava”, do Instituto Millenium, lançada no dia 10 de agosto, com destaque no Jornal Nacional da Rede Globo no mesmo dia, vendendo a reforma administrativa como a solução para os problemas da administração pública brasileira (leia aqui sobre isso). Isso, além da pressão direta de lideranças conservadoras no Congresso e da equipe econômica internamente. Outro argumento sobre o momento do envio é a possibilidade de aprofundar de forma mais rápida as discussões e a tramitação da PEC, que pode se juntar a outras sobre o tema já no Congresso. Num momento em que vigora o Estado de Calamidade Pública, vigente até 31 de dezembro de 2020, com a sociedade impedida de ter acesso às dependências do Congresso Nacional e a realização de

reuniões e deliberações por meio virtual, os defensores da reforma do Estado Brasileiro entendem ser muito oportuno, pois impede o acesso dos servidores e outras lideranças aos parlamentares e às discussões promovidas pelas Casas do Congresso. Aproveitando a situação, o processo pode ser bem adiantado com a tramitação interna, a elaboração de emendas, relatórios e substitutivos, deixando para o início do próximo ano legislativo, em fevereiro de 2021, a fase de votações e conclusão do processo.

Analisando essa ofensiva dos neoliberais, a conjuntura criada pela pandemia no parlamento e a ausência do Renda Brasil na proposta orçamentária para o próximo ano e está montada a estratégia dos neoliberais, incluindo a área econômica do governo, para acelerar a reforma do Estado. E é claro que esses ingredientes estarão na campanha, onde mais uma vez serão jogados os servidores aos leões, dizendo à população que só haverá um novo programa social, o Renda Brasil, se houverem cortes nas despesas com servidores.

O QUE PODE VIR

Também há perguntas sobre qual será o conteúdo dessa PEC e quais mudanças podem vir. A resposta, por enquanto, mas com grande chance de confirmação, pode ser encontrada em diversas manifestações de personagens ligados ao governo federal, vários governos estaduais e municipais, além de arautos dos neoliberais, como Rodrigo Maia e outras lideranças de partidos conser-

vadores. Também pode ser respondido através de estudos com informações e resultados manipulados e, é claro, no relatório do Banco Mundial, entregue ao governo e ao Congresso em ato público realizado na Câmara dos Deputados em 2019. Não por coincidência, algo que já havia sido proposto pelo governo Temer em agosto de 2017.

Alguns pontos que podem ser lembrados e destacados:

- Extrema limitação da realização de concursos e não reposição de servidores estáveis aposentados;

- Permissão de contratação por outros regimes, como CLT/Carteira Verde e Amarela, com aumento da precariedade, além da contratação temporária e terceirização em áreas atualmente ocupadas por servidores permanentes;

- Nos casos de concurso público, a implantação de estágio probatório eliminatório, com duração de 10 anos, garantindo estabilidade apenas após esse período, ainda que para cargos de atividades típicas de Estado;

- Progressão e promoção exclusivamente através de avaliação de desempenho (chamada de meritocracia);

- Possibilidade de ingresso direto em posições mais altas de determinadas atividades, com criação de sistema de seleção de “altos executivos”;

- Regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho (há

três projetos tramitando sobre o assunto no Congresso);

- Desvinculação da remuneração de ativos dos proventos de aposentados e pensionistas;

- Revisão do direito a licenças, gratificações e outros benefícios e verbas indenizatórias;

- Redução da remuneração de entrada;

- Aumento do tempo para atingir o topo da tabela remuneratória, podendo chegar a 30 anos;

- Aproximação da remuneração da maioria dos cargos em relação a profissionais de atividades “equivalentes” na iniciativa privada;

- Redução do número de carreiras, unificando, principalmente, os cargos de atividades consideradas administrativas e de suporte às atividades fins. Isso permitiria a mobilidade de servidores entre órgãos, eliminando grande quantidade de concursos, ou de outras formas de contratação;

- Privatização/terceirização de serviços.

- Fim da estabilidade, com a definição de quais seriam os cargos/carreiras típicas de Estado, que seriam os únicos com direito a manutenção da estabilidade, porém sujeitos à demissão por insuficiência de desempenho.

Está em debate também, e pode ser incluído nesta proposição, a regulamentação do direito de greve para servidores públicos, restringindo a atuação sindical, além da “atualização” do Código de Condutas, tornando-o mais rígido do que o atual.

Bolsonaro, ao anunciar o envio da proposta de reforma, repetiu que não serão atingidos os atuais servidores e que as reformas valeriam apenas para servidores ingressos após a reforma. Isso tem que ser considerado, com muito boa vontade, como uma meia verdade. Até porque algumas em algumas questões não é possível separar atuais de futuros servidores. Entre essas questões estão:

- Desvinculação da remuneração de ativos dos proventos de aposentados e pensionistas;

- Progressão e promoção exclusivamente através de avaliação de desempenho (chamada de meritocracia);

- Regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho;

- Revisão do direito a licenças e gratificações e outros benefícios e verbas indenizatórias.

A menos que os atuais cargos sejam, na prática, colocados em extinção, com os novos ingressos através da criação de cargos novos, que tenham novas tabelas remuneratórias e critérios de progressão e promoção, essas questões forçosamente envolverão todos os servidores concursados, novos e atuais, regidos

pelo regime jurídico único dos servidores de cada esfera de governo.

Vamos acompanhar passo a passo os encaminhamentos dessas propostas.

11- O QUE ESPERAR DA PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA A SER ENTREGUE PELO GOVERNO AO CONGRESSO.

Será apresentada formalmente nesta quinta-feira, dia 3, a Proposta de Emenda à Constituição – PEC, que trata da reforma administrativa, como anunciado no dia 1º de setembro. A confirmação da entrega ao Congresso está na publicação da Mensagem Presidencial nº 504, de 2 de setembro, no diário Oficial da União de hoje, dia 3 de setembro. O que esperar dessa proposta?

Algumas questões podem ser observadas, como atender com esse gesto à pressão das lideranças neoliberais, como grandes empresários, representantes do sistema financeiro e lideranças conservadoras no Congresso Nacional. Desde o início essa pressão se justificava por aproveitar o momento em que o Congresso Nacional funciona de forma remota, sem a possibilidade de acesso da sociedade à Câmara e ao Senado, quando, logicamente, haveria pressão aos parlamentares, em especial em um tema de grande importância, como a reforma administrativa. Com esse gesto certamente

os defensores da reforma tentarão tramitar de forma acelerada. Prova disso é a posição do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de criação de uma única comissão composta por deputados e senadores para analisar e propor alterações no texto, cabendo aos plenários de cada Casa apenas as votações. A confirmação do agrado do mercado financeiro ao envio da proposta pode ser visto na bolsa de valores de São Paulo que fechou em alta logo no dia do anúncio, assim permanecendo no dia seguinte.

No Congresso, os parlamentares defensores da reforma já declararam que a principal questão foi atendida, que era a entrega da proposição, independente de tratar de forma aprofundada de determinados pontos. Esse posicionamento se justifica porque a única possibilidade de tramitação de qualquer proposição relativa à administração pública, em especial servidores públicos, é prerrogativa exclusiva do chefe do Executivo, responsável pela grande maioria dos servidores federais. Uma vez entregue, as alterações, com inclusões e alterações, podem ser feitos livremente pelos parlamentares.

Essa postura de lideranças no Congresso se escora no posicionamento da grande mídia, divulgado através de seus principais “analistas”, colunistas e editoriais, como o do Jornal O Globo de hoje, intitulado “Um excelente passo para mudar o Estado”. A pressão através da mídia segue em matérias nos seus principais veículos, como na GloboNews, que requeixa argumentos do Instituto Millenium, já apresentadas no dia 10 de

agosto. Através da imprensa também são cobradas mudanças imediatas no conteúdo da PEC, como a inclusão dos atuais servidores dos três Poderes e das três esferas de governo nas alterações, alegando que “o país não tem tanto tempo” ... “O Congresso não pode se furtar ao dever de estender a mudança a todos”. Entre os parlamentares defensores da reforma, o senador Antonio Anastasia, vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesas da Reforma Administrativa, considera que, entre os temas mais importantes, o principal é a questão do vínculo jurídico dos servidores, com o fim da universalidade do regime jurídico único, permitindo a contratação por outros regimes jurídicos, que precisa de mudança constitucional. Isso deixa claro o já dito acima em relação aos parlamentares, que dizem que basta a chancela do Executivo, enviando a proposta ao parlamento para que eles façam a reforma.

Entre os principais destaques da PEC estão a desconstitucionalização de questões consideradas mais delicadas e polêmicas, que poderiam gerar pressão dos servidores. Essas questões serão remetidas para definição e regulamentação em leis complementares e ordinárias, como a alteração da estabilidade, a definição de quais são as carreiras típicas de Estado, entre outros pontos.

A PEC deve tratar da divisão dos servidores em três grupos de cargos e carreiras, a saber:

- Alterar art. 37 (princípios da Administração Pública) - Inclui novos

princípios, onde a redação do artigo passaria a ser a seguinte:

“A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, *imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação e subsidiariedade* (princípios incluídos)...”;

- Divisão do conjunto dos trabalhadores do Estado em 3 grupos:

- carreiras típicas de Estado, únicas com estabilidade e sem risco de cortes de jornada ou de remuneração em caso de utilização de gatilhos relativos aos limites de gastos, (vide PEC 188/19);

- cargos efetivos, mas sem estabilidade;

- trabalhadores temporários.

- Estágio probatório, considerando tempo de experiência (2 anos) + estágio (1 ano) - A grande imprensa cobra 10 anos;

- Transformação dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), ficando limitados a funções de liderança e assessoramento, eliminando dos DAS mais baixos, de funções mais administrativas (equivalente aos atuais DAS 1, 2 e 3);

- Aprofundar a terceirização de serviços públicos através de organizações privadas;

- Privatização de serviços considerados como não exclusivos da administração;

- Ampliação e exigência de estabelecimento de contratos de gestão com organizações sociais (OS) em prazo definido;

- Compartilhamento de estruturas físicas e de recursos entre órgãos, reduzindo a estrutura da administração pública, possibilitando o fechamento de diversas unidades de diversos órgãos;

- Alteração do art. 84 CF (atribuições do presidente) – aumentar autonomia do presidente para facilitar a gestão pública, como criação e extinção de órgãos sem aumento de despesas;

Em acordo com lideranças no Congresso, todas as questões que não dependerem de PEC e que já estejam, ou não, em tramitação, deverão ter tramitação acelerada.

Com essa estratégia, o Executivo se livra do desgaste de ser o autor de alterações mais sensíveis e polêmicas, deixando para o Congresso a inclusão de pontos considerados sensíveis.

Como cabe a cada chefe de Poder o encaminhamento das alterações referentes à reforma no seu quadro funcional, a Câmara deverá apresentar junto com o Executivo a sua proposta de reforma administrativa, ficando em aguardo para durante a tramitação a apresentação das propostas do Senado, do Judiciário e do Ministério Público.

Seguiremos acompanhando para conferir o real teor da proposição do Executivo, quando poderemos analisar seu conteúdo, desdobramentos e repercussões.

12 - ANÁLISE DA PEC 32/2020 – A REFORMA ADMINISTRATIVA

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional na quinta-feira, 3 de setembro, mais uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 32/2020. Esta, chamada de Reforma Administrativa. Em uma rápida análise do texto encaminhado, junto com a apresentação feita pela equipe da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governança Digital, algumas questões merecem consideração, como veremos adiante.

Antes, porém, é necessário lembrarmos que essa PEC não chega a ser uma reforma na administração pública brasileira. Na verdade, a PEC 32/2020 é a primeira parte de uma etapa da reforma do Estado brasileiro, apresentada em três fases, com o objetivo central de criar condições para que, com mais facilidade, os chefes de Poderes possam se desfazer de órgãos e serviços públicos junto com seus funcionários. Cria também condições para que as instituições públicas que permanecerem sob a responsabilidade do Estado possam ser administradas por organizações de direito priva-

do, com o grave risco de perder a isenção na prestação do serviço à sociedade, seja em decisões, encaminhamentos ou contratações. Além de que em outras instituições, mesmo sob a gestão plena do Estado, possa haver parte considerável das atividades exercidas pelo próprio órgão, mas sendo executadas por trabalhadores terceirizados, sob a égide da Carteira Verde e Amarela. Nessas duas últimas situações estaria aberta a porteira para a indicação política, o compadrio, o coronelismo e, em última análise, para a corrupção.

A PEC 32/2020, enquanto peça de alteração legislativa, é, na verdade, parte do processo da redução da estrutura e da presença do Estado em todo tipo de políticas públicas e da soberania nacional. A etapa, que agora é apresentada como proposta nova e modernizante, teve início em 2016, com a posse de Michel Temer. Lembremos quando, em 15 de agosto de 2017, assim como agora, foi apresentado um rol de medidas que envolviam servidores públicos num chamado processo de modernização. Não custa rememorar e comparar:

- Suspensão dos reajustes já concedidos, mas não implementados;
- Aumento da alíquota de contribuição previdenciária;
- Efetiva aplicação de teto remuneratório;
- Corte de despesas com verbas indenizatórias;

- Alteração na norma e na aplicação do estágio probatório com remuneração congelada;

- Diminuição da remuneração de entrada;

- Aumento da amplitude remuneratória (maior distância entre a base e o topo das tabelas);

- Aumento do tempo entre a posse e o fim da carreira (mais tempo para progressão e promoção);

- Unificação de todos os cargos de perfil administrativo (criação do "carreirão");

- Extinção de milhares de cargos vagos;

É bom também lembrarmos que, em 2018, logo após a eleição de Bolsonaro a proposta acima, que não chegou a ser toda posta em prática por Temer, foi entregue à equipe de transição. Junto foram passadas informações sobre a quantidade de servidores em condição de aposentadoria e que não deveriam ser substituídos por novos concursados. Também foi entregue uma relação de atividades exercidas pela administração pública que já poderiam ser transferidas à iniciativa privada através de terceirização, que havia sido ampliada através do decreto 9.507, de 2018, assinado por Temer. Nada diferente do que é proposto agora.

O que pode ser observado de forma mais geral sobre a PEC 32/20, em que pese as limitações e o baixo nível técni-

co, inclusive na redação da proposta, é o encadeamento dos grandes movimentos que, afetando toda a sociedade, em especial a classe trabalhadora, mostra a evolução da proposta neoliberal para o país a partir de 2016. Vejamos: em 2016 é aprovada a Emenda Constitucional 95, que limita o gasto público, impedindo por 20 anos o investimento em políticas públicas e em despesas de pessoal (o que muitos fora do serviço público pensaram não os atingir e deve ser aprofundado pelas PECs 186 e 188, de 2019), em 2017 é aprovada a reforma trabalhista, Lei 13.467/17, que precariza as relações de trabalho para quem não é regido por regime jurídico próprio (que muitos do serviço público pensaram não os atingir), mas logo em 2018, primeiro ano de governo Bolsonaro, é aprovada a reforma previdenciária, a Emenda Constitucional 103/19 (onde servidores e celetistas juntos viram suas aposentadorias e benefícios ficarem mais distantes e em menores valores). Agora temos a proposta de uma “reforma administrativa”, que, não é difícil visualizar, também atingirá a todos, servidores ou não. Os primeiros, veremos um pouco mais detalhadamente aqui. Os demais, atingidos pela perda definitiva de boa parte da prestação de serviços e pelo gravíssimo aumento da indicação política, da corrupção, do clientelismo, afastando o cidadão comum do uso de seus direitos junto à administração pública, entre outras mazelas. Tudo isso, caso seja aprovada a PEC 32/2020, que em todas as formas de contratação utiliza das normas aprovadas anteriormente e que acabo de mencionar.

Desde a volta dos neoliberais ao poder parte do discurso oficial e da elite financeira e política passa pela alegada necessidade de redução das despesas com pessoal, entre outras despesas primárias, que tanto querem ver reduzida, que sabemos, significa ter mais dinheiro para o sistema financeiro, além de poder gastar mais com a contratação de empresas que devem assumir serviços públicos, como veremos posteriormente. No entanto, apesar do discurso, ao apresentar a chamada reforma administrativa, tanto na exposição de motivos que acompanha a PEC, quanto na apresentação seguida de entrevista coletiva no Ministério da Economia, é mencionada a necessidade de evitar um colapso no orçamento e na necessidade de redução do gasto público. É interessante como só conseguem enxergar a necessidade (inexistente) e a possibilidade de redução de despesas primárias, nunca do que é pago ao sistema financeiro via dívidas públicas e seus desdobramentos. Bom, sabemos que foi exatamente para isso que assumiram o poder.

Voltando à proposta apresentada, algumas perguntas que estão sem resposta (e devem assim permanecer, mesmo que essas respostas nós as conheçamos): se é para cortar gastos, por que não há cálculos, sequer estimativas ou projeções? Por que as limitações e cortes não se estendem aos militares, que só vemos crescer em seus ganhos diretos e indiretos? E, por que estão de fora os chamados “membros de poder”, como magistrados, parlamentares, procuradores e promotores, que estão no topo das

remunerações e que têm a maior quantidade e em maior valor de vantagens e benefícios?

Uma outra observação. Qual a razão da entrega da PEC 32/2020 neste momento, quando o presidente havia dito mais de uma vez que seria em 2021? Bom, para isso existem algumas justificativas bem simples e objetivas. A primeira é a forte pressão das lideranças neoliberais, dentro e fora do Congresso, especialmente do mercado financeiro, para que essa PEC fosse entregue o mais rápido possível. Tanto é que bastou o anúncio para que a bolsa de valores fechasse seus pregões em alta nos dias que sucederam ao anúncio. A segunda razão tem a ver com a primeira, que é aproveitar o momento em que o Congresso Nacional funciona de forma remota, sem a possibilidade de acesso da sociedade à Câmara e ao Senado. Assim, fica garantida a ausência da representação dos servidores, que certamente buscariam a discussão com os parlamentares, tentando evitar a retirada de direitos e o desmonte do serviço público, entre outros pontos. Essa urgência se baseia na necessidade, para os que efetivamente governam o país, de ver todo o arcabouço aprovado antes das eleições de 2021. Uma outra razão é que seguido à PEC 32 vem um conjunto de medidas decorrentes da emenda constitucional, que são leis complementares e ordinárias para regulamentar o conteúdo da emenda constitucional aprovada e que posteriormente resultarão em decretos e outras normas infralegais. Com isso, independente de já haver proposições em andamento no parla-

mento que tratam da administração pública, como a PEC 186/19 (emergencial) e a PEC 188/19 (pacto federativo), o pacote completo necessita de medidas que atinjam mais diretamente a força de trabalho da administração pública. Por se tratar de um tema que, segundo o artigo 61 da Constituição Federal, é prerrogativa do presidente da república, coube ao Poder Executivo a elaboração e apresentação ao Congresso da parte do pacote composta pela PEC e pelos projetos de lei, que, já sabemos, estão prontos, sujeitos apenas aos ajustes necessários que dependerão da redação final da possível Emenda Constitucional. O envio pelo presidente busca também evitar qualquer questionamento quanto ao vício de iniciativa. Cabe destacar que já foi informado por parlamentares ligados à frente parlamentar em defesa da reforma administrativa que, uma vez no Congresso, o conteúdo da PEC poderá e deverá ser alterado de acordo com os interesses de seus representados, incluindo, modificando ou retirando pontos do texto apresentado pelo governo. Aliás, desde a publicação do texto da PEC que articulistas, colunistas e editorialistas dos grandes veículos de comunicação cobram um aprofundamento da reforma. Não por acaso o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, na véspera da entrega pelo Executivo, apresentou o que seria a sua parcela na reforma, reduzindo o piso salarial, aumentando o tempo para atingimento do teto e reduzindo a quantidade de cargos, sem, no entanto, sequer citar os parlamentares. Aguarda-se agora o gesto do presidente

do Senado, que não deve ser diferente, caso aconteça.

Por fim, antes dos comentários sobre o texto da PEC 32, cabe ainda observar que a explicação para o texto da PEC não tratar, ou não aprofundar, sobre questões consideradas mais polêmicas ou delicadas pode ser resumida em poucos pontos. O primeiro é a pressão, tanto da base política do presidente da república, composta principalmente por servidores públicos da área de segurança de estados e municípios, que dobrou de tamanho da última legislatura para a atual, quanto do Centrão. Ambas pressionaram Bolsonaro por considerarem estarmos em ano de eleições municipais e que os dois grupos têm grande influência nessas eleições, não querendo ficarem expostos. Não atrapalhar as eleições municipais também foi o motivo para Bolsonaro e a equipe do Ministério da Economia terem repetidas vezes dito que a PEC não atingiria os atuais servidores, o que não é verdade por inteiro. Um outro ponto que justifica é que o texto da PEC estrategicamente, como foi na reforma da previdência, simplesmente retira da Constituição questões polêmicas e que demandariam mais tempo e debate para uma aprovação com 308 deputados votando a favor, remetendo essas questões para projetos de lei complementar, ou até de leis ordinárias, que necessitam de um quórum bem mais baixo, sem contar que essa discussão se daria em 2021, ano não eleitoral. Isso, além de dispersar as pressões de determinados grupos, que atacariam em comissões e

tempos separados, não unificando todos o tempo todo.

A PEC

No início da apresentação no Ministério da Economia, o Secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade, começou sua fala se referenciando na Emenda Constitucional nº 19/98, como “a última vez em que uma mudança estrutural de gestão foi proposta”, deixando claro o objetivo de dar continuidade ao processo de desmonte perpetrado por Fernando Henrique Cardoso, interrompido ao final do seu mandato. Alegou também o secretário que desde lá o Estado só cresceu e que os mecanismos de gestão pioraram, sem apresentar nenhum dado, cálculo ou argumento. Adiante ele diz que a PEC “traz as bases do que pretende ser a mais profunda transformação do Estado já feita no Brasil”. Nesse ponto, tenho que concordar. A PEC não encerra em si a reforma do Estado, mas cria graves condições para seu aprofundamento. Em seguida, o Secretário diz que entre as novas premissas da gestão pública está a interação e a colaboração com o setor privado e que para isso é preciso tirar “amarras”. Neste ponto a clara indicação da privatização e fechamento de serviços. Bom, vamos adiante.

Destaques do conteúdo da PEC

Fim do Regime Jurídico Único, substituído por 5 tipos de vínculos:

- Cargo típico de Estado - Ingresso por concurso público, com posse apenas após o término do vínculo de experiência. Tem estabilidade, podendo ser demitido por processo disciplinar ou por insuficiência de desempenho.

Observação:

Destaca-se logo de início que, em todo o texto da PEC, sempre que há a referência ao servidor que irá exercer atividade exclusiva de Estado, a nomenclatura utilizada é CARGO típico de Estado, nunca CARREIRA típica de Estado. Isso não é por acaso. No entendimento dos autores da PEC, o fato de um cargo ter como atribuição uma atividade considerada típica de Estado, não obriga que para outro cargo da mesma carreira seja esse o entendimento. Considerando que os critérios para definição de cargos típicos de Estado serão estabelecidos em lei complementar federal e, por consequência, quais serão esses cargos, nada impede que, por exemplo, em carreiras como a Policial Federal, ou a Tributária e Aduaneira da Receita Federal, que possuem mais de um cargo em suas estruturas, tenham considerados apenas um cargo em cada carreira como de atividade tí-

pica de Estado. Assim, poderia ser o de Delegado de Polícia Federal e o de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil como CARGOS típicos de Estado, deixando os demais fora dessa condição. Tenho certeza de que a polêmica será grande. Mas acontecerá fora de um ano eleitoral, não “atrapalhando” a aprovação da PEC este ano, além de ser em projeto separado de outros temas.

- Cargo por prazo indeterminado - Ingresso por concurso público, com posse apenas após o término do vínculo de experiência. Sem estabilidade, podendo ser demitido por processo disciplinar, insuficiência de desempenho, ou por outros motivos a serem definidos em lei posterior.

Observação:

Entre os possíveis motivos de demissão do ocupante de cargo por prazo indeterminado está a obsolescência da atividade (como já declarado pela equipe do Ministério da Economia), quando a administração entender que a atividade não mais se justifica, quando o órgão for extinto, ou serviço for passado à iniciativa privada por contrato de cooperação ou por terceirização. Essa situação casa com a pro-

posta de alteração do artigo 84 da Constituição (nesta PEC) ao permitir que o presidente da república possa extinguir órgãos públicos por decreto, sem a anuência do Congresso.

A proposição é omissa quanto a direito à possibilidade de verba indenizatória, como o Fundo de Garantia, ou algo do gênero.

– Vínculo por prazo determinado – Ingressos por processo seletivo simplificado. Sem estabilidade. Substitui os atuais temporários.

Observação:

Ocupantes desse vínculo atuarão em situações temporárias, sazonais, pontuais, por incremento extraordinário na quantidade de trabalho, tratando da natureza da demanda, não mais do tipo de aplicação de contratação, como é hoje. Isso significa que com o aumento (proposto nesta PEC) da liberdade para que o ente público, principalmente em estados e municípios, possa contratar diretamente, além das situações excepcionais, em outras baseadas em necessidades consideradas não perenes, dispensando os ocupantes de vínculo por prazo determinado.

– Cargos de liderança e assessoramento – Ingressos por processo seletivo simplificado. Sem estabilidade.

Observação:

Substituem os atuais cargos comissionados e funções gratificadas de chefia e de assessoramento, unificando o tratamento nos três poderes e nas três esferas de governo. Com esses cargos desaparecem os cargos de chefia e assessoramento de baixa complexidade e responsabilidade.

– Vínculo de experiência – Substitui o atual estágio probatório. Considerado como segunda parte do concurso público. Será ocupado por pessoas aprovadas na primeira etapa do concurso público, sempre em número superior ao quantitativo de vagas definidas em edital do respectivo concurso. Não é garantia de acesso ao cargo. Considerado como etapa eliminatória, onde apenas os mais bem avaliados podem ser efetivados em cargos, dentro do limite estabelecido em edital. Por isso, é considerado um vínculo específico.

OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE OS VÍNCULOS:

Os cargos típicos de Estado, os por prazo indeterminado e os com vínculo de experiência serão regidos por regime jurídico específico, tendo regime previdenciário próprio (RPPS) segundo as regras aprovadas na Emenda Constitucional 103/2019.

Os ocupantes de cargos por tempo indeterminado, por não serem contratados pela CLT, mas por regime jurídico próprio, não fazem jus a FGTS e outros direitos e benefícios existentes para celetistas. O texto é omissivo quanto a direitos em caso de desligamento, como verbas indenizatórias, por exemplo.

Os contratados com vínculo por prazo determinado e os de cargos de liderança e assessoramento serão regidos pela legislação do setor privado (CLT/ Carteira Verde e Amarela). Do ponto de vista previdenciário, serão regidos pelo Regime Geral de Previdência, o RGPS.

O vínculo de experiência terá, segundo proposto na PEC, o prazo mínimo de 2 anos para cargos típicos de Estado e de 1 ano para cargos por prazo indeterminado, podendo esse prazo ser maior, a depender do órgão responsável pelo cargo, considerando a complexidade e a responsabilidade das atribuições. Já há manifestação de parlamentares favoráveis a elevar esse tempo para sete, ou até dez anos. Cabe lembrar que, após o término do vínculo de experiência e ingresso no cargo típico de Estado o ser-

vidor ainda passará por um período de avaliação de um ano para só depois adquirir estabilidade.

Acumulação de cargos – Ocupantes de cargos típicos de Estado só poderão acumular com cargos de docente, ou profissional de saúde, desde que haja compatibilidade de horário, exceto durante o período de vínculo de experiência, quando não é permitida a acumulação. Os ocupantes de cargos por prazo indeterminado podem acumular com outras atividades, desde que haja compatibilidade de horário, principalmente se utilizar o teletrabalho. Em ambos os casos não pode haver conflito de interesses. Para os atuais servidores que estejam acumulando cargos na data da promulgação da EC seguem as regras atuais.

Desligamento de servidores – para os atuais servidores e os ocupantes de cargos exclusivos de Estado seguem as regras vigentes antes da promulgação da PEC (sentença judicial, infração disciplinar, ou insuficiência de desempenho, após regulamentação). Para os ocupantes de cargos por prazo indeterminado seguem as mesmas regras, acrescidas de outras hipóteses previstas em lei a ser aprovada pelo Congresso.

Observação:

Nos três tipos de cargos citados, quando do desligamento por sentença judicial não mais será necessário aguardar o trânsito em julgado, valendo também a decisão judicial proferida por órgão colegiado.

A PEC propõe que a regulamentação do desligamento por insuficiência de desempenho se dê por lei ordinária e não mais por lei complementar, como consta atualmente do artigo 41 da Constituição Federal. Com isso, estados e municípios, por exemplo, poderão encaminhar a regulamentação logo após a promulgação da PEC, sem a existência de diretrizes gerais.

Para os ocupantes dos cargos exclusivos de Estado e por prazo indeterminado, as regras de desligamento por insuficiência de desempenho só valem após a efetivação no cargo, o que se dá após o fim do vínculo de experiência. Durante o período com vínculo de experiência, o desligamento é considerado eliminação em etapa de concurso.

Eliminação de vantagens e benefícios – Valerá para servidores das três esferas de governo. Todas as vantagens e benefícios abaixo não mais serão concedidos a nenhum servidor a partir da promulgação da PEC. Os atuais servidores que já fazem jus e que já estejam em gozo de algum(uns) benefício(os) ou vantagem(ns) permanecerão como se encontrarem no momento da promulgação a PEC. Os benefícios e vantagens a serem cortados são:

- Licença-prêmio, assiduidade, capacitação, ou outra decorrente de tempo de serviço;
- Aumentos retroativos por qualquer razão, inclusive fruto de negociação salarial;

- Férias superiores a 30 dias, incluindo professores e outros cargos;

- Adicional por tempo de serviço, independente de denominação;

- Aposentadoria compulsória como punição;

- Parcelas indenizatórias sem previsão legal;

- Adicional ou indenização por substituição não efetiva (substituto que não exerceu as funções do titular efetivamente);

- Redução de jornada de trabalho sem a correspondente redução de remuneração, salvo em caso de saúde previsto em lei;

- Progressão ou promoção exclusivamente por tempo de serviço;

- Incorporação à remuneração de quaisquer valores referentes ao exercício de cargos ou funções.

Observação:

Segundo os autores dessa proposta, essas medidas ajudam a aproximar a remuneração pública dos salários da iniciativa privada. Na verdade, o argumento vai no sentido apenas da não incorporação, independente de valor, o que não

significa necessariamente aproximação de valores.

Sistema de cargos – A PEC propõe regras básicas de diretrizes gerais sobre gestão de pessoas para os três poderes e as três esferas de governo, através de lei complementar. O detalhamento ficará a cargo de cada poder em cada esfera. Das regras gerais constarão:

- Política remuneratória e de benefícios;
- Organização da força de trabalho;
- Desenvolvimento de servidores;
- Ocupação de Cargos de Liderança e Assessoramento.

ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO

Estabilidade – o governo alega estar mantida a estabilidade dos atuais servidores. No entanto, assim como os ocupantes de cargos exclusivos de Estado, há a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho. O agravante, como já dito acima, está na proposta de que a regulamentação se dê por lei ordinária e não mais por lei complementar, como consta do artigo 41 da CF. Aqui precisamos considerar dois pontos. O primeiro é que uma lei complementar necessita de quórum qualificado para ser aprovada (257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no

Senado). Já uma lei ordinária, desde que haja 257 deputados na Câmara e 41 no Senado, não necessariamente presentes nos respectivos plenários, pode ser aprovada pela maioria dos parlamentares presentes em plenário no momento da votação. Um outro ponto é que, sem a lei complementar, basta a promulgação da Emenda Constitucional para que os chefes de poder encaminhem suas propostas de regulamentação aos respectivos legislativos para aprovação. Havendo a necessidade de lei complementar, como consta hoje do artigo 41 da Constituição Federal, é necessário a aprovação dessa lei com as diretrizes que orientarão todos os entes federados, o que manteria uma certa uniformidade, dificultando situações que permitam pressões políticas e institucionais.

Os futuros ocupantes de cargos por prazo indeterminado, ainda que servidores concursados, poderão ser demitidos a qualquer momento, bastando que o serviço seja terceirizado, privatizado, ou o cargo considerado obsoleto pelo gestor, ou o órgão extinto, transformado, incorporado ou fundido com outro.

A proposta deixa bem clara a intenção de gradativamente substituir órgãos públicos por organizações privadas. A primeira etapa para isso é a inexistência de estabilidade para os servidores que estiverem atuando no atendimento direto à população, ou em qualquer outra área. Servidores de unidades de saúde, educação, pesquisa, fiscalização sanitária, ambiental, agropecuária, do tra-

balho, aduana, entre outras que possam não estar entre os relacionados como cargo típico de Estado, ficam sujeitos a perseguição política, desmandos e todo tipo de pressão, além da possibilidade de simples desligamento em casos como o encerramento daquele serviço pelo ente público.

Redução salarial – o governo afirma que não haverá redução salarial dos atuais servidores. No entanto, a reforma administrativa não se resume a essa PEC. Lembremos que as PECs 188/19 e 438/18, propõem, de forma compulsória, a redução salarial com redução de jornada em caso de as despesas atingirem os limites estipulados pelo teto de gastos. Isso, além da possibilidade de demissão em situações de crise econômica extrema. Há ainda a contradição entre o texto da PEC 32/20 e as PECs 188/19 e 438/18, quanto a isenção dos ocupantes de cargos efetivos de Estado em relação à redução de jornada e de remuneração. Também há a possibilidade, sugerida pelo relatório do Banco Mundial, de desvinculação de remuneração entre cargos, ainda que assemelhados e entre ativos e inativos. Isso pode gerar no futuro congelamento de determinadas tabelas salariais enquanto outras poderiam ser reajustadas.

Concurso público – a pouca garantia ao servidor aprovado em concurso, a possibilidade permanente de demissão por diversos critérios, inclusive pela obsolescência, ou desnecessidade da atividade, junto com o alto grau de exposição, aliado a uma baixa remuneração

de entrada e de grandes dificuldades de progressão na carreira, dificilmente manterá um bom nível de interesse da população pelo ingresso na administração pública. Isso, entre outras coisas, tiraria a garantia de qualidade na prestação do serviço, além da isenção e isonomia de tratamento, tanto internamente, quanto junto à população usuária. O resultado pode ser serviços, que hoje são executados por servidores qualificados para a atividade e que foram aprovados em concurso, possam ser prestados por pessoas muitas vezes sem a devida qualificação, inclusive com relações de trabalho precarizadas e até indicados politicamente.

Membros de Poder – Estrategicamente o governo prefere não incluir no rol de corte, retirada ou limitação de direitos, vantagens e benefícios os chamados “membros de Poder”, grupo composto pela cúpula dos poderes, como magistrados no Judiciário, parlamentares no Legislativo, procuradores e promotores no Ministério Público, Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-prefeito, nos Executivos. Esses fazem parte da chamada elite da administração pública, além da política, econômica e social. A intenção, entre outras, passa por manter o status quo, uma vez que seria bom para quem já chegou ao poder não se indispor com quem pode ajudar, ou pelo menos não atrapalhar seus projetos de manutenção da ordem política, social e econômica vigente. Nem mesmo a regulamentação do teto remu-

neratório, que é assunto com certo grau de questionamento na sociedade, está na pauta da chamada reforma que se diz administrativa. Quando perguntado sobre o assunto na coletiva do Ministério da Economia sobre a PEC, a resposta curta e dada rapidamente foi que é assunto de lei e que seria tratado depois. No mesmo sentido foi a resposta de Rodrigo Maia ao apresentar a proposta de “reforma administrativa” da Câmara e ser perguntado sobre os deputados, dizendo que os parlamentares “já têm feito sacrifício”.

OUTRAS QUESTÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autonomia organizacional – Alterar o artigo 84, VI, da CF, dando ao presidente da república autonomia para, por decreto:

- Extinguir cargos (efetivos ou comissionados, ocupados ou não), funções e gratificações;
- Reorganizar autarquias e fundações;
- Transformar cargos, quando vagos, mantida a mesma natureza do vínculo;
- Reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo;
- Extinguir órgãos.

Observação:

A alegação é de que já é assim nos outros Poderes e que todas as medidas sugeridas não gerariam aumento de despesas, podendo, inclusive, haver redução. O que é óbvio, considerando a intenção de extinção de órgãos e de cargos com o desligamento automático de servidores.

Contratualização por resultados – Ampliação das possibilidades para que os órgãos públicos possam fazer contratualização por desempenho e metas, incluindo no art.37, § 8º, CF:

- Possibilidade de contratação de pessoal temporário com recurso próprio;
- Procedimentos específicos para a contratação de bens e serviços;
- Gestão das receitas e patrimônio próprios;
- Avaliação periódica das metas de desempenho; e
- Transparência e prestação de contas do contrato.

Prever na lei orçamentária rubrica única para que cada órgão possa “trabalhar” seu orçamento com mais flexibilidade.

Observação:

Propõe maior autonomia e liberdade para o ente público, sem submeter a órgão superior, mais abrangente, poder promover a substituição, ainda que temporária de serviços que poderiam ser prestados por servidores públicos.

Governança do Estado – (princípio incluído no caput do Art. 37) Estímulo para maior cooperação entre os entes federativos. Hoje é considerada frágil a regulamentação de parceria entre os entes públicos e públicos e privados. A intenção é liberar, principalmente, estados e municípios para que possam fazer diretamente parcerias dentro e fora da administração pública, ampliando para além de situações excepcionais, baseando em necessidades identificadas. Pode virar uma farra de desvios e de corrupção.

AS PRÓXIMAS FASES DESSA ETAPA

Como lembrado por mais de uma vez neste artigo, a PEC 32/20 é a primeira fase dessa etapa da reforma/desmonte do Estado brasileiro. A equipe que apresentou a PEC em evento público acompanhado pela imprensa na manhã do dia da entrega à Câmara dos Deputados fez questão de anunciar as duas próximas fases. Que nos preparemos para o que vem. Até porque a intenção dos defensores da reforma e que cuidarão do seu desenrolar no parlamento é que todo o processo, desde a PEC 32 até a sanção da última lei ordinária, se dê antes do início do processo eleitoral de 2022.

Para a próxima fase, a segunda, está prometida a edição de um conjunto de leis complementares e ordinárias direcionadas à gestão de pessoas. Nesse conjunto haverá um projeto de lei complementar e outro de lei ordinária tratando de gestão por desempe-

nho. Um outro PL tratará da consolidação de cargos e funções. Aqui o atual servidor, onde alguns se julgam inatingíveis, intangíveis, pode ver muitos dos atuais cargos, planos e até carreiras serem aglutinados em poucos cargos e, a partir daí, a implementação da já anunciada mobilidade de servidores. Com isso a possível carência de mão de obra poderá ser suprida, não por concurso, mas por deslocamento de servidores de um órgão para outro. Ainda na segunda fase. Um outro projeto de lei dirá quais serão as diretrizes de carreiras, definindo o formato e a organização a partir dos novos cargos. A equipe do governo anunciou também para a segunda fase um PL que fará ajustes no estatuto do servidor. Nesse PL muito provavelmente estarão as alterações da lei 8.112/90, preparando os atuais servidores para serem colocados em processo de extinção, até porque a partir desse momento todos os concursos, quando houver e se houver, serão nos novos cargos. E, é claro, novos cortes e limitações poderão vir. Mas o atual governo garante que não será perdida a estabilidade (podendo ser demitido por desempenho insuficiente), nem rebaixada a remuneração (congelamento não é rebaixamento, então pode). Concluindo a segunda fase, teremos mais dois PLs, voltados para a área organizacional. Um tratando de “modernização de formas de trabalho”, seja lá o queiram dizer, e outro sobre uma atualização do Decreto-Lei 200/67, considerado por muitos a “Bíblia” da administração pública.

Na terceira e última fase da atual etapa deverá ser encaminhado, logo após a promulgação da emenda constitucional resultante da PEC 32/20, um projeto de lei complementar que o Ministério da Economia está chamando de “Novo Serviço Público, a implantação definitiva da nova proposta”. Nesse projeto serão apresentados o novo marco regulatório das carreiras (os últimos marcos regulatórios votados no Congresso entregaram o saneamento básico e a distribuição de energia elétrica nas mãos da iniciativa privada, nada favoráveis à sociedade), também constando a política de governança remuneratória, que nas mãos do atual governo não pode ser nada favorável aos servidores e, por fim, as diretrizes de direitos e deveres do novo serviço público. Neste último ponto certamente encontraremos as indicações para um novo código de ética dos servidores públicos (já anunciado desde 2016) e uma lei de greve específica para os trabalhadores no serviço público, incluindo servidores de todos os vínculos, empregados, temporários e outros que estejam a serviço da administração pública, que certamente dificultará e muito a atuação sindical.

Alguns comentários finais

– Aos atuais servidores, um alerta: com a liberdade dada pela PEC32/20 ao presidente da república para extinguir órgãos sem autorização do Congresso, aliado à ausência de estabilidade para novos servidores e o fato de ainda estar em vigência o decreto nº 3.151/1999

que, com base nos artigos 31 e 37 da lei 8.112/90, disciplina a extinção e a declaração de desnecessidade de cargos públicos e a colocação em disponibilidade remunerada em decorrência da extinção ou da reorganização dos órgãos ou entidades da APF, que deve ser atualizado a partir das próximas fases dessa etapa da reforma, podemos voltar ao sofrimento que muitos de nós vivemos no período Collor.

– O que foi visto no INSS a partir da MP 922/20, de forma provisória, com a contratação de trabalhadores temporários para atividades permanentes, agora será situação corriqueira. No caso do INSS, até que Paulo Guedes consiga a implementação em definitivo do sistema de capitalização privada individual, o que pode ser novamente encaminhado ao Congresso em 2021, poderão ser mantidos trabalhadores com vínculo por tempo determinado enquanto a austeridade mingua a caminho da extinção.

– Desde o retorno dos neoliberais ao poder, quando se aprofundou o sucateamento de escolas, universidades, instituições de pesquisa, hospitais, do INSS, do IBAMA, Instituto Chico Mendes, Funai entre outros órgãos, que o desfecho desejado por eles não é o simples sucateamento, mas a entrega, a privatização, o fim do serviço público, assim como foi feito no Chile, onde a educação pública cobra mensalidade, ou financia cursos universitários para pagamento após a formatura, como um FIES da educação pública, é onde também a saúde pública manda a conta. O

que vimos na instalação dos hospitais de campanha pelo Brasil para atendimento emergencial aos portadores de covid-19 é o que se espera para a saúde pública: as unidades de atendimento (postos e hospitais) devem ser assumidas por organizações sociais ou OSCIPs, que recebem da administração pública para atender a população, principalmente a parcela mais carente, com todos os riscos de desvios de verba pública e de corrupção. O desfecho desse processo também se dará nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia voltadas, não mais para os interesses e necessidades da nação, mas do setor privado, sedento de lucro e de acumulação.

Por fim, quero que lembremos de duas coisas:

1) a lista de tarefas do Banco Mundial para o Brasil não está plenamente atendida, ainda que a PEC 32/20 e seus desdobramentos sejam plenamente aprovados, o que sinceramente espero que não aconteça.

2) Essa luta, agora no Congresso Nacional, é de todos os servidores (federais, estaduais e municipais), dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). E, acreditem, atingirá, sim, os atuais servidores, ativos, aposentados e pensionistas.

Muita mobilização, muita luta e força a todos nós.

13 - AS CONSEQUÊNCIAS DA “REFORMA ADMINISTRATIVA” PARA A SOCIEDADE

Muito tem sido dito sobre a reforma administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro. Uma das coisas que mais chama atenção é que a reforma vai tirar direitos dos servidores, o que é real, inclusive a estabilidade, que impede alguém com poder de obrigar um servidor estável a fazer algo irregular, muitas vezes até ilegal. Mas, o que significa essa reforma, chamada de administrativa, para a população, para o país? A Proposta de Emenda à Constituição – PEC 32, de 2020, na verdade não é administrativa, porque não se resume à administração pública e a seus funcionários, mas uma etapa da reforma do Estado brasileiro, daquilo que é público, que pertence e interessa ao conjunto da população, servidores públicos ou não, empregados e desempregados, incluídos e excluídos, trabalhadores urbanos e rurais, índios e não-índios, enfim todos os que vivem no Brasil. É uma reforma que, na prática, impede ou, no mínimo, dificulta o acesso da população à utilização, às informações e ao controle do que é seu por direito, ao mesmo tempo em que centraliza o poder nas mãos de grupos de políticos, empresários e banqueiros.

Se for aprovado esse pacote de propostas, serão alteradas a Constituição e muitas leis hoje em vigor. Além disso seriam criadas outras

leis, decretos, portarias e todo tipo de normas nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal. Todas essas alterações têm um único objetivo, que é retirar a obrigação e a responsabilidade do poder público em atender muitas das necessidades da população, assim como enfraquecer as já frágeis autonomia e soberania nacional, o que ainda garante a relativa independência do país. Quando muito, o Estado atuaria apenas em algumas situações e, mesmo assim, de forma subsidiária, complementar, acessória, assumindo apenas quando a iniciativa privada não tiver interesse, ou não der conta. Com a reforma, o Estado teria que agir apenas naquilo em que é sua obrigação exclusiva, como diplomacia, segurança pública, advocacia pública, arrecadação tributária, entre poucas outras atividades. Em muitas outras responsabilidades do Estado, que estão na Constituição, a proposta é entregar à iniciativa privada. São direitos sociais como a educação, a saúde, a previdência e a assistência social, entre outros, como veremos.

Para que essa proposta seja posta em prática é necessário, além de outras mudanças, retirar os servidores públicos do caminho. Eles não cabem no projeto representado pela PEC 32, de 2020. Por isso é proposta a substituição do servidor público, que é a representação física do Estado, tanto no atendimento à população, quanto na garantia da autonomia, soberania e independência do país por funcionários de empresas privadas, que têm o lucro como único objetivo. Essas empresas assumiriam alguns ser-

viços com pessoas contratadas pela própria empresa, podendo contar com servidores públicos cedidos às empresas pela administração pública. É evidente o conflito de interesses entre os empresários e os servidores remanescentes, que atenderiam a população sob a direção de empresas. No caso de a empresa não desejar algum servidor ele seria simplesmente devolvido à administração, que poderia até demiti-lo se não for estável. Além disso, os demais funcionários contratados pela empresa não passariam pela exigência de um concurso público, podendo não terem a qualificação necessária para a função pública. A grande campanha contra os servidores públicos é justamente para facilitar essa substituição.

O que pode acontecer com os atuais servidores e o que espera os que ingressarem após a reforma é tema de um próximo artigo. Aqui a ideia é mostrar como fica o povo e o país caso essa reforma avance.

Começamos lembrando a quem interessa essa reforma e a serviço de quem estão os que a defendem. Inicialmente quero resgatar a recente participação da senadora Katia Abreu, vice-presidente da Frete Parlamentar da Reforma Administrativa, na *I Jornada de Debates sobre a Reforma Administrativa*, promovida pelo IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público, instituição criada pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Na sua primeira intervenção a senadora ressaltou a participação de órgãos da grande imprensa, que ao serem procurados

pela Frente Parlamentar, “foram diligentes” e durante “15 dias de praticamente um bombardeio de participação da imprensa nacional” conseguiram que fosse “resgatado o assunto, que estava parado desde novembro de 2019, quando o ministro Paulo Guedes entregou o modelo da reforma ao presidente da república”. A senadora fez questão de citar diversos veículos, como as organizações Globo, a revista Veja, os jornais Valor Econômico, Folha de São Paulo e Estadão. Se lembrarmos que dirigentes desses mesmos grupos de comunicação participam ou apoiam, junto com empresários de diversos ramos, inclusive do sistema financeiro, direções de diversas instituições neoliberais, conhecidas como *‘think tanks’*, como os institutos Liberal, Millenium, Lemann, Mises Brasil, entre outras, que ajudaram a organizar a volta dos liberais ao governo em 2016 e a ampliar a bancada conservadora no Congresso Nacional em 2018, não é difícil entender o rápido e diligente apoio da imprensa para que a proposta de reforma saísse da gaveta do presidente. Esse grupo efetivamente não chegou ao poder para ver suas propostas de reforma do Estado na gaveta, seja lá de quem for.

Considerando já estarem aprovados o limite de gastos públicos com pessoal e políticas sociais (Emenda Constitucional 95/16), a reforma trabalhista (lei 13.467/17), a reforma previdenciária (Emenda Constitucional 103/19), já seria hora, na leitura neoliberal, do desmonte da administração pública, com a precarização de muitos serviços, a terceirização e a simples privatização de

outros, transformando o atendimento às necessidades da população em lucro. Para atingir seus objetivos e aprovar com certa margem de garantia no Congresso, os liberais aceitaram acordos com a elite conservadora patrimonialista tradicional, que estaria liberada para retomar, ou intensificar, as práticas de coronelismo, apadrinhamento, nepotismo, entre outras, possibilitando todo tipo de assédio a trabalhadores e corrupção.

A principal razão para a pressão em encaminhar o projeto ao Congresso é a necessidade que os liberais têm de verem todas as novas normas (emenda constitucional e leis) aprovadas antes da campanha eleitoral de 2022. Como as novas leis dependem das alterações na Constituição, esse projeto tinha que ser encaminhado imediatamente. Os defensores da reforma querem aproveitar a ausência de representantes da sociedade e dos servidores no Congresso devido à pandemia, o que pode, na opinião dessas pessoas, facilitar a tramitação. Aqui, uma pergunta simples: se é para o bem da população, como dizem, por que tramitar na correria e sem debate com os representantes da sociedade? A resposta parece óbvia. Basta lembrar que essa turma que apoia e quer a reforma aprovada a toque de caixa nunca apoiou nada a favor do povo. Por que faria isso agora?

OS RESULTADOS E AS CONSEQUÊNCIAS

Justamente por saber que o resultado da reforma é prejudicial à popula-

ção, principalmente a parte mais necessitada, os defensores da reforma ocultam questões importantes que todos deveriam saber.

EDUCAÇÃO E PESQUISA

Uma das áreas onde a população mais pobre será atingida é a educação pública. Se for aprovada a PEC 32, as creches, as escolas de ensino infantil, por exemplo, ao invés de receberem investimentos para melhorarem serão substituídas por instituições particulares, como organizações sociais, filantrópicas ou religiosas que, ou receberão o pagamento direto das famílias das crianças através de um “vale” que será entregue pelo poder público, ou através de convênios com o poder público. Nos dois casos, a preocupação com a qualidade do ensino e do tratamento dado às crianças deixa de ser responsabilidade do Estado, ficando ao sabor da linha política e ideológica dos proprietários e dirigentes dessas instituições, o que certamente comprometerá a independência dos profissionais dessas instituições e a laicidade dos métodos e conteúdos aplicados, além de comprometer a uniformização dos métodos e conteúdos apresentados.

Na mesma linha vão as unidades de ensino fundamental e médio. A diferença é a não utilização dos “vales”, mas a intensificação em convênios com organizações sociais, filantrópicas e religiosas, bem como a facilitação para a expansão do ensino privado. Assim como em outros níveis do ensino, fica totalmente comprometido o conteúdo e a unifor-

mização de metodologias de ensino. Considerando que as instituições, não sendo públicas, não terão a presença de professores, orientadores, pedagogos e outros profissionais de ensino concursados e isentos de pressões externas ao exercício da profissão. Assim, corremos o risco não termos a garantia do ensino com devido afastamento de pressões político-partidárias e religiosas, além da não garantia de utilização de métodos estritamente científicos na metodologia e no conteúdo das matérias. A leitura da história do Brasil poderia mudar a cada eleição, por exemplo, uma vez que o governante poderia, entre outras coisas, substituir as instituições cujos proprietários não se coadunassem com suas ideias políticas, ideológicas ou religiosas.

Uma outra questão que envolve a educação desde a creche até o ensino médio é a alimentação escolar. Uma vez não havendo investimento no ensino público e o gradativo desmonte das redes públicas de ensino, dificilmente seria mantida uma política adequada de merenda escolar gratuita para crianças e adolescentes. E esse é uma dos programas mais importantes em um país onde o número de pessoas com fome se mede em milhões.

No nível universitário, ao ser aprovada reforma, alguns pontos merecem destaque. Inicialmente, ao dar ao presidente da república poder para a “extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional”, estão incluídas nessas condições todas as instituições federais

de ensino. Isso significa que, bastaria a vontade do presidente para a extinção de qualquer unidade de ensino federal. A ideia é que algo semelhante seja criado para governadores e prefeitos. Se for aprovada também a extinção do Regime Jurídico Único, com a criação dos novos vínculos, os futuros servidores da educação muito provavelmente se enquadrarão nos “cargos por prazo indeterminado”, sem nenhuma garantia ou estabilidade. Como ainda há um considerável contingente de servidores regidos pelo RJU, o risco passa a ser a demissão por avaliação de desempenho, ou o retorno da disponibilidade, já usada no governo Collor.

A intenção é a que as instituições que permanecerem sob administração pública passem a cobrar mensalidade, ou a utilizar o modelo chileno, nos moldes do FIES brasileiro, onde o aluno, após a conclusão do curso, tenha que pagar por ele. Também estaria nos planos neoliberais o direcionamento dos cursos das instituições que permanecerem públicas para o atendimento dos interesses do setor privado, em especial o agronegócio, a indústria, o comércio exterior e o sistema financeiro, reduzindo gradativamente os investimentos em cursos de outras áreas, como a de Humanas, por exemplo, aliado ao ataque sistêmico à liberdade acadêmica. Em estudo elaborado por um grupo de pesquisadores brasileiros e publicado no Global Public Policy Institute, baseado em Berlim, são apontados “ataques e ameaças de violência contra pesquisadores relacionados ao tema que estudam; abertura de

processos disciplinares contra professores que incomodam o comando de suas universidades; ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados; e discursos do presidente da República e ministros que deslegitimam a atividade acadêmica e instam apoiadores a denunciar professores”. (veja matéria aqui). Esse direcionamento poderia se dar a partir de convênios das instituições públicas com setores da iniciativa privada, que “investiriam” nessa instituição. Lembrando que o orçamento público para a educação já vem sendo reduzido a cada elaboração de projeto de lei orçamentária anual.

Obviamente que deixaria de haver interesse também em subsidiar a alimentação e o alojamento de estudantes, entre outras coisas.

Não podemos de deixar de mencionar projetos já em andamento e que serão postos em prática a partir da aprovação da reforma, bastando um decreto presidencial. É o caso da fusão da CAPES, instituição de apoio à Pós-Graduação e à Educação Básica (formação de professores), ligada ao MEC, com o CNPq, órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI, que tem o objetivo de incentivar pesquisas científicas e tecnológicas nas mais diversas áreas de conhecimento. O principal objetivo dessa fusão, senão o único, é a redução de despesas, reduzindo drasticamente a manutenção dos milhares de pesquisadores e estudantes de pós-graduação, além da formação de professores da educação básica. Até porque, se depender dos libe-

rais, não haverá investimento em educação, formação e pesquisa. Isso pode ser observado na declaração do atual presidente do CNPq, Evaldo Vilela, que em entrevista ao jornal O Globo, disse que “ciência não é algo que se possa fazer sem dinheiro”. Na entrevista, Vilela diz que os cortes já praticados e a perspectiva para o orçamento de 2021 “podem levar a um cenário no qual o órgão não terá dinheiro para pagar nem mesmo as bolsas já vigentes, que hoje giram em torno de 80 mil” (apenas no CNPq).

Outro projeto pronto para ser posto em prática nos moldes de fusão acima citados é o do INPI, órgão responsável pela proteção da propriedade industrial e que tem o objetivo de estimular a inovação a serviço do desenvolvimento tecnológico e econômico do país, com a ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, que incentiva a adoção e difusão de tecnologias e contribui para a transformação digital do setor produtivo. Mais uma vez o único objetivo é a simples redução de gastos, com consequências graves no enfraquecimento da autonomia e da soberania nacional, tornando o país cada vez mais dependente de grandes potências.

Digo que, tanto o caso da fusão da CAPES com o CNPq, quanto a fusão do INPI com a ABDI, estão prontos, porque desde o segundo semestre de 2019 que essas ações estavam em análise, já com minutas prontas de medidas provisórias a serem publicadas e encaminhadas ao Congresso. Certamente que sofreriam grande resistência na tramitação. Com

a PEC 32 aprovada, bastaria um decreto do presidente da república e estaria feito o estrago sem a manifestação do Congresso e da sociedade, em especial a comunidade acadêmica e científica.

SAÚDE

De maneira bem objetiva, a saúde, como vem sendo denunciado, será entregue a iniciativa privada, utilizando a prática já existente do repasse das unidades de saúde pública para organizações sociais, que cobrariam do poder público para atender à parcela mais carente da população de forma “gratuita”, o que estaria longe de significar menos despesas. No ato da entrega, os servidores concursados que estejam nessas unidades poderiam ser cedidos às OSs, que os devolveria a medida em que comporia o seu quadro com funcionários privados, ou terceirizados. Os servidores devolvidos, se tiverem estabilidade, poderão ser removidos para alguma outra unidade que ainda esteja sob administração pública até que se aposente, se não for demitido por insuficiência de desempenho.

Uma das possibilidades a ser posta em prática, e que a reforma permite, é o atendimento básico, emergência e baixa complexidade, que passaria a ser totalmente prestado por organizações sociais, enquanto os atendimentos de média e alta complexidades seriam destinados à iniciativa privada, com serviços cobrados, permanecendo na administração pública apenas em casos excepcionais.

Aproveitando a política de desmonte da saúde pública, seguradoras privadas começam a entrar no mercado de “serviços de saúde popular”, cobrando a partir de vinte reais mensais por uma “assinatura” que daria direito a consultas e alguns exames. Seria o chamado “plano de saúde para pobres”. O que não é dito é que esse tipo de plano não permite nenhum tratamento ou acompanhamento. Os autores da ideia a apresentam como um serviço “complementar ao SUS”. Na verdade, uma proposta privada de substituição gradativa do Sistema Único de Saúde.

Ainda falando de saúde, mas em área de interseção com a educação, também a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a distribuição à população de medicamentos e vacinas, que já estão com seus orçamentos em processo de redução nos últimos anos, seriam gradativamente direcionados à iniciativa privada, no interesse do lucro. Muito diferente do que estamos vendo durante a pandemia da covid-19, onde se destacam instituições públicas, como a Fiocruz, O Instituto Butantã, além de diversas universidades públicas. O resultado, muito provavelmente, será o fortalecimento de grandes laboratórios privados internacionais.

OUTRAS ÁREAS

Todos lembram o caso do INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, que foi obrigado a desmentir o presidente da república quanto às queimadas e ao desmatamento ilegal, o que acabou

resultando na exoneração do seu presidente, um cientista de renome internacional. Se a PEC 32 for vitoriosa, a instituição pode ser totalmente desfigurada e até desvirtuada de sua função original.

Da mesma forma poderia ser extinto, ou adulterado o papel do IBAMA, que, além de multar o então deputado federal Jair Bolsonaro por pesca ilegal há uns anos, também é o órgão responsável por definir critérios de gestão do uso de recursos da fauna, da pesca e de florestas. O IBAMA também fiscaliza e combate desmatamentos, queimadas e incêndios florestais e a prática do garimpo ilegal, principalmente em terras indígenas, que ganhou visibilidade com a divulgação na imprensa da destruição legal dos equipamentos de garimpeiros criminosos na Amazônia, o que acabou gerando a exoneração do diretor de proteção ambiental do órgão, por desagradar poderosos, dentro e fora do governo. É claro que, independente da reforma, o órgão já está sendo esvaziado em todo tipo de recursos. O mesmo acontece com o ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável por proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental através da administração das Unidades de Conservação (UCs) federais sendo também responsável pelo fomento e execução programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade.

Nesses casos, mais uma vez bastaria um decreto para que esses órgãos fossem extintos, ou incorporados a outros. Em todas essas situações os ser-

vidores de todas as instituições teriam suas atribuições alteradas, esvaziadas e poderiam ser removidos para onde não trouxessem nenhum “incômodo” para o governante de plantão. Isso, caso ainda tivessem algum grau de estabilidade. Caso contrário seria a simples demissão.

É claro que o mesmo deve acontecer com o INCRA, uma vez que não há nenhum interesse dos defensores da reforma no ordenamento fundiário e muito menos na reforma agrária e no assentamento de pequenos produtores rurais. Cabendo também ao INCRA a gestão do cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas, obvio está ser um dos alvos preferenciais de um desses decretos de extinção de órgãos.

ESTATAIS

Também sem muito alarde (nem a imprensa nem os defensores da reforma mencionam) a PEC 32 traz a ampliação de restrições a existência de empresas estatais, deixando bem claro o que significa o tal princípio da subsidiariedade que querem incluído na Constituição, que tenho chamado de “subalternidade”. No parágrafo 6º proposto para constar do artigo 173 da Constituição Federal está, de forma bem clara, a proibição ao Estado de instituir medidas que gerem reservas de mercado, impedindo qualquer política de desenvolvimento em setores estratégicos para o país, como a exploração

de petróleo, por exemplo. Pela redação proposta, está sendo posto constar da Carta Magna do país que a prioridade é do mercado, do setor privado, colocando a participação do Estado de forma acessória e subalterna, como dito no início deste artigo. Essa é mais uma forma de pôr fim à soberania da nação.

ÚLTIMOS COMENTÁRIOS

Não esqueçamos que, ao tratar de questões como as listadas neste artigo em nível constitucional, os efeitos devem ser replicados nas esferas estadual e municipal. Não existe nesta PEC 32, de 2020, a figura de ser esta uma reforma federal, como dizem alguns. Assim como não existe a possibilidade de não serem atingidos os atuais servidores, ou algum segmento da sociedade. Toda a população será atingida e de várias formas. Cabe àqueles que tem algum grau de organização o esclarecimento daqueles que não têm acesso à informação verdadeira sobre o que espera o povo brasileiro em um futuro muito próximo.

Está mais do que claro que não interessa aos atuais donos do poder que o Brasil tenha sua população atendida em suas necessidades, nem que ela tenha acesso ao conhecimento e a adequada formação, que naturalmente levaria ao questionamento de muitas práticas que beiram o descaso e o genocídio. Um povo sem o mínimo de condições se torna presa mais fácil de exploradores e aproveitadores. Afinal, ainda há dúvida de quem é o real parasita?

14 - OS ATUAIS SERVIDORES E A REFORMA ADMINISTRATIVA

ALGUMAS PREMISSAS

Considerando algumas discussões que envolvem a proposta de reforma administrativa, é necessário, antes de qualquer discussão sobre a PEC 32/2020, ter claro o alcance da proposta de reforma administrativa, além de algumas informações que julgo pertinentes.

Em primeiro lugar, é uma deslavada mentira a declaração do presidente Bolsonaro quanto às consequências da PEC 32/2020 em relação ao conjunto dos servidores existentes, dada em 31 de agosto, *onde ele diz “que fique bem claro: não atingirá nenhum dos atuais servidores. Ela se aplicará apenas aos futuros servidores concursados”*. Desde o início do mandato que é difícil acreditar em qualquer declaração do presidente, ou mesmo de seu ministro da Economia, que a cada momento dá informações e dados que, ou são desmentidos, ou simplesmente não se confirmam. A reforma administrativa atinge, sim, os atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas. A razão do discurso é óbvia e bem articulada. O presidente declara, a base de apoio no parlamento repete e a grande mídia reproduz o dito por todos. Tudo combinado para evitar reações da representação dos servidores e dificuldades políticas nas bases dos parlamentares governistas em ano eleitoral. Alguns desses parlamentares, inclusive, declaram que tiveram alguma influência na decisão

do presidente para defender os atuais servidores. Uma questão simples: se os atuais servidores precisam ser defendidos, significa que há ataques e que os futuros terão um tratamento pior que o dos atuais?

Em segundo lugar, a PEC 32/2020 não é uma proposta para servidores federais e que os estaduais e municipais seriam tratados posteriormente, como foi na reforma previdenciária. Basta observar as alterações propostas para os artigos 37 a 41, que tratam da administração pública das três esferas de governo. Ou seja, uma vez aprovada, absolutamente toda a administração pública, federal, estadual, distrital e municipal, seria atingida, incluindo seus servidores.

Em terceiro lugar, também não é verdade que uma proposta de emenda à Constituição assinada pelo presidente da república não poderia incluir os “membros de Poder”, onde se enquadram os magistrados, promotores e procuradores do Ministério Público, por exemplo. Basta ver a Emenda Constitucional 19/1998 (reforma administrativa que a PEC 32/2020 pretende dar continuidade) e, mais recentemente, a Emenda Constitucional 103/19 (reforma previdenciária). A não inclusão dos Membros de Poder foi um decisão política, não técnica, e com dois objetivos. O primeiro, é não indispor o chefe do Executivo federal com quem pode ajudá-lo, ou não, em situações futuras. Parlamentares, caso queiram, que o façam. E alguns parlamentares dizem que os incluirão, que seria para tratar de forma isonômica todos os servidores do

Estado. O segundo objetivo é angariar apoio à proposta global, que prejudica, e muito, o conjunto dos servidores e a população com o desmonte dos serviços públicos. Seria para chamar atenção para uma questão que não é o eixo principal da reforma. Além de que, não há garantias quanto à inclusão desse segmento no texto final. Basta vermos quem é a maioria dos parlamentares que defendem, cínica e demagogicamente, essa inclusão, todos conservadores e defensores da reforma. Por que esses mesmos deputados não defendem os demais servidores nem buscam impedir a privatização do serviço público? Bom, vamos ao objetivo do artigo.

OS ATUAIS SERVIDORES: O RJU

A proposta de criação de novas formas de relação entre o Estado e as pessoas que trabalharão na administração pública prevê a regência por um novo regime jurídico de pessoal exclusivo para os novos vínculos. Os atuais servidores seriam abrangidos por regime jurídico específico a ser criado após a promulgação da nova Emenda Constitucional. Em se confirmando, alguns poucos dos atuais cargos deverão ser transformados em “cargos típicos de Estado”, mais uma vez dando uma interpretação que considero errada do que seria um cargo que exerce uma atividade típica de Estado. Na proposta de alteração constitucional pretende-se dar tratamento de “exclusivo de Estado”, mas chamando de “típico de Estado”. Apesar de parecer, não se trata de mera nomenclatura, mas de, a partir da alteração proposta, ignorar todas as demais atividades públicas que

necessitam da proteção do Estado, como se não fossem típicas de Estado, as considerando como passíveis de descarte.

CARGOS EM EXTINÇÃO

Todos os cargos, que não os sobreviventes da disputa que se dará a partir da apresentação do Projeto de Lei Complementar que trará “os critérios para definição de cargos típicos de Estado”, estarão, a partir da nova legislação a ser aprovada, em situação de extinção, ainda que não expressamente dito. Isso, porque, por mais que algumas pessoas não concordem, não havendo mais concursos para esses cargos, os mesmos serão extintos à medida que aposentem os últimos ocupantes de cada cargo. Isso significa diminuição gradativa do poder de pressão dos ocupantes desses cargos, principalmente a partir do momento em que a balança pender para maioria de aposentados em relação aos ativos, o que dificultaria, não só a conquista de algum ganho ou direito, mas até a manutenção de algum existente, como veremos adiante. Acrescentemos a já declarada intenção de redução drástica dos números de cargos e de carreiras hoje existentes na administração pública, que se pretende reduzir, só no Executivo federal, das atuais 117 carreiras para algo em torno de 20 ou 30 carreiras, diminuindo ao máximo também os pouco mais de 2.000 cargos hoje existentes na administração federal. Isso se daria a partir da fusão ou simples extinção de cargos. Dentro desse processo está a criação (ou recriação) do chamado carreirão, unificando todos os cargos da

área administrativa, o que deve acontecer na chamada “Segunda Fase da Reforma Administrativa”, onde será apresentado o projeto de lei (PL) de “consolidação de cargos e funções”, juntamente com outros PLs, de “diretrizes de carreiras” e de “ajuste no Estatuto do servidor”. Ali estaria definido o futuro dos atuais servidores. A norma herdeira dos servidores do atual RJU sairá desse conjunto de PLs. As leis decorrentes desse processo dirão como serão tratados os remanescentes do “antigo RJU”, os direitos a que terão acesso, mais os deveres, obrigações e limites daquele momento em diante. Ressalto que não haverá mais ingressos nesses cargos.

O QUE JÁ PODEMOS VER A PARTIR DA PEC 32/2020: ESTABILIDADE

Em relação à estabilidade, os atuais servidores terão o mesmo tratamento dos futuros ocupantes de cargos típicos de Estado, podendo perder o cargo nas mesmas três condições (I – decisão judicial; II – processo administrativo disciplinar e III – avaliação de desempenho insuficiente). Sobre isso, algumas observações:

1 – Em caso de demissão por decisão judicial, até a possível aprovação da PEC, é necessário que a decisão judicial transite em julgado. Se aprovada a PEC, bastará uma decisão por órgão judicial colegiado. Ainda que possa haver reversão até o fim do processo;

2 – A regulamentação da demissão por desempenho insuficiente, prevista hoje pela Constituição através de

lei complementar, passa a ser por lei ordinária. Dessa forma a aprovação da lei passa a ser por maioria simples dos presentes em plenário, quórum bem menor que a maioria absoluta dos votos necessários no caso de lei complementar. Cabe o destaque de que, para os futuros ocupantes de cargos típicos de Estado, a PEC 32/20 propõe que a lei que regulamentará a demissão por insuficiência de desempenho preveja “critérios e garantias especiais” para perda do cargo. Isso os coloca em situação diferenciada, favoravelmente, em relação aos atuais servidores, que o presidente da república disse que teriam a estabilidade garantida.

3 – Os atuais servidores também podem perder o cargo pela possibilidade prevista no artigo 169, parágrafo 4º da Constituição, que permite a demissão de servidores estáveis pelas limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não está previsto para os futuros ocupantes de cargos típicos de Estado, pois a redação proposta pela PEC 32/20 para o artigo 247 da Constituição Federal, assim como no parágrafo anterior, propõe que também a lei que regulamentará o § 7º do art. 169 estabelecerá “critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público investido em cargo típico de Estado”.

4 – Para a aquisição da estabilidade, dos atuais que ainda não a adquiriram, será necessária aprovação por comissão instituída para essa finalidade.

REMUNERAÇÃO

De início a PEC não altera a remuneração dos atuais servidores, que já está congelada há alguns anos. Considerando que a proposta de reforma é composta por três fases, onde a PEC 32/2020 é a primeira, a remuneração dos atuais servidores deverá ser afetada nas etapas seguintes, como, inclusive, já anunciado pela equipe do Ministério da Economia. Em uma das etapas deverá ser apresentado o projeto com grande redução no quantitativo dos atuais cargos e carreiras (já mencionado acima). Nesse processo as tabelas serão reestruturadas com algumas mudanças significativas, que serão:

- Remuneração com a parte principal vinculada à avaliação de desempenho, o que permite diferenciar servidores de um mesmo cargo e desvincula ativos de aposentados e pensionistas;

- Progressão e promoção exclusivamente por avaliação de desempenho, não mais por tempo de serviço (já incluído na PEC), e o aumento de interstício (tempo em que cada servidor passa em um determinado patamar, ou padrão, da tabela remuneratória). Isso significa a possibilidade de evolução mais lenta na carreira, ou ainda de estacionamento em algum ponto da tabela remuneratória. Há o risco da pessoa aposentar sem atingir o topo da tabela remuneratória.

MOBILIDADE

Com a redução de cargos e carreiras, os atuais servidores farão parte de uma nova estrutura, um quadro geral, sendo possível a mobilidade, permitindo a remoção de servidores de um órgão para outro por decisão unilateral da administração.

Em caso de algum órgão público ser objeto de gestão por desempenho, resultando em parceria com organização de direito privado, que assumiria a gestão do órgão, os atuais servidores que lá estejam lotados serão cedidos à nova administração (privada). Em caso de devolução de servidor à administração pública o servidor deverá ser posto à disposição do órgão gestor de pessoas (vide observação 2, abaixo), que providenciaria nova lotação para o servidor.

DEMISSÃO POR DESEMPENHO INSUFICIENTE

Pela proposta apresentada, os critérios de avaliação de desempenho, ao serem definidos em leis ordinárias, indicada por cada Poder ou ente federativo (estados e municípios), há o risco de grande fragilidade e manipulação política.

REDUÇÃO DE JORNADA/REMUNERAÇÃO

Como já dito antes, a reforma do Estado não se resume à PEC 32/2020. Dessa forma, os atuais servidores cor-

rem o risco de sofrerem redução da jornada de trabalho com a respectiva redução salarial, com base na PEC 188/2019, já em tramitação no Senado.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Para os atuais servidores está mantido o direito à acumulação vigente, sendo dois cargos de professor, um de professor com outro técnico ou científico ou dois cargos ou empregos privativos de profissões regulamentadas de saúde. Diferente dos novos servidores.

FIM DA RESERVA DE VAGAS EM CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

A partir da PEC 32/2020, os novos cargos de “liderança e assessoramento” substituirão gradativamente os atuais cargos de direção e assessoramento, inclusive os ocupados atualmente por servidores efetivos. Como os novos cargos exercerão atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas (o que considero inconstitucional), existe a grande possibilidade de convívio com os atuais servidores no exercício de uma mesma atividade. A substituição citada obedecerá critérios do chefe de cada Poder, o que pode gerar problemas de origem política.

VANTAGENS, DIREITOS E BENEFÍCIOS

Com a alegação de uniformizar entre os três Poderes e as três esferas de

governo, foram listados 10 tipos de vantagens e benefícios que não mais serão concedidos a servidores públicos (atuais e novos). Apenas aquelas vantagens ou benefícios em vigor e que tenham sido concedidos por lei vigente até 31 de agosto de 2020, poderão ser mantidos, não podendo, entretanto, progredir, como é o caso, por exemplo, de adicionais por tempo de serviço, ou assemelhados. A maioria dos servidores já não fazem jus à maior parte dessas vantagens e benefícios, a não ser em algumas unidades da Federação. As vantagens e benefícios abrangidos são:

licença-prêmio / aumentos retributivos (ainda que resultado de negociação entre entidades representativas dos servidores e a administração pública) / férias superiores a 30 dias/ano, incluindo recesso / adicional por tempo de serviço, com qualquer formato ou denominação / aposentadoria compulsória como punição / parcelas indenizatórias sem previsão legal / adicional ou indenização por substituição não efetiva / redução de jornada sem redução de remuneração, salvo por saúde, respaldado em lei / progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço (citado acima) / incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções.

Ao se confirmar a substituição dos regimes jurídicos vigentes por novos regimes jurídicos específicos para os atuais servidores, desaparecem todos os direitos, vantagens e benefícios constantes das legislações substituídas que não constarem da Constituição Federal. Com isso, a menos que constem da nova legislação, perdem eficácia diversas verbas de caráter indenizatório, gratificações e direitos a afastamentos e licenças remuneradas.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES

1 - Como algumas alterações em normas vigentes não dependem de emenda constitucional, essas poderão ser encaminhadas ainda durante a tramitação da PEC32/2020. Entre os assuntos que teriam esse tratamento estão a demissão por mau desempenho, o novo modelo de avaliação e o fim da progressão por tempo de serviço. Isso por não serem considerados como direito adquirido.

2 - Está em discussão entre a equipe de governo responsável pela PEC 32/2020 e “especialistas convidados a opinar”, a criação de um órgão independente (no formato de agência reguladora), composto por representantes da administração pública e da sociedade civil. Esse novo órgão, que deverá ser criado na esfera federal, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, trataria dos critérios de avaliação de desempenho, reajustes remuneratórios, premiações, realocação de servidores devolvidos por instituição que assuma as atividades, en-

tre outros pontos. No caso federal, por exemplo, esse órgão seria presidido por uma pessoa indicada pelo presidente e aprovado pelo Congresso. O que deverá ser sugerido como modelo aos entes da Federação. Nenhuma menção à presença de especialistas em gestão de pessoas.

O que consta desse artigo não significa que se resumem a essas as alterações que atingirão os atuais servidores. Várias outras questões estão em discussão, algumas já em processo de elaboração de novas normas. É importante o acompanhamento permanente das entidades que representam os servidores públicos. Lembro que o resultado, caso essas alterações se confirmem, atingirá tanto servidores quanto usuários do serviço público.

E “alguém” ainda tem a desfaçatez de dizer que a reforma “não atingirá nenhum dos atuais servidores”.

15 - OS NOVOS “SERVIDORES” APÓS A REFORMA ADMINISTRATIVA, QUEM SÃO?

Várias pessoas perguntam quem serão os novos contratados para trabalhar na, ou para a, administração pública caso a reforma apresentada pelo governo federal ao Congresso seja aprovada como está. Quais as relações desses novos “funcionários públicos” com a admi-

nistração e como será a relação dos novos com os que já estão na administração pública são outras de tantas perguntas. As dúvidas são naturais. Afinal, o que propõe a PEC 32/2020 é algo totalmente diferente do que temos hoje, algo novo, ou nem tanto.

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, que completou 32 anos no último dia 5 de outubro já com 108 emendas aprovadas e outras tantas em tramitação que pretendem desfigurar ainda mais a Constituição, que os derrotados no debate constituinte no que se refere a direitos sociais e uma maior atenção à parte mais carente da população, buscam recuperar o rumo de seus objetivos. E esse processo de retrocesso vem gradativamente evoluindo na direção de redução dos direitos, incluindo a desestruturação da administração pública, dividindo seu espólio entre neoliberais e patrimonialistas, tornando a máquina pública mínima restante garroteada, cumpridora estrita das ordens de seus mandantes de plantão. E essa é uma das formas de deixar de atender as necessidades do povo.

Em relação aos servidores, a partir da vigência da Constituição, foi iniciado um processo de construção de quadros funcionais nos entes e órgãos públicos compostos de carreiras estruturadas, planos de cargos e de carreiras, ou até cargos isolados em situações especiais. Todos ocupados por pessoas aprovadas em concursos de provas teóricas e práticas (quando necessário), apresentação de títulos (também quando necessário),

além de testes de capacidade física em alguns casos. Todos também sob normas decorrentes dos respectivos artigos constitucionais e de seus regimes jurídicos próprios, conhecidos como estatutos dos servidores públicos, abrangendo todo o conjunto de servidores efetivos e cargos de livre provimento, em cada ente da Federação, com seus direitos, deveres, obrigações e limites. Nesse mesmo processo foi definido em que condições excepcionais seria permitida a contratação de trabalhadores temporários e como se daria a ocupação de cargos de livre provimento de direção e assessoria. E o que propõe a chamada “Reforma Administrativa”?

Como dito no meu artigo “As consequências da ‘reforma administrativa’ para a sociedade” (leia aqui), essa chamada “reforma” na verdade nada tem de administrativa. Esta é mais uma etapa, dividida em três fases, da reforma do Estado brasileiro. Mais uma tentativa de retornar ao que era a administração pública antes da aprovação da atual Constituição Federal, em 1988. Uma rápida observação: é, no mínimo, interessante, para não chamar de ridículo, criticar o texto constitucional de pouco mais de três décadas, chamando-o de ultrapassado, querendo implantar algo parecido com o que havia no Brasil há quase um século, chamando de “moderno”, como veremos a seguir.

AS NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO DE TRABALHO COM O ESTADO

A primeira questão a ser considerada é que o atual Regime Jurídico dos servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos e de cargos e funções comissionadas, deixará de existir logo após a promulgação da Emenda Constitucional, se aprovada a PEC 32/20. Os atuais servidores serão divididos em dois grupos. Uma pequena parte terá seus cargos transformados em “cargos típicos de Estado”, num novo formato e com novo regime jurídico, enquanto a outra parte, a maior, também terá a sua relação com o Estado regulada por um novo regime jurídico específico, que deverá durar até o desligamento do último servidor, seja por aposentadoria, morte, demissão ou desligamento voluntário. Isso porque após a reforma não haverá mais ingressos para os cargos atuais. (veja como ficam os atuais servidores no artigo “Os atuais servidores e a Reforma Administrativa” – veja aqui). Da mesma forma, os que vierem a ser aprovados em qualquer processo seletivo a partir do proposto pela PEC 32/20, seja concurso público ou processo de seleção simplificada, terão também novas formas de relação com a administração pública, definidas em legislação a ser criada.

Os novos ingressantes na administração pública se dividirão em “cargos” e “vínculos”. Situação, no mínimo, estranha. Isso porque haverá (se aprovada a PEC 32/20 como está) uma confusão de conceitos e de definições, uma

vez que em mais de um momento as atribuições e responsabilidades poderão se sobrepor e confundir, como veremos mais adiante. Vejamos de quem estamos falando, os futuros contratados.

A proposta para as novas relações de trabalho entre as pessoas e o Estado, nos três Poderes e nas três esferas de governo, são as seguintes:

CARGOS (3)

I – Típicos de Estado – representam uma muito pequena parte do quadro efetivo da administração pública. São cargos destinados às atividades exclusivamente públicas, típicas de Estado.

Ingresso – por concurso público em duas etapas:

– Segunda etapa: cumprimento de período de, no mínimo, dois anos – Primeira etapa: provas ou provas e títulos, a depender do cargo;

s em vínculo de experiência com desempenho satisfatório (pode ser mais tempo. O ministro Paulo Guedes, por exemplo, defende que para alguns cargos esse período possa chegar a cinco ou mais anos), condicionado a:

Classificação final dentro da quantidade prevista de vagas no edital do concurso público entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência. Nesse processo serão convocados para o período de experiência um

número superior à quantidade de vagas disponíveis, constantes de edital;

Após o término do vínculo de experiência, o servidor “efetivo” somente adquirirá estabilidade se for considerado com desempenho satisfatório pelo prazo de mais um ano de exercício (estágio probatório), sendo, somente a partir de então, definitivamente incorporado ao quadro. Caso não seja avaliado com desempenho satisfatório, o “servidor” pode ser dispensado ao final desse ano, devendo haver a convocação do primeiro classificado entre os excedentes do vínculo de experiência correspondente.

Estabilidade – O servidor adquire estabilidade como dito acima, podendo perder e ser desligado do serviço público em três condições: I – decisão judicial; II – processo administrativo disciplinar e III – avaliação de desempenho insuficiente.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES:

1 – Em caso de demissão por decisão judicial, até o presente momento é necessário que essa decisão transite em julgado. Se aprovada a PEC, bastará uma decisão por órgão judicial colegiado. Ainda que possa haver reversão ao fim do processo. Essa nova situação atingirá também os atuais servidores;

2 – A regulamentação da demissão por desempenho insuficiente, prevista hoje na Constituição Federal através de lei complementar, passaria a ser regulamentada por lei ordinária. Dessa forma, a aprovação da respectiva lei passa a ser por maioria simples dos presentes em plenário, quórum bem menor que a maioria absoluta dos votos necessários no caso de lei complementar. Além de que serão leis por ente federado (estados e municípios). Cabe o destaque de que, para os futuros ocupantes de cargos típicos de Estado, a PEC 32/20 propõe que a lei que regulamentará a demissão por insuficiência de desempenho preveja critérios e garantias especiais para perda do cargo. Isso os coloca em situação diferenciada, favoravelmente, em relação aos atuais servidores, que o presidente da república disse que teriam a estabilidade garantida.

3 – Além das três formas citadas, existe ainda a possibilidade de demissão de servidores públicos com base nas limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, prevista no artigo 169, parágrafo 4º, da Constituição Federal. No entanto, a PEC 32/20 mantém, inclusive com restrição, que as leis previstas para regulamentar a perda do cargo por insuficiência de desempenho e as normas gerais que permitem o desligamento de servidor efetivo com base nas limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 247, da CF), estabeleçam “critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público investido em cargo típico de Estado” (grifo meu).

Assim, os critérios e garantias especiais passam a ser vinculados aos cargos típicos de Estado, não mais ao exercício de atividades exclusivas de Estado, como diz o artigo 247 da Constituição Federal na atual redação. Dessa forma, ainda que determinado cargo contemplado em lei futura como típico de Estado, mas que, em suas atribuições, não exerça atividade exclusiva de Estado, teria a proteção dos “critérios e garantias especiais” propostos na PEC 32/20. O que significa, também, que o inverso pode ocorrer, quando ocupante de um cargo não listado na referida lei futura, mas que possa desenvolver, por força de suas atribuições, atividade exclusiva de Estado, não teria a mesma proteção.

Também não podemos esquecer que estão tramitando, e com pressão para agilização na tramitação, as PECs 186/19 (emergencial) e 188/19 (pacto federativo), onde os servidores públicos dos três poderes e das três esferas de governo correm riscos de redução de jornada com redução proporcional de remuneração e até de demissão para cumprimento de limites fiscais. No entanto, no texto da PEC 32/20 diz que “é vedada a redução da jornada e da remuneração para os cargos típicos de Estado”. Mais uma proteção, deixando os demais trabalhadores a serem contratados pelos novos vínculos e os atuais servidores expostos às intempéries da política fiscal de governos.

Acumulação de cargos – Para os ocupantes de cargos típicos de Estado é permitida a acumulação com outra ati-

vidade remunerada (não apenas cargos públicos), desde que sejam atividades de docência ou de profissão regulamentada de saúde, havendo compatibilidade de horários (o texto é omissivo em relação a conflito de interesses).

O que se pode depreender da proposta é a criação de uma casta (mais uma) no serviço público, com mais proteção e garantias do que os atuais ocupantes de cargos e carreiras que exercem as mesmas atividades exclusivas de Estado a serem contempladas na nova legislação. Muito diferente também dos demais servidores, novos e atuais, que veem seus direitos e garantias serem sumariamente desmontados, como se fossem privilégios. Não custa lembrar que o ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento recente, deixou clara a sua opinião de que a elite do funcionalismo (que ganha valores próximos, iguais ou superiores ao teto constitucional) ainda ganham pouco e precisam ser mais protegidos.

II – Cargos por prazo indeterminado – É a grande maioria do quadro efetivo. Serão os substitutos dos atuais servidores. São cargos destinados às atividades administrativas, técnicas ou especializadas que são contínuas e não são exclusivas de estado.

Ingresso – por concurso público em duas etapas (cabe esclarecer que algumas pessoas têm confundido, achando que esses cargos também seriam por processo simplificado, o que não é o proposto):

– Primeira etapa: provas ou provas e títulos;

– Segunda etapa: cumprimento de período de, no mínimo, um ano em vínculo de experiência com desempenho satisfatório (pode ser mais tempo, como o cargo típico de Estado), condicionado a:

Classificação final dentro da quantidade de vagas prevista no edital do concurso público entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência. Nesse processo serão convocados para o período de experiência um número superior à quantidade de vagas disponíveis, constantes de edital. Diferente dos cargos típicos de Estado, não há o período de avaliação de um ano posterior ao vínculo de experiência (estágio probatório), uma vez que esses cargos não fazem jus a estabilidade.

Os ocupantes de cargos por prazo indeterminado, como diz a identificação do cargo, não terão definição de prazo na relação com o Estado empregador, podendo ser desligado a qualquer momento, seja com base em avaliação de desempenho, onde a administração pública poderá argumentar a “evolução tecnológica”, se “a função realizada ainda faz sentido na administração pública”, entre outras justificativas. Durante a apresentação da proposta de reforma os repre-

sentantes do Ministério da Economia utilizaram o termo “obsolescência” para justificar que aquele cargo estaria descartado (descartável é, desde a posse). Considerando a possibilidade de entrega de unidades, ou mesmo órgãos inteiros e atividades a instituições privadas, através de organizações sociais e outros modelos, a instituição privada pode aceitar ou não os servidores como cedidos. Em caso de não aceitação ou devolução os servidores ocupantes de cargos por prazo indeterminado podem ser realocados em outra unidade ou órgão, ou simplesmente desligados da administração pública. “Isso é a obsolescência” dita na apresentação da reforma. As hipóteses de desligamento de ocupantes de cargos por prazo indeterminado serão definidas em lei a ser aprovada.

Em relação ao regime de trabalho para os cargos por prazo indeterminado, já está decidido que não será utilizado o da CLT, mas um novo regime específico de servidor sem estabilidade. Destaca-se que não há, até o momento, proposta de criação de algum tipo de verba indenizatória em caso de desligamento, algo como o FGTS dos celetistas. Uma vez questionados, representantes do governo dizem “estarem pensando em algo do tipo”. Devemos observar que a PEC 32/20 permite que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios possam optar, no prazo de até dois anos após a promulgação da nova Emenda Constitucional, por vincular os servidores que vierem a ser admitidos para cargo com por prazo indeterminado, inclusive durante o vínculo de experiência, ao

regime geral de previdência social, em caráter irretratável, obviamente perdendo o direito ao regime próprio de previdência mencionado no artigo 40-A da PEC 32/20.

Acumulação de cargos – Para os ocupantes de cargos por prazo indeterminado é autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse. Diferente dos cargos típicos de Estado, como visto acima, e dos atuais servidores.

Com a manutenção da política de teto de gastos, a possibilidade de desligamento com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 247, da CF) mais a possibilidade de aprovação das PECs 186 e 188, permitindo a redução de jornada com redução de salário e o desligamento, além das propostas da PEC 32/20, que facilitam a entrega de serviços públicos à iniciativa privada, esses são os cargos com maior instabilidade e incerteza, o que, obviamente, favorece o assédio institucional e a pressão política.

Aqui, repriso um parágrafo do meu artigo “Os atuais servidores e a Reforma Administrativa”, que tem a ver com os futuros cargos por prazo indeterminado:

“Está em discussão entre a equipe de governo responsável pela PEC 32/2020 e “especialistas convidados a opinar”, a criação de um órgão independente (no formato de agência reguladora), composto por representantes da administração pública e da sociedade civil. Esse novo órgão, que deverá ser criado

na esfera federal, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, trataria dos critérios de avaliação de desempenho, reajustes remuneratórios, premiações, realocação de servidores devolvidos por instituição que assuma as atividades, entre outros pontos. No caso federal, por exemplo, esse órgão seria presidido por uma pessoa indicada pelo presidente e aprovado pelo Congresso. O que deverá ser sugerido como modelo aos entes da Federação. Nenhuma menção à presença de especialistas em gestão de pessoas.”

III – Cargos de liderança e assessoramento – serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas, substituindo os atuais as funções de confiança, os cargos em comissão de direção e assessoramento, além de muitas vezes exercerem atividades de forma concomitante com servidores concursados, o que até hoje não é permitido.

Ingresso – por processo seletivo simplificado.

De início, já podemos dizer que esse “processo simplificado” é, no mínimo, preocupante, uma vez que será o “chefe de cada Poder” que definirá “os critérios mínimos de acesso aos cargos de liderança e assessoramento... e sobre a sua exoneração”. Considerando que o artigo 37 proposto pela PEC 32/20, onde consta essa proposta, trata das três esferas de governo, podemos dizer que o parágrafo em questão, na prática, deixa claro que poderemos ter milhares de critérios diferentes de acesso e de exo-

neração dos cargos em questão. Não é difícil ver nesse texto a institucionalização do apadrinhamento e da indicação política. Proposta que, além de não apresentar qualquer base mínima de exigência e de critérios técnicos, ainda ofende a Constituição Federal ao incluir tal aberração em seu texto.

No momento da apresentação da PEC 32/20 os representantes do Ministério da Economia deixaram claro que esses novos “cargos”, que substituirão gradativamente os cargos comissionados e funções gratificadas existentes, terão uma divisão interna, que os colocará como de primeira e de segunda classe. Os de primeira classe, considerados “cargos estratégicos” dos níveis mais altos da administração, como o de secretários, bem como os de assessoramento, serão de livre nomeação e exoneração (como já é atualmente). Para estes, a seleção simplificada não é requisito obrigatório. Já uma outra parte (a maior) dos cargos de liderança e assessoramento será ocupada através de processo de seleção simplificada. Óbvio está que, a partir do momento em que “os órgãos devem seguir os critérios estabelecidos por cada Ente ou Poder”, como diz o Ministério da Economia, podemos imaginar o que veremos em um país com 5.570 municípios, 26 estados, 1 Distrito Federal, mais a União com seus três Poderes. Corremos o risco de assistir a uma gigantesca farra de indicações políticas de todo jeito, uma vez que cada ente ou Poder definirá em regras próprias a ocupação desses cargos. Aliás, essa é uma das bases da reforma administrativa, o aparelhamento po-

lítico, juntamente com a secundarização do público em relação ao privado, permitindo a assunção de representantes do setor privado em áreas estratégicas do Estado.

Na página do Ministério da Economia na Internet está dito que os cargos propostos de liderança e assessoramento “serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas”, como mencionado acima. Além de deturpar a ideia do que seria um cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou uma função de confiança, a redação proposta para o inciso V, do artigo 37 da Constituição Federal, também traz mais problemas:

1º – permite o exercício de uma mesma atividade por ocupantes de cargo efetivo, aprovados em concurso e por nomeados a partir de processo seletivo simplificado, que não passaram por concurso. Isso, além dos atuais servidores que estarão nas atividades técnicas. Uma questão que fica é: qual a responsabilidade de cada um em atividades que exigem perfil técnico, por exemplo?

2º – no mesmo inciso V, a PEC 32/20 propõe eliminar a previsão constitucional de que lei trataria dos casos, condições e percentuais mínimos para funções de confiança, a serem exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo destinados a atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Inicialmente quero esclarecer que, apesar de algumas afirmações, a atu-

al redação constitucional não reserva determinados cargos de gerenciamento e de direção com perfil técnico para servidores efetivos. Essa reserva se dá por percentuais gerais. Por exemplo, durante a gestão do então ministro Paulo Bernardo no antigo Ministério do Planejamento, onde se localizava o órgão central de pessoal do Executivo federal, foi editado o decreto nº 5.497/2005, do presidente da república, que determinava que 75% dos cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 1, 2 e 3, de perfil mais técnico, deveriam ser ocupados por servidores de carreira e que os mesmos servidores deveriam ocupar 50% dos cargos em comissão DAS, níveis 4, 5 e 6, de perfil gerencial e de direção mais elevado, em números gerais, sem discriminar cargos. Posteriormente, em 2017, o decreto nº 9.021/2017, alterou esses percentuais para 50% dos cargos em comissão de níveis 1, 2, 3 e 4, para servidores de carreira e de 70% dos cargos de níveis 5 e 6 para os mesmos servidores.

A proposta apresentada, ao permitir a ocupação indiscriminada de cargos de chefia, gerenciamento, direção e de assessoramento por pessoas não aprovadas em concurso público, abre mão da qualificação e da experiência de servidores efetivos, o que pode simplesmente comprometer o resultado do serviço prestado do ponto de vista técnico e legal. Um outro destaque é que, independente de percentuais, em ambos decretos constava (e ainda consta, uma vez que o decreto de 2017 segue em vigor) a determinação de inclusão pelos órgãos

de ações voltadas a habilitação de seus servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores em seus planos de capacitação.

O posicionamento do governo em apresentar a “porteira aberta” para não concursados, libera todas as direções, gerências, chefias e cargos de assessoramento para a ocupação por pessoas não necessariamente preparadas tecnicamente para o exercício. E isso, infelizmente, não é por acaso.

Acumulação de cargos – Os cargos de liderança e assessoramento estão liberados para a acumulação de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse, assim como estão entre as exceções quanto à percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração do cargo. E, desde que admitido exclusivamente para esse cargo, serão considerados segurados do Regime Geral de Previdência Social para fins previdenciários.

O direito à acumulação para os ocupantes de cargos de liderança e assessoramento com cargos públicos, sem a existência de critérios como é atualmente, permitirá a cooptação de servidores a partir de critério meramente políticos, sendo mais um ponto na forma patrimonialista de gestão pública.

“VÍNCULOS” (2)

I – Vínculo por prazo determinado
– Como diz a nomenclatura, não são car-

gos públicos. Os ocupantes desses vínculos serão contratados para lidar com necessidades temporárias, com tempo de vínculo previamente estabelecido. Após o término do período, o profissional deixará os quadros da Administração Pública.

Ingresso – por processo seletivo simplificado.

Atualmente a legislação permite a contratação de pessoal temporário para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Enquadram-se nessa situação assistências a situações de calamidade pública, assistência a emergências em saúde pública, recenseamentos, entre outras já especificadas em lei, todas realmente excepcionais.

Na PEC 32/20, além da temporariedade de situações com as citadas acima, como calamidade e emergência, estão atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal e os principais objetivos da alteração em relação a atual legislação, entre os quais podemos citar atividades ou procedimentos sob demanda, acúmulo transitório de serviço e, nada mais óbvio numa proposta neoliberal, a substituição de servidores por paralisação de atividades essenciais, como greves. Em relação ao último item, cabe lembrar que está previsto na terceira fase da reforma a definição de direitos e deveres dos servidores, onde muito provavelmente estarão uma lei de greve específica para o funcionalismo e um novo código de conduta, ambos altamente restritivos, podendo conside-

rar praticamente todo o serviço público como atividade essencial para efeitos de greve. Lógico que para outros efeitos o serviço público nunca será essencial aos olhos dos neoliberais.

A partir da PEC 32/20, a contratação temporária passa a considerar a natureza da demanda, não mais do tipo de aplicação de contratação. Observa-se também a possibilidade de, através de contratos de gestão, órgãos e entidades da administração pública poderem indefinidamente fazer uso de contratos de vínculo por prazo determinado em substituição a servidores concursados. Em outras palavras, passa a ser possível a contratação temporária praticamente indefinida, podendo dispensar a realização de concurso, utilizando de mão de obra de baixíssimo custo, incluindo encargos trabalhistas.

Considerando o já mencionado neste texto, sobre a sobreposição de atuações em uma mesma atividade de servidores concursados e de cargos de liderança e assessoramento, podemos somar a isso a presença do trabalhador temporário como o terceiro personagem exercendo as mesmas atividades. Mais irregularidade impossível. Seria, por exemplo, a manutenção de pessoal temporário no atendimento do INSS, junto com servidores atuais, mais os novos por prazo indeterminado, além dos ocupantes de cargos de liderança e assessoramento. Nada define esse absurdo de forma mais clara do que a defesa dos temporários pelo ministro Paulo Guedes: a contratação de servidores temporários,

com salários mais baixos – e menos concursos públicos.

II – Vínculo de Experiência – Na verdade, apesar da denominação “vínculo”, se trata apenas da segunda etapa de concursos públicos para cargos típicos de Estado ou cargos por prazo indeterminado. Isso, aliás, está dito em documento oficial, constando do sítio do Ministério da Economia e da apresentação da PEC por aquele ministério, denominado “Perguntas Frequentes”. No documento, está dito, em relação aos concursos que “Depois de aprovados na primeira etapa da seleção, ainda como etapa do concurso público, os interessados (grifo meu) passarão por um período de formação e avaliação prática de 1 a 2 anos, chamado de vínculo de experiência.” Na minha opinião, o termo utilizado não deixa dúvidas quanto a ser esse período apenas uma etapa de concurso público.

Entendo também a denominação “vínculo de experiência”, sendo apresentada pelo governo como se fosse uma das novas formas de relação de trabalho com o Estado, uma espécie de aprendiz, como equivocada. Isso porque na PEC 32/20 está claro que a relação entre o “ocupante” desse “vínculo” e a administração pública desaparece ao fim de período pré determinado. Exatamente o que acontece após uma segunda etapa de concurso público, como mencionado acima.

Seja pelo simples desligamento sem nenhuma garantia ou verba indenizatória até aqui mencionada, seja pela

efetivação em um dos cargos pretendidos através do concurso feito, alterando a relação, para, aí sim, ser constituído um vínculo, penso que o período de “experiência” é, na melhor das hipóteses, uma relação precária. Até porque não é considerada a existência de vínculo com a administração pública durante as etapas de um concurso público.

Como já dito também, chama atenção a total ausência de informação do governo quanto a possíveis garantias durante o período de experiência, como verbas indenizatórias (transporte, alimentação, por exemplo), como é o caso de estágio, além de férias remuneradas (o “vínculo” pode durar até dois anos). Ainda que não conste da PEC, sendo considerada matéria infraconstitucional, torna-se necessária alguma informação, até porque, enquanto o mesmo governo nada diz sobre o mencionado, faz questão de incluir no texto da PEC 32/20 que, durante a permanência no vínculo de experiência “é vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive a acumulação de cargos públicos”. Isso, ainda que houvesse compatibilidade de horários e sem conflito de interesses, como no caso de membros do quadro efetivo atual ou futuro, alterando a redação atual do inciso XVI, do artigo 37.

Também nada é dito referente ao tratamento a ser dado ao servidor estável quando aprovado em outro concurso público. Isso, porque atualmente um servidor que for aprovado em concurso público, quando não habilitado ao fim do estágio probatório, tem o direito de

retorno ao cargo de origem. Essa dúvida se justifica, uma vez que foi anunciada oficialmente para as próximas etapas da reforma administrativa a revogação da Lei 8.112/1990, que deverá ser substituída por outra norma tratando especificamente dos atuais servidores que permanecerem no quadro, junto com a edição de uma legislação específica para os novos cargos e vínculos.

Pode se depreender também que a forma apresentada de funcionamento do “vínculo de experiência”, convocando um número de candidatos superior ao de vagas constantes de edital (matéria constante da PEC 32/20) e se utilizando dessa mão de obra por período de até dois anos, quando aqueles não considerados aptos a serem incorporados ao quadro efetivo seriam sumariamente desligados sem nenhuma expectativa de alguma garantia, possa ser considerada como exploração irregular de mão de obra barata e descartável, disfarçada de “aprendizes”. O argumento de economia na realização de formação não cabe, bastando observar as normas já existentes para certames em duas etapas, sendo a segunda etapa de formação e eliminatória. O que se vê não me parece, no mínimo, correto e ético, ainda mais em se tratando de administração pública e, pior, de inscrição na Constituição Federal, mais uma vez.

Enfim, qualquer posicionamento favorável a aprovação dessa proposta se torna um tiro no escuro, deixando totalmente inseguras as milhares de pessoas

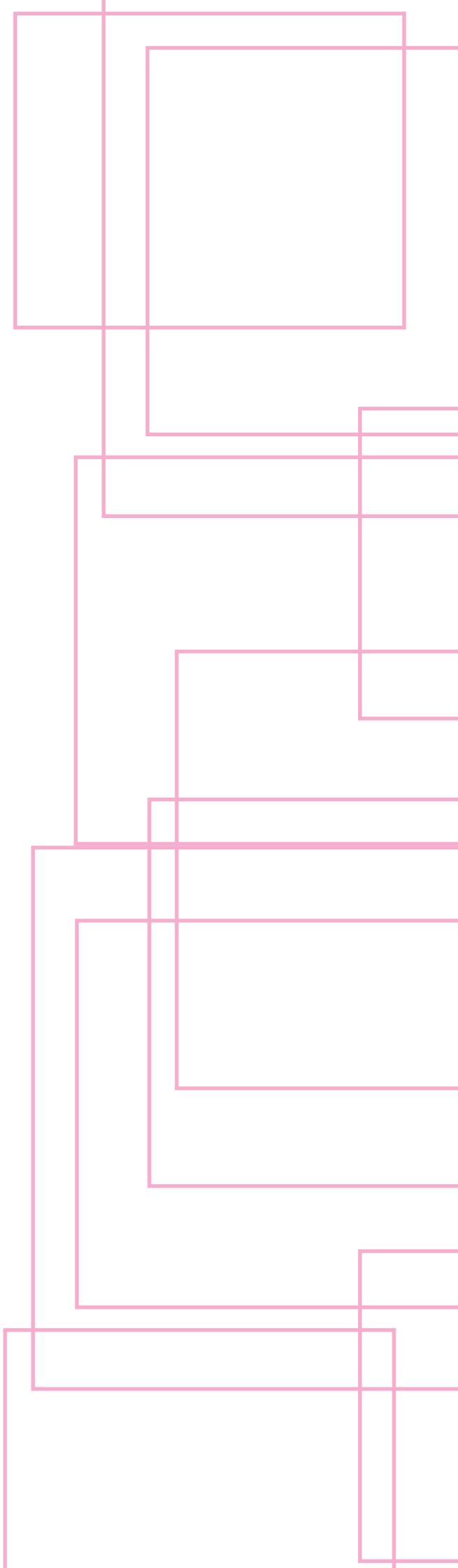
que pretendem um cargo na administração pública.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES APÓS O VISTO ATÉ AQUI.

Essa proposta de criação de novas formas de contratação na administração pública promete economia para os cofres públicos. Só que ninguém no governo tem os cálculos, as simulações ou as projeções dessa economia. É claro que não haverá resultado se a conta não foi feita. Também é prometida modernidade simplesmente dizendo que irá tornar vários serviços digitais, retirando a força de trabalho humana, entre eles os de duas áreas fundamentais da Seguridade Social que atendem às camadas mais necessitadas da população de média e baixa renda, a Previdência e a Assistência Social. As propostas acima de novas formas de contratação, sem melhorar o atendimento, só farão diminuir e congelar remunerações de servidores e contratados temporários, além da exploração da mão de obra barata dos ocupantes de “vínculos de experiência”. Para essas pessoas, aumento só da insegurança quanto a possibilidade de redução de jornada com redução salarial, congelamento salarial ou da perda do emprego, majoritariamente resultado de pressões políticas, assédio institucional, perseguições a lideranças sindicais, além da presença de indicados políticos em praticamente todos os cargos de chefia e até em atividades-fim, podendo fazer o papel de capataz ou de “capitão-do-mato”.

De resto, algumas falácias, como a possível economia através de contratos de gestão, que, na verdade, podem durar décadas e sangrar os cofres públicos com excesso de contratações de trabalhadores temporários, de bens e de prestadores de serviços. Da mesma forma, não é possível localizar a urgência e “resposta rápida” do Estado, como disse o Secretário-adjunto de Desburocratização do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, ao justificar a nova proposta para contratação de temporários, se o que realmente é urgente e excepcional já está há anos muito bem definido em lei. Onde estaria a urgência de contratar temporários para atividades-fim, ignorando o planejamento dos órgãos e as solicitações de concursos públicos, por anos, de gente qualificada, como foi o INSS, que perdeu aproximadamente 40% do seu quadro efetivo por aposentadoria desde 2017? O mesmo órgão que contratou temporários civis e militares e ainda tem uma quantidade superior a 1,5 milhão de processos pendentes de solução para uma população carente e muito necessitada.

Não é difícil perceber a entrega de serviços públicos a patrimonialistas seculares ressuscitados nesse processo de reforma, junto com oportunistas de plantão, enquanto a parte lucrativa vai para os que dividem a pilhagem da administração pública, representados pelos neoliberais do mercado financeiro. Essa é a “modernidade” da reforma administrativa.



PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por: Antônio Augusto de Queiroz

CRONOLOGIA DA
DESTRUIÇÃO: RISCOS DO
GOVERNO BOLSONARO
E O QUE FAZER PARA
PACIFICAR O PAÍS

4



Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, consultor e analista político, mestrando em Políticas Públicas e Governo na FGV e Diretor de Documentação licenciado do Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Foi diretor do Centro de Acompanhamento da Constituinte da UnB e professor convidado de cursos de pós-graduação em assessoria parlamentar na UnB e na UniUDF. Idealizador da publicação "Os Cabeças do Congresso Nacional", é Sócio-Diretor das empresas "Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais" e "Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	316
1 – PARA REFLEXÃO DAQUELES QUE PRETENDEM VOTAR EM BOLSONARO	318
2 – ELEIÇÃO 2018: DISPUTA DE CONTEÚDO E DE NARRATIVA	321
3 – OS DESAFIOS DO PRESIDENTE ELEITO NO CONGRESSO, NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE	325
4 – A LÓGICA DA RELAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO COM O CONGRESSO	327
5 – A AGENDA E O MODUS OPERANDI DO GOVERNO BOLSONARO	330
6 – AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO GOVERNO BOLSONARO	333
7 – A LÓGICA DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO BOLSONARO	335
8 – PEC 3D RETIRA OS POBRES DO ORÇAMENTO PÚBLICO	338
9 – AJUSTE FISCAL ACIMA DE TUDO E O MERCADO ACIMA DE TODOS	340
10 – O DESMONTE DA MÁQUINA PÚBLICA EM CURSO	344

11 – GOVERNO BOLSONARO CONTRA O ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL	347
12 – REFORMA ADMINISTRATIVA: DESMONTE DOS SERVIÇOS E DOS DIREITOS DOS SERVIDORES	350
13 – OS FRACASSOS DO GOVERNO BOLSONARO EM TRÊS DIMENSÕES	355
14 – PÓS-VERDADE, FAKE NEWS, DEMOCRACIA E TECNOLOGIA: QUE FAZER?	360
15 – O QUE FAZER PARA PACIFICAR O PAÍS?	364
16 – FRENTE AMPLA EM DEFESA DOS INTERESSES DO PAÍS	368
17 – OS DESAFIOS DE 2021 E A TRAVESSIA PARA 2022	370

INTRODUÇÃO

Luiz Alberto dos Santos

Os dezessete artigos que compõem esta coletânea, reunidos sob o título **“Cronologia da Destruição: riscos do governo Bolsonaro e o que fazer para pacificar o País”**, de autoria de Antônio Augusto de Queiroz, são ao mesmo tempo uma *cronologia* da instauração e aprofundamento da crise política no Brasil, sob a lógica neoliberal e fiscalista, mas também autoritária, do Governo Bolsonaro, e um alerta e apelo a que sejam evitados os seus desdobramentos mais graves.

A democracia, no mundo todo, enfrenta uma situação de crise. A vitória de Donald Trump na eleição estadunidense de 2016, trouxe à ribalta todo tipo de protótipo de tiranos e autoritários que aguardavam a chance para, com o respaldo da maior potência econômica e militar, colocar nas cordas a democracia e os movimentos sociais.

No Brasil, a crise do *impeachment* de 2016 coincidiu com essa onda conservadora e neoliberal; mas foi aprofundada com a eleição, sem debate público, sem a participação do principal nome das esquerdas, vítima do *law fare* e do lavajatismo, de um candidato cujo histórico de vida, como parlamentar, não deixava a menor dúvida sobre o que viria a ocorrer.

A pandemia Covid-19 sacudiu o barco e impediu que ele chegasse ao

destino; tirou-se a vida de 200.000 brasileiros até o início de 2021, ela também freou a agenda privatista e de desmonte do Estado. E, ausente também o debate público em face da dinâmica do Legislativo, impedido de deliberar em condições normais, deu ao desgoverno uma sobrevida e um novo fôlego, montado numa popularidade turbinada pelo “auxílio-emergencial” que não foi sequer por ele proposto.

A eleição de Joe Biden, nos EUA, a queda de Trump, ao final de 2020, e a inabilidade do Governo Bolsonaro para lidar com a pandemia, evidenciada, sobretudo, na “guerra das vacinas”, parecem sinalizar para uma mudança do quadro a partir de 2021. Mas esse exercício de futurologia não pode ser feito sem que se olhe para o passado recente, e para as fragilidades da democracia no Brasil.

A militarização do aparelho estatal, a fragilização dos sindicatos, as *fake news*, a atuação do “gabinete do ódio”, o uso imoral e abusivo das redes sociais para manipular corações e mentes, são facetas dessa crise que Antônio Augusto analisa ao longo dos dezessete artigos, publicados em diferentes veículos com enorme clareza e senso de oportunidade, com precisão e maestria.

Eles nos mostram que, se não houver uma politização sadia da sociedade, que supere a antagonização e a desinformação, a divisão ideológica artificialmente radicalizada, a democracia no Brasil permanece sob grande perigo.

Diálogo institucional, educação política, conscientização dos cidadãos, protagonismo da sociedade civil e a emergência de novos líderes, que tenham noção da conjuntura, são fundamentais para que se evite a morte anunciada da democracia e sejam preservadas as conquistas do processo histórico que teve, na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o seu momento de maior sucesso.

Passados 32 anos daquela jornada histórica, em que o DIAP e Toninho foram atores-chaves, permanecem os desafios, agravados pelo individualismo e superficialidade que vêm junto com a avalanche da “sociedade da informação”, mediada pela Internet, pela instantaneidade, pela perda da objetividade.

Por isso, a contribuição reunida neste volume, que aborda os papéis do Legislativo e Executivo, os desafios postos pelas “reformas” na arena política, e os impactos de seus conteúdos para os trabalhadores, servidores públicos e cidadãos, que aponta seus riscos e as formas de enfrentá-los, tem enorme relevância.

Não é apenas um registro histórico, que servirá, inclusive, para que no futuro tudo isso seja melhor entendido e interpretado, mas um guia para que essa “modernidade líquida” de que nos fala **Zygmunt Baumann** seja superada, por meio de uma ação coletiva qualificada.

Da crise atual e da pandemia Covid-19, como aponta *Slavoj Žižek*, po-

derá surgir um novo Estado, uma nova Sociedade, mais cooperativa, em que organizações globais tenham, como a ficção científica costuma mostrar nos “filmes catástrofe” um papel de maior destaque na regulação da economia e seus abusos, do ponto de vista ambiental, econômico e social, mas que também exija uma inserção mais equitativa e colaborativa nessa ordem mundial.

Países como o Brasil, eternamente “país do Futuro”, mas que vem sofrendo já as consequências da sua desindustrialização, da perda de competitividade nos mercados internacionais, e convertendo-se num fornecedor apenas de commodities, perpetuando persistente desigualdade social, precisam repensar a sua inserção nesse contexto, e mobilizar seus recursos humanos, econômicos e naturais para o desenvolvimento.

Mas sem democracia, sem a participação da cidadania, e sem a força da classe trabalhadora, seremos apenas uma peça a mais no tabuleiro, refém de governantes oportunistas, subalternos e desonestos, que buscam o poder a qualquer custo, mas que, uma vez eleitos, apenas pretendem nele se perpetuar, apelando aos sentimentos mais primitivos do ser humano: o medo, a ignorância e o ódio.

Boa leitura.

1 – PARA REFLEXÃO DAQUELES QUE PRETENDEM VOTAR EM BOLSONARO

17/8/2018

Parcela do eleitorado — indignada com a situação do País, enfurecida com a corrupção e com a violência — tem sede de vingança. E esse sentimento aproxima essas pessoas do candidato Jair Messias Bolsonaro, que não faz outra coisa na vida senão reforçar esse sentimento de revolta.

Quando um agente político identifica uma situação de desconforto e recomenda punição para os supostos responsáveis por ela, esse gesto o aproxima das pessoas que estão incomodadas com a situação, fazendo-as imaginar que esse diagnóstico comum é suficiente para fazer desse agente político seu representante no Congresso ou no Poder Executivo. O “messianismo”, ou a crença na vinda de um salvador ou redentor, caído do céu, imaculado e justiceiro, para libertar o povo de seus males, é fato na cultura da Humanidade, mas, ao mesmo tempo, pode gerar a alienação dos indivíduos quanto a serem, eles mesmos, os agentes para a solução dos problemas identificados.

O método adotado por Bolsonaro para sensibilizar seus apoiadores consiste em apontar problemas (criminalidade, corrupção,

desemprego), indicar os supostos culpados (a esquerda ou os comunistas, que “incentivaram” esse tipo de prática), além de sugerir suposta solução (a punição, no caso a repressão, o encarceramento, o corte de direitos e de serviços públicos etc), numa construção que denota causa e efeito.

Para potencializar e manter as pessoas presas a essa fórmula, utilizam as redes sociais para espalhar discórdia, mentiras e apontar fatos da realidade que chocam as pessoas. Existe um exército de mercenários, a serviço dos bolsonaristas, que alimenta, estimula e sustenta esse tipo de campanha permanente.

É o modo de comunicação troll, que provoca reações enfurecidas, estimula comportamento de massas, manipula, maneja e molda as crenças e sentimentos das pessoas sem contar com o consentimento ou vontade consciente. Provoca os instintos mais primitivos do ser humano.

Essa é uma fórmula — empregada em larga escala pelos **fascistas** e **nazistas** — que conduz as pessoas, sem que elas tenham o trabalho de raciocinar, disparando o gatilho mental da raiva ou do ódio sempre que se depara com situação ou notícia ruim.

O exemplo mais acabado disso foi o nazismo, doutrina ideológica de direita, que Adolf Hitler liderou na Alemanha no século passado. As táticas adotadas pelo Partido Nazista

começaram por apontar os judeus como os culpados por todos os males da Alemanha, promoveram o seu expurgo da vida política, econômica e social, e acabaram por praticar o seu extermínio como “solução final”, no contexto da 2ª Guerra Mundial.

O nazismo tinha como elemento mobilizar exatamente essa fórmula empregada por Jair Bolsonaro e sua turma, que consiste em culpar a esquerda, os comunistas e os pobres, especialmente os negros e as pessoas que dependem de políticas de transferência de renda, pelos males do País.

Com esse método, as pessoas são induzidas a achar que a punição, a repressão, o encarceramento — combinados com a supressão de direitos e de liberdades de determinados segmentos — vão resolver todos os problemas do País.

O que é assustador nisso, é que os bolsonaristas, sem o menor pudor, exploram a boa-fé e a ignorância (desinformação) de muita gente, de um lado, invocando a religião e a defesa da família, e, de outro, a necessidade de emprego da força para punir os culpados pelos problemas da Nação.

Em nome da defesa da família, toda hora invocando o nome de Deus, atribuem a piora da situação à corrupção, às políticas de transferência de renda para presidiários, às quotas aos vulneráveis, à ausência de porte de armas, ao estatuto do menor

e do adolescente, que não pune o menor infrator com o mesmo rigor dos adultos.

As pessoas, envenenadas contra os “inimigos”, se enchem de ressentimento e até de ódio e viram militantes ou ativistas de teclados, repassando pelas redes sociais toda e qualquer “informação” contra esses supostos inimigos. Nessa hora, até o nome do candidato (que tem por segundo nome “Messias”) fortalece a ideia de que essa “ira ou guerra santa” é legítima.

Para sair dessa armadilha, as pessoas precisam raciocinar, pensar, agir racionalmente. Por exemplo. Precisam indagar se o candidato e sua equipe são capazes, têm propostas viáveis ou reúnem condições para solucionar os graves problemas do país. Sobretudo, devem procurar saber se o candidato tem, ele mesmo, capacidade de pensar o país, de analisar a realidade e a conjuntura por seus próprios méritos e identificar as soluções sem abrir mão de suas responsabilidades, pois é ele, em última análise, que irá responder pelo governo. A punição apenas castiga os erros do passado, mas não resolve os problemas que deram causa à punição nem os outros problemas que exigem decisão política, capacidade intelectual, idoneidade moral, recursos e capacidade de gestão.

Ninguém deve pautar seu voto apenas pelo diagnóstico. Se alguém

constata que uma situação está ruim não significa que ela (essa pessoa) estará habilitada ou reúne condições para melhorar a situação. Votar por coincidência de diagnóstico não apenas não é recomendável, como é temerário.

Esse tipo de eleitor, que age de modo irrefletido ou por impulso, confiando cegamente no messianismo do candidato, sem verificar se ele e sua equipe têm condições de resolver os problemas que apresentam para a população, é o mais vulnerável. Ele será a potencial vítima de sua escolha, caso seu candidato seja eleito. Além do risco de eleger seu próprio algoz, tende a perder em qualquer hipótese: na vitória e na derrota de seu candidato.

Na hipótese de vitória, a frustração será inevitável, tanto pela falta de governabilidade do seu candidato (incapacidade de aprovar e executar o que prometeu), quanto pelo conteúdo das propostas, que, no caso de Bolsonaro, buscam um brutal corte de serviços públicos e de direitos e programas sociais.

Para assegurar a governabilidade, e evitar a paralisia ou o colapso das instituições e dos serviços públicos, é indispensável que o governo reúna 4 tipos de estabilidade: 1) política, 2) social, 3) financeira e 4) de gestão.

E Bolsonaro não reúne nenhuma delas, a começar pela base parlamentar. **Seu partido não ele-**

gerá nem 20 deputados e nem 3 senadores e irá precisar, para aprovar suas propostas de alteração na Constituição, de pelo menos **308 votos na Câmara e 49 no Senado.**

Quanto ao conteúdo, as propostas não se destinam a proteger os assalariados (trabalhadores, servidores e aposentados) nem atender às demandas da população por serviços públicos de qualidade, saúde, educação, transporte e emprego, mas ao desmonte do Estado, com a venda de estatais e o corte de direitos trabalhistas, previdenciários e redução dos programas sociais e dos serviços públicos.

A prioridade máxima será a repressão em substituição à prevenção, o que irá ampliar a violência, tanto de parte dos policiais, quanto dos próprios bandidos e infratores, que passarão a ser mais violentos com suas vítimas. O argumento de que o País já está em “guerra civil” só levará, nessa perspectiva, a uma escalada nessa guerra, em que os mais fracos (os cidadãos) serão os mais prejudicados.

Num cenário desses, os eleitores muito engajados na defesa das ações de repressão, estarão muito mais expostos à violência policial, já que a polícia em ação não identifica quem é aliado ou adversário do governo.

No caso de derrota, esse eleitor se transformará (se já não for) numa espécie de talibã — com seu funda-

mentalismo persecutório, moralista e justiceiro — e irá questionar o resultado eleitoral e defender as “ideias” do candidato derrotado, comprando briga com familiares, amigos e vizinhos, deixando em 2º plano sua vida profissional.

Se o eleitor tiver consciência desses riscos e quiser botar fogo no País, pode continuar apoiando candidatos com essas características. Entretanto, se quiser resolver os problemas, deve refletir melhor sobre seu voto. Estará entre 2 opções: condenar o País à escuridão ou acender 1 vela.

2 – ELEIÇÃO 2018: DISPUTA DE CONTEÚDO E DE NARRATIVA

11/9/2018

Nestas eleições, os partidos de esquerda e centro-esquerda, assim como os movimentos sociais, terão quádruplo desafio: debater o conteúdo das propostas ou projetos presidenciais; disputar narrativas sobre esses conteúdos; enfrentar o debate ético-moral; apontar fontes para a escolha de candidatos; e contestar os articulistas do poder econômico.

Esses desafios, complexos por si só, são ainda mais difíceis de serem enfrentados em face do pouco tempo disponível para a campanha, a

insuficiência de recursos financeiros, a dispersão do eleitorado, a fragmentação do sistema político e a ausência de identidade ideológica, na maior parte das candidaturas.

No primeiro caso, precisa saber defender o projeto de proteção social frente aos projetos liberais-fiscais, para mostrar o quanto as pessoas perdem se optarem por estes últimos, que são uma continuidade do atual governo.

O modo mais eficaz de defender o projeto de governo da esquerda e centro-esquerda é comparando as gestões do Partido dos Trabalhadores com as de FHC e Temer. Para tanto, basta citar que, em pelo menos dez dos dezesseis anos de mandatos do PT no governo federal, entre 2003 e 2016, segundo o professor Reginaldo Moraes, o país experimentou um período de grandes conquistas, como:

- a) redução de tensões sociais e de pobreza;
- b) crescimento regular de emprego e renda;
- c) baixas taxas de desemprego;
- d) oportunidades escolares crescentes;
- e) sonhos de ascensão para uma nova classe social, que passa a ser cortejada pelo comércio, bancos, seguradoras, financeiras etc.

No segundo, precisa alertar o eleitor para ficar atento à narrativa dos candidatos, pois a linguagem política permite identificar que interesses eles representam e possibilita saber quem defende o povo e quem defende o rentismo e o mercado financeiro.

Como não têm como sustentar como legítimo e ético um discurso de corte de direitos e redução dos serviços públicos, os neoliberais buscam uma linguagem que desqualifique o campo social e valorize os interesses dos rentistas e do mercado financeiro. Apontam a necessidade de “enxugamento” da máquina pública, sem, contudo, dizer claramente o que isso representa em termos de desmonte dos serviços públicos, redução do acesso à saúde, educação, previdência, assistência social e outros direitos sociais.

Um exemplo: o projeto de estado social, liderado pelos partidos de esquerda e centro-esquerda, que garante direitos e políticas públicas para os mais pobres, é adjetivado pelos neoliberais como um programa populista, que oferece soluções fáceis para problemas difíceis, enquanto o projeto liberal-fiscal, a serviço dos interesses do mercado, é apresentado como fundado na razoabilidade, no equilíbrio das contas públicas e na necessidade de reformas.

No terceiro, pode e deve enfrentar o debate ético-moral, mostrando que nesse período dos gover-

nos do PT houve a redução da cultura do segredo e grandes avanços no “sistema de integridade”, como reconhecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em seu relatório OECD Integrity Review of Brazil – Managing Risks for a Cleaner Public Service, de novembro de 2012, com a ampliação da transparência na relação do Estado com a sociedade e com o mercado, bem como a valorização dos órgãos de fiscalização e controle.

De fato, no campo da transparência e do combate à corrupção – além do empoderamento dos órgãos de fiscalização e controle, que ganharam autonomia operacional –, o governo do PT apoiou ou sancionou um conjunto de leis, sem as quais seria impossível identificar, denunciar e punir os assaltantes dos cofres públicos, assim como realizar operações como a Lava-Jato da Polícia Federal.

Estão entre essas leis, todas incorporadas ao ordenamento jurídico nos últimos dez anos, as seguintes: 1. Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como Lei Capiberibe); 2. Lei de Captação de Sufrágio, que aceita a evidência do dolo para efeito de cassação de registro e de mandato (Lei nº 12.034/2009); 3. Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010); 4. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); 5. Atualização da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.683/2011); 6. Lei de Conflito

de Interesses (Lei nº 12.813/2013); 7. Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica ou Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013); 8. Lei da Delação Premiada, ou a Lei que trata de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); e 9. Emenda Constitucional do voto aberto na cassação de mandatos e apreciação de vetos (E. C. nº 76/2013).

No quarto, deve exortar o eleitor para prestar atenção no método adotado pelos candidatos às eleições gerais, entre os quais aquele que defende o Estado penal.

Por exemplo, o método adotado por Jair Bolsonaro para sensibilizar potenciais eleitores consiste em apontar problemas (criminalidade, corrupção, desemprego), indicar os supostos culpados (a esquerda, os comunistas, os malandros e corruptos), e sugerir uma suposta solução (a punição, no caso a repressão, o encarceramento, o corte de direitos e de serviços públicos etc.), numa construção que denota causa e efeito. Isso é truque e precisa ser denunciado.

Já candidatos orientados pelo rentismo, como João Amoedo, defendem a tese do Estado Mínimo, a pretexto de assegurar a liberdade de escolha e combater a corrupção. O mercado, nessa concepção, substitui integralmente o Estado na provisão de serviços públicos, e tudo se coloca sob a perspectiva de uma pretensa “eficiência” do mercado em alocar

bens e serviços, desconhecendo as desigualdades regionais, sociais e de renda existentes no país.

Nunca se deve votar apenas por coincidência de diagnóstico. Deve-se sempre perguntar que política ou medida o candidato propõe para resolver o problema que apresenta para justificar o voto nele. Na maioria das vezes a coincidência fica apenas no diagnóstico, já que a solução que o candidato propõe, em geral, é diferente da desejada pelo cidadão que é atingido por aquele problema apontado.

No quinto caso, deve-se alertar o eleitor para as fontes que recomendam candidatos. Enquanto não se cria um ranking com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, só se deve confiar na indicação de organizações sérias da sociedade civil, como sindicatos, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as ONGs de direitos humanos, os partidos de esquerda etc.

Estão surgindo muitos portais, financiados pelo poder econômico, recomendando como “bons” apenas os parlamentares a serviço do mercado financeiro e dos rentistas, que, invariavelmente, votam contra o povo.

O portal “ranking dos políticos”, por exemplo, apresenta como os melhores parlamentares aqueles que votaram a favor da reforma trabalhista

e da PEC do congelamento do gasto público, entre outras matérias contra o povo, enquanto senadores como Paulo Paim, cuja trajetória se confunde com o combate às desigualdades, estão classificados entre os piores. Isso é fraude.

Outro portal, “tchauqueridos.net”, por sua vez, está a serviço do mercado e do movimento moralista-justiceiro, na medida em que considera como positivo o voto a favor da agenda do golpe, como o congelamento do gasto público, o fim da contribuição sindical, e condena o voto contra o fundo eleitoral, contra o impeachment da presidenta Dilma e contra os excessos dos órgãos de controle.

Nesse diapasão de enganar os incautos, os articulistas do mercado e de setores da nova direita brasileira ou do “centro” ultraliberal já perderam a compostura e passaram a dizer abertamente que não se pode eleger um candidato de esquerda ou centro-esquerda, porque isso significaria ruptura, numa narrativa que assusta os eleitores desprevenidos.

Nesse contexto, todo cuidado é pouco. Se os partidos e os movimentos sociais não chamarem atenção para essas formas de sabotagem, o eleitor poderá eleger seu algoz como seu representante.

É preciso evitar os erros do passado, caso o PT volte ao poder. Em primeiro lugar, dando conhecimento

à população de suas iniciativas em favor do povo, para não ficar a impressão de que essas conquistas eram produto de geração espontânea, ou seja, qualquer governo, independentemente de sua ideologia e visão de mundo, faria o mesmo.

A política para recuperar o serviço público, sucateado nos anos FHC, precisa ser resgatada e destacada: não foram atos de “geração espontânea” a realização sistemática de concursos no governo Lula e a recuperação das perdas salariais, ambas promovidas sem descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas conquistas dos servidores, com respeito ao diálogo e à negociação, no entanto, são facilmente esquecidas em um contexto de manipulação midiática e radicalização como o que vemos hoje.

É tanto que muitos dos que foram às ruas a favor do processo de impeachment eram beneficiários de programas sociais e não sabiam que o combate à corrupção só se tornou possível porque o governo ampliou a transparência na relação dos agentes econômicos com o Estado, coisa que não existia antes. Muitos servidores públicos, até mesmo os das “carreiras exclusivas de Estado”, que foram fortalecidas como nunca nos governos do PT, aderiram a essa visão equivocada.

Em segundo, não deixar de promover as reformas estruturais no sentido da determinação das regras

do jogo, como as reformas política e do sistema representativo, da educação, tributária, agrária e dos meios de comunicação. Essas reformas são fundamentais para operar as transformações de formação do poder.

Contudo, há que se buscar, também, não apenas uma reconciliação com o discurso pela ética na política e na gestão que sempre foi a marca do PT, como também renovar os quadros dirigentes. Um novo governo petista precisa buscar, no seu seio, nomes que não estejam vinculados a qualquer suspeita de condutas impróprias, com capacidade de formulação e realização, e comprometidos com as diretrizes do programa de governo.

Os desafios estão postos. Com consistência, humildade e abordagem didática é possível superar os cinco desafios e demonstrar que, quando se compara e se foge da armadilha do gatilho mental automático, fica claro para o eleitor o real interesse da narrativa das forças conservadoras: manipular a população para implementar um projeto contrário aos interesses do povo.

3 – OS DESAFIOS DO PRESIDENTE ELEITO NO CONGRESSO, NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE

02/11/2018

O principal desafio do novo presidente será pacificar o país. Para tanto, terá que ter muito equilíbrio e disposição para o diálogo com o mercado, com o Parlamento e com a sociedade. Com o mercado, precisa dar demonstrações de que cumprirá seus compromissos com a livre iniciativa, reduzindo a burocracia e a interferência do Estado nos lucros e na gestão privada, além de não aumentar tributos. A privatização de estatais e o ajuste fiscal são considerados cruciais pelo mercado.

Com o Parlamento, além de restabelecer as relações com os partidos, que foram hostilizados pela campanha do candidato vencedor, o novo governo precisa calibrar suas propostas, sob pena de rejeição. O esforço de coordenação política será determinante para formar e manter uma coalizão de apoio à agenda governamental.

A crise fiscal, que requer ajustes duros, será um teste da capacidade governativa do presidente eleito. Se não negociar o conteúdo das reformas, como a da Previdência, corre um sério risco de derrota. Nesse ponto, a

comunicação governamental será determinante.

Na sociedade – tanto pela expectativa da população por serviços públicos de qualidade, quanto pelo excesso de demanda e escassez de recursos – o desafio será maior, inclusive porque a pauta sobre costumes e comportamentos divide a sociedade.

Quanto à prestação de serviços e manutenção de programas sociais, a expectativa de quem votou no novo governo é desproporcional à sua real capacidade – política e financeira – de atender minimamente essas demandas, seja pela inexperiência da equipe, seja pela vigência da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos em termos reais, e que o novo governo já disse que manterá e irá além aprofundando o corte de despesas públicas.

Em relação aos costumes e valores, como vários dos temas defendidos pelo candidato vencedor durante a campanha, será uma agenda que encontrará fortes resistências no Parlamento e na sociedade, e pode contaminar as agendas econômica, administrativa e fiscal do governo. São temas que, tal como a reeleição no governo FHC, poderão tumultuar o ambiente para votação de reformas indispensáveis ao desenvolvimento e ao equilíbrio das contas públicas.

E o novo governo, pelo menos durante a campanha eleitoral, substituiu a complexidade do processo

decisório. Passou a impressão de que para resolver os problemas basta ter vontade política. Não considerou que o governo, para tomar uma decisão, precisa levar em consideração o que pensam os outros poderes (Legislativo e Judiciário), o que pensam os outros níveis de governo (estados e municípios), o que pensam as classes empresarial e trabalhadora, o que pensam os organismos internacionais, o que pensa a imprensa, a academia ou a intelectualidade, a igreja, entre centenas de outros atores com poder de veto ou de pressão nas institucionais e na sociedade.

O risco de frustração, frente a tamanha expectativa da população, é enorme. Nos primeiros seis meses de governo será possível saber como reagirá o presidente eleito a eventuais derrotas no Congresso e/ou manifestações populares contrárias a políticas de ajuste. Se adotará um estilo autoritário, como muitos imaginam, ou se irá sublimar e agir dentro da institucionalidade.

4 – A LÓGICA DA RELAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO COM O CONGRESSO

12/12/2018

O presidente eleito, sob o argumento de que a estrutura partidária está viciada e só age à base do toma lá dá cá, fez campanha prometendo que não negociaria com os partidos a formação de seu governo, mas, tão logo eleito, passou a negociar indicações com as bancadas informais, temáticas ou transversais, que se articulam no Congresso para a defesa de interesses setoriais.

Na formação do 1º escalão de seu governo, aparentemente foi coerente, na medida em que não consultou os partidos nos casos em que recrutou filiados em alguns deles. Entretanto, há 3 equívocos nesse raciocínio, que precisam ser explicitados, além de mostrar a mistificação retórica que isso representa.

O 1º equívoco consiste em dizer que a negociação com as bancadas informais é republicana e não se dá em bases fisiológicas, como supostamente ocorreriam em relação aos partidos. É preciso conhecer o que significam ou o que representam os partidos e as bancadas informais para compreender o desacerto dessa opção ou escolha.

Os partidos, por sua gênese, se guiam por uma doutrina, seguem princípios, e, no exercício da sua função precípua de agregação de interesses, estão aptos a representar toda a sociedade, apresentam programas e ideias que orientam os mandatos de seus representantes na formulação e execução de políticas públicas, atendendo a multiplicidade de interesses, enquanto as bancadas informais são grupos de pressão dentro do Parlamento, que se organizam para articular interesses específicos dos segmentos que representam, sempre condicionando seu voto ao atendimento de suas demandas e reivindicações setoriais. Logo, não existe nenhuma base para se afirmar que as bancadas informais seriam menos interessadas em favores do governo do que os partidos. Pelo contrário, pela sua própria natureza, elas representam de forma mais direta os lobbies do que os próprios partidos.

Se a negociação dos conteúdos das políticas públicas, bem como do seu processo de votação, fosse transferida dos partidos para as bancadas informais, como ficariam os segmentos da sociedade que não estivessem organizados em bancada dentro do Parlamento? Ficariam sem voz nem vez? A quem interessaria o esvaziamento dos partidos, especialmente no momento em que a sociedade defende uma reforma política que teria exatamente o condão de fortalecer e empoderar os partidos, inclusive para cobrar deles, e não dos parlamenta-

res individualmente, os compromissos programáticos, além de baratear os custos de campanha, dar equidade na disputa eleitoral e reduzir a corrupção eleitoral?

O 2º equívoco consiste em achar que as bancadas informais terão mais controle sobre os parlamentares do que os partidos. Tudo no Congresso gira em torno dos partidos. Não há institucionalidade no processo legislativo fora dos partidos, e mesmo no caso de partidos em que há um líder forte, centralizador, o funcionamento parlamentar obriga esse líder a dividir o exercício do poder. Já as frentes parlamentares ou bancadas informais não possuem nenhum controle sobre os seus integrantes, nem mesmo possibilidade de constrangê-los ou puni-los caso ajam em desacordo com a sua recomendação. O único elo que une seus membros é, precisamente, a subordinação ao interesse temático que representam.

Os partidos, ao contrário, possuem muitos poderes e prerrogativas que vão desde o exercício do monopólio da disputa eleitoral e do exercício do mandato, na medida em que o mandato pertence ao partido e não ao eleito no pleito proporcional, passam pela orientação e encaminhamento de votação, pela designação de relatores e indicação de nomes para compor ou presidir colegiados no Parlamento, até o poder de fechar questão e punir aqueles que agirem

em desacordo com a orientação partidária.

O 3º equívoco consiste em imaginar que os partidos e suas lideranças irão abrir mão de suas prerrogativas e se curvar aos caprichos do presidente eleito, permitindo que o governo se relacione com seus parlamentares sem observância do programa, da doutrina ou da orientação partidária. Esse entendimento se agrava sob o fundamento negativo de que prefere as bancadas informais aos partidos porque estes supostamente não seriam éticos e republicanos.

Além disso, a retórica governamental de que estaria sendo coerente com o que prometeu na campanha perderá consistência na fase seguinte à formação do 1º escalão. Aliás, o novo governo já iniciou a conversa com os partidos sobre as propostas governamentais e também na formação do 2º escalão. E nessas conversas sinalizou que terá mais políticos derrotados em seu governo do que qualquer outro presidente no período pós-redemocratização. Entretanto, o argumento para acomodar os políticos que fracassaram nas urnas, especialmente os deputados e senadores, é de que eles serão chamados a colaborar com o governo, principalmente na coordenação política, não porque pertencem aos partidos, mas porque têm capacidade de articulação ou possuem expertise para os cargos para os quais serão designados. Mais uma vez, é a lógica de aliar-se a

“lobistas” em lugar de partidos, pois imagina que, agindo individualmente, esses ex-parlamentares terão acesso facilitado ao Parlamento e, assim, atuarão no “varejo” para o atendimento das demandas governamentais, evitando o “atacado” das negociações com as lideranças dos partidos.

O pior é que muitos jornalistas e analistas políticos, sendo aderentes às teses do novo governo, numa postura claramente chapa branca, têm admitido que o presidente eleito pode acabar com o presidencialismo de coalizão, como se ele tivesse eleito uma bancada com número suficiente para governar. Ora, enquanto os governantes não elegerem, em sua coligação, base de apoio suficiente para governar, terão que construí-la mediante coalizão, ou seja, por meio do emprego dos 3 instrumentos tradicionais do presidencialismo brasileiro: 1) cargo, 2) emendas do orçamento e 3) negociação do conteúdo da política pública. E os interlocutores sempre foram, e continuarão sendo, os partidos políticos.

O novo governo, mais do que nunca, vai precisar de apoio parlamentar para implementar sua agenda impopular e contrária às expectativas da população, que espera medidas efetivas para combater a violência e a criminalidade, mas, também, melhorar o emprego e a renda, ampliar e melhorar a qualidade dos serviços públicos, além de combater a corrupção. Com excesso de demanda e

escassez orçamentária, combinados com o voluntarismo, a belicosidade e a inexperiência da nova equipe, veremos ver como o novo governo fará para – em contexto democrático – levar à frente o ajuste fiscal, com corte drástico de despesa, de um lado, e atender às demandas que implicam aumento de gastos, de outro.

O viés autoritário do governo, para usar uma expressão em moda, está presente na indicação de seus ministros, que, com exceção da equipe econômica, foram escolhidos mais por sua agressividade aos adversários de campanha do candidato eleito do que propriamente por sua capacidade ou compromisso em resolver os graves problemas do país. Aliás, a agenda liberal-fiscal e penal do governo em nada combina com as expectativas da população, em geral, e de seus eleitores, em particular.

Além disso tudo, o novo governo pretende articular-se para viabilizar uma série de modificações regimentais para retirar a possibilidade de obstrução da oposição. Seriam pelo menos 3 alterações regimentais: 1) acabar com a votação automática das emendas aglutinativas, 2) impedir o encaminhamento de votação nos requerimentos de quebra de interstícios, e 3) admitir a liberdade para o presidente prorrogar as sessões extraordinárias pelo tempo que considerar necessário à conclusão da pauta de votação.

O pano de fundo para a certeza de que fará o que deseja e de que terá maioria para governar é de que o governo, com o respaldo advindo das urnas, teria legitimidade e força política para pressionar os parlamentares, individualmente ou via bancadas informais, para agirem por cima dos partidos, sob pena de constrangê-los nas redes sociais, de ameaçar convocar referendo ou plebiscito para as políticas públicas de seu interesse ou de insinuar que o ministro Sérgio Moro estaria de olho, além da chantagem ou ameaça de retirada do fundo partidário e eleitoral dos partidos.

O futuro governo, com a ausência de boa parte da imprensa e de muitos analistas políticos, não tem sido contestado sobre sua estratégia, em especial quanto aos riscos de ingovernabilidade, com potencial abuso de autoritarismo que acarreta. Pelo contrário, tem recebido apoio e estímulo. Entretanto, quando o futuro presidente da República assumir o governo irá perceber o quanto o processo decisório é complexo, podendo se frustrar com a ausência de efetividade de suas ações, especialmente se negligenciar a relação com os partidos no Congresso. Da forma como reagirá a isso depende o futuro da democracia no Brasil.

5 – A AGENDA E O MODUS OPERANDI DO GOVERNO BOLSONARO

22/1/2019

Saber o que pensa e conhecer o *modus operandi* são duas condições fundamentais para se relacionar com qualquer governo, tanto de modo propositivo, quanto de maneira reativa. Com o governo Bolsonaro não será diferente. Se a sociedade civil organizada e os cidadãos não entenderem essas duas dimensões, as chances de êxito em eventuais disputas com o governo serão praticamente nulas.

Sobre o pensamento do governo Bolsonaro, parece não haver dúvida de que se trata de um governo: 1) de direita, do ponto de vista político; 2) liberal, do ponto de vista econômico; 3) fiscalista, do ponto de vista da gestão; 4) conservador quanto aos costumes, valores e comportamentos; além de 5) contrário em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Quanto à estruturação em núcleos de poder, parece evidente que se trata de um governo que foi organizado para falar para três públicos segmentados: 1) os eleitores fundamentalistas do capitão; 2) os setores de “classe média” moralistas-justiceiros; e 3) o mercado. Ninguém, entretanto, fala para o povo, especialmente aquela parcela da população que

depende das políticas e dos serviços públicos, ou para os trabalhadores ou as minorias.

Quem melhor sistematizou os supostos núcleos estratégicos do governo Bolsonaro foi o professor da FGV e presidente do Instituto Luís Gama, Silvio Almeida. Em artigo publicado recentemente sob o título “Sobre política, distração e destruição”, ele definiu e sistematizou três núcleos: 1) o ideológico-diversionista, 2) o policial-jurídico-militar, e 3) o econômico.

O primeiro – ideológico-diversionista – serviria, na lógica do artigo do professor Silva Almeida, apenas para manter a moral da “tropa” ou dos bolsonaristas em alta, dando-lhes representatividade e acomodação psicológica ao ideário conservador que sustentou a campanha eleitoral.

Seriam os agitadores que serviriam para “fidelizar” os seguidores do bolsonarismo e, segundo o professor, também para “desviar a atenção”, além de “causar indignação e tristeza” entre os “progressistas”, enquanto os núcleos 2, e principalmente o 3, colocam em prática suas agendas.

Esse grupo faz, em nome do presidente, o que, nos EUA, Donald Trump faz pessoalmente, como tática de persuasão, e que Scott Adams, em *“Win Biggly: in a World Where Facts Don’t Matter”*[1] classifica como “disonância cognitiva”: lança ideias ou declarações polêmicas, que tenham ou não conexão com realidade, para

atrair o interesse da mídia e tirar o foco dos problemas que realmente importam para o país, pautando a imprensa, os intelectuais e até mesmo a oposição. Quando o tema perde importância, outra polêmica é criada em seu lugar, e assim permanece em evidência, mesmo que as suas “propostas” não levem a lugar algum.

O segundo núcleo – policial-jurídico-militar – é composto de profissionais altamente qualificados, que sabem operar o Direito e a máquina repressiva. Como alerta Silvio Almeida, não existe “arminha de dedo”. A arma é de verdade mesmo. O jogo é bruto. Vai de cadeia à destruição física e moral dos adversários.

Seu objetivo, na lógica do artigo do professor Silvio Almeida, é dar sustentação aos outros dois núcleos, de um lado, dando corpo às alucinações do núcleo ideológico – do qual faz parte o próprio presidente, que vê “inimigos da pátria”, ideologia de gênero e “comunistas” em tudo quanto é lugar – , por meio de mudanças legais, de abertura de processos civil e penal, além de perseguição e repressão aos críticos mais exaltados, e, de outro, utilizando os instrumentos jurídicos, fiscalizatórios e intimidatórios do Estado para acuar e amedrontar os opositores mais aguerridos da agenda neoliberal.

O terceiro núcleo – econômico – formado por neoliberais convictos, tem como objetivo colocar em prá-

tica, em sua plenitude, a agenda do mercado, a verdadeira “ponte para o futuro”, que Michel Temer não teve tempo nem legitimidade para implementar. Essa agenda consiste na:

1. desindexação geral da economia;
2. desvinculação orçamentária;
3. privatização selvagem;
4. abertura da economia;
5. desregulamentação do trabalho, com a “livre” negociação; e
6. restrição para acesso a benefício previdenciário, inclusive com aumento da idade mínima, aumento do tempo de contribuição e redução do valor do benefício.

O núcleo econômico, além de preparado e pragmático, tem convicções profundas, beirando o fundamentalismo, tanto da necessidade de um ajuste fiscal pelo lado da despesa, com redução do papel do Estado na exploração da atividade econômica, na prestação de serviços e no fornecimento de bens e programas sociais, quanto da urgência da alienação do patrimônio público e da abertura da economia ao capital estrangeiro, sempre sob o pretexto de que o enxugamento do Estado é condição indispensável para atrair investimento e gerar emprego e renda.

Com esse “modus operandi”, o governo – caso as forças prejudicadas pelos excessos e pela ausência de calibragem do governo em suas políticas não ajam com unidade e inteligência estratégica – conseguiria atingir seu objetivo, atraindo os “progressistas” contrários à pauta de comportamentos, costumes e valores para o embate ou a disputa com o núcleo ideológico-diversionista, enquanto o núcleo econômico tocaria a agenda real de desmonte, com a consequente transferência para o mercado dos poderes e do orçamento do Estado, sob o fundamento de valorização da livre iniciativa, da competitividade e, principalmente, da lucratividade.

Como diz o ditado árabe, enquanto os cães ladram, a caravana passa.

Assim, sem muita dificuldade, a cortina de fumaça do debate sobre “costumes” e declarações polêmicas permite que os verdadeiros interesses da sociedade, aqueles que pesam na mesa e no bolso do trabalhador, do aposentado, da pensionista, dos desempregados, sejam sacrificados no altar do verdadeiro Deus do governo Bolsonaro: o mercado.

[1] *Em tradução livre, “ganhe muito: em um mundo onde os fatos não importam”*

6 – AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO GOVERNO BOLSONARO

25/3/2019

O pressuposto governamental é de que tudo que parte do Estado está associado a corrupção ou custará mais caro do que comprar do setor privado, além de supostamente se destinar a quem não merece. Ou seja, para o governo, todo ente público, além de corrupto, seria perdulário, por supostamente gastar muito e mal.

Assim, em nome do combate à corrupção e ao suposto desequilíbrio e descontrole das contas públicas, o governo tem se empenhado para desmontar o Estado brasileiro, seja prometendo vender todas as empresas estatais e promovendo a redução e sucateamento da máquina pública, seja propondo reformas que suprimem direitos, sem qualquer preocupação com a dignidade da pessoa humana e de quem depende de serviços e programas do Estado.

O desmonte do Estado se materializa, de um lado, pela omissão e ausência de condições materiais para o funcionamento da máquina pública, a partir do contingenciamento de recursos, e, de outro, pelo afrouxamento da legislação, da fiscalização e do controle estatal aplicáveis aos agentes privados no cumprimento de

suas obrigações para com os direitos humanos e o meio ambiente, entre outras.

No primeiro caso, além da omissão dos governantes e do contingenciamento de recursos, a situação é agravada pela inexperiência e desorganização da nova equipe, que está mais preocupada em fazer julgamentos morais e condenar o passado do que ser propositiva ou projetar algo alternativo para o futuro. É o tipo de gente que prefere condenar à escuridão a acender uma vela e que, ao adotar postura policialesca, impede que haja qualquer debate no âmbito interno do Governo que possa questionar decisões equivocadas e enviesadas politicamente no sentido de combater o “esquerdismo”.

No segundo caso, do afrouxamento das obrigações, além da servidão ao mercado, parte do pressuposto de que há excesso de rigor, tanto na legislação quanto na fiscalização feita pelos órgãos de controle, e isto estaria prejudicando a eficiência e a produtividade da economia, e, em consequência dificultando a atração de investimentos. Confunde simplificação administrativa com total desregulação, repetindo os erros dos regimes neoliberais dos anos 1970 e 1980, que, sob o comando dos “psicopatas econômicos”, geraram o aumento da pobreza e a captura do Estado pelos mercados, em todo o mundo.

Essa visão de mundo traz duas consequências graves. A primeira recai sobre os mais vulneráveis, que dependem de prestação do Estado. A segunda pode levar à negligência no cumprimento de obrigações por parte do setor privado.

A primeira consequência é que a pessoa que depende de serviços públicos, da saúde pública, da educação pública, da assistência social ou dos programas governamentais de distribuição de renda, ficará à mingua, se o Estado desativar ou perder a capacidade de bancar tais programas e serviços. Isso, certamente, colocaria em risco a paz social no País.

A segunda consequência é que o objetivo de maximizar o lucro das empresas pressiona os gestores para minimizar custos e despesas, o que poderá levar à contenção de investimento em prevenção e cumprimento de normas de segurança do trabalho e no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos, como bem demonstram os recentes episódios envolvendo o setor de mineração.

Neste último aspecto, de afrouxamento dos marcos regulatórios e fiscalizatórios, aumenta, ainda mais, a responsabilidade social e os cuidados preventivos das empresas, porque a reparação de eventuais danos certamente custará muito mais, tanto em termos de imagem quanto financeiros.

O presidente e seus seguidores estão mais preocupados em destruir o sistema político e a chamada “velha política”, sem nenhuma clareza sobre o que colocar no lugar. Estão cegamente convencidos de que a destruição do Estado e da forma atual de fazer política leva, automaticamente, à solução de todos os problemas, porque supostamente teria atacado a raiz da corrupção, como se apenas isso já fosse um fim em si mesmo, suficiente para justificar a guinada autoritária.

É um tipo de visão míope, na qual o presidente e seu governo estão gastando todo seu capital político, com perda acelerada de legitimidade, sem apresentar resultados nem resolver os problemas reais do País. Vai gastar todo o “capital” na demolição e depois não terá “recursos” para reconstruir em novas bases. É uma lógica tosca, própria dos fundamentalistas, que acreditam cegamente na estratégia de negação.

Nesse cenário, ou o governo revê seus valores e visão de mundo, calibrando suas propostas na economia e na área social, ou a paz social e a estabilidade dos negócios estarão em risco. Esse é o preço que a sociedade pode pagar caso persista esse tipo de lógica governamental. A visão extremada, fundamentalista, o preconceito nem o ressentimento são bons conselheiros. O equilíbrio e o bom senso são dois requisitos fundamentais para bem governar.

7 – A LÓGICA DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO BOLSONARO

12/08/2019

O novo desempenho ou a reestruturação da Administração Pública, que incluiria medidas constitucionais e infraconstitucionais, algumas das quais já em tramitação no Congresso Nacional, deve focar na automação e digitalização dos serviços públicos e na redução de custos com estrutura e pessoal. O trabalho está sendo formulado e coordenado pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, que tem sob sua subordinação a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.

A ideia geral, dentro da lógica do ajuste fiscal, consistiria:

1. no enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos;
2. na redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo;
3. na redução de jornada com redução de salário;
4. na instituição de um carreira horizontal e transversal,

com mobilidade plena dos servidores;

5. na adoção de critérios de avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho;
6. na ampliação da contratação temporária; e
7. na autorização para a União criar fundações privadas, organizações sociais e serviço social autônomo – cujos empregados são contratados pela CLT – para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo convênio, prestar serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social), Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo e Comunicação Social, entre outros.

Além da redução das estruturas e de pessoal, bem como da adoção dessas novas modalidades de contratação, algo que iria absorver as atividades dos órgãos, das entidades e de carreiras extintas, o governo também pretende:

1. intensificar a descentralização, mediante a transferência de atribuições e responsabilidades para estados e municípios;

2. criar programas de automação e digitalização de serviços, especialmente no campo da seguridade social;
3. terceirizar vários outros serviços públicos, inclusive na atividade-fim, como previsto na Lei 13.429/2017; e
4. regulamentar, de modo restritivo o direito de greve do servidor público.

Esse novo desenho, na verdade, já vinha sendo implementado, ainda que de forma tímida, porque burlava o princípio do Regime Jurídico Único. A temática vem sendo abordada desde os governos Fernando Collor, que criou o serviço social autônomo Associação das Pioneiras Sociais (APS); Fernando Henrique, que qualificou como Organização Social a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, passando pelos governos Lula, que criou, como serviço social autônomo, a Agência de Promoção de Exportações (APEX); e a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Dilma, que enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar (PLP) 92/2007, autorizando a criação de fundações estatais de direito público ou privado para o exercício de atividades não-exclusivas de Estado, criou novas organizações sociais, entre elas a EMBRAPA, criou o serviço social autônomo Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER

e enviou ao Congresso proposta de criação de outros dois (Agência de Desenvolvimento do Matopiba e do Instituto Nacional de Saúde Indígena), até chegar ao governo Michel Temer, que retomou com força as privatizações por meio do Programa de Parcerias e Investimentos, propôs a criação da Agência Brasileira de Museus e apoiava o Projeto de Lei 10.720/2018, do senador José Serra (PSDB-SP), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que escancara a qualificação de entidades como organizações sociais, habilitadas a prestar serviço ao Estado em diversas áreas.

Entretanto, no governo Bolsonaro, o que era exceção, tende a virar regra. Além da elaboração de Emenda à Constituição, de Medida Provisória, de Projeto de Lei e Decretos do Poder Executivo, o plano governamental é aproveitar alguns projetos em tramitação no Congresso para acelerar a implementação da reforma administrativa. Entre estes, o governo deve apoiar a aprovação dos projetos de Lei Complementar nº 248/1998, em fase final de tramitação na Câmara, e o PLP nº116/2017, da senadora Maria do Carmo (DEM-SE), em regime de urgência no Senado, que tratam da quebra da estabilidade no serviço público; do PLP nº 92/2007, do governo Dilma, que autoriza a criação de fundações estatais; o PL 10.720/2018, do senador José Serra (PSDB-SP), que prevê novas formas de contrato de gestão, por intermé-

dio de organizações sociais; e do PLP nº 268/2016, do ex-senador Valdir Raupp (MDB-RO), que reduz a participação dos segurados e assistidos na governança dos fundos de pensão.

Dentro dessa nova lógica, o governo Bolsonaro já anunciou o fim dos concursos públicos e dos reajustes salariais, propôs dura reforma da previdência, que retira direito de segurados, aposentados e pensionistas, e também editou a MP 890/2019, que autoriza o Poder Executivo a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – Adaps, que será responsável pela execução do Programa Médicos pelo Brasil.

O programa Future-se, anunciado pelo Ministério da Educação, também será criado e administrado por meio da constituição de serviço social autônomo. No Distrito Federal, ainda no governo Rollemberg, o Hospital de Base de Brasília, um dos principais da cidade, foi transformado em serviço social autônomo, responsável pela prestação de assistência médica à população e de atividades de ensino, pesquisa e gestão no campo da saúde, com o beneplácito do Tribunal de Justiça do DF, que considerou constitucional a medida. Trata-se, porém, de entidades regidas pelo direito privado, que não integram a administração e não se submetem aos regulamentos gerais do Serviço Público, com pessoal contratado pela CLT e

sem a necessidade de concurso público, mas apenas processo seletivo.

A visão do governo sobre os servidores e o Serviço Público é a pior possível. Os primeiros são vistos pelo governo como “parasitas”, que ganham muito e trabalham pouco, além de serem aliados e estarem a serviço da esquerda. O segundo é associado à ineficiência e à corrupção.

Na lógica do atual governo, ressuscitando teses caras ao neoliberalismo e à “Nova Gerência Pública”, adotada por FHC em 1995, e que foram implementadas à larga pelos governos tucanos em todo o Brasil, adquirir bens e serviços no setor privado é mais eficiente e mais barato que produzir diretamente pelo Estado. Por isso, esse preconceito e investida sobre os serviços públicos.

A julgar pelas declarações e ações do atual governo, a reforma administrativa será a bola da vez, ou seja, o servidor e o serviço público serão escolhidos como a variável do ajuste. Aliás, o aumento de alíquotas e a progressividade da contribuição previdenciária, combinados com a contribuição extraordinária e o fim dos reajustes, já são sinais mais que suficientes do período de dificuldades que se avizinha para o funcionalismo público. É a tempestade perfeita pela combinação da crise fiscal, do congelamento de gasto público determinado pela EC 95/2016 e do preconceito

governamental para com o serviço e o servidor público.

8 – PEC 3D RETIRA OS POBRES DO ORÇAMENTO PÚBLICO

02/10/2019

Depois do fim da política de aumento real do salário mínimo e da aprovação da reforma da Previdência, o governo enviará ao Congresso a chamada “PEC 3D”: 1) Desvinculação de receita e despesas do orçamento público; 2) Desobrigação ou retirada do caráter obrigatório dos gastos públicos, inclusive educação e saúde; e 3) Desindexação das despesas governamentais.

A proposta, que também pode ser chamada de Super DRU, Pacto Federativo ou Orçamento Base Zero, será mais um instrumento do ajuste fiscal que ataca a despesa pública, com a redução da participação dos mais pobres no orçamento, já atingidos de forma dramática pela Emenda Constitucional 95, que congela o gasto público em termos reais, reduzindo e precarizando os serviços públicos, e pela reforma da Previdência, que retira ou reduz direitos previdenciários e assistenciais dos mais vulneráveis.

A ideia do governo com a nova PEC, que deve iniciar sua tramitação

pelo Senado, é retirar o caráter obrigatório das despesas, inclusive da área social; desvincular determinadas receitas e despesas, especialmente as destinadas à educação e saúde; e desindexar as despesas governamentais gerais, especialmente no âmbito da seguridade e dos programas sociais, eliminando seus reajustes automáticos.

A PEC 3D, imaginada inicialmente como alternativa caso a PEC 6/2019 não fosse aprovada no Congresso, será apresentada como complemento à reforma da Previdência, já que por meio desta não foi possível extinguir ou reduzir na dimensão esperada os benefícios de maior escala, exatamente aqueles destinados aos mais pobres, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono do PIS, o seguro-desemprego, o FGTS, entre outros programas de proteção social.

Os exemplos mais ilustrativos da redução da presença e importância dos mais pobres no orçamento dentro da nova PEC, para além do Teto do Gasto Público em termos reais, seriam o congelamento do valor do BPC, do abono do PIS, do Bolsa Família, do seguro-desemprego, entre outros benefícios destinados aos necessitados, cuja regra de reajustamento seria abolida pela PEC.

Na formulação da PEC, o ministro da Economia cogitou retirar também o reajuste do salário míni-

mo e dos benefícios previdenciários, mas isso foi afastado neste primeiro momento por determinação do presidente da República, que teme o aumento da sua rejeição popular, já que começa a ser visto como alguém insensível do ponto de vista social.

A lógica da PEC 3D, que será apresentada sob o fundamento de “desafetar” o orçamento e dar mais liberdade de gasto aos governantes (prefeitos, governadores e presidente da República), é aprofundar o ajuste fiscal pelo lado da despesa, retirando o direito de reajuste aos benefícios destinados aos mais pobres para gerar superávit primário, direcionado a honrar os compromissos com os credores da dívida pública.

Os neoliberais, desde a gestão Temer, sob o fundamento da melhoria do ambiente de negócios, elegeram os assalariados como variável de ajuste, com corte de todo e qualquer benefício que tenha natureza alimentar. Desenvolveram a narrativa de que os investimentos e a geração de emprego e renda dependem do equilíbrio das contas públicas e a única forma de fazê-lo é reduzindo direitos trabalhistas, previdenciários, assistenciais e de servidores públicos. Não há nenhuma medida voltada para o aumento da receita, só atacam o lado da despesa.

A PEC 3D, neste contexto, é apenas mais uma iniciativa nesta toada de desregulamentação de direi-

tos e regulamentação de restrições, de desmonte do Estado e do corte de gastos públicos, como foi a reforma trabalhista e a terceirização generalizada, está sendo a reforma da Previdência e será a reforma administrativa. Enquanto estiver em vigor a Emenda do Teto de Gasto (EC 95), cujo orçamento congelado não dá conta nem das despesas irrevogáveis e irrenunciáveis, porque protegidas por direito adquirido, pode-se zerar os direitos para o futuro que não resolverá o problema. Sem a flexibilização ou revogação da Emenda Constitucional 95, para permitir considerar receitas novas no orçamento, haverá colapso do serviço público já a partir de 2020.

Enquanto isto, o governo mantém-se intransigente quanto ao aumento da receita, optando pela venda de ativos, com a entrega do patrimônio público, porém sem permitir que esses recursos oriundos de privatização tenham outra destinação senão reduzir déficit ou gerar superávit. Já venderam o pré-sal e brevemente serão vendidos a Eletrobras, os Correios, a Casa da Moeda, o Serpro, a Dataprev e outras empresas estratégicas do governo e do país.

Se o governo Bolsonaro conseguir implementar esse conjunto de reformas – que combina Teto de Gasto, reforma da Previdência, reforma Administrativa e a PEC 3D, além da privatização das estatais – estará completa a agenda neoliberal de demolição do Estado de Bem-Estar

Social, abrindo espaço para a substituição dos serviços públicos de saúde e educação por vouchers, que serão distribuídos às populações carentes inscritas em programas sociais para comprarem tais serviços no mercado.

Como se pode ver, estamos diante de um impasse: ou se muda o Teto de Gasto e interrompe essa agenda antipovo ou o país entra em colapso. As medidas de ajuste só têm aumentado a pobreza, a miséria e a desigualdade. Até quando se vai aguentar essa farsa, que atribui aos serviços públicos e aos benefícios sociais destinados aos mais pobres a responsabilidade pelo desequilíbrio das contas públicas e pelo desalento dos brasileiros? Até quando os movimentos sociais e as centrais sindicais assistirão a tudo isso passivamente?

9 – AJUSTE FISCAL ACIMA DE TUDO E O MERCADO ACIMA DE TODOS

05/12/2019

O *slogan* de campanha do presidente da República refletiria melhor a prática governamental se tivesse substituído o “Brasil” pelo “ajuste fiscal” e “Deus” pelo “mercado”, considerando as medidas que propôs ao Congresso recentemente, que incluem: 1) o plano “Mais Brasil”, com três Propostas

de Emendas à Constituição (PEC); 2) a nova reforma trabalhista, apelidada de plano “verde e amarelo”; e 3) o projeto de lei que desobriga as empresas de contratar pessoas com deficiência.

Esse conjunto de medidas, se aprovadas, terá o condão de aprofundar outras reformas em bases neoliberais já realizadas, como a trabalhista e a previdenciária, e de reduzir a presença dos pobres no orçamento público, a participação dos trabalhadores na renda nacional e ampliar a desigualdade e a pobreza no Brasil, além de levar ao desmonte do Estado, à desorganização administrativa, à fragilização do serviço público e à priorização da dívida pública e despesas financeiras em detrimento de políticas sociais.

A primeira PEC, 186/2019, subscrita pelo líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também conhecida como PEC emergencial, traz três mudanças estruturais nas finanças públicas: 1) torna permanente o ajuste fiscal previsto no Teto de Gasto Público, de que trata da Emenda Constitucional 95; 2) estende sua aplicação aos estados, Distrito Federal e municípios; e 3) vincula a aplicação do Teto de Gastos à chamada regra de ouro.

Tendo como relator o senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a PEC 186 engessa o gasto governamental, determina a sus-

pensão de direitos e obrigações do Estado, em três hipóteses: se houver descumprimento do teto de gastos, se for extrapolado o limite da regra de ouro e se forem ultrapassados os limites de gasto com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, se for descumprida qualquer das três regras, especialmente a chamada regra de ouro, que se configura quando “as operações de créditos superarem os investimentos governamentais”, a União e os demais entes federativos ficarão impedidos de reajustar salários, reestruturar carreiras, promover concurso público, pagar qualquer despesa com pessoal em caráter retroativo, além de ser obrigado a reduzir jornada com redução de salário e suspender as promoções e progressões de servidores.

O ajuste previsto na PEC é tão radical que até os direitos sociais inscritos no artigo 6º da Constituição Federal (a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados) só serão assegurados pelo Estado se observar “o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”, ou seja, a norma impede que os custos de benefícios em gozo por uma geração sejam transferidos para futuras gerações, rompendo o pacto entre gerações.

A segunda PEC, 187, igualmente subscrita pelo líder do governo no Senado, que trata dos fundos infraconstitucionais, prevê a extinção de 248 fundos, disponibilizando R\$ 219 bilhões para amortização da dívida pública, além de:

a) determinar a transferência dos recursos que hoje formam este fundo ao respectivo poder na esfera federativa que o tenha criado;
b) anular qualquer dispositivo infraconstitucional vinculado aos fundos;
c) autorizar que as receitas desvinculadas poderão ser destinadas a programas voltados à erradicação da pobreza, investimentos em infraestrutura que visem a reconstrução nacional;
d) destinar as receitas públicas dos fundos, até que eles sejam extintos, à amortização da dívida pública.

Essa PEC tem como relator na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) do Senado, o senador Otto Alencar (PSD/BA).

A terceira PEC, 188, a última do pacote, igualmente subscrito pelo líder do governo no Senado, é a mais abrangente delas, e está classificada em seis eixos:

1. Fiscal – Cria o Conselho Fiscal da República;
2. Transferência de receitas aos entes federativos – compartilhamento de royalties e participações especiais com entes subnacionais e proíbe

que a União possa socorrer entes em dificuldades fiscais a partir de 2026;

3. Desobrigação, Desindexação e Desvinculação (DDD) – desindexa despesas obrigatórias (deixa de reajustar) em caso de emergencial fiscal;
4. Pacto Federativo – prevê a extinção de municípios que tenham menos de 5 mil habitantes e possuam arrecadação própria inferior a 10% da receita total;
5. Plano Emergencial – reprodução da PEC 186.

Além de extinção de municípios, essa PEC também impede o Poder Judiciário de reconhecer direitos se não houver orçamento para pagar a despesa, determinando textualmente: “Decisões judiciais que impliquem despesa em decorrência de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa, *somente serão cumpridas quando houver a respectiva e suficiente dotação orçamentária*”.

A PEC 188/2019 tem como relator, na CCJ do Senado, o senador Márcio Bittar (MDB/AC).

A MP 905, do plano Verde e Amarelo, editada em 13 de novembro de 2019, supostamente para facilitar a contratação de pessoas com idade entre 18 e 29 anos, na verdade aprofunda a precarização das relações de

trabalho, dando incentivos ao empregador que contratar trabalhadores para o primeiro emprego, e promove centenas de modificações na CLT para retirar direitos e ampliar obrigações dos trabalhadores já empregados.

O primeiro emprego será financiado pelos desempregados, com parcela do seguro-desemprego, e o patrão que contratar nessa modalidade ficará livre de alguns encargos trabalhistas, previdenciários e de fiscalização, além da liberdade de negociar direta e individualmente com o empregado as condições de trabalho e remuneração, desde que não supere um salário mínimo e meio, nem ultrapasse 20% de seu quadro funcional.

Entre as vantagens para o patrão, além da ausência ou flexibilização dos mecanismos de registro e de fiscalização do trabalho e da possibilidade de acordo extrajudicial anual para quitação de obrigações, estão:

1. a desoneração da folha;
2. a redução da negociação coletiva e da ação sindical;
3. a redução do valor da remuneração, que fica limitada a um salário mínimo e meio; caso venha a aumentar o salário do empregado, o benefício fiscal continuará sendo calculado com base naquele valor;

4. a redução do depósito do FGTS, que cai de 8% para 2%;
5. a redução do adicional de periculosidade, que é reduzido de 30% para 5%, desde que o patrão contrate seguro de acidente pessoal para o empregado;
6. a redução da multa rescisória, que cai drasticamente (de 40% para 20%);
7. a eliminação, de modo permanente, da contribuição adicional de 10% sobre o salário para o FGTS;
8. a permissão, por negociação individual, que o empregador inclua na remuneração mensal do empregado, como forma de evitar passivos futuros, assim como já faz com o empregado doméstico, as parcelas relativas: de férias; do FGTS; do 13º; e da multa rescisória.

Na parte permanente da CLT, reduz os custos de demissão, aumenta jornada dos bancários, libera o trabalho aos domingos e feriados, não considera mais como acidente de trabalho o sofrido no percurso entre a residência e a empresa, dispensa a inspeção prévia para instalação de caldeira e forno, retira os sindicatos da negociação da participação nos lucros e resultados, além de outras

agressões aos direitos dos trabalhadores.

Por fim, o projeto de lei 6.195/2019, de autoria do Poder Executivo, que, na prática, reduz drasticamente o alcance da lei que garante cota de contratação de pessoas com deficiência nas empresas, ao substituir a não contratação por uma multa de dois salários mínimos, além de permitir a contagem em dobro na hipótese de contratação de pessoa com deficiência grave. Atualmente, a empresa com cem empregados ou mais é obrigada a preencher de 2% a 5% das vagas disponíveis com trabalhadores reabilitados ou pessoa com deficiência.

A julgar pelas propostas governamentais em curso, incluindo o próprio Plano Plurianual, o objetivo é eliminar os mecanismos de redução das desigualdades e da pobreza, mediante a eliminação dos direitos e garantias constitucionais em favor de pessoas e territórios vulneráveis. Se aprovada essa agenda, a consequência será menos direitos para os cidadãos, menos serviços públicos e menos recursos para projetos de desenvolvimento. É preciso que a sociedade e o Parlamento reajam a esse verdadeiro desmonte do Estado de Proteção Social, sob pena de ameaça à paz social no país.

10 – O DESMONTE DA MÁQUINA PÚBLICA EM CURSO

10/03/2020

O governo Bolsonaro, que aparece perante a opinião pública com um presidente refratário à reforma administrativa, na prática tem agido para o desmonte da administração pública, tanto pela negação de recursos e desativação de áreas vitais, quanto pela via de proposições legislativas.

O modo simplista e contraditório com que o governo trata desse tema já antecipa o fracasso que a mudança representará. Não existe, por parte do governo, uma preocupação real em melhorar a eficiência (fazer mais com menos), a eficácia (atingir as metas) e a efetividade (fazer a coisa certa ou atingir objetivos relevantes) na perspectiva da formulação e implementação de políticas públicas em favor de populações e territórios vulneráveis e desassistidos, ou no combate às desigualdades regionais e de renda.

O que existe são narrativas difusas e contraditórias entre as autoridades que tomam as decisões políticas, o presidente da República e o ministro da Economia, e os formuladores das proposições legislativas, no caso os técnicos ou funcionários encarregados da formulação. Os primei-

ros expondo suas visões ideológicas, fiscais e comportamentais preconcebidas em relação ao serviço público, e o segundo buscando apresentar diagnósticos razoáveis para justificar a mudança.

Entre as duas visões, a que tem prevalecido é a primeira, que sintetiza as reais motivações do governo em relação à reforma da administração pública. A visão das autoridades está expressa nos discursos e nas proposições de iniciativa do presidente e do ministro da Economia, conforme segue.

Na dimensão ideológica, o governo enxerga os servidores como adversários, que estão “aparelhando” o Estado, capturados e fazendo uso político da máquina supostamente em favor das esquerdas e, por isso, devem ser vistos como inimigos do projeto do presidente, marcadamente de direita. Medidas pretensamente voltadas a reduzir o aparelhamento político-partidário são desmascaradas quando o governo demite servidores em órgãos e entidades importantes, como a Casa de Rui Barbosa, a Fundação Palmares e outras com o claro propósito de “ideologizar” com a nomeação de “conservadores” esses espaços.

Na dimensão fiscal, as alegações são as mesmas da reforma da Previdência, de que os gastos com servidores são elevados e que poderiam ser canalizados para melhorar

serviços públicos, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança, como se esses serviços pudessem ser prestados sem o concurso de servidores públicos. É uma falácia que, no âmbito federal, não resiste ao exame correto dos números, pois a despesa com pessoal e encargos do governo – nos três Poderes – está muito abaixo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à Receita Corrente Líquida.

Na dimensão comportamental, expressa no preconceito das autoridades, os servidores são vistos como “parasitas”, preguiçosos, ineficientes, que ganham muito, trabalham pouco. E o que produzem ou fazem seria comprado ou contratado no setor privado. Se há servidores desidiosos, caberia ao governo adotar as medidas já previstas em lei para o seu afastamento, mediante processos administrativos. Mas o discurso visa, sobretudo, legitimar o desmonte da máquina pública e sua privatização.

Os formuladores, por sua vez, utilizam teorias ou argumentos técnicos para justificar a reforma, passando a impressão de que se trata realmente de um diagnóstico preciso, para a solução do qual dispõem de alternativas adequadas.

O principal argumento para justificar as reformas é que a máquina pública entrou em colapso, especialmente em decorrência de: 1) suposto elevado custo; 2) suposta ineficiência;

e 3) suposta incapacidade de garantir boa gestão de pessoas.

Esse colapso, decorrente da combinação de uma suposta baixa qualidade, gastos elevados e baixa produtividade – segundo a lógica desses tecnocratas – seria o responsável não apenas pela má qualidade dos serviços públicos e a suposta ineficiência da máquina pública, mas também pelo desequilíbrio das contas públicas.

Uma vez mais, trata-se de um discurso catastrofista, que não resiste, no governo federal, ao confronto com os números. Nos estados, dada a crise econômica e o elevado peso da dívida pública, há alguns com sérios problemas, mas demitir gente, no atual quadro de crise, só irá agravá-los.

Para enfrentar esses problemas, ainda na visão desses formuladores, seriam necessárias mudanças na máquina pública para: 1) retomar ferramentas de gestão de pessoas; 2) resgatar o conceito de meritocracia; 3) valorizar ações públicas voltadas para resultados; e 4) deslocar o foco da máquina estatal para o cidadão.

Entretanto, contrariando a retórica e os argumentos de aperfeiçoamento da máquina pública, as propostas elaboradas por esses técnicos governamentais – especialmente as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 186, 188 e a Medida Provisória (MPV) 922 – vão no sentido do des-

monte e não do fortalecimento da administração pública ou da melhoria do serviço público prestado ao cidadão. Essas proposições, elaboradas com fundamento na teoria do equilíbrio fiscal intergeracional, buscam impedir que os custos de benefícios em gozo por uma geração sejam transferidos para futuras gerações, rompendo o pacto entre gerações.

A PEC 186, sob o argumento de dificultar o aumento da dívida pública, propõe medidas emergenciais que na prática engessam o gasto público, ao determinar a suspensão de direitos e obrigações do Estado, em três hipóteses: se houver descumprimento do teto de gastos; se for extrapolado o limite da regra de ouro; e se forem ultrapassados os limites de gasto com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A PEC 188, além de restringir a autonomia do Poder Judiciário e propor a extinção de municípios, chega ao absurdo de condicionar o cumprimento do artigo 6º da Constituição (educação, saúde, alimentação, o trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, Previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados) ao “direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”.

A MPV 922, por sua vez, editada para resolver uma situação emergencial – a fila de pedidos de aposentadoria do INSS e do Bolsa Família – promove, na prática, uma minirre-

forma administrativa, permitindo que o Poder Executivo, bem como outros poderes e órgãos, possam fazer uso dela para contratar pessoal sem concurso e sem estabilidade. Como os entes subnacionais costumam replicar a legislação federal, o efeito disso será uma leva sem precedentes de contratações temporárias, em todo o país.

Por todo o exposto, o objetivo da reforma administrativa do governo Bolsonaro não se limita ao funcionamento da máquina pública, pretende rever o papel Estado, tanto na sua dimensão econômica, quanto na dimensão de provedor de políticas públicas na área social. Portanto, destina-se a cortar gasto com pessoal e com a máquina pública, além de eliminar direitos e reduzir a presença dos mais pobres no orçamento. E, ao final, permitir que um quadro de pessoal, selecionado sem concurso e sem estabilidade, seja ainda mais alinhado e dócil ao governo de turno, “radicalmente conservador”.

11 – GOVERNO BOLSONARO CONTRA O ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL

09/06/2020

Passado o período de isolamento social da Covid-19, o governo Bolsonaro pretende – em nome da recuperação da economia, da geração de empregos e do equilíbrio das contas públicas – fazer nova investida contra o Estado de proteção social, retomando a agenda de reformas nas áreas fiscal, trabalhista, administrativa e até previdenciária. A meta é aprovar essa agenda no segundo semestre de 2020.

A ideia do governo para aprovar sua agenda de desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado na prestação direta de serviços e fornecimento de bens à população é criar um clima de comoção, de risco de caos social, com imagens que explorem a situação caótica das contas públicas – efetivamente abaladas pelo aumento de despesa e pela perda da receita decorrente da pandemia –, os elevados índices de desemprego, os indicadores de fechamento de empresas e a ameaça de falta de recursos para manter os serviços públicos e programas sociais. E então apresentar tudo isso como símbolo de uma tragédia anunciada que precisa urgentemente ser enfrentada, fazendo uso de campanhas publicitárias

para turbinar os indicadores, os eventos e a magnitude da crise como elemento de convencimento.

Em reforço à campanha para chamar atenção da população para uma hipotética situação trágica, na lógica da “baciada” do ministro do Meio Ambiente, o governo alegará que se não fizer as reformas, além de atrasar a recuperação da economia e a geração de empregos, estará descumprindo as exigências constitucionais do teto de gasto e da regra de ouro, bem como da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No campo fiscal, as *Propostas de Emenda Constitucional* (PECs) 186/19 e 188/19, em tramitação no Senado, e a PEC 438/18, sob exame da Câmara dos Deputados, destinadas a aprofundar as restrições da regra de ouro, para proibir a ampliação do endividamento para custeio de despesas correntes e permitir a sua redução, já seriam suficientes para fornecer ao governo os meios para promover – de forma automática – os cortes em direitos e programas sociais indispensáveis para cumprimento desse objeto.

A narrativa para aprovar essas alterações constitucionais – que podem levar ao desmonte do Estado de bem-estar social, inclusive com risco aos direitos sociais do art. 6º da Constituição (a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a

previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados) – teria como fundamento a necessidade de atração de investimento do setor privado, como condição indispensável para sair da recessão, criar emprego e girar a economia.

Para tanto, o governo irá argumentar que necessita fazer o dever de casa, de um lado reduzindo a relação dívida/PIB, e, de outro, deixando ou parando de se endividar para custear despesas que não sejam de investimento. Ou seja, os benefícios atuais só seriam mantidos e usufruídos pelos atuais beneficiários se o governo não precisasse se endividar para mantê-lo, porque estaria proibido de transferir dívidas para as gerações futuras.

Na área trabalhista, o governo voltará a insistir na ideia de que o desemprego no Brasil decorre das garantias da CLT, propondo o aprofundamento da reforma trabalhista, com redução e flexibilização de direitos, sob o fundamento de incentivo ao primeiro emprego. O governo não se conformou com a caducidade da Medida Provisória (MP) nº 905, que criava a Carteira Verde e Amarela e permitia a contratação em bases precárias ou com menos direitos.

Inspirada no modelo de relações de trabalho dos Estados Unidos, onde não existe Direito do Trabalho e a recuperação do emprego tem

sido relativamente rápida no pós-isolamento social, a ideia agora é ir mais longe e propor a substituição do Direito do Trabalho pelo Direito Comum, utilizando como argumento o fato de que essa nova modalidade valeria apenas para os contratos de primeiro emprego e para pessoas com mais de 60 anos.

A lógica de desmonte do Direito do Trabalho faz parte da estratégia neoliberal de eliminar toda e qualquer resistência à desregulamentação da economia e das relações de trabalho. A visão governamental é de que a Justiça do Trabalho, os trabalhadores organizados e as entidades sindicais são obstáculos à desregulamentação da economia e das relações de trabalho, atores institucionais e políticos que dificultam a hegemonia plena do mercado sobre os demais setores do sistema social em temas vinculados à exploração da atividade: o Estado e a sociedade.

No tema da reforma administrativa, que também é obsessão do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), há duplo objetivo do governo. De um lado, pretende transferir a infraestrutura de produção de bens e serviços do Estado, construído com recursos públicos, para o setor privado explorar em bases lucrativas. De outro, retirar direitos e reduzir o “prêmio” salarial do servidor, para usar a linguagem do Banco Mundial, um dos defensores

de reformas em bases neoliberais no serviço público.

O texto da reforma administrativa – com o fim do regime jurídico único, da estabilidade e do princípio da irredutibilidade salarial, com mudança nas regras de progressão, na promoção e no estágio probatório, e com a redução do número de cargos e carreiras e do salário de ingresso na administração pública – deve ser encaminhado ao Congresso logo no início do segundo semestre deste ano.

É preciso lembrar que a Lei Complementar nº 173/20, recentemente aprovada, congelou, até 21 de dezembro de 2021, os salários e todos os benefícios sociais dos servidores públicos, depois de dois anos sem reajuste. Além disso, alterou em caráter permanente a Lei de Responsabilidade Fiscal para impedir: a) a concessão de qualquer vantagem ao servidor nos períodos de calamidade pública; b) o pagamento de reajuste ou benefício com efeito retroativo; e c) o parcelamento de reajuste em período superior ao mandato do titular do poder ou órgão.

O escopo da reforma administrativa, a julgar pelas declarações e sinalizações da equipe econômica, não se limitará à redução de gasto com pessoal. Pretende ir além para rever o papel do Estado no fornecimento de bens e prestação de serviços diretamente à população, os quais seriam inicialmente e gradualmente transfe-

ridos para instituições sem fins lucrativos, como as organizações sociais e serviços sociais autônomos, e posteriormente para empresas com fins lucrativos ou mesmo mediante o fornecimento de “voucher” para aquisição desses bens e serviços no mercado.

Na questão previdenciária, igualmente há dois objetivos. O primeiro destina-se aos atuais segurados e teria a finalidade de rever as regras de transição, especialmente dos servidores públicos. E o segundo teria por finalidade a adoção do regime de capitalização, que seria destinado aos futuros trabalhadores, sob o argumento principal de geração de empregos. A ideia de “revisitar” a reforma da Previdência, para rever as regras de transição, partiu do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, que considera que a reforma oriunda da Emenda Constitucional nº 103 só atingiu os futuros segurados. Já a proposta de adoção do regime de capitalização para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que já foi rejeitada na discussão da “reforma da Previdência”, é do ministro da Economia, Paulo Guedes, que declarou a intenção de propor a mudança como forma de criar incentivos para a criação de empregos, especialmente para os jovens.

É inacreditável que o período de pandemia do coronavírus, que demonstrou ao mundo inteiro a importância do Estado no esforço de salvar vidas, não tenha sido suficiente para

demover as autoridades do Poder Executivo brasileiro do desmonte do Estado e dos direitos de sua população. Em nome do fundamentalismo de mercado vai continuar insistindo no receituário neoliberal, na contração do resto do mundo, que vem fortalecendo as instituições do Estado na proteção de seus cidadãos. E, para isso, pretende aproveitar-se da desorganização da economia e das próprias finanças públicas causada pela calamidade, mostrando um oportunismo e insensibilidade atrozes.

O desafio do campo democrático e popular, além da resistência às propostas de desmonte, é apresentar alternativas que priorizem o combate às desigualdades, de um lado sugerindo uma lei de responsabilidade social que possa responsabilizar os governos por omissões na proteção dos vulneráveis, assim como existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, e, de outro, propondo um programa de renda básica universal para socorrer os desalentados, vítimas do desemprego e do desprezo governamental. Além disso, é urgente propor alternativas de financiamento da Previdência, que não terá como se manter tendo a folha salarial como principal fonte. Por fim, não apenas devem ser rechaçadas novas reformas constitucionais como se impõe manter erguida a bandeira da revogação da Emenda do Teto de Gastos, que já é, por si só, um instrumento de ajuste fiscal da maior gravidade.

12 – REFORMA ADMINISTRATIVA: DESMONTE DOS SERVIÇOS E DOS DIREITOS DOS SERVIDORES

16/09/2020

A PEC foi concebida para desorganizar o serviço público, punir os atuais e submeter os futuros servidores públicos a regras draconianas de gestão de pessoal

Desde o golpe que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, os trabalhadores e servidores públicos têm sido alvo de uma investida jamais vista em termos de desregulamentação, flexibilização ou supressão de direitos.

Ali nasceu um movimento articulado que envolveu as forças de mercado e os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – voltado para a redução da presença do Estado no provimento de bens e serviços, para a desregulamentação de direitos e a regulamentação de restrições, e para a privatização dos serviços públicos.

No curto espaço de tempo do governo Temer, sob o guarda-chuva da agenda “Ponte para o Futuro”, esse movimento conseguiu aprovar três reformas estruturais: 1) a reforma trabalhista; 2) a terceirização generalizada; e 3) a Emenda Constitucional 95, do teto de gasto, além de ter criado as

condições para viabilizar a reforma da Previdência.

Na sequência vem o governo Bolsonaro que aprofunda essa agenda em bases neoliberais, propondo o chamado “Plano Mais Brasil”, que incluiu: 1) a PEC 6/2019 (reforma da Previdência); 2) a PEC 186/19 (PEC emergencial ou da regra de ouro); 3) a PEC 188/19 (pacto federativo); e 4) a PEC 32/2020 (reforma administrativa).

A reforma administrativa, portanto, vem num contexto de desmonte e tem como pano de fundo uma série de motivações que não guardam nenhuma relação com a qualidade do serviço público. São basicamente de cunho político-ideológico, para não dizer persecutório, e liberal-fiscal. Embora o discurso seja “a promoção, no âmbito do setor público, de maior eficiência na gestão dos recursos humanos e na provisão de serviços à sociedade, e não a redução das despesas de pessoal”, na verdade o que se vê é exatamente o oposto disso, ou seja, uma proposta que não somente desestrutura a administração e o serviço público, como viabiliza a redução da despesa.

O diagnóstico governamental, do ponto de vista ideológico, é de que o Estado: 1) é inchado em termos de pessoal; 2) é ineficiente em termos de desempenho institucional; 3) é contrário ao mercado e ao capitalismo;

e 4) está capturado ou ocupado pela esquerda/comunistas.

Sob o ponto de vista liberal-fiscal, a visão governamental, igualmente, é de que o Estado: 1) é perdulário e gasta mal; 2) seus servidores ganham muito e trabalham pouco; e 3) está associado à corrupção. É uma campanha permanente de desqualificação do Estado e suas instituições, que retoma o mesmo discurso das reformas de Collor (1990) e de Fernando Henrique Cardoso (1995).

E, em nome do combate à corrupção e do “desaparelhamento” do Estado, bem como da defesa do controle e do equilíbrio das contas públicas, é que o governo propõe: 1) reduzir a máquina pública; 2) diminuir a presença do Estado no fornecimento de bens, e na prestação de serviços e programas sociais; 3) reduzir o número de servidores, mediante a transferência de atribuições da União para os entes subnacionais ou para as Organizações Sociais (OS) ou Serviços Sociais Autônomos, além de automatizar e digitalizar os serviços; 4) reduzir a regulação, o controle e a fiscalização; e 5) expurgar a esquerda do governo.

Nessa perspectiva, a PEC foi concebida para desorganizar o serviço público, punir os atuais e submeter os futuros servidores públicos a regras draconianas de gestão de pessoal. Ela propõe: a) mudanças nos princípios da administração pública; b) inclusão

de vínculo público em substituição ao conceito de cargos e funções públicas; c) criação de cargo com vínculo por prazo indeterminado, com cargos sem estabilidade e cargos com estabilidade, no caso de cargo típico de Estado; e d) criação de “vínculo de experiência” com desempenho satisfatório, que pode ser de um ou dois anos, entre a aprovação preliminar em concurso e a nomeação, seguido de estágio probatório de um ano.

Entre outros aspectos, acaba com o regime jurídico único, acaba com a estabilidade para todos os cargos que não sejam considerados típicos de Estado, e institui três regimes estatutários: um por prazo indeterminado, um por prazo determinado, e um para cargos de liderança e assessoramento. Para os cargos com prazo indeterminado, o texto prevê os cargos típicos de Estado, que terão estabilidade, e os demais, sem estabilidade.

Sobre as formas de ingresso, a PEC prevê a via do concurso público, de provas ou de provas e título, para os cargos por prazo indeterminado, e de processo seletivo simplificado para os cargos por prazo determinado, além de livre nomeação para os cargos de liderança e de assessoramento, que substituem as funções comissionadas e os cargos de livre provimento de chefia, direção e assessoramento.

Dessa forma, quem for aprovado em concurso de provas ou provas e títulos assume como *trainee* por um ano, no caso de cargo em geral, e por dois anos, em caso de cargo típico de Estado, devendo estar entre os mais bem avaliados para passar para a próxima fase, do estágio probatório de um ano, durante o qual também deverá ter “desempenho suficiente”. E, após esse prazo, apenas os cargos típicos de Estado terão estabilidade, mas com ampliação das possibilidades de demissão.

A dispensa de ocupante de cargo típico de Estado ocorrerá mediante: a) decisão judicial transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, ainda que caiba recurso; b) processo administrativo, com ampla defesa, como já é previsto; e c) avaliação periódica de desempenho, mas disciplinada em lei ordinária, e não mais em lei complementar.

Os Cargos de Liderança e Assessoramento, que substituem as funções de confiança e cargos de livre provimento, ganham novas atribuições, mas com expressiva ampliação de seu emprego. Desaparece a previsão de que cargos e funções sejam reservados a servidores de carreira, e esses cargos de Liderança e Assessoramento poderão alcançar atividades com responsabilidades estratégicas, gerenciais ou técnicas, que incluem áreas com poder de polícia, como fiscalização tributária, trabalhista, ambiental, entre outras. Desde

a EC 19/98, cargos e funções comissionadas são restritos a atividades de direção, chefia e assessoramento.

Também serão revogadas a previsão de planos de carreira na administração pública, a obrigatoriedade de que a União e os estados e o Distrito Federal mantenham escolas de governo para a qualificação de servidores, e as regras básicas sobre o sistema remuneratório.

A PEC remete para a lei complementar a competência para disciplinar: 1) gestão de pessoas; 2) política remuneratória e de benefícios; 3) ocupação de cargo de liderança e assessoramento; 4) organização da força de trabalho no serviço público; 5) progressão e promoção funcionais; 6) desenvolvimento e capacitação de servidores; e 7) duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas.

Essa lei complementar, porém, não será aplicada aos membros de instituições e carreiras disciplinadas por lei complementar específica prevista na Constituição.

Além da lei complementar, vários pontos serão regulamentados em lei ordinária pelos entes, como: os cinco tipos de “vínculo” a serem disciplinados: experiência; por prazo indeterminado sem estabilidade; por prazo indeterminado, com estabilidade (cargos típicos de Estado); por prazo determinado; e de liderança e assessoramento.

As contratações temporárias são ampliadas, podendo acontecer por: 1) necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralisação de atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço; 2) atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e 3) atividades ou procedimentos sob demanda.

Além disso, a PEC permite contratos de gestão como porta de entrada ilimitada no serviço público, permitindo que União, Estados, Distrito Federal e Municípios possam, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicas e privadas, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

Por fim, extingue uma série de direitos, porém exclui os militares, os magistrados e membros do Ministério Público: licença-prêmio; reajuste retroativo; adicional por tempo de serviço; adicional de indenização por substituição não efetiva; redução de jornada sem redução de salário; progressão e promoção automática ou apenas por tempo de serviço; incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções; férias superiores a 30 dias etc.

A PEC amplia os poderes do presidente da República para dispor, por decreto, sobre a extinção de cargos, transformações, fusões e extinções de órgãos ou entidades, inclusive autarquias, a criação de órgãos sem aumento de despesa, além de alterações de carreiras e cargos, exceto cargos típicos de Estado. Ou seja, amplia o espaço para perseguição política e extinção de cargos, carreiras ou até órgãos cuja atuação desagrade ao governo de plantão, sem a necessidade do aval do Legislativo. Isso representa uma carta em branco para a reorganização da administração pública a partir de estudos do Ministério da Economia, sem transparência e diálogo e com base nas recomendações do Banco Mundial, com o objetivo de aumentar mobilidade e transversalidade dos cargos e carreiras e a alteração de suas atribuições; reduzir salário e retardar crescimento na carreira; eliminar ou fundir carreira ou mesmo dar tratamento diferenciado a cargos de uma carreira com mais de um cargo. Trata-se do retorno a um modelo altamente centralizador e autoritário de gestão, já vivenciado no Estado Novo de Vargas, quando criou o Dasp, e na ditadura militar, após a edição do Decreto-Lei 200/67.

Na propaganda oficial, o governo diz que os atuais servidores não serão atingidos, mas serão fortemente afetados nas seguintes dimensões:

1. Estabilidade – passará a poder ser demitido por decisão

por trânsito em julgamento, por decisão judicial colegiada e por insuficiência de desempenho, cuja regulamentação será feita por lei ordinária ou MP e não mais por lei complementar;

2. Proíbe a progressão e promoção com base apenas em tempo de serviço, ficando condicionadas, em caráter obrigatório, à avaliação de desempenho;
3. Perde o direito de ocupar cargo de livre provimento, pois estão sendo eliminadas as cotas de cargos que deveriam ser ocupados apenas por servidor de carreira;
4. Permite a destituição de comissionados por motivação político-partidária, mesmo que o servidor seja concursado;
5. Amplia o escopo de atuação dos cargos de livre provimento, agora batizados de “liderança” e “assessoramento” para funções estratégicas, técnicas e gerenciais;
6. O servidor enquadrado como cargo típico de Estado não poderá realizar nenhuma outra atividade remunerada, nem mesmo acumular cargos públicos, exceto de professor;

7. Acaba com o RJU;
8. Atribui plenos poderes ao presidente para, por decreto, extinguir cargos, planos de carreiras, colocar servidor em disponibilidade e extinguir órgãos, inclusive autarquias;
9. Mesmo não havendo redução salarial, a referência remuneratória passará a ser do novo servidor, cujo salário de ingresso será bem menor, criando constrangimento ao antigo servidor e legitimando o congelamento salarial em longo prazo; e
10. Quem se licenciar para exercer mandato sindical, político, estudar e acompanhar parente doente perderá o direito de receber retribuição de posto comissionado, gratificações de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias, etc.

A proposta, como se vê, representa um verdadeiro desmonte dos serviços e dos direitos dos servidores públicos. É a “granada” no bolso do servidor, que Paulo Guedes mencionou na fatídica reunião de abril de 2020.

É preciso ficar de olho nas PECs do Senado e também na reforma administrativa na Câmara, pois ambas pretendem promover uma grande re-

forma do Estado. O objetivo é substituir a prestação de serviço por distribuição de *voucher* à população carente para comprar bens ou serviços no setor privado, convertendo direitos universais e a prestação do serviço público em favor dos governantes, e o servidor, de agente do Estado, em refém do governo de turno.

Eis aí o retrato da reforma.

13 – OS FRACASSOS DO GOVERNO BOLSONARO EM TRÊS DIMENSÕES

10/11/2020

O governo do presidente Jair Bolsonaro, sob qualquer perspectiva que se avalie, apresenta falhas, insuficiências ou descompromissos com as funções para as quais foi eleito: chefe de governo, chefe de Estado e líder da Nação. Neste texto, vamos analisar três dimensões da atuação governamental: na produção legislativa no primeiro ano de mandato, tendo como parâmetro o primeiro ano de quatro presidentes anteriores, na qualidade ou conteúdo das políticas públicas propostas nestes dois anos de governo e na relação intergovernamental com os entes subnacionais.

Mede-se a efetividade de um governo, entre outros critérios, pela capacidade de manter controle sobre

sua agenda política, pela capacidade de atender às demandas da população, com políticas públicas de qualidade e inclusivas, e também pela capacidade de coordenação intergovernamental, na relação com os entes subnacionais – Estados e Municípios. E em todos esses quesitos o governo Bolsonaro falhou. Para medir o controle da agenda, consideramos o número de leis aprovadas, o número de medidas provisórias que perderam eficácia ou foram rejeitadas e a quantidade de vetos derrubados pelo Congresso Nacional, conforme segue.

Em levantamento realizado por mim sobre a quantidade de leis ordinárias que tiveram iniciativa no Poder Executivo no primeiro ano de mandato de quatro presidentes da República do Brasil, o governo Bolsonaro foi o único em que o número de leis de iniciativa do Poder Legislativo superou as de iniciativa do Poder Executivo, numa clara demonstração de debilidade de relacionamento com o Congresso Nacional. Considerou-se o período de fevereiro a fevereiro e não de janeiro a dezembro porque, em começo de mandato, as sessões legislativas se iniciam em fevereiro.

Tabela 1: Leis ordinárias aprovadas no Congresso por governo

Governo	Período	Executivo	Legislativo	Judiciário	Nº total de Leis
FHC	01/02/1995 a 01/02/1996	210	61	10	281
Lula	01/02/2003 a 01/02/2004	145	45	7	197
Dilma	01/02/2011 a 01/02/2012	105	89	21	215
Bolsonaro	01/02/2018 a 01/02/2019	79	90	1	170

Fonte: elaboração do autor

Como se nota na tabela, em relação à iniciativa das leis, enquanto no governo FHC a relação entre Executivo e Legislativo era de 210 para 61, no governo Lula de 145 para 45, no governo Dilma de 105 para 89, no governo Bolsonaro foi de 79 a 90, com o Poder Legislativo superando o Poder Executivo na produção legislativa de sua iniciativa.

Quanto ao número de Medidas Provisórias (MPV) convertidas em lei, considerando o período em que passou a ser proibida a reedição de MPV, foi tam-

bém o governo Bolsonaro quem teve o pior desempenho. Embora na tabela abaixo apareça o governo FHC, mas no período dele era possível editar MPV e todas as reeditadas foram tidas como se tivessem perdido a eficácia, o que distorce a estatística.

Tabela 2: Medidas Provisórias que perderam a eficácia

Governo	Ano	Transformadas em lei	Perda de eficácia /rejeição/revogação	Total
FHC*	1995	42	328	370
Lula	2003	57	1	58
Dilma	2011	30	6	36
Bolsonaro	2019	22	26	48

*No 1º ano do 1º mandato de FHC, as medidas provisórias podiam ser reeditadas e ele abusou da reedição. Só em 2001, com a vigência da Emenda Constitucional nº 32/2001, é que houve a proibição de reedição.

Como se nota da tabela, enquanto nos governos Lula e Dilma houve, respectivamente, uma e seis MPVs que perderam a eficácia, no governo Bolsonaro 26 deixaram de ser apreciadas dentro do prazo de 120 dias, caracterizando mais uma demonstração de descontrole da agenda legislativa de seu governo.

Em relação ao número de vetos derrubados pelo Congresso Nacional, igualmente, foi no governo Bolsonaro que houve a maior quantidade. Embora até 2012 não houvesse a obrigatoriedade de votação em 30 dias, matéria publicada no Jornal Estado de Minas Gerais, edição de 14 de agosto de 2020, informa que no governo Bolsonaro houve uma perda de controle dos vetos presidenciais, conforme segue:

"Jair Bolsonaro se tornou, na quarta-feira, 13, o presidente da República com mais derrotas em votações de vetos no Congresso. Desde que assumiu o governo, em janeiro do ano passado, Bolsonaro teve 24 decisões revertidas pelos parlamentares, o que corresponde a um terço do total de projetos barrados pelo presidente e analisados pelo Legislativo no período. O número é maior do que a soma de todos os reveses sofridos pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que permaneceram oito anos na Presidência."

.....

A comparação com governos anteriores mostra que a derrubada de um veto presidencial era algo raro. Na gestão Lula (PT), por exemplo, foram derru-

bados apenas dois dos 357 itens vetados (0,56%). Até então, Michel Temer (MDB), que ficou pouco mais de dois anos no cargo, era o presidente que mais registrava derrotas deste tipo, com 21 reveses (16,4% do total)".

Neste ponto sobre a relação com o Congresso, pelo menos no primeiro ano de mandato, o governo Bolsonaro foi um completo fracasso. Isso se deve, em grande medida, ao descompromisso com aquilo que propõe, ao descaso para com o Congresso, que até recentemente hostilizava, e principalmente à incapacidade de articulação política.

Quando se analisa o conteúdo das iniciativas legislativas do Governo, nota-se claramente que se trata de um governo insensível socialmente, liberal economicamente, e fiscalista do ponto de vista da gestão, na medida em que busca, de um lado, abrir o Estado à iniciativa privada, e, de outro, controlar o gasto público apenas pelo lado da despesa, cortando direitos e gastos sociais, sem qualquer preocupação em melhorar a arrecadação para custear políticas públicas de interesse da população.

Em nível constitucional, por exemplo, as principais propostas do governo Bolsonaro se destinam a aprofundar o ajuste fiscal e o desmonte do serviço público, sempre pelo lado da despesa, buscando o corte de direitos, cuja consequência é a redução da presença dos mais

pobres no orçamento. São exemplos a PEC 6/2019, da reforma da previdência, transformada na Emenda Constitucional nº 103, que aumentou a idade mínima e o tempo de contribuição e diminuiu o valor dos benefícios previdenciários; as PECs 186/2019 e 188/2019, conhecidas respectivamente como PEC Emergencial e do Pacto Federativo, apresentadas pelo líder do governo no Senado, com o propósito de ampliar o congelamento do gasto público, e mais recentemente a PEC 32/2020, da reforma administrativa, que desorganiza o serviço público.

Caso venham a ser aprovadas, essas três PECs (Emergencial, Pacto Federativo e Reforma Administrativa), os governos federal, estadual e municipal ficam impedidos de criar novas políticas públicas que resultem em gasto permanente, na medida em que está prevista a suspensão automática de todas as despesas permanentes sempre que se configurar uma das seguintes situações: 1) o teto de gasto for ultrapassado, 2) a regra de ouro for descumprida, 3) for ultrapassado o limite de gasto com pessoal, e 4) a despesa corrente superar a receita corrente. Se qualquer dessas hipóteses vier a acontecer, é acionado um gatilho que congela os gastos, autoriza a redução de jornada com redução de salários do servidor público, além de proibir novos concursos e contratações na administração pública. Essa proibição de aumento de gasto também vale para os direitos sociais do

artigo 6º da Constituição (educação, saúde, alimentação, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados), assim como para os benefícios previdenciários e assistenciais e os programas sociais mantidos pelos três níveis de governo, que também ficam proibidos de realizar novos concursos e contratações na administração pública.

Em nível de lei ordinária, podemos citar as Medidas Provisórias (MPV) nº 873/2019, que asfixiava financeiramente as entidades sindicais, proibindo o desconto em folha; nº 905/2019, destinada a instituir a Carteira Verde e Amarela, com a precarização de direitos trabalhistas e previdenciários; nº 922, que autorizava a contratação temporária, sem limite, de servidores públicos, burlando o princípio do concurso público; e nº 927/2020, que, entre outras propostas absurdas, permitia a redução de jornada e salário, inclusive a suspensão do contrato de trabalho, por acordo individual direta entre patrões e empregados. Felizmente, todas essas MPs perderam a eficácia.

Na relação intergovernamental, com os entes subnacionais – estados e municípios – o governo Bolsonaro, igualmente, se relevou um fracasso no enfrentamento à Covid-19. Incapaz de coordenar e articular ações conjuntas, não apenas abandonou como também hostilizou os governos estaduais e municipais durante o período

da pandemia, questionando o isolamento social decretado por prefeitos e governadores, além de se omitir no enfrentamento à maior crise sanitária e de saúde pública a que o País foi submetido. Não fosse o Congresso Nacional, de um lado tomando iniciativas legislativas, como o Orçamento de Guerra, a Lei Complementar 173/2020, com ajuda aos estados e municípios, e a lei ordinária de ajuda humanitária de R\$ 600,00, e, de outro, as ações de combate à pandemia lideradas por prefeitos e governadores, a população teria sido largada à própria sorte.

Como se pode depreender desse pequeno balanço, o governo Bolsonaro se revela ineficaz do ponto de vista operacional, desastroso, do ponto de vista político, e insensível do ponto de vista social. Esperamos que a vitória de Joe Biden para a presidência dos Estados Unidos, que impediu a reeleição de Donald Trump, um governante cujo estilo, o *modus operandi*, é imitado pelo governo Bolsonaro, sirva de exemplo aos brasileiros para que, caso não seja possível interromper o atual mandato, em 2022 se derrote nas urnas esse projeto anti-social e anti-nacional patrocinado por Bolsonaro e cia

14 – PÓS-VERDADE, FAKE NEWS, DEMOCRACIA E TECNOLOGIA: QUE FAZER?

28/09/2020

A expressão “pós-verdade”, embora menos conhecida que sua principal ferramenta de disseminação, as “fake news”, já circula com certa frequência em debates ou em veículos de comunicação, porém pouca gente sabe exatamente o que significa. Com o propósito de explicar seu significado e alcance, fomos buscar apoio, entre outros, no texto seminal “Além da desinformação: entendendo e lidando com a era da “pós-verdade”, de autoria de pesquisadores estrangeiros[1], que estudaram em profundidade esse fenômeno que afronta a racionalidade e assombra a ciência. O artigo dos pesquisadores explora a crescente abundância de desinformações na esfera pública, como ela influencia as pessoas e como combatê-la.

O mundo da pós-verdade, segundo os pesquisadores, surgiu como resultado de megatendências sociais, como o declínio do capital social, a crescente desigualdade econômica, o aumento da polarização, a diminuição da confiança na ciência e um cenário cada vez mais fracionado da mídia. De um lado, tem como fundamento a negação da ciência e o apelo às emoções e às crenças, em detrimento da razão e da objetividade. E, de outro,

utiliza como meio de disseminação as novas tecnológicas digitais, especialmente por intermédio das redes sociais da internet, manipulando dados, informações, fatos, acontecimentos e argumentos em reforço das ideias que patrocina.

Em estudo publicado em março de 2018 pela Revista Science, Soroush Vosoughi, Deb Roy e Sinan Aral demonstraram, com base em dados de 126 mil postagens distribuídas entre 2006 a 2017 pelo *Twitter*, que notícias falsas se difundiram significativamente mais em termos de amplitude e velocidade do que a verdade em todas as categorias de informação, e os efeitos foram mais pronunciados para notícias políticas falsas do que para notícias falsas sobre terrorismo, desastres naturais, ciência, lendas urbanas ou informações financeiras. Assim, as notícias falsas se disseminaram seis vezes mais rápido do que notícias verdadeiras. E embora o uso de robôs tenha acelerado a disseminação de notícias verdadeiras e falsas no mesmo ritmo, as fake News se espalham mais do que a verdade porque os humanos, não os robôs, são mais propensos a difundi-las[2].

Tendo como pano de fundo o combate à globalização, a doutrina da “pós-verdade” – que se apresenta como um “mercado de opinião livre”, em que todos opinam sobre tudo”, porém sem qualquer compromisso com os fatos e com a verdade – foi concebida e é financiada para sustentar o

neoliberalismo, na economia, e o conservadorismo, nos valores, contando com políticos populistas e de direita para fazer a defesa desses postulados. É um fenômeno difícil de combater porque, com o nítido sentido de confundir, é associado a postulações factuais, buscando dar sentido de novidade e de evidência à narrativa, de um lado, e, de outro, porque foge do racional, e busca dividir as pessoas e instituições despertando nelas comportamentos, reações e sentimentos de rejeição e até de ódio a quem pense diferente.

Trata-se, sem dúvida, de uma situação que convém, sobretudo, aos agentes econômicos que lucram com essa situação: ela coloca em cheque questões vitais, como o aquecimento global ou a gravidade da pandemia Covid-19, como bem demonstrado no documentário “The Social Dilemma” (O Dilema das Redes), de Jeff Orlowski, de 2020, permitindo que informações não verificadas alcancem um grande público a custos reduzidos, gerando opiniões desinformadas, volúveis, e facilmente manipuláveis, e que geram divisões na sociedade que afastam as pessoas de problemas reais, provocam a perda da confiança e até mesmo impedem o diálogo político.

A forma de fazê-lo é sofisticada porque substitui o debate sobre ideias, programas, conteúdo ou solução de problemas por julgamentos morais, especialmente quando embalada por teorias conspiratórias. A

estratégia de comunicação consiste em associar movimentos, partidos ou instituições – que defendem os interesses coletivos, a solidariedade, a justiça, o humanismo, a proteção dos mais necessitados, bem como a ciência, os direitos humanos e o meio ambiente – com práticas que agridem a fé, os valores, os costumes e a moral de milhões de brasileiros.

Esse método de abordagem, que desloca o debate das ideias, dos programas e da solução dos problemas para julgamentos morais, apontando supostos culpados por problemas que afligem as pessoas, foi inventado como forma de evitar a perda de muitos seguidores, adeptos e eleitores, que, sabendo da verdade, não seguiriam nem elegeria seus verdadeiros algozes. Essa forma de fazer política tem prejudicado o meio ambiente, os direitos humanos e a saúde das pessoas, pois, ao negar a ciência, muitas pessoas deixam de vacinar seus filhos, e ao responsabilizar os adversários da pós-verdade pelos problemas desloca o debate para disputas irracionais, persistindo a prática que deseja preservar ou evitando a solução do problema, como atribuir às queimadas aos caboclos ou índios, por exemplo.

O nível de manipulação é inacreditável. Os pesquisadores dão exemplos da forma de manipulação em duas dimensões. Um exemplo trata da estratégia do “falso especialista”, lembrando a chamada “peti-

ção de Oregon”, um abaixo-assinado de 31.000 signatários, subscrita por pessoas com bacharelado em ciências, com o propósito de negar que o aquecimento global é causado pelo homem, que é apresentada como se fosse opinião de especialistas. Outro exemplo, que passa a impressão de volume e intensidade, é a criação de perfis falsos na internet, por meio dos quais pequenos grupos de operadores, valendo-se ou não de robôs para impulsionar conteúdos, podem criar a ilusão de opinião generalizada.

Segundo os pesquisadores, a desinformação na era da pós-verdade não pode mais ser vista apenas como uma falha isolada ou individual de cognição (incapacidade de processar informações) que poderia ser corrigida com ferramentas de comunicação apropriadas, mas também como algo que deve incorporar a influência de epistemologias (estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências) alternativas que desafiam os padrões convencionais de evidência. Para eles, o enquadramento do mal-estar “pós-verdade” como “desinformação” não capta o estado atual do discurso público: o problema da “pós-verdade” não é uma mancha no espelho, mas o espelho com uma janela para uma realidade alternativa.

A abordagem de enfrentamento à pós-verdade, portanto, deve evitar confrontar a visão de mundo das pessoas, pois, tendo sua visão desafiada,

a crença delas em falsas notícias pode até se aprofundar. Os pesquisadores recomendam duas formas eficazes de fazer correções: 1) não se deve desafiar a visão de mundo das pessoas, sendo mais eficaz persuadi-las por intermédio de gráfico ou afirmando a autoestima dos destinatários; e 2) as correções devem explicar por que a desinformação foi disseminada em primeiro lugar, como forma de personificar ou desafiar a visão da pessoa.

De fato, para ser eficaz no combate à “pós-verdade”, é preciso ter muito cuidado com a narrativa e a forma de abordagem. As pessoas que embarcam nesse mundo da “pós-verdade”, como sujeito ou objeto, estão com a sensação de pertencimento e de empoderamento, tanto porque se sentem “valorizadas” por receberem as informações falsas e serem estimuladas a reproduzi-las e disseminá-las, quanto porque se acham empoderadas, na medida em que reproduzem as notícias falsas e já tem até “seguidores”.

As respostas à era da “pós-verdade”, de acordo com os pesquisadores, requer considerar um contexto político, tecnológico e social maior no qual a desinformação se desdobra, devendo incluir soluções tecnológicas que incorporem princípios psicológicos (funções mentais como sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, motivação, aprendizado, etc), mediante uma abordagem interdisciplinar, que descrevem

como “tecnocognição”, para conhecer e desconstruir o projeto de arquiteturas de informação que encorajam a disseminação de desinformação.

A política da “pós-verdade”, afirmam os pesquisadores, constitui-se em ferramenta numa luta pelo poder e sobre a natureza das democracias ocidentais, e a comunicação por si só não pode resolver conflitos políticos tão profundamente enraizados. Em vez disso, sua resolução requer mobilização política e ativismo público. Deste modo, o mal estar da “pós-verdade” só será resolvido quando houver motivações suficientes entre os políticos e o público para estar bem informado, quando houver incentivos políticos, sociais e profissionais para informar adequadamente, e quando a percepção do senador Daniel Patrick Moynihan, de que “cada um tem direito a sua própria opinião, mas não a seus próprios fatos”, se tornar consensualmente aceita em ambos os lados da política.

E, como afirma a Dra. Cathy O’Neil, autora de *“The Weapons of Math Destruction – How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy”*, publicado em 2016, no documentário “O Dilema das Redes”, esse é um problema a ser resolvido pelos humanos, e não pela tecnologia. Somente o Ser Humano será capaz de definir o que seja “verdade”, de definir um padrão socialmente aceitável do que seja a “verdade”, em lugar de defini-la a partir de “cliques”, “likes” ou repetições.

Como diz O’Neil, “este problema está na base dos outros, porque se não concordarmos sobre a verdade, não conseguiremos resolver nenhum dos nossos problemas.”

Quanto mais se conhecer sobre o que é e como enfrentar a “pós-verdade” melhor. Assim, recomendamos a leitura de dois outros textos sobre o tema. O primeiro, sob o título “Em tempos de pós-verdade e de redes sociais”[3], e o segundo sob título “O que são as fake news, afinal”[4]. Ambos buscam mostrar o real significado dessas expressões e o mal que esse modo de fazer política representa, envolvendo as pessoas de tal forma que é muito difícil mostrar a elas que estão sendo enganadas sem ofendê-las.

Notas:

[1] Stephan Lewandowsky, da Universidade de Bristol, Reino Unido; Uilrichk K. H. Echer, da Universidade da Austrália Ocidental; e John Cook, da George Maons University, Estados Unidos, no artigo “Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the “Post-Truth” Era”, publicado no *Journal of Applied Research in Memory and Cognition* 6 (2017) 353-369.

[2] VOSOUGHI, Soroush, ROY, Deb & ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science* 359, 1146-1151 (2018).

[3] <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaio/colunas/em-tempos-de-pos-verdade-e-de-redes-sociais/>

[4] <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaio/opiniaio/o-que-sao-as-fake-news-afinal/>

15 – O QUE FAZER PARA PACIFICAR O PAÍS?

22/7/2019

Para pacificar o País é preciso distensionar as relações pessoais e sociais, desinterditar o debate, descriminalizar as instituições democráticas e os agentes políticos, praticar a tolerância política, fortalecer a cidadania e fugir da mania de transformar divergência em agressão.

Distensionar as relações passa por diálogo, por compreensão, por busca de equilíbrio e, principalmente, por respeito. O fundamentalismo, em grande parte, é responsável pela discórdia porque é uma crença cega, que não é capaz de contextualizar os fatos em seu tempo histórico.

Como regra, pela natureza das relações em comunidade, temos mais convergência que divergência. Entretanto, temos a propensão de priorizar a divergência em detrimen-

to da convergência. Precisamos controlar nossos instintos “primitivos”. Somos seres humanos.

Se países com interesses antagônicos mantêm relações diplomáticas e negociam acordos e tratados internacionais, porque os brasileiros, que falam a mesma língua, habitam o mesmo território, têm interesses semelhantes, não conseguem se relacionar civilizadamente? Algo está muito errado!

Evidentemente que nações desenvolvidas também são submetidas a situações semelhantes. Desinterditar o debate, por sua vez, passa por priorizar os conteúdos em substituição aos meros julgamentos morais.

Devemos identificar os problemas comuns, propor soluções e não apenas apontar supostos culpados. Uma das principais motivações da interdição do debate é que os brasileiros, em lugar de priorizarem o diálogo sobre políticas públicas que possam resultar em justiça, em igualdade e em liberdade, preferem explorar reações e emoções, ampliando a polarização.

Como para o senso comum é mais fácil a compreensão de temas polêmicos (como família, religião, futebol e patriotismo), do que de outros mais complexos (como macroeconomia, compreensão do funcionamento das instituições e da própria democracia), os líderes populistas se apro-

veitam dessa situação para inserir suas visões de mundo na mente das pessoas.

Afinal de contas, boa parte da sociedade parece ser capaz de concordar ou discordar de temas como aborto, casamento gay – temas morais – mas poucos são capazes de debater em alto nível temas como a reforma da previdência, tributária, etc.

O diálogo sobre o conteúdo da política pública, que é objetivo, pode estabelecer laços de pertencimento entre diferentes, especialmente se os problemas e soluções identificados atingirem a todos, diferentemente dos julgamentos morais, que mais dividem do que unem.

Quem, em sã consciência, poderia ser contra, por exemplo: a) a política de proteção social; b) a utilização dos recursos públicos para combater desigualdades regionais e de renda; c) a inclusão social de vulneráveis e excluídos?

Com calibragem na linguagem é perfeitamente possível, sem abrir mão de valores e convicções, dialogar e conviver, pacífica e amistosamente, com a diversidade, bastando que respeitemos a opinião alheia.

Vivemos um momento de muita intolerância política, com esquerda e direita, situação e oposição se hostilizando reciprocamente. Precisamos desenvolver a capacidade de controlar nossos impulsos, controlar

nossa cólera e não nos deixar envenenar por palavras.

Desde as manifestações de 2013, quando os brasileiros já vinham externando, de modo mais ostensivo, suas divergências sobre a condução do País, e isso se ampliou nas eleições de 2014, chegando ao apogeu durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma.

A eleição de Jair Bolsonaro acirrou ainda mais os ânimos e a divisão entre os brasileiros, que se assumiram com os rótulos de esquerda e direita, sendo considerados de esquerda os defensores dos governos do PT e também os que discordam do atual governo e de direita a maioria dos adeptos do antipetismo e os bolsonaristas.

A percepção de degradação moral do País, exposta de modo ostensivo pela Lava-Jato, e agravada pelas fake news, de um lado, e a facilidade de comunicação, via redes sociais, de outro, potencializaram esse comportamento de torcida entre os brasileiros.

Com a Lava-Jato, operação que rapidamente transformou-se em caça às bruxas, foi entalhada a retórica de que a crise fiscal pela qual o Brasil atravessa é consequência única e exclusiva da má conduta dos agentes políticos, o que não é totalmente verdade.

Os dois ingredientes necessários para alimentar e difundir o conflito estavam presentes: a mensagem, no caso a suposta degradação moral do Brasil associada a um partido de massas, e o meio, no caso a internet.

O fenômeno da internet, com acesso fácil e gratuito, deu voz aos ignorantes (incultos, brancos ou boçais) que, sentindo-se empoderados, se tornaram arrogantes e formaram verdadeiros exércitos digitais para espalhar boatos e notícias falsas, por desconhecimento ou má-fé.

Aliás, a mistura de arrogância com ignorância, que Roberto Campos, economista, ex-senador, ex-deputado e ex-ministro do Planejamento do governo Castello Branco, para se referir pejorativamente à esquerda, chamava de “arrogância”, tomou conta das redes sociais e agora é quase monopólio da direita bolsonarista.

Essa é uma junção perigosa, que pode levar ao autoritarismo, especialmente quando estimulada pelos governantes de plantão. Por isso é urgente conter esse movimento insano. E para isto, a senha é a tolerância.

Praticar a tolerância é, sobretudo, respeitar os limites alheios, compreender os déficits de informação e educação formal. É preciso substituir a indiferença e a agressão pela generosidade. A carência de formação das pessoas, na esmagadora maioria das vezes, é mais produto da falta

de oportunidade, do que de vontade própria.

Nessa perspectiva, é preciso paciência, tolerância, didatismo e abordagem amigável. Ou seja, é necessário que sejam respeitadas, além da deficiência de formação, as diferenças culturais (que inclui valores, costumes e comportamentos) para que se tenha uma convivência saudável.

Outra forma eficaz de enfrentar o impasse instalado é investir no fortalecimento da cidadania e da educação. E a cidadania traduz a ideia de participação do cidadão em todos os aspectos políticos da sociedade, em especial na construção e usufruto de direitos, o que pressupõe não apenas conhecimento sobre o Estado, suas instituições políticas e as leis, mas também a consciência das obrigações.

A boa educação sustenta o crescimento social e econômico, pois sem uma boa base educacional não há desenvolvimento sustentável. Ser cidadão é, antes de tudo, ter consciência política e fazer valer seus direitos e cumprir seus deveres.

Não pode ser considerado cidadão, no sentido literal do termo, quem bate no peito e se orgulha de negar a importância da política e o papel do Estado, que tem a função de regular a relação entre as pessoas e entres estas e as instituições, públicas e privadas.

A política foi a invenção mais criativa da humanidade, porque permite mediar e resolver, de forma pacífica e democrática, os conflitos e contradições que o indivíduo, na sociedade, não pode nem deve avocar para si, sob pena de retorno da barbárie.

Todas as conquistas do processo civilizatório foram produto de decisão política: os direitos e as liberdades individuais, os direitos políticos, os direitos sociais, econômicos e culturais, os direitos coletivos e difusos, os direitos bioéticos, entre outros, sem os quais não teria havido progresso humano.

O Estado, por sua vez, detém os monopólios: 1) de impor conduta e punir seu descumprimento (o direito de uso legítimo da força, da violência, para fazer valer suas decisões, 2) de legislar (fazer leis obrigatórias para todos e para cada um, seja criando direitos, seja impondo deveres, e 3) de tributar (arrecada compulsoriamente de toda a sociedade).

Esse ambiente de disputa, de negação da política, das instituições e dos agentes políticos, não produzirá prosperidade, esperança nem confiança ao povo, só desalento. Enquanto não inventarem outra forma de organização social, caberá ao Estado, por intermédio da política, mediar as relações e organizar a vida em sociedade.

As instituições do sistema político são fundamentais e precisam ser valorizadas porque, além de mediar

conflitos e intermediar demandas da sociedade, tem a finalidade de: a) satisfazer necessidades humanas, b) estruturar as interações ou relações sociais, e c) determinar, mediante regulação, os processos de tomada de decisão.

O pluralismo das ideias é a espinha dorsal da democracia. Os líderes políticos, que representam visões ideológicas distintas, têm a obrigação de conviver de modo civilizado, respeitando os ritos do sistema democrático, que devem guiar as instituições políticas.

Vencedores comemoram e governam, mas precisam respeitar aqueles que representam correntes minoritárias de pensamento. Também os derrotados devem reconhecer os vencedores, recompondo suas forças e fazendo oposição, com responsabilidade para garantir conquistas históricas e com pensamento voltado sempre à coletividade.

É preciso, portanto, em nome da unidade nacional, do interesse do povo brasileiro, pacificar as relações e desinterditar o debate. É preciso adotar a cultura de acender uma vela em lugar de condenar à escuridão. É preciso abandonar a mania de transformar divergência em agressão. Só assim vamos superar a polarização e recuperar a autoestima do povo, do País e voltaremos a ser altivos, a investir na unidade nacional e não na

divisão ou no sectarismo, como ocorre atualmente no Brasil e em parte do mundo.

16 – FRENTE AMPLA EM DEFESA DOS INTERESSES DO PAÍS

01/8/2019

O processo de discussão e votação da reforma da Previdência deixou evidente que sem o concurso das forças de centro, que se apropriaram de algumas das bandeiras dos partidos de oposição no âmbito do Parlamento, teria sido praticamente impossível retirar aspectos perversos da reforma, como o caso da capitalização, do BPC, dos trabalhadores rurais, do aumento automático da idade mínima, entre outros.

Nesse contexto, os partidos políticos, os movimentos sociais e culturais, que se articulam no campo da esquerda e centro-esquerda, precisam urgentemente romper a bolha, abrir mão da obsessão de hegemonismo e ampliar relações com os setores de centro, formando frentes amplas em defesa dos interesses do País e do povo, sob pena de enorme retrocesso civilizatório.

Só com a união de forças – e está provado que a oposição progressista é insuficiente para dar conta so-

zinha dessa tarefa – e por intermédio de frentes amplas, com uma pauta de pacificação, calcada no pluralismo ideológico tão essencial às democracias, será possível formar maioria e reagir a essa política nefasta, que caminha a passos largos, na destruição do que ainda resta de soberania e do bem-estar social no Brasil.

Estamos diante de um ambiente político caótico, marcado pelo fundamentalismo, pela fúria persecutória e pela completa ausência de racionalidade, em que tudo se justifica em nome da guerra cultural e ideológica estabelecida. Numa situação dessas, não faz sentido as forças de esquerda escolherem quem lutará do seu lado contra a insensatez e o desmonte do País. Ou o progressismo brasileiro amplia suas alianças e reúne condições de resistir ou marcará posição e colocará em risco importantes conquistas históricas.

Os fundamentos da República (cidadania, dignidade da pessoa humana, valor social do trabalho, etc), de que trata o artigo 1º da Constituição Federal, assim como seus objetivos fundamentais (construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir desigualdades sociais e regionais, garantir o desenvolvimento nacional, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação), a que se referem o artigo 3º da Constituição, estão sen-

do desrespeitados à luz do dia, sem qualquer reação, e até mesmo sob o aplauso de certos setores da sociedade que lucram com a barbárie.

Em nome de uma cruzada moralista justiceira, de um suposto acerto de contas com o passado, que utiliza o combate à corrupção como elemento mobilizador, está em curso um movimento de desmonte dos serviços públicos, dos bancos públicos, do parque produtivo e das empresas de engenharia e de construção nacional, incluindo as principais estatais brasileiras, desde sempre responsáveis pelo investimento e a geração de emprego e renda, sem que haja reação enfática da sociedade.

Onde estão os inteligentes e notáveis homens públicos, juristas, políticos, autoridades eclesiásticas, líderes de classe, militares, entre outros, que não se articulam para evitar esse desmonte e esse retrocesso civilizatório? Alguém, pessoa ou instituição, com credibilidade, precisa tomar a iniciativa de resgate da lucidez no País. Já nos alertava Ulysses Guimarães: “República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos que, a pretexto de salvá-la, a tiranizam”.

Para orientar essa articulação, entretanto, é necessário um programa mínimo, que, de um lado, reconheça a necessidade de reformas, considerando que o Sistema Político se encontra exaurido e sem condi-

ções de responder adequadamente às demandas da sociedade, e, de outro, que preserve os vulneráveis de maiores sacrifícios.

Nessa perspectiva, é urgente e indispensável a elaboração de uma plataforma ampla, de interesse coletivo, que preserve o patrimônio e a soberania nacional, defenda a probidade como valor fundamental, reconheça a economia de mercado, e a necessidade de reformas e ajustes no papel do Estado, porém cuidando para que haja calibragem e transição na implementação dessa agenda, de tal modo que os eventuais sacrifícios dela decorrentes sejam distribuídos de forma justa e equânime, devendo ser proporcionais à capacidade econômica e condição social dos contribuintes e usuários ou beneficiários dos serviços públicos, não elegendo como variável de ajuste apenas e exclusivamente os mais pobres, aqueles que dependem da prestação do Estado, ou daqueles cuja renda tem natureza alimentar.

A divisão dos brasileiros, a desorientação reinante, a ausência de um projeto de País, só reforça esse ambiente baseado em vaidades, ressentimentos, julgamentos morais e manipulações de emoções, reações e comportamentos os mais primitivos do ser humano. É hora de pacificar o País e construir soluções de interesse da maioria e não estimular esse comportamento insano de desconstrução/destruição das conquistas econô-

micas, sociais e culturais do Brasil. A forma de estancar isso é reunindo as instituições e pessoas de bom senso em torno de um programa, que reflita, de fato, as demandas e aspirações do povo brasileiro.

17 – OS DESAFIOS DE 2021 E A TRAVESSIA PARA 2022

8/12/2020

Passadas as eleições municipais – que claramente derrotaram o ideário Bolsonarista de confronto e negação da ciência, optando pelo equilíbrio, a experiência e a segurança – o desafio das forças progressistas para 2021 será impedir o desmonte das instituições de freios e contrapesos e das políticas sociais construídas desde a Constituição de 1988, especialmente os sistemas nacionais, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Nacional de Assistência Social (Suas), que, juntamente com a Previdência Social, formam o tripé da Seguridade Social. Foram os partidos progressistas e os movimentos sociais que propuseram e sustentaram esses modelos de políticas públicas e que agora têm a obrigação de evitar que o governo Bolsonaro destrua esses sistemas de políticas sociais.

Antes da entrada do Centrão para a base e durante a pandemia,

para o bem do Brasil, o governo Bolsonaro não teve força política para revogar ou desmontar as instituições criadas pela Constituição nem os sistemas nacionais de políticas públicas criados por lei, embora tenha conseguido paralisar seu funcionamento parcialmente, tanto por ações quanto por omissões deliberadas. A institucionalização de mecanismos de freios e contrapesos, anteriores à gestão atual, tem conseguido segurar seu ímpeto destrutivo, ainda que não tenha conseguido impedir ações de competência exclusiva do poder Executivo, especialmente aquelas em nível infralegal, como portarias, orientações, instruções normativas e atos declaratórios, cuja vigência independe da aprovação do Congresso Nacional, com efeitos deletérios sobre políticas públicas que conflitam com a visão atrasada e reacionária desse governo de extrema-direita.

No período pós-pandemia, entretanto, as políticas públicas com grandes dispêndios, como as do grupo da Seguridade Social, serão alvos prioritários do ajuste fiscal, dentro da lógica de conter o gasto público não financeiro como forma de honrar os compromissos com os credores ou detentores de título da dívida pública, e sob o argumento de que o controle das contas públicas é indispensável ao controle da inflação e à retomada dos investimentos privados.

Nessa perspectiva, a pressão do governo e do mercado financeiro pela

aprovação de instrumentos que facilitem o ajuste pelo lado da despesa, tende a se intensificar. As proposições para atender a esse intento já estão postas, são as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 186 e 188/2019, que tramitam no Senado e tratam da efetividade do teto de gasto e da regra de ouro, e a PEC 32/2020, da reforma administrativa, que tramita na Câmara dos Deputados. Elas criam instrumentos de controle de gastos permanentes, que não apenas impedem a expansão dos atuais gastos sociais, como também reduzem seus efeitos, mediante gatilhos que autorizam o congelamento e o corte de despesas permanentes que não sejam de natureza financeira, além de abrir caminho para o desmonte de estruturas estatais de produção de bens e prestação de serviços públicos, inclusive sem a apreciação do Congresso Nacional.

É preciso destacar que a crise fiscal e econômica do pós-pandemia ainda não foi devidamente mensurada. A perda de receita dos governos tende a agravar a capacidade de financiamento dessas políticas públicas, tanto pela desregulamentação das relações de trabalho, que intensificou o trabalho remoto e por plataforma, quanto pela recusa do governo em rever o sistema tributário. Acresça-se ainda que a desorganização governamental para sair do período de pandemia vai atrasar a retomada das atividades econômicas, com a ampliação do desemprego, que tende a au-

mentar significativamente no primeiro trimestre do próximo ano, quando terá acabado a estabilidade daqueles trabalhadores que reduziram jornada ou suspenderam o contrato de trabalho durante a pandemia. Além disso, a atividade econômica deverá sentir os efeitos da extinção do Auxílio Emergencial, que se não for renovado, e com o agravamento da segunda onda da Covid-19, ampliará a pobreza a níveis assustadores.

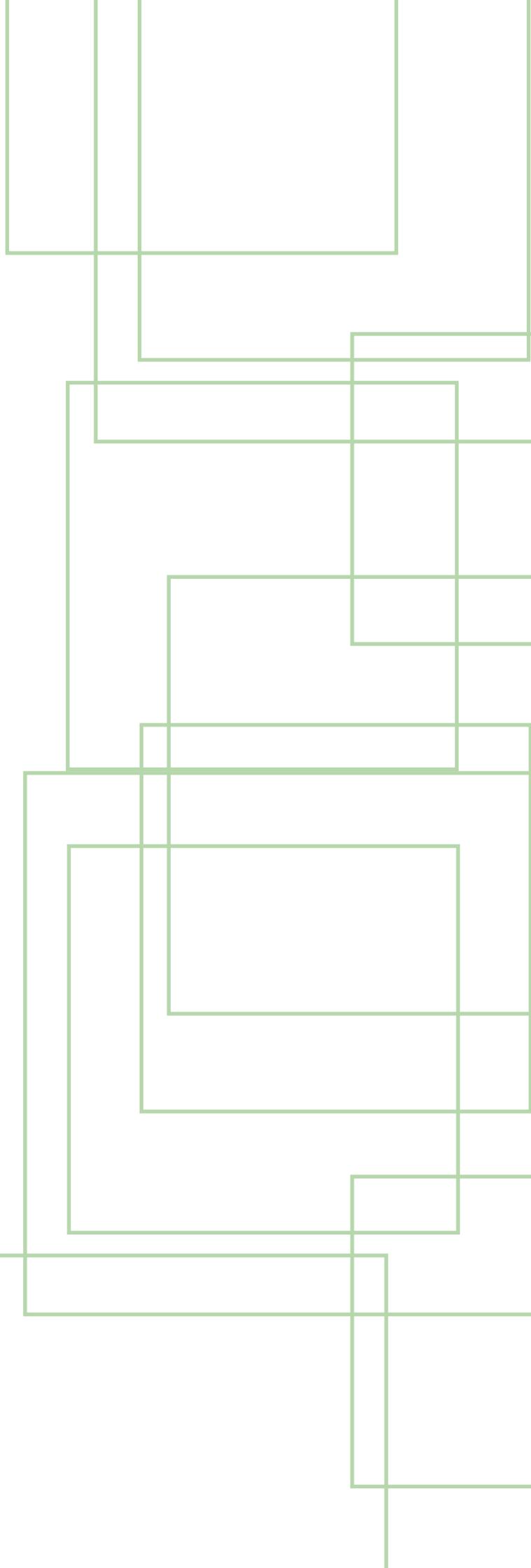
Essa realidade fiscal e econômica, de um lado, e a pressão por reformas que reduzam a capacidade do governo de proteger os atingidos pela crise, de outro, tendem a criar um caldo de cultura propício à desorganização e convulsão social, especialmente diante de um governo insensível, do ponto de vista social, e disfuncional e incompetente, do ponto de vista operacional. A contradição do governo Bolsonaro, que pretende disputar a reeleição, é que a retomada do crescimento econômico, pela lógica do mercado e de sua equipe econômica, dependa da redução do gasto estatal, tanto o que mantém a máquina funcionando quanto o que se destina às políticas sociais. E como a redução do gasto atinge boa parte do eleitorado, não parece razoável esperar que esse eleitorado seja masoquista a ponto de reeleger seu principal algoz.

É nesse contexto que se torna fundamental a articulação e a unidade de ação das forças progressistas, tanto na sociedade quanto no

Parlamento, para evitar esse retrocesso nas políticas sociais. Os parlamentares do campo popular devem utilizar todos os recursos à disposição para impedir a aprovação daquelas PECs no formato apresentado, seja mediante negociação com candidatos à Presidência das Casas do Congresso, exigindo compromisso de independência em relação ao governo e de debate democrático sobre os temas de grande repercussão, como as PECs mencionadas, seja fazendo uso da obstrução, quando necessário. Os movimentos sociais, especialmente o sindical, também precisam se pautar pela unidade de ação e retomar as mobilizações em favor das causas comuns, como a rejeição ao desmonte do Estado e das políticas públicas.

Assim, desenvolver propostas e argumentos, sobretudo em torno da reforma do sistema tributário, que chamem a atenção para os privilégios fiscais daqueles que vivem do ganho de capital e dos que recebem incentivos e renúncias fiscais sem gerar emprego e renda para a população, tendo como contraponto aqueles que vivem do salário, de aposentadorias e pensões ou de benefícios, serão os grandes desafios para vencer essa batalha política e de narrativa. A conversa fiada de que as reformas com corte de direitos geram empregos já não enganam mais ninguém, especialmente depois das reformas trabalhistas e previdenciárias, que prometiam gerar milhões de empregos e fizeram o inverso.

O ano de 2021, portanto, será de travessia. Se conseguirmos impedir o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, evitaremos tanto a reeleição de Bolsonaro quanto o risco de que o futuro presidente, se não for do campo popular, dê continuidade às tentativas de demolição das instituições de freios e contrapesos e das políticas públicas de proteção social. Assim, o próximo ano será desafiador na perspectiva de impedir retrocessos, já que as finanças públicas, por pura responsabilidade do atual governo, estarão em frangalhos, o que poderia justificar algum tipo de ajuste fiscal. O desafio das forças do campo popular e democrático, portanto, é evitar que esse eventual ajuste recaia sobre as políticas sociais ou sobre os assalariados, cuja renda tem natureza alimentar.



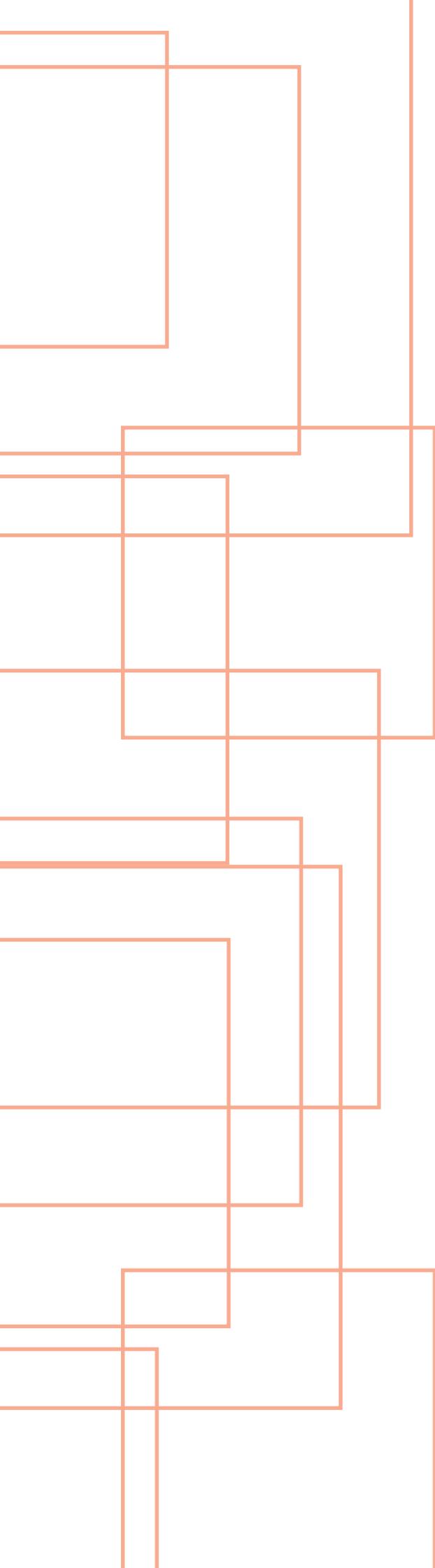
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Organizado por José Celso Cardoso Jr.

**APONTAMENTOS CRÍTICO-
PROPOSITIVOS AO SUBSTITUTIVO
DO SENADO PARA A PEC 186/2019
DITA EMERGENCIAL**

5



José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	378
1. EVITAR O DESASTRE! <i>Paulo Kliass</i>	379
2. O CAVALO DE TRÓIA DA PEC EMERGENCIAL <i>José Luis Oreiro; David Deccache</i>	382
3. PEC EMERGENCIAL PARA QUEM? <i>Márcio Gimene; Andre de Melo Modenesi</i>	386
4. O SUBFINANCIAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO <i>Luiz Alberto Marques Vieira Filho</i>	389
5. EQUILÍBRIO FISCAL INTERGERACIONAL E COLAPSO SOCIAL <i>José Celso Cardoso Jr.</i>	396
6. SAÚDE NÃO É MOEDA DE TROCA <i>Bruno Moretti; Carlos Ocké; Erika Aragão; Francisco Funcia; Rodrigo Benevides</i>	400
7. ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO DO BNDES <i>Arthur Kobliz</i>	403
8. PANDEMIA E CALAMIDADE PÚBLICA COM O DESMONTE DO ESTADO <i>Vladimir Nepomuceno</i>	405

9. PLANO “MAIS BRASIL”, SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS **411**

Antônio Augusto de Queiroz

10. É PRECISO REINVENTAR A PEC EMERGENCIAL E A REFORMA ADMINISTRATIVA **416**

Bráulio Santiago Cerqueira

APRESENTAÇÃO

Esta edição do *Pílulas de Bom Senso: use sem moderação* é uma edição especial, emergencial!

Ela trata da PEC 186/2019, dita emergencial, em tramitação apressada ora no Senado Federal. A pressa se justifica, acertadamente, pela urgência e necessidade de aprovar novo auxílio monetário a segmentos imensos da população brasileira, ainda vulneráveis diante das crises sanitária e econômica em curso no país desde um ano atrás, fruto da pandemia da Covid-19 e também da incompetência governamental em assumir, de modo decidido, o seu papel constitucional no enfrentamento adequado de terrível realidade.

O crime de responsabilidade derivado de tal incompetência, ignorância e má-fé, deixemos aos juristas e políticos apreciarem. Aqui, nesta edição emergencial, atemo-nos aos aspectos econômicos e sociais presentes na referida PEC, que juntamente com as PEC 187 e 188 (todas originalmente de 2019) e a PEC 32 de 2020, compõem um arco adicional de tentativas de aprovação de medidas constitucionais de restrição fiscal permanente ao país.

Pois o que a leitura individual e de conjunto dos dez artigos aqui reunidos indica é que, primeiro, ao governo bastava ter dado amplitude temporal maior ao mesmo pacote de medidas de 2020

(o chamado orçamento de guerra) que permitiu o pagamento de auxílio emergencial de valor monetário e cobertura social superiores aos que agora se quer aprovar de modo apressado. Estivesse a tal PEC centrada em seu verdadeiro e único objetivo de fato emergencial – mitigar o sofrimento humano em curso – é bem provável que a tramitação legislativa estivesse mais consensuada e avançada entre os parlamentares.

Segundo, ocorre que as tais contrapartidas – melhor seria dizer, chantagens – embutidas pelo governo e base aliada (com amplo e interessado apoio da grande mídia oligopolista) na nova PEC 186 agora redesenhada, implicam em potencial desmonte – abrangente, profundo e veloz – do Estado brasileiro e das suas principais políticas públicas sociais, inclusive em âmbitos estadual e municipal, algo que, se aprovado nos termos em que foi apresentado, significará verdadeira catástrofe humanitária pelo tempo em que durarem tais medidas.

Terceiro, por fim, os textos desta edição demonstram – e isto deveria interessar aos liberais que ainda apoiam o atual governo e seu pacote fundamentalista de mercado – que todo esse arco de medidas fiscais restritivas impactarão negativamente não apenas as condições de vida e de reprodução social da maioria da população brasileira, mas também afetarão drasticamente as condições propriamente econômicas de retomada e sustentação do crescimento econômico.

Em uma frase: o atual projeto liberal-fundamentalista não é apenas equivocados dos pontos de vista teórico e histórico; no seu afã por reprimir os gastos públicos reais, salvaguardar o gasto financeiro estéril, vigiar e punir os cidadãos, ele é, sobretudo, antieconômico em termos capitalistas. Por outra: os gastos sociais e mesmo os gastos salariais correntes com custeio da máquina pública, ainda que possam ser racionalizados, são mais complementares que concorrentes ao crescimento da economia, vale dizer, são gastos que, comprovadamente, impactam positivamente a renda privada, a renda domiciliar e até mesmo a arrecadação tributária.

Em suma, trata-se de separar o joio do trigo. Por um lado, viabilizar o quanto antes o pagamento de auxílio monetário – em valor e cobertura maiores que os agora previstos – à população brasileira. Por outro, barrar os retrocessos civilizatórios e institucionais contidos no pacote de aberrações fiscais e administrativas sugeridas pelas PEC 186, 187, 188 e PEC 32/2020.

Brasília-DF, 01 de março de 2021.

Os autores

1. EVITAR O DESASTRE!

Paulo Kliass¹

O ano era 2019, o primeiro do mandato de Bolsonaro. No entanto, as tragédias ocorridas em nosso País desde a sua posse foram tantas que tudo até parece muito mais longo do que foi de fato. Paulo Guedes assumia sua condição de superministro da economia com toda pompa e arrogância que lhe são características. Sua primeira missão concluída com sucesso foi a aprovação da Reforma da Previdência. Se é verdade que o texto da votação definitiva em 23 de outubro estava algo distante da intenção destruidora total do Regime Geral da Previdência Social desejado pelo *liberalóide*, o fato é que as forças do financismo ficaram bem satisfeitas com o resultado obtido. Afinal, tratava-se ainda da primeira entrega do *old chicago boy*. Imaginava-se que as demais encomendas chegassem a pleno vapor.

Embalado pelos ventos aparentemente favoráveis e supostamente imbatíveis, o governo desembarca no Senado Federal alguns dias depois com todos os seus pesos pesados. Bolsonaro, Guedes e outros ministros vão ao gabinete da presidência entregar a Davi Alcolumbre um conjunto de 3 Propostas de Emenda Constitucional - as PECs 186, 187 e 188. O ano ainda era 2019 e o pacote ficou conhecido pelo enganoso nome de “Plano

¹ Doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Mais Brasil". Uma semana depois desse ato carregado de forte simbologia, a sensação de tratoragem seria ainda mais aumentada com a promulgação da Emenda Constitucional nº103/2019, derivada da reforma previdenciária.

Atrínca de propostas (Emergencial, Fundos Públicos e Pacto Federativo) era tão urgente que ficou parada desde então nas mãos do Senador Márcio Bittar, nomeado à época como relator das mesmas. A história na sequência é conhecida por todos. O PIB de 2019 revela-se um fracasso retumbante, uma vez que a esperança toda depositada em Guedes se traduz num *pibinho* de minguados 1,1%, menos ainda que o já mirrado resultado obtido por Meirelles sob a gestão Temer. A entrada em 2020 trouxe consigo a pandemia e as PECs continuaram adormecidas na gaveta do relator.

Os 3 Ds de Guedes: destruir, demolir e desmontar.

Pois agora o governo resolve aproveitar aquele texto para retomar o processo que Paulo Guedes tanto enche a boca para descrever: os famosos 3 "D"s, ou seja, desobrigar, desvincular e desindefer. Na verdade, trata-se de mais uma tentativa de rasgar os dispositivos fundamentais da política de bem estar ainda presentes na Constituição de 1988. Os 3 "D"s de fato almejados por ele, porém, são outros. Trata-se de destruir, demolir e desmontar.

A novidade do momento é a chantagem apresentada junto ao Congresso Nacional, na tentativa de ganhar apoio de parcelas da opinião pública. A versão atual da PEC 186 é identificada na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator Bittar. A narrativa do momento pretende apresentar o conjunto das maldades como contrapartida necessária e inescapável do restabelecimento do Auxílio Emergencial. Mentira!

É de amplo conhecimento que Paulo Guedes é totalmente contrário à renovação do benefício, instrumento essencial para que a maioria da população sofra menos as agruras da recessão e do confinamento. Além disso, a volta do auxílio é fundamental para minorar os efeitos negativos, em termos macroeconômicos, uma vez que ele permite a manutenção do poder de consumo para dezenas de milhões de famílias.

Há um ano atrás, ainda quando vivíamos o início da primeira onda da Covid-19, o superministro havia convencido o chefe a oferecer uma única prestação de R\$ 200. O Congresso Nacional impôs importante derrota ao governo e definiu o valor de R\$ 600 mensais. Ocorre que no momento da renovação do auxílio em setembro/2020, Guedes reduziu o valor pela metade e ainda apontou a data de validade para 31 de dezembro daquele ano. Os efeitos humanos, sociais e econômicos foram trágicos. A popularidade de Bolsonaro começou a cair em razão da inexistência de amparo do

governo e por sua atitude genocida com relação à urgência da vacinação.

Aprovar o auxílio não exige a maldade em troca.

A pressão da sociedade tem aumentado e os congressistas sentem a necessidade de apresentar alguma resposta. Pois nessa hora Guedes saca a carta escondida debaixo da manga. Com o surrado discurso enganoso de “não temos recursos”, propõe o valor vergonhoso e criminoso de R\$ 250 ao mês para volta do auxílio. Além disso, impõe uma série de condicionalidades em sua aplicação, de maneira a reduzir o acesso da população à medida e, assim, reduzir o sacrossanto impacto orçamentário do mesmo.

Porém, o mais grave são as condições da “negociação” que pretende impor ao legislativo na apreciação desta versão turbinada da PEC 186. Para além das medidas de redução compulsória dos salários dos servidores públicos, Guedes introduz agora as propostas de seus sonhos. Ele pretende retirar as obrigatoriedades previstas no texto constitucional para assegurar minimamente os serviços básicos do Estado nas áreas essenciais e estratégicas da educação e da saúde, entre outras. Uma loucura!

Em troca de uma retomada do auxílio emergencial por alguns meses em um valor ridículo frente às reais neces-

sidades de sobrevivência da maioria da população, Guedes pretende deixar armada uma bomba atômica para destruir a capacidade dos governos oferecerem à população esses serviços públicos fundamentais. Ocorre que não há justificativa para que essa demolição seja colocada como pré-condição para que o auxílio seja restabelecido. O governo tem todas as condições para criar recursos no orçamento através de emissão de moeda ou aumento da dívida pública para realizar essa despesa extraordinária e essencial.

Revogar a PEC 186!

A maioria dos governos dos países do mundo capitalista reorientaram suas políticas econômicas a partir do advento da pandemia. A busca burra e cega pela austeridade a qualquer custo foi substituída pela necessidade evidente de oferecer medidas contracíclicas para superar a crise sanitária e minorar os efeitos da recessão que atinge a todos. Em momentos como o que vivemos atualmente, a exemplo do que também ocorreu a partir da grande crise de 2008/9, a função do Estado é assumir o protagonismo na recuperação das atividades e aumentar suas despesas. No entanto, Paulo Guedes segue com seu negacionismo de tais evidências do mundo real e impõe um custo fenomenal à maioria da população e ao futuro do Brasil.

Ser quisermos manter alguma esperança na capacidade de superar a cri-

se atual e preservarmos algum espaço para a retomada de um projeto de desenvolvimento social e econômico de inclusão e sustentabilidade, então é fundamental barrar a aprovação da PEC 186. Os senadores deveriam prestar atenção ao placar da consulta virtual realizada pela Casa, onde 97% dos internautas já se manifestaram contrariamente à medida. As verdadeiras travas à possibilidade da concessão do auxílio emergencial podem ser retiradas por meio da necessária revogação da EC 95, aquela mesma que congela as despesas governamentais por 20 anos, até o longínquo exercício de 2036.

2. O CAVALO DE TRÓIA DA PEC 186 DITA EMERGENCIAL

José Luis Oreiro²

David Deccache³

Primeiramente, não há praticamente nenhuma divergência entre os economistas sobre a urgência de aprovação de um dispositivo constitucional que suspenda as regras fiscais que impedem a concessão do auxílio emergencial destinado ao enfretamento das consequências sociais e econômicas mais imediatas

da pandemia, que ainda registra altíssimos índices de contaminações e mortes, os quais podem inclusive se acelerar nas próximas semanas

A PEC emergencial avança neste sentido ao autorizar que, durante o exercício financeiro de 2021, as despesas decorrentes da concessão do auxílio emergencial fiquem dispensadas do cumprimento da regra de ouro e da meta de resultado primário, além de excluir a contabilização deste montante do teto de gastos. Se a PEC parasse neste dispositivo, teria cumprido seu papel de atendimento a uma necessidade emergencial, o que justificaria, inclusive, a sua aprovação em um processo legislativo extraordinário, que funciona sem debates em comissões e audiências públicas.

Contudo, a PEC vai muito além disso, misturando, deliberadamente, necessárias medidas emergenciais com reformas estruturais cuja utilidade para a retomada do crescimento econômico do Brasil é duvidosa se não negativa; e que, além disso não guardam nenhuma relação com os aspectos sanitário e de assistência social derivados da pandemia e que, portanto, deveriam ser discutidas em outro momento, passando pelo rito legislativo convencional consolidado em nosso Estado Democrático de Direito.

2 Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador Nível IB do CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa "Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento", cadastrado no CNPq. É autor do livro "Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana", LTC: Rio de Janeiro (2016).

3 Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense e Aluno do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília. E-mail: david.deccache@gmail.com.

A primeira alteração constitucional trazida pela PEC é a subordinação explícita dos direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da Constituição ao que a PEC define como (sic) equilíbrio fiscal intergeracional. Aqui há problemas de duas ordens: primeiramente, não há uma definição econômica precisa do que seja equilíbrio fiscal intergeracional,⁴ o que traz enorme incerteza jurídica ao cumprimento do texto constitucional; a segunda ordem de problemas tem a ver com a subordinação principiológica de direitos sociais específicos a uma categoria econômica genérica.

Após este dispositivo de caráter mais ideológico, há uma série de alterações que concretizam a redução da responsabilidade do Estado em alcançar os objetivos sociais estabelecidos no artigo 6º, a começar pela eliminação dos valores mínimos garantidos para a educação e saúde na Constituição. Para termos uma noção do retrocesso, o Brasil possui garantia de um piso para gastos em educação desde a Constituição de 1934.

As alterações serão profundas: atualmente, no caso dos estados, a Constituição obriga a destinação de 12%

da receita à saúde e 25% à educação. Nos municípios, a obrigação é de, respectivamente, 15% e 25%. Já no orçamento do governo federal, os pisos de saúde e educação têm de ser corrigidos pela inflação do ano anterior – conforme regra do teto de gastos aprovada em 2016. Todas essas obrigações são revogadas na PEC emergencial.

Em termos estruturais, a versão atual da PEC emergencial tem por objetivo explícito a redução permanente de recursos orçamentários destinados às áreas da saúde e educação por intermédio da revogação dos pisos constitucionais para esses setores e assim garantir a manutenção da regra fiscal do teto de gastos, a qual estava prestes a ser rompida. Com isso, esse regime fiscal idiossincrático, pois na forma como foi estabelecido só existe no Brasil, ganhará sobrevida para continuar reduzindo a participação do Estado na economia em todas as áreas, com exceção das despesas relativas ao pagamento dos serviços da dívida pública, mantendo assim intactos os interesses e os ganhos do setor financeiro e dos rentistas.

4 Na verdade, a literatura econômica sobre a questão da dívida pública define os conceitos de solvência e sustentabilidade intertemporal da dívida pública. A dívida pública é dita insustentável se o valor presente dos superávits primários (como proporção do PIB) ao longo de todo o horizonte previsível (o que na ausência de algum evento catastrófico que pudesse, por exemplo, extinguir toda a vida no planeta Terra, é infinito) for menor do que o valor da dívida pública (como proporção do PIB) no período corrente. Uma dívida pública insustentável não significa, contudo, que o Estado esteja insolvente ou, na linguagem corrente, “quebrado”. A insolvência ocorre apenas numa situação em que é política ou economicamente impossível aumentar o valor presente dos superávits primários (como proporção do PIB). As variáveis fundamentais para determinar a sustentabilidade da dívida pública são duas a saber: a taxa real de juros sobre os títulos da dívida pública e a taxa de crescimento econômico. Se a taxa de crescimento da economia for superior a taxa real de juros; então a dívida pública poderá ser sustentável, mesmo na presença de déficits primários (como proporção do PIB) expressivos. Já a solvência é uma condição muito mais.

Ainda no sentido de constitucionalização do ajuste fiscal permanente e da consolidação institucional da ideologia de um estado mínimo até mesmo em suas funções sociais, a PEC prevê que Lei Complementar estabelecerá o planejamento de alienação de ativos (“privatização”) com vistas à redução do montante da dívida, o que assenta mais um mecanismo de justificação de privatizações do conjunto de riquezas públicas, num contexto internacional em que vários países, até mesmo antes da atual crise do coronavírus, já estavam revendo as privatizações feitas nos anos 1980 e 1990.

Do ponto de vista econômico, trata-se de dispositivo pouco fundamentado e contraproducente: por um lado, não existe consenso sobre as metodologias de cálculo para a definição de limites máximos para o montante da dívida pública (como proporção do PIB) de Estados Soberanos que emitem dívida denominada na sua própria moeda. Por outro lado, a venda de ativos cuja taxa de retorno sobre o capital próprio seja superior a taxa implícita de juros da dívida pública é um puro *non-sense* do ponto de vista econômico-financeiro, pois irá aumentar, ao invés de reduzir, o déficit nominal do setor público, dado que as Estatais não-dependentes do Tesouro pagam à União um fluxo expressivo de lucros e dividendos, o que ajuda na redução do déficit primário. Por fim, todos os dispositivos são extremamente genéricos: não há parâmetros técnicos ou metodologias, definições de termos e mecanismos operacionais estabelecidos.

A PEC, ao acrescentar no artigo 37 da Constituição Federal dispositivo que obriga aos órgãos e entidades da Administração Pública a realização de avaliação das políticas públicas, acaba gerando entraves legais e sobreposições ineficientes no que tange as competências operacionais, produzindo efeitos concretos opostos ao pretendido. Primeiramente, a avaliação das políticas públicas não é tema constitucional. Tornando-se constitucional, automaticamente, exigirá a aprovação de novas leis que especifiquem critérios, políticas e parâmetros. A consequência será a sobreposição e engessamento das avaliações que já são realizadas, com louvor e reconhecimento internacional, por instituições como o IPEA e o TCU.

Há muitos outros equívocos técnicos e políticos inseridos na PEC, como o fim dos repasses constitucionais ao BNDES, o que praticamente inviabiliza o papel do banco para o cumprimento de suas funções. Atualmente, 28% da arrecadação do PIS-PASEP destinada ao FAT é transferida ao BNDES. Trata-se, tomando como base o ano de 2019, de 42,6% da estrutura de capital do banco. Somando-se a retrocessos anteriores, como o fim da TJLP; a venda da carteira BndesPar e devoluções significativas de aportes, o banco se torna cada vez mais frágil e incapaz de fornecer financiamento de longo-prazo para o investimento produtivo, principalmente na indústria de transformação, o que deverá acelerar o processo de desindustrialização precoce da economia brasileira

De um ponto de vista fiscal, há mais um ônus na desvinculação dos recursos constitucionais do BNDES. Atualmente, os repasses para o banco funcionam como uma pequena válvula de escape em relação ao nosso arcabouço fiscal extremamente rígido e contra-producente. Isso porque a arrecadação do PIS-PASEP, fonte originária dos recursos, é uma receita primária, ao passo que quando transferida para o BNDES é registrada como despesa financeira, criando-se um ativo e, tudo o mais constante, resultado primário. Além do que, não se incluem nos limites estabelecidos pelo teto de gastos as despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes, caso do BNDES.

Dito isso, é urgente caminharmos no sentido oposto ao apontando pela PEC, buscando a construção de um contrato social mais harmônico. No Brasil, é necessária a substituição do conjunto atual de regras fiscais anacrônicas, sobrepostas e economicamente contra-producentes, além da realização de uma reforma tributária progressiva que desonerar os mais pobres e a indústria de transformação; e taxar de forma justa os super ricos (os "*farialimers*"), que aqui são pouco tributados em qualquer comparação internacional.

Sobre as regras fiscais, precisamos substituir o arcabouço atual por outro que, sem desconsiderar a necessária re-

dução da dívida pública como proporção do PIB no longo-prazo, permita a estabilização do ciclo econômico e à viabilização do aumento dos investimentos públicos em infraestrutura destinados não apenas à resolução das nossas inúmeras carências em termos de infraestrutura, mas também permitam a transição da estrutura produtiva da economia brasileira para uma economia de baixo carbono.

Esses são debates estruturais que devem ser travados entre especialistas, acadêmicos e políticos juntos ao conjunto da sociedade da forma mais clara possível e utilizando-se de todos os instrumentos de publicidade institucional possíveis, como os debates em comissões, audiências públicas e elaboração de pareceres técnicos. Desta forma, não é um debate que deve ser conduzido por uma PEC de caráter emergencial e que visa a atender uma situação conjuntural muito específica: a viabilidade jurídica do pagamento por alguns meses de um programa federal de transferência de renda.

3. PEC EMERGENCIAL PARA QUEM?

Márcio Gimene⁵

André de Melo Modenesi⁶

O substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 186/2019 (PEC Emergencial), apresentado nesta terça (23/02) pelo Senador Marcio Bittar, se fundamenta na crença de que a redução dos gastos públicos é o mais urgente e importante dos nossos desafios. No entanto, caso o substitutivo venha a ser aprovado, os direitos sociais fundamentais inscritos no art. 6º da Constituição Federal (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados) ficarão condicionados a um conceito que, além de abstrato, é absolutamente fictício e descabido: o “direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”.

Antes de tudo, duas ressalvas são necessárias. Primeiro, esses direitos fundamentais foram uma das maiores conquistas do processo de redemocratização brasileiro. Sua inclusão na chamada Constituição Cidadã representou enorme avanço civilizatório.

Segundo, é preciso compreender o conceito macroeconômico de gasto público, um dos componentes da demanda agregada, realizado pelo setor público. Essa observação é importante pois o gasto tem sido usado como sinônimo de desperdício. O gasto público, de forma alguma, poderia ter essa conotação. Pelo contrário, o custeio dos direitos fundamentais não implica, necessariamente, em uma perda. Pelo contrário, eles geram bem-estar à população e, portanto, constituem um ganho. O que seria de nós se não fosse o SUS, a Fiocruz e o Butantã? Isso também vale para o investimento realizado pelo setor público, por exemplo, na construção de escolas, infraestrutura etc.

Mas o que significa de fato esse “direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”? Como mensurá-lo? Alguma nação se desenvolveu incluindo esse suposto direito em sua Constituição? Enquanto os defensores da PEC nº 186 não apresentarem respostas tecnicamente consistentes para perguntas como essas, não faz sentido o Senado Federal aprovar, a toque de caixa, uma alteração constitucional tão fundamental que fatalmente resultará em graves perdas na prestação de serviços públicos.

O mesmo pode ser dito em relação a diversos outros dispositivos que

5 Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor)

6 Professor associado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq.

constam no substitutivo. Para citarmos apenas dois exemplos:

1. Revogação dos pisos de saúde e educação. Segundo o substitutivo, não será mantida nem mesmo a atualização inflacionária dos valores mínimos federais aplicados na saúde e na educação, prevista pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (teto de gastos). Como é politicamente indefensável a revogação completa desses pisos, é provável que isso não passe de um artifício para negociar, como um suposto “mal menor”, a aprovação da proposta original da PEC nº 188/2019 (“Pacto Federativo”): a unificação dos pisos da saúde e da educação; o que, na prática, resultará na redução em pelo menos um desses gastos públicos (quicá em ambos).

2. Redução dos salários reais de servidores públicos. As PEC nº 186 e nº 188 previam a redução nominal de até 25% nos salários de servidores públicos, com redução proporcional nas jornadas de trabalho e, conseqüentemente, na prestação de serviços públicos. De acordo com o substitutivo da PEC nº 186, a redução do poder aquisitivo dos servidores públicos ficará

por conta da inflação. No caso dos servidores federais, que desde 2010 vêm recebendo reajustes abaixo da inflação, a perda real de salários sofrida apenas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023 é de 21% (medida pelo IPCA). Como a Lei Complementar nº 173/2020 proibiu a aprovação de reajustes salariais de servidores que resultem em pagamento no mandato seguinte, apenas em 2024 seria possível repor parte dessas perdas inflacionárias. Para amenizar o problema, o Executivo federal precisará enviar os projetos de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e de lei orçamentária da União (LOA) para 2022 prevendo algum reajuste salarial. Mas não há até o momento nenhum indicativo de que isso irá ocorrer. Isso a despeito do total de gastos federais com pessoal (ativo e aposentado, civil e militar) ter atingido 4,3% do PIB em 2020, abaixo dos 4,5% do PIB verificados 20 anos atrás! Nos estados e municípios a situação não é muito diferente. Ao invés de se buscar a ampliação da arrecadação tributária sobre o patrimônio dos ricos e super ricos – a exemplo dos países desenvolvidos –, os esforços fiscais recentes têm se concentrado na redução de gastos públicos, como o con-

gelamento ou a reposição dos salários dos servidores abaixo da inflação. Se for aprovado o substitutivo da PEC nº 186 apresentado nesta terça, a situação será ainda pior: a União, os estados e os municípios ficarão submetidos a gatilhos concebidos para congelar ou mesmo reduzir gastos públicos hoje obrigatórios, dentre eles os salários dos servidores estaduais e municipais.

Sejamos claros: o governo brasileiro, como qualquer outro que se financie via emissão de dívida denominada na moeda nacional, por definição, não pode quebrar! É preciso chamar atenção para o fato de que o setor público é um agente macroeconômico singular: ele dá curso forçado e emite sua própria moeda. Assim, a lógica da gestão orçamentária do governo Federal é absolutamente distinta da lógica de qualquer empresa, ou família. Estes últimos podem quebrar; o governo nunca! Em suma, é completamente falacioso comparar o orçamento público com o orçamento familiar ou doméstico.

Ademais, os três principais grupos de despesas da União estão sob controle! As despesas com pessoal estão estáveis em relação ao PIB há duas décadas. O gasto com juros e encargos da dívida pública está contido pela queda histórica da Selic. Os gastos previdenciários estão contidos pela sucessão de reformas previdenciárias aprovadas nos últimos

anos, cujo efeito pleno ainda está por se materializar.

Assim, o que impede a expansão dos serviços públicos não é a suposta “falta de dinheiro”; mas sim, a sobreposição de restrições fiscais autoimpostas pela legislação vigente (regra de ouro, teto de gastos e meta de resultado primário). Regras essas que ficarão ainda mais restritivas caso o substitutivo da PEC nº 186 seja aprovado.

Pode-se argumentar que apesar de não ser necessária para a União, a “PEC Emergencial” seja do interesse de governadores e de prefeitos que se encontrem em dificuldade para ajustar suas contas. De fato, por não terem a prerrogativa de emitir moeda, os entes subnacionais dispõem de margens mais estreitas para gerir seus orçamentos. Isso exige esforços permanentes de melhorias de gestão, mas também disposição para ampliar a arrecadação tributária, contrariando interesses dos segmentos sociais mais abastados.

E aí chegamos aos reais beneficiários da aprovação do substitutivo da PEC nº 186: aquela parcela da sociedade que lamenta não dispormos de serviços públicos de primeiro mundo, mas que se recusa a apoiar reformas estruturais (tributária, administrativa, agrária, urbana, produtiva etc.) que contribuam efetivamente para a promoção de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo, economicamente funcional e ambientalmente sustentável. Em uma per-

manente inversão de valores, apresentam-se como defensores de “reformas” cujo resultado óbvio será a ampliação da pobreza, do desemprego e da concentração de riqueza e poder, ao mesmo tempo em que interditam o debate e a cooperação necessária para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como determina a cada vez mais desfigurada Constituição Federal.

Em suma, a obsessão pela redução permanente dos gastos públicos só irá reduzir ainda mais a demanda agregada, ampliando o desemprego e a pobreza, além de reduzir a arrecadação tributária em um círculo vicioso que tem no corte de gastos um remédio tão eficaz para a dinamização econômica quanto a cloroquina para o Covid-19.

4. O SUBFINANCIAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

*Luiz Alberto Marques Vieira Filho*⁷

O governo brasileiro não possui financiamento adequado para prover serviços públicos de qualidade como aqueles oferecidos pelos países europeus. Basta verificarmos o quanto de receita o Estado brasileiro arrecada por cada cidadão e fazer a comparação com os dados internacionais. Os dados são claros em relação ao subfinanciamento e desnu-

dam as mentiras que envolvem as teses de “gastança” do setor público nacional.

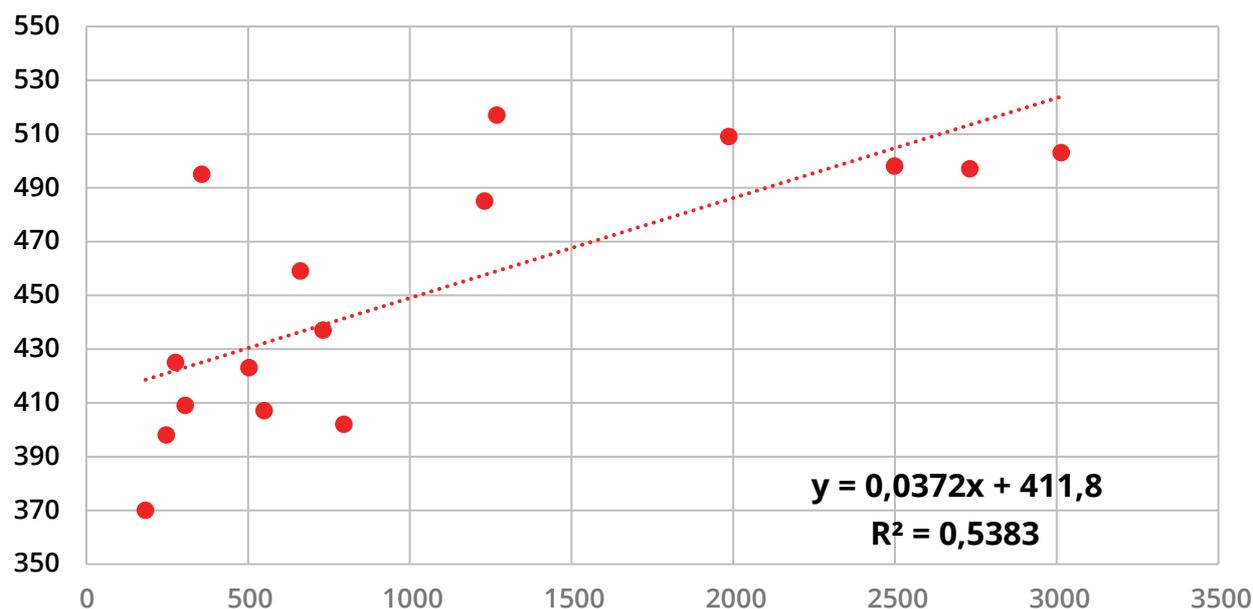
No entanto, o senso comum considera que se paga impostos demais por serviços públicos de péssima qualidade no Brasil, o que é reforçado pela grande mídia e trabalhos de “think tanks” liberais. De modo geral, utiliza-se a proporção do gasto público e da carga tributária em relação ao PIB para se afirmar sobre o “excesso” de impostos e ineficiência dos gastos públicos, como se 40% do PIB da Alemanha e do Mali pudessem prover a mesma quantidade de serviços públicos, independentemente do tamanho do PIB e da população que esses recursos deverão ser distribuídos. Na verdade, as relações de gastos com o PIB são muito mais medidas de esforços do que de recursos disponíveis. É como se uma pessoa sedentária pudesse obter o mesmo rendimento de um campeão olímpico de maratona caso se esforcem na mesma medida durante a prova.

No entanto, conforme gráfico de dispersão abaixo, as notas dos alunos no Exame Pisa da OCDE em leitura de 2015 possui importante correlação com os gastos per capita em educação 0,73, o que mostra indícios de que o mais importante é a quantidade investida em educação em cada cidadão, mas que evidentemente precisam ser aprofundados em bases maiores e com mais variáveis. Para exercício, foram selecionados os seguintes países de 3 Blocos: Latino-americanos (Argentina, Bolívia,

⁷ Doutorando em Economia pela Unicamp.

Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, México, Uruguai), grandes emergentes (Coréia do Sul e Rússia) e países desenvolvidos (Alemanha, Austrália, Estados Unidos, Itália e Reino Unido).

Gráfico 1: Eixo Y = Nota Pisa em Leitura em 2015; Eixo X = Gasto per capita em educação



Fonte: A partir de dados da OCDE e Banco Mundial

Nesse ponto, começa a se desnudar o caráter pernicioso da Emenda Constitucional 95 e da PEC Emergencial, uma vez que os gastos públicos ficarão congelados em termos reais por 20 anos, impedindo que o gasto público se acomode nos patamares necessários para prover a qualidade oferecida pelos países desenvolvidos, independentemente do crescimento da economia brasileira e da maior oferta de recursos na sociedade brasileira. Dweck e Rossi (2016) projetam que a EC 95 provocará a redução dos gastos em saúde e educação federais de 4% do PIB para 2,7% em 20 anos. Contudo, mesmo essa perspectiva sombria é improvável, pois os gastos primários chegarão a apenas 12,3% do PIB, dos quais 8,5% em previdência, ou seja, haverá profundos problemas no funcionamento das atividades mais essenciais da máquina pública.

Além disso, é importante termos claro que a educação e a saúde são subfinanciadas no Brasil, quando fazemos a comparação internacional em dólares nominais (Tabela 1), (Tabela 2), (Tabela 3). No caso da educação, os valores em dólares correntes investidos estão abaixo de países como Argentina, Chile e Uruguai, embora sejam maiores do que Colômbia, Equador, Paraguai e México. Quando olhamos os melhores países em desempenho educacional, a diferença é gritante, o que aponta o longo caminho a ser percorrido para implantarmos um sistema educacional adequado. O gasto

público per capita em educação no Brasil é menos da metade na comparação com Coréia do Sul e Itália e quase 1/3 em relação aos alemães e cerca de ¼ dos EUA, que possuem um insipiente sistema público de educação superior.

Tabela 1: Gastos per capita em Educação – US\$ correntes

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	661,32	796,47	709,28	798,20	-
Bolívia	-	-	-	-	-
Brasil	720,51	550,09	549,96	627,54	-
Chile	694,08	661,78	734,72	812,88	-
Colômbia	375,65	276,09	262,85	289,22	299,41
Equador	335,50	306,14	-	-	-
Paraguai	-	-	182,90	-	-
Peru	246,63	247,25	236,61	263,81	258,43
México	574,93	503,45	429,31	420,07	-
Uruguai	-	-	732,29	838,44	872,12
Venezuela	-	-	-	-	-
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	-	341,57	313,36	374,88	392,58
China	-	-	-	-	-
Coréia do Sul	-	-	1.269,12	-	-
Egito	-	-	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-
Rússia	565,78	357,06	327,34	502,77	-
Turquia	-	-	-	-	-
Países Desenvolvidos					
Alemanha	2.369,04	1.986,54	2.038,10	2.185,37	-
Austrália	3.228,54	3.014,45	2.636,87	2.768,53	-
Estados Unidos	2.732,17	-	-	-	-

França	-	-	-	-	-
Grécia	-	-	-	-	-
Itália	1.442,50	1.231,47	1.180,59	1.310,83	-
Reino Unido	2.655,36	2.498,87	2.228,43	2.196,50	-

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Em relação à saúde, o subfinanciamento é ainda mais grave, cf. mostram as Tabelas 2 e 3. O investimento público em saúde no Brasil é cerca da metade de países como Argentina, Chile e Uruguai, seja em dólares correntes como em paridade de poder de compra (PPP). Quando comparamos com países desenvolvidos, o abismo, evidentemente, é maior. Em dólares correntes, o investimento per capita em saúde no Brasil é 15 vezes menor do que o ineficiente sistema público de saúde americano, 12 vezes menor do que o da Alemanha e quase 10 vezes menor que os sistemas franceses e ingleses. Mesmo em PPP, o Brasil investe per capita 8,39 menos do que os EUA, 7,42 vezes menos do que a Alemanha e quase 6 vezes menos do que França e Reino Unido.

Tabela 2: Gastos per capita em Saúde – US\$ correntes

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	841,49	1.021,71	716,47	966,73	692,62
Bolívia	113,80	130,74	136,28	149,04	159,13
Brasil	448,04	335,49	344,28	391,70	353,54
Chile	546,77	541,16	581,74	685,52	740,01
Colômbia	410,50	329,11	310,95	347,85	367,50
Equador	283,69	259,75	256,74	271,01	268,42
Paraguai	193,44	170,89	167,62	171,88	175,21
Peru	203,39	195,65	199,89	215,52	231,10
México	327,45	295,61	257,14	263,78	260,17
Uruguai	1.005,59	962,12	1.014,14	1.152,57	1.160,21
Venezuela	240,93	300,48	238,95	314,00	122,94
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	273,82	251,70	229,70	266,67	284,28

China	209,89	234,77	229,71	247,81	282,68
Coréia do Sul	1.088,55	1.100,48	1.170,25	1.308,08	1.486,45
Egito	49,41	57,31	47,38	35,30	36,07
Índia	13,51	15,11	16,26	18,81	19,63
Rússia	455,77	292,45	264,76	330,93	362,10
Turquia	408,08	354,03	366,16	343,96	301,69
Países Desenvolvidos					
Alemanha	4.085,03	3.556,99	3.663,70	3.926,52	4.251,03
Austrália	3.774,33	3.315,09	3.410,27	3.654,97	3.747,03
Estados Unidos	4.530,34	4.811,91	4.977,19	5.130,77	5.355,79
França	3.526,99	3.046,71	3.099,93	3.243,37	3.441,17
Grécia	971,68	825,65	775,68	784,70	813,74
Itália	2.379,11	1.991,65	2.008,63	2.071,76	2.208,52
Reino Unido	3.794,27	3.584,39	3.268,36	3.162,26	3.392,09

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Tabela 3: Gastos per capita em saúde – US\$ PPP

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	1.266,94	1.404,38	1.127,65	1.380,89	1.221,78
Bolívia	243,45	296,39	316,61	332,68	353,06
Brasil	605,07	601,93	606,22	620,87	637,92
Chile	849,23	904,50	967,91	1.105,45	1.172,17
Colômbia	688,95	746,37	755,22	791,46	827,44
Equador	510,89	484,84	475,44	501,63	496,42
Paraguai	364,10	373,21	387,20	392,50	409,29
Peru	382,87	406,58	431,78	442,30	480,03
México	541,01	562,68	552,64	552,21	533,74
Uruguai	1.258,74	1.312,56	1.438,14	1.512,27	1.582,86

Venezuela	359,75	448,48	356,64	468,67	183,50
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	557,61	579,09	574,54	584,84	610,43
China	368,86	422,43	441,10	474,79	527,60
Coréia do Sul	1.314,63	1.451,90	1.580,91	1.696,33	1.878,60
Egito	157,38	182,39	187,00	204,86	176,44
Índia	48,67	56,55	62,52	68,76	74,16
Rússia	832,35	755,51	728,77	793,16	884,90
Turquia	808,61	828,62	890,98	913,89	905,98
Países Desenvolvidos					
Alemanha	3.998,92	4.121,15	4.306,25	4.608,75	4.737,33
Austrália	2.882,71	2.993,52	3.164,14	3.253,36	3.456,63
Estados Unidos	4.530,34	4.811,91	4.977,19	5.130,77	5.355,79
França	3.287,49	3.396,49	3.589,87	3.745,96	3.852,32
Grécia	1.196,81	1.222,11	1.166,97	1.184,70	1.215,32
Itália	2.421,20	2.430,71	2.542,06	2.633,90	2.677,77
Reino Unido	3.301,47	3.388,59	3.464,85	3.555,26	3.631,16

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Apesar do subfinanciamento em saúde e educação, não seria possível, como pensam muitos, um mero remanejamento nos gastos públicos do Estado para prover o adequado financiamento a essas áreas essenciais. Isso, mesmo que o Brasil abra mão de investir em ciência e tecnologia, desenvolvimento regional, infraestrutura e outras áreas prioritárias, o gasto público total per capital é baixo em relação aos países que proveem os melhores serviços públicos, o que deixa pouco espaço para remanejamentos (Tabela 4). Mesmo quando comparamos a países latino-americanos como Argentina, Chile e Uruguai, o gasto público per capita é substancialmente menor, embora seja ligeiramente maior do que o do México e bem maior do que os países andinos. Além disso, a diferença com os países desenvolvidos é enorme, assim como verificamos nos gastos com as áreas de saúde e educação.

Tabela 4: Gastos públicos per capita (US\$ mil)

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	4,570332	5,267871	4,453553	5,032773	3,949398
Bolívia	1,235486	1,149707	1,01168	1,036739	1,032209
Brasil	3,956609	2,497272	2,683938	3,036933	2,796621
Chile	3,260138	3,09556	3,116003	3,43057	3,800268
Colômbia	2,361019	1,690037	1,607655	1,697324	2,010781
Equador	2,435407	2,046915	1,834	1,992422	2,232055
Paraguai	1,056084	0,999221	1,003411	1,042428	1,079911
Peru	1,470006	1,245286	1,161032	1,231624	1,360024
México	2,559783	2,260017	2,150025	2,288716	2,272957
Uruguai	4,789994	4,441479	4,45735	5,065248	5,323941
Venezuela	2,332421	2,078004	1,303689	0,695107	0,593096
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	1,773923	1,613597	1,505751	1,727031	1,845409
China	2,162671	2,329473	2,29095	2,453893	2,804528
Coréia do Sul	5,895211	5,821143	6,189413	6,900678	7,669176
Egito	0,858509	0,821979	0,74038	0,54066	0,533418
Índia	0,301383	0,318777	0,348367	0,393477	0,405967
Rússia	4,744065	2,952075	2,871435	3,577631	4,00285
Turquia	3,822127	3,504634	3,54018	3,315047	2,943413
Países Desenvolvidos					
Alemanha	21,55997	18,54018	19,17247	20,29066	22,14385
Austrália	20,90767	17,78688	18,10545	19,60248	20,12081
Estados Unidos	17,29204	17,96185	18,04628	18,4681	18,65449
França	23,78457	20,17227	20,34343	21,48986	23,00477
Grécia	10,03832	8,677873	8,973451	9,155052	9,710484
Itália	17,04244	14,4312	14,43746	14,9919	15,98774

Reino Unido	16,86523	16,0539	14,88532	14,80579	15,74489
-------------	----------	---------	----------	----------	----------

Fonte: FMI. Elaboração Própria.

Assim, a análise fria dos dados deixa evidente que os recursos que o Estado brasileiro possui para dispender com cada cidadão está bem abaixo dos países que possuem os melhores serviços universais de saúde e educação. Além disso, como a receita tributária por cidadão é bem inferior à dos países ricos, fica evidente que há pouco espaço para que remanejamentos orçamentários possam suprir a falta de recursos para saúde e educação.

5. EQUILÍBRIO FISCAL INTERGERACIONAL E COLAPSO SOCIAL

José Celso Cardoso Jr.⁸

No interior do pacote de maldades fiscais e sociais contidas na PEC dita emergencial, uma em especial tem tido menos destaque nos debates correntes, embora represente uma das mais graves violações de direitos constitucionais fundamentais do Estado democrático de direito no Brasil desde a CF-1988.

Trata-se da tentativa de inclusão de um parágrafo único ao artigo 6º, prevendo que *“será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”*. Ora, o artigo 6º da CF-1988, marco dos direitos sociais, estabelece que: *“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”* Desta forma, o referido parágrafo único, se aprovado, representará uma forma de relativização ou severa restrição dos direitos sociais fundamentais ao condicioná-los ao “equilíbrio fiscal intergeracional”, mesmo sendo este um (pseudo) conceito, teórica e empiricamente questionável. Senão, vejamos.

⁸ Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a ideia de equilíbrio fiscal intergeracional, como âncora de longo prazo para os gastos públicos, está impregnada de ao menos dois problemas sem solução dentro do arcabouço teórico liberal ou monetarista ao qual pertence. Em primeiro lugar, a noção de equilíbrio fiscal ali contido está contaminada por uma visão contábil de curto prazo (janeiro a dezembro de cada ano), cujos resultados medidos desnecessariamente em intervalos coincidentes ao ano contábil fiscal deveriam sempre produzir saldos contábeis positivos ao final dos respectivos exercícios anuais. Ou seja, uma lógica de superávit fiscal primário permanente, cuja contrapartida é justamente o enrijecimento – e até mesmo a esterilização – do gasto real como instrumento de política econômica ativa. Perde-se com isso a própria essência das finanças públicas como objeto e fenômeno de natureza intrinsecamente econômica, ao invés de meramente contábil.

Vista da perspectiva econômica, as finanças públicas são algo muito mais amplo e complexo, sendo muito mais importante observar a composição dos gastos públicos (e da própria dívida pública) e as tendências dinâmicas de sua realização ao longo do tempo, pelo sistema econômico e social, do que os meros saldos contábeis anuais que na verdade pouco ou nada nos dizem sobre a maturidade do arranjo institucional macroeconômico do país em questão e tampouco sobre o significado do gasto ou do déficit público em si. Como exem-

plo, basta dizer que poucos economistas sérios advogariam em prol de um equilíbrio fiscal (vale dizer: equilíbrio ou superávit primário) de natureza contábil em momentos de calamidade pública como o causado desde 2020 pela pandemia do novo coronavírus sobre a saúde pública e a economia de grande parte dos países e populações do mundo.

Num contexto de crise extrema (mas não só!), o déficit público primário é não apenas necessário para enfrentar os imensos infortúnios da crise sanitária que se converte em crise econômica pela paralisação ou bloqueio dos circuitos tradicionais de produção e consumo, como é condição *sine qua non* para a própria mitigação e posterior superação da crise, sobretudo nas dimensões em que afeta severamente o emprego, a renda do trabalho, o lucro das empresas e a própria capacidade arrecadatória dos governos. Sob a lógica e o grilhão do equilíbrio fiscal intergeracional, a crise do novo coronavírus deverá assumir dimensões catastróficas irreversíveis sobre os sistemas econômico e social de determinado país.

Em segundo lugar, a noção de equilíbrio intergeracional traz em si uma visão estática de um fenômeno que é intrinsecamente dinâmico. Ao submeter, constitucionalmente, a realização dos direitos sociais ao tal equilíbrio fiscal contábil intergeracional de longo prazo, a malfadada proposta estará, na verdade, comprometendo as possibilidades de sucesso e realização das gerações

futuras, as quais terão que (sobre)viver para satisfazer os regramentos inexecutáveis da lei, ao invés de a lei servir para fazer cumprir os direitos sociais da população. Tal regramento é também estático no sentido de que sequer concebe a possibilidade de novas demandas e necessidades sociais decorrentes das mudanças que naturalmente acontecem nos padrões demográficos, epidemiológicos, sanitários, educacionais e civilizacionais ao longo do tempo em qualquer lugar do mundo – mas menos no Brasil, ao que parece!

Ademais, do ponto de vista da lógica jurídica, não faz sentido constitucionalizar algo que representará uma espécie de petrificação das finanças públicas brasileiras, uma verdadeira normalização da exceção, a instalar, essa sim, uma situação futura de emergência fiscal permanente, na medida em que os critérios contábeis auto impostos de aferição e cumprimento das atuais regras fiscais brasileiras são inexecutáveis na prática e inadequadas teoricamente. Ou seja, algo dessa natureza pode, sem exagero, colocar o Brasil numa rota de colapso econômico, social e político do país como nação.

Portanto, a razão de fundo para nosso pessimismo está ligada ao fato de que já está em curso no Brasil, mormente desde as primeiras Emendas Constitucionais pós-1988, um processo lento, gradual e seguro de **privatização das finanças públicas federais**, que se manifesta por meio da financeirização

da Dívida Pública Federal e sua gestão pelas autoridades monetária (BACEN) e fiscal (STN) do país. Trata-se de processo por meio do qual se vão consolidando, desde a CF-1988, duas situações praticamente antagônicas entre si.

De um lado, normativos constitucionais, tais como as EC 01/1994, EC 10/1996, EC 17/1997, EC 27/2000, EC 56/2007, EC 68/2011, EC 93/2016, EC 95/2016, além das PEC 186 – Emergencial, PEC 187 – Fundos Públicos, PEC 188 – Pacto Federativo, todas editadas em novembro de 2019 e ainda em tramitação legislativa, bem como infraconstitucionais (LRF/2000 e vários dispositivos de controle e punição aplicados quase que anualmente por meio das LDO e LOA, que primam pelo *enrijecimento da gestão/execução orçamentária e criminalização do gasto público real*, de natureza orçamentária, justamente aquele que é responsável pelo custeio de todas as despesas correntes, tanto as intermediárias/administrativas, como as finalísticas destinadas à implementação efetiva das políticas públicas federais em todas as áreas de atuação governamental.

De outro lado, um conjunto de normativos constitucionais, das quais a EC 95/2016 do teto de gastos e a PEC 187/2019 dos fundos públicos são bastante expressivas, bem como infraconstitucionais (por exemplo: Lei nº 9.249/95, Lei nº 11.803/2008, e Lei 13.506/2017, que blindam o sistema financeiro brasileiro da punição criminal sobre os ilícitos financeiros cometidos, tais como evasão

de divisas, fraudes e remessas a paraísos fiscais). Todos esses regramentos sinalizam para a *flexibilização sem limite superior e a blindagem do gasto público financeiro*, justamente o oposto do tratamento que vem sendo conferido ao gasto primário real do setor público brasileiro.

Portanto, ao chamarmos o processo de financeirização da dívida pública (e da sua gestão) de **privatização das finanças públicas**, queremos com isso chamar atenção para o fato de que, por detrás dos mecanismos econômico-financeiros subjacentes, aparentemente neutros ou simplesmente técnicos, com o que tal fenômeno é costumeiramente apresentado à sociedade, existe na realidade um processo extraordinariamente desigual de apropriação e enriquecimento financeiro que favorece apenas determinados segmentos numericamente minoritários da população, geralmente travestidos de agentes econômicos tais como bancos comerciais, bancos de investimento, seguradoras, corretoras, fundos de pensão e agentes estrangeiros, os quais são não apenas os maiores operadores desse processo, como também os seus principais beneficiários diretos.

As implicações desse processo são perniciosas para a dinâmica de crescimento econômico, bem como para as condições de reprodução social da população. Posto tratar-se de opção política de política econômica, esse arranjo institucional que se está consolidando no Brasil é passível de contestação te-

órica e empírica, razão pela qual é importante desnudar as suas implicações e apontar alternativas críveis para redesenhar a referida institucionalidade com vistas à promoção de um desempenho econômico e social mais condizente com o potencial e anseios de crescimento e de inclusão do país.

Afinal, empiricamente, as evidências e estatísticas disponíveis mostram que os países que seguiram o receituário da austeridade cresceram menos e/ou saíram mais tardiamente de situações de crise econômica. Ao contrário, países que adotam políticas econômicas que combinam virtuosamente o gasto público (gastos correntes e investimentos) com incentivos corretos, segurança jurídica e perspectiva econômica positiva, conseguem mobilizar complementarmente os investimentos privados no sentido de um crescimento econômico mais elevado e sustentável.

No caso brasileiro, apesar do índice de confiança empresarial ter crescido desde a deposição de Dilma, da aprovação da EC 95/2016 referente ao teto de gastos, das reformas trabalhista e previdenciária e da eleição de Bolsonaro à Presidência, o fato concreto é que os índices de atividade econômica e da produção industrial permanecem estagnados ou declinantes desde 2016, bem antes, portanto, da crise pandêmica (sanitária, econômica e social) deflagrada em 2020.

Por isso, nada assegura que a reforma administrativa, da qual as PECs

186, 187, 188 de 2019 e PEC 32/2020 são parte, todas centradas em redução de direitos e redução de entregas de bens e serviços à população, em arrocho salarial e em demissões diretas de servidores (e indiretas de trabalhadores cujas rendas dependem dos gastos daqueles) melhorarem este quadro. Pelo contrário, devem agravá-lo, ou na melhor das hipóteses instaurar a estagnação com retrocesso social como o novo normal brasileiro.

6. SAÚDE NÃO É MOEDA DE TROCA

Bruno Moretti⁹

Carlos Ocké¹⁰

Erika Aragão¹¹

Francisco Funcia¹²

Rodrigo Benevides¹³

O Presidente do Senado Federal anunciou que será votada a PEC 186/2019 - a PEC da emergência fiscal. O relatório aponta para a retomada do auxílio emergencial, provavelmente em valor inferior aos R\$ 600, e para um público menor. A

proposta do governo é atrelar o auxílio à adoção de medidas de austeridade fiscal, estruturais e conjunturais, que tendem aprofundar ainda mais as desigualdades sociais no Brasil.

A proposta revoga os pisos constitucionais de educação e saúde. Para se ter uma ideia do impacto da medida, sem as garantias constitucionais atuais, estimou-se que os valores aplicados em saúde por todos os entes poderiam corresponder a menos de 40% dos valores observados¹⁴. Na prática, teríamos um SUS para poucos, com enormes restrições de acesso. É como se o sistema de saúde contasse com menos da metade dos profissionais, das vacinas, dos leitos e assim por diante. A radicalidade da PEC é tamanha que ela revoga até os pisos congelados de saúde e educação da EC 95, sequer preservando a atualização dos mínimos pela inflação.

Além disso, a PEC criaria regras fiscais para ativar gatilhos de contenção do gasto quando as despesas correntes dos entes subnacionais alcançassem 95% das receitas. Para a União, os gatilhos da EC 95 seriam acionados já na proposta orçamentária, quando 94% das despe-

9 Economista e Assessor Técnico do Senado Federal.

10 Economista do Ipea.

11 Professora do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde - ABrES.

12 Professor da USCS e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Saúde - CNS.

13 Economista e Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ.

14 O estudo simula a correção do gasto público de 2000 até 2017 somente pela inflação. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/ana-paula-menezes-e-bruno-moretti-desvinculacao-de-receitas-barbarie-anunciada-na-saude-publica.html>.

sas fossem obrigatórias. Com isso, seria proibido, por exemplo, criar despesas obrigatórias para combater a pandemia em 2021. Trata-se de uma espécie de “teto dentro do teto”, mais uma regra para compor o emaranhado fiscal brasileiro com implicações para o gasto, ainda que os limites do teto não sejam rompidos. A Lei também passaria a dispor sobre a sustentabilidade da dívida pública, apontando não só seus limites, mas propondo a adoção de medidas para forçar a convergência para o patamar definido, incluindo até privatização de empresas.

Mas por que essa PEC será votada diretamente em plenário, dificultando a ampla discussão sobre seus efeitos? A resposta do governo é que a PEC viabilizará a volta do auxílio emergencial, devendo suspender regras fiscais que impõem limites artificiais à ampliação de gastos. Apenas por esse motivo, a PEC torna-se, paradoxalmente, necessária, tendo em vista a rigidez do regime fiscal brasileiro, que, de um lado, impede a proteção social das famílias em um contexto em que há mais de 32 milhões de pessoas subutilizadas e 33 milhões de pessoas na informalidade, segundo dados da PnadC/IBGE. Por outro lado, o auxílio seria retomado com redução de valor e cobertura, excluindo 30 milhões de pessoas que foram beneficiadas pela concessão inicial do benefício.¹⁵

Em relação às medidas de contenção de gasto, as novas regras se soma-

riam à regra de ouro, ao teto de gasto e à Lei de Responsabilidade Fiscal, consolidando a existência de normas sobrepostas, que determinam tanto uma redução estrutural de serviços públicos (o teto de gasto implica diminuição da despesa em relação ao tamanho da economia, independente da arrecadação), quanto uma política fiscal pró-cíclica na crise (gastos caem abaixo do teto quando a economia desacelera, tendo em vista a frustração de arrecadação). Vale lembrar que não há descontrole nas despesas obrigatórias da União: os gastos do RGPS se estabilizarão como proporção do PIB em função da reforma da previdência e as despesas de pessoal já sofreram queda real entre 2019 e 2020, segundo dados do Tesouro Nacional.

O Brasil vai na contramão das regras fiscais modernas, adotadas na maioria dos países centrais. Por exemplo, na União Europeia, embora haja limite à dívida, o monitoramento dos países se dá por indicadores fiscais estruturais, que descontam os efeitos do ciclo econômico (especialmente a baixa arrecadação) e os gastos extraordinários, como os decorrentes da elevada ociosidade da economia. Medidas corretivas (análogas aos gatilhos) apenas são ativadas se o desequilíbrio for estrutural, permitindo que a política fiscal apoie a estabilização da economia. Tais medidas também envolvem o aumento de receita, diferente do Brasil, que pratica um ajuste fiscal pelo lado da despesa (redução de gasto),

15 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/02/22/governo-quer-novo-auxilio-emergencial-de-r-250.ghtml>.

prejudicando os investimentos públicos e os gastos sociais. Além disso, a meta de gasto por lá adotada permite crescimento do gasto acompanhando o PIB potencial e ainda há cláusula de escape autorizando que o gasto cresça se houver arrecadação adicional.

Tais regras são, portanto, ajustáveis ao ciclo econômico e permitem que não haja cortes de gastos drásticos num contexto de baixa atividade, o que agrava o desemprego, a desigualdade e a pobreza. Tanto é assim que, após forte política de austeridade com a crise financeira global de 2008, a União Europeia praticou uma flexibilização a partir de 2015, favorecendo a retomada do crescimento. Países que não fizeram isso em momentos de crise, historicamente, não só tiveram piora dos indicadores de saúde, educação, dentre outros, como demoraram a retomar o crescimento, a exemplo da Grécia pós crise de 2008. Este traço estabilizador da política fiscal se intensificou com a pandemia, com a previsão de programas de combate à Covid-19 e de recuperação da economia.

O Brasil caminha no sentido contrário. O governo propõe a aprovação de medidas que cortam mais despesas e prejudicam o combate à crise. Por aqui, a questão não é aperfeiçoar regras fiscais, mas utilizá-las em favor da redução

dos serviços públicos, medida defendida inclusive por instituições conservadoras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Precisamos caminhar no sentido oposto. O problema do SUS é frequentemente reduzido à falsa dicotomia 'financiamento *versus* gestão'. Mas sem recursos não há como melhorar a gestão. Além da retomada do auxílio no valor de R\$ 600,00, o país requer - urgentemente - um arcabouço fiscal que fortaleça o SUS. Com a EC 95, o orçamento federal de saúde perderá R\$ 37,2 bilhões, comparando valores empenhados em 2020 e a proposta orçamentária de 2021.¹⁶

Entre os impactos da redução orçamentária, está a queda do número de leitos de UTI destinados à Covid-19 e financiados pelo Ministério da Saúde, que, segundo o Conass, passaram de 12 mil em dezembro para 3,2 mil em fevereiro.¹⁷ Como não podem emitir dívida soberana e sofrem os efeitos da crise sobre a sua arrecadação, os entes subnacionais têm dificuldade em manter/ampliar leitos sem o apoio federal. Após 248 mil óbitos e mais de 10 milhões de casos confirmados, o governo Bolsonaro insiste em reduzir o orçamento do SUS e agora pretende revogar os pisos de aplicação do setor.

16 Vale lembrar que mais de R\$ 20 bilhões de créditos editados em 2020 foram reabertos em 2021, porque não houve planejamento e coordenação nacional do SUS para que tal despesa ocorresse ano passado, o que agilizaria a vacinação.

17 Disponível em: <https://www.conass.org.br/nota-a-imprensa-habilitacao-de-leitos-de-uti-para-covid-19/>.

O Conselho Nacional de Saúde coletou quase 600 mil assinaturas em defesa de piso emergencial do SUS em 2021. **O SUS precisa de R\$ 168,7 bilhões em 2021 para assistência à saúde da população, para se somar aos R\$ 21,6 bilhões estimados para a vacina.**

Esse é um momento dramático. O Senado Federal deve se abrir às demandas da sociedade. Afinal, num contexto de baixas taxas de juros internas e externas, o Brasil não teria dificuldades de ampliar gastos e combater a pandemia e seus efeitos. A dívida brasileira é em moeda local e, por definição, o país não quebra endividando-se na moeda que emite. O governo federal dispõe de quase 20% do PIB na Conta Única do Tesouro e tem capacidade para administrar a dívida, inclusive garantindo sua rolagem em condições vantajosas, tendo em vista o patamar da taxa SELIC.

Como vimos no Amazonas, dadas as crises sanitária e humanitária, o Congresso precisa rechaçar propostas de desvinculação do financiamento público de saúde e educação, aprovando fora do teto de gasto o auxílio e o piso emergencial federal para o SUS. A saúde não é moeda de troca, a emergência é sanitária e não fiscal. Não há limites técnicos para tanto, apenas restrições políticas, impedindo que o orçamento público atenda às demandas da sociedade e financie o combate à Covid-19 para salvar vidas. Manter a política de auste-

ridade em meio à pandemia não levará apenas ao caos social, é um genocídio a conta-gotas.

7. ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO DO BNDES

Arthur Kobliz¹⁸

A “PEC emergencial” contém o que pode ser um golpe fatal e final no BNDES. No seu artigo 4º, inciso VII, a PEC revoga o parágrafo primeiro do artigo 239 da Constituição. O parágrafo revogado estabelece que no mínimo 28% da arrecadação do PIS/PASEP será destinada ao “financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do BNDES”. Até bem recentemente, em 2019, o percentual de repasse era de 40%. Graças a ação decisiva do Congresso Nacional, o percentual foi apenas reduzido, ao invés de ser anulado como gostaria a equipe econômica de Paulo Guedes. Como mostra a PEC emergencial, Guedes continua no encalço do BNDES.

O BNDES aparece na Constituição Federal apenas nesse parágrafo e ele pode ser revogado sem que qualquer discussão de suas consequências seja esboçada: nas justificativas do relator, o BNDES não é sequer mencionado.

18 Economista e presidente da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES); foi recém-eleito para integrar o conselho de administração do BNDES.

Os repasses do FAT são a fonte de financiamento (*funding*) mais importante para o BNDES. Para entender a gravidade da proposta é preciso compreender o que nunca esteve tão claro: o fim dos repasses constitucionais é o último movimento de uma série que foi planejada para acabar com o BNDES. A arquitetura da destruição foi posta em marcha a partir de 2016. Não há dúvida de que a conjunção dos ataques será fatal.

Em 2016 iniciaram-se as antecipações de pagamento dos empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a partir de 2009, a título de permitir que o BNDES enfrentasse os desdobramentos da crise financeira internacional de 2008.

A antecipação de pagamento determinada pelo governo federal, controlador do BNDES, fere de forma clara a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos seus artigos 36 e 37, criados originalmente para impedir o abuso do controle de entes da federação sobre os bancos a eles subordinados, como foi o caso dos bancos estaduais nos anos 90. Apesar da evidente ilegalidade, a antecipação do pagamento dos empréstimos foi aprovada pelo TCU e continuou ocorrendo sistematicamente desde os primeiros R\$ 100 bi, em 2016.

A violação da LRF é tão clara que o TCU preferiu recentemente ancorar sua autorização na tese, também muito frágil, de que os empréstimos foram ilegais. Interpretação que desautoriza uma decisão aprovada no Congresso Nacional.

Em seguida à antecipação do pagamento dos empréstimos, em 2017 a competitividade do BNDES e sua capacidade de influenciar a tomada de decisão do setor privado foram fortemente atingidas pela mudança radical na formação da sua taxa de juros base: trocou-se a TJLP (que vigorava desde o Plano Real e era fixada pelo Conselho Monetário Nacional) pela TLP, uma taxa complexa, indexada e determinada pelo comportamento de títulos do governo no mercado financeiro.

No governo Bolsonaro, depois da resistência de Joaquim Levy ser superada com a nomeação de Gustavo Montezano, iniciou-se a venda acelerada da carteira de ações da BNDESPar, o braço de participação acionária do BNDES. Em jogo, como pode se ver, não uma questão ideológica, mas, talvez, de conhecimento da história brasileira e de experiência. Uma carteira de mais de 100 bilhões de reais está sendo desfeita no meio de uma pandemia sob expectativa geral de valorização de *commodities* no mundo. Todo “dinheiro deixado na mesa” pelo BNDES, como diz o jargão, engorda bilionariamente o mercado financeiro privado, nacional e internacional. Cinquenta anos de existência da BNDESPar, toda a experiência acumulada, estão indo para o ralo.

Descapitalização, perda de competitividade, destruição de uma carteira responsável por parte considerável da lucratividade do BNDES. Para acabar com o Banco só faltava a suspensão dos re-

passes constitucionais. Silenciosamente, a gestão de Paulo Guedes cumpre sua missão de destruição.

O que está em jogo no Congresso Nacional é acabar com uma instituição como o BNDES sem nenhum plano alternativo, baseando-se apenas na superstição – como apontava Celso Furtado em relação ao discípulo brasileiro de Adam Smith, o Visconde de Cairu – do “deixai fazer, deixai passar, deixai vender”. Haja fé na mão invisível!

8. A PANDEMIA E A CALAMIDADE PÚBLICA COM O DESMONTE DO ESTADO

Vladimir Nepomuceno¹⁹

Muito tem sido escrito e falado sobre a PEC 186/2019, também conhecida como a PEC Emergencial. Isso ocorre principalmente no momento em que são batidos recordes de mortos e contaminados pela Covid-19 no Brasil, num momento em que as redes hospitalares pública e privada atingem seus limites de atendimento aos contaminados. No mesmo tempo, a parte mais pobre e carente da população está, mais uma vez, sem a devida assistência do Estado, como a não prorrogação do auxílio emergencial,

interrompido no final do ano passado, lembrando que o vírus, agora com suas variantes mais contagiosas, não suspendeu a contaminação no dia 31 de dezembro último. Agrega-se a isso o ritmo extremamente lento e claudicante da vacinação contra a doença num país que sempre foi referência internacional em campanhas de vacinação de larga escala e em um país com o tamanho e a diversidade geográfica e social como o nosso.

Entre as diversas manifestações que podemos destacar sobre a EPC 186/19 estão as dos representantes da área econômica do governo, juntamente com os porta-vozes do mercado, em especial o financeiro, através de editoriais e artigos assinados nos principais jornais, além dos noticiários televisivos, que defendem a exigência do Ministério da Economia de implantação de “contrapartidas” para a aprovação da retomada do pagamento do auxílio emergencial, lembrando que este não precisaria ter sido interrompido.

Se observarmos o significado das palavras, podemos tranquilamente substituir o termo “contrapartidas” por “chantagens”, uma vez que, no caso específico do combate à pandemia e do socorro à parcela, cada vez maior, de necessitados da cobertura do Estado para o atendimento das suas necessidades mais básicas. O que vemos não é a garantia de recursos suficientes para retomar o pa-

19 Assessor parlamentar e consultor de entidades sindicais. É sócio-diretor da Insight Soluções e Assessoria. Servidor público federal aposentado, foi dirigente sindical, diretor do DIEESE/DF e do DIAP. Foi Diretor de Relações do Trabalho no Ministério do Planejamento, onde compôs a equipe de negociação com entidades de servidores.

gamento de um auxílio em valor igual e com cobertura igual ao de 2020, mas um valor menor que a metade paga no ano passado e para uma parcela de menos da metade dos que receberam naquele ano.

O auxílio emergencial

Deixemos bem claro, a PEC emergencial nada, absolutamente nada, tem a ver com a necessidade de pagamento de um auxílio emergencial. Apenas uma infeliz coincidência de nomenclatura. Vamos lembrar que a PEC 186, já com o apelido de PEC Emergencial, foi entregue pelo governo no Senado em 5 de novembro de 2019, quando sequer era conhecido o novo coronavírus, transmissor da Covid-19, que foi identificado em 1º de dezembro de 2019, com o primeiro caso reportado em 31 de dezembro do mesmo ano. Logo, a proposta de emenda à Constituição ser anunciada como necessária para o pagamento do auxílio emergencial é de um oportunismo gigantesco e por que não dizer dantesco.

Duas coisas merecem ser observadas. A primeira é que a edição de medidas imprescindíveis ao atendimento das necessidades, inclusive econômicas e financeiras, em caso de calamidade pública, já encontram o suporte necessário na atual redação da Constituição Federal, dispensando essa PEC, bastando, assim como em 2020, a edição de um decreto legislativo pelo Congresso

Nacional, precedido de uma mensagem presidencial. Daí decorrem outros atos normativos, garantindo a flexibilização de critérios orçamentários e financeiros, além da aprovação pelo Congresso de lei fixando valor, prazo e critérios do tão aguardado auxílio emergencial. Lei essa que pode ser adiantada através da edição de uma Medida Provisória pelo presidente da República.

A segunda coisa, onde se encaixa a “chantagem”, é o oportunismo maquiavélico do governo em tentar fazer andar uma proposta de alteração constitucional, parada no Senado há um ano e três meses, desde novembro de 2019, que retira direitos sociais de toda a população, restringe e reduz condições de funcionamento de todos os serviços públicos, em todas as esferas de governo, principalmente os de maior abrangência e de extrema necessidade durante uma pandemia, como é o caso da saúde pública, da assistência social, da pesquisa e produção científicas, entre outras.

Nessa proposta são atingidos “todos” os servidores públicos do país, ativos, aposentados e pensionistas. A palavra “todos” está entre aspas, porque uma parte, os chamados “membros de Poder”, que são a verdadeira elite do serviço público em todas as esferas, como magistrados e ministros dos tribunais superiores, chefes dos Executivos, dos Legislativos, inclusive parlamentares, e do Ministério Público, não se consideram servidores e por isso não são atingidos pela proposta de emenda constitucional

186 de 2019. O mesmo acontece com a dita Reforma Administrativa, a PEC 32/2020. Nas duas proposições essas pessoas estão liberadas do seu sacrifício, o mesmo imposto aos demais profissionais do serviço público brasileiro.

A PEC 186/2019

A criação da chamada “cláusula de calamidade pública” é na verdade o aproveitamento de situações de calamidade pública para a imposição de restrições/gatilhos, já constantes da Emenda Constitucional 95/2016, a do teto de gastos, agora de forma ampliada e estendida à União, estados, Distrito Federal e municípios, pondo em prática uma grande contenção de gastos públicos em despesas obrigatórias, que são na prática as despesas responsáveis pela execução de políticas sociais além da remuneração dos servidores que as operam.

Em relação aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, a aplicação dos chamados **gatilhos** citados acima passaria a ser possível em duas situações. A primeira é em caso de calamidade pública. Aqui o que tenta ser incluído no texto constitucional é a imposição das restrições com vigência durante o exercício em que se deu a decretação de calamidade pública até o encerramento do segundo exercício posterior ao término da referida calamidade. Destaco que o texto é bem claro quando diz “encerramento do segundo exercício posterior

ao término da calamidade pública”. Isso significa que pode durar mais tempo do que o imaginado, uma vez que o prazo de dois anos é contado após o término do período de calamidade pública, que pode ultrapassar o limite do exercício em que foi decretada, o que é diferente do período composto pelo exercício em que for decretada a calamidade acrescido de dois exercícios.

A segunda situação é a aplicação do proposto “estado de emergência fiscal de estados, distrito federal e municípios”, através da criação de um artigo (167-A) e do “estado de emergência fiscal da União”, alterando o artigo 109 das disposições transitórias da Constituição, para ampliar o alcance e aprofundar as restrições já impostas pela Emenda do teto de gastos. Em ambos os casos, os gatilhos são aplicados exclusivamente em políticas sociais e servidores públicos.

A diferença entre ambas é a forma de cálculo. No caso dos estados, Distrito Federal e municípios, aplica-se a redação proposta no novo artigo 167-A, que significa dizer que:

*“Quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes superar noventa e cinco por cento, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, será facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, **enquanto remanescer a situa-***

ção, aplicar os mecanismos de ajuste fiscal apontados pela Constituição, os gatilhos.”

No entanto, quando a despesa corrente superar 85% da receita corrente (independentemente da existência de calamidade), as medidas nele indicadas poderão ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, sendo facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-la em seus respectivos âmbitos. O seja, não precisa atingir os 95%.

Já no caso da União, a relação usada é entre a proporção das despesas primárias obrigatórias e o total de despesas primárias. Diz a PEC 186 que, se, na aprovação da Lei Orçamentária Anual, a proporção da despesa obrigatória primária (salários e aposentadorias, encargos da dívida pública e transferências a estados e municípios) em relação à despesa primária total for superior a 95%, aplicam-se os gatilhos da EC 95/16 (art. 109, ADCT, ampliados pela PEC 186), igualando-se a estados e municípios.

Um ponto que merece atenção é que, diferente do estado de calamidade pública, no estado de emergência fiscal as restrições impostas através dos gatilhos *“enquanto remanescer a situação”*, não se restringindo a um determinado número de exercícios. Ou seja, até que o percentual de despesas correntes seja inferior a 95%.

Se aprovada a PEC como está no relatório do senador Marcio Bittar (MDB/AC), as vedações a serem impostas pelos chamados gatilhos são:

a) concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

b) criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

d) admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 e as contratações de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

e) realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas na alínea “d”;

f) criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de re-

apresentação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores, empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

g) criação de despesa obrigatória;

h) adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º;

i) criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

j) concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária;

k) suspensão da edição de atos que impliquem aumento de despesa de pessoal, bem assim a progressão e a promoção funcional em carreira de agentes públicos, incluindo os de empresas públicas e de sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos do ente da Federação para pagamento de despesas de pessoal ou

de custeio, quando o respectivo interesse se encerrar no exercício financeiro mencionado no caput, excetuadas aquelas que implicarem provimento de cargo ou emprego anteriormente ocupado por outro agente.

Um ponto que merece destaque é a inclusão formal de pensionistas no cálculo do limite de despesa com pessoal, uma vez que decisões judiciais poderiam beneficiar essas pessoas, como vinha ocorrendo. Isso é o que se pode chamar de requinte de crueldade.

Lembro ainda que a PEC impede que tudo o que deixar de ser pago como resultado das restrições impostas, e pelo tempo que for aplicado, não será pago posteriormente. Inclusive os direitos e benefícios criados e garantidos por lei.

Os verdadeiros objetivos da PEC Emergencial

Por fim, cabe destacar algumas questões fundamentais e eixos centrais da PEC 186/19.

Todas as limitações, restrições e cortes nas áreas sociais, incluindo servidores ativos aposentados e pensionistas têm um único propósito, a remessa de todo o dinheiro não gasto, não investido (impossível chamar de economizado) ao sistema financeiro através do pagamento de dívida pública.

A dita sustentabilidade da dívida nada mais é do que a garantia de seu pagamento a qualquer custo, principalmente através de corte de direitos e benefícios de servidores e da redução gradativa de direitos sociais de toda a população. Além daquilo que o relator chama de “alienação de ativos”, que nada mais é que a entrega a preços módicos de bens públicos.

Dentro desse escopo também se encontra o que o governo denomina de *equilíbrio intergeracional*. Uma situação absurda, onde é alegado que a atual geração não poderia aumentar gastos permanentes que seriam pagos pelas gerações futuras. Na prática o efeito é o inverso, uma vez que, ao não investir agora, as futuras gerações estarão sem a necessária cobertura do Estado.

Outros pontos dentro dos objetivos centrais da PEC em questão estão naquilo que foi denominado como Plano Mais Brasil, do qual a PEC 186/19 faz parte, junto com a PEC 187/19 e a PEC 188/19, todas entregues pelo governo ao Senado no mesmo dia e no mesmo pacote. Vale lembrar que a maioria dos pontos da PEC 186/19 também está na PEC 188/19. Isso porque a PEC 186, que tratamos agora, ganhou o apelido de emergencial pelo objetivo de implantar as restrições imediatamente (a partir de 2020, quando deveria ser votada), enquanto tramitava a perpetuação dos mesmos ataques em escala maior e mais abrangente, ao ampliar para estados, o Distrito Federal e municípios, os cons-

tantes da Emenda Constitucional 95/16, a do teto de gastos, através da PEC 188.

A área econômica do governo, ao ver a possibilidade de, *mentindo para a população com o apoio da grande imprensa*, usar a pandemia como argumento para a implantação de muitos desses pontos, transpôs questões constantes da PEC 188, incluindo no relatório da PEC 186. No entanto, penso que não podemos nos iludir com a retirada do relatório inicial da desvinculação de gastos mínimos em saúde e educação por estados e municípios, uma vez que essa questão pode voltar no relatório da PEC 188, ou em outra proposição. O mesmo se dá em relação à redução da jornada de trabalho de servidores públicos em até 25%, com redução remuneratória na mesma proporção. Nesse caso, a proposta segue no texto da PEC 188/19, mas também na PEC 438/18, em tramitação na Câmara dos Deputados. Essa retirada, apesar de acenar um possível atendimento a reivindicações, é na verdade para garantir a aprovação mais rápida da PEC e não correr o risco de que esses pontos fossem rejeitados em votação, o que impediria a sua reapresentação ainda este ano.

O que não podemos deixar de considerar nessa análise também é a estreita relação desta PEC, a 186/19, com a reforma administrativa, que tem como principal, mas não único instrumento, a PEC 32/2020. Afinal, ambas, assim como as reformas trabalhista e da previdência, vão no sentido de, a partir das restrições,

inclusive no exercício da função pública com o mínimo de condições e de trabalho, funcionais e remuneratórias, deflagrar o processo de fechamento de órgãos e instituições públicas, com a entrega de serviços a serem ofertados por empresas privadas, com empregados precários, obviamente, apenas a quem poderá pagar por eles. Nessa proposta, os poucos serviços públicos restantes serão exercidos por trabalhadores inseguros, muitos mal preparados, além de outros protegidos e indicados politicamente por governantes de plantão nas três esferas de governo.

A saída é tentar que, na votação do Senado, não sejam obtidos os 54 votos em plenário (3/5 do total de senadores) favoráveis às mudanças propostas. Dessa forma poderemos impedir mais um ataque ao povo e à nação brasileira.

9. O PLANO “MAIS BRASIL”, OS SERVIÇOS E OS SERVIDORES PÚBLICOS

Antônio Augusto de Queiroz²⁰

O “plano” chamado Mais Brasil consiste em ampla reforma constitucional, elaborada sob a lógica do ajuste fiscal, que tem por objetivo:

- i. a redução da presença do Estado no provimento de bens e serviços à população;
- ii. a desregulamentação de direitos e a regulamentação de restrições e obrigações;
- iii. a privatização dos serviços públicos.

O pacote, que é constituído por 3 propostas de emendas à Constituição (PEC), a ser complementado pela PEC da reforma administrativa, faz parte de um conjunto de reformas, com brutal ajuste fiscal, que persegue única e exclusivamente o lado da despesa, e, caso venha a ser aprovado, em nossa avaliação, terá como consequência a retirada dos mais pobres do orçamento público e ao desmonte do Estado de Proteção Social.

Esse pacote, aliás, é um aprofundamento de outras reformas já realizadas, que reduzem a presença dos pobres no orçamento, reduzem a participação dos trabalhadores na renda nacional, e ampliam a desigualdade e pobreza em nosso País, como:

- i. a Emenda Constitucional 95, do **Teto de Gastos**, que congelou, em termos reais, o orçamento público por 20 anos;

²⁰ Jornalista, analista e consultor político, diretor de Documentação licenciado do Diap, Sócio-Diretor das empresas “Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governo

ii. a **Reforma Trabalhista**, que criou novas modalidades precárias de contratação de trabalho, como a pejetização e o trabalho intermitente;

iii. a **Terceirização** generalizada, que precariza as relações de trabalho, reduz o salário e piora as condições de trabalho, inclusive em relação à segurança;

iv. a **Reforma da Previdência**, que modificou os fundamentos da concessão do benefício em 3 dimensões e todos em prejuízo do segurado: aumento da idade, aumento do tempo de contribuição e redução do benefício.

A aprovação e implementação desse pacto, que aprofunda e torna permanente o ajuste fiscal, terá como consequências, segundo Luiz Alberto dos Santos, especialista em gestão pública:

- i. o desmonte do Estado;
- ii. a desorganização administrativa;
- iii. a fragilização do serviço público;
- iv. a quebra de isonomia;
- v. a priorização da dívida pública e despesas financeiras;

vi. o aprofundamento da rigidez do Teto de Gasto; e

vii. um pacto federativo via cooptação financeira imediata e condicionada.

O fundamento teórico das medidas é a defesa do *equilíbrio fiscal intergeracional*, por meio do qual impede que as atuais gerações deixem dívidas para as futuras, admitindo apenas aquelas dívidas que possam também gerar retorno para as próximas gerações, como os investimentos ou as despesas de capital.

Foi nesse contexto fiscalista que o governo Bolsonaro enviou ao Senado Federal, ainda em 2019, as PEC 186, 187 e 188, todas subscritas pelo líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), cujos pontos centrais foram reunidos no parecer do senador Márcio Bittar (MDB/AC), a saber:

1) **PEC 186/19 - conhecida como PEC emergencial**: traz 3 mudanças estruturais nas finanças públicas:

1.1) torna permanente o ajuste previsto no Teto de Gasto Público, de que trata a EC 95;

1.2) estende sua aplicação aos estados, Distrito Federal e municípios; e

1.3) vincula a aplicação do Teto de Gasto à chamada Regra de Ouro.

2) **PEC 187/19 - fundos infraconstitucionais**: uma espécie de DRU permanente, prevê a extinção de 248 fundos, disponibilizando R\$ 219 bilhões para amortização da dívida pública, além de:

2.1) Determina a transferência dos recursos que hoje formam este fundo ao respectivo Poder na esfera federativa que o tenha criado:

2.2) anula dispositivos infraconstitucionais vinculados aos fundos;

2.3) autoriza que as receitas desvinculadas poderão ser destinadas a programas voltados à erradicação da pobreza, investimentos em infraestrutura que visem a reconstrução nacional; e

2.4) destina as receitas públicas dos fundos, até que eles sejam extintos, à amortização da dívida pública.

3) **PEC 188/19 - a mais abrangente**: traz princípios gerais, a serem disciplinados em lei complementar, que profunde o ajuste fiscal, como:

3.1) desobrigação, desindexação e desvinculação (DDD): desindexa despesas obrigatórias (deixa de reajustar) em caso de emergencial fiscal;

3.2) prevê a necessidade de observância do equilíbrio fiscal intergeracional dos direitos sociais, do art. 6º da Constituição Federal

Segundo o parecer do relator, o cerne da proposição são os mecanismos de estabilização e ajuste, a serem acionados em três hipóteses: (i) na União, quando descumprida a regra de ouro; (ii) nos demais entes, quando as despesas correntes superarem 95% das receitas correntes, nos doze meses anteriores; (iii) todos os entes, quando decretado pelo Congresso estado de calamidade de âmbito nacional.

Os principais aspectos críticos do relatório da PEC emergencial, em caráter permanente, são:

i. revogação dos pisos de educação e saúde;

ii. necessidade de observância do equilíbrio fiscal intergeracional na promoção e efetivação dos direitos sociais (art. 6º da CF);

iii. exigência de Lei complementar disposta sobre sustentabilidade da dívida, especificando: a) indicadores de sua apuração; b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida; c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação; d) medidas de ajuste, suspensões e vedações; e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida;

iv. obrigatoriedade da União, Estados, DF e Municípios conduzirem suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade;

v. a LDO deverá ser elaborada em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública;

vi. o gasto com pensionista será considerado despesa com pessoal, para efeito dos limites da LRF;

Sempre que a relação entre despesas correntes e receitas correntes de Estados/DF/Municípios superar 95% será facultado, enquanto remanescer a situação, acionar gatilhos e aplicar mecanismos de ajuste fiscal suspendendo: a) a concessão de vantagens, aumentos, reajustes ou adequação de remuneração de servidores e membros de poderes e órgãos; b) a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; c) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; d) a admissão ou contratação de pessoal, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, e a contratação temporária em caso de necessidade de excepcional interesse público; e) a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias.

Durante o acionamento dos gatilhos, fica vedada, além das proibições já mencionadas: 1) a criação de despesa obrigatória, 2) o reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, exceto o salário mínimo; 3) a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, 4) renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídio e subvenções, 5) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária; 6) aumento de despesa com pessoal, bem como progressão e promoção funcional em carreira de agentes públicos, incluindo empresas públicas e sociedade de economia mista. Excluem-se das proibições quanto a promoções e progressões os magistrados e membros do ministério público.

Quando a relação entre a despesa corrente superar 85% da receita corrente, sem exceder o percentual de 95%, os gatilhos poderão ser acionados por ato do Chefe do Poder Executivo, com vigência imediata, deste que posteriormente submetido para apreciação e convalidação pelo Poder Legislativo local, perdendo a eficácia se for rejeitado ou quando transcorridos 180 dias sem apreciação pelo Poder Legislativo ou, ainda, quando a relação entre despesa e receita corrente voltarem ao patamar inferior a 85%.

Se o ente subnacional optar por não acionar o gatilho, fica proibido de contratar crédito até o equilíbrio da relação entre despesa e receita corrente.

No caso da União, quando no momento da aprovação da lei orçamentária, for constatado que a proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total for superior 95%, aplica-se ao respectivo poder ou órgão, até o final do exercício a que se refere a lei, sem prejuízo de outras medidas, os gatilhos do teto de gasto e durante o período de vigência do gatilho fica proibido o aumento de despesa de pessoal, bem como a progressão ou promoção funcional em carreira de agentes público, incluindo empresas estatais, exceto magistrados e membros do ministério público.

Em relação ao servidor, o substitutivo da PEC Emergencial dá efetividade plena e imediata, portanto, à EC 95, do teto de gasto, e remete para lei complementar outras restrições, com fundamento no “equilíbrio fiscal intergeracional” e no “equilíbrio da dívida pública”.

E assim, em nome do “equilíbrio fiscal intergeracional” e da “sustentabilidade da dívida pública”, o texto determina a aplicação imediata do congelamento dos gastos permanentes sempre que as despesas obrigatórias ultrapassarem o limite de 95% da Receita Corrente Líquida, autorizando o corte de despesas de custeio e de pessoal, com a suspensão de promoções e progressões e de reajustes salariais, inclusive a revisão geral, além de ampliar a possibilidade as possibilidades de contratação temporária no serviço público.

Em caso de decretação de calamidade pública, como ocorreu em 2020 e ocorrerá novamente em 2021, serão aplicadas imediatamente, no exercício em que ocorrer e nos dois seguintes, as mesmas restrições e congelamento de despesas, especialmente do gasto com pessoal, com a vedação de reajustes a qualquer título, realização de concursos, vedação de promoções e progressões (ressalvados os magistrados, militares, diplomatas, membros do MP e carreiras onde a promoção dependa de vaga na classe seguinte).

Ou seja, mesmo que a Receita corrente seja suficiente, estando o comprometimento com despesa de pessoal abaixo do limite da LRF, e que não seja alcançado o limite de despesas correntes totais (95%), serão aplicadas as vedações, por 3 anos, pelo menos. Isso implica em congelamento da folha de pessoal até 2024.

Embora o substitutivo seja mais enxuto e tenha excluído a possibilidade de redução de salário com redução de jornada, o texto cria as condições para controlar o gasto público, inclusive em relação aos direitos sociais do artigo 6º da Constituição, só permitindo uma nova despesa com o cancelamento de outro preexistente.

Por fim, remete para lei complementar a regulamentação dos princípios de “equilíbrio fiscal intergeracional” e da “sustentabilidade da dívida pública”, que poderá ampliar as restrições de gasto,

especialmente com pessoal e com direito social, complementando a agressão aos servidores públicos com a reforma previdenciária, já realizada, e com a administrativa, que será a próxima pauta do ajuste a ser votado, após a PEC emergencial.

O desafio, na perspectiva geral, é impedir o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e estancar as tentativas de demolição das instituições de freios e contrapesos e das políticas públicas de proteção social. E na luta específica do movimento sindical dos servidores e dos trabalhadores do setor privado, além de impedir a aprovação da PEC Emergencial e da reforma administrativa, nos termos formulados, é evitar o retorno da Carteira Verde e Amarela e a capitalização da previdência social.

10. É PRECISO REINVENTAR A PEC EMERGENCIAL E A REFORMA ADMINISTRATIVA

Bráulio Santiago Cerqueira²¹

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no 186/2019, chamada PEC da Emergência Fiscal, e a Reforma Administrativa (PEC no 32/2020) vêm sendo apresentadas como instrumentos essenciais de consolidação fis-

cal, resgate da credibilidade e recuperação da economia.

No passado não muito distante, os cortes de gasto público e o aperto monetário-creditício de 2015 restaurariam a confiança. Depois disso vieram o teto de gastos, a terceirização irrestrita, as reformas trabalhista e da previdência. Só não vieram crescimento, emprego e redução da pobreza: o PIB ao final de 2019 não chegou ao de 2013 (IBGE/Contas Nacionais), o desemprego e informalidade alcançavam 40% da força de trabalho antes da pandemia (IBGE/PNAD Contínua), o país voltou ao mapa mundial da fome.

No início da crise sanitária o ministro da economia afirmava que *“se promovermos as reformas, abriremos espaço para um ataque direto ao coronavírus. Com 3 bilhões, 4 bilhões ou 5 bilhões de reais a gente aniquila o coronavírus, ...mas sem espaço fiscal não dá”*.

Pouco depois o orçamento de guerra demonstrou que espaço fiscal num país que emite moeda se relaciona menos a restrições financeiras e mais a disposições legais, e não foram R\$ 5 bilhões, mas R\$ 500 bilhões de gasto público direto (STN/Resultado do Tesouro) contra a pandemia, além de R\$ 1,2 trilhão de injeção potencial de liquidez nos bancos (Banco Central do Brasil). Infelizmente também se provou que não basta dinheiro para derrotar o vírus, é

21 Mestre em Economia. Auditor Federal de Finanças e Controle. Presidente do UNACON Sindical.

preciso ciência, planejamento, cooperação federativa e gestão pública.

Em tempos negacionistas, contudo, fatos pouco importam: *“se demorarem a debater as reformas [PEC Emergencial e Reforma Administrativa], flertarem com qualquer quebra de teto ou postergação de reformas, não tenho dúvida de que o preço do dólar vai subir, a inclinação da curva de juros vai aumentar, teremos pressão na inflação, ...acho que o Brasil tem seis meses para atuar e trazer essa confiança maior no avanço das reformas”* (Solange Srour, Credit Suisse, UOL, 17 de jan. 2021).

Enquanto isso, na Europa discute-se reeditar a cooperação internacional e o planejamento do investimento público característicos do Plano Marshall (Valor Econômico, 2 de fev. de 2021), e nos EUA o novo governo anuncia estímulos de US\$ 1,9 trilhão para a vacinação da população, aumento do salário mínimo, sustentação da renda das famílias, sobrevivência de empresas e transição para tecnologias limpas (InfoMoney, 14 de jan. de 2021).

Mas o que trazem de concreto as PECs da Emergência Fiscal e da Reforma Administrativa?

Justificada em 2019 como necessária à *“contenção do crescimento das despesas obrigatórias para todos os níveis de governo”*, a PEC 186/2019 congela por tempo indeterminado salários na administração pública, além de possibilitar sua redução em até 25% junto com jor-

nada. No debate atual, outra razão é evocada para justificar os cortes em pessoal: a busca de fontes de financiamento para a prorrogação do auxílio emergencial.

A consolidação fiscal pregada pelos economistas de mercado, focada no gasto, desconsidera: (i) o papel de um projeto de desenvolvimento inclusivo e sustentável capaz de alavancar o crescimento e receitas; e (ii) uma reforma tributária progressiva que taxe as maiores rendas e os grandes patrimônios.

Reduzir salários e serviços à população não é necessário à recriação do auxílio emergencial porque num país que emite moeda são opções políticas e regras fiscais mal desenhadas, como o teto de gastos, que não permitem acomodar despesas a emergências como a atual. Quando houve disposição, como no ano passado com a criação do orçamento de guerra, os R\$ 293 bilhões de auxílio emergencial e os R\$ 78 bilhões de repasses a Estados e Municípios (STN/Resultado do Tesouro) não exigiram cortes em outras despesas. O resultado concreto desta expansão do gasto não foi uma crise de confiança, mas uma menor queda do PIB e um menor crescimento do déficit e da dívida pública do que os projetados; e com a fixação da Selic no mínimo histórico, houve queda do custo da dívida.

Também é perverso arrochar salários de servidores quando 95% do emprego público concentra-se no Poder Executivo dos três níveis da federação, com média salarial de R\$ 4.200,00 (ME/

RAIS, 2019). No governo federal, há 20 anos as despesas com a folha seguem estáveis em % do PIB, sem des controle (STN/Resultado do Tesouro). Com ativos civis, o nível real de gastos caiu 3,7% em 2020, regredindo a 2014. Não há data-base no serviço-público, isto é, não há obrigatoriedade sequer de negociação ano a ano. 80% do funcionalismo federal obteve o último reajuste em janeiro de 2017, sendo que a Lei Complementar no 173/2020 congelou salários até dezembro de 2021, gerando perda de poder de compra de 20% pelo IPCA ou 50% pelo IGP-M.

Tampouco seria suficiente cortar salários para financiar o auxílio emergencial. Sem militares, que este ano terão os salários majorados (como ocorre desde 2019 ininterruptamente), a folha de ativos do governo federal é de R\$ 140 bilhões (STN/Resultado do Tesouro). Por sua vez, as áreas de saúde e educação, prestadoras diretas de serviços à população, respondem por 65% da força de trabalho civil. Supondo inelegível aos cortes este mesmo percentual, a economia anual com redução de 25% nos salários no governo federal somaria R\$ 12,3 bilhões, ou 4% do dispêndio com auxílio emergencial em 2020. À guisa de comparação, a Nota Técnica UNAFISCO n. 15/2020 calcula o potencial arrecadatório da reintrodução da tributação de lucros e dividendos das pessoas físicas em R\$ 54 bilhões anuais.

O corte de jornada e salários de servidores, ademais, é um equívoco ma-

croeconômico pois, de um lado, reduz a provisão de bens e serviços públicos numa situação de calamidade e, de outro lado, subtrai poder de compra do funcionalismo retraindo consumo, produção e renda agregadas. Estudo da UFMG sobre os Efeitos Contracionistas da PEC Emergencial estima perda no curto prazo de 1,4% do PIB associada a um corte linear de 25% de salários do conjunto dos empregados públicos.

Quanto à PEC 32/2020, seu objetivo declarado, além da consolidação fiscal, é a modernização do Estado. No entanto, a Exposição de Motivos não apresenta estimativa de impacto orçamentário, muito menos de resultados para a sociedade. A ausência de embasamento técnico ensejou a apresentação pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) de Mandado de Segurança contra a tramitação no Congresso, ainda em análise no STF.

A reforma proposta não é administrativa, se restringindo à gestão de recursos humanos (RH), deixando de lado a estrutura do Estado, insumos, ferramentas de gestão, informação e as próprias entregas da máquina pública – o que não estranha num governo que propõe (com a PEC 188/2019) o fim do Plano Plurianual (PPA), único instrumento formal de planejamento global das políticas públicas.

Enquanto reforma do RH, a orientação da PEC 32/2020 é privatista e pa-

trimonialista. Chama “modernização” a precarização das relações de trabalho no serviço público. Dentre as alterações constitucionais previstas, destaca-se:

i) a introdução do princípio da subsidiariedade na administração pública, transferindo ao indivíduo e às famílias a primazia na resolução de questões sociais, um retrocesso ao período pré Estado de Bem-Estar;

ii) a extinção do regime jurídico único com a criação de 5 vínculos diferentes na administração, apenas um deles com estabilidade para os novos servidores;

iii) o aumento do quantitativo e o livre preenchimento dos cargos de liderança e assessoramento, substitutos dos atuais cargos em comissão e das funções de confiança que possuem regras de acesso definidas em Lei;

iv) a revogação do dispositivo que determina a manutenção de escolas de governo pelos entes federados;

v) a atribuição ao presidente da República do poder de extinguir, sem discussão e autorização prévia do Congresso, universidades, órgãos como o

IBAMA ou autarquias como o Banco Central;

vi) o ataque à política de desenvolvimento produtivo com a vedação à criação de reservas de mercado para empresas nacionais, matéria estranha ao objeto da reforma e na contramão da soberania num mundo multipolar ameaçado pela pandemia.

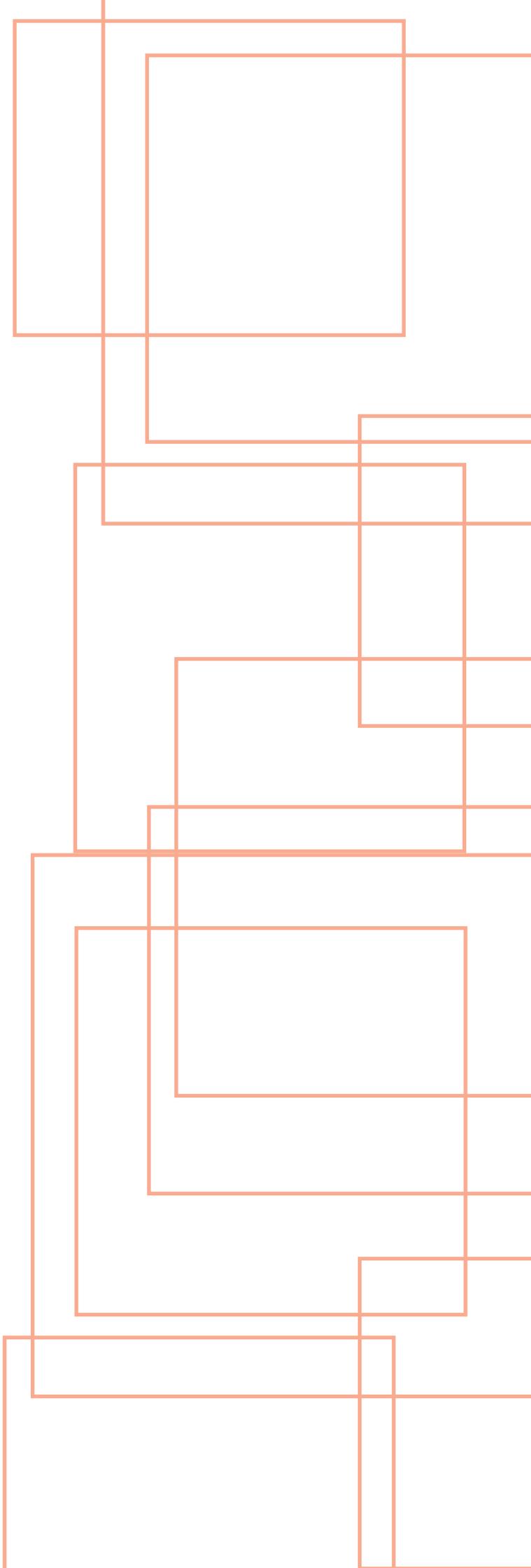
Assim, em plena emergência sanitária, a proposta de reforma administrativa desresponsabiliza o Estado, institucionaliza o bico no serviço público, amplia a ingerência política na gestão e “premia” o grosso das categorias de servidores à frente do combate ao vírus com o fim da estabilidade. Esta última, vale lembrar, instrumento de proteção do cargo público e da sociedade contra a ingerência do poder político ou privado.

Por outro lado, estão ausentes ou pouco desenvolvidos na PEC 32/2020 temas como regulamentação do teto remuneratório na administração pública e gestão/avaliação de desempenho, os quais poderiam gerar convergência sem a necessidade de alteração da Constituição.

As PECs da Emergência Fiscal e da Reforma Administrativa, assentadas na ideologia do Estado mínimo e numa versão radicalizada da austeridade fiscal em desuso num mundo pandêmico, promovem desestruturação dos serviços públi-

cos, arrocho de salários, precarização do emprego e patrimonialismo.

Cabe à sociedade e ao Congresso o exercício democrático e republicano de construção de freios e contrapesos aos retrocessos propostos. É necessário não reduzir o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões aos ganhos de curto prazo com ações, juros e câmbio. É mais do que possível, sem reinventar a roda, retomar a agenda de regulamentações infraconstitucionais de melhoria de desempenho, produtividade e entregas da administração pública.



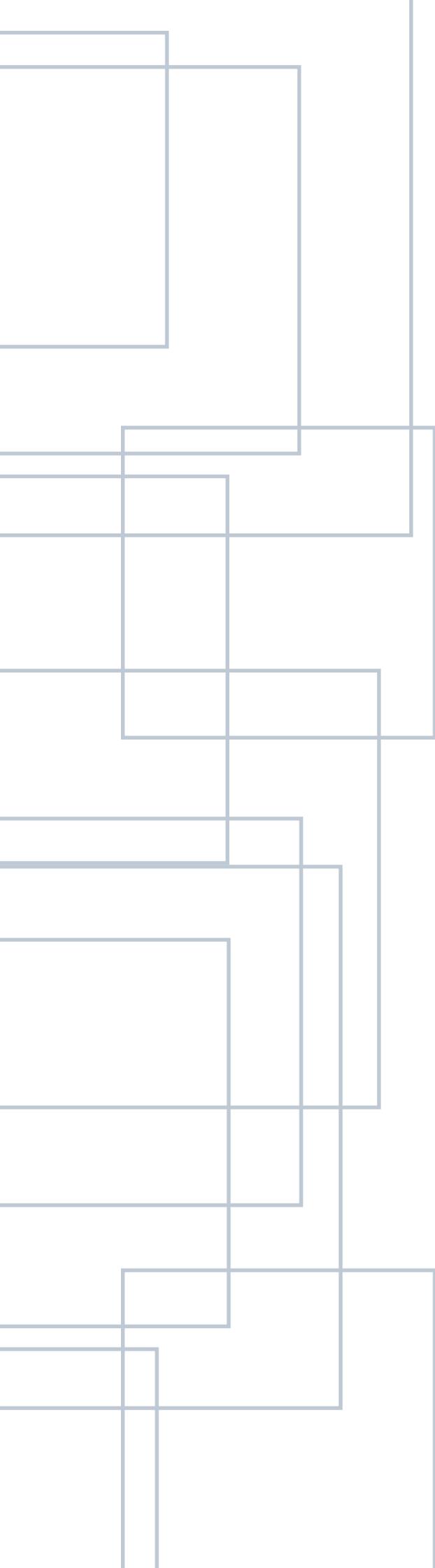
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Ereto da brocha, OMBUDSMAN

**CRÔNICAS TRAGICÔMICAS DE
UM DIPLOMATA RESISTENTE**

6



Esta publicação tem um autor anônimo: o Ministro Ereto da Brocha, Ombudsman, o cronista misterioso do Itamaraty. Os textos introdutórios explicam sua relevância para entender o Brasil atual.

SUMÁRIO

NOTA DE ADVERTÊNCIA ÉTICO-METODOLÓGICA <i>José Celso Cardoso Jr.</i>	427
NOTA LIMINAR ÀS CRÔNICAS DO ITAMARATY BOLSOLAVISTA: UM CRONISTA (ATÉ AQUI) MISTERIOSO <i>Paulo Roberto de Almeida</i>	428
INTRODUÇÃO PESSOAL ÀS CRÔNICAS DO DIPLOMATA ANÔNIMO <i>Paulo Roberto de Almeida</i>	429
1 - O PAPEL DO ASNO NA SOCIEDADE BRASILEIRA (SEMANA 01)	431
2 - GUSMÃO RENDIDO (SEMANA 02)	432
3 - PELA RESTAURAÇÃO! (SEMANA 03)	432
4 - FRANJAS LUNÁTICAS (SEMANA 4)	433
5 - O ANTI-BARÃO (SEMANA 05)	434
6 - ALIENÁVEIS ALIENÍGENAS (SEMANA 06)	435
7 - NOBEL (SEMANA 07)	436
8 - SUSSURRAM OS CORREDORES (SEMANA 08)	437
8 BIS - BOLO DE LARANJA LIMA (SEMANA 08-BIS)	438
9 - MEU CARO AMIGO (SEMANA 09)	439
10 - AOS FATOS (SEMANA 10)	439

11 - KEJSERENS NYE KLÆDER (SEMANA 11)	440
	441
12 - A ERA DO RÁDIO (SEMANA 12)	
13 - ERA UMA VEZ NA ARÁBIA UM HOMEM CHAMADO ABU (SEMANA 13 – PARTE 01)	442
14 - ABU V, O HETERÔNIMO (SEMANA 14 – PARTE 02)	443
15 - O ESTRANHO CASO DE ABU (SEMANA 15 – PARTE 03)	444
16 - A JORNADA DO HERÓI (SEMANA 16)	445
17 - RUMO À IDADE MÉDIA (SEMANA 17)	447
18 - PATRIOTAS (SEMANA 18)	448
19 - OS LEITÕES DE NIEMÖELLER (SEMANA 19)	449
20 - RECEITA CONTRA O GLOBALISMO (SEMANA 20)	450
21 - O IG NOBEL (SEMANA 21)	451
22 - O DISCURSO [NA ONU] (SEMANA 22)	452
23 - AS CINZAS DE POMPEIA (SEMANA 23)	453
24 - RÉQUIEM PARA UM POVO (SEMANA 24)	454
25 - A ESTAGNAÇÃO FREUDIANA DO BOLSONARISMO (SEMANA 25)	455
26 - SER PÁRIA. É BOM SER PÁRIA (SEMANA 26)	456
27 - O DRAGÃO DA MALDADE CONTRA O SANTO GUERREIRO (SEMANA 27)	457
28 - E AGORA, JOSÉ? (SEMANA 28)	458

29 - SOZINHO (SEMANA 29)	459
30 - XARAB FICA? (SEMANA 30)	460
31 - BANANA SPLIT (SEMANA 31)	461
32 - TECITO DE MORINGA (SEMANA 32)	462
33 - A FAMÍLIA BEAN (SEMANA 33)	464
34 - RETORNO A ASA BRANCA (SEMANA 34)	465
35 - PRESENTE DE NATAL (SEMANA 35)	465
36 - FELIZ ANO VELHO (SEMANA 36)	467
37 - VOLUME II, CAPÍTULO 01. (SEMANA 37)	468
38 - OS DESTRUIDORES DE MUNDOS (SEMANA 38)	469
39 - MINISTRO EM FUGA (SEMANA 39)	470
40 - BATENDO PALMA PARA MALUCO DANÇAR (SEMANA 40)	471
NOTA FINAL DE CONCLUSÃO SEM FIM: UM CRONISTA MISTERIOSO ANIMA A RESISTÊNCIA NO ITAMARATY <i>Paulo Roberto de Almeida</i>	472
APÊNDICE: UM MANIFESTO GLOBALISTA <i>Paulo Roberto de Almeida</i>	473

NOTA DE ADVERTÊNCIA ÉTICO-METODOLÓGICA

José Celso Cardoso Jr.¹

Tomei conhecimento do *cronista misterioso* do Itamaraty, de alcunha Ereto da Brocha, pela edição de dezembro de 2020 da revista Piauí. A matéria, assinada por Luigi Mazza, além de muito divertida, incutiu em mim grande curiosidade sobre o conjunto da obra que ali era anunciada, vale dizer: crônicas periódicas escritas, supõe-se, por “diplomata anônimo que zomba de Ernesto Araújo e sua trupe.”

Tomamos, então, a iniciativa de procurar o embaixador Paulo Roberto de Almeida, única referência anunciada nominalmente na matéria de Mazza, para saber se poderíamos ter acesso ao conjunto completo das tais crônicas de Ereto da Brocha. Soubemos que todas estavam (e ainda estão) postadas no blog *Diplomatizando*², de livre acesso, e aproveitamos as férias de janeiro de 21 para saborear o conteúdo.

Apesar de pessoalmente considerar o pseudônimo escolhido muito chulo,³ qual não foi a nossa surpresa ao descobrir que, mais que crônicas de humor e descrédito acerca da atual gestão do MRE, havia ali reflexões claras sobre o peso e papel histórico-institucional da diplomacia brasileira no concerto das nações. Além de postura política altiva do nosso cronista frente às barbaridades em curso no ministério e na própria política externa brasileira, com reflexos deletérios reais sobre a imagem, peso e papel internacional do Brasil no cenário global.

Em outras palavras: vistas em conjunto, as crônicas buscam menos personalizar ou *fulanizar* a condução da política externa pelo atual governo, e mais problematizar ou criticar tal condução sob o prisma dos riscos institucionais – ao próprio ministério, mas também ao Brasil, em última instância – que tal condução enseja.

Em suma, concluímos tratar-se de registro histórico, ao mesmo tempo raro e irreverente, provocativo e propositivo, acerca de uma das facetas do que temos chamado de *assédio institucional* no se-

1 Servidor público, pesquisador do Ipea e presidente da Afipea.

2 “**Um Ornitorrinco no Itamaraty: crônicas do Itamaraty bolsolavista**”, Brasília, 5 novembro 2020, 35 p. Compilação de 24 crônicas do cronista misterioso, um diplomata aposentado que se apresenta como “ministro Ereto da Brocha”. Postado na plataforma Academia.edu: https://www.academia.edu/44437505/Um_Ornitorrinco_no_Itamaraty_cronicas_do_Itamaraty_bolsolavista_Ereto_da_Brocha_2020_; disseminado via *Diplomatizando*: <https://diplomatizando.blogspot.com/2020/11/um-ornitorrinco-no-itamaraty-cronicas.html>

3 Segundo a matéria de Luigi Mazza, há certa concordância dos entrevistados sobre isso, ao que a explicação para a escolha do pseudônimo teria a ver com a intenção do cronista em caracterizar a figura do Ministro Ernesto Araújo como sendo “ao mesmo tempo vulgar e impotente”. Que os leitores julguem o acerto ou não desta escolha.

tor público brasileiro.⁴ Reside aqui a razão de fundo a nos encorajar a publicar na íntegra, como verdadeiras Pílulas de Bom Senso, o conjunto de crônicas de Ereto da Brocha, recolhidas de modo intermitente entre agosto de 2020 e janeiro de 2021, e publicadas originalmente no blog *Diplomatizando*. Com aquiescência do embaixador Paulo Roberto de Almeida, mesmo sabendo dos riscos potenciais de retaliação que possamos vir a sofrer da onda de ignorância, intransigência e violência que grassa em nosso país nessa quadra histórica terrível que ora vivemos.

Nestes termos, cientes de que a Constituição Federal de 1988, ainda vigente, garante-nos a prerrogativa da livre manifestação e que cabe ao Estado a proteção da liberdade individual e da integridade física (e psíquica) da pessoa humana nos termos da lei, dedicamos esse volume do Pílulas de Bom Senso a todos aqueles e aquelas que ainda não desistiram de pensar e de lutar por um Brasil verdadeiramente republicano, democrático e desenvolvido, para todos os seus cidadãos e cidadãs. Melhor ainda se pudermos fazer isso com bom humor!

Em nome do nosso compromisso ético com o futuro, ousemos!

NOTA LIMINAR ÀS CRÔNICAS DO ITAMARATY BOLSOLAVISTA: UM CRONISTA (ATÉ AQUI) MISTERIOSO

*Paulo Roberto de Almeida.*⁵

No dia 20 de agosto de 2020 recebi, de um colega de carreira, uma dúzia de arquivos assinados com um *nom de plume*, nitidamente de um diplomata aposentado, empenhado em criticar os descaminhos do Itamaraty bolsolavista.

Eles foram seguidos, nas semanas seguintes, por mais outros conjuntos de arquivos, perfazendo, até aqui, 40 crônicas saborosas. Li, gostei, e resolvi republicar, por minha conta e risco, no *Diplomatizando*, uma por uma destas crônicas, que tratam todas da lamentável situação do Itamaraty sob a gestão do atual governo aloprado.

Elas foram redigidas certamente por um diplomata experiente, mas já aposentado, o que o coloca ao abrigo de retaliações maciças que possam aflorar no cérebro confuso do seu principal objeto, o *ornitorrinco* que vive submergido, fora do alcance da imprensa e do escrutínio dos próprios colegas. Como detectei grande interesse no material, resolvi compor uma pequena brochura para colocar essas crônicas de um autor ainda

4 A respeito, ver Barbosa da Silva, F.; Cardoso Jr., J. C. **Assédio Institucional no Setor Público e o Processo de Desconstrução da Democracia e do Republicanismo no Brasil**. Brasília: Cadernos da Reforma Administrativa n. 12, Fonacate, 2020.

5 Diplomata e escritor.

desconhecido à disposição dos interessados, consolidando o material recebido com pequenas introduções a cada uma delas e uma introdução geral ao conjunto, todos esses textos feitos claramente de improviso, no calor da hora.⁶

Acredito que o cronista anônimo vai continuar se exercendo nas doçuras da crítica sarcástica, mas não tenho contato com ele. Dependo de colegas que recebem e me repassam o material, que não sei exatamente como circulam. O fato é que essas crônicas são lidas com indizível prazer pela nossa corporação de ofício, que assim pode desfrutar (ainda que clandestinamente) do sarcasmo que são a sua marca irrecusável.

Numa conjuntura de tantos absurdos e bizarrices, a maior parte composta de declarações presidenciais imensamente constrangedoras para nosso país, internamente e externamente, uma das reações usadas em todas as épocas é a derrisão, ou seja, a ironia ferina, ou sarcástica, usada como arma da crítica, desde Erasmo e Swift, até nossos dias. Dois dos nossos saudosos cronistas de costumes, Stanislaw Ponte Preta – autor do (hoje de mais rara menção, mas inesquecível) Febeapá, o “Festival de Besteiras que Assola o País” – e Millôr Fernandes, também conhecido como Vão Gogo, se sentiriam à vontade e escreveriam novas

crônicas impagáveis sobre os atuais pândegos do poder estabelecido.

Se eu tivesse de dar um conselho ao nosso cronista misterioso, eu pediria que ele datasse, pelo calendário efetivo, cada uma de suas saborosas crônicas, pois o registro cronológico é importante para a história, uma vez que o Brasil necessita ter um registro preciso destes tempos tão pouco memoráveis, não convencionais, em nossa vida de retinas fatigadas pelas pedras no caminho que temos de enfrentar em nossa incerta trajetória em direção a um vago futuro.

Em todo caso, desejo uma excelente continuidade no bom trabalho que vem sendo desenvolvido pelo cronista misterioso. Não sei se a FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), em alguma administração futura, poderá publicar estas crônicas de costumes, mas fica a sugestão, talvez num estilo não muito diferente daquele seguido, no século XIX, por uma dupla que se exercia nesse tipo de crítica: Bouvard e Pecuchet.

Por ora, entretanto, agradecemos o interesse e disposição da Afipea-Sindical em fazê-lo, certo de que cumpre um papel ético e profissional da mais alta conta ao país, em contraste franco ao dia-a-dia de misérias e misericórdias que temos vivido.

6 “Um Ornitórrinco no Itamaraty: crônicas do Itamaraty bolsolavista”, Brasília, 5 novembro 2020, 35 p. Compilação de 24 crônicas do cronista misterioso, um diplomata aposentado que se apresenta como “ministro Ereto da Brocha”. Postado na plataforma Academia.edu: https://www.academia.edu/44437505/Um_Ornitórrinco_no_Itamaraty_cronicas_do_Itamaraty_bolsolavista_Ereto_da_Brocha_2020_; disseminado via *Diplomatizando*: <https://diplomatizando.blogspot.com/2020/11/um-ornitorrinco-no-itamaraty-cronicas.html>

INTRODUÇÃO PESSOAL ÀS CRÔNICAS DO DIPLOMATA ANÔNIMO

Paulo Roberto de Almeida.

Como dito acima, fui apresentado, na quinta-feira 20 de agosto de 2020, a uma série de “crônicas” da mais fina qualidade literária, ainda que no gênero sarcasmo, as quais eu desconhecía completamente. Segundo me relatou o “expedidor”, essas saborosas crônicas têm circulado desde algumas semanas, e estão sendo distribuídas metodicamente a seus felizes destinatários, entre os quais eu não me incluo (daí ter sido contemplado, apenas tardiamente e indiretamente, com a remessa de uma dúzia completa, que devorei imediatamente, com grande prazer, aliás).

Segundo depreendo das palavras do autor, trata-se de um diplomata aposentado, grande conhecedor não apenas da cultura do Itamaraty, mas da cultura *tout court*, capaz de finas alusões literárias, musicais, históricas e de uma grande dose de ironia, para não dizer de sarcasmo, puro e direto. Mas tem muito mais do que isso. Pelo que me ensinam os dicionários, os sinônimos de sarcasmo podem ser os seguintes: zombaria, brincadeira, burla, caçoada, chacota, deboche, derrisão, escárnio, galhofa, gozação, ironia, malhação, mangação, sátira, troça, apupo, gracejo, jocosidade (entre vários outros). Tem tudo isso nestas crônicas, mas sempre com muita elegância, típica de um diplomata de *la vieille école*,

desses que praticamente já não existem mais.

Em todo caso, as tiradas do nosso cronista misterioso são muito bem vindas no atual estado depressivo no qual vivem o Itamaraty e os *itamaratecas*, uma vez que ele revive o espírito gozador do nosso povo, não os humoristas de ocasião, estilo Casseta e Planeta, mas os maiores e os mais inteligentes, desde Lima Barreto e Mendes Fradique, passando pelo Barão de Itararé e por Stanislaw Ponte Preta, até chegar no inesquecível Millôr Fernandes (também conhecido como “Vão Gogo, um escritor sem estilo”).

O cronista aqui descoberto – êpa!; ainda não: desconheço sua identidade por completo, nem quero conhecer – ainda tem uma longa carreira pela frente, tanto quanto durar o besteirol governamental, e mais precisamente aquilo que eu já denominei de “miséria do Itamaraty”. O personagem aqui visado, merecidamente, digamos assim, vai ficar muito desconfortável ao ler estas saborosas crônicas, se ainda não as leu. Suponho que ele vai pedir aos arapongas do regime bolsonarista, aos esbirros do Gabinete do Ódio (que já lhe forneceram farto material para atacar seus antecessores e supostos adversários políticos) que lhe façam a busca, e não será uma grande surpresa se ele descobrir quem se esconde atrás desse nome bizarro escolhido pelo “cronista dos absurdos” da diplomacia bolsolavista.

Não importa agora quem seja o Batman, o Fantasma, o herói temporário de tantos diplomatas discretamente satisfeitos com estas crônicas de tempos miseráveis. O personagem destas crônicas vai tentar identificar quem ele considera um êmulo do Fantômas, ou do Arsène Lupin, mas o nosso cronista é na verdade um grande diplomata, um defensor das melhores tradições do Itamaraty, apenas que armado da mais fina ironia que é possível a um experiente cultor da literatura, da música, da cultura brasileira. Vou postar, sistematicamente, todas as crônicas a que tive acesso desde o mês de agosto (mês de cachorro louco, segundo velhos mitos políticos), e postarei outras mais, se por acaso for contemplado com mais peças de refinado sabor sarcástico.

1 - O PAPEL DO ASNO NA SOCIEDADE BRASILEIRA (SEMANA 01)

[Introdução PRA: Apenas transcrevo o que anda circulando discretamente por aí...]

Sérgio Buarque, no seu magistral *Raízes do Brasil*, dizia que, no Império, no engatinhar da nossa pedagogia, não se falava em ensinar ou educar as crianças, mas, sim, em desasnar os pequenos. Acreditava-se que os primeiros passos da educação serviam para arrancar os meninos da condição animaléscia que a infância os relegava.

Muito evoluímos desde então para saber que nem são as crianças tão ignóbeis nem os asnos tão animalescos. O asno, o nosso carinhoso burro, não é o grande malandro da praça, mas é a primeira força motriz estruturante de nossa sociedade. Que meu amigo Synésio me perdoe, mas sua obra *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas* não fez justiça a esses nobres colegas. Foi no lombo de jumentos, burros, asnos e mulas que ampliamos as fronteiras deste país, que construímos nossa economia e que consolidamos nossas fronteiras.

O ávido leitor deve estar se questionando: “Mas Ministro Ereto, por que tantos elogios a este nobre?”. Ora, amigo leitor, é-me essencial elogiar esta nobre besta para que eu possa pedir perdão pelo vocabulário que me falta ao descrever nossa diplomacia atual. Falta-me intelecto para descrever as bravatas atarantadas de Ernesto. E, por esta razão, peço desculpas às nobres bestas, pois utilizarei seus epítetos para descrever estes dois anos de desgoverno, entre eleição e concretização nefasta, e de seu psicopata-chanceler ou chanceler-esquizofrênico, como preferam.

Explico. Venho por meio deste declarar-me *ombudsman* da psicose de Ernesto e dos poucos, muito poucos, que com ele compactuam. Imbuído da tradição e do valor não só de meus contemporâneos, mas também dos diplomatas que me precederam e daqueles que hão de reconstruir o Itamaraty quando o *bolso-olavismo* vier a se esvaír no tempo, relatarei periodicamente mi-

nhas impressões sobre esta nova idade das trevas acéfala.

Em nome de um Itamaraty ereto, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

2 - GUSMÃO RENDIDO (SEMANA 02)

[Introdução PRA: *Nosso Ombudsman secreto acusa os bolsolavistas do Itamaraty atual de serem “terroristas do intelecto”, no que eu acho que eles têm inteiramente razão. Pelos convites formulados pela Funag se aproximam da “indigência subintelectual”]*

Em caricato seminário, o atual presidente da FUNAG afirmou que embaixadores antigos, por ignorância ou por má-fé, confundem globalização com globalismo. Lamentável.

Veja aqui se um homem da minha idade pode aceitar esse tipo de desafio. Eu, que tanto trabalhei pela nossa FUNAG, tenho o dessabor de vê-la transformada em agência de notícias falsas. Não, seu ministro, não é ignorância nem má-fé. O que ocorre é que esse globalismo que Vossas Senhorias vociferam por aí não passa de um conto de lunáticos.

Pasmem, palestrantes iluminados, não existe governo mundial! Não,

o Itamaraty nunca foi uma filial servil da ONU, a cumprir ordens ocultas que sequer Vossas Inteligências conhecem.

Qual não é a revolta de um velho ao ouvir que o Brasil não era sequer anão diplomático, porque anão pelo menos é adulto. E, vejam vocês, que éramos “adolescentes diplomáticos”. Ainda mais quando dito por aqueles tremebundos com mitos infantis de “comunismo cultural”. Queria eu ignorar os obtusos e voltar ao meu Homero. Mas logo na nossa FUNAG?

Sinto como se fanáticos houvessem sequestrado a FUNAG. Sua bandeira prega a destruição da coerência, da razão e do livre pensar. São terroristas do intelecto. Visam incutir em nossas mentes o medo da razão, da real intelectualidade.

Pelo resgate da FUNAG, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

3 - PELA RESTAURAÇÃO! (SEMANA 03)

[Introdução PRA: *Como muitos se recordam, a declaração assinada por todos os ex-chanceleres, pelo ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero e pelo ex-secretário de Assuntos Estratégicos do governo normal antecessor, Hussein Kalout, clamava pela RECONSTRUÇÃO da política externa e da diplomacia. Nosso ombudsman*

já começou a tarefa e conclama todos à RESISTÊNCIA.]

Fui um Liberal! Então a democracia era jovem no país; estava nas aspirações de todos. Meu espírito liberal embalava meu esforço por um Itamaraty prestigioso e por um país de ordem e de progresso, livre do flagelo ditatorial e dentro de uma liberdade ampla. E fizemos a constituinte. E fizemos um país soberano. E fizemos a integração do nosso continente; e fizemos a Rio 92. E o mundo nos via como um país forte, aberto, respeitado.

Hoje sou um Restaurador! Diante de toda a destruição que tenho visto de nossa diplomacia, que nem mesmo a ditadura militar provocou, preciso erguer minha caneta contra os que vilipendiam todo o patrimônio que nos legou nosso barão!

Não são nem conservadores nem liberais estes que hoje bradam impune o pendão do liberalismo econômico e do conservadorismo social. São falsos profetas. São revolucionários. E no torpor de sua revolução, põem abaixo toda a tradição diplomática que encontram pela frente.

Precisamos restaurar nossos vínculos com o interesse nacional, com o pragmatismo, com a soberania de nosso país; com nossa Constituição. Não podemos nos rebaixar ao papel de vassalo de outros países, por simples ideologismo revolucionário.

Precisamos construir uma política externa que defenda os verdadeiros in-

teresses nacionais, não as fantasias alucinadas de um grupelho pós-integralista.

Pela Restauração de nossa Casa, resistam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

4 - FRANJAS LUNÁTICAS (SEMANA 4)

[Introdução PRA: *"Lunatic fringe", é como os americanos mais sensatos se referem aos malucos que ajudaram um oportunista a galgar a presidência da mais poderosa nação do mundo (with a little help from the Russians...). É a expressão usada pelo embaixador Rubens Ricupero para referir-se aos malucos que tomaram conta da diplomacia brasileira (with a little help from inside).]*

Saravá, meu bom Rubens, sempre perspicaz. Escrevo-lhe para dizer que errei. Ri na primeira vez que usaste a expressão "lunáticos" para se referir aos atuais formuladores - ou destruidores - da política externa. Ri, mas não cri. Tinha ainda esperanças de que nossas tradições, princípios e valores prevaleceriam sobre o discurso ideológico e, acreditava eu, apenas oportunista. Ledo engano.

Estavas certo, como de costume. Lunatismo é mesmo a principal característica desses quase dois anos de morticínio de nossa tradição diplomática. É,

amigo, estão matando o Barão pela segunda vez; agora, de vergonha.

Veja você, Rubens, por esses dias senti uma pontada nas costas, e das fortes. Bem na lombar, como comentávamos outro dia. Achei que fosse a hérnia. Mas era só o texto que lia no celular. Tratava de um “comunavírus”.

Pois é, nesses tempos de antipolítica externa, já ouvimos de tudo e já exigimos muito de nossas lombares. O nazismo é de esquerda, o coronavírus é uma invenção da mídia e os extraterrestres visitam a ONU. Céus!

Rubens, amigo, apareça mais. Tenho saudades de você e de nosso Itamaraty racional. Quero crer que ainda o teremos de volta. Afinal, a diplomacia é a arte do encontro, embora hoje haja tanto desencontro.

A você Rubens, e a todos que ainda têm fé na razão, saravá!

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

5 - O ANTI-BARÃO (SEMANA 05)

[Introdução PRA: *O Barão, como todos sabem, relutou em aceitar a chancelaria: ele não queria se meter na confusão da República, cuja primeira década tinha sido a mais destrambelhada possível. Ele só aceitou com carta branca do presiden-*

te para conduzir a sua política externa. O exato contrário do que ocorre hoje. A República voltou a ficar destrambelhada, num contexto em que o Itamaraty foi rebaixado a laboratório das piores alquimias olavistas.]

“Um diplomata não serve a um regime e sim ao seu país.” Nosso patrono defendia os interesses nacionais acima de tudo, e a soberania brasileira acima de todos. Ele próprio um Barão, monarquista, foi chanceler na República. Porque compreendeu que os interesses da pátria eram superiores às vicissitudes da política interna.

Lembro da frase do Barão para ponderar que nossa casa foi assaltada por pensamento contrário. Hoje, propaga-se a crença de que a diplomacia não é uma política de Estado, destinada a preservar os interesses nacionais permanentes, mas sim, uma política de governo, que muda conforme as orientações do presidente de turno. No caso, do psicopata de turno.

Ainda que o digno oponente do Barão, pelo igual peso intelectual, seja nosso Oliveira Lima, Ernesto parece disputar o posto de Anti-Barão. Não por contraposição intelectual, naturalmente, mas quiçá, pela destruição.

Ernesto está a destruir toda a nossa boa tradição diplomática, todo nosso prestígio no exterior. Hoje, nós, diplomatas brasileiros, somos vistos com desconfiança. Olham-nos ressabiados. Somos excluídos dos processos decisó-

rios. Acreditam-nos terraplanistas, negacionistas do clima, excludentes à migração. Destruidores da Amazônia. Um país sem soberania, que apenas reproduz posições de outros países. Um país que defende o interesse nacional alheio. Antiracionalistas. Não inspiramos confiança. Somos, por anti-científicos, epicentro de uma pandemia, e, por falta de amor próprio, o reprodutor de um protofascismo tosco, verdeamarelado.

O Anti-Barão parece querer terraplanar tudo que o Barão construiu e nos legou. E nós, observamos atônitos, seguindo instruções. Até quando?

Contra o Anti-Barão e contra a Destruição, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

6 - ALIENÁVEIS ALIENÍGENAS (SEMANA 06)

[Introdução PRA: Esta crônica é das mais estranhas, ao falar de body snatchers; confesso que não vi o filme; detesto o besteiro de Hollywood! Mas talvez ele tenha chegado até nós: uma invasão de alienígenas, diz o nosso cronista misterioso. Só pode ser isto: de outra forma como compreender o que está acontecendo agora com o Itamaraty?]

Preciso admitir que Ernesto estava certo. Sei que parece improvável, mas

peço vênia para pequena digressão que o haverá de convencer.

Imagine você, amigo leitor, um dia retornar, após breve viagem, à sua pequena e pacata cidade. Ao chegar, amigos alertam que coisas estranhas têm ocorrido. Relatam que algumas pessoas vêm agindo de forma estranha, como se não tivessem alma... Como se respondessem de forma conjunta, acéfala e coordenada a todas as situações, como se perdessem a individualidade e se tornassem zumbis; passivos e desumanos... É isso que acontece no filme "Invasion of the Body Snatchers", que assisti no cinema, nos anos 70, e revistei essa semana, no original dos anos 50.

Ao longo da trama, o espectador acompanha o médico Miles, que descobre que seus conterrâneos estão sendo, pouco a pouco, substituídos por duplicatas alienígenas desprovidas de qualquer sentimento. A descoberta e a recusa de se unir ao pensamento único da colmeia extraterrestre faz com que seja perseguido e caçado pelas duplicatas acéfalas.

Peço perdão, caro leitor, por esta digressão, mas recomendo que você assista ao filme, pois, creio, o Itamaraty também foi invadido. Como já nos alertava nosso psicopata-chanceler quando palestrou para uma plateia de riobranquinos, os alienígenas estão entre nós!

Como Miles, vejo hoje um Itamaraty sem alma. E vejo colegas, que tanto prezava, comportarem-se como cópias inanimadas de si mesmos, reproduzindo uma doutrina totalizantemente

ideologizada, sem lastro em nossa boa tradição diplomática.

Vejo alguns colegas aderirem ao pensamento interplanetário-terraplanístico da colmeia ernestiana, vagando como zumbis acéfalos. Vejo também alguns bravos que, irridentos como o Dr. Miles, são perseguidos como se fossem eles os loucos. Ernesto estava certo, a invasão alienígena já começou.

Aos terráqueos que ainda não foram invadidos pelo pensamento alienígena, encareço, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

7 - NOBEL (SEMANA 07)

[Introdução PRA: *Este foi um dos momentos mais sórdidos da história do Itamaraty sob a ditadura militar. Eu estava no exterior, num longo autoexílio, mas soube pelo Le Monde, da campanha dos generais contra a possível atribuição de um Nobel da Paz ao pequeno bispo Dom Helder Câmara, de grande estatura na defesa de prisioneiros, de torturados, de desaparecidos na repressão da ditadura nos anos de chumbo. Os diplomatas tiveram de fazer campanha contra esse Prêmio Nobel. Atualmente eles escrevem aos jornais para*

contar maravilhas do presidente, ou seja, para mentir...]

Lembro-me da tristeza na frente de meu pai ao comentar o episódio. Morávamos ainda no Rio, e teve de fazer gestões junto aos países escandinavos para impedir que Dom Helder Câmara recebesse o Nobel da Paz. Senti que lhe doeu.

As gestões não foram bem-sucedidas, é verdade. Os governos nórdicos recusaram-se a interferir na escolha do prêmio. Mas em Brasília, com murros na mesa, os generais ameaçaram empresas escandinavas com proibição de remessa de lucros.

Meu pai nunca soube ao certo qual foi o grau de influência dessas pressões, mas Dom Helder não foi escolhido, e lembro-me bem de ouvir de Sízínio Nogueira, em um jantar, quando já me preparava para o vestibular do Itamaraty: "enquanto houver alguém na Fundação Nobel que se lembre do esforço do Brasil para não receber o prêmio, nenhum brasileiro será jamais agraciado". Assim tem sido.

Não entendia bem naquele tempo como podíamos ser patriotas e cristãos, ao mesmo tempo em que trabalhávamos contra um arcebispo de nossa pátria, conhecido por levantar a Palavra de Deus contra a tortura que sofreu o próprio Cristo.

Hoje, ao ver tremular bandeiras estrangeiras nas mãos de supostos patriotas, ao ver a imagem do Cristo acima

das cabeças dos que bradam por ditadura, ao ouvir o Nome de Deus proferido em vão por quem idolatra torturadores, e ao imaginar as instruções que poderemos vir a receber, lembro-me da tristeza no semblante de meu pai.

Por uma nação verdadeiramente patriota e Cristã, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

8 - SUSSURRAM OS CORREDORES (SEMANA 08)

[Introdução PRA: *Nosso cronista misterioso menciona outro lado negro do Itamaraty bolsolavista: o esvaziamento da antiga Assessoria de Imprensa. O Itamaraty não tem sequer porta-voz (para quê?). O que o nosso cronista talvez ignore é que o Itamaraty ELIMINOU completamente os dois clippings de notícias, nacionais e internacionais, sobre a diplomacia brasileira, sobre a política externa (que na verdade não existe), sobre a agenda internacional, deixando TODOS os diplomatas sem sequer uma notícia sobre a sua pátria. Não hesito em dizer: isso constitui um CRIME, a própria destruição da inteligência!]*

Dizia meu velho pai que em todas as casas as paredes têm ouvidos, mas que somente em nossa Casa os corredores têm bocas. E sussurram. Ontem mes-

mo ouvi alguns bulícios trazendo novas de nosso sitiado Ministério.

Os corredores mais críticos comentavam escandalizados que Ernesto e os seus terraplanaram a AIG, hoje representada por alcunha que me nego a transcrever, por simples rebeldia. Demitiram seu Diretor e convidaram porta afora os chefes e subchefes de suas divisões.

Já os passadiços do Palácio tributam tais críticas à plebe esquerdista dos corredores dos anexos. Dizem os palacianos: nossa AIG estava completamente infiltrada por traidores! Pérfidos globalistas! Aliados da mídia internacional comunista! Por que razão, afinal, o Brasil teria tão escorraçada imagem no exterior?

Corredores maledicentes boatarão que nosso glorioso chefe pretende instaurar um Ministério da Verdade! Ao que teremos os bons de defendê-lo, pois será apenas um Departamento de Propaganda!

A regeneração já começa a notar-se no horizonte! Nosso novo Goebbels já anuncia, mui sagazmente, o uso profilático que faremos de dois milhões de doses de hidroxicloroquina, generosamente doados pela América! Uso preventivo, porque não? Mal não haverá de fazer!

E nada poderia ser melhor para o novíssimo Departamento de Propaganda que admitir em nossa Casa mentes alheias ao Serviço Exterior Brasileiro. Um estrangeiro, para a glória de nosso

patriotismo invertebrado. E quem melhor que um preposto do Rasputin de Norfolk?

Ante os gritos de glória do palácio, a plebe dos anexos cala.

Haveremos apenas de sussurrar?

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

8BIS - BOLO DE LARANJA LIMA (SEMANA 08-BIS)

[Introdução PRA: Esta "crônica gastronômica" do nosso cronista misterioso, numerada 8bis, deve ter vindo por engano, de contrabando na dúzia de crônicas anti-olavistas. Melhor, faz uma pausa no sarcasmo, na indignação, na revolta contra o que vem servido como "prato feito" bolsolavista atualmente, no menu do Itamaraty. Eu costumo comparar nosso serviço exterior a uma pizza: a massa é sempre da melhor qualidade, nosso corpo profissional. Sobre ela os presidentes descarregam suas preferências: calabresa, portuguesa, aliche, etc. Atualmente, a massa é a mesma, mas sobre ela espalharam um horrível ketchup olavista intragável, nauseabundo...]

O bolo de fubá cremoso foi minha primeira paixão. A cada mordida, eu percebia que a vida era bela. A cada bala de coco, a cada quitute da Colombo, a cada

biscoito de nata, tornei-me mais esfericamente perfeito.

Convenhamos. Todo corpo celestial é esférico. No espaço, só há astros redondos. Eu nunca vi um planeta magro. Nós, gordos, temos essa semelhança com o divino.

Esta semana, vasculhando armários atrás de uma lata de leite condensado que pudesse aplacar minha fúria roliça ante tantas notícias, pensei em você, amigo leitor, também a buscar um quitute para saciar as ânsias. É nesse espírito que ofereço minha sabedoria rotunda e recomendo a beleza do bolo de laranja lima.

A doçura da laranja lima é infinitamente superior à laranja comum. Esconde a acidez e evita que se denuncie o quitute como um bolo de laranjas. Evita-se a indigestão. Evita-se a vulgaridade do excesso de açúcar, para mascarar o amargor de laranjas podres.

Ainda que um bolo de laranjas cariocas ordinárias mascare o contrabando excessivo de farinha de baixa qualidade, que pode gerar abundantes ganhas para os boleiros industriais, o bolo de laranja lima traz em si a beleza de manter o passado laranja maquilado. E traz no próprio nome uma lima que pode ser usada para escapulir de clausuras.

Pela laranja lima, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

9 - MEU CARO AMIGO (SEMANA 09)

[Introdução PRA: Nosso cronista misterioso não faz piada desta vez: ele fala que "é preciso restaurar a Racionalidade na política externa", contra "os arautos da destruição". É exatamente o que disse JMB, quando encontrou o pré-presidiário Steve Bannon, na embaixada do Brasil em Washington, em 2019, dizendo que havia muito a DESTRUIR no Brasil. É isso que os novos bárbaros estão fazendo: destruindo o Itamaraty. Vamos resistir!]

Meu caro amigo me perdoe, por favor, mas hoje eu acordei sem tempo para cuidar do vocabulário nem para corrigir as vírgulas. O tempo urge e o Brasil caminha pé ante pé para um fascismo sem precedentes, que destruirá não somente nossa Casa diplomática, mas também nosso país.

Meu caro amigo me perdoe, por favor, mas hoje eu acordei sem tempo para pensar em piadas, em versos alexandrinos e argúcias de raciocínio. O tempo urge e eu, que por este país tanto lutei, tanto trabalhei, me recuso a assistir inerte sua destruição. Tive a honra de ver um Brasil soberano respeitado entre as nações e não chegarei ao fim vendo todo o nosso patrimônio diplomático dilapidado e jogado aos porcos. Nem que seja como alma penada, ainda assistirei à restauração do brilho de nossa casa.

Como disseram amigos que sempre admirei, Celso e Rubens, junto com

outros democratas, como Aloysio, Lafer e Fernando Henrique, em recente carta que publicaram, é preciso restaurar a Racionalidade na política externa. Do contrário, os arautos da destruição nos levarão nosso gosto de viver.

Muito como os alemães que se depararam com a ascensão do partido nazista (escrito aqui com letras minúsculas para reforçar sua pequenez) no início da década de 1930, temos ainda uma chance de salvar a Democracia Brasileira. Resta saber o que faremos para salvar nosso País da destruição. A ataraxia estoica que nos é tão característica já não basta.

Em nome de um Brasil soberano, democratas, reajam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

10 - AOS FATOS (SEMANA 10)

[Introdução PRA: O pior ministro da "deseducassão" brasileira, desde antes de José de Anchieta, fugiu vergonhosamente do Brasil para os EUA, fraudando a sua entrada com passaporte e visto diplomáticos, numa EVIDENTE MENTIRA, sob qualquer critério que se possa pensar. Contou com a conivência do embaixador trumpista, pois o que existe não são relações normais, de Estado a Estado, e sim conivências espúrias entre aderentes a um

mesmo projeto de subserviência a duas "almas gêmeas".]

Vamos aos fatos. Esta semana vi-me assoberbado pelos fatos. Esses estranhos substantivos que evocam uma realidade que, invariavelmente, negam. Os fatos são apenas fragmentos da verdade, como queria Drummond. Tascos de uma verdade reluzente; almejada, mas dificilmente alcançada.

Os fatos desta semana são, não obstante, os mais próximos que vi nos últimos meses da realidade. São inegáveis. São a chancelaria de Ernesto, por mais que me doa atribuir a alcunha de chancelaria para os desmandos que vivenciamos.

É fato que, nos Estados Unidos da América, encontra-se em vigor restrição sanitária para a entrada de indivíduos que tenham estado no Brasil. Salvo exceções, qualquer indivíduo que tenha estado no Brasil deverá cumprir “quarentena” (por falta de melhor palavra) de quatorze dias em outra localidade antes de adentrar as terras de Trump. Atenção, amigo leitor, para o “salvo exceções”.

É fato também que o mais ignóbil ministro da educação deste país, o odioso Weintraub, foi defenestrado da cadeira de Capanema na sexta-feira, dia 19. Fugindo (para utilizarmos o termo correto) para os EUA no sábado dia 20, utilizando passaporte diplomático para enquadrar-se no “salvo exceções” das restrições de Trump.

Contudo, é fato também que o Diário Oficial da União (DOU), nesta segunda-feira, dia 23, publicou um decreto retificando a data da demissão do Sr Abraham Weintraub. Corrigindo-a do dia 20 para o dia 19 de junho. A mudança, é saboroso dizer, torna fraudulenta a fuga do Gene Kelly da destruição.

Esses são os fatos. Não sabemos, de fato, a profundidade do envolvimento de nossa casa nessa lamentável trama. Não deixa de ser vergonhoso, porém, que a casa de Aracy Guimarães Rosa e de Souza Dantas, que honrosamente salvaram tantos dos horrores do Nazismo (que foi um movimento de extrema-direita, devo ressaltar), agora ajude na fuga daqueles que atentam contra a democracia.

Pelos fatos, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

11 - KEJSERENS NYE KLÆDER (SEMANA 11)

[Introdução PRA: *O conto de Andersen é bem conhecido, mas não serve só para crianças. Quando cheguei na Europa, em 1970, para um longo exílio de sete anos, o belga Pierre Rickman, sob o nom de plume de Simon Leys, tinha acabado de publicar Les Habits Neufs du Président Mao, um desmantelamento exemplar da falcatrua da Revolução Cultural na China, até então*

muito incensada pelos "intelequituais". Atualmente o Itamaraty está submetido a uma "revolução cultural", mas da mediocridade. Nosso cronista acaba de denunciar a mesma falcatrua: alguém está completamente nu...]

Em 1837, o dinamarquês Hans Christian Andersen publicou *Kejserens nye Klæder*, em bom português, *A Roupas Nova do Rei*. No conto, um tratante se muda para pequeno reino e decide se passar por um famoso alfaiate. Hábil manipulador, espalha a notícia que inventou uma forma de tecer vestes mágicas que apenas os inteligentes e sábios conseguem ver!

O rei, muito vaidoso, ao saber dos supostos dons do famoso xastre, nomeia o malandro para alfaiate real e pede que teça seu novo manto. Para tanto, o malandro solicita baús cheios de riquezas, sedas chinesas e linhas de ouro, que serviriam para a confecção. Passa então meses a abusar dos divertimentos carnavais do reino, sempre às custas do rei.

Acontece que, certo dia, o rei, cansado de esperar, chama seus ministros e vai ter com o alfaiate. Conhecendo a vaidade do rei, o malandro mostra um manequim sem vestimenta, apresentando, assim, as supostas vestes mágicas. O rei, sem nada ver, mas não querendo ser provado burro na frente de seus ministros, brada: "Que lindas vestes! Fizeste um trabalho magnífico!".

Os ministros adulateiros, sem pestanejar, brindam também à beleza das

vestes inexistentes. E o mais sábio, para se insinuar, chama atenta para a precisão da costura. Mesmo sábio que sugere festividades para apresentar as novas vestes. Proposta imediatamente aceita pelo vaidoso monarca.

Fora do palácio, na cerimônia de exibição das "novas vestes", uma criança tão sincera quanto plebeia grita: "O Rei está nu!". Rapidamente a plebe se une ao coro de gritos, risadas e escárnios. O rei, negando-se a admitir que foi estafado, insulta a todos de ignorantes e tenta condená-los a masmorras.

Sim, foi uma longa digressão, mas a esta altura, o amigo-leitor já conhece este humilde servo de Rio Branco e já perdoa minhas manias. O amigo-leitor também já reconhece quem é o rei asno do Itamaraty, seus sicofantas e a plebe, a gargalhar.

Pelo retorno de um rei com roupas, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

12 - A ERA DO RÁDIO (SEMANA 12)

[Introdução PRA: Nesta 12a. crônica, nosso cronista misterioso deixa o Itamaraty de lado, e ataca de Caetano, contra os "podres poderes", o que vale provavelmente para vários níveis, estratos, categorias, instâncias, da desgovernança atual, o

processo de desmantelamento das instituições republicanas, mas com uma incidência maior em certos focos específicos, que todos sabemos quais são, onde exercem os seus "podres poderes" aqueles que já foram chamados de aloprados.]

Tenho um televisor moderno e ando abusando de canais de notícias e de filmes antigos. Mas eu sou mesmo do tempo do rádio. "Um piano ao cair da Tarde", da Eldorado. O clássico da Bandeirantes, "Os brotos Comandam", pois afinal eu era jovem. O "Repórter Esso". Foram longas horas entre as novidades, os clássicos, as notícias e tantas outras vozes que povoavam o imaginário daquela época e que ainda me aquecem a alma.

Em minha nostalgia, resolvi sintonizar alguma estação. "Enquanto os homens exercem seus podres poderes, motos e fuscas avançam os sinais vermelhos e perdem os verdes. Somos uns boçais".

Era Caetano. "Queria querer gritar setecentas mil vezes como são lindos, como são lindos os burgueses e os japoneses, mas tudo é muito mais!"

Meu corpo aqueceu-se. "Será que nunca faremos senão confirmar a incompetência da América católica, que sempre precisará de ridículos tiranos? Será, será que será que será que será, será que essa minha estúpida retórica terá que soar, terá que se ouvir por mais zil anos?"

A essa altura, meus dedos batucavam acompanhando Caetano: "Enquanto os homens exercem seus podres poderes, Índios e padres e bichas, negros e mulheres e adolescentes fazem o carnaval! Queria querer cantar afinado com Ellis! Silenciar em respeito ao seu transe, num êxtase! Ser indecente! Mas tudo é muito mau! Ou então cada paisano e cada capataz, com sua burrice fará jorrar sangue demais nos pantanais, nas cidades, caatingas e nos Gerais?"

Arrepiado, escutei até o fim. "Será que apenas os hermetismos pascoais, os tons, os mil tons, seus sons e seus dons geniais, nos salvam, nos salvarão dessas trevas e nada mais? Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais! Eu quero aproximar o meu cantar vagabundo, daqueles que velam pela alegria do mundo. Indo mais fundo, Tins e Bens e tais!"

Contra os homens e seus podres poderes, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

13 - ERA UMA VEZ NA ARÁBIA UM HOMEM CHAMADO ABU (SEMANA 13 - PARTE 01)

[Introdução PRA: *Esta crônica adentra na cozinha interna do Itamaraty.*

Normalmente, a cozinha fica a cargo do Secretário Geral, que no Império se chamava Oficial Maior, mas, neste nosso caso, ele não é nem maior, nem menor; é apenas silencioso.]

O colega leitor já deve imaginar que não se incutiu em mim um forte pendor virtual. Até mesmo o WhatsApp, por que tanto apreço tenho, é-me cansativo, pela velocidade angustiante em que circula.

Assim, conto sempre com o auxílio paciente de colegas mais modernos para ficar a par de tudo que se passa. E que surpresa não foi quando um desses colegas apresentou-me às ortográfica e gramaticalmente aviltantes mensagens digitais de um ABU V, suposto diplomata.

Imbuídas de atípica deselegância, as mensagens são ataques a governistas (especialmente ao vizir do chanceler) que, supostamente, seriam opositores infiltrados, agentes de PT e PSDB e, invariavelmente, traidores - em suma, todos aqueles que não rezam pelo credo do bolso-olavismo ortodoxo, como diria o Paulo Roberto. Apesar da virulência odiosa, intrigou-me ABU.

Eu sei, não me critique. São ignóbeis os textos. Atração mórbida pelo feio, Tânato, chame como quiser. Fato é que me intrigaram as asneiras de ABU.

Sinto, leitor, e peço perdão a seus olhos já tão fustigados pelas notícias diárias, mas analisarei, com método, a loucura de ABU. Prometo ser breve, contudo, como dizia o simpático Guillotin.

Serão cérebros a menos, mas com “uma rápida sensação de frescor”.

Para perdermos tempo juntos, acompanhem.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

14 - ABU V, O HETERÔNIMO (SEMANA 14 - PARTE 02)

[Introdução PRA: Continua a cozinha interna do Itamaraty, que não interessa muito aos “paisanos”, mas que despertou imenso interesse na própria Santa Casa, que não merecia passar por tais constrangimentos e acusações, que inclusive redundaram numa penosa judicialização de todo o affaire.]

Como prometido, ou melhor, alertado. Início minha deambulação despreziosa, não obstante analítica, sobre nosso suposto colega ABU V. Reitero, assim, meu pedido de perdão por mais esta digressão. A ver:

Ao preparar-me para esta análise, historiador diletante que sou, busquei em livros, enciclopédias e compêndios referências que apontassem para monarcas islamitas que carregassem o nome ABU em seus títulos. E pasme, amigo leitor, encontrei justamente quatro.

O primeiro de que encontrei registro, foi Abu Bakr Abdullah Ibn Uthman, um dos sogros do profeta e o primeiro Califa a sucedê-lo, em 632 d.c. Obviamente, a obsessão do chefe com seu ex-sogro ilustre não me passou despercebida, mas careço ainda de sinais enfáticos de que não é mera coincidência.

O segundo, Abu Bakr II, nono Mansa do Império Islâmico do Mali (1230-1670), é pouco conhecido. Sabe-se, porém, que desapareceu em navegação atlântica, na qual buscava a borda do oceano da terra plana. Este detalhe, é necessário admitir, atizou minha verve conspiratória e me fez questionar a aleatoriedade do nome.

O terceiro, Abu Bakr Ibn Abd al-Munan, emir de Harar, cidade-estado muçulmana, reinou entre 1829-1852 e destacou-se em nossa análise por ter sido manipulado por um ardiloso e inescrupuloso vizir que atuava como líder de facto. Seria a história do terceiro Abu referência velada às acusações feitas pelo quinto Abu ao poderoso chefe de gabinete?

Por fim, o quarto monarca árabe com quem me deparei foi Abu Bakr al-Baghdadi, fundador e Califa do movimento Estado Islâmico do Iraque e do Levante. Morto em 2019, é também simbólico que este antecessor tenha sido o líder de um movimento reacionário de combate aos valores do liberalismo ocidental, buscando uma reconexão com um conservadorismo utópico e arcaizante.

Ainda que na chave cristã, ABU V parece buscar referências no histórico de nossa atuação diplomática recente. Resta saber se se trata de estratégia cômica para encobrir suas críticas, de mera coincidência ou de real inspiração nos Abus que o antecederam.

Para mais elocubrações infundadas, aguardem.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

15 - O ESTRANHO CASO DE ABU (SEMANA 15 - PARTE 03)

[Introdução PRA: Esta crônica dá continuidade ao mais rumoroso affair da história recente do Itamaraty. Cabe esclarecer ao público de fora da corporação que CAE se refere ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, pelo qual todos os conselheiros precisam submeter uma tese (ou dissertação) se desejarem ser promovidos.]

Já que navegamos pacificamente rumo ao abismo da terra plana, falemos de insignificâncias, Abu. Creio ter tido verdadeira revelação divina ao regar, hoje pela manhã, minha pequena jabuticabeira. Vejo que já estou me adaptando a esses trejeitos antirracionalistas da Nova Idade Média. Justo no instante em que a água flui do regador, e a mente se esvazia, tive a iluminação: trata-se Abu

de espírito recalçado e com orgulho ferido.

O paladino do Levante ataca Pedro não pelo hábito, mas porque foi reprovado em sua tese de CAE. Como sabemos todos, a banca deste ano reprovou um sem número de trabalhos. Muitos por serem globalistas, suponho. Outros muitos por serem ruins. Entre estes, o de Abu. Não tenho provas do que digo. Mas tenho convicção, que é o que importa na nossa escola Olavista.

Abu ataca o vizir da Montblanc verde por puro recalque, vejam vocês. Acusa-o de favorecer esquerdistas apenas para justificar seu próprio tropeço na banca de CAE. Que injustiça seria, em se tratando de tese tão bem esculpida na extrema direita.

Fato é que, após algum alarde, Abu travestiu-se de “Sentinela do Planalto”, calou sua homofobia e sumiu sem deixar vestígio. Talvez tenha ido proferir seus impropérios em outras estâncias. Talvez tenha sido expulso da comunicação social. Isso a jabuticabeira não me revelou.

Aqui jaz Abu que, ingênuo, tentou destronar Dulcineia.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

16 - A JORNADA DO HERÓI (SEMANA 16)

[Introdução PRA: Nosso cronista, sem revelar sua identidade, desvenda aqui o painel de uma geração, quando tínhamos, no Itamaraty, um perfeito retrato da sociedade brasileira, dividida nas suas tribos habituais: diplomatas perfeitamente enquadrados no mainstream da época, nacionalistas, entreguistas, comunistas, marxistas light, poetas, prosadores, românticos e alguns faunos eventuais, que pelo menos tinham verve e savoir faire. Hoje a coisa anda um pouco dura: querem nos demarxistizar (comigo não vai funcionar), nos despetizar, nos desnacionalizar, com esse entreguismo sabujo ao chefe medíocre, mas temporário, do império. Querem acabar com a nossa diversidade genética, e transformar todos nós em robôs obedientes dos idiotas do antiglobalismo. Não vão conseguir.]

Meu saudoso Rubem Alves, de quem fui um dia discípulo, disse certa vez que a vida se compõe assim: fragmentos que arranjamos em torno de um tema. Este tema se apossa de nosso corpo (pode ser uma melodia, uma imagem, um toque), e as variações vão se repetindo, sempre iguais, sempre diferentes. Às vezes, o “script” é trágico. Mas ficamos fiéis a ele, por ser belo. Não é isto que nos faz continuar a ouvir a música que nos corta a alma, a continuar a leitura do livro que nos dilacera? A dor pode ser bela.

Retomo as palavras de Rubem para trazer a tragédia de um nobre herdeiro de Rio Branco. Embora seja trágico seu “script”, é meu dever de ombudsman cantá-lo com beleza, pois é a jornada de um verdadeiro herói. Um dos poucos que tive a honra de conhecer, não pelos livros, mas pela vida. José Jobim, para sempre embaixador desta Casa, por mais que ainda se tente obscurecer sua memória. Quem sabe uma chefia com caráter ainda lembrará seu nome em uma placa, como Vinicius e Maria Rebello.

Jobim era peito ilustre brasileiro, sem arroubos de grandeza e com grande honradez. Serviu à Casa com moralidade, respeito pela coisa pública, honestidade e capacidade técnica (características de um comunista irridento, para os padrões asno-lunáticos atuais). Conservador progressista, um desses paradoxos sublimemente lógicos que só a casa de Rio Branco oferece, tinha consciência das insígnias que carregava.

Não chegamos a ser próximos, mas o conheci pessoalmente quando iniciava minha carreira no exterior. Aprendi muito sobre a Argélia e o Vaticano. Sobre os resultados do armistício de Evian e sobre o progressista Papa Paulo VI. Escutei histórias saborosas sobre seu trabalho com Raul Bopp na edição do mesário “Correio da Ásia”, redigido, em português, a partir do Japão. Conheci sua esposa, Lígia Collor Jobim, filha de Lindolfo Collor, o ex-ministro varguista, e seus filhos. Lembro de apreciar a leitura de seu livro “Hitler e seus comediantes”, de

1934, que ainda mantenho em minha estante.

Este herói, que como muitos, não desejava ser um herói, senão um homem honrado e vivo, foi arrastado para sua jornada por desejar respeitar seus princípios. Como bem relatou nosso colega Gustavo Pacheco, em 15 de março de 1979, nosso nobre e já aposentado herói esteve na posse de João Batista Figueiredo e do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, seu amigo. Durante a cerimônia, aqui sigo as palavras de Pacheco, “comentou com alguns amigos que estava escrevendo suas memórias, que incluiriam denúncias de superfaturamento na construção de Itaipu, comprovadas por extensa documentação, guardada em uma mala xadrez azul e branca, que ficava trancada em seu quarto. Um desses amigos, o senador Gilberto Marinho, chamou Jobim num canto e pediu que ele por favor parasse de falar no assunto, porque as pessoas que ia denunciar estavam presentes ali, na recepção.”

Cerca de uma semana depois, Jobim desapareceria. Em 24 de março, foi encontrado morto no Rio. Sequer fazíamos ideia da causa. Ouvíamos sempre as histórias de tortura e execuções políticas praticadas no Brasil, e nos calávamos, cada qual à sua maneira. Mas não imaginávamos que um colega - tanto mais um embaixador respeitado - pudesse ser vítima da repressão. Hoje conhecemos a Verdade, pela busca de sua filha Lygia. Por tentar denunciar a corrupção na construção de Itaipu, o em-

baixador José Jobim foi assassinado pelo regime militar.

Pela memória de um herói.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

17 - RUMO À IDADE MÉDIA (SEMANA 17)

[Introdução PRA: Eu não tenho certeza se o personagem principal destas crônicas desabusadas é um templário legítimo, um cruzadista de araque, ou se ele apenas finge ser um membro dessa malta brancaleônica que partiu, de lança em riste, à conquista da Terra Santa, mas que nunca conseguiu sair dos cenários de Cinecittà, seguindo o roteiro bem traçado por Mario Monicelli. Não vou tentar descobrir, pois qualquer exegese dos livros santos requer uma expertise especializada que eu, um perfeito irreligioso, confesso não possuir, e nem pretendo me aventurar pelos caminhos de Deus (ou do Diabo).]

Por vezes me pergunto se, em seu delírio, Ernesto acredita ser Santo Agostinho, como o Quincas. Ou São Sebastião, que, se bem me lembro, acabou com a soberania de Portugal, e que nosso chefe reverenciou em sua posseção. Ou Santo Hilário, pois, afinal, a gargalhada é nosso último apupo. Fato é que o senhor ministro parece imbuído de missão divina, como quem busca salvar uma combalida civilização.

E dizem que ele conversa com as paredes, como eu. Mas que, em lugar de receber respostas desaforadas, ouve a voz de Deus. Sim, de Deus. E, talvez, esta suposta voz divina diga-lhe que, hoje, seu verdadeiro Vicário é Pio Trump; não o Papa, como creio eu, por dever cristão. Assim, seguimos, como bons fiéis, a Palavra de Trump, e combatemos o mal estar da civilização gestado pelos comunistas, pelo Papa e pelo Guterres.

Deve ser mesmo um sábio iluminado, cumprindo sua cruzada divina. Rara avis in terris. Ou seria a voz divina que houve Ernesto um diabrete a passar-se por Deus? Ou seria ainda nosso líder um falso profeta, como em Mateus 7:22-23, a dizer asneiras em nome do divino?

Há pouco tempo, acreditava eu que retrocederíamos algumas décadas com esse desgoverno, apagando nosso capital diplomático em temas como meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento.

Hoje vejo que retrocedemos em séculos. Os templários contemporâneos estão defendendo um governo centrado na figura do líder; atacando a separação de Poderes; criticando o racionalismo, a ciência e até o Iluminismo - que veem como espécie de "comunismo avant la lettre". E, como não poderia faltar, estão nos ensinando que a Terra é plana!

Se seguirmos nesse passo, não nos bastará um chefe são. Precisaremos de um novo movimento das Luzes.

Pelo Iluminismo, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

18 - PATRIOTAS? (SEMANA 18)

[Introdução PRA: Samuel Johnson dizia, no meio de suas tribulações com a língua inglesa, que o patriotismo é o último refúgio dos canalhas (patriotism is the last refuge of a scoundrel). Não tenho certeza de que seja o último, mas é certamente muito utilizado por trapaceiros, embusteiros, demagogos e, no nosso caso, de alguns grandes fraudadores dessa assertiva do dicionarista do século XVIII, que não contentes de transparecer um falso patriotismo, não exibem nenhum pejo de se dobrar às vontades de um tiranete estrangeiro. São canalhas? Não tenho certeza. Talvez coisa pior.]

Alguém me explique esse patriotismo de quinta categoria. Hoje se enfia pátria para cá, pátria para lá, pátria acolá. E, ao mesmo tempo, bate-se continência para a bandeira de outro país. E flama-se o símbolo de outros Estados em manifestações públicas. E se segue em tudo os desejos de outro país, como se a nossa grande pátria não tivesse vontade própria. Estamos fazendo nacionalismo para americano ver.

Esta semana vimos, abobalhados, um vídeo do início de 2019 no qual

o “Excelentíssimo” (atenção às aspas) Senhor Presidente da República afirma que gostaria muito de explorar a Amazônia junto com os Estados Unidos. A nossa reação é a mesma de Al Gore no vídeo: incompreensão e incredulidade

E qual não é a revolta de um velho ouvir isso? Um servidor que tanto trabalhou pela soberania da pátria e que tanto se empenhou para proteger nossas riquezas, sempre cobiçadas por potências estrangeiras. E que patriotismo é esse que dilapida o patrimônio da pátria?

Imagine, atento leitor, o que seria se outro infame governante batesse continência, em público, para a bandeira de, digamos, Cuba? Seria uma comoção nacional. Uma balbúrdia de copa do mundo.

A propósito, Sr. Presidente, por que Michelle recebeu R\$ 89 mil de Queiroz e esposa? Ou, em inglês, para melhor compreensão dos patriotas: *Mr. President, why did your wife Michelle receive R\$ 89,000.00 from Queiroz and his wife?*

Pelo resgate do verdadeiro patriotismo nacional, comovam-se.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

19 - OS LEITÕES DE NIEMÖELLER (SEMANA 19)

[Introdução PRA: A fábula dos três porquinhos foi muito popular na infância de todos nós, em desenhos animados, no teatro para crianças, nas estórias ao pé da cama. Tão popular que teve até versões politicamente corretas nos Estados Unidos, a pátria de todo esse besteiro que se espalha insidiosamente pelo mundo, a partir de sua matriz na terra do Walt Disney e de Walter Lantz: agora ficou proibido o lobo comer a vovozinha ou contar aquelas coisas atrozadas que aconteciam com as heroínas de nossa inocente infância. Antigamente, a direita estúpida também contava que os comunistas comiam crianças; agora essa mesma direita estúpida pretende comer os comunistas, mas temo que a digestão não seja fácil: eles estão criando novos comunistas, por insistir em agitar essas bandeiras vermelhas no horizonte de nossas possibilidades futuras, quando já pensávamos que essas utopias já tinham ficado no século XX. Hoje em dia, nem o PCdoB pretende transformar o Brasil em país comunista: eles só querem extorquir os capitalistas para poder comprar a última versão do iPhone.]

Pode ser a senilidade batendo à porta, mas nunca lembro como viemos parar aqui. O amigo perdoará, que, afinal, a lucidez anda algo cabisbaixa no Brasil de 2020. As velhas estórias, de meninice, por sua vez, andam sempre frescas na memória. Também pudera, tantas vezes foram repetidas. Uma delas fez-me refletir sobre nosso atual desestado

(sic) das coisas: Os Três Porquinhos, consagrada em 1890, na coletânea de folclore inglês do australiano Joseph Jacobs. No conto, os três irmãos suínos, Cícero, Heitor e Prático, deparam-se com dilema de descaso e precaução, ao construir suas moradas.

Cícero, preguiçoso e cultor do descaso, optou por uma choupana de palha. Era fácil de erguer, e não acreditava que pudesse correr algum perigo. Heitor, sabendo que o frio do inverno penetraria a palha fina, foi um pouco mais prudente e construiu um chalé de madeira. Já Prático, velho sabido, insistiu em sólidos pilares fundacionais. Investiu seu tempo para construir uma casa de tijolos e cimento. Não faltaram troças de Cícero e Heitor ao irmão neurótico, mas prático sabia que o perigo poderia vir.

Estava certo. Em pouco tempo, o lobo veio. Primeiro, na casa de Cícero, que se escondeu, tremendo, mas, com uma só bufada, o lobo soprou toda a palha da choupana. Cícero então correu a se esconder no chalé de madeira de Heitor, que confiava em sua estrutura de madeira. Mas bastaram duas boas bufadas do algoz para que todas as tábuas se despedaçassem. Desesperados, Cícero e Heitor correram para a casa do irmão precavido que, com certa dose de “eu avisei”, recebeu-os em sua casa de sólidas pilastras.

Novamente, o lobo veio. Bufou, bufou, bufou, mas não conseguiu trazer a casa a baixo. Segundo a estória, o lobo ainda teria tentado adentrar a fortaleza

suína por duas vezes. Uma com disfarce de cordeiro e a outra pela chaminé, mas acabou com o rabo queimado em uma panela de água fervente, que prático fez borbulhar. O lobo mau, então, fugiu assustado e nunca mais voltou.

Por esses dias, ao ler mais um disparate deste ministro ou daquele presidente, já não sei ao certo, pensei que, diante do mal do bolso-olavismo, eu mesmo fui Cícero. Sequer imaginei que um pensamento tão fraco e desconexo pudesse chegar perto de nossa Casa. Quando me dei conta que esses ventos sim sopravam por aqui, fui Heitor. Não podia acreditar que ameaçariam a nós, que tanto nos gabamos de nossa inteligência. Ao fim, talvez estejamos a repetir a estória dos porquinhos, mas com um toque de Martin Niemöller, já que nunca acreditamos que viriam por nós.

O que não consigo lembrar exatamente é como pudemos, Práticos que somos, permitir a entrada desse mal em nossa sólida Casa, construída sobre firmes alicerces de tradição e pragmatismo. Fiquei perdido na história e não sei como o lobo entrou. Ele já destruiu toda a Casa? Ou será que lhe abriram a porta da frente?

Para que não viremos pururuca, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

20 - RECEITA CONTRA O GLOBALISMO (SEMANA 20)

[Introdução PRA: O globalismo é o fetiche dos idiotas olavistas, que recuperaram esse seu fantasma preferencial daquela fração de aloprados americanos da altright, que o embaixador Ricupero chama de lunatic fringe, a franja lunática, que se tornou tão abundante em nosso país jabuticabal quanto na pátria por excelência dos antiglobalistas. O antiglobalismo num diplomata é assim como a quadratura do círculo, ou seja, algo praticamente impossível, a menos que o sujeito seja um doido de pedra. Diplomatas são globalistas naturais, e isso bem antes de Rui Barbosa, que construiu boa parte das bases conceituais da diplomacia brasileira (a de boa qualidade), e que defendia, com fervor, a igualdade soberana das nações, coisa que os antiglobalistas do patropi nem cuidam de cuidar, preferindo submeter nossa pátria amada, tão distraída, a tenebrosas transações com os seus adorados imperialistas. Bando de entreguistas!]

Sei que falo muito de comida, mas esse é um mal dos gordos, e muitos colegas me entenderão. Vivemos tempos ameaçadores e a espada de Dâmocles globalista pode ceder a qualquer momento sobre nossas cabeças. Precisamos defender a todo custo nosso campo de batatas!

Por isso, busquei uma receita que vou compartilhar com os poucos desocupados que ainda me leem. Primeiro, precisamos de uma boa dose de burrice.

Mentes alertas não combinam com nossa conspiração. Misture a burrice com 4 ovos e bata bem, até formar uma clara cor de pele. Leve ao fogo médio.

Enquanto isso, pegue um quilo e meio de massa de crença cega, dessas que te fazem acreditar que máscara faz mal para a saúde, que termômetro frita o cérebro e que covid é invenção chinesa para vender 5G. Acrescente quatro xícaras de leite - entendedores entenderão, como diria o blogueiro - e quatro ovos de galinha de Glicério. Reserve.

Em uma tigela grande, junte um pouco de paranoia com algumas aulas do Olavo. A propósito, um anti-globalista de verdade deve ler alguns textos do Rasputin brasileiro. Pode ser daquele livro mais famoso; alguma coisa sobre ser um idiota, parece. Não leia o livro inteiro, porque é só um monte de palavra escrita. E não temos o mês inteiro, afinal. Corra que o globalismo vem aí!

Pegue a burrice que está fervendo no fogo e acrescente a esse caldo de olavismo. Misture bem. Quando formar um creme uniforme, misture à massa de cegueira. Como fermento, use intolerância mesmo, que está sobrando. Polvilhe um pouco de fascismo e leve ao forno por uma hora.

Pronto. Você terá a sua razão de anti-globalismo para consumir com sua dose diária de fake news. Ou de vídeos da FUNAG - desses recentes claro, não assista aos velhos, senão amarga.

Contra o globalismo, cozinhem.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

21 - O IG NOBEL (SEMANA 21)

[Introdução PRA: Os prêmios IgNobel, assim como os Darwin Awards, consagram a inutilidade, a inépcia, a irrelevância, mas que ainda assim podem custar preciosos recursos públicos. Os agraciados com o Darwin, contudo, não conseguem recebê-lo, pois que geralmente perecem nos seus estúpidos empreendimentos e aventuras. Nosso amado líder, que o cronista misterioso chama de "líder maior", encomendou trezentas mil pílulas de cloroquina às gloriosas FFAA, que correram afanosamente a satisfazer a sapiência médica e sanitária do chefe supremo. Alguém poderia encomendar uma auditoria ao TCU, e depois mandar a conta ao troglodita que gastou o dinheiro do povo com uma droga rigorosamente inútil? Além de inútil, perigosa, pois que podendo custar a vida do infeliz que seguiu o conselho do degenerado. Deveria merecer um outro tipo de prêmio, mas ainda não atinei qual...]

A Ema quando canta traz um bocado de azar. Como falássemos há poucas semanas de Nobel, nosso Odorico foi agraciado com uma dessas láureas. Com prefixo, no entanto, ig. Não minto, que

sou homem honrado. Nosso líder maior recebeu sim o prêmio Ig Nobel.

A Ema, quiçá ofendida pelas provocações de um desbocado e seu caixote de cloroquina, parece ter-se vingado. O Ig Nobel é prêmio satírico oferecido por comissão de cientistas de Harvard e do MIT para aqueles que se destacam por sua inutilidade nos campos das ciências, da paz, das artes e da gestão pública.

O Messias que não faz milagre compartilhou o prêmio de “educação médica” com outros gênios da raça: Boris, Narendra, Lukashenko (bi-campeão), Recep, Vladimir, Gurbanguly e, não poderia faltar, Donald. Estes paquidermes do pensamento, quiçá também dignos de um Darwin Awards, receberam a ignóbil honraria no âmbito da tragédia pandêmica do COVID-19, por serem prova viva de que políticos podem ter efeito mais imediato na vida e na morte do que cientistas e médicos.

Eis o reconhecimento e o prestígio internacional de que o Brasil necessitava! Nosso soez chefe prova ao mundo que ignorância é força. Se já morreram uns 30 mil, digo, uns 130 mil, e daí?

Reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

22 - O DISCURSO (SEMANA 22)

[Introdução PRA: O sogro do chanceler accidental, que já fez duas ou três edições dos discursos anuais de abertura dos debates na Assembleia Geral da ONU, poderia ser chamado para completar sua obra, incorporando as inacreditáveis peças de 2019 e 2020. O problema é que ele sempre faz uma introdução resumindo o sentido da mensagem do Brasil ao mundo. Teria ele coragem de atualizar sua grande obra de referência?]

Ladies and the gentleman, let's put the aside the howevers and go straight to the endsly, I am here to kill the snake and show the stick, because with me, is bread - bread, cheese - cheese! Esse foi o discurso que Odorico Paraguaçu, personagem principal da inigualável sátira política O Bem-Amado, do igualmente inigualável Dias Gomes, proferiu nas escadas das Nações Unidas, em 1973.

O mestre alagoano, Paulo Gracindo, que interpretava Odorico, brindou-nos com esse macarrônico discurso, como piada e crítica aos políticos lamentáveis que abundavam no cenário brasileiro. Quase cinquenta anos depois, ao ver a pataquada que nosso Excelentíssimo fez na última Assembleia Geral das Nações Unidas, penso que preferia ter Odorico de volta a proferir seu discurso, pois seria mais honroso.

Além de Odorico, lembrou-me o discurso, por alguma razão, de outra obra

brasileira de 1973, a canção “Mentira”, de Marcos Valle. Quando o Excelentíssimo diz que “o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos”, ouço apenas o refrão: Mas é mentira, tchup tchu, É mentira, -ira, tchup tchu, É mentira...

“Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo”, Mas é mentira, tchup tchu, É mentira, -ira, tchup tchu, É mentira... “Os incêndios acontecem, praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas”, Mas é mentira, tchup tchu, É mentira, -ira, tchup tchu, É mentira...

“Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental”, mas é mentira, tchup tchu, É mentira, -ira, tchup tchu, É mentira... “O Brasil saúda também o Plano de Paz e Prosperidade lançado pelo Presidente Donald Trump...” Opa! Aqui não é mentira, é apenas um lambe-botas fazendo sua deferência.

Por menos mentira, tchup, tchu.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

23 - AS CINZAS DE POMPEIA (SEMANA 23)

[Introdução PRA: Nossa Pompeia é a fronteira com a Venezuela, que o chanceler acidental queria ultrapassar para atender às aventuras eleitoreiras de um outro chefe, o do seu amigo, o tal de Bolton, que aguentou enquanto pode, depois foi defenestrado e ficou magoado. Até agora não conseguiram violar a Constituição em toda a extensão do Artigo 4, aquele que fala da não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados.]

Tenho cá para mim que Pompeia padeceu por descuido. Sei que vulcões explodem muito raramente e que é próprio do ser humano não acreditar que será surpreendido, justo em sua geração, por uma daquelas erupções cataclísmicas que, de tempos em tempos, a História registra em suas páginas. Mas ninguém vai me convencer de que precisava fazer mais uma cidade ao pé do Vesúvio. Havia um tom de ingenuidade nesses pompenienses.

Refletindo sobre a visita “surpresa” que outro dia nos fez o Secretário de Estado, bem longe da capital e bem perto de outro famoso monte, sinto cheiro de cinzas. Pode ser que seja apenas um faro corrompido por cortinas de fumaça, mas nada me demove de que há muita ingenuidade em nosso cruzado anti-barão. Claro que ele pode ter apenas aproveitado a oportunidade para demonstrar sua fidelidade. Pode ainda, fiel escudeiro, ter dado sua contribuição à campanha elei-

toral de seu ídolo. Pode, até mesmo, ter apenas acolhido, com todo seu humanismo – ou humanitismo, que lhe convém mais – os que buscam refúgio em nossa pátria.

Mas, Pompeia em Roraima? Posso estar a me equivocar, mas algo definitivamente não cheira bem. A visita foi envolta em segredos... Seria mesmo apenas um encontro de última hora, não planejado, entre bons vizinhos de agenda vazia? Ou havia algo mais nessa operação? Além, é óbvio, de mais uma afronta à nossa Constituição e mais uma ofensa à boa tradição da nossa Casa, que já foi, em outros tempos, uma fortaleza da soberania nacional.

Lamento alimentar teorias infundadas, mas, por força de nosso ofício, habituei-me a seguir instruções e a observar, por vezes mimetizando, a linguagem e o pensamento do chefe. Se havia algum propósito obscuro na visita, o tempo dirá. Torço apenas para que não sejamos surpreendidos pelo rio de lava, já incontrolável, provocado pela ingenuidade de alguns poucos pompenienses.

Por descuido ou não, a Pompeia original queimou como um fato da natureza. Um vulcão, em toda a sua incontornável realidade, a dizimou. Aqui, contudo, Pompeia constrói seu próprio vulcão e alimenta seu fogo com ignorância e alienação intelectual. A erupção do Vesúvio Tupiquiniquim traz um lodaçal de vergonha e cinzas às portas da casa de Rio Branco, sujando não somente

nossos degraus, mas também nossa reputação.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

24 - RÉQUIEM PARA UM POVO (SEMANA 24)

[Introdução PRA: Um triste final para esta crônica, a última desta segunda edição de uma compilação que fiz por minha conta e risco, trazendo um pouco de humor e derrisão numa conjuntura de grandes sofrimentos, e não só para o povo brasileiro. Temos, porém, como povo, um grau adicional de aflição, como ocorre com o povo americano, ambos assolados por dois degenerados que são responsáveis, em grande medida, por um número adicional de mortos e enfermos que não deveriam existir se eles tivessem tido, ao menos, um comportamento digno, seja na prevenção e controle, seja no conforto a ser dado aos familiares das vítimas. Eles não estão longe da classificação de genocidas.]

Meus amigos me desculpem, mas hoje chorei. Não sou muito afeito ao pranto, pois fui criado em uma geração na qual se ensinava, erroneamente, que homem não chora e, se chora, não diz. Por isso, perdoem meu pecado, mas hoje chorei. São 150 mil mortos. No Brasil. Por Covid, quiçá, também, por incompetência e descaso.

25 - A ESTAGNAÇÃO FREUDIANA DO BOLSONARISMO (SEMANA 25)

Já nos revoltamos, nesse folhetim, com os ignorantes que acreditam em globalismo, em terraplanismo, em laranja lima. Mas não tratamos do assunto inescapável dos últimos meses. Não nos reduzimos às vicissitudes da política doméstica. Mas, hoje, passamos de 150 mil.

Desculpe-me o leitor, mas não consegui seguir sem um minuto de lágrima pelos meus concidadãos que poderiam, agora, estar vivos. Estariam, cada um desses 150 mil, onde quer que quisessem estar. Mas estariam. Viveriam em nossa pátria. Mas não vivem.

Busquei inserir nestas linhas uma troça qualquer sobre o “e daí?” de sua excelência, para manter o tom destas já infames crônicas, mas não consegui. Nem que eu usasse da mais fina das ironias, não encontraria graça que pudesse usar sem que esta me pesasse na consciência.

Ainda não vi o Presidente, ou qualquer Ministro de Estado fazer um minuto de real silêncio. Um minuto que fosse. Por tantas vidas que foram, faço destas linhas um réquiem para um povo que tanto sofre e que mais respeito e cuidado merece.

Por 150 mil, um minuto de silêncio.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

Peço de antemão vênias ao amigo leitor, pois é-me necessário abordar questões um tanto quanto vulgares e que exigem vocabulário inferior. Não sou nenhum puritano, mas a análise do bolsonarismo faz com que eu deva debruçar-me sobre questões que podem ruborizar os mais sensíveis. Às favas, pois é o dever do Ombudsman.

É conhecida a obsessão de Bolsonaro com o aparelho excretor humano. Refere-se em demasia a seu produto principal, como repetido tantas vezes na famigerada reunião de ministros. Ou como na parábola do sábio líder que orientava seus discípulos: “Quando se fala em poluição ambiental, é só você fazer cocô dia sim, dia não, que melhora bastante a nossa vida também, está certo?”

É conhecido também seu envolvimento passado com cloacas - dada sua confissão pública de zoofilia com aves.

Não me posso, portanto, furtar da meditação sobre a origem de tamanha obsessão pelo orifício excretor. Pergunto em voz alta aos Sigmunds na estante se o excelentíssimo se encontra estagnado na fase anal. Ao que me respondem silenciosamente, na voz que me imagino a Freud, que indivíduos excessivamente preocupados com o controle e a manipulação das condições de sua realidade,

crentes de que tudo podem e que todos devem dobrar-se a suas concepções, estão sim estagnados na fase anal da evolução psíquica (apenas a segunda fase desse processo).

Para além do freudianismo elementar, o bolsonarismo é famoso por essa obsessão de seu ídolo, muitas vezes referida como o fator de aproximação do excelentíssimo com o guru da loucura, Olavo de Carvalho. A identificação excremental de ambos é curiosa e parece paupar todo o plano de governo desta era sombria. Quiçá uma *coprokakistocracia*, termo que ousou cunhar, mas que não explicarei, pois me envergonha. Peço apenas que pesquisem o prefixo latino “copro-” e prefixo grego “kákistos-”.

Assim, não foi surpresa que o vice-líder do governo, o Senador Chico Rodrigues, com quem Bolsonaro afirma ter uma relação “quase estável”, no sentido jurídico da coisa, fosse também afligido por essa estagnação anal. Seriam os R\$ 17.900 que o vice-líder escondeu na “cueca” apenas mais um episódio de corrupção deste governo, ou também sintoma dessa obsessão freudiana? Não sei, mas sei que ninguém esconde R\$17.900, esconde R\$18.000. Resta saber onde permaneceu entalada a nota de R\$ 100 faltante?

Não são só R\$ 100. Reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

26 - SER PÁRIA. É BOM SER PÁRIA (SEMANA 26)

[Introdução PRA: O Batman do Itamaraty está de volta! Ou melhor: meus agentes secretos, 005 e 006, voltaram de férias ou do descanso, e conseguiram me desovar as saborosas — algumas angustiantes — crônicas do Cronista Misterioso das últimas semanas do ano miserável de 2020 e as primeiras de um ano, 2021, que promete ser mais miserável ainda. Em todo caso, preciso preparar uma terceira edição destes petardos anti-EA, para ampla disseminação e circulação entre o público interessado. Começo pela primeira desta terceira safra e depois vou alinhando paulatinamente as 14 seguintes, aproveitando para desejar ao Cronista Misterioso meus melhores votos de felicidades em 2021 (só desejo um ano pior, desgraçado, a quem vcs sabem quem)]

Escreveu o poeta que devemos ter nossos corações palpitantes de amor patriótico para enfrentar o dragão do mal. Não me refiro a nenhum conto infantil, mas a recente discurso de nosso chefe, que, falando para os formandos da turma João Cabral, convocou-os para uma “aventura nacional e mundial de proporções históricas”! “No sentido medieval” mesmo, como esclareceu.

Não estou plenamente seguro de que os jovens formandos tinham a consciência de que ingressavam não em uma tradicional carreira de Estado, mas em uma “aventura épica”, em um “combate de gigantes pela essência humana”!

Pensando cá com meus botões, lutar contra dragões... Não tenho certeza se estava nos planos desses jovens.

No romance heroico de nosso chanceler, o globalismo e o politicamente correto, a mando “sabe-se lá de quem” - pois há de ter um toque conspiratório nisso tudo - construíram um ser humano artificial, sem sexo. Pois é, sem sexo - não atribua a mim esse recalque, leitor, foi ele quem disse. A propósito, todas essas referências lascivas a “orgias” e “acasalamento” podem até ser uma forma de agradar o chefe, é verdade, ou de “libertar a linguagem”, mas tenho cá pra mim que... Bom, tirem suas próprias conclusões; ainda me apego a esse incômodo “politicamente correto”.

A saudosa Ms. Walker, professora de inglês de todos nós, proferiu, na mesma ocasião, discurso a um só tempo sóbrio e grandioso. Multilateralismo, democracia e redução das desigualdades sociais. Ah, que saudades que tenho de nossa real diplomacia, em que conceitos racionais estavam também nas palavras do Ministro, em lugar de críticas fantasiosas a inimigos imaginários.

Mas a ele uma coisa não se lhe pode negar. Sabe que somos párias, objeto de desconfiança, descrédito e piada. Chacota mesmo. Chalaça. Sabe que cada vez mais nosso trabalho é dificultado no exterior e torna-se por vezes até perigoso. Reconhece, e com orgulho. Diz que é bom ser pária. Acredita que somos heróis virtuosos, lutando sozinhos para libertar o mundo “sabe-se lá de quem”. Só

mesmo em seu mundo lírico e confuso, cheio de vilões, aventura e magia.

Se ser pária é tão bom, senhor Ministro, Vossa Excelência poderá ser pária dentro de seu próprio Ministério, recolhendo-se a sua aventura imaginária contra moinhos, orgias comunistas e dragões do mal. Poderá dedicar-se a sua poesia épica e deixar que os assuntos atinentes à realidade sejam conduzidos por embaixadores respeitáveis, enquanto ainda há tempo de salvar a dignidade de nossa Casa.

Para acordarmos desse romance épico de baixa qualidade, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

27 - O DRAGÃO DA MALDADE CONTRA O SANTO GUERREIRO (SEMANA 27)

[Introdução PRA: Uma curta nota do cronista misterioso para antecipar a previsível vitória do Joe Biden, mas não sei quando exatamente foi composta esta nota; nenhuma delas tem data de calendário e eu apenas recebo tardiamente esses petardos bem humorados (quase sempre). Em todo caso, o Trump é pior que um dragão da maldade, pois ele ainda não foi preso, o que pode ocorrer, assim como para a famiglia muy amiga, que também perpetra suas pequenas e grandes falca-

truas. Em todo caso, o chanceler acidental está ficando órfão, de pelo menos um dos seus chefes, talvez o principal...]

Não sou muito afeito a futurologia, mas hei de me aventurar pela seara das moiras e farei uma previsão. O ex-vice-presidente americano, Joe Biden, sairá vitoriosa da batalha contra o grande dragão vermelho (como saiu vitorioso Lincoln da batalha contra os Grand Dragons originais da Ku Klux Klan).

Não significa, é claro, que adentraremos uma nova era de progresso e paz, mas significa, ao menos, que o *fog of war* de fake news e anti-iluminismo, que a alt-right criou, tenderá a dissipar-se.

Assim como no clássico de Glauber Rocha, de quem roubo o título desta crônica, lançado há mais de 50 anos, não há heróis claros nessa luta, mas, ao fim, o ódio que o grande dragão vermelho da maldade representa será vencido. Está decretado o fim da indivina trindade que Ernesto coloca em seu altar de cristão herege: Trump, Bolsonaro e o "Deus de Trump".

Apesar de nosso ministro parlaptação e da aura de insensatez e delírio que ainda emana de nosso palácio, o novo sempre vem.

E amanhã vai ser outro dia.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

28 - E AGORA, JOSÉ? (SEMANA 28)

[Introdução PRA: *Na fatídica (para os alunos recém egressos do curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco) formatura da turma João Cabral de Melo Neto, no Dia do Diplomata de 2020, os formandos tiveram de aguentar um "filósofo e poeta" de Quixeramobim (apenas para rimar com chinfrim, da letra de Chico Buarque, um grande compositor que musicou Vida e Morte Severina de João Cabral), que pretendia também traçar suas mal compostas linhas de poesia (nunca vi nenhuma, depois que ele perpetrrou dois horríveis romances distópicos), mas que abusou dos alunos, atacando o patrono da turma, dizendo que ele tinha ido pelo mal caminho, ao aderir ao "comunismo". O chanceler acidental não tem a menor ideia do que ocorreu naquele caso de 1953 que tinha um colega delator como denunciante do jovem João Cabral, e que pretendia ser um McCarthy, causando momentos de caça às bruxas no Itamaraty na era da Guerra Fria.*

Em todo caso, João Cabral foi muito mais importante como poeta do que como progressista, simpático ao socialismo, o que eu também fui. Aliás, relatei parcialmente esse caso em meu ensaio sobre o Itamaraty nos tempos do AI-5, quando os serviçais da ditadura como os amigos do patético chanceler andavam caçando comunistas em todas as partes, um pouco como ele faz atualmente (na plataforma Academia.edu: "Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o

Itamaraty em tempos de AI-5 (2008)”). Não sei se ele vai me demitir por me declarar marxista, o que é incontornável para um sociólogo.]

Quando Biden virou o jogo na Geórgia, aos 98% do terceiro dia ou, quiçá, aos 48 do segundo tempo, uma música me veio ao coração, Georgia On My Mind, na versão de Ray Charles, e uma imagem me veio à mente: a do Hail Mary Pass.

E depois de dias de agonia, chefe, a festa da democracia acabou no país em que tanto te espelhas. A luz apagou, o povo sumiu. Mundo, mundo, vasto mundo, você que acredita em uma predestinação medieval pré-iluminista, viu esse mundo girar. Não digo que teu Deus esteja morto, mas estará, em breve, sem mandato.

Sim, poderás apoiar teu mestre até o último momento. Sabemos que és fiel escudeiro. Poderás apoiar a contestação das urnas, poderás espernear, dizer que foram fraudadas as eleições nesse país instável e etnicamente dividido; quem sabe até reconhecer um autoproclamado presidente?

Mas também sabemos que democracia é assim, ora se ganha, ora se perde. E tuas pataquadas e bravatarias estão entrando rapidamente na contra-mão da História. De nada adiantou fazer campanha para o Macri, jogar contra a constituinte chilena, estimular golpe de estado na Bolívia ou apoiar um autointitulado presidente que mal preside a si

próprio. E você que achava que o Trump ia salvar o Ocidente. E agora, José? Sozinho no escuro, qual bicho-do-mato. Cadê teu Deus?

Você que acredita ser um representante predestinado da vontade popular, esquece que o povo brasileiro não elegeu um ditador perpétuo, mas apenas o chefe do Poder Executivo Federal, apenas um de três poderes, independentes e harmônicos entre si, - talvez até por isso odeies tanto o Iluminismo que criou esta tripartição do Poder. E, elegeu, chefe, apenas por quatro anos. E a vontade do povo pode mudar, e de fato muda. Como mudou na Geórgia. É duro ouvir, eu sei. Mas e agora, José?

Você que zomba dos outros? Teu ódio - e agora?

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

29 - SOZINHO (SEMANA 29)

[Introdução PRA: *Uma curta nota, apenas para registrar a tristeza do chanceler accidental e seu chefe com a derrota do Grande Mentecapto nas eleições presidenciais dos EUA. Deve ter sido de fato um choque, o primeiro perder o seu "I love you Trump", o segundo perder o seu segundo, talvez primeiro, chefe, seu guia espiritual. Essa fatura o eleitorado ame-*

ricano já liquidou; nós ainda nos debatemos na dúvida.]

Às vezes no silêncio da noite, deves imaginar vocês dois. Deves sonhar ali acordado, juntando o antes o agora e o depois...

Imagino que nosso dendrófobo presidente esteja desnorteado, pois esta semana soubemos que ainda acredita em uma vitória eleitoral de seu amor. Andou meio perdido, meio confuso, meio acabrunhado. Deu patadas pra cá e pra lá. Orgulhou-lhe vetar a vacina, ameaçou militarmente os EUA (!) e, *last but not least*, ocupou-se do jet-ski. Seguramente, sofre com a derrota, ainda inadmitida, de seu bem querer.

Não riam. Nosso chefe está de luto. É duro perder um ídolo, ainda mais quando não se tem pensamento próprio e apenas se segue o líder.

É, amigo, é duro. Você fala que o ama, e sabemos que não é da boca para fora. Ou ele te engana ou não está maduro, iei, iei, iei, iei, ié.

Onde está seu Deus agora?

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

30 - XARAB FICA? (SEMANA 30)

[Introdução PRA: *Xarab Fica* é o título de um dos romances ditos "distópicos" do patético chanceler acidental. Nunca soube de algum colega diplomata que o tenha lido, e nem pretendo perder tempo com essa coisa, pois já li uma resenha de um jornalista, que leu por obrigação, e que confessou que não entendeu nada. Na verdade, a crônica do nosso Batman se refere à permanência do chanceler acidental mesmo com a derrota do adorado ídolo de ambos. A manutenção do nosso personagem não depende dele, e sim dos seus chefes, que o tratam, segundo o cronista misterioso, como *Canis Familiaris*, o que me parece apropriado.]

No auge de meu masoquismo intelectual, adentrei pela leitura das obras ficcionais (ou talvez fictícias, já que a qualidade das mesmas há de relegá-las à inexistência) de nosso esquizofrênico chanceler. Não passei das primeiras páginas. Em nenhuma das três (A Porta de Mogar, Xarab Fica e Quatro 3) a vontade de entender o autor-criatura foi maior do que a ânsia provocada pelas serpenteantes passagens malfeitas, pelos elogios velados a um totalitarismo ufanista e pelos intermináveis diálogos mal elaborados.

Tudo falta em Ernesto. Falta alma, falta inteligência, falta criatividade e falta talento. Sabemos que são essas faltas que lhe qualificam para Chanceler do Excelentíssimo Ignóbil da República,

mas é aquilo que está presente nele que poderia desqualificá-lo, agora, para o cargo. Esse amor louco por aquilo que não é mais, pelo tropismo religioso, isso, de fato, está presente em Ernesto. Mas, com a vitória de Biden sobre esse obscurantismo, como ficará nosso picaresco anti-herói?

Nosso Xarab fica? Acredito que sim. Acredito que sua desqualificação total e, agora, absoluta para o cargo o cacifará para uma permanência indeterminada. Como um bom Canis Familiaris sempre pronto a servir seu mestre, o Kakistos Chanceler naufragará com o capitão desta canoa furada em que nos metemos. Ou, ao menos, este é seu desejo.

Resta saber se o poder neutralizador do centrão agirá para balançar e contrabalancear a sempre inconstante e incoerente mente de seu mestre. Quem assumiria, caso Ernesto venha a óbito político, nossa canoa? Quem seria tão louco, tão servil, tão abjeto, tão imprudente? Isso é uma indagação para outra hora, pois....

Por hora, Xarab fica.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

31 - BANANA SPLIT (SEMANA 31)

[Introdução PRA: O Cronista Misterioso compara o dirigente a uma banana, o que me parece ofender a banana, que é pelo menos uma fruta útil. Vejamos o que ele diz: "Já tivemos péssimos governantes, mas, pela primeira vez em nossa história, elegemos a mais podre das bananas e escolhemos mandar uma banana para a banana da realidade." Está chegando o dia em que vamos dar uma banana para cada um dos alopados que destroem o Brasil, e tudo o que tem dentro.]

Uma das minhas mais queridas memórias é de quando visitávamos meu avô em São Paulo. Sempre passávamos pela Sorveteria Alaska, a mais tradicional da pauliceia. Era glorioso poder pedir uma Banana Split como aquelas maravilhas que eu via nos filmes americanos. Cada colherada era um testemunho de que a vida poderia ser perfeita, ainda que só até o final da taça.

Deambulando por estas memórias, em uma forma de escapismo saudosista, peguei-me a elucubrar sobre as quase infinitas combinações que a Banana Split comporta. Podemos escolher o comedimento de uma bola de sorvete, a tradição das três bolas ou até a ousadia de quatro bolas. Podemos mesclar sabores populares, como a minha combinação favorita de flocos e chocolate, ou atermo-nos a um sabor refinadamente burguês, como pistache. Podemos enfeitá-la com a ortodoxa cereja em conser-

va no topo ou podemos ser inventivos, optando pela heterodoxia dos morangos frescos, ou até mesmo framboesas, mais neokeynesianas. Podemos optar pela reprodução do clássico americano com chantilly ou podemos arriscar uma reviravolta nacionalista com doce de leite ou ainda, quem sabe, os dois!

Podemos escolher a perfeição de ver a banana split em uma taça em formato de canoa ou podemos ser iconoclastas ao utilizar uma taça de sundae. Podemos optar pela abundância da banana nanica, pelo sabor balanceado da banana prata, pela doçura da banana ouro ou até pelo exotismo da banana maçã! Podemos aceitar a banana em sua integridade na taça, fatiá-la longitudinalmente ou até, como heréticos, picá-la em pedacinhos. São tantas opções... Mas há um limite para a Banana Split, a banana. Sem banana não há Banana Split! Sem Banana Split não há paz!

O amigo leitor deve estar a se perguntar se este que vos fala é apenas gordo ou se chegará a algum ponto com estas deambulações. Ora, sou gordo sim, mas também tenho um ponto! Meu ponto é que o Estado é a Banana Split e banana do Estado é a realidade! Esse é nosso limite!

Assim como sem banana não há Banana Split, sem os limites do real, não há Estado. Quando abrimos mão disso, toda a lógica que estrutura o Estado rui e encontramos-nos entregues aos lobos. Já tivemos péssimos governantes, mas, pela primeira vez em nossa história, ele-

gemos a mais podre das bananas e escolhemos mandar uma banana para a banana da realidade.

O problema do Brasil bolso-olavista, bem como do Itamaraty ernesto-olavista, não é nem com a esquerda, nem com o centrão, nem com a direita. É com a banana da realidade.

Lembrem-se que não há escapatória para a banana e reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

32 - TECITO DE MORINGA (SEMANA 32)

[Introdução PRA: Suprema ironia: o patético chanceler, inimigo imortal da ditadura chavista, recebe uma lição do seu contraparte venezuelano. Permito-me reproduzir o que disse o chanceler chavista, que já tinha lido no ano passado, mas que é sempre um prazer reler, pois ele se dirige a nós, diplomatas profissionais: "Sei que vocês estão em resistência, que tem vergonha das posições de seu chanceler. Mas, tranquilos. Isso é temporal e que, no final, nenhum governo, nenhum chanceler pode derrotar a excelência do que representa o Itamaraty. No final, esses anos serão apenas uma má lembrança e nada mais". (Jorge Arreaza, chanceler da Venezuela)]

Você se lembra, amigo leitor, quando nosso *asno-in-chief* gritava so-

bre os perigos da venezualização (SIC) do Brasil? Você se lembra quando nosso execrável chanceler dizia que nos salvaria do comunismo internacional e, também, quando louvou as belezas de sermos párias? Pois é... Parece, contudo, que viramos mesmo párias, uma Venezuela da direita, sem nenhuma qualificação técnica em seus quadros.

Longe de mim vir defender o regime Maduro, mas é preciso notar que seu alto escalão diplomático é, no mínimo, muito mais qualificado que nosso Beato Salu. Durante a reunião virtual extraordinária de ministros da Organização de Estados Ibero-Americanos, Salu nos envergonhou mais uma vez ao utilizar TODA a sua intervenção para tecer acusações ao governo venezuelano e a um suposto complô globalista. Foi isso o que Salu disse? Não sei ao certo, pois é difícil entender o que ele diz... Por alguma razão, meus ouvidos bloqueiam a voz de Ernesto. Autopreservação, talvez?

Não convém entrar em detalhes de conteúdo, debruçar-me-ei, sim, sobre a forma. Independentemente do que tenha dito em detalhes, Salu foi TÃO inábil que acabou por tomar uma ensaboada moralista de Jorge Arreaza, pasmem, o Chanceler Venezuelano. Arreaza, do qual discordo, mas reconheço ser um exímio diplomata, abrandou as saraivadas de disparates desconexos que seu governo recebeu com bofetadas de pelica.

Lembrou que nosso excelentíssimo se orgulha de dizer que o erro da ditadura militar brasileira foi torturar e,

não, matar, bem como rememorou que Salú era o porta-voz de um governante que disse ser incapaz de amar um filho homossexual. Por fim, arrematou com a seguinte pérola:

"Queria recomendar ao chanceler do Brasil uma receita. O comandante Fidel Castro estudou muito a moringa, uma planta extraordinária, com propriedades curativas e também tranquilizante", disse. "Eu quero recomendar um chá de moringa, com um pouco de valeriana. Já vai ver como se abre o espaço para a tolerância ideológica, para que possamos inclusive debater", disse. "Podemos inclusive debater eu e o senhor, sozinhos. Eu desafio. Moringa, nos sentamos, falamos de democracia, direitos humanos, da Amazônia, de mudanças climáticas, de geopolítica".

Com essa pérola diplomática, Arreaza bateu mais um prego na tampa do caixão da supostamente "nova" política externa ernestiana. Rebaixou, com bom humor, o Brasil de Bolsonaro à merecida insignificância mundial e histórica. Por fim, foi além do *tecito de moringa* e mandou uma mensagem para nós, diplomatas brasileiros, que deixo registrada aqui... Quiçá como palavras de esperança...

"Sei que vocês estão em resistência, que tem vergonha das posições de seu chanceler. Mas, tranquilos. Isso é temporal e que, no final, nenhum governo, nenhum chanceler pode derrotar a excelência do que representa o Itamaraty. No final, esses

anos serão apenas uma má lembrança e nada mais”.

Para que não sejamos mais admo-
estados pela Venezuela, reajam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

33 - A FAMÍLIA BEAN (SEMANA 33)

Entre a realidade e a ficção encontra-se a história do clã escocês dos Bean. A história começa com a união entre Sawney Bean e Agnes “Black” Douglas, que nos idos do século XVI, fizeram morada em uma caverna em Bennane Head, entre Girvan e Ballantrae, no sudoeste escocês, e produziram uma prole numerosa de 29 filhos e filhas, além de dezenas de netos. Segundo a lenda, os Bean tinham pouca proclividade para o trabalho e viviam de trapaças, tramoias e crimes comuns (qualquer similaridade com clã brasileiro cujo cognome também se inicia com a letra “B”, é mera coincidência)

Obviamente, os Bean não eram apenas tratantes e ventanistas, pois do contrário não teriam sido imortalizados por lendas aterrorizantes. Os Bean atraíam viajantes desavisados para seus domínios e, então, atacavam, matavam, roubavam e devoraram os corpos desses incautos. Sim amigo leitor, os Bean eram canibais.

Não digo que nos encontremos sob o domínio de canibais, per se, mas há, sim, similaridade com o terror que os Bean causavam à Escócia medieval e o nosso Brasil contemporâneo. Ainda que não comam nossas carnes, estamos subjugados por monstros devoradores. Devoradores de espírito, esperança, instituições, economias e futuros.

Os Bean brasileiros, que não são apenas uma família no sentido consanguíneo, mas, também, uma corja acéfala que se une pela mesma predileção destruidora, matam e devoram o Estado. Esta semana, tivemos mais uma prova disso. A notícia de que nosso excelentíssimo utilizou da estrutura analítica da ABIN para elaborar relatório que auxiliasse seu primogênito a evadir-se da justiça, mostra que estes animais saca-bocados já avançaram para o fígado do putrefato corpo estatal...

Há que se questionar sobre o destino destes Bean. Terão estes o mesmo destino do clã escocês, dizimados pelo povo unido ante tamanhas atrocidades? Ou terão eles sucesso, incutindo na população seu canibalismo animalesco?

Pelo retorno do vegetarianismo político, reflitam e reajam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

34 - RETORNO A ASA BRANCA (SEMANA 34)

Após breve estadia em Sucupira, a cidade mais real que o real de O Bem-Amado, aventureime-me novamente pelo sertão fantástico de Dias Gomes e, nesta semana, os ventos parecem ter me trazido a Asa Branca, a cidade mítica de Roque Santeiro. Ou seria este sertão da alma o Itamaraty? Já não consigo mais distinguir...

Ao Beato Salu parecem ter se juntado alguns outros personagens... Padre Hipólito, parece ter orientado Salu e Sinhozinho Malta de que não deveríamos reconhecer a vitória de Joe Biden, pois tinha convicção de que havia fraude na eleição americana e de que seu deus seria vitorioso, contando com o apoio das beatas da cidade comandadas por Dona Pombinha Abelha... Resta saber quem rezará por Padre Hipólito agora... As freirinhas do convento, talvez?

Já Zé das Medalhas, preocupado com os polpudos soldos que lhe prometerá Salu, caiu na armadilha de uma Senadora, perdeu a compostura e foi defenestrado pelas janelas do Senado. Não será, Oxalá, nosso Embaixador em Genebra. Mas, há que se ressaltar que sua inabilidade, quase igual à do Beato, ainda nos custará muito, pois a venerável Senadora, imbuída de renovado interesse sobre o Itamaraty, ordenou averiguação da utilidade econômica de todos os nossos postos no exterior, ignorando qualquer atributo de relevância política...

Enquanto isso... O Lobisomem da AIG ainda corre solto como cachorro louco atrás das Mocinhas e deixa nossa comunicação em frangalhos... O Prefeito do Palácio, Seu Flô da SG, deixa a loucura comer solta e seus eleitores ao relento, pouco se preocupando com o futuro do país e da instituição e com olho vivo apenas para a próxima eleição da Organização Mundial da Propriedade Intelectual...

Só consigo indagar onde estão Roque Santeiro, Padre Albano, Matilde e o Cego Jeremias para nos proteger? Me lembro então de uma velha canção que dizia... "no ABC do Santeiro o que diz o A, o que diz o A? O A diz adeus à matriz... O que diz o B, o que diz o B? O B é a batalha da morte... O que diz o C, o que diz o C? Coitado do povo infeliz..."

Pelo bem de Asa Branca, reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

35 - PRESENTE DE NATAL (SEMANA 35)

Nesta semana natalina, vime-me tomado pelo espírito das festas, bem como acometido por uma sensação de ternura paternalista para com aqueles a quem venho deferindo críticas sistemáticas nos últimos meses. Eles também são filhos de Deus e merecem um presente de fim de ano. Assim, lembrei de

um belíssimo artigo que Art Buchwald publicou no Washington Post, em 1973, para presentear os apoiadores do então Presidente Nixon. Entitulado “Response List For Nixon Backers”, o artigo elencou uma sequência de argumentos para que os “Nixon Head’s” contra-argumentassem os ataques feitos ao seu amado presidente.

Nesse espírito, adaptarei nas próximas linhas a lista de Buchwald para os apoiadores tanto de nosso excelentíssimo presidente quanto de nosso Chanceler. A saber:

1 - Todo mundo faz a mesma coisa.

2 - E o PT?

3 - O Presidente/Chanceler não tem condições de saber de TUDO que seu staff/amigos/família faz ou fez.

4 - A mídia está tirando tudo de contexto e mentindo.

5 - Tudo que o Presidente/Chanceler faz (bom ou mal) é em nome do Brasil.

6 - A esquerda está com inveja por ter perdido a eleição.

7 - Você vai acreditar nas mentiras de um traidor como o Moro ou vai acreditar no nosso Presidente?

8 - Temos que esperar até que todos os fatos se tornem públicos.

9 - E o PT?

10 - Se o Bolsonaro sofrer Impeachment, o Mourão vira Presidente.

11 - O único crime do Presidente é amar seus filhos.

12 - E o sítio do Lula?

13 - Na Europa / nos EUA é a mesma coisa.

14 - Não importa o que o Bolsonaro fizer, a esquerda vai ficar de mimimi.

15 - É tudo culpa da oposição.

16 - O Lula sempre teve acesso aos relatórios da ABIN e ninguém reclamava (SIC).

17 - O que é que tem demais em contratar milicianos?

18 - O Presidente é um homem muito ocupado, ele não tem tempo pra saber de esquema de rachadinha.

19 - E o Lula?

20 - Quem nunca pecou, que atire a primeira pedra.

21 - E o Dória?

22 - E o Hulk?

23 - E o PT?

24 - O Brasil não desmata a Amazônia, é a Amazônia que desmata o Brasil!

25 - O Bolsonaro só acabou com a Lava Jato, porque a corrupção acabou.

26 - Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará!

27 - Se o PT tivesse ganhado, nós estaríamos pior.

28 - E o PT?

29 - A bolsa está subindo!

30 - A culpa é da China que inventou o COVID e roubou a eleição do Trump.

Ufa... Deixo este presente de natal aos bolsolavistas do ministério e da esplanada. Acredito que apresentei um bom plantel de desculpas esfarrapadas para serem usadas ao redor da mesa de natal.

Boas Festas a Todas e Todos!

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

36 - FELIZ ANO VELHO (SEMANA 36)

Para escrever sobre este ano que se encerra, tomarei emprestado o título do belíssimo livro autobiográfico que Marcelo Rubens Paiva lançou em 1982. O livro, cuja leitura é indispensável para qualquer brasileiro, conta sobre o acidente que deixou Rubens tetraplégico, bem como recorda a tragédia do desaparecimento forçado e assassinato de seu pai, o ex-Deputado Federal Rubens

Beyrodt Paiva, pelos aparatos de repressão do regime militar, em 1971.

Este ano de 2020 foi, é e será sempre um ano velho. Estamos presos em um vórtex temporal, uma tragédia mística e científica que só poderia ter sido escrita por meio de colaboração entre Orwell, Júlio Verne e Dostoiévski. Neste vórtex, estamos ao mesmo tempo em 1918 (ano da gripe espanhola), em 1964 (ano do golpe civil-militar), em 1968 (ano do AI-5), em 2018 (ano da vitória de Bolsonaro) e em 2020.

Na saúde, somos acometidos por uma praga sem tamanho que vem nos matando como moscas e que é agravada pela ignorância e leviandade dos parlapatões satânicos da esplanada. Na economia, nossos mais vulneráveis irmãos serão deixados ao relento dos ventos que sopram do fim do auxílio emergencial e da incompetência de Paulo Guedes.

Na política externa, Xarab ficou e o Brasil se consolidou ainda mais como pária internacional, já que seu Deus Trump morreu. Na política interna, vivemos a tragédia de um desgoverno autoritário, canalha e corrupto que destrói nossas esperanças e sonhos. Uma corja despudorada que tenta reviver o ápice da repressão ditatorial brasileira, mas, dessa vez, de forma farsesca. É a história se repetindo, primeiro como tragédia e depois como farsa...

E, infelizmente, caro leitor, engana-se aquele que acha que, ao menos, 2020 está acabando. Este ano não acabará, pois 2020 vai continuar 2021 adentro,

graças à guerra da vacina que Bolsonaro tão desumanamente promove. Resta saber, ainda, se permitiremos que 2020 continue em 2022. Resta saber se nossas renhidas picuinhas anos continuarão a nos cegar e a garantir a reeleição do facinora presidente.

No dia 31, teremos que desejar feliz ano velho aos amigos. Permitiremos que isso continue no Réveillon de 2021 para 2022?

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

37 - VOLUME II, CAPÍTULO 01. (SEMANA 37)

Logo na segunda-feira desta primeira semana de 2021, quiçá o capítulo 01 do volume II de 2020, fui surpreendido por um “artigo-pataquada” de nosso psicopata-chanceler, intitulado “For a Liberal-Conservative Reset”. Acreditei, amigo leitor, que teria que escrever um texto chato apenas focado nas loucuras que nosso chefe destilou sobre mais uma teoria da conspiração a que aderiu, o “left-wing ideological complex” que teria tomado controle da política americana por meio de manipulações chinesas. Esse complô, segundo nosso poderoso chefinho, seria um saco de gatos no qual ele inclui o globalismo, o crime organizado transnacional, o trans-humanismo, a mídia, um suposto narco-socialismo, o “covidismo” e outras teorias da conspi-

ração. O artigo tresloucado é digno de Ernesto e da malta ensandecida que persegue teorias como o QAnon norte-americano.

Encontrava-me triste com essa tarefa de desemaranhamento teórico de inutilidades, quando, pasmem, os trumpistas norte-americanos invadiram o capitólio como animais inconsequentes. Fui, assim, presenteado pelo destino com um tema muito mais interessante para a primeira crônica de 2021. Homens animalizados, xamãs tresloucados, saqueadores inconsequentes e massas de manobra revoltadas e incitadas pelo grande dragão vermelho, Donald Trump, invadiram o Congresso americano com o intuito de sustar o processo democrático e impor uma ditadura de Trump (ainda que essas massas não acreditem que estejam fazendo isso).

O episódio foi tão absurdo que levou à ruptura de Mike Pence, o Vice-presidente norte-americano, com Trump e a mais um processo de *impeachment* do execrável homem laranja (refiro-me a Trump, não ao Queiroz). Seria o fim da civilização americana? Viriam de dentro do próprio EUA as invasões bárbaras que destruirão a Roma moderna? Ante tantas dúvidas, recebi ainda outro presente, um presente de dia de reis, um ignóbil e insipiente comentário de Ernesto sobre o ocorrido!

Entre outras excrescências, disse nosso líder supremo que: “Duvidar da idoneidade de um processo eleitoral NÃO significa rejeitar a democracia. Ao con-

trário, uma democracia saudável requer, como condição essencial, a confiança da população na idoneidade do processo eleitoral"; "Há que parar de chamar 'fascistas' a cidadãos de bem quando se manifestam contra elementos do sistema político ou integrantes das instituições"; "Deslegitimar o povo na rua e nas redes só serve para manter estruturas de poder não democráticas e seus circuitos de interesse"; e "Há que perguntar, a propósito, por que razão a crítica a autoridades do Executivo deve considerar-se algo normal, mas a crítica a integrantes do Legislativo ou do Judiciário é enquadrada como atentado contra a democracia". Ernesto nos lembra, assim, que 2021 não é um recomeço, mas, sim, a continuidade da patifaria de 2020.

Há que se agradecer, contudo, Ernesto, Bolsonaro, Trump e seus seguidores por não terem nos deixado esquecer de que esta semana é apenas o primeiro capítulo do volume II de 2020. Reflitam.

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

38 - OS DESTRUIDORES DE MUNDOS (SEMANA 38)

"Nós sabíamos que o mundo jamais seria o mesmo. Algumas pessoas riam, outras choravam. Mas a maioria permaneceu em silêncio. Me recordei de uma passagem

das escrituras hindus, o Bagavad-Gita: tentando convencer o príncipe a concluir suas tarefas, Vishnu assumiu sua forma com vários braços e disse: 'Agora eu sou a Morte, a destruidora de mundos'".

Poderia ser uma passagem sobre o caos pandêmico em que nos encontramos, um desabafo de um Médico de Fronteiras ou de um enfermeiro em Manaus, mas foi o que Oppenheimer disse ao ver a primeira explosão atômica do Projeto Manhattan em Los Alamos, Novo México.

Se fossemos um país governado por pessoas com um mínimo de decência humana, essa também poderia ser a frase de desespero de um Ministro ou de um Presidente, atônitos e preocupados em atacar com convicção e compaixão a maior crise de saúde pública da história, mas não é o caso. Esperamos o dia "D" e a hora "H" para uma vacinação que não parece ser almejada pelo governo.

Vemos um Chanceler atrapalhar, a mando e desmando do Excelentíssimo Ignóbil da República, as poucas possibilidades que temos de nos vacinar. Vemos governadores incrédulos com a incompetência federal. Vemos tudo e nada acontece. Conhecemos o pecado. O pecado está aí, ao alcance das mãos, quiçá, das pontas dos dedos. Dedos que votaram. São os destruidores de mundos.

Sei que ando meio acabrunhado, meio descrente ultimamente. Tenho vontade de retornar às galhofas... Mas me faltam forças para rir, me falta oxi-

gênio nos pulmões para gargalhar, me faltam lágrimas também para chorar. Então, sigo assim, casmurro e acabrunhado...

Há de passar... É só o que consigo sussurrar com o que me resta de ar...

Respirem e pensem naqueles que já não podem mais...

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

39 - MINISTRO EM FUGA (SEMANA 39)

Nesta semana eu me vi às voltas com as mais díspares emoções. De um lado, esse carnaval de esperança e lucidez que é o início da vacinação em São Paulo. Do outro, a fome total do espírito, o desespero absoluto que já me consome há mais de dois anos, avolumado pelo descalabro de ver Manaus se tornar um caos. Não estou alheio às óbvias jogadas de marketing que representam a vacinação de São Paulo, mas nada se compara ao descalabro federal...

De um lado, a belíssima nota emitida na semana passada pela Presidente da ADB, Embaixadora Maria Celina, nossa Shadow Minister, contra a manifestação estapafúrdia do psicopata-chanceler sobre a invasão do capitólio americano. Do outro, as pataquadas que li esta semana na lista de emails de nossa associação sindical em ataque à nossa

Shadow Minister. Um certo diretor de departamento bolsonarista teve a pachorra de criticar a nota e cobrar um posicionamento favorável da ADB às loucuras de Ernesto. Obviamente ele foi devidamente escorraçado como o pulha que é. Manifestações magníficas de colegas, como o Embaixador Lamazière, trataram de ressaltar a covardia medíocre dessas posições.

Nesse dilema, pensei em escrever sobre a esperança. Pensei em escrever sobre o desespero. Pensei em escrever sobre a posse estadunidense. Mas tudo parecia muito óbvio...

Foi então que, no sábado à noite, chegaram a meus ouvidos notícias saborosas. Nosso "Ministro" da Saúde General Pazzuelo (um nome curiosamente semelhante com a alcunha do demônio Pazuzu do filme O Exorcista) fugiu para a Amazônia sem data para voltar. Ora, amigo leitor, há que se perguntar o motivo dessa retirada estratégica do ministro. Seria por preocupação com as almas manauaras? Seria pelo súbito arrebatamento do espírito de dever público? Seria pela conscientização do Excelentíssimo Ignóbil da República sobre o perigo do vírus? Não, obviamente não.

Pazzuelo fugiu para Manaus para não ser demitido. É praxe que não se demitam ministros por telefone, ainda que Lula o tenha feito com Cristóvão Buarque e Dilma com Arthur Chioro. Especialmente tratando-se de um general em um governo militar-miliciano, uma

demissão só ocorreria presencialmente. Dessa forma, *Pazzuzzuelo* fugiu para longe, para onde não poderá ser demitido.

Há de se reconhecer a esperteza do “Ministro”, pois ele sabe que ante à crise que causou em Manaus, não poderá ser chamado de volta a Brasília, pois isso seria escancarar o escárnio com a saúde dos brasileiros a níveis extremamente impopulares. Assim, *Pazzuzzuelo* deu um cheque estratégico, garantindo que não poderá ser demitido por pressões do centrão. Ele fica feliz, Bolsonaro fica feliz e nós choramos.

Será que caçaremos esse “ministro” em fuga?

Ministro Ereto da Brocha, OMBUDSMAN

40 - BATENDO PALMA PARA MALUCO DANÇAR (SEMANA 40)

Antes de existirem os profetas Iracundos, como Amós, existia a tribo dos Iracundos. Minha finada avó sempre lembrava dessa lenda dos Iracundos quando sentia que seus netos estavam indo no embalo de amigos muito bagunceiros. Lembrava-nos da fábula e repetia, nunca bata palma para louco dançar.

Segundo minha avó, os Iracundos eram seres (reais ou imaginários) que bebiam de uma fonte de raiva e ódio, que lhes dava imensa força, mas tam-

bém os destruía por dentro e por fora. Foram, assim, tornando-se monstros fortes a serviço do ódio e da ira que vagavam pelo mundo, cegos e surdos, a gritar barbaridades e afrontas. Eram tão despudorados e raivosos que aqueles que os encontravam, acreditavam estar na presença de loucos. Não acreditavam em nenhuma verdade, pois eram cegos e surdos, e retrucavam todos aqueles que tentavam postar-se em seus caminhos com violência, mentiras e gritos.

Quando encontravam plateias para suas loucuras, dançavam, cantavam e gritavam pedindo para que todos batessem palmas. E os incautos, mesmerizados pela festa que faziam os Iracundos e pelas asneiras divertidas que diziam, assim o faziam. Batiam palmas para que dançassem. Quando todos batiam palmas e riam, os Iracundos faziam seu espetáculo final: dançavam, atirando milhares de flechas para cima. Com sua força monstruosa, faziam as flechas desaparecerem nos céus, sempre ao som de aplausos. Depois, despediam-se e iam à procura de outra plateia.

Acontece, contudo, que ao saírem os Iracundos, as flechas caíam sobre a plateia, dizimando todos os incautos. É daí que vem a expressão tão cara à minha avó, e às avós de muitos dos que cresceram na mesma época que este velho que vos fala.

Ao ver o vídeo de Ernesto batendo palmas e ovacionando ataques de baixíssimo calão à nossa mídia, proferidos por seu mestre, o ignóbil da República,

lembrei-me de minha avó. Não acredito que você, caro leitor, esteja batendo palmas para maluco dançar, mas nosso Chanceler está. O problema é que as flechas dos Iracundos não recaem sobre ele, mas sim sobre todos nós brasileiros.

Nunca bata palma para maluco dançar.

Ministro ereto da Brocha, OMBUDSMAN

NOTA FINAL DE CONCLUSÃO SEM FIM: UM CRONISTA MISTERIOSO ANIMA A RESISTÊNCIA NO ITAMARATY

Paulo Roberto de Almeida.

Como informei nesta postagem: <https://diplomatizzando.blogspot.com/2020/08/um-cronista-secreto-doitamaraty.html>, recebi, primeiramente, um “cacho” de uma dúzia de crônicas saborosas (e uma gastronômica no meio, dedicada a um “bolo de laranja lima”, que deve ter sido ainda mais saboroso) sobre a **“miséria da diplomacia brasileira”** atual – tal é o nome do meu livro de 2019, livremente disponível neste blog –, uma vez que o Itamaraty se encontra perdido num **“labirinto de sombras”**, este é o título do meu primeiro livro de 2020, ambos dedicados à destruição da inteligência no Itamaraty.

A eles se seguiu um terceiro livro, já voltado para um projeto de reconstrução da política externa e de restauração da diplomacia, pois que a isto me obriga minha consciência de diplomata dissidente. Postei as crônicas recebidas nas várias postagens sequenciais anteriores. Espero que a maioria se divirta, embora algumas sejam mais propriamente desoladoras, mas este é o retrato do governo atual e da *administração bolsolavista* no Itamaraty.

Espero receber mais crônicas do cronista misterioso, um diplomata ainda não identificado (o que é perfeitamente compreensível: pode ter amigos e parentes na carreira e não cabe oferecer nenhum flanco aos aloprados do poder). Quando estes tempos obscuros passarem, ele certamente vai aparecer, com seu nome próprio, e será saudado como o iniciador do processo de resistência, um bravo entre muitos bravos (mais discretos).

Sou apenas um assistente de redação, digamos assim, e meus comentários figuram geralmente nas postagens do meu blog *Diplomatizzando* e no Facebook, que servem de registro para estes tempos obscuros.

Como diriam os companheiros, marxistas na maioria, a luta continua...

APÊNDICE: UM MANIFESTO GLOBALISTA⁷

BRASÍLIA, 15/02/2020

[**Objetivo:** paródia; **finalidade:** contrarri-
nista]

Paulo Roberto de Almeida.

Introdução: um manifesto em defesa do globalismo?

Um “manifesto globalista”? Na linha do *Manifesto Comunista* (1848), de Marx e Engels? Sim, exatamente, mas com algumas diferenças de espírito e de conteúdo.

Como o globalismo vem sendo atacado de maneira superficial e simplista por alguns espíritos neogóticos, com argumentos totalmente equivocados, vou divulgar o meu manifesto globalista, especialmente voltado para o mundo diplomático brasileiro, onde o besteirol antiglobalista que está sendo disseminado desde algum tempo é bem maior. A estrutura do presente ensaio provocador pode parecer semelhante, ou similar, à do texto gótico de 1848, mas os argumentos são bastante diferentes.

Mas antes uma precisão: o título original do pequeno panfleto de 1848 – feito muito rapidamente, inclusive com alguns “empréstimos” deliberados – preparado por dois jovens hegelianos radicais, era *Manifesto do Partido Comunista*.

Só que ainda não existia nenhum “partido comunista”: o texto havia sido encomendado pela Liga dos Justos, uma associação de trabalhadores alemães sediada na Inglaterra. Os partidos comunistas surgiram bem mais tarde, no seguimento da primeira grande divisão dos socialistas, seja na Primeira Internacional, em face do embate entre anarquistas-bakuninistas e marxistas-marxianos, seja depois, com o surgimento dos socialistas-reformistas – Lassale, Liebknecht, Kautsky, Bernstein –, agrupados na Segunda Internacional, que logo foram combatidos pelos bolcheviques-leninistas da Terceira Internacional. A partir de 1919, quem quisesse apoiar o primeiro “Estado trabalhador” da História tinha de mudar o nome do seu partido para comunista, e acrescentar o subtítulo: “seção [nacional] da Internacional Comunista”, como foi o primeiro nome do Partido Comunista do Brasil: seção brasileira da Internacional Comunista (1922, nome recuperado depois, sem o subtítulo, pelo PCdoB).

Marx e Engels aprovariam, quase certamente, a distinção entre comunistas e socialistas, para logo em seguida criticar os discípulos pouco instruídos nas coisas econômicas (pois que conduziram o comunismo a uma situação insustentável). Para os propósitos do presente ensaio, como nem o globalismo, nem o bizarro antiglobalismo constituem partidos, no sentido etimológico e funcional da palavra, este novo manifesto não é do “Partido Globalista” e sim apenas um “Manifesto Globalista”; se quiserem

⁷ Assim como todos os anteriores, também este texto está disponível no blog: <http://diplomatizzando.blogspot.com; pralmeida@me.com>.

acrescentar algo, eu não me oporia a este subtítulo: “contra o antiglobalismo”. Feitos os esclarecimentos históricos, vamos a um novo “clássico revisitado” de minha série, que já comporta uma paródia do velho Manifesto, adaptado aos vibrantes novos tempos da globalização capitalista (o novo Manifesto, e o livro completo, estão disponíveis aqui:

https://www.academia.edu/41037349/Velhos_e_Novos_Manifestos_o_socialismo_na_era_da_globalizacao_1999_).

1. O grande temor dos reacionários: o espectro do globalismo

Um espectro percorre a comunidade adepta das teorias conspiratórias: o espectro do globalismo. Todos os poderes de velhas correntes ultraconservadoras, da extrema direita e dos reacionários sem qualquer doutrina, mas também da esquerda antiglobalizadora, se aliaram em uma campanha contra o fantasma do globalismo. Este seria, no precário entendimento dos que estão coligados ou convergentes no combate a esse novo monstro metafísico, um alegado complô de ricos de esquerda e de burocratas da ONU — sem esquecer alguns ideólogos, como este que aqui escreve — devotado a retirar soberania aos Estados nacionais e a construir um governo mundial dirigido por burocratas não eleitos de organismos internacionais.

Qual entidade de burocratas dedicados à interdependência global não foi vilipendiada pelos seus adversários no poder como globalista? Quantos diplomatas sinceramente devotados ao seu trabalho internacionalista já não foram acusados de globalistas pelos novos cruzados reacionários da causa antiglobalista?

Desse fato concluem-se duas coisas.

O globalismo passou a ser identificado por esses adeptos de teorias conspiratórias como um novo poder.

Já é tempo dos globalistas engajados – como este que aqui escreve – exporem perante o mundo inteiro – ou pelo menos aos *true believers* e outros ingênuos seduzidos pela causa antiglobalista – a sua visão do mundo, seus objetivos e tendências, e de contraporem à lenda do espectro do globalismo um manifesto do próprio punho. Um manifesto que examine cada uma das alegações dos antiglobalistas e confirme que eles estão indo na direção contrária ao sentido tomado pela grande trajetória da interdependência global, ao pretenderem fazer girar para trás a roda da História.

2. Globalistas e antiglobalistas (ou internacionalistas conscientes e nacionalistas tacanhos)

Adeptos de teorias conspiratórias sempre existiram ao longo dos séculos: são geralmente mentes simples, almas

cândidas, pessoas ingênuas que, induzidas por profetas de algum desastre iminente – gurus alucinados pelas dificuldades naturais, estruturais ou conjunturais, sistêmicas ou acidentais, contingentes, das economias e sociedades – tentam ver, nesses soluços de uma longa e lenta evolução para estágios diferentes de organização econômica, política e social, a ação de sociedades secretas, entidades poderosas que manobririam em surdina justamente contra o Estado ao qual pertencem.

Para eles, se algo estranho – ou seja, coisas que eles não conseguem explicar – está acontecendo no mundo, ou no cantinho em que eles vivem, é porque um pequeno grupo de espertalhões, geralmente ricos e poderosos, mas sempre mal intencionados, está tentando (e conseguindo) tomar o controle do mundo e de suas vidas, para impor não se sabe bem que tipo de novo regime ou sistema de vida. Dizer que os “conspiradores” são paranoicos já é uma redundância em si, pois parece haver uma correspondência íntima entre esses dois tipos de alucinados, embora nem todos os paranoicos sejam adeptos de teorias conspiratórias: vários se refugiam em seu mundinho conhecido, temendo que o céu lhes caia sobre a cabeça, apenas dizendo que “estão vindo atrás de mim”. Paranoicos podem ser recatados e, portanto, não prejudiciais, mas conspiratórios tendem geralmente a perturbar a paz geral e a felicidade da nação anunciando as piores catástrofes que estão para se abater sobre o país e cada um de nós. Os antiglobalistas pertencem a esse gênero

perfeitamente alucinado: “Os globalistas vão tirar nossas liberdades, vão retirar a soberania da nação, vão nos converter todos em escravos da poderosa máquina perversa” (que pode ser a do capital ou a do marxismo, à sua escolha), “eles vão destruir as bases das nossas sociedades, já estão fazendo isso, alerta minha gente!”.

Pois é, esses são os antiglobalistas, que seriam apenas ridículos, se não fossem também inutilmente ridículos, pois engajam a sociedade, quando estão no poder, em uma retirada em regra de fluxos, circuitos, correntes, movimentos e outras interações que seriam naturais e benéficas, se deixadas ao sabor das mudanças progressivas e regulares em quaisquer sociedades “normais”, ou seja, aquelas que respondem à dinâmica constante das atividades econômicas ou que reagem positivamente às novas ideias que cérebros educados estão sempre propondo para melhorar a vida de cada um dos cidadãos (ou súditos).

E quem são os globalistas, supostamente pecadores, indivíduos perigosos, propensos, pelo menos potencialmente, a roubar nossas liberdades e a soberania dos países, supostamente em benefício de algum grupúsculo organizado de conspiradores profissionais (que podem ser grandes capitalistas, judeus, marxistas, o que vier à cabeça)? Os globalistas somos todos nós, pessoas normais, que tendem a receber positivamente quaisquer novos influxos que representem agregação de valor, seja material, seja espiritual: produtos (ou seja, bens

e serviços, de todas as partes do mundo), ideias novas, hipóteses, pesquisas, desafios, enfim, quaisquer propostas de mais conforto, harmonia, bem-estar, novidades em geral. Globalistas são pessoas abertas ao que o mundo produz de melhor – e, presumivelmente, a soma de novidades do mundo sempre será maior do que as novidades do seu próprio país –, ideias interessantes, até propostas desafiadoras, do ponto de vista das velhas tradições e costumes arraigados nas dobras do tempo.

Globalistas são receptivos a tudo isso, e não temem perder a liberdade se aceitam provar um novo pudim (salvo se for inglês, pois aí é perigoso), um novo aparelho (mesmo se for chinês, com aquelas coisas embutidas que vão passar a controlar a sua vida), uma nova forma de responsabilização de políticos (esse estamento autocentrado em todos os países), e propensos a se abrirem às migrações de todos os tipos, inclusive as suas próprias. Numa palavra, globalistas são internacionalistas, e antiglobalistas tendem a ser nacionalistas tacanhos (muitos deles obtusos, ou seja, infensos a quaisquer novidades).

Estou sendo maniqueísta? Provavelmente sim, mas cabe recordar que antes de aparecerem os nacionalistas tacanhos, que proclamam abertamente serem não só antiglobalistas, como também nacionalistas de um novo tipo (não carnívoros, se supõe), todos víamos felizes, sem sequer ter a consciência de sermos globalistas, ou seja, de estarmos abertos às novidades do mun-

do. O Brasil é um exemplo disso: acolheu imigrantes de todo o mundo, como uma coisa benéfica à construção do seu próprio Estado-nação – permitindo, por exemplo, no Império, que esses estrangeiros se estabelecessem nas faixas de fronteiras –, como algo natural e positivo; mas, a partir de certo momento, virou um país nacionalista tacanho, agora tudo mais reforçado, depois que essa horda de soberanistas ingênuos e de antiglobalistas se abateu sobre nós.

3. Globalistas naturais e globalistas profissionais

A distinção pode parecer desprovida de maior significado, ou simplesmente inútil, na medida em que poucas diferenças existem, em princípio, entre aqueles que se adaptam naturalmente ao ritmo das mudanças no mundo contemporâneo – francamente globalista, na letra dos tratados e no espírito dos tempos – e os que se exercem profissionalmente no campo ativo do globalismo assumido e promovido. Vamos explicar.

Globalistas naturais são todos os cidadãos, indivíduos normais, consumidores abertos ao que possa existir de novidade no mundo da oferta dos mercados, sem preconceitos contra itens úteis na sua labuta diária ou no seu lazer cotidiano: são aqueles que não acham que a Coca-Cola é a “água negra do imperialismo” – como alguns anti-imperialistas ainda proclamavam algum tempo atrás –, que o rock não é uma “dança satânica”, que o iPhone é uma das grandes

invenções da humanidade, que a China não quer exportar o seu modelo político – apenas inundar nossos mercados de produtos baratos, eventualmente também de uma qualidade aceitável –, que a ONU não vai instalar um governo mundial e que o George Soros não vai destruir o valor da nossa moeda e sugar nossas reservas internacionais. Enfim, são cidadãos como quaisquer outros, sem prevenções contra o que nos vem de fora, e com uma imensa curiosidade de saber o que existe lá fora, sem dividir o mundo entre “nós e o resto do mundo”.

Globalistas profissionais são justamente aqueles que trabalham nessa interface, entre o nacional e o internacional, entre o doméstico e o externo, entre as nossas vantagens competitivas nacionais e as vantagens comparativas internacionais (sempre relativas, como poderia lembrar Ricardo contra aquele pioneiro, Adam Smith, que acreditava nas vantagens absolutas e na errônea teoria do valor trabalho, e que daí passou para o Marx). Em princípio, todo empresário deveria ser globalista, pois é do grande mundo externo que ele retira ideias, insumos e meios de produção para fazer sua oferta interna, eventualmente externa também. Todo economista sensato também deveria ser globalista, ou seja, a favor do livre comércio, o que não significa sair por aí negociando acordos de livre comércio com países like-minded; não precisa: basta orientar o seu ministro do comércio exterior a adotar a liberalização erga omnes, ou seja, unilateral, sem qualquer necessidade de

estabelecer acordos mercantilistas com quaisquer outros países.

Isso seria o normal, e esses seriam os primeiros globalistas profissionais, ou seja, empresários competitivos e economistas simplesmente sensatos empenhados em colocar o país na interdependência global, a melhor situação que qualquer estadista digno desse nome poderia aspirar para o seu país. Mas, hélas, isso não vale para os empresários brasileiros e para os “economistas” do governo Trump, empenhados ferozmente em defender sua reserva de mercado e em “equilibrar”, por quaisquer meios, a balança comercial, tanto a global quanto a bilateral, uma situação impossível, teórica e praticamente (inclusive porque balança comercial não é uma preocupação microeconômica de empresários, nem deveria ser a maior questão macroeconômica a preocupar os economistas governamentais, pois existem outros componentes no balanço de pagamentos).

E quanto aos diplomatas? Ora, não seria preciso nem argumentar como, ou porque, os diplomatas são, necessariamente globalistas profissionais, até compulsórios. Não se trata apenas de conformação “genética”, se cabe alusão a qualquer “fatalidade natural”, ou de alguma “deformação de ofício”, se também cabe a expressão depreciativa; antes de qualquer outro critério, trata-se de um ambiente natural para o exercício de suas funções executivas, sobretudo no caso desses burocratas obrigatoriamente imersos no mundo da globalização. E isso não existe apenas depois da construção

da ordem multilateral no pós-Segunda Guerra, ou antes, na criação da Liga das Nações, depois da Grande Guerra e com os acordos de Paris, em 1919: diplomatas integram uma das mais antigas profissões do mundo, mobilizados cada vez que soberanos mais sensatos procuravam evitar guerras ofensivas ou defensivas, em caso de tensões com soberanias vizinhas ou impérios conquistadores. Junto com os soldados, que são seus irmãos naturais e que também precisam ser naturalmente, profissionalmente globalistas, os diplomatas só existem na globalidade, na globalização, no globalismo, sendo inconcebível um diplomata “antiglobalista”.

Aliás, um diplomata antiglobalista não é apenas uma contradição nos termos, é antes de mais nada um ser ridículo, pois não se entende um profissional das relações exteriores que queira se refugiar no nacionalismo tacanho, no provincianismo rastaquera, na recusa da abertura do país a todos os tipos de interações benéficas ao povo, à economia, à cultura nacional. O que é especificamente moderno, ou contemporâneo, no globalismo diplomático, é o multilateralismo, disputando espaços preliminares com o bilateralismo triunfante até o século XIX e explodindo com vigor depois da Segunda Guerra Mundial, com a fundação da ONU e de todas as suas agências especializadas (aliás, até antes, desde Bretton Woods, que iniciou a conformação da ordem econômica multilateral do pós-guerra, que ainda é a base das relações internacionais). Um diplomata que se proclame antiglobalista é mais do

que um estranho no ninho, ou um cisne negro, é sobretudo uma aberração teórica e prática, uma vez que mesmo esse ser bizarro terá de se haver com as estruturas multilaterais, portanto globais, que foram sendo estabelecidas progressivamente ao longo das últimas sete ou oito décadas.

4. Literatura globalista e anti-globalista

Literatura antiglobalista não existia até certo tempo atrás, ou então se restringia aos poucos panfletos conspiratórios, daquele mesmo nacionalismo tacanho, que provocaram tantas guerras ao longo da era moderna, até os conflitos globais da primeira metade do século XX. O nacionalismo, segundo estudiosos do tema – Hans Kohn foi o maior de todos – é um fenômeno relativamente moderno, que se desenvolve paralelamente ao crescimento da doutrina liberal, mas que assume feições exclusivistas e excludentes no curso do gradual desenvolvimento paralelo do coletivismo, em suas diversas formas econômicas e políticas, entre elas o pangermanismo, um nacionalismo proto-globalista (se assim cabe a expressão), que provocou, junto com o expansionismo imperialista, a maior guerra de todos os tempos.

O nacionalismo, assim como o racismo – especificamente antisemita – e o culto do líder e da pátria emergiram no século XIX, tendo sido anteriormente especialmente francês, da era napoleônica – como defesa da pátria atacada pe-

las monarquias europeias que estavam sendo desmanteladas pelas novas ideias de soberania popular da revolução de 1789 –, tornou-se, na imediata sequência, um produto do romantismo alemão, que teve suas derivações nos círculos wagnerianos até chegar a Rosenberg e Hitler. No decorrer do século XIX, ele se confunde com um dos tipos de darwinismo social, a partir do qual a ideia de raça se torna a base fundamental da nacionalidade e do patriotismo. Em sua obra magna, *A Ideia do Nacionalismo* (publicada originalmente em 1944), Hans Kohn assim define o nacionalismo:

*Nationalism is a state of mind permeating the large majority of the people and claiming to permeate all its members; it recognizes the nation-State as the ideal form of political organization and the nationality as the source of all creative cultural energy and economic well-being. The supreme loyalty of man is therefore due to his nationality, as his own life is supposedly rooted in and made possible by its welfare. (Hans Kohn, *The Idea of Nationalism: A Study in Its Origins and Background*. New York: Macmillan, 1961, p.16).*

Mas antes mesmo de publicar essa sua obra magna, Hans Kohn, um promotor precoce do sionismo – depois abandonado em favor do estabelecimento de um Estado binacional na Palestina –, havia publicado, antes da guerra, uma obra, *Force or Reason: issues of the Twentieth Century* (Harvard University Press, 1937), na qual dizia o seguinte:

On a shrinking Earth man should concentrate all his rational forces upon the adjustment of his social and political life to the new conditions. Instead, we hear reason and reasonableness decried and the old battle cries of fierce imperialism and conflict of races raised again. (p. 96).

A despeito de discutir, em capítulos do seu livro, “The Cult of Force”, “The Dethronement of Reason”, ou “The Crisis of Imperialism”, Kohn proclamava, ao lado do reconhecimento das dificuldades de se alcançar a equalização concreta das oportunidades entre os homens, sua crença nos valores civilizatórios alcançados pela sociedade contemporânea e sua esperança no prevalecimento da justiça democrática. O que se teve, infelizmente, a partir dali, foi a brutal reafirmação da força, não da razão, trazida tanto pelo fascismo quanto pelo comunismo, dois movimentos aparentemente guiados por motivações globalistas, mas o primeiro nacionalista ao extremo, o segundo supostamente internacionalista (à sua maneira). Daí se pode perceber certa confusão teórica e conceitual entre os defensores do velho nacionalismo e os do novo antiglobalismo, tendentes a fazer crer que o nacionalismo não foi, como se acredita, o verdadeiro responsável pelas terríveis guerras que ensanguentaram o século XX, e sim forças ainda positivas, que nos poupariam de um suposto flagelo a ser provocado, não pela globalização – o que seria de toda forma inútil –, mas pelo globalismo, que pretendia, segundo os novos arautos

do antiglobalismo, a “ditadura das organizações internacionais”.

Incapazes de sustentar suas ideias bizarras por meio de trabalhos consistentes, os defensores brasileiros do nacionalismo antiglobalista recorrem a obras de autores estrangeiros (geralmente americanos, europeus e israelenses), como se os novos manifestos nacionalistas trouxessem qualquer contribuição intelectual aos problemas de um país como o Brasil, uma nação que não enfrenta, como muitos desses países, problemas decorrentes de uma grande inserção mundial, de uma imensa atratividade imigratória, terrorismo, um multiculturalismo supostamente nocivo e outras questões próprias vinculadas às suas peculiaridades políticas e ideológicas propriamente nacionais. Assim como o afro-brasileiro é uma importação espúria de tendências peculiares ao ambiente racial dos Estados Unidos, o antiglobalismo atual constitui uma outra importação bizarra de “ideias fora do lugar”, sem qualquer sustentação ou correspondência numa elaboração intelectual própria.

Num plano puramente “literário”, portanto, antiglobalistas tupiniquins representam bonecos de ventríloquo repetindo ideias alheias que não possuem qualquer embasamento na realidade nacional, muito menos no contexto da atividade diplomática de um país que está praticamente excluído das grandes cadeias de valor da grande interdependência econômica global, e que precisa ainda lutar para superar fortes tendências à introversão e ao espírito mercantilista

que ainda permeia sua política comercial e sustenta sua política industrial. O antiglobalismo jabuticabal é, desse ponto de vista “literário”, uma aberração total no quadro de um universo conceitual que deveria apoiar sua ação diplomática e a atividade dos seus profissionais da diplomacia, que são, como já dito, “geneticamente” globalistas.

Em face de tamanha aberração, um “Manifesto Globalista” como o presente texto nem precisaria se apresentar como uma “crítica da razão pura” do globalismo, nem como uma “crítica da razão prática” do antiglobalismo, pois este é inconsistente, irrealista, ou simplesmente absurdo, em seus próprios termos. Como um país insuficientemente inserido nas grandes correntes da modernidade e da economia mundial, como é o Brasil, poderia ser antiglobalista? Como poderia suas elites dirigentes – quaisquer que sejam elas, as políticas, os donos do capital, os intelectuais formadores da opinião pública – poderiam pretender unir os destinos do país à pequena tribo de nacionalistas de extrema-direita que atuam no sentido de dismantelar a ordem mundial criada no pós-guerra e refluir as políticas nacionais para o ambiente estreito das fronteiras domésticas? A recusa do multilateralismo, como princípio fundador da diplomacia contemporânea, não é apenas ridícula, ela é sobretudo inoperante e, mais que tudo, inútil, em vista de todos os compromissos já existentes no plano prático.

5. Posição dos globalistas universalistas em face dos antiglobalistas nacionalistas

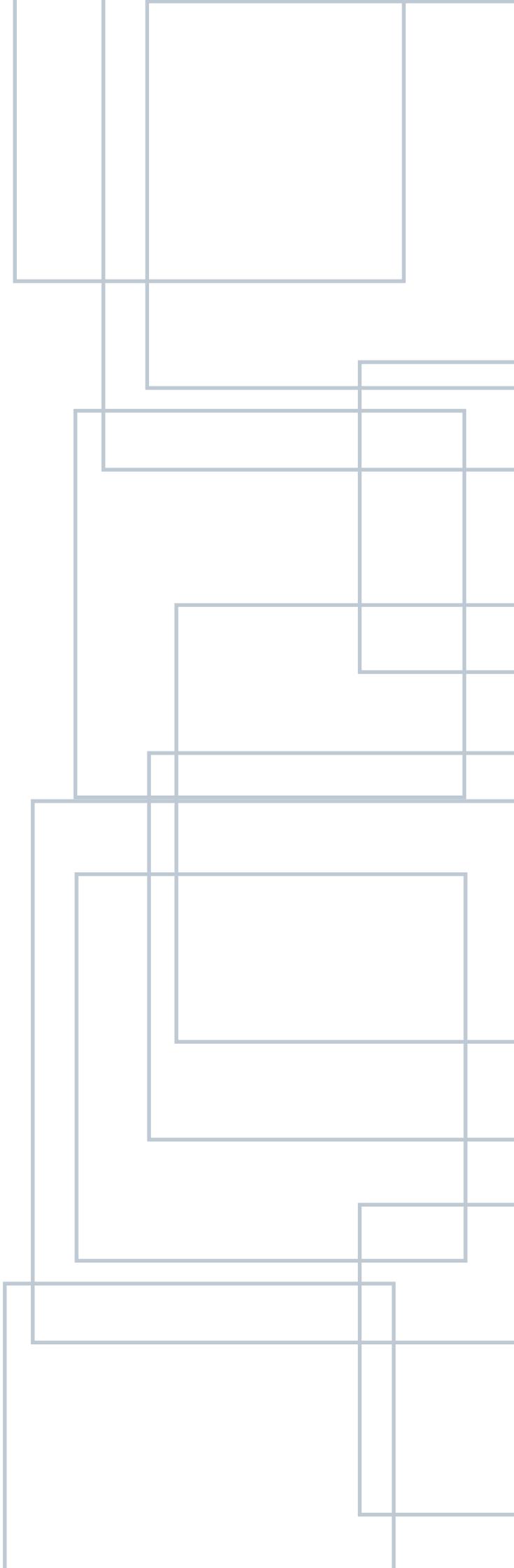
À diferença dos antiglobalistas, os globalistas – como este que aqui escreve – não lutam para alcançar os fins egoístas e os interesses exclusivos de uma concepção territorialista de nação, ou para realizar os objetivos estreitos de uma ideia excludente de pátria. Eles se atêm a um conceito mais amplo de interesse coletivo, que não elude noções básicas do pensamento liberal em economia e em política, ou seja, individualismo e ampla defesa das liberdades democráticas, e focam não apenas em metas do momento presente, para um determinado país ou Estado-nacional, mas proclamam uma visão vinculada a aspirações mais amplas, que representam, simultaneamente, o futuro da humanidade. À diferença, porém, do nascente liberalismo político do século XIX, os liberais globalistas da atualidade se pautam em muito do que proclamou o grande intelectual da diplomacia brasileira, José Guilherme Merquior, notadamente em sua última grande obra: *Liberalism, Old and New* (1991). Merquior sabia reconhecer a tensão já detectada desde o século XIX entre os impulsos libertários e os ímpetos igualitaristas, expressas nas correntes políticas contemporâneas. Como ele resumiu ao final desse livro:

Como foi observado por alguns distintos sociólogos como [Raymond] Aron ou [Ralph] Dahrendorf, a nossa sociedade permanece caracterizada por uma dialética contínua, embora cambiante, entre o cres-

cimento da liberdade e o ímpeto em direção a uma maior igualdade – e disso a liberdade parece emergir mais forte do que enfraquecida. (O Liberalismo, antigo e moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991; tradução do original em inglês por Henrique de Araújo Mesquita; p. 223)

Tal postura não tem praticamente nada de nacionalista, e muito menos de antiglobalista, mas representa o espírito do pensamento liberal, como expressão do mais puro universalismo filosófico, ou seja, tudo o que se contrapõe ao nacionalismo estreito defendido pelos antiglobalistas contemporâneos, que nada mais são do que os atuais herdeiros dos antigos nacionalistas, que produziram as grandes catástrofes do século XX. Mas não só do século XX, antes mesmo isso ocorria, como refletido nas obras de pensadores, romancistas, ativistas políticos de todos os matizes e de várias épocas.

Não é preciso remontar à famosa frase de Samuel Johnson, que ainda no século XVIII, rejeitava o patriotismo – a forma mais extrema de nacionalismo – como sendo “o último refúgio dos canalhas”, para rejeitar as formas mais extremas de exclusivismo nacional. O grande romancista russo Leon Tolstói, assim como sua compatriota Emma Goldman, ativista da causa feminista e anarquista como ele, eram, nos albores do século XX, declaradamente antinacionalistas. Ao final da Grande Guerra, já distinguido como o grande cientista da relatividade, Albert Einstein, ao ser interrogado sobre sua nacionalidade respondeu: “Pela herança eu sou um judeu, pela cidadania



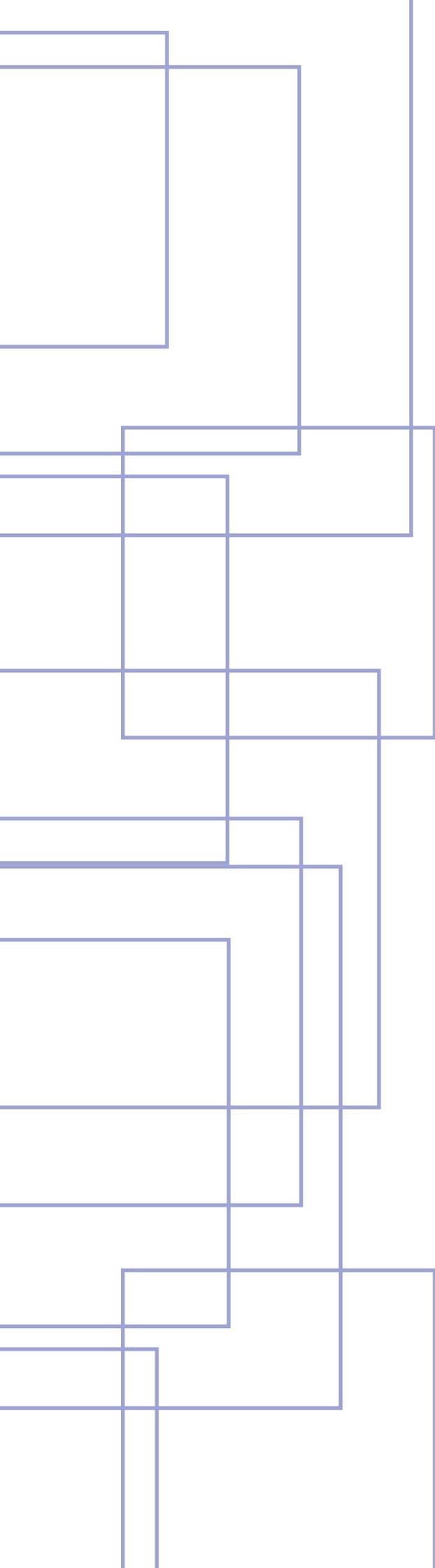
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Tânia Maria S. de Oliveira

O SISTEMA DE JUSTIÇA EM
TEMPOS DE OPERAÇÃO LAVA
JATO: FARSA, PERSEGUIÇÃO
POLÍTICA E ARRANJOS
ANTIDEMOCRÁTICOS

7



Tânia Maria S. de Oliveira é Bacharel em Direito e História, Mestre em Direito do Estado, Especialista em Direitos Humanos e em Processo Legislativo. Integra o coletivo da ABJD.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	487
<i>Gisele Cittadino</i>	
1. O SUPREMO E A ESFINGE	488
2. O JULGAMENTO DE LULA: SUPREMA INJUSTIÇA E FALSAS RETÓRICAS	490
3. LULA 500 DIAS DE UMA PRISÃO ILEGAL REVELAM UM SISTEMA DOENTE	491
4. EDUARDO PELLELA – A SOMBRA DE UM PROCURADOR NAS ILEGALIDADES DA LAVA JATO	493
5. LAVA JATO E DIREITO PENAL DO INIMIGO	495
6. BARROSO, TERRA PLANA E PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA	497
7. ANULAÇÃO DA SENTENÇA DE BENDINE E A FALSA POLÊMICA SOBRE O DIREITO DE DEFESA	499
8. TRF-4 E CONDENAÇÃO DE LULA EM ATIBAIA: AS CONTRADIÇÕES QUE CONFIRMAM A EXCEÇÃO	500
9. IN FUX WE DON'T TRUST	502
10. LAVA JATO VERSUS PGR: DOIS ERROS QUE FAZEM UM ACERTO	505
11. RELAÇÕES INDECENTES E CONSPIRAÇÕES IMORAIS	507

12.	BOLSONARO E MORO: O DUELO DOS ÍDOLOS COM PÉS DE BARRO	507
13.	APERTEM AS GARANTIAS: O MORO SUMIU	512
14.	O LAVA JATISMO E O DEBATE DE PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA: A IATROGENIA NO PROCESSO LEGISLATIVO	515
15.	HERÓIS, MITOS E PROVAS ILÍCITAS: OS PARADOXOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO	517
16.	LAVA JATO, BOLSONARO E A POLÍTICA NO BRASIL: "JOGOS, TRAPAÇAS E DOIS CANOS FUMEGANTES"	521
17.	DALLAGNOL: NO ESPETÁCULO DECADENTE DA LAVA JATO, MAIS UM ATOR SAI DE CENA	524
18.	MORO: DE MARRECO A TIO PATINHAS	526
19.	A LAVA JATO E A (FALTA DE) TRANSPARÊNCIA	529
20.	A LAVA JATO ACABOU?	531
21.	SPOOFING: O TIRO NO PÉ DE MORO E NO CORAÇÃO DA LAVA JATO	533
22.	BOLSONARO E A BANALIDADE DO MAL	535
23.	CONSTITUIÇÃO 32 ANOS	538

PREFÁCIO

Gisele Cittadino

Nos Cadernos do Cárcere, escritos entre 1929 e 1937, Antonio Gramsci, em sua luta contra o fascismo, faz uma longa análise sobre o *intelectual orgânico*. Ao contrário dos intelectuais tradicionais, vinculados aos interesses daqueles que detêm o poder, o *intelectual orgânico* é um ator político cuja função é a de colaborar para dissolver a alienação que costuma sustentar os processos de subalternidade e servidão. Contra o fascismo italiano, que prospera como uma mescla de autoritarismo e conservadorismo, Gramsci trabalha com a figura do político, que atua criticamente na tarefa de transformar a sociedade, mas reserva um lugar especial para aquele que faz a reflexão e promove uma cultura política capaz de desvendar os enganos impostos como verdades ao conjunto das camadas populares.

Tânia Oliveira, cujo trabalho tenho a alegria de apresentar, bem representa a figura da intelectual militante, organicamente comprometida com a luta política que busca eliminar as injustiças e as violências institucionais. Os textos que integram este livro, escritos entre junho de 2019 e dezembro de 2020, nos revelam exatamente uma intelectual orgânica, que, como assinala Gramsci, é construtora, organizadora e educadora permanente, e cujo trabalho volta-se para a democratização do poder, a ampliação

dos direitos e o enfrentamento da exceção.

No Brasil, especialmente a partir da metade desta década, acostumamos-nos a ver uma grande celebração na mídia corporativa dos atos dos integrantes do sistema de justiça, transformados em paladinos da moral, da decência e da correção. Como tantas vezes em nossa história, uma das burocracias estatais se torna autônoma e independente porque vende a imagem de uma força comprometida com os verdadeiros valores da república em oposição aos políticos tradicionais, que estariam imersos em práticas corruptas. Tânia Oliveira, como intelectual orgânica que é, nos presenteia com um texto que é uma denúncia contra a manipulação do ordenamento normativo brasileiro, não apenas no sentido da perseguição a líderes ou partidos políticos, mas fundamentalmente contra a ideia de que a exceção pode, em função de determinadas circunstâncias, erguer-se diante do próprio direito.

É assim que vamos aqui encontrar, esquadrihados e submetidos à crítica, tanto os argumentos utilizados pelo TRF da 4ª Região que autorizaram o então juiz Sergio Moro a não seguir as regras do processo comum – eis que estavam diante de “circunstâncias excepcionais” – como indagações pertinentes sobre a postura do Supremo Tribunal Federal diante das revelações públicas sobre o funcionamento interno e totalmente irregular da Operação Lava-Jato. É emancipadora a tradução que Tânia Oliveira faz das ilegalidades, conspira-

ções e operações clandestinas realizadas pelo juiz Sergio Moro e pelos procuradores da força-tarefa durante a operação cujo objetivo primordial foi a retirada do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do cenário político-eleitoral.

A maturidade intelectual da autora e sua extraordinária capacidade de traduzir o real nos faz caminhar com segurança por temas importantes e interligados. Do *lawfare* aos vínculos entre Sergio Moro e Jair Bolsonaro, da violência do sistema prisional aos julgamentos equivocados de iluministas que integram o STF, das conspirações na PGR aos acordos clandestinos da força-tarefa com autoridades estrangeiras, tudo isso nos é apresentado de tal maneira que nos permite bem compreender as complexas relações de poder entre sistema de justiça, mídia corporativa, elite empresarial e interesses geopolíticos internacionais.

Este não é apenas um livro que bem nos conduz pelos meandros da operação Lava-Jato ou muito nos ajuda a compreender as circunstâncias da ampliação da esfera de atuação do nosso sistema de justiça. O que temos nas mãos é especialmente um instrumento da luta contra a exceção, a violação dos direitos e garantias da cidadania e o afastamento do povo brasileiro do cenário da deliberação pública.

Desejo boa leitura e reflexão crítica a todas e todos!

1. O SUPREMO E A ESFINGE

31/07/2019

Naquele que é provavelmente o conto mais popular da mitologia grega, a Esfinge, uma espécie de ser com corpo de leão e cabeça de humano, impunha aos viajantes, para entrar na cidade de Tebas, que decifrassem um enigma, sendo devorados os incapazes de responder. “Decifra-me ou te devoro” era a ordem fatal.

Algumas questões políticas da contemporaneidade brasileira parecem são tão complexas quanto a mítica interpelação filosófica. O que sobrar do sistema de justiça do país, caso não sejam enfrentadas as consequências dos diálogos revelados pelo portal *The Intercept Brasil* e seus parceiros? Qual a credibilidade da Justiça no Brasil vista do exterior, se alguma das ameaças feitas aos jornalistas forem cumpridas? Que papel o Supremo Tribunal Federal pretende exercer, de fato, diante da atual situação jurídico-política no Brasil?

Há uma enxurrada de denúncias contra membros do Ministério Público Federal, desde participar de conluio com um juiz, a lucrar com uma operação de investigação. Há outras tantas acusações contra o mesmo então juiz, que hoje é ministro da Justiça e da Segurança Pública, desde agir em total parcialidade com finalidades políticas, até interferir na investigação que prendeu supostos

hackers. Há uma quantidade tão grande de desvios funcionais, que o grotesco já é palavra comum. E há o eloquente silêncio do Supremo Tribunal Federal.

A teia de relações que se estabelece, e que são reveladas no *The Intercept* e parceiros, pelos diálogos no aplicativo Telegram, não se restringe a Curitiba, isso está evidente. Ainda que no momento em que escrevo ainda não tenham surgido diálogos envolvendo diretamente autoridades do sistema de Justiça de mando nacional, conversas dão conta de que pareceres do Procurador-geral da República ao STF foram “encomendados” por membros da força-tarefa ao seu chefe de gabinete, com o intuito de devolver investigações relativas a determinadas pessoas à 13ª Vara Federal de Curitiba, para a caneta do juiz Sérgio Moro, e de que houve participação ao menos de um ministro do STF em palestras pagas e sigilosas a banqueiros e empresários.

A atuação do ministro Moro após a prisão dos supostos *hackers*, que teriam passado os conteúdos dos diálogos ao portal *The Intercept* é, provavelmente, a mais contundente para evidenciar sua ausência de pudores e compreensão de limites no exercício de poder. Moro age, a um só tempo, como ministro, juiz e chefe das investigações policiais. E, supondo que cumulasse as três funções, estaria, mesmo assim, agindo em todas ao arripio da lei. Quebrou o sigilo de uma investigação em curso em que é parte, ao ligar pessoalmente para autoridades dos três poderes, para informar que seus aparelhos foram vítimas de ataque ha-

cker, ao mesmo tempo em que informou que destruiria provas, em uma espécie de chantagem implícita, e passando por cima do juiz responsável pelo inquérito. São tantos abusos cumulados que se mostra difícil descrevê-los em uma só linha de raciocínio.

A questão é que as ações de Sérgio Moro se encontram acima de uma percepção de simples desvio de conduta, ou de abuso de autoridade. Não são apenas uma intromissão injustificável no trabalho da Polícia Federal; não apenas comprometem a autonomia de uma investigação. O homem público Sérgio Moro parece crer no boneco inflável, que seus seguidores colocam nas ruas em dias de manifestação: acredita que tem superpoderes, como um herói. Esse herói, como juiz, praticava toda sorte de ilegalidades, com combinações espúrias com uma das partes do processo e resolvia tudo com sua caneta. Suas ações e decisões não eram revistas, como deveriam, pelos tribunais superiores, ou averiguadas pelos órgãos de controle, apesar de todos os recursos e todas as denúncias feitas por pessoas e entidades.

A trajetória de “herói” parece ter criado em Sérgio Moro a ilusão de que seus poderes de juiz -- talvez aí resida sua kryptonita -- poderiam ser levados para o exercício do cargo no Poder Executivo. Se tudo podia como magistrado, tudo poderia como ministro de Estado. Pareceu não se dar conta de que seu cargo depende, apenas e tão somente, do indivíduo que ocupa a cadeira de presidente

da República, cujas ações são, cada dia mais, desequilibradas.

“Decifra-me ou te devoro”, dizia a Esfinge aos viajantes. Ao Supremo Tribunal Federal é provável que caibam as perguntas: qual caminho seguirá o sistema de justiça diante do que foi revelado? Como olhar para a Lava Jato sem lembrar que os desmandos, as delações sem provas, as conduções coercitivas sem mandado prévio, os vazamentos seletivos, a parcialidade escancarada, a interferência no resultado eleitoral, a utilização da exposição para lucros? Tudo que muitos supunham e denunciavam, e que agora se apresenta pela voz de seus próprios atores? Se nossa Suprema Corte permanecer calada, e mantiver a blindagem que impera sobre as personalidades públicas, cujos conteúdos revelados de conversas comprometem a credibilidade das instituições, se não der a resposta justa e correta, é provável que realmente a passagem para a ordem jurídica do Estado Democrático esteja bloqueada.

2. O JULGAMENTO DE LULA: SUPREMA INJUSTIÇA E FALSAS RETÓRICAS

27/06/2019

Em abril de 2018, quando a ministra do STF, Rosa Weber, sustentou o tal “princípio da colegialidade”, para afirmar que, quanto ao mérito das ações de con-

trole concentrado de constitucionalidade, não era favorável à prisão após julgamento em segunda instância, mas no caso do habeas corpus do ex-presidente Lula votaria contra, causou espanto e repúdio no meio jurídico. Parecia, de fato, incompreensível que uma magistrada abrisse mão de seu pensamento jurídico-filosófico, para fazer uma abordagem decisória diferente no caso concreto, sobremaneira por se tratar da iminência de uma prisão. Na prática, ela reconheceu ser inconstitucional executar a pena de um réu antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, mas negou o pedido, para compor maioria a favor da prisão imediata do ex-presidente.

Situação análoga ocorreu no último dia 25 de junho, no voto do ministro Celso de Mello, no habeas corpus que tratava da suspeição do ex-juiz Sérgio Moro. Ao votar contra a concessão da cautelar, o ministro afirmou, mais de uma vez, que isso não comprometia sua posição de mérito, cujo voto está pronto.

Sendo verdadeira a possibilidade que ele decida, no mérito, diferente da cautelar, sua posição assume gravidade muito maior do que o caso da ministra Rosa Weber.

Imaginemos um juiz que sabe que um cidadão se encontra preso ilegalmente há mais de 400 dias, em decorrência da sentença proferida por um juiz suspeito. Suponhamos que tenha fundamentado isso em um voto denso, de centenas de páginas, como lhe é costumeiro. Mesmo assim, ele vota, em sede de liminar, para

manter a prisão, até um dia – que não se sabe qual – em que o tribunal aprecie o mérito do habeas corpus, para que ele possa finalmente apresentar suas profundas razões, que dirão os porquês de reconhecer a parcialidade do julgador de piso e, portanto, a nulidade da sentença e a injustiça da prisão.

Parece fazer algum sentido?

Em tempos de operação Lava Jato, na linha do que se tornou o Poder Judiciário nos últimos tempos, para manter o ex-presidente Lula preso, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal parecem dispostos, inclusive, a criar ou apoiar-se em teses estapafúrdias, que não resistem a uma simples contradição. Teses que podem até servir de base em momentos e circunstâncias outras, que não esteja em questão uma restrição drástica a um direito fundamental de um cidadão.

Se alguma credibilidade assiste ao princípio da colegialidade, como forma de garantir segurança jurídica, bem como ao da necessidade de cautela e avaliação mais profunda da suspeição de um juiz de primeiro grau – e pode-se reconhecê-los como pressupostos legítimos em determinadas realidades efetivas – nenhum deles pode subsistir, no entanto, quando o que se sacrifica é a liberdade de um indivíduo. Esse é um valor máximo, cuja retirada por intervenção do poder estatal só pode ocorrer quando efetivamente necessário e com prova de culpa.

A manutenção da prisão de Lula é um escárnio. Um tapa na cara da democracia, agredida pelas provas divulgadas da parcialidade e conluio entre o Ministério Público que o acusou e o juiz que o condenou e prendeu, ambos por convicções políticas sequer disfarçadas. Nesse sentido, quaisquer supostas complexidades de cunho jurídico, que não busquem a objetividade do estado democrático, como mais altiva expressão do resguardo do direito à liberdade do indivíduo, será apenas uma tentativa frustrada de retórica, que não serve à civilização humana.

3. LULA 500 DIAS DE UMA PRISÃO ILEGAL REVELAM UM SISTEMA DOENTE

22/08/2019

Nesta terça-feira, 20 de agosto, completou 500 dias que o ex-presidente Lula foi levado da sede do sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo (SP) para uma cela em Curitiba. Desde então ele o é protagonista de inúmeros episódios que desnudam o sistema de Justiça no Brasil e apontam para a ilegalidade de sua prisão.

Nesse rumo, destaca-se o esforço de diversos atores do sistema para retirar de Lula os direitos mais elementares, como o de conceder entrevistas, somente reconsiderado após meses de delon-

ga; participar do velório de seus familiares, como no caso do irmão Vavá; do acesso de sua defesa técnica aos dados de colaborações premiadas e acordos de leniência.

Mais recentemente, a juíza da 12ª Vara de Execução, Carolina Lebbos, determinou a remoção do ex-presidente a um presídio comum em São Paulo, ordem que não foi cumprida porque revisita pelo Supremo Tribunal Federal.

Quanto mais tempo dura a prisão de Lula mais se aprofundam as arbitrariedades. Na mesma proporção avoluma-se a percepção, nacional e internacional, de que seu processo foi e segue sendo político, não jurídico.

Um grupo de juristas, professores e ex-ministros estrangeiros de renome mundial, enviou uma carta ao Supremo Tribunal Federal, divulgada no domingo, 11 de agosto, na coluna da jornalista Mônica Bergamo, no jornal Folha de S. Paulo, pedindo a libertação do ex-presidente Lula, diante do que consideram ser uma violação ao devido processo legal brasileiro.

Por seu turno, há mais de dois meses, revelações do portal *The Intercept Brasil* e seus parceiros informam, a cada dia, a grande farsa que foi montada para acusar, julgar, condenar e prender Lula, com vistas a retirá-lo do processo eleitoral.

Naquele mesmo final de semana da decisão da juíza Lebbos, a revista *Veja* trouxe manifestação do ministro Dias

Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, de que o adiamento do julgamento das ações de controle de constitucionalidade sobre a prisão em segunda instância ocorreu em decorrência da pressão recebida, apenas para evitar que o ex-presidente Lula fosse solto. A divulgação abriu mais uma ferida na dinâmica da nossa frágil democracia. Escancara que a liberdade de Lula virou moeda de troca na arena das disputas para garantia de uma suposta institucionalidade. Por seu turno, a chantagem adotada, com eficácia, por militares, evidencia um sistema doente.

No mundo físico, doenças que se imaginavam erradicadas, como o sarampo, voltam a amedrontar a sociedade. Em metáfora aberta com os males do corpo, práticas antidemocráticas que se supunham soterradas, como a tutela militar, estão na ordem do dia. Nesse quadro, a prisão de Lula é um câncer do sistema de Justiça. Uma poderosa bactéria foi injetada na veia da democracia, e deflagrou um processo que afetou significativa parte dos órgãos. Tratar a doença crônica, com fortes crises agudas, requer equipe capaz, tratamento moderno e remédio eficiente.

Não, não andei pisando em campo teórico de profissionais da saúde. É só “conhecimento” mundano. Os sintomas da moléstia são muitos.

Enquanto o Supremo Tribunal Federal não julga o mérito das ações declaratórias de constitucionalidade e enfrenta o tema da presunção de inocên-

cia, Lula é um dentre várias pessoas que cumprem pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, contra o dispositivo constitucional. Enquanto a 2ª Turma daquela Corte não analisa a evidente parcialidade de Sérgio Moro, Lula sofre coações várias como a tentativa de removê-lo, colocando sua vida em risco.

A doutrina e literatura chamam o *habeas corpus* de remédio constitucional. Vindo a calhar na metáfora, neste caso ele precisa, de fato, ser urgentemente administrado, que a equipe “médica” compreenda o tamanho da sua responsabilidade. Quando julgarem – e precisa ser em tempo breve – o mérito do HC que aponta a suspeição do juiz Sérgio Moro, os juízes da 2ª Turma do STF possuem nas mãos o poder de apenas, tão somente, aplicar a lei. Agindo como sanitaristas responsáveis, podem estancar uma patologia que se alastra.

A Lava Jato se ornou de agentes a quem ensinou serem dotados de liberdade de escolha, para decidir os parâmetros de legalidade que pautaria suas atividades. Embalados por sua popularidade midiática, amparados no discurso maniqueísta dos bons contra os maus, eles ultrapassaram todos os limites da institucionalidade. Sem qualquer cerimônia descumpriram e subverteram normas e procedimentos.

Há, ainda, uma triste consequência nesse paralelo. Assim como os sanitaristas ainda não sabem o que pode advir de epidemias de doenças antigas, tanto no risco de sua expansão, quanto

de seus efeitos teratogênicos nas próximas gerações, a política brasileira parece viver a mesma sina. O cenário é de incerteza e sujeição a ciclos renovados de perda de vitalidade democrática. Nos dois casos, temos o amanhã ameaçado pela negligência com o presente.

Haverá um antibiótico contra os arbítrios de membros da Lava Jato? ou o Estado de Direito mais uma vez será engolido pela fome de poder dos “virtuosos” da nação? Ainda não sei o que vai acontecer, mas o que se espera é que a sociedade brasileira tenha maturidade democrática para saber defender sua Constituição, e suas leis garantidoras de direitos, dos ataques daqueles que pretendem se colocar acima delas.

4. EDUARDO PELLELA – A SOMBRA DE UM PROCURADOR NAS ILEGALIDADES DA LAVA JATO

07/08/2019

Mago, bruxo, curandeiro, louco ou vigarista. Qualquer que seja a opinião que se tenha sobre Grigori Rasputin, é difícil alguém não concordar que ele exercia poder à sombra da família do Czar Nicolau II, e influenciou os acontecimentos que precederam a Revolução Russa de 1917.

No Brasil contemporâneo, os eventos que norteiam a operação Lava Jato possuem, para além das personagens ditas principais, figuras emblemáticas e relevantes para o deslinde dos acontecimentos. Algumas parecem coadjuvantes. Mas apenas se não aproximamos a lente e observamos com mais cuidado.

Na madrugada do dia 1º de agosto, uma personalidade que se apresenta com constância e importância nos diálogos divulgados pelo *The Intercept Brasil* e pelos demais meios de comunicação, foi novamente protagonista de fatos revelados. Uma espécie de Rasputin tropical, o procurador regional da República Eduardo Pellela, embora continue, curiosamente, submerso e trabalhando normalmente em São Paulo, não desponta nas representações feitas ao CNMP ou nas denúncias à PGR, aparece nos noticiários há algum tempo, atuando de forma central no desenrolar dos principais fatos que envolvem o mundo jurídico-político, alguns agora revelados, outros bem antes deles.

Pellela foi chefe de gabinete de Rodrigo Janot quando este foi Procurador-Geral da República. Era seu braço direito. Chegou a ser convocado na CPI da JBS no Congresso Nacional em 2017, acusado de atuação política na delação da empresa, mencionado em diálogos de delatores, e nas tratativas entre Joesley Batista e Ricardo Saud. São muitas as afirmações de que o gabinete de Janot, por meio de Pellela, tinha conhecimento de ilegalidades cometidas pelo também ex-procurador Marcelo Miller,

que atuava de forma indireta nas negociações da referida delação premiada, no dia seguinte à sua saída do órgão.

Em revelações feitas pelo portal *The Intercept Brasil* de diálogos ocorridos no dia 23 de março de 2016, Pellela aparece na combinação com Deltan Dallagnol, o espertalhão coordenador da força-tarefa da operação Lava Jato, para formular um parecer no STF a pedido de Sérgio Moro, com o intuito de manter na 13ª Vara de Curitiba processos que Moro havia ocultado do relator da operação no STF, ministro Teori Zavaski, nos quais havia pessoas com prerrogativa de foro, o que foi efetivamente cumprido no parecer assinado por Rodrigo Janot.

Em linha direta, Moro reclamou a Deltan, que pediu a Pellela, que providenciou o parecer e Janot assinou. Uma orquestração perfeita.

Nos diálogos revelados no dia 26 de julho por Reinaldo Azevedo, na BandNews, Débora Santos, a esposa de Pellela, ex-assessora de comunicação do atual relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, posteriormente assessora da XP Investimentos, aparece convidando, em 17 de maio de 2018, Deltan Dallagnol para proferir palestra remunerada para empresários sobre “a Lava Jato e as eleições”, em ambiente privado, sem divulgação. Ele compareceu.

Na madrugada da última quinta-feira, desta vez no jornal Folha de S. Paulo, o ex-chefe de gabinete de Janot surge novamente nos diálogos, repassando a Dallagnol informações sobre

Dias Toffoli, ministro do STF, em 2016. A investigação sobre Toffoli, que não poderia ser feita por procuradores da República, mas apenas pela PGR, não ocorria pela desconfiança de algum crime, de forma genuína, mas pela irresignação dos membros da força-tarefa com algumas de suas decisões, que contrariavam os interesses da Lava Jato.

Embora esteja diretamente envolvido nos desvios e com grande responsabilidade nos resultados, o procurador regional se beneficia da confusão generalizada nas divulgações, que apontam nomes do alto escalão da República, da indiferença da sociedade com o processo todo e age como se tudo fosse parte da paisagem, permanecendo “oculto”.

Nesse enredo da vida real que se tornaram as revelações feitas por Glenn Greenwald, sua equipe e os posteriores parceiros, há evidência de mais charlatões da moralidade do que podemos supor. A desonestidade com que a Lava Jato foi conduzida, com distorção de valores, envolve um número muito significativo de servidores públicos, que nos obriga, como sociedade, não apenas a exigir sua responsabilização, mas a repensar amplamente o sistema de Justiça a partir de um grande debate político racional e nacional.

5. LAVA JATO E DIREITO PENAL DO INIMIGO

28/11/2019

As últimas movimentações no mundo, com o avanço de forças conservadoras e neofascistas, revelam que o Estado democrático de direito não é uma conquista definitiva. Os patronos do autoritarismo estão sempre à espreita e contam com a possibilidade de que as bases da democracia se mostrem frágeis e insuficientes para fazer frente às crises de representatividade e estabilidade, sejam elas políticas, econômicas ou institucionais.

Nesse cenário, o *punitivismo*, que sempre esteve presente mesmo nos momentos ditos mais tranquilos da democracia, ganha força. E os sacrificados, como não poderia deixar de ser, são os princípios que fundamentam a existência e a busca cotidiana de uma sociedade justa e igualitária. Direitos são colocados como antítese e impedimento da busca de moralização social, jargão cujos pilares são forjados ao sabor do que apresentam seus proponentes.

Neste mesmo palco, personagens do universo jurídico ganham cada dia mais destaque e protagonismo, misturando o discurso jurídico com o político, contaminando e se deixando contaminar pelo debate público que se afasta do que lhes está posto para exame. O Direito é usado como ferramenta para exercício de poder e influência, com imposição de

concepções ideológicas, ao arrepio dos contornos da Constituição, das leis, dos procedimentos judiciais, direitos e garantias fundamentais. Nesse sentido, o Direito vira o avesso de si mesmo, passando de limitador do arbítrio a instrumento de abuso do poder.

O avanço do Estado policial é uma das facetas do recrudescimento penal. O *lawfare* é outra. *Lawfare*, palavra da língua inglesa que só recentemente passou a ser utilizada no Brasil de forma mais comum, significa, resumida e diretamente, a manipulação do Direito e suas diversas possibilidades como estratégia para aniquilamento do inimigo. A parte operacional do que o jurista e filósofo alemão Gunther Jakobs chamou de “Direito Penal do inimigo”, para designar cidadãos que, por serem considerados perigosos para a sociedade, não deteriam a qualidade de pessoas, não possuindo os mesmos direitos. O *lawfare* alimenta-se da midiática e da transformação do processo penal em uma tática de guerra.

O julgamento da última quarta-feira (27) feito pelos três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4), que condenaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do sítio de Atibaia e aumentaram sua pena, mais do que qualquer outro momento da operação Lava Jato, simbolizou que a prática de *lawfare* por agentes do sistema de Justiça não dará trégua.

Para instrumentalizar o processo penal e condenar o ex-presidente mais uma vez, os juízes tiveram que, a um só

tempo, descumprir a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a ordem de sustentação de réus delatores e delatados, e a sua própria decisão sobre cópias de peças processuais, adotando desta vez argumentos pífios e em contradição com o que afirmaram há exatos 15 dias, quando sedimentaram que “reproduzir, como seus, argumentos de terceiro, copiando peça processual sem indicação da fonte, não é admissível”.

As finalidades da operação Lava Jato já não são mais novidade para ninguém. Cada passo foi alinhado com objetivos políticos, cada ação coordenada em face das disputas ideológicas, mediante o uso da mídia, transformando o ambiente jurídico em campo de batalha onde princípios, normas e regras são apenas peças utilizáveis e descartáveis ao bem sentir dos donos do poder, no caso os juízes que decidem.

Lula é visto como o inimigo da Lava Jato e da larga parte do sistema de Justiça, hierárquico e elitizado. E como tal, é tratado sob um *status* diferenciado. Não é uma pessoa comum, que possa ter legitimamente a verificação sobre cometimento de erros, com todas as garantias e direitos inerentes à pessoa humana. É visto como inimigo social.

É disso que se trata: do combate ao inimigo social.

Por isso que não se pode tentar encontrar lógica e coerência no julgamento dos desembargadores do TRF-4. O processo penal confundiu-se definitivamente com a guerra. Trata-se da elimi-

nação de um perigo, em que o julgamento ocorre fora das regras do jogo democrático do Estado de direito, não apenas em desatenção às garantias constitucionais, mas com elas completamente incompatível.

A manipulação indevida dos aparelhos jurídicos do Estado, para perseguição de adversários políticos e alcance de estratégias, ocorre com manobras que têm aparência de legalidade. Surgem questões que absolutamente não se relacionam com o objeto que está em debate no Poder Judiciário, buscando influenciar a opinião pública, para dar sustentação ao que se encaminha e decide, inclusive com desinformações.

A atuação associada do Poder Judiciário e do Ministério Público na operação Lava Jato, com interesses políticos escusos, tem sido competente em criar e alimentar um clamor, sob o falso argumento de combate à corrupção. Funcionam como artífices e arquitetos da tirania do Estado contra indivíduos escolhidos, criando uma *disrupção*, e evidenciando desvio de finalidade do uso dos meios de coerção e legítima repressão.

A Lava Jato é um imenso risco ao Estado democrático de direito. Seus limites, ou melhor, a ausência deles, atinge níveis descomunais. É preciso se perguntar até quando ou até onde irão, e quem reagirá.

6. BARROSO, TERRA PLANA E PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

24/10/2019

O ministro Luís Roberto Barroso, em sua declarada sanha de tornar o STF a “vanguarda iluminista” – conforme defendeu em artigo publicado – tem se esmerado em proferir seus votos, nos julgamentos na Corte, a partir de sua particular análise de números, pesquisas e estatísticas, que apresenta sem qualquer critério técnico ou acadêmico, para conclusões *sui generis*.

No julgamento das ADC,s 43, 44 e 54, nesta quarta-feira (23) o ministro afirmou que a autorização para prisões em segunda instância reduziu o número de presos. Seria algo como se, ao detectar que em um período de seca nasceram, em maior número, frutas que não são resistentes a ciclos de estiagem, afirmássemos que a seca favorece sua reprodução. Embora seja evidente que há elementos que devam ser analisados, com vistas a detectar como foi conquistado o resultado, opta-se pela imprópria conclusão, mesmo diante de sua óbvia incorreção.

O ministro Barroso também é professor de Direito. E qualquer profissional acadêmico sabe que a exposição dos resultados de pesquisas deve merecer um grande cuidado por parte daquele que avalia, sob pena de, ao invés de ser fonte de conhecimento, tornar-se um palan-

que para satisfazer a vaidade do avaliador. O que pode nos conduzir a questionar a opção do magistrado pelo método adotado de utilização dos números exibidos.

Ao apresentar os dados de que houve redução da taxa de crescimento da população carcerária no mesmo momento em se encontra em vigor a possibilidade de execução provisória da pena, Barroso pegou os números frios e aplicou como uma sentença matemática, concreta e fixa, sem variáveis. Algo totalmente inimaginável para o objeto de análise. Negligenciou as políticas públicas adotadas, sobretudo o papel das audiências de custódia que, presentes em todas as unidades da federação desde o ano de 2015, são um instrumento que, de fato, vem contribuindo para amenizar o quadro de superlotação e superpopulação no sistema prisional, com dados estatísticos precisos, produzidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Outro elemento que o ministro Barroso “esqueceu” de mencionar foi a implementação da Lei das Medidas Cautelares (Lei 12.403/11), que introduziu no processo penal brasileiro uma gama de medidas específicas, destinadas a reduzir a decretação de prisões preventivas, substituindo-as por outras cautelares, que lhe possam fazer as vezes em casos onde a restrição antecipada da liberdade não se mostre adequada nem necessária.

O relatório do Ministério da Justiça do ano de 2016 produziu um amplo

diagnóstico da implantação das audiências de custódia no país. Apresenta informações dos Estados, como do Rio de Janeiro, onde antes da implementação da Lei de Cautelares, 83,8% dos flagrantes resultavam em encarceramento provisório. Com a lei, houve redução para 72,3% dos casos e, com a implementação das audiências de custódia, caiu para 57%. Em São Paulo, de 87,9% de prisões em flagrante que eram convertidas em prisões preventivas, houve queda para 61,3% com a Lei de Cautelares, e para 53% após a implementação das audiências de custódia.

O voto do ministro Barroso é assustador e preocupante. Não apenas por ausência de qualquernexo ou lógica, diante da evidência de que a permissão para a execução provisória da pena jamais teria o condão de influenciar a diminuição do número de prisões apenas porque os “magistrados se tornaram mais cautelosos” – para usar sua exata frase – mas sobretudo porque, ao fazer manipulação de dados a partir de sua particular análise, e colocar isso formalmente em um voto em uma questão absolutamente sensível, que é o encarceramento de seres humanos, produz uma *distopia de informações* e joga com o imaginário popular.

As respostas foram oferecidas não com o propósito de contribuição para compreensão de qual o melhor caminho a ser adotado, em respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência, e a validade do art. 283, do Código de Processo Penal, ou capazes de esti-

mular reflexão, mas para apresentar-se o ministro como um verdadeiro iluminista, que julga a partir de evidências concretas. O que se poderia levar a sério, não partisse de premissas falsas e dados manipulados, exatamente como fazem os adeptos do bolsonarismo fundamentalista e os defensores da Terra plana.

7. ANULAÇÃO DA SENTENÇA DE BENDINE E A FALSA POLÊMICA SOBRE O DIREITO DE DEFESA

29/08/2019

Ao julgar, na terça-feira (27), agravo regimental em Habeas Corpus, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal anulou a sentença condenatória do ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no âmbito da operação Lava Jato, no entendimento de que a apresentação das alegações finais de corréus não colaboradores deve se dar após a apresentação do documento por parte dos colaboradores, e não em prazo comum como fora feito pela 13ª Vara Federal de Curitiba.

Não parece haver qualquer dúvida, nem mesmo entre os ardorosos defensores da operação Lava Jato, de que no nosso sistema acusatório é direito da defesa falar por último.

É em atenção ao direito fundamental da liberdade, aspecto da primazia da dignidade da pessoa humana, que a lei confere ao acusado maior proteção jurídica, concedendo-lhe a última palavra no processo penal. Os que se opõem à decisão proferida pelo STF colocam em questão, portanto, que todo réu, delator ou não, deve ter prazo comum e não sucessivo.

Em nota, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba afirmou que, se o entendimento for aplicado nos demais casos da operação, *“poderá anular praticamente todas as condenações, com a consequente prescrição de vários crimes e libertação de réus presos”*. A polêmica se apresenta falsa, na medida em que não enfrenta o erro na condução dos processos, e intenta buscar apenas justificar o procedimento nas mesmas premissas de que *“vale tudo no combate à corrupção”*.

Ora, o princípio do contraditório, que tem natureza constitucional, permeia todo o processo, como bem assentido pelo ministro Ricardo Lewandowski, ao divergir do relator Edson Fachin. Disso se extrai que fere as garantias do direito de defesa todo e qualquer expediente que impeça o réu de conhecer os termos e alegações que contra ele são apresentadas, para o fim de interceder de forma ampla e eficaz.

O corréu que delata encontra-se no plano da acusação. Seus argumentos são destinados a influenciar o convencimento do julgador, no sentido da condenação dos réus não delatores, e com vis-

tas a conseguir benefícios. Desse modo, sabendo que a argumentação exercida tem relevância e influência na formação do convencimento do julgador, não se pode permitir que haja elementos de imputação de crime não conhecidos, porque tratados dentro do mesmo prazo de apresentação ao juiz.

Portanto, é simples reconhecer que viola o princípio da ampla defesa e do contraditório permitir que réus delatores utilizem o mesmo prazo dos não delatores, impossibilitando a estes rebater fundamentos e argumentos apresentados. Seria um viés distorcido supor que, por constarem ambos no mesmo lado da lide processual, seus termos são de idêntica finalidade, o que não se afina com o devido processo legal constitucional, nas dimensões da ampla defesa e do contraditório, princípios que se fundam na informação e na reação.

Esse é o motivo pelo qual as testemunhas da acusação são ouvidas antes das da defesa, o réu é interrogado após todas as provas orais, as alegações finais da acusação precedem as da defesa. Em todos os casos a defesa precisa conhecer, antecipada e previamente, as razões por meio das quais a acusação é sustentada. E se a denúncia se sustenta, inclusive, no depoimento e documentos de réus delatores, não resta qualquer dúvida de que o prazo não pode ser comum, sob pena de ferir a sistemática que se compatibiliza com os princípios constitucionais que regem nosso processo penal.

A partir do julgado da Segunda Turma do STF devem, portanto, retroceder à fase de alegações finais na operação Lava Jato, todos os processos em que os juízes responsáveis pela condução abriram tempo conjunto para os réus se manifestarem, quando havia delatores entre eles, pra definir que o prazo é sucessivo, não comum. Delatores falam antes.

O que deve vigorar é o princípio da máxima eficácia e efetividade das garantias constitucionais, em suas dimensões objetivas e subjetivas. Diante da alegação de membros da força-tarefa da operação Lava Jato de que o STF decidiu no vácuo da norma, pode-se ou deve-se sugerir uma leitura dos dispositivos do Código de Processo Penal, bem assim da jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, além por óbvio, daquele livrinho em desuso chamado Constituição Federal.

8. TRF-4 E CONDENAÇÃO DE LULA EM ATIBAIA: AS CONTRADIÇÕES QUE CONFIRMAM A EXCEÇÃO

28/11/2019

Em setembro de 2016, respondendo às inúmeras ilegalidades cometidas na investigação, como grampos em escritórios de advocacia, divulgação de interceptação telefônica e importação de provas da Suíça, o Tribunal Regional

Federal da 4ª Região decidiu que a operação Lava Jato não precisava seguir as regras dos processos comuns. Para a Corte Especial do órgão, os processos *"trazem problemas inéditos e exigem soluções inéditas"*.

Ao julgar, nesta quarta-feira (27), a apelação criminal do processo do Sítio de Atibaia, no qual é réu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os três desembargadores, que compõem a 8ª Turma daquele mesmo Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram, com mais clareza do que antes, a tese de 2016, que as ações da Lava Jato em geral e do ex-presidente Lula em particular, são **processos de exceção**. Para sedimentar esse caminho, contradisseram sua própria jurisprudência, não antiga, mas recente. E, de forma imponderada e arrogante, pretenderam decidir o momento da aplicabilidade de julgado do Supremo Tribunal Federal, ao negar-lhe vigência.

Além de exaustiva fundamentação, diante da ausência de provas a configurar os crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, o Tribunal aumentou a pena de 12 anos e 11 meses para 17 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 422 dias-multa.

A pretensão de explicação para prosseguir na persecução, e realizar a análise do mérito sobre a propriedade do Sítio e o cometimento de crimes, exigiu dos juízes a superação das preliminares apresentadas pela defesa, dentre as quais o fato de que a juíza Gabriela Hardt

copiou, formal e materialmente, trechos da sentença do juiz Sérgio Moro, proferida no caso do Triplex, e de que houve descumprimento da ordem sucessiva das alegações finais, tendo em vista que delatores falaram no mesmo prazo do delatado.

No dia 13 de novembro de 2019, os mesmos juízes anularam sentença em Apelação, oriunda também da 13ª Vara Federal de Curitiba, em decorrência de ter a juíza Gabriela Hardt copiado e colado argumentos de outras peças processuais. O entendimento foi de que *"reproduzir, como seus, argumentos de terceiro, copiando peça processual sem indicação da fonte, não é admissível"*, e que a sentença afrontaria, portanto, o artigo 93, IX, da Constituição Federal, que determina que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões.

Tratava-se de uma ação que não faz parte daquelas vinculadas à operação Lava Jato, em que a juíza reproduziu trechos da manifestação de alegações finais do Ministério Público Federal. Na oportunidade, o desembargador Leandro Paulsen, acompanhando integralmente o voto do relator João Pedro Gebran Neto, salientou que decidiu se manifestar no acórdão para que em futuras sentenças o mesmo vício não seja reproduzido.

Em fevereiro de 2019, a defesa do ex-presidente Lula solicitou a junta dos autos de uma perícia feita pelo Instituto Del Picchia, que demonstra

cabalmente que a mesma magistrada copiara trechos da sentença do então juiz Sergio Moro, no caso do triplex do Guarujá, tanto formal quanto materialmente, chegando ao absurdo de trechos repetidos, e citação ao “apartamento”, e de tratar José Aldemário e Leo Pinheiro como sendo duas pessoas distintas. A resposta dos desembargadores de que a juíza poderia estar “cansada” e que repetição de trecho é “mera coincidência” é um escárnio com a seriedade que a Justiça demanda.

No dia 26 de setembro último, por maioria de 7 votos a 3 o STF decidiu qual deve ser a ordem das alegações finais em ação penal: primeiro devem se manifestar os delatores e, posteriormente, o delatado.

No caso da Ação Penal do Sítio de Atibaia, a manifestação do ex-presidente Lula se dera no mesmo prazo dos réus delatores. No entanto, a 8ª Turma do TRF-4 afirmou que não houve prejuízo comprovado, coisa que absolutamente não foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal como requisito ou condicionante para o exercício do Direito e reconhecimento da nulidade. Apenas o voto da ministra Carmen Lúcia falou de nulidade relativa, condicionada à comprovação de prejuízo, o que não modificaria a maioria. O Acórdão não foi lavrado porque o presidente Dias Toffoli disse que faria ponderações ao julgado, mas não houve condições para a decretação da nulidade.

Por outro lado, quando o relator Gebran afirma discordância que a decisão do STF já tenha validade para casos passados, defendendo que a medida seja adotada apenas em julgamentos futuros, ele burla ao mesmo tempo a aplicação do conceito de anterioridade em matéria penal em favor do réu, que garante sua necessária estabilidade e coerência, bem como o respeito ao princípio da legalidade, tão caro ao Direito Penal democrático, e indevidamente interfere na aplicação a ser dada aos casos em andamento por decisão da Suprema Corte.

O julgamento desta quarta-feira nada disse sobre Lula ou crimes, mas disse tudo sobre os desembargadores da 8ª Turma do TRF-4: eles levarão a farsa que é a Lava Jato até o fim, condenarão Lula contra toda lógica, razoabilidade e independente da inexistência de quaisquer provas. Para isso estão dispostos a passar por cima de tudo, a rejeitar a mínima coerência com o que dizem, pensam e escrevem em idênticos processos. Pior, estão propensos a aniquilar o Direito.

9. IN FUX WE DON'T TRUST

29/01/2020

A judicialização da política, compreendida como expansão da atuação do Poder Judiciário, não é um acontecimento novo nem brasileiro. Desde o pós-guerra muitos países ocidentais de-

mocráticos passaram a adotar seus tribunais constitucionais como instrumento de controle dos demais poderes.

No Brasil o fenômeno se acentuou após a Constituição Federal de 1988. Não é exagero dizer que na primeira década após sua promulgação, grande parte dos direitos postos na Carta já haviam sofrido alguma modalidade de questionamento, tentativa de restrição ou de ampliação, no Supremo Tribunal Federal. Trinta e um anos depois é difícil saber qual dispositivo ainda não fora exposto a alguma alteração judicial.

A questão da judicialização sempre encontrou pontos de vista favoráveis e contrários.

Se, por um lado, busca-se justificar a ampliação da atuação dos titulares da resposta às lides processuais, como decorrência do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas, em razão da constitucionalização de direitos, dentro dos mecanismos de *checks and balances*, e com uso dos mecanismos legítimos de proteção judicial pelas minorias parlamentares, pessoas e entidades da sociedade civil organizada; por outro, a transformação de todas as querelas políticas em demandas judiciais tem conferido ao Poder Judiciário um protagonismo excessivo, fazendo com que juízes e tribunais adentrem a esfera da política, forjando uma tutela que cria uma democracia regida por juízes e não por leis.

Contudo, não se mostra difícil separar a proteção a bens jurídicos relevantes, sobretudo direitos fundamen-

tais, potencializando a eficácia normativa dessas garantias, daquilo que, infelizmente, tem sido mais comum na atuação de vários magistrados, quando extrapolam os legítimos limites de seu múnus e assumem o papel de legislar.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, pode ser considerado um juiz que está no topo desse enquadramento desviante, inclusive inovando em procedimentos que desconsidera e revê decisões de seus próprios colegas na Corte, como no caso de setembro de 2018, em que acolheu pedido de suspensão feito pelo Partido Novo, cassando a decisão liminar antes concedida por seu colega Ricardo Lewandowski, que autorizava a entrevista do ex-presidente Lula aos jornalistas Florestan Fernandes Junior e Mônica Bergamo.

A decisão fora dada com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/92, segundo o qual "*Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas*". Estando no exercício da presidência, pode-se discutir se Fux poderia ter tomado a medida. Discutiui-se. Mas a questão maior é que ele parece ter, sintomaticamente, "esquecido" que partido político é pessoa jurídica de direito pri-

vado e que não havia, portanto, legitimidade ativa para o pedido de suspensão, tal como posto no dispositivo que usara, acima transcrito.

Novamente no exercício da presidência do STF, o ministro Fux decidiu, no último dia 22 de janeiro de 2020 suspender, indefinidamente, a criação da figura do juiz das garantias na Lei 13.964/2019, sancionada em dezembro. Uma decisão no mínimo estranha, que revoga liminar concedida pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, que já havia suspenso a mudança pelo prazo de 180 dias.

Como Fux é o ministro relator do caso, ao derrubar a liminar do presidente da Corte com outra liminar, o prazo indefinido da suspensão do início da aplicação do juiz das garantias fica condicionado ao dia em que ele mesmo quiser emitir um parecer e colocar o objeto de julgamento na pauta do Supremo, impedindo que uma norma aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente da República entre em vigor.

É fato conhecido que a atuação de Fux sempre fora, desde que o falecido ministro Teori Zavascki era o relator da Lava Jato no Supremo, de decisões, votos e declarações em defesa da força-tarefa e do magistrado da operação, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que não por acaso elogiou a decisão de Fux de suspender parte de uma lei que fora sancionada pelo presidente do governo ao qual pertence.

Em 2018, como juiz, Moro e os membros da força-tarefa operaram de

todas as formas para impedir o ex-presidente Lula de conceder entrevistas, em flagrante desrespeito ao seu direito constitucional. Em 2019, como ministro da pasta da Justiça, Moro trabalhou contra a inclusão do juiz de garantias na nova lei e pediu o veto a Bolsonaro, que não veio.

Quando escreveu no seu Telegram, a frase “In Fux we trust”, em mensagem no diálogo com o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, Sérgio Moro sabia o que dizia. O alinhamento entre o hoje vice-presidente do STF e o *modus operandi* da operação Lava Jato, e as demandas e posições do próprio Moro é evidente. E indica não cogitar dos limites da Constituição, das normas em geral, da jurisprudência ou do respeito à independência entre os poderes.

A confiança de Moro e Dallagnol em Fux, a sugerir que seria o ministro capaz de adotar procedimentos incoerentes e apartados da legalidade, compactuando com os desvios praticados pela Lava Jato, nos impele, como sociedade, a questionar se podemos também confiar nele, como juiz imparcial e isento para proferir seus julgamentos.

Fux representa o limite ultrapassado por um membro do Tribunal de cúpula de um poder que não possui qualquer regulação, sendo imune a canais de controle democrático. Faz parte da parcela de juízes que construíram uma autoimagem blindada pela opinião pública, construída sob um suposto combate à cor-

rupção. Homens públicos que se sentem e agem como se tudo possam, potencializando os conflitos entre as instituições e internamente a elas, e fazendo crescer as contendas e incertezas sobre qual é a aplicação do Direito a ser adotada.

Fux é um juiz movido por interesses estranhos ao ideal democrático de respeito a direitos e à Carta Constitucional, mas afeito a dar respostas rápidas e simplórias a questões profundas quando lhe convém, sem qualquer preocupação em aclarar os fundamentos jurídicos e estabelecer os parâmetros sobre os quais ela se assenta, mas apenas de explicitar sua vontade pessoal.

Suspender a aplicação de parte de uma lei por uma liminar já foi um absurdo na decisão de Toffoli. Reformar a decisão para tornar a suspensão por tempo indefinido, em plantão judicial, mostra irresponsabilidade com o cargo que ocupa e arrogância desmedida.

Quando o resultado de uma decisão judicial depende menos da aplicação do Direito, de forma ética, e mais da vontade do julgador, movida por interesses, sejam seus, de outras pessoas ou grupos, tem-se a politização do Judiciário em seu grau elevado, que recebe, como consequência, o descrédito na Justiça e a ruína de um dos pilares da democracia.

10. LAVA JATO *versus* PGR: DOIS ERROS QUE FAZEM UM ACERTO

01/07/2020

Força-tarefa é um conceito de origem militar, atribuído historicamente à Marinha dos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial, para designar um grupo temporário de unidades militares, forças navais sob comando único, formadas com o propósito de executar uma operação ou missão específica. Segundo os registros, o termo ganhou popularidade na linguagem da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo usado hoje de forma comum, em regra para a consecução de operações militares conjuntas, que envolvem um ou mais países e uma ou mais forças militares, e tendo em mira complexos objetivos táticos e estratégicos.

Em suma, uma força-tarefa é um conceito operacional que implica a mobilização de meios de mais de um órgão público, que se articulam para atingir metas submetidas a planejamento estratégico. No Brasil não há uma normatização do instituto das forças-tarefas. A despeito disso, o país adotou o mecanismo no âmbito das investigações conjuntas para a apuração de crimes em casos de lavagem de dinheiro, contra o Sistema Financeiro Nacional, fraudes contra a Administração Pública, delitos informáticos, crimes ambientais, no combate ao trabalho escravo, à corrupção policial, ao

tráfico de drogas e armas, ao roubo de cargas e ao roubo a bancos. As forças-tarefas que operam no âmbito das investigações criminais são regulamentadas por atos do Ministério Público.

A união de órgãos em uma mesma investigação, no nosso modelo de sistema pré-processual já seria, em princípio, bastante complexa, dadas as disputas correntes sobre competências entre as polícias e o Ministério Público, por exemplo, que já provocaram grandes embates públicos e legislativos.

Embalada por um grande marketing de “maior operação contra a corrupção” e denunciada desde seu início por investigados e seus advogados, pela prática de toda sorte de desvios e ilegalidades, a mais “famosa” operação da história brasileira, autodenominada “operação Lava Jato”, provocou duras críticas vindas de dentro do próprio sistema de justiça, com ênfase para a posição de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

Revelou-se, há um ano, por obra do site *The Intercept Brasil* e parceiros - que tiveram acesso a diálogos travados por meio do aplicativo Telegram - um grande esquema de conluio entre os membros da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e o juiz responsável por conduzir os inquéritos, e posteriormente ministro da Justiça, Sérgio Moro, com vistas a atingir pessoas previamente escolhidas, de acordo com suas preferências político-ideológicas.

No campo das contradições internas, em alguns momentos a força-tarefa da Lava Jato de Curitiba entrou em choque com a Procuradoria-Geral da República (PGR). Considerada como inimiga interna pelos procuradores de Curitiba, poucos dias antes de deixar o cargo, a ex-PGR, Raquel Dodge, lidou com o pedido de demissão de seis dos membros da Lava Jato na PGR, por discordarem da manifestação dela enviada ao STF sobre o acordo de colaboração premiada de Leo Pinheiro, que pedia arquivamento de partes do documento.

Na semana passada, fato similar ocorreu sob o mandato de Augusto Aras. Três integrantes do grupo de trabalho da Lava Jato na PGR pediram desligamento da função por discordar da ação da coordenadora, subprocuradora Lindora Araújo, em virtude de duas visitas feitas por ela ao QG da Lava Jato em Curitiba.

A reação dos procuradores de Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol, foi tão imediata quanto reveladora. Enviaram ofício à corregedoria do Ministério Público Federal, alegando que Lindora realizou “*manobra ilegal para copiar bancos de dados sigilosos de investigações de maneira informal e sem apresentar documentos ou justificativa*”. Afirmaram que a ida fora feita fora da agenda e sem aviso.

A Procuradoria-Geral respondeu em nota rebatendo os fatos e argumentos, criando uma guerra de versões sobre reunião, data, objetivos.

No mais recente round, a imprensa divulgou que a ação da procuradora estava sob investigação, fato também negado pela PGR, para quem a corregedoria do Ministério Público Federal quer saber se houve alguma ilegalidade na visita, mas também sobre "*a existência de equipamentos utilizados para gravação de chamadas telefônicas recebidas por integrantes da equipe da força-tarefa, incluindo membros e servidores*".

O compartilhamento de dados para uso nos processos que tramitam nos tribunais superiores em Brasília é procedimento comum. Daí porque soa altamente descomedida a reação vinda de Curitiba. Por outro lado, se faz sentido que irregularidades cometidas nos inquéritos estejam sendo investigados no âmbito da Procuradoria-Geral da República, o rechaço revela uma preocupação bastante exacerbada com conteúdos que possam ser escrutinados.

Fato é que a contradição está posta.

Os mesmos senhores e senhoras donos da régua para medir a moral e honestidade alheia recusam-se a que informações legais que detêm sejam divulgadas. E a mesma procuradoria-geral da República, que sempre observou a força-tarefa da operação Lava Jato em Curitiba agir de forma livre e autônoma, mesmo diante das mais evidentes injuridicidades, despropósitos e abusos, agora parece estranhamente disposta a verificar ilegalidades. Não por acaso, um dos envolvidos nos ilícitos é hoje desa-

feto de Jair Bolsonaro, seu ex-ministro Sérgio Moro.

Nessa guerra de poder não há heróis, só interesses políticos escusos.

De todo modo, a sociedade pode tirar bom proveito dessa peleja.

Pouco importa se a guerra entre a Lava Jato e a PGR é gestada na disputa Bolsonaro versus Moro. A questão é que passou do tempo das ilicitudes, já publicamente reveladas, praticadas pela força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, incluindo as espúrias relações com o Judiciário e a Polícia Federal, serem formalmente expostas. Muitos fatos precisam ser trazidos à luz, a bem da democracia. Se investigações há, que sigam até o fim.

Espera-se que os bravos rapazes, criadores de PowerPoint para validar denúncias apenas com sua convicção, encarem uma investigação com a mesma serenidade que exigiram das pessoas a quem acusaram sem provas.

11. RELAÇÕES INDECENTES E CONSPIRAÇÕES IMORAIS

22/07/2020

Quando fui convidada pelo Instituto Declatra, ainda no ano de 2019, a escrever um texto no segundo volume do livro que abordaria as revelações trazidas pelo portal *The Intercept Brasil* e

seus parceiros, a partir das conversas no aplicativo Telegram entre os procuradores da operação Lava Jato e deles com o juiz Sérgio Moro, que ficaram conhecidas como “Vaza Jato”, ocorreu-me ser interessante tratar do uso regular, pelos procuradores de Curitiba, de contatos informais com autoridades da Suíça e de Mônaco para obter documentos e informações fora dos trâmites legais. Expor como as supostas provas eram trazidas ao Brasil e recebidas de autoridades estrangeiras e como, posteriormente, a força-tarefa fazia o pedido internamente para validá-las, quando, de fato, já estavam sendo utilizadas pelos procuradores, em uma verdadeira lavagem de provas, obtidas de forma ilícita.

Por uma interessante coincidência, a publicação da obra ocorre agora, quando se revelam diálogos que comprovam a tão denunciada - pelas defesas de acusados, por políticos, juristas, blogs e veículos alternativos de mídia - relação da operação Lava Jato com o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), a famosa unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

O site Agência Pública publicou, no dia 1º de julho, com nomes e detalhes, a atuação de 12 agentes do FBI nos casos da operação Lava Jato em solo brasileiro: Leslie Backschie, George “Ren” McEachern, Jeff Pfeiffer, Steve Moore, David F. Williams, Christina Martinez, Mark Schweers, Becky Nguyen, June Drake, Patrick T. Kramer, Carlos Fernandes e as intérpretes Tania Cannon

e Elaine Nayob, alertando que o número deve ser bem maior que o apurado.

O que une os casos do relacionamento da Lava Jato com as autoridades suíças e com as estadunidenses é que em ambas houve a burla à legislação brasileira, que obriga o cumprimento de acordos bilaterais de cooperação internacional em matéria penal para o auxílio mútuo nas investigações, que obriga a permissão da autoridade central, que é o Ministério da Justiça.

Por evidente, dizer que a Lava Jato descumpriu leis é chover no molhado.

A revelação mais recente joga luz sobre a hipótese de que haja interesses geopolíticos de outras nações que influenciam operações como a Lava Jato, e a decisão de usar as forças armadas brasileiras no suposto combate à corrupção, tese que sempre foi desqualificada, a priori, como “teoria da conspiração”.

Na verdade, a história da América Latina e do Brasil é recheada de fatos que demonstram as ingerências dos Estados Unidos na política interna, com sua franca determinação de exercício de hegemonia no continente, e de deter países que contrariem seus interesses. Em nosso país o exemplo mais emblemático é o golpe civil-militar de 1964.

Diferente das ditaduras impostas pela força das armas, contudo, as intervenções contemporâneas dos Estados Unidos adotam as próprias legislações existentes nos países, primeiro influenciando seus modelos e formatos, a exem-

plo das “10 Medidas Contra a Corrupção”, do “Pacote Moro” e os próprios mecanismos de investigação e julgamento.

O *lawfare* nada mais é que a instrumentalização do sistema de justiça para atingir pessoas determinadas. A guerra judicial compõe a estratégia de guerra híbrida, em uma dinâmica complexa e não convencional de batalha para intervir na política, derrubar governos, destruir inimigos.

A violação sistemática das regras previstas no Acordo de Cooperação que existe entre Brasil e Estados Unidos foi publicamente confessada por altas autoridades norte-americanas envolvidas nessas atividades, em julho de 2017, em que se falou de “relacionamento íntimo” com base em confiança, não em normas, entre a Lava Jato e o FBI.

A divulgação das conversas que ocorreram entre os membros da operação Lava Jato que demonstram cabalmente a parcialidade e o partidarismo político do Ministério Público Federal de Curitiba e do ex-juiz Sérgio Moro são apenas os elementos vivos de tudo que foi verificado no dia a dia da atuação dos pseudo-heróis contra a corrupção, como os vazamentos de conteúdos sigilosos, interceptações telefônicas ilegais, delações premiadas com réus presos e para forçar acusações sem provas, conduções coercitivas sem intimação prévia, prisões sem trânsito em julgado e desmotivadas. Tudo feito como um grande espetáculo midiático com o apoio e respaldo dos grandes meios de comunicação.

A farsa cotidiana da operação Lava Jato foi inteligentemente encenada, e teve êxito em virtude da ausência do sistema de exercer, sobre seus membros, qualquer controle, ou de afirmar qualquer limite.

O deplorável papel exercido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que, sistematicamente, rejeitaram o pedido de entidades da sociedade civil para que realizassem investigação sobre as condutas do juiz e dos procuradores da operação Lava Jato, mesmo diante de evidências gritantes, jogou contra o princípio republicano de que não existe autoridade imune a qualquer controle.

O desvio de poder, as ilicitudes com aparência de legalidades operadas pela Lava Jato já viraram objeto de abordagem repetitiva no meio jurídico. E deve-se dizer que não são particularidades dessa operação.

O sistema de justiça penal possui exemplos diuturnos dessas práticas. O que diferencia a Lava Jato é que seus protagonistas agiram, agem e são tratados até hoje como inimputáveis, a quem fora dado o poder de atuar como bem lhes aprouvesse. E o fizeram, ao ponto de colocarem em risco a entrega de nossa soberania, permitindo que uma polícia estrangeira atuasse livremente em território nacional.

O conveniente descaso com a forma de agir dos procuradores de Curitiba parece ter encontrado um fim com a

ação da Procuradoria-Geral da República que abriu investigação de atos suspeitos por meio de sua corregedoria. Espera-se que não seja um balão de ensaio e ações superficiais de uma disputa interna. A bem da democracia.

12. BOLSONARO E MORO: O DUELO DOS ÍDOLOS COM PÉS DE BARRO

27/04/2020

O Brasil vive uma crise política de proporções épicas. E não estou, neste caso, falando da pandemia de Covid-19. Embora ela não possa ser descartada em qualquer análise que ora se faça, para algumas questões foi ponte, apenas, para evidenciar processos que se encontravam submersos nas sombras das relações estabelecidas por e entre membros do governo de Jair Bolsonaro. Estou tratando da falta de alinhamento e direção, que desborda de dentro do Palácio do Planalto, atinge todos os poderes, e cria uma instabilidade muito além da que é causada pelo novo coronavírus.

Hoje, mesmo observadores menos atentos dão-se conta de que há um problema grave na conjuntura política brasileira, representado pela presença incisiva de um governante que se nutre da democracia para negá-la, manobra que, historicamente, sempre caracterizou a vocação totalitária.

Em um presente de isolamento, desemprego, incerteza e desesperança, o Brasil atual é uma caricatura de um passado recente, com uma política pública que amplia retirada de direitos sociais e se deforma, sem que se vislumbre no horizonte sequer uma promessa digna de credibilidade.

Envolvido em uma polêmica cotidiana sobre restringir a quarentena e reabrir comércio e escolas, o governo federal não aponta caminhos para a saída da crise, expandida com a demissão do ministro da saúde Henrique Mandetta e, mais recentemente, com a saída do ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, na última sexta-feira (24), que resolveu retirar-se batendo pesado e fazendo acusações contra seu chefe.

Sobre ele, para que nossa memória permita-nos uma análise mais precisa e coerente, Sérgio Moro, na condição de juiz federal da 13ª Vara de Curitiba, condutor da operação Lava Jato, foi o responsável pela condenação do ex-presidente Lula e, portanto, por impedi-lo de participar do processo eleitoral de 2018, no qual aparecia em primeiro lugar nas pesquisas. Quando, ainda juiz, aceitou o cargo de ministro da Justiça do eleito, além de incorrer em desvio ético e contrariar a Lei Orgânica da Magistratura, Moro deixou ainda mais evidente sua parcialidade.

A ninguém é dada a ingenuidade de crer que Moro não sabia que o discurso contra corrupção de Jair Bolsonaro correspondia a uma fachada para sua

eleição. Aceitou o cargo de ministro com total ciência de onde estava se metendo, tendo trabalhado diretamente pelo resultado. Na verdade, sua intenção sempre fora utilizar o governo Bolsonaro como trampolim para sua ascensão política.

Internamente, passo a passo, dentro do cargo, Moro foi se "*bolsonarizando*". Mudou o discurso sobre Caixa 2 para defender Onix Lorenzoni, então ministro da Casa Civil, que apareceu na planilha dos delatores da J&F à Procuradoria Geral da República. Pediu investigação sobre vários atores que teriam "ofendido" o presidente, ao mesmo tempo em que fechou os olhos e ouvidos para as inúmeras acusações sobre a família do dirigente máximo da nação, os membros do partido que o elegera e parlamentares aliados, de corrupção e outros crimes.

No momento mais crítico do governo até aqui, em que fica evidente o despreparo de Jair Bolsonaro para conduzir o país durante uma alteração da normalidade, decorrente de uma ocorrência sanitária de escala mundial, o presidente resolve demitir o Diretor-Geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. O Ministro da Justiça, Sérgio Moro, ao discordar, deixa o governo.

Bolsonaro e Moro são duas faces da mesma moeda. Figuras distintas nos métodos, mas construídas no imaginário social a partir dos mesmos pressupostos de ética e retidão, falsamente montados. Apresentados como bravos combaten-

tes da corrupção, ambos correspondem ao modelo de portadores da salvação e redenção, maquiavelicamente engendrados pela mídia, empresários e suas redes de seguidores, a partir da escolha de um antagonista, pessoa ou coletivo, que lhes corresponde na mesma hipótese.

O inimigo de Bolsonaro é Lula. De Moro também. Isso porque Lula porta toda a simbologia da esquerda, seus líderes e dirigentes. Por isso condená-lo, prendê-lo, retirá-lo da vida pública, persegui-lo implacavelmente. Moro serviu a Bolsonaro de forma exemplar, pavimentou o caminho para que o objetivo do outro fosse alcançado. Nessa linha, usou o cargo de juiz e o sistema de justiça, violando o Estado de Direito, para o único desígnio de "eliminar" o inimigo ideológico.

Bolsonaro faz parte do mundo da política há cerca de 30 anos, afirmando-se, paradoxalmente, um militante da antipolítica e do antissistema. Foi eleito com e apesar de seu discurso histórico que nega a democracia, defende a ditadura, a prática da tortura e dos fuzilamentos, além de promover abertamente ideias misóginas e homofóbicas, e de negar a necessidade de o Brasil reparar minimamente os efeitos da escravidão com políticas afirmativas. Moro, juiz de carreira há 22 anos, nunca se preocupou em cumprir as mais básicas regras processuais. Jogava com a mídia e dela sempre se alimentou. Cometeu diversos crimes no curso de processos que conduziu, escolhendo inimigos, negocian-

do os passos da investigação com os procuradores da operação por meio do aplicativo Telegram, como ficou demonstrando pelo portal *The Intercept Brasil* e parceiros.

Moro e Bolsonaro se comportam como estrelas em um palco, representando o papel que conseguiram lhes fosse ofertado, onde o legítimo interesse público, a democracia e o respeito à Constituição, somente se apresentam como retórica discursiva.

Enquanto operam o exercício do poder, Bolsonaro e Moro direcionam o olhar do coletivo para o mundo das aparências, das superfícies e da construção de verdades fabricadas. Mitos vazios e falsos heróis, contudo, não resistem ao cotidiano de desafios reais e viram caricaturas de si mesmos. A desilusão que causam quando evidenciam que o excessivo idealismo que vendem não pode provê-los de ideias coerentes, nem respostas sensatas sobre problemas complexos que atingem a sociedade, simplesmente porque não as possuem, é enorme.

Uma lista de crimes foi revelada por Sérgio Moro em sua retirada do governo. Vários cometidos por Bolsonaro, outros por ele próprio. Outros foram apontados pelo seu ex-chefe em resposta. Certo é que nessa encenação não cabem heróis. E só existe uma vítima: a sociedade brasileira.

No conflito posto, o que Bolsonaro e Moro desejam desde sempre é deter o controle sobre a Polícia Federal, manter um diretor-geral que obedeça ao seu co-

mando, para interesses nada republicanos.

O que ambos conseguem, de fato, é degradar a imagem da Instituição Polícia Federal, legitimar o descrédito com a seriedade de investigações e da independência do órgão, já sucessivamente abalado por episódios de perseguição a atores políticos selecionados.

No plano de dignidade, coerência e honestidade, Moro e Bolsonaro, os ídolos, podem possuir a cabeça de ouro, corpo de prata, bronze e ferro, mas os pés são de barro. Como na parábola bíblica do profeta Daniel, os princípios e valores éticos não possuem em ambos qualquer sustentação verdadeira, podendo ser, a qualquer tempo, levados pelo vento sem deixar vestígios.

13. APERTEM AS GARANTIAS: O MORO SUMIU

15/04/2020

O título é uma paráfrase pretensamente brincalhona de uma fala do ministro Gilmar Mendes, em entrevista recente que circulou nas redes sociais e, ao mesmo tempo, adotando a máxima que Sérgio Moro não gosta das garantias constitucionais. Diante da ausência de qualquer protagonismo é de se perguntar: por onde anda a ex estrela do governo Bolsonaro? Escondido como um

quarto ou quinto elemento em entrevistas coletivas, e sem apresentar propostas concretas para as ações sob seu comando.

Em meio à crise institucional causada pela pandemia de Covid-19 no Brasil, diversos problemas demandam atuação do ministro, que se mostra completamente omissa ou desidiosa.

O conflito federativo tem se sobressaído como um dos grandes problemas a gerar insegurança no seio da sociedade que, a rigor, não consegue compreender se “o que vale” é o decreto do Presidente da República ou do Governador do Estado.

Ao ser provocado, por sua competência constante no art. 102, I, alínea “f”, da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal deu uma resposta temporária ao conflito. Por decisão liminar, o ministro Alexandre de Moraes decidiu, na quarta-feira (8), que governos estaduais e municipais têm autonomia para determinar o isolamento social:

“Não compete ao Poder Executivo federal afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotaram ou venham a adotar, no âmbito de seus respectivos territórios, importantes medidas restritivas como a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outros mecanismos

reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, como demonstram a recomendação da OMS (Organização Mundial de Saúde) e vários estudos técnicos científicos”.

Nos termos da Lei 13.844/2019, uma das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública é a promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública. Além do debate sobre a atribuição para editar normas sobre a quarentena, as questões de conflitos entre os entes federativos para determinar competências e de fechamento de divisas, por exemplo, tudo tem ocorrido sem a participação ativa do ministro da Justiça.

Outra omissão de Moro em tempos de pandemia no Brasil está na gestão para evitar contaminação da população carcerária. Ou melhor, na falta de gestão.

Sabe-se que as prisões no Brasil possuem péssimas condições, e que a proliferação de doenças é um dos graves problemas enfrentados pelos detentos. As inúmeras violações no sistema carcerário brasileiro já foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, ao declarar o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347.

Propostas para evitar que o vírus se alastre pelos presídios seriam, a rigor, oriundas do Departamento Penitenciário (DEPEN), órgão que pertence à estrutura do Ministério da Justiça e que, até aqui, tem se limitado a divulgar dados. Até a manhã de segunda-feira (13), segundo o DEPEN, havia 115 detentos com suspeitas de terem contraído o vírus e três confirmações, sem óbitos. Os números, no entanto, não batem com levantamentos locais. Na sexta-feira (10), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal anunciou 14 presos infectados, além de 19 agentes penitenciários.

Em papel mais proativo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou, no dia 17 de março, a Recomendação nº 62, orientando aos tribunais e magistrados a adoção de ações preventivas à propagação da infecção pela Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, para que sejam priorizadas deliberações que diminuam a internação e o encarceramento quando for possível, a reavaliação de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, para fins de eventual substituição por outra em meio aberto, suspensão ou remissão, a redução da decretação de prisões preventivas ao estritamente necessário, bem assim avaliar a antecipação da progressão de regime, dentre outras atitudes capazes de minimizar o impacto de contágio.

A luta pela implementação da Recomendação 62 do CNJ foi abraçada pela sociedade civil organizada em torno do tema, que a aprovou em nota pública.

Quanto ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, a única ação de Moro, em meio ao grande risco de contaminação nos presídios, foi divulgar que está em estudo pela pasta a aquisição de 600 tablets, para as videoconferências de presos e contato com suas famílias. Criticou publicamente, pelas redes sociais, a Recomendação 62 do CNJ, com falas genéricas sobre a soltura de “presos perigosos”, sabendo que a hipótese não se aplica, e sem apontar qualquer alternativa; usando, por outro lado, as estruturas oficiais para disseminar Fake News. O DEPEN afirmou, no início do mês de abril, que 31,6 mil presos haviam sido beneficiados pela resolução do CNJ, sendo obrigado a corrigir o dado posteriormente.

A situação das comunidades indígenas também é dramática.

Pelos dados divulgados na segunda-feira (13) pelo Ministério da Saúde, o vírus já matou três indígenas, um jovem Yanomami, em Roraima, uma mulher idosa Borari, em Alter do Chão, no Pará, e um homem da etnia Muro, em Manaus. E já contagiou outros nove no total. Outros 23 casos estão sendo investigados como suspeitos. De acordo com o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf), a Fundação Nacional do Índio (Funai), diretamente vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, recebeu, no dia 02 de abril, R\$ 10,840 milhões de recursos emergenciais para usar na proteção de indígenas contra o avanço do novo coronavírus, sem que nem um centavo tenha sido utilizado até

a data de hoje, e sem qualquer anúncio por Moro de um plano de contingenciamento para evitar a disseminação do vírus entre os povos indígenas.

Em um contexto de crise, Sérgio Moro apresenta-se uma autoridade não apenas letárgica, mas patética, incapaz de encaminhar propostas que dependem das ações do ministério que comanda.

Diferente do filme que inspirou o título, não há possibilidade de humor na ausência de um piloto para comandar esse avião. O vazio de ideias e projetos pode ter consequências absolutamente desastrosas para um grande número de cidadãos brasileiros. É quando a postura narcisista e incompetente de Moro fica evidente até no mais quebrado dos espelhos. O deserto de políticas públicas comandadas por ele é notório, e não de agora. A crise apenas possibilita que se enxergue melhor.

14. O LAVAJATISMO E O DEBATE DE PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA: A IATROGENIA NO PROCESSO LEGISLATIVO

21/11/2019

Iatrogenia é o fenômeno da área de saúde capaz de designar doenças que são causadas por remédios ou tratamen-

tos, como o uso equivocado de antibióticos que criam bactérias resistentes.

Em regra, a produção de normas penais, processuais penais e de controle em geral, no Congresso Nacional, podem ser consideradas processos iatrogênicos. Longe de resolver os problemas, tendem a agravá-los. Um fenômeno de décadas, que veio se intensificando nos últimos anos, e se mostra dramático na atual legislatura, a partir do crescimento exponencial das redes sociais, e da interação de grupos organizados com o parlamento, a exigir legislações de acordo com suas próprias e particulares razões e interesses.

Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, no último dia 07 de novembro, das ações declaratórias de constitucionalidade 43, 44 e 54, que definiram a constitucionalidade do art. 283, do Código de Processo Penal, por força do princípio da presunção de inocência, escrevi sobre os riscos dos votos como o do presidente, ministro Dias Toffoli, que a par de concluir pela procedência das ações, estimulou mudanças legislativas, com vistas a modificar a aplicação do princípio.

Ato contínuo, os parlamentares apoiadores da operação Lava Jato pautaram propostas de emenda à Constituição e projetos de lei, com o objetivo de remodelar a compreensão do texto constitucional, e permitir a execução provisória da pena.

As Propostas de Emenda à Constituição (410/2018 e 411/2018 na

Câmara e 05/2019 no Senado) foram incluídas nas pautas das respectivas comissões de Constituição e Justiça. Contudo, diante dos impasses e resistência aos textos, que contrariam cláusula pétrea, por ferir um direito individual fundamental, surgiram propostas ditas “alternativas” nas duas Casas.

Na Câmara dos Deputados houve a apresentação e aprovação na CCJ nesta quarta-feira (20) do texto de uma PEC (199/2019) que, na verdade, não é novo. Já fora oferecido pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso, ao Senado em 2011. Pretende mexer nos artigos 102 e 105, da Constituição Federal, com vistas a transformar o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário em ações rescisórias. Na prática, significa acabar com a competência recursal do STJ e do STF, que só seriam acionados na possibilidade restrita de nulidade de julgamento, posterior ao trânsito em julgado.

Na tentativa casuística de impor uma sistemática para prisões após julgamentos em segunda instância, o novo texto da PEC pode, contudo, criar um problema de enorme magnitude, que sequer está sendo cogitado nos debates legislativos, e diz com a execução de procedimentos cíveis.

Na área cível, a Fazenda Pública é quem mais demandas possui no STJ, e quem mais reverte decisões de segunda instância em sede de Recurso Especial, segundo a própria estatística do Tribunal, divulgada anualmente em

seu portal. Dos Recursos Especiais apresentados, a cerca de 33% é dado provimento, sendo mais de 20% demandas do Poder Público, que terá imenso prejuízo na execução de precatórios após decisões dos tribunais de Justiça ou dos Tribunais Regionais Federais.

No Senado, a opção dos lavajistas foi apresentar um projeto de lei para modificar o próprio artigo 283, do Código de Processo Penal, com a previsão de que possa ocorrer a prisão após a decisão de condenação por órgão colegiado. Um projeto que nasce inconstitucional, pelo mesmíssimo motivo que a atual redação do texto é constitucional, tal como declarado pelo STF. É que, como asseverou a ministra Rosa Weber em seu voto: *“Não se tratando de prisão de natureza cautelar, o fundamento da prisão pena será a formação do que chamamos de culpa. E segundo a norma expressa da Constituição, essa convicção somente pode irradiar efeitos normativos a partir do momento definido como trânsito em julgado”*

Se a Constituição diz que *“ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória”*, a prisão processual (diferente da cautelar e da preventiva) só pode ser decretada após a formação da culpa. Que ocorre após o julgamento do último recurso.

Não há pena sem culpa formada. Essa é a questão. A pena de prisão pós julgamento (prisão processual) não pode ser decretada sem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Na Câmara dos Deputados como no Senado, o que parecem buscar os parlamentares, é dar resposta à chamada opinião pública – sendo essa aquela reverberada pelos grandes meios de comunicação – adotando o discurso que contrapõe o combate à corrupção e à impunidade, tal como tem sido difundido pelos membros da famosa operação de investigação. Um largo espectro que a tudo explica, mesmo que não haja, como de fato não há, qualquer evidência de que a aplicação de normas limitadoras de direitos tenha qualquer efetividade para evitar o cometimento de crimes ou, ao oposto, que não seja possível combater a corrupção respeitando a Constituição Federal.

Na medicina há um grande debate para definir a responsabilidade médica, diante do resultado infeliz de um tratamento indicado. Por igual, pode-se alertar aos parlamentares das possibilidades de danos sociais, decorrentes de seus atos na produção normativa, que pretendem ceifar direitos individuais historicamente conquistados, senão dolosos, mas imprudentes e negligentes com certeza.

Somos a terceira população carcerária do planeta. Já atingimos o número de 830 mil presos. O sistema prisional brasileiro já foi considerado estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Os presos do país não cometeram crimes violentos. A maioria – jovens negros das periferias – responde por tráfico e roubo. A média de solução de homicídios não alcança 10% no país.

Ou seja, homicidas não estão presos. O problema é na investigação, não no processo. Essas são estatísticas oficiais produzidas pelos institutos que pesquisam segurança pública.

Segundo os dados estatísticos de 2018, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), recentemente divulgados na imprensa, 45% dos habeas corpus e 40% dos recursos no tribunal são apresentados pela Defensoria Pública, exatamente em defesa dessa “clientela preferencial” do sistema.

Sem ilusões. A alteração que promova interpretação distinta ao dispositivo constitucional, permitindo a prisão em segunda instância, somente agravará a nefasta situação do nosso combalido sistema carcerário. O remédio matará o paciente. E os “médicos” continuarão com suas receitas mirabolantes, circunstanciais, ignorando o preço a pagar por sua desídia, negligência ou estupidez.

15. HERÓIS, MITOS E PROVAS ILÍCITAS: OS PARADOXOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

15/07/2020

"A porta da verdade só deixa passar meia pessoa de cada vez."

(Drummond)

Na literatura, o mito do herói possui variadas nuances em diversas narrativas, mas alguns elementos são constantes. Sua jornada sempre parte em busca de algum ideal ou objetivo final, encontra muitas dificuldades, enfrenta inimigos, sofre perdas, faz renúncias e sacrifícios e finalmente os supera.

O herói é o guardião dos mais nobres e justos valores humanos coletivos, e do bem comum, que coloca acima dos seus interesses particulares, em nome de um ideal, uma causa, um mundo justo. Serve de exemplo para as gerações presentes e futuras. Essa ideia central sobrevive mesmo às configurações contemporâneas, seja no cinema ou nos quadrinhos, que mostram heróis mais humanizados, dessacralizados, com defeitos e contradições de comportamento e desejos mundanos.

Pela postura adotada nas palestras, entrevistas e artigos, percebe-se que os membros da força-tarefa da operação Lava Jato, bem como o juiz responsável pelos processos, não agiam como servidores públicos que acreditavam na tarefa de investigar desvios éticos na administração pública. Suas atitudes indicavam que, ou enxergavam a si mesmos como uma espécie de heróis em uma jornada, ou essa era a imagem a ser ofertada como máscara para o que de fato pretendiam.

A questão viria a ser revelada mais tarde, com a divulgação de como a Lava Jato enfrentou o “inimigo” de proporções épicas, responsável pela corrupção, bem

como seus métodos, escolhas e objetivos.

De todo modo, a postura de procuradores e juiz procurou, durante cinco anos, obedecer ao critério de heróis contemporâneos nacionais, ancorados no tema de forte apelo popular, atendendo as necessidades de uma cultura do espetáculo comercial, onde a imagem ofertada para consumo é mitificada e idealizada num pedestal de fascínio de valor simbólico. Sua autoimagem, por seu turno, assemelhava-se à de Narciso, a personagem mítica orgulhosa e arrogante, apaixonado por seu reflexo.

As revelações trazidas pela equipe do portal *The Intercept Brasil*, e seus posteriores parceiros, deram conta de nos apresentar – ou confirmar – os paradoxos dos atores da “maior operação de investigação” ocorrida no Brasil. Curiosamente, as divulgações foram atacadas pelos defensores da Lava Jato por terem origem ilícita.

Naquela que talvez seja a maior incoerência de todas as veiculações, no dia 27 de setembro de 2019, o portal Uol trouxe a notícia de que a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba utilizou regularmente contatos informais com autoridades da Suíça e de Mônaco, para obter provas ilícitas, com o objetivo de prender alvos considerados prioritários. Conseguiram, desse modo, acesso clandestino ao sistema Drousys, usado pelo setor de operações estruturadas da empresa Odebrecht, para controlar os pagamentos de propina a autoridades e

políticos e informações sigilosas da contabilidade paralela da empreiteira. Os dados foram utilizados para forçar acordos de delação premiada dos executivos da construtora.

As mensagens trocadas confirmam que o Ministério Público Federal trazia supostas provas ao Brasil fora dos trâmites legais, recebia informalmente documentos e informações de autoridades estrangeiras. Quando eram considerados úteis, a força-tarefa fazia o pedido internamente para validá-los, quando, de fato, já estavam sendo utilizados pelos procuradores. Era uma verdadeira *lavagem de provas* que, no caso da Suíça, seguia um jogo combinado. Os procuradores brasileiros eram avisados sobre quais informações as autoridades suíças possuíam, e então solicitavam exatamente aqueles dados.

No sistema processual brasileiro, conforme preceitua o art. 5º, LVI, da Constituição Federal de 1988, provas obtidas por meios ilícitos não são admissíveis. No mesmo sentido, o CPP, em seu art. 157, com redação dada pela Lei 11.690/08, determina: "*São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais*". Esse, a propósito, é o argumento central dos membros da força-tarefa da operação Lava Jato e do ex-juiz Sérgio Moro, para refutar as divulgações que vêm sendo feitas pela equipe do jornalista Glenn Greenwald e seus parceiros. Afirmam que as provas foram obtidas pela ação de *hackers*, sendo impres-

táveis para comprovação de práticas de crimes e desvios.

Boa parte da doutrina admite a prova ilícita, se for o único meio de provar a inocência do acusado no processo penal. Desse modo, o bem maior do que aquele protegido pela norma seria a liberdade de um inocente.

No caso de obtenção de informações no exterior, a legislação brasileira obriga que sejam firmados acordos de cooperação internacional em matéria penal. A relação com cada país é estabelecida através de acordos bilaterais, e também de tratados internacionais em que o Brasil é signatário.

Muito relevante é o fato de que, em fevereiro de 2016, o Tribunal Penal Federal da Suíça considerou ilegal a transmissão de documentos bancários enviados às autoridades brasileiras, e determinou que a promotoria deveria iniciar novo processo rogatório, relativo à transmissão dos documentos bancários da empresa Odebrecht. Os documentos em questão foram considerados pelo juiz Sergio Fernando Moro, responsável pelos processos da operação em primeira instância, "provas materiais principais" do processo contra os executivos da construtora. A nulidade das provas que decorre de sua ilegalidade é dada por sua natureza material, durante sua produção, já que fora ilicitamente obtida. Sua utilização, de outro lado, assume a vedação de nulidade processual, por afrontar norma instrumental, sendo falsa e artificialmente "legalizada" e uti-

lizada para a condenação de réus nas ações.

No entanto, para o Ministério Público Federal de Curitiba, a decisão do tribunal suíço não teve qualquer efeito sobre o processo no Brasil, haja vista que, segundo alegaram, a corte suíça não determinou a devolução dos documentos.

Nos diálogos com o policial suíço que trabalhava na embaixada no Brasil, o nome da “família de Lula” aparece como uma tarefa para relacionar nomes importantes da investigação. Nessa, como nas demais divulgações, todos os caminhos pretendem conduzir a um único objetivo, ou alvo.

A ninguém mais é dado o direito de alegar desconhecer que a operação Lava Jato operou um raciocínio binário, elegendo o Partido dos Trabalhadores e seu maior líder como os inimigos a serem defenestrados, os bodes expiatórios da simplificação de problemas altamente complexos, e de proporções históricas, que dizem com a organização do Estado, as experiências de governos, e o modelo de relacionamentos entre público e privado, que perpassa os Três Poderes.

A lógica da Lava Jato era comunicar um inimigo ao país. Para isso precisava entregar um “grande trunfo”, um indivíduo apontado em um PowerPoint como o grande líder de um esquema. Nesse caminho, atingir outros atores, como o ex-deputado Eduardo Cunha, foi efeito colateral, e funcionou como uma espécie de salvo conduto para a operação. A

Lava Jato operou em paralelo, mas em total consonância com o que acontecia na sociedade, fora do âmbito do sistema de justiça: o crescimento do bolsonarismo e sua ascensão ao poder. A indicação de quem seriam os responsáveis pelas mazelas e promiscuidades nas relações entre agentes públicos e privados, feita pela Lava Jato, conduziu-se por uma manipulação da opinião pública em total parcialidade. Para isso precisaram os heróis desvirtuar a ordem jurídica, e os princípios republicanos do devido processo legal constitucional.

Ao romper com qualquer padrão de legalidade na condução da investigação, enveredando por um procedimento de tomada de decisões que visava atingir pessoas escolhidas, além da criação de um fundo bilionário com recursos recuperados da Petrobras, a operação Lava Jato anunciou-se como um ambicioso projeto de poder. A vaidade descontrolada, que indica admiração excessiva por si mesmos, como narcisos modernos seduzidos pela própria imagem, retratados em filmes e livros, reproduzidos em bonecos infláveis em manifestações de rua, fez com que os arrogantes servidores públicos da operação de investigação e o ex-juiz se julgassem acima de qualquer controle e a salvo de críticas por seus erros.

Narciso – diz a lenda – afogou-se por não resistir à paixão por seu reflexo na água. Talvez a Lava Jato tenha atuado, todo o tempo, diante de um espelho. Procuradores e juizes conduziram investigações e processos com esteio em seus

sentimentos pessoais, preferências ideológicas, convicções, desprezando, para tanto, as evidências fáticas, de forma voluntarista e arbitrária, elegendo o espetáculo midiático como método de validação de suas ações, em que contraditório e ampla defesa foram relativizados e as provas produzidas nos autos se tornaram secundárias, ou pior, foram utilizadas como ferramentas manipuladas, de forma viciada, em condutas desleais e abusos evidentes.

16. LAVA JATO, BOLSONARO E A POLÍTICA NO BRASIL: “JOGOS, TRAPAÇAS E DOIS CANOS FUMEGANTES”

08/07/2020

Tentar analisar a conjuntura política brasileira de forma mais ampla virou tarefa de poucas e poucos atrevidos. A confusão, proposital ou por despreparo dos agentes públicos, é tamanha que não caberia tratar de metade dos problemas nacionais em um mesmo espaço de texto.

Em meio à contenda com a Procuradoria-Geral da República e as gravíssimas denúncias de compra de aparelhos para escutas ilegais, e de relacionamento com o FBI sem passar pelos trâmites obrigatórios, a força-tarefa da operação Lava Jato reage como pode. A denúncia apresentada pelo braço da

operação em São Paulo contra o senador e ex-governador tucano José Serra e sua filha, Verônica Serra, por fatos ocorridos há 14 anos, é quase risível. Os elementos de prova foram colhidos há muito tempo. A denúncia feita neste momento sinaliza quase uma confissão, uma tentativa tardia de “lavar” as irrefutáveis provas da parcialidade da Lava Jato ao investigar, julgar e condenar pessoas escolhidas, de acordo com a preferência político-ideológica dos seus membros.

No curso da pandemia mundial da COVID-19, o Brasil possui triste destaque, acumulando 65.487 mortes e 1,62 milhão de contágios, dados desta terça-feira (07), sendo o mais recente contaminado o próprio presidente da República. Paralelamente, em evidente e assustadora contradição, o país promove a reabertura econômica. As cenas do final de semana com bares e praias lotados no Rio e no litoral de São Paulo, com pessoas aglomeradas sem máscara, é um tapa na cara das famílias que perdem seus entes queridos.

Jair Bolsonaro tanto debochou, minimizou e ridicularizou as possibilidades de transmissão do vírus e gravidade da doença, as medidas de prevenção, os cuidados, o necessário afastamento e isolamento social, que agora terá que montar uma estratégia, perigosa de todo modo, de como divulgar o tratamento da doença que contraiu. Arriscará a própria vida tomando um medicamento cuja eficácia a medicina refuta, como a cloroquina, apenas para firmar sua tese? Vamos acompanhar.

Certo é que o Brasil vive uma crise sem precedentes em várias áreas, e sem gestão. O Ministério da Saúde está há 53 dias sem um ministro titular, e o interino militar Eduardo Pazuello, que começou camuflando e escondendo dados, não informa nenhuma estratégia para enfrentar a pandemia.

Voltando à Lava Jato e à recente e barulhenta contenda com a PGR, que corresponde ao divórcio entre Moro e Bolsonaro, é preciso buscar lá atrás a narrativa de fatos passados, para verificar que se trata de “um museu de grandes novidades”. Tudo já foi denunciado antes, apenas nunca verificado com seriedade.

No dia 19 de julho de 2017, no evento denominado *Lessons from Brazil: Fighting Corruption Amid Political Turmoil*, promovido pelo site de notícias Jota e pela Atlantic Council, Kenneth Blanco e Trevor Mc Fadden, respectivamente Vice-Procurador Geral Adjunto do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) e Subsecretário Geral de Justiça Adjunto Interino, fizeram pronunciamento oficial sobre cooperação, baseada em “confiança” e, por vezes, fora dos “procedimentos oficiais”, realizada entre as autoridades norte-americanas e os procuradores da República da Lava Jato.

Blanco fez referência específica em seu pronunciamento à sentença condenatória proferida contra o ex-presidente Lula, e ressaltou, também neste caso, a parceria norte-americana com os membros do MPF, afirmando que: “con-

fiança permite que promotores e agentes tenham comunicação direta quanto às provas. Dado o relacionamento íntimo entre o departamento de Justiça e os promotores brasileiros, não dependemos apenas de procedimentos oficiais como tratados de assistência jurídica mútua, que geralmente levam tempo e recursos consideráveis para serem escritos, traduzidos, transmitidos oficialmente e respondidos”.

Nunca houve uma negativa da força-tarefa da operação Lava Jato às falas das autoridades norte-americanas. Havia uma “cooperação” entre o FBI e a Lava Jato. As perguntas são: em que termos? De que forma? Com que base legal?

Vejamos.

O Brasil firmou com os Estados Unidos da América um acordo de assistência judiciária em matéria penal, por meio do Decreto nº 3.810, de 2 de maio de 2001. A intenção era facilitar a execução das tarefas das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei de ambos os países, na investigação, inquérito, ação penal e prevenção do crime.

A assistência compreende, na forma do artigo 1ª do Decreto: tomada de depoimentos ou declarações de pessoas, fornecimento de documentos, registros e bens; localização ou identificação de pessoas (físicas ou jurídicas) ou bens; entrega de documentos; transferência de pessoas sob custódia para prestar depoimento ou outros fins; execução de pedidos de busca e apreensão; assistência em procedimentos relacionados a imobilização e confisco de bens, resti-

tuição, cobrança de multas; e qualquer outra forma de assistência não proibida pelas leis do Estado requerido.

O envio e recebimento de solicitações de assistência judiciária somente são feitos pela autoridade central, prevista no Decreto que, no caso do Brasil é o Ministério da Justiça.

A presença de agentes do FBI em Curitiba desde 2014, como já foi denunciado e que agora se revela com mais clareza, em reuniões com os membros da força-tarefa da operação Lava Jato, era completamente desconhecida do Ministério da Justiça, como aliás já foi dito publicamente pelo então ministro da pasta, José Eduardo Cardozo. Significa, sem mais, que o compartilhamento de informações com agentes americanos foi feito de forma completamente ilegal, sem qualquer registro oficial.

A Lava Jato acostumou-se a agir, impunemente, de acordo com suas próprias balizas, o que, em regra, significava, em desacordo com as normas e de forma espetacular, com uso de vazamentos seletivos de conteúdo das investigações, e tirando vantagem de sua popularidade construída e alimentada pela grande imprensa, de combatentes da corrupção.

Não há, portanto, uma grande revelação do “relacionamento íntimo”, nas palavras de Kenneth Blanco, entre os agentes norte-americanos do FBI e os procuradores do MPF de Curitiba. A parte traída nessa relação, que é a sociedade brasileira, a quem suas autoridades devem prestar contas, já tinha acesso à

informação, inclusive por parte da defesa do ex-presidente Lula, que denunciou formalmente ao TRF-4 a cooperação informal, o que, a propósito, a imprensa brasileira tratou como “teoria da conspiração”.

A manipulação de fatos, maquiando-lhes para que pareçam perfeitos, é um método que Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e sua trupe praticaram durante todos esses anos que conduziram a Lava Jato. Então, bastava responder que “acordos de cooperação são comuns e importantes” para desviar o foco sobre o fato inexorável que o Decreto de cooperação foi descumprido.

Lavajatismo e bolsonarismo são irmãos gêmeos, formatos de atuação desviantes que se retroalimentam no ódio e desrespeito às normas de convivência democrática.

Trapaceiros e farsantes, como no filme do Guy Ritchie que dá título ao texto, os atores principais não economizam na interpretação, fingem ser heróis de causas sensíveis para a audiência, e se reconhecem no cinismo e arrogância. Com a diferença que a ficção cinematográfica criou uma divertida e qualificada comédia, com personagens autênticos e fluidos, enquanto a realidade brasileira é um drama cheio de clichês, com enredo já divulgado, e cuja previsibilidade de desfecho segue em aberto, mas depende cada dia mais de que o espectador abandone seu papel de observação e encontre a si mesmo na perspectiva autoral da mudança, sem dúvida alguma a

possibilidade mais desafiadora de nosso tempo.

17. DALLAGNOL: NO ESPETÁCULO DECADENTE DA LAVA JATO, MAIS UM ATOR SAI DE CENA

02/09/2020

A saída de Deltan Dallagnol da operação Lava Jato marca um ciclo e abre uma série de questionamentos acerca da sobrevivência da investigação, que já dura mais de seis anos. É o mais importante fato desde que Sérgio Moro abandonou a operação para se tornar ministro de Estado.

Criada como “a maior operação de combate à corrupção”, a Lava Jato notabilizou-se pela prática de conduções coercitivas sem intimação prévia, delações premiadas com réus presos ou sob chantagem, vazamento de conteúdos de depoimentos e até mesmo de conversas privadas, prisões preventivas sem fundamentos e vazamentos ilegais.

Seus membros, longe de serem questionados, eram ovacionados. E passaram a operar em uma lógica totalmente midiática, de olho na aprovação popular e nos holofotes, com o total respaldo da grande imprensa, proferindo palestras, dando entrevistas e dialogando com as manifestações nas ruas.

A Lava Jato pretendeu, desde o início, que seu trabalho “purificasse” o Brasil, limpando o cenário político e promovendo um novo ordenamento no Direito Penal. Reside nesse objetivo aquilo que se percebe como o “messianismo” da operação e, em termos mais amplos, sua visão política, a auto idealização de seus membros como heróis nacionais.

Se houve, em qualquer momento, nobres intenções na Lava Jato de fazer investigação séria, elas não sobreviveram aos primeiros momentos. O que se viu, desde seu início, foram servidores públicos amesquinados por convicções, sem respeitar limites elementares do devido processo e dos direitos dos acusados.

O esgarçamento foi de tal ordem que a Lava Jato alimentou a polarização política em curso no país, colocando-se de um lado da disputa e traçando suas estratégias de ação, com datas para deflagrar etapas, vazar conteúdos, tudo de modo a influenciar e produzir resultados sociais e eleitorais.

A partir de junho de 2019, as conversas divulgadas entre os procuradores da República em Curitiba e o ex-juiz Sérgio Moro, que exteriorizaram um conluio persecutório entre acusação e juiz, fizeram com que a operação passasse a ser vista por diversos atores políticos, e por significativa parte da sociedade, com desconfiança.

Recentemente, a Lava Jato tem passado por uma turbulenta briga com o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, e teve importantes julgamentos

e decisões revistas tanto no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), como no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que antes era absolutamente alinhado com as sentenças de Sérgio Moro, inclusive ampliando as penas aplicadas.

Dallagnol foi, desde o início, o coordenador da equipe da força-tarefa da Lava Jato. Símbolo da juventude que fez o coletivo ser chamado de “os meninos de Curitiba”, ele ganhou milhares de reais com palestras pagas, inclusive nos horários de expediente, para planos de saúde, para empresas do mercado financeiro, da indústria e do comércio; assinou um acordo ilegal com a Petrobras - posteriormente anulado pelo STF - para criar uma Fundação com vistas a gerir um fundo privado de 2,5 bilhões de reais; manteve-se, todo o tempo, ativo nas redes sociais, opinando, inclusive, sobre as escolhas de dirigentes das Casas Legislativas, em evidente atuação política. A sucessão de ilegalidades praticadas pelo coordenador da força-tarefa é grande.

Natural, portanto, que com a guerra declarada entre Bolsonaro e Moro, com a saída deste último do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, com o decorrente acirramento do conflito entre o Procurador Geral da República nomeado por Bolsonaro e sua equipe com a força-tarefa da Lava Jato, tenha se intensificado o tensionamento para que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP pautasse as representações contra Dallagnol. A mais antiga delas, do bizarro PowerPoint usado para

apresentar a denúncia contra o ex-presidente Lula, foi alcançada pela prescrição e arquivada. Duas outras ainda são ou seriam pautadas.

O que tudo indica é que Deltan Dallagnol se rendeu ao fato inexorável de que a operação que o alçou ao “estrelato” é um espetáculo em decadência, que não mais existirá no formato de outrora; que seus seguidores nas redes foram reduzidos com a queda de Sérgio Moro, em decorrência da ligação de ambos, e que se torna cada dia mais temerário pra ele continuar à frente do cargo.

Tendo conseguido até o presente se livrar de punições, Deltan está pressionado e enfraquecido politicamente. E o que me parece evidente é que foi forçado a reconhecer isso e se retirar, por enquanto, da cena política nacional.

O saldo da Lava Jato até aqui é trágico. Tendo alimentado a cena pública no Brasil, monopolizada pelo ódio nas ruas, por um lado, e pelo cinismo, por outro, a influência da operação sobre o Direito, sobre a política e sobre a economia é profunda, e é provável que levemos bastante tempo para conseguir rever os estragos.

De todo modo, nossa comemoração da saída de Deltan Dallagnol da coordenação da força-tarefa da operação Lava Jato deve ser cautelosa.

Primeiro porque por trás dessa queda de braço com o PGR há a manipulação política descarada em favor de Jair Bolsonaro na briga com Sérgio Moro.

Desse modo, quando Aras afirma que é preciso “corrigir os rumos”, é preciso acompanhar, com lentes de alto grau, se estamos falando do cumprimento de leis, de regras de convivência e de procedimentos determinados, que recomendam que convicções são, com alguma frequência, óbices à busca da verdade. Se estamos tratando da necessária prática democrática e republicana que a Lava Jato escancaradamente burlou ou estamos apenas mudando o elenco do espetáculo.

18. MORO: DE MARRECO A TIO PATINHAS

02/12/2020

Adotar no título do artigo o apelido jocoso atribuído a Sérgio Moro não pretende ser um deboche vazio. Não considero que a voz possa ser usada como elemento de crítica de qualquer pessoa, diferentemente do caráter.

Serve aqui apenas como fio condutor para tratar, alegoricamente, da mais recente notícia sobre o ex-juiz, que foi anunciado como sócio-diretor da consultoria norte-americana de gestão de empresas Alvarez & Marsal, na área de “disputas e investigações”.

A consultoria atua como administradora judicial de empreiteiras investigadas na operação Lava Jato, cujos

processos foram conduzidos por Moro como juiz federal no Paraná.

A total parcialidade com que Sérgio Moro conduziu os processos da operação Lava Jato já foi exaustivamente debatida e exposta, em centenas de artigos, livros, manifestos, dentro e fora do Brasil.

Não há qualquer espaço que se pretenda sério, jurídico ou político, capaz de defender que o ex-juiz não teve uma relação de conluio com os membros do Ministério Público Federal (MPF) na força tarefa em Curitiba. Agiu deliberadamente para perseguir pessoas escolhidas, protegendo a outras. Usou de mecanismos ilegais e imorais, que agrediram de morte o devido processo legal.

As mesmas empresas que foram atingidas pela operação Lava Jato e que se encontram em recuperação judicial agora contratam, como consultor, o juiz que conduziu os processos

A propósito do tema, e por ser importante lembrar, precisamente no dia de hoje, 02 de dezembro de 2020, completam dois anos do pedido de vista feito pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no *habeas corpus* ajuizado pela defesa do ex-presidente Lula para reconhecer a parcialidade de Moro em seu julgamento. Dois injustificáveis anos em que uma injustiça se alonga no tempo sem resposta jurídica adequada.

O impacto da operação Lava Jato na economia do país foi devasta-

dor. Segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), a Petrobras reduziu o seu montante de investimento em 25%, o que ajudou a retração do Produto Interno Bruto (PIB), com a paralisia das atividades em vários setores da atividade da construção civil, naval e engenharia pesada. Custou, ainda, milhares de empregos.

Os acordos de leniência e as colaborações premiadas de dirigentes das empresas investigadas foram motes constantes no âmbito da operação Lava Jato, utilizados inclusive ao arrepio dos pressupostos legais, como negociatas para redução de penas e sanções.

Quando Sérgio Moro aceitou o cargo de ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, deixou patenteado que sempre fora um político que estava no cargo de juiz

As famosas “listas de delatados” eram anunciadas pela grande mídia com estardalhaço. O caráter de alguns personagens nunca ficou devidamente esclarecido, como é o caso de Leo Pinheiro, dirigente da OAS, que somente teve seu acordo homologado em setembro de 2019, pelo STF, mas cujo depoimento já havia sido utilizado na sentença condenatória do ex-presidente Lula no caso conhecido como “Triplex do Guarujá”.

As mesmas empresas que foram atingidas pela operação Lava Jato e que se encontram em recuperação judicial agora contratam, como consultor, o juiz que conduziu os processos. É, de fato,

uma situação bizarra, pra dizer o mínimo.

E o novo consultor é anunciado por suas qualidades como “liderança de investigações anticorrupção” e “aconselhamento de clientes”. Uma atuação que pode ser metaforicamente equiparada aos vendedores de antivírus que, para vender o produto, criam vírus e os espalham pelos computadores.

Significante pontuar que Sérgio Moro detém informações privilegiadas, que constam em documentos que dizem respeito a essas e outras empresas, a que teve acesso na condição de juiz, servidor público, o que cria uma situação de desequilíbrio nas regras do jogo em favor de seus atuais clientes.

Assim como é inevitável especular, juridicamente falando, sobre que regramentos os acordos na operação Lava Jato foram conduzidos com essas empresas.

Há, no caso, muito mais base para uma investigação criminal do que havia na larga maioria dos casos submetidos à operação Lava Jato, transformados em ações penais em que, a despeito da ausência de provas, condenaram pessoas à prisão.

Quando Sérgio Moro aceitou o cargo de ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, deixou patenteado que sempre fora um político que estava no cargo de juiz. Cargo esse que utilizou para prejudicar fatalmente pessoas escolhidas enquanto protegia outras.

Qualquer apego à sua biografia de combatente da corrupção torna-se irrelevante diante de somas vultosas de dinheiro

Ao sair do governo e perder na disputa de força e popularidade com Bolsonaro, caiu no ostracismo, sendo evocado pela Rede Globo vez ou outra. Em tempos recentes tem protagonizado fatos que não deixam dúvidas de que qualquer apego à sua biografia de combatente da corrupção torna-se irrelevante diante de somas vultosas de dinheiro.

Antes de aceitar o cargo de sócio da empresa de consultoria norte-americana, Moro produziu um parecer para a defesa do israelense Benjamin “Beny” Steinmetz, bilionário da mineração, que foi investigado pelo FBI e é alvo da justiça na Suíça, nos Estados Unidos e em Serra Leoa, na África, por suspeitas de corromper governantes, lavar dinheiro, sonegar impostos e violar direitos humanos e leis ambientais – e que já foi preso a mando das autoridades da Suíça e de Israel.

Despido da toga e navegando na seara da vida privada divulgada, ele deixa transparecer que nunca houve uma noção verdadeiramente republicana em sua atuação como juiz

A operação Lava Jato foi uma grande farsa, alimentada pela mentira sistemática, bem contada e publicamente representada, exibida como um grande espetáculo nos meios de comunicação.

A realidade que produziu, nutrida pelos discursos de ódio e negacionistas

da extrema direita em ascensão, criou uma realidade paralela de heróis que vão sendo desconstruídos à medida que suas máscaras caem.

Entre tantas revelações de práticas desviantes, ao longo dos anos de investigação pelos membros do Ministério Público na força tarefa e pelo próprio juiz, sempre houve evidências da busca de ganhos financeiros, como a criação de uma fundação para gerir dinheiro público e palestras dentro e fora do país.

O contraste que se alega nas ações atuais de Sérgio Moro não são reais. Na verdade, não há contrastes. O que se tem agora são as evidências de seu verdadeiro eu à luz do dia, em praça pública, onde em nome do Deus dinheiro não há espaço para camuflagens e representações de papéis moralistas.

Despido da toga e navegando na seara da vida privada divulgada, ele deixa transparecer que nunca houve uma noção verdadeiramente republicana em sua atuação como juiz. O que importa, de fato, são os interesses corporativos e os negócios mais lucrativos. Daí a ausência de constrangimento diante do conflito de interesses.

Moro está mais para o pato rico, cujo único verdadeiro valor, símbolo palpável de sua essência, é o ouro, não apenas a riqueza formal, mas tudo que ela proporciona: fama e poder.

Supõe-se que, em respaldo à essa revelação, para quem ainda se achava desinformado, é preciso fazer um *upgrade*

no apelido do ex-juiz, aparentemente em busca de seu Vale da Agonia Branca, o primeiro reinado do tio Patinhas, o personagem absurdamente rico e avarento dos desenhos em quadrinhos.

Afinal, marreco caberia bem para um pato pobre, como o Donald, comum e nunca vitorioso. Moro está mais para o pato rico, cujo único verdadeiro valor, símbolo palpável de sua essência, é o ouro, não apenas a riqueza formal, mas tudo que ela proporciona: fama e poder.

19. A LAVA JATO E A (FALTA DE) TRANSPARÊNCIA

09/12/2020

É preciso reconhecer que ninguém mais se espanta com revelações de ilegalidades, desvios e falcatruas quando relacionadas à operação Lava Jato. Já entramos naquele ponto em que o absurdo virou comum, e tudo é visto como “um museu de grandes novidades” como dizia o poeta Cazuya.

Após a confirmação da atuação ilegal do FBI em Curitiba e das tentativas de criar uma fundação com R\$ 2,5 bilhões da Petrobras pela turma da força-tarefa em Curitiba, fora todas as conversas de conluio com Sérgio Moro, o juiz que conduzia os processos, parecia que o fundo do poço havia chegado. Mas tudo indica que no fundo do poço tem um alçapão, como diz o jargão popular. E o braço de

Brasília da Lava Jato parece que gostou da ideia de gerir dinheiro público, usando operação de investigação para fazer negociata com o “nome fantasia” de Acordo de Leniência.

A Transparência Internacional, cujo nome agora soa como ironia, é a organização não governamental que trabalha divulgando dados de corrupção.

Em setembro de 2020 o portal Agência Pública divulgou uma série de mensagens trocadas entre o diretor-executivo da filial brasileira da entidade, Bruno Brandão, e o então coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, mostrando que ambos mantinham uma relação próxima e nada republicana, em que o procurador recorria ao dirigente da entidade para promover publicamente a operação e proteger sua imagem.

As conversas revelam, ainda, que a ONG teve acesso e palpitou na minuta do contrato assinado entre a força-tarefa e a Petrobras para a criação de uma fundação formada com dinheiro das multas recolhidas pela Petrobras, aquela que foi suspensa a pedido da procuradora-geral da República Raquel Dodge, e por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A ONG atuou nos últimos anos para defender publicamente a Lava Jato e seus protagonistas dentro e fora do Brasil, por meio de entrevistas, contatos com a imprensa e publicação de notas de apoio. O que fica evidente é que isso não se deu por convicção sobre os fatos, mas por uma relação estabelecida de forma

não transparente com os servidores públicos do sistema de justiça responsáveis pela condução das investigações.

A notícia mais recente envolvendo as relações entre a Transparência Internacional e a Lava Jato foi divulgada no último dia 7 de dezembro.

Foi com essa ONG que procuradores do braço da Lava Jato no Distrito Federal assinaram em 2017 um memorando que integravam as autodenominadas operações *greenfield*, *sepsis*, *cui bono* e *carne fraca* - que atingiram a holding J&F, controladora da JBS e de várias outras empresas - e levaram os executivos do grupo a fazerem um acordo de colaboração premiada e de leniência para a empresa. Por meio desse acordo a ONG Transparência Internacional auxiliaria a estruturação do sistema de governança e a criação de uma entidade "para atender à imposição de investimentos sociais" das obrigações impostas à J&F.

O depósito relacionado a esse acordo de leniência, no valor de R\$ 270 milhões, foi feito na última quinta-feira (3/12). A informação consta em um ofício do Procurador Geral da República à subprocuradora-geral da República coordenadora da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando que a quantia seja depositada no Fundo de Direitos Difusos ou revertidos em favor da União, divulgado pelo portal Conjur.

A Lava Jato como farsa já é lugar comum. Mas a degradação que vai se evidenciando a cada nova conduta que vem a público não deixa sequer a mais

ténue lembrança de dignidade de investigação minimamente séria.

A operação já pode ser considerada um dos maiores truques políticos da nossa história. Produziu danos irreparáveis à economia do país e ao Estado Democrático de Direito, atuando com uma forma de ilusionismo profissional. Prosperou pelo apoio da mídia e também pela manipulação dos demais poderes e órgãos de controle, em uma dinâmica que evitou que seus atos fossem de fato verificados e revistos, mesmo quando divulgados. Transformou-se em uma força política capaz de influenciar a produção legislativa e o resultado eleitoral.

A merecer uma metáfora, a história de membros da operação Lava Jato pode ser contada como a de Giges, o pastor da República de Platão, que ao se tornar invisível aos olhos da sociedade, sentiu-se livre para praticar todas as maldades e crimes em busca do poder. É o exato oposto da transparência, a camuflagem.

Trazer a lume todos os desvios e apresentar o que acontecia, verdadeiramente, nos bastidores da Lava Jato, mesmo quando pareçam já banais, é retirar-lhes o anel da invisibilidade do dedo e mostrar que não havia ali homens justos dispostos a combater a corrupção. Esse era apenas o engodo para sua imagem pública.

Ninguém combate a injustiça cometendo-a. O que fez com que os atores da operação Lava Jato buscassem a prática de toda sorte de desvios, supos-

tamente em nome da moral, foi o crescente acúmulo de poder e a certeza da impunidade. Edificados como ícones de moralidade pública, quando na verdade eram apenas homens e mulheres com suas personalidades e defeitos, entenderam que tudo podiam, porque “justificável”.

O que se tem agora é a ostensiva mostra dos interesses mais indecorosos a serem viabilizados com o uso dos instrumentos legais. E isso inclui, no caso de Curitiba, por evidente, não apenas os procuradores, mas o juiz que conduziu os processos, cujos interesses financeiros recentemente revelados impressionaram a sociedade, e cuja parcialidade, já totalmente escancarada, ainda não foi declarada pelo único órgão que pode e deve fazê-lo: o Supremo Tribunal Federal.

20. SPOOFING: O TIRO NO PÉ DE MORO E NO CORAÇÃO DA LAVA JATO

10/02/2021

“O mar da História é agitado!” A frase do poeta e dramaturgo russo Vladimir Maiakovski cai como uma luva nos acontecimentos mais recentes que envolvem as novas divulgações sobre o grande compadrio entre o então juiz Sérgio Moro e a turma do Ministério Público do Paraná, no curso da operação Lava Jato, enquanto brincavam de fingir investigar corrupção.

A chamada operação “Spoofing”, que nunca é demais lembrar, foi aberta a pedido de Moro enquanto ministro da Justiça para investigar a invasão dos celulares, cujos conteúdos mostram todas as armações entre ele e os procuradores da força-tarefa, resultou na prisão de quatro pessoas e na tentativa de enquadrar jornalistas. No entanto, terminou por se revelar um tiro no pé do ex-juiz e bem no coração da Lava Jato. A operação que determinou os rumos do país durante mais de seis anos, vendida como a maior operação anticorrupção do mundo, com o respaldo fundamental da mídia, e foi encerrada formalmente no último dia 1º de fevereiro.

Foi justamente nos autos da Ação Penal em curso na 10ª Vara Federal do Distrito Federal, que apura os supostos crimes investigados na “Spoofing”, que foram periciados pela Polícia Federal os áudios e textos, e confirmada a autenticidade das mensagens, a despeito dos autores das conversas vazadas ainda insistirem em não as reconhecer.

No afã de exercer seu poder de ministro de Estado, Moro não mensurou que terminaria por ajudar a produzir prova contra si mesmo e seus comparças, com a confirmação da veracidade das conversas havidas e da checagem dos atos combinados entre ele próprio e os procuradores, além de outros atores envolvidos.

Quanto aos conteúdos, difícil fingir surpresa em qualquer revelação sobre as combinações entre os atores. Ao

mesmo tempo em que o grau de promiscuidade é tamanho que torna impossível para qualquer cidadão ou cidadã não se indignar.

Nos novos diálogos fica cabalmente comprovado que aquelas horas de espetáculo midiático, no dia 14 de setembro de 2016, na apresentação do bizarro e infantil PowerPoint, não passavam de uma representação teatral. Muitos meses antes disso, o juiz que analisaria a denúncia já tinha conhecimento do teor dela, e teve que dar seu aval. Em uma das mensagens, trocadas em 16 de fevereiro de 2016, o então magistrado pergunta se os procuradores têm uma "denúncia sólida o suficiente". Em seguida, o então coordenador da força-tarefa da Lava Jato, o procurador Deltan Dallagnol, informa a ele linhas gerais do que os procuradores pretendiam apresentar contra Lula.

A forma como faziam a *lavagem de provas ilegais* com o conluio de autoridades estrangeiras, atuando clandestinamente no Brasil, também não é novidade. A força-tarefa recebia documentos e informações de autoridades estrangeiras fora dos trâmites legais. Quando eram considerados úteis, fazia o pedido internamente para validá-los, quando, de fato, já estavam sendo utilizados pelos procuradores. No caso da Suíça, seguia um jogo combinado. Os procuradores brasileiros eram avisados sobre quais informações as autoridades suíças possuíam, e então solicitavam exatamente aqueles dados.

Os diálogos também falam em reunião conjunta com suíços e norte-americanos, divisão de pagamento, destinação de dinheiro apreendido, uso do dinheiro apreendido em poder de Moro para campanha do Ministério Público.

Ironicamente, o termo "Spoofing", que tem origem no verbo *spoof* e significa enganar, fingir ou imitar, que faz alusão a burlar o acesso tecnológico de uma ou várias pessoas, deu nome a uma operação que jogou luz sobre fatos já narrados e denunciados, dessa vez sob a batuta do Poder Judiciário, que finalmente não pode mais calar-se ou fingir não saber.

Ao denunciar que seu celular e de várias autoridades foram clonados, Moro colocou-se na armadilha óbvia de assumir que as mensagens divulgadas são originárias dos aparelhos. Isso ou não haveria o crime de que acusa os hackers. Uma vez feita a perícia pela Polícia Federal, submetido a exames, nada mais há a considerar acerca da legitimidade e autenticidade dos textos e áudios.

Quando a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal confirmou no dia 9 de fevereiro de 2021 a decisão liminar do ministro Ricardo Lewandowski, nos autos da Reclamação Constitucional nº 43.007, deixando de conhecer os recursos internos feitos pelos membros da força-tarefa da Lava Jato, para que a defesa do ex-presidente Lula possa ter acesso aos conteúdos das conversas reveladas, deu um passo muito significativo, não apenas para reconhecer o direito de defesa de um cidadão que foi óbvia

e injustamente perseguido e condenado, mas para situar a dimensão de um problema que é muito maior, mais profundo e mais grave.

Servidores públicos do sistema de justiça criaram uma enorme farsa sob a insígnia do combate à corrupção. Construíram uma bolha interativa em que se relacionavam com espelhos, em reiterada perspectiva unilateral de se apresentarem como heróis. Perderam, no caminho, qualquer pudor, qualquer mínimo apego à cultura democrática que criou as bases dos princípios do devido processo legal constitucional.

A Lava Jato foi encerrada formalmente. A maior fraude jurídica da História, como afirmou o ministro Gilmar Mendes, já acabou. O que é necessário agora é matar as raízes venenosas sobre as quais floresceu.

Tornar públicos os nefastos diálogos que apontam a miséria de espírito e ausência de caráter dos procuradores da República e do juiz, no exercício de suas funções públicas, é uma parte importante. Passo seguinte é considerá-los como provas bastantes para, junto a tudo quanto já alegado antes, determinar a nulidade dos processos contra o ex-presidente Lula.

Isso não é causa de um homem, é causa de uma sociedade.

21. A LAVA JATO ACABOU?

16/09/2020

Na política não existe vácuo. Pois bem. Se o sistema de Justiça vem sendo usado politicamente para perseguir adversários, é coerente pontuar que a lacuna deixada pelo declínio da operação Lava Jato também será ocupada. Ou o mais provável é que já esteja sendo.

A luta intestina do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, por poder e controle, foi efetivamente deflagrada após a saída de Sérgio Moro do governo de Jair Bolsonaro, sendo, claramente, um espelho da disputa entre o presidente e o ex-juiz, os dois principais atores que, no campo da direita, polarizaram a opinião pública nos últimos anos sob o slogan do combate à corrupção, da luta de “bons contra os maus” e da criminalização da política.

Depois das revelações do portal *The Intercept Brasil* e seus parceiros, a partir de junho de 2019, as ações recentes de Augusto Aras contra a força-tarefa da Lava Jato foram o que de mais impactante concorreu para a fragilização da operação.

O procurador usou seu poder para fazer a exposição das vísceras de todas as ilegalidades cometidas pelos seus colegas de Curitiba, o que, sem sombra de dúvida, também atinge o juiz que conduzia a operação. A motivação de Aras, con-

tudo, está distante da busca de um modelo disruptivo, ou de reencontro com os princípios e práticas do devido processo legal constitucional. Ele tem lado e seu lado está no poder central do país.

Quando se fala em “fim” é preciso estabelecer uma diferenciação entre o que é a Lava Jato e o que configura o lavajatismo, ou entre a operação de investigação e o arquétipo de uso do sistema de justiça como arma política.

A operação, formalmente falando, pode ser encerrada com um ato administrativo do chefe da Procuradoria-geral da República. Augusto Aras renovou o prazo da Lava Jato até janeiro de 2021.

Não obstante, o formato do processamento pelo sistema jurídico de escândalo político midiático, real ou produzido, sobre os mesmos escolhidos não se exaure, qualquer que seja o destino dos inquéritos e processos de Curitiba, e dos quatro Estados onde a Lava Jato possui atuação.

No movimento de vaivém que encontra as contradições internas do sistema de justiça, a nulidade de sentenças de Sérgio Moro no Supremo Tribunal Federal teve início em agosto de 2019 com o caso de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras, como reconhecimento de que réus delatores não podem falar no mesmo tempo processual de réus delatados.

A saída de Moro do Ministério da Justiça foi a virada de chave para o au-

mento dos questionamentos de métodos feitos dentro do campo bolsonarista.

Recentemente, a saída de Deltan Dallagnol da coordenação da força-tarefa em Curitiba e o reconhecimento, pelo CNMP, de que ele cometeu desvio funcional, foram fatos que ocorreram poucos dias depois da Segunda Turma do STF anular a delação de Antônio Palocci na ação penal contra o ex-presidente Lula, ao fundamento de que colocara em xeque o ato judicial.

Precisamente no dia 2 de setembro, procuradores da Lava Jato em São Paulo pediram demissão coletiva por discordarem da nova coordenadora do grupo, Viviane de Oliveira Martinez, que havia sido nomeada por Aras. Tudo isso combinado acarretou a fala correta de que a Lava Jato acabou.

Na outra ponta, a ação de busca e apreensão ordenada pelo juiz federal Marcelo Bretas no dia 9 de setembro, no Rio de Janeiro, contra escritórios e residências de advogados, incluídos os da defesa do ex-presidente Lula, mostra que o sistema está disposto a resistir, mesmo que mude de mãos, desloque o espaço geográfico central e possa, eventualmente, trocar de nome.

Tratou-se de uma ação espetacular, feita no mesmo dia em que Bretas aceitou a denúncia de 504 páginas, com base na delação do ex-presidente da Fecomércio-RJ, Orlando Diniz, preso em fevereiro de 2018, conhecida há mais de um ano.

Traduzindo em termos práticos, pode ser que Curitiba deixe de ser o epicentro e os holofotes do processo penal do espetáculo se voltem para outros estados.

Por derradeiro, a denúncia divulgada na segunda-feira (14) pelo Ministério Público de Curitiba sobre as doações ao Instituto Lula, segue a lista de investigações, após o caso do Triplex e do sítio de Atibaia, e o modelo da cartilha.

Sem qualquer materialidade, prossegue na fundamentação habitual de que doações de origem lícitas e devidamente declaradas foram dissimuladas. Sem provas, mas convictos de que é preciso seguir no propósito de acusar e condenar seus inimigos.

O fato é que o modelo persecutório tornado famoso pela Lava Jato continua a existir e por dentro do *establishment*, o que obriga a uma resposta negativa à pergunta feita no título. A Lava Jato não morreu. A Lava Jato segue blindada no noticiário, com suas ações espetaculosas ganhando status de combate implacável à corrupção.

A Lava Jato pode ter “acabado” no formato que existia antes, com o protagonismo de determinados atores e em determinado lugar. Pode, ou não, mudar de nome. Mas o fato é que o lavajatismo, significando nesse caso um modelo de prática de *Lawfare* – o uso do sistema de justiça com intenções claramente políticas para perseguir pessoas anteriormente determinadas – permanece em plena atividade.

A Lava Jato – e isso é certo – sofreu fortes abalos e está hoje muito mais ligada ao grupo político de Jair Bolsonaro (sem partido) que ao de Sérgio Moro. O que não a torna, em hipótese alguma, mais próxima do campo da legalidade e da aplicação da justiça. O quanto disso poderá resultar em consequências favoráveis à correta aplicação do Direito e à revisão de julgados e procedimentos ainda é um processo em disputa.

22. BOLSONARO E A BANALIDADE DO MAL

17/02/2021

“Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra.”

(Hannah Arendt – Homens em Tempos Sombrios)

O conceito é bem conhecido até de quem leu pouco Hannah Arendt. Mal ou bem aplicado, e para além da polêmica de descrever o nazista Adolf Eichmann não como um monstro, mas como um burocrata medíocre, preocupado com suas rotinas e obrigações funcionais,

com pensamento de lugares comuns, a filósofa alemã contribuiu significativamente para nossos questionamentos sobre os sentidos que atribuímos ao mundo, e a evidência perturbadora do que podemos ser capazes de fazer ou de tolerar e tratar como normal ou trivial.

Em Eichmann, Arendt enxergava o indivíduo símbolo do coletivo de uma sociedade massificada que, incapaz de fazer julgamentos do que era humanitariamente correto, por ausência de reflexão, agia sem ponderar o sentido moral daquilo que estava executando. É quando o mal se tornava banal.

O autoritarismo populista de inspiração fascista de Jair Bolsonaro está presente na cena pública desde que ele faz parte dela. Suas entrevistas como um inexpressivo deputado federal já eram recheadas de comentários fundamentados em preconceito e discriminação de orientação sexual, gênero, raça e classe; em pregação de ódio e exaltação à tortura e violência.

Nos movimentos de vaivém executados em mais de dois anos de governo, os raros correspondem àqueles em que Bolsonaro pareceu ensaiar uma inflexão em favor de algum equilíbrio de respeito à democracia e às instituições, em nome da governabilidade. Correspondiam, de fato, à preocupação em proteger sua família e seu mandato. A regra é o destemperado, as ameaças, o deboche, o desprezo pelas vidas humanas perdidas, o estímulo a uma histeria coletiva em sua

base com propagação de Fake News, o negacionismo científico militante.

Desde que começou a questionar oficialmente o resultado eleitoral de 2018, uma luz vermelha deveria ter sido acesa para o que trama o presidente às sombras de seu mandato. Não é nada simples colocar em dúvida a eleição em que ele mesmo se sagrou vitorioso, por mero capricho de aventar que não deveria ter havido segundo turno. O intuito é colocar em dúvida a eficácia e licitude do próprio sistema eleitoral, com a pauta de voto impresso e alimentar, desde já, a desconfiança para o pleito seguinte, caso não seja vencedor.

A revelação da revista Piauí, em agosto passado, repercutida em outros veículos, de que Bolsonaro fez uma reunião com ministros militares no dia 22 de maio de 2020, com a decisão de intervir no Supremo Tribunal Federal (STF), após ser informado que o ministro Celso de Mello consultou a Procuradoria-Geral da República (PGR) para saber se deveria ou não determinar a apreensão de seu celular e de seu filho Carlos Bolsonaro, deveria ter feito soar todas as sirenes e projetado uma reação das instituições. A base jurídica para substituição dos 11 ministros da Corte, com suposta sustentação no art. 142, da Constituição Federal, ficaria a cargo dos ministros da Justiça, da Defesa e da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, Fernando Azevedo e José Levi, respectivamente.

Eu já refleti em artigo anterior que estamos em um tempo em que nós, ci-

dadãos crédulos em nossas instituições ou temerosos de afetar os generais no poder, assistimos ao processo de avanço do autoritarismo e a ameaça de golpe sem uma reação dos poderes constituídos. Até quando?

Na linha de ler os sinais preparatórios, Bolsonaro apoiou os motins de policiais, que chamou de greve, cujo exemplo emblemático ocorreu no Ceará, com tiros disparados contra o Senador da República, Cid Gomes. Desde o início do mandato, participa em média de uma solenidade de militares e policiais por mês, sejam formaturas ou cursos de capacitação.

Em paralelo, o governo vem produzindo uma série de normas, projetos de lei, decretos e portarias, para facilitar o acesso e aumentar o limite para aquisição de armas e munições. Na sexta-feira, 12 de fevereiro, véspera de Carnaval, Bolsonaro assinou quatro decretos com esse teor que entram em vigor em 60 dias. É a linha reta do que afirmou na reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020, que foi tornada pública em inquérito no STF: *“É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado. E que cada um faça, exerça o teu papel. Se exponha.”*

A relação tóxica que Bolsonaro possui com os veículos de comunicação, com direito a xingamentos impúblicáveis e constantes ameaças, ganhou na segunda-feira (15) um novo capítulo, quando o mandatário defendeu o aumento da tri-

butação das redes sociais no Brasil, em virtude das ações das plataformas contra notícias falsas disseminadas por ele e seus apoiadores. Afirmou, ainda, que "o certo é tirar de circulação" determinados veículos. Nem desenhando seria mais claro.

Se entender que suas chances eleitorais são insuficientes, Bolsonaro tentará o golpe. Os inimigos criados já estão dados: a imprensa, os “políticos corruptos”, o Supremo Tribunal Federal, a esquerda e a ameaça do comunismo internacional. Ele tem os generais no governo e cidadãos armados. Faltaria o que?

Na reflexão sobre a pertinência para pensar a *banalidade do mal* como dinâmica de comportamento de aceitação tácita de ensaios de práticas ditatoriais, vejo que o exercício de entendimento da adesão ao autoritarismo antidemocrático ocorre na normalidade das relações e no modelo do “normal”, que se apreende dos efeitos da estrutura, que por sua vez submete a sociedade à negação de seus direitos.

É necessário transformar o banal, retirá-lo de seu significado de pouco importante e improvável, e enxergar suas possibilidades reais, sem o que não poderemos enfrentá-lo. Dar nome ao que se torna cada dia mais evidente no desejo e na construção diuturna do presidente, em cada fala e cada gesto: golpe na democracia.

23. CONSTITUIÇÃO 32 ANOS

07/10/2020

Quando o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, proferiu, naquele 05 de outubro de 1988, o discurso histórico afirmando que estava proclamada a Constituição Cidadã, suas palavras não eram carregadas apenas de emoção e simbolismo. Eram representativas, de fato, de um texto que continha uma ampla lista de direitos civis, políticos, sociais e econômicos. A obra sintetizava uma etapa fundamental do processo de redemocratização do Brasil após 21 anos de ditadura civil-militar, que se concluiria com as eleições livres e diretas no ano seguinte.

Sob o ponto de vista político, a afirmação de ódio e nojo a qualquer ditadura e, sobretudo, a diferenciação entre Estado e sociedade, fizeram com que aquele enunciado fosse ontológico. Não é o Estado que promove mudanças, é a sociedade, diria o deputado de forma emocionada. *“O Estado prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram. Foi a sociedade mobilizada nos colossais comícios das Diretas Já que pela transição e pela mudança derrotou o Estado usurpador.”*

O que não teria como prever o “Doutor Ulysses”, provavelmente, é que

a luta pela manutenção e implementação do texto constitucional se daria de forma tão intensa já no dia seguinte à sua promulgação. Menos ainda que, ao completar 32 anos, a Constituição teria sido emendada 108 vezes e, em alguns casos, de forma tão profunda a ponto de ser a antítese da vontade do legislador, ou melhor, da sociedade. Tampouco se poderia apostar que estaríamos, após apenas três décadas, não apenas debatendo o significado, mas a importância e manutenção de princípios do Estado democrático de direito que são conquistas civilizatórias, como a liberdade de expressão e de manifestação, bem assim o fascismo, a apologia à ditadura e seus próceres.

O pacto republicano que permitiu a “Constituição Cidadã” foi rompido em 2016, com o impeachment da presidenta eleita, feito por decisão política da maioria parlamentar, a despeito da inexistência de crimes de responsabilidade. A condução do processo por setores, segmentos e partidos que antes haviam se comprometido com a redemocratização do país; costurado com a votação das “pautas bombas”, que desestabilizaram o governo e jogaram o país em uma crise sem precedentes; somadas ao patrocínio e corroboração com as manifestações de rua de caráter antidemocrático, xenóforas, misóginas, profundamente agressivas, criaram os germes do que hoje se tem como “normal”: a defesa do indefensável em termos de liberdades e do que é moral e politicamente correto, a ponto de se atacar, intimidar, constranger e in-

investigar quem se coloca como militante antifascista.

O texto constitucional está em disputa hoje, como desde sua promulgação. Contudo, precisamos reconhecer que estamos perdendo essa guerra há algum tempo.

Nascida como um documento de cunho humanista, com a vontade de construção de um projeto de sociedade com princípios escorados nas regras democráticas, no reconhecimento da diversidade política, social e cultural do Estado como guardião dos direitos individuais e sociais, do patrimônio histórico e cultural e promotor do desenvolvimento inclusivo e igualitário, a Constituição Federal de 1988 foi sendo alterada, fatiada e até negada, por decisões que representam interesses políticos de grupos e que se ligam, inexoravelmente, a uma ascensão do populismo autoritário de direita.

Nossa derrota, em parte significativa das batalhas, se deve, a meu sentir, à principal escolha feita de nossa "arma": a *judicialização da política*. O que se traduz em pedir ao Poder Judiciário as respostas para as disputas sobre a interpretação, validade, vigência e força normativa dos direitos e conquistas.

Ao escolher a judicialização como principal palco, indicamos não compreender – e é preciso reconhecer que vários teóricos e constitucionalistas, como o professor Pedro Serrano da PUC/SP, fazem essa abordagem – que o Poder Judiciário é um dos principais agentes do Estado de exceção, que atua como um

"garantidor de direitos" até onde há uma aceitação razoável da elite e da mídia. Um liberalismo em termos. E quase em regra age para cancelar o arbítrio e garantir a manutenção de privilégios.

Não se está tratando apenas, bom que fique esclarecido, do que se refere à criminalização da política, mas de como o Judiciário age sobre a sociedade em geral, como consolida as ações policiais e do Ministério Público, por exemplo, encarcerando cerca de 40% das pessoas com ordens cautelares, sem julgamento definitivo. Ao verificarmos o recorte de raça, gênero, etário e de renda de quem ocupa nossas prisões, temos a certeza de que há método nas escolhas, já que nenhuma seletividade é feita ao acaso.

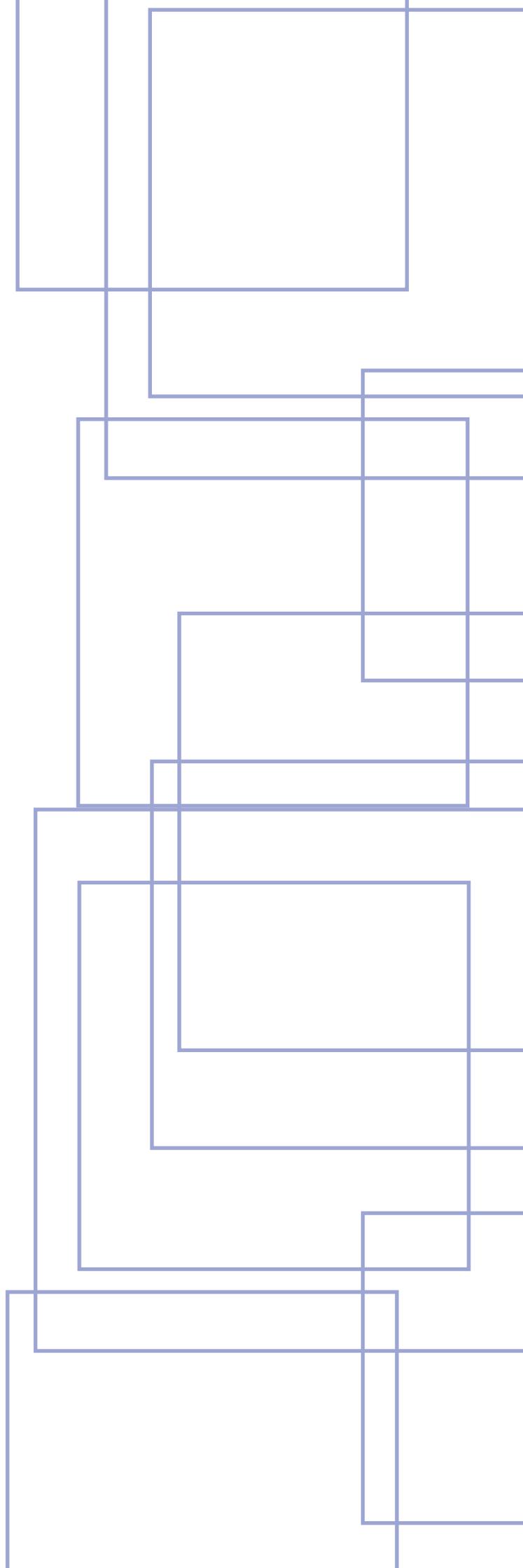
Ao mesmo tempo, desde seu conteúdo fundante, a Constituição ainda materializa, em sentido contraditório, o processo de desenvolvimento concentrador de riqueza e poder, e subordinado à acumulação capitalista em escala global. Disso decorre a presença do direito de propriedade como fundamental, no caput do art. 5º da Carta, ao lado do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

Some-se a tanto a permanência de elementos autoritários e conservadores impressos na própria estrutura do Estado, a dimensão outorgada aos órgãos do sistema de Justiça, com ênfase na concentração de atribuições dadas ao Supremo Tribunal Federal, que confere sustentação jurídica ao processo disfuncional que chamamos de *ativismo judi-*

cial, com ações emanadas de magistrados e tribunais que adentram a esfera de outros poderes, interferindo no processo legislativo, no controle de atos administrativos vinculados, nas competências fiscalizatórias e na soberania.

A conclusão, após 32 anos, é que a Constituição Federal brasileira, com todas as suas contradições, permanece como mecanismo de luta para a busca de manutenção e expansão da integralidade dos direitos humanos, econômicos, sociais, civis, políticos, culturais e ambientais, os promulgados e os que nunca se efetivaram. Contudo, o texto cru daquele livro, já tanto adulterado, que ainda defendemos com enorme veemência diante dos arbítrios e desmontes, precisa de revisões profundas, inclusive para rever alterações feitas que são a negativa de suas premissas. Alterações constitucionais de fundo não podem mais ser apenas um discurso, são uma exigência democrática.

Ao mesmo tempo, a Constituição nada significa para a efetivação dos direitos sem que a luta social garanta as bases materiais e as condições políticas para sua consecução. São elas que precisam ser repensadas e reconstruídas.



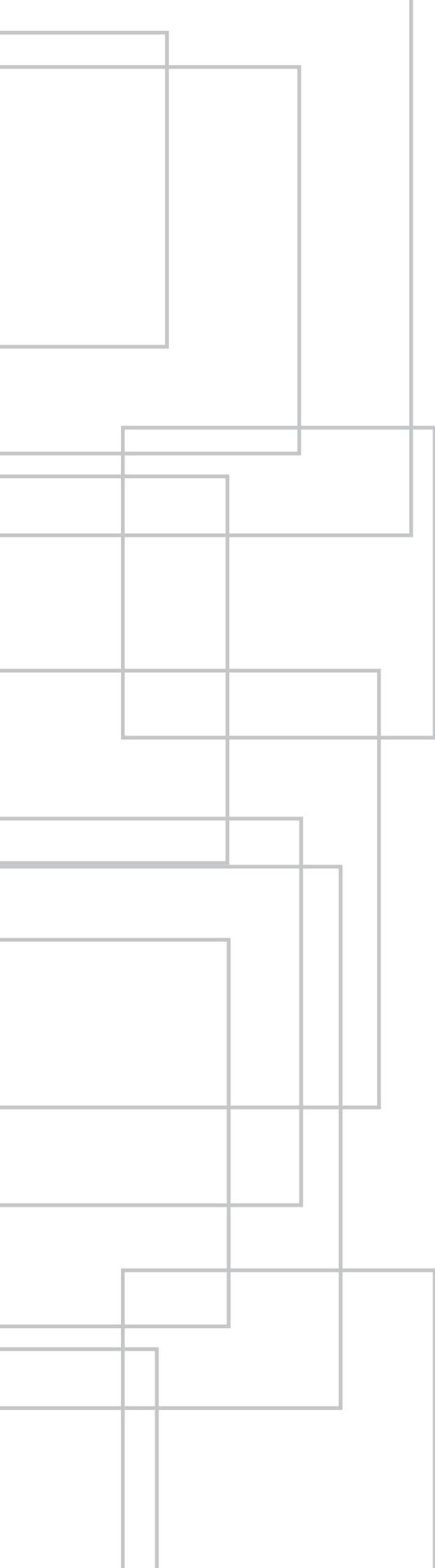
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Luis Felipe Miguel

RUMO AO ABISMO- E DEPOIS:
O BRASIL DO GOLPE A
BOLSONARO

8



Luis Felipe Miguel é professor da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), e pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de Democracia e representação: territórios em disputa (Editora Unesp, 2014), Consenso e conflito na democracia contemporânea (Editora Unesp, 2017), Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória (Boitempo, 2018) e O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016 (Expressão Popular, 2019).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	546
1. O QUE ESTAMOS PERDENDO	547
2. O GOLPE E A DIVISÃO DE PODERES	550
3. O COLAPSO DA DEMOCRACIA	552
4. A DITADURA EM CONSTRUÇÃO	556
5. PARA ENTENDER O GOLPE	558
6. A OFENSIVA DO CAPITAL	565
7. TRANSIÇÃO À DITADURA	568
8. LULA NÃO PODE SER A NORMALIZAÇÃO	573
9. UM ESTADO POLICIAL NASCE EM CURITIBA	575
10. O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL	577
11. POSSIBILISMO NÃO É REALISMO	581
12. DEPOIS DO ABISMO	584
13. PENSAR TAMBÉM TEM LADO	587
14. A PONTA DE LANÇA DA LUTA DE CLASSES	589
15. POR UM LULISMO VIRADO À ESQUERDA	594
16. ENTRE O FASCISMO E NÓS, SÓ HÁ NÓS	597
17. A EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO PLURALISTA	599
18. OS TRENS NÃO VÃO SAIR NO HORÁRIO	601
19. O OLAVO DO MERCADO	603
20. CONSPIRAÇÃO LAVA JATO	605
21. OS ISENTÕES TOMAM A FRENTE DO GOLPE	606
22. PUNITIVISMO, ANTIPOLÍTICA E AVANÇO DA DIREITA	609

23.	O QUE FAZER COM UMA NINHADA DE CAMUNDONGOS?	611
24.	AINDA 2013	613
25.	A ESQUERDA EM CRISE DIANTE DA CRISE	614
26.	A ANOMIA RELATIVA DO ESTADO	617
27.	A ESQUERDA QUE ABRIU MÃO DA CRÍTICA	619
28.	UM DEFUNTO SEM VELA	624
29.	DAS ELEIÇÕES DE 2020 ÀS DE 2022	627
30.	ROTA BLOQUEADA	629

INTRODUÇÃO

Numa tirinha da *Mafalda*, Felipe lê a inscrição no pedestal de uma estátua, que descreve o homenageado como “lutador incansável” – e desdenha, afinal difícil mesmo é “estar cansado e continuar lutando”. Essa é a sensação do momento, a de uma fadiga enorme e de uma força de vontade que precisa ser ainda maior para não abandonar uma batalha em que a única vitória que se almeja é não recuar mais.

Os escritos aqui reunidos são reações à rápida deterioração da democracia e do Estado social no Brasil dos últimos anos. Quando a direita decidiu que não aceitaria a derrota nas eleições presidenciais de 2014, rompeu-se o frágil consenso sobre as “regras do jogo” que sustentava o experimento de vida constitucional inaugurado em 1988. Ao golpe desferido contra Dilma Rousseff, seguiram-se o rápido desmonte dos direitos e garantias liberais, com a escalada da repressão e interdição ao debate público, e a adoção de políticas voltadas à concentração da renda, vulnerabilização das populações mais pobres, desproteção ao trabalho e entrega do patrimônio nacional a grupos privados, em grande parte estrangeiros – tudo isso já no governo Temer.

A criminalização da esquerda culminou na prisão arbitrária do ex-presidente Lula, com o intuito evidente de impedi-lo não apenas de se candidatar, mas de participar da campanha eleitoral de 2018. Tingido de ilegitimidade já por

essa arbitrariedade, para a qual não faltou sequer a pressão explícita da cúpula militar, o pleito foi também marcado por uma agressiva campanha de desinformação. As redes de difusão de *fake news*, alimentadas por financiamento irregular de campanha, faziam dobradinha com a mídia corporativa, cujo viés estava exacerbado, e também com agentes do próprio Estado – um exemplo cristalino foi a decisão do juiz Sérgio Moro de divulgar a delação premiada do ex-ministro Antônio Palocci, logo desmascarada como falsa, poucos dias antes da votação.

Quando os candidatos preferidos pelos líderes do golpe, como Geraldo Alckmin, fracassaram, não houve hesitação – abraçaram a candidatura de um saudoso da ditadura militar, a quem notoriamente faltavam qualificações políticas, morais e intelectuais para ocupar a presidência. Estava claro que o objetivo central, vetar a presença do campo popular como interlocutor do debate público, tinha que ser alcançado a qualquer preço. Os crimes de responsabilidade se sucedem a cada dia e o boicote às medidas de contenção da pandemia está levando a milhares de mortes, mas a burguesia e a elite política tradicional preferem continuar convivendo com Bolsonaro.

Como disse a escritora espanhola Belén Gopegui, em seu belo romance *El comité de la noche*, “estão nos roubando os dias, um a um”. O romance fala de pessoas que, na Europa, tentam impedir a legalização do comércio de plasma sanguíneo – uma Europa em que, a leste

ou oeste, a decadência dos serviços públicos e a ampliação do império do mercado fragilizam a vida das pessoas. A luta das personagens do livro é para garantir limites ao desmonte do Estado de bem-estar, assim como aqui, no momento, parece que não aspiramos a mais do que reduzir os danos de tantos retrocessos. “No capitalismo” (e aqui cito outra frase do livro de Gopegui), “o dinheiro não é um meio de troca, é violência”. É essa violência que coloniza cada vez mais os diferentes espaços da vida social e é contra ela que, mesmo cansados, é preciso continuar lutando.

Os textos foram publicados em páginas da internet como *Jornal GGN, Justificando, A Terra É Redonda, O Blog do Demodê, Blog da Boitempo*; um deles saiu no jornal *Le Monde Diplomatique*. O primeiro é de 2016; o último, de 2021. Aparecem aqui praticamente sem alterações – apenas corte de uma ou outra repetição, uma breve contextualização quando necessário. Agradeço a Regina Dalcastagnè, que me ajudou a escolher e revisar os artigos.

Não costumo ser considerado otimista, mas revisá-los me fez ver que, quase sempre, o desenrolar da história foi pior do que as piores previsões... Sinal de que será preciso muita luta e muita inteligência política para reverter o cenário em que nos encontramos. Com uma certeza nos guiando: **a democracia não é um projeto que agrade as nossas classes dominantes. Para que a reencontremos, é preciso garantir a**

organização e a mobilização dos dominados.

Brasília, fevereiro de 2021.

1. O QUE ESTAMOS PERDENDO

Conforme o segundo mandato de Dilma avançava, ficava mais difícil ter ânimo para defendê-lo. Mas o golpe não era contra um governo que se rendera ao programa de seus adversários – era contra a democracia e o progresso social.

12 de abril de 2016.

No debate político atual, as posições se dividem (no campo da esquerda, mas, sinceramente, a direita tem contribuído com muito pouco que mereça ser ouvido) entre aqueles que, mesmo reconhecendo os limites, louvam o que os governos do PT fizeram e aqueles que, ainda que admitindo os avanços, focam sobretudo naquilo a que os governos petistas se acomodaram ou deixaram de enfrentar. Eu mesmo sempre me inclinei mais para esta segunda posição.

A opção preferencial do PT pelo pragmatismo fez com que ele abandonasse o compromisso original com uma nova forma de fazer política e aderisse às regras do jogo tal como sempre foi jogado. Algo que é visível já na participação nas eleições, com a desidratação do discurso e a rendição ao marketing político

mais rasteiro. Se o PT dos anos 1980 e, em menor medida, dos anos 1990 apostava na campanha eleitoral como um momento de educação política, contrapondo-se às visões hegemônicas e buscando explicitar os reais interesses em conflito, depois disso ele se limitou aos mesmos truques publicitários de seus adversários e à construção da imagem de seus candidatos.

Isso foi parte do processo de transformação do PT num partido eleitoral, que passava a apostar todas as suas fichas na vitória das urnas, longe do projeto inicial de ser a voz dos movimentos populares e de construir a transformação social partindo de fora da política institucional. Como consequência quase inevitável deste passo, o partido reduziu sua democracia interna e encaminhou suas lideranças para projetos cada vez mais personalistas.

Para jogar o mesmo jogo das elites políticas tradicionais, era necessário dispor dos mesmos recursos que elas – e o PT entrou nos esquemas do financiamento privado de campanha, com os desdobramentos que agora vemos. E entrou também na lógica das alianças eleitorais movidas exclusivamente pelo horizonte da divisão dos cargos de governo, sem nenhuma convergência programática, algo que os partidos brasileiros sempre fizeram sem grande escândalo (já que havia pouca solidez programática para ser convergida), mas que no caso do PT implicou um sério rebaixamento de seu projeto.

O problema não é a repulsa moral pelos novos parceiros, uma preocupação que está aquém da política – atividade pouco apropriada para santos, até porque em geral eles terminam se mostrando de pau oco. O problema é que financiadores de campanha, partidos aliados e apoios comprados no Congresso cobram a fatura, seja diretamente, em moeda sonante (o que levou o partido a compactuar com a corrupção que sempre reinou no Estado brasileiro), seja em termos das políticas que podem ser adotadas.

A fim de convencer esse conjunto de interesses de que estava mesmo disposto a cumprir sua parte nos acordos firmados, o PT trabalhou, a partir do primeiro governo Lula, no sentido de retirar capacidade de pressão dos movimentos sociais que o apoiavam. Com isso, acalmava o capital e as elites tradicionais, neutralizando em grande medida os setores que poderiam exigir mudanças. As consequências desta opção parecem bem claras no momento atual.

Tudo isso fez com que os governos petistas fossem bem diferentes daquilo que se poderia imaginar que seria um governo Lula, caso tivesse vencido a eleição em 1989. O partido era diferente: muitas lideranças, embora nem todas, mudaram de horizontes no curso da virada pragmática e, ao mesmo tempo, agregou-se uma boa quantidade de oportunistas e pilantras, da qual o senador Delcídio do Amaral foi apenas o maior exemplo. E, sobretudo, o partido atuava num contexto diferente, aceitan-

do conscientemente limitações muito severas às suas políticas.

O impacto deste cenário foi diferente nos diversos campos de ação governamental. Algumas políticas prioritárias, como o combate à miséria ou o aumento do poder aquisitivo do salário mínimo, foram implementadas. Alguns limites nunca foram desafiados, como o pagamento da dívida interna. Em algumas áreas, como os direitos reprodutivos, o combate à homofobia e a democratização da mídia, estabeleceu-se um padrão de iniciativa governamental, ameaças dos setores conservadores e recuo. E o pior registro dos governos petistas aparece naqueles setores em que as preocupações mais progressistas encontravam pouca ressonância no próprio centro do Poder Executivo: a política ambiental serve de exemplo.

É possível dizer que os governos petistas ficaram muito aquém de uma plataforma de esquerda consequente. Venderam a ilusão da superação do conflito, que sempre foi uma das marcas do discurso conservador. Aderiram à noção de que era possível transformar o Brasil sem enfrentar as desigualdades estruturais. Julgaram que o único horizonte para a classe trabalhadora era o acesso a mais consumo e que a inclusão necessária era a inclusão no mercado. Apostaram na manutenção da institucionalidade vigente, limitando-se a adendos pontuais e periféricos na forma de conselhos e conferências. E, enfim, avaliaram mal as potencialidades desta estratégia, acreditando que a via da conciliação gera-

ria compromissos sólidos por parte dos grupos dominantes, permitindo uma mudança social que pagava o preço de ser moderada e insuficiente para ganhar a garantia de que seria inconteste e permanente.

Não é. A reação que vemos hoje, com o sério risco de triunfar em breve, é contra muito mais do que Dilma. Não é difícil perceber. Basta ouvir o discurso do relator do *impeachment*, em que os supostos crimes de responsabilidade da presidente são meros coadjuvantes. Basta ouvir a advogada do pedido, enquadrando a situação como a luta do bem contra as cobras aladas do mal. Basta ver as faixas nas manifestações – contra os direitos das mulheres, contra as cotas, contra Paulo Freire e o pensamento crítico. Basta lembrar dos líderes do MBL esquecendo do *impeachment* por um momento para fazer *lobby* contra a taxaço das grandes fortunas. Basta ver o que quer o pato da Fiesp: menos direitos trabalhistas, carga tributária menos progressiva. Basta ver a plataforma eleitoral de Temer ou, ainda, ler as entrevistas do ícone de toda a oposição, Armínio Fraga, que fala candidamente que é necessário comprimir salários, expandir o desemprego, ampliar os benefícios do patronato e rifar todas as empresas públicas. Há quem diga que é uma franqueza suicida, mas não é. Fraga sabe a qual público está se dirigindo.

Seja para os fundamentalistas bíblicos, seja para os fundamentalistas do mercado, o mal a ser debelado é todo o avanço ou potencial de avanço que

tivemos nos últimos anos. São as mudanças materiais e culturais visíveis no Brasil, apesar de todos os limites. São os direitos das empregadas domésticas, é a democratização do acesso ao ensino superior, é a expansão da universidade pública, são as políticas de melhoria do atendimento universal de saúde, é a ampliação da discussão sobre gênero e sobre racismo, são as mulheres, os negros, as lésbicas, *gays* e travestis, os povos indígenas, as populações da periferia erguendo a cabeça e recusando sua posição subordinada de sempre.

O governo Dilma não se encontra ameaçado pelos erros e vacilos dela e de Lula. O que mobiliza a direita são seus acertos. Aqueles que tramam o golpe desejam é o retrocesso a jato, é avançar rapidamente na retirada de direitos dos trabalhadores e na alienação do patrimônio nacional, bloquear definitivamente qualquer progresso possível para mulheres, para a comunidade LGBT, para os negros e os indígenas, remover o pouco de bagunça que foi introduzido nas nossas hierarquias sociais. Querem fazer aqui o que Macri está fazendo na Argentina, mas como não tiveram e, tudo indica, continuam não tendo competência para chegar ao poder pelo voto, veem no golpe sua chance de ouro.

O avanço da usurpação do poder, em curso, recoloca a disputa política em patamar inferior – não apenas àquele dos governos do PT, mas de toda a época da redemocratização. Na fase áurea do que chamou de “lulismo”, André Singer julgava que estávamos construindo um novo

consenso sobre as políticas de combate à pobreza extrema, que seriam incontornáveis para qualquer partido que almejasse o poder. Infelizmente, os fatos hoje o contradizem. A direita assume um discurso radical e o que vemos é a erosão de outros consensos mínimos, antes dados como garantidos: a ideia de que o poder deve ser conquistado pelo voto, a ideia de que um país menos desigual seria melhor. Estamos perdendo um terreno duramente conquistado para o embate de projetos políticos. E mesmo que o golpe seja barrado, será uma batalha árdua reconquistar o terreno perdido.

2. O GOLPE E A DIVISÃO DE PODERES

Com a derrubada de Dilma já claramente desenhada, ainda havia quem confiasse nas “instituições”. Sim, as instituições funcionam – a questão é saber a favor de quem.

26 de abril de 2016.

Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu, fez uma ponta na crise brasileira em abril do ano passado. Numa das manifestações da direita, um integralista ensandecido pregou contra a divisão de poderes (e contra o sufrágio universal), bradando: “Montesquieu, vai tomar no cu!”

O problema, imagino, é que a divisão de poderes parecia a ele um antepa-

ro de proteção da legalidade. Mas hoje, com o legislativo a serviço dos golpistas e o judiciário inerte, quando não cúmplice, cabe perguntar o que deu errado. Vale a pena revisitar, agora de forma mais respeitosa, o sábio francês.

Montesquieu é visto como o pai da separação de poderes, mas, de fato, sua visão é bem mais complexa. Para ele, o impedimento da tirania repousava antes na *sobreposição* de instituições que exerciam o poder legislativo, que ele julgava, acompanhando o pensamento de sua época, que era a sede da soberania. O parlamento bicameral e o poder de veto real garantiam que cada uma das três potências (*puissances*) da sociedade – povo, nobreza e rei – tivesse capacidade de impedir a adoção de políticas que contrariassem seus interesses. Qualquer lei, para ser adotada, precisaria da anuência de todas as três potências.

É evidente o caráter conservador do arranjo: na ausência do consenso entre rei, nobreza e povo, permanece o status quo. Como observou Louis Althusser, no belo livro que dedicou ao tema (*Montesquieu, la politique et l'histoire*), aqui, uma vez mais, o autor *d'O espírito das leis* revela sua posição favorável à aristocracia, concedendo esse poder de veto a uma classe decadente, que assim garantiria seus privilégios tanto contra o rei quanto contra o povo.

De fato, nossa divisão de poderes descende, muito mais do que de Montesquieu, da Constituição estadunidense, que inspirou também nosso

presidencialismo e nosso federalismo. A principal fundamentação doutrinária da Constituição foi feita *a posteriori*, nos escritos federalistas, produzidos para defendê-la nos plebiscitos que a ratificaram. O objetivo da separação de poderes é criar um sistema de freios e contrapesos, baseado na máxima *humeana* de que “só o poder controla o poder”. O executivo, o judiciário e as duas casas do legislativo, cada qual com seu fundamento próprio de legitimidade, deteriam recursos de poder suficientes para impedir a tirania de um deles. O motor é o interesse individual de cada um dos integrantes dos poderes; trata-se, como disse James Madison no *Federalista* nº 51, de “fazer com que a ambição se contraponha à ambição”.

A engenharia institucional da Constituição dos Estados Unidos é muito mais sofisticada do que a de Montesquieu. Mas sua sociologia é muito mais primária. Enquanto para o pensador francês nós temos forças sociais em conflito, os constituintes estadunidenses pensavam sobretudo em termos de ambições individuais.

Por isso, mais ainda do que em Montesquieu, a doutrina federalista toma como pressuposto a neutralidade do Estado. Mas, quando se leva em conta seu caráter de classe, a separação de poderes ganha outro entendimento. Ela opera, sim, cotidianamente como forma de evitar abusos e prevenir a tentação de um despotismo pessoal. Nos momentos de crise, porém, funciona como mecanismo de impedimento da mudança.

Ocorre o deslocamento do centro do poder – por exemplo, do executivo para o legislativo, deste para o judiciário e daí, por vezes, para as forças armadas. Como já observava Nicos Poulantzas, em *L'État, le pouvoir, le socialisme*:

“A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide, na qual bastaria ocupar o topo a fim de assegurar seu controle. Há mais: a organização institucional do Estado permite que a burguesia transfira o papel dominante de um aparelho a outro, no caso de que a esquerda, ocupando o governo, consiga controlar o aparelho que até então desempenhava o papel dominante. Dito de outra maneira, esta organização do Estado burguês permite que ele funcione por meio de transferências e deslocamentos sucessivos, permitindo a mudança do poder da burguesia de um aparelho a outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico”.

O que chama a atenção, no caso brasileiro, é a estreitíssima margem de tolerância com que nossa classe dominante trabalha. Uma década de reformismo tímido já foi demais.

A esperança numa intervenção salvadora do Supremo Tribunal Federal é, assim, uma esperança desesperançada. O PT apostou todas as suas fichas na moderação de suas políticas redistributivas, na conciliação com os adversários e na permanência das regras do jogo. Tomou até o cuidado de garantir que seus líderes maiores ficassem intocados pela corrupção, como demonstram os

certificados de probidade que a Lava Jato vem emitindo para Lula e Dilma. Possui uma base eleitoral sólida, formada em grande medida por beneficiários das políticas compensatórias, que se exprime na presença de um forte contingente de opositores ao *impeachment* (apesar do massacre midiático que já dura anos), do rechaço generalizado às políticas de ajuste e à liderança de Lula nas pesquisas de intenção de voto.

Em larga medida, no entanto, essa base só sabe se expressar eleitoralmente. Os movimentos organizados foram, em grande parte, desmobilizados pelo próprio PT no governo, em seu afã de se revelar como o garantidor da “paz social”. É por isso que, hoje, a reação popular ao golpe ainda mostra capacidade de pressão muito inferior ao que seria necessário para começar a barrá-lo.

3. O COLAPSO DA DEMOCRACIA

Em sessão vergonhosa, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment contra Dilma – que no mês seguinte seria afastada do cargo pelo Senado. Um golpe contra a presidente, mas, sobretudo, contra a democracia.

6 de maio de 2016.

A derrota de 17 de abril, na Câmara dos Deputados, foi mais do que a sentença de morte para o governo Dilma

Rousseff, o triunfo do banditismo político ou a desmoralização final da elite parlamentar brasileira. Representou o término da ilusão de que o sistema político em vigor no país pode receber o título de “democracia”.

“Democracia” é um conceito em disputa. À esquerda, costumamos exigir um regime que conceda maior autoridade efetiva às pessoas comuns, que realize de maneira mais plena o ideal normativo da igualdade política. Também entendemos que há um vínculo forte entre as condições materiais de vida e a possibilidade de ação política efetiva. E questionamos o insulamento das práticas democráticas a um espaço social restrito, observando como não há democracia efetiva se não são desafiadas as hierarquias presentes nos locais de trabalho ou na esfera doméstica. Em suma, tendemos a colocar aspas ou adjetivos na democracia (limitada, restrita, formal) que vigora na maior parte do mundo ocidental.

Para o pensamento mais conservador, tais limites são inevitáveis ou mesmo necessários. A democracia é sobretudo um procedimento de legitimação da autoridade política, por meio do voto popular. Em algumas narrativas, como a de Anthony Downs, a necessidade de obtenção da maioria eleitoral garante automaticamente que os mandatários serão fiéis cumpridores da vontade popular. Em outras, como a de Giovanni Sartori, o modelo permite que a elite política controle o governo com competência sem se independentizar do restante da so-

cidade. E em outras ainda, como a de Joseph Schumpeter, tudo não passa de um ritual desprovido de outro significado além da obtenção do consentimento dos governados e, portanto, da redução dos custos da dominação.

Mesmo nessa visão minimalista, a democracia exige isso: o consentimento dos governados por meio do voto. Podemos partir disso e querer mais ou julgar que esse procedimento esgota a possibilidade da própria democracia, mas ele está sempre presente. É isso que está sendo abandonado no Brasil. O impedimento da presidente da República, sem crime de responsabilidade claramente identificado, em afronta aberta às regras estabelecidas, marca a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder. Foi violado um dos requisitos básicos que um autor liberal, Robert Dahl, apresentou para a democracia eleitoral, o princípio da *intercambialidade*, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas.

Em suma: sob a presidência de Michel Temer, o regime político brasileiro perde o direito de ser chamado de “democrático”, mesmo na compreensão menos exigente da palavra.

O que a conjuntura brasileira ilumina é o fato de que, mesmo limitada e indigna de seus ideais normativos mais elevados, a democracia incomoda às classes dominantes. Afinal, se o consentimento da maioria se torna condição

para o exercício do poder, pode ser que o interesse dessa maioria se faça ouvir também.

Os governos do PT foram muito ciosos dos limites que esse arranjo institucional impunha. Entenderam que era necessário muito cuidado ao mexer com os privilégios dos grupos mais poderosos; na verdade, eles deveriam ser acomodados, não afrontados. Ainda assim, algum limite foi ultrapassado, talvez porque o que o PT buscou promover foi uma acomodação, isto é, suas lideranças e suas bases precisariam ser incorporadas, de alguma forma. Mas a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal parece ir muito pouco além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, vá lá, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo. É possível identificar, então, um componente material e outro “simbólico” para a inconformidade com os governos petistas. A redução da miséria afeta uma vulnerabilidade social que é funcional para largos setores do capital. O quanto a pujança do “agronegócio”, por exemplo, não depende da oferta de mão de obra pauperizada no campo brasileiro? Uma redução continuada da miséria colocaria em risco tal situação. E já atingia as classes médias – que se tornaram a massa de manobra da direita –, privadas do trabalho doméstico a preço vil de que sempre desfrutaram no país.

O outro componente, que chamei de “simbólico”, não é, na verdade,

desprovido de materialidade. Os anos petistas foram acompanhados por uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça. As mulheres, os gays, lésbicas e travestis, os negros, os indígenas, as periferias: grupos em posição subalterna passaram a reivindicar cada vez mais o direito de falar com sua própria voz, a questionar sua exclusão de determinados espaços, a reagir à violência estrutural que os atinge. Políticas de governo apoiaram tais movimentos, desde as cotas nas universidades até o financiamento para a produção audiovisual dos subalternos. Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo incontestável; e perderam também a exclusividade na ocupação de posições de prestígio.

Para eles, o risco da democracia é esse: ela abre uma brecha para que se ouçam vozes silenciadas, para que o jogo das elites seja bagunçado. E, como o direito de voto e a norma formal da igualdade política obtêm grande força normativa, reverter a democracia é tarefa custosa. O golpe político, no Brasil, foi desferido a jato. Mas sua preparação levou anos, com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinados à disputa ideológica e pelos movimentos espontâneos *fakes* (como MBL ou Revoltados On Line) que foram financiados e treinados por fundações estadunidenses. Ainda assim, o desgaste é grande e são necessárias concessões, como mostra a recente imolação do deputado Eduardo Cunha diante da opinião pública.

Para nós, o risco é outro. A competição eleitoral, à qual se resume muitas vezes o componente democrático das sociedades liberais, funciona como uma espécie de buraco negro da disputa política, engolindo tudo o que existe à sua volta.

Nós sabemos que as condições da disputa eleitoral são adversas, dado o poder do dinheiro e da mídia e a inércia das hierarquias sociais. Sabemos, desde ao menos a obra de Pierre Bourdieu, que o campo político filtra as formas de discurso e ação, privilegiando as que se afastam daquelas próprias dos grupos dominados. Sabemos também, a partir da obra de Nicos Poulantzas, que o aparelho de Estado é programado para resistir a mudanças, deslocando o poder de veto de um de seus componentes para outro – por exemplo, do executivo para o legislativo, de uma casa do Congresso para outra, depois para o judiciário, enfim para as forças armadas – conforme necessário. Ainda assim, a cada quatro anos todas as energias e esperanças se concentram nas eleições.

A disputa eleitoral funciona, muitas vezes, como solução para reconstruir a dominação ameaçada por práticas contestatórias. A crise de legitimidade da Argentina em 2001, aquela do bordão *que se vayan todos*, deságua nas eleições de 2003. Muitos grupos envolvidos em ações políticas populares inovadoras, como *asambleas barriales* ou *cortes de ruta*, passam a privilegiar a disputa eleitoral. Elege-se um presidente reformista, Néstor Kirchner; uma dúzia de anos

depois, com a vitória de um projeto reacionário, não há mais quase nada da capacidade de resistência nas ruas que se via antes. Ou o caso da Espanha, em que a opção por transformar um movimento cidadão num partido eleitoral já mostra seus efeitos. A eleição promove a ilusão de que o conflito político se resolve num único dia e que, pelo mandato popular, se alcança algo, o “poder”, que, uma vez conquistado, permite que todos os problemas sejam solucionados.

Nunca dá certo, mas continuamos tentando. Dessa vez deu ruim, mas quem sabe da próxima... De fato, no século XVIII o velho Montesquieu já dizia que as eleições devem ser frequentes, para que o povo nunca perca a esperança de, um dia, escolher governantes que não sejam corruptos.

O sufrágio universal deslegitima simbolicamente formas mais ofensivas e eficazes de pressão das classes populares, como já anotava Albert Hirschman. E a democracia, ao se realizar em determinadas instituições, cristaliza uma forma de dominação. Com frequência, o pressuposto tácito da discussão é a ideia de que democracia e dominação são antípodas. Onde há democracia não pode haver dominação; logo, se estamos discutindo no contexto de um ordenamento político democrático, a categoria “dominação” se torna inútil. Mas qualquer institucionalidade institui seu próprio regime de dominação. Afinal, “relações democráticas ainda são relações de poder e como tal são continuamente recriadas”, como disse Barbara Cruikshank. Isto porque não

falamos de uma democracia em abstrato, mas de regimes concretos, que organizam formas de distribuição de poder, de atribuição de direitos e de regulação da intervenção política. São “tecnologias da cidadania”, que constituem e regulam comportamentos e que indicam que, como qualquer outra forma de governo, “a democracia tanto permite quanto constrange as possibilidades da ação política” – para ficar novamente com Cruikshank.

Esta institucionalidade concreta se manifesta numa sociedade também concreta, com suas assimetrias no controle de recursos. A ordem democrática não anula a efetividade da dominação que se estabelece em espaços considerados pré-políticos, como o mundo do trabalho e a esfera doméstica; pelo contrário, há uma forte tendência a que essas formas de dominação estejam espelhadas no âmbito da política. E se espelham também nos pressupostos que constroem a institucionalidade vigente.

Temer, na presidência, empossado definitivamente e com o beneplácito do Supremo Tribunal Federal, avançará o mais rápido que puder na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país – entrega das estatais, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva. Quando chegar 2018, provavelmente teremos eleições, como previsto. Talvez até ganhe um candidato

mais à esquerda, dada a incompetência crônica da direita brasileira para produzir uma opção viável. Parecerá que a democracia está restaurada. Mas o retrocesso desses anos não será apagado. E a tutela dos poderosos sobre a vontade expressa nas urnas terá sido reafirmada com enorme clareza.

Essa é a armadilha da democracia limitada que temos. Parece que a luta política deve ser sempre canalizada para as eleições. Mas se há algo que os últimos acontecimentos deixam claro é que não há transformação possível sem investimento na *luta extra-institucional*. O Estado capitalista não é neutro, nem sua lei, nem seus aparelhos. A pressão pela mudança pode até ingressar nele, introduzindo contradições, mas só tem condições de triunfar se estiver fortemente ancorada do lado de fora.

4. A DITADURA EM CONSTRUÇÃO

Ainda como interino, Michel Temer punha em marcha o projeto da coalizão de forças que deflagrou o golpe: arrocho nos trabalhadores e nos pobres. E destruição das regras democráticas.

2 de maio de 2016.

O que estamos presenciando, no Brasil, é o início de uma ditadura.

Há muita polêmica sobre o conceito de “democracia”, na teoria política. Mas há dois elementos básicos para que um regime político seja chamado de “democrático” – correntes mais exigentes julgam que são insuficientes, mas não prescindem dela. O primeiro é a autorização popular dos governantes, que se dá caracteristicamente por meio do voto. Isso foi revogado no dia 12 de maio, quando a presidente foi destituída do cargo sem base legal para tanto.

O outro elemento é a vigência da lei, acima do arbítrio dos governantes. A evidência clara de que isso também não existe mais foi a demissão do diretor-presidente da Empresa Brasileira de Comunicação, Ricardo Melo.

Não se tratou apenas da demissão de um jornalista respeitado (mesmo por quem discorda de suas opiniões progressistas) e da nomeação, em seu lugar, de alguém envolvido em escândalos de corrupção, sem trajetória profissional significativa e cujo principal item do currículo é ser homem de confiança do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Tampouco se tratou apenas de destruir a primeira tentativa séria de formar um sistema público, não governamental, de comunicação no Brasil. O ponto é que, ao demitir Melo, Michel Temer simplesmente atropelou uma lei em vigor no país – a lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a EBC e estabeleceu mandatos fixos para seus dirigentes, a fim exatamente de torná-los independentes do governo.

Agora, Temer diz que vai editar uma medida provisória para revogar a legislação sobre a EBC (além do mandato fixo, vai eliminar também o Conselho Curador, organismo que faz a emissora ser controlada pela sociedade civil). Mais uma vez, não se trata apenas de um paradoxo evidente – se uma MP qualquer pode abreviar o mandato previsto em lei, então o propósito da lei, gerar autonomia dos dirigentes da emissora, nunca se realiza. É o fato de que a demissão ocorreu antes da tal MP, isto é, sem sequer uma fachada de amparo legal. (Parece que o governo do usurpador não aguentaria mais alguns dias de jornalismo independente.)

Temos uma situação em que os donos do poder não se sentem constrangidos pela existência da legislação, simplesmente decidindo se e quando vão respeitá-la.

A percepção de que há uma ditadura sendo instalada é alimentada também pelas notícias, cada vez mais preocupantes, sobre o aumento do arbítrio do aparato repressivo do Estado, com prisões ou a intimidação pela polícia, por motivos políticos. Desde que a maré do golpe subiu, a violência policial com motivação política aumentou, dirigida contra estudantes, contra trabalhadoras e trabalhadores, contra professoras e professores, contra militantes de movimentos sociais.

Aumentam também as notícias de cerceamento da liberdade de expressão e manifestação, seguindo decisões dis-

cricionárias de juízes ou promotores. A proibição da discussão política em universidades e escolas e a mordada que se quer impor a estrangeiros com residência permanente – em desacordo evidente com o artigo 5º da Constituição Federal, que garante aos estrangeiros residentes no País o usufruto das mesmas liberdades dos nacionais – são claros indícios de um regime ditatorial. E isso se liga à passividade com que agentes do Estado têm contemplado agressões promovidas por grupos organizados contra os dissidentes, das quais as ações das milícias do MBL no Amazonas são apenas o exemplo mais chocante.

Unidos pela vontade comum de promover o retrocesso, os três poderes da República abrem mão do papel constitucional de supervisão mútua – com o beneplácito da mídia, o “quarto poder”, que comunga do mesmo propósito.

A ditadura em instalação convive com o Congresso aberto, mas com esforço notável para, dentro dele, silenciar as vozes dissidentes. Eleições permanecem e provavelmente permanecerão, mas com os partidos à esquerda sob cerco e condições de disputa cada vez mais desiguais. As liberdades democráticas não serão revogadas formalmente, mas terão cada vez mais dificuldade para se impor. Com a lei “antiterrorismo” já em vigor – lembrete perene dos graves limites da experiência do governo petista – e as novas regras repressoras em gestação (proibição da crítica na internet, mordada nas escolas), a criminalização dos

movimentos sociais e da esquerda pode virar política de Estado.

A resistência nas ruas é, mais do que nunca, necessária. Quanto mais passos forem dados na direção da ditadura, mais difícil será revertê-la.

5. PARA ENTENDER O GOLPE

A Ciência Política brasileira via uma “democracia em consolidação”. O golpe de 2016 mostrou que seus modelos de análise eram restritos e equivocados.

1º de setembro de 2016.

Não é exagero dizer que o golpe de 2016, que encerrou a experiência democrática iniciada no Brasil a partir de 1985, pegou todo mundo de surpresa. Muitos podiam reclamar dos limites da democracia brasileira, ainda insuficientemente inclusiva, com um eleitorado imaturo, atravessada por práticas patrimonialistas, sujeita a formas de manipulação da vontade coletiva – as críticas eram variadas, dependendo de onde partiam. Mas era consensual a ideia de que suas regras básicas tinham chegado para ficar, em particular o fato de que o poder político deveria ser conquistado pelo voto. Pesava também a constatação de que as forças armadas, ainda que não exatamente convertidas ao credo democrático (como demonstra sua incapacidade de fazer a autocrítica da ditadura),

pareciam pouco inclinadas a uma intervenção política mais ostensiva. Com os quartéis apaziguados, estava afastada a possibilidade de golpe, entendido classicamente como golpe militar, que seria a principal ameaça à continuidade do processo democrático.

Por isso, o triunfo do golpe de novo tipo que levou Michel Temer à presidência surpreendeu os observadores da realidade política brasileira e, em particular, aqueles da tribo à qual pertencem: os cientistas políticos. Na verdade, o sentimento de surpresa, de incapacidade de encaixar os eventos num enquadramento explicativo que faça sentido, vem de antes. Começa em junho de 2013, quando as ruas das cidades brasileiras foram tomadas por manifestações que ninguém esperava, com uma adesão que ninguém esperava, que se desdobraram de maneiras que ninguém esperava. Uma leitura dos estudos que têm sido publicados sobre as “jornadas de junho” mostra que um traço comum a muitos deles é o reconhecimento expresso de seu caráter tateante e de sua impotência explanatória.

Isso ocorre porque a ciência política é vítima da crença em sua própria narrativa dominante. É uma narrativa em que o conflito social é inteiramente englobado pelas instituições. A parte do conflito que não se expressa por via institucional é tratada como residual e como demonstração de um amadurecimento ainda insuficiente do nosso sistema político – com o *ainda* indicando o subttexto teleológico presente nessas formula-

ções. É uma narrativa que se estabelece como dominante a partir da nossa “transitologia”, isto é, o corpo de estudos que descreve e analisa o processo de transição política da ditadura militar para a democracia. Com as honrosas exceções de praxe, a transitologia é marcada por três características:

(a) A narrativa sobre o fim da ditadura privilegia as negociações e transformações dentro das instituições do próprio regime militar, ao ponto de quase invisibilizar o que ocorria do lado de fora.

(b) O progresso da redemocratização é medido exclusivamente pela construção da nova institucionalidade, que adere ao figurino democrático-liberal vigente nos países avançados do Ocidente.

(c) Um forte componente teleológico: essa institucionalidade liberal-democrática é o ponto de chegada fixo e definido desde sempre para a transição.

Nós chegamos, de fato, a uma crença quase absoluta na capacidade autopoiética das instituições políticas, da qual, a meu ver, o exemplo mais perfeito é o uso do conceito de “presidencialismo de coalizão”, que se tornou a chave explicativa dominante para a compreensão do funcionamento de nosso sistema político. Não nego a utilidade do conceito – e ele ganhou tal proeminência exatamente por sua capacidade de iluminar aspectos da realidade. Mas ele vai ser muitas vezes mobilizado para transmitir a ideia de que o sistema político brasileiro pós-redemocratização, a despeito de seus defeitos evidentes, é capaz de sempre

alcançar um equilíbrio. E esse equilíbrio é explicado exclusivamente por acertos entre partidos, legislativo e executivo.

Esse mesmo entendimento é acionado para avaliar a trajetória do Partido dos Trabalhadores, que, aos poucos, se tornou um partido exclusivamente eleitoral e se distanciou dos movimentos populares que lhe deram origem – ou, melhor, deixou de se ver como porta-voz desses movimentos e instrumentalizou-os a partir da lógica eleitoral que passou a ser dominante. Em vez de um tipo de empobrecimento do projeto original do partido, essa *démarche* é lida como um processo natural de “amadurecimento”.

Aplauda-se, enfim, o fato de que as opções colocadas à disposição dos eleitores se tornam menos extremas, mais parecidas entre si. O centrismo crescente da disputa política, que segue a lógica da competição eleitoral, não é avaliado como uma redução do cardápio de alternativas colocado à disposição dos eleitores, mas como um passo na direção da desdramatização da política. Caminharíamos, enfim, para a democracia morna idealizada por tantos, em que a vitória de uns ou de outros deixa de ser uma questão de “vida ou morte” e passa a ser um aspecto menor do funcionamento permanente de instituições estáveis. De maneira um pouco mais profunda, firma-se a ideia de que estaríamos produzindo um consenso no Brasil, capaz de abarcar todas as forças políticas relevantes. Este consenso incluiria a democracia eleitoral, com o figurino completo de direitos liberais, Estado de direi-

to e separação de poderes; a economia capitalista; as políticas de inclusão social e o combate à pobreza extrema. Nestas águas nos moveríamos, até onde a vista era capaz de alcançar, numa espécie de pacto social-democrata adaptado para uma sociedade com expectativas igualitárias sumamente baixas.

Chegando ao poder em 2003, Lula inicia sua “mágica” de conciliação de interesses. Não vou discutir aqui o lulismo. Só quero destacar que o lulismo promoveu uma inclusão social acelerada e real, ainda que tímida. Não existe maximalismo que autorize negar o impacto da ampliação da oferta de emprego, do aumento real do salário mínimo e de projetos como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Luz para Todos. Mas isso foi feito sem mexer minimamente com o funcionamento do sistema político enquanto tal. Uma leitura corrente é que seu impacto “político” principal estaria no realinhamento das bases eleitorais do PT (logo, por consequência, também de seus adversários) – e essas novas bases permaneceriam na postura de passividade, expressando-se apenas pelo voto, que é a parte que lhes cabe nesse latifúndio.

Alguém pode dizer que a descrição que estou fazendo da atuação dos governos petistas é limitada ou mesmo injusta. De fato, às margens do sistema político cujo funcionamento permaneceu intocado, aí sim, eles incrementaram mecanismos de participação social, com a miríade de conferências, de conselhos etc., que brotaram dos braços do Estado

ao longo dos anos de Lula e Dilma no poder. Mais uma vez, não se trata de minimizar a importância destas experiências, que podem ser entendidas como uma forma de ampliar a institucionalidade política e abrir espaços de interlocução com organizações da sociedade civil que, de outra maneira, dificilmente teriam condições de se fazer ouvir. Mas estes novos espaços continuam em posição subalterna diante da política “de gente grande”, que é a negociação entre o executivo e o legislativo (e, claro, as pressões diretas do capital). Fazendo um símile talvez um pouco ousado, é como se fosse uma adaptação da estratégia leninista do duplo poder, com a peculiaridade de que, nessa adaptação, o novo poder abre mão de qualquer expectativa de desafiar o poder anterior.

Esse era o quadro: os governos do PT promoviam a inclusão social que podiam, sem afrontar os interesses dominantes, contando com angariar a simpatia (logo, o apoio eleitoral) dos beneficiados. Controlando o poder executivo federal, usavam os instrumentos de que dispunham para garantir o apoio necessário no legislativo. Precisavam lidar com a má vontade de parte das elites tradicionais, que se sentiam incomodadas por ver os neófitos ocupando posições que julgavam suas por direito divino, e em particular com a má vontade da mídia. Mas nada que desestabilizasse o jogo que estava sendo jogado. Mesmo o cerco da mídia: seus limites foram testados na crise do mensalão, durante o primeiro mandato de Lula, e ficou demonstrado que a intenção principal era gerar

um desgaste que depois se manifestasse nas urnas.

Assim, junho de 2013 aparece como um raio em céu azul. E isso tanto por quem leu o momento como um risco à nossa consolidação democrática quanto por quem, à esquerda, viu ali o ponto de partida para uma revolução popular da qual já se desesperançava. Há muito ainda que se estudar para entender essas manifestações, que acredito terem sido um ponto de viragem crucial na política brasileira recente. Desejo destacar apenas alguns poucos aspectos:

(a) O foco inicial no transporte público, que depois se expandiu para outros serviços públicos, como educação e saúde, demonstrou os limites das políticas implementadas pelos governos petistas, cuja leitura da inclusão social privilegiava o acesso ao consumo.

(b) Os protestos tomaram uma dimensão que superaram em muito a capacidade de liderança de seus organizadores, permitindo a diluição de sua pauta, algo que é sempre lembrado. Mas chamo a atenção para o fato de que, com isso, foi aberta uma oportunidade para a expressão do ressentimento das classes médias com a ascensão dos mais pobres, ressentimento que é recorrente na história política brasileira. Ele tem por base interesses tanto materiais, uma vez que essas classes médias se beneficiam com a oferta de uma mão de obra que trabalha a preço vil (nos empregos domésticos e serviços pessoais), quanto simbólicos, de manutenção das hierar-

quias sociais. E se expressa na narrativa de *decadência moral*, centrada na corrupção, voltada para medidas punitivas e hoje focada no PT – narrativa que sustentaria em seguida o apoio destes mesmos setores ao golpe.

(c) Foi reafirmado o poder dos meios de comunicação de massa, que foram capazes de ressignificar os protestos, de separar o joio (da “violência radical”) do trigo (da “cidadania ativa”), de legitimar a repressão policial quando ela ocorreu e, enfim, de promover a adesão de muitos grupos alheios à sua deflagração inicial. Embora as redes sociais tenham sido ferramentas importantes na construção das mobilizações, o peso predominante da mídia tradicional na construção dos sentidos foi indiscutível.

Nada disso cabia nos modelos que interpretavam a realidade política brasileira. Nem mesmo naqueles que informavam os agentes políticos tradicionais. Seja no governo, seja na oposição, eles reagiram aos protestos dentro da lógica da política convencional, numa demonstração patética de sua incapacidade de dialogar com aquilo que as ruas estavam (de uma maneira caótica, contraditória, desordenada, incerta) dizendo. Tratava-se de minimizar danos, com promessas vagas e sempre de uma maneira que recolocava os cidadãos comuns numa posição de passividade e reatividade, no caso de Dilma e do PT. Ou de faturar eleitoralmente, no caso da oposição à direita, expressão na qual incluiu tanto o PSDB quanto Marina Silva. Nesse caso, o protesto seria o indício de uma insa-

tisfação com o governo petista, cuja expressão final deveria ocorrer nas urnas de 2014.

À esquerda do governo, a perplexidade não era menor e, à parte algumas fórmulas retóricas de expressão de entusiasmo pelo novo “protagonismo das massas”, pouco foi elaborado, pelo menos pouco que pudesse servir para orientar uma estratégia política. Creio que, ao menos em parte, isso se deve à absoluta centralidade que o PT mantém nesse campo (a esquerda), tão grande que mesmo aqueles que se descolaram de seu projeto político se mantêm como quem basicamente apresenta *reações* às posições do petismo.

A despeito da eventual saudação pública às “ruas”, todos – inclusive os cientistas políticos – se sentiram aliviados ao pensar que aquilo passou. Com as eleições de 2014, a política voltava ao “normal”. Os protestos de junho do ano anterior eram imagens a ser eventualmente utilizadas na propaganda da televisão ou a demonstração de um certo espírito reinante, vago o suficiente para ser evocado, com diferentes sentidos, por diferentes candidatos.

Mas a política não voltou ao “normal”. A normalidade implicava o modelo de que era a eleição que definia quem havia vencido a disputa política naquele momento. Em seguida, o detentor do Poder Executivo usava os recursos que controlava para acomodar os interesses presentes no Poder Legislativo. O núcleo duro dos derrotados fazia a oposi-

ção mais estridente possível, tentando desgastar o governo para ampliar suas chances na eleição seguinte. Era assim que devia ser.

Só que, desta vez, não deu certo.

Por quê? Talvez o PSDB e os interesses que o circundam tenham ficado alvoroçados com a quarta derrota consecutiva, desencantados com o modelo de alternância no poder pela via do voto – e aí não resistiram à tentação gerada pela confluência de forças anti-Dilma nas ruas, no aparelho repressivo de Estado e na mídia. Podemos acrescentar aí pitadas da política anedótica, como a vingança de Eduardo Cunha ou a mosca azul picando Michel Temer.

Mas mesmo que fiquemos nisso, já está claro que a disputa política não se limita à sua expressão dentro das instituições. Estamos percebendo, em primeiro lugar, que a democracia eleitoral não é “the only game in town”, a única opção de ação política, como quer nosso receituário.

Isso nos leva a três constatações, que apresento aqui como conclusões:

(1) Para entender a dinâmica do conflito político é necessário levar em conta as forças sociais e os interesses que não se expressam nos canais institucionalizados. Alguns não têm força suficiente para serem ouvidos por meio deles. Outros têm força demais para aceitar serem contidos por eles.

Não é possível ignorar o peso da frustração de amplos setores populares, para os quais o modelo lulista se mostrava insuficiente, o que foi expresso em junho de 2013. E temos aí, também, a presença de novos movimentos de mulheres, de periferias, da população negra, da comunidade LGBT, cuja interface com a política institucional é muitíssimo débil. São movimentos que utilizam as novas tecnologias da informação, mas que estão longe de ser meramente “virtuais”, que contam com uma espécie de “capilaridade desorganizada”, para não dizer caótica, e uma energia que, pelo menos do ponto de vista da avaliação política mais tradicional, gera muita ação e pouco resultado. Entender o que são esses movimentos, entender como eles podem se articular numa ação transformadora, é a meu ver um desafio central para a esquerda brasileira.

Do outro lado está, em primeiro lugar, o capital. Sua relação com o poder político nunca é contida inteiramente pelas regras da institucionalidade vigente. Não custa lembrar que a corrupção não é um mero “desvio”: é um dos meios, entre muitos outros (*lobby*, financiamento de campanha, desinvestimento real ou ameaça de desinvestimento etc.), pelos quais o capital faz valer seus interesses. O agravamento das tensões políticas revelou que, para nossas classes dominantes, os pequenos avanços dos governos do PT já pareceram excessivos. Talvez devamos voltar à teoria da dependência, na versão de Ruy Mauro Marini: no capitalismo periférico, é imposto um padrão de superexploração, em que a for-

ça de trabalho deve ser vendida abaixo do valor da sua reposição. Não vou entrar nessa polêmica, mas é evidente que é nessa direção que o governo Temer aponta: ampliação do desemprego e da vulnerabilidade social, recuo no valor de compra dos salários, redução das garantias legais ao trabalho, retração do gasto social fazendo com que os trabalhadores devolvam crescente parte da riqueza ao capital na compra de serviços que antes o Estado financiava via tributação. Se esse programa não vai ser aprovado nas urnas, e parece que não vai mesmo, é preciso ter outros meios que contribuam para implementá-lo.

Em suma: se queremos entender a política e o funcionamento das instituições para além da marola do noticiário, é preciso levar em conta, centralmente, a relação do Estado com as classes dominantes. Os modelos de interpretação em vigor na ciência política aderem à ficção de uma institucionalidade jurídico-política liberada do conflito de classe, mas crises como a que estamos vivendo revelam os limites dessa abordagem.

(2) Em segundo lugar, e até como derivação do primeiro ponto, é importante levar em conta o controle da informação.

As narrativas da história política do Brasil tendem a ignorar a mídia ou, no máximo, conceder a ela um papel absolutamente secundário. No entanto, da Revolução de 1930 ao golpe de 2016, passando (entre outros momentos) pela crise de 1954 e pelo golpe de 1964, o

papel dos meios de comunicação esteve muito longe de ser negligenciável. E os modelos da ciência política também os negligenciam – em contraste com a preocupação obsessiva que os próprios agentes políticos têm com sua própria visibilidade pública.

Mesmo o subcampo dos estudos sobre mídia e política precisa se renovar para entender o momento atual. Quando ele ganhou fôlego no Brasil, a partir das eleições presidenciais de 1989, os jornais e sobretudo as emissoras de televisão eram vistas como imbatíveis fazedores de reis. A vitória de Lula em 2002 ainda podia ser acomodada nessa crença, uma vez que naquela eleição os grandes veículos, capitaneados pela Rede Globo, fizeram seu experimento de “imparcialidade” ostensiva e extraíram do PT provas de que estava suficientemente domesticado para chegar ao poder. Em 2006, 2010 e 2014, porém, o grosso da mídia se colocou sem disfarces contra os candidatos petistas – e perdeu. Essas derrotas provaram os limites de sua influência e foram, devo confessar, um balde de água fria nas pesquisas da área. De repente, nosso objeto não dispunha mais dos superpoderes que atribuíamos a ele. Mas poder limitado não quer dizer inexistente. Em 2013 e em 2015-2016, outras formas do impacto político da mídia ficaram patentes.

A despeito da importância que as novas tecnologias de informação e comunicação têm, na formação de redes e na disseminação de enquadramentos alternativos da realidade, seu papel

ainda é, em grande medida, de *reação* à agenda e à leitura do mundo social que a mídia tradicional põe em marcha. Isso tem implicações tanto do ponto de vista da análise quanto da ação política: o controle da informação por um punhado de grupos privados permanece sendo um dos principais gargalos para a democracia no Brasil. Se conseguirmos restaurar os procedimentos democráticos mínimos e quisermos avançar um pouco a partir deles, essa é uma questão que não pode ser ignorada.

(3) A terceira conclusão, por fim, é algo que tenho dito muitas vezes nesses últimos tempos: as instituições são simultaneamente *resultados* da disputa política, *arenas* da disputa política e *partícipes* da luta política. Não podemos ver o mundo da política como se elas fossem as balizas fixas da disputa de projetos e interesses, alheias a essa disputa. Nosso sistema de freios e controles não preveniu o golpe; pelo contrário, foi acionado de maneira a alavancá-lo. E mostrou a que interesses é capaz de servir, uma vez que é acionado. De fato, temos uma institucionalidade que é desigualmente porosa, isto é, sensível a alguns interesses, quase impermeável a outros. Não levar isso em conta é abolir do nosso horizonte algo absolutamente central para entender a política como disputa de interesses, vinculada aos grupos sociais que buscam reforçar ou contestar os mecanismos de dominação que atravessam a sociedade.

A reflexão sobre o golpe de 2016 impõe a adoção de uma moldura teóri-

ca capaz de abranger o conflito social de maneira mais ampla, para além de sua expressão nas instituições vigentes.

6. A OFENSIVA DO CAPITAL

A emenda constitucional que congelou os gastos públicos escancarou que a contraface do discurso da “responsabilidade fiscal” é o desinteresse absoluto pelas políticas sociais.

14 de outubro de 2016.

Uma crítica comum aos governos do Partido dos Trabalhadores, feita por setores à esquerda, é que eles teriam apostado na conciliação de classes. Os trabalhadores e os mais pobres teriam vantagens, mas sem que fosse colocada em risco a remuneração do capital e a reprodução do sistema. Combate à miséria extrema, um tanto de segurança social, um tiquinho de redistribuição, ampliação do padrão de consumo – esses eram os ganhos. Em troca, os lucros dos bancos e das grandes empresas permaneciam intocados e o PT, na posição de organização líder da esquerda brasileira, abandonava qualquer projeto de enfrentamento mais radical da ordem capitalista.

O golpe de maio/agosto de 2016 mostrou que esse projeto de conciliação foi rompido unilateralmente pela burguesia. Entre as muitas medidas que

revelam o programa que o governo ilegítimo de Michel Temer deseja implantar, a PEC 241 é a mais cristalina. A PEC é a tentativa de engessar as políticas do Estado brasileiro por vinte anos, isto é, por cinco mandatos presidenciais – feita por um presidente que não conquistou nenhum mandato.

Há muito o que discutir na PEC, mas o principal talvez seja a falta de discussão. É uma proposta com enorme impacto na vida do país, mas foi simplesmente tirada de uma gaveta: não houve debate com a sociedade e não há debate no Congresso, em que a os parlamentares da situação, instruídos pelo governo Temer, estão apenas cumprindo o ritual, da maneira mais acelerada possível.

O que existe, isso sim, é uma enorme campanha de desinformação, com o objetivo exatamente de impedir a reflexão sobre a emenda constitucional. Participam da campanha o governo, os diversos grupos à direita que o apoiam e, com destaque, os meios de comunicação empresarial, por meio de editoriais, da maior parte das colunas de opinião e, em especial, da cobertura jornalística seletiva.

Para as franjas mais destituídas de instrumental crítico, difundem-se – por meios informais – noções fantasiosas, como a de que o objetivo da PEC é impedir que os políticos aumentem seus próprios salários. Sempre é possível também usar a carta do anticomunismo, o que o governo faz com sua ambígua campanha publicitária sobre “tirar o país do verme-

lho”. A PEC é expressamente apresentada como uma arma contra o comunismo em textos inacreditáveis divulgados por movimentos de extrema-direita, como o MBL.

Para os setores um pouco mais informados, a estratégia é outra e se desdobra em duas faces. Por um lado, a PEC é apresentada como um imperativo técnico para “equilibrar” as contas públicas. É o argumento preferido da imprensa. Por outro, há um esforço significativo para escamotear os efeitos da PEC no financiamento de serviços públicos como educação e saúde. O discurso oficial é que não haverá perda, apenas “racionalização”. Com a truculência que se tornou marca do novo governo, funcionários públicos que ousam mostrar dados diversos são afastados. No entanto, todos os economistas sérios, independentemente de posição política, têm apontado que a PEC gerará uma imensa crise no financiamento da saúde e da educação, além do achatamento do poder de compra do salário mínimo.

Há um projeto por trás disso, que, no entanto, não é trazido para o debate. Quando, num vídeo que ficou famoso nos últimos dias, o deputado Nelson Marquezelli se exaltou e soltou a frase “quem não tem dinheiro não faz universidade”, ele indicou a visão de que não cabe ao Estado fornecer nenhum tipo de serviço, de que cada um deve comprá-los no mercado de acordo com os recursos de que dispõe. É o “Estado mínimo”, que grupos da direita tanto exaltam.

Trata-se do programa do liberalismo extremado, assumido pelos grupos mais intelectualizados da direita, aqueles que carregam cartazes pedindo “mais Mises”, filiam-se ao novo partido do Itaú ou frequentam os cursinhos patrocinados pela Atlas Foundation. Esse seria o momento para eles travarem o debate em favor de sua visão de mundo. No entanto, preferem se esconder por trás do muro de desinformação. Eles sabem que – em qualquer lugar, mas sobretudo num país como o Brasil – a tese do Estado mínimo chega a ser obscena.

A contraface desse programa é o familismo, não por acaso também um dos pilares do governo golpista. Quanto mais o Estado deixa de oferecer suporte, mais é responsabilidade das famílias garantir proteção, segurança e condições de desenvolvimento para seus integrantes. Daí para a denúncia da dissolução da família tradicional como culpada pela crise social, como no discurso da direita estadunidense, é um passo.

Além do Estado mínimo, que se retira do fornecimento de serviços públicos, a PEC aponta para um regime tributário cada vez mais regressivo. Já temos, no Brasil, um sistema de taxaço que penaliza o trabalho e o consumo e beneficia os ganhos de capital. Ao congelar o investimento social, mas reafirmar o caráter sacrossanto da dívida pública, a PEC projeta um país em que todos pagam impostos, com pouquíssimo retorno em serviços públicos, para que alguns poucos ganhem com o rentismo. É uma

política tributária que leva à concentração da renda e da riqueza.

A resistência à PEC depende de difundir informação e de politizar a discussão. Há um enorme atraso no debate, que precisa ser vencido. Isto é, é necessário desconstruir uma quantidade de percepções que vêm sendo marteladas há décadas e que impedem uma abordagem adequada das questões tocadas pela PEC 241.

É necessário desvelar e denunciar a lógica do financiamento do Estado brasileiro, uma das mais atrasadas do mundo. É necessário deixar claro que estamos longe de uma questão técnica, mas sim diante da decisão sobre a quem o Estado irá servir. É necessário desmontar a ideia de que se paga imposto demais no Brasil. É necessário indicar a cumplicidade histórica do Estado brasileiro com a sonegação. É necessário mostrar que há uma disputa e que, de acordo com a PEC, os pobres e os trabalhadores perdem para que os ricos ganhem. É necessário esclarecer o que é o orçamento da União e onde o dinheiro é gasto, revelando a parte que cabe à remuneração da dívida pública, isto é, à renda dos especuladores. É necessário desfazer o símile fácil e enganoso que iguala orçamento público e orçamento doméstico, para criticar os “gastões”. É necessário desconstruir o discurso que exalta a responsabilidade fiscal às custas da irresponsabilidade social.

A vitória da PEC representará o triunfo do programa regressivo e antipo-

pular do golpe, com um legado de atraso que, mesmo depois dos vinte anos malditos, o país demorará décadas para recuperar.

7. TRANSIÇÃO À DITADURA

A Ciência Política estudou muito a “transição democrática”. No Brasil, é hora de analisar a “transição à ditadura” que se desenrola diante de nossos olhos.

28 de outubro de 2016.

Entrei na universidade no mesmo mês em que um civil voltou à presidência da República no Brasil. Depois de mais de vinte anos de regime autoritário, estávamos frente à possibilidade de reconstruir um governo baseado na soberania popular. Esta conjuntura impactou o ambiente em que eu estava entrando; em toda a minha formação acadêmica, da graduação ao doutorado, um tema central de debate, se não o tema central do debate, foi a transição à democracia. Pois na quadra atual da vida brasileira, uma nova agenda de pesquisa se abre: a transição à ditadura.

A palavra “ditadura” pode parecer excessiva, mas é exatamente disto que se trata. Sem discutir extensamente o conceito, é possível afirmar que “ditadura” remete a dois sentidos principais, aliás interligados. Por um lado, como oposto de democracia, indica um gover-

no que não tem autorização popular. Por outro, em contraste com o império da lei, sinaliza um regime em que o poder não é limitado por direitos dos cidadãos e em que a igualdade jurídica é abertamente desrespeitada. O Brasil após o golpe de 2016 caminha nas duas direções.

A destituição da presidente Dilma Rousseff, sem respaldo na Constituição, representou um golpe de novo tipo, desferido no parlamento, com apoio fundamental do aparato repressivo do Estado, da mídia empresarial e do grande capital em geral. Foi um golpe sem tanques, sem tropas nas ruas, sem líderes fardados. Mas foi um *golpe*, ainda assim, uma vez que representou o processo pelo qual setores do aparelho de Estado trocaram os governantes por decisão unilateral, modificando as regras do jogo em benefício próprio.

Assim como sofremos um golpe de novo tipo, estamos vivendo o início de uma ditadura de novo tipo. Alguns talvez prefiram o termo “semidemocracia”, mas eu não acredito nesse eufemismo. O regime eleitoral já é uma “semidemocracia”, uma vez que a soberania popular é muito tênue, muito limitada. Estaríamos entrando, então, numa “semi-democracia”. **“Ditadura”** é mais direto, corresponde ao núcleo essencial do sentido da palavra e tem a grande vantagem de sinalizar claramente a direção que tomamos: **concentração do poder, diminuição da sensibilidade às demandas populares, retração de direitos e ampliação da coerção estatal.**

Essa ditadura não será o regime de um ditador pessoal, até porque nenhum dos possíveis candidatos ao posto tem força suficiente para alcançá-lo. Não será uma ditadura das forças armadas, ainda que sua participação na repressão tenda a crescer. Provavelmente, muitos dos rituais do Estado de direito e da democracia eleitoral serão mantidos, mas cada vez mais esvaziados de sentido.

Ou seja: *a transição que vivemos é de uma democracia insuficiente para uma ditadura velada*. As debilidades do arranjo democrático anterior, que era demasiado vulnerável à influência desproporcional de grupos privilegiados, não serão desafiadas, muito pelo contrário. Ao mesmo tempo, alguns procedimentos até agora vigentes estão sendo cortados, seletivamente, de maneira que mesmo o arranjo formal da democracia liberal vai sendo desfigurado.

A Constituição não foi revogada, mas opera de maneira deturpada e irregular. O caso mais emblemático certamente é a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no dia 22 de setembro, concedendo ao juiz Sérgio Moro poderes de exceção. O tribunal alegou que as características excepcionais das questões nas quais está envolvido Moro tornam facultativo, para ele, o respeito às regras processuais vigentes. É a própria definição de exceção. Na prática, as garantias constitucionais ficaram suspensas para qualquer um que seja alvo do juiz curitibano. Em suma, lei e Constituição vigoram – ou não – dependendo das circunstâncias e da interpre-

tação que alguns, dotados desse poder, delas fazem.

Duas semanas depois, no dia 5 de outubro, o Supremo Tribunal Federal decidiu permitir o encarceramento de réus sem que os recursos tenham sido esgotados, anulando o princípio constitucional da presunção de inocência. Vendida como medida para impedir a impunidade dos poderosos, amplia o poder discricionário de um Judiciário que é notoriamente enviesado em suas decisões. Apenas como ilustração, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro afirmou em nota que mais de 40% de seus recursos ao STJ têm efeito positivo. É, portanto, um contingente muito expressivo de pessoas que começariam a cumprir penas depois consideradas injustas.

No mesmo dia, o STF ratificou e normatizou decisão anterior, permitindo que a polícia invada domicílios sem mandado judicial. Isso se vincula ao aumento generalizado da truculência policial, contra manifestantes, contra estudantes, contra trabalhadores. É algo que vem desde o final do governo Dilma, estimulado pelo clima político de avanço da reação – e também, é necessário ser dito, pela legislação que o próprio governo Dilma aprovou.

Cumprir assinalar também a volta da tortura a prisioneiros, com motivação política. O encarceramento por tempo indefinido, com o objetivo expresso de “quebrar a resistência” de suspeitos (pois nem réus são) e levá-los à delação, tornou-se rotina no Brasil e é uma forma

de abuso de poder, de constrangimento ilegal e, enfim, de tortura. (E antes de que alguém lembre que a tortura a presos comuns nunca se extinguiu no Brasil, cabe ponderar que a extensão da prática em nada melhora a situação dos presos comuns; ao contrário, pode piorá-la.)

Fica claro que o poder judiciário não está cumprindo o papel de garantidor das regras, o que já fora demonstrado durante o processo de *impeachment* ilegal. Como sabemos, parte do judiciário foi partícipe ativa do golpe, parte foi cúmplice silenciosa, mas não se encontra ninguém, nas cortes superiores, que tenha se levantado em defesa da democracia brasileira.

Continuamos a ter eleições. No entanto, as condições da disputa, que sempre foram desiguais, dado o controle dos recursos materiais e dos meios de comunicação de massa, estão ainda mais assimétricas, com a campanha incessante de criminalização do Partido dos Trabalhadores e de todo o lado esquerdo do espectro político. Para as eleições presidenciais de 2018, a grande questão que se coloca à esquerda é se o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva terá condições legais de concorrer. Em relação a seus potenciais concorrentes à direita, todos atingidos por denúncias de corrupção mais graves e com evidências mais sólidas do que aquelas apontadas contra Lula, tal preocupação não existe. E a delegação de poder por via eleitoral foi desmoralizada com a destituição da presidente legítima. Caminhamos para uma situação de disputa eleitoral quase

ritualística, com cerceamento das opções colocadas à disposição do eleitorado e tutela dos eleitos.

Essa criminalização do PT e da esquerda em geral é alimentada pelos meios de comunicação empresariais e pelos poderes de Estado, com destaque agora para a campanha do governo Temer sobre “tirar o país do vermelho”. A agressividade crescente dos militantes da direita, produzida de forma deliberada, tenta emparedar as posições à esquerda, progressistas e democráticas, ao mesmo tempo em que a cassação de registros partidários se torna uma possibilidade mais palpável.

O cerco ao ex-presidente Lula, em que uma parte importante do aparelho repressivo do Estado vem sendo mobilizada com o intuito de conseguir provas de uma culpa determinada de antemão, é outro sintoma claro de que deslizamos para um estado de exceção. Quando vigora o império da lei, a investigação sucede à descoberta de evidências que sustentem suspeitas. Se, ao contrário, decide-se promover uma devassa na vida de alguém na esperança de encontrar algo incriminatório, estando depois os juízes “condenados a condenar”, como disse o próprio Lula, não temos mais a igualdade legal. O sistema judiciário funciona na sua aparência, mas perdemos a possibilidade de evocar os valores que deveriam presidir-lo a fim de garantir a vigência das liberdades.

Em suma, a ditadura se expressa no alinhamento dos três poderes em

torno de um projeto claro de retração de direitos individuais e sociais, a ser implantado sem que se busque sequer a anuência formal da maioria da população, por meio das eleições.

O sintoma mais claro da ditadura que se implanta é a paulatina redução da possibilidade do dissenso. Ela vem aos poucos, mas continuamente. Dentro do Estado, do Itamaraty ao IPEA, não há praticamente espaço em que a caça às bruxas não seja pelo menos insinuada. Vista como foco potencial de divergências, a pesquisa universitária está sendo estrangulada. Decisões judiciais coibindo críticas – em primeiro lugar ao próprio Judiciário e seus agentes, mas não só – tornaram-se cada vez mais costumeiras. Juízes e procuradores, embalados pela onda da campanha mistificadora do Escola Sem Partido, intimidam professores e estudantes que queiram debater em escolas e universidades. O MEC se junta à campanha, exigindo, como fez na semana passada, que estudantes mobilizados sejam denunciados pelas administrações universitárias. É todo um processo de normalização do silenciamento da divergência que está em curso.

O avanço da censura está ligado à imposição da narrativa única pelos oligopólios da comunicação, parceiros de primeira hora da ditadura em implantação. Isso se dá em várias frentes. Há o estrangulamento econômico dos meios de comunicação independentes, uma política buscada deliberadamente pelo governo Temer – que, ao mesmo tempo, ampliou de forma significativa a remuneração oferecida aos grupos da mídia empresarial.

Enquanto isso, medidas que impactam seriamente a vida nacional, mudando a lei e a Constituição, são levadas adiante sem qualquer tipo de debate – seja com a sociedade, seja dentro do próprio Congresso Nacional. É um governo que impõe sua vontade, escorado na cumplicidade dos meios de comunicação e no apoio fisiológico da maior parte dos parlamentares. Com isso, não há sequer uma pantomima para fingir que ocorre discussão no Congresso; os projetos tramitam com velocidade recorde, atropelando todos os prazos. Por vezes, praticamente só a oposição discursiva – os governistas querem simplesmente cumprir o ritual, o mais rápido que possam. Não há espaço para negociação, nem necessidade de justificação pública aprofundada.

São muitos os exemplos, mas cito apenas três. *A reforma do ensino médio*, apresentada sem discussão com pedagogos, professores ou estudantes, por meio de medida provisória. Sem discutir os méritos da reforma ou mesmo o fato de que ela foi justificada com a apresentação de dados falsificados do ENEM, trata-se de uma medida com profundas e complexas implicações, que não poderia prescindir de amplo debate.

O segundo exemplo é a *entrega do pré-sal a empresas estrangeiras*, rompendo o consenso sobre a exploração do petróleo brasileiro, construído ao longo de décadas. Por fim, a *proposta de emenda*

constitucional nº 241, que congela o investimento social por vinte anos. Num caso como no outro, são decisões de enorme gravidade, na contramão da vontade popular sistematicamente expressa nas eleições – jamais, na história brasileira, o entreguismo ou a ideia de redução do investimento social foram capazes de ganhar eleições competitivas. Quando chegaram ao governo, foi em períodos de exceção ou por meio de manipulação e ocultamento na campanha eleitoral.

Seja no caso da entrega do pré-sal, seja no caso da PEC de estrangulamento do investimento público, o debate foi próximo do zero. Com os diferentes grupos da sociedade civil, não se travou nenhum tipo de discussão. Com a opinião pública, o debate foi trocado por uma ofensiva de desinformação, que culminou na equívoca campanha publicitária governamental já citada, a do “tirar o país do vermelho”. No Congresso, a base governista sequer tentou fingir que não estava apenas cumprindo o ritual da aprovação parlamentar. Não houve qualquer engajamento em discussões com a oposição.

O fim do monopólio sobre a exploração do pré-sal e a PEC 241 indicam, não por acaso, o programa da ditadura em implantação. A conciliação de classes que os governos do PT tentavam implementar foi rompida unilateralmente pela burguesia. Afinal, são necessários dois para conciliar – adaptando o dito popular, quando um não quer, dois não conciliam. Trata-se, então, de reverter quaisquer vantagens que as classes tra-

balhadoras e outros grupos subalternos tenham obtido.

*Um elemento importante é o caráter misógino do retrocesso. O golpe retirou da presidência uma mulher, e o fato de que era uma mulher não foi irrelevante. Nós vimos as faixas ofensivas à presidente Dilma Rousseff nas manifestações pelo *impeachment*. Nós vimos os adesivos pornográficos nos automóveis. Nós vimos as reportagens na imprensa que serviu ao golpe, requeitando estereótipos sexistas contra a presidente da República. Nós testemunhamos os integrantes da elite política com suas falas desdenhosas, em que o preconceito de gênero ocupava um lugar que não era desprezível.*

Não se trata apenas do processo de construção da derrubada da presidente eleita. O governo atual está comprometido com o retrocesso na condição feminina, com o reforço de sua posição subordinada e do fechamento da esfera pública a elas. Não se trata apenas do retrocesso simbolizado no ministério formado exclusivamente por homens brancos, embora ele seja significativo. Como também é significativo o retorno do chamado “*primeiro-damismo*”, em que o papel concedido à mulher na política é o da bem-comportada auxiliar de seu marido, sorrindo nos jantares e patrocinando programas assistenciais. Além disso, há o recrudescimento do discurso familista, que é aquele de exaltação da família tradicional, marcada exatamente pela submissão da mulher. Esse discurso não ressurgiu por acaso ou apenas por

algum tipo de reacionarismo atávico dos novos donos do poder, mas vinculado à política de retração do investimento social e de destruição do nosso incipiente sistema de bem-estar social. Com isso, a responsabilidade pelo cuidado com os mais vulneráveis recai integralmente sobre as famílias, isto é, sobre as mulheres, como o celebrado discurso de estreia de Marcela Temer indicou com clareza exemplar.

A implantação desse programa exige o silenciamento das vozes contrárias a ele. Trata-se de um projeto extraordinariamente lesivo para a grande maioria do povo brasileiro. Graças à baixíssima educação política da maior parte da população e à campanha incessante da mídia, para muita gente a ficha não caiu. Mas os efeitos da redução dos salários, do aumento do desemprego, do subfinanciamento do Estado e do desmonte dos serviços públicos logo se farão sentir de forma plena. Para conter a inevitável reação popular, será necessária uma escalada repressiva e restrições cada vez maiores aos direitos.

Essa é a agenda de pesquisa que se abre no momento. Uma dimensão é a retração dos direitos e o desfiguramento das instituições democrática. Outra é resistência popular que certamente se construirá. Torço para que esta segunda dimensão nos dê muito material para pesquisar, o mais rapidamente possível.

8. LULA NÃO PODE SER A NORMALIZAÇÃO

Ainda de posse de seus direitos políticos, Lula se movimentava para ser candidato a presidente e ambicionava recompor o pacto político que fizera em 2002 – ainda que em condições muito mais desfavoráveis.

7 de março de 2017.

Intelectuais e artistas lançaram manifesto pedindo que Lula assuma, desde já, sua candidatura à presidência da República. No tom laudatório e hiperbólico próprio destes documentos, o texto afirma que o retorno de Lula é a única maneira do povo brasileiro recuperar sua dignidade depois do golpe e de todo o retrocesso que o governo Temer promoveu e está promovendo.

Não há como negar que a performance do ex-presidente nas pesquisas pré-eleitorais é impressionante. Lula é vítima de um massacre midiático, que vem de muitos anos e se intensificou nos últimos tempos. Sofre uma perseguição por parte do aparelho repressivo de Estado que é a ilustração perfeita do *lawfare*. Não há boato que seja absurdo demais que não possa ser lançado contra ele e, na ausência de provas, sempre há uma grande convicção para condená-lo a qualquer coisa. Ainda assim, é o favorito para 2018. Uma demonstração de que as políticas iniciadas em seu governo de fato beneficiaram significativamente os mais pobres – por mais que tenham sido apenas compensatórias, acomodáticas,

tímidas, incapazes de desafiar a lógica social dominante e todas as outras críticas, muitas delas válidas, que a esquerda lhes dirige.

A vitória eleitoral de Lula em 2018 é uma possibilidade palpável. Por isso, a direita não abandona a alternativa de torná-lo inelegível, talvez até de prendê-lo. Uma manobra que pode ter um custo alto; afinal, a condução coercitiva decretada pelo capataz Sérgio Moro, em 4 de março de 2016, foi, de todas as ações que antecederam ao golpe, a que gerou maior reação popular. Mexer com Lula, ainda mais quando ele desponta como forte candidato à presidência, pode ser o estopim para acordar a resistência que ainda permanece adormecida. Essa é também uma das razões do manifesto. Quanto mais a candidatura estiver posta, maior o custo de impedi-la.

Mas essa aposta na vitória de Lula reedita a ideia, que o golpe de 2016 deveria ter enterrado, de que a solução para a crise política se dá por meio da recomposição de uma maioria eleitoral democrática e progressista. Ora, a derrubada de Dilma mostrou exatamente a fragilidade das “regras do jogo”. A maioria eleitoral é impotente se não encontrar, na capacidade de mobilização popular, os meios para se impor.

Sob certo ponto de vista, a vitória de Lula pode significar o desfecho perfeito para o golpe de 2016. É verdade que o ex-metalúrgico é odiado, que muitos dos que foram às ruas de camiseta do CBF devotam a ele uma raiva insana, parte

pelo que fez, parte pelo que simboliza. São pessoas que preferem ver Belzebu no Planalto a encarar Lula como presidente de novo. Mas, como diz um aforismo de autoria incerta, que circula pelas redes sociais, “a classe dominante não tem ódio. Tem astúcia. O ódio ela terceiriza.”

Desde o golpe, Lula e o campo majoritário do PT têm emitido sinais ambíguos para a resistência popular. Se sua candidatura representar um lulismo 2.0, isto é, turbinado para se adaptar aos limites ainda mais estreitos que as classes dominantes estão estabelecendo para a expressão do conflito político, uma nova presidência de Lula significará a normalização da nova ordem, mais perfeita do que seria possível sob qualquer político conservador. Um presidente “de esquerda”, mas acomodado a um cenário em que os direitos estão perdidos, a economia está mais desnacionalizada e a Constituição de 1988 foi transformada em escombros. E a luta popular novamente canalizada para as eleições, ainda que se saiba que seus resultados podem ser revistos quando interesses poderosos se unem.

Os *coxinhas* podem tremer de ira, mas para o capital um resultado destes estaria longe de ser ruim. É por isso que nunca é demais reiterar: não podemos reduzir a luta política à sua dimensão eleitoral ou mesmo institucional. Não se trata de ignorar as eleições, mas sim de não as ver como o objetivo principal. A resistência que vier das ruas há de se espelhar nas urnas – mas o polo dinâmi-

co, que imprime a direção, precisa estar sempre nas ruas.

Qualquer candidatura, para se credenciar a representante do campo popular, precisa incorporar esta percepção. O objetivo não pode ser conquistar um cargo, por mais poderoso que ele possa parecer, e se adaptar a seu exercício nas condições hoje estabelecidas, mesmo que com a intenção de minorar as agruras das classes populares. O objetivo é o desfazimento do golpe, o que requer o enfrentamento às claras com os interesses que o produziram. Se isso não estiver bem nítido, esta candidatura será nossa adversária. Mesmo se for a de Lula.

9. UM ESTADO POLICIAL NASCE EM CURITIBA

Comportando-se como perseguidor, não como juiz, sob o beneplácito das cortes superiores, Sérgio Moro encarnava o fracasso do Estado de Direito no Brasil.

9 de maio de 2017.

Há algo de estranho quando um processo toma as feições de um embate entre o juiz e o réu. O juiz, imagina-se, está acima das partes. São elas – acusação e defesa – que se confrontam. Por isso, imagina-se, juízes não têm torcida. Torce-se para um ou outro lado e, portanto, para que o juiz decida a favor de

um ou outro lado. Mas torcida *pelo* juiz? Implausível.

Até em ditaduras, quando elas desejam manter um mínimo de fachada de respeito por procedimentos legais, é assim. Os processos de Moscou, aos quais os críticos da Operação Lava Jato por vezes a comparam, foram uma farsa. Mas suas estrelas não foram os juízes. A estrela foi Vichinsky, o promotor. Era ele, em consonância com a formalidade do processo, que apresentava a acusação e empunhava a espada da vingança. Os juízes, obedientemente, limitavam-se a condenar.

O que espanta na Lava Jato é isto: o absoluto desprezo pelas aparências. Embalada pelo apoio acrítico da mídia corporativa, a operação atropela regras e direitos, comandada por um juiz que veste sem pudor a fantasia de justiceiro. Será lembrada como um dos episódios mais sórdidos da história do Brasil. Mas, infelizmente, ainda há quem, à esquerda, julgue que precisa defendê-la, seja por oportunismo (é preciso nadar a favor da correnteza), seja por uma ingenuidade quase inacreditável (os capitalistas estariam sendo pegos). O oportunismo significa capitular diante do enquadramento da realidade que a direita promove, que coloca um desvio – a corrupção – como o centro dos problemas nacionais, abdicando do enfrentamento com as fontes da desigualdade e da opressão. A ingenuidade ignora que a Lava Jato não mexe nas razões estruturais da corrupção, que se ligam à combinação entre capitalismo predatório e democracia limitada (cada

vez mais limitada), e protege objetivamente tal estrutura, debitando todos os males na conta das “maças podres” que devem ser retiradas do cesto. Ser de esquerda e apoiar a Lava Jato é uma contradição em termos.

Na verdade, nem é preciso ser propriamente de esquerda. Qualquer liberal autêntico decerto execra a Lava Jato. Ela se constitui num verdadeiro mostruário de violações aos direitos individuais, ao império da lei e à neutralidade do aparato repressivo do Estado. Melhor ainda: nem precisa ser liberal, basta um pouco de bom senso.

É razoável que os papéis de perseguidor e juiz sejam exercidos pela mesma pessoa? É razoável que réus de processos similares recebam tratamentos tão díspares? É razoável que confissões sejam arrancadas à base de intimidação (propiciada pelas intermináveis prisões “provisórias”)? É razoável que as penalidades aplicadas àqueles considerados culpados sejam modificadas conforme seus depoimentos implicam fulano ou beltrano? É razoável que um tribunal superior afirme expressamente que um juiz não precisa cumprir a lei? É razoável que esse juiz cometa ilegalidades de forma deliberada, com o objetivo de prejudicar aqueles que persegue? É razoável que ele confraternize com alguns de seus réus, ao mesmo tempo em que se engalfinha publicamente com outros? É razoável que oitivas e julgamentos sejam verdadeiras produções conjuntas entre Poder Judiciário e mídia empresarial?

Trata-se de uma operação de caráter político, que foi pensada e executada com o objetivo de alcançar determinados objetivos: a não-reeleição e, depois, derrubada da presidente Dilma Rousseff; a aniquilação do PT e da esquerda; o linchamento moral do ex-presidente Lula. No processo, fazem-se vítimas colaterais: um ou outro capitalista, políticos de direita alvejados pelas disputas internas da coalizão regressista ou imolados à opinião pública. Isso leva aos curiosos desdobramentos recentes, em que surgem algumas vozes no Supremo e na mídia a protestar seletivamente contra “abusos” da Lava Jato. Mas o objetivo central continua o mesmo.

A perseguição contra o ex-presidente Lula é o elemento mais grotesco – e reconhecer este fato não exige qualquer simpatia por sua pessoa ou por suas políticas. Contrariamente ao preceito de que a investigação nasce de suspeitas, mobilizou-se polícia, judiciário e ministério público para vasculhar sua vida em busca de algo que o comprometesse. É uma condenação em busca de um crime.

O horizonte da Lava Jato é um Estado policial, com características que apontam para o fascismo. Seu discurso tem um componente messiânico, que se torna gritante nas falas de um procurador menos avisado como Deltan Dallagnol. A operação traça uma linha precisa entre o bem e o mal e justifica qualquer violência que tenha como fim destruir o mal. Afinal, se trata disso: abater a jararaca, limpar o país. Direitos, garantias individuais, procedimentos le-

gais, tudo isso faz parte do arsenal com que o mal tenta escapar da punição; logo, desprezá-los é obrigação dos bons. E, tal como o fascismo, a Lava Jato é liderada por um homem vestido de preto que mostra mais senso de oportunidade do que princípios.

O caráter inquisitório da Lava Jato faz com que pensemos no juiz Sérgio Moro como um Torquemada das Araucárias. Mas Torquemada, até onde se sabe, era um fanático. Moro não tem essa desculpa. É um juiz de poucas luzes, que, a despeito de sua incontrolável vaidade, se dispõe a ser o joguete de interesses muito mais poderosos do que ele. Um símbolo, infelizmente, das elites do Brasil, em que sobra marketing e falta estofo, em que sobra oportunismo e falta caráter, em que sobra empáfia e falta qualquer tipo de empatia pelo povo brasileiro.

Não tem meio termo, não tem concessão ao discurso dominante e aos consensos fabricados pela mídia: o caminho da reconstrução da democracia no Brasil passa por derrotar a Lava Jato.

10. O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

O golpe apontava para dois caminhos: um fechamento gradual do regime ou a ma-

nutenção de uma fachada de democracia, cada vez menos real.

5 de maio de 2017.

O ano de 2016 marcou o fim do experimento democrático iniciado no Brasil com a Constituição de 1988. A ordem que ali fora instituída era ancorada no desenho democrático liberal: o acesso ao poder dependia do voto, todos os cidadãos eram dotados de um conjunto de direitos, a lei valia igualmente para todos. Para muita gente à esquerda, esse arranjo não era suficiente; na permanência de uma desigualdade social profunda, a capacidade de fazer uso desse conjunto de prerrogativas e de garantias também seria muito desigual. Ainda assim, esse ordenamento jurídico apresentava uma base a partir da qual era possível sonhar com e lutar por uma democracia mais genuína.

Ao mesmo tempo, a Constituição alimentava este sonho e esta luta, na medida em que o discurso que a organizava era o discurso dos direitos. Se, para lembrar da expressão célebre de Hannah Arendt, o ato fundacional da cidadania é o estabelecimento do *direito a ter direitos*, então a Carta de 1988 representou este ato. Fruto de um processo longo e tenso, marcado por múltiplas pressões e barganhas, ela carrega ambiguidades e não se apresentava como integralmente satisfatória para nenhum dos lados em disputa. Mas traz também os traços do momento histórico em que foi escrita. É um documento da superação da di-

tadura, fruto de uma luta que foi tanto pelo restabelecimento das liberdades civis e políticas quanto por justiça social. Quando Ulysses Guimarães, no discurso que pronunciou ao promulgá-la, disse que a *Constituição* havia sido escrita com “ódio e nojo à ditadura”, não se referia certamente à totalidade de seus redatores – muitos haviam compactuado alegremente com o arbítrio. Referia-se ao momento de sua redação, em que o Brasil desejava superar seu legado autoritário. Por isso, a *Constituição* fala a linguagem dos direitos. Em muitos casos, a consignação do direito no texto constitucional não garantiu sua efetiva conquista na vida social. Mas estabelecia um terreno de lutas e legitimava as ações em seu favor.

Esse quadro – limitado, mas formalmente democrático, liberal e vazado na linguagem dos direitos – foi perdido em 2016, no golpe de maio e agosto, que destituiu uma presidente da República sem que houvesse amparo legal para tanto, pelo simples desejo nos derrotados nas urnas. A ordem de 1988 foi perdida não apenas porque Dilma Rousseff foi removida do cargo, mas porque todo o arcabouço institucional projetado para protegê-la agiu no sentido de destruí-la. O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e o Congresso Nacional, sem falar da pretensa imprensa livre: por motivos às vezes coincidentes, às vezes diversos, todos se uniram para revogar os procedimentos democráticos e ferir de morte a *Constituição*.

A essa altura do campeonato, as características do regime que emergiu do golpe já estão claras. Seu programa é o *retrocesso acelerado nos direitos e o reforço das hierarquias sociais*. Trata-se de um governo que não faz concessões à fachada de imparcialidade que os Estados costumam perseguir e, pelo contrário, assume sem rodeios que se coloca ao lado do capital contra o trabalho. A destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários, culminando na recente proposta de realinhamento das relações de trabalho no campo que praticamente reinstituiu a escravidão, é a face principal desta ofensiva. O Estado também reduz suas políticas redistributivas ou compensatórias, como determinado pela emenda constitucional que congelou os gastos públicos ou ainda pela medida provisória que alterou o ensino médio, substituindo o princípio da educação universal pelo treinamento da força de trabalho para suas posições predeterminadas. Indígenas e quilombolas estão sob ataque, seguindo a lógica de que todas as riquezas do país devem estar potencialmente disponíveis para a acumulação privada. Também são ameaçados os direitos das mulheres e da população LGBT, seja porque o regime julga que o conservadorismo moral pode lhe fornecer base popular, seja porque a retração das políticas sociais exige que a lacuna que ela gera seja suprida por cuidados privatizados dentro da família tradicional.

Ao lado da abolição de direitos vem – quase que naturalmente – a ampliação da repressão. Militantes políticos têm sido perseguidos e presos. O caso

mais chocante, o de Rafael Braga, mostra que ocorre uma exacerbação de tendências autoritárias que já afloravam no ocaso dos governos petistas. Preso em 2013, com base em acusações cuja fragilidade é gritante, foi agora condenado a 11 anos de prisão. É um prisioneiro político, uma pessoa privada da liberdade por sua participação em movimento coletivo. Braga ainda é um ponto fora da curva; parece ter sido escolhido como exemplo, para o que certamente pesou sua condição de jovem preto e periférico, sem conexões com a elite política ou econômica. Mas muitos outros manifestantes têm sofrido detenções arbitrárias. A vigilância e a intimidação policial sobre o movimento popular são crescentes, a repressão nas ruas aumenta, organizações como sindicatos ou o MST são invadidas. Ao mesmo tempo, cresce a perseguição no serviço público e a censura a órgãos da imprensa alternativa.

Por fim, o governo é marcado pelo temor da competição política. Nascido de um golpe, implantando políticas que jamais foram capazes de obter apoio majoritário no Brasil, patina em níveis de popularidade liliputianos. Apesar da enorme campanha publicitária e do apoio unânime da mídia empresarial, não há aprovação para a retirada de direitos. Possíveis candidatos às eleições presidenciais associados ao governo se veem diante de derrota quase certa

Frente a isso, quais são alternativas de futuro? Um cenário é continuarmos deslizando para *formas cada vez mais autoritárias de resolução dos confli-*

tos, com desprezo cada vez mais indiferecido pelo princípio da soberania popular, até chegarmos para uma ditadura aberta (ou algo próximo disso). Há discreta movimentação de setores das forças armadas para apoiar esta solução, que sem dúvida nenhuma contaria com expressivo suporte no judiciário e na mídia. As eleições de 2018 poderiam ser canceladas, seja pela imposição de medidas emergenciais por algum motivo conveniente, seja pela implantação de um parlamentarismo de ocasião. Tal como em 1964, esta solução provavelmente seria apresentada como provisória – para durar apenas o tempo necessário ao esmagamento dos movimentos populares e das organizações de esquerda.

Há pesados ônus associados à implantação da ditadura, tanto internos quanto externos. Por isso, o caminho preferido dos controladores do poder parece ser outro: a *“normalização” do golpe*. As eleições de 2018 colocariam no poder novamente um presidente com respaldo do voto popular. No entanto, todo o retrocesso produzido durante o período Temer estaria incorporado à ordem institucional. Fosse quem fosse, o novo presidente governaria sob uma Constituição fraturada, com direitos perdidos e políticas estatais engessadas. Em particular, governaria ciente de que as instituições da democracia representativa vigoram de forma tutelada, podendo ser suspensas quando seus resultados contrariam determinados interesses.

De certa maneira, esse é o funcionamento normal das democracias

capitalistas. Os governos petistas foram muito cílios deste fato, optando por uma linha de enfrentamento mínimo e evitando projetar qualquer ameaça aos dominantes. Foi uma opção que pareceu exitosa, mas que a derrubada de Dilma mostrou que atingira seu extremo. Para nossas elites, até um pouquinho de igualdade já é demais.

O que o golpe mostrou foi isso: que quem quer permanecer no jogo deve aceitar limites ainda mais estreitos do que antes se imaginava. A elite política brasileira parece particularmente disponível para esse tipo de acomodação. Cabe lembrar que a ditadura de 1964 manteve um simulacro de instituições representativas, com partidos, eleições e parlamento. Os militares decidiam quem podia e quem não podia concorrer, as regras mudavam de acordo com suas conveniências, mandatos eram cassados, o poder do Congresso era muito limitado e, quando necessário, ele podia ser fechado. Mas, ainda assim, o longo período autoritário permitiu o surgimento de uma nova elite política civil. Uma elite formada sob o entendimento de que é normal que a competição política seja tutelada pelos donos do poder – uma característica que talvez ajude a explicar a rápida adaptação ao cenário posterior ao golpe de 2016, mesmo por muitos de seus opositores.

De acordo com algumas especulações, essa normalização seria comandada pelo próprio Lula. O pragmatismo a toda prova do líder do PT poderia julgar que valia a pena aceitar a nova realidade

e tentar um programa ainda mais mínimo, adaptável a ela, de enfrentamento das consequências mais dramáticas do retrocesso. Não há dúvida de que parte da elite política tradicional aposta nesta saída, seguramente por compreender que uma eleição presidencial esvaziada de seu candidato mais forte (caso Lula seja proibido de competir) não é capaz de produzir a relegitimação necessária. Em algumas de suas declarações públicas recentes, Lula tem adotado um discurso mais duro e sinalizando que não está disposto a tal arranjo. Seja como for, ainda é um horizonte em aberto.

Nem o fechamento autoritário, nem a normalização do retrocesso interessam ao campo popular. O único caminho para ele não é fácil, mas não permite atalhos: é uma *reconstrução democrática em novas bases*. Uma democracia que, para ser sustentável, tem que ser sustentada na mobilização social. Da mesma maneira que a resistência ao golpe e à perda de direitos depende do enfrentamento cotidiano, para além das instituições políticas, por meio das greves, ocupações, manifestações, “perturbações da ordem pública” e outros atos de desobediência civil, a produção de um regime democrático mais substantivo depende da existência permanente desse mesmo arsenal de formas de ação. Sem eles, a pressão dos poderosos sempre curvará a “democracia” em seu favor. Sem eles, permaneceremos prisioneiros do dilema que sempre assombrou a política brasileira: o regime democrático só sobrevive quando abre mão do enfrentamento das desigualdades.

11. POSSIBILISMO NÃO É REALISMO

A redução da agenda do campo popular ao mínimo, dado o ciclo de derrotas em curso, também leva a armadilhas.

5 de junho de 2017.

Em um dos trechos mais eloquentes dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci exalta o caráter criador do “político em ação”, que “é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio turbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatural”. De maneira sintética, o revolucionário sardo está apontando a necessidade de ultrapassar tanto o possibilismo estreito, que vê os limites postos à ação política como imutáveis, quanto o voluntarismo, que julga que eles podem ser desprezados por mera decisão subjetiva. Ele adota um realismo dinâmico, que é herdeiro do realismo de Maquiavel e de Marx, incluindo em seu relato tanto as energias transformadoras latentes no mundo social quanto a vontade atuante de mobilizá-las.

Vejo que parte da esquerda brasileira permanece presa a este possibilismo, que leva a uma redução brutal do horizonte de expectativas, a partir do entendimento que há uma “correlação de forças” favorável aos grupos conservadores e, portanto, nossa opção é entre o pouco e o nada. Ou melhor, essa foi a opção do lulismo; com o golpe, a direita endureceu suas posições e o que nos

resta é o pouquíssimo, como alternativa ao menos que nada.

Nessa linha de pensamento, a correlação de forças é percebida sobretudo como aquela presente nas instituições políticas formais. O argumento é: se Lula for eleito, vai ter que negociar com um Congresso muito conservador; logo, a margem para adotar políticas redistributivas e democratizantes será muito pequena. Corolário: é melhor esperar por muito pouco, porque mais do que isso não será possível alcançar.

Não estou entre os que negam liminarmente validade a um cálculo desse tipo. Na verdade, a diferença entre o muito pouco e o nada pode ser desprezada pelos privilegiados, mas muitas vezes é questão de vida e morte para os mais pobres. O problema é que essa leitura deixa de lado dois elementos.

O primeiro é o próprio golpe. A derrubada da presidente Dilma Rousseff mostrou que as classes dominantes não se sentem dispostas a honrar o acordo pelo qual a melhoria das condições de vida dos mais pobres seria tolerada em troca da garantia de paz social. Como parte da barganha envolvia a *desmobilização* popular, para que as elites se sentissem seguras, ficamos em condição difícil para resistir ao retrocesso. Renovar esse acerto significa aceitar limites ainda mais rígidos à transformação social, em nome de vantagens ainda menos expressivas para a população pobre. E com o risco de que, mais adiante, um novo retrocesso seja imposto, com condições de

resistência ainda mais frágeis. É uma armadilha. Qualquer governo progressista que volte ao poder no Brasil tem que inverter a opção do lulismo e apostar em ampliar a mobilização popular.

Porque este é o segundo limite desta leitura: uma redução do jogo político aos espaços institucionais. Há a presidência, há o Congresso conservador, há o Judiciário inconfiável. Se não é possível mudar a maioria do Congresso, o único caminho é, de novo, tentar comprá-lo, uma vez que ele é ainda mais fisiológico do que conservador.

Com incrível frequência, a discussão se limita a isto. Mesmo quem quer superar os limites do arranjo lulista inicial muitas vezes se perde em fantasias sobre a eleição de uma grande bancada de esquerda. Mas isto é muito improvável. De Lênin a Claus Offe ou a um liberal esclarecido como Albert Hirschman, há uma vasta literatura que aponta como o mecanismo eleitoral traduz mal as demandas dos dominados. Não se trata de ignorar as eleições, mas de ter clareza de que qualquer mudança passa pela pressão sobre os eleitos.

A questão não é ter ou não ter fé nas ruas. Há um rio de inconformidade a ser revelado por quem deseja a mudança do Brasil. E há um conjunto significativo de manifestações desse desejo, que ainda estão desarticuladas, talvez caóticas, mas que cabe fomentar, em vez de abafar. *São milhares de coletivos de mulheres, da população negra, das periferias, de lésbicas, gays e travestis.* São

as impressionantes mobilizações da juventude. São as greves “selvagens”, que passam ao largo das burocracias sindicais e pipocam por todo o país. Mesmo a adesão regressista ao fundamentalismo religioso é indício de uma inadequação ao mundo tal como ele é, que permite disputa. Muito da esquerda partidária, preocupada somente com suas posições no Estado, voltou as costas para todos esses grupos.

As jornadas de junho de 2013 são um símbolo dessa energia. Não se trata de “exaltar” as manifestações de rua então ocorridas, mas de entendê-las como um fenômeno complexo, cujo primeiro resultado foi revelar que os modelos com os quais os analistas políticos em geral trabalham, restritos às instituições, são insuficientes para apreender a dinâmica do conflito social. Permito-me uma digressão sobre aquele momento.

As manifestações contra o aumento nas passagens do transporte coletivo ganharam dimensão maior do que a esperada, num processo que é possível dividir em três etapas (ainda que a cronologia não seja rígida). Primeiro, a adesão superou, e muito, a capacidade de organização do Movimento Passe Livre (MPL). Depois, a pauta foi ampliada, demonstrando a insatisfação não só com o transporte, mas com os serviços públicos em geral. Por fim, os protestos foram parcialmente colonizados por uma pauta antipolítica e de combate à corrupção, própria do registro discursivo mais conservador, com a adesão de setores da classe média.

Do primeiro para o segundo momentos, ocorre a indicação de que a base social dos governos petistas queria mais do que estava sendo oferecido a elas. Embora haja um toque de exagero na imagem apresentada por Ruy Braga, de trabalhadores em condições cada vez mais precárias sendo tantalizados pela perspectiva de fazer um curso superior privado noturno com financiamento pelo FIES, o fato é que o arranjo lulista tanto privilegiou a oferta de empregos de baixa qualificação e baixo salário quanto tinha dificuldade de prover melhorias expressivas nos serviços socializados. A opção pela inclusão pelo acesso ao mercado satisfazia o compromisso de não interromper a privatização do fundo público, parte do acerto com as classes dominantes. Mas o morador da periferia que comprou uma geladeira nova com subsídio governamental continuava precisando de educação, saúde e transporte.

Do segundo para o terceiro momentos, o que intervém é a compreensão, por parte da oposição de direita, que há uma fissura a ser explorada. A mudança na cobertura jornalística é reveladora. O registro da “baderna” foi substituído pelo da “mobilização cívica”. Houve um grande esforço para separar a “minoría” de manifestantes violentos, que precisavam ser reprimidos, da maioria pacífica e respeitosa – desde então, a estigmatização dos adeptos das táticas de autodefesa *black bloc* serve para legitimar a repressão policial aos movimentos de rua. Os atos passaram a ser praticamente convocados por jornais e emis-

soras de televisão (prática que se repetiu durante o processo do *impeachment* de Dilma), que por vezes os transmitiam ao vivo e davam destaque desproporcional mesmo a pequenas passeatas com poucas dezenas de pessoas. Embora as redes sociais tenham sido ferramentas importantes na construção das mobilizações, o peso predominante da mídia tradicional na construção dos sentidos foi indiscutível.

Foi aberta uma disputa pelo sentido das manifestações, em que os organizadores iniciais, MPL à frente, tentavam reafirmar seu caráter progressista, ao passo que a mídia as enquadrava como uma demonstração de descrédito na política, com foco na corrupção dos funcionários do Estado. Elas teriam como pauta a derrubada da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, que restringia o poder do Ministério Público na condução de investigações criminais – o que impediria abusos, na visão de seus defensores, e protegeria os malfeitores, segundo seus adversários. O foco na PEC 37, algo bizarro, uma vez que era um assunto de interesse corporativo e localizado, serviu de teste para o discurso do “combate à impunidade”, que desqualifica elementos do Estado de direito, como a presunção de inocência, o direito de defesa, o direito à privacidade e as regras para produção legal de provas, como sendo artifícios que servem apenas para impedir ou protelar a devida condenação dos corruptos.

Os grupos mais à esquerda viram nas jornadas de junho a possibilidade de

construção de uma mobilização de massa com pauta radical, que desafiasse a moderação petista. A direita animou-se com o que indicava o declínio da “mágica” do lulismo. No meio do tiroteio, o PT ficou paralisado. Os movimentos populares sob influência petista se viram na obrigação de blindar o governo e, com isso, perderam a oportunidade de dialogar com os manifestantes. Ganhou corpo a tese de que eram mera massa de manobra da direita, deixando patente que, para muitos dos intelectuais do petismo, o caminho era não atrapalhar o trabalho do governo com reivindicações intempestivas. Junho de 2013 marca o aprofundamento da cesura entre o PT e os movimentos populares aos quais ele se propunha a dar voz quando nasceu.

De maneira similar, o governo Dilma Rousseff foi incapaz de encontrar sua posição nesse novo cenário. Sua resposta às manifestações foi sempre zigue-zagueante; quando a presidente se manifestou em rede nacional de televisão, em 17 de junho de 2013, propôs “cinco pactos”, uma mixórdia que incluía uma reforma política potencialmente democratizante, mas também aderida ao receituário conservador da “responsabilidade fiscal”. Fora isso, promessas genéricas em favor da educação, saúde e mobilidade urbana. A preocupação da presidente e de seu círculo era reduzir os danos até as eleições presidenciais do ano seguinte – quando, se esperava, tudo voltaria à “normalidade”.

2013 marcou, portanto, o esgotamento da política do possibilismo estre-

tado. No mesmo movimento, mostrou que existe inconformidade no mundo social, que pode ser canalizada para estratégias transformadoras. Cabe às organizações da esquerda, entre elas o PT, estreitar o diálogo com essas vozes, aceitar sua diversidade, romper com suas percepções hegemônicas e tentar voltar ao governo não para domá-las ou para tentar vender às classes dominantes sua pacificação, mas para dar a elas melhores condições de expressão e de pressão. Esse é o único projeto realista no momento.

12. DEPOIS DO ABISMO

A política da esquerda, sobretudo em momento de resistência, não pode ficar à mercê do calendário eleitoral.

24 de agosto de 2017.

A frase que resume com mais precisão o atual momento político e os dilemas da esquerda brasileira foi dita por Juarez Guimarães: “Entre nós e 2018 há o abismo”. Intelectual com uma longa trajetória no PT, Guimarães está alertando aqueles (incluindo importantes setores de seu próprio partido) que apostam que as eleições presidenciais levarão, de maneira quase milagrosa, a uma solução para o cenário aberto com o golpe do ano passado. Apenas uma ingenuidade comovente permite manter tamanha fé nas instituições, no exato momento em

que elas gritam a plenos pulmões que não são confiáveis.

O abismo diante de nós pode ser abordado de diferentes maneiras. A primeira delas se vincula aos retrocessos. Enquanto esperamos por 2018, avança, de forma acelerada, o desmonte das conquistas obtidas a partir da carta constitucional de 1988 ou mesmo antes. É o fim da CLT e o súbito mergulho na total desproteção das classes trabalhadoras, cuja culminação pretendida é o fim ou a condenação à irrelevância da justiça trabalhista e a extinção dos mecanismos de combate ao trabalho em condições degradantes. É a desnacionalização da economia. É a abolição dos mecanismos de controle, desde sempre insuficientes, dos monopólios da mídia. É a descontinuidade das políticas de promoção da igualdade de gênero, da igualdade racial e do combate à homofobia. É o estrangulamento do Estado, com particular impacto em áreas como saúde, educação e ciência. Temos ainda, em pauta, a revogação dos direitos previdenciários e uma reforma política destinada a reduzir ainda mais a capacidade de influência dos cidadãos comuns. A lista é grande, quase interminável, mas aponta sempre na mesma direção: a construção de um país mais injusto e menos soberano.

Isto está acontecendo agora e nossa reação não pode esperar por 2018, por dois motivos de fácil entendimento. Primeiro, porque os efeitos nefastos dos retrocessos já se fazem sentir, empurrando milhões de pessoas para maior privação material, reduzindo sua

autonomia, estreitando seu horizonte de possibilidades, expondo-as a mais violência. Depois, porque cada centímetro de terreno perdido exigirá muito esforço, muita luta e muito tempo para ser reconquistado.

Outra maneira de encarar o abismo é vendo-o pelo ângulo do recuo nas liberdades políticas e, portanto, nas condições de luta. O golpe fez deteriorar os termos do debate público no Brasil, criminalizando as posições à esquerda, vedando-lhes acesso à discussão, mesclando o uso do aparelho de Estado (sobretudo o judiciário) e do mercado (pelo monopólio privado da informação) para levar a censura a um novo patamar. A repressão policial aos movimentos populares ampliou-se. A perseguição judicial com motivação política tornou-se corriqueira. O Estado de direito foi fraturado e as liberdades liberais hoje vigoram de uma maneira que podemos classificar como *menos que formal*: não foram revogadas, mas os próprios agentes estatais assumem que elas têm vigência condicional, a depender das circunstâncias e dos envolvidos.

Uma terceira abordagem diz respeito ao próprio horizonte de 2018. Mesmo a realização das eleições presidenciais não pode ser considerada como garantida. A transformação do golpe disfarçado de *impeachment* constitucional em golpe aberto é uma hipótese ainda remota, decerto, mas nem por isso inexistente. Para os grupos hoje no poder, trata-se apenas de um cálculo de custo-benefício entre os riscos de manter

a competição eleitoral e o desgaste de descartá-la – ilude-se quem pensa que eles têm alguma posição de princípio em favor das regras democráticas. Balões de ensaio são lançados; o da vez é a mudança do sistema de governo. Estaríamos revivendo 1964 às avessas: agora, o parlamentarismo seria não o prelúdio, mas a coroação do golpe. Mesmo que as eleições ocorram, há o risco de que sua legitimidade seja suprimida, com a exclusão arbitrária do candidato favorito. Mais uma vez, aqui, o que pesa para os donos do poder é o cálculo de custo-benefício.

Por fim, introduzo uma quarta abordagem, talvez a mais dramática de todas: nossa incapacidade de resistir.

O que falta? Temos políticas governamentais que são rechaçadas pela ampla maioria da população, que compreende como elas são lesivas ao povo e à nação. Temos um presidente ilegítimo, impopular e reconhecidamente corrupto, cercado de uma quadrilha sobre a qual é revelada um novo escândalo a cada dia. Temos um Congresso que, à luz do dia, vira as costas a seus constituintes e negocia vantagens imorais para si mesmo. Temos um Judiciário cuja figura dominante é Gilmar Mendes (mais nada precisa ser dito). Ou seja: parece não faltar nenhum ingrediente para a eclosão de uma mobilização massiva, em defesa dos direitos, da democracia e mesmo da moralidade pública. Ainda assim, a resposta predominante aos retrocessos é a passividade, a resignação. Se a greve geral de 28 de abril nos deu a ilusão de que

era possível alimentar a resistência, essa ilusão já se dissipou.

A ausência de resistência, cujas raízes se encontram na política deliberada de desmobilização popular que fazia parte da estratégia do PT no poder, leva a uma espiral viciosa, fomentando a apatia futura. Somos cada vez mais levados a crer que nossa derrota é inevitável. E somos, no mesmo movimento, empurrados para a crença de que o jogo político se resolve nas “instituições”, aquelas mesmas que nos momentos cruciais mostraram de que lado estão. É preciso romper a espiral. Ampliar a mobilização agora é urgente, até mesmo para aumentar a possibilidade que a mobilização popular gere frutos no futuro.

Se o enfrentamento não for feito a partir de agora, o que nos espera após o abismo é uma situação ainda pior. Não desejo fazer nenhum exercício de futurologia depressiva, mas vamos supor que as eleições de 2018 ocorram “normalmente” e que um candidato com compromisso popular – Lula? – seja o vencedor, tome posse e comece a governar. O que aconteceria?

Lula governaria sob condições muito piores do que antes. A capacidade de minimizar os efeitos da crise global é muito menor, seja porque a aposta nos BRICS tem sido desmanchada pelo governo golpista, seja porque a própria economia chinesa tem perdido dinamismo. Com isso, a possibilidade de acomodar o conflito distributivo interno fica prejudicada. Ao mesmo tempo, a ideolo-

gização radical do discurso conservador, que agora assumiu sem rodeios a defesa das desigualdades, torna mais custosos os acenos aos setores médios, para apaziguá-los. A politização agressiva e à direita do aparelho repressivo do Estado gera dificuldades para que um governo com base popular retome a prática da cooptação da maioria parlamentar pela distribuição de vantagens, como era feito. Mais importante: o capital endureceu suas posições e a “conciliação” que lhe serviu um dia agora não serve mais. Nessas circunstâncias, um novo governo Lula significaria uma versão muito aviltada do anterior, trabalhando em limites muito mais estreitos, com um horizonte de justiça social ainda mais rebaixado. Em vez de reverter o golpe, seu projeto não poderia ir além de amenizar seus efeitos.

É por isso que o investimento na resistência popular é fundamental, mesmo que se imagine que o caminho de uma saída passe por eleições. A passividade dos setores populares e a aceitação de que o jogo se limita às instituições políticas (aceitação enviesada, uma vez que as pressões diretas da burguesia são entendidas desde sempre como parte normal do processo) anula a capacidade de contrapressão em favor dos direitos e das políticas sociais. Mesmo que venha a surgir um governo mais sensível às demandas populares, nenhuma política de combate aos retrocessos – e, quem sabe, de promoção de novos avanços – pode ser implementada sem o apoio ativo das ruas.

13. PENSAR TAMBÉM TEM LADO

O discurso da “polarização”, que responsabiliza igualmente esquerda e direita pela crise brasileira, estava em alta durante o governo Temer.

23 de novembro de 2017.

“A polarização não está nos deixando pensar”, escreveu o colunista da *Folha*, Pablo Ortellado, alguns dias atrás. “Antipetistas” e “esquerda”, os dois polos que ele identifica no debate político brasileiro, se definiriam pela oposição àquilo que imputam ao outro. Se o antipetismo vê a esquerda como corrupta, ele é a anticorrupção. Se a esquerda vê o antipetismo como insensível à injustiça, ela é a justiça social.

A polarização que impede de pensar levaria à adoção de posições com o único propósito de ficar na contramão do adversário. O antipetismo condenaria o Bolsa Família só porque a esquerda o exalta. E a esquerda teria decidido apoiar a liberdade de expressão artística apenas quando o antipetismo se manifestou contra “a arte elitista irresponsável que expunha crianças à obscenidade e à perversão”.

Esse alinhamento automático faria com que os dois grupos, antipetismo e esquerda, se tornassem alvos fáceis da manipulação por “grupos de poder para promover projetos que nem sempre são éticos e nem sempre são socialmente

justos". O subtexto – mas talvez eu o esteja vendo por saber que é a posição do autor, expressa em colunas anteriores – é que com tudo isso o povo brasileiro perde a oportunidade de se unir em torno da agenda que é comum a todos, como... o combate à corrupção.

Longe de mim julgar que o debate público no Brasil está em nível elevado. Mas nunca estive, dado a força do discurso manipulatório da mídia oligopolizada. O que caracteriza o momento atual não é tanto a "polarização", decorrência quase natural de uma conjuntura em que a reação endureceu suas posições, mas a emergência de um discurso forte de negação dos direitos. É necessário, sim, marcar distância desse discurso e disputar com ele milímetro a milímetro.

Neste sentido, Ortellado está errado ao dar ao tema da corrupção a mesma centralidade que lhe concede o senso comum midiaticamente induzido. A corrupção é, sim, um problema sério, efeito estrutural do casamento entre democracia política e capitalismo, que, em países com as características do Brasil, tende a assumir proporções endêmicas. Mas não se compara à destruição dos consensos que se buscava formar em torno de valores básicos de igualdade e cidadania.

Não é por acaso, assim, que o colunista adota definição tão bizarra da polarização corrente no Brasil. Na oposição à "esquerda", não está à direita, mas o "antipetismo". A recusa à caracterização clara das posições da direita – favoráveis

à manutenção das hierarquias sociais, anti-igualitárias, autoritárias – permite alimentar a fantasia de que é preciso transcender o conflito presente. Ao mesmo tempo, promove uma identificação subliminar entre esquerda e petismo, negando que o campo da esquerda não se define pela adesão a um determinado projeto de poder, mas a valores políticos que o ultrapassam.

O esforço de equivalência dos contrários move Ortellado à reprodução do discurso conservador contra a arte "degenerada", travestido de antielitismo, num registro que poderia ser o de Donald Trump ou Magno Malta. É aqui que a estratégia do colunista revela sua debilidade. Como a polarização não é só a marola que ele descreve, mas remete a visões diversas da sociedade, manter a postura de isento e não-contaminado implica fazer concessões a enquadramentos antidemocráticos e mesmo anti-liberais.

À sua maneira, o colunista da *Folha* se alinha à capa da *Veja* em que Lula e Bolsonaro aparecem como "extremistas" equivalentes ou ao editorial do *Estadão* pedindo envergonhadamente que não ocorram eleições. Mas o apelo à moderação é, na verdade, um pedido para que nós nos adaptemos a um ambiente social cada vez mais refratário aos direitos individuais e coletivos e mais descompromissado com a igualdade.

A discussão superficial, restrita a *slogans*, que se vê nas velhas e novas mídias, realmente não estimula a reflexão.

Fora destes espaços – em movimentos sociais, em núcleos universitários, em coletivos diversos – há um debate bem mais denso e produtivo, que seria importante reforçar, mas que o discurso da superação da divergência simplesmente apaga. É um debate que não se faz de uma perspectiva olímpica, de quem está acima dos conflitos. Ao contrário, está posicionado. Porque não é apenas a polarização cega que não nos deixa pensar. A pretensão de neutralidade tem o mesmo efeito, apagando os conflitos, desculpando dos interesses em jogo, desinflando as tensões que nascem da dinâmica social. Pensar também tem lado.

14. A PONTA DE LANÇA DA LUTA DE CLASSES

Longe de ser o guardião da Constituição e da democracia, o Judiciário foi protagonista de sua destruição.

2 de março de 2018.

O golpe de 2016 representou um duríssimo revés na percepção até então dominante de que a democracia brasileira, mesmo com todos os seus problemas e aos trancos e barrancos, caminhava para a “consolidação”. Não foi apenas que as classes dominantes abandonaram o respeito às regras do jogo e decidiram virar a mesa quando perceberam que, novamente, eram incapazes de impor seus preferidos por meio da eleição

popular. O *impeachment* ilegal da presidente Dilma Rousseff e o acelerado retrocesso em direitos e liberdades que se segue a ele mostram que as instituições não só não cumpriram seu papel de proteger a ordem constitucional e a democracia como participaram ativamente de sua subversão.

O que a onda global de desdemocratização e os golpes brandos ocorridos principalmente na América Latina vêm revelando é que o ordenamento político da democracia liberal pode ser usado para impedir o progresso social, bloquear as demandas por igualdade e, embora mantendo uma aparência de normalidade, despir os mecanismos democráticos de qualquer efetividade a que pudessem aspirar. No Brasil, chama a atenção o protagonismo assumido pelo Poder Judiciário.

O papel do Judiciário na deflagração e convalidação do golpe político é perceptível para qualquer observador. Mas a ação cotidiana de juízes de todas as instâncias também corrobora o viés favorável aos grupos dominantes, como mostram as sentenças diferenciadas de acordo com a posição social dos acusados – por exemplo, a posse de uma pequena quantidade de droga ilegal pode levar a desenlaces completamente diferentes de acordo com a cor da pele e a classe social do portador. No seu conjunto, o Poder Judiciário atua como avalista da desigualdade e das relações vigentes de dominação – o que corresponde, aliás, à posição do direito como “código da

violência pública organizada”, como escreveu Poulantzas.

O que chama a atenção do Brasil é que o Judiciário ocupa a posição de *ponta de lança da luta de classes*, cumprindo papel crucial na produção, na implementação e, em particular, na legitimação das medidas que implicam retrocessos para a classe trabalhadora e outros grupos em posição subalterna. O que permitiu isso foram mudanças ocorridas nas últimas décadas e saudadas em geral como “avanços”.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, observadores da política brasileira têm falado do crescente protagonismo do Poder Judiciário. A carta constitucional garantiu prerrogativas estendidas e propiciou mudanças de comportamento dos agentes, levando aos fenômenos paralelos da “judicialização da política”, que faz com que as disputas passem a ser resolvidas nos tribunais, e do “ativismo judiciário”, pelo qual o poder relativiza sua caracterização tradicional como “inerte”, avoca a si a iniciativa da ação e toma decisões que seriam do Legislativo ou do Executivo. Outra inovação da Constituição foi a enorme ampliação do âmbito de atuação do Ministério Público, órgão vinculado ao Poder Executivo, mas que cumpre funções judiciárias.

No período de ascensão democrática que se seguiu à promulgação da nova Constituição, este alargamento dos poderes de juízes e procuradores foi, em geral, visto de forma positiva pelas cor-

rentes mais progressistas. A defesa de interesses coletivos e difusos, atribuída ao MP, prometia uma ampliação – necessária e urgente – da proteção a grupos oprimidos ou ao meio-ambiente. As decisões tomadas no âmbito das cortes superiores podiam representar, por vezes, uma usurpação do poder de legislar, mas se mostravam mais avançadas do que aquelas advindas de um parlamento notoriamente corrompido e no qual era crescente a capacidade de chantagem de grupos fundamentalistas.

O Tribunal Superior Eleitoral introduziu regulações na disputa partidária (a chamada “verticalização” das coligações, depois revogada, em 2002), no exercício parlamentar (a perda de mandato parlamentar por desfiliação, em 2007) e no funcionamento das cotas eleitorais para mulheres (com o entendimento de que o descumprimento da regra levaria à impugnação da lista partidária, em 2010) que se alinhavam ao ideal normativo da competição democrática compartilhado por liberais esclarecidos e por grande parte da esquerda brasileira. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu direitos de minorias sexuais (reconhecimento da união civil homoafetiva, em 2011) e ampliou direitos reprodutivos (extensão do direito de aborto no caso de anencefalia fetal, em 2012), em sintonia com bandeiras progressistas. Sem discutir o mérito das decisões, elas com certeza extrapolam o que era a intenção original do legislador. Nenhuma delas teria passado no Poder Legislativo.

O desenvolvimento talvez mais surpreendente foi a aprovação em 2010, pelo próprio Congresso, de legislação que confere ao Judiciário um poder de veto na seleção de candidatos às eleições. A chamada “Lei da Ficha Limpa”, apresentada como iniciativa popular, apoiada pela quase unanimidade dos parlamentares e sancionada entusiasticamente pela Presidência da República, em meio a um verdadeiro clamor midiático, determinou a tutela do Judiciário sobre a soberania popular. Ainda assim, poucas vozes se ergueram contra ela.

Diante das dificuldades para elevar a educação política média dos brasileiros, a Ficha Limpa parecia um atalho seguro para a “moralização” do Estado. Trata-se de um elemento constante: o elogio da ação política do Poder Judiciário, no momento em que ela alavancava causas progressistas, é tingido por uma percepção elitista (juristas capacitados podem decidir com mais competência) e pelo desânimo quanto à possibilidade de produzir uma opinião popular mais engajada e esclarecida.

Outra característica do Brasil é que o ativismo judiciário não é privilégio das cortes superiores. Até mesmo juízes de primeira instância podem tomar decisões de enorme repercussão coletiva – os casos de bloqueios de aplicativos de *smartphones* com milhões de usuários servem de exemplo. Na crise política brasileira, o juiz paranaense Sérgio Moro ocupou posição central, ao liderar a Operação Lava Jato. Embora a justificativa para o *impeachment* da presidente

Dilma Rousseff nada tivesse a ver com a operação, apoiando-se em operações de crédito junto a bancos estatais (as chamadas “pedaladas fiscais”), ela foi instrumental para criar o clima de opinião que sustentou a derrubada do governo. Declaradamente inspirado na operação italiana Mãos Limpas, Moro julga que é importante dar grande visibilidade midiática e obter o “apoio da opinião pública” ao combate à corrupção.

A Lava Jato revelou parte da corrupção sistêmica da política brasileira, por meio de operações espetaculares que, no entanto, atingiram de forma muito desproporcional o PT e seus aliados. Seu *modus operandi* privilegiado, a “delação premiada”, dá grande margem a que o agente da lei oriente o curso da investigação. Muitas vezes, seus resultados dependem da desobediência ao devido processo legal e a formas de intimidação contra testemunhas e suspeitos.

Não custa lembrar que Moro é o tradutor do artigo de um juiz estadunidense que ensina como coagir acusados para que denunciem seus cúmplices (ver “O uso de um criminoso como testemunha”, de Stephen S. Trott, na *Revista CEJ*, nº 37, de 2007). Em vários momentos, sua atuação se mostrou claramente casada com o cronograma da derrubada da presidente Dilma Rousseff, culminando na divulgação do áudio de uma escuta telefônica ilegal, com uma conversa entre Dilma e Lula. Embora o juiz tenha sido obrigado a um envergonhado pedido de desculpas e ao reconhecimento de que a divulgação da conversa fora “equivoc-

cada”, continuou chefiando a operação. Atualmente, como se sabe, Moro e o tribunal de recursos ao qual sua vara está vinculada, o TRF-4, são instrumentais no impedimento à candidatura presidencial do ex-presidente Lula, que é outro importante passo no esvaziamento do que restava de esperança de respeito ao princípio básico da democracia liberal – a consulta ao povo para a escolha dos governantes.

Como um juiz de primeira instância foi capaz de acumular tamanho poder? A resposta se vincula tanto às peculiaridades da organização do Poder Judiciário no Brasil a partir da Constituição de 1988 quando à bem-sucedida ofensiva do juiz Sérgio Moro junto à opinião pública, orquestrada com os meios de comunicação hegemônicos. Moro se tornou o emblema vivo do combate à corrupção e, portanto, intocável. As muitas arbitrariedades que cometeu ao longo do processo foram quase sempre abafadas após exposição mínima e denúncias de graves irregularidades que o chamuscavam, como aquelas que transparecem do depoimento do advogado Rodrigo Tacla Duran, foram simplesmente deixadas de lado.

A pergunta mais importante, porém, é outra: por que as instâncias superiores do Judiciário não intervieram, diante de abusos tão patentes nas investigações? Questão intrigante, sobretudo quando se lembra que, dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal no período da derrubada de Dilma, oito tinham sido nomeados por ela ou por Lula. Qualquer

explicação deve levar em conta que o STF não ficou imune ao clima de opinião formado a partir da Lava Jato – e a vulnerabilidade aumentada à pressão da “opinião pública” e da mídia é uma das características do Judiciário ativista. E também que os governos petistas não foram capazes de apresentar indicações para o Supremo que estivessem à margem do *establishment* jurídico e político. Pelo contrário, optaram, quase sempre, por demonstrar moderação, preferindo juristas conservadores e com trânsito nos partidos de direita. Também aqui a política de conciliação cobrou seu preço.

É preciso ponderar, porém, que se trata de uma situação difícil, não algo que se pudesse resolver por um mero ato de vontade do ocupante da Presidência da República. Por um lado, a indicação de juristas abertamente comprometidos com as causas populares seria encarada como rompimento do pacto que permitia a permanência do PT no poder e a implantação de políticas tímidas (mas mesmo assim importantes) de resgate da dívida social. A atuação do Supremo como avalista dos retrocessos é um indício, entre muitos outros, que as condições de manutenção deste pacto foram erodidas. Essa é a ficha que falta cair para parcela da esquerda brasileira.

Por outro lado, o campo jurídico possui seus próprios filtros e mecanismos internos para forçar a adaptação às posições mais conformistas, mormente quando se alcançam funções de mais prestígio, poder e visibilidade. Como em outros campos (o jornalismo serve

de exemplo), o conservadorismo transita como “imparcialidade”, mas visões críticas e comprometidas com a justiça social aparecem como sectárias, portanto dificultando a ascensão na carreira. Certamente há juízes progressistas, mas estão em situação parecida à de oficiais militares progressistas nos anos 1960. As iniciativas do Conselho Nacional de Justiça com vistas à perseguição de dissidentes ainda têm encontrado resistência, mas mostram que, na conjuntura aberta com o golpe, é possível que o Poder Judiciário se torne ainda menos arejado.

Nas últimas semanas, dois eventos dissimilares apontaram para mudanças no cenário. Um deles foi a exposição, pela mídia hegemônica, de vantagens imorais auferidas por grande parte dos juízes, incluído aí o próprio Sérgio Moro, em particular um “auxílio moradia” dado a quem evidentemente não precisa dele. Ao que parece, setores da coalizão golpista decidiram indicar ao Judiciário que ele não é intocável. O outro foi o anúncio, pelo ocupante da presidência, da intervenção federal no Rio de Janeiro, que concede peso e visibilidade a um ator que, até agora, era mantido à sombra: as Forças Armadas.

Quaisquer que sejam as mudanças a que levem as disputas internas entre os grupos que deram o golpe em 2016, é ilusório pensar que o Judiciário pode ser um agente do retorno à democracia. Recursos ao STF, como ocorreram quando da deposição de Dilma e ocorrem agora com a condenação de Lula,

cumprem muito mais um papel de denúncia, já que a corte demonstrou mais de uma vez seu desprezo pela legalidade fraturada.

É uma situação dramática porque, se a lei é um código da violência do Estado, como diz a citação de Poulantzas referida antes, ela também organiza, inibe e torna predizível esta violência. Sua imparcialidade ostensiva, os valores civilizatórios que ela tem que aparentar encarnar, são concessões arrancadas pela luta dos grupos dominados. Também podem ser usados contra os dominantes e constroem o exercício arbitrário do poder. O império da lei não é a garantia de uma sociedade justa, já que a lei reflete a correlação de forças dentro desta sociedade. Mas a ruptura do sistema legal, que permite à dominação social se exhibir em toda a sua nudez, retira dos mais frágeis as garantias que eles foram capazes de obter.

Quando a discricionariedade extralegal do sistema judicial, que nunca deixou de operar em prejuízo das populações mais pobres e periféricas, atinge o coração do sistema político, a democracia liberal entra em colapso. Significa que a ordem instituída não permite mais sequer que suas próprias promessas sejam mobilizadas para conter sua violência. Significa que a pressão dos dominados, que era aceita, desde que controlada, como parte do jogo, agora deve ser extirpada.

O papel do Judiciário na canalização das disputas e a crença dissemina-

da de que os tribunais são capazes, em algum grau, de aplicar a lei tal como ela está formulada fazem nascer uma sensação de abandono, quando nos deparamos com uma situação de arbitrariedade judicial indisfarçada. A quem vamos recorrer, quando até a Justiça é injusta? É a realidade de um país que passou de uma democracia formal, limitada, para uma democracia menos que formal, cujas instituições não se preocupam mais em disfarçar sua tendenciosidade em favor dos poderosos.

Como instituição política que é, o Poder Judiciário é sensível à correlação de forças na sociedade. É a resistência contra os retrocessos, o aumento na mobilização social, o protesto contra as arbitrariedades e a desobediência civil que podem restaurar o funcionamento mínimo de uma justiça burguesa que, ainda que sem perder o qualificativo “burguesa”, possa aspirar ao nome de “justiça”.

15. POR UM LULISMO VIRADO À ESQUERDA

O golpe de 2016 marcou a derrota do projeto lulista. O que fazer com ele? Não é possível pensar em restaurá-lo, mas é preciso preservar alguns de seus aspectos.

14 de abril de 2018.

A prisão de Lula representou o epílogo do projeto lulista. Não pela destruição do ex-presidente – ele mostrou, no

ato de São Bernardo do Campo, que continua em forma e sua importância política certamente resiste ao encarceramento. O que não tem futuro é o projeto de acomodação de interesses que permitiu que políticas de combate à miséria e de abertura de possibilidades de mobilidade social aos mais pobres se combinassem com a manutenção quase intocada das vantagens dos grupos dominantes. Seu esgotamento foi demonstrado pelo golpe de 2016 e pela acelerada política de destruição de direitos implementada pelo governo Temer. Ao longo de todo o processo, Lula não se cansou de acenar com a possibilidade de uma recomposição do pacto, mas, como resposta, recebeu a continuidade da perseguição contra ele e, agora, a prisão. O recado é ainda mais claro quando se põem na conta todas as ilegalidades cometidas para chegar a esse resultado.

Parte da militância do PT julga que a solidariedade ao ex-presidente, que é de fato um preso político, veda qualquer debate sobre o futuro da esquerda. Penso que, ao contrário, este debate se torna cada vez mais urgente – sem que a denúncia do arbítrio e a luta por sua libertação fiquem em segundo plano. Trata-se de buscar os melhores caminhos para enfrentar uma situação em que andam juntos o retrocesso social, o cerceamento das liberdades e a criminalização da própria esquerda.

A discussão passa, necessariamente, por um balanço da experiência petista no poder. É fácil descartá-la sob o rótulo da “conciliação”, como fazem

muitos, do PSTU a Eliane Brum. Em seu livro *A verdade vencerá*, Lula responde aos críticos: “Muitas vezes, companheiros do próprio PT, companheiros ideologicamente mais refinados, achavam que [meu governo] era um governo de conciliação. Eu sempre entendi que um governo de conciliação é quando você pode fazer mais e não quer fazer. Agora, quando você pode fazer menos e acaba fazendo mais, é quase que o começo de uma revolução – e foi o que fizemos neste país”.

É uma defesa retórica, com exagero, mas que toca em um ponto nevrálgico. A crítica feita aos governos do PT deixa subentendido que a alternativa à conciliação seria uma estratégia vitoriosa de enfrentamento. No entanto, o mais provável é que levasse à derrota. O projeto de Lula no poder, que André Singer descreveu como um “reformismo fraco”, nasceu de uma percepção muito desencantada da correlação de forças no Brasil, do entendimento de que o caminho para a implantação um programa menos diluído, que atacasse com maior firmeza nossos problemas estruturais, estava de antemão fechado.

Os limites do pacto lulista são claros. Muitos dos principais gargalos para a construção de uma sociedade mais justa e mais democrática foram deixados quase intocados – o rentismo, a monopólio da informação, o latifúndio. A proposta petista original de uma política mais horizontalizada e participativa foi muito encolhida, para não prejudicar os acertos com a elite política tradicional. O modelo

de desenvolvimento predatório, despreocupado com o impacto ambiental, não foi questionado. A inclusão social foi feita prioritariamente por meio do acesso ao consumo, o que tanto garantia a reapropriação privada do fundo público quanto dificultava a luta pela construção de uma lógica social diferente. O medo dos grupos fundamentalistas inibiu muitas iniciativas de proteção dos direitos das mulheres e da comunidade LGBT. A aposta exclusiva na política institucional produziu desmobilização e, quando tudo desandou, dificuldade para organizar a resistência.

Por outro lado, também não dá para recusar os avanços do ciclo petista. É impossível não se comover com os depoimentos das pessoas que ganharam um futuro com as políticas de transferência de renda. Com aqueles que só agora tiveram acesso a algumas das comodidades da vida moderna, com o Luz para Todos. Com os estudantes que chegaram à universidade, por vezes prosseguindo em mestrados e doutorados, vindos de famílias pobres, de pais analfabetos, graças às políticas de expansão da oferta e democratização do ingresso. Com a efervescência cultural das periferias, que não brota dos governos de Lula e Dilma, mas ganha maior alcance e visibilidade com os projetos de apoio à descentralização da produção.

Mas isso é passado. As condições de reprodução do pacto lulista não existem mais: pode-se dizer que, quando um não quer, dois não conciliam. A esquerda brasileira, com Lula incluído nela, precisa

encontrar um caminho pós-lulista. O que implica não em descartar, mas em fazer a crítica e superar o lulismo que tivemos, o que necessariamente implica em mais enfrentamento político e uma aposta maior na mobilização popular.

Neste processo, há dois elementos principais do lulismo que a esquerda brasileira precisa reter – e reler em uma chave mais à esquerda. O primeiro é a capacidade de comunicação com as massas populares. Lula tem, é claro, uma trajetória invulgar, mesmo para lideranças da esquerda, que favorece a comunicação com o povo. Tem também uma extraordinária competência oratória, uma sensibilidade inata para compreender as audiências e um grande talento para gerar empatia, qualidades não estão dando sopa por aí. Mas sua capacidade de comunicação nasce também de uma recusa consciente a fazer política para seitas. Lula se comunica com a massa porque quer fazer política com a massa, quer ampliar o alcance do discurso, quer romper o círculo da própria esquerda. Sem essa virtude, ele seria talvez um nome com importância na história do sindicalismo brasileiro, mas não o fenômeno político que é. A esquerda brasileira precisa aprender essa lição e parar de se preocupar apenas em falar para si mesma.

O outro elemento valioso do lulismo é o sentido de urgência no enfrentamento das necessidades dos mais pobres. Ele também nasce da vinculação direta com as classes populares, cujas carências não permitem esperar os nos-

sos sonhos. Reconecta a esquerda com o melhor entendimento da política como prática baseada na verdade efetiva das coisas e instrumento para transformação do mundo. E permite a obtenção de uma base social alargada.

Há, no entanto, armadilhas no interior destas virtudes – e ler o lulismo “à esquerda” é exatamente tentar escapar das armadilhas. A busca por uma comunicação ampliada imediata pode levar a evitar enfrentamentos com o senso comum e com a ideologia dominante – e assim dificultar avanços além de certo limite. Julgo que, nos melhores momentos de sua carreira política, Lula soube evitar esse erro. Sem cair nos chavões da esquerda, conseguiu fazer do diálogo com a massa um momento de educação política real. Mas não quando, já no processo de construção da saída lulista, reduziu seu programa ao ideal liberal da “igualdade de oportunidades” e passou a minimizar o conflito social adotando a persona “paz e amor”.

Já o realismo ou pragmatismo que resulta da consciência da urgência das necessidades dos mais pobres corre o risco de resvalar no possibilismo – isto é, no esquecimento de que a vontade de mudar o mundo também é parte da realidade do mundo, na aceitação dos limites à transformação do mundo como inamovíveis, na secundarização da parte da luta política que consiste em alterar as condições da própria luta. Com isso, o enfrentamento das necessidades mais urgentes acaba por se tornar o horizonte

final do projeto político e a transformação social radical é deixada de lado.

Penso, ao contrário, que é necessário manter sempre em mente uma lição de Gramsci – estou me referindo ao trecho dos *Cadernos do cárcere*, em que ele assinala o caráter criador do “político em ação”, que “é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio turbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade fatural”. De maneira sintética, Gramsci está indicando a necessidade de ultrapassar tanto o possibilismo, que vê os limites postos à ação política como imutáveis, quanto o voluntarismo, que julga que eles podem ser desprezados por mera decisão subjetiva. O realismo de Gramsci, herdeiro de Maquiavel e de Marx, inclui em seu relato tanto as energias transformadoras latentes no mundo social quanto a vontade atuante de mobilizá-las. Um “lulismo à esquerda” deve conjugar essa compreensão com o entendimento de que é preciso provocar mudanças aqui e agora.

Preservar as virtudes do lulismo escapando de suas armadilhas não é um projeto fácil, mas é necessário para produzir uma prática política que seja radical sem ser onírica e que incida na realidade sem deixar de recusá-la.

16. ENTRE O FASCISMO E NÓS, SÓ HÁ NÓS

Conforme o projeto do golpe se desnudava, ficava mais evidente que só a luta popular seria capaz de interromper os retrocessos.

20 de abril de 2018.

Com o golpe de 2016, as condições da disputa política no Brasil entraram em processo de rápida deterioração. A institucionalidade fundada na Constituição dita “cidadã” opera de maneira cada vez mais precária; suas garantias são cada vez mais incertas. A prisão do ex-presidente Lula, após julgamento de exceção, ao arrepio do texto expresso da própria Carta de 1988 e com inequívoca intenção de influenciar no processo eleitoral, simboliza com precisão a situação em que nos encontramos.

Ao mesmo tempo, a violência política aberta se alastra, seja por meio dos agentes do Estado (como mostra a repressão cada vez mais truculenta às manifestações populares e a perseguição aos movimentos sociais), seja contando com sua complacência. Das tentativas de intimidação à expressão de posições à esquerda em espaços públicos ao brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (e seu motorista Anderson Gomes), passando pelos atentados às caravanas de Lula, são muitos os episódios que revelam esta escalada. Há rincões em que o assassinato político nunca deixou de existir – somos um país em que o lati-

fúndio nunca parou de matar lideranças camponesas, por exemplo. Neles, o golpe agravou o quadro, dada a sensação de “portei­ras abertas” que o retrocesso no Brasil gera para os mandantes dos crimes. E, nos lugares em que o conflito político apresentava um verniz mais civilizado, regredimos para patamar inferior.

Dissemina-se, no Brasil, uma forma de macartismo. Não há interdição legal ao pensamento de esquerda, mas fomenta-se um ambiente social em que ele não pode ser manifestado. As instituições que deveriam garantir a liberdade de expressão são omissas, quando não coniventes com os abusos. A resposta padrão à exposição de valores democráticos e progressistas, em muitos ambientes reais e virtuais, é uma saraivada de impropérios e ameaças. Acusada de “desviante”, a produção artística enfrenta a ojeriza de setores organizados e com influência sobre o público. Procuradores e juizes põem em xeque a liberdade acadêmica, às vezes sob o comando do Ministério da Educação, em dobradinha com um pretense “movimento” voltado a impedir o pensamento crítico nas escolas pela mobilização dos preconceitos dos pais. Espaços da mídia alternativa são estrangulados economicamente e sofrem tentativas de censura judicial. Na mídia corporativa, as vozes dissonantes são silenciadas e ridicularizadas. O espaço do debate público é estreitado quase até desaparecer. O vocabulário se entorta na direção do conservadorismo: temos que enfrentar o fantasma da “doutrinação”, burlar o veto à discussão

sobre “gênero”, voltar a estabelecer o valor da igualdade, traçar novamente o sentido dos direitos.

Na sua versão mais extremada, as forças que se encontram na ofensiva na disputa política, no Brasil de hoje, namoram com o fascismo. O dissenso é traição; o adversário precisa ser eliminado. As hierarquias sociais não podem ser desafiadas. Qualquer oposição aos mecanismos de dominação vigentes, qualquer insinuação de ameaça à sua reprodução inalterada, é marcada como “desordem” a ser esmagada. A desordem na família, a desordem no trabalho, a desordem na escola, a desordem na cidade – contra elas, a solução é a imposição da força.

Quem nos protegerá do avanço do fascismo? Certamente não a lei, que vigora de forma tão insuficiente e que se encontra nas mãos de pessoas dispostas a compactuar com este avanço na medida em que colabore para a promoção de seus próprios interesses. Pensemos nos chefes dos poderes da República: Michel Temer, Cármen Lúcia, Rodrigo Maia. Será possível dizer que algum deles possui valores ético-políticos de base, que limitem a amplitude de seu oportunismo? Há em qualquer um deles algum apreço pela liberdade, pela justiça, um sentimento estendido de solidariedade, que os coloque decididamente no lado do antifascismo? Os fatos sugerem uma resposta negativa.

O que nos impede de mergulhar no fascismo é que ainda há, na sociedade, uma oposição que faz com que esse

mergulho seja custoso. É só a nossa resistência, a nossa recusa cotidiana a ceder sem luta qualquer palmo das nossas liberdades, que poderá nos defender do fascismo.

17. A EMERGÊNCIA DO AUTORITARISMO PLURALISTA

Na ausência de um ordenamento jurídico legítimo, os aparelhos da repressão estatal inauguravam uma escalada de arbitrariedades.

15 de agosto de 2018.

Em meio a tantas violências e retrocessos, uma chama a atenção: a ofensiva da Polícia Federal para silenciar, na Universidade Federal de Santa Catarina, qualquer crítica à operação que levou ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier, em outubro do ano passado. Cancellier, conhecido na UFSC como Cau, foi preso e humilhado pela PF. Libertado, permaneceu proibido de entrar no campus. Dias depois, cometeu suicídio, num gesto desesperado para denunciar a violência que estava sofrendo. Quem o conhecia sabia que não era um radical. Pelo contrário. Historicamente ligado a um partido apoiador do golpe, o PPS, sempre foi um moderado, um negociador e um conciliador.

A trágica morte do reitor, como era de se esperar, causou revolta na

universidade. A revolta se agravou conforme mais detalhes sobre a operação vinham à tona, culminando na divulgação do relatório do inquérito, incapaz de apontar uma única evidência sólida do pretenso esquema de desvio de verbas no ensino à distância, muito menos do envolvimento de Cau. À parte motivações circunstanciais, vinculadas à figura mais que duvidosa do corregedor Rodolfo Hickel do Prado, a operação na UFSC se explica apenas pela intenção de desmoralizar a universidade pública. O jornal paranaense Gazeta do Povo, que tem se destacado nesta campanha, nem esperou: no dia mesmo da prisão de Cau lançou reportagem dizendo que estava provado que o pretenso “alto custo” da educação superior pública no Brasil era causado pela corrupção.

A comoção causada pelo suicídio do reitor não sensibilizou a Polícia Federal. Mesmo com a gritante ausência de provas, o relatório do inquérito mantém as acusações iniciais. Não houve nenhuma investigação sobre os excessos na operação. Pelo contrário, em dezembro a delegada Erika Marenga, responsável por ela, foi promovida, sendo nomeada superintendente do órgão em Sergipe. Poucos dias após a premiação da delegada, a PF fez na Universidade Federal de Minas Gerais operação similar à que tinha realizado na UFSC, com o mesmo caráter espetacular, levando em condução coercitiva, sob alegações risíveis, o reitor e a vice-reitora (também reitora eleita), entre outros funcionários e professores. A criminalização da gestão universitária é uma das frentes da luta

pela destruição da universidade pública, junto com o subfinanciamento e a censura.

O que salta aos olhos, no caso da UFSC ou da UFMG, é o abuso da autoridade policial, que impõe constrangimentos desnecessários às pessoas investigadas – aliás, investigadas com base em indícios frágeis ou inexistentes. Cancellier, não custa lembrar, foi preso antes de ser sequer chamado para prestar esclarecimentos. O mesmo ocorreu na UFMG com o reitor Jaime Arturo Ramirez e a vice-reitora Sandra Regina Goulart Almeida. Pois o passo seguinte da PF não é apurar o que aconteceu, mas impedir que o abuso seja denunciado. O professor Áureo Moraes foi intimado, acusado de calúnia e difamação, obrigado a informar a autoridade policial sobre eventual mudança de domicílio, por ter gravado entrevista em evento em solidariedade a Cau. Outro professor da UFSC, Mario de Souza Almeida, foi também intimado a “prestar esclarecimentos” pelo discurso que fez numa formatura.

Criminalizar o protesto de cidadãos contra ações de autoridades é um passo seguro para a instauração de um Estado policial. Em entrevista à imprensa, o diretor da PF, delegado Rogério Galloro, defendeu a intimidação contra os professores, desenvolvendo o raciocínio bizarro de que “não é uma investigação contra a universidade. É de crime contra a honra”. Para se defender da acusação de autoritarismo, explicou que “tem outros meios de protestar que não acusar uma autoridade de abuso”.

Em suma, agora a Polícia Federal se julga no direito de definir que tipo de manifestação pública é permitida ou não. Se o protesto não for contra ninguém e não indicar nenhum motivo, Galloro libera.

Creio que o comportamento da PF em Santa Catarina é o indício de uma característica do Brasil do golpe. A carta de 1988 deixou de vigorar em sua plenitude, como mostram, entre muitos outros episódios, a derrubada ilegal de uma presidente no exercício do mandato e as manobras para garantir a prisão de Lula em oposição direta ao artigo 5 da Constituição. Mas não há um centro de autoridade unívoco ou um novo conjunto de regras que discipline o exercício, mesmo que despótico, do poder. A cada momento, ganha quem mais pode. Se o Supremo decide demitir o presidente do Senado, por exemplo, como ocorreu em dezembro de 2016, mas o presidente do Senado tem força, é o Supremo quem se curva e revoga a decisão.

Vivemos um momento, para dizer de forma provocativa, de **autoritarismo pluralista**. Diversos braços do Judiciário e do Executivo, as casas do Legislativo, o Ministério Público, as polícias: cada grupo que se julga provido de certo poder se esforça por exercê-lo de forma incontrolada. Não há, como nos estados autoritários típicos, um poder incontestado que se sobrepõe aos outros e regula o exercício do arbítrio. Raul Jungmann, que atende como ministro da Segurança Pública do governo Michel Temer e é o superior formal da PF, pediu “esclarecimentos” sobre

a perseguição a Áureo Moraes, mas foi um gesto protocolar. A corporação confia no próprio taco e se sente imune à autoridade do ministro, conforme revela a entrevista de Galloro defendendo as ações de intimidação, que é posterior ao tal pedido de esclarecimentos.

É um hobbesianismo singular: são as instituições políticas que se encontram em estado de natureza. E, talvez por estarmos numa etapa ainda inicial do jogo, em que cada uma delas vislumbra a possibilidade de afirmar mais e mais seu próprio arbítrio, nenhuma parece interessada na restauração do estado de direito.

18. OS TRENS NÃO VÃO SAIR NO HORÁRIO

Com Bolsonaro, favorito, no segundo turno, era bom lembrar: autoritarismo não significa ordem.

17 de outubro de 2018.

O símbolo do governo de Mussolini, na Itália, era a pontualidade da rede ferroviária. Recado claro: com mais autoridade, com mais disciplina, com a mão forte do poder, tudo passava a funcionar melhor. O custo era perder algumas liberdades, mas, imaginava-se, valia a pena. Afinal, quem não quer os trens saindo no horário? Como escreveu Fernando Pessoa, sarcástico: “Os fascistas matam seu pai mas você tem a certe-

za que, metendo-se no comboio, chega a tempo para o enterro”.

Há algo dessa mentalidade no apoio a Bolsonaro. O Brasil, dizem, está uma bagunça e é preciso pôr ordem na casa. “Bagunça” é uma categoria elástica. Inclui corrupção, criminalidade desenfreada, desrespeito aos professores, serviços públicos insuficientes, casais de *gays* ou lésbicas andando de mãos dadas nas ruas, nudez em público, mulheres mandando em homens, bandeiras vermelhas em manifestações, polícia que mata de menos. Fatos e fantasias se misturam no mundo dos memes bolsonarianos, mas a resposta a todos os desafios é, sempre, mais autoridade.

Mas será possível esperar de um governo Bolsonaro algo próximo da “ordem” que ele promete?

É difícil. Apesar de todo o discurso de disciplina, a campanha de Bolsonaro não possui comando, sendo antes um espaço de permanente disputa entre personalidades e grupos que querem se impor uns sobre os outros – general Mourão, Paulo Guedes, Gustavo Bebbiano etc. O líder não é capaz de pacificá-los. Sendo alguém tão limitado, desprovido de conhecimento sobre a realidade e com evidente déficit intelectual, Bolsonaro está condenado a ser um brinquedo nas mãos daqueles que lutam por influência dentro de seu *entourage*.

Na relação com o Congresso, certamente imperará o velho toma-lá-dá-cá. O homem da articulação política é Onyx Lorenzoni, legítimo representante da eli-

te política corrupta de sempre. Mas os novos quadros, a bancada de *outsiders* eleita pelo PSL e por bolsonarianos soltos em outros partidos, o que podemos esperar deles? Muitos analistas têm destacado o fato de que é um grupo mais ideológico, portanto menos maleável que a direita brasileira tradicional. Pode ser. Mas isso os torna menos predatórios? Pessoas como Kim Kataguiri, Joice Hasselmann, Alexandre Frota ou o principzinho “imperial”, que já demonstraram tantas vezes uma completa ausência de sentido moral, certamente vão buscar todas as vantagens que puderem obter. Como cada um deles se vê como um herói da cruzada antipetista, julgam que o Estado brasileiro é seu merecido butim.

Com a política econômica ultraliberal já apontada por Paulo Guedes, elemento central do apoio que o grande capital hoje dá à deriva neofascista, as condições de vida das majorias certamente piorarão. Bolsonaro oferece a seu público um conjunto de bodes expiatórios – feministas, LGBT, “petralhas” – e a possibilidade de livre exercício da violência contra eles. As circunstâncias são muito diferentes, mas o paralelo que vem à cabeça é a campanha de ódio que levou ao genocídio em Ruanda, em 1994. Até quando essa violência compensatória anestesiará a base? Até quando será ignorado o efeito da destruição dos serviços públicos, da redução da renda, do aumento do despotismo nos locais de trabalho?

Os próprios estrategistas de Bolsonaro admitem que sua populari-

dade deve logo se esvaír. Podemos esperar, então, um início de governo devastador, em que tentarão aproveitar o empuxo dado pela vitória eleitoral para destruir o que ainda houver de democracia e de direitos. Quem nos protegerá disso? As “instituições” que já se mostraram coniventes com o golpe de 2016? Um Supremo tão acovardado que seu presidente já se alinha com a defesa (por enquanto envergonhada) da ditadura de 1964?

A eleição de Bolsonaro, não nos equivoquemos, é o prenúncio da ditadura. Resistir a um novo golpe, agora de caráter neofascista, tendo-o na presidência será muito mais difícil. Iludem-se aqueles que agem hoje pensando nas vantagens que poderão ter em 2022, simplesmente porque a própria continuidade do processo eleitoral está ameaçada.

Nossos problemas não serão resolvidos em 28 de outubro. A besta fascista foi posta nas ruas e não se recolherá por causa de uma simples derrota eleitoral. Os efeitos do golpe de 2016 e dos retrocessos de Temer estão aí. Mas as condições da resistência são muito sensíveis ao resultado das urnas. Para todo o campo democrático, qualquer que seja o balanço que se faça do PT e de seus governos, eleger Fernando Haddad é essencial para que possamos sonhar em sair da defensiva e retomar a tarefa de reconstrução democrática do Brasil.

19. O OLAVO DO MERCADO

No início do governo Bolsonaro, a mídia se esforçou para separar uma ala “ideológica”, composta por seguidores do charlatão Olavo de Carvalho e fanáticos religiosos, de outra, “técnica”, representada pela área econômica. Mas nunca foi bem assim.

22 de março de 2019.

Nas eleições do ano passado, diante da inviabilidade eleitoral de seus candidatos, os grupos dominantes do Brasil se viram frente a uma encruzilhada. Podiam reabrir um caminho de negociações com o PT, que lançara um candidato presidencial mais do que palatável, Fernando Haddad, e assinalava com clareza sua disposição para pactuar um lulismo 2.0, adequado às condições adversas do pós-golpe de 2016. Este caminho implicava restabelecer algum grau de vigência da Carta de 1988 e alguma moderação no frenesi pela destrutiva de direitos e de políticas de proteção social. A outra opção era apoiar um candidato destemperado e despreparado, notabilizado por seu discurso histriônico de apologia à violência e com notórias ligações suspeitas com grupos criminosos. A burguesia, as elites políticas tradicionais, a imprensa e as classes médias não titubearam e escolheram a segunda opção.

Com Bolsonaro na presidência batendo o recorde mundial de vexames por minuto, muitos destes setores estão preferindo guardar distância de seu eleito. Da goiabeira ao *golden shower*, passando

por Queiroz e pelos laranjais, são muitos os motivos para evitar associação com o novo governo, que agora apanha até em editoriais do *Estadão*. Mesmo o ex-juiz Sérgio Moro, o herói da cruzada para salvar o Brasil do petismo, desmoralizou-se rapidamente. Sobra apenas um pilar do bolsonarismo no poder, o czar da economia, Paulo Guedes, avalista do apoio do capital ao ex-capitão, até então visto com desconfiança, como um estatista autoritário – o problema, claro, residia no “estatista”, não no “autoritário”.

A cobertura da imprensa é significativa. Guedes é tratado como alguém que sabe o que faz e um dos problemas centrais de Bolsonaro seria não priorizar, na presidência, a defesa das “reformas” prometidas por seu ministro. Mas a competência e a sensatez de Paulo Guedes podem entrar na conta das *fake news*.

Não se trata só da ignorância absoluta sobre a gestão do ministério, ilustrada pelo episódio da célebre conversa com o então presidente do Senado, Eunício Oliveira, em que Guedes desdenhou a aprovação do orçamento da União dizendo “o orçamento eu faço depois”, ou pela exoneração sumária de todos os funcionários com cargo de confiança que haviam trabalhado nos governos petistas, paralisando as atividades por longo período – não era possível nomear outros para seus lugares, porque até os funcionários que sabiam como fazer as nomeações tinham sido afastados... Nem é apenas a incapacidade de discutir e negociar, com grupos sociais

ou com o parlamento, adotando sempre um tom de ameaça.

Mais do que isso, Paulo Guedes é o arauto de uma forma de fundamentalismo de mercado que bem pode ser descrita como uma espécie de *terraplanismo econômico*. Todas as evidências mostram que a brutal desregulamentação que ele advoga não leva ao crescimento, mas somente à concentração da riqueza e à pauperização da população. A privatização ensandecida de Guedes e de seu assessor Salim Mattar não equilibrará as contas públicas e privará o Estado brasileiro de receitas e de instrumentos de ação. Sua fúria contra o funcionalismo público, que o leva a aventar o fechamento de instituições como o IBGE, só pode ser classificada de irracional: não é possível imaginar um Estado moderno, mesmo mínimo, que se prive dos instrumentos básicos de aferição da situação da sociedade que ele quer comandar.

Guedes gosta de reciclar o velho dito de que a esquerda tem coração e a direita tem cérebro, mas parece que a ele faltam ambos. Ele é imune ao raciocínio lógico, ao aprendizado com a experiência histórica e à realidade factual. A reforma da Previdência, prioridade máxima dele e do capital hoje, serve de exemplo. O modelo pinochetista, que ele deseja implantar no Brasil, é um perfeito *case* de fracasso – exceto para os especuladores que roubaram a poupança da classe trabalhadora. Mesmo com ajustes que foram feitos para minorar a situação (com intervenção, vejam só, do Estado!), os aposentados recebem em média me-

nos da metade do que lhes havia sido prometido. Mais de 90% deles ganham cerca de metade do salário mínimo. Os jornais noticiam uma onda de suicídios de idosos, o que talvez seja mesmo a solução ideal para Guedes.

A insensibilidade das nossas elites para com a situação da classe trabalhadora é notável e se manifesta com especial virulência no debate sobre a previdência. Guedes não tem o monopólio dela. Rodrigo Maia, por exemplo, interveio para dizer que “todo mundo consegue trabalhar até os 80 anos” (como a expectativa de vida está em 75 anos, percebe-se que muitos vão ter que procurar emprego na condição de almas penadas). Mas essa cegueira de classe, ainda que comum, é indesculpável naqueles que deveriam governar a totalidade dos brasileiros. Para Maia, como para Guedes, aposentadoria é o que se dá à mão de obra tornada inservível e o aposentado não conta como um ser humano que ainda tem uma vida a viver. Para o trabalhador e a trabalhadora, ao contrário, a aposentadoria é a ansiada alforria. O momento em que eles podem alcançar um pouco da liberdade existencial de que os burgueses desfrutam. Para isso, é preciso que tenham duas coisas: alguma tranquilidade material e suficiente saúde.

Essa perspectiva é silenciada sistematicamente no debate brasileiro sobre a reforma da Previdência. Um debate limitado, enviesado, com dogmas que, justamente por serem tão frágeis, não podem sofrer questionamentos. Esses

dogmas incluem o enquadramento da questão exclusivamente sob o ângulo contábil e a “bomba relógio” do “indiscutível” desequilíbrio estrutural. Outro dogma é a ideia de que trabalhador existe para trabalhar, isto é, para gerar mais-valor, enquanto tiver um sopro de energia no corpo.

Guedes é, hoje, o repetidor-mor desse discurso dogmático. Seu papel é enunciar certezas e impedir o debate sobre elas. A mídia gosta de diferenciar os olavetes e fanáticos religiosos, que formariam a “ala psiquiátrica” do governo, de seu homem no Ministério da Economia. Mas Paulo Guedes não é tão diferente do guru de Richmond, em seu apego a teorias sem fundamento e em sua arrogância e truculência na discussão pública. Faltam o charuto, o licor de laranja e o tapete com a pele do pobre urso bebê, mas, a seu modo, ele é o Olavo do mercado.

20. CONSPIRAÇÃO LAVA JATO

As mensagens privadas da força tarefa do Ministério Público, obtidas pelo The Intercept Brasil, comprovaram o caráter da Operação Lava Jato: uma conspiração contra a democracia.

10 de junho de 2019.

Para quem tem acompanhado com um pouco de atenção a política bra-

sileira dos últimos anos, os documentos divulgados ontem por *The Intercept Brasil* têm mais sabor de confirmação do que de revelação. Restavam poucas dúvidas sobre a motivação política da Lava Jato ou sobre o comportamento anti-ético do juiz Sérgio Moro. Vendida pela mídia e pela direita em geral como a maior operação de combate à corrupção da história, a Lava Jato é, ela própria, profundamente corrupta. Seu objetivo nunca foi combater desvios, mas sim retirar o Partido dos Trabalhadores do poder, pelos meios que fossem necessários, interrompendo suas tímidas políticas sociais compensatórias. Agora, essa conclusão não é mais uma mera especulação, ainda que sustentada em evidências. Está comprovada.

A Lava Jato não foi capaz de garantir a eleição de Aécio Neves em 2014, mas permitiu a deflagração do golpe de 2016, abriu as portas para a criminalização do PT e da esquerda, colocou Lula na prisão e fez do miliciano ou amigo de milicianos Jair Bolsonaro o novo presidente da República. Seu saldo líquido é o recuo das instituições democráticas e do império da lei, a obsolescência da Constituição de 1988, a degradação dos três poderes, a maior vulnerabilidade da república a grupos criminosos, a retirada de direitos, a perda da soberania nacional e o aumento da vulnerabilidade social.

O nome com que a operação passará à história, não resta mais dúvida, é “Conspiração Lava Jato”. Os documentos publicados até agora indicam com cla-

reza que Moro e os procuradores conspiraram – no sentido preciso da palavra – para prender Lula e para influenciar resultados eleitorais. Não tardará a ficar evidente a participação de outros agentes, como a mídia corporativa ou os Estados Unidos.

Para o campo democrático, as novas informações redimensionam a campanha pela libertação de Lula. A rigor, todas as sentenças oriundas da Lava Jato precisariam ser anuladas. A vinculação da corrupção do Judiciário com os demais retrocessos que ocorreram no país tornou-se ainda mais gritante. E a ilegitimidade da eleição de 2018 também não tem mais como ser escondida. Entendido como bandeira que sintetiza a denúncia do ataque às instituições democráticas, o “Lula livre” deve representar não só a defesa da liberdade do ex-presidente e de todos os outros presos políticos, como também a oposição ao golpe e às políticas que ele implementou – e mesmo, na medida em que as condições permitirem, a exigência de anulação do pleito do ano passado.

Para a extrema-direita, pouco muda. O cinismo, que ela se habituou a praticar no debate público, já está a pleno vapor. Nas mídias sociais, robôs e robotizados reagiram às reportagens do *The Intercept Brasil* com frases como “Lula tá preso, babaca”. No contexto, a frase é uma confissão de culpa e revela o universo mental deste grupo: a política é um vale-tudo e, se Moro e Dallagnol desrespeitaram as regras básicas da ética e

da lei para prejudicar seus adversários, ainda mais “heróis” eles são.

Quem fica em maus lençóis mesmo é o amplo setor do lavajatismo que se quer “civilizado” – aqueles que não desejavam se confundir com Bolsonaro, que não queriam se comprometer com o desmonte da democracia brasileira, mas ficavam satisfeitos com a criminalização do petismo e incorporaram a versão do “combate sem tréguas à corrupção” como justificativa. É um amplo grupo, que inclui parte da cúpula do Judiciário e parte da grande imprensa; políticos conservadores que se projetam como respeitáveis, como Fernando Henrique Cardoso e Marina Silva, e também o udenismo de ultraesquerda. Para estes, chegou a hora da verdade. Ou mandam publicamente os escrúpulos às favas ou terão que romper sua convivência com a conspiração.

21. OS ISENTÕES TOMAM A FRENTE DO GOLPE

As revelações do Intercept levaram Moro a desculpas risíveis – e muitos outros a malabarismos para tentar manter as consequências da Lava Jato (em especial, a criminalização da esquerda) a despeito do desvelamento de seu modus operandi.

11 de junho de 2019.

A divulgação das conversas da força-tarefa da Lava Jato com o então

juiz Sérgio Moro adquiriu tal magnitude que se tornou impossível, para o *establishment* político e midiático, ignorá-las. A direita extremada manda suas hordas, nas redes virtuais, redobrar a virulência nos ataques ao “petismo” (categoria ampla que engloba todo o campo democrático), lançar acusações contra Glenn Greenwald e preparar falsificações para, a partir delas, tentar desmoralizar os diálogos autênticos. Ações de quem está na defensiva e não vê como sair dessa posição.

No início relutantes, os meios de comunicação corporativos acabaram tendo que noticiar o vazamento, mesmo que de forma tímida e enviesada. A tentativa de minimizar o episódio, emblematizada pela reação inicial de Fernando Henrique Cardoso (“tempestade em copo d’água”), logo mostrou fôlego curto. A natureza dos crimes cometidos por Moro, Dallagnol e seus asseclas faz com que eles, mesmo que não pareçam tão espetaculosos para os desavisados, sejam imediatamente identificados como gravíssimos nos meios jurídicos. A corregedoria do Ministério Público iniciou investigação sobre Dallagnol e mesmo a OAB, cuja postura ao longo de todo o processo do golpe sempre foi de cumplicidade ativa, pediu o afastamento dos implicados.

Os jornalões, que ontem tentavam esconder o episódio, hoje começaram a se render. O *Estadão* ainda arranja uma manchete fora do tema, mas O Globo diz “Conversas de Moro com procuradores e ação de hacker serão investiga-

das”. Tenta o difícil caminho de colocar os malfeitos da Lava Jato e o trabalho jornalístico do *Intercept Brasil* no mesmo saco. A *Folha* escancara a crise: “Governo Bolsonaro se blinda e adota cautela com Moro”.

Abre-se, então, a possibilidade de sacrificar Moro. Até agora, o ex-juiz não conseguiu inventar uma linha de defesa razoável. Primeiro, lançou uma nota cujo efeito principal foi confirmar a autenticidade dos diálogos. Agora, esconde-se atrás de um insustentável “não vi nada demais” – mas se alguém que era juiz não via “nada demais” em orientar um dos lados de um caso que ia julgar, das duas uma: ou é mentecapto ou é cínico. Em Manaus, ontem, deu chilique e interrompeu entrevista em que foi indagado sobre o assunto.

O ex-justiceiro de Curitiba mostra, uma vez mais, despreparo. E a posição de bode expiatório casa como uma luva para ele, por dois motivos. Primeiro, embora sempre tenha sido apenas um peão, tornou-se símbolo da Lava Jato e “herói” nacional. Se cair, dará a impressão de que a justiça triunfa. Depois, porque todos já perceberam que é frouxo. Outro, em seu lugar, já teria batido a mão na mesa e dito “se eu cair, eu explodo essa zorra toda”. Moro não é desses. O primeiro e crucial dia da crise passou sem uma manifestação vibrante de solidariedade do governo no qual ele teria entrado como “avalista”.

É aí que os “isentos” se apresentam, para sugerir um caminho. Trata-se

de afastar Moro, mas manter de pé suas decisões. Um folclórico colunista conservador da *Folha de S. Paulo* escreve hoje que, embora esteja demonstrado que “o ex-juiz e os procuradores estabeleceram uma relação de proximidade absolutamente inadequada, que dá substrato à suspeita, desde sempre levantada pela defesa do ex-presidente, de que Moro não atuava com imparcialidade”, os julgamentos não devem ser anulados, já que “não há sugestão de que Moro e os procuradores tenham interferido na realidade fática das provas”. Se o raciocínio dele tivesse lógica, poderíamos abolir a magistratura: a “realidade fática das provas”, por si só, condenaria ou absolveria. Mas, na verdade, a “realidade fática das provas” exige interpretação; por isso é que se cobra imparcialidade do juiz. Quando esse juiz colabora com um dos lados e mesmo, detalhe que Helio Schwartzman convenientemente ignora, reconhece privadamente que as provas que vai usar para condenar são muito frágeis, não há como salvar o processo.

Do Twitter, vem a contribuição da-quele que é a encarnação brasileira da personagem de Macedonio Fernández, “el hombre que será Presidente y no lo fue”: “Antes que as paixões contra ou a favor do ex-presidente Lula – o mais notável atingido pela Lava Jato – venham aqui defender cegamente seus interesses, lembrem-se de Eduardo Cunha, Geddel Vieira Lima, Palocci... todos esses poderão se beneficiar com o que está acontecendo”. Portanto, para Ciro, a manutenção de “homens maus” presos compensa a violação de todas as regras do correto

processo judiciário. Falando para um público diferente, ele admite que a prisão de Lula pode ser injusta, embora seja o preço a pagar pela punição dos outros, mas na essência sua postura não difere do amoralismo da extrema-direita punitivista.

Os diálogos publicados até agora mostram com clareza uma conspiração entre Judiciário e Ministério Público para condenar Lula. Caso mostrem trama igual contra outras pessoas, as condenações precisam também ser revogadas – mesmo que se trate de Eduardo Cunha. Ao contrário do que Ciro insinua, a campanha “Lula livre” não se baseia numa suposta imunidade do ex-presidente, mas na defesa do direito de defesa e das regras do justo processo penal.

Também a ex-senadora, ex-ministra e ex-líder política se manifestou. Uma longa nota, resumida, num tuíte, à ideia de que “não se pode ter dois pesos e duas medidas”. Enigmático, como de costume, mas a leitura da nota, com ênfase em evitar que “possíveis erros sirvam de pretexto para desconstruir a luta anticorrupção”, mostra que a opção é também afastar ou até punir Moro e Dallagnol, mas manter Lula preso. A “luta anticorrupção” é alçada à posição de valor máximo; em nome dela, todos os direitos podem ser atropelados.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, no final do dia de ontem abandonou o discurso da “tempestade em copo d’água” para, quem diria, aderir à linha de Marina Silva. Em um tuíte que

aparentemente não diz nada, conclama um “grande acordo nacional”: “É hora de juízo: sem entendimento perderemos o bonde da história”. O “entendimento”, parece claro, é entre os artífices do golpe, para evitar que a exposição da podridão da Lava Jato prejudique os frutos alcançados até aqui.

Quem desvela melhor a estratégia é outro colunista da Folha, que adverte para o “falso dilema”. Diz ele: “No jogo amarrado da polarização, o público é levado a escolher entre o atropelo do devido processo legal e a impunidade pura e simples”. Em vez disso, “é preciso articular uma posição independente na qual se reconheça a gravidade do que foi revelado pela Operação Lava Jato, a atribuição da responsabilidade política de quem governava durante o período e a necessidade de que a investigação e o julgamento dos ilícitos aconteçam dentro dos parâmetros da lei e da Constituição”.

São palavras bonitas, mas carentes de sentido. O que foi revelado pela conspiração Lava Jato é indissociável de seus métodos. Se o julgamento estava enviesado, se havia predisposição para condenar mesmo com evidências frágeis e impermeabilidade aos argumentos da defesa, não há caminho possível exceto a anulação do processo. Pablo Ortellado ridiculariza o fato de que a esquerda apresenta os diálogos publicados no *Intercept Brasil* como provas cabais “da parcialidade da Lava Jato, do caráter político do julgamento do ex-presidente Lula e de que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi efetivamente um golpe par-

lamentar”. Ele pode falar à vontade em “disputa de narrativas”, mas não muda o fato de que, sim, os diálogos provam tudo isso.

O caminho sugerido agora pelos pretensos isentões é esse: *punir os punitivistas para manter o punitivismo*. Isso não serve para o campo democrático. É preciso restaurar a vigência dos direitos e das garantias. É preciso anular as condenações tendenciosas e injustas. E é preciso desmitificar o discurso do “combate à corrupção”, que convenientemente esquece o caráter estrutural da relação entre capital e Estado e serve apenas para destruir a democracia.

22. PUNITIVISMO, ANTIPOLÍTICA E AVANÇO DA DIREITA

O viés antipolítico da mentalidade punitivista, da qual a Lava Jato era exemplo extremo, é incompatível com a democracia.

12 de junho de 2019.

Quando a Lava Jato eclodiu, muita gente a apoiou de boa-fé. Os vieses da operação eram evidentes a qualquer olhar um pouco atento, mas era possível admitir o discurso de que, cedo ou tarde, a “limpeza” iria alcançar todos.

Desde o começo, os métodos eram, digamos, heterodoxos, mas também era fácil aceitar que um tanto a mais

de “pressão” era o preço a pagar para romper o ciclo de impunidade. Mesmo à esquerda, colava a ideia de que a corrupção – sempre vista como um problema do caráter de alguns indivíduos, não um elemento sistêmico da relação entre capital e política – era o maior problema nacional.

Poucos se preocupavam em analisar as afinidades eletivas entre a Lava Jato e o discurso antipolítico, que tornaram a operação instrumental seja para o desmonte das empresas estatais, seja para o avanço da extrema-direita.

O apelo do discurso do “combate sem tréguas à corrupção” era tanto que já em 2017, portanto depois do golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff, o jornalista Glenn Greenwald – um liberal e democrata, que agora cumpre inestimável papel revelando o conluio entre Sérgio Moro e o Ministério Público – declarava que a Lava Jato era “algo extraordinariamente corajoso, digno de ser homenageado”. Na mesma época, outra jornalista, reconhecida como defensora dos direitos humanos, Eliane Brum, temperava críticas pontuais à operação com a afirmação de que ela “é importante e é imperativo que ela continue”.

O custo de ser contra a Lava Jato era alto: quase como ser a favor da corrupção. Políticos à esquerda saudavam com entusiasmo a operação. Alguns de fato podiam acreditar na retórica da “limpeza geral” do sistema político. Outros antecipavam a derrocada do PT e sonha-

vam com herdar o espólio – o nome de Luciana Genro é apenas o primeiro da lista. Mas mesmo petistas sentiam que o custo de criticar os heróis do momento era alto demais e adotavam um discurso público conciliador. Não foram poucas as declarações de Fernando Haddad, já como candidato em 2018, garantindo apoio à Lava Jato e mesmo elogiando o juiz de primeira instância: “Em geral, Sérgio Moro fez um bom trabalho”.

Por convicção, por ingenuidade ou por oportunismo, muitos abriram as portas para o discurso punitivista e, assim, para a derrocada do Estado de direito e da democracia.

Depois das reportagens de *The Intercept Brasil*, só os cínicos são capazes de defender a Lava Jato. Hoje talvez o mais ativo porta-voz do autoritarismo iliberal no STF, o ministro Luiz Roberto Barroso deu uma declaração pública de transparente clareza: “A corrupção existiu e precisa continuar a ser enfrentada, como vinha sendo. De modo que tenho dificuldade em entender a euforia que tomou os corruptos e seus parceiros [com as revelações do conluio entre juiz e procuradores]”.

O que Barroso está dizendo é que o respeito às regras do processo penal, ao direito de defesa e à imparcialidade judiciária não é apenas uma bobagem, mas uma forma de leniência com a corrupção. Trata-se de punir os “maus” e pronto – e, na ausência do julgamento correto, sabemos quem são os “maus” graças à opinião publicada...

Pouco separa Barroso dos brados de “deporta Greenwald” que ecoam nas redes sociais, vindos da extrema-direita em fúria. Que esta mentalidade tenha um assento na máxima corte brasileira, aquela que deveria proteger a Constituição, é um sintoma grave da situação que atravessamos.

A Lava Jato atuou contra a reeleição de Dilma em 2014, pelo golpe e pela prisão de Lula em seguida, para impedir a vitória do PT em 2018. Seu objetivo nunca foi combater a corrupção e isto parece evidente hoje. Mesmo que tivesse sido, não justificaria os meios adotados.

A pusilanimidade do campo democrático na defesa dos princípios que o caracterizam, sua capitulação diante do discurso fácil e interessado da mídia e sua falta de disposição em fazer a disputa das narrativas são corresponsáveis pelo peso que o punitivismo autoritário ganhou no Brasil. Mas não há conciliação possível: é uma visão que aponta inequivocamente para o fascismo.

23. O QUE FAZER COM UMA NINHADA DE CAMUNDONGOS?

O sistema político logo absorveu e normalizou o escândalo gerado pelas revelações da Vaza Jato – sinal de que não adianta

sonhar com uma “bala de prata” contra os retrocessos.

29 de junho de 2019.

Moro soltou seu mau latim no Twitter para dizer que as revelações do *Intercept Brasil* eram a montanha parindo um rato. Sob qualquer parâmetro do direito e da moral, as revelações não podem ser consideradas “um rato”. Elas exibem um juiz traindo suas obrigações profissionais mais elementares, cometendo crimes, participando de uma conspiração contra o regime democrático.

Para que sejam entendidas, basta alcançar um princípio muito simples: a imparcialidade do juiz. Em qualquer lugar do mundo, as conversas divulgadas com o MP seriam mais do que suficientes para a queda e prisão de Moro, de Dallagnol e do resto da turma, a libertação dos réus que foram vítimas de suas maquinações e a anulação das eleições fraudadas de 2018.

Mas não estamos em qualquer lugar do mundo. Estamos no Brasil de Bolsonaro. Depois de titubear um pouco, Moro e seus “acepipes”, como diria o ministro da Educação, logo encontraram o caminho para sua defesa: o cinismo puro e simples. Negam o óbvio, enquanto piscam o olho para sua plateia.

Temos a corregedoria do MPF se apressando em arquivar qualquer investigação. Temos manifesto de centenas de juízes afirmando que se mancomunar com uma das partes é prática corrente e

aceitável. Temos a Rede Globo. Temos o Supremo, um poder minúsculo, que não está só acovardado, como certa vez disse Lula, mas é cúmplice ativo da destruição do Brasil.

A multidão de múnions, que teme usar o próprio cérebro mais que o diabo teme a cruz, produz sua própria mistura de cinismo e ignorância. No fim, reduz a situação àquela frase lacradora, onde múnions e Gomes se encontram: “Lula tá preso, babaca”.

Moro perde popularidade, perde a luz própria que sempre mais simulou do que de fato teve, e se torna de vez um boneco na mão de Bolsonaro. Se dependesse de suas próprias forças, estaria frito. Mas está protegido pelo arco amplo da direita – bolsonarismo, MBL, Globo, FHC – que entendeu que o caminho do cinismo é o único seguro para garantir a continuidade do golpe de 2016.

O campo democrático, por sua vez, parece paralisado, esperando a anunciada, mas sempre postergada, bala de prata do *Intercept*. Não sei se ela virá. Não sei qual é a agenda de Glenn Greenwald, nem acho que ele tenha a responsabilidade de dar rumo à oposição no Brasil.

Não acho boa a maneira pela qual ele se tornou personagem da crise, polemizando com a direita e a cada dia prometendo novas bombas. Seria melhor um perfil mais baixo, para agudizar a contradição “jornalista imparcial vs. juiz parcial”. Mas o principal é isso: ele não é, nem pode ser, o formulador da estratégia da esquerda. Não podemos ficar

pendentes do cronograma do *Intercept Brasil* e de seus parceiros

A blindagem que o cinismo produz tem potencial para transformar qualquer revelação, por mais importante que seja, no tal rato parido pela montanha. Se Sérgio Moro tivesse um pingão de decência, já teria renunciado e se escondido em qualquer buraco, depois de exposto do jeito que foi. Mas se ele tivesse um pingão de decência não seria Sérgio Moro.

Em vez de esperar pela improvável revelação final, que destruirá Moro, Bolsonaro e o golpe pela simples força de seu enunciado, devíamos trabalhar a sério com a ninhada de camundongos que temos. Falar com quem tem alguma disposição para ouvir e pensar, mostrando como a Lava Jato foi um instrumento para impedir que a vontade popular se manifestasse, discutindo como o discurso do combate desenfreado à corrupção leva à aceitação da destruição da democracia e, sobretudo, vinculando a perseguição contra Lula, a criminalização da esquerda e o golpe com a perda de direitos (congelamento dos gastos, reforma trabalhista, reforma previdenciária).

Não, o *Intercept Brasil* não vai trazer uma solução miraculosa e nos liberar da cansativa tarefa de fazer o trabalho político.

24. AINDA 2013

O discurso de que as manifestações de 2013 eram as culpadas pelos retrocessos ganhou o apoio do ex-presidente Lula. Mas o que dizer de uma esquerda que tem medo de povo na rua?

12 de janeiro de 2020.

Quando eclodiram as manifestações em 2013, eu me coloquei do lado dos “céticos”, por assim dizer. Enquanto alguns amigos saudavam a eclosão da revolução popular, eu julgava que um movimento tão carente de organização e de liderança dificilmente teria força para ser mais do que a expressão pontual de uma insatisfação latente. Sou *old fashioned* demais para pensar diferente.

Não fui capaz de prever a captura de 2013 pela direita, mas, quando ocorreu, ela pareceu bastante óbvia. O MPL não tinha força para comandar protestos tão gigantescos. Aos partidos à esquerda do PT também faltava base social para tanto.

E o próprio PT estava em situação complicada. Era um alvo da insatisfação, já que controlava o governo federal. E a reação inicial de Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo, às reivindicações também não contribuiu para legitimar o partido como interlocutor, muito pelo contrário. (Lembrando que 2013 não começou nem terminou em São Paulo, mas foram as manifestações paulistanas que ganharam a atenção na-

cional e, assim, transformaram aquele momento na onda que se tornou.)

Não há, no entanto, nenhum indício de que as manifestações de 2013 tenham começado como parte do golpe, como disse o ex-presidente Lula em entrevista à Telesur. Não há nenhum indício de que os movimentos de transporte público estivessem a serviço de grupos de direita ou do imperialismo estadunidense, ou infiltrados, ou manipulados. Absolutamente nada sustenta tal tese. Nem provas, nem mesmo convicções. Há uma enorme diferença entre uma mobilização ser capturada pela direita e ser pensada, deflagrada ou patrocinada pela direita. As declarações de Lula, portanto, foram enormemente irresponsáveis (para usar uma palavra amena).

E o uso de uma velha entrevista de Elisa Quadros por uma parte de sua tropa de choque, uma entrevista defendendo *en passant* a libertação de alguém que muitos anos depois revelou ser um terrorista de extrema-direita, só pode ser denominada como calhorda. Elisa Quadros pode ter sido ingênua, precipitada, desavisada, radicaloide, assim como a liderança do MPL pode ser criticada de diversas maneiras. É um bom tema para debate. Mas não dá para chamá-los de quinta coluna, traidores, agentes ianques, nada disso. É bem mais honesto reconhecer que, muito antes de serem tomadas por coxinhas mobilizados pela Rede Globo, as manifestações de 2013 levaram às ruas uma massa de insatisfeitos com os limites do arranjo lulista.

Oferta de empregos, sim, mas de baixa qualificação e baixo salário. Inclusão social, mas mais pelo consumo do que pela oferta de serviços socializados. Combate à miséria, mas convivência com a desigualdade profunda. E o espaço da cidade, fulcro da pauta do MPL, é aquele em que as diversas assimetrias – de classe, de gênero, de raça – e as violências associadas a elas se manifestam com clareza.

O governo Dilma Rousseff e o PT, infelizmente, preferiram conter o movimento e focar na minimização de danos para as eleições do ano seguinte, em vez de buscar um diálogo real com as ruas, que permitisse uma mudança no arranjo vigente, em condições mais favoráveis ao campo popular. Talvez uma disposição diferente, por parte do governo e de seu partido, tivesse dificultado a captura do protesto pela direita. Mas é mais fácil culpar os manifestantes.

A demonização de 2013 por Lula segue essa lógica. O povo na rua atrapalhou o governo, colocou em risco a reeleição, logo estava a serviço dos adversários. É melancólico ver o maior líder popular da nossa história, forjado nas jornadas memoráveis de 1978, condenando liminarmente manifestações populares, como se fossem “estorvos” para a ação política. É a demonstração máxima da conversão total e absoluta do lulismo à política institucional, aquela que começa e termina nas urnas, nos parlamentos e nos tribunais. O que, aliás, leva a um péssimo prognóstico para

a resistência necessária aos retrocessos em curso.

Esse é o drama da esquerda brasileira. Por um lado, apesar de declarações soltas que permitem vislumbrar algo diferente, mas que logo se dissipam, Lula mantém os dois pés fincados na estratégia de acomodações sucessivas – cujo esgotamento, no entanto, vem sendo provado cabalmente desde o golpe de 2016. Por outro lado, Lula permanece sendo o maior depositário de duas virtudes das quais a esquerda brasileira precisa desesperadamente: a capacidade de comunicação com as massas mais amplas e o sentido de urgência, de busca de respostas imediatas para problemas prementes, em vez de desenhar cenários grandiosos para um futuro indeterminado.

25. A ESQUERDA EM CRISE DIANTE DA CRISE

A pandemia revelou a face mais insana e criminosa do governo Bolsonaro. A fraqueza da oposição de esquerda e a falta de clareza quanto a seus objetivos táticos e estratégicos dificultou a ação política contra ele.

23 de março de 2020.

A crise provocada pela pandemia mundial do novo coronavírus pegou a esquerda brasileira em seu pior momen-

to – e expõe, com clareza devastadora, sua debilidade.

Os protagonistas da crise estão todos à direita no espectro político: Bolsonaro, Maia, os governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, o ministro da Saúde. Minoritários no parlamento, ausentes dos maiores centros do poder e com a capacidade de mobilização social, que já se mostrava insuficiente, ainda mais reduzida pelas medidas sanitárias de isolamento, o que os partidos e movimentos do campo popular podem fazer?

É fácil pontuar que a crise revela a importância do SUS e do serviço público em geral, destrói as falácias do Estado mínimo, dramatiza a desumanidade de nossa desigualdade social extrema, valoriza o conhecimento científico – todos discursos próprios da esquerda. É fácil, mas não basta.

É preciso definir um conjunto de propostas específicas para o enfrentamento da crise e uma estratégia para pressionar em favor delas. Não se trata (e essa ficha parece que ainda não caiu para algumas lideranças) de marcar posição para ganhar pontos politicamente no futuro, mas de apresentar propostas que sejam viáveis, mesmo com a atual correlação de forças, e possam minorar o custo humano da pandemia.

Estamos numa situação em que uma parte importante da liderança política conservadora se vê motivada a abandonar convicções prévias e a abraçar ideias mais “progressistas” – o que alguns estão chamando de “keynesianis-

mo de coronavírus”. Uma bandeira como a adoção de uma renda básica universal e incondicional, por exemplo, para proteger os milhões de desempregados, subempregados e precarizados, ganhou uma viabilidade com que até um mês atrás nem se sonhava.

Além dela, é necessário apresentar propostas concretas e viáveis de financiamento emergencial da saúde pública, para aquisição de testes, respiradores e outros equipamentos e para contratação de pessoal; de proteção ao emprego e ao salário; de apoio ao enorme contingente de micro, pequenas e médias empresas que se virão diante da falência. O desafio, portanto, é duplo: estabelecer uma interlocução com os tomadores de decisão que permita a adoção de medidas que protejam as maiorias mais vulneráveis e mobilizar em favor delas o máximo de pressão possível.

Surge aí um complicador: a presidência de Jair Bolsonaro. Seu comportamento diante da crise é marcado por uma irracionalidade ostensiva. Ele não apenas nega a gravidade da pandemia como pressiona (com algum sucesso) o Ministério da Saúde a retardar medidas de enfrentamento. Ele próprio se apresenta, pessoalmente, como provável vetor de contaminação. Produz informações falsas, como o vídeo em que anunciou a “cura” para o coronavírus, cujo efeito é criar mais tumulto no sistema de saúde. E mantém firme a política de Paulo Guedes, um fundamentalista mais preocupado em preservar seus dogmas do que em poupar o Brasil da devasta-

ção social que se avizinha. Até agora, as medidas emergenciais anunciadas consistem quase inteiramente em antecipação de desembolsos do governo e postergação de recolhimentos, sem efetiva injeção de dinheiro na economia (na contramão do que vem sendo feito em todo mundo), além de cortes nos salários.

A irracionalidade de Bolsonaro, porém, tem método. Ele mantém sua base unida, alimentada por negação da realidade, notícias falsas e teorias conspiratórias. Para isso, pode ser bom negócio colocar em risco a saúde e a vida de centenas de milhares, produzir uma crise diplomática com um parceiro crucial (a China), esticar sempre ao máximo a tensão entre os poderes. Pesquisa divulgada hoje mostra que uma expressiva minoria – 35% dos consultados – aprova suas ações. Sondagens deste tipo sempre devem ser lidas com precaução, mas o dado mostra que Bolsonaro, que ainda conta com o apoio dos líderes inescrupulosos de algumas das maiores seitas cristãs do país, sabe para que público está falando.

Essa ressonância social torna ainda mais urgente retirá-lo do cargo. Bolsonaro atrapalha o enfrentamento da crise, seja pelo poder que controla, seja pelo exemplo que oferece. Aqui, uma vez mais, a esquerda brasileira mostra dificuldade de orientação.

Uma parte dela, ainda que não o diga em voz alta, pensa que é melhor deixar Bolsonaro no cargo até o fim do mandato, para derrotá-lo com facilidade

nas eleições de 2022. Uma aposta irresponsável, de quem não é capaz de aquilatar a dimensão da crise que nos atingiu. Não dá para saber que Brasil restará em 2022 para ser gerido pelo vitorioso nas eleições. Não dá para saber sequer se o pouco que sobra de nossa democracia estará de pé até lá. É a aposta numa incerta alternância de poder para herdar uma terra arrasada.

Outra parte – ou a mesma, talvez – está mais preocupada com suas disputas internas. A reação da direção nacional do PSOL ao pedido de *impeachment* de Bolsonaro, apresentado pela líder do partido na Câmara, é um bom exemplo disso. A prioridade foi condenar a iniciativa, criticar os parlamentares que se somaram a ela e preservar um “centralismo democrático” que, aliás, nunca vigorou no partido. Em vez de lavar a roupa suja em casa, para não enfraquecer um movimento de oposição ao governo, optou-se por explorar ao máximo a situação para estigmatizar o adversário interno.

A oposição à ideia de *impeachment* se baseia no risco de conceder a presidência ao general Mourão, num momento em que as circunstâncias podem justificar a adoção de medidas de exceção. É verdade. No entanto, esse risco é um dado da realidade, que não é afastado por um mero ato de vontade. É melhor manter Bolsonaro no governo? Parece claro que não. Então a questão é: há alguma outra alternativa viável?

Há quem fale que é preciso mudar a correlação de forças antes de falar em

impeachment. Só falta dizer como. O primeiro efeito do isolamento social imposto pela crise sanitária é o congelamento da luta política. A mudança na correlação de forças, que não estávamos conseguindo produzir nem quando tínhamos a possibilidade de mobilização, certamente não virá em prazo condizente com a urgência de afastar Bolsonaro do cargo.

E caso o caos social se apresente, com massas desorganizadas de pessoas em desespero saqueando mercados nas periferias das cidades brasileiras, o que é uma possibilidade real, ele não gerará, como sonham alguns, uma “situação revolucionária” – não com uma esquerda que já se provou tão incapaz de liderança. É bem mais provável que nos conduza a um governo de “lei e ordem”, abertamente autoritário.

O *impeachment* de Bolsonaro significa tirar do cenário um fator de agravamento da crise. Com ele na presidência, a linha divisória inicial é entre sanidade e insanidade – e, nesse caso, estamos muitas vezes constrangidos a permanecer no mesmo campo de Maia, Dória e Witzel. Sem ele, ficam vencidos os temas óbvios (a seriedade da pandemia, a necessidade da ação do Estado) e podemos concentrar o debate nas questões mais importantes: como enfrentar a crise, quem deve ser socorrido prioritariamente, como dividir a conta. Nesse debate, com propostas claras e realistas em defesa dos mais vulneráveis, a esquerda pode obter vitórias importantes.

26. A ANOMIA RELATIVA DO ESTADO

Desmorte das políticas sociais e “vale tudo” na disputa das elites pelo poder. Essa era a imagem do Brasil devastado pelo coronavírus.

31 de maio de 2020.

“As instituições estão funcionando”. Desde que o golpe de 2016 começou a ser deflagrado, esse foi o mantra dos setores conservadores. Uma presidente eleita pelo voto popular foi derrubada, o pacto consignado na Constituição de 1988 foi desmontado por decisão unilateral, conjuntos de direitos muitas vezes anteriores à própria carta constitucional foram varridos, mas as instituições estavam funcionando. Setores do Judiciário e do Ministério Público conspiraram para criminalizar um lado do espectro político, chegando a retirar ilegalmente da disputa o favorito para as eleições de 2018, conspurcando assim a legitimidade do pleito, mas as instituições estavam funcionando. Generais definindo a interpretação da Constituição, perseguições macarthistas no serviço público e nas escolas e universidades, aumento da violência policial, seletividade escancarada do aparelho repressivo de Estado: instituições funcionando.

O beneplácito do Supremo, ainda que um Supremo “acovardado”, como certa vez disse Lula, quando não abertamente envolvido na destruição da ordem constitucional e democrática

pela qual deveria zelar, por vezes curvando-se a ameaças pouco disfarçadas de comandantes militares, equivalia ao funcionamento das instituições. Ao que parece, era generalizada a compreensão simplificadora e simplista, externada ainda hoje por um colunista conservador: a democracia equivale a aceitar que “a palavra final nas disputas é a do STF”.

No campo democrático, perguntávamos: as instituições estão funcionando, mas para quem? Estava claro que, desde o golpe de 2016, a estrutura jurídica e política era subvertida para anular todos os componentes que sinalizavam concessões aos grupos dominados, desnudando-se em seu caráter de classe. O Brasil parecia apresentar uma ilustração particularmente dinâmica da percepção de Poulantzas, de que o Estado é a condensação material de uma determinada correlação de forças. Com a acelerada mudança na correlação, em que os setores populares perderam capacidade de iniciativa e também de resistência, o Estado brasileiro passou rapidamente a operar em outra chave, ainda que mantivesse a mesma Constituição.

É claro que não era tão simples. O golpe sinalizou que a força se sobrepuja às regras vigentes. Como a coalizão golpista estava longe de ser homogênea, já no governo Temer surgiram conflitos que seguiram a lógica do “quem tem o tacape maior”, em geral envolvendo a corrente messiânica do lavajatismo, de um lado, e de outro as elites políticas tradicionais que chegaram ao centro do poder com o usurpador. Ambas, aliás, com

suas próprias bancadas no STF. Um episódio emblemático foi a queda de braço envolvendo a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, em dezembro de 2016, destituindo Renan Calheiros da presidência do Senado. O Senado recusou a cumprir a decisão e o Supremo recuou. Instituições funcionando, mesmo na acepção minimalista e jurídicista antes apresentada?

Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República, era natural que a situação se agravasse. Destinado a ser uma figura secundária no retrocesso brasileiro, um mastim recolhido ao canil quando se tornasse desnecessário, atropelou seus aliados de ocasião e levou ao Planalto sua agenda extremista e desconexa, sua agressividade deliberada e permanente, sua visão tacanha e sua inépcia administrativa. Bem tolerado enquanto entregava, graças a Paulo Guedes, aquilo que a classe dominante queria, tornou-se um estorvo desde que a pandemia fez imperativo ter um governo menos irresponsável e menos incompetente. Mesmo Guedes, fundamentalista de mercado incapaz de virar o disco quando as circunstâncias bradam por essa mudança, está se tornando menos atraente.

Os descontentes, porém, ainda não são capazes de estabelecer um movimento forte pela retirada do ex-capitão do cargo. Pesa a incerteza quando à posição do vice, general Hamilton Mourão (caso o caminho seja o impedimento e não a cassação da chapa, para a qual também não escasseiam motivos). Pesa

também a incerteza quanto à posição da cúpula do Exército, cada vez mais chamada a arbitrar disputas políticas, o que, aliás, é outro indício poderoso da decadência das instituições. E pesa, sobretudo, o medo de perder aquilo que conquistaram com o golpe: a condenação do campo popular à irrelevância política.

Agrava-se, então, uma situação marcada por repetidas escaramuças, nas fronteiras da legalidade ou já fora dela, entre os grupos que controlam diferentes setores do Estado e que medem forças. Isto se tornou particularmente visível no momento, com a instrumentalização da Polícia Federal, seja por Bolsonaro, seja pelo STF, ou com o uso desabusado de chantagens do presidente da República sobre seu próprio procurador-geral, com o objetivo de blindar a si mesmo e aos filhos de acusações criminais. O vácuo de legalidade permite que o bolsonarismo caminhe para se tornar uma milícia armada, ao mesmo tempo em que se tornam ostensivos os acenos por uma interrupção violenta do que resta da ordem instituída em 1988.

A institucionalidade que foi rompida para retirar do jogo o campo popular hoje se mostra incapaz de regular os conflitos entre os grupos dominantes. Ao se colocar integral e indisfarçadamente a serviço da dominação de classe, o Estado brasileiro perdeu sua autonomia relativa. Mas, no mesmo processo, a sociedade brasileira mergulhou numa espécie de anomia relativa. Uma parte das regras que deveriam organizar a vida social não impera mais: as regras que defi-

niriam a obtenção e o exercício do poder na sociedade. Vigora um vale tudo que resvala, perigosamente, para o uso da violência, a razão última do poder. Para escaparmos do pior, é necessário que a sombra cada vez mais palpável do fascismo e as dezenas de milhares de cadáveres acumulados pela gestão criminosa da crise sanitária ensinem urgentemente, à nossa elite política, as lições que ela tem se esforçado por desaprender nos últimos anos.

27. A ESQUERDA QUE ABRIU MÃO DA CRÍTICA

Mesmo com a gestão criminosa da crise sanitária, Bolsonaro mantinha elevada aprovação popular. Ao mesmo tempo, as querelas identitárias consumiam boa parte da energia de movimentos sociais.

24 de agosto de 2020.

Este texto nasce em reação a duas polêmicas que surgiram nas esquerdas nas últimas semanas – ou, antes, que *ressurgiram*, pois são cíclicas. Uma é sobre o chamado “lugar de fala”. A outra, sobre como caracterizar o comportamento de pessoas que apoiam ativamente líderes e políticas que, na prática, as condenam à morte; em particular, ao veto ao substantivo “burrice”, tão chocante. Embora tenham sido debates separados, eu os aproximo aqui porque julgo que remetem a um denominador comum: a so-

brevvalorização da experiência crua dos agentes sociais, expressão do anti-intelectualismo hoje dominante, e a consequente inibição de qualquer engajamento crítico com a autoexpressão dos próprios agentes.

A cada vez que ressurge, o debate mostra permanecer exatamente no mesmo lugar em que estava antes. Essa ausência de acúmulo na discussão, tão exasperante, é uma característica das mídias sociais, que recompensam predominantemente a lacração que, para ser lacrada, tem que permanecer insensível às nuances do real. É consequência também do anti-intelectualismo que rotula como “acadêmico”, portanto irrelevante, qualquer contribuição que vá além da experiência imediata. E, por fim, espelha o paradoxo de que quem critica, relativiza ou complexifica a noção de lugar de fala não tem, por definição, lugar de fala para tocar no assunto, logo deve ser ignorado.

É preciso, em primeiro lugar, enfatizar a importância que a noção de lugar de fala e outras assemelhadas tiveram e têm no combate a certo idealismo racionalista, que sonha com uma Razão descarnada que interpreta o mundo permanecendo fora dela. Toda fala é socialmente situada e isso é relevante para a compreensão de seu sentido. O reconhecimento de que diferentes falantes vão ver o mundo a partir de diferentes posições sociais, porém, aponta para a necessidade de pluralização do debate, não para alternância de silenciamentos ou construção de guetos.

Isso porque o lugar da fala não implica qualquer privilégio epistêmico (isto é, a ideia de que o dominado, só por ser dominado, já entende a dominação melhor do que qualquer outro). A expressão dos dominados é importante porque traduz – em parte e com ruídos, como qualquer expressão – sua experiência, mas convém lembrar que essa experiência também é conformada pela dominação. A experiência bruta, assim, tem que ser ressignificada por meio de processos que, à falta de palavra melhor, podem ser chamados de “conscientização”. Era o papel dos grupos de mulheres do movimento feminista dos anos 1960 e 1970, que foram cruciais para a difusão dessa discussão – espaços que permitissem às mulheres construir uma compreensão de suas próprias vidas a contrapelo das representações patriarcais que as estruturam.

Se tais espaços são necessários, eles não levam, de maneira nenhuma, à imposição de vetos à participação no debate público. Levam, isso sim, à exigência por ampliação da pluralidade de perspectivas que têm lugar neles.

Da mesma forma como o lugar de fala X não dá a quem o ocupa um privilégio epistêmico, ocupar o lugar não-X não torna a fala, só por causa disso, irrelevante ou nociva. É um local externo e continuará a sê-lo, não importa de quanta empatia se revista – e ter consciência dessa exterioridade importa para compreendê-lo. Mas pode contribuir. Ou não. Só deixando que se manifeste no debate que isso pode ser aquilatado.

Lembrando, também, que o não-compartilhamento de características pessoais, de experiências de vida, até mesmo de crenças e de valores, em suma, tudo o que indica a exterioridade em relação a uma determinada posição social, *não* implica necessariamente preconceito. A equivalência automática entre exterioridade e preconceito, que está implícita em algumas manifestações (e até explícita em outras), é uma simplificação abusiva que serve apenas ao propósito de silenciar o debate.

Falei acima em perspectivas. Na verdade, em vez de “lugar de fala”, prefiro operar com a categoria “perspectivas sociais”. Ela tem a vantagem de marcar desde o início o caráter *social* das posições de elocução e, portanto, o caráter *socialmente produzido* das diversas experiências, sem o apelo a noções essencializantes ou místicas, como “ancestralidade”, que se tornaram tão correntes em alguns discursos.

O uso limitante do “lugar de fala” está vinculado à degradação das reivindicações emancipatórias de grupos subalternos (voltadas contra padrões sociais de dominação e de violência) em reclamos identitários. A identidade deixa de ser um instrumento para a construção de um sujeito político coletivo para aparecer como um fim em si mesma.

De fato, não há luta política que não seja, em alguma medida, identitária. Não desejo retomar a distinção algo mecânica entre *classe em si* e *classe para si*, que o próprio Marx faz em *A miséria*

da filosofia e em outros escritos, mas o fato é que a constituição da classe operária como sujeito político depende da construção de uma identidade política comum. Se esse passo é indispensável para a ação política de qualquer grupo, é mais ainda para os dominados, cujas vivências são desvalorizadas e que encontram objetivamente, na estrutura social, estímulos para uma identificação com os dominadores.

Mas há ao menos duas diferenças, ambas com enormes consequências, entre a identidade da classe trabalhadora e a de outros grupos dominados. Em primeiro lugar, a classe trabalhadora se define por um atributo comum da humanidade, o trabalho, isto é, a capacidade de transformação do mundo material. Os outros grupos dominados apresentam a exigência de serem incluídos em pé de igualdade na humanidade comum, mas não têm como atributo *peculiar* aquilo que, como atributo *geral*, define a humanidade enquanto tal.

Em segundo lugar, a classe trabalhadora tem por projeto, ao menos na visão de Marx, a extinção de sua própria peculiaridade, com a emergência de uma sociedade sem classes. Isso também não está ao alcance dos outros grupos subalternos. Havia uma ambição de apagamento da relevância social da identidade, no feminismo que antecipa uma sociedade *gender-free* ou no antirracismo voltado a uma sociedade de *color blindness*. Mas era, sempre, a superação da valoração hierárquica da diferença, não da diferença em si mes-

ma. Hoje, a virada para uma política da diferença, em que ela é valorizada em si mesma, torna esta distinção ainda mais marcante.

Com isso, é perdido o acesso a uma visão alternativa, que lê as identidades também como *prisões* a serem superadas, e à utopia de uma sociedade pós-identitária, em que características biológicas, como sexo ou cor da pele, serão plenamente irrelevantes para determinar comportamentos ou posições, e atributos sociais, como gênero ou raça, deixarão até mesmo de existir, dissolvendo-se na diversidade inclassificável de uma humanidade livre. É possível discutir o quanto essa leitura é desejável ou factível, mas é difícil negar que ela é, ao menos, *digna de discussão*.

As duas diferenças indicam que a classe trabalhadora tem uma porta aberta para a conexão com a universalidade que falta a outros movimentos de caráter emancipatório. Uma situação que se agrava com a reivindicação cada vez mais particularista, presente nas compreensões correntes, nas disputas políticas, de “lugares de fala” privilegiados e mesmo monopolísticos.

A discussão é complexa e tem múltiplas facetas, mas é difícil recusar pelo menos uma conclusão: a pluralização das agendas emancipatórias da esquerda é rica e necessária, mas a deriva identitária, aliada à utilização lacradora de uma noção reducionista de lugar de fala, funciona como um cavalo de Troia. Inibe a construção de um projeto co-

mun de sociedade, até mesmo de alianças pontuais, e redireciona boa parte das energias políticas para as batalhas fáceis contra quem, errando ou não, deseja estar a seu lado – aqueles que, como bem lembrou Wilson Gomes, são os únicos vulneráveis a essa estratégia.

A discussão sobre o esclarecimento dos apoiadores de Bolsonaro tomou feições diferentes, mas tinha em comum a ideia de que alguém que não participa de uma determinada realidade deve ser impedido de expressar qualquer apreciação sobre ela. Às vezes, ela deslizava para a exaltação romântica do “povo” como depositário de todas as qualidades; com mais frequência, para a denúncia dos “acadêmicos” que, desconhecedores do mundo real e como sempre arrogantes, exigiam uma clarividência inalcançável para os mais pobres. Muitas vezes, era feita uma confusão entre a necessidade de *entender* as escolhas feitas, necessidade real e mesmo urgente, e a obrigação de *aceitá-las* como esclarecidas ou razoáveis.

Entender a produção de leituras da realidade tão desinformadas e cognitivamente deficientes, que levam a escolhas políticas objetivamente desastrosas, é importante exatamente porque elas não são uma condição natural, nem sequer o fruto automático de determinada situação. Vivemos um momento em que o trabalho ideológico da direita assume características especiais, com um esforço concentrado de disseminação da ignorância, de negação da possibilidade de aprendizado e, também, de reforço

dos valores mais egoístas e mesquinhos. É preconceituoso, porém, julgar que pessoas em situação de privação são matéria passiva a ser moldada por essa ofensiva – até mesmo porque muitas delas mostram capacidade de resistência. A questão que se impõe é saber por que tantos à esquerda se mostraram tão desleixados, durante tanto tempo, na tarefa imprescindível de promover a educação política – que, convém lembrar, não é “doutrinação”. É desfazer o trabalho da ideologia e contribuir para que os despossuídos se construam como pessoas capazes de pensamento autônomo.

Em seu livro de memórias, falando de seus vizinhos no Bronx, no entregueras, Vivian Gornick escreve: “As pessoas que trabalhavam como bombeiros, paideiros ou operadores de máquinas de costura haviam se percebido como pensadores, poetas e eruditos pelo fato de serem membros do Partido Comunista”. Acho melhor pensar que essa é uma possibilidade a ser construída do que permanecer no refúgio fácil da condescendência, que julga que “não tem como” ser diferente e, por isso, absolve *a priori* a tudo e todos.

Se for para entender como se constrói essa recusa, que nega a debilidade cognitiva de compreensões da realidade tão objetivamente insatisfatórias, é possível vê-la partindo de duas visões alternativas. Uma é a adesão ao credo liberal-utilitarista de que “cada um é o melhor juiz de seus próprios interesses”. Ele interdita qualquer escrutínio dos discursos alheios, nega validade à questão

da formação social das preferências e anula a existência de todos os mecanismos ideológicos. A esquerda se aproximou dessa posição a partir da crítica – necessária – ao subtexto autoritário muitas vezes presente no uso da noção de “falsa consciência”, que introduz a ideia de que haveria uma consciência “verdadeira”, acessível ao intelectual ou ao líder partidário, donos de instrumentos para avaliar o grau de correção da consciência das “massas” e despreza a compreensão que elas mesmas produzem a partir de suas experiências.

Mas, se não é possível afirmar que há uma consciência verdadeira predefinida, que os “reais interesses” dos indivíduos e dos grupos estão definidos de antemão, sem passar pelos agentes, tampouco é possível apenas aceitar a consciência que emerge da vivência no mundo social. Isso significa abandonar o entendimento que as ideias das classes dominantes têm maior capacidade de serem universalizadas e a crítica aos padrões de manipulação aos quais estamos submetidos. Nossa tarefa – espinhosa, admito – é, como escreveu Žižek, permanecer numa “posição impossível”, que reconhece que não há “nenhuma linha demarcatória clara que separe a ideologia e a realidade”, mas que, ainda assim, sustenta a tensão entre ideológico e real “que mantém viva a *crítica* da ideologia”.

A outra alternativa é uma condescendência arrogante, travestida de bom-mocismo, que julga que, prisioneiras de suas próprias condições, aquelas pesso-

as estão condenadas a abraçar determinados comportamentos. É uma empatia superficial, brumosa, tingida de preconceito. O caminho que aponta é a filantropia ou o paternalismo. Para quem julga que “a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores”, não é uma posição aceitável. A empatia revolucionária com os desvalidos não romantiza suas consciências, não abre mão da crítica e, muito menos, abdica do trabalho de fornecer ferramentas para que superem seus limites.

28. UM DEFUNTO SEM VELA

Ensaio por parte da direita tradicional, no momento em que parecia urgente se afastar de Bolsonaro, o projeto de uma “frente ampla” mostrou fôlego curto.

2 de outubro de 2020.

Entre os muitos mortos do Brasil nos últimos meses, há um pelo qual não vale derramar uma única lágrima: a “frente ampla” pela democracia.

Quando a condução perversa do combate à pandemia escancarou a natureza do atual governo, escandalizando mesmo muitos de seus parceiros de ocasião na direita “civilizada”, parecia que era inevitável retirar Bolsonaro do cargo. Motivos não faltariam, já que sua gestão se constitui, desde os primeiros dias, como um mostruário de crimes –

comuns e de responsabilidade. A ideia de uma frente ampla nasceu, então, do reconhecimento por parte de políticos, empresários e jornalistas conservadores, no contexto da crise sanitária, de que os serviços que Bolsonaro podia prestar a seus interesses não compensavam a insanidade que era mantê-lo à frente do país. E do apoio a ela por muitos, nos movimentos sociais e na esquerda, convictos de que nossa sina seria repetir o caminho que levou ao fim da ditadura militar.

Um primeiro sinal veio na comemoração unificada – e virtual – do Primeiro de Maio pelas centrais sindicais. Em nome do combate comum pela democracia, notórios inimigos da classe trabalhadora foram convidados a falar, de Fernando Henrique Cardoso e Dias Toffoli a Rodrigo Maia, João Dória e Wilson Witzel. A maioria deles acabou não gravando suas mensagens, devido à repercussão negativa, mas o episódio já sinalizava que, para as lideranças sindicais, era hora, uma vez mais, de trocar as reivindicações classistas pela defesa das “liberdades democráticas”, aceitando abraçar aqueles que haviam dado o golpe de 2016 e destruído os direitos trabalhistas.

No final do mesmo mês de maio, os jornais estamparam o manifesto do “Juntos”, com uma ampla lista de signatários que incluía desde pessoas com os pés solidamente plantados na centro-esquerda ou mesmo na esquerda até Fernando Henrique Cardoso, Cristovam Buarque, Roberto Freire, Armínio Fraga,

Luciano Huck, Lobão e Tábata Amaral. O texto não falava em *impeachment* e não citava Bolsonaro. Ostensivamente, era um chamamento à união nacional. “Clamamos que lideranças partidárias, prefeitos, governadores, vereadores, deputados, senadores, procuradores e juízes assumam a responsabilidade de unir a pátria e resgatar nossa identidade como nação”. “Invocamos que partidos, seus líderes e candidatos agora deixem de lado projetos individuais de poder em favor de um projeto comum de país”. “É hora de deixar de lado velhas disputas em busca do bem comum”. “Esquerda, centro e direita unidos para defender a lei, a ordem, a política, a ética, as famílias, o voto, a ciência, a verdade, o respeito e a valorização da diversidade, a liberdade de imprensa, a importância da arte, a preservação do meio ambiente e a responsabilidade na economia”.

O tom conservador era denunciado aqui e ali. A própria ideia de união nacional é, classicamente, um chamamento ao abandono das reivindicações da classe trabalhadora. Além disso, havia as referências à defesa da “ordem”, à “responsabilidade na economia” etc. Muitos quiseram, no entanto, ver ali o pontapé inicial de um movimento amplo para derrubar Bolsonaro e restaurar a democracia e o Estado de direito. Uma referência do manifesto ao movimento das Diretas Já reforçava essa leitura: todos pela democracia. O paralelo histórico, porém, era equivocado. As Diretas Já foram um movimento amplo em busca de um objetivo pontual, a volta das eleições diretas para presidente, que visava

alargar e democratizar a disputa política, não a esconder em nome de um elusivo “projeto comum de país”. Já o Juntos alardeava “princípios éticos e democráticos” abstratos e vagos, mas era incapaz de enunciar o que de fato propunha. Julgar que era o afastamento de Bolsonaro do cargo ficava a critério de cada freguês. A roupagem de defensores da democracia caía mal em tantos que recém haviam se unido para golpeá-la com o afastamento ilegal de uma presidente e a perseguição judicial e midiática a toda a esquerda.

Como de costume nesse tipo de manifesto, o preço que se esperava que a esquerda pagasse, para a direita “civilizada” fazer frente comum contra o fascismo, era abrir mão de seu próprio discurso. O desespero com a situação levou muitos para esse caminho, mas a experiência mostra que ele se revela um péssimo negócio. Ao fazer com que lideranças da esquerda abram mão do projeto que as define, ele reforça a posição da ideologia dominante como chão comum e fronteira final da disputa política. Reduz os horizontes da disputa política e enfraquece a exigência de uma transformação social profunda. A democracia que se propõe a defender é, de partida, severamente limitada.

A “amplitude” da frente exigia apagar a linha de continuidade que une Bolsonaro ao golpe de 2016. Por consequência, não se podia tocar nas arbitrariedades cometidas, no desmonte da Constituição de 1988, no *lawfare* contra Lula e o PT. O processo de criminalização da esquerda seria revertido, talvez,

na medida em que a esquerda deixasse de sê-lo. A macarthização do debate público, com o veto à expressão de tantas posições, se abrandaria conforme as vozes dissidentes optassem pela autocensura. Em suma: teríamos a democracia de novo, desde que com o compromisso de não a usar para enfrentar os padrões de dominação vigentes na sociedade.

O grande problema do golpe sempre foi como encontrar o caminho para sua normalização. Isto é, como deixaria de ser o ato de força que foi e teria seu legado (em retrocesso de direitos, redução do Estado e rompimento de políticas igualitárias, desnacionalização da economia) incorporado de vez à vida nacional. No sonho dos golpistas, a normalização se daria com a eleição de Alckmin em 2018: um conservador que encarnava o programa dos retrocessos, mas que receberia o aval das urnas. O eleitorado, porém, não se dispôs a cumprir seu papel nesse *script*.

A “frente ampla” aparecia, então, como nova oportunidade de normalização do golpe. Ao fazer com que a esquerda brasileira aceitasse ficar a reboque da direita “civilizada”, abrindo mão de toda a sua agenda em nome nem sequer da democracia representativa, mas simplesmente de um regime menos iliberal, Bolsonaro cumpriria seu último serviço aos golpistas de 2016: ser o bode na sala.

Depois de algum tempo, incluindo uma fracassada manifestação virtual pela “democracia” que programara intervenção até de Michel Temer, a fren-

te murchou. Houve a oposição vigorosa de setores da esquerda, incluindo, com destaque, os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. Mas, sobretudo, ela deixou de ser útil para a parte da direita que a animara – por ter cumprido uma boa parte daquilo a que se destinava.

A queda de Bolsonaro nunca foi o único resultado esperado dessa movimentação. A outra opção era domesticar o ex-capitão. Menos de duas semanas após a divulgação do manifesto, o presidente nacional do PSDB já descartava a possibilidade de *impeachment* – logo ele, que fora resgatado do baixo clero parlamentar pelo acaso de ter dado o voto decisivo no *impeachment* fraudulento que destituiu Dilma Rousseff. Mais do que esse canto de sereia, o que moveu Bolsonaro na direção desejada foi a prisão de Fabrício Queiroz, que o fragilizou e fez com que baixasse o tom em suas disputas com o Legislativo e o Judiciário. Em setembro, às vésperas de encerrar seu constrangedor mandato como presidente do STF, Dias Toffoli sacramentou o grande acordo nacional, declarando: “Nunca vi atitude de Bolsonaro contra democracia”.

O presidente fala um pouco menos. Os cargos para o Centrão são liberados. Em especial, ele parece estar entendendo que o mandato não é só dele, mas do conjunto de forças que permitiu que ele chegasse lá.

Mas nada nas políticas concretas do governo mudou. A pandemia prossegue, descontrolada, e enquanto a pro-

metida vacina – russa, chinesa ou inglesa – não vier, a única coisa que a freia é a diminuição do estoque de potenciais infectados. A devastação ambiental está no auge. Os indícios das práticas corruptas de Bolsonaro e de sua família não param de crescer. O boicote à educação e à ciência é permanente. Agressões grotescas aos direitos das mulheres, dos povos indígenas, da população negra, da comunidade LGBT, ocorrem todos os dias. Mas parece que chegamos a uma nova “normalidade”. Mesmo os órgãos de imprensa hostilizados por Bolsonaro, um presidente que tem (como é evidente sobretudo no caso do Grupo Globo) trabalhado para miná-los financeiramente, cuidam em primeiro lugar de não prejudicar a “agenda positiva” do governo: privatizações, destruição do Estado por meio da reforma administrativa, precarização generalizada nas relações de trabalho.

A resistência ao governo Bolsonaro será protagonizada pela classe trabalhadora e demais grupos dominados. Setores insatisfeitos das classes dominantes podem dar apoio pontual aqui e ali – o apoio é tão pontual quanto são pontuais suas insatisfações. Atrelar a nossa estratégia à deles, subordinar a nossa agenda à deles, é o caminho certo para a derrota. A morte, desde o princípio anunciada, da “frente ampla” serve de lição.

29. DAS ELEIÇÕES DE 2020 ÀS DE 2022

A lição das eleições municipais de 2020: o único jeito de impedir a reeleição de Bolsonaro é intensificar o trabalho político cotidiano.

7 de dezembro de 2020.

Passadas as eleições municipais, as atenções se voltam para 2022. É essa a armadilha da política eleitoral, que canaliza nossas energias e nossas esperanças para uma disputa estruturalmente enviesada a favor de quem controla o dinheiro e a informação.

É fácil prever que Bolsonaro estará no segundo turno, partindo de cerca de um terço dos votos. Ele hoje não tem partido, mas tem a força que lhe dão o balcão de negócios presidenciais e a atração exercida pelos favoritos. Além dos pequenos partidos aliados a ele, como PRTB e Patriota, conta já com o Republicanos e provavelmente com Progressistas e PTB. Em suma, é um presidente no cargo, disputando a reeleição, com uma base partidária forte. Dá para esperar que faça algo entre 35 e 40% dos votos no primeiro turno.

A parte do PSL que se desgarrou de Bolsonaro ficará entre se recompor com ele ou seguir o caminho de Alexandre Frota e aderir a Doria. Ainda na extrema-direita, o Novo, com crescimento de sua ala bolsonarista, chegará à eleição sob enorme tensão. A política se

revelou mais complicada do que os engomadinhos do Itaú imaginavam.

A redução do tamanho do PSDB nas eleições municipais frustrou a pretensão de Dória de se firmar como nome incontestável da direita que agora quer parecer democrática. É difícil que os tucanos consigam contentar todos os aliados de que precisam para impulsionar a candidatura do governador paulista (MDB, PSD e DEM).

É provável que alguns desses partidos busquem uma alternativa própria à direita (Luciano Huck, o cada vez mais improvável Sérgio Moro ou outro) e/ou embarquem na canoa de Ciro Gomes, que pretende se firmar como nome de “centro” – por isso se distancia deliberadamente do PT.

Difícilmente uma manobra como a de Lula em 2018, que suprimiu o apoio do PSB a Ciro, vingará outra vez. Mas Ciro terá que ser capaz também de costurar múltiplos apoios, projetando a imagem de que é capaz de superar seu teto (em torno de 12% dos votos). O fraco desempenho do PDT nas eleições passadas não ajuda.

É de se esperar, portanto, três ou quatro candidaturas em princípio competitivas tentando ocupar o mítico espaço do “centro”, o que leva a prognósticos não muito bons para todas elas.

À esquerda, há espaço apenas para uma candidatura competitiva, que concentrará os votos. Será a candidatura que Lula apoiar – hoje, tudo indica, a de

Fernando Haddad. O estoque de votos que o lulismo é capaz de mobilizar fica na faixa dos 25%. O que é mais provável, portanto, é um novo segundo turno entre Bolsonaro e um candidato apoiado por Lula.

Nele, a crer em todos os indícios, a direita que se quer democrática jogará novamente todos os escrúpulos às favas e apoiará o ex-capitão, uns mais alegremente, outros de forma mais envergonhada. Com a mídia a seu favor, os empresários, os pastores, a máquina pública, as fábricas de *fake news* – eis que Bolsonaro ganha um novo mandato. Agora, quem sabe, com Damares de vice: representatividade é tudo, não é mesmo?

Como impedimos isso?

Não é mexendo as peças no xadrez eleitoral. Nele, imperam as vaidades e os interesses de curto prazo, que as incertezas vigentes só agudizam. Mesmo a submissão da esquerda ao novo centro personificado em Ciro, que vejo muitos defendendo por desespero e que possui efeitos danosos suficientemente fortes para que seja desaconselhada, não leva a nenhuma garantia de êxito.

Também não é esperando uma bala de prata. Já surgiram muitas: vaza jato, ameaças ao Supremo, Queiroz, coronavírus. Nenhuma funcionou. Quem botou Bolsonaro no poder – e não estou falando de seus eleitores – sabe muito bem o que quer e por isso prefere mantê-lo.

O único jeito de impedir a reeleição de Bolsonaro é intensificar o trabalho político cotidiano, organizando os vastos setores que são vítimas do atual governo para resistir e lutar contra os flagelos gêmeos do autoritarismo e do neoliberalismo. Esse é o trabalho a ser feito. O resultado eleitoral pode ser consequência dele, mas não é seu único horizonte. Política se faz muito além das urnas.

Se conseguirmos derrotar Bolsonaro, precisaremos de mobilização para garantir que um governo democrata seja realmente capaz de governar. Se ele for substituído por uma direita menos caricata ou um “centro” qualquer, a mobilização será necessária para impedir que tenhamos simplesmente uma política neoliberal com um sorriso no rosto.

E se infelizmente ele ganhar mais uma vez, embalado pelo aval das urnas para um segundo mandato ainda mais destrutivo, aí mesmo é que nossa resistência será mais necessária do que nunca.

30. ROTA BLOQUEADA

“Democracia” não é um terreno neutro de resolução dos conflitos. É a expressão da força dos grupos dominados para resistir à dominação. A retomada da democracia

no Brasil depende da organização da classe trabalhadora e de seus aliados.

26 de janeiro de 2021.

Os dois primeiros anos de governo Bolsonaro, é preciso reconhecer, não decepcionaram. O presidente mostrou ser, no cargo, exatamente o que revelara ao longo da campanha eleitoral e de toda sua vida pública pregressa.

Se houve alguma surpresa, foi que Bolsonaro, a despeito de toda sua incapacidade administrativa e aparente dificuldade cognitiva, soube navegar em meio ao arco de apoios que viabilizou sua eleição e chegou ao meio do mandato mais forte do que começara. Desvencilhou-se de um de seus “superministros”, Sérgio Moro, com desgaste político mínimo. Quanto ao outro, Paulo Guedes, fez com que engolisse a empáfia e se submetesse docilmente às ordens do chefe.

Bolsonaro ampliou o comprometimento das Forças Armadas com seu governo, sem aceitar a tutela que os generais queriam impor a ele. Enquadrou os olavistas e transformou o “guru” de candidato a eminência parda a um apoiador como qualquer outro. Acertou o passo nas negociações com o Centrão e passou a dispor de uma base alargada no Congresso, ainda que instável, como toda base parlamentar venal. Ampliou sua influência sobre as polícias, avançando na direção de uma meta estratégica, que é garantir a lealdade pessoal de corpos armados.

Colocou em cargos sensíveis do Ministério Público gente disposta a protegê-lo. Entre concessões e ameaças, chegou a um *modus vivendi* com o Supremo. Com isso, alcançou um de seus objetivos centrais: os vários esqueletos que o assombravam (das rachadinhas ao assassinato de Marielle) estão há muito já fora dos armários, mas perderam a capacidade de atingi-lo.

A pandemia do novo coronavírus levou, de forma talvez inesperada, a uma aceleração do distanciamento entre Bolsonaro e seus aliados de ocasião na direita mais tradicional, como João Doria e Rodrigo Maia. Em aposta que parecia arriscada, ele jogou tudo no negacionismo e na irracionalidade, sacrificando as políticas de saúde em favor do fortalecimento de sua persona política. Mostrou que entende seu país: um país que despreza a vida, seja por interesse ou por desespero, e que cada vez mais se espelha na violência. Graças a isso e ao auxílio emergencial aprovado contra sua vontade, mas que ele soube capitalizar a seu favor, foi capaz de manter altos índices de aprovação popular mesmo em meio ao colapso do atendimento hospitalar e de mortes contadas diariamente na casa das centenas ou do milhar.

É impossível calcular com exatidão quantas vidas o boicote de Bolsonaro às medidas de combate à pandemia já custou e ainda vai custar – da campanha contra o isolamento social e da promoção da cloroquina até a sabotagem da vacinação. Certamente são muitos milhares. Raras vezes na história do mun-

do terá havido um governo tão evidentemente lesivo ao interesse nacional, de qualquer forma que ele seja entendido.

Mesmo diante de um governo assim, as famosas instituições não são capazes de atingir um consenso em favor de retirá-lo do cargo. Bolsonaro sabota as medidas de saúde pública, mal esconde suas ligações com o crime organizado, aparelha o Estado para proteger a si mesmo e seus familiares, difunde mentiras com o objetivo de tumultuar o jogo político, namora à luz do dia com a ideia de um novo golpe, transformou o país num pária da comunidade internacional, fez do servilismo diante dos Estados Unidos o norte da política externa, promove a ampliação do desemprego, da miséria e da fome. Mas o que se vê são as lideranças do PSDB e do DEM preocupadas em evitar a “instabilidade” que um processo de *impeachment* ocasionaria e ministros do STF indo periodicamente a público afiançar que o presidente da República não constitui nenhuma ameaça à democracia brasileira, muito pelo contrário.

Uma democracia, diga-se de passagem, que mal merece o nome. A presidência de Bolsonaro, mais do que causa, é sintoma de sua decadência. É uma presidência viabilizada pelo golpe de 2016, que fraturou a ordem determinada pela Constituição de 1988; pela Operação Lava Jato, que instrumentalizou o Poder Judiciário para a perseguição de grupos políticos; e pela prisão arbitrária do ex-presidente Lula, para a qual não faltaram pressões explícitas da cúpula mili-

tar. Ela é uma demonstração de que a classe dominante brasileira julga que, neste momento, a democracia política não convém a seus interesses.

O Brasil é um caso particularmente extremo daquilo que há tempos vem sendo chamado de *desdemocratização*. A palavra não indica apenas – como nas obras sobre a crise da democracia que o *mainstream* da Ciência Política produz desde a vitória eleitoral de Donald Trump, em 2016 – o sucesso de líderes autoritários que se esforçam por destruir, a partir de dentro, o arcabouço institucional próprio das democracias liberais. Ela indica que o espaço das decisões a serem tomadas de forma democrática, exigindo respaldo popular, é cada vez mais limitado, isto é, que o poder de veto das grandes corporações, do capital financeiro, dos credores das dívidas públicas é cada vez maior. O avanço do chamado “populismo de direita”, que acionou o sinal de alarme em tantos cientistas políticos, é antes um efeito dos sentimentos de alienação e de desilusão com os mecanismos de expressão política disponíveis nos regimes concorrenciais, que a desdemocratização agravou.

No caso do Brasil, o centro da narrativa é ocupado pela insatisfação crescente da classe dominante e dos setores de classe média que ela atrai para sua órbita com o (modesto) avanço civilizatório obtido nos governos do PT. O golpe de 2016 e o governo Temer apontavam na direção de uma redução do espectro do politicamente possível, com a imposição de retrocessos importantes sem que

o campo popular fosse aceito sequer como interlocutor no debate. O apoio a Bolsonaro no segundo turno, recusando qualquer possibilidade de diálogo com a moderada candidatura de Fernando Haddad, já indicou a radicalidade com que esse caminho era abraçado – e, mais ainda, a prolongada leniência diante de um governo tão insensato e destrutivo.

Como revelaram nitidamente as fracassadas movimentações em favor de uma frente ampla contra Bolsonaro, em meados de 2020, o preço a pagar para uma “normalização” democrática seria aceitar os retrocessos e, em especial, o veto a qualquer protagonismo de organização e atores políticos vinculados aos interesses populares. Em suma: a normalização democrática projetada pelas classes dominantes passa pelo impedimento da retomada de qualquer dinâmica política que se aproxime da democracia.

É que a direita tradicional se afirma como oposição a Bolsonaro e de fato se diferencia dele em muitos pontos, por convicção ou por oportunismo. Mas a desdemocratização é também seu projeto. É o caminho para anular a possibilidade de que os direitos políticos sejam usados para reduzir as desigualdades e construir uma sociedade mais justa.

O que o processo global de desdemocratização mostrou foi que a democracia, por mais que seja comumente apresentada como um terreno neutro de regras justas para resolver disputas políticas, é de fato uma conquista

dos dominados e só é capaz de se sustentar na medida em que eles tenham força para tanto. Ele revelou a fraqueza do consenso liberal sobre a democracia procedimental, louvada em prosa e verso ao final da Guerra Fria, e a futilidade das teorias idealistas da democracia que prosperaram mesmo nos meios críticos (como a “democracia deliberativa”) – que formam o equivalente secular das disputas escolásticas sobre o sexo dos anjos.

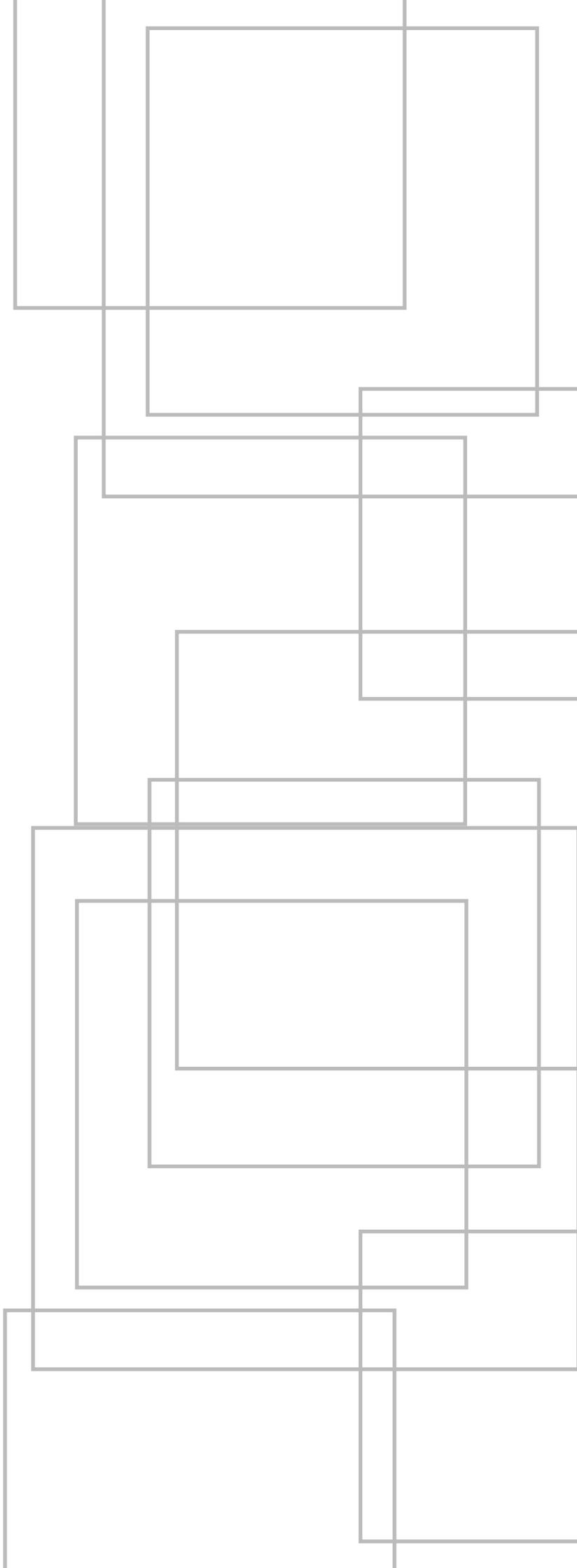
No caso do Brasil, a situação é ainda mais dramática porque nossas classes dominantes têm baixíssima tolerância à igualdade social. Mesmo em doses homeopáticas, ela causa reações extremas. Por isso, apesar de todas as críticas que lhe fazem, Bolsonaro é tolerável.

O governo Bolsonaro expõe a impossibilidade de construção democrática no Brasil sem o enfrentamento do imperialismo e do capitalismo. Qualquer avanço será tíbio e instável se não houver uma correlação de forças que o garanta, isto é, se não houver capacidade de pressão da classe trabalhadora e dos outros grupos dominados.

Ainda atordoada pelas sucessivas e graves derrotas que sofreu nos últimos anos (“esse inimigo não tem cessado de vencer”, como diria Walter Benjamin), a esquerda mostra dificuldade para encontrar o caminho da mobilização e da organização popular. Muitas vezes, parece esperar pela mítica bala de prata que derrotará o bolsonarismo com um único disparo – as revelações da Vaza Jato, a prisão de Queiroz ou mesmo o caos

sanitário. Mas a ideia da bala de prata revela a permanência da ilusão da normalidade institucional: alguns fatos são tão graves que obrigariam a uma reação das instituições políticas em defesa da ordem que elas encarnam. Não é assim. Enquanto Dilma foi derrubada à base de pretextos de ocasião, Bolsonaro continuará cometendo crimes de responsabilidade dia sim, dia também, sem ser tocado, enquanto se considerar que retirá-lo do cargo põe em risco o projeto de retrocesso social e de desdemocratização.

Pode ser que Bolsonaro conclua seu mandato e até conquiste outro. Pode ser que seja interrompido no meio do caminho. Mas convém não esquecer a complacência das instituições, a tolerância da elite política conservadora, a cumplicidade da burguesia diante de um governo criminoso, antinacional e liberticida. O risco é aceitar que a normalização pós-Bolsonaro entronize a ordem que emerge da desdemocratização.



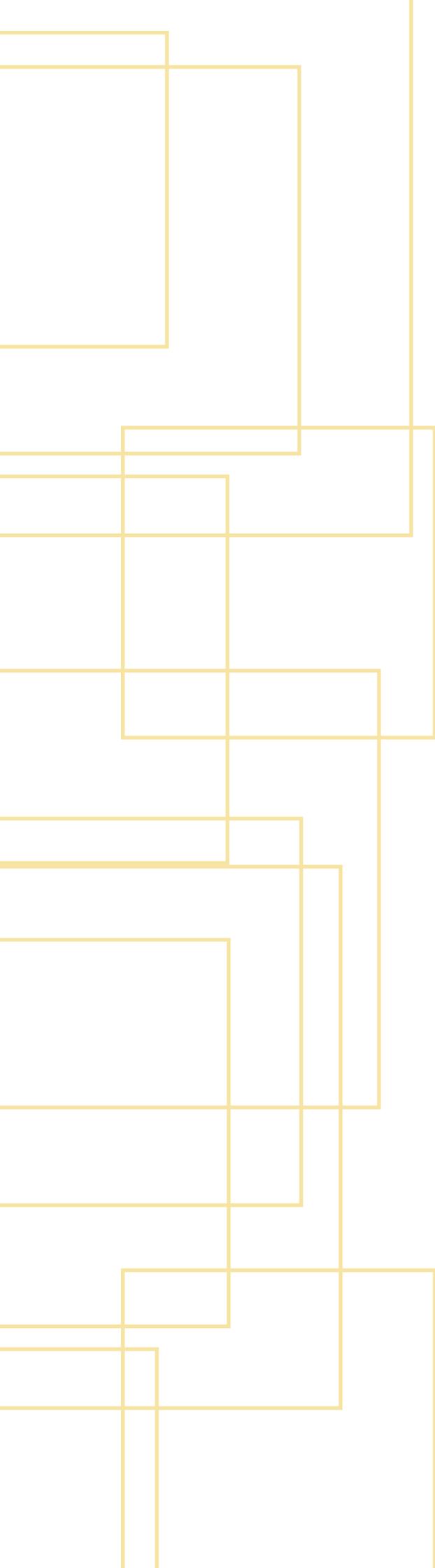
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Rudá Ricci

DE TEMER AO PODER
HEGEMÔNICO DO CENTRÃO:
2015 A 2021 **PARTE I**

9



Mestre em Ciência Política e doutor em Ciências Sociais, Rudá Ricci é presidente do Instituto Cultiva. Condecorado com a medalha do Grande Mérito Educacional de Minas Gerais, ex-consultor da ONU e avaliador de projetos de desenvolvimento territorial financiados pelo Banco Mundial. É o coordenador nacional da Economia de Francisco e do Pacto Educativo Global, projetos do Papa Francisco. Autor de "Lulismo" (Editora Contraponto), "Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013" (Editora Letramento) e "Conservadorismo Político em Minas Gerais" (Editora Letramento), entre outros.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	638
ANO 2015	642
1. BRASIL: DECIFRA-ME OU CONTINUEM EM TRANSE	642
2. O QUE LULA FARIA?	651
3. LIBERAIS BRASILEIROS NÃO DEFENDEM INTEGRALMENTE O ESTADO DE DIREITO	653
4. O PT ENVELHECE	657
5. OS EMPRESÁRIOS DA COMUNICAÇÃO E A TRISTE REALIDADE DO JORNAL ESTADO DE MINAS	661
ANO 2016	666
6. O JOGO DURO DAS ELEIÇÕES DE 2016	666
7. NÃO SÃO SÓ 30 CENTAVOS!	671
8. DILMA: ENVELHECIMENTO PRECOCE E PANELEIROS	674
9. A TENTATIVA DE REEDIÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO	675
10. LIÇÕES PARA A ESQUERDA BRASILEIRA	679
11. MORO UNIU O CAMPO PROGRESSISTA	683
12. OS DEPUTADOS FEDERAIS NUNCA FICARAM TÃO DESNUDADOS	686
13. GOVERNO TEMER: VERGONHA PARA TODOS OS BRASILEIROS	690
14. ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS E O PRIMARISMO DO RACIOCÍNIO POLÍTICO LINEAR	

15.	O MITO DA DIREITA UNIDA	695
16.	O BRASIL MUDOU IDEOLOGICAMENTE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?	697
17.	AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS POR DENTRO	699
18.	BREVE BALANÇO DOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	701
19.	A ESQUERDA QUE FOI AO CENTRO	703
20.	AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016: A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CHAMADO ESCOLA	704
21.	A ESQUERDA BRASILEIRA LUTA CONTRA O TEMPO	710
22.	FORTUNA, A DEUSA, PUNE O GOVERNO TEMER	712
	ANO 2017	714
23.	O DURO AMADURECIMENTO DO NEOPETISMO	714
24.	A NECESSÁRIA RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ESQUERDA	716
25.	O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 1: A LÓGICA DO BAIXO CLERO NA GESTÃO DE MINAS GERAIS	719
26.	O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 2: O CHOQUE ENTRE O TÉCNICO E O POLÍTICO	725
27.	27 ANOS DE ECA	732
28.	SOBRE A ENTREVISTA DE RENATO JANINE RIBEIRO SOBRE O DILEMA DAS ESQUERDAS	733
	ANO 2018	737
29.	UM PAÍS MERGULHADO NO DESALENTO	737
30.	O AI5 NOSSO DE CADA DIA	739
	ANO 2019	743
31.	PAPO RETO SOBRE CIRO GOMES	743

APRESENTAÇÃO

RUDÁ RICCI

Belo Horizonte, fevereiro de 2021.

Esta é a primeira parte de uma coletânea de textos que escrevi, quase diariamente, sobre desencontros da política brasileira.

São pequenos textos que analisam cada momento do conturbado jogo político nacional, narrando e analisando os acontecimentos entre 2015 e início de 2019, apresentando algumas pinceladas conceituais ou dados de pesquisas recentes.

Este foi um dos momentos mais dramáticos da vida da nossa república,

uma convergência de erros da presidente eleita, uma ofensiva das mais violentas da direita – que abre caminho para as aventuras da extrema-direita brasileira, profundamente desqualificada para a vida e a gestão pública –, a revelação do despreparo de nossas elites empresariais, começando pela tragédia da ruptura de uma barragem de rejeitos da mineração instalada no município mineiro de Mariana, enfim, um país mergulhado numa sucessão de escolhas gravemente equivocadas.

Esta coletânea começa com uma tentativa de síntese do padrão de gestão formatado durante as duas gestões Lula – que considero algo tão engenhoso e prospectivo quanto a estratégia elaborada por Getúlio Vargas¹ – e pela diferença de estilo

¹ Escrevi um livro em que detalho o modelo adotado por Lula a partir de 2003, a partir da Agenda Perdida, e que sofre uma inflexão em 2005. A tese central desse livro é que Lula atualizou a agenda rooseveltiana, implementada logo após a grande depressão de 1929 nos EUA. Ver RICCI, Rudá. *Lulismo: da Era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. 2ª edição. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2013.

e capacidade deste líder em relação à sua sucessora.

Os artigos avançam sobre a análise de nossos liberais de conveniência e os primeiros traços de envelhecimento precoce do PT, o Partido dos Trabalhadores, maior partido do país e força hegemônica no campo de centro-esquerda. Enveredam pela tentativa de compreender as motivações populares a partir de certa letargia que se expressa na ausência de adesão, dentre outras, às mobilizações lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL) no início de 2016, similares às mobilizações inicialmente lideradas pelo mesmo MPL em 2013.

Os artigos se sucedem na busca de compreensão dos acontecimentos, mas também, procurando ajustar o olhar para o que poderia se apresentar como tendência. Vale uma palavra explicativa sobre este ofício de análise em busca das tendências.

A política é feita de imprevisibilidades porque é fruto de relações humanas e pelo acaso. Lanço mão das idas e vindas da trajetória de Getúlio Vargas para ilustrar tal imprevisibilidade.

Vargas tomou o poder em 1930. Há controvérsias se rompeu ou não com as oligarquias rurais, mas não há dúvidas que deitou as bases para o Brasil urbano e industrial. Em 1937, usando do maquiavelismo que lhe acompanhou toda a vida, implantou o Estado Novo. O líder gaúcho se utilizou do confronto entre comunistas e integralistas para criar sua própria di-

tadura. Fez o mesmo jogo com aliados e partidos do eixo para conseguir uns trocados e instalar grandes siderúrgicas no Brasil. Acabou caindo com o fim da 2ª Guerra Mundial e foi para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul.

Foi para seu autoexílio até que Samuel Wainer articulou a entrevista que o tiraria do ostracismo. Quase ostracismo, já que era senador. Wainer noticiou a volta de Getúlio Vargas. A entrevista esgotou as edições dos jornais de Chateaubriand e caiu como bomba no cenário político brasileiro.

E Getúlio retornou, de fato, ao poder. Governou o Brasil, mais uma vez, de 1951 a 1954. Seu governo, contudo, foi marcado pela permanente crise política e a tensão social. Na campanha, havia defendido a ampliação dos benefícios para os trabalhadores e a priorização da industrialização. Era muita promessa para um país combalido no pós-guerra e mergulhado na guerra fria. A oposição da UDN foi implacável, tendo Carlos Lacerda como ponta de lança. O governador da Guanabara dizia ser preciso “recorrer à revolução para impedir Vargas de governar”.

A pressão aumentou. Vargas tentou ser mais esperto do que sempre foi. Embora filiado ao PTB e ter o apoio do PSD, tentou um acordo com seu rival, a UDN. Desagradou gregos e troianos e revelou fragilidade. O país e o Exército se dividiram.

O incidente da rua Toneleros, em agosto de 1954,² aceleraria a crise política que levaria Vargas ao suicídio. De um dia para outro, o presidente odiado passou a ser idolatrado. Isso é política.

Nenhum analista poderia prever um percurso tão errático como o da popularidade de Vargas. Justamente porque as decisões políticas são complexas.

O economista Ernest Mandel, na introdução de seu livro "O Capitalismo Tardio",³ sugere a importância da análise feita em dois níveis: dedutiva e indutiva, mas também, lógica e histórica. Lembra Marx para quem a essência e a aparência histórica jamais coincidiram. O papel da ciência, neste sentido, é explicar, não prever.

Mandel afirma que "uma análise materialista não se harmoniza a uma dialética idealista, mas uma dialética materialista, ela lida com fatos empiricamente verificáveis".

Então, ciência - e aí se encontra a ciência política - não projeta o futuro. Mas pode apresentar tendências, sempre no plural. Tendências são cenários montados a partir da escolha de alguns indicadores que são adotados como balizas para a análise. Se os dados da realidade alteram ou modificam a composição ou a relação

entre os indicadores escolhidos, assim, redefinem as tendências. Em outras palavras: se Vargas vivo era odiado, com o suicídio se tornou adorado, quase unanimidade nacional e permaneceu assim ao longo dos anos.

Tendências são possibilidades que são apresentadas a partir de sinais concretos do momento analisado. Não são previsões. O analista profissional pondera sobre as probabilidades de uma tendência se firmar como mais provável ou indicar novas tendências. O tempo todo.

Vivemos uma profusão de informações e mudanças bruscas no nosso modo de viver. Tal instabilidade leva à busca de certezas, de previsibilidade. Nosso cérebro busca confirmações para nos dar segurança. Por este motivo que o brasileiro adora apostas: viver em nosso país é andar sobre uma corda bamba. Num momento de crise a corda fica ainda mais frouxa. As apostas no futuro acabam ganhando contornos de desespero, de busca ardorosa por uma certeza.

É por aí que acabamos - nós, cientistas e analistas políticos - gerando algumas contrariedades. Justamente porque não fazemos previsões, mas "apenas" a busca da previsibilidade - que dá segurança e que joga na armadilha do viés de confirmação -, orienta muitos leitores para

2 O atentado da rua Toneleros, como ficou conhecido, ocorreu no dia 05 de agosto de 1954, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro. O alvo era o maior opositor de Getúlio Vargas: Carlos Lacerda. O carro em que Lacerda estava foi atingido por um tiroteio na altura do número 180 da rua Tonelero. Um dos oficiais que o acompanhava, Rubens Vaz, foi ferido mortalmente. Lacerda foi atingido no pé e num pronunciamento à imprensa, acusou Vargas de ter ordenado a sua trama. Dias depois, as investigações policiais apontaram como mandante o chefe da guarda pessoal de Vargas - e envolvido num escândalo da compra de uma fazenda -, Gregório Fortunato.

3 MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Abril, Coleção Os Economistas, 1982.

um sentimento de frustração quando não cravamos nossa aposta no futuro.

Este é o parâmetro adotado nos textos que são apresentados em seguida. São análises que fogem da armadilha de fazer projeções sobre o futuro. Muito menos faz apostas. O erro que eles podem ter cometido é de identificação parcial de tendências pelo autor não ter tido a competência para enxergar uma probabilidade política.

Enfim, ponderações para alertar o leitor que o analista político, mesmo a contragosto, sabe que seus textos acabam fazendo parte do cenário de disputa política.

ANO 2015

1. BRASIL: DECIFRA-ME OU CONTINUEM EM TRANSE

O “lulismo” como novo paradigma governamental

A vitória de Lula, em 2002, não foi uma vitória qualquer. Alterou, a partir dali a história da estrutura política brasileira, mas, também, a história do seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores (PT). No início de sua gestão, entre os anos 2003 e 2004, Lula criou um amálgama de políticas, típicas de todos os governos petistas até então, incluindo de tudo um pouco: políticas econômicas liberais, políticas sociais de caráter participacionista (fundadas na cogestão, como no caso do Fome Zero) acompanhando,

enfim, um amplo arco de alianças políticas e ideológicas. Contudo, já em 2005 ocorreu uma guinada pragmática do governo em função da primeira grande adversidade: o início das denúncias sobre pagamentos mensais de propinas a parlamentares e partidos aliados e nem tão aliados no Congresso Nacional para obter maiorias mais amplas. Logo, este esquema ganharia o apelido jocoso – uma especialidade brasileira - de “mensalão”.

O governo Lula, a partir de então, adotou uma agenda tipicamente rooseveltiana. Foi o início de sua escalada para se tornar o maior líder político contemporâneo da política nacional. A agenda lulista-rooseveltiana se baseou num tripé: concentração orçamentária na União, aumentando seu grau de investi-

mento e orientação econômica; subsídio dos gastos das famílias menos abastadas (via Programa Bolsa Família, aumento real anual do salário mínimo e ampliação do crédito popular para compras familiares) tendo como objetivo forjar um amplo mercado interno consumidor, base do crescimento da indústria tupiniquim; orientação e fomento à indústria nacional (via recursos carreados do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES -, que se tornou o terceiro maior banco de fomento do mundo e orientação de investimentos via Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – uma espécie de cardápio de investimentos públicos em infraestrutura nacional). O tripé gerou um “pacto desenvolvimentista”, constituindo um “fordismo tardio” em terras brasileiras.

O problema de todo pacto desta natureza é que ele precisa de um ambiente de “conflito administrado” ou “conflito mínimo” para atrair investimentos crescentes. Do ponto de vista político, tal situação significa, na prática, a orientação para a conciliação de interesses. Assim, o PT sob a égide do lulismo foi domesticado. Movimentos sociais e organizações populares que sempre estiveram na órbita programática do PT, ingressaram em arenas de negociação de políticas públicas federais. Esta mudança de foco – das ruas para os gabinetes federais – se revelou um desastre político de amplas consequências, até mesmo para o governo. Num país com desigualdade social crônica, mesmo com diminuição acelerada da pobreza e fome (em dez anos de gestões lulistas, o número

de famílias mergulhadas na fome diária se reduziu em 50%) o cotidiano de milhões de brasileiros é marcado pela frustração e ressentimento. A malha de entidades de mediação, de presença nestes grotões de pobreza e desalento, forjada pelas ONGs, pastorais sociais, sindicatos e outras entidades sociais, constitui um importante sistema de organização de demandas sociais. A forte presença, nos anos 1980 e 1990, dessas organizações, criou uma constante atualização de agendas nacionais na área social que alimentou o crescimento do PT e da esquerda nacional. Contudo, na medida em que os governos lulistas atraíram tais organizações para o interior do Estado, este sistema de comunicação e formação de agendas sociais se desfez. Ao se desfazer, as ruas ficaram órfãs e a imensa camada de lumpensinato se fechou à sua pouca sorte e desalento. Uma tensão oculta ou latente que evidentemente desabrocharia, em algum momento, em forma de ressentimento político.

Na outra ponta deste constructo governamental que foi o lulismo, se rearranjou todo sistema partidário e de atendimento dos entes federativos. Em primeiro lugar, os anos de gestão Lula forjaram uma coalizão presidencialista que se aproximou dos moldes parlamentaristas. O lulismo capturou, ano a ano, grande parte dos partidos políticos do nosso sistema partidário (que soma mais de 70 partidos), excluindo apenas os partidos que se tornaram adversários históricos, como o PSDB (inicialmente, socialdemocrata, mas que nos últimos anos pendeu para um programa liberal-

-conservador), DEM (partido ultraconservador que se aliou ao PSDB e que nos anos de lulismo definhou, se tornando um dos partidos “nanicos” do país) e PPS (que abdicou de sua origem comunista para se tornar um partido menor, sem muita clareza pragmática, até se refundar como Cidadania). Lula, inclusive, atuou fortemente para aliciar lideranças dos dois primeiros partidos – em especial, do DEM – transferindo-os para partidos da base aliada, como o PP, em troca de benefícios para sua base eleitoral.

Daí surgiu um novo e importante papel para os parlamentares federais do nosso sistema político: o de representação cartorial. Os deputados federais passaram a se constituir como facilitadores do acesso de prefeitos (governos locais que dirigem mais de 5.500 municípios) aos convênios com agências federais que coordenam programas sociais e de infraestrutura. Na prática, o lulismo nacionalizou programas federais (como Minha Casa, Minha Vida; Programa Bolsa Família; Mais Educação; Mais Médicos; Praças da Juventude; Programa Segundo Tempo nas Escolas Públicas; Universidade Aberta do Brasil; Farmácia Popular e outros) em virtude da concentração orçamentária (65% de todo recurso público para investimento se concentraram na União⁴) e deste sistema cartorial alimentado pelos deputados federais.

O sistema forjado entre 2005 e 2010, sob a liderança de Lula, criou um imbricado jogo de contrapesos de difícil administração que somente sob a coordenação de um líder carismático se mantém em pé. Tal afirmação se confirmou em 2008-2009 em meio à crise internacional desencadeada pela recessão norte-americana alimentada pelo *subprime*. Lula veio a público e disse que se tratava de uma mera “marola” (uma agitação sem importância das ondas do mar) e que os brasileiros poderiam comprar sem preocupação para festejar o final do ano de 2008. A população atendeu o chamado o que resultou num colchão de recursos originários das vendas para promover um programa de ajuda ao sistema bancário brasileiro.

Enfim, o “fordismo tardio” brasileiro, que ocorreu em meio a uma crise internacional de largo espectro, só floresceu em virtude da ousadia de uma liderança carismática.

Até que Lula indicou para sua sucessão uma tecnocrata dura e pouco afeita ao jogo político: Dilma Rousseff.

Sistema partidário esfacelado

No plano político, a lenta crise do sistema de gestão montado pelos governos lulistas se alimentou de dois grandes problemas: a nova realidade social gerada pela “inclusão pelo consumo” e a corrosão do sistema partidário brasileiro.

4 O sistema federativo brasileiro é composto por três entes teoricamente autônomos: União, Estados e municípios. São 26 Estados, um Distrito Federal (que contém a capital do país: Brasília) e 5.570 municípios.

A “inclusão pelo consumo”, ao contrário da inclusão pela política (quando os segmentos excluídos socialmente se incorporam pela organização em sindicatos ou organizações de representação de interesses) ou da inclusão pelos direitos (quando novos direitos são inscritos pela pressão social e política), gera uma profunda passividade ou individualização social. Este fenômeno já foi percebido nos anos 1950 nos EUA: o consumo revela o prestígio social ou superação da situação anterior, de penúria. Intuitivamente, os beneficiários dos programas de promoção social procuram se distanciar rapidamente das condições de vida da fase anterior e se concentram na aquisição de bens como se fossem troféus sociais. Assim, houve uma explosão de consumo popular nos últimos dez anos (em especial, em 2010, último ano do segundo governo Lula, quando a economia brasileira cresceu 7,5% em relação ao ano anterior), com aquisição em massa de TVs de tela plana, aparelhos de telefonia celular, pacotes de viagem, compra de automóveis e acesso a cursos universitários noturnos. Deste movimento aflorou uma cultura conservadora, individualista, focada no sucesso individual ou familiar, de recusa de ações sociais e políticas de massa, direcionada à valorização do esforço pessoal e da meritocracia. Se nos recordarmos que o “fordismo tardio” lulista se apoiou na conciliação de interesses, temos um caldo de cultura que associa emergência do individualismo popular com ausência de confrontos ideológicos, campo propício para o conservadorismo se alastrar país

afora. Associemos a este cenário o afastamento das entidades de mediação que antes desenvolviam ações de organização coletiva dos interesses das populações excluídas social e economicamente.

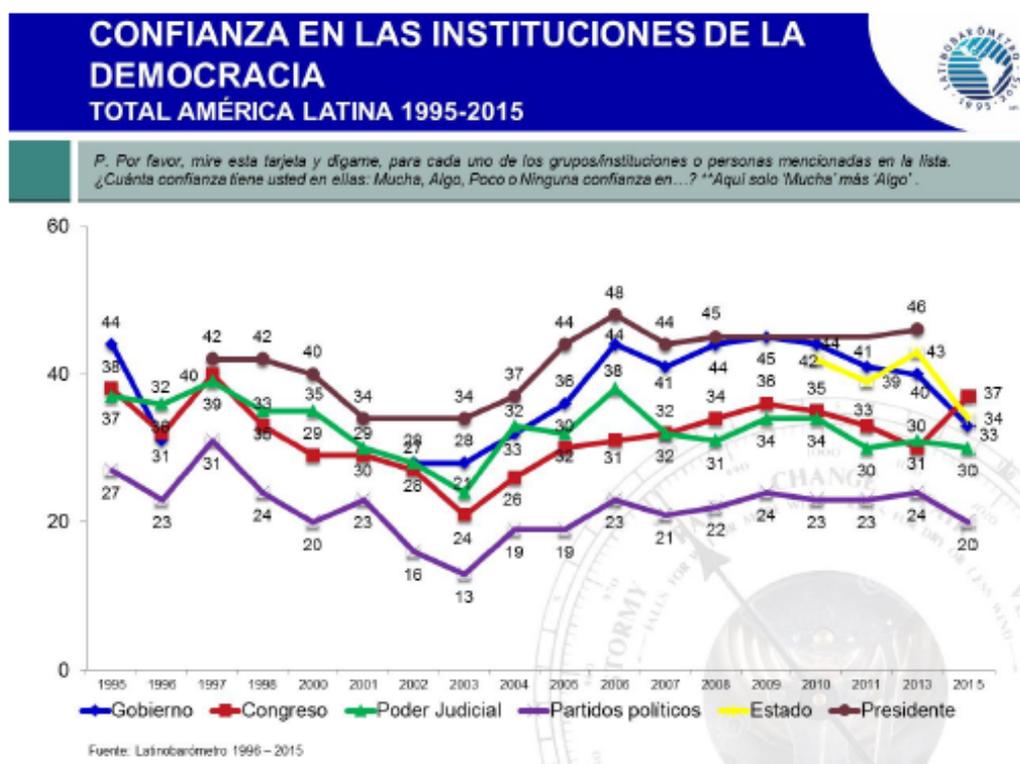
Também contribuiu para a formação de valores ultraconservadores a reação das camadas médias tradicionais do Brasil, concentradas, em especial, na porção centro-sul do país. O consumo popular acelerado invadiu aeroportos e shopping centers, templos de consumo seguro das classes médias brasileiras. A reação dessas camadas médias foi desproporcional e reacionária: as redes sociais foram inundadas por reações racistas e intolerantes com o comportamento do novo consumidor. A reação chegou ao ápice no início de 2014, quando adolescentes residentes nas periferias dos grandes centros urbanos começaram a agendar encontros em shopping centers. Denominados de “rolezinhos” (oriundo de role, pequeno giro, possivelmente uma corruptela da palavra francesa ou mesmo da palavra latina “rotella”, diminutivo de rota), tornou-se um movimento social envolvendo 5 mil a 10 mil adolescentes que afluíam, ao mesmo tempo, nestes centros comerciais para um encontro agendado nas fanpages do Facebook. A reação das classes médias foi desproporcional, invocando ação repressiva das polícias militares.

O outro grande problema de sustentação do lulismo foi a corrosão do sistema partidário nacional. As pesquisas sobre confiança institucional dos últimos dez anos revelam que os partidos políti-

cos são validados por apenas 5% dos brasileiros. São as instituições menos valorizadas no país. Analistas convergem para sugerir que o motivo desta situação é a permanência da desigualdade social. Em suma, enquanto Lula liderou a implantação de amplos programas de promoção social e inclusão pelo consumo, a valorização de seu partido junto às camadas sociais menos abastadas evoluiu. Mas na medida em que a crise internacional diminuiu o fluxo de investimentos externos, a queda livre da confiança da população no sistema partidário – que já atingia toda América Latina – envolveu o Brasil.

Pesquisas anuais sobre confiança nas instituições desenvolvida pelo Latinobarômetro (articulação de pesquisadores sociais apoiado pelo PNUD e BID) indicam o grau de desconfiança generalizado que envolve todo continente.

Latinobarômetro Sobre Confiança nas Instituições da América latina



Fonte: Banco de Datos en Línea, Latinobarômetro (Santiago, Chile).⁵

O gráfico acima, oriundo do último relatório anual do Latinobarômetro, expõe a crise de legitimidade de todo sistema partidário em nosso continente. Este cenário decompõe uma das bases de governabilidade do lulismo que é a coalizão presidencialista. Em outras palavras, se os partidos políticos não estão inseridos na base social e

5 Ver em: <www.latinobarometro.org>.

não representam a sociedade nacional, a coalizão é compreendida pela sociedade como um acordo entre elites.

O fato é que estes dois problemas convergiram como uma crise de confiança justamente quando Dilma Rousseff assumia seu primeiro mandato, em 2011.

“Sem lenço, nem documento” (letra de uma música emblemática de Caetano Veloso)

A Presidente Dilma Rousseff, que sucedeu a Lula, foi ungida pela figura que, em 2010, se constituía como um quase mito para as camadas mais pobres da população brasileira: Lula. Ele próprio, originário da região nordeste do país, metalúrgico, líder operário, era o sinal de mudança de expectativas de ascensão social e política no Brasil. Com o amplo programa de promoção social que desfechou, revelou uma inteligência política que raramente se viu na história política brasileira. O exemplo passado mais próximo foi Getúlio Vargas, outra liderança que promoveu um pacto desenvolvimentista apoiado na conciliação de interesses e cujo destino foi trágico, se suicidando em 1954, após sofrer quatro tentativas de impeachment.

Dilma Rousseff não emergiu por méritos próprios. Trata-se de uma tecnocrata, especializada em políticas da área da energia. Nunca foi liderança partidária ou se destacou em ações de massa. Veio das hostes do trabalhismo gaúcho, do sul do país (embora nascida em Minas Gerais, região sudeste do Brasil),

berço político de Getúlio Vargas e Leonel Brizola (outra liderança trabalhista), ideologia e práticas políticas às quais o PT, partido de Lula, se opôs quando de sua fundação.

Sem brilho próprio e pouca afeita aos jogos instáveis das negociações políticas, Dilma Rousseff rapidamente decomps o arco de alianças montado por Lula. O primeiro partido mais afetado foi justamente o PDT, o partido do trabalhismo brasileiro. Lula o atraiu com certa dificuldade, mas durante a gestão Dilma Rousseff, foi destrutado. O mesmo ocorreu com as centrais sindicais e muitos dos tradicionais movimentos sociais brasileiros, como o MST (movimento dos trabalhadores rurais sem terra). Rapidamente, as queixas ganharam volume e foram cair na mesa de trabalho de Lula, agora dirigindo seu instituto particular. Lula tentou interceder, o que gerou atrito junto à Presidente da República. As relações se deterioraram desde então.

Paralelamente, a crise internacional se agravou e o grau de investimento externo, ainda que mantido em patamares acima do razoável (66 bilhões de dólares em 2014), começou a decair. O governo federal cometeu, ainda, um erro estratégico ao conter o reajuste dos preços administrados, em especial, derivados de petróleo e energia elétrica, reprimindo entre 25% e 30% do reajuste necessário o que, fatalmente, impactaria as contas públicas mais adiante.

Rigidez política, crise econômica e valores conservadores em alta no interior da sociedade formaram a receita para a crise.

O primeiro estopim da crise veio em 2013, quando o Brasil teve seu “15M”. 4 milhões de jovens saíram às ruas durante três semanas consecutivas, exigindo melhores serviços públicos, mas, em especial, mudança na representação política. Estudo recente revelou que 70% das demandas apresentadas naqueles dias tinham relação com a crítica ao sistema de representação. Os governos estaduais e federal reagiram equivocadamente. Não sabiam como negociar com jovens que não apresentavam uma única agenda e não eram liderados por uma única organização. Entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro de 2014, às vésperas da Copa Mundial de Futebol que o Brasil sediou, a reação dos governos – incluindo o de Dilma Rousseff – foi desproporcional, chegando a bradar que se tratava de terrorismo juvenil. Houve, inclusive, patrocínio governamental para treinamento de polícias militares nos EUA, nos campos de treinamento da Blackwater, organização mercenária conhecida pela brutalidade nas ações desenvolvidas no Afeganistão.

A reação violenta dos governos desarticulou este primeiro movimento juvenil, que retornaria mais tarde, sob novos signos e pautas. Em seguida, no segundo semestre de 2014, o Brasil foi tomado pela selvagem campanha eleitoral à Presidência da República. Dilma Rousseff já amargava índices de queda

de popularidade, dada a situação econômica e o clima de insatisfação aberto pelas manifestações juvenis de 2013 e 2014.

Nesta eleição presidencial, o governo federal tentava a reeleição e disputou com duas forças opositoras: Marina Silva, que tinha sido ministra do Meio Ambiente de Lula e uma liderança histórica do PT que se desentendeu no final da gestão Lula e início da gestão Dilma Rousseff, e o senador Aécio Neves, do PSDB, adversário histórico do PT. A campanha foi acirrada. Mas o profissionalismo da campanha do PT superou todas as adversidades. E inovou. Pela primeira vez numa campanha eleitoral brasileira, o foco do marketing político não foi a valorização do candidato oficial, mas a desconstrução da imagem pessoal dos adversários. Em curto espaço de tempo (no máximo, dez dias), por duas vezes, a campanha de Dilma Rousseff disseminou informações e uma campanha emocional que desconstruíram as duas candidaturas adversárias. No final do primeiro turno, desmontou a imagem de Marina Silva, sugerindo que se tratava de uma candidata personalista, que havia se aliado com banqueiros e grandes empresários do agronegócio (num país com alta desigualdade social, esta é uma aliança desastrosa para os mais pobres, maioria do eleitorado). No segundo turno, a imagem de Aécio Neves sofreu um ataque intenso pelas redes sociais, disseminando que se tratava de um agressor de mulheres. Esta informação foi essencial para a vitória de Dilma Rousseff porque 75% dos indecisos naquele momen-

to eram mulheres com mais de 45 anos de idade, muitas com histórico de violência intrafamiliar.

Dilma se reelege com o país dividido e em guerra política. Não foi uma vitória de programas ou idéias, mas a vitória de um ataque pessoal aos seus adversários. Campanhas desta natureza transformam adversários em inimigos. E foi o que ocorreu.

Como no período 2013 e 2014 o governo federal enfrentou reações negativas do alto empresariado fazendo a economia empacar, os primeiros movimentos do segundo mandato de Dilma Rousseff objetivaram acenar positivamente para as demandas das elites econômicas. Tal movimento se revelou um desastre. Nomeou como Ministro da Fazenda um tecnocrata de um dos bancos privados mais importantes do país, Joaquim Levy, do Bradesco. E anunciou um pacote monetarista, de forte restrição monetária. Ocorre que o PT cresceu contra pacotes desta natureza e a campanha da recém eleita Presidente foi de garantias que não adotaria esta agenda econômica. O Brasil, a partir daí, afundou na mais profunda recessão desde o início dos anos 1990. Uma recessão provocada pela política econômica que não se anunciava até então, como destino natural dos percalços de nossa economia.

O desemprego cresceu aceleradamente, como se percebe na ilustração apresentada a seguir, atingindo justamente o eleitor preferencial do PT, desde 2006.

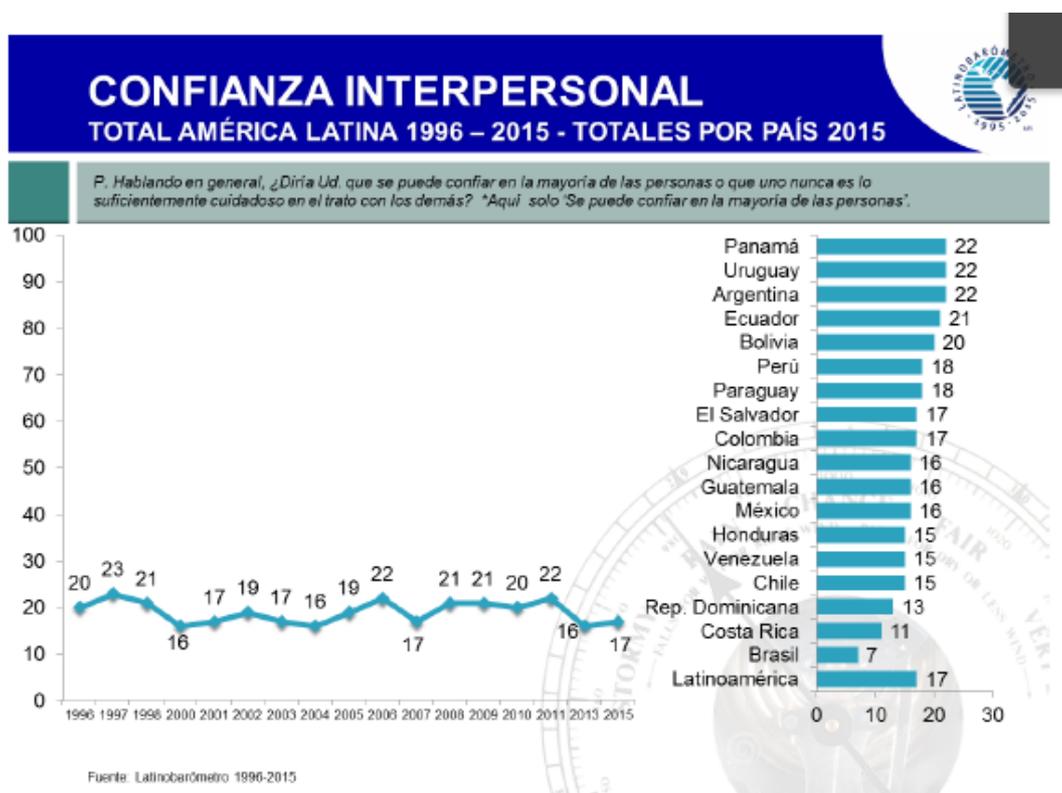


Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo⁶

O grau de desconfiança do brasileiro se generalizou para tudo e todos, como se percebe na tabela apresentada a seguir, elaborada pelo Latinobarômetro.

6 Ver em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/inatividade-levou-desemprego-a-leve-reducao-para-49-em-setembro-ef9xbp1alynjupx9x9ntco2mm/>>.

Latinobarômetro Sobre Confiança Interpessoal (1996 - 2015), nas Instituições da América latina



Fonte: Banco de Datos en Línea, Latinobarômetro (Santiago, Chile).

Sem habilidade política, sem carisma, ao adotar um pacote de restrições aos investimentos, afetando sua base eleitoral, Dilma Rousseff se viu, poucos meses após sua reeleição, em queda vertiginosa de popularidade. Em quatro meses, menos de 10% da população brasileira considerava seu governo bom ou ótimo. O brasileiro abandonou seu governo.

Os casos de corrupção que ganharam as páginas dos jornais apenas deram o acabamento para este cenário já em decomposição. Para a maioria dos eleitores brasileiros, a corrupção é um dado histórico da política nacional. Em 2006, pesquisa do IBOPE revelava que 75% dos brasileiros afirmavam que se tivessem poder desviariam recursos públicos para ajudar um parente ou conhecido. Uma evidente naturalização da corrupção. Nada de novo, já que teorias funcionalistas sugerem que em países com forte desigualdade social, a corrupção se apresenta como estratégia de ascensão social.

Contudo, os casos de corrupção passam a ser relevantes quando o governo que o promove ou é corroído por denúncias desta natureza, é o mesmo que promove desemprego e queda de consumo familiar. Neste ponto, o ressentimento alimenta o sen-

timento de injustiça, que promove reações sociais explosivas. E é justamente o que ocorre neste momento.

O que cria salvaguardas ao governo federal neste momento é que não há alternativas confiáveis ao seu governo. A oposição liderada pelo PSDB é apoiada por setores médios do centro-sul do Brasil, mas gera muita desconfiança nos segmentos mais populares do eleitorado que identifica este partido com as elites econômicas.

Com a abertura do processo de impeachment da Presidente da República, a situação ficou ainda mais complexa e tortuosa, já que o Presidente da Câmara de Deputados que acolheu o pedido de impeachment (e abriu o processo no Legislativo) está para perder seu mandato por corrupção, com provas documentais fartamente divulgadas na grande imprensa.

Em virtude desta situação das mais complexas e contraditórias, as forças políticas e sociais mais reconhecidas do país se manifestaram publicamente contra o impeachment, caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O mesmo caminho seguiu Marina Silva, que acaba de ter seu partido legalizado oficialmente (a Rede Sustentabilidade),

a ex-petista que disputou as eleições do ano passado com Dilma Rousseff. Vários partidos políticos, como a oposição à esquerda, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), também se manifestaram contra o processo de impeachment, isolando as forças que procuram promover a cassação do mandato presidencial.

Por caminhos tortuosos, o governo Dilma parece se safar, neste momento, de seu maior risco. Mesmo assim, não deixará de ser percebido como um governo dúbio o medíocre pela maioria dos brasileiros. O país continuará mergulhado numa crise de representação.

Enfim, a crise brasileira não é exatamente econômica, mas política.

2. O QUE LULA FARIA?

O estouro das barragens em Mariana⁷ gerou uma comoção importante em Minas Gerais. Não apenas pelas mortes, desabrigados e irresponsabilidade que envolveu esta tragédia naquela localidade (a primeira capital da história mineira), mas porque deixou um lastro de morte por onde os dejetos passaram. A tragédia atingiu o Rio Doce, cidades de referência regional como Governador

7 Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de mineração do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, rompeu. Esta extração de minérios é controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. O rompimento da barragem de Fundão é considerado o desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos, com um volume total despejado de 62 milhões de metros cúbicos. A lama chegou ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio.

Valadares, invadiu o Espírito Santo e deságuas no mar. Muitos especialistas afirmam que se trata da maior tragédia ecológica brasileira.

A Presidente Dilma Rousseff demorou vários dias para sair a campo. Muito distinto do que ocorreu durante a tragédia que envolveu a região serrana do Rio de Janeiro em 2011. O temporal começou no dia 11 e no dia 13 a Presidente já sobrevoava a região acompanhada de seis ministros. No dia 18, os ministros da Integração Nacional, da Defesa e da Justiça retornaram ao Rio para reforçar as ações de apoio do governo federal.

Com baixíssimos índices de popularidade, enfrentando ameaças intermitentes de impeachment, e tendo como lastro negativo o financiamento de muitas campanhas eleitorais pelas empresas envolvidas nesta calamidade, a Presidente optou pela discrição.

Mas, o que pode parecer uma tática arriscada, mas prudente, revela uma importante diferença em relação ao estilo Lula de governar. Embora no campo das especulações, seria difícil que o ex-Presidente fizesse o mesmo. Possivelmente, se atiraria no dia seguinte nas terras mineiras e seria o principal protagonista de tudo, para o bem ou para o mal. Afinal, Jânio Quadros já havia ensinado o quanto faz sentido político “falarem mal, mas falarem do líder”. A ausência política, muitas vezes, gera especulação e, não raro, revela fraqueza, medo, incerteza. O governante titubeante é o pior dos políticos porque parece

manietado por alguém de seu staff que não tem o ônus da liderança e, portanto, pode montar o laboratório que surgir na sua cabeça.

A questão é gostar de política. Política como ato de convencimento e liderança. Convencimento e liderança que exige paixão, mas também uma dose forte de ousadia e risco. Nenhum líder político age à sombra, lugar eterno dos assessores de líderes – que nunca serão líderes – porque seu lugar é conquistado pelo inusitado. O líder, como se destaca dos demais mortais, tem algo do que Max Weber percebia nos heróis e profetas: eles se distinguem pela coragem ou pela aposta no incerto. Daí a abissal distância que separa um empresário (ou intelectual) do político.

Dilma é uma técnica. Não há nada mais distinto de um político. O técnico se guia por objetivos racionais, concretos, definidos em planilhas e adota metodologias racionais e lógicas, criando um nexos causal de atitudes que chegam ao objetivo eleito. O político anda por corredoiras tortuosas, se expõe, se destaca, cria dúvidas como as falas desconexas do hipnotizador que nos confunde, aponta soluções, é hiperativo, intuitivo, sedutor. E, antes de qualquer coisa, um bom ouvinte.

FHC tinha algo a mais que Dilma, mas entraria na mesma classificação dos agentes sociais que utilizam mais o lado racional do cérebro que o lado intuitivo. Pouca paixão e muita razão.

Não tenho dúvidas que Lula entraria em campo, para horror de seus assessores cheios de cálculos acadêmicos e MBA.

No político, o que pode parecer espartezza, astúcia ou oportunismo (o que, muitas vezes, é o que efetivamente ocorre), acaba por dialogar com princípios humanistas porque é efetivamente mais humano. Ao contrário, a lógica tecnicista de gestão é mais desumana, mecânica e retilínea.

Por isto, Dilma demorou tanto para tentar se conectar com o sofrimento dos soterrados pela calamidade de Mariana. Porque, imagino, pensou ser muito arriscado e de pouca efetividade. Um político pensaria exatamente o inverso.

3. LIBERAIS BRASILEIROS NÃO DEFENDEM INTEGRALMENTE O ESTADO DE DIREITO

Nos últimos dias fui provocado por um internauta que me acompanha nas redes sociais. Perguntou se somente a esquerda brasileira defenderia o Estado de Direito, tendo em vista que eu criticava acidamente a postura fascista da direita tupiniquim e a visão elitista e pouco respeitosa ao desejo expresso no voto pelos nossos “liberais de conveniência”. Decidi organizar meus argumentos neste breve texto.

Começando pela nossa direita e seu Estado de Exceção

A direita brasileira tem pendor fascista. Começemos pelo conceito. O fascismo é uma expressão do totalitarismo, que se distingue do autoritarismo porque é mobilizador e refuta qualquer tipo de competição política. O fascismo tem discurso único, é intolerante, sustenta que qualquer negociação é moralmente repreensível porque busca o poder a qualquer custo. Fascistas confundem nação com seu próprio desejo. Assim, quem não pensa como um fascista é logo tachado de antipatriótico. É comum, por esta trilha de raciocínio, que todo fascista fale em nome do “povo brasileiro”. E, caso a maioria não concorde com seus interesses e orientações demiúrgicas, sua opção é, sempre, a força: o golpe restaurador ou a invalidação do voto. Não é por outro motivo que todo discurso fascista é fulanizado, personificando o mal, assim como todo discurso fascista é casuístico, como estamos percebendo agora, quando o STF que era até então considerado moralizador, após decidir acabar com a festa do impeachment (tal como definido por Eduardo Cunha), de um dia para o outro, é apelidado de “bolivariano”. As instituições, enfim, não interessam aos fascistas tupiniquins e o Estado é visto, sempre, como necessariamente “de exceção”.

Se alguém tiver interesse em compreender a diferença entre totalitarismo e autoritarismo, sugiro uma lida num livro de Fernando Henrique Cardoso, publicado pela editora Paz e Terra em

1975, cujo título é “Autoritarismo e Democratização”.

Liberais brasileiros, “ma non troppo”

Chegamos aos liberais brasileiros. O pai do liberalismo, John Locke, em 1690, assinalou, no seu “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, que o justo direito de propriedade estaria vinculado ao trabalho e à necessidade para a subsistência. Neste caso, o direito à propriedade estaria vinculado à obrigação de produzir. Não era, na definição de Locke, uma possibilidade de alguns poucos que teriam mais méritos que outros, mas um direito universal fundado na garantia de disponibilidade de terra e bens suficientes para todos. O que o levava à condenação do desperdício ou do individualismo possessivo. Como destaca Marcello Otávio de Campos Basile, “considerava, assim, social e moralmente desonesta, e contrária à vontade de Deus, além de um desperdício, a apropriação de uma parcela maior do que a necessária para a sobrevivência e o bem-estar do indivíduo e de sua família, pois isto resultaria em que nem todos pudessem ter acesso à terra, colocando uns (os despossuídos) na dependência de outros (os proprietários)”⁸.

Começo com esta passagem para evidenciar o quanto os liberais tupiniquins se apresentam como tal como

mera conveniência moral. Somente uma minúscula exceção dentre nossos liberais brasileiros defende a reforma agrária como justiça ao direito de todos terem propriedade. Ao contrário, nos cansamos de ouvir impropérios de tantos liberais de botequim afirmando que toda intervenção na lógica “natural” da economia é coisa da esquerda “bolivariana”.

A base deste desvio discursivo está no elitismo e na defesa da meritocracia – o que conspurca contra qualquer possibilidade de direito como universal à condição humana – como garantidores da desigualdade entre os homens. O que, por consequência, macula a noção de Estado de Direito.

Nossos liberais invariavelmente se aproximam dos conceitos neoliberais, aqueles que sustentam que qualquer política de promoção social com custos estatais seria uma injustiça para aqueles que conquistaram, com próprio esforço, um lugar no topo do ecossistema social da humanidade. Esta foi a sugestão do mais cruel dos neoliberais, o norte-americano Robert Nozick, em especial, na sua obra “Anarquia, Estado e Utopia”⁹. Nozick, é bom que se diga, sempre esteve filiado à tradição libertária (ou “libertarista”) dos EUA, aquela que afirma que os indivíduos têm direito ao porte de arma e o seu uso para defesa da propriedade e do que definirem como seu direito individual.

8 Ver BASILE, Marcello Otávio de Campos. “A reforma agrária cidadã: o plano do grande Fateusim Nacional”, In Estudos Sociedade e Agricultura, 10, abril 1998: 95-117. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dez/basile10.htm>>

9 NOZICK, Robert. Anarquia, estado e utopia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Norberto Bobbio no seu ensaio “O Futuro da Democracia”¹⁰ enfrentou esta suposição neoliberal como um desca-so perigoso contra a lógica democrática e, portanto, contra o Estado de Direito. Bobbio começa indicando como os neo-liberais defendem, no limite, políticas de proteção aos menos privilegiados, mas nunca as de promoção (que retirariam os homens da penúria e os promoveria à condição superior, afeta à dignidade humana). Bobbio se aproxima, por aí, das teses liberais do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen¹¹. “Atenuar, mas não exterminar a desigualdade social”, esta seria a máxima neoliberal. Mas, res-salta Bobbio, se a democracia é fundada no direito do povo se exprimir através do voto e, se a maioria do povo for pobre ou viver em condições precárias, não seria legítimo - a base do Estado de Direito - a imposição de políticas de promoção so-cial oriundas do desejo que esta maioria expressa em seu voto?

Em outras palavras, como os libe-rais brasileiros podem se dar ao direito de invalidar a vontade popular? Como podem sugerir que políticas de promo-ção social são inflacionárias e nocivas à justiça pública se é justamente uma in-tenção expressa em voto, como ocorreu na eleição de 2014? No que se baseiam no eufemismo que inventaram há dois anos, o tal de “bolivarianismo” que mui-to grita e pouco diz, para desqualificar a vontade popular?

Bobbio esclarece, à página 123 do livro citado (6ª edição, Paz e Terra, 1997):

Não deixa, entretanto de ser ilumi-nante a ideia de Max Weber — retomada, desenvolvida e divulgada por Schumpeter — de que o líder político pode ser compa-rado a um empresário cujo rendimento é o poder, cujo poder se mede por votos, cujos votos dependem da sua capacidade de sa-tisfazer interesses de eleitores e cuja capa-cidade de responder às solicitações dos elei-tores depende dos recursos públicos de que pode dispor. Ao interesse do cidadão eleitor de obter favores do estado corresponde o interesse do político eleito ou a ser eleito de concedê-los. Entre um e outro estabelece-se uma perfeita relação de do ut des: um através do consenso confere poder, o outro através do poder recebido distribui vanta-gens ou elimina desvantagens.

Eliminar desvantagens faz parte do jogo de legitimação do governante que tem origem no voto.

Enfim, nossos liberais de conve-niência não defendem plenamente o Estado de Direito como aquele fundado na igualdade formal entre cidadãos – in-dependente da sua origem de classe ou grau de instrução – e que se expressa pelo voto. Pelo voto temos nosso desejo plasmado nas instituições de represen-tação política. As políticas públicas nada mais são – ou deveriam ser – que o dese-jo da maioria documentado no voto.

10 BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

11 Ver, entre outros, SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2010; SEM, Amartya. Sobre Ética e Economia. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

A esquerda brasileira como guardiã do Estado de Direito

Não é por outro motivo que coube à esquerda, aquela que adotou a democracia como valor universal – o que elimina a esquerda ortodoxa que não compreende o Estado como espaço de disputa de interesses, mas como limitado espaço de administração dos interesses da classe dominante –, se constituir na guardiã do Estado de Direito em nosso país. Não somente a esquerda, mas forças de centro-esquerda incluídas, aquelas que envolvem liberais clássicos ou radicais, cristãos progressistas e socialdemocratas. Este bloco foi, inclusive, responsável por grande parte da formulação das conquistas de caráter participacionista em nossa última Constituição Federal (em especial, os artigos 1º, 14 e 204). E é justamente esta formulação a que Ives Gandra Martins, o “intelectual orgânico” dos neoliberais tupiniquins, apelidou de “bolivarianismo” brasileiro.

A partir das declarações do advogado da Opus Dei, um séquito o seguiu cegamente, alimentado pelo que uma linha de estudos da psicologia norte-americana denomina de “viés de confirmação”. Autores como Raymond Nickerson¹² e Clifford Stott¹³ sugerem reações aparentemente irracionais em atos coletivos ou multidões, fundadas na tendência de

interpretar ou até mesmo pesquisar informações que confirmem sua crença ou preconceito, numa espécie de viés cognitivo ou erro de raciocínio indutivo.

À esquerda brasileira coube nos últimos anos defender o conceito de direito universal como conjunto de normas que definem a dignidade humana ou a garantia da existência humana digna. Não se trata de um patrimônio das esquerdas mundiais, nem mesmo identidade única do programa ou projeto de esquerda. Mas, no caso brasileiro, os liberais tupiniquins, com raras exceções, deslizaram suas convicções teóricas para o restrito campo das tecnalidades da condução da economia nacional, deixando a defesa do Estado de Direito à sorte das esquerdas. Na prática, a defesa do Estado Mínimo contradiz a lógica da defesa da igualdade formal pregada pelo liberalismo clássico.

Esta é a trilha para compreendermos os motivos da defesa dos direitos humanos, dos direitos civis e das políticas distributivas e equitativas se limitarem ao bloco político liderado por grande parte da esquerda brasileira¹⁴. Evidentemente que tal desvio da lógica liberal reduz a capacidade dos valores democráticos se firmarem como valores hegemônicos em nosso país. O que nos remete à necessidade de formação humanista em nossa política educacional.

12 Raymond S. Nickerson é psicólogo americano e professor de pesquisa na Universidade Tufts, no departamento de psicologia. É o editor fundador do *The Journal of Experimental Psychology*.

13 Clifford John Thornton Stott é professor de psicologia social na Keele University, especialista em psicologia de multidões, identidade de grupo e hooliganismo no futebol.

14 O discurso identitário, contudo, retomaria parte da agenda de direitos civis pelo prisma ultraliberal, individualista e biológico, fomentado por fundações empresariais.

4. O PT ENVELHECE

Outro dia, um internauta criticou minhas postagens por serem muito negativas em relação ao PT. Talvez, o internauta não tenha lido minhas notas sobre os outros partidos políticos brasileiros. A questão de fundo é que tenho dúvidas se os partidos políticos – surgidos originalmente no século XVIII – mantêm o poder de representação político-social numa sociedade gelatinosa, móvel, provisória como a atual. As “estruturas totais” do mundo moderno, avalio, desmancham no ar.

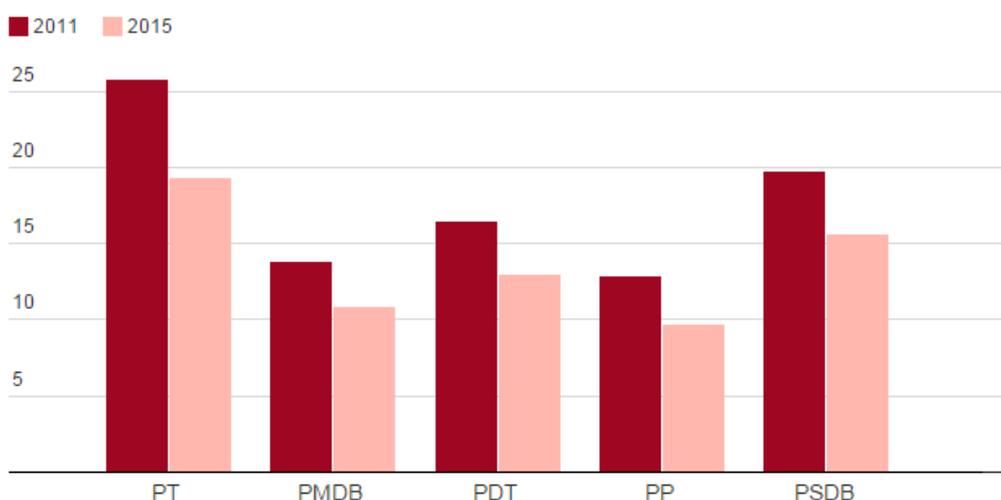
Mas, minha breve análise neste texto será sobre o PT.

O que ocorre com o PT, em primeiro lugar, é desgaste de material.

Começemos pela superfície: os filiados são cada vez mais velhos. Segundo dados da Justiça Eleitoral, desde 2011, a proporção de jovens entre 16 e 34 anos que são filiados ao PT caiu de 25,7% para 19,2%. Segundo a Folha de S. Paulo, foi a maior redução entre os cinco maiores partidos brasileiros (PT, PMDB, PP, PSDB e PDT). Embora seja um fenômeno generalizado – a redução de jovens filiados atingiu todos os partidos – vale registrar que o PT deixou de ser atrativo como instrumento de inovação.

PORCENTAGEM DE JOVENS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FILIADOS

Participação da juventude cai nas principais siglas



Fonte: TSE
infográficos da Folha

Fonte: TSE. Infografia: Folha.¹⁵

15 Ver em: <<https://www.folhapolitica.org/2015/12/em-4-anos-proporcao-de-jovens-no-pt-cai.html> e <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1722870-em-4-anos-proporcao-de-jovens-no-pt-cai-mais-do-que-em-outras-siglas.shtml>>.

Na outra ponta, o PSOL parece herdar este poder de atração de jovens: 40,3% de seus filiados estão na faixa etária indicada acima.

Destaco, aqui, três hipóteses explicativas.

A primeira: tantos anos de governo inocularam um espírito conservador no partido que almeja ser dos trabalhadores. Conservador no sentido de conservar o poder conquistado o que, na prática lulista, significou distribuir cargos a partir das correntes em função do seu poder de apoio ao governo. Foi assim com as forças aliadas – tanto partidárias como de órgãos de representação da sociedade civil – e foi assim em relação às correntes internas. Lula, inclusive, motivou disputas acirradas entre correntes internas para conquista de um ministério (eu acompanhei de perto o que ocorreu no início da segunda gestão Lula em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário) de forma que o empossado assumia o cargo enfraquecido, já acompanhado de sua oposição interna. A estrutura de poder, enfim, enrijeceu a própria luta interna e a vinculou à ocupação de cargos governamentais.

O PT mergulhou nos escaninhos do poder palaciano e se afastou das disputas reais, longe da Corte, aquelas que ocorriam nas ruas. Perdeu os ouvidos e, logo depois, a musculatura. Assim, se tornou a fonte empírica dos estudos so-

bre cartelização dos partidos contemporâneos (o conceito de partido cartel foi criado originalmente por Richard Katz e Peter Mair¹⁶, em meados dos anos 1990), aqueles que sobrevivem à sombra do Estado, tanto para se financiar, como para abastecer suas bases territoriais com políticas públicas. O PT envelheceu porque deixou de ser um elemento da paisagem cotidiana da vida do “homem simples” (roubo o termo de José de Souza Martins¹⁷). Deixou de montar barracas nos logradouros públicos para vender bottons e camisetas, de distribuir jornais e abaixo-assinados, de intervir em reuniões de associações de bairro. E tomou gosto pela Corte.

Segundo: o envelhecimento do partido. As opções de sobrevivência partidária contaminaram o processo decisório do PT. As representações setoriais (como o da juventude) foram se submetendo e se subordinando às estruturas centrais. A autonomia, palavra usada ao limite do desgaste nas primeiras duas décadas de existência da sigla, foi substituída pela “linha justa”. De tal sorte que os expoentes da juventude petistas passaram a adotar todos os vícios da burocracia partidária: discursos fechados e autistas; vínculos diretos com gabinetes ministeriais e parlamentares; ação privilegiada no campo institucional; palavras de ordem focadas na defesa das estruturas de poder e não nas demandas sociais

16 Ver, entre outros, KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. *Cadre, Catch-All or Cartel? A Rejoinder*. *Party Politics*, 2 (4), p. 525-534, 1996.

17 MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2012.

do segmento que procurava representar; incapacidade de formulação.

Enfim, as estruturas de poder internas tentaram enquadrar a realidade. Mesmo sendo tão óbvio que a realidade é muito mais dinâmica que as instituições, em especial, as partidárias (que em nosso país não merecem a confiança de mais de 5% da população). A rigidez de comando e o alinhamento entre governo, burocracia partidária e militância, esclerosaram este que foi o maior partido da esquerda nacional. Erro, aliás, histórico da esquerda mundial e que o PT tentou refutar quando da sua criação, quase que sendo textual em seu Manifesto de lançamento.

Apenas para constar, Lênin, em novembro de 1920, já sustentava o desastre da burocratização partidária e sugeria um combate a este erro estratégico que denominou de “métodos burocráticos”, sobrepondo os escalões superiores do partido aos escalões superiores estatais (cf. “Nossa situação interna e externa e as Tarefas do Partido”, 21 de novembro de 1920¹⁸). Esta passou a ser uma obsessão de Lênin. Tanto que em 1922, já afirmava que o pior inimigo interno era o burocrata (cf. “A situação interna e externa da República Soviética”, 6 de março de 1922¹⁹). Finalmente, no ano seguinte, escreve seu último artigo,

“Melhor Poucos Mas Bons”²⁰, denuncia os burocratas do partido, remetendo a outro artigo em que afirmava que o Estado Soviético se parecia cada vez mais com o velho aparelho czarista. Neste seu último artigo, chega a sustentar que nada pode ser esperado do comissariado do povo (se referindo à Inspeção Operária e Camponesa). Imagine, leitor, o impacto desta observação para aquele que dedicou sua vida à destruição das estruturas de poder que percebia ressurgir sob seu comando.

O PT “pragmático” da segunda metade dos anos 1990 desconsiderou toda esta história de erros e a repetiu, como abelhas em busca de mel, com todos os petistas alinhados num verdadeiro “estouro da manada”. O que acabou por transformar o discurso oficial num olhar seletivo e enviesado sobre a realidade, onde a análise rigorosa e longitudinal foi substituída pela eleição de fatos que tinham o mero objetivo de confirmar a “linha justa” adotada pela burocracia partidária. Assim, seus erros foram imputados às distorções dos noticiosos tupiniquins, do conluio do poder judiciário, da traição dos aliados, do cenário internacional desfavorável. O partido, enfim, era cercado por uma comédia de erros em que só sobrava a si mesmo como garantidor da saúde mental nacional. Surpreendentemente, esta lógica ao esti-

18 LÊNIN, “Nossa Situação Externa e Interna e as Tarefas do Partido”, 21 de novembro de 1920, Obras Completas, Moscou: Progress Publishers, 1967, vol. 31, pp. 421/2.

19 LÊNIN, “A Situação Externa e Interna da República Soviética”, 6 de março de 1922, Obras Completas, Moscou: Progress Publishers, 1967, vol. 33, p. 225.

20 LÊNIN, “Melhor Poucos mas Bons”, 2 de março de 1923, Obras Completas, Moscou: Progress Publishers, 1967, vol. 33, p. 494.

lo machadiano (aquele do “O Alienista”²¹) já havia se repetido quando o “Partidão” [PCB] era liderado por Prestes e até mesmo pelo momento mais claustrofóbico das esquerdas brasileiras, quando algumas organizações se armaram para lutar pelos direitos da massa trabalhadora que os desconhecia. Haveria, enfim, uma necessidade histórica das esquerdas brasileiras saberem enfrentar o desafio de governar sem perder sua alma?

Terceiro: a burocratização que se identifica com o próprio aparelho de Estado e a subordinação das estruturas de representação setorial ao controle central da burocracia partidária ou a mudança do ideário partidário que rebaixa o ímpeto libertário de nossos jovens.

Os jovens brasileiros sempre emergiram em crises políticas nacionais, desde 1950. Neste século, retornaram com algumas novidades. A primeira, de natureza identitária: não se atraem por partidos, mas por movimentos fluidos, rebeldes, radiculares, móveis e espetaculares. São mais autonomistas que os “caras pintados” dos anos 1990, que seguiam as organizações estudantis. São mais culturalistas, focados em aspectos comportamentais, retomando certa lógica dos jovens do final dos anos 1960 e início dos 1970. O PT teria tudo para atrair essa “nova juventude engajada” em virtude da autonomia ser um de seus princípios fundantes. Mas, como vimos, autonomia como valor ficou para as bibliotecas do partido.

A novidade em relação ao levante da juventude em meio à maior crise política brasileira desde o fim do regime militar é a emergência de um bloco fascista. Parte da juventude tupiniquim não se pauta exclusivamente pela garantia da democracia e ampliação dos direitos sociais.

Esta é uma mostra cabal das dificuldades do PT manter sua tradição e capacidade política original. Em algum momento de sua história recente, perdeu as ruas, seu olhar sobre elas e seu talento para dialogar com elas.

Assim, o partido que governa o Brasil há mais de uma década, até então o maior partido de esquerda da América Latina, aquele que foi considerado o sopro de inovação pela esquerda europeia, encontra-se, neste momento, numa situação paradoxal, envelhecido pelo poder que adquiriu e relutante em considerar seus princípios e sua história. Debate-se para se manter onde chegou com discursos sem viço, que evidenciam falta de apuro ou mesmo esforço em tentar convencer. Debate-se como se pressentisse o abate. Não comove. E, pior, vive do passado, da memória afetiva dos mais velhos, assim como viveu por algum tempo o Partido Trabalhista Inglês (e outras agremiações de massas da esquerda internacional). A reação dos dirigentes atuais do PT às manifestações de junho de 2013 já indicava o buraco em que o partido se meteu. De antemão, revelaram que o novo se apresentava como um perigo. O novo, realmente, parece se apresentar

21 ASSIS, Machado. O Alienista. São Paulo: Moderna, 1995.

como um perigo. Justamente porque o PT envelheceu e, neste momento, inveja os que ameaçam sucedê-lo.

5. OS EMPRESÁRIOS DA COMUNICAÇÃO E A TRISTE REALIDADE DO JORNAL ESTADO DE MINAS

Nesta segunda-feira, dia 28 de dezembro, os trabalhadores do jornal O Estado de Minas farão nova paralisação em protesto pelo não recebimento de seu 13º salário. No último dia 21, já havia ocorrido uma primeira paralisação pelo mesmo motivo, envolvendo jornalistas e radialistas da TV Alterosa, O Estado de Minas e jornal Aqui, todos do grupo Diários Associados. A situação chegou a este termo após 39 reuniões de mediação no Ministério do Trabalho envolvendo trabalhadores e empresa, sem que fosse apresentada nenhuma proposta para saldar os passivos trabalhistas.

Não se trata de um jornal qualquer. Trata-se de um patrimônio de Minas Gerais.

Fundado por Pedro Aleixo e Mendes Pimentel (que seria reitor da UMG, depois UFMG) em 1929, teve Tancredo Neves como secretário de redação. Aliás, esta é uma passagem importante para entender a lógica empresarial deste jornal. Em 15 de junho de 1929 o Estado de Minas transformou-

-se numa sociedade anônima, cujo controle acionário foi adquirido por Assis Chateaubriand, futuro proprietário dos Diários Associados. Chateaubriand entregou a direção do jornal a Dario de Almeida Magalhães, que, por sua vez, nomeou Milton Campos redator-chefe, Tancredo Neves secretário de redação (então com 19 anos), Pedro Aleixo presidente da empresa e José Maria Alkmim gerente. Como se percebe, o jornal nasceu sob o signo da conspiração política. Fernando Moraes, no livro que escreveu sobre Chateaubriand²², assinala que na conspiração política da Aliança Liberal os jornais adquiridos pelo empresário se constituíam em um de seus pilares (incluindo O Jornal e Diário da Noite, no Rio de Janeiro; o Diário de Notícias, de Porto Alegre, comprado com ajuda da Aliança Liberal; O Cruzeiro e O Estado de Minas). No mesmo livro, Moraes afirma que Chatô teria dito, assim que fechou negócio (e após receber as lamúrias dos redatores de então): “é isso mesmo que eu esperava: comprar um cemitério”.

Nos anos 1960, o Estado de Minas competia com um jornal da Cúria Metropolitana, a Folha de Minas, o Diário de Minas e o semanário Binômio. Por ter apoio financeiro de apoiadores de JK, passou a contar com muitos anunciantes durante o período de ascensão política de Juscelino.

Até que Chateaubriand mirou em João Goulart e começou a vir frequentemente para Belo Horizonte onde se aliou a Magalhães Pinto para combater

22 MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

o “comunismo emergente”. Desta aliança afluíram mais anúncios de empresas nacionais e internacionais.

Com o golpe militar, a concorrência minguou. A partir daí, o jornal passou a ser um “player” político no Estado, sempre adotando tom conservador. Muitos autores destacam o editorial “Minas e Revolução”, publicado no jornal em 6 de abril de 1964, como emblemático de seu alinhamento político-ideológico, mas também mercadológico. O editorial repriminava os que “ontem entregavam a pátria aos flibusteiros de Cuba”. Vai além e ataca a UNE como “célula do Partido Comunista”, cuja sede, destacava, teria sido incendiada por “populares”.

O império de Assis Chateaubriand chegou a contar com 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, restando, hoje, os veículos mineiros, o *Correio Braziliense* e dois jornais no Nordeste. O *Estado de Minas* é considerado o carro-chefe do grupo.

Entre 2012 e 2013, o jornal sofreu uma queda de circulação da ordem de 11,4%. Entre 2013 e 2014, a queda foi de 17,3%. Já seu concorrente, o jornal O Tempo, teve crescimento de circulação da ordem de 30%.

Em dezembro de 2013, o jornal demitiu 53 funcionários. Em janeiro de 2015, mais 13 demitidos. As decisões empresariais foram equívocos sucessivos: uma demissão política do jornalista João Paulo Cunha e o fechamento da

Rádio Guarani, uma das mais antigas de Minas Gerais, provocando uma forte comoção nas redes sociais.

Por lá passaram e ainda trabalham jornalistas premiados como Rubem Braga e Castelo Branco, Paulo Henrique Lobato, Daniel Camargos, Mateus Parreiras e Cláudio Arreguy, além de Amaury Ribeiro Júnior, que foi transferido do *Correio Braziliense* para o associado mineiro (três prêmios Esso, quatro prêmios Vladimir Herzog e um dos fundadores da ABRAJI), autor do polêmico “Privataria Tucana”²³.

O Estado de Minas ganhou 33 prêmios Esso ao longo de sua história.

Trata-se do mais antigo jornal da capital mineira em circulação. Agora, circula com apenas dois cadernos que totalizam 24 páginas, algo muito distante do que ocorria em 2013, durante a gestão tucana em Minas Gerais, quando eram impressos quatro a cinco cadernos diariamente.

O que teria ocorrido? A partidari-zação.

O que foi a tônica do jornalismo brasileiro desde os anos 1930, o alinhamento partidário que conquistava benefícios em captação de anúncios, se tornou seletivo durante o regime militar. O professor Nilson Lage relata como a Rede Globo existe em função de benesses vindas de recursos públicos. Segundo o autor:

23 RIBEIRO JR, Amaury. A Privataria Tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

No início da década de 1970, a instalação de uma rede nacional de televisão era objetivo estratégico do governo. Para isso, expedições militares foram distribuídas pela Amazônia para instalar estações repetidoras de microondas e emisoras regionais que iriam constituir a Rede Amazônica. Os jovens oficiais envolvidos no projeto, nacionalistas, pretendiam que começasse ali a instalação de uma rede nacional de TV, com papel integrador semelhante ao outrora exercido pela Rádio Nacional. O argumento utilizado para frustrá-los foi que os empréstimos externos obtidos no Banco Mundial impunham a privatização. Roberto Marinho tentou, na época, apossar-se das emisoras amazônicas, mas houve resistência e elas acabaram sendo entregues a um empresário local. Marinho iria beneficiar-se com esse projeto da rede nacional. Foi graças a ele que arrancou o empréstimo da Caixa Econômica, casado com longo e generoso contrato publicitário do Banco do Brasil (programas inteiros em séries como “Amaral Neto Repórter” cobrados por segundo a preço de tabela), em troca do compromisso de transmitir em cores no sistema PAL-M (o PAL, Phase Alternative Line, alemão, modificado e adaptado para a frequência de 60 Htz), investir em engenharia de TV e extinguir os programas popularescos que caracterizavam a programação introduzida por força do acordo Globo-Time Life, de 1965 (programas como Seu Sete da Lira, Dercy Gonçalves e até o Chacrinha)²⁴.

O fato é que, durante mais de meio século o empresário de comunicação brasileiro foi induzido a imaginar que seu negócio se relacionava com acordos políticos com o governo de plantão. Até que os ventos mudaram em 2002. E mudaram sem mesmo o governo empossado ter consciência do que ocorria.

Pela primeira vez, os eleitores pobres romperam com o descaso histórico do processo eleitoral, dado que se tratava de disputa entre elites. Com as políticas de transferência de renda, o voto passou a ter interesse direto a este eleitorado até aqui sujeito às orientações dos “formadores de opinião”. A linha editorial dos jornais entrou em colapso porque toda voltada para setores médios e da elite cultural e política – alguns, até focando a elite econômica – do país. Com a desconstrução dos “formadores de opinião” clássicos, o quarto poder acusou o golpe.

O segundo golpe veio mais tarde, com a diluição dos anúncios oficiais. Situação que apenas arranhou parte do jogo de cartas marcadas existente. Para se ter uma noção, dos 3 mil veículos cadastrados no Núcleo de Mídia da Secom, do governo federal, do total de R\$ 161 milhões pagos aos meios de comunicação, durante a primeira gestão Dilma, R\$ 112,7 milhões couberam a apenas 10 empresas, enquanto as demais 2.990 dividiram os R\$ 48,3 milhões restantes. Entre 2011 e meados de 2012, a Globo

24 Ver AZENHA, Luiz Carlos. “Fabio Venturini: No golpe dos empresários, a ‘ mais beneficiada foi a Globo’ ”. Website Viomundo, 27 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/fabio-venturini-no-golpe-dos-empresarios-se-uma-empresa-foi-beneficiada-a-mais-beneficiada-foi-a-globo.html>>

Comunicação e Participações S.A. recebeu R\$ 52 milhões; a Record recebeu R\$ 24 milhões; a empresa Folha da Manhã S.A. recebeu R\$ 661 mil; a Infoglobo, que edita o jornal O Globo, R\$ 927 mil; o Estado de S. Paulo recebeu R\$ 994 mil e o portal UOL outros R\$ 893 mil.

A mera possibilidade de mudança no perfil da distribuição de recursos federais, em especial, após a posse de Franklin Martins, em 2007, na chefiada Secretaria de Comunicação Social, durante o governo Lula, gerou um clima de guerra e desespero entre o empresariado da comunicação nacional.

Deve-se ter em mente que o órgão que mais aumentou as suas despesas com publicidade durante a primeira gestão Lula foi justamente a Secom (quando dirigida por Gushiken), saltando de R\$ 32,148 milhões em 2003 para R\$ 97,034 milhões em 2004, um aumento de 33% nos gastos com publicidade.

Mas, a partir de 2007 houve esforços para fragmentar a distribuição da verba publicitária entre veículos menores, o que foi rapidamente sugerido pela grande imprensa como estratégia de cooptação.

Outra mudança foi a centralização da negociação com os principais veículos de comunicação realizada pela Secom desde 2003. A partir de então, uma tabela de preço de publicidade para cada veículo foi adotada, resultando na redução dos valores pagos, graças ao aumento do desconto para anunciantes do

Governo Federal conquistado junto aos diversos tipos de veículos.

O que vale destacar é que as regras do jogo mudaram. Mas o empresariado da área de comunicação em nosso país permaneceu como antes.

Assim, no caso específico de Minas Gerais, a simbiose eleição-negócio voltou à tona durante a eleição de 2014. Naquele momento, o risco do fluxo de recursos públicos parecia maior que em outros anos. O temor era concreto, já que muitos veículos tradicionais demonstravam queda de vendas e de anunciantes, mas também havia um quase pânico em virtude do aumento do discurso governamental pela democratização dos meios de comunicação. Tal discurso ganhava impulso com intervenções governamentais em países vizinhos, como ocorria na Argentina.

O fato é que a aposta e a partidarização descomunal empregada por parte do empresariado da comunicação mineira foi perdida. No caso do Estado de Minas, dirigentes do jornal subiram em palanques durante a campanha pelo governo federal. Manchetes e pesquisas divulgadas aos borbotões por vários veículos de comunicação de Minas Gerais foram desmoralizadas nacionalmente, até mesmo por outros veículos de comunicação, em especial, paulistas. A partidarização não afetou apenas a qualidade da imprensa mineira, mas foi além, colocando em risco o negócio como um todo.

Em outras palavras, o empresariado da área, em nosso país, não con-

seguiu se desvencilhar do vício de viver às custas dos recursos públicos. Não ingressou, ainda, no mundo capitalista. Não sabe disputar o mercado. Este vício parece corroer patrimônios mineiros como o jornal Estado de Minas. A cartelização parece atingir o pulmão deste tipo de imprensa.

Chegamos, então, nesta triste situação em que um patrimônio dos mineiros e empregos de tantos profissionais de peso esfarelam ao primeiro sopro de mudança da lógica de mercado por ausência de estratégia empresarial.

Talvez esta seja a lição maior: quem mais parece defender a livre iniciativa e a liberdade de imprensa é quem mais as colocaram em risco.

ANO 2016

6. O JOGO DURO DAS ELEIÇÕES DE 2016

Seremos 141 milhões de eleitores caminhando para a urna eletrônica em outubro próximo, em 5.570 municípios.

Não vai ser fácil para os candidatos a vereador e prefeito.

Primeiro, porque as regras mudaram. Entre 2013 e 2015, entraram em vigor três novas leis federais relacionadas ao pleito.

Começamos com a Lei nº 12.875 (de 30/10/2013). Altera algumas passagens da lei 9.096, de 1995. As alterações são as seguintes:

a) Sobre fusões ou incorporações partidárias, somam-se exclusivamente (esta palavra não estava na lei anterior) dos partidos fundidos ou incorporados na última eleição para a Câmara de Deputados para efeito de distribuição do Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão;

b) Deputados federais que mudarem de partido não levarão seus votos para efeito de cômputo para o Fundo Partidário.

Outra lei nova é a 12.891 (de 11/12/2013), que ganhou o apelido de “minirreforma eleitoral”. É possível acessar um quadro comparativo entre esta lei

e a anterior, elaborado pelo TSE: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-quadro-comparativo-lei-12-891-versus-leis-vigentes>>.

As principais alterações, segundo parecer do Secretário Judiciário do TER/MS, Hardy Waldschmidt, foram:

a) alteração das hipóteses de cabimento do recurso contra a expedição do diploma;

b) nova regra para o cancelamento de filiação a um partido político. Antes desta lei, o filiado com dupla filiação partidária tinha que comunicar o presidente da agremiação seu interesse de desfiliação e comunicar o juiz eleitoral até o dia da nova filiação. Se o filiado não comunicasse o juiz ou o presidente do partido ao qual desejava se desfiliar, cairia na situação de dupla filiação, sendo vetadas as duas. Agora, havendo dupla filiação, valerá a mais recente e a Justiça Eleitoral cancelará as demais;

c) obrigatoriedade de publicação da ata da convenção. Além de fixar novo período destinado para a realização das convenções partidárias (12 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições), a minirreforma tornou obrigatória a publicação, em qualquer meio

de comunicação, da ata em 24 horas após sua realização;

d) novo prazo para substituição de candidatos. Tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento de candidato, que poderá ser efetivada após esse prazo;

e) proibição de realização de enquetes durante o período de campanha;

f) fixação de limites para gastos de campanha com alimentação de pessoal, aluguel de veículos e contratação de cabos eleitorais: 10% para dispêndio com alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais e 20% para dispêndio com aluguel de veículos automotores;

g) quanto à veiculação de propaganda eleitoral: 1) proibição ao longo das vias públicas mediante cavaletes, bonecos e cartazes, 2) limitação do tamanho dos adesivos, 3) novas regras para circulação de carros de som e minitrios, 4) prorrogação do horário do comício de encerramento da campanha eleitoral e 5) novas regras

para a propaganda sob a modalidade de inserções;

h) inovação legislativa, tipificando como crime a conduta consistente na contratação de grupo de pessoas para denegrir a imagem ou ofender a honra de candidato, partido ou coligação pela internet;

i) possibilidade de manifestação e posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais antes do período destinado à realização de propaganda eleitoral;

j) fixação de limite máximo para o valor de cada parcela, em caso de fracionamento da multa eleitoral;

k) exame formal da prestação de contas;

l) novo critério para distribuição do tempo de rádio e televisão (Lei n.º 12.875/2013). Segundo Hardy Waldschmidt, “antes da minirreforma 66,7% do tempo destinado ao horário eleitoral era distribuído somente entre as agremiações com representantes na Câmara Federal e 33,3% entre estas e as agremiações sem representantes. Agora, 88,9% do tempo destinado será distribuído exclusivamente entre as agremiações com repre-

sentantes na Câmara Federal e 11,1% entre estas e as sem representantes”.

Finalmente, a Lei n.º 13.165 (de 29/09/2015). As principais alterações, segundo análise de Christine Rondon, Sirlanda Selau da Silva e Lúcio da Costa. A análise encontra-se neste link: <<http://costaadogados.adv.br/lei-131652015-principais-mudancas-da-minirreforma-eleitoral-2/>>. As alterações, segundo o autor, foram:

a) Redução do tempo da campanha eleitoral: a duração da campanha eleitoral foi reduzida para 45 dias se iniciando após o dia 15 de agosto (e não mais em 05 de julho);

b) Ampliação das restrições a campanhas eleitorais tanto, em bens públicos, de uso comum quanto, em bens particulares;

c) Redução do período de exibição e da duração dos programas de rádio e televisão;

d) Aumento das inserções de 30 a 60 segundos na propaganda rádio e televisão;

e) Redução da participação dos pequenos partidos no espaço de rádio e televisão e nos debates;

f) Ampliação do espaço das candidaturas femininas no horário de propaganda eleitoral;

g) Fim, graças ao veto da Presidenta, do financiamento empresarial de campanhas eleitorais por partidos políticos;

h) Fixação de limites de gastos para as campanhas eleitorais, mas de forma tal que preservada a possibilidade de gastos milionários;

i) Restrição aos candidatos (as), mesmo que beneficiado o partido, das sanções por violação das normas eleitorais;

j) Simplificação da prestação de contas;

k) Redução do prazo de filiação: o tempo de filiação partidária foi reduzido para 6 meses, sendo que o domicílio eleitoral permanece sendo obrigatório de no mínimo um ano;

m) Abertura de prazo para que o detentor de mandato eletivo possa trocar de partido, sem perder o mandato. A mudança de partido, sem perda de mandato, pode ocorrer dentro do período de 30 dias que antecede o prazo de filiação em lei para ser candidato. A mudança de partido também pode

ocorrer por justo motivo: mudança ou desvio do programa partidário ou discriminação política pessoal;

n) Limitação da responsabilidade dos dirigentes partidários diante de ilícitos cometidos por partidos;

o) Previsão da realização de novas eleições majoritárias quando cassado mandato do eleito (a).

Lembremos, ainda, que o STF declarou inconstitucionais as doações empresariais para candidatos e partidos.

A vida do candidato ficou mais difícil.

Além das mudanças na legislação, temos o desencanto do cidadão com o nosso sistema partidário. Segundo o Datafolha, 58% dos eleitores de nosso país não votariam se não fossem obrigados. Nunca este índice foi tão alto. Os que votariam estão, em sua maioria, residindo na região sul (48% deles afirmam que votariam em qualquer situação), são ricos (62% deles) e são simpatizantes do PT ou PSDB (57%, cada um).

Os desencantados são menos escolarizados (65%), mais pobres (64%) e moradores da região Nordeste (65%). Este é o perfil do cidadão brasileiro que normalmente imaginou uma eleição como jogo da elite econômica. Com as políticas de transferência de renda, imaginaram que este jogo também seria seu.

Houve nítida mudança de seu comportamento a partir de 2006. Contudo, como vemos, com a crise econômica e política, tudo voltou à “normalidade” da cidadania passiva brasileira.

Tal situação impacta na motivação do voto em outubro deste ano.

O Senado publicou um estudo intitulado “O que reelege um prefeito?” onde conclui que gastos públicos têm relação direta com a chance de reeleição. Um prefeito que tenha reduzido em 10% a despesa corrente ao longo do mandato teve uma probabilidade de reeleição de 28%. Já aquele que aumentou a despesa em 50% teve essa chance ampliada para 43%. Portanto, a caneta continua sendo o melhor discurso de campanha nos nossos municípios. Mas, como estamos em período de seca, com falta de recursos até para pagar o funcionalismo, a tendência é de dificuldade para os atuais líderes locais se reelegerem.

Vejamos mais de perto a probabilidade de reeleição dos prefeitos.

Em 2012, dos mais de 2,7 mil prefeitos que buscaram a reeleição, 55% tiveram sucesso, menos que em 2000, 2004 e 2008. Segundo estudo da Confederação Nacional de Municípios, 3.659 prefeitos poderiam concorrer à reeleição em 2012, mas apenas 2.736 se jogaram nesta empreitada. A taxa é de 74,8%, inferior à de 2008 (78,6%), mas acima de 2004 (63,3%) e 2000 (62%).

Em termos absolutos, os três estados com mais municípios foram os que

tiveram mais prefeitos reeleitos: Minas Gerais (185), São Paulo (182) e Rio Grande do Sul (163). Proporcionalmente, a taxa de reeleição foi liderada por Rio Grande do Norte (69,7%), Paraíba (68,4%) e Rio Grande do Sul (67,3%).

A paisagem aparenta ainda mais desolação quando analisamos a projeção do IBOPE divulgada no último dia 4. Segundo pesquisa feita para O Estado de S. Paulo, menos de um terço dos brasileiros pretende votar no prefeito da cidade onde mora (22%) ou no candidato indicado por ele (8%). A maior parte prefere alguém de oposição (40%) ou diz que não votará em ninguém (16%). O restante não sabe ou não respondeu.

Portanto, a tendência para logo mais é de uma renovação expressiva no comando de nossos municípios.

A tendência oposicionista é mais acentuada no Norte e no Centro-Oeste (46%, contra 23% dos governistas) e no Sudeste (42% a 24%), do que no Sul (27% a 33%) e no Nordeste (39% a 41%).

Venho sugerindo que o PT sofrerá seu mais forte revés nas eleições de outubro, em especial, em São Paulo, tendo como exceção Minas Gerais e, possivelmente, Bahia. A pesquisa IBOPE indica que, com efeito, a margem de possibilidade de reeleição de prefeitos petistas é baixa: prefeitos petistas (17%) e seus candidatos (5%) têm, em média, 22% das intenções de voto, contra 33% para oposicionistas. Mas há uma margem de mudança: as cidades administradas pelo PT concentram a maior taxa de indecisos:

29% declararam que não votarão em ninguém e 16% não souberam responder.

O PMDB vive uma situação ainda pior, embora a grande imprensa tente expressar o contrário. A intenção de voto nos prefeitos peemedebista é de 14% (no PT, como vimos, é de 17%) e para os candidatos apoiados por eles é de 10% (5%, no caso do PT). Contudo, a declaração de voto em candidatos de oposição aos prefeitos peemedebistas é a mais alta entre todos os partidos: 49%.

Venho, ainda, sugerindo que a crise do PT não gera o ressurgimento do PSDB como alternativa de poder para o eleitor, o que configura um impasse ou um sistema partidário em frangalhos. Pois bem, a pesquisa IBOPE revela que embora prefeitos tucanos tenham taxas de apoio mais altas do que petistas e peemedebistas (26% + 6% a candidatos apoiados por eles), a parcela dos eleitores de municípios governados pelo PSDB que declaram intenção de voto em candidatos de oposição é alta: 45%.

Não sei se perceberam: nos redutos governados pelo PT, 33% dos eleitores afirmam que votarão em candidatos oposicionistas; nos redutos governados pelos peemedebistas, 49% dos eleitores afirmam que votarão no candidato da oposição; e nos redutos dirigidos por tucanos, 45% dos eleitores declaram voto na oposição. Enfim, a situação dos petistas é crítica, mas é a melhor entre os três

partidos hegemônicos do sistema partidário tupiniquim.

Como dizia, a vida dos candidatos a vereador e prefeito neste ano não será nada fácil.

7. NÃO SÃO SÓ 30 CENTAVOS!

Tudo começou em janeiro de 2013. Naquele ano, foram 20 centavos de aumento. Mas, é verdade, Marx já mandou para o espaço a repetição de um fato histórico (embora já havia escrito uma tese sobre Epicuro e sobre a possibilidade de ruptura de toda existência relativa). Então, se em 2013 não foram só os 20 centavos que criaram o tsunami de protestos durante três semanas consecutivas de junho, o que podem fazer os 30 centavos?²⁵

O que as teorias sociais sugerem como estopim para um ato de rebeldia em massa? A quebra do código moral que nos une, os valores que, de alguma maneira, prometem estabilidade individual e social. As garantias que o futuro pode ser melhor do que a vida que vivemos. Sem tais garantias, brota o sentimento de injustiça e um ato simbólico – a abordagem policial de um pobre vendedor ambulante egípcio que acaba por humilhá-lo a tal ponto que ele acaba ateando

25 Trata-se da mobilização convocada pelo Movimento Passe Livre no início de 2016, contra o reajuste das tarifas de ônibus na capital paulista (de R\$ 3,50 para R\$ 3,80) e capital do Rio de Janeiro (de no Rio, foram de R\$ 3,40 para R\$ 3,80).

fogo em si mesmo, ou a brutalidade da PM contra jovens que protestam pacificamente nas ruas da capital paulista – pode ser a senha para a indignação se espalhar por quilômetros e quilômetros, envolvendo grupos e pessoas que nunca se viram ou mesmo saíram às ruas.

Mas, em 2013, qual código moral havia sido rompido para gerar três semanas de agitação constante?

Naquele ano, em janeiro, já havia ocorrido uma manifestação modesta, em Porto Alegre, contra o aumento de passagens de ônibus municipal. Estudantes secundaristas paulistanos saíram às ruas contra aumentos similares. Em São Paulo, bloquearam ruas e queimaram catracas. Nos dias seguintes, novos atos na capital paulista, envolvendo regiões periféricas, com M´Boi e Grajaú. Os atos de protestos e rebeldia juvenil ganharam intensidade no início de junho, a partir do dia 2, liderados pelo Movimento Passe Livre (MBL). No dia 10, foi a vez do Rio de Janeiro entrar neste circuito.

Naquele momento, a mobilização estudantil não catalisava o sentimento de insegurança que sorrateiramente envolvia grande parte da população brasileira. Insegurança que revelou sua face em maio de 2013, quando um simples boato sobre o fim do Bolsa Família fez com que 920 mil beneficiários sacassem todo dinheiro depositado nas suas contas da Caixa Econômica Federal em apenas três dias. Justamente o segmento social que mais apoiava, até então, o governo federal. A paranoia tinha relação com o fim

da onda Brasil Grande, que havia atingido seu ápice em 2010, mas que a partir de 2011 vinha perdendo brilho e firmeza. O país ingressava numa modorra econômica, com perda de importações chinesas e argentinas (que, somados aos EUA, formam o tripé dos destinos das exportações brasileiras) e aumento gradativo da pressão inflacionária. O governo, ainda em 2011 e 2012, tentou forçar o crédito bancário barato para as compras de famílias de baixa renda. Mas, a partir daí, a reação empresarial foi num crescendo. Algo estava errado no motor do carro, na promessa de gigantismo, de potência mundial.

Mas, as manifestações de junho foram jovens (entre 14 e 24 anos, segundo várias pesquisas realizadas no período), em sua maioria com ensino superior iniciado ou concluído, um terço deles com renda familiar superior a 10 salários-mínimos e outra porção pouco abaixo de um terço com renda familiar entre 5 e 10 salários-mínimos. Não eram filhos de quem ganhava Bolsa Família ou que vivia precariamente.

2013, enfim, foi uma novidade e inovação. Pegou o país – incluindo governos – desprevenido. A reação violenta da PM paulistana, absolutamente desproporcional ao que ocorria, despertou o recall em jovens que são humilhados na periferia e a revolta de jovens que buscam se construir autonomamente no mundo dos adultos. O país vivia o início do fim do sonho do Brasil Potência, do consumo desenfreado, do sucesso indi-

vidual e familiar, de todos se sentirem no topo do mundo.

O que temos em 2016?

A novidade não existe mais. A grande imprensa e parte significativa dos analistas sociais e políticos estão atentos, perseguindo os passos do MPL e analisando cada situação das manifestações contra o aumento de 30 centavos nas passagens de ônibus em várias capitais (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Boa Vista e Florianópolis já aumentaram no início de janeiro, mas apenas Macapá, Porto Velho, Recife, Vitória e Brasília não tinham previsão de reajuste). O fator surpresa não existe mais. Não há tranquilidade para avaliar cada ação e corrigir erros. As manifestações mais fortes se concentram, neste janeiro de 2016, em São Paulo, mas envolveram Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro. Em São Paulo, as manifestações ocorrem nas regiões de maior visibilidade (centro e Avenida Paulista), mas também, na periferia (nunca registradas pelo jornalismo televisivo nacional), como Pirituba, São Miguel e Campo Limpo.

A violência da PM, em especial, a paulista, continua presente. Um fator que, parece, nada a altera, sendo um fator previsível de estímulo de novas revoltas. Talvez, seja o fator mais importante e constante que alimenta a probabilidade de um novo 2013. A PM de São Paulo continua batendo, sem dó e sem razão alguma. Uma PM selvagem e desprovida de inteligência política. A imagem mais forte neste ano foi um policial “plantan-

do” um artefato – as matérias de jornal citam como “suposto explosivo” – na mochila de um manifestante, flagrado e noticiado na UOL e Folha. Utilizaram o “Caldeirão de Hamburgo” no final da Avenida Paulista, à luz do dia, cercado manifestação pacífica, que também foi facilmente e fartamente registrada em centenas de fotos tiradas de celular (dos prédios, em especial, criando uma qualidade artística razoável).

O principal fator negativo para que o movimento ganhe volume neste ano é a recall da ação Black Bloc. Em 2013 e 2014, foram amplamente condenadas pela opinião pública, registrada em diversas pesquisas de opinião. Vários governos estaduais e o federal utilizaram este vento favorável para desfechar uma campanha contra o que denominou de terrorismo. Este foi um fator decisivo para perda de apoio popular. E isolou politicamente as lideranças de várias manifestações, abrindo espaço para que manifestações a partir do final de 2014 e início de 2015 fossem lideradas por jovens de extrema direita. 2013, é bom que se diga, não tinha orientação de direita - a despeito de terem participação em manifestações específicas e, principalmente, em São Paulo -, mas anarquista e autonomista.

Um fator negativo secundário é a crise econômica que se associa à crise generalizada do sistema político nacional. O que pode parecer um alimento à revolta vem se constituindo num esgotamento acelerado das opções e alternativas da população brasileira. Como a re-

volta “dos de baixo” em 2013 não gerou nenhuma mudança, a memória negativa pode gerar uma cidadania passiva ou crítica intelectual com ausência de reação política. Uma apatia fundada na descrença e frustração.

Contudo, reação popular não tem muita relação com matemática, o que contraria algumas teorias norte-americanas. Se ocorrer nova onda de protestos, dificilmente famílias e adolescentes ingênuos voltarão às ruas como em 2013. Este apoio popular indistinto, pluriclassista e heterogêneo possivelmente se desfez com a reação governamental e a paranóia em relação à ação Black Bloc.

Ao contrário, se a onda de protestos voltar a se formar, o confronto ideológico de rua será uma quase certeza. De um lado, porque as manifestações de 2016 começaram em São Paulo, lideradas novamente pelo MPL, cidade palco das ocupações de escolas estaduais pelos secundaristas que se opuseram ao governo Geraldo Alckmin. De outro, porque durante todo primeiro semestre do ano passado, a direita saiu às ruas, pregando impeachment e golpe militar e nada sofreram. Não foram processados ou intimidados como os manifestantes de 2013 e 2014. A impunidade para a direita está dada.

Os protestos de 2016 podem ser mais fáceis de analisar que os de 2013, mas são igualmente imprevisíveis. Os fatores para seu fracasso ou sucesso estão parelhos.

Mas, uma coisa é certa: não são só os 30 centavos.

8. DILMA: ENVELHECIMENTO PRECOCE E PANELEIROS

Há sinais de esgotamento do Brasil Profundo. Aquele silencioso, que não sai às ruas e não bate panelas. Um Brasil que aprendeu que quando as elites brigam, a conta sobra para eles.

O PT virou elite política brasileira com o lulismo. E se tornou um partido tradicional e conservador, recheado de coronéis setoriais e territoriais, como reza a tradição partidária tupiniquim, com os governos Dilma Rousseff.

Os sinais de esgotamento são vagos e fluidos, mas existem.

Ontem, fomos informados que a pesquisa CNT/MDA capturou melhora da avaliação do governo Dilma pelos brasileiros. Longe dos 70% que obtinha no primeiro semestre de 2013. Muito inferior aos 34% do primeiro turno, quando empatou com Marina Silva na pesquisa de intenção de votos realizada pelo Datafolha. Mas é bem melhor do fundo do poço que foi o primeiro semestre do ano passado. Na penúltima pesquisa aferida pelo CNT/MDA, em outubro do ano passado, 8,8% avaliaram positivamente o governo e outros 20,4% o avaliaram como regular. Na pesquisa divulgada ontem, a avaliação positiva (ótimo e bom)

chegou a 11,4% e os que cravaram como regular somaram 25,2%. Se somarmos avaliações positivas com regulares, tínhamos em outubro de 2015 o total de 29,2% e agora temos 36,6%.

Outro sinal de esgotamento foi o painelão promovido por parte da classe média, em especial, sulina e residente em capitais. Nos bairros pobres das cidades onde ocorreram painelaços, não houve registros de manifestação popular. Mesmo nas capitais, a intensidade da ação dos paineleiros foi infinitamente menor que no centro-sul. O país continua dividido.

O que ocorre, afinal?

O governo Dilma definitivamente não empolga. E continua sinalizando fortemente para as elites econômicas que quer sobreviver. Dará anéis, dedos e tudo o que for necessário para ter uma vida menos agitada e tocar o governo, ao estilo arroz com feijão do ex-ministro Maílson da Nóbrega²⁶, até 2018. É possível que consiga o intento. Mas o custo será alto para sua biografia e para o PT, seu quase-partido.

O governo Dilma é um espectro de governo. Traiu a si mesma logo após a sua segunda posse. No primeiro governo, especificamente no primeiro ano, tentou alçar voo solo. Aproximou-se dos caciques da oposição e seguiu as manchetes da grande imprensa. Cada mi-

nistro que aparecia denunciado na capa de um jornalão já arrumava suas gavetas como reflexo continuado. Havia até uma conversa irônica entre ministros, muito disseminada por eles mesmos, em que uns diziam que os que poucas vezes eram chamados para conversar no Palácio do Planalto tinham ganhado na loteria. Era o prêmio máximo. Dilma se afastou de toda base lulista, dos partidos aos movimentos sociais, das igrejas aos pedintes que se autodenominam lobistas. Demonstrou que gostava mesmo de Power Point e de mandar. Não gostava de conversar e muito menos de negociar. Custei a entender que este é o princípio básico da cultura de classe média sulina: se posar de trabalhador, duro como uma tábua recebida das mãos de Moisés, e não se dar o direito de conversar fiado. Recentemente fui apresentado a um belo ensaio de Otto Maria Carpeaux²⁷ em que ele sugere o utilitarismo rebaixado das classes médias. Sugere que *para a mentalidade média do nosso tempo a utilidade das ciências é determinada segundo as aplicações práticas: a física e a química, que nos forneceram a luz elétrica e os gases asfixiantes, são as ciências úteis; a história e a filosofia, que não nos fornecem nada, são ciências "inúteis". Você dirá: "mas pensamento médio não é classe média!". É verdade, mas esta observação seria apressada. O autor apenas fazia a introdução ao tema central. Logo a seguir ele afirma: "as classes médias, mesmo antes de serem proletarizadas, mesmo justamen-*

26 Maílson da Nóbrega foi Ministro da Fazenda no Governo José Sarney, durante o período de hiperinflação do fim dos anos 1980.

27 Trata-se do ensaio intitulado "A Ideia de Universidade e as Idéias Das Classes Médias".

te para evitar a ameaça da proletarização, transformam-se em massas proletárias; e esta proletarização interior é um fenômeno da educação.

As classes médias se tornaram, para Carpeux, o problema central de nossa época. As classes médias foram a energia dos principais movimentos espirituais do século XIX. Mas, de repente, a ascensão social tão almejada por esta classe presa entre duas mais poderosas, se fez presente através da educação formal, do ensino universitário. Pela universidade, as portas da esperança se abriram para este segmento social. Mas o século XX, sustenta o autor, desabaram com esta perspectiva. As profissões liberais se superlotaram. A partir daí, este segmento médio começa a se portar “como criança” (p. 8 deste ensaio). Conclui: “uma criança perigosa, cheia dos ressentimentos dos déclassés, furiosa contra os livros que já não sabe ler e cujas lições já não garantem a ascensão social; está madura para a violência”.

Os paneleiros e Dilma Rousseff, no meu entender, são feitos da mesma matéria. São representantes legítimos destas classes médias, ávidas pela ascensão social, à procura da autoafirmação, recheadas de ressentimento.

Quando você tenta se impor ao Outro que provocou seu ressentimento, não há projeto (do latim “pro jactum”, ou seja, jato para frente). O sentimento que alimenta os paneleiros e o governo Dilma não ultrapassa o fim do Outro. O Outro permanecendo vivo é motivo de aumen-

to do ressentimento. E a panelada ou autoafirmação de um governo sem projeto vai se realimentando, cada vez mais sem futuro, vivendo o presente, se apegando para confirmar que a panelada ou ato sem sentido do governo realizado no dia anterior tinha algum objetivo nobre. No fundo, o objetivo é apenas sobreviver e aparecer. Tentar convencer a todos que existem e possuem algum valor.

Enfim, paneleiros e governo Dilma querem pouco. Querem reconhecimento. São carentes. Nada mais.

9. A TENTATIVA DE REEDIÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

Wikipédia define, assim, o Estado de Exceção:

“Estado de exceção é uma situação oposta ao Estado de direito, decretada pelas autoridades em situações de emergência nacional, como agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública. Caracteriza-se pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, que proporcionam a necessária eficiência na tomada de decisões para casos de proteção do Estado, já que a rapidez no processo de decidir as medidas a serem tomadas é essencial em situações emergenciais e, nesse sentido, nos regimes de governo democráticos - nos quais o poder é dividido e as decisões dependem da aprovação

de uma pluralidade de agentes - a agilidade decisória fica comprometida. O Estado de Exceção é uma situação temporária de restrição de direitos e concentração de poderes que, durante sua vigência, aproxima um Estado sob regime democrático do autoritarismo.”

Há nítidos sinais de que estamos sendo empurrados para esta situação. Qualquer democrata se sente acuado e indignado neste momento.

A Lava Jato, sob a batuta do juiz Sérgio Moro, empurra o país para um clima de suspeição original, algo próximo do Pecado Original, sobrepondo o julgamento divino pelo de um corpo investigatório de tipo especial. Esta noção de “cidadão especial”, aliás, está contida na fundamentação da burocracia pública alemã que os define como intocáveis para não serem perseguidos pelos governos, estes sim, partidarizados. Daí a estabilidade do emprego público concursado. O problema é quando o burocrata se sente acima das regras gerais de garantia do Estado de Direito, ou seja, a garantia de todo cidadão não ser considerado culpado sem antes poder se defender de alguma acusação; a garantia de que uma investigação não pode manchar a honra do investigado justamente porque sua conduta só será reprovada após julgamento pelas instâncias competentes, esgotadas todas suas possibilidades de contestação; e, ainda, a garantia da acusação e julgamento serem realizadas por instâncias distintas, garantindo a isenção do julgador que se debruça sobre as provas e não sobre os indícios.

O pior dos mundos, ainda, é quando há fortes sinalizações de que o burocrata investido de sua condição de cidadania especial desequilibra a balança da justiça como igualdade formal e transforma a investigação em perseguição política, com fortes notas de partidarização.

Vivemos traços desta caminhada cinzenta que nos joga num lodo extremamente perigoso.

O que me deixa em estado de alerta é que vivi tempos em que o Estado de Exceção era justificado pelas armas. Não por outro motivo, os ditadores de plantão jogaram recursos públicos para criar uma rede de televisão que integrasse o país à ideologia da segurança nacional.

No Estado de Exceção que baixou as trevas sobre nosso país, todo cidadão era suspeito. Não por cometer erros, mas por apresentar traços do que os donos do poder consideravam sinais de subversão ou mesmo terrorismo aparente. Que sinais eram esses? Cabelos compridos, bolsas com alças longas, ser jovem e vestir calça jeans, ter cara de estudante, aparentar um olhar inteligente e desolado, ouvir canções de protesto, andar em grupos de mais de três pessoas (que logo gerava a indefectível frase policial: “circulando, circulando”), não portar carteira de trabalho quando andava pelas ruas, ser boêmio, ser intelectual da área de Humanas, gostar de ler. Tudo parecia muito estranho para quem desejava que a população fosse o reflexo do militarismo, a começar pelo corte de cabelo e musculatura distribuída princi-

palmente pela parte superior do tronco (algum fetiche que, até hoje, não consigo compreender a motivação real, se bem que Reich criou uma teoria a respeito).

Se você tivesse alguns traços desses que citei, seria abordado por uma “autoridade”. A autoridade era autoimune a tudo, incluindo a observação da lei. Era comum o carro da polícia se atirar sobre as calçadas e as autoridades saírem com a arma apontada para a cabeça do “elemento”. A humilhação era um traço banal da “investigação” que se seguia. O interrogatório caminhava para descobrir suas ligações com células comunistas ou a vadiagem como padrão de vida. Não adiantava você se surpreender ao ser acusado de algo que nunca passou pela sua cabeça. Aliás, quanto mais veemente e indignado ficasse, mais certeza a autoridade tinha sobre sua culpa.

O Estado de Exceção gera excessos. Aliás, através dele pipocam erros, justamente porque a arbitrariedade elimina o autocontrole e o respeito pelo próximo. Elimina a dúvida, condição para a liberdade. Há registros de torcedores do Flamengo que foram presos e torturados quando ingressavam no Maracanã, confundidos com uma possível campanha da esquerda armada junto aos torcedores de futebol. Houve apreensões do principal livro de Stendhal, cujo título sugeria tintas utilizadas por comunistas e anarquistas. O uso diário de musculatura, sabemos, atrofia o cérebro.

Enfim, estamos prestes a ingressar neste clima de terrorismo de Estado. Todo cidadão é suspeito, principalmente se carregar traços que evidenciam a subversão à ordem definida na cabeça do Torquemada²⁸ de plantão. Não pode andar em grupos ou se associar com quem pensa da mesma forma. É preciso estimular os “cidadãos de bem” a denunciar os possíveis subversivos, açodá-los, humilhá-los, constrangê-los nas ruas e ambientes de lazer. Não pode haver trégua. A delação é estimulada como um erro perdoado para o bem maior. Os meios de comunicação são aliados nesta Cruzada sem fim, importante para criar o clima de justificativa da exceção.

Mas, afinal, o que Lula e o PT fizeram?

Em primeiro lugar, e que fique claro, erraram. Erraram por diversas vezes. A começar pela mudança de projeto e comportamento. O projeto era socialista e sugeria a radicalização da democracia, aumentando o controle do trabalhador sobre o Estado. Criticava-se duramente o modelo soviético – denominado de autoritário e burocrático – e a proposta trabalhista – identificada como populista e demagógica, onde o poder se concentrava em elites políticas. A política, pregava, tinha que ser feita nas ruas e locais de trabalho. Nada de ar-condicionado e reuniões e acordos de cúpula, era a palavra de ordem. Com o lulismo, o socialismo foi substituído pelo social-liberalismo, a crítica ao modelo ortodoxo etapista e concentrador dos soviéticos e trabalhis-

28 Tomás de Torquemada foi o inquisidor-geral espanhol no século XV.

tas foi relativizada, os acordos de cúpula e conciliações de classe tornaram-se a tônica da prática petista. Bandearam, afinal.

Alguns foram além. Primeiro, se fartaram de dinheiro para “equilibrar o jogo” com a opulência dos adversários em época de eleição. Outros acharam que um Land Rover a mais ou a menos não faria diferença e poderia, inclusive, aumentar o giro de algumas concessionárias²⁹.

Enfim, traíram a confiança de eleitores e militantes de base. Pelo que conheço, traíram a confiança da maioria esmagadora dos dirigentes petistas.

Então, qual seria o caminho da correção? O ideal seria que o próprio partido tomasse providências. Na origem, o PT expulsava quem desse o menor sinal de conluio com as classes dominantes. Tem experiência, portanto. Mas esse expediente não se repetiu. Não havendo autocorreção, o partido fica à mercê de seus algozes.

Mas, julgados os culpados, o erro maior seria estender para todos filiados e dirigentes deste partido a sentença dos já julgados. E é isto o que estamos presenciando. Todos são evidentemente culpados para uma parcela histórica da classe média sulina. E para grande parte dos editores da grande imprensa que ainda conseguem manter seu emprego nos jornalões em queda de venda.

Enfim, o clima está criado. E nenhum democrata pode se omitir neste momento, assim como não nos omitimos nas etapas mais medievais da história recente do Brasil.

A democracia está em jogo. E não há meio termo. Afinal, o que deseja todo democrata é racionalidade e equilíbrio. O império da dúvida como bússola. Todo democrata refuta qualquer fanatismo e principalmente qualquer sinal de debilidade do Estado de Direito. Com todas as suas forças. Como se combatesse o demônio.

10. LIÇÕES PARA A ESQUERDA BRASILEIRA

Em 1974, com a esquerda dizimada pela ação sanguinária da ditadura militar, começa a lenta revisão do processo de guerrilha. O momento crucial desta revisão foi 1977 quando, gradualmente, parte significativa da esquerda ingressa de vez nas articulações políticas em bairros e fábricas e se aproxima da igreja católica. O Movimento Contra a Carestia teve um significado concreto, mas também simbólico de uma nova leitura sobre a realidade, interpretando as fissuras que já debelavam o regime militar.

Esta nova trilha se revelou fecunda. As greves metalúrgicas de 1979 for-

29 Trata-se do caso envolvendo o ex-secretário geral do PT, Silvio Pereira, condenado por corrupção passiva em uma ação penal relacionada à Operação Lava Jato, em virtude de ter recebido uma Land Rover Defender 90 como propina da empreiteira GDK.

maram um cenário espetacular de rompimento com uma ordem de silêncio e medo, mas foram apenas uma ponta do iceberg. Em meu livro “Terra de Ninguém” (Editora Unicamp, 1999) analisei como o trabalho de formação de lideranças foi essencial para a construção de inúmeros movimentos sociais rurais e de periferia dos grandes centros urbanos. No campo e nas cidades, os segmentos sociais economicamente e politicamente marginalizados se cruzaram em encontros de comunidades eclesiais de base e oposições sindicais durante anos, sem registros nas manchetes dos grandes jornais.

O primeiro grande erro das esquerdas brasileiras foi abandonar este trabalho e focar sua ação no campo institucional com quase exclusividade. Mas não foi só.

O avanço dos partidos de esquerda brasileira se fez a partir de lideranças carismáticas. Este foi o caso do PDT com Brizola e ainda o é com o PT de Lula. A fórmula parece se alastrar para toda esquerda, cada um com seu “porta-voz” com traços de messianismo aqui e acolá.

Esta lógica rompeu com o fluxo criado pelas esquerdas a partir de 1977. Naquele período, a estruturação de organizações de base (das populações marginalizadas a partir do local de moradia ou de trabalho) gestou uma nova estrutura política fundada na democracia direta e em nucleação. Os núcleos organizativos de base fundavam uma estrutura piramidal, de caráter federativo, onde a estrutura superior dependia da

inferior para legitimar suas ações. Foi, na prática, o que a literatura especializada denomina de “representação delegada”, ou seja, o representante da base agia no estrito espaço concedido – e vigiado – pelas estruturas organizativas de base. Daí nasceram os primeiros “mandatos populares”, cargos parlamentares que não se apoiavam na figura do eleito, mas num mecanismo de consulta permanente da base de apoio político e social. As plenárias de mandatos eram o ponto ápice deste processo de checagem e confirmação das decisões e agenda dos eleitos. Evidentemente que havia sinal de messianismo a partir de certo marxismo vulgar que se disseminava naquele período. Mas, a tônica das formas de organização de base na luta por direitos coletivos era a horizontalidade ou “basismo”, como se denominava.

1989 foi o ano da mudança.

A eleição indireta de Tancredo Neves e a derrota da Campanha das Diretas, ao invés de desorganizar, acabaram por motivar uma ascensão espetacular deste novo campo da esquerda brasileira. Como a confirmação de uma marcha lenta e coesa, a unidade organizativa de baixo para cima explodiu em parte na Constituinte de 1987. Ali foi a prova dos nove para grande parte das lideranças sociais forjadas nesta caminhada que já fazia 10 anos. Ali ficou patente que as instituições políticas superiores do Brasil eram aparelhadas por interesses que nunca compareciam nas discussões de bairro ou de comunidades

rurais. Um mundo estranho, cheio de ameaças, acordos e traições.

Mesmo assim, a partir de 1989, com a quase vitória de Lula nas eleições presidenciais daquele ano, uma parte da direção do PT optou por desconsiderar as lições de uma década de organização popular de base. Começou a guinada de 180 graus, de ingresso no mundo institucional como foco de atuação. E aí, era pegar ou largar.

A eleição de Lula foi assim: a Carta ao Povo Brasileiro foi o pedido de ingresso no tal mundo estranho, cheio de ameaças e traições. E ingressaram.

Lula procurou governar a partir deste mundo estranho. Algo que deu certo na estrutura federativa da CONTAG, a poderosa confederação de trabalhadores na agricultura, a maior de todas, cuja cúpula sempre foi de esquerda, mas as federações em grande parte foram de direita, num estranho pacto de convivência e troca de favores. A fórmula montada pelo "Partidão" foi adotada pelo lulismo: uma cúpula de esquerda rodeada pela direita.

O que os governos Lula tiveram de esquerda, afinal? A agenda distributiva. E só.

O lulismo abortou a organização de base e a formação de lideranças em massa. Poderia ter adotado algum mecanismo de participação e controle sobre a execução orçamentária. Chegou a esboçar isto em 2003, com o Plano Plurianual. Luiz Dulci chegou a me confidenciar que a intenção era criar em cada capital um núcleo participativo (composto por empresários, sindicalistas, ONGs, igrejas e movimentos sociais) de monitoramento da execução do PPA. A idéia foi solapada no interior do núcleo duro do governo porque poderia "organizar demandas" em cascata. Na educação, substituiu a lógica freiriana – a grande referência do PT na área educacional – pelas avaliações sistêmicas norte-americanas e francesas. O artífice desta mudança foi Manuel Palácios, o todo poderoso coordenador do CAEd/UFJF, que fez carreira política a partir do governo estadual de Itamar Franco, implantou o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) em Minas Gerais e foi catapultado para a revisão, pela direita, da política educacional petista, ingressando no MEC, para lá nunca mais sair. O Fome Zero sofreu o mesmo impacto desta mudança de rumo e de ideologia: do "Talher"³⁰ para a doação do controle para prefeitos de todos os estilos, partidos e moral.

30 A proposta de mobilização social com base na educação cidadã elaborado por Frei Betto e sua equipe no Fome Zero foi estruturada a partir dos seguintes componentes: Talher, Copo, Prato e Sal. Copo era o Conselho Operativo do Fome Zero; Prato era o Programa de Ação Todos pela Fome Zero, formado por voluntários organizados em bairros, igrejas, escolas ou grupos de pessoas para organizar coleta e doação de alimentos ou promover a alfabetização de adultos de uma determinada comunidade; Sal eram os Agentes de Segurança Alimentar, voluntários que se engajavam num mutirão de combate à fome e à pobreza; e Talher era o programa de formação, formado por educadores populares com o objetivo de promover a mobilização da sociedade (de agentes do Programa Fome Zero e das famílias beneficiadas).

Enfim, a opção foi a de um primo pobre tentando vestir um terno do primo rico. A gravata mal-ajambrada, a meia não combinando com a cor da calça, um gel meia boca. O primo com sorriso amarelo, parecendo feliz com a presença do primo pobre, mas reservando os melhores vinhos para seus amigos de sempre.

Esta foi a primeira lição que fica desta experiência quase bem sucedida.

Mas há outras lições. Destaco uma, mais recente.

Em momento de crise institucional, e não há dúvida alguma que a crise política avançou sobre as instituições que agora estão absolutamente partidizadas, aparelhadas para fazer marola pró-golpe, não há como fugir da polarização.

As esquerdas em crise existencial, como PSTU e parte do PSOL³¹, precisam ter claro que os livros e manuais baseados na história da revolução russa, além de amarelados, dizem pouco sobre o que vivemos. Pensar que vivemos um período pré-revolucionário, além de ser um esquema mental empobrecedor, é uma falácia que beira o delírio. Não há nada de pré-revolucionário, mas de reacionário. Um movimento típico de reação violenta e ilegal contra a ordem estabelecida, ainda que conservadora, mas com leves traços de distributivismo.

Fazer marola com golpistas ou tentar terceira via é irresponsabilidade com o presente e o futuro. O melhor é ter claro que não conseguiram se tornar alternativa e que tal situação ocorre porque a história não tem pressa.

Enfim, a esquerda brasileira terá que fazer sua análise crítica. Como fez a partir de 1974.

Porque a esquerda será chamada em breve. Não tenham dúvida. Em países com profunda desigualdade social, arrivistas liberais ou conservadores não conseguem emplacar uma agenda razoável. Podem sobreviver por um ou dois anos, talvez um pouco mais, mas logo revelam que seu programa desarticula a sociedade e joga os pobres na miserabilidade. Os conflitos aumentam, as frustrações se multiplicam. E, novamente, a esquerda é convidada a solucionar esta equação que os donos do poder nunca conseguem resolver.

O que fica é: quando convocados pela sociedade brasileira, que a esquerda não copie seus algozes. Porque, afinal, eles só confiam neles mesmos.

31 Esta passagem se refere à defesa da Operação Lava Jato por algumas lideranças de correntes trotskistas morenistas instaladas no interior desses dois partidos: PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). O morenismo é conhecido por esta corruptela em virtude da liderança do argentino Hugo Miguel Bressano Capacete, também conhecido como Nahuel Moreno, falido em 1987. Moreno foi dirigente da IV Internacional e fundador da corrente internacional trotskista LIT-QI.

11. MORO UNIU O CAMPO PROGRESSISTA

Começamos definindo o que é campo progressista. Este campo político-ideológico foi assim cunhado por organizações de esquerda, quando da III Internacional, para definir as frentes populares que forjaram as alianças entre comunistas, socialistas e liberais radicais na Europa e América Latina. Ganham ainda maior projeção quando da luta contra o fascismo. A agenda de resistência foi se ampliando e algumas experiências nacionais chegaram a produzir uma pauta de referência de políticas de Estado, composta pelo aumento da participação das organizações populares no interior do Estado (gerando o neocorporativismo), políticas sociais distributivas, promoção de políticas promocionais (não apenas protetivas como sustentavam os ultraliberais), regulação do mercado e emprego pelo Estado.

Este campo foi basilar na construção original do PT e envolveu organizações populares de representação de massas, pastorais sociais, personalidades acadêmicas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais. Não foram todos sempre alinhados a um partido, mas reapareceram muitas vezes durante campanhas eleitorais, sendo a mais pujante a de 1989, quando Lula e Brizola se aliaram no segundo turno das eleições presidenciais.

Em 2002, quando da vitória de Lula, este campo começou a se decompor. Já em 2005, parte dos expoentes de

ONGs e da igreja católica da Teologia da Libertação (como Frei Betto) já havia se afastado dos postos de comando do governo lulista.

Com Dilma Rousseff, esta aliança tácita desmoronou. Em 2014, presenciei grande parte das lideranças deste campo político discursando contra a postura e o programa de governo da Presidente petista. Foi numa reunião realizada na sede da CNBB, em Brasília, onde fui convidado a provocar uma análise de conjuntura daquele que parecia um momento agudo da política nacional.

O segundo governo Dilma foi definido por este campo como um desastre. Cambaleante, começou cortejando os derrotados pelas urnas. Adotou o programa econômico oposicionista, de natureza monetarista, um desastre histórico para trabalhadores e classes menos abastadas. Programa que devastou a Grécia e impôs a diáspora de jovens portugueses em busca de alguma oportunidade profissional. Os derrotados de 2014, cortejados por Dilma Rousseff logo após sua vitória eleitoral, não deram tréguas a partir de então. Durante um ano e meio, os derrotados cresceram e se aproveitaram da divisão do campo progressista. Foram tão longe que despertaram os sentimentos mais primitivos e selvagens em alguns segmentos sociais médios da população brasileira, em especial, a do centro-sul do país. Gritaram pela intervenção militar, bateram painéis, custearam bonecos gigantes e adesivos de carro para caluniar e difamar autoridades públicas, revelando intole-

rância e baixíssima cultura cívica ou democrática.

Na última manifestação pública desta faceta fascista da sociedade brasileira, nem mesmo as lideranças de oposição foram perdoadas. O senador e presidente do PSDB, Aécio Neves, foi hostilizado no mesmo dia por manifestantes de Belo Horizonte e São Paulo. Os manifestantes tomados por uma onda de irracionalidade, chegaram a enfrentar o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo tucano, opositorista) e o líder do coletivo Revoltados Online, também opositorista.

Até que o STF retirou das mãos do juiz Sérgio Moro a batuta desta onda macarthista. Sua queda foi lenta e gradual, assim como a onda fascista. As redes sociais se constituíram no melhor termômetro desta reviravolta entre a ofensiva pelo impeachment e a defesa do Estado de Direito.

A UOL, website noticioso dos mais prestigiados do país, divulgou em 03 de abril, documentos que confirmaram indícios de prova ilegal no embrião da Operação Lava Jato e manobras para manter a competência na 13ª Vara Federal de Curitiba, do juiz Sérgio Moro. A mesma matéria cita pressão sobre prisioneiros. Muitos juristas ouvidos afirmaram que toda operação já deveria ter sido retirada da 13ª Vara Federal de Curitiba em virtude de abusos e ilegali-

dades. O que de fato ocorreu na última semana, por decisão do STF.

A escuta telefônica envolvendo o ex-deputado José Janene (PP) e o doleiro Alberto Yousseff, teria sido definida como ilegal em documento produzido pela Polícia Federal em 2009, antes mesmo da Operação Lava Jato ser deflagrada a partir desta escuta.

Sérgio Moro foi o principal artífice da ofensiva midiática pela queda do governo Dilma Rousseff e pela caça ao ex-Presidente Lula desde o ano passado. Fomentou manchetes de revistas semanais, algumas matérias em periódicos brasileiros e do exterior, eventos públicos. Encorajou, irregularmente segundo o Estatuto da Magistratura, a organização de uma frente de mobilização popular contra governos e lideranças acusados de corruptos sem que tivessem sido colhidas quaisquer provas comprobatórias.

Se Eduardo Cunha foi o aríete opositorista até que se transformasse em réu pelo STF, Moro o sucedeu no momento seguinte como principal personagem do ataque público e sem tréguas.

Contudo, sua ação açodada e evidentemente partidarizada gerou o inusitado. Desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, não se viu o campo progressista tão unido e decidido a se contrapor à onda opositorista³². Não necessariamente para defender um governo que não espelha suas intenções e

32 Houve exceções, como setores minoritários da esquerda brasileira que continuaram apoiando a Operação Lava Jato.

programas. Mas porque ficou evidente que não se tratava mais de um ataque a um governo, mas às conquistas sociais e políticas do pós-regime militar. Ficou nítido que se tratava de tentativa de golpe branco às regras constitucionais.

A reação em cadeia começou timidamente quando o juiz Sérgio Moro tentou conduzir coercitivamente o depoimento do ex-Presidente Lula - sendo que ele nunca havia se negado a depor - no início de março. Durante os trinta dias seguintes, as reações foram se reproduzindo e envolvendo personagens e organizações que até aqui estavam observando um cenário confuso e excessivamente polarizado. Quando a polarização deixou de ser entre governo e oposição e passou a ser entre atos de exceção e defesa do Estado de Direito, a conjuntura se alterou.

Neste momento, um processo de impeachment está em curso na Câmara dos Deputados. Não há prognóstico nítido sobre a decisão desta Casa, se acatará ou não este pedido, mas a reação social que descrevi acima vem abalando as convicções de parlamentares, principalmente o do baixo clero (denominação criada pelo ex-deputado Ulysses Guimarães para rotular deputados de todos os partidos sem grande expressão pública que, hoje, somariam entre 250 a 300 parlamentares de um total de 513 deputados federais). O baixo clero é efetivamente o fiel desta balança, sendo a bancada informal mais importante do Congresso Nacional (composto pela Câmara dos Deputados e Senado), supe-

rando em muito a linha de comando dos seus próprios partidos.

Em caso de aprovação, o processo será julgado pelo Senado a partir de maio deste ano.

Mas se não for aprovado o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o cenário mais provável será de divisão deste bloco progressista. Para sua manutenção, o governo federal teria que romper com sua política econômica e, por conseguinte, com grande parte dos compromissos assumidos pelo lulismo com empresários e grande parte dos partidos e organizações corporativas. Seria uma reviravolta na política executada por mais de uma década pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Vivemos, portanto, um momento ímpar e provavelmente breve desta aliança não declarada, quase espontânea, do campo progressista. Não percebo sua manutenção em caso de derrota do pedido de impeachment, mas também em caso de afastamento da Presidente Dilma Rousseff. O lulismo se baseou na conciliação de interesses. Algo próximo do que Getúlio Vargas tentou. Venho insistindo na comparação entre o que ocorreu em 1953 e o que ocorre em 2016. Em 1953, Getúlio Vargas enfrentou três pedidos de impeachment.

A conciliação de interesses não é desejada por parte do nosso empresariado e parte da classe média sulina de nosso país. Trata-se de uma elite forjada numa cultura estamental. Uma cultura da inveja.

Como nos ensinou Zuenir Ventura, “a inveja não é você querer o que o outro tem (isso é cobiça), mas querer que ele não tenha, é essa a grande tragédia do invejoso³³.”

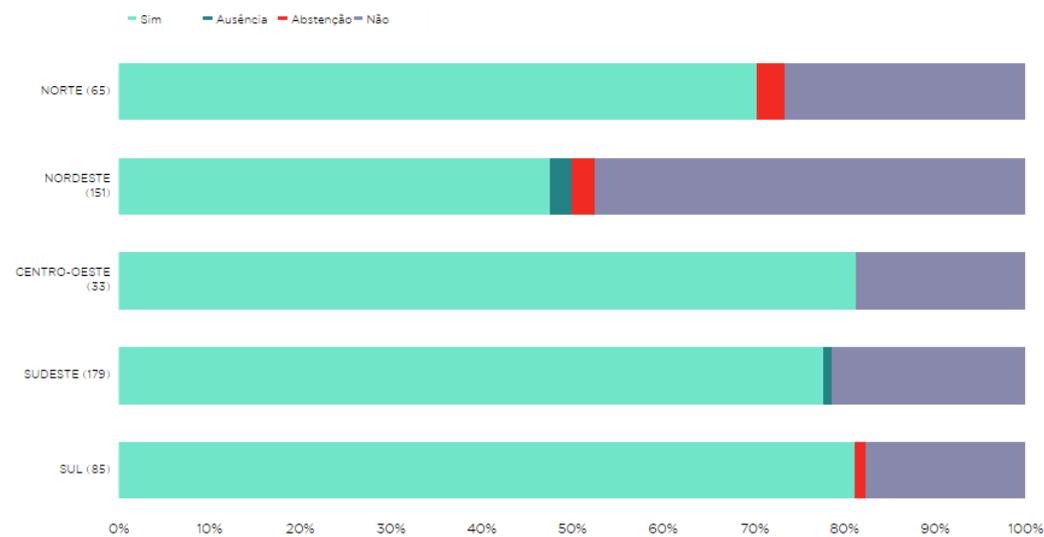
Nossa elite econômica e parte da classe média sulina sempre plantaram, em nosso país, em momentos definitivos, esta tragédia.

12. OS DEPUTADOS FEDERAIS NUNCA FICARAM TÃO DESNUDADOS

Ontem, a votação pelo acolhimento de denúncia, pela Câmara de Deputados, de crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma Rousseff revelou mais que as canelas dos parlamentares. Foi um desfile de desatinos. Os que votaram “sim” se repetiram, oferecendo sua decisão à família e suas igrejas, num declarado contrassenso. Afinal, seu voto representa o eleitor, não sua família. Houve um ou outro constrangimento maior. A deputada federal Raquel Muniz, do PSD mineiro, justificou seu voto pelo impeachment em homenagem ao marido, que “sempre lutou contra a corrupção”, justamente na noite em que se cônjuge era preso, por corrupção, pela Polícia Federal.

Levantamento do Nexo Jornal sobre a votação de ontem revela que deputados nordestinos, negros, mulheres e com menor patrimônio votaram no “não”, negando a abertura do impeachment. Algo revelador.

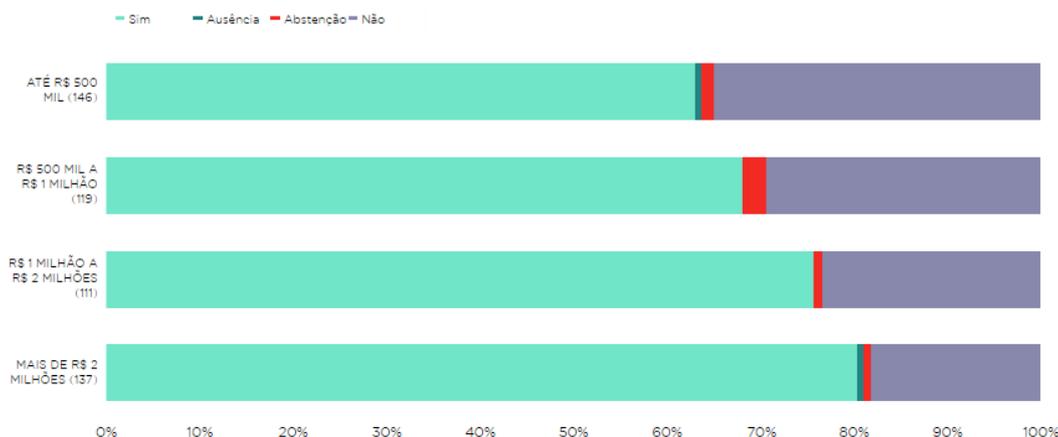
DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS DOS DEPUTADOS POR REGIÃO DO PAÍS



Fonte e Infografia: Jornal Nexo.

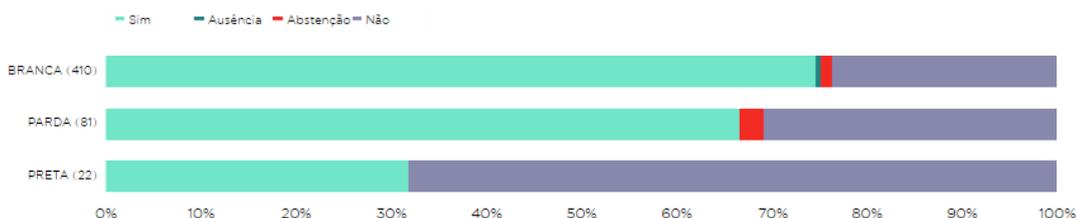
33 VENTURA, Zuenir. Inveja Mal Secreto. São Paulo: Objetiva, 1998.

DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS DOS DEPUTADOS POR PATRIMÔNIO PESSOAL



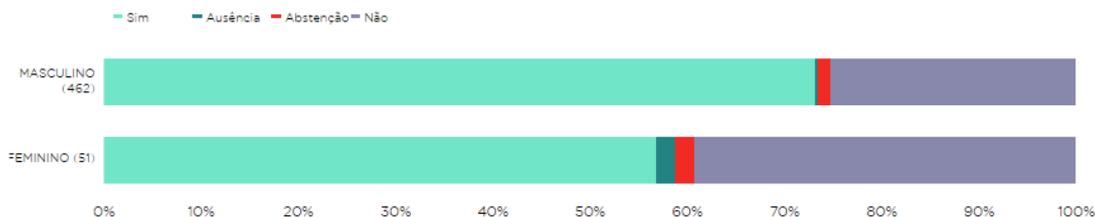
Fonte e Infografia: Jornal Nexo.

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DOS DEPUTADOS POR COR DE PELE DECLARADA



Fonte e Infografia: Jornal Nexo

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DOS DEPUTADOS POR SEXO



Fonte e Infografia: Jornal Nexo.³⁴

A aprovação do processo de impeachment pelo plenário da Câmara de Deputados, de um lado, foi surpreendente pela diferença não prevista em nenhuma listagem produzida pela imprensa e pelos dois blocos políticos (pró e contra o impeachment). A diferença sempre girou ao redor de 5 votos. Mas, por outro, reafirmou o que já se diz há tempos sobre a atual legislatura, formada por políticos sem estatura para pensar o país. As declarações de voto pelo impeachment foram objeto de chacota nas redes sociais. Assim, um governo que se apoiou em bancadas tão volúveis fatalmente sofreu este tempo todo e se desfigurou.

34 Ver em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/04/18/A-vota%C3%A7%C3%A3o-do-impeachment-na-C%C3%A2mara-em-15-gr%C3%A1ficos>>.

Este é o destino do governo Temer, já que não parece plausível que o Senado altere este rumo. Mesmo porque, as bancadas de deputados pressionarão os senadores de seus partidos para não serem perseguidos pelo governo em caso de rejeição do impeachment. Haveria, ainda, a possibilidade de o STF conter o processo por falta de fundamentação legal que tipifique o crime de responsabilidade. Mas, nos últimos tempos, a tendência do STF é evitar a judicialização da disputa política e se resguardar do protagonismo que foi alçado desde o julgamento do mensalão. O governo Temer será tão frágil quanto o governo Dilma e terá, a meu ver, ao redor de seis meses de carência para mostrar a que veio. Uma leve euforia do mercado dará algum fôlego ao longo de 2016, mas não vislumbro que este namoro perdure em 2017. A partir daí, a reação das forças políticas que se postaram contra o impeachment, muitas delas contrárias às políticas de Dilma Rousseff, caminhará para a ofensiva sobre um governo frágil que poderá debelá-lo ainda mais. Qual será a saída? Lula ou um outsider da política? O fato é que me parece que mergulhamos ainda mais na crise política.

O impeachment nunca será a saída democrática.

Sou absolutamente contra o impeachment por gerar corrupção e chantagem do legislativo sobre o executivo. Não se trata de um instrumento efetivamente democrático.

Explico: o representado é o único mandante da investidura do eleito. É ele quem deve cassar o poder do mandatário. Ao indicarmos um processo indireto sobre o futuro de um eleito diretamente, criamos uma contradição na lógica de nossa democracia. O correto seria instalarmos o instituto da revogação do mandato eletivo, que em alguns Estados dos EUA denomina-se de “recall” pelo próprio eleitor. O que presenciamos na Câmara de Deputados foi um leilão pelo voto dos deputados. Uma maneira dos deputados do baixo clero, sem expressão pública e poder sobre a bancada do seu partido, negociarem condições para alimentar sua base política territorial, composta por prefeitos e vereadores. É exatamente isto que esteve em jogo ao longo das últimas semanas e nada relacionado efetivamente à vontade do eleitor, do mandante da representação no Congresso. Este leilão, como todos, gerou blefes, bravatas, chantagens.

Assim, a crise se aprofundará porque os destinos da nação continuam atados ao baixo clero e a um Congresso Nacional sem luz e sem estratégia, focado no seu pequeno mundo territorial. Crise profunda em qualquer hipótese. O governo Dilma se caracteriza por um governo sem identidade que rompeu com o arco de alianças montado pelos oito anos de governo Lula. O pacote econômico que adotou, de inspiração monetarista, destruiu a base de confiança do eleitor pobre na agenda rooseveltiana do lulismo. Daí a Presidente ter seus índices de popularidade corroídos em semanas, após anunciar o pacote recessivo

que gerou a mesma situação em vários países europeus, sendo o mais dramático o caso da Grécia.

Já no caso de Michel Temer, trata-se de um político de baixa estatura, que imagina fazer política vazando cartilhas³⁵ e áudios. Não consegue liderar seu próprio partido e foi sempre uma figura menor no seu próprio Estado, São Paulo. Não tem nenhuma relação direta com entidades de mediação de interesses, sejam sindicatos, associações territoriais ou de defesa de direitos coletivos ou civis, além de movimentos sociais.

As possibilidades

Vejo apenas duas possibilidades: Lula se destacar como verdadeiro condutor da política nacional nos próximos dois anos ou a convocação, em 2017, da Constituinte Exclusiva para reconstrução das nossas instituições de representação social e política seguida de eleições gerais³⁶.

Temos que ter claro que podemos evoluir de uma crise de representação para uma crise institucional, muito mais grave. Já temos vários indícios que os brasileiros começam a esgarçar a confiança em si mesmos e nas instituições. Este é o caso do número recorde, em termos mundiais, de linchamentos (1 por dia) e do índice de confiança dos brasileiros nos próprios brasileiros (7% apenas, segundo o Latinobarômetro, o menor índice de confiança em toda América Latina).

De qualquer maneira, as duas possibilidades necessitam da concordância das outras forças políticas. Um pacto nacional, neste momento de total esgarçamento do sistema partidário e onde parte da população – em especial, setores de classe média do centro-sul do país – apresenta sinais nítidos de intolerância, de desrespeito às diferenças e até traços fascistas, não será feito a partir de um chamado de um governo que passou por um processo de impeachment que dividiu a sociedade brasileira. O pacto, ou novo contrato social de convivência na-

35 Em 07 de dezembro de 2015, o então vice-presidente Michel Temer enviou uma carta à presidente Dilma Rousseff na qual apontou episódios que demonstrariam a "desconfiança" que o governo tem em relação a ele e ao PMDB. Em determinada passagem, afirma que "tenho mantido a unidade do PMDB apoiando seu governo [...]. Isso tudo não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo". A mensagem, segundo a assessoria da Vice-Presidência, foi enviada em caráter pessoal à chefe do Executivo e, nela, Temer defendeu a "reunificação do país". Temer havia passado os últimos dias sem se pronunciar sobre o acolhimento pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de pedido de abertura de processo de impeachment. Num outro trecho da carta, Temer escreve que passou o primeiro mandato de Dilma como um "vice decorativo", que perdeu "todo protagonismo político" que teve no passado e que só era chamado "para resolver as votações do PMDB e as crises políticas".

36 Nenhuma das duas hipóteses se confirmou. Temer tomou posse após o impeachment de Dilma Rousseff e dirigiu o governo com menor índice de aprovação de toda história da república nacional, sofrendo várias ameaças de impeachment que contornou cedendo mais e mais aos partidos que compunham o Centrão. Em 21 de março de 2019, alguns meses após a posse do novo presidente eleito, Jair Bolsonaro, em cumprimento de mandado expedido pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, dentro da Operação Descontaminação, desmembramento da Operação Radioatividade, no âmbito da Operação Lava Jato, Michel Temer foi preso.

cional, só ocorrerá a partir da sociedade civil, não dos partidos políticos. Pesquisa da FGV RJ sobre grau de confiança dos brasileiros nas nossas instituições indica que apenas 5% dos cidadãos acreditam nos partidos políticos e 12% acreditam no Congresso Nacional. Temos uma crise profunda em todo sistema de representação política nacional.

E este pacto, ainda no plano da idealização, só virá com reforma política que diminua o poder do eleito e aumente o poder de veto ou intervenção do cidadão representado (pelo recall, veto popular, candidaturas avulsas e outras medidas desta natureza). A reforma política precede eleições gerais, proposta por várias forças políticas à esquerda, e redefine um contrato político da sociedade retomando a crença no próprio jogo eleitoral. Afinal, a democracia se define pela possibilidade de derrota que é acatada pelos atores do jogo eleitoral. Se uma parte não legitima esta possibilidade, todo jogo democrático entra em colapso.

A proposta de reforma política se constitui, assim, na reconstrução do pacto democrático, de crença democrática e de convivência de interesses contrários na construção de políticas públicas. Tem que ser exclusiva, o que exigirá emenda constitucional, para que os constituintes não possam se candidatar a cargo eletivo por um longo período para que não criem regras casuísticas.

Temos o processo de elaboração da constituição da Islândia, após a

Revolução das Painéis de 2008, com forte participação cidadã pelas redes sociais como uma referência. Temos que possibilitar candidaturas constituintes avulsas, sem obrigação de filiação partidária.

Trata-se de refundar o jogo democrático no Brasil.

13. GOVERNO TEMER: VERGONHA PARA TODOS OS BRASILEIROS

Imagine que você vive num país que o Presidente da Câmara de Deputados abre um processo de impeachment da Presidente da República e, dias depois, é afastado pela mais alta Corte do judiciário brasileiro por obstrução das investigações sobre seu envolvimento com corrupção. Não apenas do cargo de direção, mas do próprio mandato de deputado federal. Imagine que o processo caminha e a Presidente da República é afastada temporariamente para que o processo de julgamento do impeachment transcorra sem qualquer influência política externa daquele que será julgado nos próximos dias. O vice-Presidente assume interinamente o cargo da Presidente afastada e, em poucos dias, é condenado por corrupção eleitoral, impedido de se candidatar a qualquer cargo eletivo no próximo pleito, que está programado para ocorrer em 2018.

O vice, agora Presidente interino deste país, destitui todo ministério que até então era seu governo e dá posse a

quem era oposição declarada a este governo que ele compunha.

Imagine que mais de sete desses novos ministros são acusados de crimes ou já são réus em ações judiciais por crimes piores que os cometidos pela Presidente afastada.

Agora, tente imaginar que se trata de um filme B e acompanhe as principais medidas deste novo governo durante sua primeira semana de vida.

O ministro da Indústria, Comércio e Serviços admite em entrevista que entende muito pouco sobre indústria nacional. Trata-se de um bispo de igreja neopentecostal (Igreja Universal), Marcos Pereira.

O mistério da Cultura é extinto e sua estrutura é incorporada pelo Ministério da Educação. A reação dos artistas brasileiros é de tal porte (com ocupação de prédios do ministério e da fundação nacional para a cultura em oito Estados brasileiros) que o Presidente Interino decide recuar e anunciar que criará uma Secretaria Nacional de Cultura. Novos desmentidos sugerem que não será criada esta Secretaria. Finalmente, começam a vazar recusas de artistas e intelectuais para assumir esta pasta: a atriz Bruna Lombardi; a cantora e coreógrafa Daniela Mercury; a antropóloga Cláudia Leitão; a coordenadora do curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, Eliane Costa; e a apresentadora de televisão, Marília Gabriela.

Cláudia Leitão chegou a postar nas redes sociais sua recusa, que reproduzo a seguir:

Acabo de ser sondada para assumir a Secretaria Nacional da Cultura dentro do MEC, no Governo Temer. Respondi com um sonoro "não"! Espero que nenhuma mulher aceite esse convite e dessa forma não contribua para a transfiguração do MinC num apêndice do MEC. Continuemos a nossa luta. Mobilizemos o país! Não à extinção do Ministério da Cultura! Viva a cultura como eixo estratégico para o desenvolvimento brasileiro

Eliane Costa fez o mesmo:

Acabo de ser sondada para a tal Secretaria de Cultura que pretende substituir o Ministério da Cultura. Como a sondagem foi feita por pessoa do meio cultural por quem eu tenho respeito, não pude me aprofundar na resposta. Disse apenas que não trabalho pra governo golpista. Nem seerei coveira do MinC. Já se viu isso? Depois dessa só me falta agora ser convidada pra ser comentarista de política da Globonews... #FICAMinC!

Os movimentos incertos e imprecisos do novo governo continuaram.

O novo ministro da Saúde, Ricardo Barros, resolve declarar que o programa nacional de saúde pública, o SUS, deveria ser reduzido. No mesmo dia, recua e afirma que repensou sua proposição. Em seguida, anuncia a redução de 10 mil médicos no programa "Mais Médicos".

O ministro da educação, Mendonça Filho, sugere publicamente que as universidades públicas poderão cobrar mensalidades de seus estudantes para, logo depois, recuar.

O ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB-PE) decide revogar portaria para contratação da construção de 11 mil casas do programa Minha Casa, Minha Vida.

No programa divulgado por Michel Temer intitulado "Uma Ponte para o Futuro", o Presidente Interino propõe a extinção da obrigatoriedade (ou vinculação orçamentária, como define a Constituição Federal) dos gastos públicos com educação e saúde. Também propõe o fim da indexação do salário-mínimo, a principal política de redução da pobreza no Brasil na última década.

O Ministério das Relações Exteriores decide publicar uma cartilha para a comunidade gay de brasileiros que reside no exterior, sugerindo que seja discreta.

O dólar dispara. Ocupações de escolas públicas e de prédios públicos do extinto Ministério da Cultura se multiplicam país afora. Movimentos sociais e organizações populares aceleram reuniões para organizar a resistência a este governo. Somente 8% dos brasileiros aprovam o governo do Presidente Interino.

O Presidente Interino indica André Moura para ser líder do governo no Congresso. Moura é réu em três ações no Supremo Tribunal Federal, a

mais alta Corte do Judiciário brasileiro, aliado do ex-Presidente da Câmara de Deputados afastado recentemente e já foi condenado no seu Estado de origem (Sergipe) por improbidade administrativa. Imediatamente, o Presidente do Senado, do mesmo partido do Presidente Interino, e três partidos aliados do governo provisório, criticaram duramente esta nomeação.

Este novo governo não possui um homem negro e nenhuma mulher no seu primeiro escalão. Algo que gerou importante reação dos movimentos de luta pelos direitos civis no Brasil.

O que você pensaria ou sentiria após imaginar este governo? E se fosse seu país, o que sentiria? Vou ajudá-lo: o único sentimento possível para pessoas corretas e maduras é *vergonha*.

Michel Temer dirige, há pouco mais de uma semana, o governo mais confuso, reacionário, autoritário e despreparado de toda história republicana do Brasil. Não por outro motivo, o Senado aprovou abertura de consulta pública sobre a possibilidade de antecipação das eleições presidenciais (previstas para 2018) para este ano.

Triste Brasil. Remete-nos à poesia de Gregório de Matos sobre a primeira capital de nosso país, em pleno século XVI. Parece que estamos presos ao passado, pelas mãos da elite econômica e política de nosso país. Diz a poesia:

*Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!*

*Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.*

*A ti trocou-te a máquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando e tem trocado
Tanto negócio e tanto negociante.*

*Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz Brichote.*

*Oh quisera Deus que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fora de algodão o teu capote!*

14. ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS E O PRIMA- RISMO DO RACIOCÍNIO POLÍTICO LINEAR

Sérgio Buarque de Holanda nos alertou sobre a necessidade do brasileiro médio (que José de Souza Martins denominou de “homem simples”) em se sentir íntimo dos que se apresentam como poderosos. Uma espécie de informalidade permanente que faz o outro jogar no seu campo, ao menos por alguns momentos. Isto sempre foi uma característica das campanhas eleitorais municipais no Brasil: o contato direto e a troca de favores. Trata-se de um dos

poucos momentos em que o “dono da bola” vai à casa do pobre, do favelado, e até dá a mão ao comerciante que o olha pelo canto dos olhos enquanto passa a caravana festiva, reluzente, o staff composto por jovens de cabelo engomado seguidos por outros, mais jovens, com roupas justas e provocativas, portando bandeiras pré-fabricadas ao embalo de jingles com músicas do gosto popular (e há quem imagine que o pobre da comunidade não percebe o jogo falso e dissimulado do candidato!).

O que ocorre para a eleição municipal ser assim em nosso imenso império tupiniquim?

Várias pesquisas qualitativas demonstram que o brasileiro “homem simples” não se interessa por eleição ao parlamento. Avalia que nenhum deputado ou senador tem um pingão de cuidado para com ele. São todos membros da elite política distante e empolada.

Mas há um parlamentar que vale a pena: o vereador. Ele reside no bairro onde mora ou alguém do bairro o conhece. Formam-se pontes e redes entre o candidato e o vereador (lembramos que nem todos são fortes, o que faz da maioria dos candidatos ao parlamento municipal sonhadores do sucesso individual, assim como o eleitor). Conversa, muita conversa.

O que me faz recordar de duas situações que me alertaram para este mundo menos teorizado e conceitual. A primeira situação foi em Poços de Caldas. O prefeito, na época um veteri-

nário filiado ao PT, encomendou uma pesquisa para saber o motivo dos mais pobres frequentarem tanto os postos de saúde. O resultado da pesquisa foi: “se sentirem acolhidos pelo cuidado do doutor”. Tempos depois, criei uma metodologia de pesquisa diária, um censo domiciliar contínuo, para avaliação dos cidadãos de um município a respeito do desempenho dos governos locais. Dei o nome de Gestão em Rede (GR). Pois bem, em todos os municípios onde aplicamos este programa o resultado foi singelo e fantástico: a grande maioria pede cuidado. Cuidado com guias e sarjetas, com limpeza urbana, com iluminação. Nada de obras enormes (que os políticos, de esquerda à direita do Brasilão velho de guerra, teimam em achar que é o esperado pelos eleitores). No caso da saúde, invariavelmente, a demanda não é por programas sofisticados ou hospitais, mas por atendimento mais respeitoso de médicos e enfermeiros. Cuidado.

Este é o fio condutor para entendermos o fenômeno da eleição municipal no Brasil. Raramente é ideologizada ou nacionalizada. É, frequentemente, clientelista. Clientelismo puro na sua mais bem acabada expressão.

O que me leva a comentar, ainda que de soslaio, certa leitura linear, acadêmica, de uma parte dos jovens comentaristas das redes sociais brasileiras. Muitos ficam sem entender os motivos para o país se rebelar contra Temer, mas não despejar votos contra os partidos que o apoiam nessas eleições de 2016. Este raciocínio linear revela desconheci-

mento sobre o Brasil Profundo e ausência total de empatia com o mundo concreto.

O fato é que o eleitor médio não acredita em partidos (somente 5% dos brasileiros, segundo pesquisa sobre confiança nas instituições brasileiras, desenvolvida pela FGV RJ há anos). Não confia. Este é o fio da meada para se entender uma eleição no Brasil.

Muitas pesquisas realizadas recentemente, em favelas ou com beneficiárias do Bolsa Família, corroboram esta lógica popular: partido e políticos profissionais são considerados elite distante e engomada. Coisa de poderosos que são obrigados, de tempos em tempos, a visitar sua comunidade. É nesta hora que se dá o bote.

Assim, não existe exatamente linha reta entre eleição e revolta popular. Porque eleição municipal não tem espaço para revolta. Só para uma troca entre malandros. O malandro candidato, que se esquecerá de todos após a eleição; e o malandro da comunidade, que sabe que será atendido por assessores, se tiver sorte, se o malandro candidato se eleger.

O raciocínio linear - e acadêmico - não consegue entender o que ocorre. Uma espécie de conflito cognitivo que, ao contrário do que esperava Piaget, não causa aprendizado. Por ser um raciocínio linear e primário, não consegue entender que o mundo social não é matemático e lógico, mas elíptico, manhoso, contraditório.

É possível alterar esta lógica? Evidentemente. O mundo social não é uma fatalidade. Mas, para alterar, é preciso partir dela e não criar um pensamento mágico a espera do impacto sobre a realidade.

O primeiro passo, evidentemente, é estar presente nas comunidades entre as eleições. Comer o churrasco de final de semana, ouvir samba e funk, tomar o cafezinho da hora, conversar sobre futebol e sobre as mazelas da vida, gargarhar, porque brasileiro ri até da própria desgraça. Estar presente e ser mais um na paisagem. Sem isso, o pensamento mágico continuará existindo, fincado no academicismo, no primarismo da lógica linear, apartado da realidade. E, na próxima eleição, os pensadores mágicos lamentarão, mais uma vez, o motivo do brasileiro médio não topar elites e qualquer proposta de Estado minimalista (pobre brasileiro odeia esta proposta liberal), mas votar em qualquer um.

A lição final é: o Brasil não é para amadores.

15. O MITO DA DIREITA UNIDA

O Brasil é o país dos técnicos de futebol. Recentemente, se tornou o país dos analistas políticos. Alguns, com dom para substituir Cassandra, outros, para substituir Maquiavel. Como todo país que possui uma legião de entendidos em

áreas complexas, somos marcados por uma mitologia política das mais profícuas e surreais. Algo parecido com o mito de tomar leite com manga que causaria a ira de algum dos deuses da fome, para desalento de Baco.

Ao lado dos mitos, emergem as lendas, a narrativa que dá origem ou substrato aos mitos. Adotamos lendas para todos os gostos. Uma delas, diz que governo militar é mais honesto (o que pesquisas sobre corrupção durante o regime militar desmentem). Outra, que rico não tem motivos para roubar o dinheiro público. Uma terceira, que se empresário for eleito, adotará técnicas de gestão eficientes (a despeito do número de falências ter aumentado em 13% no primeiro trimestre deste ano ou dos empresários, inclusive os grandes, não sobreviverem sem recursos estatais). Percebam que as lendas sempre enaltecem as classes dominantes, em especial, o empresariado. O que enseja a dúvida se não são eles que profetizam a superioridade moral e técnica deles mesmos.

Há, contudo, uma lenda das mais arraigadas que diz que a esquerda é muito desunida e a direita é sagaz e unida. Nada mais enganoso. Como se os seres humanos se dividissem em sub-raças a partir de sua opção ideológica.

O governo Temer vem nos ajudando a debelar a lenda. Mas é preciso juntar os caquinhos ou causa e efeito não se apresentam por inteiro para os “entendidos em política”.

Assim como todos os governos que procuram dizimar qualquer traço de oposição – postura nítida do atual governo temerário -, ao diminuir o campo de tensão externo, as disputas se instalam no interior do próprio governo.

Começemos por entender que os credores do governo Temer são FIESP e Baixo Clero do Congresso Nacional. Não por outro motivo que metade do ministério Temer é composto por “expoentes” do Baixo Clero e o programa econômico é todo ditado pela FIESP. Tenhamos em conta que a partir deste núcleo credor, flutuam operadores políticos, alguns do PMDB, outros do PSDB, com coadjuvantes como SD e outros apressados em entrar na fila. A grande imprensa. A grande imprensa, em especial, a Globo e Veja, parecem oscilar entre operadores e credores. Não se pode afirmar que é jogada pelas águas atormentadas das brigas e chantagens internas deste bloco, mas o fato é que as capas das últimas edições de revistas e jornais parecem um joguinho infantil de esconde-esconde. Desconstruíram a imagem pública do político religioso Marcelo Crivella; ameaçaram os “dois homens do Presidente”, Eliseu Padilha e Moreira Franco; demonizaram o senador peemedebista Renan Calheiros; infernizaram o Congresso após a prisão de Eduardo Cunha.

Há muitas apostas nos bastidores que procuram sugerir o rumo desta briga intestina. Tantas apostas podem gerar novos mitos e lendas, como sabemos. Uma delas sustenta que há conluio entre alguns órgãos de imprensa e acólitos tu-

canos. Neste caso, a temporada de caça ao Temer teria iniciado visando 2018. Alguns afirmam que, no caso do ataque a Crivella, alguns órgãos de imprensa prefeririam um governo carioca de Freixo, mais fácil de abater, que um governo evangélico do cantor gospel. Sobre o ataque aos homens do Presidente, seria um jogo de pressão ou vingança de Eduardo Cunha.

O fato é que a direita nunca foi unida. Uma breve leitura aos livros de Elio Gaspari sobre o regime militar, já alertaria os incautos de como um governo que se pensa monolítico, onipresente e onisciente, nunca será incolor e inodoro. Ao contrário, provocará uma disputa intestina com odor acre e cores explosivas.

A direita brasileira só se une no golpe.

Passados dois dias de banquetes e festas ababeladas, a direita se joga numa Noite de São Bartolomeu sem fim, porque movida por interesses pessoais, egocêntricos e inconfessáveis.

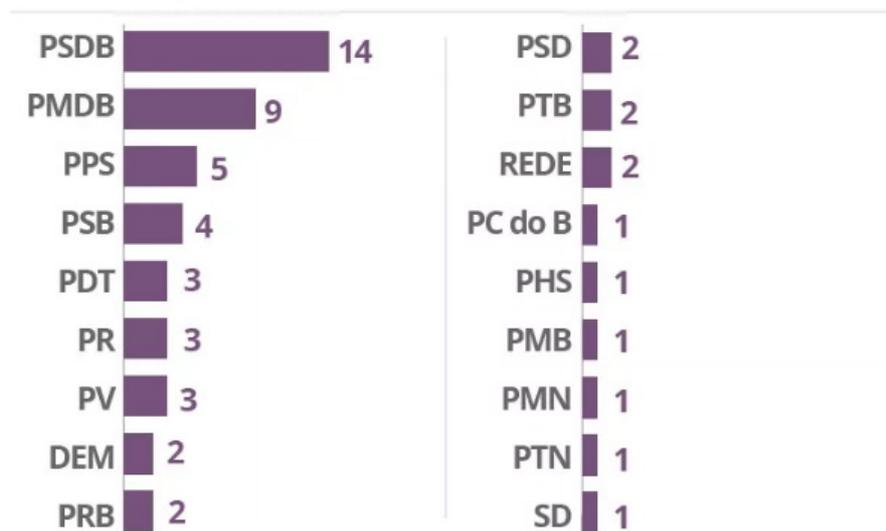
Enfim, o governo Temer nos brinda com mais um tabu político que se desfaz em terra movediça: a direita não é unida. Ela se estilhaça em milhares de pedaços porque seu alvo não a unifica, não é o bem comum, não é um projeto coletivo ou um direito universal, mas o interesse grupal ou a ambição pessoal.

16. O BRASIL MUDOU IDEOLOGICAMENTE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

Quem ganhou as eleições municipais que terminaram ontem? Eu jogaria minhas fichas no "não voto" (entre 30% e 40% do eleitorado, em média) e nos evangélicos. Seguidos pelo forte personalismo revestido de "apolítico", o que joga água no moinho do desencanto com a democracia e o jogo de conquista do convencimento popular.

Balanço do 2º turno

PSDB é o partido mais vitorioso



Infográfico elaborado em: 30/10/2016

Fonte e Infografia: Jornal G1

Quem perdeu? O PT. O PCdoB quase dobrou o número de prefeituras que governa e o PSOL foi a estrela, pela esquerda, dessas eleições. No caso do PCdoB, há um registro importante a fazer. O partido cresceu no Maranhão, onde o Estado é governado por Flávio Dino. Até então, o PCdoB governava 14 prefeituras maranhenses e, agora, passará a governar 46. Até então, o PCdoB governava, em todo o país, 65 prefeituras. Na Bahia, base histórica do partido, diminuiu de 13 para 12 prefeituras que governará a partir de 2017.

O fato é que a redução da presença da esquerda nas prefeituras se confunde com a redução da presença petista. Não de toda esquerda. O que enseja uma leitura mais panorâmica deste quadro institucional.

Os tucanos conseguiram eleger, neste segundo turno, em 14 das 19 cidades que disputava. A maior conquista foi Porto Alegre, seguida por Manaus e Belém. Mas, a vitória simbólica esteve no Grande ABC paulista, em especial, em Santo André e São Bernardo do Campo, terra de Lula.

A "onda azul" foi, contudo, um desastre para Aécio Neves, que sai derrotado em sua terra e parece deixar definitivamente o bastão para Geraldo Alckmin, governador do reinado tucano no país.

Entre 2010 e 2014, as candidaturas que se identificavam como evangélicas cresceram 45%. Nesta eleição, cresceram mais uma vez: 25%.

Foram 2.759 candidatos que se identificaram como pastores e 557 como pastoras. Foram, ainda 2.186 candidatos autodefinidos como irmãos e 842 como irmãs.

Foram 250 candidatos a prefeito nas capitais do Brasil oriundos deste bloco político-evangélico. A capital que contou com maior número de candidatos a prefeito com esta origem foi Belo Horizonte, seguida por Manaus e Salvador. O nordeste é a região que apresenta maior crescimento de candidatos e o sul, o menor. As capitais com menor avanço evangélico são: Cuiabá, Porto Alegre, Palmas e Macapá.

A bancada evangélica quase dobrou na capital paulista: de 7 para 13 vereadores.

Em Salvador, elegeu 8 vereadores. Em Recife, os três candidatos a vereador mais votados nesta eleição se declaram evangélicos.

Pesquisa realizada pela cientista política Gabriela Figueiredo (USP), revelou que os candidatos evangélicos possuem uma vantagem em relação aos ou-

tros: gastam menos. Por concentrar seu eleitorado territorialmente e nas igrejas, necessitam de menor número de material de campanha e se deslocam menos.

O PT não apostou, principalmente durante a gestão Dilma, na esquerda e muito menos no seu crescimento. Não propôs uma frente como a uruguaia. Ao contrário. Caminhou para o lado oposto. Lula já havia apostado na aliança com Maluf para eleger Haddad. Antes, reeditou Collor e Sarney. Em Minas, blindou o então governador Aécio Neves. Ora, esta lógica não daria razão à polêmica frase de Frei Betto, para quem o PT era governo, mas não tinha o poder?

Para não parecer fatalista, reedito a hipótese com outras palavras: as gestões lulistas não teriam fortalecido as lideranças conservadoras na última década e isolado a esquerda?

Temos a tendência em fazer leituras periodizadas do movimento histórico. Ajuda a racionalizar e sintetizar. Mas, não raro, embaça a relação entre causa e efeito e dificulta a apreensão da dinâmica interna que transita entre um período para outro. Muitas vezes, nem houve ruptura entre um período e outro, mas uma transição suave e cheia de contradições e paradoxos.

Assim, questiono: as forças conservadoras teriam surgido do nada nos últimos dois anos ou a mudança real se limitaria ao debacle petista? De outra maneira: houve, efetivamente, mudança na composição ideológica dos governos ou mudança menor, de siglas que agora

governam no lugar do PT, mas que já governavam com o PT? O eleitor teria ficado mais conservador?

Enfim, o balanço das eleições municipais merece algo mais profundo que o fatalismo marqueteiro.

Há, de fato, uma direita (e extrema direita) emergente no Brasil. Mas o eleitor teria mudado efetivamente de ideologia? Houve, efetivamente, uma mudança radical da cultura política do país em dois anos? E, finalmente, o que concretamente teria levado à queda do PT ou a esta mudança ideológica do país (se ela efetivamente se alterou, hipótese que não me convence)?

Minha hipótese é: as respostas não estão nas siglas partidárias, mas no "não voto" e no crescimento dos evangélicos na política brasileira.

17. AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS POR DENTRO

No dia 10 de novembro, uma sexta-feira, visitei algumas escolas estaduais ocupadas na cidade de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte. As escolas, invariavelmente, estampam uma enorme faixa na sua entrada indicando que estão ocupadas.

Na entrada, estudantes guardam o portão e ao ingressar você é obrigado a apresentar seu nome e CPF que são registrados num livro de controle. Tudo

acompanhado por estudantes e alguns professores ou diretores da escola.

Há, ao menos, duas surpresas que qualquer visitante percebe de início: o grau de politização dos secundaristas e o grau de organização.

Numa das escolas que visitei, a mais tradicional da cidade, o clima era muito agradável. A escola possui 1.200 alunos e a assembleia que decidiu pela ocupação teve ao redor de 300 votos a favor contra 100 pela não ocupação. Desses 100, ao redor de 40 deles não se deram por vencidos e intimidam e atacam os ocupantes diariamente, chegando a fazer ameaças gravíssimas. Mas, a caravana passa.

Para o início da ocupação, os pais assinaram autorizações para que pudessem dormir na unidade escolar. Sempre acompanhados por apoiadores – professores ou membros de ONGs locais – que estão o tempo todo no interior da escola.

O grau de organização é surpreendente. Existe uma coordenação (que faz o contato externo, responsável pela comunicação e coleta de alimentos e outros mantimentos) e comissões (limpeza, alimentação). As comissões funcionam como um relógio e não há imposição, o que me surpreendeu bastante. Os alunos definem espontaneamente sua função.

Cheguei nesta escola na hora do lanche da tarde: pão sovado com ovo mexido e alface acompanhado de suco. O mais interessante é que, além de sa-

boroso, são oferecidos com cuidado na apresentação.

Há programação diária. Ontem, tiveram uma longa discussão sobre feminismo. Anteontem, tiveram a tradicional "queimada" nos dois turnos. Criaram um "café cultural" que realiza atividades e debates nas escolas.

Existem regras muito bem definidas e rígidas sobre namoros e uso de álcool. Professores se revezam para dormir com os alunos, numa espécie de vigília e segurança de adultos.

O mais surpreendente é o grau de politização. As ocupações são lideradas por mulheres. Há muitos homens, mas são elas as lideranças, sempre amáveis, mas seguras. Abrem sorrisos, são meigas, mas a liderança é incontestável. Professores e estudantes se referem às líderes como referências legítimas.

Ao conversar com elas, percebe-se nitidamente a firmeza de convicções e uma leitura das mais realistas sobre suas condições e as resistências existentes. Já havia percebido este senso de realidade nas líderes de ocupações das escolas de Belo Horizonte.

Durante uma das conversas que tive numa escola ocupada, o diretor apareceu para informar que eles deveriam decidir sobre a realização de exames dos estudantes do 3º ano até dia 17, para envio das notas à Secretaria de Educação. Imediatamente, disseram que tomariam a decisão logo depois do encerramento do nosso bate-papo. Mais uma vez, sem

alarde, com firmeza, sem qualquer exasperação. Aliás, desde as manifestações de 2013, parece cada vez mais presente a cultura de respeito às decisões horizontalizadas, colegiadas, sem definição de lideranças centrais ou comandos verticalizados. Embora aceitem visitas de partidos e órgãos centralizados de organismos de representação estudantis, os ocupantes deixam claro que não aceitam proselitismo partidário ou tentativa de comando externo.

Ao final, fiquei me perguntando de onde saíram. Não percebíamos que se forjavam adolescentes com tal capacidade de liderança e senso de realidade?

Enfim, as ocupações secundaristas se transformaram numa escola de civilidade. Discutem, dividem tarefas, acolhem, dialogam e preservam o patrimônio público.

Precisam se abrir mais para o extramuro, abrir as escolas para os bairros, se comunicarem mais via WhatsApp (todos criaram fanpage no Facebook e relatam seu dia a dia), mas acho que podem dar uma demonstraram cabal à sociedade de como deveria se uma escola voltada para a lógica dos adolescentes. Se avançarem sobre isto, desmontam, na prática, esta proposta caduca, atrasada, dos velhos que compõem o CONSED, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, e que, já provaram, não são competentes para fazer o Ensino Médio gerar sucesso. A reforma por ele proposta para o ensino médio, cotejada pelo ambiente das ocupações, parece real-

mente coisa de gente que pouco entende o que ocorre com nossa adolescência.

O sucesso escolar, enfim, parece estar menos nos gestores educacionais do alto escalão e mais nas mãos dessas meninas e meninos.

18. BREVE BALANÇO DOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Quando ingressamos no período de redemocratização do país, nos anos 1980, impôs-se um consenso sobre as novas bases da política educacional brasileira que mais tarde se expressaria na Lei de Diretrizes e Bases. Os consensos eram a gestão participativa das escolas, a introdução de instrumentos colegiados de gestão (como conselhos escolares), a valorização profissional dos educadores (incluindo salários, plano de carreira e formação permanente) e elementos de humanização do currículo e avaliação. Este último princípio, o da humanização de conteúdo, só recebeu sentido na década seguinte, quando nosso país se inseriu no amplo debate internacional, tendo a Europa Latina à frente (em especial, Espanha, França e Portugal) que reintroduz estudos da psicologia e desenvolvimento humano, além da inovação de acolher estudos do campo da neurologia, como base das reformas educacionais que se seguem.

Os conteúdos escolares se ampliaram para factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais; as narrativas de vida de estudantes e professores passaram a ser valorizadas para compreender a conexão entre formação formal e informal; as avaliações qualitativas e que acompanham o movimento errático da formação de crianças e adolescentes foram priorizadas, em detrimento das avaliações classificatórias; o tempo integral na escola passou a ser um valor universal; a noção de desenvolvimento humano procurou superar a busca de imposição de um padrão de estudante ideal. Mesmo no que se relacionava à formação para o mercado, as proposições se ampliaram e se basearam em conceitos mais sofisticados do que simplesmente a toada simplória da formação profissionalizante em massa, incluindo conceitos de competência e habilidades, polivalência e autonomia no processo de decisão e criação, além da valorização do trabalho em equipe.

Enfim, a vaga de reformas educacionais dos anos 1990 reintroduziu elementos de humanização nas políticas educacionais. Raramente se gastou no Brasil tantos recursos em formação de educadores. De certa maneira, retomamos os princípios de nossos autores clássicos da área, como a noção de estrutura escolar mais comunitária e aberta de Anísio Teixeira (não chegamos à sua “escola parque”, mas iniciamos discussões sobre a superação das estruturas fechadas e desumanizadas das escolas padrão), Paulo Freire, Darcy Ribeiro e outros.

Infelizmente, a primeira década do Século XXI acolheu propostas tecnicistas, de padronização e quantificação de resultados, fazendo-nos retornar em um século no que tange as políticas educacionais. Foram introduzidos instrumentos de avaliação sistêmica baseadas na formação classificatória, que procura medir o grau de aprendizagem a partir de um padrão único, universal, externo à lógica pendular do processo de desenvolvimento, os gestores passaram a impor metas aos educadores (desconsiderando sua autonomia e suas condições de trabalho), aumentaram exponencialmente os casos de Síndrome de Burnout (em que a depressão e desmotivação criam situações de adoecimento). As consultas à sociedade, as estruturas de gestão participativa, a busca de aproximação com famílias e comunidades foram desprezadas e jogadas a um segundo plano. Um atraso. Um retrocesso.

É neste contexto que a proposta das Comunidades Educadoras³⁷ foi se impondo como um contraponto ao modelo de gestão racional, de caráter taylorista, que se espalhou pelo país afora na última década. Contagem retomou e aprofundou alguns princípios básicos da educação como relação humana, de estímulo e acompanhamento do movimento peculiar de aprendizagem de cada

estudante. A visita às famílias, pelos articuladores comunitários, seguiu a revelação de inúmeras pesquisas realizadas pela USP, FGV e Todos pela Educação, em que a mãe e sua instrução eram fatores definitivos no desempenho escolar, com influência progressiva na vida escolar. Nada mais justo que orientarmos o Estado a caminhar até as famílias, ouvi-las, procurar compreender o grau de estímulo e condições materiais da existência concreta dos estudantes para promover integração e apoio.

Enfim, a escola não se basta. A educação não se basta a si mesma. Ela é resultado das convergências dos tentáculos que forjam a vida concreta. Estudos canadenses recentes indicam que o desempenho de cada estudante em relação à uma disciplina ou outra não tem relação com uma vocação nata da criança ou adolescente, mas da percepção que eles têm do julgamento subjetivo que o seu professor cria – e que revela num olhar, na atenção diária ou no tom de voz – em relação à sua performance naquela área de estudo. Enfim, o aluno se vê com sucesso a partir do cuidado e atenção do professor. Sem atenção, o estudante desiste de si e do estudo, avalia que não tem possibilidades de progredir nesta ou outra área de conhecimento.

37 Proposta de estratégia pedagógica baseada na visita programada de um membro da unidade escolar às famílias do aluno. A partir dos dados lançados por este técnico, forja-se uma articulação de apoio à família e ao aluno baseada em três redes: da educação, das secretarias da área social parceiras (saúde e assistência social, entre outras) e territorial (envolvendo conselhos tutelares e associações de bairro). O resultado desta proposta, onde foi implantada, foi de melhoria entre 45% e 65% do desempenho escolar dos alunos que apresentavam maiores dificuldades de aprendizagem e queda dos índices de violência e evasão escolar, entre 85% e 90%. A implantação deste programa na cidade de Contagem (MG) gerou um prêmio da UNESCO em 2017. Ver <<https://institutocultiva.com.br/projetos/comunidades-educadoras/>>.

Não há como fugir da lógica humana, complexa, subjetiva, indicada em tantos estudos atuais, como os de Antonio Damasio. Não há como substituir o óbvio por técnicas padronizadoras, avaliações quantitativas, transformação de trajetórias de vida por boletins com dados numéricos que eliminam nomes e biografias.

O Brasil se perdeu na década passada. A educação voltou a ser cinza, desumanizada. Até que Contagem decidiu provar que o caminho era outro. E provou. Não é, portanto, por acaso que recebe reconhecimento nacional e internacional.

19. A ESQUERDA QUE FOI AO CENTRO

A Folha de São Paulo realizou em 28 de novembro um debate em que se perguntava qual seria o futuro da esquerda no Brasil. Tarso Genro, Vladimir Safatle e Breno Altman se revezaram na mesa para desatar este nó. A despeito de algumas diferenças, algumas convergências importantes de diagnóstico: o lulismo foi a primeira experiência que catapultou a esquerda ao protagonismo político nacional; sua configuração, contudo, não foi marcada por um projeto programático de ruptura com o modelo político ou mesmo econômico, embora tenha enfrentado o programa neoliberal ou ultraliberal de então; a ampla coalizão e a escolha da conciliação de interesses

tornou o lulismo opaco ideologicamente; seu sucesso popular esteve atado ao mercado de commodities.

Não houve consenso sobre o esgotamento ou não da configuração da democracia liberal, de natureza representativa, ou de sua captura pelo sistema financeiro, o que denotaria a possibilidade de sua recuperação para um projeto de democracia popular e inclusivo, se afastando da lógica plutocrática atual. Contudo, a rejeição mundial ao sistema liberal em curso estaria polarizando ideologicamente uma grande porção do planeta, abrindo espaço para candidaturas políticas radicais. Aqui, o consenso é que mesmo as vitórias eleitorais recentes da direita se deram numa vaga de insatisfações populares com a agenda inaugurada em 1990 que prometia a Pax Social e o fim da história. Todos sustentaram que a forma-partido caduca aceleradamente.

Enfim, estaríamos vivendo um impasse, uma transição sem final nítido. Nesta esteira, a esquerda foi apresentada como numa das encruzilhadas mais definitivas. Safatle recordou que o modelo partido de toda esquerda tende ao centralismo e à hegemonização. Debelaria, assim, a possibilidade de navegar sobre o que denominou de “descontrole criativo”, sem a necessária unidade forjada a partir de um centro formulador ou uma vanguarda. Tarso Genro empregou outro termo para nomear a demanda autonomista deste século: “modo de vida conscientemente orientado”.

Enfim, a fragmentação da base social contemporânea não corresponderia mais ao modelo de representação cativa, validada institucionalmente a partir de um sistema cartorial que se legitima pela crença – hoje, em crise – da representação fiduciária, aquela que se faz pela confiança que o representante conseguirá defender interesses e pautas difusas e espraiadas por amplos e complexos territórios sociais.

O que parece ser mais importante perceber é como o político e a representação se apresentam como muito mais significativos para as esquerdas contemporâneas que a agenda econômica, como se apresentava no final do século XIX e por quase todo século passado.

Por qual motivo ocorre esta substituição de ênfase? Porque os modelos e estruturas de organização econômica estão em suspeição. Não há mais garantias da viabilidade e sustentabilidade do fim do mercado ou mesmo do monopólio estatal do mercado. Na própria esquerda, já ocorreram debates intensos sobre a razoabilidade da proposta de organização híbrida sugerida pelos socialistas utópicos. Também não há garantias sobre o retorno do modelo socialdemocrata de financiamento do Estado de Bem-Estar Social ou Estado Providência. Por outro lado, o mercado produtivo tipicamente capitalista parece sangrar com a voracidade do capital financeiro volátil.

Enfim, não há modelos seguros a seguir quando o tema é economia.

Apenas os extremos ideológicos parecem ter certezas.

Mas há sinalizações claras sobre o desejo popular em relação à sua exigência utilitarista e autodeterminante. A noção de reflexo espelhado do sistema de representação parece coisa do passado. A desconfiança é generalizada e o Brasil recentemente deu um sonoro recado nas urnas. Ao menos, metade do eleitorado cravou no “não voto”.

Assim, em termos de urgência, é o campo da estrutura representativa ou da decisão política pública que parece indicar algum rumo.

E nisso, nada mais inadequado que a tentativa da esquerda caminhar para o centro, disputando a aliança com quem não tem projeto político ou cuja estratégia de sobrevivência é a venda de seu voto e apoio provisório ao partido majoritário em troca de irrigação de sua base eleitoral atomizada.

A esquerda lulista, ao final, foi ao centro. Pescou por pouco tempo. E se lá permanecer, será tudo, menos esquerda.

20. AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016: A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CHAMADO ESCOLA

Uma máxima árabe afirma que quem planta tâmara não colhe tâmaras.

Séculos atrás, uma tamareira demandava quase um século para dar frutos. O que fazia do ato de plantar um ato generoso, de reverência às gerações futuras. O sabor das tâmaras era o presente que o lavrador dava aos netos.

Este é o sentimento que me vem quando vejo centenas de ocupações de escolas e universidades brasileiras ao longo deste segundo semestre de 2016. São vários plantios.

O primeiro tem a ver com a redefinição do território “escola”. Muitos autores já analisaram do que trata o espaço escolar, enquanto organização espacial. Estudos foucaultianos sugerem as estruturas simbólicas como orientadoras da conformação da dominação contemporânea. Algo similar e mais sofisticado que o “panóptico” a penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, em que todos os presidiários sabiam que estavam sendo vigiados, mas não enxergavam quando e como, de tal maneira que acabavam por se autocensurar. O resultado é a mais brutal desestruturação mental: o medo que projeta a dissolução da vontade e auto arbítrio. As escolas, para esta linha teórica, foram montadas arquitetonicamente no século XX para gerar censura e controle. As salas são retangulares, criando uma perspectiva em funil, onde o centro do poder e do saber se localiza no espaço conferido ao professor. Neste micro espaço, a porta de saída e entrada fica ao lado do poder professoral, inibindo deslocamentos do aluno, já que teriam que necessariamente passar

– e se denunciar – pela frente da autoridade máxima. As mesas do professor são desproporcionalmente maiores que as dos alunos, justamente para sugerir seu conhecimento superior e inatingível. Cada movimento coletivo é determinado pelo professor.

O único momento de liberdade consentida pela instituição é o intervalo de aula, marcado por uma explosão de adrenalina que, não raro, flui por agressões verbais e humilhações entre alunos.

Peter McLaren, em sua obra “A vida nas escolas”, relatou práticas de desigualdade e injustiça dentro da escola, mesmo em situações cuja intenção era promover oportunidades para segmentos sociais desvalidos. Logo no início deste livro, o autor adverte: “Este livro é um convite ao questionamento do discurso humanista liberal de professores bem-intencionados, incluindo aí a minha própria prática de ensino anterior, e à revelação de sua cumplicidade com mitos dominantes sobre pessoas de cor e pessoas da classe trabalhadora, de uma perspectiva nova e crítica”.

McLaren afirma que “o grupo dominante e os grupos subordinados estratificam-se em verdadeiras castas em nossa sociedade” e sugere que a juventude negra percebe a impossibilidade de alcançar o sucesso através da educação. Vai além e sustenta que a escola é responsável pela reprodução de uma estrutura social dominada pelos homens.

Estamos, portanto, comentando a lógica de um território de seleção – por-

tanto, de exclusão – sutis. Mas, o que as ocupações de 2016 revelam? Uma inversão nesta lógica. Ao ingressar numa escola ocupada, a ordem, a preservação do patrimônio e a camaradagem são perceptíveis a cada passo do visitante. Na entrada, uma equipe de estudantes apresenta um livro de presença que deve ser assinado, ao lado do registro de seu documento de identidade. No pátio ou na área em que são feitas refeições, rodas de alunos sempre estão formadas e conversas acaloradas formam a paisagem animada. No refeitório, alunos fazem lanches e refeições adornados com tocas. Não há imposição sobre as tarefas a serem realizadas, de tal maneira que os “chefs” parecem orgulhosos do que servem.

As lideranças, a despeito de rejeitarem esta identificação, aguardam os visitantes com cadernos que recebem anotações frenéticas. Recebem visitantes como eu, mas também estudantes de outras escolas que querem saber como organizar uma ocupação.

Limpeza e segurança também são temas que geram divisões de tarefas. E a programação cultural, algo mais difícil de emplacar porque exige contato externo.

As ocupações ensinam à organização social e preservação do bem público.

Algo que as escolas brasileiras, infelizmente, nunca educam.

Aliás, as ocupações revelam as lacunas da política educacional brasileira. Uma delas é a difícil arte de dialogar. Regras são impostas e qualquer tom acima da nota padronizada é destrutada ou punida. Sem “autoridade externa”, os ocupantes precisam criar regras de tolerância e diálogo. Nada fácil e evidentemente há conflitos que muitas vezes são mediados por adultos que apoiam as ocupações. Como padres e diretores de escolas. Enfim, um aprendizado para a convivência social.

Mas há uma cultura social entre os mais jovens que se expressa mais claramente nas ocupações. Não raro, jovens LGBTQIA+³⁸ circulam, grande parte “montados” numa identificação nada sutil, e parecem se sentir absolutamente acolhidos. As lideranças são femininas. Em todas as ocupações que visitei. Delicadas, aparentemente frágeis, são consultadas para tudo e os professores e adultos apoiadores as respeitam e elogiam. Afirmam que em momentos de baixa emocional são elas que tomam as rédeas e recolocam a situação nos eixos.

Um dos déficits de sociabilidade situa-se na relação externa, com o bairro em que a escola está inserida, com as instituições e com a sociedade e seus

38 O termo original que grafiei neste artigo foi LGBTTT. Alterei para a versão mais atualizada neste início de 2021. A grafia LGBTQIA+ significa: L (Lésbicas), G (Gays), B (Bissexuais), T (Transexuais), Q (Queer, que defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social), I (Intersexo, pessoa que está entre o feminino e o masculino, em que seu desenvolvimento corporal não se enquadra na norma binária), A (Assexual, que não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero) e + (o + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como pansexuais).

tentáculos e relações complexas e contraditórias. É evidente que a rede de apoio vem de fora, nem sempre convidada pelos ocupantes, justamente porque nossa juventude fica enclausurada nas escolas como um mundo apartado, claustrofóbico. As escolas não ensinam a viver fora dos muros. E os ocupantes não possuem referências para lidar com o mundo de fora. Não possuem contatos e desconfiam das organizações históricas, já instaladas, mesmo as que representam os estudantes. Afinal, onde elas estavam antes das ocupações?

A cultura autonomista, enfim, tomou corações e mentes juvenis. A cultura de 2013 está lá, na rejeição de lideranças, na desconfiança de bandeiras e apropriações político-partidárias, nas atividades culturais e divisão de tarefas espontâneas. Numa certa microfísica da política e na utopia do presente. Mas, ao contrário de 2013, não se rejeita em absoluto o “estranho de fora”. Trata-se, ainda, de uma aproximação cautelosa, mas que se apresenta necessária.

Ocupações, então, são aprendizados. O verdadeiro sentido da educação, como nos ensinou Hannah Arendt ao afirmar que não nascemos humanos, nos tornamos humanos pela educação. Lemos para aprender com a experiência do outro registrado na linguagem. Não deveríamos ler para passar no vestibular ou no concurso porque resumiria a leitura a um ato egoísta e utilitarista, a morte do sentido de humanização que a educação enseja. Mais um desvio das escolas contemporâneas.

Um aprendizado essencial as ocupações ensinaram: o cuidado com o bem público.

Mas, há outros que parecem evidentes que nem mesmo foram resvalados.

Um deles é **a abertura da escola para o mundo social**. As ocupações só saem dos muros das escolas quando organizações externas mobilizam. Tanto pela extrema direita, quando jovens intolerantes tentam intimidar os ocupantes, como nas tentativas frustradas do MBL e Patriotas, expulsos pelos manifestantes na Escola Estadual Central de Belo Horizonte e em Curitiba; como pelas organizações estudantis, como a UBES, ou mesmo coletivos próximos de partidos políticos, como UJS ou Juntos. Os ocupantes não abriram suas bibliotecas para a comunidade. Não realizaram aulas públicas em praças do entorno escolar. Não panfletaram ou visitaram moradores do bairro. Não fizeram shows ao ar livre. Não criaram um boletim diário. Timidamente, conseguem se articular a outras ocupações. Enfim, estão distantes de maio de 1968. Este aprendizado de abrir a escola como um bem efetivamente público parece distante do ideário e compreensão dos ocupantes.

Outro aprendizado é a **formulação de um novo projeto educacional** que dê concretude ao que os ocupantes desejam e querem que a sociedade compreenda. Não se mobiliza com tal intensidade em função de uma lei. Se ocupa como afirmação da identidade juvenil.

Sua cultura, afinal, transborda da sala de aula. Evidentemente, mesmo que subjetivamente ou no lusco-fusco do subconsciente, os jovens ocupantes estão afirmando uma outra educação possível. Mas não houve, até o momento, a explicitação do que seria este novo. O esforço, neste caso, é intelectual e exige uma disciplina para sistematização dos desejos e sua tradução num programa, ainda que apenas esboçado. Algo que a pressão externa e a própria sobrevivência política da ocupação inibem ou a joga para um segundo plano. Mas, como dizia um importante Primeiro Ministro inglês, na política, o importante não é como se entra, mas como se sai. Em outras palavras, quantas tamareiras as ocupações estão plantando?

As ocupações de 2016 são diferentes das de 2015

Em 2015, as ocupações paulistas foram nitidamente autonomistas e anarquistas. Refutaram agressivamente qualquer organização externa, principalmente partidos e sindicatos. Pablo Ortellado, da USP, chegou a destacar a lógica “prefigurativa”, ou seja, a capacidade de forjar o novo no próprio processo de luta. As ocupações do ano passado foram motivadas pela reorganização das escolas estaduais, proposta da Secretaria Estadual de Educação que projetava fechamento de escolas, agrupamento de turmas de escolas diferentes e transferências em massa. Pais apoiaram a revolta de seus filhos que passaram a disseminar mensagens apaixonadas sobre suas escolas

e turmas. As ocupações começaram em 11 de setembro e vinte dias depois já atingiam mais de 200 escolas estaduais. A repressão estatal e a aproximação das férias escolares, além do recuo do governo estadual (que acabou por gerar a queda do Secretário de Educação), fez o movimento refluir lentamente. Contudo, mais de 50 escolas se mantiveram ocupadas até dia 17 de dezembro, quando a queda se acentua até início de janeiro deste ano.

Em 2016, as organizações de representação de estudantes estiveram mais presentes e aceitas pelos ocupantes. O discurso dos ocupantes parecia mais politizado, mais voltado para o acompanhamento do embate externo, mais atentos.

Após a vaga de ocupações de escolas estaduais do Paraná que em outubro chegavam a 800 escolas, é seguida por Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Em Belo Horizonte, a primeira ocupação foi liderada por estudantes da UJS, órgão estudantil vinculado ao PCdoB. O PSOL esteve presente em várias outras ocupações mineiras. Em Minas Gerais, a energia moral veio inicialmente do Triângulo Mineiro. Em meados de novembro, escolas de Uberaba, Uberlândia e Araguari permaneciam ocupadas por estudantes secundaristas. Uberaba teve quase todas suas escolas estaduais ocupadas em meados de agosto. No final de agosto, a PM iniciou intervenção nessas escolas. Mas as ocupações já invadiam o restante do Estado.

A principal diferença entre as ocupações estudantis de 2015 e 2016 foi o ideário dos ocupantes. Em 2016 foi mais plural. O que facilitou que se espraiasse para além de um município ou Estado.

A pluralidade, afinal, é a antítese da lógica autonomista porque não se concentra na formação de uma comunidade fechada, o conceito de “comum” advogada por Antonio Negri. Em seu livro “Multidão”³⁹, o autor italiano sugere o improvável: “a multidão é capaz de formar a sociedade de maneira autônoma”, numa clara esperança de substituir a classe pela multidão como demiurgo do processo civilizatório. Para tanto, vai mais longe e cria a noção de comum. Afirma, no prefácio deste livro: “na medida em que a multidão não é uma identidade (como povo) nem é uniforme (como as massas), suas diferenças internas devem descobrir o comum (*the common*) que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto”. A comunicação geraria partilha e criaria o comum. Nada mais sem fundamento no mundo concreto. Nada mais exclusivista, escatológico e abstrato. Uma intenção subjetiva que surgiria de algo amorfo, irracional e pretensamente afetivo.

Enfim, lideranças que creem no “comum” como negação do conceito de classe e organização são invariavelmente consumidas pela negação de outras possibilidades sociais e pelo niilismo em relação ao mundo da política.

Em 2016, a pluralidade de ideários possibilitou o retorno das organizações históricas. Não necessariamente as forças políticas que as dirigem no momento, mas como instâncias organizativas que possuem décadas de existência e que, portanto, se alicerçaram em acordos coletivos e práticas políticas que as legitimaram a ponto de permanecerem ao longo dos anos.

A pluralidade, assim, pode sustentar uma cultura democrática mais ampla e fugir do exclusivismo. O que acalenta a possibilidade de superarem os impasses que listei no item anterior. Só a pluralidade e o retorno da política (como os gregos originalmente conceberam a palavra, ou seja, aquele que cuida da Pólis) e pavimentam o caminho para a construção da abertura da escola para o mundo social e a formulação de um projeto universal de educação. O mundo autonomista reforça a identidade e a força política do indivíduo como protagonista, mas solapa a possibilidade de pensar projetos universais como direitos. Exclusivista por natureza, o autonomismo faz das ocupações um fim em si, como um mundo paralelo de Alice no País das Maravilhas. Não dialogando com o mundo externo, se consome na existência de poucas semanas, já que o mundo de fora é muito mais poderoso que o atomismo que pleiteia.

Enfim, os desafios permanecem enormes, mas 2016 gerou avanços organizativos e de formulação.

39 HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Multidão, Rio de Janeiro: Record, 2005.

O que temos que ter em mente é que as ocupações não são um fim em si. Forjam um método político. Mais que isto: constroem uma escola de cidadãos e de construção da cultura do respeito ao patrimônio público.

As ocupações plantam tamareiras. Não têm como vocação o momento atual. Plantam valores para outras gerações.

21. A ESQUERDA BRASILEIRA LUTA CONTRA O TEMPO

Os sinais já são claros. A economia nacional afunda. Projeta-se 4% de queda do PIB brasileiro em relação ao ano passado, já em queda. A ociosidade da indústria automobilística é de 40%. O desemprego entre jovens com até 25 anos é de 25%. A inflação aproxima-se de 8% ao ano. A oferta de crédito para empresas e famílias recuou para o patamar do final dos anos 1990.

Os pacotes econômicos, que cortam recursos para a área social, retiram o colchão de proteção que poderia frear o desamparo da grande maioria da população brasileira, pobre ou próximo da linha de pobreza. O país entra num ciclo destrutivo que raramente se viu em nossa jornada, muitas vezes desastrada.

A crise econômica já havia alimentado a crise política que deu num ato tresloucado de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Tresloucado porque irresponsável. Ao retirar um governo

Calígula, os manipuladores ficaram no centro do palco. E não tinham muito o que colocar em seu lugar. Acabaram manietados pelo que há de mais superficial e utilitarista: o Baixo Clero parlamentar e a FIESP, hoje dirigida por um declarado candidato ao sucesso político. O pacote econômico é um desastre social, destruindo pontes entre classes sociais, dinamitando expectativas de famílias pobres. Este, aliás, é o principal motivo da existência do Estado Moderno: a garantia mínima das expectativas se realizarem. Sem esta garantia, o tecido social se desmancha e a ordem passa a dar lugar ao sentimento de injustiça. Barrington Moore Jr já nos alertou que as revoltas e revoluções seguem este sentimento, que se revela seu guia para a explosão social (ver seu livro "Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta").

A crise política está caminhando aceleradamente para se tornar uma crise institucional. Para as teorias funcionalistas, instituições são estruturas sociais que "cimentam" as relações e convívio. Para tanto, precisam preservar os valores morais, as crenças e a noção dos atos corretos e consagrados pela história daquele agrupamento social. Se não se alimentam de tais crenças e valores sociais, as instituições falem e o mundo social entra em colapso. O Brasil já mergulha nesta direção. Pesquisa feita pelo Latinobarômetro indica que apenas 3% dos brasileiros confiam nos brasileiros. Num campo desarticulado como este, nada pior que um conflito aberto entre os poderes da República. E é justamente isto que foi verificado nos últimos dias.

Juízes e promotores declararam guerra ao Senado que estaria tramando restringir suas ações. O judiciário, de fato, exorbita suas funções e se apresenta como demiurgo da sociedade brasileira, mas o impulso do Senado é de atá-lo de vez para que não possam incriminar políticos (que sustentam o governo federal).

Por seu turno, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, pauta numa votação noturna justamente este pacote atacado pelo judiciário e MP. E é traído. O jornal Estado de São Paulo revela na edição desta manhã do primeiro dia do último mês do ano que foi justamente o PSDB, sob a batuta do seu presidente nacional, o senador mineiro Aécio Neves, que orquestrou esta antecipação de pauta. Traiu Renan Calheiros para não se expor ou para expor o Presidente do Senado ao ridículo.⁴⁰

Paralelamente, articula-se para os próximos dias atos nacionais, organizados pela direita brasileira e apoiada por órgãos da grande imprensa nacional, pela queda de Temer e contra este projeto que limitaria as ações da Operação Lava Jato.

E onde fica a esquerda brasileira?

Após passar pela avalanche do impeachment da Presidente Dilma

Rousseff, a esquerda foi, ainda, pressionada pelas eleições municipais. Com exceção do desempenho desastroso do PT (que perdeu 60% do total de prefeituras que governava), a esquerda não foi um fracasso generalizado. Mas, sem o PT, retornou à situação dos anos 1990.

Rapidamente, foram forjadas diversas propostas para sua rearticulação. Algumas são mais conhecidas, como a formação de uma Frente de Esquerdas (ao estilo uruguaio), adoção de prévias para escolha do candidato à Presidência da República ou convocação de uma Constituinte Nacional.

Ocorre que o tempo político acelerou. As manifestações voltam às ruas depois de dois meses de processo eleitoral. E, agora, retorna a disputa pela hegemonia ou catalisação da insatisfação popular que promete ser gigantesca em 2017. Sem lastro no campo institucional, as manifestações podem se tornar um amplo movimento niilista, com possibilidades catastróficas para a política nacional. Algo semelhante ao que ocorreu recentemente nos EUA, onde a direita soube hegemonizar a crítica e frustração popular.

Enfim, à esquerda resta pouco tempo. Depois da importante manifestação em Brasília⁴¹, que não conseguiu

40 Ver matéria "O PSDB foi o principal articulador de urgência do pacote anticorrupção": <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-foi-principal-articulador-de-urgencia-de-pacote-anticorruptao,10000091838>.

41 No final de novembro de 2016, ocorreu em Brasília um protesto de estudantes e ativistas políticos contrários à Proposta de Emenda à Constituição (55), que limita os gastos do governo pelos próximos 20 anos, aprovada em primeiro turno no Senado no dia 29. Placas de trânsito e de identificação de ministérios foram quebradas, luminárias arrancadas, orelhões danificados, caixas de correio e grades destruídas. Alguns veículos foram queimados. O ato, de acordo com a Polícia Militar, reuniu cerca de 10

conter as lealdades espúrias entre senadores, terá que ser ainda mais vigorosa e didática.

O que está em disputa é a liderança da onda de insatisfação popular.

Ou a esquerda se recompõe ou perderá a próxima década para uma direita irresponsável, ignorante e com penhores fascistas.

Terá que aprender a trocar pneus com o carro andando.

22. FORTUNA, A DEUSA, PUNE O GOVERNO TEMER

Eu afirmava, durante todo ano de 2015, que não acreditava que gente experiente como os peemedebistas iria até o limite, levando à cabo a ameaça do afastamento de Dilma Rousseff. Não havia inteligência política neste ato. A roda da recessão, armada com um pacote levyano, não teria como ser barrada em pouco tempo, nem com cortes suicidas como os atuais. Suicidas porque desintegram o parco mercado interno em formação recente e criam um ambiente de conflito e revolta que afasta investidores externos. Dependente do mercado internacional, em especial, da China e EUA, o Brasil não teria futuro promissor.

Do ponto de vista estratégico, o ideal para os peemedebistas de opo-

sição seria sangrar o governo Dilma e chegar em 2018 com várias opções do bloco que, afinal, governa atualmente o país (PMDB, PSDB, FIESP e Baixo Clero espalhado por várias siglas partidárias). O cenário seria um pouco melhor que o de 2015 (segundo projeções do FMI). Contudo, o que contou foi a ganância, ao estilo Serra. E deu no que deu.

Agora, temos o PMDB sendo exposto em todos seus movimentos insinuantes pelos escaninhos das negociações privadas. E, pior, levando junto Alckmin e Skaf.

Teria valido a pena? Evidentemente que não.

Para se safar por algum tempo, com os ponteiros do relógio correndo soltos, terão que agir como Renan Calheiros, ditando ao STF como e quando fazer o que lhe convém. Assim, o desvelamento do estilo coronelístico e o degelo da legitimidade das instituições públicas ficam estampados nas manchetes dos jornais.

Aqui, faço uma pausa para explicar o que são instituições. Há muita confusão no discurso rocambolesco que tomou o Brasil nos últimos tempos. Instituições não são pessoas, mas "sistemas" (na origem da palavra, em latim) que instituem regras de funcionamento social. Linguagem é uma instituição. Família, Estado, e assim por diante. Isso significa que um eventual acordo envolvendo Renan Calheiros, Carmen Lúcia

e Michel Temer não debela uma crise institucional porque não se trata de um acordo personalizado que garanta a estabilidade desses sistemas. O que garante a estabilidade é sua legitimidade, plasmada no diálogo e reflexo dos valores e crenças da sociedade civil.

Então, formamos uma espécie de roda d'água, daquelas antigas, em que a força da água canalizada (os valores sociais) cai sobre as pás do moinho, fazendo a roda girar (as instituições). Quando a água é desprezada por uma instituição, ela caduca e se deslegitima, deixando a roda inerte. É exatamente o que o acordo entre os 3 poderes, realizado nesta semana após Renan Calheiros desautorizar a decisão do ministro Marco Aurélio, gerou. Basta uma olhadela nas manchetes de todos os jornais nacionais e vários internacionais para perceber que não se debelou crise alguma. Um artigo de um colunista da Folha de S. Paulo cita os glúteos do STF que teriam sido mostrados às crianças. Algo mais desmoralizador que esta figura de linguagem?

Então, voltemos ao bloco no poder. Eu dizia, há alguns meses, que o tempo dissolveria este bloco porque absolutamente apartado da sociedade. Metade do ministério de Temer é composto pelo Baixo Clero, aquele que não passa de um projeto de alimentação de suas bases sociais. Em suma: não tem projeto para o país, mas para si. A outra banda do bloco no poder acredita numa utopia pouco engenhosa: ao destruir o Estado Social brasileiro - justamente um dos países mais ricos e desiguais des-

te planeta - nos tornaremos prósperos. Evidente que até criança que ainda masca sua chupeta sabe que isto não tem sentido algum.

Enfim, PMDB, Alckmin (a bola da vez) e a FIESP de Skaf expuseram suas biografias porque assim o desejaram. Foram inábeis. O rei está nu (não seria tão profundo quanto o artigo do colunista da Folha).

A deusa Fortuna, dizia Maquiavel, tem que ser cortejada. Caso contrário, pune o malfeitor, o desajeitado, o despreparado, o deselegante. Fortuna, não há dúvidas mais, está punindo o governo (e o bloco político que o sustenta) mais desastrado da história de nossa República. Pouco sedutor, amarga o pior índice de popularidade (segundo a coluna de Lauro Jardim) dentre todos os Presidentes da República brasileira.

E, assim, a história desfila por seus jardins.

O Brasil tem tudo a temer.

ANO 2017

23. O DURO AMADURECIMENTO DO NEOPETISMO

O PT passou por fases muito distintas em sua história. Evidentemente, aqueles que vivenciaram qualquer das fases tendem a avaliá-la como a melhor de todas. Mesmo assim, é sempre importante uma revisão geral.

A primeira fase foi a dos anos 1980 e que declinou no início dos anos 1990. Foi a fase de partido-depositário das principais lutas sociais e libertárias

do período, do assembleísmo, dos mandatos populares, do consenso progressivo. A lógica era definida pelo amálgama entre as comunidades de base e as células de organizações que não estavam mais na clandestinidade. Havia, ainda, os autonomistas da época (parte dos intelectuais petistas paulistas) e sua revista *Desvios*⁴²; Bourdieu (referência de parte dos intelectuais do RJ), o eurocomunismo, a agenda ambientalista dos verdes alemães, a crítica da esquerda europeia ao modelo soviético.

42 A revista *Desvios*, editada entre 1982 e 1985, teve quatro edições. Os dois primeiros números foram editados artesanalmente e os dois últimos (dezembro de 1984 e agosto de 1983), pela editorado Paz e Terra. A revista propunha uma revisão crítica do marxismo apoiada nos conceitos da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e de autonomia, este último, inspirado nas produções de Cornelius Castoriadis. Dentre os principais participantes desta corrente, destacavam-se o sociólogo Eder Sader, a filósofa Marilena Chauí, o ativista Herbert Daniel, os historiadores Amnérís Maroni e Marco Aurélio Garcia, entre outros.

Nos anos 1990, uma reação paulista reforçou a burocracia interna e o comando mais centralizado. Liderada por setores de classe média e nitidamente intencionada a se constituir como profissionais da política, esta articulação difusa recriou o PT e o tornou mais próximo da lógica de partido de quadros com toques de arrivismo personalista. Esta lógica relativizou os debates internos, a participação real da militância no processo de tomada de decisão partidária e aproximou-se aceleradamente do alto empresariado com a motivação para se tornar competitivo na disputa eleitoral.

A vitória de Lula remodelou novamente a lógica partidária, agora subordinada à defesa e ao financiamento estatal. Este é o momento de emergência dos deputados federais como força autônoma, alicerçada em um amplo "staff" de assessores e uma capacidade invejável de atrair prefeitos com a possibilidade de lhes abrir a porta dos convênios federais.

A última fase é a da derrocada de parte significativa dos dirigentes que tomaram a direção partidária nos anos 1990. Lula ficou praticamente sozinho, um coringa que se transformou em principal trunfo partidário. A idolatria passou a ser o "leitmotiv" dos militantes, agora reduzida à massa seguidora e de defesa. Grande parte desta militância revela um despreparo em sua formação política que depõe contra toda história do PT. Não sabem ao certo o que o parti-

do defendia ou o motivo de sua criação. Confundem socialdemocracia com socialismo, com liberalismo e corporativismo. Destilam uma defesa ingênua dos anos Lula, com temor.

É desta fase que aparecem no horizonte dois tipos de petista de baixo voo político e parca capacidade crítica. O primeiro, o militante das redes sociais. O segundo, no meio acadêmico.

O neopetismo das redes sociais é uma imagem invertida do ativismo de extrema direita que também viceja nas redes sociais. Mais adrenalina que valores morais ou éticos, esta militância grita, dissemina informações forjadas, mas quase sempre se revela em profunda depressão ou luto. Para se sustentar, sugere que o golpe que derrubou o governo Dilma foi forjado por humanos com inteligência e recursos superiores que tramaram durante anos um golpe perfeito. Contaram com apoio dos EUA e de forças internacionais voltadas para a conspiração de direita. Uma força assim, irresistível, não teria como sair perdedora o que soa como senha para a absolvição de todos os erros cometidos na última década. "Sofremos o golpe não por nossos erros, mas por nossos acertos" é a cantilena mais empregada para embotar a militância e manter uma direção partidária raquítica e já testada na sua incompetência.

Na outra ponta, a da academia, a situação parece similar. Aqui, aparecem pesquisadores medianos, de pouco relevo intelectual e ainda muito jovens, que

se perdem entre o identitarismo fragmentário e a depressão de sempre. A mais nova declaração de angústia veio nesta semana, com a mensagem imprópria e desajeitada de Temer a respeito do Dia Internacional da Mulher⁴³. O neopetismo depressivo chegou a postar que "engana-se quem avalia que o discurso de Temer é desprovido de sentido". Evidentemente que todo discurso tem um sentido. Mesmo que seja para si, como no caso de uma profunda neurose. Temer deve ter falado para alguns de sua família. Mas, alguém em sã consciência avalia que uma frase machista e desajeitada conseguirá bater a sua nanica popularidade? Ou que debelará a queda de indicadores econômicos e sociais? Será mais forte que a projeção de crescimento de 0,2% do PIB realizada pelo FMI? Será suficiente para desmanchar a greve do dia 15?

Enfim, o PT entrega-se aos dilemas psicológicos de quem sofre com a perda. A perda, se não trabalhada, gera um trauma que deixa marcas na estrutura mental. É o que estamos presenciando no momento. Pode gerar pânico e, portanto, imobilismo. Mas, se superada, amadurece e cria uma capa nas costas para aguentar novas chibatadas, como

sugeria alguns ícones da esquerda mundial.

O PT está numa encruzilhada (entre apoiar Rodrigo Maia e gerar uma alternativa à esquerda) e precisa dizer, de uma vez por todas, a que veio. Ao menos, como satisfação aos seus eleitores. Aqueles que, hoje, votam mais pelo passado que pelo presente.

24. A NECESSÁRIA RECONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ESQUERDA

Desde o débacle do projeto rooseveltiano lulista – apoiado num nítido pacto de conciliação de interesses de classe e no necessário ambiente social de paz para atrair investimentos -, em virtude da recusa ao pacto por setores do alto empresariado (em especial, paulista), a esquerda brasileira se debate para fundamentar um programa de retomada do ciclo de desenvolvimento. Toda discussão gira ao redor da lógica econômica e ação do Estado. Política sociais, infelizmente, entram na roda de discussões pela porta dos fundos, ou seja, a partir

43 No dia 8 de março de 2017, no Palácio do Planalto, o então presidente Michel Temer disse que no Brasil a mulher ainda é tratada como uma figura de segundo grau, quando na verdade ocupa o primeiro grau em todas as sociedades. E, emendou: "E eu digo isso com a maior tranquilidade porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa. O que faz pelo lar, o que faz pelos filhos e, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isto quem faz não é o homem, quem faz é a mulher. A queda da inflação que nós estamos assistindo, a queda dos juros, o superávit recorde da nossa balança comercial, o crescimento do investimento externo, tudo isso significa empregos e significa também que a mulher, além do cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego".

da definição sobre Estado e Economia. Lembremos, de início, que desenvolvimento não se resume ao crescimento econômico, mas à equidade social e aumento do protagonismo das estruturas de representação social na formulação e condução de políticas públicas (tal como sugerida na Agenda 21).

O fato é que as esquerdas brasileiras não conseguem, até aqui, superar a lógica neodesenvolvimentista (que, necessariamente, levaria à alguma modalidade de pacto social) ou, no máximo, algum programa fundamentado nas teorias de Michal Kalecki, autor polonês que desenvolveu pioneiramente algumas teorias que seriam, mais adiante, base das concepções keynesianas.

Fora deste eixo, há poucos anúncios de políticas isoladas (como a auditoria da dívida externa ou adoção do imposto progressivo), mas quase todas não engendram uma concepção unificada e orgânica de um programa nacional (muito menos a de um projeto nacional). Quase sempre, tais sugestões são incorporadas ou refutadas pelos programas neodesenvolvimentistas. O país, neste terreno, patina, o que é preocupante na medida em que o programa neoliberal esboçado pela FIESP e acalentado pelo PSDB fracassa a olhos vistos no Brasil e em vários países latino-americanos (como Argentina) e europeus (em especial, os considerados periféricos, como Portugal, Espanha e Grécia).

Minha intenção é esboçar, ainda que de relance, os contornos da agen-

da kaleckiana e neodesenvolvimentista. Começemos por Kalecki.

Michal Kalecki nasceu em Lodz, Polônia, em 1899 e faleceu em Varsóvia, em 1970. Seu primeiro título acadêmico foi obtido aos 57 anos de idade, como reconhecimento do governo polonês, que o nomeou professor universitário. Foi um autodidata. Exerceu altos postos na ONU e no governo polonês (quando desenvolveu suas teorias sobre a importância da gestão da economia socialista via conselhos operários).

Entre 1933 e 1935 publicou ensaios econômicos que, mais tarde, seriam acolhidos como precursores das teorias desenvolvidas por Keynes. Resumidamente, o autor polonês explicitava os ciclos econômicos, aplicando modelos matemáticos para desenhar sua lógica e reprodução. Adotou nitidamente conceitos marxistas, principalmente o de concorrência imperfeita. Em 1933 publicou “Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico”. Kalecki já havia publicado três estudos que constituíram a primeira formulação precisa e sistemática do papel da demanda efetiva no processo de reprodução capitalista, antes das formulações keynesiana. Assim como Keynes, Kalecki sugere a contínua flutuação econômica no capitalismo, que estaria relacionada às oscilações na demanda que, por seu turno, teria relação com subinvestimentos (ou excesso de acumulação que geraria um ciclo recessivo). As oscilações na demanda real – frente à demanda potencial – estariam, então, vinculadas à variação do nível do estoque de ca-

pital e do investimento na determinação do nível de produto nacional da economia. Sustentação do investimento, este seria o X da questão. Se a taxa de salário (isto é, o salário por trabalhador) não se altera, então, quanto maior a produção, maior o emprego de força de trabalho e, portanto, maior o montante de salários; logo, este último depende da produção. O que parece óbvio é totalmente ignorado pelo atual (des) governo Temer.

Já o “novo-desenvolvimentismo” destaca a concepção de estado ativo na persecução do desenvolvimento econômico e social, rejeitada pelos ortodoxos neoliberais. O “novo” desenvolvimentismo tem algo da agenda liberal quando criticam a associação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária. Uma espécie de bom-mocismo economicista para dialogar com o mercado e manter certa lógica relacionada à diplomacia com credores. O problema é que esta crítica não se sustenta. Um exemplo é o período Vargas, marca da lógica estatal desenvolvimentista. Nunca houve ausência de preocupação com a estabilidade monetária, fiscal e cambial durante suas gestões. O primeiro governo Vargas priorizou o equilíbrio fiscal. Cito passagem do ensaio de Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”⁴⁴:

“...o intervencionismo começou na própria cafeicultura novos impostos para desestimular a produção (pagamento em espécie de 20% do café exportado, em 1931, e posteriormente 1 mil-réis para cada cafeeiro plantado no estado de São Paulo). Essas medidas, ao mesmo tempo, auxiliavam na expansão das receitas para financiar a compra, estocagem e posterior destruição do café. Com isso, o governo lançou mão de políticas para aumentar a produção e sustentar a demanda, antecipando na prática as teses keynesianas, como bem interpretou Furtado (1977) em sua análise clássica. Mas estas não foram definidas “irresponsavelmente”, porque acompanhadas de medidas visando centralizar e a aumentar a arrecadação, inclusive institucionais, tanto por via democrática, como a reforma tributária de 1934, quanto a forma autoritária, e em maior envergadura, na Carta Outorgada de 1937.”

Outra superação que os neodesenvolvimentistas procuram organizar é a da política de substituições de importações, com adoção de “políticas defensivas na balança comercial”. Ainda, segundo os autores citados acima: “a estratégia ortodoxa responsabiliza o mercado pelo desenvolvimento, enquanto a desenvolvimentista vê o estado sempre necessário, embora propondo, regulamentando e intervindo de forma diferente conforme a conjuntura, as necessidades específicas e o projeto nacional desejado pelo país.”

44 MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho/2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>>.

Assim, a política econômica adotada deveria aumentar o nível de demanda agregada para criar um ambiente estável que estimule os empresários a realizar novos investimentos, garantindo um mercado forte, mas regulado para garantir que a concorrência não leve à concentração ou monopólio, com desemprego, falências, aumento de preços e redução da qualidade dos produtos. Estado orientador para enfrentar a vulnerabilidade externa, para facilitar a transferência de tecnologia e sua absorção pelo aparelho produtivo, através de um sistema nacional de inovação, e para auxiliar na qualificação dos trabalhadores e nas transformações produtivas. Daí surge, por exemplo, o uso de parte das reservas cambiais (pouco mais de 10% do seu total) para garantir os lucros do setor bancário e, assim, debelar a resistência à queda das taxas de juros.

Não conseguimos superar esta lógica que já está estabelecida nas esquerdas brasileiras desde os anos 1990. Para além delas, reafirmo, há anúncios de iniciativas muitas vezes desconectadas ou principismos escolásticos que não chegam a formatar um programa de reorganização da economia.

Precisamos, enfim, avançar nas discussões.

25. O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 1: A LÓGICA DO BAIXO CLERO NA GESTÃO DE MINAS GERAIS

Uma das características marcantes da Velha República era a fragmentação territorial, comandada pelo coronelismo local. Num livro clássico, Victor Nunes Leal⁴⁵ esboça os contornos desta prática em sua origem. O coronelismo seria a retomada do poder territorial oligárquico ao longo dos grotões brasileiros tendo em candidaturas ao Congresso Nacional os aríetes das chefias rurais locais no interior do Estado. Nunes Leal sugere que esses estafetas seriam tentativas de garantia de seu poder dado o avanço das estruturas e normas burocráticas e legais do Estado Nacional. Uma espécie de vislumbre das necessidades de atualização do conservadorismo rural em meio à modernização, ao estilo de Don Fabrizio Corbera, Príncipe de Salina, personagem central da obra de Tomasi di Lampedusa⁴⁶.

Tancredo Neves era uma liderança. Nascido no início do século XX, soube se forjar a partir das relações interiores, dos laços de amizade costurados com a militância religiosa. Foi um ativo membro da Ordem Terceira de São Francisco, desde os 16 anos. Participou das Procissões do Enterro de Jesus morto, de 1926 a 1984. Esta é a origem da teia subterrânea de prestígio e vínculos sociais pela qual o avô de Aécio se tornou

45 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

46 LAMPEDUSA, Giuseppi Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

notável. Porém, a tradição se mesclou com a ousadia política. Antes mesmo de se tornar vereador em São João del-Rei (em 1935, quando tinha apenas 25 anos), Tancredo sofre sua primeira prisão por apoiar a revolta paulista, autointitulada “Revolução Constitucionalista”, que se confrontava com o governo getulista. Não foi a única. Esta é justamente a ausência em Aécio Neves: ousadia política. A falta de ousadia tem relação, possivelmente, com a falta de ideário. O projeto de Aécio confunde-se com sua ambição pessoal. Assim, seu tipo de liderança é discreto.

Se em Tancredo havia uma forte presença em qualquer localidade em que aparecia, em Aécio, o núcleo central é sempre formado pelas lideranças locais, nem sempre oriundas da mesma corrente política. Aliás, muitas vezes, Aécio se tornava o facilitador da unidade de forças locais contrárias.

Com efeito, o que poderia ser denominado de aecismo é mais um mosaico de lideranças territoriais, ao estilo Velha República, que são amarradas pela presença providencial – no sentido de alimentar a fome de recursos e obras das oligarquias dos grotões – desta sóbria figura. Algo como um patrono que oferece emendas parlamentares para subsidiar hospitais (uma das bases político-profissionais do aecismo no interior mineiro).

É desta rede que nasceram os comitês “Lulécio” e “Dilmasia”. O que garantiu o discurso tucano ao grande público

e a aliança amena e semiclandestina nas regiões encobertas por montanhas.

Enfim, Aécio não se construiu politicamente como alguém de vanguarda, um formulador, um ponta de lança. Foi um aparador, um traço tênue de amarras que se sustentava em recursos materiais para alicerçar lideranças locais. Sem recursos, nada feito.

O aecismo nunca teve alma. Sempre foi oco. Embora tenha se inclinado, desde o início, para a direita.

Aécio ingressa na campanha ao governo estadual mineiro pelas mãos do PP, mais precisamente, pela costura promovida por Alberto Pinto Coelho. Foi necessário demover Itamar Franco da postulação à sua reeleição para que o festejado Presidente da Câmara de Deputados entrasse em campo.

O PP foi um dos esteios partidários do aecismo, facilitado pela proximidade familiar de Aécio com Francisco Dornelles. Dornelles, desde 2003 filiado a este partido, era sobrinho de Tancredo Neves, de quem foi Secretário de Finanças de Minas Gerais em 1959, quando iniciou sua carreira política. Quando seu tio foi primeiro-ministro, Dornelles foi seu secretário particular. Função que mais adiante seria assumida por Aécio Neves.

Além do PP, Aécio Neves se apoiou nos préstimos do DEM. Muitos analistas sugerem que o DEM se forjou em Minas Gerais pelas mãos do neto de Tancredo. Não seria, portanto, coincidência que o primeiro suplente e primeiro na lista de

suplência para assumir o lugar de Aécio Neves no Senado Federal, seja o mineiro Elmiro Nascimento (DEM). Na verdade, seu suplente original seria o então presidente estadual do DEM, deputado federal Carlos Melles, que desistiu da indicação e apontou Nascimento para o seu lugar.

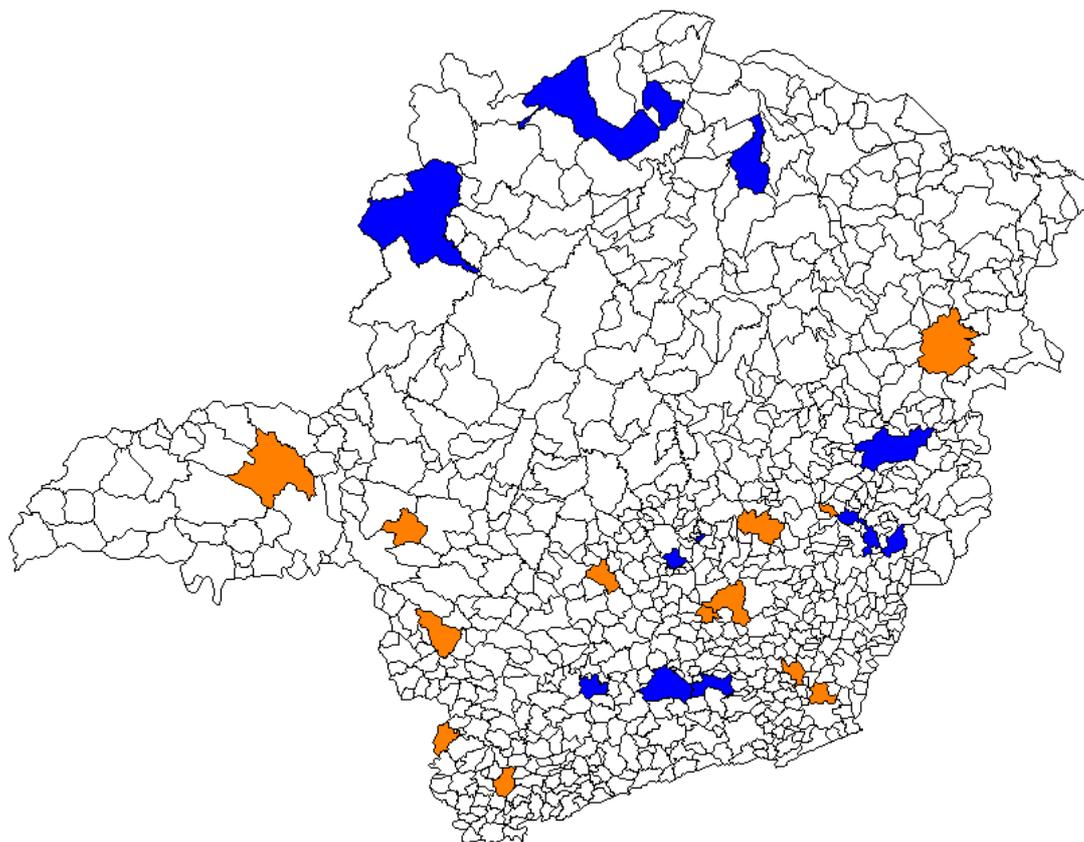
DEM e PP formam a tríade de sustentação partidária de Aécio Neves em Minas Gerais. O terceiro partido é o de sua filiação, o PSDB. Contudo, os tucanos mineiros parecem menos fiéis – ou dependentes – da figura de Aécio Neves que os conservadores PP e DEM. No PSDB mineiro, Aécio Neves criou arestas durante as eleições de 2014, quando preteriu a candidatura natural do tucano Marcus Pestana a partir do acordo realizado com os tucanos paulistas, que indicaram o ausente Pimenta da Veiga, que seria massacrado pelo petista Fernando Pimentel nas eleições daquele ano. Aécio traiu, também, outro candidato apontado como natural de suas hostes: o deputado Dinis Pinheiro, ex-Presidente da Assembleia Legislativa mineira. Dinis, embora filiado ao PP, era oriundo do PSDB, o que diminuiu o peso da traição nas decisões deste partido em relação à aliança com Aécio. Contudo, a partir daí, por diversas vezes, lideranças do PP plantaram notícias na imprensa mineira de possível rompimento político.

A proximidade político-eleitoral de Aécio com PP e DEM pode ser verificada na trajetória eleitoral em Minas Gerais.

Desta forma, é importante considerar as coligações que foram efetivadas pelo PSDB em Minas Gerais na “era Aécio”, tanto nas eleições municipais quanto nas eleições parlamentares.

Considerando as eleições municipais nas cidades-polo mineiras, no período de 2004 a 2012, ou seja, as 138 disputas eleitorais, percebemos que o PSDB se coligou prioritariamente com o PP (75 disputas) e com o PFL/DEM (72 disputas). Em seguida, temos PTB (68 disputas), PV (60 disputas), PDT (58 disputas) e PSC (58 disputas).

Imagem 1 - Prefeituras conquistadas pelo PSDB (em azul) e pelos partidos coligados com o PSDB (em laranja) em 2004

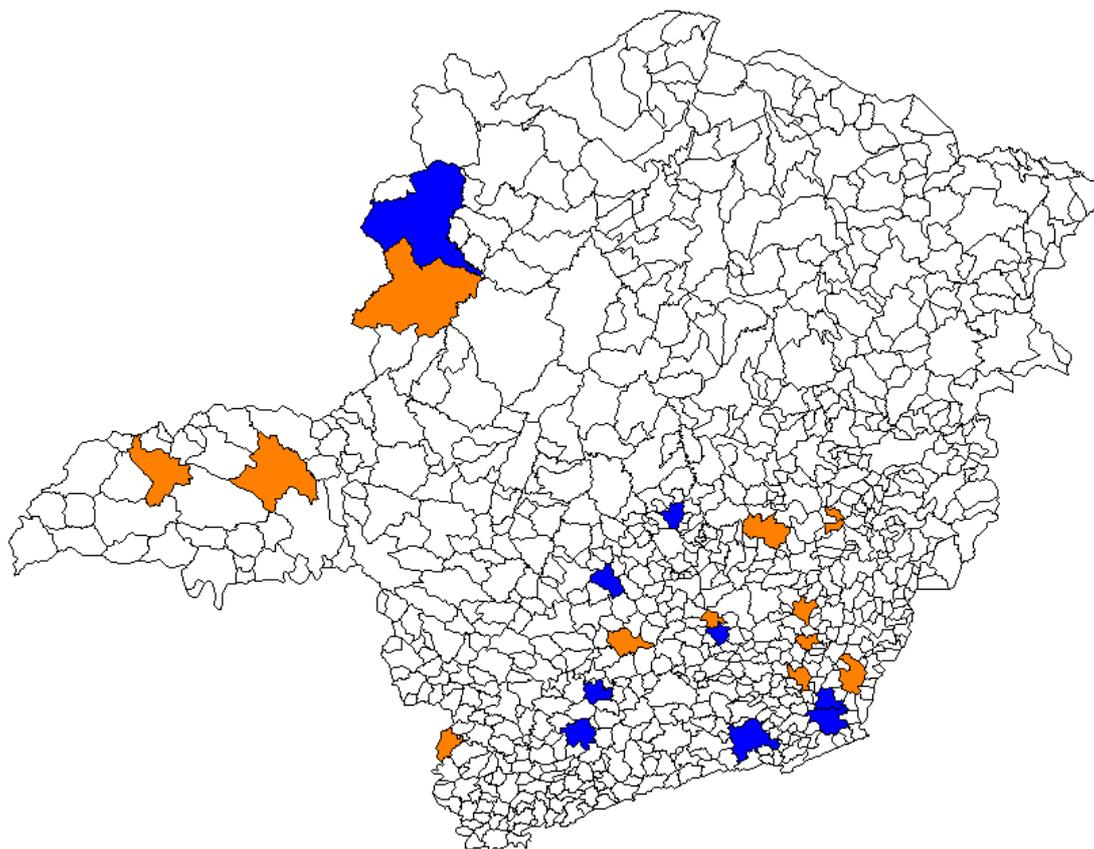


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Livro: RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos de Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 118.

Em 2004, o PSDB e aliados conquistaram 23 prefeituras: Araxá (PP), Barbacena (PSDB), Betim (PSDB), Caratinga (PSDB), Cataguases (PMDB), Congonhas (PT), Divinópolis (PTB), Governador Valadares (PSDB), Ipatinga (PMDB), Itabira (PL), Janaúba (PSDB), Januária (PSDB), Lavras (PSDB), Ouro Preto (PMDB), Passos (PDT), Poços de Caldas (PFL), Pouso Alegre (PL), São João Del Rei (PSDB), Teófilo Otoni (PT), Ubá (PFL), Uberlândia (PP), Unaí (PSDB) e Vespasiano (PSDB).

Em 2008, foram 22 prefeituras: Cataguases (PSDB), Congonhas (PT), Conselheiro Lafaiete (PSDB), Divinópolis (PSDB), Ipatinga (PMDB), Itabira (PR), Ituiutaba (PMDB), Juiz de Fora (PSDB), Lavras (PSDB), Leopoldina (PSDB), Muriaé (PP), Oliveira (PMDB), Paracatu (PMDB), Poços de Caldas (PPS), Ponte Nova (PTB), Sete Lagoas (PSDB), Timóteo (PDT), Três Corações (PSDB), Ubá (PT), Uberlândia (PP), Unaí (PSDB) e Viçosa (PSDC).

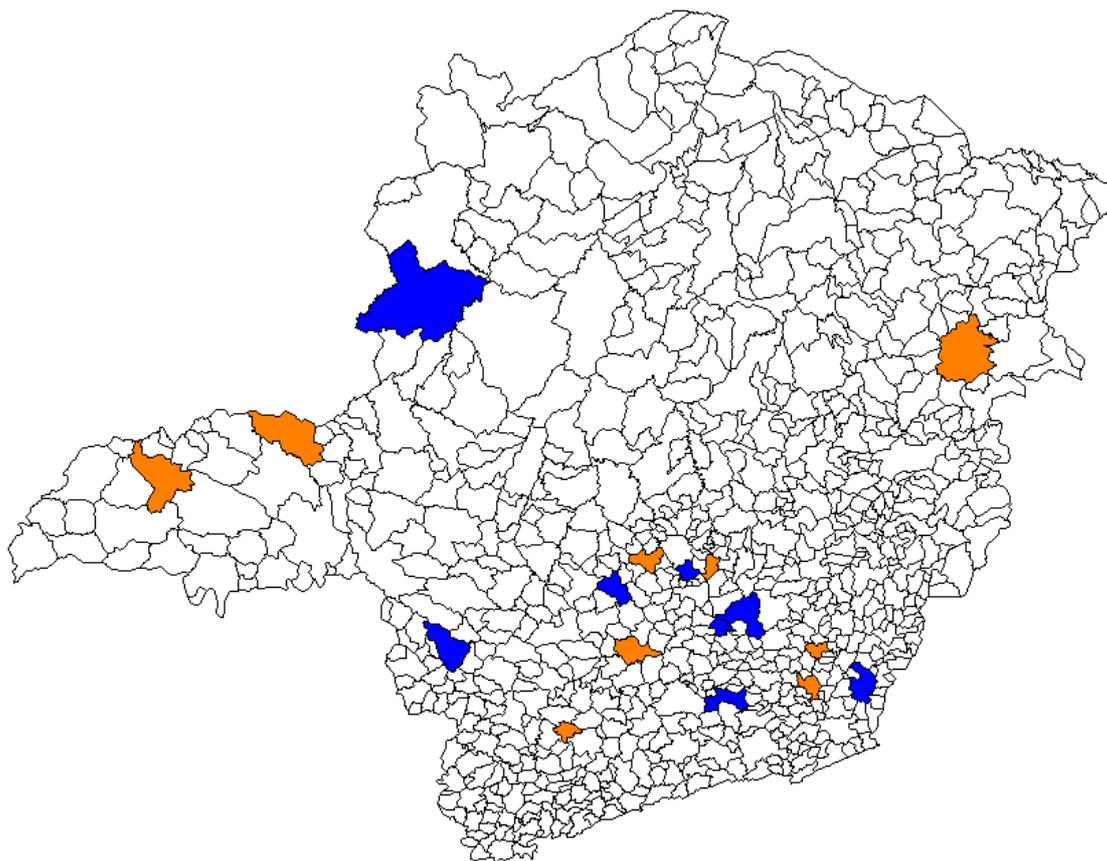
Imagem 2 - Prefeituras conquistadas pelo PSDB (em azul) e pelos partidos coligados com o PSDB (em laranja) em 2008



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Livro: RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos de Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 119.

Em 2012, o número caiu para 17 prefeituras: Araguari (PP), Barbacena (PSDB), Belo Horizonte (PSB), Betim (PSDB), Congonhas (PSDB), Divinópolis (PSDB), Ituiutaba (DEM), Muriaé (PSDB), Oliveira (PTB), Ouro Preto (PSDB), Pará de Minas (PMDB), Paracatu (PSDB), Passos (PSDB), Teófilo Otoni (PMDB), Ubá (PT), Varginha (PTB) e Viçosa (PR).

Imagem 3 – Prefeituras conquistadas pelo PSDB (em azul) e pelos partidos coligados com o PSDB (em laranja) em 2012



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor. Livro: RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos de Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 120.

Nas eleições parlamentares do período de 2002 a 2014, o PSDB em Minas Gerais se coligou prioritariamente, com o PFL/DEM e com o PP. Tanto nas eleições para deputado estadual quanto para deputado federal, o PSDB se coligou com o PFL/DEM nas 4 eleições (2002, 2006, 2010 e 2014) e com o PP em três eleições (2006, 2010 e 2014). Nenhum outro partido esteve na coligação do PSDB mais de uma vez durante este período, nas eleições para deputado estadual. Nas eleições para deputado federal, o PAN e o PR aparecem duas vezes na coligação do PSDB, durante este período.

Através da análise das coligações que foram efetivadas pelo PSDB em Minas Gerais, tanto nas eleições municipais quanto nas eleições parlamentares, percebemos que os partidos que mais se coligaram com o PSDB em Minas Gerais, ou seja, que juntamente com o PSDB conferiram sustentação ao governo Aécio Neves, foram principalmente o PFL/DEM e o PP.

Em suma, o aecismo mineiro foi sempre inclinado à direita. Neste sentido, o Choque de Gestão – a marca fantasia para a adaptação da Nova Gestão Pública do

Reino Unido – foi filtrado por esta trama de lideranças locais, conservadoras, que sustentaram o aecismo desde o seu início.

26. O “ESQUEMA AÉCIO” – PARTE 2: O CHOQUE ENTRE O TÉCNICO E O POLÍTICO

Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu uma reforma da organização pública. Para tanto, criou o ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), liderado pelo economista Bresser-Pereira. Em suas palavras, o novo ministro sugeria a montagem de uma administração pública moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo, flexibilizando o estatuto da estabilidade dos servidores públicos, de forma a aproximar os mercados de trabalho público e privado.

Logo adiante, a despeito da reação negativa de servidores públicos, foi publicada a emenda constitucional da reforma administrativa, seguida da publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. A reforma administrava ganhava, assim, um apelido: administração gerencial, mais tarde, Estado Gerencial. A reforma proposta por Bresser-Pereira se alicerçou em dois documentos básicos: a Emenda Constitucional 19 (de abril de 1998) e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), ambos adotando como referência experiências

recentes em países da OCDE, principalmente o Reino Unido, denominada Nova Gestão Pública. Refutando o que denominava a proposta de Estado Mínimo como irrealista, Bresser sugeria que a reforma reduzisse o Estado, limitando “suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador, ampliando suas funções no financiamento de atividades que envolvam externalidades ou direitos humanos básicos e na produção da competitividade internacional das indústrias locais”. O foco original da reforma administrativa era a orientação para o cidadão e para a obtenção de resultados, além de adotar o princípio de que políticos e funcionários públicos merecem um grau limitado de confiança, o princípio da descentralização e o incentivo à criatividade e inovação, além da adoção do contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.

Esta digressão inicial tem por objetivo dar breves contornos à referência original desta política mineira, apresentada publicamente como original.

Em junho de 1995, foi instalada a Câmara de Reforma do Estado que tinha o objetivo de formular políticas, aprovar programas e acompanhar as atividades relativas à Reforma do Estado. Competia à Câmara estabelecer as diretrizes para a política de Reforma do Estado e, entre outras atribuições, promover e acompanhar as parcerias, intra e intergovernamentais nas atividades de Reforma do Estado. Antonio Anastasia era Secretário Executivo do Ministério do Trabalho

neste ano, o que lhe possibilitou participar do Comitê Executivo da Câmara de Reforma do Estado, da qual o Ministério do Trabalho fazia parte.

O MARE tinha reuniões frequentes com este comitê, o que possibilitou uma aproximação de Anastasia com o Ministério. Anastasia contribuía e, quando necessário, trabalhava diretamente com a equipe do MARE, ajudando-os principalmente na concepção jurídica que estava por trás da reforma.

O futuro secretário de governo mineiro assumiu, assim, uma assessoria jurídica informal de Bresser-Pereira, assessorando-o principalmente na formulação da lei das Organizações Sociais. Em 2001 ele retorna a Belo Horizonte e volta a lecionar na UFMG, mas, no ano seguinte é solicitado por Aécio Neves de trazer novas ideias sobre gestão pública em seu Programa de Governo para Minas Gerais. Após a vitória de Aécio Neves, Anastasia assume a coordenação da equipe de transição e, em 2003, toma posse como Secretário de Planejamento e Gestão, onde estruturou e conduziu, no plano administrativo o Programa “Choque de Gestão”, apresentado por Aécio Neves como a principal plataforma de seu governo. O Choque de Gestão começou a ser estruturado ainda no período de transição, sendo que no primeiro mês do governo de Aécio, as leis delegadas já estavam sendo ditadas.

Em 2002, no final do governo de Itamar Franco em Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais –

BDMG realizou um estudo denominado “Minas Gerais do Século XXI” que se tornou um dos pontos de partida do projeto “Choque de Gestão”. O estudo destacava a necessidade de um “verdadeiro choque de gestão”, expressão que foi incorporada nos programas de governo de Aécio Neves. O estudo contava com um capítulo que fazia uma análise e diagnóstico da administração pública mineira. O Choque de Gestão consistiu num ajuste fiscal e um modelo de planejamento, que envolvia horizontes de curto, médio e longo prazo.

Para enfrentar os desafios que estavam postos, o governo Aécio adotou a tecnologia do duplo planejamento, que fora retirado de uma experiência de abordagem para empresas privadas. Esta abordagem se constitui de estratégias simultâneas, uma com foco na gestão das atividades atuais e outra, concentrada na competência para gerenciar as mudanças. A Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado (GERAES), lançado em julho de 2003, era parte da estratégia para o presente e incorporava técnicas de gerenciamento de projetos. Inicialmente, o GERAES continha uma carteira de 31 projetos estruturadores, que se encontravam detalhados no plano governamental de médio prazo, por meio de metas físicas e financeiras. Tais projetos tinham a função de promoverem o desenvolvimento do Estado, abrangendo modernização da gestão pública; infraestrutura; meio-ambiente; educação; segurança; saúde; entre outras áreas. Os objetivos estratégicos foram ampliados

em 2007, quando foi aprovado uma carteira de 57 projetos estruturadores.

A escolha dos projetos estruturadores é o momento de decisão sobre as prioridades do governo. Trata-se da unificação conceitual das ações que, quase sempre, são diluídas por unidades de comando (secretarias e autarquias) que desfiguram as prioridades políticas. Na definição dos projetos eram escolhidos o escopo e abrangência das ações; o público-alvo; a prioridade na utilização de recursos e áreas para integração. No discurso de seus formuladores, a escolha dos projetos se deu por meio de estudos, sendo as escolhas técnicas. Contudo, ao descermos para as cidades polo do Estado de Minas Gerais fica nítido que o que aparecia como teoria de gestão se encontrava, no chão de Minas, com as definições dos caciques políticos locais.

Era na base que o Choque de Gestão era filtrado pelo mosaico de chefes territoriais que compunha – no frígido dos ovos – o estilo aecista de governar.

Antes, a escolha efetiva dos projetos estruturadores era prerrogativa do próprio governador, com base em uma lista que era elaborada pelo alto escalão do governo e por especialistas, contratados das diversas áreas de atuação. Tratava-se então de um processo centralizado.

Também concorria para o gerenciamento político o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, regulamentado por uma lei de 1992, ao estilo do CDES implementado por Lula,

formado por representantes do governo e da sociedade, diretamente ligado ao governador. A principal competência deste conselho era a aprovação do PMDI, que contém os planos de longo prazo do governo, além de acompanhar a execução desse plano. O conselho era composto por 31 membros da esfera governamental e 43 membros da sociedade civil. Sua composição era indicada pelo governador, o que, na prática, definia seu caráter consultivo, referendando as decisões do núcleo central do governo. A participação social, na prática, ocorreu em audiências públicas, como a ocorrida em 2003. Nesta oportunidade, a carteira dos projetos estruturadores continha inicialmente 30 projetos, e as audiências conseguiram aumentar para 31, incluindo o projeto “Inclusão social de famílias vulnerabilizadas”, contemplando ações de combate à violência, exploração sexual e de trabalho infantil, geração de trabalho e renda, proteção ao idoso e às pessoas com deficiência, entre outros. Participaram das audiências 700 pessoas, com representação de 237 entidades civis. Surgiram, no processo, 203 propostas e, ao final do processo, foram incorporadas 76 emendas populares ao Plano Plurianual do governo mineiro. Entre as propostas incluídas estavam a inclusão do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (PROSAN) no projeto estruturador Minas sem Fome; a introdução da merenda escolar no ensino médio e a obrigatoriedade de revisão anual do PPAG com participação popular (ver Leonardo Carvalho. A lacuna da participação democrática no modelo de

gerenciamento estratégico do governo do Estado de Minas Gerais. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2008. Páginas 53 e 54).

O Plano Plurianual 2008-2011, elaborado no ano de 2007, também passou por audiências públicas. Este contou com inovações, tais como: realização das audiências regionais em Araçuaí, Frutal e Juiz de Fora; parceria com o Poder Executivo, que se fez presente através dos gerentes dos novos projetos estruturadores, que participaram da discussão da proposta governamental. A participação foi consequentemente maior, contando com 1000 pessoas, que apresentaram 542 sugestões ao PPAG. Dessas, 123 se tornaram emendas populares aprovadas e incorporadas ao Plano Plurianual.

Para Ladeira, citado anteriormente, se com as audiências públicas a população pôde ser consultada, na prática, não tinha poder de decisão.

A metodologia PMBOK, utilizada no gerenciamento dos projetos, define as seguintes fases do ciclo de vida de um projeto: iniciação; planejamento; execução; controle e encerramento.

A fase de iniciação de cada projeto era composta por documentos que autorizavam formalmente o projeto.

Na fase de planejamento ocorria a definição e o refinamento dos objetivos, além do planejamento das ações necessárias, para alcançar os objetivos propostos. Era elaborado o plano de

projeto, que continha: as metas; marcos; ações; matriz de responsabilidades; planejamento da qualidade; planejamento de custos; planejamento de suprimentos; planejamento de convênios; gerenciamento dos riscos, dificuldades e oportunidades; planejamento das comunicações; planejamento organizacional e agendamento de reuniões dos projetos estruturadores.

Na fase de execução, ocorriam as reuniões de Comitê de Resultados. Nas reuniões se dava o acompanhamento de execução física e financeira dos projetos. Havia um acompanhamento intenso em relação às ações e alcance das metas previstas, para cada projeto estruturador. Nestas reuniões, os planos dos projetos eram detalhados; verificado as respectivas situações, através dos status report e os recursos referentes às ações eram liberados pelo GERAES.

A partir de 2007, com a divisão dos projetos estruturadores por áreas de resultado, a Reunião do Comitê de Resultados ficou mais estruturada. Foi criada uma estrutura paralela ao escritório de projetos, chamada "Estado para Resultados". Esta estrutura era ligada à Secretaria de Planejamento, porém subordinada a vice-governadoria. A partir de sua criação, o escritório de projetos coletava as informações, passava-as para o Estado para Resultados e estas as apresentavam, na reunião de Comitê de Resultados. O Escritório de Projetos tinha total controle, sobre o direcionamento do orçamento dos projetos. Entretanto, quando algo dava errado, chegava mais

rápido em quem resolvia, ou seja, em Anastasia, através da Reunião de Comitê de Resultados. Anastasia tinha total controle sobre os projetos e nas reuniões, tomava decisões orçamentárias necessárias, para a solução dos problemas. Por vezes, por imposição do governador e sem maiores explicações, o escritório de projetos tinha de investir mais, em determinadas áreas e regiões.

Para cada reunião por áreas de resultado participavam os secretários de Estado das áreas afins, os gerentes dos projetos estruturadores e a equipe de técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão e do programa Estado para Resultados. Estes últimos alimentavam as informações da pauta da reunião. Eram apresentadas ao vice-governador as principais entregas, as informações do andamento dos projetos por meio do resumo dos relatórios (Status Report), além dos principais problemas, riscos e dificuldades relacionadas à execução dos projetos. O Status Report era um relatório de acompanhamento dos projetos estruturadores, elaborado nas reuniões mensais do GERAES, que entre outras funções, consistia em dar às ações orçamentárias de cada projeto, faróis verde, amarelo ou vermelho. Algo semelhante ao monitoramento realizado pela Casa Civil da Presidência da República em relação ao andamento dos projetos do PAC, quando do controle criado pela então ministra Dilma Rousseff.

Contudo, os projetos estruturadores não contavam com mecanismos eficientes de fiscalização, uma vez que

as informações podiam ser falseadas. Outra falha percebida no gerenciamento dos projetos estratégicos era a ausência de mensuração real dos efeitos das ações públicas, sobre os problemas vividos pela sociedade. A tentativa de se estabelecer indicadores só se deu em 2007, com o programa Estado para Resultados, porém, enfrentou dificuldades. Havia uma inadequação entre os indicadores estabelecidos e as ações dos projetos; além de uma periodicidade ampla dos indicadores medidos, o que provocava a incapacidade de se analisar horizontes de curto prazo, entre outras demandas.

Enfim, era nesses interstícios do monitoramento dos projetos que a malha de caciques territoriais insurgia.

Como já é de amplo conhecimento amplo, os modelos de gestão tucanos se apoiam invariavelmente numa teia de empresas privadas de consultoria, num mecanismo de esvaziamento (ou transferência) da intelligentsia estatal. No caso do Choque de Gestão não foi diferente.

Uma das empresas pivô deste processo foi a Macroplan Prospectiva Estratégia & Gestão. Foi esta empresa que introduziu em Minas Gerais o conceito de duplo planejamento (medidas duras de enfrentamento da situação fiscal, com o propósito de colocar as contas em dia; e medidas estruturantes, mais orientadas para a transformação do Estado, em uma perspectiva de mais longo prazo).

Outra consultoria de destaque foi a do Instituto de Desenvolvimento

Gerencial – INDG, dirigida pelos professores Vicente Falconi e José Godoy. No caso das organizações públicas, o foco era o saneamento das finanças para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O INDG foi contratado pelo governo para apoiar diversas secretarias, principalmente a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF/MG, com ferramentas de racionalização de gastos e de otimização de receitas. Dava suporte às medidas de curto prazo, mais emergenciais, para colocar as contas em dia e recuperar a saúde financeira do Estado. O envolvimento do INDG já ocorria informalmente desde o período de transição de governo, coordenado por Anastasia, com avaliação da situação financeira do Estado, no final do governo de Itamar Franco. Embora atuasse na Secretaria de Estado de Fazenda desde março de 2003, o INDG só foi contratado formalmente, ainda que sem licitação, em agosto de 2003. A formalização da prestação de serviços só ocorreu porque Falconi foi atrás de patrocinadores e conseguiu financiamento de quatro empresas, para a execução do projeto. Segundo Falconi, os patrocinadores eram todos clientes do INDG. Ele justificou a boa ação dos empresários dizendo que, eles têm consciência de que uma vez que têm seus ativos investidos em Minas Gerais, ou eles contribuem para melhorar o Estado, ou perderão muito dinheiro

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais – SINDIFISCO – MG, questionou tal envolvimento de empresas privadas nesta formulação uma vez que não havia

sigilo fiscal entre o governo, o INDG e a Fundação Brava, os técnicos do INDG tinham acesso a dados agregados e individuais, utilizados na elaboração da programação fiscal do Estado. Isso colocaria sob suspeição de favorecimento para com as empresas que faziam parte da contratação.

A revista *Época* recorreu a quatro tributaristas para analisar este convênio. Todos apontaram quebra de sigilo fiscal no contrato. O consultor Clóvis Panzarini, que foi assessor tributário de cinco ex-governadores de São Paulo, sustentou que o contrato vai contra o Código Tributário Nacional. Também consultada pela revista, a professora de Direito Tributário da PUC de São Paulo, Maria Leonor Vieira Leite, afirmou que tais informações não podem ser livres nem mesmo dentro do próprio governo, tendo de ficar restritas aos órgãos competentes.

Paulo Filho, em 2015, defendeu sua tese “Gerenciando a tradição: federalismo e reforma do Estado em Minas Gerais (2003-2010)”. O autor constata que, a despeito do Choque de Gestão ser apresentado como uma iniciativa inovadora, na prática se revelou apenas a otimização da estrutura burocrática tradicional. As proposições efetivamente reformistas presentes nos documentos compõem percentual muito reduzido do total de produção das instâncias de formulação deste planejamento estratégico. Na verdade, o autor identificou apenas 6 propostas de reforma do Estado, em um universo de 172 propostas. Para Paulo Filho o exercício da administra-

ção do Estado fez com que os gestores do planejamento público mineiro canalizassem seus esforços para aumentar o rendimento da máquina pública existente, através da introdução de alguns mecanismos pontuais, que não eram capazes de gerar mudanças estruturais na relação entre Estado, sociedade e mercado. Dessa forma, para o autor, a associação do Choque de Gestão à Nova Administração Pública inglesa não se efetivou concretamente. O ímpeto verdadeiramente reformista do Choque de Gestão se deu inicialmente, sob a forma das Parcerias Público Privadas – PPP's.

O autor destaca, ainda, o papel central do que denomina de “federalismo mineiro” ou a negociação entre atores estaduais e municipais, que articula troca de recursos estaduais, por apoio político local. Com efeito, das 17 secretarias de Estado que iniciaram a administração 2003, oito eram dirigidas por deputados recém-eleitos em outubro de 2002, sendo que cada um deles, obteve votação expressiva em centenas de cidades (os oito parlamentares eram majoritários em um total de 137 municípios), o que garantia ampla representação das lideranças locais.

Assim, mesmo os mais avançados instrumentos do “Choque de Gestão”, caso dos projetos estruturadores, tinham forte ligação com as engrenagens do “federalismo mineiro”. Isso acontecia tanto pela forma como os projetos foram desenhados, como pela forma escolhida para a execução destes: preferencialmente através da celebração

de convênios. Através dos convênios, o dinheiro era repassado aos municípios, que passaram a deter grande parte do poder, sobre o processo de construção e entrega das ações à população.

Este autor analisou os termos de convênio celebrados, entre o governo estadual e as prefeituras mineiras, devido à sua característica intrínseca de acordo político. A partir de sua análise, percebe-se que entre 2003 e 2010 foi celebrado um elevado número de convênios, e que não houve redução com o passar dos anos. O autor chama a atenção para o fato de que, a implementação de políticas públicas via convênios com municípios, não é compatível com o festejado instrumental inovador.

Aécio construiu uma imagem, até seu declínio, com a ascensão do bolsonarismo, de gestor modernizador e realizador. Procurou se apresentar como uma versão contemporânea de JK. Contudo, talvez tenha sido um hábil construtor de uma imagem pública que pouca relação tinha com o mundo real. Uma habilidade notável, na medida em que sua prática concreta era exatamente inversa à imagem que se disseminou pelo país afora, corroborada por inúmeras matérias que se repetiram nas páginas e imagens da grande imprensa.

Aécio foi mais uma liderança moldada para o consumo pasteurizado através de disparos ininterruptos de mensagens ao grande público, um bombardeio midiático diário, que camuflou o velho estilo em inovação. Não se trata de uma

ação inusitada de marketing político nacional. Contudo, demonstrou que sem talento político, o castelo de cartas desmorona antes do final do segundo ato.

27. 27 ANOS DE ECA

Os anos 1980 foram marcados por uma explosão libertária e de avanços de políticas públicas inclusivas e de promoção social (para além da proteção) no Brasil.

Neste período, a focalização era abominada, assim como toda concepção de gestão centralizada. Foram quase banidas do vocabulário dos agentes públicos da área social.

E, hoje?

Com as políticas ultraliberais e descaso parlamentar com a opinião pública, chegamos a 13 milhões de desempregados. O desemprego afeta mais as crianças e adolescentes, assim como a pobreza.

Lembremos que os mais afetados pela pobreza ou miséria são as crianças e adolescentes. Não apenas pela sua fragilidade e dependência social, mas principalmente porque conformam a maioria da população pobre do país (segundo o IBGE, temos um a dois filhos por mãe em nosso país, aumentando um pouco nos casos de famílias rurais).

Segundo o BIRD, o Brasil terá até 3,6 milhões de 'novos pobres' em 2017. A instituição afirma que crise econômica ameaça a redução da pobreza e recomenda aumento do orçamento do Bolsa Família para R\$ 30,4 bilhões para conter avanço da miséria.

Por meio de simulações, o Banco Mundial analisou a taxa de pobreza extrema no país, calculada em 3,4% em 2015. No cenário menos pessimista, o número de pessoas extremamente pobres crescerá 1,7 milhão – de 6,8 milhões em 2015 para 8,5 milhões em 2017, elevando a proporção de pessoas extremamente pobres de 3,4% em 2015 para 4,2% neste ano. O número de pessoas moderadamente pobres aumentará em 2,5 milhões, de 17,3 milhões em 2015 para 19,8 milhões em 2017.

No segundo cenário – mais pessimista –, a taxa de pobreza extrema continua crescendo, alcançando 4,6% em 2017, representando um crescimento de 2,6 milhões no número de pessoas extremamente pobres entre 2015 e 2017, passando de 6,8 milhões em 2015 para 9,4 milhões em 2017. O número de pessoas moderadamente pobres aumentará em 3,6 milhões entre 2015 e 2017.

Já para a FUNDAÇÃO ABRINQ, 17,3 milhões de crianças de 0 a 14 anos, equivalente a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária, vivem em domicílios de baixa renda, segundo dados do IBGE (2015). O Cenário da Infância também traz números sobre o que é considerado como “extrema pobreza”, isto é, crianças

cujas famílias têm renda per capita inferior a ¼ de salário-mínimo: 5,8 milhões de habitantes (13,5% da população) de 0 a 14 anos de idade.

No Norte e no Nordeste, regiões que apresentam as piores situações, mais da metade das crianças [60,6% e 54%, respectivamente] vivem com renda domiciliar per capita mensal igual ou inferior a meio salário-mínimo. Desse total, 5,8 milhões vivem em situação de extrema pobreza, caracterizada quando a renda per capita é inferior a 25% do salário-mínimo.

O cenário é ainda mais dramático quando sabemos que 10.465 crianças e jovens até 19 anos foram assassinados no Brasil em 2015, o que corresponde a 18,4% dos homicídios cometidos no país nesse ano. Em mais de 80% dos casos, a morte ocorreu por uso de armas de fogo. A Região Nordeste concentra a maior parte desses homicídios (4.564 casos), sendo 3.904 por arma de fogo.

A fundação também revela que 153 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes chegaram ao Disque 100 em 2015, sendo que em 72,8% das ligações a denúncia se referia a casos de negligência, seguida por relatos de violência psicológica (45,7%), violência física (42,4%) e violência sexual (21,3%).

Embora tenha diminuído o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na faixa de 10 a 17 anos [redução de cerca de 659 mil crianças e adolescentes ocupados em

2015 em comparação a 2014], houve aumento de 8,5 mil crianças de 5 a 9 anos ocupadas.

O universo de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalhavam somou 2,67 milhões em 2015. Mais de 60% delas são do Nordeste e do Sudeste, mas a maior concentração ocorre na Região Sul.

Uma realidade que nos obriga a remar contra a maré ultraconservadora, elitista e ultraliberal.

28. SOBRE A ENTREVISTA DE RENATO JANINE RIBEIRO SOBRE O DILEMA DAS ESQUERDAS

No domingo, postei uma brevíssima nota sobre a coletânea “A Crise das Esquerdas”, organizada por Aldo Fornazieri e Carlos Muanis, publicada pela Editora Civilização Brasileira (2017). Esta coletânea contém artigos de Tarso Genro, dos organizadores, de Carlos Melo, Carla Regina Mota Alonso Diéguez, Rodrigo Estramanho de Almeida, Cícero Araújo, Ruy Fausto e Moisés Marquez.

O tema do livro é dos mais instigantes e oportunos.

São três artigos e três entrevistas, sendo uma com Guilherme Boulos (coordenador do MTST), uma segunda com Sérgio Fausto (superintendente do

Instituto Fernando Henrique Cardoso) e Janine Ribeiro.

A entrevista com Janine Ribeiro deve ter sido considerada a mais importante ou globalizante em relação ao tema, dado que abre o livro. E é por esta trilha que li esta entrevista-abertura. Mas, se há algo que esta entrevista não gera é motivação ao leitor. O entrevistado parece mergulhado no mundo do Lugar-Comum das manchetes da grande imprensa nacional. Há um ou dois momentos mais instigantes e reflexivos, mas, na quase totalidade das 50 páginas que ocupam 19% do total de páginas do livro, há um passeio desprezioso do entrevistado, numa tarde de verão à beira dos coqueiros de Fortaleza. O leitor consegue vislumbrar os copos dourados pelo whisky que balançam como naquelas históricas entrevistas publicadas no Pasquim, mas sem o brilho ou respostas desconcertantes do folheto satírico que forjou toda uma geração de leitores debochados.

Janine não é de esquerda, mas, durante a entrevista, se considera um. Não se trata de juízo de valor. Em sua entrevista, explicita nitidamente a crença e defesa de valores liberais. Não consegue, em nenhuma vez, se postar no campo histórico, teórico ou programático da esquerda.

Vejamos.

Se logo de início define a esquerda como aquela força ou ideário que considera que “as desigualdades sociais são historicamente construídas” (algo que,

de início, não está apenas no escopo do pensamento de esquerda, mas em diversas outras correntes humanistas e até religiosas), entabula uma estranha dicotomia entre utopia e realidade. Ora, se há algo que marca as ideologias é a utopia (definição que encontramos em Karl Mannheim e Antonio Gramsci). A utopia projeta um mundo não existente a partir de um projeto teleológico, de uma intenção racional. A não ser que estejamos vivenciando algum mundo socialista ou de esquerda, qualquer discurso ou projeto desta linhagem ideológica será, necessariamente, utópico.

Mas, nosso entrevistado não acredita que seja assim. Sugere que a realidade a partir de 1970 se revelou mais dura para a esquerda que antes. Imagino que não tenha sido tão fácil em 1919, quando da prisão e morte de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck e vários membros da Liga Espatarquista. Também não deve ter sido fácil a vida dos opositores de esquerda ao bloco soviético que tentaram a Primavera de Praga. Ou a luta contra a ditadura militar no Brasil por tantas correntes de esquerda. Mesmo assim, para Janine, a realidade de hoje é mais dura para a esquerda.

Em seguida, cita a tentativa de alguns para dar uma “face mais humana ao capitalismo” e traz à cena Tony Blair. A partir daí, engata a primeira marcha e daí não sai. Sugere que o abandono das utopias foi marca dos governos petistas, a partir de Lula. Dirá, mais adiante, que Dilma terá rompido com mais avidez e radicalidade que Lula, mas sustenta que

ambos fincaram pé na “realidade”. O que não analisa é quais elementos compõem esta realidade ou se ela é um elemento naturalizado de sua leitura. Afinal, como saber se o diferente ao que foi feito seria inviável se justamente não foi realizado? Argumento de autoridade pode estancar qualquer debate, mas não é, por si, válido por se afirmar realista. A realidade é mutável e no mundo da política é quase que desprezada, a não ser que o conservadorismo seja o único ideário político válido ou razoável. Se não é, toda ação política é voltada para a mudança da realidade.

Janine se pergunta se é possível um modo de produção que não seja o capitalista. Não responde de maneira conclusiva, mas logo em seguida faz uma digressão sobre a possibilidade de não ser possível algo alternativo, o que revela sua inclinação para tratar o status quo como irremediável. E, assim, sugere a adoção de “um leque de políticas dentro do capitalismo”.

Em mais um lugar-comum e puro vislumbre de profecia, sugere que se o PT não tivesse elaborado a Carta ao Povo Brasileiro, não teria chegado ao poder. Assim, elimina qualquer alternativa à esquerda e enquadra a realidade a este cânone. Nada mais próximo do que Leandro Konder indicava na esquerda tupiniquim: o descaso com o pensamento dialético e a fidelidade ao positivismo esquemático (aquele, da ordem e progresso).

Assim, conclui:

“Não há dúvida de que as políticas do governo Lula beneficiaram o grande capital. Mas estas foram as condições “sine qua non” para as políticas sociais serem implantadas”.

Enfim, num toque de demiurgo, não haveria outra alternativa a não ser à direita, esta que nos governa sem voto ou desejo do eleitor. Numa linha de pensamento como esta, a democracia se torna um ato protocolar para legitimar quem atua sem ouvir, sem duvidar, sem ter o prumo apontando para o equilíbrio entre convicção e diálogo com os representados. Não o diálogo como manipulação da vontade popular, mas como participação no curso de um governo.

É verdade que sua entrevista oferece algumas pautas instigantes, quando analisa autores clássicos. Este é o caso de sua passagem ao afirmar que Marx nunca sugeriu mais intervenção estatal e cita a Ideologia Alemã como esteio para sua crítica. Afirma que este pendor estatizante pode ser keynesiano, mas não marxista. Uma boa provocação, para logo em seguida retomar sua fuga ao liberalismo. Sugere que o capitalismo ganhou de WO do socialismo como regime econômico. WO? Por ausência? Não seria um tiquinho exagerado para um pensador?

Também parece sugestivo quando sugere que os governos petistas falharam ao não bater na tecla da ética. Afirma que as políticas de inclusão foram marcadas pela ética. Embora seja real, esta não foi a maior falha. Há inúmeras outras, como o recuo político e a capitu-

lação a demandas espúrias para garantir a governabilidade, além da rejeição à radicalização da democracia como tomada de decisão popular (ou a democracia deliberativa). Mas, para Janine, o importante parece ser a reflexão da filosofia política clássica ou, para ser mais preciso, da Antiguidade, relevando as reflexões contemporâneas.

Também é instigante a sugestão que faz sobre a palavra “politeia”, tal como analisada por Aristóteles, que significaria “constituição”, mas também como um determinado regime político.

Outra passagem rica é a que faz digressão sobre o modelo petista de pensar a democracia como realização do desejo. Uma armadilha, em seu entendimento, porque reforça o corporativismo e a prisão ao demandante, não podendo sustentar cortes ou adequações em virtude de uma crise ou seu próprio discurso deslegitima um governo.

Até aí, uma rica polêmica para, então, o entrevistado projetar uma comparação entre este modelo petista e o modelo tucano. Para ele, este último seria mais correto porque “teve a missão de lidar com o que emana do povo, enquanto o PT sentiu grande dificuldade de pôr limite nessa reivindicação”. Afinal, qual seria, no entender de Janine, a “missão que emana do povo”? Uma sugestão discricionária do filósofo? Um arbítrio em nome do povo? Mas esta sugestão não se aproxima do conceito de tirania?

Tudo para concluir que a esquerda não está sabendo usar os meios para

atender o seu fim, que é a redução da desigualdade. O problema é que Janine apresenta meios de outras concepções ideológicas para chegar aos fins que seriam da esquerda. O entrevistado não percebe que sustenta uma esquizofrenia de modos e ideários. Uma confusão de princípios que gera incoerência profunda, desorientação e, no limite, movimentos erráticos do governante. Algo que, justamente, ocorreu no governo que serviu. E na sua própria gestão.

ANO 2018

29. UM PAÍS MERGULHADO NO DESALENTO

O IBOPE, instituto de pesquisa contratado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), acaba de divulgar pesquisa nacional que revela um brasileiro médio (a maioria dos eleitores de nosso país) que projeta para o próximo governo a sua esperança. O levantamento foi realizado entre 7 e 10 de dezembro do ano passado, em 127 municípios, e ouviu 2.000 pessoas. A margem de erro é de 2% para mais ou para menos. O Ibope não pesquisou intenção de voto.

A pesquisa revela que os brasileiros querem como governante alguém que tenha origem pobre (para 52%), que creia em Deus (para 67%) e que seja honesto (para 87%). 89% dos consultados acham importante presidenciável conhecer o País Trata-se de uma clara identidade de classe. Os pobres querem alguém que sinta como eles. Parecem cansados dos ricos e profissionais da política⁴⁷.

A pesquisa revela mais: 44% estão pessimistas com as eleições presidenciais e 55% afirmam não acreditar em quaisquer promessas de campanha. Quase metade dos brasileiros (48%) não

⁴⁷ Nas eleições municipais de 2020, a maioria dos eleitos tinha um perfil diametralmente oposto ao capturado por essa pesquisa citada no artigo. O movimento errático do eleitor, que votou de Lula à Bolsonaro, para em 2020 votar em candidatos alinhados com o centro-direita, parece definir uma busca permanente ou mudanças de rumo a partir de frustrações constantes.

tem simpatia por qualquer partido político (o PT é o que recebe maior índice de simpatia, envolvendo 19% dos eleitores).

Se 87% dos brasileiros consideram honestidade uma característica fundamental, 78% sustentam que o próximo Presidente da República tenha pulso firme e seja decidido.

Este levantamento dialoga com outras pesquisas recentes que apresentam o que seria o ideário político dos brasileiros. O Latinobarômetro, pesquisa anual de opinião realizada em 18 países da América Latina envolvendo 20 mil entrevistas, vem apresentado um cenário desalentador sobre o perfil dos brasileiros: apenas 3% dos brasileiros confiam nos seus compatriotas. Somos, de longe, o país com uma nação mais desagregada e individualista. Também somos o país, segundo este levantamento regional, com menor crença na democracia e com mais alto índice dos que acreditam que os governos brasileiros administram para atender os mais ricos. Este dado parece fundamentar o desejo para que o próximo Presidente venha de família pobre, que se identifique ou saiba como é a vida dos pobres, suas dificuldades e seus sonhos. Algo que os represente minimamente.

Há outras pesquisas, como a realizada pelo Data Popular em favelas do Brasil. Os moradores desses “aglomerados subnormais” (como alguns estudos recentes decidiram denominá-los) não acreditam que suas vidas melhoraram nos últimos anos por obra dos governos.

82% afirmaram que sua vida melhorou em função de esforço próprio, por ajuda dos familiares ou ajuda divina. Apenas 4% citam ações governamentais.

O Brasil se tornou o país do desalento, do ressentimento, da crença em seu único esforço para melhorar de vida. Os espaços públicos estão se desfazendo lentamente. As autoridades são desdenhadas. As instituições se reproduzem sem legitimidade, se arrastam como se estivessem pegando um atalho pouco visível.

Vivemos em dimensões diferentes. Não exatamente os Dois Brasis esboçado por Jacques Lambert. Não se trata apenas da desigualdade social, mas de uma capa social e política que se deslegitima diariamente, mas finge não perceber e se debate para impor sua lógica sem medo de mais desgaste. Do outro lado, uma imensa população, a maioria, que não forma uma multidão, um todo, desagregada que está em suas estratégias de sobrevivência. Gente que não confia nos parlamentos e parlamentares (segundo o ESEB, a maior pesquisa sobre opinião de eleitores realizada no Brasil em ano de eleição), que só decide em quem votar dez dias antes do pleito e que acredita que os eleitos só pensam nos ricos ou em ficar ricos.

Um país assim sobrevive até quando? Como sobrevive ao longo dos anos?

Um país assim forma que tipo de cidadão e nação?

30. O AÍ5 NOSSO DE CADA DIA

Os Atos Institucionais foram instrumentos típicos do Estado de Exceção Militar. Instrumentos que procuravam dar um tom de legalidade institucional à tomada do poder pela força, um golpe de Estado Clássico. Foram normas e decretos elaborados no período de 1964 a 1969 (17 atos institucionais neste período e mais 104 atos complementares), editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Como ato de excepcionalidade, eram definidos acima de todas as outras e até mesmo da Constituição. Em outras palavras, eram fruto de atos e poderes extraconstitucionais do regime militar.

Hoje, vivemos uma situação distinta. Embora o conceito mais aplicado para o que vivenciamos no Brasil (e não apenas em nosso país) seja o mesmo – Estado de Exceção – o conteúdo agora adotado é distinto. Dois italianos, em especial, teorizaram recentemente este conceito com esta nova conotação: Giorgio Agamben e Luigi Ferrajoli. Agamben cita o ataque às torres gêmeas nos EUA, em 11 de setembro de 2001, como a senha para este constructo legal, embora retome seu esboço durante o holocausto nazista. Naquele momento, confundiu-se a figura do chefe de Estado (o *führer*) com os conceitos de soberania e nação. Aos judeus foi imposto pelo governo a negação da cidadania como

ocorria no Direito Romano arcaico, a partir da figura do “*homo sacer*” (homem sagrado), cuja morte decretada não representava homicídio. A justificativa era a de que aquele que atentava contra as divindades e afetava a “*Pax Deorum*” era excluído da proteção do Direito. O Estado de Exceção, portanto, suspende o direito para aqueles que são identificados como desestabilizadores da ordem e paz social estabelecida. Os representantes do Estado compõem um poder soberano que poderia, então, retirar qualquer proteção jurídica para que se possa superar o estado – ou a possibilidade – da anomia, ou seja, a ausência da ordem.

Após o ataque de 11 de setembro, o governo norte-americano, seguido por outros governos, em especial, europeus, instituiu um ataque a quem considerava ameaça de terrorismo e, assim, suspendeu, em muitos casos, qualquer possibilidade de defesa. Muitos acusados de colaboração com organizações terroristas foram presos, sem acompanhamento de advogados, ou perseguidos. Para os EUA, algo do gênero já havia ocorrido durante os anos 1950, durante o processo que foi cunhado de macarthismo.

No Brasil, o desenho do Estado de Exceção, como interregno ou hiato na vigência dos direitos constitucionais frente à ameaça iminente de atos terroristas ou de desagregação da ordem social teve início no segundo semestre de 2013. Após as manifestações de junho de 2013, uma série de iniciativas estatais foram postas em prática para estabelecer uma ordem paralela àquela definida

pela Constituição Federal. O Manual de Garantia da Lei e da Ordem, divulgado em dezembro daquele ano, chega a citar ações para coibir movimentos sociais (parte final deste documento). Em seguida, em abril de 2014, um grupo de 22 policiais militares e agentes federais brasileiros participaram de treinamento de três semanas no centro da Academi em Moyock, na Carolina do Norte. A empresa americana Academi, que antes se chamava Blackwater, treinou policiais militares e agentes da Polícia Federal para ações antiterrorismo na Copa. Segundo matéria da Folha de São Paulo ("Paramilitares americanos treinam policiais brasileiros para a Copa", matéria assinada por Patrícia Campos Mello, publicada em 21/04/2014), "a Blackwater ficou conhecida por agir como um exército terceirizado dos Estados Unidos, com mercenários atuando nas guerras do Iraque e do Afeganistão. A empresa está envolvida em polêmicas. Ex-funcionários da Blackwater são acusados de terem matado 17 civis iraquianos no massacre da praça Nisour, em 2007."

Durante a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, muitos ativistas sociais que organizaram manifestações contra os gastos governamentais realizados que afetaram muitas populações despejadas pelas obras de preparação do evento, foram perseguidos, sofre-

ram expedientes de intimidação definidos como ilegais em países estrangeiros (como o Caldeirão de Hamburgo), foram ameaçados, presos e espancados⁴⁸.

O processo de impeachment foi lastreado em expedientes similares aos adotados em 2013 e 2014, aprofundando ainda mais a ofensiva sobre os opositores do governo (identificados como opositores do Estado e da Nação).

Em primeiro lugar, manifestações de forte cunho emocional e de rejeição à política institucional foram promovidas por grupos de extrema-direita, lastreados por financiamento ou apoio institucional de grupos empresariais, partidos de centro-direita (há notícias publicadas na grande imprensa envolvendo PMDB e PSDB) e "think tanks norte-americanos"⁴⁹. Paralelamente, a Operação Lava-Jato avançava sobre toda estrutura de governo para fundamentar a acusação de banditismo estatal, instalado nas principais empresas e agências estatais federais.

Ao ocorrer o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, houve um divisor de águas entre os até então apoiadores do governo deposto (um arco de cogestão que excluía apenas alguns poucos partidos de oposição, como PSDB, DEM e PPS) dos apoiadores do novo governo (capitaneado pelo PMDB

48 Ver entrevista com Karynni Magalhães a respeito: <<https://www.youtube.com/watch?v=wXotwt2QoFY>>.

49 Ver, a respeito, artigo de Kátia Baggio intitulado "Conexões ultraliberais nas américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas" in SOUZA, Robson Sabio e all (orgs.), Democracia em Crise: o Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2017, pp. 115-148.

e PSDB). Aqui se insurge a primeira contradição em termos de institucionalidade democrática, dado que o vice-Presidente empossa em seu ministério personagens que haviam sido derrotados poucos meses antes pelas urnas. Em outras palavras, a lacuna legal não coibia a possibilidade do desejo popular ser banido ou desrespeitado pelo processo de impeachment da titular, mesmo permanecendo seu vice, componente da chapa eleita pelo sufrágio, à frente do poder instituído.

A partir deste momento, diversas iniciativas de exceção se desenrolaram à sombra de lacunas legais de nosso país. A vontade popular foi simplesmente desdenhada e várias reformas que aboliam direitos sociais foram postas em votação no Congresso Nacional. O processo de aliciamento de parlamentares foi fartamente noticiado na grande imprensa como apoiadas em liberações milionárias de emendas parlamentares, negociação de cargos de direção em estatais e fartos recursos às bases eleitorais de deputados e senadores em negociação com o governo federal.

Na outra frente, a da Operação Lava-Jato, a perseguição nitidamente seletiva de lideranças do governo deposto procurava minar a possibilidade de retomada política deste bloco, mesmo permanecendo com alta popularidade junto à população do país. Até mesmo a dosimetria foi alterada em segunda instância para impedir a prescrição das ações impetradas contra tais lideranças.

Muitas pesquisas revelaram a percepção majoritária da população como atos políticos de perseguição às lideranças do governo anterior, piora das condições sociais e de ação política do governo atual em relação ao deposto, além da queda constante de índices de aprovação do governo atual, até chegar ao patamar de 4% de apoio popular, o menor da história republicana do Brasil.

O último ato de tentativa de imposição através de atos espetaculares e midiáticos – sempre no lastro do uso da força institucionalizada – foi a decisão de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. O que poderia alterar a agenda nacional após a rebelião de parlamentares federais em aprovar a reforma da Previdência – como era o desejo do governo de plantão –, impondo uma escalada de intervenções federais, foi desfigurada com a execução da vereadora carioca Marlielle Franco. A intervenção foi percebida como fracasso governamental e este assassinato gerou uma forte comoção que se alastrou pelo país.

Enfim, o que importa é compreender que os atos institucionais do regime militar possuíram uma natureza distinta dos atos de exceção do governo atual, embora ambos trabalhassem com a intenção de legalizar e institucionalizar perseguições políticas e imposição de atos de governo impopulares ou que desdenhavam por completo qualquer intenção de negociação ou convencimento da população ou de suas organizações e lideranças.

Trata-se, hoje, de governos que agem em paralelo com a ordem constitucional. Atuam nas franjas, nas lacunas legais. Não há um confronto global, mas parcial, uma ameaça constante, forte seletividade no enfrentamento de forças ou lideranças escolhidas à dedo para enfrentarem uma ação combinada de desmoralização pública, condenações a partir de convicções ou tênues indícios de ilegalidades cometidas, casuísmos e ações espetaculares. O bloco no poder, atualmente, é impopular e não procura recuperar sua popularidade como durante o regime militar, que adotou discursos ufanistas e procurou colar sua imagem nos sucessos do futebol tupiniquim. Agem à margem da institucionalidade democrática e ao invés de buscar empatia, procuram minar todas as forças políticas que se postarem como oposição à sua vontade.

A natureza da exceção política é outra. Menos violenta, mas mais agressiva; mais seletiva e negociadora; menos popular, embora espetaculosa e midiática; menos nacionalista; mais ameaçadora e parlamentar. A política de exceção atual trabalha como o panopticom proposto por Jeremy Bentham, em 1785: dissemina o medo e a frustração permanente frente a um poder arrogante que prefere a humilhação, de tal maneira que, com o tempo, grande parte da população se torna derrotista, desanimada, temerosa do futuro. Alguns, se recolhem na vida privada, outros, destilam a impotência que se encobre no discurso de um certo “realismo niilista”. O imponderável, contudo, sempre aparece para romper

este clima de reality show. Como agora, com o assassinato de Marielle Franco. Afinal, a política não é matemática, não é precisa e as lideranças sempre atuam a partir dos erros, raramente a partir de acertos.

ANO 2019

31. PAPO RETO SOBRE CIRO GOMES

Muito já se disse sobre as mudanças partidárias de Ciro Gomes. Em 1982, se filiou ao PDS (ex-ARENA); em 1983, ingressou no PMDB (um ano após a filiação ao PDS); em 1990, filiou-se ao PSDB; em 1997, foi a vez do PPS; em 2005, foi para o PSB; em 2013, o PROS; e em 2015, o PDT. Sete anos parece ser o prazo limite para Ciro se manter num partido. Há uma possibilidade de estar se depurando ao longo dos anos, encontrando seu verdadeiro eixo. Contudo, somos o que ameahamos em nossa trajetória. Não há como, na vida, nos desprendermos totalmente de nosso passado. Uma ruptura total só ocorre com radicalida-

de, de maneira que muitas rupturas exigem diversas radicalizações para negar a opção anterior, também radical. Então, uma das marcas de mudanças tão díspares é a radicalização do discurso e das convicções. Convicções que se conflitam no tempo, como do ideário do PDS (que apoiou o bloco que governou o país durante a ditadura militar) ao de partidos socialistas ou que já foram comunistas.

É possível imaginar uma outra situação: a leitura política de um oportunista. Neste caso, o discurso radical não seria uma fuga do passado, uma negação por completo, mas uma tentativa de criar uma nuvem de fumaça sobre suas opções passadas para poder caminhar ao encontro de um novo partido ou bloco de poder. Neste caso, estaríamos

diante de um calculista que procura a bola da vez. Um arrivista. Em 2010, Ciro declarou apoio à candidatura de Aécio Neves e afirmou: “O Aécio pode convocar todos os brasileiros, decentes, de todos os partidos, que é como ele faz em Minas Gerais e celebrar um projeto de país, que dê avanço ao que o presidente Lula representou.” Algo estranho para o seu discurso atual.

Mas, Ciro embaralha as cartas e não parece ser um jogador que dá sinais simples ao público externo. Com o tempo, procurou qualificar seu discurso. Se aproximou de Mangabeira Unger, um social-liberal, mais liberal que social, que sugere que o Brasil caminhe para ser uma espécie de EUA, com ampla classe média, do dia para a noite. Ciristas afirmam que seu ídolo se afastou do brasileiro com sotaque novaiorquino. Mas, os bastidores sugerem que não é bem assim.

Ciro Gomes é tido como bom para pensar grandes estratégias, mas péssimo para as definições táticas. Muito disso vem de seu temperamento irascível e sua autossuficiência deletéria. Suas campanhas parecem mais a exposição de candidatos à reitor ou tentativa de conseguir o título de doutor honoris causa que efetivamente dialogar com a população sofrida do país. O resultado é quase sempre o mesmo. Foi candidato três vezes à Presidência da República. Em 1998, Ciro obteve 10% dos votos. Em 2002, obteve 11,9%. Na eleição do ano passado, atingiu 12,4%. Nunca chegou a resvalar no segundo turno. Sempre este-

ve no pelotão do meio. Seu capital eleitoral é o mesmo que aquele apontado pelo Datafolha como sendo do “núcleo duro” do bolsonarismo. Mas está muito distante do potencial eleitoral do próprio Bolsonaro e de Lula. Este é o emparelamento que faz Ciro se debater com Lula e Bolsonaro: a polarização entre os dois é fatal para suas ambições.

O grande gargalo, contudo, de toda sua trajetória é sua frágil base social e política. Ciro não possui fortes vínculos com centrais sindicais, nem igrejas, nem setores empresariais de peso, nem movimentos sociais. Ciro flutua como numa espécie de desejo de ser um intelectual orgânico de todos esses segmentos que citei acima. O problema é que não é orgânico. E o mundo intelectual brasileiro não o percebe como um par.

Talvez, este seja o maior problema de Ciro: ele não tem um lugar certo no mundo real da política. Não apenas o formal, partidário. Mas nas movimentações concretas do mundo político nacional. Não é central nas mobilizações, nas agendas de lutas nacionais, nos debates da agenda do país. Não está nos grandes debates sobre direitos sociais, sobre políticas sociais, sobre reformas, sobre o novo mundo do trabalho. Enfim, não dialoga com a sociedade, o que o faz um eterno candidato a partir de si e para si.

Tal perfil lhe dá uma única chance: uma crise tão forte de representação que se lance no vácuo aberto, ao estilo Luís Bonaparte, como salvador em meio ao caos. Mas, para isso, terá que ser en-

xergado como tal. O que, neste momento, parece um delírio de final de festa.

De qualquer maneira, Ciro Gomes parece ser mais um personagem desta grande paisagem política brasileira em que há muitos caciques que falam para uma plateia de índios atônitos, que pouco entendem ou creem no que dizem, mas que, afinal, acabam achando tudo interessante como uma roda gigante num parque distante que visitaram num final de semana.

PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Rudá Ricci

DE TEMER AO PODER
HEGEMÔNICO DO CENTRÃO:
2015 A 2021 **PARTE II**

9



Mestre em Ciência Política e doutor em Ciências Sociais, Rudá Ricci é presidente do Instituto Cultiva. Condecorado com a medalha do Grande Mérito Educacional de Minas Gerais, ex-consultor da ONU e avaliador de projetos de desenvolvimento territorial financiados pelo Banco Mundial. É o coordenador nacional da Economia de Francisco e do Pacto Educativo Global, projetos do Papa Francisco. Autor de "Lulismo" (Editora Contraponto), "Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013" (Editora Letramento) e "Conservadorismo Político em Minas Gerais" (Editora Letramento), entre outros.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	752
ANO 2020	756
1. SOBRE OPULÊNCIA E POBREZA	756
2. O ENCONTRO DE LULA COM INTELLECTUAIS MINEIROS	758
3. COMO SE ENCHE A CABEÇA DE UM POVO COM BOBAGENS E MENTIRAS	761
4. ESQUERDA E NEOFEMINISMO DE CONVENIÊNCIA	762
5. 8 DE MARÇO: O FEMININO E O FEMINISMO WICCA	762
6. A DESMONTAGEM DO BOLSONARISMO E A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UM GOVERNO PARALELO	766
7. A POLÍTICA DE CICLO CURTO OU A CRISE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	768
8. O QUE FAZ BRASILEIROS DUVIDAREM DA EPIDEMIA?	770
9. O COTIDIANO DOS ISOLADOS EM CASA	774
10. BOLSONARO, MORO E GLOBO NOS TRATAM COMO MANADA	776
11. EPIDEMIA REVELOU A ALMA DO POVO BRASILEIRO	777
12. GOVERNOS PARALELOS OU COMITÊS TERRITORIAIS: A URGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS E NA GARANTIA DA VIDA	779
13. BOLSONARO EM FRITURA COM FOGO BAIXO	780
14. GOVERNO FEDERAL NA ENCRUZILHADA	782
15. O DAY AFTER	784

16.	EM COMPASSO DE ESPERA	786
17.	FELIPE NETO VAI AO PARAÍSO	789
18.	POR QUE ESTAMOS ERRANDO TANTO? A SOCIOLOGIA EXPLICA?	790
19.	UMA REUNIÃO EM MEIO AO CAOS	792
20.	A JUVENTUDE É MUTÁVEL	794
21.	SOBRE A DEMOCRACIA E SEUS LIMITES	798
22.	UM GOVERNO DE EXTREMA-DIREITA NUM REGIME DEMOCRÁTICO	803
23.	SOBRE O BOLSONARISMO COMO VALOR DESVIANTE	805
24.	AS NOVAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	807
25.	2013 É AQUI	809
26.	O CAMINHO DO CAMPO PROGRESSISTA BRASILEIRO	811
27.	JAIR, O TIOZÃO DA FESTA DO VIZINHO	813
28.	UMA SOCIEDADE SEM CARÁTER?	814
29.	A APROPRIAÇÃO ESTÉTICA DAS PALAVRAS, VESTIMENTAS E PRODUÇÕES CULTURAIS HISTÓRICAS PELOS GRUPOS IDENTITÁRIOS	817
30.	POR QUE BRASILEIROS NÃO RESPEITAM O ISOLAMENTO SOCIAL?	818
31.	BOLSONARO MUDA O ESTILO E COMEÇA A FAZER POLÍTICA COMO GENTE GRANDE	820
32.	A AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO FORTALECE O BOLSONARISMO	821
33.	A AUSÊNCIA DE UMA DIREITA CIVILIZADA E UM CENTRÃO POLÍTICO NO BRASIL	824
34.	UM LIVRO-BÚSSOLA PARA SE ENTENDER TEMPOS CONTURBADOS	825
35.	O DESLOCAMENTO DOS BOLSONARISTAS PARA MORO	832
36.	O XADREZ DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020	835

37.	O DESLOCAMENTO IDEOLÓGICO DO PETISMO	836
38.	PT ENVELHECEU	838
39.	A TRANSIÇÃO INACABADA DE 2015	841
40.	NORDESTE SEDIA O MELHOR JOGO DE XADREZ DO BRASIL	843
41.	SEM DIREÇÃO, PETISTAS SE VIRAM NOS 30 NESSAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS	845
42.	O PT NA ENCRUZILHADA, COMO EM 1983	846
43.	A HEGEMONIA DO CENTRÃO E A CAPTURA DE FUNDOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO	848
	ANO 2021	851
44.	A CAMINHO DO CENTRÃO	851
45.	A INESPERADA OFENSIVA CONTRA BOLSONARO	854
46.	A “MANSIDÃO” POLÍTICA DA MAIORIA DOS BRASILEIROS POBRES	857
47.	A SINA DO BRASIL	859

APRESENTAÇÃO

RUDÁ RICCI

Belo Horizonte, fevereiro de 2021.

Esta é a segunda e última parte de uma coletânea de textos que escrevi, quase diariamente, sobre desencontros da política brasileira.

São pequenos textos que analisam cada momento do conturbado jogo político nacional, narrando e analisando os acontecimentos entre 2020 e início de 2021, apresentando algumas pinceladas conceituais ou dados de pesquisas recentes.

Nesta segunda parte, a angústia do impasse político toma conta de vários artigos. A razão dessa angústia se deu na medida em que a realidade nacional apresentava um paradoxo infernal, composto por sinais trocados e contraditórios:

1. O enfraquecimento do bolsonarismo, tendo alguns de seus suportes – o protagonismo dos filhos do Presidente; os grupos ultrarradicais, como o liderado por Sara Winter; a queda da repercussão de postagens bolsonaristas nas redes sociais; a diminuição da relevância dos ministros “ideológicos” – e a queda dos índices de aprovação do governo federal no início de 2021;
2. A desorganização da esquerda nacional e as mobilizações sociais erráticas, que não se sustentam por mais de um mês ou dois;
3. A explicitação nítida de uma cultura política popular e nacional que oscila entre uma

fuga da realidade – a dificuldade para enfrentamento das adversidades – e uma espécie de fatalismo em que nada pode alterar significativamente a dinâmica política inaugurada com o impeachment de Dilma Rousseff;

4. E a ascensão do bloco político de direita, autodenominado “Centrão”, que se consolida como força hegemônica do campo institucional brasileiro com as vitórias eleitorais municipais (novembro e dezembro de 2020) e eleição de seus líderes mais conservadores para as presidências do Senado e da Câmara de Deputados (fevereiro de 2021).

Esta dinâmica, em que parece se diluir a energia moral da mudança, contradiz tudo o que ocorreu desde 2002: um ímpeto do cidadão-eleitor em enfrentar a política tradicional a partir da votação de Lula – o líder operário de esquerda –, e de Jair Bolsonaro – o outsider, membro do baixo clero da Câmara de Deputados. Dois personagens políticos que estampam no imaginário popular o enfrentamento do *establishment*.

O que teria sugerido à maioria dos brasileiros alterar este ímpeto?

Os artigos que se seguem procuram compreender este fenômeno. Apresentam hipóteses explicativas, ten-

tativas de entendimento desta alma atormentada nacional.

Possivelmente, vivemos um esgotamento. Talvez, um respiro nacional. Afinal, o lulismo melhorou a vida dos pobres, mas acabou preso. Acabou preso após a derrubada do governo de sua sucessora, a petista Dilma Rousseff. A dúvida se instalou. Lula perdeu quase 50% de sua popularidade com a queda de Dilma no período logo após sua prisão.

O brasileiro médio – pobre, trabalhador e desconfiado em relação às intenções das elites nacionais – duvidou de suas convicções recentes. E apostou em outro outsider, mais radical que Lula e que defendia o oposto do líder operário petista. O resultado foi ainda mais desanimador.

O problema é que a revelação da incompetência de Bolsonaro em governar uma das maiores economias deste planeta coincidiu com uma espécie de estresse pós-traumático da base do lulismo. Uma onda derrotista embalou este segmento que desde os anos 1980 se revelava aguerrido e determinado. O catastrofismo passou a ser uma marca da narrativa de grande parte da base petista e do lulismo – uma camada social mais ampla que a petista –, sugerindo uma articulação internacional e nacional irresistível, pautada pela *guerra híbrida* motivada por teorias militares oriundas dos EUA.

Nessa narrativa, as mobilizações de 2013 teriam iniciado uma ofensiva avassaladora que jogaria todo esforço

de melhoria social do país, realizado na primeira década deste século, numa vala sem fundo. Nada explicava o porquê de no intervalo entre 2002 a 2013 nada ter acontecido, ou porque em 2014 não houve continuidade das mobilizações do ano anterior. Enfim, a ofensiva de direita, que foi engolida rapidamente pelas forças e discurso de extrema-direita, parecia fruto de uma articulação exógena ao campo hegemônico da política nacional que, pela primeira vez em toda história da república brasileira, venceu quatro eleições nacionais consecutivas e permaneceu elegendo a maior bancada federal, além de permanecer como o partido com maior número de brasileiros o apoiando em todo este período (oscila entre 15% e 20% o total do eleitorado que declara preferência no Partido dos Trabalhadores, sendo que o segundo partido com maior preferência não supera 5% dos eleitores do país).

A combinação da desorientação da maioria dos eleitores nacionais com a desorientação de parte significativa das lideranças da esquerda nacional criou as condições perfeitas para a ascensão da direita tupiniquim, apresentada como oposição moderada ao bolsonarismo.

O Centrão procura, desde então, se apresentar como uma espécie de poder moderador focado nos interesses das bases eleitorais de seus pares. Pragmatismo puro, sugerem como seu ideário básico. Com tanta força adquirida, a disputa passou para seu interior. Foi o que demonstrou a divisão na eleição da presidência da Câmara de Deputados

que ocorreu nos primeiros dias de fevereiro de 2021. A violência só não foi maior porque Rodrigo Maia, então presidente da Câmara de Deputados e padrinho da candidatura de Baleia Rossi (líder do MDB), não sustentou as ameaças que passou a distribuir nos últimos dias da peleja. Mas, a fissura estava exposta.

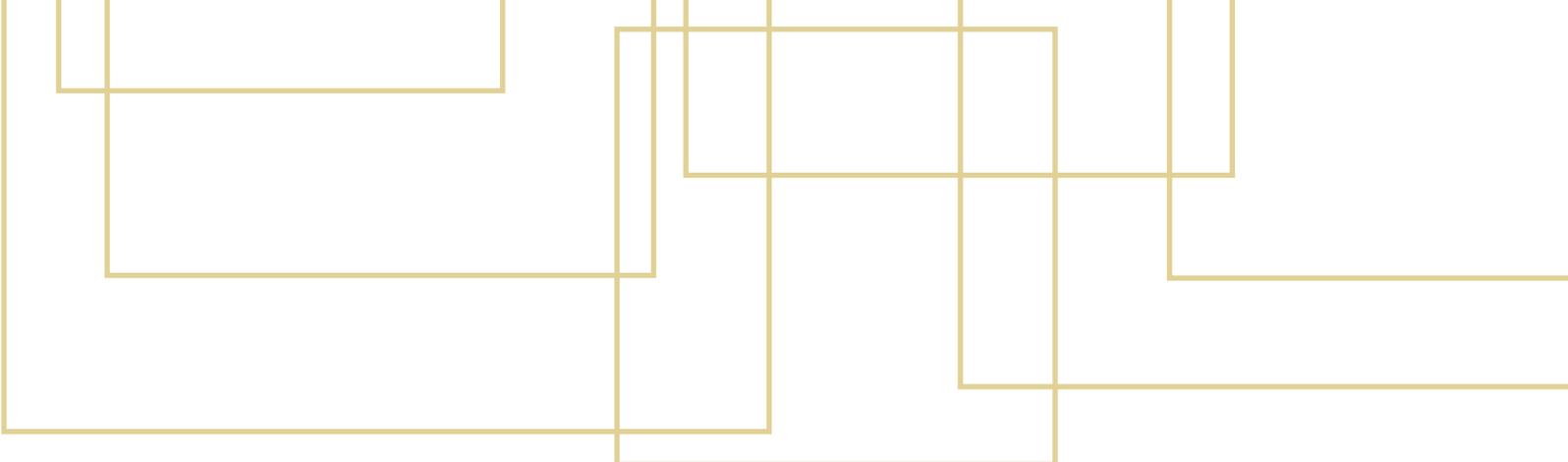
Muito já se disse que o Brasil não é país para amadores. Para políticos e analistas amadores. Por isso, compreender a dinâmica da política nacional exige jogo de cintura, tranquilidade para não fazer apostas e para tentar interpretações. Apressado, neste caso, não apenas come cru como acaba tendo que se justificar o tempo todo, dado o eterno movimento errático do país.

O brasileiro procura, afinal, algo que lhe dê segurança. Foram poucos os momentos em que viu suas esperanças se projetarem no horizonte. Nesses momentos, as elites econômicas, militares e políticas se revoltaram. Disseminaram que a melhoria de vida foi maior para os governantes que estavam governando o país. Disseminaram que a melhoria de suas vidas era uma miragem. E disseram que o remédio seria amargo, principalmente para os trabalhadores e pobres do país.

O intrigante é que parte significativa dos trabalhadores e pobres do Brasil acreditou nessa narrativa das elites. E pior: não raro, as forças reformistas ou membros dos governos progressistas acabaram ficando em dúvida sobre o que realmente estavam fazendo.

Este é o Brasil.

O Brasil que os artigos publicados em seguida procuram narrar e interpretar. Um esforço árduo que pode levar o leitor a um transe. Como é o caso do nosso país.



ANO 2020

1. SOBRE OPULÊNCIA E POBREZA

Estamos sob o signo do Papa Francisco. Uma espécie de Francisco de Assis do século XXI. O Papa retoma, surpreendentemente, o que em religião se denomina “carisma” (o toque divino que nos distingue) franciscano: uma relação especial com a natureza e com a pobreza.

Francisco de Assis adotou uma percepção muito próxima da que nossos indígenas (como os Krenak) têm em relação à identidade de animais, plantas, rios e montanhas. Os Krenak chegam a dar nome às montanhas e identificam suas “famílias”.

Mas, hoje, gostaria de comentar a relação com a pobreza. E não exatamente a partir de um olhar sociológico ou econômico, mas sob a perspectiva do ideário social contemporâneo sobre a pobreza.

Para mim, foi Clara de Favarone, a Santa Clara, que mais ousou neste tema. Vale a pena recordamos, ainda que brevemente, seu arrojo que, hoje, escandalizaria como escandalizou naquela Idade Média do século XIII.

Este foi o período em que as cidades se impunham sobre os feudos. Era assim em Assis, no século XIII. A pobreza campeava. Assis, com seus 3 mil habitantes, se dividia entre a parte dos “maiores” (a nobreza) e dos “menores”

(os pobres e os desvalidos, como os leprosos). Talvez, justamente em função desta transição social, começaram a se multiplicar pequenas comunidades cristãs (aliás, o conceito de comunidade se opunha ao de feudos naquela quadra da nossa história), totalmente à margem da estrutura oficial eclesiástica. Retomavam a tradição das comunidades cristãs primitivas, onde a caridade se plasmava na partilha com todos. Jovens, filhos de nobres ou comerciantes, abandonavam sua vida privilegiada, em especial, na Itália e Alemanha, e partiam para uma vida sem bens. Algo que já havia ocorrido com Sidarta, 400 anos antes de Cristo.

Aos 18 anos, Clara abandonou sua vida de luxo. Vivia num castelo, filha de um nobre. Se juntou à comunidade de Francisco e, em seguida, formou em São Damião (uma antiga capela próxima de alguns hospícios, em Assis) uma comunidade cristã feminina. Desde o início, rompeu com diversos cânones. Resistiu a assumir a função de abadessa. Se negou à viver em clausura plena porque queria ter contato com os pobres e com a vida social. Vendeu sua herança e distribuiu o dinheiro arrecadado aos pobres, para não gerar qualquer dote que compraria seu ingresso num monastério beneditino (o único caminho para a vida consagrada feminina). Uma mulher forte e decidida.

Clara dialogava com o “movimento pauperístico” que alimentou muitos leigos no século XII. Um retorno ao ideal das primeiras comunidades cristãs: vida comunitária, vida apostólica, a identifica-

de com a pobreza. No caso das mulheres, dialogava com a experiência do movimento das beguinhas (possivelmente, o nome se relaciona com a vestimenta de cor bege), que se espalhou pelo norte da Itália, Bélgica e Alemanha. Um movimento totalmente à margem da estrutura eclesial, que se orientava por uma vida sóbria e que instalava suas comunidades próximas a leprosários ou hospitais. No século XIII, este movimento chegou a envolver 6% da Bélgica e 10% da população de Colônia.

Toda esta história para refletir sobre nossa relação contemporânea com a pobreza. Vivemos um período de transição social como a do período de Francisco e Clara, em Assis. Contudo, ao contrário daquele período, o ideário social rejeita a pobreza como se rejeitava a lepra ou a peste negra. Pobres desejam ser empreendedores; filhos de classe média se escoram na meritocracia para saltar degraus no sucesso pessoal. Não há qualquer questionamento em relação ao absurdo de existir bilionários neste mundo, uma condição de vida que vai muito além do necessário e que, para se manter, necessita produzir mais, destruindo a natureza e as relações humanas.

Parece estranho que, à beira do abismo, tenhamos a convicção que o melhor é dar um passo à frente.

Enfim, neste domingo de Carnaval, acordei com esta inquietação: por que, afinal, não ter uma vida de opulência ou ostentação é sinal de fracasso pessoal?

Por qual motivo nos orgulhamos de viver na era da sociedade do desempenho?

2. O ENCONTRO DE LULA COM INTELLECTUAIS MINEIROS

Lula esteve na região metropolitana de Belo Horizonte para participar de alguns encontros e atos do MST e MAB, este último, encerrando o seminário internacional sobre o modelo de mineração adotado no Brasil que finalizou a programação da Marcha dos Atingidos que marcou o primeiro ano do crime socioambiental da Vale em Brumadinho.

Lula decidiu ampliar sua agenda. Participou de uma reunião com dirigentes partidários no hotel onde esteve hospedado em Belo Horizonte e, em seguida, durante mais de três horas, se reuniu com intelectuais (ao redor de 50) mineiros. Fomos informados que Lula desejava se reunir periodicamente com intelectuais e, em outro encontro, com ativistas da área cultural de diversas capitais brasileiras.

Tive o privilégio de ser um dos convidados para este encontro com intelectuais. Fomos recepcionados por Márcio Pochmann, que preside a Fundação Perseu Abramo, e pelo ex-ministro Luiz Dulci. A metodologia foi bem objetiva: Lula queria ouvir ponderações e leituras da realidade brasileira e, ao final, faria alguns comentários.

Como se sabe, intelectual gosta de falar. Faz longas digressões para justificar e fundamentar uma opinião. Faz parte da etiqueta profissional: o fundamento que faz sua opinião ir além do mero palpite. No encontro com Lula não foi diferente. O que fez com que um pouco mais da metade dos presentes conseguisse expressar seus pontos de vista. Foram 29 exposições. Lula ouviu como um monge: em silêncio, um olhar reflexivo que, em algumas vezes, cheguei a pensar que estava em outra dimensão. Ao final, percebi meu engano: sua fala costurava os 29 comentários. Não se trata de um ouvinte inexperiente ou incauto e eu deveria ter imaginado seu autocontrole. Recordei da época que coordenei a montagem do seu plano de governo na questão agrária, em 1989. Lula ouvia e, de repente, fazia perguntas inusitadas sobre um aspecto, focando em algo que teria um vínculo direto com a capacidade de gestão (como o caso de querer saber em quantas safras colhidas o valor do ICMS correspondente poderia pagar os custos da reforma agrária num determinado território).

O encontro foi reservado e, por este motivo, não citarei os nomes dos participantes. Farei um apanhado das diversas falas, agregando temas recorrentes.

Seria possível dividir os temas em quatro grandes eixos: educação, projeto de desenvolvimento, impacto e enfrentamento das fake News e desafios e pautas a serem enfrentadas. Também foram apresentadas reflexões sobre os desa-

fios da esquerda brasileira, articulando com a radical mudança de organização social pela qual passamos neste início de século: algo como “todo o processo de vida social do século XX está se desfazendo e é preciso repensar todo diagnóstico e projeto estratégico”.

O diagnóstico da realidade brasileira não é simples. Houve quem destacasse dados de pesquisas recentes em que se verifica que de 50 mil pessoas que compunham um painel (uma base de pessoas que são consultados periodicamente através de enquetes online) em 2019, 43% afirmaram acreditar em fake News disseminadas, mesmo depois do desmentido formal e amplamente divulgado. A fake News não está no campo da razão, vários comentaram, mas da emoção e da ideologia. Este foi um tema que reapareceu em várias falas. Discutiu-se como o combate às fake News se relacionam com uma forte afetividade entre quem dissemina e quem recebe, envolvendo famílias, amigos e igrejas.

Outras pesquisas foram citadas, como a que indicou, recentemente, que 35% dos mineiros entrevistados se dizem lulistas (ou apoiadores do ideário lulista) e 28% bolsonaristas. Nem todos os presentes concordaram com esta realidade ou que ela seja definitiva.

Também foram citadas pesquisas recentes, como a patrocinada pela Central Única de Favelas, que indica certa mansidão popular: a maioria dos moradores de favelas brasileiras se apresenta otimista em relação ao seu futuro e que

as melhorias previstas se darão exclusivamente por seu esforço pessoal. Ou a série histórica construída por pesquisa patrocinada pelo CDL BH que revelou que a maioria dos belorizontinos acredita que o governo Zema vai mal e que a situação econômica deve piorar, embora acreditem que se trate de um governador esforçado e bem-intencionado. Mais uma vez, a emoção e uma certa fé cega se sobrepondo à razão.

Houve falas mais agudas, sugerindo que o diagnóstico da derrota de 2018 ainda não foi feita e que seria preciso discutir não apenas a ofensiva de extrema-direita e direita, mas também os erros cometidos. Lula confirmaria, mais tarde, esta necessidade, embora reforçasse a construção do discurso de direita como uma montagem que evoluiu nos últimos dez anos.

Uma fala que convergiu com esta crítica foi a de um economista que criticou a forma como a esquerda conduz o debate sobre modelo de desenvolvimento. Em sua leitura, se a agenda social (em especial, educacional), de renda e geração de trabalho fica nas mãos de dirigentes e intelectuais de esquerda, a agenda de desenvolvimento e investimentos invariavelmente cai nas mãos do empresário ou assessores e formuladores que poucas afinidades têm com o ideário de esquerda.

Houve uma série de intervenções relacionadas à agenda pública educacional. Educadores formavam o maior bloco entre os presentes. Um dos des-

taques foi a política educacional para a infância. Outra, para a educação universitária. Uma fala contundente destacou que talvez seja a hora de repensar as políticas e estratégias educacionais pensadas pela esquerda porque o que está em jogo é a criminalização dos movimentos sociais, ou seja, lideranças sociais e grandes educadores que se vinculam aos movimentos sociais. Esta fala foi ainda mais sofisticada, destacando que as próprias lideranças sociais se apresentam como liderança pedagógicas. É neste sentido que a cultura e a educação estão sendo atacadas, muito menos por uma substituição de projetos.

Outro tema abordado foi o diálogo com as massas populares. Muitos reforçaram que só há desenvolvimento ou política social se for para as massas. E que a esquerda ainda sente dificuldades em articular esta agenda com a questão ambiental. Foi recordado que a agenda ambiental é nitidamente de esquerda porque não interessa à direita ou empresariado. Contudo, a concepção de desenvolvimento ainda engatinha nesta direção. Um dos presentes sugeriu que, inclusive, a questão ambiental se relaciona diretamente com a miséria: destacou que as regiões mais afetadas pelo dilúvio que atingiu nos últimos dias a região metropolitana de BH foram as mais pobres e sem infraestrutura pública. Foi sugerido que a agenda do momento envolvesse a) questão ambiental; b) as diversidades (no plural); c) as mentalidades e ideologias; d) o diálogo e comunicação com o povo.

Sobre este último item, foi destacada a necessidade de se repensar a comunicação com as massas. Um Pai de Santo disse: “nós somos da feira, popular e democrática, não somos do mercado”, aludindo à certa contradição entre a cultura e identidade popular brasileira e a estranha noção de empreendedorismo (muito comentada por Lula) que se dissemina nos últimos anos. Novamente, as instituições mais vinculadas à intimidade e projetos pessoais (família e igrejas, em especial) foram muito citadas. Também foi destacada a necessidade de abrir uma forte discussão e reaproximação com setores progressistas da classe média brasileira.

Ao final das falas, Lula fez um arremate. Dialogou com as críticas apresentadas. Reconstruiu os passos para fortalecimento da Petrobrás, a concepção estratégica de desenvolvimento pensado pelos governos petistas e o aumento das críticas, inclusive dos movimentos sociais, em certo momento do governo Dilma. Mas, focou nas dúvidas atuais e no pedido de ajuda ao grupo presente. Disse que é preciso compreender o que é trabalho nos dias de hoje. Recuperou como, nos anos 1970, se falava nas portas de fábrica usando o termo “peão”. Logo depois, passou a ser utilizado o conceito de “trabalhador”. O conceito se popularizou de tal maneira que professores passaram a se chamar de “trabalhadores da educação”, médicos se nomeavam “trabalhadores de saúde” e assim por diante. Hoje, tudo mudou e um entregador de pizza que se desloca pela cidade em dia de chuva numa bicicleta se intitula

“empreendedor”. No estilo Lula de ilustrar de maneira irônica seu diagnóstico, ficava nítido sua preocupação com a mudança em curso no mundo do trabalho.

Finalizou pedindo para pensarmos três agendas: juventude, desigualdade social e soberania nacional.

Foi um primeiro encontro desta natureza. Não havia apenas petistas – embora fosse a imensa maioria – mas analistas de esquerda. Lula parecia cansado, mas continua arguto. Ao final, a tietagem foi explícita. Após a foto protocolar com todos os presentes com Lula, um cerco ao ex-presidente multiplicando selfies transformou o ambiente num fim de feira. Lula, atento, deve ter registrado que grande parte dos presentes era vinculado à educação. Não titubeou: em meio aos pedidos de selfie, gritou: “agora, foto somente com o pessoal da educação”. E lá se foi para um canto sob aplausos da maioria... de educadores.

3. COMO SE ENCHE A CABEÇA DE UM POVO COM BOBAGENS E MENTIRAS

A cultura política brasileira é rasa, opinativa. Raramente é embasada em fatos ou dados. Pior é quando se comenta algo relacionado às políticas sociais ou orçamento público. Uma ilustração pode ser pescada das conversas que os enclausurados do BBB entabulam. Não as-

sisto BBB. Se é para ouvir conversa sem pé nem cabeça, prefiro um boteco.

Hoje, publicaram num dos grupos de Whatsapp que participo uma fala de alguém que está confinada no BBB e que comentava como lhe dói ouvir “bandido bom é bandido morto”. Estava indo numa boa linha até que desanda a falar sobre corrupção. Mais uma que caiu no conto do vigário.

Corrupção não é problema brasileiro. É fenômeno mundial. E há estudos às pencas para compreender o fenômeno. As causas mais citadas são: profunda desigualdade social e Estado capturado por elites. Esta é a tese funcionalista norte-americana, por exemplo. Entretanto, no Brasil, o tema é tratado como um velho amigo que enveredou para o crime. É sempre uma fala genérica e raivosa, sem um mínimo de preocupação com as causas ou os verdadeiros efeitos desta prática. Parece dialogar com um sentimento atávico, de quando éramos bebês e um primo folgado nos surrupiou um brinquedo sem que nossos pais percebessem.

Uma rápida análise sobre os males que afligem nosso país levaria a qualquer um perceber que o problema brasileiro não é a corrupção, mas a desigualdade social. Thomas Piketty sustenta que somos o país mais desigual do planeta. A ONU acaba de publicar que somos a sétima nação mais desigual. Contudo, é consenso que somos a segunda nação em sonegação de impostos. Então, desigualdade e sonegação parecem forjar

uma relação muito mais significativa que desigualdade e corrupção (dentre os 200 países do mundo, estamos na metade, no ranking mundial de percepção deste fenômeno).

O Banco Mundial revela que só perdemos em sonegação para a Rússia. Ricos e empresários parecem não ter muito apreço à nação. E fazem de tudo para armarem campanhas que nos façam legitimar a sonegação com frases como "se fizessem algo de bom com este dinheiro, eu até pagaria".

A sonegação custa ao país sete vezes mais que a corrupção, sustenta o pesquisador Gabriel Casnati. Mas, a menina confinada do BBB dizia que a corrupção rouba recursos da educação e saúde. Percebem como os sonegadores fazem a cabeça de gente incauta?

Não é menos interessante saber que a menina confinada do BBB não citou a Emenda Constitucional que congelou gastos públicos, mas não congelou pagamento da dívida externa (que consome quase 50% de toda riqueza que produzimos neste país). Na época da votação da PEC do congelamento dos gastos sociais especialistas de todo mundo a condenaram. Cito a relatora especial pelo direito à educação, Koumbou Boly Barry; o relator especial pelo direito à alimentação, Hilal Elver; a relatora especial para moradia adequada, Leilani Farha; o relator especial para pobreza extrema e direitos humanos, Philip Alston.

Vários estudos apontavam que seríamos tomados por epidemias já supe-

radas (por falta de recursos à saúde pública) e aumentaria o número de suicídios. A desgraça que a Emenda Constitucional que congelou gastos sociais no Brasil implantou em nosso país já era prevista por David Stuckler, de Oxford. Mas a enclausurada do BBB não citou nada disso.

A menina enclausurada no BBB também não citou a reforma trabalhista e a lei que radicalizou a terceirização do país. Na época, o professor Ruy Braga, da USP, afirmou que em cinco anos chegaríamos a 75% dos brasileiros na insegurança da terceirização. Já estamos perto de 50%.

Então, para não me alongar, fico me perguntando o que faz uma tese tão rasa (a da corrupção como principal problema brasileiro) ganhar as mentes e corações de brasileiros incautos. Como podem esquecer de tantas causas mais significativas?

4. ESQUERDA E NEOFEMINISMO DE CONVENIÊNCIA

Ontem foi dia de sinais trocados relacionando esquerda e a luta pelo poder. Os casos envolvendo Michelle Bolsonaro e Gleisi Hoffmann merecem um comentário.

Algo de muito errado acomete toda nossa sociedade.

Primeiro, Michelle Bolsonaro. Ter a vida íntima devassada nas redes sociais

é de dar náuseas. Chegar a ser o tema mais citado nas redes sociais já é sinal de doença causada por esta necessidade de total transparência.

A necessidade doentia de transparência para alguns significa honestidade e legitimidade, um livro necessariamente aberto até romper com a costura que une as suas páginas. Trata-se de um ataque ao humano. A intimidade faz parte das incertezas humanas, muitas vezes, da fuga da “persona” que se apresenta em público. Tem alguma relação com os avatares que protegem a identidade real nas redes sociais. Mas, hoje, há quem tire fotos até quando está no banheiro ou segundos depois da relação sexual. Qual o motivo de tamanha exposição? O fim do mundo privado? Pior: o fim da intimidade?

Nossa legislação define como invioláveis a intimidade, a honra e a imagem das pessoas. Mas, há quem acredite que o importante é devassar tudo, o que transforma suas dúvidas e relações com os outros numa peça de teatro realizada em praça pública. Ao expor seu relacionamento amoroso para todos, a relação é destruída porque se transforma num espetáculo que busca apenas sua valorização pessoal. O outro que se dane, a relação que se dane. O importante é a hipere Exposição para que você se saia bem na fita. No fundo, estamos falando em marketing pessoal.

Tal narcisismo é ainda piorado quando se devassa a intimidade de outra pessoa que você nem mesmo conhece.

Qual o sentimento mórbido que preside este expediente? Sua autovalorização em detrimento do outro? E se a pessoa for uma figura pública? A intenção não explícita é de destruição de tudo o que é público?

A intimidade passa a ser usada como ameaça: “se não fizer o que desejo e espero, apresento o que lhe é mais caro a todos”. Seria este o desejo íntimo dos trolls? A situação piora quando alguém de esquerda sugere que devassar a vida íntima da primeira-dama faz parte do jogo. Quem assim pensa sustenta uma visão maniqueísta onde a sujeira da extrema-direita valida a sujeira da esquerda. Algo como um discurso que valoriza a realpolitik. E, assim, nossos valores vão para a lata do lixo. O que vale é a disputa infantil e a busca da vitória certa.

Mas, o que nos faz de esquerda, afinal? Justamente a luta pela dignidade humana. Este é o valor essencial de todos de esquerda. A direita é que sustenta o sucesso individual a qualquer custo. Ao não nos horrorizarmos com a exposição da vida íntima de uma mulher, chafurdamos na lama da direita.

Mas, ontem, o neofeminismo - este, vindo dos EUA e que é hiperindividualista e pensa, no máximo, o interesse grupal, mas nunca a igualdade na espécie - também deu sua escorregada: defendeu Michelle e se esqueceu de Gleisi.

A presidente do PT foi hostilizada por hóspedes quando fazia o checkout do hotel onde se hospedou no Rio de Janeiro. Não houve a mesma reação pelas

neofeministas. Por qual motivo? Porque o neofeminismo não se pauta pela ética, mas pela estética. É pós-moderno. Por ser pós-moderno, suas reações são performáticas. Falam mais de si que da luta pela igualdade. O neofeminismo é autorreferente. No fundo, o neofeminismo não defendeu o direito de Michelle Bolsonaro (justamente porque não luta por direitos que são universais, de todos e todas), mas sua própria cartilha.

Lembremos: a necessidade é individual; o interesse é grupal; o direito é universal. Se falamos em direito, falamos em toda humanidade, sem distinção. Algo que o neofeminismo pós-moderno rejeita: a humanidade seria uma abstração, segundo sua cartilha: o que vale é a caixinha. Em outras palavras: para o neofeminismo, Gleisi estaria no mundo dos machos, dos "esquerdopatas". O neofeminismo pós-moderno, enfim, pensa o mundo em bolhas. A antítese da luta por direitos.

Nada menos esquerda que a que devassa a intimidade de qualquer um como meio da luta política; nada menos feminista que os que escolhem que opressão rejeitar, fazendo uma seleção do que lhe convém.

Vivemos um tempo de sinais trocados.

5. 8 DE MARÇO: O FEMININO E O FEMINISMO WICCA

Anteontem, recordamos aqui em casa que participei de uma banca inusitada, no Paraná, alguns anos atrás. A tese era de uma amiga que pesquisou mulheres bem-sucedidas no mundo empresarial e que eram absolutamente livres sexualmente. Todas Wiccas. Fiquei impressionado.

Hoje, resolvi – sobre efeito desta recordação – escrever sobre as wiccas como uma maneira de refletir de um ângulo diferente sobre o 8 de março (um dia de luta, no nosso caso, contra Bolsonaro e os históricos de extrema-direita).

Embora exista uma corrente monoteísta, a maioria das wiccas é duoteísta ou politeísta. O livro “As Brumas de Avalon” trouxe esta lógica celta para a literatura de massas.

Vou dar uma ou outra informação sobre esta religião pagã, considerada por muitos como a mais antiga da humanidade (por outras, como fortemente influenciada por seitas pré-cristãs).

Originalmente, a palavra wiccan, do inglês antigo, se referia aos feiticeiros e wicce às feiticeiras. Estima-se que esta religião congregue, hoje, mais de 800 mil adeptos, com uma curiosidade: 1.434 pilotos da Força Aérea dos Estados Unidos se identificam como wiccanos. No Brasil, estima-se que esta comunidade congregue 50 mil pessoas.

As wiccas celebram os ciclos da vida e integram as dimensões feminina e masculina. As celebrações mais conhecidas são os sabás, festas que ocorrem oito vezes ao ano. Mas, há outros rituais. Os sabás são conhecidos como assembleias de bruxos e bruxas, realizadas aos sábados. A bruxaria, contudo, envolve outras práticas para além das práticas Wiccanas. Segundo Michel Valim, os Sabás que “marcam os solstícios e equinócios são conhecidos como Sabás Menores e os que acontecem entre uma estação e outra são conhecidos como Sabás Maiores, são eles: Samhain, Imbolc, Beltane e Lammas/Lughnasadh. Eles eram antigos festivais de plantio e colheita celebrados pelos povos celtas da Irlanda e Grã-Bretanha. Os Sabás celebram o ciclo do sol, o Deus, onde mitologicamente ele nasce da Deusa, torna-se amante Dela, fecunda Ela, morre e renasce novamente Dela. Esse conjunto de festivais é conhecido como A Roda do Ano. Os Esbás são os rituais feitos nas fases das Luas (nova, crescente, cheia, minguante e negra) ou apenas da Lua cheia. São ritos de conexão com a Deusa e suas marés cósmicas e ritos onde trabalhamos feitiços para renovação, crescimento, plenitude, purificação e banimento e autoconhecimento.”

As Wiccas praticam wiccanig, onde se pede aos deuses que protejam o nascimento de uma criança. Seus cultos relacionam-se com os ciclos de fertilidade da terra que celebram uma Grande Mãe. A Deusa tem mais importância em virtude da vida ser gerada pelo feminino, como vimos na explicação de Valim. Não

por outro motivo que as wiccas cultuam práticas sociais que confrontaram o poder masculino e normas que cerceavam a liberdade feminina de tal maneira que foram punidas com a morte, queimadas em fogueiras ou enforcadas.

O que parece mais interessante é que seus cultos forjam uma moralidade liberal, típica das estruturas matriarcais. A Deusa Mãe (Virgem Eterna e a Feiticeira Primordial) relaciona-se ao amor pela vida e à regeneração e ao renascimento das almas dos mortos. Para a maioria dos Wiccanos, o Deus e Deusa são vistos como polaridades complementares no universo, existindo um equilíbrio entre um e outro, e desta forma têm sido comparados com o conceito de yin e yang, encontrado no Taoísmo, equilíbrio não promovido em religiões cujo ideário é patriarcal. Em várias vertentes Wicca, todos os deuses são considerados um deus, e “todas as deusas são uma deusa”, de tal maneira que se unificam – numa importante tolerância religiosa - Eostre, Kali, e Virgem Maria como manifestações de uma Deusa Suprema.

Um “pit stop” para um registro sobre a estrutura matriarcal analisada pela antropologia.

Malinowski, antropólogo polaco, se surpreendeu com esta estrutura quando de sua famosa pesquisa realizada nas Ilhas Trobriand, no início do século XX. O antropólogo polaco percebeu que nestas ilhas, seus residentes não apresentavam complexos sexuais agudos. Percebeu uma “livre sexualidade”

incluindo a homossexualidade. A origem desta liberdade, relata estupefato, se dá em função da estrutura matriarcal da família. Não existe a figura do pai repressor, justamente porque o pai biológico não é considerado efetivamente o pai da criança. O pai é o irmão da mãe, o principal provedor da sua família. O tio materno é a figura a quem o menino recorre justamente porque se trata, observou Malinowski, de família matrilinear. A mãe, assim, pode ter vários namorados e seus filhos terão sempre seu irmão como protetor e provedor.

Retornemos às Wiccas.

Existem diversas linhagens Wiccanas, como a gardneriana (de Gerald Gardner), a alexandrina (de Alex Sanders) ou a cochraniana (de Robert Cochrane). A gardneriana é a mais difundida e afirma recuperar a antiga tradição religiosa da bruxaria com raízes pré-cristãs.

No livro "As Brumas de Avalon", a criação das nações, o uso da força no comando do mundo e o foco na concentração do poder como sucesso político são apresentadas como fruto da destruição das religiões politeístas e da crença no equilíbrio entre o feminino e o masculino.

O que é inovador – e, acredito, seja resultado de uma lógica feminina da experiência Wicca – é o código moral em que "sem ninguém prejudicar faz o que tu quiseres". Uma articulação da liberdade e generosidade. Generosidade tão marcante que as wiccas creem que

qualquer ação malévola ou benéfica retornará ao autor três vezes mais forte.

Pode ser uma crença ingênua de minha parte, mas aqui parece existir a chave de uma possível política ou organização social feminina. Não uma mera negação do masculino ou um oposto – de tal maneira que sempre estaria vinculada e projetando o masculino como fonte de sua elaboração –, mas como algo distinto, diferente, uma outra lógica social.

De qualquer maneira, esta é minha contribuição ao 8 de março deste ano: lembrar práticas sociais femininas que nos fazem refletir sobre outras maneiras possíveis de viver e de nos relacionar para além da objetividade agressiva masculina.

6. A DESMONTAGEM DO BOLSONARISMO E A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UM GOVERNO PARALELO

A notícia do momento político nacional é a decomposição da base social do governo Bolsonaro. Pesquisa realizada pelo Atlas Político divulgada ontem indica que 74,1% consideram o governo ruim, péssimo ou regular. A pesquisa indica, ainda, que quase metade dos brasileiros deseja o impeachment do atual presidente: 44%. Havia uma forte especulação, entre os cientistas políticos, sobre o piso do apoio à Bolsonaro. Muitos

sugeriam 25%. Os mais radicais, sugeriam 15%.

Pouco antes da liberação do 13º salário e do emprego sazonal de final de ano começar a abrir suas portas, o índice de aprovação de Bolsonaro já indicava queda (ao redor de 28%)¹. Recuperou um pouco na passagem do ano, mas agora despenca.

São dois fatores conjugados que contribuem para a desmontagem da base social bolsonarista: a paciência para as reformas darem resultado positivo evaporou; e a falta de responsabilidade para enfrentar a pandemia vem corroendo o apoio social. Na pesquisa do Atlas, 64% dos entrevistados reprovam a forma como Bolsonaro gerenciou a chegada da Covid-19.

Com a divulgação do PIB², o índice dos que acreditam que a nossa economia vai piorar subiu para 49,7%. Bolsonaro revela por inteiro sua incompetência administrativa. Mais: em tempos de crise mundial, propostas liberais não funcionam. É preciso a intervenção segura do Estado, o que faz com que Paulo Guedes se torne rapidamente uma figura decorativa, mesmo tentando

recuar e parecer um velho amigo do keynesianismo.

Para nós, cientistas e analistas políticos, o que fica agora é como Bolsonaro e sua trupe reagirão. Tentaram sustentar certa coesão de seu bloco convocando, de última hora, o pannelo desta semana 30 minutos após a manifestação do "Fora Bolsonaro". Perderam a aposta.

A cartilha dos "engenheiros do caos" (faço alusão ao livro de Giuliano Da Empoli)³ da extrema-direita sugere que o grau de excitação da sociedade deve ser alimentado diariamente. E que um exército - pequeno, admitem - de fanáticos deve atingir a franja da opinião da maioria, sempre mais ponderada que os fanáticos. A tentativa é de criar uma onda de fake news e postagens agressivas, atacando um "inimigo externo", no estilo "água dura em pedra mole, tanto bate que a contamina". A franja começa a titubear e acaba facilitando o avanço dos fanáticos.

Este expediente parece ter perdido eficácia no caso do bolsonarismo. Um estudo elaborado pela FGV revelou que desde o dia 12, a base pró-Bolsonaro no Twitter perdeu metade do espaço na

1 Situação similar ao que ocorre no início de 2021, quando da revisão desses textos, em que o apoio popular ao governo Bolsonaro chega a 26%. Vários analistas sugerem que a queda de popularidade - por mais uma vez - se deve ao fim da ajuda emergencial de 600 reais (ou a segunda versão, de 300 reais) e ao aumento das mortes por COVID19 (superamos, por duas semanas, mil mortes/dia) agravado pela lentidão para vacinar os brasileiros (no ritmo de vacinação neste início de ano, a população brasileira só será toda vacinada em 2026).

2 O Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pelo IBGE, fechou 2019 com crescimento de 1,1%, totalizando R\$ 7,257 trilhões.

3 EMPOLI, Giuliano Da. Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições", São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

rede no debate sobre coronavírus, caindo de 12% para 6,5% de participação no dia 17. Uma situação como esta, em que se forma uma onda de rejeição, debela as tentativas de criação de fatos políticos. A onda gera uma "vacina", ou seja, passa a refutar tudo o que lhe é apresentado pela frente. Bolsonaro começa a ficar sem opção alguma.

Sua sorte é que, até o momento, a esquerda não se lançou numa tarefa básica: orientar a população sobre como agir frente a crise e apresentar um site ou plataforma que explique os riscos e as alternativas (incluindo as já implantadas no exterior).

Contudo, se a oposição avançar sobre a montagem de um "governo paralelo", criará rapidamente uma dualidade de poder em nosso país, dada a fragilidade moral e técnica do governo Bolsonaro. Aí, teremos uma virada de página nesta quadra da vida política de nosso país.

Esta deveria ser a aposta da esquerda brasileira.

7. A POLÍTICA DE CICLO CURTO OU A CRISE DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Zygmunt Bauman faz uma interessante distinção entre a dimensão social (e que configura uma persona) online (nas redes sociais) e a offline (no mundo real). Bauman sugere: "Nem tenho tanta certeza sobre a existência de dois universos quando vejo uma pessoa atravessando a rua e digitando ao mesmo tempo (...). As fronteiras entre as vidas online e offline estão ficando mais nebulosas."

Esta análise da transição em termos de conduta social em que estamos metidos se encontra em autores de distintas linhagens. Em meu livro sobre o conservadorismo político mineiro⁴, agreguei os diversos autores em vertente nominalista e vertente sistêmica.

Na vertente nominalista, encontramos Richard Sennet (para quem vivemos a explosão do ressentimento individual em relação à projeção de todo homem público) e Peter Sloterdijk (para quem vivemos a demanda da horizontalidade desejada pelos medíocres).

Sennet sugere que a única saída para a política - em meio à corrosão gerada pelo ressentimento social - seria a figura do demagogo, que finge ser igual a qualquer um, embora tenha muito mais poder e participe de uma oligarquia.

4 RICCI, Rudá. Conservadorismo Político em Minas Gerais: os dois governos Aécio Neves. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Trata-se de um domínio político focado na habilidade retórica.

Sloterdijk é mais ácido. O autor conservador sustenta que os meios de comunicação impedem que cada participante não veja o outro, gerando um individualismo de massa ou, em suas palavras um “abandono organizado”, presa fácil de movimentos totalitários e da negação da política.

Já na vertente sistêmica, encontramos John Keane e Luciano Canfora, dentre tantos.

Keane, sugere que a desconfiança sobre a representação política vem gerando um conjunto de experiências extraparlamentares de controle e formulação de política públicas. O autor australiano, apresenta uma extensa lista de experiências deste tipo, que denomina de monitória (de monitorar): júris de cidadãos, assembleias biorregionais, orçamento participativo, conselho consultivo e grupos de foco, comissões de peritos, conferências de consenso etc. Keane sustenta que há um elemento central nesta inovação social: a reafirmação dos grupos de interesse, dos grupos locais, da atomização da participação social, fundada no fracionamento de identidades coletivas.

O autor italiano Luciano Canfora questiona se a democracia contemporânea se sustenta efetivamente no princípio da maioria. Sugere que a formação de maioria está mais vinculada ao

marketing político e manipulação das informações (caso bem conhecido dos brasileiros).

Canfora apresenta em seu livro *Crítica da Retórica Democrática*⁵ quatro teses:

Tese 01: a dinâmica democrática não se relaciona exatamente ao desejo da maioria, mas aos mecanismos de formação de consenso.

Tese 02 de Canfora: todos sistemas de representação tendem a formalizar políticos profissionais oriundos das classes médias mais abastadas.

Tese 03 de Canfora: as democracias forjam elites dirigentes que, na prática, criam padrões oligárquicos de comando político.

Tese 04: há um deslocamento do *locus* de tomada de decisão política para fora dos parlamentos, com nítida influência de grandes corporações empresariais.

Luciano Canfora entende que o mundo político atual é dominado por estruturas oligárquicas, numa visão pessimista que se distancia de Keane.

Essas teses dos 4 autores aqui apresentados indicam que o ciclo de domínio político parece fadado a ser cada vez menor, já que sua legitimação se apoia numa imensa desconfiança social. Estaríamos ingressando numa etapa da vida política em que um governante per-

5 CANFORA, Luciano. *Crítica da Razão Democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

de empatia. A perda de empatia leva ao desgaste progressivo, num espaço curto de tempo (dois a três anos), terminando seus mandatos em frangalhos. Este parece ser o caso de Trump, que tira da cartola uma guerra com o Irã para compensar seu esfacelamento político.

Mas, a "política de ciclo curto" também gera a ciranda de sucessão, caso, possivelmente, brasileiro da última década em que Dilma perde musculatura (por erros próprios, é certo), sucedida por Temer, que nunca ganhou musculatura e, finalmente, chegando à Bolsonaro.

Bolsonaro, por seu turno, já perdeu mais de 50% do apoio que tinha em dezembro de 2018 (IBOPE)⁶ e continua apresentando queda, chegando a 29% de apoio na última pesquisa apresentada no final de 2019.

Se a tese da política de ciclo curto tem sentido, uma suposta derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022 geraria uma outra mudança de rumos políticos nacionais que se desgastaria rapidamente, chegando ao final do mandato em profundo desgaste.

Para finalizar: a política de ciclo curto corrói qualquer representação. Então, na base desta crise está o sistema formal de representação. Um tema pouco popular, mas que define a instabilidade do sentimento popular.

8. O QUE FAZ BRASILEIROS DUVIDAREM DA EPIDEMIA?

"Eu temo o coronavírus

E zelo por minha vida

Mas tenho medo de tiros

Também de bala perdida,

A nossa fé é vacina

O professor que me ensina

Será minha própria lida"

Este é o início de um cordel criado por Moraes Moreira. Deu o nome a ele de "Quarentena". Singelamente, interliga educação com fé e coragem. Talvez, aí esteja a chave para entendermos o motivo para tantos brasileiros negarem o risco evidente que corremos com o coronavírus. A fé se foi e, com ela, a coragem de parte dos brasileiros. O discurso agressivo de alguns - é uma tese - encobre seu imenso pavor em relação ao futuro e ao passado. Encobre a certeza pálida que o futuro dourado que projetaram para si parece cada vez mais distante.

O psicanalista Christian Dunker, destaca três perfis de comportamento diante da ameaça: o tolo, o desesperado e o confuso. Em entrevista à BBC News Brasil, Dunker afirma que o tolo tende a negar a situação dramática como maneira de enfrentar o medo; o perfil deses-

6 Ver "Dez/2018: Para 75% dos brasileiros, Bolsonaro está no caminho certo", Revista Exame, Publicado em 13/12/2018 às 10h41 e alterado em 22/02/2019 às 14h31. Disponível em <<https://exame.com/brasil/para-75-dos-brasileiros-bolsonaro-esta-no-caminho-certo-aponta-ibope/>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2021.

perado se angustia ainda mais com a situação; já o confuso transita entre esses dois polos, sem saber direito como deve agir e pensar⁷.

Parto desta sugestão de Dunker, mas gostaria de ir além. Por muito tempo, dizíamos que os brasileiros eram por demais ansiosos e que não conseguiam enfrentar grandes desafios. Lembro de ouvir isso desde criança, principalmente durante os jogos olímpicos. Éramos um país gigante, com população fisicamente forte e com ginga e malícia suficientes para nos destacarmos em qualquer esporte, principalmente os coletivos. Mas, na prática, a promessa não se realizava. Diziam que amarelávamos numa decisão. Ouvi essa cantilena, na minha adolescência, durante os jogos internacionais de basquete em que a seleção brasileira fazia espetáculo, mas não se consagrava como campeão.

Então, teríamos esta marca em nosso caráter.

Tantos outros apontaram alguma falha em nosso modo de ser. Na sociologia, transitamos entre o “homem cordial” que necessitava do afeto e que não tolerava o compromisso para além dos objetivos egoístas, até a incapacidade de formularmos um projeto de classe (seja ela qual for), passando pela “carnavalização da política” que se traduzia pela transgressão dentro da ordem. Nossas insti-

tuições e regras parecem fadadas a uma pantomima interminável que não resiste ao primeiro gracejo de um Macunaíma.

Nossas elites adoram a conciliação. Desde que saiam ganhando. Nunca conseguiram pensar no próximo. Só praticam as técnicas ou relatórios de planejamento até a página 2. O imediatismo é sua bússola.

Este traço de personalidade parece nos transformar em ostras, em mônadas ensimesmados, adoradores de grupos de intimidade e do descaso com o público.

Pode ser.

Mas, prefiro a sugestão sartreana: não temos essência; como humanos, fazemos escolhas. Se é assim, então fica a questão: por qual motivo fazemos estas escolhas da fuga à responsabilidade? Por que sempre escolhemos a fuga para o futuro?

Poderia desenvolver muitas teses, mas prefiro me concentrar numa que me afeta diretamente: nosso inacabado, insuficiente e superficial projeto educacional.

Educação, para a linhagem mais tradicional, é processo de socialização, de convencimento à “submissão consentida” para deixarmos de sermos guiados pela pulsão de momento e ingressarmos

7 Ver MACHADO, Leandro. Coronavírus: alguns sentem tanto medo que precisam negar o que está acontecendo, diz psicanalista, BBC News Brasil em São Paulo em 4 abril de 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52160230?at_custom2=twitter&at_custom4=10897814-7807-11EA-B805-DF20933C408C&at_custom3=BBC+Brasil&at_medium=custom7&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_campaign=64&fbclid=IwAR0QKxycajKiae4UVGM05vqKKWwL9VQPSmls2xamHORbQ9g3CyERL6TZrqE>. Acessado em 7 de fevereiro de 2021.

no mundo das regras sociais. Esta era tese de Émile Durkheim. Para as teses mais progressistas, de Dewey ou Paulo Freire, o objetivo era promover a autonomia, a capacidade de cada um perceber sua importância para a convivência social e, assim, se conter e elaborar normas de conduta a partir de sua consciência social.

Ora, nenhuma dessas teses parece ter vingado. Ao menos para dezenas de milhões de brasileiros que negam o que está estampado à sua frente. Pesquisa do Instituto Gallup revelou que 35% dos brasileiros desconfiam das pesquisas científicas; 20% avaliam que seria justificável o chefe do governo fechar o Congresso diante de dificuldades (pesquisa “A Cara da Democracia”, realizada pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, que reúne pesquisadores sociais do Brasil, Argentina e Portugal); e 15% dos brasileiros aderem às teses fanáticas da extrema-direita (Vox Populi e Datafolha).

São mais de 30 milhões de brasileiros que se negam a conviver com a realidade, com o próximo, com a adversidade. Um fracasso retumbante do nosso processo educacional.

O que nos fez errar tanto?

Vou propor uma tese polêmica: preferimos adotar pacotes exógenos à nossa cultura que valorizar nossos pensadores da área educacional.

Esta tese foi se formando em minha mente quando soube que a edu-

cação finlandesa, que está no topo dos resultados educacionais do mundo há tempos, se baseou nas teses de Paulo Freire e Anísio Teixeira para formatar sua política educacional. Livros dos dois autores brasileiros encontram-se traduzidos naquele país frio e distante.

Um pouco deste descaso com as teses educacionais brasileiras vêm da forte intervenção gerencialista dos EUA em nosso país, desde a década de 1950. Naquela quadra de nossa história, no início da Guerra Fria, os EUA investiram forte para formar uma cultura educacional que nos afastasse do risco comunista. Sete Estados brasileiros foram contemplados com bolsas de estudos para levar educadores a se formarem em gestão escolar e formulação de currículos na terra do tio Sam. Logo este país que detém um dos piores desempenhos em educação básica do continente. Mas, lá fomos nós.

E voltamos à lógica norte-americana durante a ditadura militar, implantando os controles de inspiração taylorista com as famosas “delegacias de ensino” e os “inspetores” que controlavam tudo e todos. Naquele momento, a atividade-fim da educação perdeu qualquer poder para as atividades-meio. Seria como um jogador de futebol não conseguir cobrar o pênalti porque treinador, preparador físico e psicólogo desportivo ficassem no seu ouvido dando instruções infundáveis até que se instalassem dúvidas ou regras burocráticas que esvaziassem seu talento.

Durante os governos lulistas, não foi diferente. Com Haddad, importamos as avaliações externas como sendo o *suprassumo* da modernidade. Ocorre que uma de suas formuladoras, a norte-americana Diane Ravitch, publicou um livro revelando que esta política foi um imenso erro: ao invés de estimular o pensamento, estimulou respostas a testes programados. Algo como o reforço às técnicas de condicionamento de comportamento. Leiam seu livro “Vida e morte do grande sistema escolar americano”⁸.

Agora, uma leva de empresários e doutrinadores de extrema-direita querem nos convencer que a relação social que caracteriza todo processo educacional deve ser substituída por aulas à distância, por aulas em casa (*homeschooling*), pela ausência de contato humano e muito pacote comprado de empresas que pouco entendem de educação.

Ora, com este currículo nas costas, a educação brasileira mata o talento dos professores. Há décadas, substituímos a autonomia dos craques pelas tabelas de controle burocrático.

No que dá esta trajetória toda? Em alunos que consideram a sala de aula chata, que elegem, segundo pesquisadores da UNESCO em nosso país, que sala de aula, corredores, secretaria e direção escolar são o que há de pior em nossas escolas. Justamente os espaços de socialização e as instâncias de gestão as escolas!!

Não há relação entre o mundo real e o que estamos ensinando. E o futuro parece ainda mais equivocados. Gestores educacionais brasileiros gostam de estrangeirismos, gostam de projetos apresentados em tabelas, Power Points vibrantes com música da hora no fundo. Gostam de pacotes fechados que não cumprem o que prometem para poder rodarem a roda da fortuna. Pacotes vendidos como celulares que devem durar por um tempo determinado para dar lugar a uma novidade vendida como algo excepcional que nunca foi pensado.

É assim que chegamos aonde chegamos.

Não conseguimos formar uma nação. Não conseguimos pensar uma política educacional. Antes, criamos uma longa e esquizofrênica colcha de retalhos que vai dos “cantinhos de alguma coisa” aos testes e premiações para quem chegar mais rápido ao “pote de ouro”. Pote de ouro, na prática, não é a conquista de resultados socialmente válidos, mas a validação dos pacotes empresariais engolidos por nossos gestores. Como acreditar na ciência se ela é massacrada pelas nossas políticas educacionais? Como acreditar numa Base Nacional Comum Curricular se ela foi fruto de negociações com a extrema-direita, buscando doutrinar nossas crianças e adolescentes? Como acreditar no estudo quando o topo da cadeia de gestão educacional insiste em desqualificar o ser humano, o próximo, os chineses e joga o bom senso na lata do lixo?

8 RAVITCH, Diane. Vida e morte do grande sistema escolar americano. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Fracassamos. E estamos colhendo a peste que se formou com tantos erros cometidos ao longo de nossa história.

9. O COTIDIANO DOS ISOLADOS EM CASA

Já havia lido análises de europeus - que começaram a se isolar antes de nós - sobre a desorganização pessoal e sinais de depressão e ansiedade provocadas pelo isolamento social.

O sono se torna irregular.

Há uma profunda confusão entre tempos e espaços de trabalho e de vida familiar.

Assisti programas italianos onde se comentava a nova realidade do home office.

E, então, mergulhamos aqui em casa nesta realidade. Felizmente, um dos meus filhos veio para cá. Tenho dois filhos, um casal, ambos casados. Meu filho, nora e netinho decidiram ficar conosco. Iluminam nossos dias e noites.

Estamos há mais de um mês aqui, isolados. E, percebo, fases ou ciclos emocionais e de rotinas que se alteram. No início, tudo parecia um longo encontro familiar, como se tivéssemos alugado

uma casa de veraneio ou algo do gênero. Minha nora é chef, o que transformou cada refeição numa delícia diária. A divisão de tarefas domiciliares era espontânea.

Até que a reclusão começou a cobrar seu preço. De tempos em tempos, bate uma angústia em um de nós. De tempos em tempos, certa irritação sem motivo. Algumas normas para divisão de tarefas começaram a se impor, evitando a "especialização" indevida.

As tensões do trabalho - agora em home office - inundam a rotina familiar.

E cada caso que ficamos sabendo de amigos infectados pelo coronavírus nos deixa em alerta: por eles e por nós. Ontem, soube que um amigo de Betim fez um teste que deu positivo para Covid19. Relatava a falta de ar e a sensação de garganta se fechando. No dia anterior, a filha (22 anos) de um outro amigo, apresentou sintomas da infecção. Não deu outra: não consegui dormir direito esta noite.

Não sei sentem o mesmo, mas eu me pergunto o tempo todo se o rápido contato com o entregador de compras é arriscado; se o contato com as embalagens de produtos que chegam, e que desinfetamos rapidamente, ainda leva perigo. Foucault teria um prato cheio para este novo *panopticom*⁹.

9 Panopticom foi a denominação da ao projeto de penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, em 1785, que permitiria a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. A ausência de visibilidade do vigilante acabaria, segundo Michel Foucault, instalando uma autocensura nos prisioneiros que se antecipariam à uma possível punição. O autocontrole, por seu turno, geraria um círculo vicioso de

Não sei como sairemos desta situação. É, de certa maneira, nossa "guerra", a primeira situação de "guerra" em nosso país. E vem daí a angústia para nos mantermos disciplinados. Somos meio indígenas e meio africanos e não gostamos de clausura.

Muitas nações indígenas do Xingu impõem quarentena em redes aos pais recentes, como forma de sentir na pele as limitações que, durante nove meses, a natureza impôs às suas esposas que engravidaram. A liberdade é uma marca da nossa alma tupiniquim.

Quando li que o apoio às medidas de isolamento adotadas por Macron começava a diminuir entre os franceses, fiquei preocupado. Os brasileiros são ainda menos disciplinados, mais solares, mais ativos e muito menos tolerantes ao isolamento.

Fico, então, pensando nos diversos riscos e ameaças que correremos nas próximas duas semanas. A projeção é que a primeira onda deveria atingir seu ápice na segunda semana de maio aqui no Brasil. Mas, a projeção começa a ficar prejudicada.

Temos um nítido descompasso de isolamento nos vários territórios brasileiros e entre as classes sociais. Ouvi diretores de hospitais particulares afirmando que o Covid19 entrou no Brasil pelas classes mais abastadas que voltavam de viagens do exterior. Foram os

primeiros a afetados. Os hospitais particulares rapidamente chegaram perto de sua lotação. A classe média urbana foi a que primeiro se isolou, em virtude do número de conhecidos que apresentavam sintomas da contaminação. Ocorre que a lotação dos hospitais privados começa a decrescer.

Dado o egoísmo da classe média brasileira, já há pressão para que seus funcionários voltem ao trabalho. Ocorre que a curva ascendente de contaminação das classes populares começou há uma semana. Os hospitais públicos começam a se aproximar, agora, do colapso.

Mas, há outro descompasso: o territorial. As grandes cidades foram afetadas primeiramente. Prefeitos sérios, como o de Belo Horizonte, foram firmes e adotaram medidas de proteção. Mas, o interior brasileiro não fez o mesmo. Adotou o teste de São Tomé. E deve pagar caro pela negligência.

Assim, podemos viver ondas sucessivas de casos: da classe média para os mais pobres; das capitais para o interior e, se não tivermos uma liderança nacional firme e que coordene as ações públicas, este fluxo pode retornar, como um bumerangue.

A questão, então, martela minha cabeça: como vamos administrar esta vida em isolamento daqui por diante? Não é claro que ele será suspenso de

maneira que, em pouco tempo, prisioneiros criariam regras mais duras que as criadas pelo sistema prisional a que estavam submetidos. Ver FOUCAULT, Michel. O Panoptismo. In: Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

uma vez, nem mesmo que o isolamento não retornará nos próximos anos. Teremos que alterar nosso padrão cultural?

10. BOLSONARO, MORO E GLOBO NOS TRATAM COMO MANADA

É estarrecedor a realidade ser jogada em nossa cara da forma como foi ontem. Somos governados por um dos mais desqualificados brasileiros de todos os tempos. Como alguém, ocupando o cargo mais importante da República, fala, em pronunciamento à nação, a palavra "escrotização"?

O que faz um Presidente da República descer tão baixo a ponto de, num pronunciamento público, afirmar que seu filho é um pegador de meninas do condomínio onde reside, expondo a intimidade de mulheres que não o autorizaram a expor sua vida em cadeia nacional? O que faz, num ato de incontinência verbal, informar à nação que tem parentes que falsificam documentos e já foram condenados pela justiça?

Não, não se trata de expiação. Bolsonaro não se redimiou publicamente. Ao contrário, enalteceu crimes e abusos. O Presidente da República!!!!

O que faz um ex-juiz, mais uma vez, vazar conversas reservadas e, pior, expor que pediu uma ajuda ilegal à sua família com dinheiro público? Um ex-juiz

que diz que luta contra a corrupção resolveu atualizar a carta de Pero Vaz de Caminha?

O que fizemos para deslizar tanto moralmente e chegar a este circo mamembe de final de estrada? Imagino o desserviço na formação moral de tantos jovens que olham a lavagem de roupa suja de dois desnorteados brasileiros que parecem ter assaltado a alma da nação.

Ontem, soubemos, Bolsonaro e Moro cometeram crimes. Os dois. Vários. Ambos merecem ter seus direitos políticos suspensos. É o mínimo para restabelecermos parâmetros morais na política nacional.

Os dois estão errados. Um, ao menos, mentiu. E fica por isso mesmo? Agora, mentir se tornou arma de ascensão política? É assim que os marqueteiros do caos orientam seus clientes?

"Mintam que os brasileiros gostam?"

É hora de exigirmos uma punição exemplar. Recuperar nossos valores básicos. Acabar com esse abuso diário de distorção da base dos valores dos brasileiros. Não somos uma nação de mentirosos, de escroques, de gente safada. Somos gente que cria redes espontâneas de ajuda aos desalentados. Aliás, os bolsonaristas não estão nas redes de solidariedade que envolvem igrejas, sindicatos, movimentos sociais, organizações populares. Não. Eles estão nas redes xingando e afirmando que nada está ocor-

rendo. Criam um mundo paralelo que desconsidera o próximo.

Sindicatos abrem suas portas para acolher a população de rua; doam recursos para ONGs produzirem máscaras; sindicatos de professores distribuem cestas básicas para professores temporários que perderam seus contratos em virtude da suspensão de aulas. Onde estão os apoiadores de Bolsonaro e Moro?

Temos que dar um basta a esse pessoal sem parâmetro moral algum. Gente que só sabe usar nossos valores para distorcê-los na sua cruzada contra a lista de inimigos que aumenta diariamente. É gente doente, sem perspectiva e autocontrole. Gente que nos intoxica diariamente.

E, ainda, temos a rede Globo, tentando nos manipular como sempre. Trabalha com o infantil script do bandido contra o mocinho. Tenta, há anos, fazer o Presidente da República. Mas, quem acompanha os dados sabe que a Globo não interfere mais na opinião pública sobre política. Dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), a maior pesquisa nacional sobre perfil do eleitor, indicam que desde 2006, a maioria dos brasileiros não segue o JN para tomar posição. A Globo não conteve a eleição de Lula e Dilma, não conteve a rejeição a Temer, não elegeu Alckmin.

Ontem, o JN tentou nos manipular, apresentando um "paladino da justiça" que comete crimes. Só não foi pior que a CNN que deu voz ao esquema todo da Lava Jato, já desmascarado pelo The

Intercept. Fez um jornalismo desequilibrado, tendencioso, novamente confundindo notícia com opinião.

Somos vistos assim: um bando de incautos facilmente manobrados, uma manada.

11. EPIDEMIA REVELOU A ALMA DO POVO BRASILEIRO

Uma das clarezas que estamos tendo com a pandemia é sobre o perfil de nossa gente, os traços da personalidade dos brasileiros. A pesquisa Datafolha indicando queda de apoio ao isolamento (de 52% para 44% ao longo de abril) nos diz muito.

Somos um povo ansioso, pouco afeto ao planejamento. Séculos de profunda desigualdade nos interditaram a possibilidade de planejarmos. De um lado, os mais pobres que não têm sobras para pensar no futuro. Restam o misticismo e a fé cega no futuro mágico.

Do outro lado, a porção nababesca do Brasil, que não precisa planejar porque tem um séquito à sua disposição e sempre um capetão a postos para fazer o jogo sujo. Afinal, para que pensar no país, se este território é todo seu?

E temos os "ascendentes". A ascensão social não é fato comum porque nossa mentalidade é estamental, vivemos como castas. Mas, há sempre aquela torcida para subirmos de casta. Neste caso,

surge a torcida "ostentação". Gente que anda como siri, mas se apresenta como um "Beto Rockfeller". Parada para explicar para quem tem menos de 50 anos. Beto Rockfeller foi uma novela produzida pela Rede Tupi e exibida de 1968 até 1969, às 20 horas. Foi um tremendo sucesso. Beto era um vendedor de sapatos que inventa um avatar. Passa a dizer que é primo em terceiro grau dos Rockfeller. Agora eu sei o motivo de tanto sucesso desta novela da Tupi: Beto Rockefeller é o sonho dourado de tanta gente de classe média baixa ou pobre: poder viver a vida que nunca terá. Ao menos, alguns minutos de fartura.

Pois bem: somos ansiosos porque nunca conseguimos nos encarar no espelho. Preferimos olhar o futuro mágico. Esta necessidade de voltar "à normalidade" é a crença que todo esforço será recompensado. Mas, em casa, a sala e o banheiro mais ou menos acabam estampando o que sou.

Aliás, a tal "normalidade" nada mais é que um corredor, um local de passagem para o futuro mágico. Somos uma nação que foge para o futuro permanentemente. Ora, este é o ideário que está plantado nas favelas, segundo duas pesquisas já patrocinadas pela Central Única de Favelas¹⁰. Os moradores de favela desconsideram qualquer governo e acham que qualquer melhora na sua vida se deve à Deus, à sua família (que sempre está ao seu lado) e ao seu próprio esforço. Fico imaginando o que

significa a desgraça atual. Talvez, agora apareça o governo como algoz.

Então, ficamos nesta tentação da ostentação, o que nos leva à idolatria, outra marca dos brasileiros. A necessidade de ídolo é a de transferência da realização do sonho pessoal para alguém com poder que se torna íntimo na minha imaginação. A sua vitória é a minha. A sua morte é a minha. Uma encarnação. A idolatria chega a ser uma desforra: eu sou "próximo" (na imaginação) de tal ídolo e, portanto, minha opinião é correta. Daí a briga de vida ou morte entre aqueles que não ganham nada, mas defendem seus ídolos com sua alma. É a projeção de quem não confia em si mesmo.

Ora, se não confio em mim, melhor confiar no ídolo ou no futuro mágico. E, assim, vamos nos enterrando como nação. O andar de cima diz: "que morram muitos pobres para passar logo a epidemia". O andar de baixo afirma: "tenho corpo fechado e se não trabalhar, não ostento".

Exatamente quando chegamos a ultrapassar a China em número de mortes. Exatamente quando a morte chega nas periferias e no interior do país. Não interessa.

Afinal, somos bonitos por natureza. Que belê!

10 Ver MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014.

12. GOVERNOS PARALELOS OU COMITÊS TERRITORIAIS: A URGÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS E NA GARANTIA DA VIDA

O diagnóstico já está dado: o governo Bolsonaro deixou um espaço político aberto para gerenciar a crise econômica, social e sanitária por que passa o Brasil.

Há uma máxima que diz: em política, não há espaço vazio. O que significa que alguém o ocupa rapidamente, se o titular do poder legítimo gera alguma lacuna. Este é o caso.

Neste caso, a disputa passa a ser aberta. De um lado, a direita e centro-direita. João Dória e Rodrigo Maia, em especial, procuram protagonizar um perfil de liderança responsável, firme e propositiva, apresentando-se como antítese da imagem de Bolsonaro. Mas, suas ações são restritas ao seu campo de governabilidade gerencial: o governo do Estado de São Paulo e o Congresso Nacional. Sérgio Moro, em outra frente, procura desconstruir a autoridade de Jair Bolsonaro, reforçando sua imagem de irresponsável e promotor de atos ilícitos e corruptos no manejo das agências estatais. Também não orienta, apenas polemiza.

No caso da esquerda, percebe-se uma imensa letargia ou, quando reage, uma velocidade paquidérmica que quase sempre converge para a construção de frentes – amplas ou restritas ao campo democrático-popular – que apontam

para agitação, mas não necessariamente ocupação do espaço político deixado pelo governo federal.

Mas, afinal, qual o espaço político aberto?

O de coordenação e orientação de lideranças e autoridades públicas locais.

O Brasil possui 22% dos seus municípios com até 5 mil habitantes. Mais de 80% de todos os municípios possuem até 40 mil habitantes. 60% deles, dependem do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, cujas fontes são parte da arrecadação dos impostos sobre renda (IR) e parte do tributo sobre produtos industrializados (IPI). Com a queda de arrecadação (projeta-se queda de 26% ao longo de 2020, mas no mês de março a queda registrada foi de 36%) e recessão econômica, os repasses serão menores. Com efeito, de acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o 1º decêndio de abril de 2020, comparado com mesmo decêndio do ano anterior, apresentou uma queda de 15,14%.

Assim, pequenos municípios encontram-se totalmente desamparados. Em muitos casos, pressionados pelos comerciantes locais que exigem o relaxamento do isolamento social.

Também há desorientação em relação aos procedimentos para acolhimento e transferência de doentes com sintomas de Covid19 para as cidades que sediam serviços especializados de saúde. Muitos prefeitos se perguntam se devem implantar barreiras sanitárias

nas entradas e saídas dos municípios, como organizam a logística de distribuição de alimentos aos que empobrecem, perdem renda ou atividade econômica. Enfim, a falta de orientação é desnorteadora e muitas localidades se encontram numa situação de suspensão e desalento.

Uma saída para a esquerda é ocupar este espaço com o fomento de comitês territoriais que integrem prefeitos, secretários de saúde e assistência social e lideranças sociais de uma mesorregião. Os comitês podem receber informações técnicas qualificadas, seja de ex-ministros, técnicos e especialistas nas áreas de saúde públicas (infectologistas, sanitaristas, saúde mental, logística para fornecimento de EPIs, protocolos de atendimento e transporte de pacientes), assistência social (organização de cadastros, especialistas em montagem de alianças entre demandantes e doadores, criação de redes de atendimento emergencial, transferência de renda e suportes sociais) e segurança alimentar.

Os comitês regionais podem orientar protocolos e socializar informações. Podem evoluir para a constituição de Governos Paralelos Territoriais. Experiências desta natureza evoluíram, na Europa, ao longo dos anos 1970, para uma nova configuração de governo – territorial – onde uma parcela do orçamento público é destinada para essas unidades de gestão. Assim, na Itália dos anos 1970, a responsabilidade pelas questões de saúde, bem-estar público, turismo e outros interesses da população italia-

na haviam sido transferida da administração central do país para os governos regionais recém-criados, representando uma descentralização das demandas e uma importante prática na administração do país. Essas unidades regionais de administração pública recebiam 10% do total do orçamento público do país.

Nesse sentido, os Comitês Regionais Territoriais podem exercer, de imediato, um papel de associação territorial, orientação e definição de protocolos de atuação e ajuda mútua, num esforço de autogestão territorial.

Governos Paralelos Territoriais, apoiados por apoio técnico e gerencial vindo de ONGs, intelectuais, ex-gestores públicos e universidades, podem dar fôlego para um novo surto de experiências de gestão participativa.

Tal iniciativa cumpre vários papéis: o de evidente orientação para salvaguardar a vida e a segurança social territoriais; o de associação de expertise técnica; o de arranjo de modelos de associação e gestão territorial; e o de sustentar um saldo organizativo que reorganize a administração pública (associada às lideranças locais) no período pós-calamidade.

13. BOLSONARO EM FRITURA COM FOGO BAIXO

Tenho a impressão de que STF e militares adotam a mesma estratégia:

aguardar o momento de menor popularidade e erro fatal de Bolsonaro.

Acompanho o posicionamento do STF. Lento, mas firme. Aperta Bolsonaro por todos os lados, seja o ministro decano, seja Alexandre de Moraes. Nem precisamos saber o posicionamento dos ministros garantistas (como Lewandowski) ou Gilmar Mendes. O STF parece preparado para o enfrentamento com Bolsonaro. Trava um jogo de paciência. Bolsonaro, como já é nítido, não tolera este tipo de jogo: é bruto e pouco afeto a jogos de inteligência. O que o faz cair na arapuca. Mas, neste final de semana, levou um pito importante. Militares disseram que não entrarão na aventura do enquadramento do STF. O posicionamento vetando o autogolpe já vem de abril.

Bolsonaro vai percebendo sua margem de manobra cada vez mais estreita. Procura radicalizar sua base para poder se safar de acusação de praticar a velha política ao negociar cargos com o Centrão. O fato é que a demissão de Moro e as negociações em curso atingiram sua base.

Três institutos de pesquisas indicam queda de mais de 15% de apoio social ao governo nas últimas duas semanas. O diretor de um desses institutos chegou a acusar o Datafolha de erro pró-Bolsonaro. Para piorar o cenário, dados levantados pela USP, UFMG, Fiocruz e pelo próprio Ministério da Saúde indicam que o Covid19 saiu da situação de

controle em virtude do relaxamento do isolamento social.

Ora, está se formando a tempestade perfeita: queda de apoio ao governo federal, cerco do STF aos atos presidenciais, discurso de enfrentamento com instituições por parte de Bolsonaro, freio dos militares, explosão de mortes nas próximas duas semanas.

A explosão de mortes pode provocar um forte abalo na pressão de comerciantes das cidades de interior que pressionam prefeitos para o relaxamento do isolamento. Em dias, as mortes atingirão esses municípios. A projeção dos técnicos é que estaríamos acima de 700 mil infectados. Este dado é confirmado pelo índice de fatalidade por infectado que EUA e outros países construíram: 1%. Se, no Brasil, cada infectado passa o vírus para mais 3, em duas semanas teremos um quadro de mortes três vezes pior (mais de 20 mil mortes) caso não voltarmos à quarentena.

Assim, os argumentos de Bolsonaro vão perdendo consistência e seu grupo de apoio vai se restringindo aos fanáticos, como o grupo que xingou o ministro Alexandre de Moraes e acabou preso. Mas, retornemos ao estilo STF e FFAA.

Se a ameaça central de Bolsonaro é desautorizada pelos militares (o autogolpe) e o STF cerceia diariamente os desatinos do governo federal, o grau de desespero do presidente da República deve se elevar. O que rebate no caso das negociações com o Centrão. Até aqui, o

Centrão esteve alinhado com Rodrigo Maia. Evidentemente que o presidente da Câmara dos Deputados acompanha as tentativas de Bolsonaro para esvaziar este controle político. O cenário cada vez mais restrito para o governo federal está sendo monitorado, evidentemente.

Quem se aliaria a um governo em queda? Em primeiro lugar, os últimos da fila do pão. Algo próximo de um Roberto Jefferson, com um pé no ostracismo. E os partidos mais fortes do Centrão, os que estão nos primeiros lugares da fila? Seria prudente ceder a um acordo em curso?

O cenário político parece movediço e as condições políticas de Bolsonaro cada vez mais reduzidas. É um momento propício para um bote. Bote que não seria surpresa se acontecesse em maio ou junho.

14. GOVERNO FEDERAL NA ENCRUZILHADA

O governo Bolsonaro vive uma encruzilhada que tem em Jair seu maior problema. Ou vira o jogo com militares e Centrão ou afunda de vez no mar de mortes e pobreza.

Todo governo tem seu ponto de virada. Isso é muito comum. Com Sarney, a virada foi o momento em que o PFL passou a falar mais forte e dar as cartas. Com FHC, foi o momento da crise internacional que gerou fuga de investidores. Com Lula, 2005, quando adota a pauta

rooseveltiana. Com Bolsonaro, está sendo a avalanche de mortes e desagregação social com o aumento da pobreza e queda vertiginosa do PIB (que já se desenhava em fevereiro, antes do primeiro caso de Covid19 ser contabilizado). Projeta-se uma queda das horas trabalhadas do setor de serviços de 11%. Em 2015, a queda foi inferior a 1% e acabou retirando 7% do PIB entre 2015-16. A FGV projeta queda do PIB do setor de serviços da ordem de 4,4% em 2020 e queda geral do PIB de 5,4%. Serviços representam 70% da nossa economia e dos empregos brasileiros. Devemos atingir 20% no índice de desemprego neste ano.

Esta dinâmica já contamina o apoio ao governo Bolsonaro.

Recordemos: 55% do total de votos em 2018; 75% dos brasileiros com expectativa positiva em relação ao seu governo em dezembro (Ibope); 49% de avaliação positiva em janeiro 2019; 39% em fevereiro; março em 34%. Agora, segundo Poder360, XP e Atlas Político, o apoio varia entre 21% e 28%. A queda é constante. Tinha se segurado na marca dos 34% a 30% durante o segundo semestre do ano passado, mas voltou a cair nas últimas três semanas. O governo mingua.

A cada recorde de morte e de penúria social, o índice deve se deslocar um pouco mais para baixo.

O choque de realidade obrigou o governo a se mexer. De um lado, gritando alto para inflar os apoiadores fanáticos. Uma cortina de fumaça para encobrir o outro lance: negociações.

Negociações com o Centrão, o mais faminto monstro político forjado neste país. Logo, o zumbi político sempre à espreita de uma vítima e um holofote, se jogou na rede: Roberto Jefferson, conhecido pelas manchetes sensacionalistas da nossa imprensa.

O que sabemos é que esta manobra arriscada e defensiva (para evitar o impeachment e o isolamento definitivo do governo) está sendo liderada por militares. Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos lideram a troca de favores com PP, PSD, PL e Republicanos. A ala Bob Jefferson do PTB corre de joelhos ao seu encontro.

A partir deste movimento, avalio que o governo federal vive uma encruzilhada.

A primeira possibilidade é Jair se tornar uma Rainha da Inglaterra de vez e deixar Centrão e Militares - coordenados por Braga Netto - governarem. Neste caso, as mudanças podem ser drásticas.

Se for por este caminho, a "velha política" retorna ao centro da ação governamental, tendo bancos públicos (como o do Nordeste) e DNOCS alimentando as bases locais do eleitorado cativo dos personagens conhecidos desta velha política. Mais: ações de investimento do Estado.

Esta possível guinada deixará Paulo Guedes com caneta sem tinta e a FIESP e FIRJAN sem interlocução (caindo direto no colo de Rodrigo Maia). O timing para esta guinada intervencionista-

-clientelista será o final deste semestre. Depois, Inês já estará morta.

A outra possibilidade será continuar como está. Neste caso, a dança será de um bolero tendo as mortes como piso. Dois pra lá, dois pra cá, e Bolsonaro continuará insuflando a histeria de fanáticos, enquanto tenta segurar as pontas no Congresso e STF. Será um caos progressivo.

Em duas semanas, devemos atingir o ápice das mortes por Covid19. Estamos tendo 700 mortes diárias; 4.900 mortes por semana; quase 20 mil mortes mensais. Em um mês, neste ritmo, chegaremos a 30 mil mortes. Para se ter uma base de comparação, a China teve menos de 5 mil mortes.

O drama já é imenso, mas brasileiro não consegue enxergar o caos (talvez, porque já vive no caos há muito tempo) com nitidez. O que veremos daqui por diante é uma segunda onda se formando e atingindo em cheio a economia do país. Não haverá churrasco que nos salvará.

Assim, o governo Bolsonaro tem até final de junho para decidir que rumo tomará. Se fará uma reversão de 180 graus ou se será de 360 graus. Na primeira, confundirá a todos, oposição e apoiadores; na segunda, será um Deus nos acuda e cada um por si.

15. O DAY AFTER

No meio do furacão, é sinal de esperança pensar no day after. Se não for esperança, ao menos é sinal de saúde mental. Eu espero.

A questão é que não sinto nenhuma gana de escrever sobre os recordes diários de mortes e contaminações pelo Covid19 em meu país. Ontem, recebi informações de quantas pessoas em situação de rua, quilombolas e enfermeiras morreram por esta praga. Simplesmente, não consigo racionalizar.

Hoje cedo, conversei com Janete, a cartunista-revelação de 2020. Combinamos de conversarmos todo dia bem cedo, já que nós dois acordamos antes dos galos. Conversa vai, conversa vem, decidi escrever esta nota sobre o day after. O day after será nosso “nada será como antes”.

Transporte Aéreo

Na aviação comercial, as mudanças já começam a pipocar. A primeira orientação é um distanciamento maior entre os passageiros durante os voos. Na China, a retomada das decolagens iniciou com a poltrona central vaga. Acontece que, pelo padrão atual, o ponto de equilíbrio para que um voo pague seus custos com combustível, pessoal e manutenção é com 80% de ocupação e a retirada de 1/3 das poltronas leva a ocupação para 67% da capacidade. A Associação Internacional de Transporte

Aéreo (IATA) refutou o bloqueio da poltrona do meio. Nos Estados Unidos, algumas companhias começaram a oferecer passagens mais caras para que os clientes tivessem a garantia da poltrona ao lado vazia. Outra solução é a instalação de telas de acrílico entre os passageiros ou que as poltronas do meio sejam viradas para trás, o que levaria a uma mudança completa na configuração da aeronave.

A tela de acrílico para separar passageiros já está sendo adotada em restaurantes e bares na Ásia, deixando a decoração do ambiente mais próxima do interior da Apollo 13.

O uso de máscara é obrigatório em todos os voos da China e EUA. Nas orientações antes da decolagem, comissários de bordo mostram aos clientes o uso correto da máscara, com oferta de álcool gel. Outra orientação que também é utilizada em hotéis europeus nas últimas semanas: distribuição de kits de proteção durante o check in e suspensão da mesa de café da manhã, substituída por um kit de alimentação matinal fechada à vácuo.

Ainda sobre voos, há forte tendência em suspender os serviços de bordo nos próximos meses, já que o comissário de bordo pode se tornar um vetor de contaminação.

Indústria do Cinema

Na indústria de cinema, desde final de fevereiro a produção de muitos filmes

foi suspensa, como Missão Impossível 7, cuja locação ocorria em Veneza. Também foi suspensa a estreia na China de Sonic the Hedgehog, e as estreias de As Aventuras de Dr. Dolittle, 1917, Jojo Rabbit e Mulherzinhas, além do tour promocional do novo James Bond, No Time to Die. Os estúdios podem, ainda, colocar o filme diretamente nas plataformas de streaming, sabendo de antemão que não irão recuperar o investimento.

Shoppings Centers

Os shoppings centers parecem o segmento comercial mais lento nas adaptações. Começaram investindo em oferta de delivery. O planejamento de day after inclui promoções como estacionamento grátis do meio-dia às 14h para quem consumir na praça de alimentação e descontos, todo domingo, no setor de moda. Algo extremamente tímido para enfrentar a insegurança que se instala no consumidor de classe média. Há estabelecimentos que já prometem reorganizar o espaçamento das mesas na praça de alimentação, disponibilizar painéis sobre segurança e higiene e distribuir álcool em gel pelo shopping. Mas, o segmento ainda resiste a adotar mudanças mais drásticas. Alguns shoppings planejam enviar e-mails para manter a comunicação com clientes ou mesmo enviando links para pesquisas onde se pede para o consumidor indicar suas apreensões e sugestões de adaptação.

A estimativa é que comércio e serviços percam 100 bilhões até o final

deste semestre. A Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping) e a Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers) se juntaram para elaborar medidas de adaptação e compensação. Em março, iniciaram gestões para os shoppings receberem isenção de impostos.

Home Office

Antes da pandemia, um estudo do Ministério do Trabalho dos EUA calculou que 28,8% das pessoas realizavam atividades que podem ser feitas em casa. Levantamento realizado no ano passado indicou que 4,8% dos brasileiros que constituem a PEA trabalhavam em regime de home office. Nos EUA, é praticamente igual: 5,2%. Contudo, agora, a situação é outra. Houve investimento em curto espaço de tempo, para adaptação do trabalho em casa. Repartições públicas e departamentos. Casos como a da Receita Federal brasileira – substituindo escritórios regionais por home office - e ensino à distância já se proliferam pelo país. A Ctrip, uma agência de viagens da China, fez um experimento em 2013: colocou uma parte de seus 16 mil funcionários trabalhando de casa. E concluiu que a produtividade deles aumentou em 13%.

Os empregados em casa, paradoxalmente, tendem a se comunicar menos, segundo estudo de Ben Waber, cofundador da consultoria de RH Humanyze. Num grupo de engenheiros, aqueles trabalhando no escritório mandavam qua-

tro vezes mais e-mails de trabalho que o pessoal do home office. Mas, ao contrário do estudo chinês, a produtividade do trabalho em escritório se revelou 30% maior que a de home office.

A falta de horário fixo, exige uma forte disciplina que parece afetar a todos nestes dias de pandemia. Pesquisa realizada em 15 países, revelou que 42% das pessoas que faziam home office relataram insônia, contra 29% de quem trabalhava em escritório.

Transporte Público Terrestre

O transporte coletivo também deve passar por uma transformação. As orientações europeias sugerem maior uso de bicicletas e monociclos. Nos ônibus de transporte, orientam para um espaçamento de 1 metro entre todos os passageiros. O que diminuirá, evidentemente, a lotação e aumentará o custo do serviço.

Com menos gente usando ônibus, uma solução projetada é o aumento do uso de sistemas de transporte sob demanda, uma versão do “Juntos” do Uber, em que até três passageiros aleatórios compartilham corridas com trajetos semelhantes, agora, lançando mão de vans. Há serviços desta natureza em Berlim, Milão e em 200 cidades do Japão.

Papel do Estado

Para esta digressão não fiar um rosário infundável, deixarei o tema mais

espinhoso desta adaptação do mundo no *day after*: o papel do Estado. Em todas as crises mundiais, das duas guerras mundiais às depressões de 1929, 1970 (dois violentos choques no preço do barril de petróleo) e 2008, a intervenção do Estado na economia foi a solução em linha

Agora, com uma crise que parece colocar em xeque nosso plano de voo, nosso projeto civilizatório, as formas de trabalho e organização social, o papel do Estado parece ganhar contornos mais potentes e necessários. Mas, este é tema para outro momento.

16. EM COMPASSO DE ESPERA

Há momentos na conjuntura que o tempo parece parar. Evidente que sabemos que ele não parou, mas nossa mente nos coloca em compasso de espera. Aguardamos o desfecho de algo que parece se mover lentamente. O dia seguinte apresenta um breve novo capítulo que acrescenta muito pouco ao capítulo anterior, mas cria a confirmação do enredo que se desenrola na nossa frente.

Este é o momento atual.

Bolsonaro se debate contra os fatos. Grita, gesticula, exige fidelidade (esta é uma característica de alguns tipos de liderança tradicionais), ameaça (sem nunca cumprir). A oposição emite

notas públicas e se entrega às pendenças parlamentares. A direita e centro-direita experimentam a esperteza que lhes é característica e tentam passar uma ou outra maldade no Congresso Nacional, outras vezes recuam, na tentativa de apresentar ao país um espaço político de racionalidade em meio à balbúrdia geral.

Mas, neste meio todo, uma imagem fugidia confunde parte da projeção dos próximos capítulos: os militares. Eles sempre estão no lugar errado, com a fala estranha, mas se apresentam como adeptos do confucionismo. Outra vez no interior do governo federal não como função, mas como ator político, estão se saindo, como antes, muito mal. Não conseguem conter o presidente, não conseguem conter a epidemia, não conseguem conter a queda do PIB, não conseguem conter o aumento da pobreza. Enfim, se meteram em mais uma enrascada política sem nenhuma necessidade. Talvez, por pura vaidade.

É por aí que se pode compreender o artigo do general Mourão publicado no Estadão,¹¹ jornal conservador que vem fazendo uma escalada de críticas editoriais ao capitão Jair.

O artigo do general despertou muitas ilações. O que significa que seu artigo não foi claro. A questão que fica é: para que um general que está no centro do poder escreve um artigo nebuloso, dúbio? Uma possibilidade é querer se tornar o centro das discussões políticas. A outra é enviar mensagens cifradas que

alguns entendem, mas a maioria não compreende. Também pode significar uma mensagem para ninguém realmente entender, gerar confusão no meio do ringue, sabe-se lá por qual motivo. Prefiro ficar com a primeira hipótese.

O governo faz água. Todas as pesquisas recentes indicam queda de apoio popular ao governo e aumento significativo dos índices de reprovação. E nem atingimos o pico das mortes por Covid10. Nem mesmo chegamos ao topo da crise social, que deve bater 20% de desemprego no final do ano. Será o Natal mais triste da história de nosso país. Talvez, mais desesperador.

O brasileiro já deu provas que tem uma tolerância para lá de normal. Maquiavel, nesta terra, não prospera. Podem mexer no bolso, xingar familiares que, no máximo, brasileiro faz acampamento com 30 (embora tenha anunciado 300), manifestação de rua, cerca a rua da residência de autoridades públicas para, no final, ficar tudo como está. Uma versão pós-moderna d' O Leopardo.

O general Mourão decidiu falar de como deve ser a democracia. Tentou dar ares de formulação intelectual, mas, como não é sua praia, escorregou. Digamos, portanto, que se tratou de um artigo professoral. Daquele tipo em que o demiurgo afirma que o script não era bem o que está sendo praticado.

Na concepção do professor Mourão, o Brasil precisa compreender

11 Artigo publicado em 14 de maio de 2020.

a gravidade da conjuntura. Perfeito. Sugere que a pandemia evoluiu para complicações políticas e econômicas e pode alimentar uma convulsão social. Perfeito. E aí, cita um tal “estrago institucional” e vaticina: “há tempo para reverter o desastre”. Aí começa a ficar nebuloso. Quem criou o estrago institucional? Moro? Bolsonaro? Afinal, dificilmente encontraremos uma oposição tão dócil como atualmente.

A partir daí, distribui senhas para governadores e imprensa. Dá a impressão de que o general está dizendo que a festa não foi bem preparada, mas os garçons bem que poderiam ajudar um pouco mais.

Envereda para uma digressão pouco inspirada, citando os fundadores dos EUA como base para sua sugestão de interpretação da Constituição Federal. Sugere que não somos uma confederação, mas, uma federação. O problema é que acredita que o conceito não tenha divergência interpretativa. A linha unicista que sustenta não é consenso. E, em nossa Constituição, a base de interpretação da autonomia dos nossos entes federativos não segue a vertente literária que parece povoar a cabeceira de seu leito.

Na lógica federativa, os entes federados aliam-se para criar um governo central, que absorverá algumas prerrogativas, como política externa, defesa do país, o controle monetário, os serviços de correios e telecomunicações, bem como as esferas do Direito Penal e Civil. Mas,

a lógica não é de uma simplória hierarquia. Os entes federados permanecem com autonomia administrativa, política, tributária e financeira para manter o equilíbrio que se estabelece entre eles. Garante-se a reciprocidade e cooperação entre governo central e governos subnacionais locais. Então, o sistema federativo garante a dupla autonomia das esferas territoriais de poder num sistema de pesos e contrapesos, estabelecendo um equilíbrio político-institucional entre as forças políticas. Há autores que citam que este sistema gera forças centrífugas (na direção de um Estado Unitário) e forças centrípetas (na direção da garantia da autonomia das subunidades federais freando as forças centrípetas). Infelizmente, o autor do artigo publicado no Estadão não foi até o final do livro.

É interessante que esta necessidade de ilustração teórica é uma constante na vida de generais que assumem as rédeas do governo federal. Foi assim com o general Figueiredo que se dizia o mais preparado brasileiro para governar o país. Teria lido muito, estudado mais que a média. Sabemos no que deu.

Enfim, general Mourão sugere um alinhamento hierárquico que não cabe no Brasil. Cabe nas FFAA. Mas, na política, a regra é outra. Aliás, o STF compreende exatamente assim ao definir que governadores e prefeitos têm autonomia para determinarem medidas no enfrentamento ao coronavírus. Um escorregão teórico. Contudo, é direito de qualquer cidadão brasileiro tentar entrar na arena e apresentar sua estratégia. São tantos

que fazem isso no que tange ao futebol, então, por qual motivo não daríamos este direito ao vice-presidente?

Mas, talvez, a escorregada maior (ou seria proposital?) foi sugerir que a imagem do Brasil no exterior parece deteriorada em função de manifestações de personalidades que estiveram em governos anteriores. A frase não bate com a realidade.

Todos sabemos que os antigos governantes não estão se esforçando para a imagem do Brasil deteriorar no exterior. Basta ler as declarações de governantes da França, Alemanha, China, países árabes e palestinos, Argentina e tantos outros. A imagem do nosso país foi conspurcada pelas declarações de Jair Bolsonaro, de seu filho Eduardo e de seus ministros.

O general Mourão não deve desconhecer esta realidade. Então, para que citou esta deterioração da imagem nacional no exterior? Talvez, Freud explique.

17. FELIPE NETO VAI AO PARAÍSO

Ontem, assisti parte da entrevista do Felipe Neto no Roda Viva¹². Há algo que está se movendo entre jovens que os direciona para a política. Mesmo

Felipe achando que não é política quando diz que é caso de liberdade e opressão. Compreensível. É uma descoberta.

Esta descoberta envolveu, recentemente, Anitta. E está gerando um movimento que será lançado no próximo sábado, o 10X10 (10 milhões de jovens competindo entre tribos para arrecadar ajuda para 10 milhões de brasileiros em situação precária em função da crise atual).

Antes de falar sobre outros, vou resumir o que Felipe disse ontem.

Pedi desculpas por ter apoiado o que denominou claramente de golpe contra Dilma Rousseff. Esta é uma das características que me chamou a atenção: ele parece ser sincero, diz que erra e que procura se aprimorar.

Chamou Bolsonaro e bolsonaristas de fascistas, obscurantistas e reacionários. E exortou à unidade dos brasileiros contra este mal que jogará o país numa crise por anos a fio, segundo sua avaliação.

Sua sinceridade é cativante, como quase sempre ocorre com jovens. Falou sobre seu processo depressivo e como necessita tomar remédios e fazer análise continuamente. Disse que é preciso falar sobre isso. E é. Quem passou por esta praga do século (mais uma delas), sabe como é fundamental expressar o problema.

12 Entrevista realizada em 18 de maio de 2020. Ver <<https://www.youtube.com/watch?v=KQ1CQqNveac>>.

Serei sincero como ele: me pareceu deslumbrado, fala o tempo todo que é rico e que tem que ajudar e se engajar - o que é absolutamente correto - e faz caras e bocas quando profere alguma frase inteligente. Um menino bem intencionado, quase um Luciano Huck mais sincero e inteligente.

Em política, está se encontrando, o que, aliás, se situou exatamente assim. Faz confusões dizendo que lutar pela liberdade e opressão não é questão política, como já destaquei no início. Pois é: desconhece que esta é a essência da política. Mas, ele é como 99% dos jovens que limitam política à partido. Política vem do grego e significa organização social (a Pólis). Já se disse muito que político, na origem, é quem se preocupa com a Pólis. O contrário é idiota, o que se preocupa apenas consigo. Mas, Felipe pode ir além, se continuar estudando e se abrindo para o mundo.

Disse que, em termos de ideário, estaria entre Ciro Gomes e Amoedo. Foi uma bela escorregada porque nem sei quem estaria neste pequeno intervalo entre um radical liberal e um liberal radical. Mas, nem tudo são rosas entre jovens que descubrem a política.

Felipe Neto se alinha com este surto de descoberta da política entre jovens. Vem acontecendo com Anitta. Como Felipe, Anitta se revela sincera, pergunta abertamente sobre temas que a maioria não pergunta, confundindo poderes e entes federativos (como a maioria). Quer aprender.

Fico especialmente bem impressionado com esta descoberta. Pode significar que o ponto de saturação das bobagens e discursos fascistas no Brasil tenha chegado ao seu ápice e começa a despertar o interesse pela associação solidária, adotando valores humanistas.

Nesta descoberta jovem, destacaria o projeto 10X10 que será lançado no próximo sábado. Trata-se de uma ginca na envolvendo 10 milhões de jovens brasileiros, organizados em tribos, onde o objetivo é arrecadar para atender 10 milhões de brasileiros atingidos pela atual crise.

O 10X10 é uma ação coletiva que envolve vários ativistas sociais de sucesso no Brasil. As doações serão convertidas em vale-alimentação e tudo será auditado em tempo real.

Bom, fico por aqui. Mas, deixo esta minha impressão de que algo está acontecendo entre nossas juventudes (no plural, mesmo). Há uma movimentação para o humanismo, para a política feita entre pares, para a solidariedade. Um presente em meio à desolação que povoa os mais velhos.

18. POR QUE ESTAMOS ERRANDO TANTO? A SOCIOLOGIA EXPLICA?

Dias atrás, bateu um certo desânimo. Percebi que não havia reação social e política à altura para conter a onda

de mortes que deve ocorrer até julho. Ontem, tivemos a confirmação: mais de 1.000 mortes em 24 horas. Vou insistir no dado projetado por pesquisa norte-americana que indica 90 mil brasileiros mortos por Covid19 até agosto. Tenho a impressão de que caminhamos para esta tragédia monstruosa. Mas, o que acontece conosco para chegarmos nisso? Se estávamos no caminho certo, por qual motivo, demos meia-volta-volver?

Por estas e por outras, devemos analisar mais o nosso comportamento social.

Na sociologia brasileira há ensaios nesta busca, como o clássico Sérgio Buarque de Holanda, para quem somos afetivos (cordi) e precisamos de contato físico. Há muita crítica a este conceito e muita confusão sobre o que de fato Sérgio Buarque estava sugerindo.

Há autores que trabalharam nossa rejeição às normas impositivas que vai da rejeição do Estado pelas classes abastadas ao jeitinho brasileiro das classes subalternas.

Roberto DaMatta trabalhou o nosso "jeitinho". Em "O Que Faz o Brasil, Brasil?", compara norte-americanos e brasileiros. Para os primeiros, haveria muito formalismo. Para o autor, no nosso caso, há violação de regras e rejeição às instituições. DaMatta sugere que o Estado brasileiro não foi construído para agregar, mas para coibir. Uma boa tese,

mas há algo mais profundo nesse nosso negacionismo e misticismo.

Jessé tentou enveredar para este veio da análise do nosso caráter. Confesso que preferia Wilhelm Reich (e seu "Análise do Caráter"¹³), mas vamos de Jessé que procurou criar uma classificação social brasileira que estaria plasmada na ralé e nos batalhadores. Há problemas sociológicos nesta conceituação. Classe social é definida por um critério relacional onde podemos classificar a sociedade em gomos a partir de algo que as une: a propriedade dos meios de produção (Marx), poder aquisitivo (liberais) ou pelo consumo (mercado). Weber faz uma associação entre ocupação, consumo e estilo de vida para definir uma classe social. Em Jessé, qual seria o critério? Ralé vem de uma definição pejorativa que a Corte francesa dava às amantes do Rei (por serem oriundas dos mercados populares). Batalhador seria alguém esforçado? Então, qual o critério embutido nos batalhadores para os diferenciarem dos não batalhadores? Quantidade de ocupações ou suor ou energia despendida ao longo do dia? Ambição? Muito frágil em termos sociológicos. Mas, é louvável a tentativa.

Acredito que temos - e talvez esta é a avenida que Jessé usou - um ideário estamental no Brasil. Somos uma sociedade de classes (com possível mobilidade social), mas nossa mente funciona como se vivêssemos em castas, cada um fechado em comunidades marcadas por tradições.

13 REICH, Wilhelm. *Análise do Caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. O livro foi publicado originalmente em 1933.

Nossa classe média sulina tem pavor de ver na poltrona ao seu lado uma pessoa negra, de shorts e chinelos. Não tolera ver um pobre num shopping de classe média alta. Restaurantes, cinemas, shoppings centers são alguns dos templos que não podem ser conspurcados.

E entre as classes subalternas? O que ocorreria? Este é um mistério e tanto. Pesquisas patrocinadas pela Central Única de Favelas (CUFA) revelam uma população mística, que gosta da ordem (não gosta que uma greve os impeça de trabalhar) e confiante no seu potencial.

A crença no sucesso chega a comover. Os laços com sua família se aproximam da formação de clãs afetivos. Aliás, esta relação com a família - e desconfiança até com amigos - já havia sido percebida em pesquisa do IBOPE que fundamentou um livro sobre classe média.

Há algo em nossa cultura de brasileiros que não se projeta como nação, como povo. Estamos segmentados em nossas crenças e identidades. O que coloca toda instituição e até a ciência em suspensão. Cientista, afinal, parece fechado em seu mundo e não viveria as mazelas.

Enfim, precisamos estudar mais o que somos como projeto social, como civilização. Darcy Ribeiro era otimista. Afirmava que nossa miscigenação nos levaria a um outro patamar civilizatório. Aguardo este resultado.

19. UMA REUNIÃO EM MEIO AO CAOS

Trata-se de uma reunião ministerial de um governo frágil, sem rigor, sem rumo, absolutamente ideologizado, num momento em que começava a perder musculatura, em meio à maior tempestade perfeita deste século. O que se poderia esperar? Racionalidade? Bons modos? Alguma sacada inteligente?

O vídeo desta reunião, realizada num estranho dia de abril deste ano, revela o que já se sabe deste desgoverno: falas muito abaixo da mediocridade que, como sabemos, significa ser mediano ou estar na média do pensamento mundano. Acuados, os discursos do chefe e seus chefiados são uma espécie de enredo do Monty Python sem qualquer humor. Nonsense com projeção de um mundo paralelo em que tentam demonstrar alguma força que, dado o teor da fala e as ênfases exageradas da forma, revelam mais que a canela. O que se poderia esperar? É gente frágil, marginal em suas áreas de atuação. Quem é Paulo Guedes no mundo da economia? Damares no mundo dos direitos sociais e até no mundo religioso? Quem é Bolsonaro no mundo militar ou no mundo político? Todos se forjaram nas margens do mundo real.

Bolsonaro não desejava que este vídeo de filme B viesse à público. Não se sabe o que o levou a temer. Afinal, o que aconteceu naquela reunião não foge das escatologias de Araújo, Guedes, Weintraubs e Bolsonaros. O fato é que ele perdeu mais esta queda de braço. Talvez,

num relance de vergonha, os atores mamembes decidiram aceitar o truco. Alguns apostaram ainda mais no nonsense e na absoluta falta de respeito à investidura de seu cargo. Jogaram como jogadores de porrinha realizado no bar copo sujo da esquina. Suados, camisas abertas até o peito, uma leve baba no canto da boca, decidiram fazer mais uma bravata. Afinal, de bravata em bravata, não se chega a lugar algum e, assim, se anda em círculos eternamente até que a Divina Providência dê um basta.

Já o exército de robôs decidiu fazer alguma coisa que prestasse politicamente. Já escrevi muitas vezes que na política contemporânea, a versão vale mais que o fato. A reunião-circo não renderá nota de rodapé nos livros de história. Mas, pensou alguém que se acha sagaz: “e se disseminarmos que o vídeo reelegará Bolsonaro?”. Essa indagação não faria sentido em nenhum lugar normal. Mas, o Brasil, há tempos, deixou de ser normal. A deputada mais-ou-menos, já espinafrada pelo ex-ministro, decide postar no Twitter um agradecimento à Moro pela divulgação do vídeo¹⁴. Interessante que o chefe mor não queria a divulgação. Mas, quando se trata de versão, isso não interessa. Um ou outro do grupo fanático que representa um traço em termos de total da população brasileira, foi na onda. Então,

adivinhem quem caiu nessa armadilha de gente que faz aquele tipo de reunião? Parte da militância de esquerda. Como patinhos amarelinhos que Gugu e FIESP tanto criam e cultuam, esta parcela da esquerda tupiniquim – que um dia foi intelectualizada – cai rolando na sala e tenta dar saltinho para ficar em pé logo em seguida. Já tinha caído na tal brincadeira infantil de Bolsonaro com a tal Tubaína¹⁵ (que, cá entre nós, acho uma delícia). Tentaram cavar alguma mensagem cifrada para... para... para o que, mesmo? Para se revelarem sem nenhum dom para o jogo político. No passado, se dizia que gafe política desta natureza era “passar recibo”, ou seja, dar um valor ao adversário que ele não merecia.

Acredito que este infantilismo tem relação com a lógica da esquerda “parlamentarizada”, aquela que fala grosso e age com medo. Até entendo que tem sentido dar volume para o adversário para não ficar tão feio a derrota de 2018. Afinal, o que vão dizer para os netinhos? “Perdemos para um desqualificado que comandava uma reunião ministerial como se estivesse no Country Club num domingo modorrento depois de tomar um engradado de cerveja?”.

14 Trata-se da fala irônica da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) Ver em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/carla-zambelli-ironiza-moro-contribuiu-para-a-reeleicao-do-presidente.htm?cmpid=copiaecola>>.

15 Em maio, Jair Bolsonaro concedeu entrevista ao jornalista e blogueiro Magno Martins. Em determinado momento, lança um trocadilho infeliz dizendo que “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaína”. Nas redes sociais, ativistas de esquerda acusaram Bolsonaro de fazer referência à tortura. A polêmica prosseguiu sobre o uso real do nome do refrigerante como jargão de tortura durante o regime militar.

O ideal teria sido a esquerda deixar esta briga entre STF e o fantástico estrategista Jair.

Mas, vejamos em perspectiva para avaliar a importância deste vídeo.

Acabamos de ultrapassar 21 mil mortes pelo Covid19. Estamos com 12,5 milhões de desempregados. Queda de renda em 80% das famílias que residem em favelas. Queda de arrecadação entre 25% e 30% até aqui. Queda do PIB. 75% das indústrias do setor automobilístico paradas ou semiparalisadas. Esta é a foto do momento. Qual o filme? O filme que entrará em cartaz em novembro ou dezembro tem como personagens queda de 7% do PIB e 20 milhões de desempregados. Mais de 90 mil mortos por Covid19.

Então, pensemos um pouco.

Alguns psicólogos sugerem que quando estamos em meio à uma situação muito desagradável, para podermos medir de fato o tamanho deste problema, basta projetarmos alguns anos à frente. Se o problema reaparecer é porque é realmente grave. Caso contrário, é passageiro.

Pensemos no final deste ano. Esta reunião-circo terá qual importância em meio à catástrofe econômica, social e sanitária? O morador de rua, o trabalhador autônomo, o morador de favela, o micro-empresário, o vendedor ambulante, estarão preocupados com a reunião-circo ou

com a sua falência, a fome, a destruição de seus sonhos e expectativas, a degradação social batendo à porta de sua família?

A reunião-circo está no mesmo patamar que a postagem do vídeo do Golden Shower no carnaval passado¹⁶. Uma vergonha. Há, com efeito, elementos que podem gerar a prisão e cassação do cargo de vários presentes naquele teatro de bolso. Mas, é nisso que temos que insistir? Nessa pauta?

Não. Temos muita coisa mais importante para fazer. Temos que reconstruir este país. Dar um mínimo de segurança para os mais vulneráveis. Temos que mostrar porque a extrema-direita sempre se apresenta como um rato que ruge. Afinal, a extrema-direita não sabe nem organizar uma reunião ministerial que tenha começo, meio e fim, que tenha algum respeito e seriedade. Então, como alguém em sã consciência pode imaginar que sabe governar a 8ª economia mundial construída com seriedade e suor de mais de 200 milhões de habitantes?

20. A JUVENTUDE É MUTÁVEL

De algum tempo para cá, a noção de juventude passou a ser plural. Agora, se fala em juventudes. O plural se refere, até aqui, às diversas identidades ou sub-

16 Em 5 de março de 2019, alguns dias após sua posse, Jair Bolsonaro compartilhou na sua conta no Twitter uma cena de bloco de carnaval, em que um homem dança e em determinado momento se abaixa para outro urinar nele. O post do presidente com o vídeo teve mais de 8 mil retuítas, mais de 46 mil curtidas e 39 mil comentários até o meio-dia do dia seguinte.

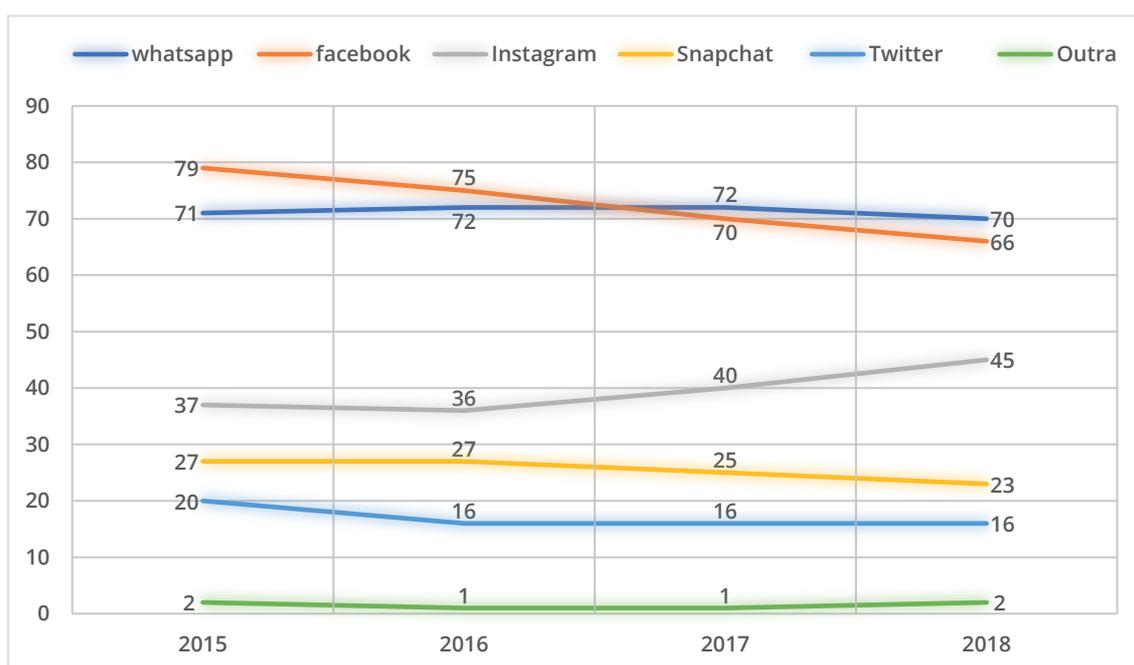
culturas, às inúmeras tribos ou times. Mas há algo que já se percebia desde a virada do século anterior para o atual que vai se cristalizando: a inconstância das juventudes.

É possível que as redes sociais tenham emplacado uma nova forma de sociabilidade, mais fluida, acelerada, onde a ideia do dia anterior submerja em meio à uma profusão de novas informações e interpretações. Pode ser, ainda, que as juventudes tenham sido sempre assim, mas não tinham seu habitat ideal à mão, com a internet e as redes sociais ao alcance do celular. O fato é que este dilema de quem nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha, nunca ajudou a chegarmos a algum lugar razoável.

Os dados que temos sobre acesso às redes sociais pelas crianças, adolescentes e jovens brasileiros indicam esta fluidez e inconstância.

Mais de 24 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 9 e 17 anos, são usuários de internet no Brasil, segundo pesquisa TIC Kids Online Brasil 2018. Significa que mais de 85% das crianças e adolescentes do Brasil acessam a internet. Na faixa entre 15 e 17 anos, o percentual é um pouco maior: 86% de usuários. Crianças e adolescentes assistem a vídeos, programas, filmes ou séries na internet. A internet é mais usada por meio de telefone (93%) e desde 2014, o uso de telefone celular ultrapassou o uso de computadores. Esta pesquisa indica que WhatsApp e Instagram como as principais redes usadas no Brasil neste intervalo etário. Mas, se olharmos com cuidado, percebemos uma mudança de comportamento num curto intervalo de tempo.

Redes Sociais onde crianças e adolescentes possuem perfil (%)



Fonte: O Globo¹⁷. Infografia: Produção própria.

17 Ver em: <<https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/whatsapp-supera-facebook-como->

Whatsapp e Facebook trocaram de lugar, na preferência de crianças e adolescentes brasileiros entre 2015 e 2018. O Instagram passou a ser mais utilizado neste período e o Snapchat e o Twitter, que pareciam em evolução, caíram ou estacionaram num patamar bem baixo de uso.

Isto talvez dê uma luz sobre a mudança atual de parte da juventude brasileira em relação à pandemia e ao governo Bolsonaro.

Uma parte considerável dos jovens apoiou Bolsonaro em 2018. Pesquisa coordenada por Isabela Oliveira Kalil, do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, indicou 16 agrupamentos sociais que tiveram forte participação na campanha do atual presidente¹⁸. Três desses grupos eram compostos por jovens.

O primeiro subgrupo de jovens que apoiaram Bolsonaro em 2018 é o composto por nerds, gamers, hackers e haters, composto majoritariamente por homens entre 16 e 34 anos. Se reúnem em fóruns restritos, jogos online e caixas de comentários de sites de cultura pop. Citam muitos personagens do mundo dos games e HQ, além de filmes. Sentem prazer em organizar ataques à algumas páginas de personalidades por quem não têm apreço. Foram responsáveis por disseminar a imagem de Bolsonaro

como “mito”, além de projetar o perfil jocoso e provocador. Repudiavam perfis progressistas nas redes sociais, além de feministas e gays.

O segundo subgrupo jovem foi o composto pelos que pregaram voto rebelde contra a “doutrinação marxista”. Composto por jovens estudantes do ensino médio ou estudantes universitários, que têm entre 14 e 30 anos, não se sentem acolhidos pelo ambiente escolar e se sentem privados da participação em grêmios e centros acadêmicos em razão de posicionamentos políticos. Nos grupos de estudantes do ensino médio público apareceram apoiadores que enxergavam Bolsonaro como um outsider que conferia no ambiente escolar a noção de voto “descolado”. Dentre os estudantes de ensino médio privado se encontravam aqueles que eram contrários às políticas públicas que possibilitam acesso dos jovens de ensino público na universidade e qualquer mecanismo de cota que “facilite” ou “privilegie” certas camadas sociais. Dentre os universitários, os discursos sobre cotas e mecanismos que incentivam a entrada de certos grupos sociais no ensino superior se destacavam, envolvidos num discurso que se autoidentificavam como “estudantes pela liberdade”.

Finalmente, o subgrupo de jovens influenciadores digitais, focados na defesa da meritocracia e na chancela “salvando o Brasil de se tornar uma Venezuela”. Produtores de conteúdo para as redes

[-rede-social-preferida-de-criancas-adolescentes-no-brasil-23953366>](#)

18 Ver <<https://www.vice.com/pt/article/7x33x9/bolsogatas-pessoas-de-bem-e-machoes-antropologa-classifica-16-tipos-de-bolsonaristas>>

sociais, como Youtube, Instagram e Facebook, não eram inteiramente contempladas pelas perspectivas de Jair Bolsonaro, seja política, moral ou economicamente, mas acreditavam que no momento era a melhor saída “arrumaria a casa” e combateria a corrupção. Se reagrupavam em convertidos (pessoas que já foram comunistas, gays, feministas, ateus ou militantes de esquerda) e celebridades (cantores, atletas e artistas), pensadores (intelectuais e jornalistas que lançam tendências, realizam análises e, por vezes, possuem afinidades ideológicas com a direita internacional). Sentem forte repulsa ao “comunismo”, “às ideologias de esquerda” e aos movimentos sociais ou quaisquer grupos que possuam preocupações com as minorias sociais. Denunciavam, durante a campanha de 2018, o “autoritarismo da esquerda” e disseminaram o discurso antipetista e a luta contra a corrupção.

Esses três subgrupos jovens que apoiaram Bolsonaro em 2018 parecem se desgarrar do “mito” neste segundo trimestre de 2020. Felipe Neto parece ser o emblema deste movimento.

O que estaria provocando tal mudança nesta parcela da juventude (ou das juventudes)? Arriscaria dizer que é uma mescla de frustração, esgotamento e rebeldia. A velha mutação juvenil sendo acionada.

Não descartaria que parte dos jovens que desejavam que Bolsonaro “arrumasse a casa” se frustraram com a balburdia que se revelou o seu governo.

Com a saída de Moro, o abalo pode ter sido ainda maior. Embora não tenhamos pesquisas a respeito do impacto entre jovens da saída do ex-ministro da justiça do governo Bolsonaro, o impacto nas redes sociais pode sugerir uma tendência. O “Vem Pra Rua Brasil” incluiu a hashtag #BolsonaroTraiuMoro em um post que teve 7,2 milhões de compartilhamentos. O nome do ex-juiz foi o termo mais comentado no Twitter, com 1,2 milhão de menções. As hashtags #BolsonaroTraidor, #ForaBolsonaro, #TchauQuerido e #BolsonaroEnlouqueceu estiveram nos tópicos mais populares no dia da demissão.

O esgotamento, possivelmente em menor número, parece estar afetando a todos brasileiros, em meio à clausura ou ao risco de ser contaminado pelo Covid19. Esta nova realidade afeta diretamente o sentimento de liberdade da juventude. Por este caminho, a tentativa de Bolsonaro em excitar permanentemente seus apoiadores para adotarem posturas de confronto com medidas de segurança sanitária podem estar colidindo com as informações científicas e acontecimentos e declarações de celebridades de outros países que chegam aos jovens “descolados”.

Finalmente, o sentimento anti-establishment que forma grande parte do ideário jovem. Bolsonaro se tornou governo, o centro da república brasileira e, portanto, ou teria que ter alterado a lógica do poder estabelecido ou apareceria como parte do jogo tradicional da política. Sua incapacidade de gerar respostas

e sua aproximação ao Centrão devem ter contribuído para parte dos segmentos jovens que o apoiou se sinta muito incomodada.

O fato é que o mundo gira. E gira ainda mais rápido quando se tem menos de 30 anos.

21. SOBRE A DEMOCRACIA E SEUS LIMITES

O Brasil vive uma encruzilhada. Pela via democrática, elegeu um governo de extrema-direita que ameaça, mas não alterou a lógica democrática em nosso país até o momento. Diversas personalidades de destaque nas instituições centrais de nossa democracia já manifestaram sua preocupação com os riscos que estamos vivendo. Este é o caso de Celso de Mello, ministro do STF, que explicitou sua apreensão. Em mensagem enviada aos seus colegas da Alta Corte, alertou:

“É preciso resistir à destruição da ordem democrática, para evitar o que ocorreu na República de Weimar, quando Hitler não hesitou em romper e nulificar a progressista, democrática e inovadora Constituição de Weimar. Guardadas as devidas proporções, o ‘ovo da serpente’, à semelhança do que ocorreu na República de Weimar (1919-1933), parece estar prestes a eclodir NO BRASIL!”

A preocupação do ministro decano pode ter parecido exagerada para alguns brasileiros, o que suscita um apro-

fundamento sobre os limites da democracia.

Começemos com o conceito de democracia.

Democracia é um regime político em que todos os cidadãos, indistintamente, são iguais perante a lei e escolhem seus representantes que, profissionalizados, possam se dedicar a fazer leis que acolham os interesses de todos ou, no limite, da maioria dos representados, e dirijam a máquina do Estado, em seus níveis de jurisdição. Aqui, temos uma distinção importante: Estado de Governos e Parlamentos.

Estado é a máquina pública que, no mundo moderno, existe para garantir a paz e o equilíbrio nas relações sociais. Administra a coisa pública e é composto por equipamentos, instituições e servidores de carreira. Seu fundamento é a busca da justiça social e garantias da preservação dos direitos dos cidadãos. Já governos são constituídos por forças políticas organizadas que, eleitas, dirigem a máquina do Estado por um período determinado. Legislativo são compostos por representantes eleitos que produzem leis, incluindo a lei que autoriza o gasto pelos governantes, o orçamento público. Finalmente, o judiciário forma o terceiro vértice das instituições basilares da democracia moderna: julgam a todos, preservando as regras que democraticamente foram elaboradas pelos legislativos.

Estado não é governo, portanto. Há governantes que procuram confun-

dir estas duas dimensões da vida pública. Quando o fazem, caminham para algo distinto da democracia porque procuram destruir a independência dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – que são independentes para criar um sistema de contrapesos, como pensou Montesquieu. Se um poder faz leis, executa e julga, estaríamos perante uma ditadura, dado que quem pensa de maneira distinta deste poder absoluto, estaria fora da lei.

Já temos, então, uma primeira pista para entendermos um pouco das preocupações do ministro Celso de Mello. O atual governo federal estimula ações intimidatórias contra o parlamento federal (Congresso Nacional) e o judiciário (STF). O Presidente da República sustenta que esses atos são democráticos porque expressão de cidadãos. Chegaremos, mais adiante, a esta noção que confunde liberdade total com democracia.

Ocorre que a democracia não é apenas maioria. Não se trata de número. Trata-se de poder do cidadão. Caso contrário, ao o eleito tomar posse, poderia se desvencilhar do desejo de quem o elegeu. Estaríamos, neste caso, distantes da noção de representação, dada a autonomia de decisão do eleito. Então, aqui, ingressamos numa camada mais complexa do jogo democrático.

Na concepção moderna de democracia, temos ao menos duas modalidades de processos decisórios: o representativo e o direto.

Na democracia representativa, o cidadão faz sua vontade ser exercida por um representante eleito. São dois tipos de representações: a delegada e a fiduciária. A delegada é quando um representante está vinculado estritamente a um agrupamento ou interesse corporativo. É o caso do “deputado dos professores” ou da “bancada da bala” ou “vereador do bairro X”. O eleito se restringe a uma pauta com interesses muito específicos.

Já a representação fiduciária é aquela em que votamos em confiança, a partir de um discurso geral que o candidato faz e que nos agrada. Contudo, não sabemos exatamente o que ele fará em meu bairro ou para minha categoria profissional. É o caso da eleição de um governador que não tem como prometer o que fará em cada bairro de cada cidade de seu Estado. Mas, seu discurso geral pode convencer grande parte dos eleitores e gerar confiança que fará um governo que atenderá os interesses dos moradores do meu bairro.

Já a democracia direta é aquela em que não há representante. Os cidadãos, em assembleia ou plenária, decidem sobre a agenda pública a ser adotada.

As duas formas de representação são legítimas, porque decididas pelos cidadãos num processo claramente democrático. Ocorre que elas carregam riscos. A democracia representativa delegada coíbe que os representantes pensem além dos interesses de seu grupo corporativo, aquele que o sustenta politicamente. Neste caso, além de nenhum

assunto de agenda universal ter condições de se efetivar, a democracia representativa delegada pode estimular uma disputa sem fim entre interesses comunitários e particulares. É de se refletir como se elaboraria um orçamento público se cada representante só pensar nos eleitores de sua base territorial eleitoral.

Já a democracia representativa fiduciária pode se desviar para a autonomia absoluta do governante. Resumidamente, se o eleito pode fazer o que desejar dado que foi eleito em confiança, sem ter dito em detalhes o que faria, estaria autorizado a não prestar contas de seus atos. Assim, o vínculo de representação poderia se quebrar e estaríamos próximos de uma tirania ou plutocracia (o governo das elites).

Finalmente, a democracia direta só leva em consideração aqueles que estiveram presentes na assembleia, eliminando todos os outros cidadãos que, por um motivo ou outro, não puderam chegar na plenária. Neste caso, a decisão seria parcial, não de todos.

Como se percebe, a engenharia democrática não é simples e não se trata apenas de eleição ou votação, mas de garantir que todos os cidadãos tomem lugar nos processos de decisão pública. Norberto Bobbio, autor do renomado Dicionário de Política, sugeria que as três modalidades – representação delegada, representação fiduciária e democracia direta – deveriam existir concomitantemente porque uma teria o antídoto para os vícios das outras.

Ao sugerir que apenas um dos mecanismos democráticos se imponha sobre as outras, o governo federal atual procura desequilibrar este balanço entre as várias formas de tomada de decisão democrática.

Então, vivemos uma encruzilhada.

Vivemos uma democracia. Afinal, temos eleições livres em que todos os cidadãos podem votar, temos imprensa livre, temos a possibilidade de pluralidade organizativa (em associações, partidos e outras formas de associação civil), temos instituições funcionando e o equilíbrio entre poderes. Não é possível afirmar que não vivemos numa democracia. Lembremos que os mecanismos democráticos não são perfeitos e carregam riscos.

Contudo, temos um governo que emite ameaças à democracia, estimula manifestações contra as instituições democráticas, apela ao uso da força para impor suas opiniões, não segue as orientações técnicas baseados na ciência e em acordos internacionais e procura criar um clima de excitação constante na sociedade, estimulando conflitos.

Mais que isto: o atual governante do Executivo Federal decidiu incluir militares em postos centrais da administração pública. São mais de 2.000 cargos comissionados ocupados por militares no governo federal. Algo inusitado em qualquer democracia contemporânea. São mais ministros militares, proporcionalmente, que no governo venezuelano,

definido como autoritário por esta característica.

Um dos problemas centrais da escalada autoritária do governo federal é não perceber a distinção entre Estado, Governo e Nação. Os discursos proferidos pelo Presidente da República e vários de seus ministros embaralham essas dimensões institucionais. Já fizemos a distinção entre Estado e Governo. Um governante não se impõe sobre o Estado, ele apenas o governa. Se desejar alterar a lógica do Estado, precisará encaminhar sua sugestão ao legislativo. É lá que se decide sobre as leis que conformam o Estado. E a Nação? Nação é a cultura, a alma, os valores construídos na sociedade e que geram uma identidade entre os cidadãos de um determinado território. Tais valores são construídos historicamente num processo de tolerância e diálogo entre os cidadãos que conforma a sociedade civil. Portanto, a noção de nação não nasce no Estado, mas na sociedade civil, de onde emana a “energia moral” de uma nação.

Pois bem, o Presidente da República confunde tais dimensões. Sugere que sua opinião, devido à sua eleição, tem que ser a opinião da nação. E deve ser imposta a todos outros poderes. E estimula mobilizações de ataque às opiniões contrárias e aos outros poderes para inibir, coibir e enquadrar as opiniões distintas a partir da sua.

Temos, então, uma primeira caracterização do atual governo. Trata-se de um governo militarizado que adota um

discurso que inibe as distinções entre poderes (e a estrutura plural do Estado democrático) e confunde as intenções de seu governo com os desejos da Nação.

Faltaria, então, uma última precisão teórica: a distinção entre autoritarismo e totalitarismo, distintos da lógica democrática. Com esta distinção é possível precisar melhor a caracterização do atual governo federal e, assim, dialogar com a preocupação do ministro Celso de Mello.

Autoritarismo é o regime em que se tutela a disputa de interesses, a disputa política. Não há plena liberdade de organização. Foi assim durante o regime militar, onde apenas dois partidos eram legalizados e tolerados pelo governo federal: ARENA e MDB. Os regimes autoritários possuem uma segunda característica nítida: desmobilizam a sociedade, impedindo-a de realizar assembleias, reuniões amplas, aglomerações, manifestações ou protestos. Todo governo autoritário é altamente centralizador e, por este motivo, não admite divergências profundas. Quando, no regime militar, o MDB passou a vencer muitas eleições (a partir de 1974), o governo federal decidiu impor uma mudança na composição do Senado, conhecido como Pacote de Abril, criando a figura de um terceiro senador por Estado, conhecido como “senador bi-ônico”, para desequilibrar a composição nesta casa parlamentar. Enfim, o desejo popular foi desconsiderado, a despeito do formalismo das eleições se manter.

Já um regime totalitário não admite nenhuma oposição, seja tutelado ou não, extinguindo e perseguindo todos divergentes à opinião central, confundindo seus interesses e desejos com o da Nação. Em suma, o governo central representaria os desejos de todos os cidadãos, seus interesses seriam os de todo o país e qualquer divergência deve ser considerada antipatriótica. Por aí, há outra característica de todo regime totalitário: a mobilização permanente da sociedade. Os governantes totalitários estimulam que todos estejam nas ruas, gritando, ameaçando, num grau de excitação permanente para ameaçar qualquer oposição. Afinal, qualquer divergência colocaria, em sua opinião, a Nação em risco.

Chegamos, então, a uma formulação mais precisa sobre o governo de Jair Bolsonaro. Trata-se de um governo militarizado, cuja lógica de tomada de decisão e programas assumem um nítido viés autoritário (sem debate nacional ou respeito à independência dos poderes instituídos) e com forte pendor totalitário (mobilização constante dos agrupamentos sociais que o apoia e discurso em que identifica as divergências com sua agenda com ameaça à Nação).

Ora, as mobilizações que agridem as instituições democráticas e a divergência política, as mobilizações que exigem o fechamento ou enquadramento do STF e do Congresso Nacional aos desejos do governo central são nitidamente antidemocráticas. Mais que isso: destilam valores totalitários. Não por outro

motivo, lideranças dessas mobilizações – como o grupo 300, que montou acampamento em Brasília – utilizam armas e adotam símbolos e práticas nazistas e da Ku Klux Klan. Na medida em que o Presidente da República apoia e se faz presente nessas manifestações de caráter totalitário, ofende a lei federal e se alinha com os valores antidemocráticos.

A situação ficou mais grave quando o general da reserva Augusto Heleno, ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência da República, publicou nota no dia 22 de maio em que atacava uma notícia-crime encaminhada ao procurador-Geral da República formulada pelo PDT, PSB e PV, afirmando que o pedido de apreensão do celular do presidente Jair Bolsonaro pode "ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional". A ameaça foi visivelmente endereçada à decisão do STF que, por lei, deveria encaminhar – como o fez – o pedido para a Procuradoria Geral da União (que indeferiu o pedido). Um ministro procurou interceder sobre uma decisão de poderes independentes ao Executivo.

Esta sinalização se somou aos arroubos autoritários de ministros revelados num vídeo de reunião ministerial ocorrida em 22 de abril deste ano. O ministro da Educação, sustentou nesta reunião: "Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF. E é isso que me choca".

Como se percebe, os contornos do atual governo federal são ofensivos ao

regime democrático. Relativiza as regras definidas por outros poderes, ameaça instituições, mobiliza setores minoritários da sociedade que destilam discursos e práticas beligerantes, procura deliberadamente intervir em instituições democráticas para impor seu programa e interesse, confunde governo com desejo nacional (quando não extrapola para o uso do cargo de Presidente para defender interesses de sua família).

Os que seguem as opiniões do governo central são poucos, entre 30% e 25%, segundo as últimas enquetes realizadas no Brasil: 70% são contra que os brasileiros se armem (DATAFOLHA); 70% dos brasileiros não querem voltar ao trabalho nas próximas semanas (IPSOS), 70% da população brasileira qualifica como ruim ou regular o atual governo (CNT).

Vivemos um impasse democrático no Brasil. Impasse que motivou a mensagem dramática do ministro Celso de Mello. Este é o fundamento de sua preocupação: o Estado de Direito está ameaçado pelo governo federal.

22. UM GOVERNO DE EXTREMA-DIREITA NUM REGIME DEMOCRÁTICO

Afinal, o que é um regime autoritário? Trata-se de um regime onde há certa tolerância (e tutela) com a organização da oposição, há certa disputa -

ainda que restrita - política possível, mas se rejeita radicalmente qualquer mobilização social. Foi assim na ditadura militar. Tínhamos eleições municipais (mas não em municípios considerados áreas de segurança nacional), eleições para os parlamentos, existia ARENA e MDB. Quando o MDB começou a crescer, a partir de 1974, mas, principalmente, em 1977, os militares resolveram alterar a regra do jogo. Os militares baixaram o Pacote de Abril, criando a figura do senador biônico para desequilibrar a força da oposição no senado. Resultado: não deu em muita coisa e nos anos seguintes, a oposição ganhou as ruas.

Durante a ditadura, um grupo com mais de 3 pessoas que andasse na rua, invariavelmente era abordado pela polícia, até mesmo em cidades do interior. As salas de aula sempre continham um policial que gravava tudo. Quando se falava de política em casa, sempre era cochichando.

Eu mesmo, entre 15 e 16 anos, organizei um abaixo-assinado na minha escola para mudar o uniforme e... a diretora mandou meu pai e os pais dos demais organizadores do abaixo-assinado para o Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Acho que no interior se chamava SOPS.

Não vivemos esta situação no Brasil. Há pluripartidarismo, a imprensa publica sem censura, só não estamos saindo às ruas em virtude do Covid19, o judiciário empareda o governo federal, publicamos aqui o que queremos, enfim,

não vivemos sob uma ditadura ou regime autoritário.

Mas, se não vivemos sob um regime autoritário, o que dizer do governo? Trata-se nitidamente de um governo autoritário. Então, sugiro esta distinção: regime autoritário de governo autoritário. Na verdade, trata-se de um governo de extrema-direita. Vou explorar mais isso.

A diferença entre esquerda e direita, segundo Norberto Bobbio (que escreveu um importante Dicionário de Política) é que a esquerda se caracteriza por lutar pela igualdade social e a direita pela liberdade individual. A liberdade sugerida pela direita, inclusive, fundamentaria a desigualdade social. A direita acredita que a diferença é parte da natureza de nossa espécie: uns são mais esforçados que outros, mais inteligentes ou argutos. Esses "seres humanos melhores" se destacariam dos demais. Estaria justificada, pela diferença, a desigualdade. Assim, para a direita, qualquer ato do Estado para provocar igualdade social seria um ato autoritário e antinatural. O que o Estado deveria fazer, para eles, é garantir a vida, pela política de saúde e segurança, e dar condições de acesso à educação para poder competir. Proteger, mas não promover socialmente.

Para o autor italiano, a esquerda considera que sem igualdade, não há liberdade porque os menos desfavorecidos não conseguiriam fazer o que desejam. Tese muito próxima da de Amartya Sen, o economista indiano liberal que

adota em suas teses o conceito de direitos humanos.

O importante é ter claro que esquerda e direita se toleram e aceitam a disputa e, portanto, a derrota num processo eleitoral. Distinto da extrema-esquerda e da extrema-direita. Extremado, no caso, significa intolerância, o uso ou ameaça do uso da força para limitar ou exterminar os divergentes. Assim, a extrema-esquerda usa armas para promover a mudança de sistema pela força. A extrema-direita também usa armas para se impor pela força. Parece evidente que não temos extrema-esquerda no Brasil, mas temos extrema-direita.

O governo Bolsonaro prega a exclusão da esquerda, apoia manifestações contra o Congresso Nacional e o STF, desacata, ofende, mobiliza. Ops! Se mobiliza, não é apenas autoritário, mas adota traços totalitários. O ideário totalitário não aceita oposição alguma e mobiliza. As ilustrações acabadas do totalitarismo foram o nazismo e o fascismo. As provocações bolsonaristas procuram, inclusive, provocar e ameaçar a oposição (que, agora, envolve mais de 70% da população brasileira) com jargões e símbolos de extrema-direita, quase sempre, criados por grupos nazistas dos EUA.

Então, como podemos caracterizar o governo de Bolsonaro?

Trata-se de um governo militarizado, tomado por militares (mais de 2 mil cargos comissionados). Trata-se, ainda, de um governo autoritário, que adota traços e símbolos de forças totalitárias.

Mas... fraco e frágil. Na prática, o governo Bolsonaro vem se revelando um fracasso retumbante. Suas tentativas mais toscas esbarraram nas contenções institucionais. Sua sorte é termos uma oposição domesticada e insípida. Contudo, este governo não consegue gerar respostas.

O jornalista Renato Rovai sugeriu que Jair Bolsonaro estaria mais próximo da queda que de qualquer reviravolta em sua desidratação em curso. No caso, o editor da Revista Fórum imagina que Braga Netto estaria sendo preparado como alternativa até para 2022. Mas, golpe? Não há sustentação para um autogolpe.

Lembremos que durante a ditadura militar, a crise econômica e a falta de recursos para investimento (fruto das duas crises do petróleo durante a segunda metade dos anos 1970) esfacelou a legitimidade do regime autoritário.

Pois bem, estamos vivendo a crise econômica e social mais profunda desde os anos 1980. Teremos 25% da PEA desempregada; mais de 90 mil mortos por Covid19 em agosto. O mundo todo alardeia o desgoverno de Bolsonaro, considerado o pior do planeta. Um autogolpe, gerado por um ato tresloucado de incompetentes governantes, duraria quanto tempo? Semanas? Trump, em período eleitoral, enfrentando mais de 100 mil mortes por Covid19 e com 40 milhões de norte-americanos solicitando seguro-desemprego ajudará Jair?

Enfim, não vivemos sob uma ditadura, nem temos traços de regime autoritário, mas vivemos sob um governo de extrema-direita atrapalhado e incompetente. Os militares, mais uma vez, revelaram que não sabem governar este país. Mais uma vez, sob seu comando, o país virou um caos.

É neste contexto que o slogan "Somos 70%" tem sentido. A grande maioria do país não aceita este governo e nenhuma de suas teses. Está em outro campo. O que revela que a democracia é um eterno aprendizado. Metade dos eleitores de Jair já caiu fora.

Finalizando: não vejo perigo algum de autogolpe ou implantação de uma ditadura. Vejo bravatas de velinhos e militantes de um governo em desespero cujos membros, quando interpelados, deixam a macheza de lado e ficam calados. Gente sem formação e sem estofos.

23. SOBRE O BOLSONARISMO COMO VALOR DESVIANTE

Assisti, recentemente, a defesa de tese de uma amiga paulistana. Em determinado momento, ela citou o livro "Outsiders", de Howard Becker¹⁹. A vantagem de estar em casa é que olhei para a prateleira e visualizei o livro. Acho que tem algo a explicar sobre os bolsonaristas.

19 BECKER, Howard. Outsiders: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Becker começa o livro afirmando que alguns "desvios" de comportamento (em relação ao padrão) são considerados crimes, mas, outros, não. Todos, contudo, não vivem de acordo com as regras estipuladas como normais ou corretas. Acredito que uma parte dos bolsonaristas se encaixa na sua explicação.

Muitas regras não são impostas, sugere o autor. Mas, mesmo assim, alguns que as violam geralmente aprovam as regras que infringiu, como os que cometem infração no trânsito. Outros, desenvolvem ideologias completas para explicar por que estão certos e o mundo errado. Porém, um ato é considerado desviante em relação à reação que as outras pessoas apresentam a este ato. Ora, isso significa que em sociedades cujas regras sociais são frequentemente desrespeitadas – como quando empregamos nosso jeitinho -, o comportamento desviante é mais tolerado. Portanto, desvio "não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele" (p. 27 do livro de Becker). Cá entre nós, está dando para nos identificar, não? Brasileiro tende a ignorar um ato disfuncional à socialização.

Na medida em que um grupo outsider se cristaliza na sociedade, o sentimento de erro de conduta só ocorrerá se alguém de seu próprio grupo definir sua ação como transgressora. Caso contrário, as críticas de fora se chocam com as convicções de seu próprio grupo.

Becker sugere que padrões de comportamento se desenvolvem numa sequência ordenada. Em outras palavras, o outsider, muitas vezes, constrói ao longo de um tempo razoável esta sequência até seu acabamento, quando o cristaliza. Se ninguém o coíbe, a trajetória se legitima. Mais: segundo o autor, muitos atos impróprios são cometidos por quem não tem intenção de transgredir. Apenas ignora a existência de uma regra. Palavras adequadas num agrupamento podem ser ofensivas para outro grupo, para dar um exemplo ameno.

Todos temos impulsos desviantes ao longo de nossa vida. A decisão de não seguir por um caminho desviante se dá pelo "compromisso" com instituições e valores sociais (não apenas comunitários ou de grupos pequenos). Mas, esses valores precisam perpassar seus círculos sociais. As pessoas que não têm reputação a zelar ou vínculos sociais mais amplos se vêm livres para caminhar por uma conduta desviante, agressiva, violenta, desrespeitosa, egoísta. Se não há nenhum constrangimento social (seja de seu grupo social mais íntimo, seja das instituições), forma-se uma narrativa desviante que define motivos e interesses. No curso da interação, ouve de outros outsiders as vantagens da negação às regras gerais.

"O indivíduo aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular" (p. 41). Criados os motivos e a narrativa que justifica o desvio, é muito

difícil reverter o ciclo desviante, sustenta Becker.

Mesmo quando o desviante/outsider se livre do hábito inadequado, é comum as pessoas continuarem a tratá-lo como desviante.

Um passo final da "carreira" de um desviante é o ingresso num grupo desviante organizado. Neste momento, se consolida uma ideologia do grupo desviante e emerge um repúdio severo às regras morais da sociedade e suas convenções.

Vejam que Becker constrói um percurso analítico que indica algo sobre o bolsonarismo. O começo do percurso vai se fortalecendo na medida em que não é coibido ou questionado por nós. E vai crescendo até se conformar como subcultura, como padrão.

24. AS NOVAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

No século XX, as estruturas de organização, incluindo as de representação, se conformaram a partir de forte verticalização e ação unificada. Foi o século das multidões, lembremos. Os organizados se vinculavam às estruturas com comando, setor administrativo e militância. Mais importante: essas organizações geravam ações unificadas entre seus membros. Tomada a decisão, todos seguiam o mesmo rumo e adotavam as

mesmas bandeiras. Era comum, então, que em manifestações se visualisassem blocos de bonés, camisetas e faixas do mesmo tipo, cor e conteúdo.

O que ocorreu de lá para cá? A sociedade se fragmentou. Empregos como os dos bancários pulverizaram e deram lugar a sistemas automatizados; as plantas industriais gigantescas foram substituídas por fragmentações (com sistema de just-in-time), e assim por diante. Surgiram os "uberizados", que vão ao limite da estafa e do risco pessoal para conseguir alguma migalha distribuindo produtos pelas cidades.

As redes sociais formaram o locus, o habitat privilegiado desta nova sociedade em forma de mosaico com diversas ramificações. As ramificações múltiplas das novas formas de contato - muito mais comunitário que societário - criam a possibilidade de cada um estar em vários agrupamentos virtuais simultaneamente, mesmo que eles não se conectem ou pensem da mesma maneira.

Bauman teve um insight e tanto ao dizer que no mundo atual, temos uma vida offline, onde aparecemos como somos para o outro (fora das redes sociais), e uma vida online (marcada por avatares). Os avatares que muitos usam são ilimitados (basta lembrar do que faz Carluxo). Na prática, muitos adotam mais de uma personalidade e como se deixam envolver por opiniões e convicções distintas das várias comunidades virtuais que participam, sua ação pode

ser também múltipla: participa de uma mobilização hoje e amanhã, talvez.

A relação afetiva é que conta mais que a razão. Temos, então, o surgimento da provisoriedade comportamental, incluindo o político. O que gera em termos de representação política? Ciclos cada vez mais curtos de legitimação de lideranças. Muitas vezes, a liderança política rivaliza, atualmente, com a celebridade instantânea. A celebridade é fugaz e raramente dita uma ideologia ou utopia, ao contrário de uma liderança. Daí vivermos sob a égide da troca de celebridades.

No mundo político, esta nova realidade corrói as velhas formas de ação e estabilidade das lideranças partidárias. Eleitas, viviam sob a segurança do mandato por um tempo relativamente longo. Agora, sua legitimidade perdura em ciclos cada vez mais curtos. Denomino essa instabilidade da liderança política e autoridade pública de "política de ciclo curto". É cada vez mais raro uma liderança manter sua legitimidade por mais de dois anos. Vejam o desmoronamento de tantas lideranças políticas na última década aqui no Brasil. Lula é o que mais persiste.

Richard Sennett, em seu livro "O Declínio do Homem Público" já sugeria, no século XX, que estávamos mergulhando na Era do Ressentimento. O "homem comum", sem poder econômico ou político de grandes proporções, se frustrava com o sucesso e vida abastada de autoridades. O ressentimento dava lugar ao

fechamento em seus círculos de intimidade: família ou círculos de amizade minúsculos. Novamente, este movimento social se encaixou no desenho comunitarista (de agrupamentos fechados) das redes sociais.

Então, o que temos em termos de modelos de manifestações de massa atualmente? Primeiro, a soma de comunidades, não uma multidão que pensa igual. Segundo, as pautas que se relacionam com sua subjetividade, sua frustração e dor. Terceiro, a provisoriedade.

Evidentemente que se o que estou sugerindo como hipótese de análise estiver correta, as organizações do século XX, como os partidos políticos, terão dificuldades imensas para poder dialogar - ou mesmo compreender - com as novas formas de sociabilidade comunitária. No mundo sindical, já há experiências que procuram estabelecer vínculos com este novo perfil social. Nos EUA, já há um importante movimento trabalhista que se organiza em bairros ou demandas étnicas. Temas como assédio e racismo passaram a ser centrais.

Enfim, o mundo é outro e as lideranças políticas plasmadas em organizações verticais e burocratizadas sentem que a água já bate na cintura. Alguns, se refugiam no que se denominou na ciência política de "partidos cartéis", dependentes de verbas públicas. Um partido-cartel depende do Estado, não do eleitor ou sua base social. Depende de cargos comissionados no Estado para profissionalizar sua militância, recursos

públicos para alimentar seus prefeitos, fundos partidários para gerar ações e estudos. O eleitor passa a ser um detalhe.

Mas, partidos compromissados com trabalhadores ou menos abastados patinam no discurso e na tentativa de se conectar com este novo mundo fragmentado. Suas lideranças se esforçam e se perguntam qual deveria ser sua nova prática, seu novo discurso. Temos, assim, um fosso entre representantes e representados nos dias de hoje. Alguns representantes ou lideranças políticas são honestas e se empenham em achar a saída deste labirinto. Outros, tentam atalhos com discursos populistas e raiosos ou, ainda, o caminho do cartel.

Termino sugerindo cautela. Todo processo de mudança social nunca é definitivo ou aponta para uma única direção. Sempre faz um caminho tortuoso que se altera diversas vezes na sua trajetória. Em meio à uma pandemia demolidora, as incertezas são ainda maiores.

25. 2013 É AQUI

Eu já escrevi o que relatarei em seguida no meu livro sobre 2013²⁰, mas vou repetir aqui dois episódios interessantes das jornadas de junho que podem ter paralelo com o que está se formando agora.

EPISÓDIO 1: no dia 26 de junho ocorreu a última manifestação daquelas jornadas de 2013 em Belo Horizonte. No final, algumas concessionárias de carros começaram a pegar fogo. Eu liguei para algumas lideranças das jornadas e perguntei o que ocorria. E fiquei surpreso. [Ao contrário da narrativa lulista que diz que 2013 foi coisa da direita, era uma outra esquerda que estava lá: anarquista ou autonomista. Eu falei com vários membros desses coletivos. Era tudo muito organizado.] A resposta foi: "olha bem na TV. Não somos nós. São os meninos dos morros que desceram para enfrentar a PM. Eles são magros, negros, sem camisa. Dá uma olhada como eles chamam a PM para a briga. E as PMs não vão. Eles se conhecem de outros confrontos".

São Paulo e Brasília registraram participação - ou invasão - de gente de direita durante as manifestações de junho, mas no resto do país, a direita foi marginal. Acontece que anarquistas e autonomistas não são muito queridos dos partidos da esquerda, digamos, tradicionais. Mas, vai uma informação: a juventude do PT apoiou as jornadas. Aliás, expoentes da juventude do PT me procuraram. Falavam da necessária renovação de quadros do PT. Mas, como sempre, foram abafados pelos "quadros". Enfim, 2013 foi muito mais complexo que uma historinha simplória que tenta alinhar acontecimentos distintos.

EPISÓDIO 2: O outro episódio foi depois das jornadas. Ocorreu em julho

20 RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

ou agosto. Aqui em Belo Horizonte, a Assembleia Popular Horizontal (APH, instância de deliberação que ocorria em pleno dia e que juntava 2 mil jovens embaixo de um viaduto no centro de BH) continuou funcionando. Aliás, a APH inovou muito. Havia um mediador que ficava no "palco" e um outro, que ficava no meio da multidão que participava da assembleia. O objetivo deste segundo era ouvir quem era mais tímido ou dar a palavra para quem estava meio escondido. Mas, o que desejo contar é um episódio que envolveu o coletivo de educação da APH de BH e a secretaria estadual de educação. Os governantes - todos - ficaram desesperados com as manifestações. Não sabiam o que fazer. O governo mineiro, decidiu chamar o coletivo de educadores para ouvir os jovens e negociar. Nesta reunião entre membros da secretaria estadual de educação e participantes do coletivo de educação da APH, foi discutida uma longa pauta de demandas e críticas dos manifestantes. Ao final, um dirigente da secretaria agradeceu e disse: "Queremos pedir duas semanas para que as diversas diretorias discutam estas reivindicações e sugestões e, se aceitarem, voltamos a nos reunir logo depois. Aceitam?". Silêncio. De repente, uma das participantes do coletivo de educação disse: "Não vai dar". O relato de quem participou da reunião dá conta de um ataque de nervos dos dirigentes da secretaria estadual de educação. Fizeram um longo discurso dizendo que não estavam ali de brincadeira etc e tal. Os participantes jovens se olharam e responde-

ram: "Então, fica assim". A participante do coletivo disse: "nós não representamos ninguém. Nós nos autorrepresentamos. Não há liderança neste coletivo. Podemos levar sua proposta para o coletivo, mas pode ser que não aceitem ou venha outra comissão da próxima vez".

Este segundo episódio revela o desencontro total entre as formas burocráticas de organização de um governo e a maneira fluida e elástica de organização de 2013 e que se repetiu diversas vezes de lá para cá. Sou testemunha de como todos partidos e lideranças se desesperaram em 2013. Lembro de um convite de Eduardo Campos para que eu explicasse para o PSB o que estava ocorrendo. Falei para um coletivo da Rede de Minas Gerais, cheguei a discutir com Marina na Faculdade Dom Hélder. PT, PCdoB, vários outros partidos ficaram atônitos. Particpei no Instituto FHC de uma fala ao lado de Ronaldo Lemos para discutir o que parecia ser algo inexplicável. Enfim, todas forças políticas ficaram atônitas com 2013. E, naquele momento, todos percebiam ser uma mobilização estranha, mas legítima.

Um dia, comentarei como os governantes, incluindo Dilma Rousseff, resolveram, a partir de outubro de 2013, desmantelar toda a organização jovem de junho. Poderia ter nascido algo novo. Parte da esquerda chegou a pensar em fundar um outro partido, nos moldes do Podemos utilizando a estrutura do Partido Pátria Livre²¹. Tivemos muitas articulações pela esquerda caudatárias de

21 O Partido Pátria Livre (PPL) foi fundado em 21 de abril de 2009 e registrado na Justiça Eleitoral

junho de 2013, como o Movimento Raiz Cidadania. Esta história ainda precisa ser contada.

Contudo, o que gostaria de reforçar é como 2013 já criou um estranhamento de uma nova lógica organizativa e o aparecimento de novos atores sociais (incluindo os jovens dos morros e periferias) que, agora, parecem reaparecer. Continuaremos ignorando a novidade?

26. O CAMINHO DO CAMPO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Afinal, o que ocorre no campo progressista ou de centro-esquerda do nosso país?

Há certo catastrofismo nos discursos deste campo político-ideológico como se a vitória de Bolsonaro tivesse criado uma Era. Não foi bem isso que ocorreu. Por quanto tempo a extrema-direita cresceu? De 2015 - ápice de popularidade de seu discurso radical, segundo a Vox Populi - até 2019 (quando o apoio à Bolsonaro começa a desidratar). Um tempo muito breve, mas que abalou profundamente as convicções deste campo. Por qual motivo? Vou entabular três hipóteses que não esgotam as possibilidades de análise. Vamos a elas:

Hipótese 1: Estresse pós-traumático. A sequência de impeachment de Dilma Rousseff, prisão de Lula e vitória de Bolsonaro abalaram certa convicção de imortalidade, a “Síndrome de Highlander”. O PT foi o único partido da história política do Brasil que venceu 4 eleições consecutivas para a Presidência. Mais: a habilidade de Lula em envolver até mesmo adversários históricos e isolar politicamente os adversários mais resistentes gerou sensação de estabilidade. Ocorre que o regime democrático pressupõe alternância no poder. Portanto, seria algo natural que a força eleitoral do PT gerasse uma organização tão potente em oposição para tentar fazer a roda girar. O campo progressista se desarmou e acreditou que nunca mais sairia do poder.

Hipótese 2: Percepção de ausência de lastro social e apartheid entre o cotidiano popular e as instâncias de organização do campo progressista. Esta situação veio aos poucos, principalmente após 2013. A narrativa inicial é que tudo era armação da direita. Dilma convidou os principais movimentos sociais para uma conversa em junho de 2013. Ouviu que ela não os ouvia há tempos. E que não lideravam as jornadas de junho. A Presidente tentou apresentar uma pauta, mas, não percebeu que as mobilizações de 2013 eram um mosaico, não uma unidade. Enfim, 2013 não era trama da direita, mas de uma outra

em 3 de outubro de 2011. Em 29 de maio de 2019, o partido foi extinto após incorporar-se ao PCdoB. Contou com 30 mil filiados no país, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Ceará os estados onde o PPL tinha mais membros. Foi uma derivação do antigo MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e editava o jornal Hora do Povo. Nas eleições presidenciais de 2014, o PPL apoiou a candidatura de Marina Silva à presidência e aconselhou o voto nulo no segundo turno.

juventude que agiu como a juventude dos EUA (Occupy), Espanha (que deu no Podemos), da Islândia (com a Revolução das Panelas), do mundo árabe (com a Primavera Árabe). Não era movimento social, mas mobilização social. Foi difícil perceber que durante mais de uma década dirigindo o Brasil, o campo progressista tinha envelhecido. Sua referência era um mundo que estava sendo substituído (algo que Lula recentemente sugeriu). Como entender este novo mundo que parece estranho à lógica do século XX?

Hipótese 3: Dificuldades para superar o projeto lulista. O projeto rooseveltiano lulista foi o de maior sucesso do campo progressista em toda sua história. Acontece que não pode ser mais reproduzido. Afinal, parte de sua engenharia se desgarrou e foi para a extrema-direita. A nata do empresariado revelou sua face demoníaca, de baixo compromisso com a sociedade brasileira. Se aliou, como fez no regime militar, a um projeto de exclusão social, autoritário e escatológico. Agora, se debate, como os militares, para saber qual saída toma no labirinto. Acontece que o projeto rooseveltiano se apoia em concentração de recursos de investimento público, fomento à ampliação do mercado interno e... indução dos investimentos privados (no caso, via BNDES e PAC). Esta última perna quebrou. Sem a perna empresarial, o que temos é um confronto entre uma proposta de desmontagem do Estado Providência e subordinação aos interesses dos EUA com um projeto de desenvolvimento autônomo. Até o momento, não há canais

de comunicação algum entre as duas perspectivas.

A opção de subordinação vem da leitura de um segmento militar que já previa uma forte crise social por esses dias dada a dependência da multidão mais pobre em relação aos fundos públicos para sobreviver. Então, a crise social poderia dar lugar a tensões crescentes. A possibilidade de tensão permanente, para este setor militar, num momento de baixa capacidade de enfrentamento do Estado (numa situação de caos social) exigiria que o país se vinculasse a uma potência mundial que nos desse suporte e segurança. Daí os EUA. Estamos vendo o que deu a aposta. Uma leitura geopolítica equivocada dá sempre em burros n'água.

Assim, ingressamos numa aventura empresarial-militar que não aponta para saídas, apenas para a administração do caos. Manejar este cenário não é uma tarefa fácil para o campo progressista. Exige muito rigor técnico e habilidade política. Em meio a esta situação de transição, percebo algumas movimentações do campo progressista a partir da leitura de crise do bolsonarismo e perda gradativa de popularidade do governo de Jair.

De um lado, Lula dando a cara para bater afirmando que não assina qualquer documento de frente com quem apostou no caos. O discurso é interessante, mas acredito que não revele todas as suas intenções. Lula prepara o PT para polarizar de vez com o governo

Bolsonaro. Se estou certo, não dá para se misturar com uma frentona. Mas, quando seria este momento de polarização? Tenho para mim que o momento da crise convergente (econômica, social e sanitária) será entre agosto e setembro. Se estou certo, esta é uma boa data²².

Finalmente, na outra ponta do campo progressista, PDT, Rede e PCdoB procuram expor seus expoentes (Ciro, Marina e Flávio Dino) para impedir que sejam mais uma vez soterrados pela máquina petista. Os arroubos oratórios de Ciro têm relação com este desespero.

Finalizo por aqui. São hipóteses explicativas, não previsões. Hipóteses orientam o olhar para checar se realmente explicam ou para refutar se se revelarem ilações que não prosperaram. Estamos vivendo esta transição política em meio à formação da maior tempestade perfeita que nosso país terá experimentado.

27. JAIR, O TIOZÃO DA FESTA DO VIZINHO

Bolsonaro se apresenta como um inimigo inusitado da nossa democracia. Sempre que vejo suas reações, vem à mente a cena do filme *Em Busca do Cálice Sagrado*²³. A cena é hilária. Um ca-

valeiro encontra outro e o desafia para um duelo. O cavaleiro desafiado acerta vários golpes até que decepa um de seus braços do desafiante. Dá por terminada a luta, mas o desafiador, vestido com roupas escuras, pede para continuarem e, em seguida, perde seu outro braço. Cambaleante, o cavaleiro de roupas escuras investe com os ombros e perde uma perna e, depois, outra. Jogado ao chão, vê o seu oponente deixar o local. Mesmo assim, o cavaleiro nitidamente derrotado, sem braços e pernas grita que aquele que o venceu é um covarde.

Jair Bolsonaro é assim: cai o cabelo, perde uma perna, é humilhado, mas ele rola no chão, luta com uma mão, dá canelada e acaba mordendo o calcanhar, já no chão. Perde força desde o início do ano. Depois de um certo fôlego em função do 13º e emprego sazonal de final de ano, não parou de cair em popularidade. Está cada vez mais cercado pela Câmara de Deputados e STF, mas continua reagindo e dá tapa na mesa.

Agora, começa a enfrentar o início da reação popular ao desemprego, risco de vida em virtude da pandemia que ele decidiu deixar contaminar a todos e queda de renda. Os uberizados e "trabalhadores de aplicativos" resolveram protestar. As torcidas organizadas, também.

Mas, Jair é este caso do tiozão despreparado que fala de tudo no churrasco

22 Esta possibilidade não se confirmou, em especial, devido ao impacto positivo da ajuda emergencial de 600 reais mensais que beneficiou 48 milhões de brasileiros e dobrou a renda de 40% da população do norte e nordeste do país.

23 *Em Busca do Cálice Sagrado* é um filme de Monty Python, produzido em 1975 e dirigido por Terry Gilliam.

do vizinho. Alguns incautos ficam ouvindo as grosserias para entender onde o tiozão quer chegar. Os mais sem noção ficam até o final do churrasco, ao lado dele. Mas, a maioria vai se afastando. O tiozão não se importa muito: continua falando alto e abrindo as latinhas de cerveja. O irmão diz para ele manear em função da pressão arterial alta e ele grita dizendo que é atleta. O irmão se afasta. Enfim, Jair é esse cara que não larga o osso.

Eu acho que é justamente por aí que os setores progressistas se embaralham. Tratam o tiozão como mais um convidado, respeitam além do limite do razoável. No fundo, não sabem como lidar com gente tão desqualificada. Gritar com ele? Expulsar da festa?

Conheci muita gente assim: gente boa, com educação, respeitosa e cheia de regras morais de convivência. Acontece que quando lidam com um desqualificado, não sabem como reagir. Pensam que devem tratar como um ser normal, que está num dia ruim. E, de repente, perdem o controle.

Minha tese é esta: Jair Bolsonaro não se mantém onde está porque é estrategista ou porque tem muita força. Ele se mantém porque a mente de quem se opõe aos seus absurdos não sabe como reagir: "e se ele resolver quebrar tudo da nossa festa?". Tentam ignorá-lo, mas ele fala alto.

Este é um novo tipo de inimigo para uma oposição democrática que perdeu o gosto pela briga. Talvez, no fundo,

o tiozão conheça melhor o dono da festa que o inverso.

28. UMA SOCIEDADE SEM CARÁTER?

Venho me dedicando a analisar os traços do que se poderia nomear como o "caráter" dos brasileiros fanáticos de extrema-direita. Suas expressões públicas revelam uma típica transgressão às regras de convivências social. Acho estranho aparecer tanta gente mentindo sem considerar nada nem ninguém, aparentando não ter compaixão em relação à dor do outro, sendo ambiciosa de forma desmedida e revelando uma vaidade machista (mesmo quando se trata de uma personagem feminina) como companheira.

A ação desse comportamento fanático bolsonarista é um pouco distinto dos comportamentos comunitários, de tribos fechadas. Os grupos fechados quase sempre criam padrões de conduta definidos como corretos e que inibem qualquer forma de desvio. Trajes, formatos de corte ou estrutura de cabelos, pinturas no corpo ou deformações são "etiquetas sociais" ou grupais.

Ocorre que os arroubos extremados e antissociais que estamos vivenciando a partir de 2015, de forte inspiração fascista ou de extrema-direita, não parecem adotar uma postura moral grupal que iniba ações diferenciadas. Ao

contrário. Vivemos uma gincana de loucuras e exageros quase cotidianos desalinados. Do cristianismo de goiabeira (mais anedótico e intimista), passando pela ofensa gratuita diária (ao estilo Wenraub ou Carluxo) até a pisada na linha que separa ameaça de ato violento (caso de Sara Winter)²⁴, temos um zoológico de figuras exóticas com nítidas dificuldades em relação ao convívio social. Cada um atirando para um lado e usando métodos e instrumentos distintos.

Para oferecer uma aproximação, lembremos que quando denominamos alguém como educado estamos identificando uma pessoa respeitosa, que tem alta inteligência interpessoal. Ora, os casos que acabei de citar são, portanto, mal-educados.

Então, dado que este tema é complexo, decidi me apegar à uma noção sobre o caráter, não exatamente sobre um comportamento social unificado, mas distorções pessoais que se somam em alguma convergência antissocial. Enveredar para uma análise do caráter significa se aproximar da psicanálise, mais especificamente, de Freud e Reich. Aí começa o perigo. Não sou psicólogo e sou um leitor eventual de teorias e ensaios psicanalíticos. Mas, ao menos uma

aproximação é possível. Afinal, diziam que Durkheim era um sociólogo psicologizante e há tantos outros que cruzaram a fronteira entre sociologia e psicanálise desde então.

Os apontamentos que citarei em seguida se apoiam, em especial, nas notas sobre a noção de caráter apresentadas num ensaio de João Rodrigo Oliveira e Paulo Albertini²⁵.

Em 1922, Reich escreveu o trabalho intitulado *Dois tipos Narcisistas* onde distingue o que denomina de neurose de caráter. Tais indivíduos constroem defesas narcísicas que o autor denomina de couraças. Sugere que existe o tipo narcisista com sentimentos de inferioridade que encobre (a tal de couraça que o protege de se revelar) sentimentos secretos de superioridade (“depositada inconscientemente num ideal de ego nobre e inatingível”) e o narcisista compensatório que também possui sentimentos de inferioridade em função de uma castração inconsciente que impede a construção do seu ego. Este último, busca satisfação por meio de uma postura exibicionista. Aqui temos uma boa pista para entendermos os fanáticos em questão.

24 Esta passagem cita os ministros Damaris Regina Alves (ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro, filiada ao PP) e Abraham Weintraub (ex-ministro da Educação, entre 2019 e 2020); o filho do presidente Bolsonaro, Carlos Bolsonaro (vereador no Rio de Janeiro), acusado de liderar o denominado “Gabinete do Mal” que disseminaria fake news pelas redes sociais brasileiras; e Sara Fernanda Giromini, conhecida como Sara Winter, ativista e líder de grupos radicais da extrema-direita política como o “300 do Brasil” que propagava o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e que se encontra em prisão domiciliar até o fechamento desta publicação.

25 SILVA, João Rodrigo Oliveira e ALBERTINI, Paulo. Notas sobre a noção de caráter em Reich. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2005, vol.25, n.2, pp.286-303. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932005000200010&script=sci_abstract&tlng=pt>.

Mais tarde, em 1925, Reich identifica o caráter impulsivo como uma inibição do desejo realizada de maneira defeituosa, geralmente muito tardia e traumática. Como causas, o autor sugere uma postura muito ambivalente dos pais em relação à repressão dos desejos das crianças, a ausência de modelos externos (parentais) para o superego e a alternância muito grande da apresentação de figuras ideais. Esta passagem remete a um outro texto instigante de Reich sobre a necessidade da criança ouvir um “não” dos pais. Não a negação como repulsa ou mero exercício de poder, mas como cuidado, como alguém que sabe que, mesmo recebendo uma reação desagradável ou não desejada vinda do filho, revela atenção com a criança.

No caso do caráter impulsivo, a pulsão teria seguido muito tempo sem ser reprimida, fortalecendo as demandas pulsionais e o ego primitivo, estando impedido o desenvolvimento de tolerância à frustração.

Em 1933, Reich publica o livro *Análise do Caráter*. Retorna a noção de resistência de caráter, indicando que se explicita em maneirismos. O que marcaria essas resistências de caráter são modos de agir inconscientes, próprios da pessoa. A resistência revela-se num modo típico de reagir, por exemplo, “o modo de falar, andar, gesticular, e os hábitos característicos (como o indivíduo sorri ou escarnece, se fala de maneira coerente ou incoerente, o quanto é polido e o quanto é agressivo). Também não

está no que ele revela em sonhos, mas no modo como ele censura, distorce”.

O caráter, então, seria um "muro de proteção" que absorve o impacto das exigências dos desejos e do mundo externo.

De acordo com Reich, o modo pelo qual o caráter se defende pode adotar uma forma estereotipada e crônica de um modo de se comportar, de se mover, a tal couraça de caráter. A couraça protege o ego, só que, ao mesmo tempo, enrijece os comportamentos, a liberdade de movimentos, diminui sua habilidade social, intensificando os conflitos que, inicialmente, buscava evitar.

Então, aqui, temos uma boa pista.

Podemos estar diante de pessoas cujo caráter impulsivo tenha relação com uma educação ambivalente na infância. Gente que construiu uma carapaça de autodefesa que se exprime a partir de comportamentos estereotipados, vocacionados para o conflito, com baixa habilidade social.

Em síntese: gente que precisa de ajuda profissional. A questão que fica é: tanta gente surgindo no cenário público nacional denotaria um padrão de formação de parte significativa dos brasileiros?

29. A APROPRIAÇÃO ESTÉTICA DAS PALAVRAS, VESTIMENTAS E PRODUÇÕES CULTURAIS HISTÓRICAS PELOS GRUPOS IDENTITÁRIOS

Fredric Jameson escreveu um belo livro sobre o pós-modernismo²⁶ (o autor sugere que o conceito de pós-modernidade é um equívoco) onde sustenta que se trata de um discurso meramente estético, que substitui a noção ética, central no discurso moderno.

A ilustração que oferece para diferenciar o discurso pós-modernista do discurso estético moderno é a comparação entre as botinas pintadas por Van Gogh e os sapatos femininos de Andy Warhol. Num, a estética é humanizada e você percebe o sofrimento; noutra, algo anódino.

A estética pós-moderna é fragmentada. Separa toda expressão cultural em segmentos de identidade grupal. Na prática, elimina o conceito de humanidade e caminha para uma postura ahistórica, projetando o que sugere como “pequena narrativa”, contra a “grande narrativa” humana.

Jameson vai além e sustenta que a arquitetura pós-moderna, por transformar a história e a vida humana em pastiche, constrói shopping centers como espaços em que não se compreende onde é a entrada ou a saída, quando é noite ou dia, enfim, um espaço enclausurado em si.

Recentemente, veio à tona, por esta vertente de pensamento, a censura aos livros de Monteiro Lobato. Nos livros infantis, o racismo aparece em diversos momentos pela pena de Lobato. Contudo, faz parte da história da nossa literatura. A decisão menos sábia é a censura.

Este é um longo debate, inclusive na esquerda. A eliminação de personagens da oposição em fotos oficiais da URSS procurava recontar a história a partir da perspectiva única. Ainda pela esquerda, um interessante manifesto elaborado por Trotsky e André Breton²⁷ procurou dar contornos da preservação da liberdade individual na produção artística, mesmo quando o autor da obra de arte se engaja politicamente.

Asad Haider analisou como o discurso identitário se insinuou sobre movimentos feministas e antirracistas dos

26 JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

27 BRETON, André e TROTSKY, Lev. Por uma arte revolucionária independente. São Paulo: Paz e Terra/CEMAP, 1985. Este manifesto foi escrito em julho de 1938, quando Trotsky encontrava-se exilado no México. Nele, os autores refutam a possibilidade de alinhamento da produção artística tanto ao capitalismo, quanto ao alinhamento à proposta stalinista de arte e literatura proletária (proposta quatro anos antes). A tese central defendida pelos dois autores é que “o artista só pode servir à luta emancipadora quando está compenetrado subjetivamente de seu conteúdo social e individual, quando faz passar por seus nervos o sentido e o drama dessa luta e quando procura livremente dar uma encarnação artística a seu mundo interior.”.

EUA para debelar o ímpeto de transformação radical da sociedade. Passou a ser usado por ultraliberais que exigem não a superação, mas a inserção na ordem social. Na prática, o que se deseja é a possibilidade de usufruir de benesses das elites: a possibilidade de ingresso na universidade, mas não a superação da desigualdade social que faz da vida do negro um cativeiro; a possibilidade de uso de cartão de crédito, mas não a extinção da exploração. O ultraliberalismo - porque individualista, no máximo, grupal, comunitário - identitário substitui o conceito de exploração pelo de opressão; a relação entre classes sociais por relações dicotomizadas (opressor e oprimido); a leitura "biologizada" da política (não as relações). Assim, naturaliza a opressão porque identificada com a figura do homem (no caso do neofeminismo ultraliberal), do branco (no caso do neoantirracismo ultraliberal), e assim por diante. A estética pós-moderna deturpa e tortura a história para requalificá-la às suas intenções.

Há linchamentos diários nas redes sociais em virtude deste uso estético de vestuário, modelagem de cabelos, expressões culturais e linguagem. A palavra judiação não pode ser dita porque denotaria racismo contra judeus. Mesmo que o uso não seja este. E assim por diante. A patrulha pós-moderna nada mais faz que ligar o radar para enquadrar esteticamente a todos. Mas, nada mais faz que isso, além de bandeiras de inclusão, não de transformação social.

O modus operandi das patrulhas pós-modernas (grupais e autorreferentes) é similar a empregada pela extrema-direita: acusa, generaliza e envolve emocionalmente grupos comunitários fechados no ataque ao "inimigo".

Em alguns casos, cria-se um sofisma: uma propagação de uma interpretação deturpada sobre uma fala ou uma publicação para, então, se construir toda uma peça acusatória que apresenta certa lógica. Há, é fato, acusação contra erros efetivamente cometidos pelo alvo, mas, cuja reação é desproporcional.

Assim, vale o cuidado extremo nestes tempos bicudos de acusação fácil e uso político do ódio para criar um "estouro da manada". O divórcio pós-moderno entre forma e conteúdo faz com que conteúdos ultraconservadores se apresentem como progressistas.

30. POR QUE BRASILEIROS NÃO RESPEITAM O ISOLAMENTO SOCIAL?

Se há algo que tortura um sociólogo brasileiro é compreender as motivações para tamanha passividade política e incapacidade para se disciplinar o isolamento socialmente neste momento de pandemia.

O mais intrigante é que os índices de isolamento entre jovens, em abril, eram muito altos, mais que os dos mais velhos. De repente, desabam. Uma ma-

téria recém publicada no UOL sugere que os jovens estão "cansados" do isolamento²⁸. Acredito que tenha algo em nossa cultura que favorece a indisciplina.

Farei uma breve ilação. Primeiro, o que dizem os sociólogos estrangeiros sobre nosso comportamento. Começarei com um conservador: Samuel Huntington. Huntington, em seu "O Choque de Civilizações"²⁹, afirma que nós, latino-americanos, não somos parte da cultura ocidental. Seríamos mais católicos que os ocidentais (no caso, EUA e Europa), mais místicos, menos racionais, mais grupais e comunitários, mais corporativos, mais indígenas e africanos. O autor foi consultor de Geisel para elaborar o processo de transição da ditadura para a democracia, uma concepção de tutela da sociedade brasileira. Huntington, portanto, adotaria um viés de hierarquização de nações e culturas a partir de sua perspectiva ideológica.

Mas, outro sociólogo, o português Boaventura Santos, festejado por correntes progressistas do Brasil, sugere uma peculiaridade da nossa cultura que, também, não é tão abonadora: a "carnavalização". No livro "La Caída del Angelus Nuovo"³⁰, Boaventura sustenta que nossa prática política segue o ritual peculiar de nosso comportamento durante o Carnaval: transgredimos dentro da

ordem. Algo realmente desconcertante. Durante alguns dias do ano, somos autorizados a nos exceder e até barbarizar.

Haveria um jeito brasileiro de driblar a ordem vigente, mas sem romper com seus limites. Algo que pesquisas recentes revelaram em relação ao pensamento de moradores de favelas, por exemplo: rejeitam ações sociais radicais, como fechamento de rodovias e ruas. Numa dessas pesquisas, que acabou gerando o livro "Um País chamado Favela", os moradores de favela sustentam que o que melhorou suas vidas entre 2006 e 2010 não foram ações governamentais, mas a ajuda de Deus, da família e seu próprio esforço. E, mesmo na atual crise, pesquisa publicada neste ano indica que acreditam que o futuro será melhor.

Então, há na sugestão de Boaventura algo que parece ter sentido: nós, brasileiros, não rompemos com a ordem. No ideário majoritário dos brasileiros, o esforço pessoal define um futuro melhor, quase um "corpo fechado" contra maldades e intempéries. Ordem e misticismo se aliam.

Mas, há outro elemento que gostaria de sugerir aqui: nossos traços culturais indígenas que não suportam a ausência de liberdade. Não conseguimos viver cerceados de nossa movimentação

28 Ver "Covid dispara entre jovens adultos cansados de isolamento social" Disponível em <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bloomberg/2020/07/27/covid-dispara-entre-jovens-adultos-cansados-de-isolamento-social.htm?cmpid=copiaecola>>

29 HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. São Paulo: Objetiva, 1997.

30 SANTOS, Boaventura de Sousa. La caída del angelus novus: ensayos para una nueva teoría social y una nueva práctica política. Bogotá: ILSA/Universidad Nacional de Colombia, 2003.

e autodeterminação. Não nascemos para uma disciplina rígida. No ritual *couvade*, os homens indígenas, após o parto de seu filho, perdem, por alguns momentos, sua liberdade para serem obrigados a sentir o que as mulheres sofreram em termos de cerceamento de sua liberdade, durante 9 meses. Depois de ser lavado, o bebê vai para os braços do pai, que se deita na rede e fica de resguardo, mantendo uma dieta especial até que o cordão umbilical caia. É ele quem recebe as visitas e os cumprimentos pelo nascimento do filho, enquanto a mulher retoma a rotina diária. O que quero destacar deste ritual é a importância da liberdade na cultura indígena. Algo vital.

Ora, nossa indisciplina para o resguardo talvez tenha algum paralelo com esta cultura de valorização da liberdade e do livre-arbítrio. Daí a dificuldade para pensarmos à longo prazo.

São hipóteses explicativas para algo que impressiona: o que faz brasileiros se arriscarem, arriscarem a sua vida e de seus amigos e familiares, numa crença fanática, como se protegidos pela Oração de São Jorge, cujo trecho finaliza esta elucubração:

“Armas de fogo o meu corpo não alcançarão, facas e lanças se quebrem sem o meu corpo tocar, cordas e cor-

rentes se arreentem sem o meu corpo amarrar.”

31. BOLSONARO MUDA O ESTILO E COMEÇA A FAZER POLÍTICA COMO GENTE GRANDE

Bolsonaro está alterando seu modo de fazer política. Esta mudança de rumo tem a ver com certa reclusão após o anúncio da contaminação por Covid19. A reclusão parece ser um freio de arrumação no seu estilo. Foi assim nas eleições, após o episódio da facada³¹.

Jair é um rebelde. Desde o exército, quando quase foi expulso. Como deputado era da turma do fundão, do baixíssimo clero. Não conseguia fazer campanha nas instalações das FFAA. Tudo registrado³². Acabou adotando o estilo histriônico, uma mistura de Datena com Bolinha (aquele apresentador de programas de auditório que usava as camisas mais chamativas de toda 25 de Março).

Este estilo faz sentido como parlamentar porque o descola - o nome disso em marketing é "posicionamento" - do conjunto de parlamentares. Ajuda um pouco em eleição, mas como governante, tem vida curta. Não funciona total-

31 Em 6 de setembro de 2018 o então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, sofreu um atentado durante um comício que promovia em Juiz de Fora (MG). Bolsonaro sofreu um golpe de faca na região do abdômen desferido por Adélio Bispo de Oliveira.

32 Ver, a respeito das dificuldades de Jair Bolsonaro em ser aceito pela alta cúpula das Forças Armadas, em OYAMA, Thaís. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

mente em eleição porque é preciso dizer o que se quer fazer e não só aparecer. De certa maneira, Bolsonaro falou para agrupamentos específicos, empregando os algoritmos ao estilo Cambridge Analytics. Mas, teve que fugir dos debates para não frustrar.

No governo, só fez cair. Seu estilo amalucado atrai fanáticos, mas, em meio à mais profunda crise sanitária dos últimos 100 anos, tem que ir além do personagem que dá cloroquina para emas³³.

Percebendo o que parece ser um certo fôlego com a ajuda emergencial de 600 reais, partiu para se antecipar à crise social que, segundo o IBGE, já atinge 40,5 milhões de brasileiros que estão sem emprego. O DIEESE aponta 70 milhões em situação precária. E é só o começo.

Já expliquei aqui que a antecipação à um ataque ou situação crítica se chama em política de "vacina": você acaba anulando um ataque futuro. É o que Bolsonaro parece estar fazendo. Está adotando o figurino que FHC e Lula adotaram, usando chapéu de couro e se atirando no Nordeste. Não tem muito o que perder: trata-se da região que o rejeita. Se conseguir melhorar algum índice, já terá melhorado seu desempenho político. Seria a "gordura" para enfrentar o deserto áspero da crise social que começou agora e deve atingir seu ápice nas eleições municipais.

A situação parece confortável na medida em que a esquerda e a oposição

ao bolsonarismo parecem andar para o lado. Perderam todo protagonismo, se jogam na preparação das eleições municipais e parecem ter desistido do enfrentamento direto. Assim, o cenário está propício para Bolsonaro alterar seu estilo: ao invés de uma briga por dia (orientação dos "engenheiros do caos"), procura ocupar espaços vazios ou até minados, criando a gordura que poderá ser queimada no próximo semestre, mantendo-o competitivo.

Que fique claro: parece ser uma boa percepção política do momento. Um momento em que Congresso Nacional e STF parecem ter arrefecido a ofensiva contra o bolsonarismo e a oposição se recolheu às eleições municipais.

32. A AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO FORTALECE O BOLSONARISMO

Começamos traçando o cenário de aberrações dos últimos dias.

Temos a insistência da Sara Winter que teve sua conta no Instagram derrubada e criou outra. Cometeu mais um crime gravíssimo ao revelar o nome de uma criança que foi estuprada. Algo hediondo, bárbaro, o que poderia ter de pior em um ser humano.

33 Em julho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro foi flagrado por fotógrafos oferecendo uma caixa de cloroquina para emas que vivem no Palácio do Alvorada.

Temos, no cardápio da semana, a extrema-direita cristã que tentou impedir o aborto em uma criança estuprada³⁴. Algo tão sem sentido, dogmático e inescrupuloso que parece filme B dos EUA. Felizmente, esta horda foi enxotada do hospital pelas feministas.

Tivemos, ainda, o grave despejo dos moradores do Quilombo Campo Grande, no sul de Minas Gerais, pela PM do governo de Romeu Zema. A foto de uma criança ajudando a retirar material didático da escola que, momentos depois, foi destruída por um trator, correu o mundo.

Chegamos aos 110 mil mortos por COVID-19 no Brasil, uma tragédia que parece não dizer nada à maioria dos brasileiros, seja porque são obrigados a trabalhar, seja pelo negacionismo, seja pela total frieza e descaso.

O governo de Jair Bolsonaro decidiu enviar para o Congresso Nacional um orçamento de R\$ 5,8 bilhões a mais para despesas com militares do que o definido para a educação no País.

Como se percebe, o cenário não é de ofensiva das forças progressistas. Muito ao contrário. Embora sem a provocação diária de 2019 e início deste ano, os cachorros loucos continuam babando diariamente. Este cenário levanta a questão sobre a letargia que envolveu a esquerda.

Neste contexto, a análise que Patrícia Valim nos oferece é auspiciosa, na pior das hipóteses, instigante. Vou reproduzir, entre aspas, a proposição de Valim:

"APROVAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO NO NORDESTE: POR QUÊ? QUANDO? ONDE?"

"A popularidade de Bolsonaro aumentou no Nordeste" - essa frase foi capa de jornais de circulação nacional, e matéria de destaque em revistas semanais e em blogs progressistas e esquerda sobre o resultado da última pesquisa DATAFOLHA e de outras pesquisas que tentaram explicar os resultados da primeira pesquisa. Os resultados e suas explicações, no entanto, têm um problema de origem histórica que pode comprometer a análise e ações políticas da esquerda para lidar com o bolsonarismo no Brasil.

Quando comparamos os dados divulgados pela pesquisa DATAFOLHA sobre o desempenho do governo de Jair Messias Bolsonaro e as explicações dos resultados, constatamos que algumas pesquisas: 1. nacionalizam fenômenos/pesquisas ocorridos no eixo Rio de Janeiro - São Paulo; 2. desconhecem o Nordeste ao tomá-lo como uma unidade da federação e não uma região formada por estados bem diversos; 3. sempre foi projeto da direita do sudeste reforçar a narrativa/o sociologismo explicativo do atraso nordestino cuja população é ignorante, sem acesso à informação, vende

34 Trata-se do caso de uma menina de 11 anos de idade que foi estuprada no Espírito Santo. O caso se tornou tema nacional, em setembro de 2020, devido à reação de setores ultraconservadores do país contra a autorização, pela justiça, da interrupção de sua gestação.

seu voto por uma dentadura ou um prato de comida - praticamente o bom selvagem do Crato que só poderá sobreviver de auxílios governamentais ou de subempregos no centro-sul.

Esses pontos nos obrigam a calibrar a escala das pesquisas porque o auxílio emergencial é uma variável explicativa importante, mas não é a determinante. Reparem: os estados do Nordeste com as maiores taxas de recebimento do auxílio emergencial são: Maranhão e Piauí. No entanto, os estados com as maiores taxas de aprovação do governo Bolsonaro são Bahia e Ceará - governos petistas que além de não polarizarem politicamente com o bolsonarismo, tem fortalecido as PMs e, conseqüentemente, as milícias na região, comprometendo a centralidade da luta antirracista para o genocídio da população negra e a luta contra o bolsonarismo de maneira geral.

Longe de mim querer acordar um setor da esquerda dessa sonolência política nesse domingo, ou querer bagunçar a cama do Procusto com respostas prontas para quase tudo nessa vida, mas os dados acima sugerem que as políticas neoliberais dos governos petistas/de esquerda na região comprometem o cinturão progressista/antibolsonarista formado nas eleições de 2018, muito além do período relativo ao pagamento do auxílio emergencial. O auxílio emergencial é a variável que pode explicar a extensão desse apoio, mas a privatização da agência de distribuição da água, a militarização das escolas estaduais, a reforma da previdência aprovada sem negociação com as entendidas dos servidores públicos:

esse conjunto de política necro-negacionista-neoliberal reforçará a centralidade política do bolsonarismo no século XXI. Não por acaso: será nesse universo que o bolsonarismo deve ser derrotado."

A autora sugere que esses dois governos não polarizaram politicamente com o bolsonarismo, têm fortalecido as PMs e, conseqüentemente, as milícias na região.

A tese é importante: governos dóceis abririam uma clareira para a extrema-direita. É uma tese importante da ciência política que já expus em outro fio: sem oposição determinada, os exageros e escatologias políticas se sobressaem. Sempre foi assim no mundo.

A questão é que os governos do Ceará e Bahia não polarizam com o bolsonarismo, mas outros governos da região não assumem uma agenda tão distinta. Vejam o caso das escolas estaduais militarizadas ou proposta de congelamento dos gastos enviada às Assembleias Legislativas.

O próprio governador Flávio Dino propôs uma trégua com Bolsonaro em defesa do emprego e renda. Não dá para ser mais esperto que a cobra quando se está no meio de um serpentário. Melhor ficar atento. Mas, Dino já havia sido colocado como inimigo de Jair, mesmo que involuntariamente.

Assim, a tese de Patrícia Valim parece precisa no recorte analítico: não se trata apenas de governos com agenda liberal-conservadora, mas governos que

não polarizam com o bolsonarismo que abrem a tampa do esgoto político-popular.

A sugestão se relaciona com a timidez da esquerda brasileira. E, lembra a sugestão de Alain Touraine para quem, no Brasil, quem se diz socialista é socialdemocrata; quem se diz socialdemocrata é liberal; e quem se diz liberal é de direita ou extrema-direita. Difícil.

33. A AUSÊNCIA DE UMA DIREITA CIVILIZADA E UM CENTRÃO POLÍTICO NO BRASIL

Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental e ex-presidente da FUNAI, está lançando um livro e acaba de dar uma interessante entrevista sobre o desaparecimento de uma direita qualificada e um centrão no Brasil.

Cita, como contraponto ao momento atual, o diálogo que tinha com Jarbas Passarinho que, em 1976, chegou a anunciar a cassação do mandato do pai de Santilli, cassação que acabou não ocorrendo. Jarbas Passarinho foi um militar realmente diferenciado. De alguma maneira, vinculado a certa tradição positivista. O positivismo foi salutar para um momento da história dos militares brasileiros. É o caso do tenentismo, que trouxe a bandeira da reforma agrária à pauta nacional

O movimento tenentista, que emergiu no emblemático e movimentado 1922, foi responsável por propor a modernização e unificação do nosso país, sob a batuta de um Estado desenvolvimentista. A reforma agrária foi apresentada para desmontar oligarquias regionais atrasadas.

Quando dei aulas na universidade, chegava a apresentar falas de Passarinho para ilustrar o pensamento positivista brasileiro. Era muito preciso e fiel ao pensamento de Comte.

Penso que Santilli tem razão. A direita brasileira se tornou pobre intelectualmente, e uma força de centro, uma espécie de "poder moderador", não existe mais em nosso país. Já comentei como Ulysses Guimarães assumiu esta função nos anos 1980 e, principalmente, na queda de Collor. Eu participava de reuniões naquele período de agitação de rua contra o governo Collor e lembro bem do momento em que Ulysses falou às lideranças estudantis que agradecia a luta pela democracia do país e toda mobilização que lideraram. Mas, disse, era hora de saírem das ruas para a continuação da batalha pela reconstrução do país ficasse nas mãos dos políticos profissionais, do Congresso Nacional. Os estudantes não gostaram muito, mas a autoridade do dirigente do PMDB falou mais alto. O movimento estudantil recolheu suas bandeiras e faixas e sabemos o desfecho desta história. Não temos nenhum Ulysses no momento. Possivelmente, se tivéssemos, seria objeto de demolição, chacota e desdém nas redes sociais.

Faz sentido, então, a sugestão de Alexander Dugin, para quem o liberalismo destruiu a política. Dugin (intelectual russo que criou uma concepção nacionalista e geopolítica oriental baseada na reconstrução da Eurásia, acolhida por Putin e com influência até numa corrente interna do PDT brasileiro) sustenta que a vitória do liberalismo sobre o fascismo e o socialismo promoveu o ultraindividualismo. Ideologia hegemônica no mundo atual, o ultraindividualismo promovido pelo liberalismo teria destruído as bases da política como ato coletivo, de cuidado com o espaço coletivo. Tudo pode no mundo pós-moderno, na "sociedade do desempenho".

Ora, se esta suposição é correta, a ausência de um centro político moderador ou uma direita civilizada e intelectualizada em nosso país tem razão de ser. Num mundo em que tudo pode e que todos querem o sucesso como utopia nunca realizada, onde estaria espaço para moderação?

Não há diálogo possível, o que se supõe que a tendência em nosso país seja a polarização entre extremos, inclusive, sem travas, autocontroles ou rigor. O importante, no caso, é destruir o outro. Neste buraco negro da política, não há lugar para a negociação entre partes.

34. UM LIVRO-BÚSSOLA PARA SE ENTENDER TEMPOS CONTURBADOS

"Deixe-me ser bem claro: há algo de muito errado quando o 0,1% entre o 1% mais rico do país possui a mesma quantidade de dinheiro que 90% da população. Há algo de muito errado quando vemos, nos anos recentes, uma proliferação de milionários e bilionários ao mesmo tempo que milhões de americanos trabalham mais horas por menores salários e quando possuímos uma taxa de pobreza infantil maior do que qualquer outro grande país do planeta." (Senador Bernie Sanders, no discurso de lançamento de sua candidatura à Presidência dos EUA)

O fenômeno Sanders é a ponta do iceberg de um emaranhado pouco conhecido ou analisado sobre a história política dos EUA, o que faz deste livro de Vinícius Gomes Melo e Glauco Faria³⁵ uma preciosidade.

Sanders se tornou um fenômeno no jogo das grandes estruturas políticas daquele país a partir de uma brecha aberta com a crise de 2008, que aumentou a desigualdade e o desalento social nos EUA, e pela corrosão das propostas e práticas das principais lideranças políticas do país. Mas não se trata de um fenômeno de simples explicação, já que a cultura política norte-americana é refratária às regulações estatais, aos am-

35 FARIA, GLAUCO e MELO, Vinícius Gomes. Bernie Sanders: Revolução Política Além do Voto. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

plos projetos de promoção social a partir da transferência de renda como política nacional (como a reação aos programas nacionais de saúde apresentados por Bill Clinton e Barack Obama demonstraram com nitidez) ou qualquer política de caráter desenvolvimentista, logo cunhada de “populista” ou “socialista” pela mídia ou analistas econômicos locais.

Destacarei dois elementos da realidade norte-americana que podem orientar uma leitura sobre a dimensão da “novidade Sanders” nos EUA: a crise econômica e social inaugurada em 2008 e a cultura política hiperindividualista de seu país.

O elemento central da realidade que dá relevância à candidatura de Sanders é a crise econômica recente - inaugurada com a farra do subprime do setor imobiliário - ocorrida em 2008³⁶. A crise social que se abateu sobre os EUA desde então, parece carrear famílias e comunidades ao desalento.

No final de 2018, a ONG Poor People's Campaign afirmou que 39 milhões de crianças são pobres nos Estados Unidos. Mais de 140 milhões de pessoas são pobres ou vivem com renda insuficiente para pagar suas contas nos

Estados Unidos, o que representa 43% da população do total do país. Nos EUA, a linha de pobreza para uma pessoa menor de 65 anos é uma renda anual de US\$ 11,7 mil (cerca de R\$ 48 mil). Para uma família com dois filhos, segundo dados do Departamento do Censo, o valor é de US\$ 24,2 mil (cerca de R\$ 98 mil).

Desde o início dos anos 1980, este é o patamar mais alto do índice. O Censo americano revelou que, em 2014, uma em cada cinco crianças dos Estados Unidos era pobre. Novo México, Mississippi, Louisiana e o Distrito de Columbia - onde está a capital, Washington - apresentaram a preocupante realidade onde 20% de sua população está abaixo da linha da pobreza. A exclusão social, como se sabe, tem um forte componente racial e a desigualdade - nunca houve tantos milionários nos EUA³⁷ - é a base da explosão da violência urbana, como indicam diversos estudos acadêmicos.

Para Marcello Estevão, vice-chefe da Divisão de Estudos do Departamento das Américas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a desigualdade de renda e a pobreza relativa nos Estados Unidos estão entre as maiores dentro do grupo das economias mais desenvolvi-

36 Há uma vasta literatura a respeito, como PAULSON, Henry, *A Beira do Abismo Financeiro*, Editora Elsevier (o autor foi secretário do Tesouro dos EUA); LEWIS, Michael; *A Jogada do Século*, Editora Best Seller; MADRICK, Jeff, *The Age of Greed*, Borzoi Book; Cassidy, J., “The Minsky Moment”, in *The New Yorker*, Fevereiro de 2008; WRAY, Randall, *Financial Markets Meltdown: What Can We Learn from Minsky?*, disponível em <<http://www.levyinstitute.org/publications/financial-markets-meltdown-what-can-we-learn-from-minsky>>, entre outros.

37 Em 2013, o número de milionários nos EUA superou 9 milhões (acrécimo de 7%) e bateu recorde nacional desde 1997, segundo estudo do Spectrem Group. O número de famílias com 5 milhões de dólares de patrimônio ou mais superou o pico do período logo anterior à crise de 2008, crescendo de 100 mil para 1,2 milhão de famílias. Já as famílias com 24 milhões de dólares ou mais saltaram de 15 mil para 132 mil.

das do mundo e têm crescido bastante nas últimas décadas.

A queda da qualidade de vida nos EUA, desde então, não foi estancada. Em 2016, a expectativa de vida nos Estados Unidos caiu pela primeira vez em mais de duas décadas. Dados do Centro Nacional de Estatísticas de Saúde mostraram uma queda entre 2014 e 2015, de 76,5 anos para 76,3 anos entre os homens, e de 81,3 para 81,2 anos entre as mulheres. Dentre as causas, figuram o aumento de mortes causadas especialmente por doenças do coração, demência e acidentes envolvendo crianças. A última vez que houve uma queda na expectativa de vida no país foi no auge da crise de HIV, em 1993.

Um segundo elemento a destacar, relevante para compreendermos o quanto a candidatura de Sanders foi inusitada, é a cultura política norte-americana, absolutamente peculiar para os padrões ocidentais. A cultura política dos EUA se subdivide a partir de dois extremos: os "libertários" e os "liberais". Liberal como progressista e tolerante em relação às diferenças de comportamento e origem social; libertário como corrente de pensamento que rejeita governos e Estado e prega a liberdade individual que garantiria o uso de armas ou a pena de morte.

Em seu livro "América Profunda"³⁸ às páginas 114 e 115, o jornalista Rodrigo Alvarez sugere que "mesmo ao dizer que os republicanos (...) são muito parecidos com os libertários, a favor de um gover-

no reduzido e o máximo de liberdades individuais, [os republicanos acabam] ressaltando o lado mais religioso do partido". Alvarez ilustra, em contrapartida, o ideário liberal a partir da definição de um democrata solitário que entrevista à beira de uma rodovia norte-americana (página 116): "alguém que não é cristão, que pensa por si próprio e questiona o que está acontecendo com o país; são pessoas que estão conscientes dos problemas com o meio ambiente e que não estão satisfeitas com essa guerra em que estamos metidos".

Os libertários poderiam ser sintetizados como aqueles que pregam o hiperindividualismo, negando qualquer estrutura externa que possa impedir a intenção pessoal ou a defesa do que considera seu patrimônio, numa reinvenção especial do patrimonialismo.

Algo que dialoga, por fios cruzados, com o ideário do "excepcionalismo norte-americano", ou o valor nacional à liberdade pessoal e individual, base do "sonho americano". O excepcionalismo possui uma lógica religiosa, apoiada no "Manifest Destiny", ou seja, a escolha dos EUA como povo eleito por Deus para civilizar esta porção da Terra. Embora derive para a justificativa ao expansionismo americano sobre o mundo e toda América, o excepcionalismo alimentou a autonomia absoluta dos cidadãos do país, refutando qualquer interferência estrangeira no processo de colonização do seu território. Seymour Martin Lipset denominou este carma dos EUA como "a

38 ALVAREZ, Rodrigo. No país de Obama. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

primeira nova nação", tendo o individualismo como uma das suas bases fundamentais³⁹.

Este hiperindividualismo se espalhou em outras práticas sociais dos EUA. Este é o caso do ideário sindical daquele país. Num livro instigante, Lipset⁴⁰ sugere que a dinâmica social nacional introduziu as marcas do individualismo, pragmatismo (como busca da felicidade individual) e o antiestatismo no mundo sindical norte-americano. Com efeito, os partidos de trabalhadores norte-americanos, desde o século XX, apoiaram-se numa agenda que reivindicava mais o igualitarismo fundado num sistema universal de educação de massas que no conflito por interesses de classe. Não se tratava de igualitarismo em função da renda, mas da "garantia de barganha competitiva dentro do capitalismo". Na virada do século XIX para o XX, as organizações sindicais mais combativas eram anarquistas – portanto, antiestatistas – e se apoiavam em forte preservação do indivíduo e total estranhamento em relação às instituições públicas. Lideranças sociais também desconfiavam do ideário da esquerda europeu, cultura que se impôs sobre a identidade dos trabalhadores.

Este ideário dos mais peculiares para o movimento sindical ocidental teria se agravado ao longo dos anos e provocou a queda da potência política trabalhista, na virada do século XX para XXI, segundo vários analistas. O *Bureau of Labor Statistics* revelou que a taxa de sindicalização (público e privado) nos EUA em 2012 sofreu declínio de 400 mil membros apesar de a força de trabalho empregada aumentar em 2 milhões e 400 mil. Com isso, a taxa de sindicalização do país chegou ao índice de 11,3%, nível mais baixo em 97 anos.

Em virtude desta característica cultural e da própria ação repressiva do Estado no período da Guerra Fria (antecedida pelo *Red Scare*, a fase radicalmente anticomunista dos EUA iniciada logo após o advento da revolução russa), os sindicatos norte-americanos sempre foram mais frágeis que a de outros países fortemente industrializados. A partir dos anos 1950, a base de trabalhadores sindicalizados foi estreitando até chegar a 14% da população economicamente ativa. No final da década de 1980, enquanto a média de sindicalização mundial gravitava ao redor de 28%, a dos EUA atingia 18% (a média europeia era de 38%). Mesmo assim, as lideranças sindicais norte-americanas tenderam a reprovarem a intervenção estatal. A principal organização sindi-

39 Esta identidade excepcional que define um destino divino aos EUA está presente em muitas áreas de produção acadêmica e orienta políticas educacionais norte-americanas. Esta é a referência de Noah Webster, considerado o fundador da escolarização norte-americana, cujos "dicionários azuis" reforçaram a grafia nacionalista em detrimento à grafia de origem inglesa. Seu radical nacionalismo se amalgamava com a defesa do cristianismo como base da formação cidadã. Para ele, a Bíblia deveria ser "uma das primeiras coisas nas quais as crianças, sob um governo livre, devem ser instruídas".

40 Ver LIPSET, Seymour Martin & MARKS, Gary. Por que não vingou? História do socialismo nos Estados Unidos. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 2000.

cal que assumia uma postura ideológica mais radical, a *Industrial Workers of the World* (IWW) adotava o ideário anarquista. Desde o século XIX, o sistema judiciário norte-americano procurou desarticular a ação sindical e condicioná-la ao que indicavam como bem comum. Durante o *New Deal* e, em especial, a partir da lei *Taft-Hartley*, foram impostas limitações à ação sindical, reforçando um movimento das instituições daquele país na contenção, ou conformação, da ação sindical à estabilidade econômica e política do país. Segundo Flávio Limonic⁴¹:

“O Estado americano, por meio de diferentes agências, sempre e sistematicamente esteve presente no centro da vida associativa dos trabalhadores, para desarticulá-la, estimulá-la ou impor limites à sua atuação a partir do que seus agentes definiam, em diferentes momentos, como o bem comum. (...) Roosevelt sugeriu uma excelente agenda de estudos da história comparada entre New Deal e a Era Vargas. Temas não faltam: os poderes normativos da National Labor Relations Board e da Justiça do Trabalho, uma reavaliação das gramáticas pluralistas e corporativistas de representação dos interesses, o papel do Estado como provedor social, a publicização dos grupos de interesses e submissão destes aos interesses públicos conforme definidos pelo Estado, a visão dos sindicatos como agentes do bem comum, o papel das lideranças carismáticas...”

Vale registrar a abrangência social desses valores políticos⁴² vai muito além do mundo do trabalho. Nos anos 1960, o movimento libertário liderado por jovens (e suas organizações, como a *Students for a Democratic Society*) criticava acidamente tanto a socialdemocracia, quanto o stalinismo. O ideário libertário transitava entre o anarquismo, o pacifismo e o radicalismo democrático que, no caso, significava a garantia da liberdade individual e a limitação do controle das instituições de representação (e até das comunidades) sobre a autonomia dos indivíduos.

Há variantes desta cultura política e é neste lusco-fusco que emerge a candidatura de Sanders. Alguns autores sustentam que haveria forte dicotomia entre individualistas antiestatistas e liberais. Dicotomia que se distingue pela tolerância ao socialmente diferente e que aceita parcialmente a ação estatal para a promoção social. Mas, mesmo aqui, a ação estatal se justificaria para garantir uma situação de equidade na competição entre indivíduos e não como promoção social ou apropriação da riqueza socialmente produzida.

Uma derivação da cultura antiestatista emergiu a partir do pragmatismo norte-americano que confluiu na lógica do sistema partidário dos EUA. A despeito da miríade de partidos políticos existentes – desde 1824 foram criados mais

41 Ver LIMONIC, Flávio. Os inventores do New Deal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

42 Reproduzo, nesta passagem, excertos da análise que publiquei no meu livro “Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Classe Média Brasileira” (Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2013, 2ª Edição), em especial, páginas 203 a 206.

de 1.100 partidos nos EUA, sendo 28 autodefinidos como socialistas -, desde a Guerra Civil, apenas nove candidatos à Presidência obtiveram mais de 5% dos votos. Partidos não programáticos e o forte federalismo, além do processo seletivo de candidatos a partir de eleições primárias e da crença no papel das elites – e não das massas – na condução das políticas públicas diminuíram a participação do cidadão no processo decisório, permanecendo fragmentada toda pressão popular por interesses específicos, além de orientada para um sistema de alerta ou contrapeso ao poder central. O sistema eleitoral de maioria simples prejudicou os pequenos partidos que pulverizam seus votos ao longo de muitos distritos eleitorais.

O hiperindividualismo se espalhou e redefiniu uma série de movimentos sociais e a própria estrutura recente do sindicalismo norte-americano.

Em relação aos movimentos sociais, destaca-se o egocentrismo de caráter liberal, comunitarista (não societal) da cultura identitária, tão bem retratada como retrocesso no livro de Asad Haider⁴³. Em seu livro, Haider compara o caráter classista da luta antirracista norte-americana que teve nos Panteras Negras e, em especial, o coletivo feminista, socialista e lésbico Combahee River, com o feminismo antipornografia de Catherine MacKinnon, onde a pretensa luta por direitos se transforma numa mera reação a uma lesão infligida a uma vítima.

A fragmentação social afetou, ainda, a organização sindical. No setor privado, o índice de sindicalização caiu para 7%. A reação à “uberização” dos trabalhadores gerou o surgimento do SEIU (*Service Employees International Union*), o sindicato dos empregados em serviço. Este sindicato de novo tipo vem conquistando vitórias em negociações fragmentadas, envolvendo faxineiros e funcionárias de creche, muitos desses trabalhadores imigrantes que nem falam inglês com fluência. Também surgem nos EUA grandes seções sindicais locais ou até associações envolvendo trabalhadores por etnia, articulando por local de moradia grupos comunitários e de imigrantes.

Ora, como é perceptível, Sanders foi, desde o início, um *outsider* da política norte-americana, embora tenha transitado sobre certo tipo de discurso *liberal*, além do forte apelo aos segmentos sociais mais fragilizados com a profunda crise econômica dos EUA, o que envolve *chicanos* e população negra.

Recordemos, contudo, que estamos tratando de um sistema político eleitoral fundado na escolha indireta do Presidente da República, num sistema federativo de contrapesos e independência relativa, mas também de crença na formação de uma elite política.

Sanders, assim, aparece como uma possível alternativa em meio ao colapso do sistema de representação liberal, paralisado pela crise econômica e social que afeta os EUA. Alternativa que ga-

43 HAIDER, Asad. *Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

nha cada vez mais musculatura na medida em que o governo Trump se desgasta com setores sociais mais progressistas do seu país (desgaste ainda mais visível com o processo de impeachment instalado pelos deputados norte-americanos).

Para se ter uma noção de como Sanders catalisa a insatisfação em seu país, envolvendo principalmente a juventude, vale destacar brevemente o resultado de algumas pesquisas recentes.

Pesquisa da Pew Research Center aponta que a parcela de progressistas está crescendo nos EUA: em 2016, 21% dos americanos se identificaram como democratas e progressistas, o número mais alto desde 2000. Naquela época, apenas 12% do público se descrevia como democrata e progressista. Na pesquisa de 2016, pessoas até 34 anos foram as mais propensas a se identificarem como progressistas: 55% deste recorte se identificou como democrata e 27% como democratas progressistas.

O fenômeno impulsiona os socialistas norte-americanos. O destempero de Trump e a projeção de Bernie Sanders são referências para a juventude daquele país. Outro nome em ascensão é o de Alexandria Ocasio-Cortez, principal nome dos Socialistas Democratas dos Estados Unidos.

A ADS (Socialistas Democráticos da América) triplicou o número de filiados de 2018 para 2019. Não se trata de um partido, mas de uma organização. Noam Chomsky é um de seus associa-

dos. Em 2017, conquistaram 15 mandatos estaduais e municipais.

Uma pesquisa do instituto Gallup divulgada em agosto de 2018 indicou que, em média, 37% dos americanos têm uma imagem favorável do socialismo. Na faixa etária entre 18 e 29 anos, o apoio ao socialismo atinge 51%.

Há características pessoais a serem acrescentadas a este diagnóstico, como a rejeição a fazer ataques pessoais aos seus adversários, ressaltada neste livro, fugindo das arapucas armadas pela grande imprensa norte-americana e da fulanização do embate político norte-americano, algo também inusitado naquele país, e que desorientou a tão cristalizada estratégia de marketing do *establishment* político.

Também contou, como relata este livro, a origem, ter crescido no Brooklyn e vivenciar “sua família constantemente brigar por conta de dinheiro”. A empatia, numa situação de crise social, é bússola para os desvalidos encontrarem o destino de seu voto. Aliás, algo que Nixon soube explorar, a empatia, e que foi retratado no estudo profético de Richard Sennett, “O Declínio do Homem Público”. A empatia se torna ainda mais potente quando o personagem em tela foi membro do Congresso de Igualdade Racial, do Comitê de Coordenação Não-Violenta dos Estudantes, da União Estudantil pela Paz e da Liga Jovem Socialista nos emblemáticos anos 1960. E foi preso por isso.

Houve, ainda, sabedoria tática ou do que se denomina de “posicionamen-

to” no marketing político (saber se distinguir do adversário) quando criticou as intervenções militares dos Estados Unidos, ou a promiscuidade da política nacional com os interesses de grandes corporações empresariais ou ainda quando escancarou a concentração de renda em meio à forte crise social por que passa seu país. O interessante é que esta pauta não parecia sair da boca de Sanders como demagogia ou como tema estranho, sacado no calor da campanha, ou mesmo como uma ameaça para desqualificar os “barões da política” como atalho para se juntar ao andar de cima.

Enfim, a candidatura Sanders é fruto deste emaranhado de confluências de biografias, de crises profundas do sistema norte-americano, da ascensão de políticos *outsiders* em todo mundo e, principalmente, da empatia que só se configura quando todos esses fatores formam uma única imagem no subconsciente do eleitor.

Sanders, neste caso, não parece ter saído derrotado politicamente do pleito à Presidência na eleição que elegeu Trump. Antes, foi um sinal político dos tempos. É importante ter nítido que, em 1992, os EUA também tiveram um “candidato outsider” que colocou ponto de interrogação no equilíbrio do sistema binário de representação daquele país: foi, naquela oportunidade, Ross Perot, candidato independente. Contudo, tratava-se de um empresário do Texas que chegou a obter quase 19% dos votos. Naquele momento, a economia americana mergulhava numa recessão e Bush

dava mais atenção à política externa que à situação econômica interna. A diferença entre Perot e Sanders, contudo, é profunda: um empresário conservador, cujo centro do seu programa era o “equilíbrio orçamentário” e, de outro lado, um político que teve sua história fincada na luta pelos direitos civis e sociais, cuja base de sua proposta de campanha era o combate à desigualdade social.

Nada mais nítido da mudança dos tempos nos EUA.

O que faz deste livro um cenário para se entender um tempo difícil e conturbado desta quadra da aventura humana.

35. O DESLOCAMENTO DOS BOLSONARISTAS PARA MORO

Comento a pesquisa em profundidade realizada em 2019 pela Esther Solano com 24 eleitores bolsonaristas das classes C e D e que revelou uma crescente rejeição com o presidente que elegeram. Esses entrevistados apontaram Sergio Moro como a pessoa capaz de dar ordem à crise política que esperavam que seria alcançada com a eleição de Bolsonaro.

O perfil deste eleitor é antiesquerdista, antissistema, antipartidário e anti-intelectual. Foram feitas algumas rodadas de entrevistas: início de 2018, entre fevereiro e março, e em setembro último.

Na última rodada, Moro foi mencionado como o líder capaz de dar jeito no país.

A opinião dos bolsonaristas é antissistêmica. Uma ilustração vem desta passagem da fala de um dos entrevistados: “São todos iguais. PT, PSDB. Poder é poder. Não querem saber da gente. É tudo corrupto, tudo... Eu não voto por esquerda nem direita, voto na pessoa.”

O mesmo entrevistado cita os motivos para votar em Bolsonaro (antes da decepção do final do ano passado): “Ah, eu acho que Bolsonaro é diferente e pode mudar tudo isso. A gente acredita nele. A gente tem fé nele, que ele vai melhorar.”

E é por aí que surge a Lava Jato como cruzada moralista. Todos a percebem como a primeira grande operação de combate à corrupção que realmente conseguiu punir os criminosos. Não raro, aparece como uma ação messiânica. Moro, então, se apresenta aos olhos dos entrevistados como “salvador”. Mais que isso, como “um enviado capaz de limpar o Brasil”.

Uma segunda característica marcante dos entrevistados bolsonaristas é o tradicionalismo patriarcal. Odeiam as pautas identitárias, dos movimentos feministas, LGBT e negro. Sentem saudades da época em que não se questionava o ideário masculino da família tradicional patriarcal. Ver pessoas do mesmo sexo se beijando na rua gera repugnância. Seu grau de percepção sobre direito é quase nulo. Questionam o motivo para não existir Lei Maria da Penha para o ho-

mem. Sugerem que se trata de uma lei que não promove igualdade de direitos, mas distinção.

E, finalmente, a articulação da defesa da família com a religião. Como um deles disse à pesquisadora: “voto no Bolsonaro porque ele defende a família, ele é do lado religioso. O PT queria fazer o kit gay, ia liberar os presos, e também isso das crianças escolherem na certeza se querem ser meninos ou meninas. Ia acabar com a família. Uma bagunça. Teve até aquela coisa de Bíblia gay”.

Mas, aí veio a “bagunça”, como alguns entrevistados qualificam o primeiro ano do governo Bolsonaro. O presidente se revelou muito polêmico – o que parece contradizer com a noção de ordem dos eleitores ultraconservadores – e violento – novamente, a ofensa à ordem, à paz social. Moro, por aí, reforça seu perfil de “salvador” e “enviado por Deus”.

Analisemos friamente.

De um lado, é evidente o pendor anti-esquerda (ou anti-petista, que se confunde no discurso desses eleitores) dos entrevistados. Disso, não há dúvida. Quanto representariam do total do eleitorado brasileiro? Os dados levantados pelo Datafolha e Vox Populi sugerem algo ao redor de 30%, o mesmo percentual de apoiadores do PT. Se equivalem e é por este motivo que disputaram o segundo turno em 2018. A força dos dois permanece estacionada neste patamar.

Então, não há o que surpreender no deslocamento de Bolsonaro para

Moro. Barrington Moore Jr. escreveu um interessante estudo ("Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta"⁴⁴) onde desenvolve a tese de que rebeliões e revoluções são desencadeadas pelo sentimento de ruptura do código moral que estabelecia as relações até mesmo entre dominados e dominadores. Trata-se de um código moral que confere segurança e esperança. Rompido, o sentimento de injustiça e de injustiçado aflora, se expande, explode em ondas de revolta. Foi assim na revolução francesa, mas, também, sugere Moore, nas revoluções alemã (1848) e russa. A revolta e o sentimento de injustiça esteve presente na ascensão do nazismo.

Moore procura dialogar com polos aparentemente opostos: a indignação e a submissão moral. Analisa os ascetas, que vivem no sofrimento e que sentem orgulho de sua condição (como os intocáveis hindus); a Síndrome de Estocolmo, que chega a motivar o ressentimento por prisioneiros a outros em igual condição que tentam resistir à autoridade de seus algozes. Situações em que o sentimento de injustiça é sufocado.

Acontece que em nossa sociedade contemporânea, de alta exigência de desempenho pessoal, a autoestima deve ser constantemente renovada. E o grupo governante deve garantir esta renovação, esta crença no futuro e na própria existência. O sofrimento, neste caso, passa a ser compreendida como passageira, como um salvo-conduto para um

futuro promissor. É neste sentido que os dois polos se aproximam: só vale o sofrimento se projeta uma vida melhor. O que significa uma recusa peculiar da opressão.

Mas, há um outro dado importante neste deslocamento: a frustração com Bolsonaro. Esta é uma novidade da maior relevância. Houve um degelo em relação à projeção que os eleitores de Bolsonaro fizeram. Desmanchou uma convicção que se apresentava como uma pedra. Moro, então, aparece não como sucessor, mas como aquele que renova as promessas. Mas, e depois de Moro, caso ele fracasse?

O que gostaria de sugerir é que esta primeira trincheira foi quebrada. Talvez, a mais importante delas: a convicção quase religiosa. Como se fosse a primeira batalha perdida numa Cruzada Santa. Perdida pelo líder dos templários.

Bolsonaro não é Moro. Bolsonaro tem um perfil mais próximo do brasileiro mediano: afirma sua ignorância quase diariamente (como em relação aos temas da economia), é desajeitado, exagera, não segue protocolos e despreza a liturgia do cargo que ocupa. Aprecia postar vídeos e mensagens escatológicas. Parece um bicão na festa que seria improvável que fosse convidado. Quantos humilhados diariamente não sentem a desforra em ver Bolsonaro distribuindo impropérios e desaforos?

44 MOORE JR., Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Pois bem, Moro não tem este perfil. Está mais para um bom-moço de classe média. Não há como negar: há um distanciamento nítido em relação ao brasileiro médio. E não possui nem de longe a estrutura política montada pelos Bolsonaro desde 2014.

Este deslocamento enfraquece o bolsonarismo, mas ainda não cria um “morismo” ou algo que o valha. Moro terá que comer muito feijão para deixar de ser promessa e se tornar realidade.

O deslocamento dos bolsonaristas é uma primeira derrota da extrema-direita histórica. Uma primeira decepção consistente. Uma defecção. Um racha. Um enfraquecimento que as forças democráticas deveriam estar preparadas para explorar.

36. O XADREZ DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Estamos em ano eleitoral. E já comecem os debates partidários sobre focos e prioridades. Partidos ideológicos costumam centrar seus esforços nos grandes centros urbanos. Os mais clientelistas, nos grotões. São apostas que definem um ranking de importância política

Mas, qual é, afinal, o desenho dos municípios brasileiros e qual a relação entre realidade e este ranking político? O Brasil possui 5.570 municípios. Desses, 4.717 (84,6% do total) possuem menos

de 40 mil habitantes. Tempos atrás, o economista José Eli da Veiga (USP e ex-presidente da Fundação SEADE) chegou a propor um novo cálculo sobre a população rural brasileira. Segundo o PNAD 2015, 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Mas, nos cálculos de José Eli, o percentual é bem maior.

Nas palavras de José Eli:

"Quem procurar conhecer os critérios de classificação territorial utilizados nas duas dezenas de nações mais democráticas e mais desenvolvidas do planeta, facilmente perceberá que menos de 60% da população brasileira pode ser considerada urbana. Enquanto isso, a participação dos habitantes de municípios essencialmente rurais caiu de 32,5% para 30,4%, e a dos relativamente rurais manteve-se praticamente estável, muito próxima de 13%. O mais interessante, todavia, é que em um quarto dos municípios essencialmente rurais houve crescimento populacional bem superior ao dos urbanos. Nos 1109 municípios mais atraentes do Brasil rural, a população aumentou mais de 30%, enquanto ela crescia 20% no Brasil urbano, e 15% no conjunto do país."

Recentemente, o governo Bolsonaro sugeriu extinguir os municípios com menos de 5 mil habitantes ou 22% do total de municípios. O principal argumento é que 73% dos municípios brasileiros tem gestão fiscal difícil ou crítica, vários sem condições de financiar seu parlamento local. Se o argumento central do governo é este, então melhor ex-

tinguir 70% das nossas cidades. Este é o percentual de municípios brasileiros que dependem de recursos externos, para além do que arrecadam. 50% dos municípios brasileiros dependem dos repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), segundo a Confederação Nacional dos Municípios. Mas a situação não é tão confortável para os que possuem recursos ou os grandes municípios. Em 2019, a cidade de São Paulo ultrapassou o teto de endividamento público e obrigou o prefeito Bruno Covas a procurar alterar, no Senado, a regra imposta pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Há estudos que indicam gastos sem prioridades em diversas cidades litorâneas que recebem royalties da extração do petróleo. Royalties do petróleo criaram ilhas de riqueza em 17 cidades, segundo o jornal Valor Econômico.

Mas, voltemos ao ranking político e as prioridades eleitorais dos partidos neste 2020. Lembremos que Haddad venceu na maioria dos municípios brasileiros, na eleição de 2018. Venceu em 2.810 municípios e Jair Bolsonaro em 2.760. Isso significa que o PT entrou e convenceu a população dos grotões, algo que, até os anos 2000, somente os partidos conservadores conseguiam. Aliás, os governadores do PT estão no Nordeste. O que alimenta a leitura política sobre as prioridades eleitorais municipais. Em 2018, Bolsonaro teve 3,6 milhões de votos na cidade de São Paulo, e Haddad computou 2,4 milhões de votos. O petista venceu em todos os estados do

Nordeste e Bolsonaro ganhou em toda a região Sul e também no Sudeste e no Centro-Oeste.

Assim, se o foco for 2022, o Sudeste passa a ter tanta importância quanto nordeste. E, sudeste, no caso, significa municípios com mais de 100 mil habitantes. Já para o PT, precisa manter sua hegemonia no Nordeste, mas avançar no Sudeste (ou recuperar o que já teve).

As eleições municipais, portanto, se apresentam como este jogo de xadrez cujo tabuleiro é fugidio. Tirarão o sono de candidatos, militantes e estrategistas. Mas farão a festa de cabos eleitorais e marqueteiros.

37. O DESLOCAMENTO IDEOLÓGICO DO PETISMO

Quero iniciar sugerindo que tenhamos serenidade quando analisamos ou participamos do jogo político. Como qualquer jogo, há momentos de avanço e há momentos de recuo, mas, o que conta é a estratégia. Faço esta sugestão porque o campo progressista continua histórico. Já socializei aqui minha tese: os lulistas, em especial, sofrem de estresse pós-traumático. Depois do impeachment de Dilma Rousseff, da prisão do Lula e eleição de Bolsonaro, perderam a noção de perspectiva e qualquer solavanco interpretam como sendo uma avalanche.

Mas, vamos à análise. Temos um conjunto de pesquisas que indicam uma melhora na avaliação do governo Bolsonaro. Mais: ele se tornou o principal cabo eleitoral das eleições em várias capitais do país. Lula continua em destaque, mas, agora, como segundo influenciador. As pesquisas indicam que o principal fator de melhoria da avaliação são os 600 reais emergenciais. Vale a pena comparar como esta ajuda emergencial assume um perfil de abrangência muito similar ao peso do Bolsa Família. Vamos aos dados.

O Programa Bolsa Família (somado ao fomento promovido pelo BNDES) teve o condão de alterar a lógica social do Nordeste durante os governos Lula. Ainda hoje, 50% dos maranhenses recebem este recurso; 48% no Piauí e 47% em Alagoas. Já a ajuda emergencial de 600 reais envolve 39% da população da Bahia. Estudo feito pelos economistas Écio Costa (UFPE) e Marcelo Freire (Secretaria de Desenvolvimento de Pernambuco) indica que as cinco parcelas do programa de renda básica equivalem a 6,3% do PIB do Nordeste. O estudo sustenta que no Brasil o recurso emergencial equivale a 2,5% do PIB nacional (sendo 6,3% do PIB nordestino).

Para onde está indo este recurso? Para a construção civil. Se vai para a construção civil, significa que está aquecendo o mercado local. Além de material de construção, compras de celulares em segunda mão também estão registrando alta nas localidades com maior número de beneficiários. O caminho do Bolsa

Família se repete. Ora, não há como ser diferente no país que é a oitava economia mundial e o sétimo em desigualdade social do Planeta. Temos, aqui, que destacar o papel pedagógico da democracia. Bolsonaro teve que se curvar à realidade. Se antes, o mote de Jair era o ataque virulento e extremado ao Estado e à agenda de Bem-Estar Social, agora, cede porque percebeu que sem a agenda social estava afundando.

Contudo, Patrícia Valim (UFBA) sugere outro dado: os Estados nordestinos que menos enfrentam o bolsonarismo teriam registrado uma melhoria na avaliação de Bolsonaro muito superior à média nacional. No caso, Valim está citando Bahia e Ceará. A tese é boa. Precisaremos de mais pesquisas para confirmar a tese de Valim, mas, de fato, os dois governos estão implantando a militarização da educação. Bahia enfrentou recentemente uma greve de professores universitários estaduais muito desgastante.

O governo do Ceará enviou proposta à sua Assembleia Legislativa congelando os gastos primários à luz da Emenda 95, amplamente rejeitada pela esquerda brasileira. Outros governos nordestinos adotaram, aqui ou ali, políticas liberais ou conservadoras, mas foram nos Estados onde a ausência de enfrentamento do bolsonarismo gerou uma avenida para a extrema-direita se firmar. É por aí que candidatos militares são lançados nas capitais.

Há, ainda, rondando na esquerda tupiniquim uma outra leitura: esta-

ria ocorrendo uma troca de pele do PT. Primeiro: estaria deslocando seu poder de fogo do centro-sul do país para o nordeste. Segundo: seus governos estariam adotando uma agenda mais conservadora. Lentamente, o PT vai cedendo espaço - por força de seu pragmatismo eleitoral - à esquerda. Esta hipótese explicaria o crescimento significativo do PSOL em hostes até então petistas. Nas capitais do sudeste, os candidatos petistas amargam a lanterna em intenção de voto.

A desorientação petista não se deve ao estresse pós-traumático. Vem de antes. Vem do pragmatismo e foco eleitoral que emergiu na metade dos anos 1990. A partir daí, ganhar a qualquer custo virou máxima na direção partidária. Chegou um momento, que passou a se conformar. Passou a se conformar ao ideário popular. Ocorre que há estudos que indicam que num país com elite hiperconservadora e meios de comunicação embebidos no mesmo caldo ideológico, se os progressistas não disputam valores, acabam perdendo espaço político.

Em Minas Gerais, ocorreu exatamente isto com o governo Fernando Pimentel. Primeiro, atacou as bases do "modo petista de governar" adotado por Patrus Ananias. Depois, no governo estadual, não adotou uma agenda que se diferenciava dos governos anteriores. Pimentel cometeu um erro mais grosseiro: apostou que a gestão Dilma Rousseff aportaria recursos para seu governo decolar. Com o impeachment, comprovou que não tinha Plano B. Em meio ao ano

da sua reeleição, passou a atrasar repasses às prefeituras e pagamento do funcionalismo.

Temos, então, um partido que foi desaprendendo a ser oposição de esquerda. Passou a ser pragmático e ceder ao que a maioria pensa, sem enfrentamentos. E pensar que os petistas citavam Gramsci que sugeria que era possível ser poder sem ser governo. Acabaram invertendo.

38. PT ENVELHECEU

PT vive um paradoxo: tem, hoje, as piores direções de sua história, mas se mantém como principal partido do sistema político nacional. Para mim, um paradoxo que nasce do que denomino de neopetismo ou a geração que emerge à direção do PT (e de novos filiados) no pós-2002, ou seja, com o advento do lulismo. Gente que não vivenciou o período de adversidades e ataques da construção de um partido que se definiu socialista.

Em relação aos dirigentes neopetistas, seu perfil passou a ser pragmático, marcado pela lógica rebaixada do marketing (que não se propõe a disputar, mas meramente absorver o ideário popular, mesmo que contrário à linha partidária) e "parlamentarizada".

Por "parlamentarizada" me refiro à uma direção composta por quase exclusivamente deputados, em especial,

federais. A prática parlamentar, como sabemos, é afeita a arroubos retóricos e práticas dóceis. Esta é a marca das direções petistas atuais.

Uma ilustração deste novo perfil de dirigente petista é a dos “gestores públicos”, com nítido perfil gerencialista, pouco afeto ao debate ideológico, como Fernando Haddad e Fernando Pimentel. Também envolve dirigentes protocolares, sem capacidade para qualificar o debate nacional ou aprofundar reflexões junto à militância, caso de Gleisi Hoffmann. A diferença com o perfil de dirigentes históricos como José Dirceu ou Genoíno, ou governantes petistas como Erundina é desconcertante.

O fato é que filiados e direções pós-2002 criaram uma lógica de retroalimentação: baixa exigência estratégica, foco no campo institucional, prioridade na consolidação da hegemonia no sistema partidário, criação de clima político de acomodação e baixo conflito, reforço das cúpulas.

PT passou a declinar da identidade socialista. Da tradição de partido de massas, passou por uma transição para a noção de partido de quadros que, na medida em que se tornava um partido palatável, acabou se inclinando para ser um “partido de notáveis”.

O personalismo e certo mandonismo forçaram o declínio dos mecanismos de participação das instâncias de base no processo de tomada de decisão partidária.

O encaixe pareceu perfeito porque liberou as direções para acordos de cúpula. As famosas análises de conjuntura que eram realizadas em diretórios municipais com participação frequente de dirigentes nacionais do PT, sumiram do mapa. Nem sombra da época em que os diretórios zonais e os núcleos profissionais tinham peso. Lembro do núcleo de historiadores petistas que lançou uma importante coletânea de discursos de Lula.

Toda esta trajetória de mudança de perfil, ideário e organização acelerou na segunda metade dos anos 1990. As campanhas nacionais de 1994 e 1998 mudaram completamente a ordem das coisas no interior do PT: cúpula e marketing desconstruíram as decisões coletivas.

Ao se acomodar ao pensamento médio brasileiro - sem qualquer intenção de questioná-lo ou mesmo assumir um papel pedagógico da ação política - o PT ganhou em musculatura eleitoral, mas perdeu em termos de vigor criativo e empolgação.

A base passou a ser menos exigente e mais idólatra. De sujeito da construção do PT, passou a ser objeto das manipulações marqueteiras.

Criou-se um encaixe entre cúpulas centralizadoras e de baixa capacidade de direção política e base pouco politizada e de alta passividade militante. Tudo favoreceu a entrada de propostas programáticas de tipo social-liberal (preocupação com políticas sociais e mercado).

PT se tornou, de fato, o fiel do sistema partidário brasileiro. Explico: com alta desigualdade, o maior partido político brasileiro (escolhido como de sua preferência por 25% dos eleitores) se tornou um canal das demandas sociais organizadas.

O passado do PT e suas relações atávicas com pastorais sociais, intelectuais de esquerda, movimentos sociais nacionais, movimento sindical e ONGs progressistas criou o perfil institucional que dialoga com desvalidos.

Uma das características desta mudança profunda no perfil das direções petistas é a acelerada transição para o que a literatura especializada denomina de "partido cartel". Trata-se de partido que independe do eleitor ou da base social, vivendo dos recursos públicos. Em outras palavras, o partido cartel profissionaliza seus quadros a partir de cargos comissionados; alimenta seus prefeitos com emendas parlamentares ou conquista de convênios com o Estado; faz campanha com fundos eleitorais... enfim, a relação com a base social é efêmera.

Como já afirmei, a base petista (ou neopetista) que se forjou nos anos de gestão lulista se acomodou e até mesmo alimentou esta transformação do PT num partido tradicional. Com baixa formação política e acostumada com vitórias e o poder, passou a refutar todas críticas. Ao ouvirem a trajetória de mudança organizativa e de mecanismos internos de tomada de decisão no PT, os

neopetistas acusam de saudosismo. O que levaria, assim, à extinção de todo estudo histórico. Outro argumento raso é que se não tivessem mudado, não venceriam eleições.

O problema é que as derrotas eleitorais, para os neopetistas, não são fruto de erro de direção e escolhas partidárias, mas resultado de uma campanha de destruição da imagem do partido. A lógica circular vem empacando o PT: nada muda, nada deve mudar, se alguém tem que mudar é o mundo.

Durkheim já havia nos ensinado como a solidariedade mecânica (de natureza grupal) é autorreferente. Fechada em relações afetivas e defensivas, qualquer crítica ao grupo ou membro do grupo cria um fechamento ainda maior dos seus membros. A bolha, enfim, é seu habitat.

Mas, mesmo assim, o PT se mantém como partido-líder ou partido-âncora do sistema partidário. Vejamos: Datafolha de 2017 indicava o PT como o de preferência de 21% dos eleitores. No ano passado, pesquisa do Atlas Política indicava se manter nesta posição (com 15%). Tendo 21% ou 15% da preferência dos eleitores brasileiros, o fato é que o segundo partido da preferência aparece com 5%. Mais: o PT é o único partido que, desde 1989, chegou no segundo turno (quando ocorreu) de todas as eleições para Presidente da República.

Ainda mais: com Haddad - um candidato sem força eleitoral até mesmo na cidade em que foi prefeito - o PT venceu

na maioria dos municípios brasileiros em 2018. Demonstrou, portanto, capilaridade e interiorização. Uma potência eleitoral consolidada.

Assim, PT é o partido mais consolidado e enraizado do sistema partidário brasileiro. Sistema, é verdade, que vem demonstrando fortes rachaduras, com cada vez menor impacto junto ao eleitorado. Então, o que estaria acontecendo? Minha hipótese é: PT se acomodou.

Como um camaleão, de partido rebelde se tornou um partido da Ordem. O passado lhe confere um perfil aguerrido; os governos lulistas criaram a imagem de partido com preocupação social; mas, na sua definição estratégica, não é mais um partido da mudança social ou política.

Acomodado, criou regras e controles internos que impedem a renovação de quadros e limitam drasticamente a disputa no seu interior. Daí ter se tornado mais um partido de "cabeça branca".

Assim, PT se tornou a expressão viva do sistema partidário brasileiro. Um partido potente porque acomodado ao ideário conservador e pragmático de uma base eleitoral desconfiada e pouco exigente (que deseja sobreviver e se inserir numa sociedade profundamente desigual).

Um alto dirigente petista me disse recentemente que percebe que PT tem garantido entre 20% e 30% dos votos nacionais. Tem força eleitoral, mas não

gera mais paixões. Não é mais o partido da mudança. Esta é a minha tese.

39. A TRANSIÇÃO INACABADA DE 2015

Há quem sugira que entramos em parafuso com a crise de 2008. Há quem sugira que tudo começou em 2013. Eu proponho que nossa transição para lugar nenhum começou em 2015. Toda periodização elege um critério. O meu é a ascensão e queda da extrema-direita no nosso país. Com efeito, a crise econômica de 2008 (subprime nos EUA) provocou um abalo nas estruturas da ordem social da Europa e provocou uma explosão migratória que teve ápice em... 2015, minha data de referência de quando entramos no túnel do tempo defeituoso.

Em 2014, a direita ultranacionalista já atingia entre 25% e 30% dos votos no Reino Unido, na França e na Dinamarca. Contudo, em 2017, Marie Le Pen se projetava nacionalmente na França; em 2017, foi a vez da Alternativa para a Alemanha; em 2018, a União Cívica Húngara.

Michael Lewy, num artigo de dezembro de 2015, analisava a ascensão do conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. O autor sugere uma subdivisão dessas forças extremistas europeias:

- a) Partidos de caráter diretamente fascista e/ou neonazista:

como o Aurora Dourada, da Grécia; o Jobbik, da Hungria; o Setor Direito, da Ucrânia; o Partido Nacional Democrata, na Alemanha.

- b) Partidos semifascistas, caso da Frente Nacional, da França; do FPÖ, da Áustria; e do Vlaams Belang, da Bélgica, cujos líderes fundadores tinham ligações estreitas com o fascismo histórico e com as forças que colaboraram com o Terceiro Reich
- c) Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas, mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofobia, como a italiana Lega Nord, o suíço UDC (União Democrática do Centro), o britânico Ukip (Partido de Independência do Reino Unido)

No Brasil, o Instituto Vox Populi identificou o ápice do discurso fascista e pró-regime militar em dezembro de 2015. Este foi o momento em que o discurso histórico de extrema-direita teve maior repercussão na formação da opinião pública. A partir daí, declinou lentamente.

Este período de reverberação do discurso de extrema-direita prosseguiu até o final do primeiro semestre de 2016. Que fique claro, extrema-direita é rejeitada pelo conservadorismo e não man-

tém relações com certa literatura que já surgia no Brasil desde 2012.

O pensamento conservador aceita mudanças, desde que não sejam bruscas e, por este motivo, rejeitam discursos revolucionários e reacionários (este último, caso da extrema-direita).

O importante é notar que se conservadores e ultraconservadores decidiram atacar a esquerda numa grande ofensiva desde 2015, ao longo deste ano perderam o controle e deram lugar ao discurso extremado que os colocou na mesma cesta dos corruptos e elites.

O começo do fim de Aécio Neves está vinculado a esta segunda onda que encobriu a que ele fez de tudo para gerar. Os ataques nas redes sociais eram intensos, criando o famoso efeito manada. A listagem de personalidades "comunistas" crescia, envolvendo qualquer crítico.

Até que começou uma primeira reação no segundo semestre de 2016, vinda das articulações entre centrais sindicais. As manifestações da extrema-direita começaram a demonstrar menor volume que as sindicais. Finalmente, em abril de 2017, ocorre a maior greve geral da história do Brasil. Mais de 150 cidades registraram paralisações, envolvendo adesão de 40 milhões de pessoas.

Contudo, a partir do segundo semestre de 2017, muitas lideranças sindicais acusavam o golpe da reforma trabalhista enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional. A reforma atin-

gia duramente as fontes de recursos financeiros de todo movimento sindical. Também se dizia, nos bastidores, que havia movimento em vários partidos de esquerda para iniciar a preparação para a eleição de 2018. O fato é que a mobilização sindical iniciada no segundo semestre de 2016, refluiu a partir do segundo semestre de 2017, logo após a greve.

Minha tese é que a vitória de Bolsonaro não foi fruto da ascensão da extrema-direita. Foi, antes, um ruído. As forças de extrema-direita estavam dispersas naquele momento, com atos isolados. Lula figurava em primeiro lugar nas pesquisas para a Presidência em agosto de 2018.

O casuísmo vergonhoso que levou à prisão e impedimento da candidatura Lula embaralhou as cartas naquele processo eleitoral. PT demorou para indicar o candidato oficial. Somente em 11 de setembro PT anunciou oficialmente que Haddad seria o novo candidato do partido.

Mesmo assim, com um candidato sem grande expressão nacional, o PT chegou ao segundo turno. Até a fatídica facada, Bolsonaro oscilava ao redor de 20% de intenção de votos. A partir deste acontecimento, chegou a 26%. Haddad aparecia com 8%.

A tese que estou defendendo procura alinhar uma interpretação que cria uma perspectiva para a falta de sustentação popular do governo Bolsonaro após

sua eleição e a sua ida, cada vez mais clara, em direção ao Centrão.

Bolsonaro se elegeu com 55% dos votos válidos. Em dezembro de 2018, o IBOPE revelava que 75% dos brasileiros tinham expectativas positivas em relação ao seu governo. Contudo, após a posse, a queda de aprovação foi despencando.

Caso a extrema-direita estivesse em ascensão, qual seria o motivo para não sustentar o governo federal que teria apoiado e por qual motivo não continuou nas ruas, procurando desestabilizar as instituições que procuravam domar Jair?

Esta é minha tese: a eleição de Bolsonaro foi um repique em meio à um momento de crise política generalizada em nosso país que envolveu até mesmo as forças de extrema-direita.

A movimentação atual de Bolsonaro em direção ao Centrão - e a tímida reação de apoiadores de 2018 -, além do silêncio ensurdecedor do "gabinete do ódio" indicam a fragilidade das forças extremistas do Brasil, assim como a fragilidade da tese da ascensão dessas forças.

40. NORDESTE SEDIA O MELHOR JOGO DE XADREZ DO BRASIL

Vários governadores disputam, neste momento, a liderança no maior

celeiro de gestores de centro-esquerda do país. São, ao menos, três governadores em disputa na região: Flávio Dino (Maranhão, PCdoB), Rui Costa (Bahia, PT), e Camilo Santana (Ceará, PT, mas fortemente vinculado aos Ferreiro Gomes).

Todos apostam em candidaturas à prefeitura da capital do seu Estado, mas poucos estão se saindo bem, embora tenham alta aprovação de seus governos. Todos com aprovação acima de 70% pelos eleitores de seus respectivos estados.

Esta guerra surda pode dizer muito sobre o que teremos em 2021 e 2022 em termos de alianças no campo de centro-esquerda e embates com o bolsonarismo. Lembremos que esse bloco (onde participam outros governadores, como o do Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte) tem no seu calcanhar os deputados do Centrão, agora aliados de Bolsonaro. Em junho deste ano, foram eles que receberam Jair Bolsonaro quando decidiu inaugurar parte da Transposição do Rio São Francisco. Bolsonaro esteve em Salgueiro, em Pernambuco, além de Juazeiro do Norte e Penaforte, na região do Cariri, sul do Ceará. Os governadores Paulo Câmara (PSB-PE) e Camilo Santana (PT-CE) não participaram da solenidade. Na oportunidade, Capitão Wagner (Pros), Pedro Bezerra (PTB), Roberto Pessoa (PSDB), Dr. Jaziel (PL) e Domingos Neto (PSD) chegaram juntos com Bolsonaro em Penaforte. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) também estava presente, assim como os ministros Augusto Heleno (Segurança Institucional), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Rogério

Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tereza Cristina (Agricultura).

A eleição nas capitais dos Estados governados por esses três expoentes da política nordestina revela seus potenciais e dificuldades a partir de 2021. Mais que isso, indica rearranjos das composições políticas em seu território.

A última pesquisa Datafolha (de 5 de novembro) realizada em Fortaleza indica empate técnico entre Capitão Wagner – que se afirma bolsonarista – e o candidato do PDT (que todos afirmam ser apoiado pelo governador Camilo Santana). Wagner em queda, com 29% de intenção de voto e Sarto, com 26%. Luizianne Lins, do PT, aparece com 18% de intenção de voto, mas já chegou a 25%. O candidato do PT/PDT era o bancário moderado Nelson Martins (PT), apoiado pelos Ferreira Gomes e pelo governador. Até Luizianne Lins parecia apoiar a candidatura de Martins. Contudo, o falecimento de seu pai o jogou numa profunda depressão que o obrigou a sair da cena política.

Em Salvador, o governador Rui Costa (que até pouco tempo liderava o Consórcio Nordeste) possui duas candidaturas declaradas: a do PT (com Major Denice) e a do Podemos (deputado federal Bacelar). Na última pesquisa IBOPE, Bruno Reis (DEM) aparece com 61% das intenções de voto, Major Denice (PT) com 13% e Bacelar com 1%. O fato é que Rui Costa não se sairá bem desta eleição na capital baiana e já se comentam mudan-

ças na sua composição de governo para o final deste ano ou início de 2021.

Em São Luís, o candidato do governador Flávio Dino amarga um quarto lugar, segundo pesquisa IBOPE. À sua frente, três candidatos do centro-direita/direita: Eduardo Braide (Podemos), com 36% de intenção de voto; Duarte Júnior (Republicanos), com 22% e; Neto Evangelista (DEM) com 16%. Rubens Júnior (PCdoB) aparece com 7%.

Como se percebe, a liderança nos seus Estados depende de um jogo acirrado que exige muito cálculo. Assim como em seus territórios não há como governar e garantir a sua liderança com seus próprios partidos, os governadores não conseguem consolidar sua imagem nacional se não ampliarem seu escopo de alianças para além de seus Estados.

É aí que entram as disputas de Recife (onde João Campos, do PSB, aparece com 31% de intenção de votos pelo Datafolha e Marília Arraes, do PT, com 21%). O PSB aparece bem em Maceió, onde seu candidato, JHC, está empatado com Alfredo Gaspar de Mendonça (MDB) em 24% de intenção de voto. Embora em terceiro lugar, o candidato do PSB também se destaca na eleição em João Pessoa. Ricardo Coutinho aparece com 10% de intenção de voto, atrás de Cícero Lucena (PP), com 21%; e Nilvan Ferreira (MDB), com 15%.

Já em Aracaju, é o candidato do PDT que aparece em primeiro lugar, com 34 %.

Em Teresina, o candidato do governador petista Wellington Dias aparece em quarto lugar nas intenções de voto (com 6%); situação similar do candidato do PT em Natal (Estado governado pela petista, Fátima Bezerra), que aparece em quinto lugar, com 5% de intenção de voto.

O jogo de xadrez é dos mais complexos, envolvendo uma situação de disputa interna nos estados governados pelo centro-esquerda, mas, também, uma disputa entre partidos (PT, PSB, PCdoB e PDT) e entre personalidades muito distintas.

Esta é, possivelmente, a região do Brasil que exige as estratégias e atenção política mais afiadas. A disputa é quase por centímetros e, dependendo do que ocorrer em 2021 nessa região, poderemos imaginar o arco de alianças do campo centro-esquerda em 2022.

41. SEM DIREÇÃO, PETISTAS SE VIRAM NOS 30 NESSAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Tivemos algumas novidades no campo da esquerda nessas eleições municipais: as candidaturas coletivas que passaram ao largo das direções partidárias.

Foram ao menos 300 candidaturas coletivas registradas nessas eleições municipais. Todas surgidas no campo da esquerda, em especial, petista. Na au-

sência de direções partidárias firmes e atuantes, os militantes geraram alternativas.

As candidaturas coletivas deste ano geraram covereanças. Isto significou que um nome era registrado, mas, na prática, vários co-candidatos faziam campanha por seu nome (com o número geral registrado) e suas agendas. Em diversas situações, a candidatura coletiva era composta por gente que não tinha a mesma identidade partidária. Isso é uma imensa novidade no país: a organização transpartidária, transtemática, heterodoxa.

Tivemos mais de 25 candidaturas coletivas vitoriosas nas eleições municipais deste ano.

Houve, ainda, o surgimento de candidaturas a partir de uma organização paralela. Este é o caso do "Representa", uma articulação de jovens no interior do PT. O Representa priorizou 138 candidaturas, em todos os estados do país e elegeu 25 (18,1%)

Uma corrente interna do PT acusou o golpe com o surgimento do Representa. Artigo assinado por Gilberto Azeredo Gomes ganhou o título "Representa Quem?". Sugerindo se tratar de um coletivo que procura lançar novas "Tabatas", sustenta: "Sob o argumento de "qualificar" a política, todos eles compartilham de alguns pressupostos, em maioria de cunho liberal: a aversão aos partidos políticos, a infidelidade programática (...)".

Gostaria de chamar a atenção para duas situações que essas novidades carregam.

A primeira, de cunho sociológico. Elas procuram traduzir a imensa fragmentação social que estamos vivendo neste século XXI. De alguma maneira, expressam a forma das "redes sociais". São ramificações que formam um mosaico. Algo como "construindo a unidade na diversidade". Evidente que este tipo de organização plural e em mosaico se contrapõe à estrutura verticalizada e monolítica da forma-partido. Podem estar inaugurando uma nova forma.

Mas, também é um sintoma: as direções partidárias deste campo político perdem controle sobre a ação na base. As lideranças se multiplicam e, sem guardida, estruturam caminhos próprios, paralelos aos da trajetória partidária, sem rupturas formais.

O importante é percebermos uma mudança significativa que pode apontar novas configurações políticas ou de organização política neste complicado século XXI.

42. O PT NA ENCRUZILHADA, COMO EM 1983

Muitas movimentações internas já ocorriam no PT quando o desastre eleitoral se prenunciava. Algumas lideranças diziam que preferiam aguardar o final das eleições para não serem acusados

de contribuir para a derrota eleitoral. Mas, foi José Genoíno que saiu à frente.

Em suas recentes entrevistas, Genoíno coloca o dedo na ferida. Numa delas, criticou duramente os governadores do PT no Nordeste. Genoíno mira na recente fala do ex-governador Jacques Wagner: "Esse pessoal do PT que quer aposentar o Lula, é para poder preparar o caminho para um grande acordo. Por exemplo: faz um acordo no Congresso Nacional para que o país tenha um Banco Central independente".

A burocracia e líderes da corrente majoritária do PT se defendem. Não consegue entabular argumentos coerentes ou minimamente profundos. Reproduzem uma leitura matemática das eleições em que a derrota evidente é apresentada como vitória.

Em outra entrevista, Genoíno é ainda mais direto: "o PT enfeita o bolo das elites".

Em Belo Horizonte, o ex-candidato a prefeito, Nilmário Miranda sugere que "estávamos apanhando nas cordas. Agora estamos reagindo perto do centro do ringue." Avaliações de quem se acostumou a sustentar um clima de euforia entre militantes, sem muito compromisso com uma leitura crítica ou com a necessária correção de rumos. A corrente majoritária petista errou e desgastou o partido. Sua postura defensiva vai além.

Parte da bancada federal do PT, vinculada à CNB (a corrente majoritária), já esboça aliança com Rodrigo Maia em

seu projeto de reeleição para "não ficar de fora da mesa diretora no próximo período". As correntes minoritárias divergem. Querem proposta e candidatura próprias.

O que ocorre com esta direção ou corrente majoritária, afinal? Parece estar em ponto morto. Desde a ofensiva da direita, com apoio do Centrão que ingressou nos governos lulistas, a CNB não consegue sair do enredo que construiu. A CNB foi responsável pela subordinação do partido - e da militância - ao lulismo, ao governo federal. Em nenhum momento sugeriu uma ofensiva partidária autônoma, uma avaliação de pontos críticos ou lacunas dos governos petistas. Ao contrário: em 2013, a juventude petista publicou apoios às manifestações de junho que, logo em seguida, foram rechaçadas pela corrente majoritária. No ano seguinte, algumas correntes da juventude petista esboçaram um documento que citava o esgotamento da primeira geração. Novamente, os jovens rebeldes do PT foram calados. Para quem ainda acredita que 2013 foi contra o PT, recordo que a Juventude do PT declarou apoio aos protestos contra o aumento das tarifas de transporte, incluindo o da de ônibus, feito pelo então prefeito Fernando Haddad. Nota da juventude petista publicada no período afirmava: "o governo do Estado e a prefeitura da capital, ao elevarem o preço da tarifa de ônibus, trens e metrô, prejudicam a locomoção de jovens e trabalhadores". E "conclama a militância petista a participar ativamente das manifestações".

Retomo 2013 para sugerir que esta narrativa defensiva da corrente majoritária do PT vem de longa data. Ao invés de dar a volta por cima, procurou um inimigo externo para alinhar a militância de base. Procurou, com todas as suas forças, coibir qualquer crítica interna.

Agora, não há mais como fugir. Derrotada da maneira mais vexatória possível na capital mineira e capital paulista, vencendo em apenas 4 cidades das 15 que disputou no segundo turno, com candidaturas de correntes não majoritárias se destacando, não há como negar os erros.

Numa moral de esquerda mais clássica, seria o caso das direções partidárias que fracassaram de maneira incontestável na condução dessas eleições colocarem à disposição seus cargos. Para que provocassem um intenso debate interno e o filiado decidisse sobre os rumos partidários. Em 1983, logo depois do fracasso eleitoral do ano anterior, surgiu um manifesto procurando colocar o partido novamente nos trilhos. O "Manifesto dos 113", como ficou conhecido internamente, destacava os descertos das direções do partido. Parece que é o caso atual.

Genóio foi o primeiro líder histórico do PT a atingir o ponto fraco. Espera-se que várias outras lideranças se somem à necessária leitura crítica dos erros cometidos há anos que acabaram se cristalizando numa derrota eleitoral evidente.

Muitas das direções atuais, altamente burocratizadas e sem conseguir esboçar qualquer elaboração de estratégia que coloque o PT na ofensiva política ou até mesmo disputar a agenda nacional, tentam se defender. Derrotados resistem admitir a derrota.

Lá no fundo, todos dirigentes e lideranças petistas sabem da responsabilidade do seu partido na construção de um projeto nacional democrático e na liderança do bloco de esquerda do país. A tentação para a defesa de cargos e hegemonia ser prioridade ainda é grande.

Dizem que "o uso do cachimbo entorta a boca". Hábitos de lideranças que se acostumaram a usar o rolo compressor para se impor acabam por viciar práticas. Admitir erros para aqueles com boca torta exige um esforço hercúleo. Exige mudança de comportamento. E coragem.

43. A HEGEMONIA DO CENTRO E A CAPTURA DE FUNDOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, publica nota em 15 de dezembro, que revela a tentativa de desvio de recursos públicos do Fundeb para a iniciativa privada: quase 16 bilhões. Não se trata de uma "ajuda" ao Sistema S ou às escolas filantrópicas. Trata-se de dispu-

ta por recursos públicos pelos empresários⁴⁵.

O texto de Daniel Cara informa que "Em 2019, conforme análise de dados da Receita Federal produzida por João Marcelo Borges (FGV), concluiu-se que as entidades filantrópicas e confessionais receberam 6,37 bilhões de dinheiro público (...) e o Sistema S recebeu R\$ 21 bilhões."

Fica nítido que está em curso um alinhamento dos setores empresariais para abocanhar fundos públicos da educação e saúde.

Na saúde, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) publicou as "Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil". O documento é um nítido ataque aos fundos públicos da área da saúde mental. O ataque procura voltar ao passado, focando no isolamento da pessoa com sofrimento mental em hospitais. Quem ganha com isso? As corporações da área psiquiátrica e proprietários de manicômios são os grupos de interesse.

Então, parece claro que há uma orquestração do empresariado na captura de recursos públicos da saúde e educação. Se não conseguem revogar o orçamento público vinculado às duas áreas, decidiram atacar pelos flancos.

Nesta manobra e focalização na saúde e educação, o empresariado conta

com um aliado de peso: o Centrão. Este bloco de centro-direita movimenta-se politicamente na captura do Estado e comando da política nacional. Vou usar alguns termos caros à ciência política para explicar.

Gramsci fazia uma analogia entre as ações militares e ações políticas. O autor italiano articulava a guerra de movimento com a guerra de posição, ações de avanço pontuais com ocupação de espaços "entrincheirados". Gramsci dizia: "A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo". Este é o caso: quem avança não é Bolsonaro, mas o Centrão. E avança sobre o Estado e recursos públicos, com movimentos determinados na busca da ampliação de seu poder. Então, temos iniciativas e avanços tópicos ao longo deste ano em que o Centrão negociou com o general Luiz Eduardo Ramos o ingresso no governo federal para "pacificar" a relação com o Congresso. A aliança foi bem além deste armistício

Com a vitória do Centrão nas eleições municipais, este bloco se transformou no que Poulantzas - também empregando conceitos gramscianos - denominou de "bloco no poder": uma unidade conjuntural de comando do mundo político por frações da elite.

45 A denúncia ocorria às vésperas da votação da regulamentação do novo Fundeb no Senado que, ao final, reverteria as decisões privatistas da Câmara de Deputados. A opinião de Daniel Cara, citada neste artigo, pode ser acessada aqui: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/so-o-senado-federal-pode-salvar-o-fundeb/>>.

Gostaria, então, de sugerir que a estabilidade do apoio popular (em 37%)⁴⁶ ao governo federal deve-se ao Centrão e às suas orientações e movimentações recentes. Bolsonaro não é o centro da política nacional. O Centrão é tão hábil e hegemônico que já lança pontes para a centro-esquerda. A candidatura de Arthur Lira para a presidência da Câmara de Deputados é parte central desta consolidação da hegemonia do Centrão. Não se trata de trocar Maia por Lira, mas de forjar um acordão entre Centrão, Bolsonaro, militares e centro-esquerda.

PSB, PDT e PT são alvos nítidos deste avanço do Centrão no cenário político. Merece atenção.

Atenção nos movimentos do Centrão, mas, principalmente, nos movimentos de deputados de centro-esquerda. Aí está o futuro dos recursos públicos em saúde e educação.

46 Este índice de aprovação cairia para menos de 30% no final de janeiro de 2021.

ANO 2021

44. A CAMINHO DO CENTRÃO

A bancada federal do PT resistia. E continuou resistindo. Mas, por uma pequena maioria de 4 votos, decidiu apoiar Baleia Rossi, do MDB, aliado do DEM, para a presidência da Câmara dos Deputados. Foi um alívio para o PSB e para Ciro Gomes que devem estar unidos em 2022 numa chapa com o Centrão. Ao menos são os acordos em curso nos bastidores da política das elites partidárias, aquela que não envolve nunca a opinião do cidadão, do eleitor.

Em seguida, mais rápido do que um raio, foi composta formalmente a aliança de 11 partidos, liderada pelo DEM. O centro-esquerda, incomodada

com sua imagem externa, divulgou uma carta para justificar os seus aparente 119 votos (aparente, já que 41 desse bloco são contra o apoio e, como o voto é secreto, espera-se defecções no dia de votação pela presidência da Casa). O que diz a carta assinada pelo PT, PSB, PDT PCdoB e Rede?

“Lutar pelos direitos do povo brasileiro, pautando projetos que garantam efetivamente o direito à vida e à saúde, por meio do adequado enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, garantindo: o acesso universal à vacina; a renda emergencial e/ou a ampliação do Bolsa Família; a geração de emprego e o fim do arrocho salarial; a segurança alimentar, com apoio à agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária, garantido comida barata

ao povo; tributos sobre a renda dos mais ricos; defesa dos direitos das classes trabalhadoras, com liberdade para organização e modernização de entidades sindicais.”

Cá entre nós, é preciso uma dose cavalgar de fé no Centrão – aquele que votou pela reforma da previdência e pela reforma trabalhista – para acreditar que esta agenda será a pauta de Baleia Rossi. Parece mais panfleto de chapa que se candidata à presidência de algum diretório municipal de uma cidadezinha do interior. Na falta de inspiração, lasca uma agenda ampla o suficiente para a grande maioria não entender nada.

Antes, lembremos os 23 deputados federais do PT – a maior bancada da Câmara de Deputados – que foram contra o apoio ao Baleia: Afonso Florense, Arlindo Chinaglia, Bohn Gass, Célio Moura, Frei Anastacio Ribeiro, Helder Salomão, Henrique Fontana, Jorge Solla, José Ricardo, Joseildo Ramos, Marcon, Maria do Rosário, Natália Bonavides, Odair Cunha, Padre João, Paulo Teixeira, Pedro Uczai, Reginaldo Lopes, Rogério Correia, Rui Falcão, Waldenor Pereira, Zé Carlos e Zeca Dirceu. Nomes de peso, deputados que comandaram o partido – como Rui Falcão -, com amplo trânsito e respeito em processos de negociação política – como Elvino Bohn Gass -, deputados com muito destaque em seus Estados – como Maria do Rosário, Odair Cunha, Reginaldo Lopes, Paulo Teixeira,

entre outros. Os vitoriosos decidiram divulgar aos quatro cantos que “agora vai”.

“Quem deu golpe viu que deu ruim”, se adiantou a presidente oficial do PT, Gleisi Hoffman, revelando mais do que imagino que desejaria. Essa falta de habilidade política de Gleisi me assusta. A frase é mais um ato falho que uma declaração positiva. Chamou a atenção para a aliança com os golpistas, com o corpo ainda quente estirado no chão.

Mas, o que os partidos de centro-esquerda ganham com este apoio ao Centrão?

Lembremos que a aliança dos 11 partidos possui teóricos 280 votos, que sem os 50 votos do PT ainda superam e muito os 160/170 votos de Arthur Lira. Então, se não havia tanta necessidade deste apoio direto do PT, as vantagens negociadas devem ter sido extraordinárias. Vejamos.

O discurso oficial é de que a aliança derrotará Bolsonaro na Câmara e defendendo as instituições e, ainda, o centro-esquerda ganha a 1ª. Secretaria na Mesa da Câmara⁴⁷. A 1ª secretaria é responsável por decisões administrativas, como a organização das despesas da Casa, distribuição de gabinetes, funcionários, passagens, um verdadeiro paraíso para as burocracias partidárias. Mas, qual o peso deste cargo na definição de pauta da Câmara? O que a luta pelas instituições e derrota de Bolsonaro

47 Ao final, o presidente eleito na Câmara de Deputados foi o deputado Arthur Lira, que desmontou o acordo com Rodrigo Maia que entregava a 1ª secretaria da Mesa Diretora desta Casa. O PT perdeu o posto para o PL e ficou com a 2ª Secretaria, mesmo tendo a maior bancada federal do país.

ganha com esta função? O que garante em relação às pautas até aqui caras para a esquerda como impeachment de Bolsonaro, a não independência do Banco Central e da não privatização dos Correios ou Petrobrás?

Analisemos quem é Baleia Rossi para entender melhor se se trata efetivamente de ataque frontal à Bolsonaro.

Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi, mais conhecido como Baleia Rossi nasceu em junho de 1972. É empresário e presidente nacional do MDB. Vinculado à Michel Temer. Rossi foi ministro da Agricultura dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2010 e 2011. Pediu demissão diante de denúncias de irregularidades na pasta. Em 2014, foi eleito deputado federal e dois anos depois virou líder do MDB na Câmara, quando se aproximou de Rodrigo Maia (DEM-RJ). Lembremos que Michel Temer, padrinho de Rossi, é cotado substituir Araújo no Ministério das Relações Exteriores. Também pode refrescar a memória o fato do MDB ter convidado Bolsonaro para se filiar na sigla. O convite foi feito em outubro do ano passado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Baleia foi anunciado como candidato de Rodrigo Maia em 23 de dezembro. Até aquele momento, também era cogitado o nome de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para disputar o cargo.

Então, fica a dúvida: apoiar Baleia não é apoiar Temer que além de ter par-

ticipado do golpe está sendo cotado para ser ministro de Bolsonaro?

Este tortuoso caminho das forças de centro-esquerda do país indica pouca coerência ou uma dubiedade estratégica que faz recordar daqueles enredos de espionagem em que vários personagens aparecem de um lado e do outro da disputa, muitas vezes tantas vezes de um lado e de outro que acabam zonzos e nauseados.

Deve ter algum sentido para este jogo de esconde-esconde. Eu, sinceramente, só percebo garantia de visibilidade e algum poder na Câmara de Deputados, talvez, na composição do comando de algumas comissões permanentes. Talvez. Parece mais coisa de disputa interna ou de movimentações pouco nobres no caminho de 2022, de maneira rebaixada, acanhada, derrotada.

Décadas atrás, o PT descortinou uma nova forma de fazer política pela esquerda. Ao invés dos acordões, ações de massa vinculadas à agenda de luta popular; ao invés de ingressar em frentes amplas por baixo, ofensivas de rua, atropelando aliados à direita, como foi na Campanha das Diretas. Desta maneira, cresceu. Cresceu porque estava sempre com um cordão de segurança, atado às lutas sociais. Agora, no apagar das luzes de sua história de lutas, algo em torno de metade mais quatro de seus deputados, uma maioria raquítica, quase invisível, decide se aliar numa carreira de jockey ameaçado. Uma maioria que parece ver o que não enxergamos, nós, mortais

que só vemos cavalo de corrida pela televisão. Viram que “quem deu golpe viu que deu ruim”, algo que não tínhamos percebido. Não tínhamos percebido que Temer, Rodrigo Maia e Baleia haviam feito *mea culpa*. Não tínhamos percebido que se tornaram nossos novos aliados.

Não percebemos nada.

Nós, que ainda acreditamos que Bolsonaro não é apenas adversário, mas inimigo. Nós apenas vemos que a aliança dos 11 partidos selou uma aliança para 2022 em que o Centrão será protagonista. A aposta, parece, é de um novo golpe no comandante do Executivo Federal que será desfechado sob a liderança do Centrão. Mais uma vez. Aquele Centrão que derrubou Dilma Rousseff. Porém, até o novo golpe, o Centrão fará o que sempre fez: o “toma lá, dá cá”.

45. A INESPERADA OFENSIVA CONTRA BOLSONARO

Muitos previam que em algum momento transbordaria o copo até aqui de raiva. Bolsonaro abusou e todos nós sabemos. Incompetente como gestor, humilhado politicamente pelo Centrão, restou o grito do macho alfa, mesmo combalido. Ameaçou, como sempre, e recuou, como costumeiramente faz. Mas, o outro lado do país, aquele que é majoritário, umas três vezes maior que o apoio que Bolsonaro parece possuir, continuava resignado. Resignação, tal-

vez, não descreva exatamente o cenário. O lado de cá resolveu ser expectador. Olhar a paisagem e fazer seu julgamento. O passo mais radical passo a ser assinar e divulgar manifestos e petições.

Mas, de repente, logo no início de janeiro, a economia começou a dar sinais de que perdeu o freio na ladeira. Inflação alta e uma sucessão de notícias de empresas fechando e demitindo, tendo a Ford à frente, saindo de mala e cuia do Brasil. Como humilhação em tempos de cólera é pouco, a Ford trocou o Brasil pela Argentina de Maradona e dos peronistas. E ficamos aqui, chupando o dedo.

Quase simultaneamente, estoura a tragédia de Manaus. Não adiantou apenas as mortes por Covid com o vírus já em mutação, cuja contaminação é mais rápida que até então. Desgraça pouca é bobagem, dizem. Foi preciso acabar o oxigênio nos hospitais e pacientes morrerem um atrás do outro. A Venezuela, aquele país odiado pela grande imprensa brasileira e que foi ameaçado de receber mais uma Força Expedicionária Brasileira, decidiu socorrer os brasileiros do Amazonas.

É humilhação que não acaba mais. E desespero. O bolsonarista raiz, aquele que se pensar acaba sofrendo uma enxaqueca, começou a disseminar desejos não realizados, como uma tal distribuição de verba pública para o país inteiro que não foi usada corretamente, segundo o padrão bolsonarista de qualidade. Não adiantou. As notícias ruins soterraram qualquer tentativa de resposta ao

estilo 2018. Foi-se o tempo que o bolsonarista era estilingue.

O fato é que uma onda, ainda que tímida, começou a se formar no horizonte. Uma onda anti-Bolsonaro. Panelaços convocados e realizados (contra Bolsonaro), manifestos de médicos contra a ausência de ação articulada do governo, pressão de todos os lados pelo início da vacinação (seja da China, Cochinchina, Coréia, Inglaterra ou Paquistão) e até o início do aumento de deputados a favor da abertura do processo de impeachment do nosso presidente. Nunca, o Adeus Presidente! ficou tão palpável desde sua posse.

A cereja do bolo foi a primeira vacina contra Covid19 ser dada à uma enfermeira paulista, tendo ao lado, como padrinho, o governador João Dória. Imagino Bolsonaro espumando e gritando e o ministro da saúde procurando alguma desculpa para se escorar. Se havia algum plano de iniciar o ano tomando a iniciativa, tal possível plano de Jair já deve estar engavetado.

Feita a narrativa dos últimos dias, acredito que seja o momento de baixar a bola, olhar o jogo com a cabeça empinada e refletir sobre a melhor jogada que se prenuncia.

Vou sugerir uma leitura sobre o impeachment. Não acho que seja provável, mas, não custa analisar.

O Brasil vem sendo governado pelo Centrão. Ele tomou o governo Bolsonaro para si, tomou o Congresso e dizem que parte do STF pensa como ele. Ora, se o Centrão manda e desmanda, para que derrubar Bolsonaro neste momento? Para energizar um governo bolsonarista tendo um Mourão à frente? Duvido. Não faz o estilo do Centrão. Centrão gosta de estar no governo como um gato preto de olhos amarelos bem abertos, perscrutando tudo e se fartando da comida que algum desavisado tenha deixado à mão. Centrão é um gato com pouco ônus e muito bônus na vida. Até acredito que dará um puxão de tapete em Bolsonaro. Mas, logo no início do ano? Duvido. Se der, será no final deste ano ou em 2022. O risco é demasiadamente alto.

Mas, digamos que o volume de petições e envio de mensagens aos deputados e senadores seja cavalariço. Café da manhã, almoço e jantar recheados de mensagens exigindo o impeachment. Digamos que os deputados do Centrão decidam testar e ameaçar Bolsonaro com um pedido ao estilo "Capitólio contra Trump".⁴⁸ Uma chantagem de

48 No dia 6 de janeiro, pouco antes da certificação, pelo Congresso Nacional dos EUA, da vitória de Biden sobre Trump, nas eleições nacionais o Capitólio foi invadido por uma multidão de fanáticos apoiadores de Trump. Seguindo orientações dadas pelo próprio Trump alguns momentos antes da invasão num discurso feito à luz do dia, os invasores tomaram o Capitólio e impediram a realização da sessão. Reafirmavam o discurso de Trump de que as eleições foram fraudadas em alguns Estados. Ao final, mais de 90 invasores foram presos e Biden foi confirmado como novo presidente dos EUA na madrugada do dia 6 para o dia 7. A Center for Responsive Politics (Centro pela Política Responsiva) denunciou que a campanha de Donald Trump teria destinado US\$ 2,7 milhões (R\$ 14,7 milhões) a protagonistas da invasão do Capitólio.

início de ano para fazer Jair se aprumar. Digamos que os parlamentares do Centrão tomem gosto de aparecer o tempo todo na Globonews e decidam derrubar Bolsonaro. E aí? Quem vai governar? Alguma mudança fundamental na vida do trabalhador de aplicativo ou moradores das periferias e favelas do Brasil? Alguma Madalena será libertada do seu cativeiro pós-moderno? Duvido.

Sem uma esquerda organizada e determinada, coesa a partir de um programa de reconstrução nacional, não há como o Centrão deixar de ser Centrão. Aliás, Centrão rima com Mourão.

Lembremos que todas as campanhas políticas democratizantes no Brasil contemporâneo tiveram uma esquerda determinada, organizada, focada e com pé na rua. Foi assim com a Campanha das Diretas e até mesmo durante a Constituinte. Evidente que os mais novos acham que a esquerda só chegou ao poder quando cedeu os dedos, anéis, cabelos pretos, sapatos e camisetas com estrelinhas. Não é verdade. A esquerda cresceu e se tornou confiável à maioria dos brasileiros quando teve personalidade e se definiu como força antissistêmica. Aliás, Bolsonaro também venceu se declarando um outsider antissistema. Por que antissistêmico faz tanto sucesso no Brasil? Porque somos a sétima nação deste planeta no ranking de desigualdade social. Como venerar um sistema que só dá esperança para uns poucos, deixando à mingua milhões?

Mas, alguém que decidiu fazer MBA em lulismo decidiu que a correlação de forças é desfavorável para qualquer mudança e a saída é recuar. Se um dia o Centrão veio para o bloco lulista de maneira subordinada, agora seria o momento para trocar gentilezas e propor que a esquerda se subordine ao Centrão. Como uma baleia enalhada, revela seu potencial nas areias da praia, mas é logo cercada por uma plateia admirada que não revela nenhum temor de sua antiga força, ameaça e majestade.

Impeachment é um péssimo instituto legal. Não tem nada de democrático porque começa adotando o princípio da eleição indireta dos EUA: não é o eleitor, o mandante do mandato eletivo, que retira o mandato do eleito, mas outro eleito por ele. Assim, o eleitor fica na arquibancada jogando laranjas e chinelos no juiz e nada mais. É a “elite política” que decide sobre o futuro do governante. Tudo me faz achar que impeachment é a prostituta das chantagens. Algo descarado que faz o presidente da Câmara dos Deputados se sentir como uma deusa Fortuna, decidindo sobre a vida do governante e dos brasileiros. É um tal de “olha que eu coloco o pedido de impeachment para apreciação, hein?” de dar náuseas como se engolíssemos umas dez colheradas de sopa recheadas de doce de leite.

Não. Sem uma esquerda determinada e com pé na rua, não vai dar. Se é para ter Centrão mandando, que não se faça de donzela pedindo para o

povo desdentado exija o impeachment. É zombar da ingenuidade do brasileiro.

Um último lembrete: alguns esquerdonets postaram nas redes que agora João Dória vai aparecer como Salvador da Pátria. Pode até ter sentido este tipo de alerta. Porém, lembremos que até dezembro do ano passado, os partidos de centro-esquerda possuíam 1.100 prefeitos e 11 mil vereadores. E nada fizeram. Poderiam ter criado governos paralelos, comitês da crise espalhados por todo país. Somente o PT teve seis ministros da saúde (gestões Lula e Dilma). Eu não vi nenhuma articulação do partido – vários ex-ministros se desdobraram, individualmente, em ações solidárias – para que este capital político e de conhecimento fosse colocado à serviço dos brasileiros que morreram aos borbotões infectados pelo COVID19. Nem vou contar o número de secretários municipais de saúde que PT, PSB, PCdoB e PDT possuem e que não criaram um “cordão de solidariedade” e gestão compartilhada. Nada.

Então, caros, melhor deixar João Dória ter seus 15 minutos de fama. Não há motivos para jogarmos pedra em quem dá a primeira vacina do país contra COVID19 à uma enfermeira, negra, moradora de Itaquera, onde fica o estádio do Timão. Nesse caso específico, os primeiros serão realmente os primeiros.

46. A “MANSIDÃO” POLÍTICA DA MAIORIA DOS BRASILEIROS POBRES

Um comportamento político que parece marcar a conjuntura brasileira neste momento (o Brasil, vale lembra, é uma caixinha de surpresas quase diária) é o que denominaria de “mansidão popular”, uma certa desconexão com o mundo fora do seu quadrado. Vou expor algo a respeito.

1. Há uma série de pesquisas recentes que indicam um hiperindividualismo e comunitarismo espraiado pelos centros urbanos de nosso país. Comunidades que valorizam a família, o círculo mais íntimo de amizades e instituições que as apoiam diretamente em momentos de sufoco, como igrejas e bombeiros;
2. No caso das expectativas em relação ao futuro, parece ocorrer uma crença cega na melhoria da vida, não como fruto de uma ação coletiva, mas por iniciativa e esforço pessoal. Esta é a conclusão de recentes pesquisas sobre confiança nas nossas instituições e a realizada nas favelas;
3. Não podemos afirmar que a população brasileira é estruturalmente mansa ou apática. Temos casos e casos na nossa história que revelam revol-

tas, rebeliões e protestos com multidões. Mas há certo traço de "carnavalização da política", termos empregado por Boaventura Santos. Por carnavalização, Boaventura sugeria a projeção do que os brasileiros fazem durante o carnaval (que se avizinha): transgridem por alguns dias, mas sem romper com a ordem. Na verdade, é algo mais complexo. A ordem, nestes dias, parece "dilatada" e suas fronteiras se expandem. Uma espécie de acordo tácito em relação à moral vigente: os foliões sabem que naquele período é possível ir além e as instituições recuam na observação de algumas regras de comportamento. Uma espécie de "Noite de Crime" tupiniquim;

4. Se transpormos o que ocorre durante o carnaval para os recentes protestos de massa no Brasil, temos um paralelo não totalmente similar. De um lado, as manifestações nunca atingem o campo institucional. Os manifestantes ocupam as ruas para logo mais retornar às suas casas. De outro lado, uma repressão desmedida das PMs, esse órgão de repressão pouco eficaz no combate aos crimes, mas cada vez mais preparado para dispersar e intimidar mobilizações de cidadãos;

5. Suponho que a este cenário, se somem as frustrações de quem imaginou que seria realmente inserido pelo consumo e valorizado pelo que é (e compra) e, agora, percebe que retornou à vida de penúria. Ora, ninguém sofre sem perspectiva e continua com saúde mental. Assim, para viver na frustração é preciso criar uma utopia. E esta utopia tem que ter relação, ao menos algum vínculo narrativo, com a vida atual. Caso contrário, se torna um salto no escuro, um discurso messiânico desesperado. Mas, não é desespero que se vê nas periferias;
6. O que se vê nas periferias é um otimismo escrachado. Algo que perpassa o funk, o vestuário dos morros, o discurso positivo e acolhedor das igrejas evangélicas. Não se trata de desespero, mas algo parecido com orgulho e projeção deste orgulho. É daí que me parece que surge o individualismo exacerbado e a aparente passividade das massas no Brasil, neste momento. Primeiro, um orgulho dos iguais, dos excluídos, que se separa de tudo o que tem a ver com as promessas não realizadas dos poderosos;
7. Este orgulho ressentido gera grande rejeição das institui-

ções e promessas dos representantes políticos de sempre. E um fechamento em núcleos familiares ou de agentes sociais que estão o tempo todo presentes na sua vida e se revelaram efetivamente solidários;

8. A presença é algo importantíssimo no trabalho pastoral e missionário. Tem lastro na parábola do Bom Pastor. O que faz da presença missionária um elemento da história religiosa ou espiritual do brasileiro.

Termino esta breve digressão sugerindo que essa aparente "mansidão" popular se baseia numa revolta surda, acanhada, não explosiva. Ela se movimenta nos pequenos espaços de convivência social e se alia aos próximos, aos que estão sempre presentes em sua vida.

47. A SINA DO BRASIL

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, num ensaio que dedicou às suas filhas, em determinado momento escreveu: "não posso evitar a história". Afirmava que a história havia decretado que ele era polonês e judeu e, com tais imposições arbitrárias, uma alta dose de incerteza em relação ao futuro.

Quando li essas palavras que parecem uma narração realista, pensei no decreto que a história acabou impondo a todos nós, brasileiros. Bauman, como sociólogo – e filósofo – sabia que não nascemos com essência, já que nossa inteligência nos "decreta" que somos responsáveis por nossas escolhas e omissões. Sartre dizia isso, afinal, que somos atormentados por nossas escolhas, por nossa liberdade. O que Bauman queria sugerir é que não temos como nos livrar do passado e da história dos vínculos sociais e da cultura em que estamos mergulhados.

Também não acredito que estivesse inaugurando um outro tipo de determinismo. Fernand Braudel já havia alertado para esta armadilha fácil. Numa proposta de currículo de história para alunos de ensino médio na França, o historiador francês havia manifestado suas reservas para qualquer determinismo geográfico ao afirmar que é possível que várias comunidades tenham desafios semelhantes apresentados pela natureza – são muitas civilizações e culturas que nasceram em meio ao deserto ou às margens de rios ou mares –, contudo, as respostas que deram nunca foram as mesmas. Pela inteligência humana, criamos e construímos nossas escolhas, nossa essência moral. Bauman sabia disso. Sugeriu que a questão da imposição da história não é a de proteger fronteiras, mas de construir fronteiras, construir realidades. A história de cada nação ou comunidade, afinal, impõe um roteiro, uma estrada, muitas questões que temos que

responder ao longo de nossa trajetória comum.

Então, quais seriam as questões postas por nossa história de brasileiros? Gostaria de destacar quatro dessas questões capitais ou fundacionais do Brasil.

A primeira, é a escravidão ou o pensamento estamental. Não conseguimos pensar como sociedade moderna. Parece haver uma sina nacional de sempre nos referirmos ao outro pela marca da casta em que cada um nasceu. Pobre é pobre e negro no Brasil. Negro brasileiro, portanto, tem esta marca que o aproxima da construção simbólica que a Europa construiu para o judeu – da Rússia à Polônia de Bauman, passando por vários outros países que alimentaram este preconceito. O Brasil adotou vários traços de cultura – ou ideário – estamental. Pensamos nossa sociedade organizada em segmentos amarrados à sua origem, algo bem distinto da lógica da sociedade em classes sociais: existem vestimentas, lugares para frequentar, alimentação, dialetos ou gírias específicas, enfim, uma série de marcas que definem o “lugar de fala e de existência”.

A segunda questão dada pela imposição de nossa história é, talvez, derivada da anterior: a combinação paradoxal da violência privada e a mansidão pública. Somos um país violento. Segundo o professor José de Souza Martins, da USP, somos campeões mundiais de linchamento. A violência doméstica, contra mulheres e crianças, é assustadora. O Brasil é o 5º país em mortes violentas

de mulheres no mundo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Perdemos para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia.

Em nosso país, a cada 60 minutos uma criança ou adolescente morre em decorrência de ferimentos por arma de fogo. Nas últimas duas décadas, mais de 145 mil jovens, com idades entre zero e 19 anos, faleceram em consequência de disparos, acidentais ou intencionais, como em casos de homicídio ou suicídio.

Contudo, o grau de resiliência dos brasileiros em relação aos desmandos e arbitrariedades de governos e autoridades públicas parece patológico. As rebeliões e respostas de massa são raras num país que é, segundo a ONU, o sétimo em desigualdade social em todo planeta. A hipótese explicativa possível é o congelamento da desigualdade social e a cultura estamental que alimenta a noção que aqui vivemos num deserto sem fim, numa lógica circular em que filhos ou netos de ricos fatalmente serão ricos e membros da elite, assim como filhos ou netos de pobres serão também pobres e marginalizados socialmente. Se nada muda, se as elites sempre governam o país com nenhuma sensibilidade social, mas muita malandragem, por qual motivo seria crível uma rebelião popular alterar tal realidade? Então, a saída parece

ser individual, familiar e com muita reza braba para que alguma saída mística esteja ao alcance das preces.

Do outro lado da ponte, surge a terceira questão: nossas elites forçam - através da violência institucional ou de discursos que prometem a eterna receita de crescimento do bolo para a sua divisão posterior - uma conciliação de interesses. Com o fim da ditadura militar, a conciliação veio pelo alto, construindo o acordão que ficou conhecido como Nova República, um acordão que definiu limites para a esquerda e a direita, mas que foi quebrada com Jair Bolsonaro e os bolsonarista. Agora, nova promessa de estabilidade da política - e da desigualdade social e marginalização da massa de brasileiros - a partir de um impeachment de Bolsonaro que levaria ao bloco que já está no poder, no interior do governo Bolsonaro. Talvez, nós sejamos a única nação que entenda esta lógica *lampedusiana* de mudar para que tudo fique como sempre esteve.

Temos, ainda, a quarta questão: a luta pela sobrevivência e pela alegria como estratégia comunitária. Somos resilientes em demasia e para adoçar esta marca doentia, nos tornamos um povo alegre. Alegre pela dança, pela música, pela sexualidade, pela ironia, pela gargalhada. Uma alegria que flerta com a violência. Lembremos que até os blocos de carnaval fossem reeditados pelas mãos de Villa Lobos, durante o Estado Novo, eram proibidos porque não “condiziam com a civilização” ou porque na disputa de estandartes de cada bloco carnava-

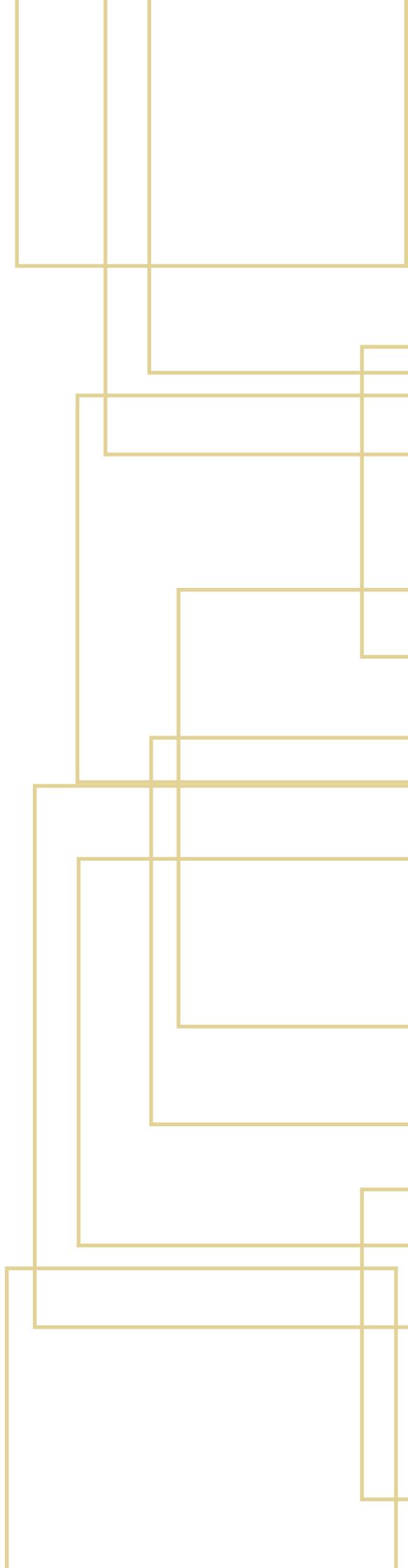
lesco, saíam alguns machucados ou até esfaqueados. A alegria exagerada e a violência andam juntas no Brasil, quando não abrem portas para o preconceito e o bullying explícito.

O que estou sustentando não é niilismo, mas a necessidade de alterarmos esses traços de nossa história que Bauman afirmou que não conseguimos nos livrar. Minha tese é que nossa saída é pela mudança do traço cultural que é oriundo da presença cotidiana do mundo escravagista que nos divide em desigualdades cristalizadas. Aqui, nos diferenciamos do mundo líquido que o sociólogo polonês identificou nesse século XXI: no Brasil, a desigualdade social é sólida, uma tradição, tão coesa e palpável que não se corta facilmente.

Talvez, pela educação em massa, pela formação do espírito cidadão, pela ousadia da produção artística, enfim, pelos meios que movem corações e mentes, mudemos esta tragédia.

Contudo, pelo impeachment, este instituto legal criado pelas elites para fortalecer seu poder sobre um possível governante que saia dos trilhos da nossa cultura estamental, nada será alterado.

Com o impeachment, estaremos de volta ao Dilema de Sísifo, este esforço para mudar para que tudo fique como sempre foi.



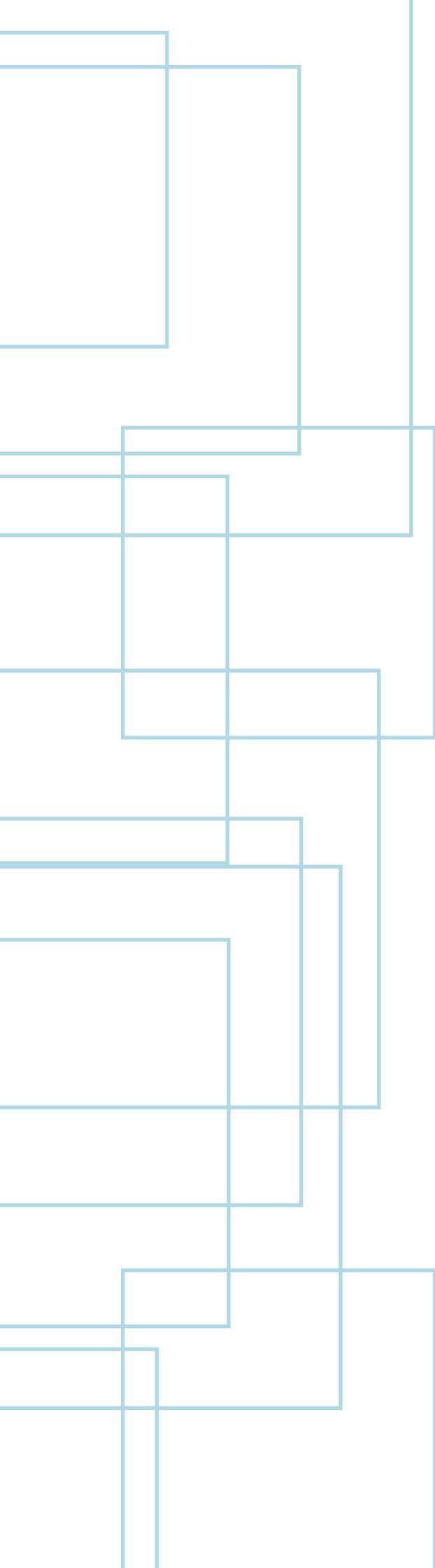
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por: Clemente Ganz Lúcio

O MUNDO DO TRABALHO
EM TRANSFORMAÇÃO E
O FUTURO DA ATUAÇÃO
SINDICAL NO BRASIL

10

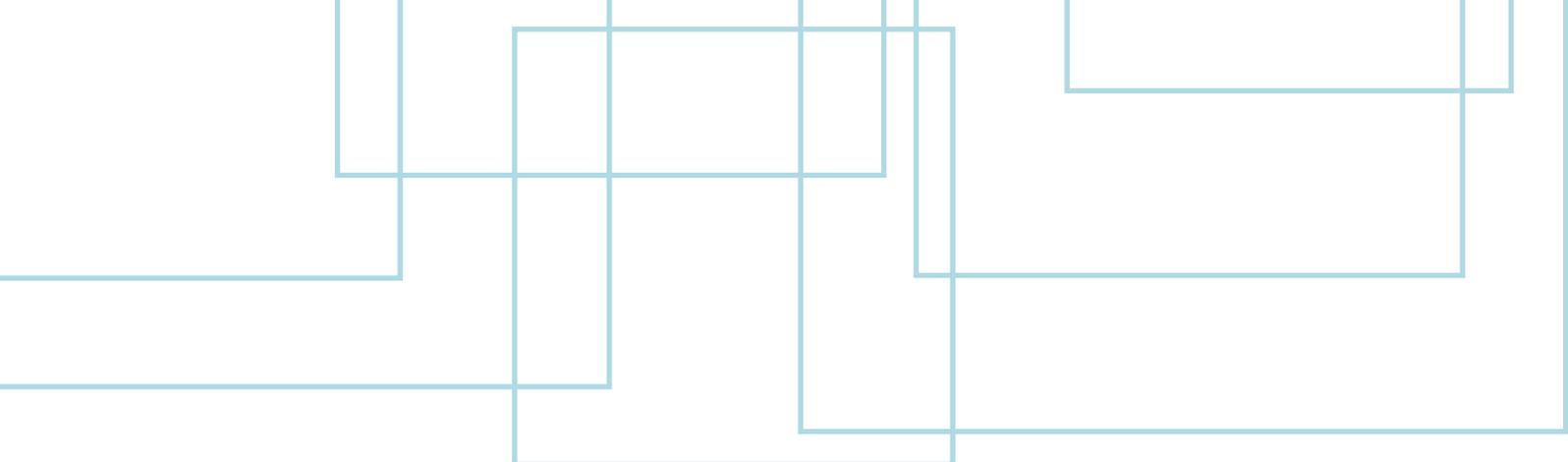


*Sociólogo, assessor do Fórum das Centrais Sindicais e consultor sindical. **Clemente Ganz Lúcio** é Membro do Conselho Consultivo do Centro de Altos Estudos do TCU – Tribunal de Contas da União. Foi técnico do DIEESE de 1984 a 2020 e seu diretor técnico de 2004 a 2020. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2004 a 2018), do Conselho da Sociedade Civil do BID e do Conselho do CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO	867
APRESENTAÇÃO	869
1. SE NÃO HOVER ALTERAÇÃO NA VELHA ESTRUTURA, O SINDICATO SERÁ O COVEIRO DO MOVIMENTO SINDICAL.	871
2. A REFORMA DAS RELAÇÕES SINDICAIS VOLTA AO DEBATE NO BRASIL.	880
3. O CONTEXTO E AS MUDANÇAS NO SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: RETROCESSOS E DESAFIOS.	895
4. A IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS.	908
5. PROTAGONISMO EM UM SINDICALISMO EM MUDANÇA.	909
6. O FUTURO DO SINDICALISMO E O SINDICALISMO DO FUTURO.	911
7. O SINDICATO DO FUTURO: A TRANSIÇÃO.	912
8. O SINDICATO DO FUTURO HOJE: O ESSENCIAL E O URGENTE.	914
9. O SINDICATO DO FUTURO SERÁ A RESPOSTA ÀS COMPLEXIDADES DO PRESENTE.	916
10. SINDICATO RAIZ SE DESAFIA A REPRESENTAR A TODOS.	917
11. QUAL É O FUTURO DO SINDICALISMO? ORGANIZAR QUEM E QUANTOS?	920
12. TRABALHO, SINDICATOS E NEGOCIAÇÃO ESTÃO DE VOLTA AO DEBATE: DOIS NOVOS GRUPOS DISCUTIRÃO OS TEMAS.	922
13. CONVENÇÃO 87 DA OIT: UNIDADE OU PLURALISMO?	925

14.	“EM GUERRA”: DESAFIOS PARA O NOVO SINDICATO.	927
15.	DIÁLOGO SOBRE O FUTURO DO TRABALHO.	928
16.	QUAL O FUTURO DO SINDICALISMO? A DOR DA DÚVIDA.	929
17.	QUAL O FUTURO DO SINDICALISMO? RENOVAR O MOVIMENTO.	932
18.	O FUTURO DO SINDICALISMO: MOTIVOS QUE EXIGEM UMA AGENDA DE MUDANÇAS?	932
19.	O FUTURO DO SINDICALISMO: DIRETRIZES PARA A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL.	934
20.	MUDANÇAS ESTRUTURAIS E O SINDICATO DO FUTURO: DESAFIOS PARA A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL.	935
21.	AGENDA COM PROPOSTAS PARA GERAR MOVIMENTO E COMPROMISSOS.	939
22.	DIREITOS TRABALHISTAS E FINANCIAMENTO SINDICAL: DOIS CAMINHOS.	941
23.	INDUSTRIALL BRASIL: INOVAR SINDICALMENTE PARA REINDUSTRIALIZAR O BRASIL.	942
24.	TRÊS DESAFIOS E UM SENTIDO.	944
25.	CAMINHOS PARA OS SINDICATOS CONSTRUÍREM SEU FUTURO EM UM MUNDO DO TRABALHO EM MUDANÇA.	945
26.	RELAÇÃO DE SITES EM QUE FORAM PUBLICADOS OS ARTIGOS.	968



PREFÁCIO

O bom debate serve para iluminar caminhos e instruir boas escolhas

Esse livro traz conteúdo para a realização do bom debate, o que é essencial entre nós sindicalistas. Temos que refletir sobre os desafios que o sindicalismo enfrenta e ainda irá enfrentar, com sentido de urgência e importância, para ser a expressão das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras em um mundo do trabalho em transformação.

A desproteção laboral vem sendo ampliada pelos sucessivos ataques impostos à estrutura sindical. Os direitos trabalhistas são retirados. A precarização se alastra e vem acompanhada de maior vulnerabilidade trabalhista e social, informalidade, rotatividade, falta de segurança em termos de proteção à saúde, terceirização, pejetização,

jornadas flexíveis, uberização, salários arroxados. A lista segue longa, infelizmente.

A proteção sindical deve se estender a toda a classe trabalhadora, a partir de estratégias que ampliem a base de representação, que aumentem a representatividade, que unam e reúnam para constituir força política e social nesse novo contexto, que exige novas formas de mobilização e de lutas.

Teremos que mudar a organização sindical para que seja uma resposta viva e efetiva ao enfrentamento das novas situações ocupacionais e novas formas de contratação, à desproteção, à precarização e à vulnerabilidade laboral.

Queremos um sindicalismo que também seja capaz de propor à nação um projeto de país, um modelo de

desenvolvimento que combata todas as formas de desigualdade, que promova o fim da pobreza e da miséria, que tenha sustentabilidade ambiental, que seja orientado pela justiça social, pelas liberdades e pela igualdade.

Nosso desafio é, desde já, construir e fortalecer de maneira autônoma um modelo de organização sindical capaz de agregar os/as trabalhadores/as em entidades fortes, preparado para forjar a solidariedade de classe para promover lutas para gerar bons empregos e salários e distribuir a riqueza que produzimos com o nosso trabalho. Sindicatos fortes, com grande capacidade de negociação e de estruturação de um sistema democrático de relações sindicais e de trabalho.

Os artigos reunidos nesse livro nos incentivam ainda mais a pensar no futuro dos sindicatos. Propõem reflexões, indicam caminhos possíveis, fazem sugestões. Instigam nossa imaginação política a criar e avançar.

O autor fez longa trajetória no DIEESE (desde 1984), sendo seu diretor técnico entre 2004/2020. Hoje atua com as Centrais Sindicais nas lutas conjuntas que travamos e na organização coletiva que procuramos promover. Sua experiência junto ao movimento sindical dá lastro para as reflexões aqui propostas.

O convite para a leitura está feito. Que contribua para nos encontrarmos nos espaços sindicais para o bom debate para imaginar as novas lutas que travaremos e as conquistas que iremos alcançar.

Presidentes das Centrais Sindicais

Sérgio Nobre

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres

Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah

Presidente da União Geral dos Trabalhadores

Adilson Araújo

Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

José Reginaldo Inácio

Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores

Antônio Fernandes dos Santos Neto

Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros

Edson Carneiro da Silva (Índio)

Secretário Geral Intersindical Central da Classe Trabalhadora

Luiz Carlos Prates (Mancha)

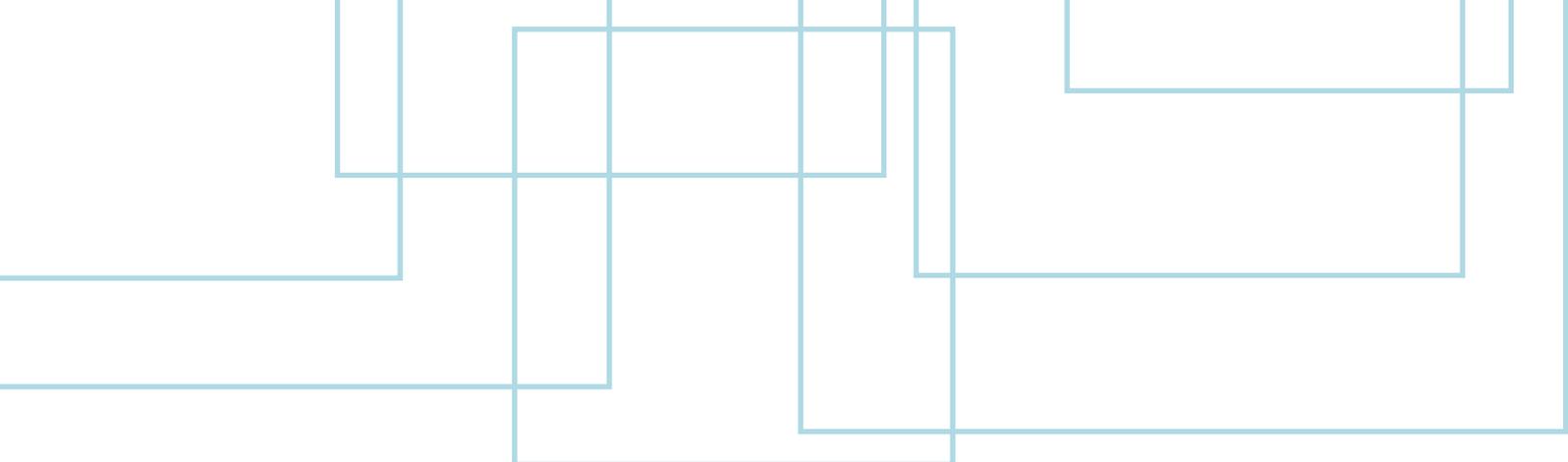
Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas

José Gozze

Presidente - Pública Central do Servidor

Ubiraci Dantas Oliveira (Bira)

Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil



APRESENTAÇÃO

O mundo do trabalho passa por profundas mudanças em múltiplas dimensões. Impactos das novas tecnologias afetam os empregos, os postos de trabalho, as profissões, os processos de trabalho, as atividades laborais, a formação profissional, as demandas e requisitos ocupacionais entre inúmeros outros aspectos. A competição e a concorrência ampliada pressionam pela redução do custo do trabalho. A riqueza financeira assume crescentemente o lugar do capital produtivo, impondo sua lógica de máximo e seguro retorno e, para isso, acelerando a inovação tecnológica, os meios de redução dos salários e a segurança jurídica às empresas e aos acionistas.

As empresas e os empregadores se reorganizam e externalizam custos e riscos com terceirizações plenamente liberadas, com ampla flexibilidade para executar novas formas de contratação e

tipos de vínculos, sem limite de jornada de trabalho e formas de remuneração. Fusões e aquisições transformam culturas de gestão das relações laborais, reduzindo a valorização da negociação coletiva e o papel dos sindicatos. Mudanças na legislação laboral e sindical alteram os marcos normativos do sistema de relações de trabalho. O indivíduo, ao invés do sindicato, o seguro privado no lugar da seguridade social, a assistência social acima do direito coletivo, a meritocracia como valor predominante para enterar políticas distributivas e solidárias de combate às desigualdades.

Precarização, insegurança, múltiplos vínculos laborais simultâneos, jornadas parciais com salários ínfimos ou jornadas longas com salários reduzidos, rotatividade acelerada, vínculos sem proteção laboral e social, empregador oculto pelas plataformas ou como sujei-

to indeterminado mediado pelo CEO - preposto ávido por resultados para engordar sua remuneração. Estresse, medo, depressão e ansiedade fazem parte do cotidiano desse novo trabalhador e dessa nova trabalhadora que se sociabilizam na barbárie desse novo mundo do trabalho.

O desafio é criar um novo sindicalismo para fazer frente a esse estranho mundo que dá um cavalo de pau no processo civilizatório distributivista e democrático para o qual contribuíram os sindicatos, a valorização das negociações coletivas, o direito do trabalho, o papel regulatório do Estado e protetivo das políticas públicas universais. Recolocar o sindicato em processo de renovação para representar esse trabalhador presente no chão desse sistema produtivo em mudança. Uma organização capaz de dar centralidade à solidariedade, à força política da mobilização e enunciar novas utopias sobre a distribuição justa do produto econômico do trabalho de todos. Um sindicato capaz de ser a expressão organizativa dos trabalhadores a partir das condições materiais e culturais presentes, mobilizando perspectivas da transformação, capacidade de luta social e enunciando novos projetos de sociedade.

Nesta publicação estão reunidos artigos divulgados¹ no período de 2017 a 2021 que procuram refletir sobre essas questões acima. Agradecimento especial à Afipea pela gentileza do convite para reunir nessa publicação os artigos.

1 No final da publicação estão indicados os sites em que os artigos foram originalmente publicados.

1. SE NÃO HOVER ALTERAÇÃO NA VELHA ESTRUTURA, O SINDICATO SERÁ O COVEIRO DO MOVIMENTO SINDICAL.

*ENTREVISTA PARA O SITE
DEMOCRACIA E MUNDO DO TRABALHO
EM DEBATE
PRODUZIDO POR IGOR NATUSCH E
VIRGINIA DONOSO
FEVEREIRO DE 2021*

O cenário que se desenha para o movimento sindical brasileiro nos próximos anos é, no mínimo, desafiador. Com mudanças multifacetadas na esfera tecnológica, a natureza do trabalho vai se modificando em uma velocidade aparentemente maior do que as lideranças da classe trabalhadora conseguem abraçar – gerando, em contrapartida, um crescente descompasso entre as novas necessidades que surgem e as antigas formas de atuação sindical.

Para complicar ainda mais as coisas, o sindicalismo em nosso país foi duramente atingido pela dita reforma trabalhista de 2017, em especial nas suas

formas de financiamento, o que criou sérias dificuldades de sustentação e atuação para essas entidades. Tudo isso em um cenário claramente desfavorável, no qual governos e empresariado se mostram mais refratários do que nunca a qualquer debate sobre a dimensão social do trabalho. A reinvenção, mais do que uma possibilidade, é uma exigência incontornável – e vai ser preciso trocar os pneus com o veículo andando, porque a agenda de submissão de trabalhadores e trabalhadoras segue em aceleração constante.

Em conversa com o **Democracia e Mundo do Trabalho em Debate – DMT**, o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, que atuou durante 16 anos como diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), aborda várias das questões que se impõem aos sindicatos nesse momento de transformação. Entre outras coisas, o colaborador do DMT aponta a importância do surgimento de novos quadros sindicais, capazes de promover uma efetiva renovação de ideias dentro das entidades – e de conduzir a luta de

trabalhadores e trabalhadoras em um novo cenário, que se move na direção de modalidades cada vez menos formais de trabalho.

DMT – A pandemia do novo coronavírus acabou provocando várias mudanças e adaptações (algumas, ao menos aparentemente, bastante repentinas) no panorama do mundo do trabalho. Na sua visão, de que forma a crise sanitária acelerou, por exemplo, a adoção de modelos de trabalho sem a presença física do trabalhador, ou de modalidades de trabalho sem o cumprimento de um horário previamente estabelecido?

Clemente Ganz Lúcio - Eu diria que a pandemia acelerou, no caso do home office, a partir de uma exigência sanitária e de uma exigência pela manutenção da atividade econômica, mudanças tecnológicas que estão se espalhando, em especial, no setor de serviços. A chamada quarta revolução industrial é, em grande medida, um espraiamento da tecnologia. Até a terceira revolução industrial (havia um entendimento), na discussão sobre a reestruturação produtiva, de que a tecnologia não seria capaz de substituir uma série de atividades humanas que estavam concentradas no setor de serviços. O que a gente vê nessa quarta revolução industrial é o rompimento desta barreira e, portanto, um processo muito acelerado de distribuição da tecnologia em todas as atividades produtivas e mais, em todas as atividades humanas. A questão da autonomia de energia, da autonomia física da co-

municação, as mudanças que isso traz para a dinâmica de transportes fazem não só com que o sistema produtivo, por um lado, se reorganize em conexão com todo o setor de serviços, mas também com que, do outro, o conjunto de serviços das pessoas e das famílias passe a se abrir como possibilidade – e a tecnologia permite transformar quase todas essas atividades humanas em atividades econômicas. Ou seja, você pode comprar tudo como serviço, qualquer coisa que você queira fazer, tendencialmente, passa a se transformar em uma atividade econômica profundamente mediada pela tecnologia. Isso, no caso específico da pandemia, cria uma necessidade a partir de uma crise sanitária, mas também uma exigência que acelera o uso da tecnologia.

Eu diria que a grande questão, aqui, é que há um rápido aprendizado do uso dessas tecnologias, um aprendizado próprio do trabalho à distância, coisa que vinha acontecendo há algum tempo, mas agora se dá em uma velocidade multiplicada – e isso, no caso do Brasil, levou 8,5 milhões de pessoas que estavam no setor produtivo predominantemente como assalariados a um trabalho em casa, um home office, como se diz. A gente está vivendo, agora, uma situação em que começa a se observar o quanto dessa mudança vai ser absorvida como permanente e o quanto vai ser revertida. Há uma tendência de reversão, temos empresas e pessoas demonstrando um esgotamento com esse tipo de trabalho, querendo voltar ao trabalho presencial – e, ao mesmo tempo, muita gente di-

zendo que é possível e desejável manter o home office. Eu diria que há uma tendência de mescla entre o trabalho presencial e o trabalho à distância. Creio que vá haver uma adequação em termos de volume nesse trabalho em home office, mas que veio para ficar, em uma escala tendencialmente crescente. E, especificamente para a questão dos direitos, isso implica toda uma regulamentação nova que precisa ser desenvolvida e que começa a se desenvolver.

DMT – Até que ponto é possível localizar, em nossa organização sindical, uma compreensão sobre essas mudanças e um aumento de capacitação para lidar com elas? Quais demandas estão surgindo e exigindo especial urgência de nossas entidades sindicais?

Clemente Ganz Lúcio – Bom, primeiro que o pessoal se prepara na medida em que a demanda aparece. Já havia uma preocupação, uma iniciativa no sentido de tentar identificar que tipo de proteção necessitaria ser criada; o que houve agora é uma aceleração disso e uma expansão, uma vez que antes a relevância do problema não se colocava em uma intensidade tal como estamos vivenciando agora. Há setores, e os bancários servem como exemplo, em que um contingente muito grande de servidores foi para esse tipo de atividade. No setor público também muita gente passou para o trabalho em home office, muitos trabalhos técnicos e atividades administrativas das empresas estão em home office, e todas essas situações irão

exigir regulações que precisam ser desenvolvidas. É um aprendizado geral. Os sindicatos têm feito isso, têm procurado trabalhar essa agenda com assessorias jurídicas, ou econômicas com a equipe do Dieese, também assessorias na área de saúde. Pesquisas estão começando a aparecer, atividades, seminários, oficinas para entender o que está acontecendo e começar a produzir a partir do que já está posto na legislação. Vai exigir um investimento, em termos de aprendizado, sobre como olhar para essas questões de trabalho, como regular. E aí surge também a exigência de pensar sobre como atuar no sentido organizativo, na medida em que não há mais como distribuir o boletim na porta do banco, por exemplo. Tem que ser outra coisa. E aí precisamos pensar em termos de organização, assembleias, reuniões, mobilização, boletins, toda uma reorganização de mecanismos de atuação dentro do universo sindical.

DMT – Você acredita que, a partir desses novos arranjos mencionados aqui, os sindicatos podem enxergar uma oportunidade de aproximação renovada com a classe trabalhadora?

Clemente Ganz Lúcio – Acho que o sindicato vai conseguir fazer esse movimento na medida em que essa força de trabalho mais jovem traga para o sindicato essa agenda, traga a sua visão de mundo e a sua forma de pensar as questões e lutas do mundo do trabalho. Ou seja, na medida em que houver efetivamente uma renovação dos quadros sindicais. Nós temos, não só no Brasil mas

em todo o mundo, um quadro sindical predominantemente envelhecido, mais voltado para a defesa dos aposentados e da aposentadoria do que ao mundo do trabalho, um contingente de dirigentes afastado do local de trabalho e, portanto, desconhecendo essas mudanças que estão acontecendo, com dificuldade de internalizar essa nova agenda. Na medida em que o movimento sindical se abra para essa nova condição, e que esses jovens trabalhadores e trabalhadoras possam trazer essa agenda de forma coletiva, não mais somente como uma questão individual, mas dentro do sindicato a partir da percepção de que se trata de problemas coletivos, essa renovação tende a acontecer. Acho que muitas lutas e movimentos podem acelerar isso, coisas que podem levar a um enfrentamento, e é esse tipo de coisa que faz o processo se acelerar. Inclusive no sentido de repensar o próprio sindicato, a forma como ele atua e se organiza para a proteção dos trabalhadores.

E outra dimensão importante, que começa a aparecer nos congressos sindicais – especialmente nas centrais, mas que tende a ter um rebatimento na base sindical – é no sentido de que o sindicato deve representar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, o que são assalariados e os não assalariados. Essa tendência de uma representação de conjunto, do mundo do trabalho em suas múltiplas formas de inserção, é uma decisão política importante e ainda mais complexa do que essa de olhar para a mudança tecnológica, mas onde a questão tecnológica também tem impacto

muito profundo – é só pensar no pessoal que está ligado a plataformas ou aplicativos. Você tem impacto sobre milhões de trabalhadores, e há todo um aprendizado necessário a respeito da experiência dessas pessoas. A maioria não são assalariados, e há uma tendência progressiva de que mesmo as pessoas que supostamente têm uma relação de trabalho mais próxima da formalidade não sejam reconhecidas como uma relação assalariada. É uma disputa: alguns conseguem, outros são reconhecidos e depois perdem (esse direito). Esse assunto inclusive já está no Supremo, daqui a pouco vai acabar sendo julgado lá. Há mais de 60 projetos no Congresso Nacional para tratar do tema. Então, há uma necessidade de olhar para esse mundo não assalariado, que é o mundo que tende a crescer mais e onde a tecnologia tem grande impacto, e repensar isso tudo é uma tarefa sindical que não é simples, ao contrário, é bastante complexa. Os eixos estruturantes da disputa são os mesmos há 200 anos: disputa de formas de contratação e remuneração, proteção de saúde e segurança. O que muda são os contextos em que essas disputas se dão.

DMT – Aproveito essa deixa para perguntar a respeito da mudança nos modelos de sustentação financeira dos sindicatos, em especial sobre o fim da obrigação do imposto sindical aqui no Brasil. Em teoria, já se passou algum tempo desde essa mudança, e talvez sejam mais claras as alternativas de que as entidades sindicais dispõem para sobreviver. Qual a sua visão a esse respeito?

Clemente Ganz Lúcio – Olha, antes de tudo é preciso ter noção de que estamos em um contexto de adversidade brutal. Durante todo o período de existência da CLT, desde os anos 1940, quando o atual sistema sindical foi implantado, nós nunca tínhamos vivenciado uma adversidade de tal intensidade, na qual as três frentes – empresários, Congresso e governo – são contrárias aos sindicatos e, em especial, ao financiamento sindical. O cenário é de uma adversidade absurda, e isto é o presente. Olhando para o passado, uma conclusão óbvia é de que se perdeu uma oportunidade única na história brasileira para dar início a um processo de reforma sindical controlado pelos trabalhadores, com um governo apoiando, um Congresso mais disposto a apoiar, uma reforma que fosse coerente com os novos desafios do trabalho e que buscasse uma forma de financiamento igualmente coerente. Não se fez isso, e isso cobra um preço altíssimo. Porque não se fará agora, é ilusão imaginar que se possa fazer hoje uma reforma sindical com padrão de financiamento semelhante ao que se poderia alcançar dez anos atrás.

Um cenário que existe é de buscar uma reforma no Congresso, mas essa reforma dificilmente traria um modelo de financiamento que fosse sustentável – ao contrário, a tendência seria de consolidar um formato de financiamento altamente restritivo. Algo do tipo: quem paga são os sócios, quem não for sócio não precisa pagar, mas todos os trabalhadores têm o direito de acessar os benefícios da convenção e do acordo cole-

tivo. Ou seja, uma coisa alucinógena, um delírio sem sentido, mas é a tendência. Já existe essa regra em outros países, a diferença é que, quando existe esse tipo de regra, o estado em geral acaba estendendo os efeitos da convenção coletiva a outras categorias, e isso reverte em uma dinâmica positiva para o sindicato – e, quando o estado faz isso, ele tem formas de subsidiar os sindicatos, levando em conta o bem coletivo que ele cria. Não é esse o contexto que a gente vai viver no Brasil, pelo contrário: o governo não está aportando, ele está retirando recursos dos sindicatos.

DMT – Há alternativas a isso?

Clemente Ganz Lúcio – Bem, ou a convenção só vale para o sócio – e a tendência, onde isso acontece, é que o sindicato tenha um contingente de sócios muito elevado, porque todo mundo vai ao sindicato porque sabe que tem a proteção, e não é isso que estão propondo aqui – ou a outra opção, que os sindicatos têm trabalhado por aqui em algumas convenções, é de ter, por meio de assembleia, autorização para negociação de um padrão de financiamento, e o sindicato tem tentado colocar na mesa de negociação essa regra de que o acordo valerá para todos os trabalhadores, e que todos os trabalhadores contribuirão conforme definido em assembleia, fazendo um acordo com o sindicato patronal de que eles não farão um esforço para mobilizar oposição, e fazer um trabalho político com quem for recorrer. Alguns sindicatos estão dizendo tudo bem, você pode vir aqui declarar que não deseja

contribuir, mas aí você abre mão da convenção. Você não é obrigado a aceitar a convenção: não querendo contribuir, é só não aceitar a convenção e comunicar a empresa de que ela não pode aplicar as regras da convenção para você. Essa lógica é difícil de ser internalizada porque ela não faz parte da nossa cultura, mas é nesse campo que alguns sindicatos têm atuado.

E outro ponto é buscar ampliação de serviços, trazendo novos sócios a partir dessa oferta, além de uma reorganização estrutural e patrimonial para redução de custos operacionais. Há também a dimensão de uma reestruturação sindical mais profunda, racionalizar, agregar sindicatos, fazer fusões, buscar mecanismos de cooperação. Algo que poderá, espero eu, levar ao rompimento dessa barreira entre categorias, acabar com esse conceito de categoria do modo que a gente trabalha e reconstituir a organização sindical de outra maneira.

DMT - Em ramos, no caso?

Clemente Ganz Lúcio - Sim, exatamente, como ramos que se distribuem na estrutura produtiva, em uma lógica na qual a atividade predominante em uma empresa engloba os trabalhadores em determinado ramo. Isso significaria um processo de reorganização sindical muito mais profundo.

DMT - Isso é possível a curto ou médio prazo? Pergunto porque vai certamente exigir uma mudança estrutural, de pensamento...

Clemente Ganz Lúcio - Esse é o problema: essa velha estrutura vai resistir por um bom tempo ainda. Com o tempo, talvez tenhamos uma nova estrutura começando a aparecer, a partir de um esforço muito grande, e a velha estrutura resistindo. O que eu acho, olhando para a dinâmica histórica, é que ela pode resistir, mas não prevalece, mesmo porque, se prevalecer, morre. O sindicato vai ser o coveiro do movimento sindical, porque vai enterrá-lo. Vai desaparecer, e vai acabar aparecendo algo diferente mais para a frente. A outra possibilidade é você constituir um movimento mais virtuoso, no qual os quadros sindicais que olham para essa mudança sejam capazes de conduzir uma transição menos tensa e conflituosa. Agora, na medida em que a realidade vai se impondo, é difícil o movimento sindical não tentar buscar uma resposta. Na medida em que há uma pressão externa, especialmente pelas mudanças legislativas, pela prevalência do negociado pelo legislado, e esse ataque certeiro no sentido de inviabilizar economicamente os sindicatos, isso obrigará as entidades sindicais a repensar. Evidente que podemos ter muita maluquice, cometer muitos erros pelo caminho, mas há muita gente fazendo um investimento para acertar, e penso que alguma coisa vai surgir mais para a frente.

DMT - Focando um pouco nessa necessidade de renovação dos quadros sindicais, você acredita que esse processo está acontecendo? Há indicativos nesse sentido, dentro da atual estrutura sindical, lideranças

que estejam aparecendo etc., ou o processo ainda é incipiente?

Clemente Ganz Lúcio – Antes de tudo, há um dado objetivo: a vida passa para todo mundo (risos). Com o tempo, as coisas vão mudando, as pessoas se aposentam, vão dando lugar a quadros mais novos. Ao mesmo tempo, há eventos, como a crise sanitária que estamos vivendo agora, que geram uma hecatombe no mundo do trabalho e obrigam quem nunca pensou nisso a negociar home office, por exemplo. São assuntos novos, que implicam conversar com pessoas que esses dirigentes talvez nunca tenham conversado para entender o que está acontecendo. Os jovens chegam no mundo do trabalho, os problemas aparecem, a juventude vivencia esses problemas e tende, como é do seu perfil, a procurar respostas. Isso naturalmente faz com que a juventude vá se deslocando em direção aos espaços onde tenha maior capacidade de atuação, e um sindicato que consiga fazer, a partir disso, uma ação de caráter inovador possivelmente vá difundir essa ação para outros lugares. Como a questão racial, que ganhou expressão mais visível a partir da luta negra nos Estados Unidos. Você tem um evento que não está programado, no sentido de que não faz parte de uma revolução em curso especialmente visível, uma tragédia que externaliza um problema que está sendo vivido por centenas de milhares de pessoas e isso se transforma em um movimento. Aqui a gente vai ter, a partir deste ano, uma legislatura municipal com a participação de negros e negras como talvez nunca tivemos

na história. São mudanças que vão se acumulando e, ao mesmo tempo, saltos qualitativos podem acontecer, nos quais a participação desses jovens que estão vivenciando esse novo mundo do trabalho de forma mais intensa será sempre muito importante.

DMT – Mas não existe o risco de que os sindicatos percam o pulso desses acontecimentos, de que os jovens venham a fazer esses movimentos de mudança cada vez mais do lado de fora dos sindicatos? De que seja preciso correr atrás, por assim dizer?

Clemente Ganz Lúcio – Mas, se isso vier a acontecer, eu não acho que seja um problema. O importante é que isso ocorra, que aconteça essa nova expressão do mundo do trabalho como um movimento que apresenta problemas e busca soluções. Isso é o sindicalismo, isso é o movimento sindical real, a partir da capacidade que os trabalhadores têm de se associar. A isso se soma uma estrutura que historicamente se constituiu – mas, se essa estrutura não está a serviço (das novas necessidades da classe trabalhadora), esse movimento pode ser feito de maneira paralela, e o sindicato vai atrás. Acho que não existe a hipótese de não ter o conflito, externalizado em movimentos, ainda mais com a disseminação que a comunicação e as tecnologias associadas à internet propiciam. Se antes já era possível, agora é muito mais rápido. Talvez a gente tenha um movimento sindical menos estruturado e institucionalizado, bem diferente do que a gente tinha até agora, aquela coisa do

sindicato com negociação e data-base, e muito mais uma dinâmica de lutas em forma de movimento: aparece um problema, surge um movimento, há uma solução e o movimento reflui, para lá na frente surgir outra coisa. Mais ou menos como costuma ser com os movimentos populares de bairro, que resolvem um problema local com uma greve, uma paralisação, e depois a luta continua, sem necessariamente uma estrutura organizativa tão clara. Mas são todas hipóteses, coisas que a gente vai observando.

DMT – Tudo isso que falamos é sobre o futuro da organização sindical. E sobre o futuro do trabalho em si? Que tipo de trabalho, e de sociedade, se pode esperar de tudo que vem acontecendo – não apenas as transformações tecnológicas que você mencionou no começo, mas também a partir do avanço de um pensamento totalitário em todo o mundo?

Clemente Ganz Lúcio – Olha, acredito que tenhamos várias dimensões diferentes em disputa. Há uma disputa estrutural, que a gente vai ter que fazer logo mais à frente, que se dá na dimensão distributiva, na necessidade de disputar o estado como um elemento que promove redistribuição de renda de uma forma mais universal. Isso é uma coisa nova no mundo do trabalho, uma vez que, no Brasil, uma boa parte dessa força de trabalho precisará ser protegida pelo estado, seja por políticas públicas ou por legislação: um motorista de aplicativo não vai ser protegido por uma convenção coletiva, então vamos ter que

inventar uma coisa nova. O papel do estado é fundamental daqui para frente. Outra coisa a ser mencionada, olhando para o mundo do trabalho, é que nós vamos ter que colocar como agenda central a disputa da tecnologia, ou seja, o resultado e uso da tecnologia na relação com o trabalho humano. Isso significa o estado interferindo na intencionalidade de garantir ocupação para todos – e isso implica em discutir redução da jornada de trabalho, implica pensar no estado como empregador em última instância e por aí vai. Creio que, nessa mesma dimensão, a parte da educação e da cultura tende a ganhar mais importância, na medida em que a produção econômica voltada para bens começa a ser progressivamente produzida por máquinas e, portanto, será necessária uma reorganização de nossos tempos individuais e coletivos daqui para frente.

Tudo vai depender do quanto vamos conseguir colocar essa agenda dentro do debate público, de quanto os países, olhando para os limites ambientais, colocarão a agenda ambiental como algo central, de quanto a atividade econômica venha a ser mediada pelos esforços em preservar o meio ambiente e assim por diante. No curto prazo, é muito desemprego, aumento da desigualdade e da pobreza, em especial em um cenário no qual a agenda regressiva à direita tenta submeter os trabalhadores a seus interesses. Há, sim, uma agenda de enfraquecimento dos sindicatos, de redução de direitos – por um lado, para dar o máximo de flexibilidade para as empresas se ajustarem nessa concorrência alu-

cinada do mundo atual e, por outro, para eliminar o sindicato enquanto empecilho para suas reestruturações.

DMT – Mudanças que, em última análise, são mudanças internas do capitalismo como um todo.

Clemente Ganz Lúcio – Sim. É preciso entender que há uma nova realidade, um novo capitalismo se estruturando a partir desses novos proprietários de empresas, que não são os mesmos e que não seguem a mesma lógica da terceira revolução industrial. A lógica desse capitalismo não tem a mesma dinâmica na relação entre investimento e lucro, o resultado que os acionistas esperam dessas empresas não segue a mesma lógica de que o crescimento de uma empresa gera ampliação do resultado, o que gera mais empregos e melhores salários e por aí vai. O que esses caras querem é a expropriação dessa riqueza em uma velocidade inimaginável, o que está criando problemas gravíssimos no sistema produtivo. Basta olhar a Vale, o Carrefour... Bom, na verdade basta olhar em volta para ver o que essa lógica constitui na dinâmica das decisões empresariais: mais exploração do trabalho, mais tragédia ambiental, mais tragédia social. A sociedade começa a responder a isso, dizendo que não é isso que deseja, e tudo isso vai reconfigurar o mundo do trabalho daqui para a frente.

Acho que a nossa disputa é justamente mostrar que a inserção na vida social tem, no mundo do trabalho, uma forma estruturante – não necessaria-

mente do trabalho assalariado, espero que cada vez menos de um trabalho assalariado clássico e mais de um trabalho que possa ser apoiado, protegido e financiado por outras formas, inclusive com uma predominância de políticas públicas universais. De uma forma que a remuneração possa ser até menor, porque haja muita tributação, e essa tributação seja devolvida em forma de políticas públicas que beneficiem de forma sensível o conjunto da sociedade e tragam formas de organização coletiva mais sofisticadas do que as que a gente tem hoje. Mas tudo isso dando ao trabalho essa centralidade. Senão vai ser isso que estamos vendo: desigualdade, conflito, desemprego, uma concentração estúpida de renda e de riqueza. Isso é o que domina agora, e apostar que isso vai ser dominante certamente não seria um caminho desejável. Mas há respostas (com a eleição de governos de caráter progressista) aqui na América do Sul, também nos EUA com a derrota do (ex-presidente Donald) Trump, acho que se começa a ver com mais clareza que a sociedade não necessariamente aceita essa agenda da forma como está posta.

2. A REFORMA DAS RELAÇÕES SINDICAIS VOLTA AO DEBATE NO BRASIL

JANEIRO/ABRIL DE 2020

As relações sindicais estão novamente em debate no Congresso Nacional, com propostas para promover reformas por iniciativa do Poder Executivo e por parte dos parlamentares que buscam dar tratamento legislativo colocar o assunto nas várias Comissões das duas Casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Neste artigo recuperaremos brevemente a história desse debate, apontaremos as iniciativas recentes da reforma sindical, situaremos como está pautado o assunto e indicaremos princípios e diretrizes que tem pautado o movimento sindical de trabalhadores nesse processo.

Relações sindicais: do que trata?

As relações sociais de produção econômica de bens e serviços, em uma economia de mercado capitalista, colocam trabalhadores e empregadores em situação de cooperação com interesses opostos nos resultados apropriados - salários e lucros - e que se traduzem em diversos tipos de conflitos gerais e específicos.

Ao longo da história os trabalhadores atuaram e realizaram lutas coletivas para expressar seu posicionamento frente aos conflitos distributivos materia-

lizados em salário, jornada e condições de trabalho, saúde e segurança, proteção social e previdenciária, entre outros, bem como buscaram construir soluções e promoverem mudanças nas situações específicas e gerais. Ao surgirem os sindicatos vão adquirindo a forma de expressão organizativa dos trabalhadores, buscando atuar coletivamente e de maneira solidária na expressão propositiva de suas demandas e projetos, no campo das questões do mundo do trabalho e da sua proteção laboral. Os empregadores também constituem suas organizações.

Uma das dimensões constitutivas do Estado moderno é trazer para a institucionalidade das democracias, nos contextos históricos específicos, a organização sindical, a formalização de instrumentos e regras para tratar dos conflitos no mundo do trabalho, o estabelecimento de procedimentos para mediar interesses, favorecendo que a representatividade seja capaz de pactuar regras para regerem as relações sociais de produção.

No pós-guerra se reestruturou o sistema sindical nos países da Europa, passando este a compor a base política da socialdemocracia que buscava promover a coesão social naquele território. Uma economia de mercado regularia as relações sociais de produção pela mediação de interesses com equilíbrio de força entre capital e trabalho, com proteção da atividade sindical e com medidas contra práticas antissindicais. Constituíram-se sistemas sindicais que favoreceram negociações para arranjos normativos na-

cionais de contratação coletiva, articulados de maneira diversa desde o local de trabalho, passando pelo nível setorial e chegando ao nacional. Um sistema tributário progressivo gerou receita para um Estado Social desenvolver políticas públicas universais garantidoras de igualdade de oportunidade e, algumas vezes, de igualdade de condição.

Em outros países, como EUA e Japão especialmente, estruturou-se um sistema sindical focado na regulação no âmbito da empresa. Nos EUA um sistema que estimula a disputa entre trabalhadores e empregados sobre a oportunidade de estabelecer a regulação salarial por meio da representação coletiva. No Japão, um sistema que estimula um tipo de pactuação pulverizada por empresa.

No Brasil a institucionalidade das relações sindicais foi formalizada no Estado Novo, na década de 40, quando o governo de Getúlio Vargas edita o Decreto-Lei 5.452 de 10 de maio de 1943, com o qual cria a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Nele estão expressos direitos trabalhistas e obrigações dos empregadores para com as relações laborais e condições de trabalho e salário; é instituído o sistema sindical confederativo de representação dos interesses profissionais com os sindicatos, federações (reunião de sindicatos) e confederações (reunião de federações) de trabalhadores, e a representação espelhada do interesse econômico, a estrutura sindical dos empregadores; define as regras para as negociações, a maneira como se formalizam os acordos e convenções co-

letivas; são criados mecanismos de solução de conflito, em especial a Justiça do Trabalho e a maneira de tratar a greve e o *lockout*.

Na Constituição de 1988 o sistema sindical foi renovado, e confirmado, como elemento estruturante de um sistema de relações de trabalho recepcionado pelo Estado e por ele estimulado, inclusiva para os servidores públicos.

Reforma sindical no Brasil pós 1988

A Constituição de 1988 consagrou o sistema sindical para organizar a representação dos interesses dos trabalhadores nos setores privado e público. Desde então os servidores públicos vieram transformando as associações de servidores em sindicatos. Os trabalhadores do setor privado passaram a recuperar e sofisticar a sua organização sindical de base, investiram no aprimoramento da estrutura vertical (federações e confederações), avançando para criarem as Centrais Sindicais, uma organização de nível superior.

As negociações coletivas ganharam dinâmicas em todo o território e setores econômicos, assim como os servidores públicos passaram a demandar a formalização do direito de negociação coletivo no âmbito do direito administrativo.

Diferentes experiências foram se estruturando com sistemas de relações de trabalho que passaram a valorizar a negociação, inclusive sem a intervenção da Justiça do Trabalho, como no caso da

negociação nacional dos bancários com os bancos, estruturando diferentes âmbitos e unidades de negociação setorial.

Em 1993 o Ministro Walter Barelli, no governo Itamar Franco, articulou e realizou o *Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações do Trabalho no Brasil*². Os debates indicaram os problemas do sistema sindical e de negociação coletiva, assim como destacaram suas virtudes. Há um claro indicativo de que é necessário investir no fortalecimento da representatividade das entidades, estimular a negociação coletiva, avançar na maior autonomia das partes para a solução dos conflitos em relação à Justiça do Trabalho, promover o direito de organização, bem como qualquer processo de mudança deve prever um período de transição que favoreça a modernização pretendida.

Dez anos depois, em 2003, foi instalado, no governo do Presidente Lula, o *Fórum Nacional do Trabalho*, composto por representações dos empregadores, dos trabalhadores e do Estado e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Durante dois anos, em mais de 500 horas de negociação em mesas tripartites, em mais outras centenas de horas em reuniões bilaterais e por bancada, foi elaborado um projeto de reforma sindical que buscava estruturar e organizar uma reforma no sistema sindi-

cal e de relações de trabalho, a partir do qual se daria o aprimoramento da legislação trabalhista. Esse processo fundamentava-se no fortalecimento da representatividade das entidades sindicais, que assumiriam progressivamente mais responsabilidades com processos negociais incentivados e ampliados. O direito de negociação coletiva no setor público seria regulamentado. Mecanismos ágeis e seguros para a solução de conflitos, direito de greve, complementariedade voluntária entre o negociado e o legislado foram diretrizes materializadas no projeto. Novas regras para a organização sindical e seu financiamento visavam fortalecer as representações e criar condições para sua atuação. Um plano de transição visava gerar segurança para a realização das mudanças.

O acordo político pressupunha que a reforma sindical e do sistema de relações de trabalho antecederiam a reforma trabalhista, porque o novo modelo sindical e de negociação resultante da reforma proporcionaria os elementos para o contorno das mudanças na CLT, especialmente no que se refere à delimitação entre o legislado e o negociado, e à transição incentivada e voluntária da situação presente para a futura.

Esse projeto foi materializado na Proposta de Emenda Constitucional – PEC 369/2005 e uma proposta de Lei

2 Esse Fórum se reuniu de setembro a dezembro de 1993 na cidade do Rio de Janeiro e era composto por 11 representantes dos trabalhadores, 11 dos empregadores e 11 de órgão do Estado e sociedade civil. Os debates e as conclusões estão registrados na publicação do Ministério do Trabalho, *“Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil”, 1994, 445 páginas.*

Complementar apresentadas pelo Poder Executivo em 04/03/2005³.

O projeto parou no Congresso Nacional na crise de 2005, nas disputas internas no mundo sindical de empregadores e de trabalhadores e nas múltiplas resistências às mudanças.

Com a Lei 11.648/2008, estabeleceu-se o reconhecimento das centrais sindicais, organizações que passaram a compor o sistema sindical com a prerrogativa de representação geral dos trabalhadores.

Quase dez anos depois, em junho de 2017, o Legislativo e Executivo transformaram profundamente a legislação trabalhista brasileira e o sistema de relações de trabalho com a Lei 13.467/2017, a chamada reforma trabalhista. Meses antes, em março, a Lei 13.429/2017 promoveu a liberação geral da terceirização no setor privado e público.

Essa reforma alterou a hierarquia normativa em que Constituição, legislação, convenções e acordos coletivos eram pisos progressivos de direitos. A partir de então, a Constituição passou a ser o teto, a legislação uma referência de direitos que podem ser reduzidos pelas convenções; os acordos coletivos celebrados no âmbito da empresa podem diminuir garantias previstas nas leis e nas convenções; também foi dado ao indivíduo o poder de abrir mão de direitos conquistados coletivamente, dar quitação definitiva de verbas rescisórias. Os

trabalhadores e os sindicatos “ganharam o livre direito” de reduzir salários e garantias, flexibilizar contratos, ampliar ou reduzir jornada e quitar definitivamente direitos - na presença coercitiva do empregador. O acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho foi limitado. As empresas passaram a ter inúmeros instrumentos para garantir máxima proteção e liberdade jurídica para ajustar o custo do trabalho.

Vários novos tipos de contratos foram introduzidos com as mudanças na legislação - tempo parcial, trabalho temporário, intermitente, autônomo exclusivo, terceirizado sem limite, teletrabalho, trabalho em casa - formas contratuais que permitem ajustar o volume de trabalho à produção no dia, na semana, no mês, ao longo do ano. Esses contratos podem ter ampla flexibilização da jornada no que se refere à duração, intervalos, férias, banco de horas, etc. As definições do que é salário foram alteradas e os valores podem ser reduzidos, assim como outras obrigações legais. A demissão foi facilitada, inclusive a coletiva, com diversas formas de quitação definitiva de débitos trabalhistas.

O poder de negociação dos sindicatos vem sendo fragilizado com o “novo poder” para reduzir direitos, por meio da interposição de comissões de representação dos trabalhadores, nas quais é proibida a participação sindical, ou do empoderamento do indivíduo para negociar diretamente. Essas medidas que-

3 A PEC 369/2005 está disponível no site da Câmara dos Deputados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=277153>

bram o papel sindical de escudo protetor coletivo. Como já ocorre em outros países que adotam mecanismos semelhantes, os trabalhadores são incentivados e estimulados, por meio de inúmeras práticas antissindicais e de submissão patronal, a não apoiar ou financiar os sindicatos. Ficarão submetidos ao poder das empresas, pressionados para aceitar acordos espúrios diante do medo de perder o emprego, ainda mais em uma situação de altas taxas de desemprego e de longa duração.

A Justiça do Trabalho, que passou a ser paga, terá as tarefas reduzidas à análise formal dos pleitos. A lei criou uma tabela que precifica o ônus da empresa até, no máximo, 50 vezes o salário do trabalhador!⁴

Ao todo foram alterados 117 artigos e outros 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho impactados, movimento que operou um verdadeiro ataque aos direitos laborais e sindicais dos trabalhadores.⁵

Reforma trabalhista no mundo

As reestruturações institucionais avançaram desde 2008 nos países de-

envolvidos e em desenvolvimento, sendo uma delas a reforma da legislação e do sistema de relações de trabalho. O objetivo é reduzir o custo do trabalho; criar a máxima flexibilidade de alocação da mão de obra, com as mais diversas formas de contrato e ajustes da jornada; reduzir ao máximo a rigidez para demitir e minimizar os custos de demissão sem acumular passivos trabalhistas; restringir ao limite mínimo as negociações e inibir contratos ou convenções gerais em favor de acordos locais realizados com representações laborais controladas; e quebrar os sindicatos.

As reformas das instituições dos sistemas de relações de trabalho e da legislação trabalhista foram realizadas por mais de uma centena de países depois da crise internacional. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) publicou um estudo (*Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium*), produzido pelos pesquisadores Dragos Adascalietti e Clemente Pignatti Morano, sobre reformas legislativas laborais e de mercado de trabalho em 110 países, promovidas no período de 2008 a 2014. A pesquisa atualiza investigações anteriores e se utiliza, para

4 Esses e outros aspectos foram questionados com Ações de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, muitas ainda não julgadas.

5 Para uma análise detalhada do conteúdo da reforma recomendam-se as Notas Técnicas e demais publicações do DIEESE, disponíveis em www.dieese.org.br, em especial a Nota Técnica 178 "A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil" e a Nota Técnica 179 "Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?". No site do DIEESE estão disponíveis também textos, apresentações e vídeos sobre o assunto. Sobre terceirização, entre outros estudos produzidos pelo DIEESE, destaca-se a Nota Técnica 172 "Terceirização e precarização das condições de trabalho".

Também se indica a publicação do DIAP "Reforma Trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e suas entidades representativas", publicada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, disponível em www.diap.org.br.

a análise, de informações de estudos do FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)⁶.

Em grande parte dos projetos de reforma implementados, duas dimensões são atingidas com maior ou menor intensidade: mercado de trabalho e negociação coletiva. Nos países desenvolvidos predominam iniciativas para reformar a legislação que regulamenta o mercado de trabalho no que se refere aos contratos permanentes. Já nos países em desenvolvimento, a ênfase é maior em reformas das instituições relativas à negociação coletiva. Os autores concluíram que a maioria das remodelagens rebaixou o nível de regulamentação existente e teve caráter definitivo.

Os dados trabalhados pelos autores mostram 642 mudanças na legislação, em 110 países, entre 2008 e 2014. As reformas atingem seu pico, em número, até 2012, na primeira fase da crise, e

decrecem até 2014, quando voltam ao nível pré-crise. Para o conjunto dos países investigados, a maior parte das alterações (55%) teve o sentido de reduzir a proteção legal; foi implantada em bases permanentes (92%); e endereçada ao conjunto da população (69%). Cabe esclarecer, contudo, que o resultado referente ao sentido das reformas deve-se, basicamente, às medidas implementadas nos países desenvolvidos, maioria do painel analisado (70%) e nos quais prevaleceram regras para redução da proteção (66%). Nos países em desenvolvimento, ao contrário, predominou o reforço da proteção por intermédio da legislação. Em vários desses, a mudança legal centrou-se na criação de instituições para a negociação coletiva, como Angola, Camarões e Gabão ou no reforço aos direitos sindicais, como Bolívia e Colômbia.

Os resultados do estudo⁷ mostram os impactos sobre o emprego, grande objetivo para justificar as iniciativas. Observou-se que países que estão

6 Fontes e metodologia do estudo: As principais fontes de informação são as bases de dados da OIT EPLex e NATLEX, as mais abrangentes sobre o assunto segundo os autores. O apanhado distingue as mudanças nas seguintes áreas (subdomínios) da legislação: contratos permanentes de trabalho; contratos temporários de trabalho; outras formas de emprego (teletrabalho, *dependente self-employees*); instituições da negociação coletiva; demissões coletivas; e jornada de trabalho. Assim, no caso de uma reforma abrangente, como a espanhola de 2012, os autores identificaram 18 alterações (segundo o subdomínio). A estas mudanças denominam, no estudo, “reforma”. Segundo os autores, esse procedimento pode levar a um número elevado de mudanças em determinado país sem, contudo, refletir a importância das mesmas. Para minimizar o problema, classificam todas as mudanças segundo três variáveis zero ou um (*dummies*): o sentido da intervenção (se aumenta ou diminui a legislação); a temporalidade da intervenção (se em bases permanentes ou temporárias); e se a sua cobertura / população alvo é parcial ou abrange toda a população.

7 Como variáveis explicativas, os autores utilizam: a) para o ambiente macroeconômico, a diferença entre a taxa de variação do PIB e sua taxa média de variação em 5 anos, centrada no ano corrente; b) para a situação fiscal, uma variável indicando se há ou não um processo de consolidação fiscal em curso; c) variável indicando a presença ou não de um regime de câmbio fixo (ou pertencimento a uma união monetária); d) PIB *per capita* como forma de captar as especificidades de cada país; e) duas variáveis, para captar a presença de ano eleitoral e ano pós eleitoral; f) uma variável para captar a orientação política do governo; g) outras variáveis menos relevantes.

implantando medidas de austeridade fiscal e com regime de câmbio fixo são mais propensos à sua implementação. As variáveis ano eleitoral, ideologia política do governo e PIB *per capita* não apresentam efeito expressivo na introdução das reformas.

Para a análise dos impactos de curto prazo das reformas, os autores utilizam as mudanças na taxa de desemprego como variável dependente e observam que as medidas adotadas para a regulação do mercado de trabalho não apresentaram efeito significativo sobre o desemprego, seja para o conjunto de países, seja para os subgrupos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

Ao considerar o ciclo econômico em que as medidas são implantadas, o estudo revela que, no conjunto dos países analisados e no grupo “desenvolvidos”, há resultados negativos de curto prazo sobre o emprego quando as mudanças ocorrem em período de contração da economia; já em períodos de estagnação ou crescimento, não se observam impactos. Nos países em desenvolvimento, independentemente do ciclo econômico, não se verifica rebatimento sobre o emprego.

Em resumo, o estudo conclui que: (a) a aprovação de reformas está positivamente associada aos níveis e alterações das taxas de desemprego, indicando que resultados ruins no mercado de trabalho parecem levar ou facilitar os governos a promover reformas na legislação trabalhista; (b) países que passam por proces-

sos de consolidação fiscal, por meio da adoção de políticas de austeridade e tem um regime cambial de taxas fixas - caso dos países da União Europeia, com moeda única e política monetária estabelecida pelo Banco Central Europeu - têm maior probabilidade de realizar reformas trabalhistas; (c) no que se refere aos impactos de curto prazo das reformas, nem o aumento, nem a redução da regulação parecem ter impacto sobre a taxa de desemprego; (d) contudo, em situações de crise, a redução da regulação tem um efeito de curto prazo negativo, resultado observado para o conjunto dos países e para os países desenvolvidos.

Do total de reformas que diminuíram os níveis de regulação 74% trataram de jornada de trabalho, 65% de contratos de trabalho temporário, 62% de demissões coletivas, 59% de contratos permanentes, 46% de negociações coletivas e 28% de outras formas de emprego.

Transformações no mundo do trabalho

O mundo do trabalho vem sendo impactado de maneira multidimensional. Novas tecnologias promovem mudanças disruptivas na oferta de energia, nas possibilidades comunicação e nas formas de transporte, criando condições inéditas para uma nova concepção e estruturação de cadeias e arranjos produtivos, novas estratégias logísticas e localizacionais das empresas. Todos os setores econômicos estão sendo impactados em velocidade acelerada o que faz surgir novos empregos e, de maneira mais in-

tensa, destrói muito mais postos de trabalho.

Fusões e aquisições fazem as empresas transitarem para novos proprietários, acionistas reunidos em fundos de investimento, ávidos pelo máximo lucro no curto prazo. A lógica da reprodução da riqueza financeira preside e orienta a produção de bens e serviços com novas dinâmicas produtivas e métodos de gestão. As estratégias de negócio e a gestão da força de trabalho têm novos objetivos, diferentes daqueles que estruturaram o sistema de relações de trabalho, a geração de empregos e a partilha de resultados nas últimas décadas. Aumenta a pressão por mudanças para reduzir ou restringir o poder dos sistemas de negociação.

As diferentes formas de terceirização passam a serem usadas em larga escala, no setor privado e público, como forma de externalizar riscos e custos. Uma força de trabalho crescentemente fracionada em múltiplas empresas e formas de ocupação não encontra resposta sindical adequada para essa nova situação.

As grandes empresas estão mudando a estrutura e a organização do sistema produtivo, integrando produção, serviços e comércio, interligando no mundo sua logística em uma unidade global de gestão que opera sem parar. As relações de dependência e submissão das pequenas e médias empresas aumentam, com pressões de todas as ordens. Os trabalhadores vivem no cotidia-

no das relações de trabalho todas essas mudanças e as pressões aumentam e se diversificam trazendo impactos inéditos para a saúde, jornadas extensas e flexíveis destroem o convívio familiar e social, pressões, perdas e estresse conduzem ao alívio através do uso de drogas.

A inteligência artificial e a internet geram a possibilidade, em velocidade alucinante, de as máquinas ocuparem cada vez mais espaços nas atividades produtivas e de transformar em produto econômico todas as atividades humanas. A industrialização com inteligência artificial do setor de serviços transforma, potencialmente, todas as atividades humanas em produtos econômicos (oferta) e em consumo (demanda). Empregos com bons salários e os melhores postos de trabalho, especialmente da indústria, são eliminados e surgem novas ocupações no setor de serviços, trabalhadores *uberizados*, assistentes, auxiliares e serventes, precários, flexíveis, inseguros e mal remunerados.

Rapidamente as atividades laborais passam a ser mediadas ou assistidas por máquinas e inteligência artificial. De maneira crescente e ampliada as máquinas passam a executar as atividades laborais e os humanos passam a ser auxiliares. Emprego, ocupação, profissão e postos de trabalho mudarão várias vezes ao longo da vida laboral.

As empresas, em velocidade estonteante, disputam mercados e aceleram mudanças para competir e ganhar o jogo da concorrência. Para isso com-

binam o domínio da vanguarda tecnológica, a guerra da propaganda cada vez mais sofisticada e a redução de custos laborais. Sindicatos, negociação e acordo coletivo representam obstáculos que devem ser eliminados.

A produtividade se concentra nos países desenvolvidos e nas grandes corporações, que ficam com os poucos e, cada vez mais raros, bons empregos e salários. As desigualdades salariais aumentam e as condições de trabalho pioram. O crédito substitui o crescimento dos salários e o endividamento compromete a saúde financeira das famílias.

A legislação trabalhista muda para proteger as empresas, assegurando que as alterações na composição da força de trabalho ocorram sem que haja passivo trabalhista e sem mediação coletiva do sindicato. Cada indivíduo estabelece, de peito aberto e em suposta igualdade de poder e de condições com o empregador, as regras salariais e de condições de trabalho. Formas flexíveis de contrato, jornada e remuneração e as revisões de cada uma com a redução dos direitos, passam a dar às empresas a possibilidade de ajuste estrutural da força de trabalho para promover múltiplas reorganizações com a presença crescente da máquina.

A flexibilidade para as empresas é a insegurança para os trabalhadores, o custo ajustado do trabalho é o arrocho salarial, a competitividade para vencer a concorrência é o estresse e as doenças físicas e mentais, o bom resultado

para a empresa é a derrota do trabalhador. A jornada de trabalho das famílias aumenta e a renda familiar cai. Os pais trabalham cada vez mais e os filhos não têm emprego. Os pais se destroem com uma vida profissional precarizada e os filhos se destroem sem perspectiva profissional. Os pais não têm tempo para o presente e os filhos têm um tempo sem futuro. O estresse e as várias formas de doenças emocionais e mentais se expandem na forma de depressão, ansiedade, agressividade, intolerância, apatia. Uma sociedade adoecida trabalha alucinada para produzir uma estúpida riqueza crescentemente concentrada.

A desigualdade aumenta assustadoramente com a concentração da renda e da riqueza. Os ricos pressionam para terem uma menor carga tributária e por um Estado com menor custo social, no que têm sido vitoriosos.

A riqueza concentrada captura os sistemas produtivos dos Estados (estatais) e a riqueza natural, que são privatizados, assim como são transferidos para o setor privado a tarefa de executar os serviços públicos de maneira lucrativa.

Transita-se do direito social universal para a assistência social focalizada; da seguridade para o seguro privado; da proteção garantida para o acesso pelo mérito; do acesso coletivo para o poder de compra de cada indivíduo. Essa lógica dominante é contrária aos valores de solidariedade que instituem os sindicatos, os Estados sociais, as políticas públicas universais, os valores presentes

no interesse geral da sociedade e nos fundamentos da coesão social em uma economia de mercado.

Há insatisfação social com os resultados, mas há também a internalização do individualismo exacerbado pelo consumo compulsivo e pelo empreendedorismo libertário de não ter patrão. As fraturas das contradições desses movimentos ficam cada vez mais expostas e a queda da qualidade de vida, o desemprego, o endividamento, tem aberto avenidas para o avanço políticas de extrema direita e autoritárias. Os instrumentos e instituições que promovem a coesão social em uma economia de mercado, por meio da regulação, estão sendo estraçalhados.

As democracias não têm conseguido gerar a força social capaz de enfrentar essas transformações e dar outro sentido para tudo isso. As instituições do Estado e da vida pública e política não conseguem responder na velocidade de uma comunicação em tempo real e apresentam graves problemas de conteúdo. As democracias correm risco de vida!

A emergência ambiental e a crise do clima estão tomando contornos de catástrofe irreversível. Os impactos nefastos sobre a vida em sociedade e a economia são incalculáveis. Os pobres serão os mais gravemente atingidos. Os trabalhadores sofrerão todos os impactos acrescidos da perda do emprego.

No contexto histórico de estruturação do sistema sindical e de relações do trabalho, as transformações acima

indicam que o tempo presente engendra mudanças disruptivas também no sindicalismo, nas formas de contratação coletiva e de construção da proteção laboral e social. Há, de partida, o desafio de compreender o processo de mudança, sua força e dinâmica. O contexto de complexidades disruptivas coloca tarefas para todo o sistema sindical promover reestruturações que lhe permitam relacionar a dinâmica de mobilização e de representação dos trabalhadores aos novos contextos organizativos do sistema produtivo, às novas formas de contratação e inserção laboral, bem como fazer emergir a agenda de proteção laboral e social demandada pelos trabalhadores que atualmente estão, e no futuro próximo estarão, presentes no mundo do trabalho.

A reforma sindical no Brasil

Se as mudanças no mundo do trabalho passam cada vez mais a exigir transformações no sistema sindical, há também iniciativas institucionais que recolocam o tema da reforma sindical em debate junto ao Poder Executivo e, principalmente, junto ao Legislativo, mobilizando trabalhadores e empregadores para essa empreitada.

No âmbito do Poder Executivo, o governo reinstituíu o Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores) para debater questões sindicais e trabalhistas. O governo afirma que enviará um Projeto de reforma sindical no qual proporá a instituição dos princípios da liberdade

sindical (autonomia e não interferência do Estado nas organizações)⁸.

Por outro lado, o assunto da reforma sindical também está ativo do Congresso Nacional. São várias as iniciativas de PECs (Proposta de Emenda Constitucional) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Os Projetos a seguir indicados estão ativos na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJC), prontos para pauta na Comissão e a proposição sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação especial.

Os projetos/propostas tratam da reforma sindical, da liberdade sindical, da unicidade sindical, das contribuições sindicais, do sistema confederativo, das centrais sindicais e da organização no local de trabalho, do número de dirigentes, da base sindical de representação, de vários aspectos relacionados à negociação coletiva e seus instrumentos, entre inúmeros outros aspectos sindicais e trabalhista, alterando artigos da Constituição Federal como os art. 7º, 8º, 9º, 11, 37, 103, 114.

As Propostas de Emenda Constitucional que estão na CCJC são⁹:

- PEC 71/1995

- PEC 102/1995, apensada à PEC 71/1995.
- PEC 29/2003.
- PEC 121/2003, apensada à PEC 29/2003.
- PEC 314/2004.
- PEC 369/2005, apensada à PEC 314/2004.
- PEC 426/2005, apensada à PEC 369/2005.
- PEC 196/2019, para instalação da Comissão Especial.

Em 2019 foi apresentada a Propostas de Emenda Constitucional 196/2019, apreciada pela CCJC e encaminhada para a formação de da Comissão Especial para análise de mérito. Essa Comissão Especial até o momento (abril/2021) não foi instalada¹⁰.

Diretrizes para a reforma sindical no Brasil

O debate sobre a reforma do sistema sindical e de relações de trabalho tem o desafio de responder a duas ordens de mudanças, a saber: (a) às transformações estruturais e disruptivas no mundo do trabalho promovidas em todo o sistema produtivo, ou seja, criando novas ocupações, de contratação, de subordinação, novos arranjos das em-

8 Até abril de 2021 nenhuma proposta de medida legislativa foi encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional.

9 Indicamos o aplicativo Infoleg, Câmara dos Deputados, por meio do qual se pode acessar todos os projetos abaixo, mapeando seu processo legislativo e situação atual. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/infoleg/aplicativo/>

10 Os trabalhos dessa Comissão duram de 10 a 40 sessões (em torno de 3 meses), cujo Relatório, quando aprovado na Comissão Especial, segue para duas votações do Plenário da Câmara dos Deputados, seguindo depois para trâmite semelhante no Senado Federal.

presas, novas relações entre empresas e delas com o Estado; (b) às iniciativas para mudanças na legislação e no regramento que rege o sistema de relações sindicais e de relações do trabalho.

São duas ordens de mudanças que precisam estar articuladas nos projetos que alteram o sistema sindical, assim como sempre se realizará no contexto político situacional presente no país. No caso do Brasil, no contexto de um governo que sistematicamente afirma e atua para restringir o poder dos sindicatos, limitar sua capacidade de contratação, ferir de morte sua capacidade de financiamento¹¹. Se as duas ordens de mudança são imperativos estruturais de grande complexidade e que exigirão respostas da mesma magnitude, o contexto situacional brasileiro reserva uma adversidade dura e uma insegurança quase absoluta quanto aos valores e as intencionalidades que poderão reger os processos legislativos.

Por isso mesmo, o movimento sindical tem procurado estabelecer diálogo de alto nível com o setor empresarial e suas organizações sindicais, bem como com os parlamentares, com vistas a promover um debate legislativo assentado nos desafios acima indicados, assim como promovê-lo em ambiente de diálogo social orientado pelos princípios da boa fé e do interesse de gerar avanços

para que o sistema sindical promova relações compatíveis com um desenvolvimento econômico e social de alta qualidade.

Esse assunto tem conduzido debates acalorados nas bases sindicais que: (a) identificam a adversidade do momento para fazer esse tipo de mudança; (b) a insegurança em alterar nesse contexto uma regra constitucional – o artigo 8º; (c) a necessidade de ter propostas convergentes no contexto do processo legislativo avançar; (d) as diferenças de posicionamento frente ao aspecto da unicidade sindical (um único sindicato na mesma base), da liberdade sindical (possibilidade de pluralidade e pulverização sindical) e das formas de financiamento sindical (somente sócios ou todos os beneficiados pelos acordos e convenções coletivas).

Sistematizamos abaixo aspectos e propostas que estão pautando os debates sindicais desde 2019 e que podem orientar a atuação e intervenção sindical dos trabalhadores.

Fundamentos

- A reestruturação do sistema de representação sindical, segundo o princípio da liberdade sindical como define a Convenção 87 da OIT, deve ser orientado para um tipo de liberdade de organização que estimule unidade dos

11 Dois exemplos recentes desse tipo de iniciativa: em março de 2019 o governo federal editou a Medida Provisória (MP) 873/2019 que restringiu o financiamento sindical e as formas de recolhimento em folha de pagamento. Essa MP caducou, mas seus efeitos práticos continuam a atingir os sindicatos. A MP 905/2019, que também caducou, alterava inúmeros aspectos da regulação do trabalho e tirava poder dos sindicatos na negociação coletiva da jornada de trabalho, da participação nos lucros e resultados, entre outros.

trabalhadores e favoreça maior agregação sindical.

- Uma reforma deve ser orientada para regras que levem à ampliação da representatividade do sistema sindical brasileiro.

- O sistema sindical deve organizar-se para promover relações entre trabalhadores e empregadores no sentido de fortalecer e favorecer a negociação coletiva em todos os níveis e abrangências.

- Há que se criar instrumentos e procedimentos que conduzam à solução ágil dos conflitos individuais e coletivos no âmbito trabalhista.

- Autonomia para empregadores e trabalhadores instituírem, regularem e manterem a estrutura sindical e o sistema de negociação coletiva, suas regras de funcionamento, a forma de organização sindical e sua sustentação, os critérios e método de aferição da representatividade, a negociação e seus instrumentos de celebração de compromissos e de solução de conflitos.

- O sistema sindical e de relações de trabalho deve garantir o direito de negociação coletiva para os servidores públicos no âmbito do direito administrativo.

- Um projeto de mudança deve estar lastreado em um plano/processo de transição da atual para a futura estrutura sindical e sistema de negociação coletiva, assentado na cultura e his-

tória das organizações e favorecendo o seu engajamento no processo de transformação.

- O sindicato deve continuar sendo a base do sistema sindical brasileiro; as federações e confederações são instâncias de agregação de grau superior; as centrais sindicais instâncias de máxima agregação.

- A organização no local de trabalho é voluntária e regulada pelas partes interessadas.

Organização sindical

- Se for adotada a livre associação sindical (alteração do artigo 8º da Constituição), trabalhadores e empregadores têm autonomia frente ao Estado para se organizarem sindicalmente e estabelecerem regras e procedimentos para as relações de regulação laboral.

- As entidades sindicais adquirem personalidade jurídica com o registro civil, sem mais necessidade da autorização do Estado.

- O sistema sindical poderá ser constituído por sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e suas organizações intermediárias.

- As entidades sindicais serão organizadas por setor ou ramo de atividade econômica e não inferior ao município.

- A representação sindical dos trabalhadores nos locais de trabalho

é voluntária e esta será regulada entre as partes interessadas.

- A contribuição dos sócios às entidades sindicais será definida nos estatutos das entidades sindicais e recolhida em folha de pagamento.

- A contribuição negocial (ou contribuição solidária do não sócio) será definida em assembleia e devida por todos os abrangidos pelo instrumento coletivo (sócios e não sócios), observados os limites fixados em lei ou pela entidade nacional de regulação e devida às entidades representativas.

Representatividade

- A representatividade da entidade será aferida observando-se a razão entre o número de sócios efetivamente contribuintes e ativos em relação ao total de trabalhadores ativos no âmbito de representação (sócios e não-sócios do sindicato).

- A entidade mais representativa (ou as mais representativas a partir de uma linha de corte) terá o direito de representação do total de trabalhadores ativos no âmbito da negociação / base de representação.

- A representação de todos os trabalhadores abrangidos no âmbito de negociação pela base de representação se dará pelas entidades que obtiverem taxa de representatividade igual ou superior a X% no âmbito de representação. O período de transição deverá

prever o escalonamento temporal e progressivo da taxa de representatividade.

- Exclusividade: a entidade sindical mais representativa poderá obter a exclusividade de representação ou a exclusividade para o exercício sindical se os trabalhadores abrangidos pela negociação assim deliberarem por maioria em consulta estruturada (plebiscito e outros meios). A exclusividade terá limite temporal e poderá ser renovada.

- A representatividade será aferida periodicamente.

Negociação coletiva

- As entidades sindicais passarão a integrar o sistema de negociação coletiva se ao aferirem a representatividade atingirem o percentual mínimo de representatividade.

- Os acordos e convenções, celebrados em negociação por entidades sindicais representativas, depois de aprovados pela maioria dos trabalhadores, atingirão todos os abrangidos no âmbito de representação, independente de filiação sindical.

- Quando houver mais de uma entidade representativa no âmbito de representação, a mesa de negociação será única e com a representação unitária de todas as entidades que atingirem a representatividade, sob a coordenação da entidade sindical mais representativa.

- Será mantida a vigência dos acordos ou convenções coletivas de trabalho no período das negociações coleti-

vas, em prestígio à boa fé e à segurança jurídica das partes.

- Desenvolver sistema de mediação e arbitragem privada e/ou pública, sem poder normativo.

Regulação

- Criar entidade nacional de regulação da estrutura sindical e do sistema de negociação coletiva que terá representação bipartite e paritária (empregadores, trabalhadores).

- A entidade nacional de regulação será constituída por um Conselho bipartite e paritário e duas câmaras: de trabalhadores e de empregadores, com atribuições específicas.

- Cabe ao ente de regulação: aferir a representatividade (definir método de aferição); estabelecer normas específicas para o sistema de relações sindicais e de negociação coletiva funcionarem; regulamentar de maneira complementar o custeio sindical; criar câmaras de solução de conflitos que envolvam disputas intersindicais; criar procedimentos para verificar e coibir práticas antissindicais.

- Definir forma de financiamento da entidade nacional de regulação (x% da receita oriunda dos trabalhadores e empregadores).

Servidores Públicos

- O fundamento geral é a Convenção 151 da OIT que trata direito de negociação coletiva para os servidores públicos.

- Neste caso, dos servidores públicos, deve-se considerar como referência o Projeto de Lei 397/2015, de autoria do Senador Antônio Anastasia, que “estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Papel do Estado

- Manter o Conselho Nacional do Trabalho como órgão tripartite de diálogo social para tratar das questões do mundo do trabalho que sejam demandas por qualquer das partes.

- Justiça do Trabalho: atuar com mediação e arbitragem, individual ou coletiva, sempre que demandada pelas partes interessadas.

- Promover políticas públicas de emprego, trabalho e renda, de proteção social, laboral e previdenciária.

Conclusão

As mudanças no mundo do trabalho que estão em curso alteram os empregos, as ocupações, os postos de trabalho, a dinâmica laboral, as formas de contratação, jornada e condições de trabalho, entre inúmeros outros aspectos. Iniciativas do poder executivo e legislativo indicam disposição para

alterar as regras constitucionais e normativas do sistema sindical brasileiro. A agenda da reforma sindical está em pauta.

Há posicionamento diversos no mundo sindical dos trabalhadores. Há aqueles que defendem que se deve preservar as atuais regras e há aqueles que concordam com mudanças. Todos querem um sindicalismo ativo e representativo e com negociações estruturadas. Todos consideram que o momento é de grande adversidade para tratar do tema.

De todo modo, mesmo que não se promovam alterações nos marcos normativos legais, há que se realizar uma profunda reestruturação sindical para que a organização dos trabalhadores se coloque coetânea ao novo mundo do trabalho que irrompe nas bases das transformações do sistema produtivo. Representar a todos os trabalhadores, com organizações estruturadas de modo a favorecer uma agregação ampliada da representação (setor ou ramo de atividade) e voltadas para práticas de cooperação.

Neste caso ainda poder-se-ia avançar para o desenvolvimento de um sistema autônomo e efetivo de autorregulação entre trabalhadores e empregadores, que fosse suporte para a reestruturação sindical do sistema de relações de trabalho e a solução dos conflitos por meio de instrumentos criados pelas partes.

Entretanto, se o processo legislativo for em frente, há que ter propos-

tas para serem colocadas em debate. O Congresso Nacional poderia ser palco de um pacto entre trabalhadores, empregadores e organizações do Estado, que passariam a regular de maneira autônoma as relações laborais e sindicais.

3. O CONTEXTO E AS MUDANÇAS NO SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: RETROCESSOS E DESAFIOS

OUTUBRO DE 2019

A reforma trabalhista em curso no Brasil está em sintonia com outras reformas idênticas realizadas em mais de uma centena de países. É um projeto mundial das forças econômicas e políticas que organizam o sistema produtivo, a partir do capital financeiro - bancos, rentistas e investidores - e de uma economia que expande o setor de serviços. E, para isso, impõe a máxima flexibilidade da força de trabalho.

A grande diferença aqui no Brasil é que se depôs uma Presidenta eleita para se materializar um conjunto de reformas que oferecem ao capital, preferencialmente internacional, a oportunidade de

ocupar o país e comprar suas riquezas naturais e produtivas a preços módicos. Nesse processo acelerado de entrega, os investidores internacionais foram claros nas condições: querem segurança jurídica dos ativos adquiridos, garantias de que o Estado não aumentará impostos e manterá o fluxo controlado e contínuo de remuneração da dívida pública; exigências que levam à reforma da previdência e à reforma trabalhista.

Vale lembrar uma declaração exemplar, de meados de 2016, de um representante da Janus Capital Group, gestora americana com quase US\$ 200 bilhões em fundos. Petrobras, Itaú Unibanco, Lochpe-Maxion, Suzano e Marfing fazem parte de sua carteira de investimentos no Brasil. Dan Raghoonundon, analista da empresa, concedeu entrevista ao jornal Valor (11/06/16) e, sobre a Petrobras, disparou: “realmente acredito que a companhia tem um valor intrínseco e está barata relativamente a seus ativos. Existe muito potencial para a Petrobras para um investidor de longo prazo”.

Avançando sobre as escolhas do país, Dan Raghoonundon soltou: “O Brasil tem que decidir se pretende aceitar grandes quantidades de companhias estrangeiras controlando ativos-chave de infraestrutura. E, claro, essas companhias estrangeiras vão ter que ser compensadas pelo risco que vão tomar”.

As condições complementares e essenciais são por ele destacadas no início da entrevista: a estabilidade política de um novo governo que deve enca-

minhar as reformas necessárias para o objetivo proposto. E quais são elas? Dan com a palavra: “Vamos monitorar a aprovação de todas, como a da previdência e dos benefícios trabalhistas”.

A impressão é que os brasileiros não se dão conta de que o país é uma das maiores economias do planeta, com inigualável base natural, robusta estrutura produtiva e enorme mercado interno. É um grande negócio para o resto do mundo a venda de ativos e a transferência da soberania brasileira para empresas estrangeiras. Infelizmente a sociedade dá pouca atenção a esse processo, que se encontra em fase avançada de execução. Mas não é esse o foco deste artigo.

Aqui vamos analisar a reforma trabalhista no contexto das demais reformas no Brasil e no mundo, indicar os eixos estruturantes da reforma aqui realizada e apontar impactos e alternativas para a ação sindical e para os trabalhadores.

A nova loucura ocupa o mundo

Está em curso um movimento de profunda transformação no sistema produtivo e distributivo do capitalismo mundial, capitaneada pelo sistema financeiro, que fragmenta a produção e concentra renda e riqueza.

O setor de serviços expande a mercantilização de todas as atividades humanas e é parte estratégica da externalização de custos da produção industrial pela terceirização. Nessa dinâmica, já é responsável por 60% a 80% da es-

estrutura econômica dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e por mais da metade dos empregos.

Há investimentos vultosos de empresas e Estados no desenvolvimento tecnológico da base produtiva e, especialmente, de tecnologia para as áreas do setor de serviços e do comércio. A tecnologia atingirá em massa os empregos no mundo desenvolvido e em desenvolvimento e substituirá os postos de média e alta qualificação, diferentemente do que aconteceu na indústria, que desempregou, predominantemente, trabalhadores de média e baixa qualificação.

Novas ocupações surgirão para preencher espaços nos quais as máquinas ainda não terão capacidade de substituir os humanos. O que fará o mundo com a massa de milhões de desempregados estruturais?

Globalização, financeirização, serviços e tecnologia combinam uma demanda de altíssima flexibilidade para alocar e remunerar a força de trabalho. A reforma trabalhista promove as mudanças que viabilizam essa demanda.

A juventude que chega hoje ao mercado de trabalho tem, cada vez mais, maior nível de escolaridade e supera a formação das gerações anteriores. Mas são gerações que, ao contrário do que vimos na era industrial, terão renda e padrão de vida inferiores aos de seus pais. Trata-se de um fenômeno novo. Esses jovens têm se deparado com ocupações precárias, parciais e inseguras. A formação e a comunicação em rede em tempo

real, associada a valores que estimulam a competição e o individualismo, lhes conferem outra visão da vida, das relações sociais, do emprego, da ocupação, do trabalho... há uma outra e desconhecida força de trabalho se formando. O que ela espera do futuro? Como será viver permanente e estruturalmente com empregos instáveis, precários e inseguros? Ninguém sabe exatamente.

Há a mercantilização das relações sociais em todas as esferas: tudo se transforma em mercadoria e serviços ofertados, consumidos e comprados pela massa salarial, que, no período anterior, expandia-se com mais empregos, crescimento dos salários e incorporação de novos mercados. As economias cresciam porque 3/4 dos lucros voltavam como investimentos promovidos pelas próprias empresas e os Estados mobilizavam partes dos impostos com o mesmo objetivo. Contudo, os salários pararam de crescer, os empregos sumiram, os lucros são distribuídos entre os acionistas e os Estados estão sendo conduzidos a reduzir-se a tamanho mínimo. De onde virá a demanda para ativar a confiança de investir e produzir? De onde virá a renda para consumir?

A expansão industrial construiu avanços econômicos com o aumento da renda média e avanços sociais na saúde, educação, serviços urbanos e seguridade social, que, no conjunto, conformam indicadores agregados que apontam resultados gerais impressionantes. Porém, esses mesmos resultados, quando ob-

servados por indicadores desagregados, revelam abissais desigualdades.

Há uma ruptura. Duas guerras e a Revolução Soviética produziram um acordo social no mundo capitalista, em especial, na Europa: uma economia de mercado capitalista, incentivada pela inovação e apoiada pelo investimento público, agregou valor e produziu riqueza (bens e serviços). Esse resultado foi repartido por meio de acordos sociais entre capital e trabalho, promovidos no espaço de sistemas de relações de trabalho composto por organizações sindicais fortes e representativas, que negociaram e definiram regras, critérios e meios de repartição no espaço da produção. A riqueza e a renda foram progressivamente tributadas para financiar investimentos e políticas sociais públicas universais promovidas pelos Estados nacionais. Esse acordo visava criar relações de coesão social e de pacificação de conflitos em um mundo que conhecera, com a bomba atômica na 2ª Grande Guerra, a capacidade real de se pôr fim à vida no planeta.

Na década de 70, outro movimento ganhou dinâmica e força, articulando-se em reação ao pacto distributivista social-democrata. Desde então, o poder da riqueza articula a força social – política, eleitoral, midiática – para confrontar o acordo social produtivista e distributivista construído nos limites do espaço de um capitalismo regulado. A busca do máximo retorno no menor prazo alterou a lógica do desenvolvimento econômico orientado pelo investimento na

ampliação da capacidade produtiva, expansão do mercado interno de consumo de massa, crescimento da produtividade, dos empregos e da renda média da sociedade. A ordem neoliberal ganhava forma.

O sistema financeiro ampliou, cada vez mais, o controle do sistema produtivo, redefiniu objetivos e metas, moldou a política econômica e a soberania dos Estados nacionais e adotou a desregulamentação como parte fundamental dessa estratégia. A crise de 2008 foi o ápice dessa trajetória e impôs às sociedades os efeitos e custos econômicos desse processo. Imaginou-se, então, que essa ordem neoliberal seria acuada para que as sociedades, com seus governos e o setor produtivo, recolocassem a regulação orientada para um setor financeiro de suporte ao desenvolvimento produtivo. Ledo engano. O que fazem desde então, é ampliar a captura da soberania das nações, submetendo os custos do ajuste às sociedades, ampliando a globalização da economia e seus ganhos, redefinindo a divisão internacional do trabalho e submetendo, cada vez mais, Estados e nações aos seus objetivos.

O capitalista agora se torna um sujeito oculto, representado por prepostos que se integram aos ganhos e invadem as instituições e o Estado de um país. Um complexo processo econômico, social, político e cultural aprofunda e expande a acumulação de riquezas em escala global, acirrando a concorrência entre as empresas, por meio da combinação

entre flexibilidade para alocar a força de trabalho e tecnologia.

O sistema produtivo subordina-se à lógica da acumulação da riqueza financeira e rentista. Os ganhos daqueles que vivem exclusivamente de renda oriunda dos patrimônios se sobrepõem à estratégia de investimento das empresas, orientando a alocação das plantas empresariais e combinando fatores como posicionamento físico, menor custo e altos investimentos em tecnologia, com o objetivo de reduzir, ao máximo, o trabalho humano.

As corporações engendram força política para enquadrar os Estados e governos e obter reformas institucionais que reduzam impostos; impõem garantias de que o direito privado não será ameaçado por formas coletivas de deliberação e pelo voto universal; asseguram o avanço da desregulamentação do sistema financeiro; protegem a transmissão de heranças e a valorização de patrimônios; simplificam as restrições para a apropriação privada da riqueza natural (minério, terra, água, floresta, etc.); acalentam a privatização de empresas estatais e louvam a aquisição e fusão de empresas; protegem o fluxo de pagamento das rendas oriundas das dívidas públicas.

O desenvolvimento que resulta da relação entre o Estado e os sistemas produtivos industriais nacionais motivadores de capacidade manufatureira e se constitui, pelo emprego e os salários, os mercados internos de consumo de mas-

sa - perde encanto econômico e político. O Estado regulador da distribuição do produto social, que visa minimizar a desigualdade e gerar coesão social, está em desuso. O comando agora é do sistema financeiro e se realiza pela ampliação da centralização da propriedade e pela reorganização da estrutura produtiva.

Esse grande movimento é operado por uma coalizão neoliberal entre os agentes do sistema financeiro; corporações multinacionais; oligarquias políticas e burocráticas; organismos econômicos internacionais; e burocracias dos Estados nacionais, que manejam novos arranjos produtivos e distributivos. Ao concentrarem a riqueza e alterarem o sistema produtivo, esses agentes fomentam a exclusão, geram e ampliam desigualdades e retiram capacidade institucional da sociedade para promover compromissos coletivos ou criar compensações e contrapartidas, estimulando a regressão do padrão civilizatório até aqui alcançado.

O pacto social do pós-guerra assegurava a regulação da organização capitalista da produção por meio de legislação laboral protetiva e de sistema de relações de trabalho que incentivava a negociação dos salários, das condições de trabalho e das contratações e demissões. Além disso, garantia impostos progressivos para o financiamento de políticas universais em democracias baseadas na liberdade dos indivíduos, que promoviam o bem coletivo. Esse processo está sendo gradativamente rompido, de maneira mais acentuada após a crise de 2008. No Brasil, o rompimento se ex-

pressa com o ataque aos fundamentos constitucionais do Estado social de 1988 e às transformações sociais promovidas desde então. A elite declara um retumbante basta a essas garantias!

O cartel financeiro impulsiona a riqueza financeira, que se movimenta e submete a sociedade à sua lógica de acumulação, segundo a qual o mundo deve estar “livre” das amarras da regulação social e política.

Nesse jogo, as instituições são desqualificadas, porque impedem a “livre concorrência das forças do mercado” e a “perfeita interação da meritocracia”. Investe-se contra as instituições, produto político do processo civilizatório, criadas a partir de acordos sociais que afirmam interesses gerais da nação e promovem a igualdade e a liberdade por meio de normas e regras operadas pelo Estado, instância capaz de regular e coordenar as relações sociais, econômicas e políticas. As instituições democráticas tentam, em cada contexto histórico e nacional, limitar e impedir, a partir do interesse geral da sociedade, aquilo que a ambição e a desenfreada busca pelo lucro promovem: a desigualdade, a exacerbação dos conflitos, a submissão de pessoas e povos, a coerção da vontade coletiva e da liberdade.

Após a crise financeira de 2008, essa coalizão neoliberal construiu uma estratégia para impedir a resposta regulatória proveniente da indignação mundial contra a loucura rentista. Os Estados pagaram a conta, com impostos sobre

toda a sociedade, aumentaram as dívidas públicas, que serão pagas por todos, e promoveram amplos cortes de direitos sociais e trabalhistas. A recessão e o desemprego, oriundos da crise e das medidas engendradas de ajuste fiscal, criaram o ambiente favorável para virar o jogo institucional e regulatório.

Três casos de reforma trabalhista no mundo

Espanha

Há décadas, a Espanha enfrenta graves problemas econômicos, que resultaram em situação crônica de desemprego, com altas taxas para a população em geral – superiores a 20%; e elevadíssimas para os jovens – acima de 40%.

A mais recente reforma trabalhista espanhola foi aprovada em 2012, quando a economia do país enfrentava a segunda recessão em 10 anos. Seguindo o mesmo receituário aplicado para flexibilizar o mercado de trabalho, a reforma tratou, de um lado, de diminuir a criação de postos de trabalho temporários, elevando o custo de indenização dos temporários de 10 para 12 dias por ano trabalhado; e, de outro, desestimulou as demissões em momento de crise, mas facilitou os procedimentos para realizá-las, diminuindo o custo das dispensas, cuja indenização caiu de 45 para 33 dias por ano trabalhado. Também abriu a possibilidade de flexibilização para redução de jornada e de salário, além de alterar o sistema de relações de trabalho, limitando o poder das negociações gerais ou setoriais. Em uma economia

de câmbio fixo (Euro), a reestruturação buscou ajustar o custo do trabalho com desvalorização salarial, para tentar recuperar a competitividade.

Os resultados logo se fizeram notar. O desemprego passou de 21% para 27%, motivado pela redução do custo de demissão dos trabalhadores com contratos de prazo indeterminado. Posteriormente, em virtude do surgimento de empregos predominantemente precários, as taxas de desemprego caíram para 18%. No momento da retomada econômica, a flexibilidade acelerou a criação de postos de trabalho temporários, com prazo reduzido ou de tempo parcial.

A reforma objetivou ampliar o protagonismo do empregador para regular custos laborais e salários. Houve queda dos rendimentos do trabalho em função da aplicação dos novos mecanismos e da rotatividade, impulsionada pela possibilidade de redução dos salários dos contratados em relação aos dos demitidos.

A economia espanhola enfrenta o desafio decorrente dessa política: arrocho salarial e precarização dos empregos reduzem a massa salarial, geram insegurança e deprimem a capacidade de consumo do mercado interno, ou seja, enfraquecem a demanda, geram pobreza e contribuem para o aumento da desigualdade.

Desde os anos 1980, foram mais de 50 mudanças nas instituições e na legislação laboral, sempre buscando saídas para a crise e o emprego. O proble-

ma continua, com desemprego crônico e grande número de trabalhadores temporários ou em jornada parcial.

É importante destacar que a Espanha foi usada como referência para a orientação da reforma trabalhista no Brasil.

México

Brasil e México abrem alas na América Latina para as reformas que promovem e ampliam a precarização de um mercado de trabalho pouco estruturado, com alta informalidade e muita ilegalidade.

O mercado de trabalho mexicano vai mal, em uma economia em desestruturação, que está integrada e subordinada aos Estados Unidos. A transformação do parque produtivo precarizou os empregos e aumentou a informalidade, que reúne, atualmente, quase 60% dos trabalhadores. A rotatividade com flexibilidade reduziu os salários e mais de 80% da população ocupada recebe menos de US\$ 5 por dia, o equivalente a US\$ 150 por mês.

Em 2012, o México implantou uma reforma trabalhista que não entregou o que prometeu: criar empregos e estimular a economia. Neste ano, em fevereiro, novas mudanças entraram em vigor: retirada do direito de indenização para trabalhadores com menos de seis meses de contrato laboral; liberação da terceirização - situação em que os calotes so-

bre os trabalhadores se multiplicam; salários cortados nas greves e regras mais rígidas para servidores públicos; jornadas de trabalho flexíveis e pagas pelas horas efetivamente trabalhadas (aqui denominados contrato intermitente); reforma sindical; e reforma na Justiça do Trabalho.

França

O governo da França encaminhou a reforma trabalhista com os mesmos eixos observados nos demais países: flexibilização para as empresas negociarem diretamente com os trabalhadores ou com representante dos empregados, sem caráter sindical; limite para a indenização por demissão sem justa causa; redução das possibilidades de processos trabalhistas; apoio a programas de demissões voluntárias sem assistência sindical.

Impactos e Desafios

As reformas trabalhistas no mundo respondem aos objetivos da coalizão neoliberal, promovendo amplo movimento de ruptura de diálogo social entre capital e trabalho que visava à formação de pactos sociais distributivistas em economias capitalistas. Esses pactos engendraram arranjos produtivos nacionais integrados à economia internacional, com acordos sociais e trabalhistas de políticas públicas universais de saúde, educação e proteção previdenciária; po-

líticas ativas de emprego; e instituições reguladoras das relações trabalhistas. Esse compromisso, base inclusive da democracia moderna, tem sido contínua e progressivamente rompido, desmobilizado e desqualificado.

O primeiro desafio é investir na compreensão dessa nova complexidade, criando espaços de reflexão para a análise dos fenômenos e debate sobre a intervenção na realidade. Esse desafio pode ser enfrentado com maior articulação e cooperação entre o movimento sindical e intelectuais que atuam na Academia e em pesquisa social, por meio da promoção de encontros de saberes voltados à transformação social.

O segundo desafio é articular forças sociais amplas dispostas a investir no desenvolvimento como processo de pactuação da relação entre a produção e a distribuição econômica, no fortalecimento das instituições, na democracia, na liberdade, na redução das desigualdades e na promoção de políticas sociais universais.

O terceiro desafio 3 é compreender que o fenômeno da globalização requer um outro nível de articulação internacional das forças sociais, inclusive do sindicalismo, e que se construa cooperações para intervenção crítica e transformadora.

No plano ideológico, o individualismo se sobrepõe aos interesses coletivos, transformando cada pessoa “livre” em unidade de consumo, archoada pelo salário, mas libertada pelo crédito.

A meritocracia amplia a competição e quebra os laços de solidariedade entre os trabalhadores e os vínculos para a sustentação dos sindicatos como escudo protetor.

Assim, o quarto desafio é desenvolver espaços e oportunidades para encontros, nos quais o isolamento e a solidão promovidos pela hiperconectividade sejam contrapostos pelas possibilidades que o outro oferece a partir do diálogo, da interação, da intervenção conjunta, da capacidade de criar.

O quinto desafio é investir na oferta de oportunidades de redescoberta da relação com o outro como forma de construção da própria identidade, processo no qual a cooperação revela potencialidades, indica que meritocracia é um conceito que isola e discrimina e que o consumo deve ser orientado pela qualidade de vida e pelo bem estar de todos. Os sindicatos podem se pensar como organização que se desafia a ser uma instituição com essa intencionalidade a partir do seu fundamento originário que é a solidariedade.

As transformações econômicas e dos sistemas produtivos, a expansão da economia de serviços, com tecnologia e comunicação criando novos padrões e paradigmas transformam a temporalidade dos processos e das decisões. A agressiva competição entre empresas e nações e a demanda pelo máximo retorno ao investidor, sem compromisso com a produção e com a questão distributiva, pressionam o sistema produtivo, na bus-

ca pelo menor custo, à máxima flexibilidade para alocar e desmobilizar o trabalho na produção, ajustar salários, limitar custos diretos e indiretos, reduzir passivos trabalhistas e aumentar a segurança jurídica das formas flexíveis de contratos laborais.

As reformas trabalhistas, na maior parte dos países, estão entregando a flexibilidade propugnada. A crise econômica e o desemprego deram assento à iniciativa e reduziram a capacidade de resistência.

O sexto desafio é, portanto, é refletir sobre uma economia que expande serviços, tecnologia e comunicação. O sindicalismo estruturado e organizado a partir do mundo fabril não é capaz de responder a essa nova ordem de organização da produção. As grandes unidades produtivas (fábricas), que reuniam milhares de trabalhadores (operários) que entravam todos os dias pelos mesmos portões e no mesmo horário; que geravam, na cultura familiar, a expectativa de que a profissão dos pais passasse para os filhos; que criavam os bairros operários e que, por sua dinâmica, estruturaram a solidariedade institucionalizada nos sindicatos, não é mais a dominante entre os trabalhadores. Atualmente, essa situação perde participação relativa na composição da classe trabalhadora e expandem-se as ocupações instáveis, precárias e com salários predominantemente inferiores aos oferecidos pela indústria.

As unidades de produção estão distribuídas e espalhadas no espaço urbano, alocando poucos trabalhadores – e até mesmo trabalhadores isolados. Não há, necessariamente, postos de trabalho fixos fisicamente, e sim trabalhadores que circulam no espaço da cidade ou entre cidades. Também não há emprego fixo, mas possibilidades diárias de ocupação, como o trabalho intermitente e o trabalho autônomo. O desafio é compreender essa nova dinâmica de organização da produção e seus reflexos para a organização sindical.

Os mercados de trabalho ganham cada vez mais dinâmica dual, com empregos seguros (cada vez menos) e inseguros (cada vez mais e com diversas formas de materialização). As ocupações sem segurança, garantidas pelas legislações, ampliam o emprego temporário, autônomo ou por conta própria; terceirizado ou promovido por agência de locação de mão de obra; com jornada parcial, intermitente.

O sétimo desafio, como resposta estrutural às mudanças na base produtiva e no sistema laboral, é recolocar o sindicato como sujeito de representação coletivo, instrumento que atua como escudo protetor contra o poder de submissão da empresa sobre o indivíduo.

O oitavo desafio é materializar o princípio indicado no desafio 7, trazendo para as Convenções e Acordos Coletivos o poder de regular por meio da negociação toda e qualquer iniciativa de aplicação das novas regras da Lei. Caberá à

negociação estabelecer as regras, as formas e as condições para operar a nova legislação.

O nono desafio é dar a máxima proteção aos indivíduos na relação laboral. Para além das Convenções e Acordos, os sindicatos devem lutar para garantir assistência sindical no momento das homologações, situação nas quais se verificam inúmeras fraudes trabalhistas que, posteriormente, são remetidas à Justiça do Trabalho. Essas e outras questões – tais como jornada de trabalho, banco de horas e férias – devem contar com a presença e assistência do sindicato.

O décimo desafio é enfrentar a dinâmica na qual a tecnologia ocupa cada vez mais os espaços do trabalho humano e o acúmulo de capital físico e produtivo expande a produtividade. Nesse contexto, há que se lutar pela redução da jornada, considerando o papel fundamental do trabalho nas sociedades e dos salários na composição dos mercados internos de consumo para a formação da demanda.

A relação entre empregos seguros e trabalhos temporários poderia existir de forma positiva, se houvesse alta mobilidade entre essas formas de ocupação e se a transição dos trabalhadores temporários para ocupações estáveis, quando desejada, fosse bem-sucedida. Ademais, esse tipo de contrato flexível deveria ser protegido por amplas e universais políticas públicas de emprego. Entretanto, o trabalho temporário é, predominantemente, imposição para uma condição in-

segura, instável e precária, cuja transição ou motricidade ocorre para a condição de desemprego.

Logo, o 11º desafio é criar alta capacidade sindical de disputar a regulação de todas as formas de ocupação e contratação, capaz de impor limites à flexibilidade e garantir ocupações seguras. Em paralelo, é necessária a ampliação do sistema de proteção dos empregos, de políticas públicas da área da educação e formação profissional e de sistemas de intermediação de mão de obra eficientes; além de seguro-desemprego com duração abrangente e garantia de renda. Ainda é imprescindível a adoção de medidas de apoio a pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos no que se refere a crédito acessível e assistência técnica.

As diferentes formas de trabalho parcial e temporário, precário e instável têm influência no baixo crescimento da produtividade, especialmente nas micro e pequenas empresas, uma vez que dispensam o investimento em formação e desestimulam o acúmulo de experiência que promove avanços no processo produtivo.

O 12º desafio é, então, investir em políticas de incremento da produtividade (agregação de valor e expansão de mercado) para micro e pequenas empresas, que possam se desdobrar em compromissos de melhoria dos empregos e da remuneração dos trabalhadores.

Observa-se ampla substituição de empregos estáveis por ocupações tem-

porárias e de tempo parcial. A taxa de desemprego diminui com a precarização da qualidade dos postos de trabalho. A insegurança no emprego, a situação de desemprego e as formas precárias de ocupação geram novas doenças ocupacionais, como estresse e ansiedade, e interferem não somente na vida no trabalho, mas nas dimensões pessoal e familiar. O 13º desafio é, além de atuar na proteção dos empregos e contra a precarização, investir na formulação e no desenvolvimento de políticas públicas que, associadas à redução da jornada de trabalho, ofereçam um sistema de seguridade social permanente, assistência social e suporte às famílias no que se refere à moradia, transporte, saúde e educação, entre outros aspectos. Também é imprescindível que se assegure a tributação progressiva da renda e da riqueza, de modo a viabilizar a promoção de bem-estar e qualidade de vida à sociedade.

A população jovem é a mais atingida por esse conjunto de reformas e pela debilidade dos mercados de trabalho para gerar empregos seguros. De um lado, a juventude é estimulada ao individualismo e à competição, o que cria novos e desconhecidos comportamentos sociais de isolamento. De outro, o fosso que separa gerações se amplia, os jovens passam a ter uma perspectiva de vida de pior qualidade do que a de seus pais, apesar de terem investido mais em formação. Nesse caso, a contradição é maior: o investimento em formação conduz a empregos precários e com baixíssima remuneração. Observa-se ainda

tendência geral de aumento do emprego temporário entre os jovens.

Isso leva ao 14º desafio: abrir as portas dos sindicatos para que os jovens os ocupem, com sua visão de mundo e os valores que se desenvolvem nessas novas condições concretas: maior nível de formação, para um mercado de trabalho inseguro e menores salários. Um novo sindicalismo deverá emergir como resposta a todas essas mudanças, a partir dos novos sujeitos coletivos que os jovens de hoje, trabalhadores de amanhã, irão construir.

As reformas restringem o papel de representação coletiva de interesse dos sindicatos para regular os conflitos reais da relação capital e trabalho. O resultado pode ser uma sociedade submissa, em função de diversos fatores, como a coerção exercida pelas empresas, a força de polícia do Estado, o medo do desemprego e a desigualdade que desvincula as pessoas de compromissos sociais. Outras possíveis consequências são o aumento dos conflitos trabalhistas e sociais e diferentes formas de micro e macro rupturas. Dessa maneira, o 15º desafio é, além do investimento na negociação, criar os meios para a presença e consolidação das organizações sindicais no chão da empresa.

No mesmo tom da flexibilização do trabalho, estão sendo promovidas revisões das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Formação profissional, intermediação de mão de obra, seguro-desemprego e apoio ao empreendedo-

rismo estão fragilizados em razão da crise fiscal dos estados e da pressão pela redução de impostos. Dessa forma, o desafio de número 16 é investir no desenvolvimento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

A tensão também é permanente e forte sobre os sistemas de seguridade e previdência social, com o objetivo de reestruturá-los, a fim de restringir os direitos e o acesso da população, além de aumentar as contribuições. O desafio de número 17 é estruturar um sistema previdenciário e de seguridade social universal, no qual seja assegurado a todos, a partir de certa idade, o direito à renda de proteção. Esse sistema deverá ampliar sua fonte de financiamento por meio da combinação entre contribuição previdenciária e impostos gerais progressivos oriundos de toda a sociedade.

Nessas medidas de flexibilização, há a lógica intrínseca de deslocar a proteção ao trabalhador para a segurança jurídica das empresas, seja para flexibilizar contrato e jornada, reduzir salários e custos trabalhistas ou, ainda, para evitar e controlar passivos. Trata-se de uma agenda claramente regressiva do ponto de vista do direito, da distribuição e formação da demanda pelos salários. O 18º desafio é sustentar a disputa sobre o papel da Justiça do Trabalho, dos seus enunciados e de sua função como mecanismo de solução de conflitos. De maneira ampla, é necessário trazer aos espaços das organizações sindicais de base a tarefa de solução de conflito.

Pesquisadores preocupam-se com os impactos das inovações tecnológicas sobre o emprego, afirmando que metade dos postos de trabalho poderá ser extinta nas próximas décadas. Essas questões colocam a premência de construção de novos paradigmas para jornada de trabalho, sistemas universais de proteção laboral e sustentação ou complementação de renda, previdência e uso do tempo livre, entre outras inúmeras questões.

Evidentemente, a questão do emprego e dos salários está relacionada à dinâmica econômica e aos projetos de desenvolvimento e da integração de cada país à economia global. Será necessário imaginar novas concepções de desenvolvimento econômico sustentadas por arranjos institucionais que combinem a liberdade e a igualdade em sociedade democráticas. Logo, o 19º desafio é pensar novas oportunidades de ocupação, muitas delas de caráter comunitário, de interesse social e geral, que podem se desenvolver, por exemplo, a partir de cooperativas. A questão da recuperação e preservação do meio ambiente pode ser um elemento estruturante da atividade criativa do trabalho do futuro.

Uma sociedade que ganha tempo de vida e envelhece vai requerer cuidados pessoais e familiares que podem gerar novas ocupações. O cuidado com o outro e com o ambiente deve abrir possibilidades para ressignificar a vida no trabalho e em sociedade. As tarefas de cuidados de crianças e velhos são outros serviços que poderão gerar ocupações

que agregam valores intangíveis para toda a sociedade e a sociabilidade.

Por fim, é preciso falar dos sindicatos, esse instrumento de luta criado pela solidariedade dos trabalhadores, que constituem um escudo coletivo de proteção da liberdade individual. As profundas transformações no sistema produtivo e no mundo do trabalho exigem, desde já, atenção também para a organização capaz de recolocar a solidariedade na base da unidade dos trabalhadores, criar formas organizativas para novos contextos de trabalho, de uso do tempo, de como as pessoas se colocam nas e para as relações sociais no cotidiano. As formas precárias de trabalho devem levar à criação de modos mais agregados de representação, capazes de lutar para recriar instrumentos de regulação dos contratos, jornadas, salários e condições de trabalho. Será preciso desenhar processos de mobilização e manifestação de interesse, recuperar a formação política que valoriza e favorece a sociabilidade, a justiça, a igualdade, a tolerância. Será necessário recriar e dar novo sentido à luta, assim como construir alianças com os movimentos sociais e populares.

4. A IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS

MAIO DE 2017

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados promove uma devastação dos direitos trabalhistas, individuais e coletivos. Em apenas duas semanas, os deputados rasgaram o projeto encaminhado pelo poder Executivo e fizeram uma radical mudança no sistema de relações de trabalho, sem qualquer discussão com a sociedade. Alteraram, com a proposta, os instrumentos e regras que regem as relações sociais de produção e a distribuição econômica, construídos em um século de luta social e política.

As mudanças propostas atingem o papel dos sindicatos e a relação deles com os trabalhadores, o processo negocial, os limites do negociado e a relação com a legislação, o conteúdo dos direitos, o papel da justiça. O objetivo é dar ampla proteção às empresas, eliminando obstáculos, como o direito definido em Lei, o sindicato e a Justiça do Trabalho.

O movimento sindical já chegou a debater com empresários e governos mudanças nas relações de trabalho no Brasil, tema pouco tratado no Congresso Nacional. Nas discussões, ficou claro que é fundamental avançar em regras que ampliem a representatividade das entidades sindicais, aumentem a participação direta dos trabalhadores desde o local de trabalho, fortaleçam e ampliem

o papel das negociações e dos acordos coletivos (local, setorial, nacional), deem maior celeridade, agilidade e segurança às soluções dos conflitos, entre outros aspectos. Diversas propostas debatidas poderiam compor um verdadeiro projeto de modernização.

A propositura que passou na Câmara, no entanto, visa criar condições institucionais para a redução estrutural do custo do trabalho. Com esse objetivo, quebra os sindicatos, instrumento essencial para a construção dos direitos trabalhistas, proteção dos trabalhadores e promoção de reequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho. Inúmeros estudos mostram o papel essencial que os sindicatos tiveram na construção das sociedades modernas, colaborando imensamente para torná-las menos desiguais, com mais direitos sociais e coletivos etc. Há também muitos trabalhos que mostram a rigidez (leia-se proteção) que os sindicatos impõem à queda da taxa de salários.

No Brasil, há atualmente 11.700 sindicatos de trabalhadores, dos quais 8.800 representam os trabalhadores urbanos e 2.900, os rurais. Cerca de 33% estão na região Sudeste, 27% no Nordeste, 23% no Sul, 10% no Centro-Oeste e 7% no Norte. Essas organizações representam cerca de 50 milhões de trabalhadores. Se incluídas a representação patronal e as entidades da estrutura vertical, são cerca de 17 mil entidades, que ocupam aproximadamente 120 mil pessoas. Esses e outros dados fazem parte da Nota Técnica 177, publicada pelo DIEESE,

A importância da organização sindical dos trabalhadores (disponível em www.dieese.org.br). O estudo mapeia o conteúdo de mais de 56 mil convenções coletivas e 308 mil acordos coletivos de trabalho celebrados entre 2007 e 2017 e mostra que 93% dos instrumentos tratam de questões salariais, como gratificações, adicionais, auxílios; 89% abordam o contrato coletivo de trabalho (admissão e demissão); 87% referem-se às condições de trabalho, normas de pessoal e estabilidade; 89% regulam a jornada de trabalho (duração, distribuição, controle e faltas); 70% tratam das férias e licenças; 85% regulam questões de saúde e segurança; 92% regulam as relações sindicais, além de definirem regras para as negociações, solução de conflito, entre outros.

A história mostra o papel e a importância dos sindicatos. A relevância reconhecida dessas entidades fez da organização sindical um direito humano fundamental, normatizado em várias convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com o projeto aprovado na Câmara, o Brasil se desconecta e se distancia do processo civilizatório e faz um caminho regressivo rumo aos tempos de escravidão.

5. PROTAGONISMO EM UM SINDICATO EM MUDANÇA

MARÇO DE 2019

Os Sindicatos mudarão e o sindicalismo será diferente porque o sistema produtivo se transforma drasticamente: a tecnologia avança para todos os setores da economia e altera o mundo do trabalho; há inúmeras iniciativas de governos para modificar as normas que regem o sistema de relações de trabalho e o direito laboral; alguns empregadores querem tirar os Sindicatos do jogo social de disputa pela repartição da produção econômica resultante do trabalho social.

Tudo isso ocorre rapidamente, no Brasil e no mundo. Há articulações “de quem manda no mundo” para mobilizar recursos financeiros e decisões, para globalizar as mudanças. A ideia é flexibilizar o trabalho, com uma grande variedade de formas de contratação, a jornada de trabalho, os salários, restringir direitos trabalhistas e, ao mesmo tempo, ampliar a proteção às empresas contra passivos trabalhistas, garantindo que a iniciativa de mudança por parte do empregador ocorra sem resistência sindical e dos trabalhadores.

Os trabalhadores querem participar desse jogo social? Os dirigentes compreendem seu papel histórico? Os Sindicatos querem ser protagonistas para mudar o rumo da história?

Respostas afirmativas exigirão que se atue para assumir o comando na condução dessas mudanças. Então, o que fazer?

Primeiramente, compreender quais são as transformações em curso no sistema produtivo, na inovação tecnológica, nas regras do jogo, na propriedade do capital, na cabeça dos novos trabalhadores. É fundamental para as entidades a ampliação dos estudos, com sério investimento em formação de dirigentes e ativistas sindicais. Sem isso, não será possível entender a situação, prospectar possibilidades de futuro e, principalmente, ter potencial para criar propostas, estratégias e iniciativas.

Em segundo lugar, é preciso colocar os trabalhadores em movimento, para que eles possam atuar nas frentes de transformação. É em movimento, em múltiplas ações e lutas, que poderão compreender o que está acontecendo, quais são os interesses envolvidos. É em movimento que ganharão interesse em aumentar o conhecimento, estudar, para dar respostas criativas e possíveis e se tornarem protagonistas capazes de dar novos sentidos para as mudanças que impactarão a vida de todos.

Terceiro, para que o movimento consiga estimular os trabalhadores, será preciso inovar nas formas de organização, que precisarão ser pensadas e coordenadas desde o local de trabalho, mas estruturadas também nos locais de moradia. Criar uma organização flexível e com alta capacidade de conectividade.

Quarto, um movimento organizado, com novas conectividades, exigirá uma abordagem renovada em termos de comunicação, que incentive os trabalhadores a se reunirem e a se unirem em lutas e propósitos, que os anime para ação conjunta. A comunicação precisará ser orientada pela solidariedade, como a organização e a luta.

Quinto, a capacidade material dos Sindicatos deverá ser reorganizada, para dar sustentação às transformações. Os recursos patrimoniais e financeiros deverão ser repensados no contexto dos ataques ao financiamento sindical, visando ao melhor uso possível. Patrimônio e finanças bem organizados, sustentáveis e eficientes para ser a base material de investimento na mobilização, na organização, na formação, na comunicação - tudo voltado para lutas cujo sentido é anunciado e disputado pelos trabalhadores.

Sexto, o protagonismo será dos dirigentes que forem capazes de olhar as florestas e não apenas as árvores que estão no próprio quintal. Serão protagonistas dirigentes e militantes despojados em relação ao poder que reúnem, capazes de colocar competências e poder em favor de todos os trabalhadores, e que estejam imbuídos de um profundo compromisso com as novas gerações que chegam ao mundo do trabalho.

Assumir uma postura protagonista é se reconectar com o sentido da história de milhões de trabalhadores que procuraram caminhos para uma socieda-

de justa e fraterna. Serão protagonistas aqueles que souberem mobilizar e organizar a luta e, ao mesmo tempo, tiverem capacidade de promover e ampliar o diálogo social qualificado, no espaço da democracia, impulsionando mudanças que atendam ao interesse coletivo.

6. O FUTURO DO SINDICALISMO E O SINDICALISMO DO FUTURO

MAIO DE 2019

Aumenta entre dirigentes, militantes e ativistas sindicais a preocupação sobre o futuro do sindicalismo. Há dúvidas que chegam a apontar para a inexistência desse futuro ou percepções de que o sindicalismo acabou ou está acabando. É um sentimento racionalizado que deriva, em parte, da interpretação dos resultados do ataque sistemático, crescente e agressivo que os sindicatos e os dirigentes vêm sofrendo.

As razões para tudo isso estão relacionadas às transformações do sistema produtivo e do mundo do trabalho, mas também ao individualismo e à meritocracia, que desconsidera a desigualda-

de de condições, e se colocam como valores gerais. Os sindicatos, como outras instituições, estão sob ataque pesado, ataques cujos propósitos nem sempre são compreendidos. O quadro geral é de dificuldade extrema para o sindicalismo e o contexto é de incerteza. Não à toa, a situação tem gerado ansiedade, desânimo e certo desespero.

Em períodos como este, no entanto, é preciso ter calma e tenacidade. A calma é condição necessária para mobilizar e produzir conhecimento. É necessário realizar conversas que relatem e interpretem cada fato, ação, ataque, para que se possa compreender o movimento histórico em curso e avaliá-lo, olhando para a frente. Essa leitura do real deve conduzir à formulação de estratégias inovadoras de atuação e de organização, respostas às mudanças em curso. Nas conversas, aqui e ali, afirma-se que é hora de repensar profundamente o movimento sindical, que o momento é de avançar na reorganização, orientada para a reinvenção da vida sindical. O grande desafio é dar conteúdo a esta síntese, identificar as estratégias que construirão o novo que se quer e que é necessário e, principalmente, desenhar as transições. É nelas, nas transições, que serão lançadas as sementes do novo sindicalismo.

A tenacidade, por sua vez, é a capacidade para resistir e de não partir, combinada com a determinação de promover renovação, reorganização e reinvenção.

Os sindicatos são uma força social unida em um contingente de dirigentes, militantes e ativistas. Essas pessoas formam um ativo cognitivo e cultural que, se adequadamente mobilizado e motivado, se constituirá em força social de alta capacidade transformadora. Os sindicatos detêm um ativo econômico-institucional de alto valor agregado para a sociedade, materializado nos direitos reunidos em convenções e acordos coletivos, que protegem os trabalhadores. Os sindicatos são instrumentos de solução de conflito que incrementam a produtividade e fortalecem a democracia. Possuem ativos patrimoniais capazes de lastrear um audacioso projeto de mudança e de renovação. Portanto, há (sim!) ativos para realizar uma transformação histórica.

Para isso, os sindicatos terão que reaprender a olhar e ver, de acordo com a seguinte distinção: olhar é uma atitude, ver é trabalho. Nem todos que olham são capazes de ver. O olhar exige atenção e um posicionamento. O ver é fruto do trabalho intelectual, de reflexão e de formulação, para captar a situação, compreender o contexto, interpretar o movimento da história e suas tendências. Olhar e ver exigem trabalho e requerem diálogo entre pares e adversários.

Os sindicatos têm o desafio e a responsabilidade de dar prevalência ao sentido original do sindicalismo, aquele movimento por meio do qual os trabalhadores se associam para constituir nova força capaz de promover e enfrentar a disputa distributiva com o patrão. Nesse movimento, tecem os fundamen-

tos da solidariedade de classe pela identidade de interesses, formulam políticas de atuação, formam e projetam lideranças. Utopias são imaginadas e compartilhadas. O destino do sindicalismo resultará, em parte, da capacidade que os sindicatos terão para dar prevalência à dimensão essencial do movimento como sujeito coletivo capaz de interpretar o presente em transformação e de desenhar as estratégias para as lutas e agendas futuras.

O futuro do sindicato depende de o sindicalismo tomar as rédeas do próprio futuro.

7. O SINDICATO DO FUTURO: A TRANSIÇÃO

JUNHO DE 2019

O Sindicato do futuro depende de ações e estratégias do movimento sindical no curto e no médio prazo, nesse contexto de profundas mudanças no sistema produtivo e nas relações de trabalho. Um caminho é promover alterações na organização, no patrimônio, na administração, nos serviços e nas formas de representação, nesse mundo ainda conhecido, complexo e desigual, resul-

tante de três revoluções industriais e tecnológicas, em um cenário no qual o ritmo de inovações é vertiginoso. A renovação sindical, no entanto, servirá para este momento em que ainda se vive a transição. Um novo universo irrompe e deverá obrigar o movimento sindical a uma nova e mais intensa transformação. Estado, empresas, instituições, comunicação e quase tudo o que conhecemos e que envolve trabalho e sociedade passam por mudanças disruptivas, que se aprofundam cada vez mais.

As novas formas de produção e de organização engendram também novas relações sociais, impondo outras dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas em contextos sociais concretos, com situações, modo de ser e de existir inéditos. Tudo está se tornando muito diferente daquilo que se conhece. O Sindicato tem o desafio de se reinventar para ser coetâneo com esse novo mundo. O desafio é a reorganização com a perspectiva do futuro.

O novo mundo começa a ganhar concretude. Há milhões de jovens trabalhadores nesse universo, gente que está muito longe, afastada dos sindicatos.

Sem trabalhadores não haverá futuro para os Sindicatos!

O Sindicato é uma organização e estrutura a serviço das lutas dos trabalhadores – e isso deve ser compreendido no sentido radical -, cujo futuro dependerá do que os trabalhadores que constroem o novo mundo fazem e farão. Serão esses trabalhadores que, ao ocu-

par posições nos sindicatos, desenharão essas entidades.

A reorganização que fará emergir uma “alma sindical” compatível com o mundo que surge será organizada na fonte das novas contradições que essas transformações criarão no sistema produtivo e nas relações sociais de produção. O fosso das desigualdades aumenta as injustiças sociais; a conexão múltipla e, em tempo real, tem levado à solidão e ao isolamento; o consumismo, o individualismo e a prevalência do imediato geram depressão; a pressão por resultados e lucro traz o fracasso e a banalização; o emprego e a ocupação precários e flexíveis conduzem à desproteção; o poder da riqueza e do mérito dos ricos promove o desespero e a frustração dos pobres.

No novo mundo, existirão muito mais complexidade e contradições. Mas não se deve desanimar, afinal é somente através do outro que a humanidade ganha existência. Sem o outro não há alegria, beleza, encanto ou amor. O ser humano está destinado a este encontro que também acontece na dor e no sofrimento e, principalmente, nas lutas.

Esse novo mundo repleto de contradições, velhas ou não, reabrirá as portas para que a solidariedade possa emergir como valor a criar possibilidades de outros modos de vida em sociedade e a tolerância possa ser reinstituída como instrumento para definir como a sociedade viverá. A filosofia resgatará a razão e a pedagogia, a arte de aprender com o outro.

Por isso, um projeto para um sindicato desse novo mundo nascerá das lutas dos novos trabalhadores que constroem outro universo. E o que podem fazer aqueles que aqui estão e vivem nesse universo em mudança? Abrir as portas do Sindicato e dar flexibilidade à organização para que a nova alma sindical tome forma e ganhe corpo por meio das lutas.

Por isso, o projeto de futuro deve colocar os trabalhadores em movimento, para que descubram o sentido da luta, renovem a solidariedade, descubram a força social e política e passem a acreditar nas possibilidades de justiça e de igualdade como projeto de sociedade. A reorganização sindical deve ser um projeto de transição que aposta no sindicato como instrumento a ser renovado pelas lutas dos novos trabalhadores. A transição deve ser um projeto de transformação de quem é capaz de deixar, para além da vida, sementes que germinarão vidas futuras. A transição é um projeto que intencionalmente abre a estrutura, a organização, o patrimônio, os serviços dos sindicatos para a transformação, para “um deixar acontecer e um vir a ser” desconhecido e que não se controla. A transição é uma estratégia para incentivar mudanças orientadas para o futuro e para o novo mundo. A transição é partilhar uma caminhada para a construção conjunta de um projeto de futuro.

8. O SINDICALISMO DO FUTURO HOJE: O ESSENCIAL E O URGENTE

AGOSTO DE 2019

*“Ao sacrificar o essencial pelo que é urgente,
acaba-se por esquecer a urgência do que é essencial”.*

Edgar Morin

É urgente saber distinguir o que é essencial e, ao mesmo tempo, saber tratar adequadamente as urgências. A abordagem que deve ser buscada, para quem hoje atua e quer ser protagonista do futuro, é aquela em que o essencial orienta as estratégias do enfrentamento das urgências.

É essencial inventar o sindicato do futuro e é urgente resistir, hoje e agora, aos ataques que visam destruir o movimento sindical e a capacidade coletiva de luta dos trabalhadores. Inventar e resistir são movimentações complementares, se estiverem conectados. A resistência deve incluir a destinação de tempo, dinheiro e trabalho para o investimento na invenção do sindicato do futuro, a ser feita de maneira que consiga animar a própria resistência. O trabalho de invenção é, em certa medida, a construção de uma utopia – o sindicato que será capaz de mobilizar as lutas futuras dos trabalhadores – que precisa ser bela e forte, para ser capaz de encantar a militância sindical e colocá-la em movimento de criação e construção do novo, enquanto se resiste, aqui e agora.

Inventar significa descobrir e revelar aquilo que está encoberto: as mudanças radicais e disruptivas no sistema produtivo; as múltiplas faces da inovação tecnológica, o impacto sobre os empregos e as profissões; a transferência patrimonial do capital para acionistas ávidos por lucros exorbitantes; as novas dimensões da globalização; a flexibilização radical das relações de trabalho e da proteção laboral e social; as diferentes formas de contratação, de jornada de trabalho, de inserção no mundo do trabalho; as ocupação inseguras e flexíveis, que ganham prevalência sobre o emprego; as transformações do Estado; a transição forçada da proteção social para a assistência, da previdência para o seguro, da solidariedade para a meritocracia; do coletivo e solidário para o individualismo. Essas transformações, entre inúmeras outras, fazem emergir um mundo do trabalho que o sindicato não conhece e um trabalhador distante do sindicato. A invenção começa com a descoberta desse mundo.

Inventar significa também imaginar, elaborar e arquitetar algo que ainda não existe e, portanto, é inédito. O essencial é, descobrindo as questões acima, inventar o sindicato do futuro como o sujeito coletivo e solidário, que conduzirá a organização, a mobilização, a formação, a negociação e as lutas no contexto desse amanhã incerto, mas que gradativamente vai se fazendo presente na vida dos trabalhadores. O mundo do trabalho será muito diferente daquele que conhecemos e que deu origem ao sindicato que hoje existe. Será preciso

acreditar e investir na possibilidade do insight, daquela iluminação mental que abre caminhos e é capaz de ver novas possibilidades, que arquiteta estruturas e desenha processos de criação e de produção.

Para a utopia, há antes o desafio da criação, de produzir o inédito, de gerar e de parir. Criar, no contexto social, é promover processos de transformação. O essencial é saber que a mudança estrutural do mundo do trabalho coloca o desafio de inventar o sindicato do futuro como resposta política e organizativa para gerar força, unidade e inteligência para os trabalhadores escreverem a própria história, cujo compromisso deve ser o de gerar o bem-estar e a qualidade de vida para todos.

Amarrados no presente e presos às urgências desconectadas do que é essencial, corremos o risco de sermos coveiros do atual sindicato. Olhando de maneira exclusiva e saudosista para o passado e tudo o que fizemos com sucesso, corremos o grave risco de não conseguirmos descobrir e prospectar sobre o futuro. Presos à estrutura que construímos, corremos o risco da cegueira situacional e de não vermos a transformação que brota no solo do sistema produtivo.

É urgente promover as mudanças na atual estrutura sindical e no sistema de negociação, com uma transição estrategicamente planejada e organizada, para que os trabalhadores e a atual organização e estrutura sindical sejam capazes de se inventar para esse amanhã que

já nos acompanha no presente. É fundamental promover mudanças que gerem capacidade para enfrentar as adversidades presentes na negociação coletiva, na organização e no financiamento sindical.

9. O SINDICATO DO FUTURO SERÁ A RESPOSTA ÀS COMPLEXIDADES DO PRESENTE

SETEMBRO DE 2019

Um campo de transformações de extensa complexidade vem irrompendo em todo o mundo, independente do contexto político de cada país. Avanços tecnológicos e financeirização global são os alicerces das mudanças. Empregos, ocupações, profissões e a sociedade em geral sentem, e sentirão ainda mais, os impactos. Na base material de um sistema produtivo em transformação, emerge um mundo do trabalho desconhecido, que obriga sindicatos a se repensarem. O futuro do sindicato depende da qualidade da resposta que a atual estrutura sindical será capaz de dar. A reestruturação dos sindicatos precisa mirar a capacidade de organizar, mobilizar e representar os trabalhadores inseridos nesse outro mundo do trabalho.

Essa transformação estrutural ocorre no contexto político e histórico-situacional de cada país, no qual Executivo, Legislativo, Judiciário e demais instituições, nos contextos econômico, social, político e cultural específicos, incidem com os respectivos projetos, propostas, iniciativas. Algumas vezes, a dinâmica do país acelera ou aprofunda as mudanças estruturais; em outras, cria resistências ou apresenta alternativas às mudanças. A complexidade da mudança estrutural do sistema produtivo e das relações laborais ganha conteúdo e dinâmica real na vida de uma nação, às vezes, de forma trágica.

É por isso que o projeto de país e de nação de um governo faz muita diferença na conformação da mudança estrutural no contexto concreto, assim como a relação entre mudança estrutural e projeto de governo molda o desenvolvimento, as possibilidades econômicas e o sistema produtivo do país. O mundo que hoje emerge das transformações adquire feições reais e os novos trabalhadores constroem nesse contexto a sua subjetividade concreta. A reestruturação para construir o sindicato do futuro deve ser resposta objetiva às mudanças concretas nesse contexto histórico presente.

No caso brasileiro, há projeto e iniciativas do atual governo federal para: alterar o padrão da legislação laboral; mudar as formas de proteção do trabalho e dos trabalhadores; provocar e promover mudanças profundas na estrutura sindical; alterar o financiamento de entidades sindicais; e buscar novas mediações

para a negociação coletiva e a solução dos conflitos.

Essas dimensões da complexidade situacional acima são vetores disruptivos que, ao provocar dinâmicas de mudanças radicais só no mundo do trabalho, nos empregos e ocupações, atingirão em cheio a condição de vida e a visão de mundo dos trabalhadores. No Brasil, essas complexidades estão em desenvolvimento e exigem respostas rápidas e criativas da atual organização sindical.

O desafio é criar respostas para reestruturar a organização sindical, para que ela continue a ser capaz de representar os interesses dos trabalhadores diante das novas complexidades. É crucial gerar soluções para uma estrutura que continue capaz de reunir os trabalhadores em torno da sua organização e com ela produzir unidade política que gere força social e econômica para apresentar sua agenda, seus projetos e visão de mundo, com habilidade para negociar e estabelecer compromissos que promovam ocupação de qualidade e protegida para todos e seja capaz de solucionar os conflitos.

O projeto de reestruturação sindical deve construir uma organização que represente todos os trabalhadores, inseridos no mundo do trabalho em múltiplas formas de ocupação e contratação, em relações laborais estabelecidas no sistema produtivo que está surgindo. Esse desafio exige repostas hoje, olhando para o futuro, com pés no chão e compromisso com a nossa história.

10. SINDICATO RAIZ SE DESAFIA A REPRESENTAR A TODOS

OUTUBRO DE 2019

O sindicato é uma criação histórica dos trabalhadores para lutar por melhores salários e condições de trabalho e pela erradicação das desigualdades econômicas e sociais. Sindicato raiz é a organização dos trabalhadores que atua no jogo institucional contemporâneo e se lastreia nas lutas e nos compromissos históricos dos trabalhadores e trabalhadoras.

As mudanças no mundo do trabalho vêm adicionando consideráveis desafios à tradicional e extensa pauta de defesa de direitos trabalhistas e o sindicato raiz é a organização que procura compreender as transformações em curso e prospectar, nesse novo contexto, as próximas lutas para promover proteção social e laboral.

A contratação assalariada tem sido flexibilizada, com o uso intensivo do trabalho autônomo, a ampla terceirização e a expansão da “pejotização”. A jornada de trabalho tem apresentado limites inaceitáveis. Varia da contratação de uma hora de trabalho pelo valor de R\$ 4,25 (como anunciado por uma rede de lanchonetes) a 12 e 15 horas diárias, de segunda a domingo, como a praticada, por exemplo, por ciclistas que entregam comida em domicílio. Enfim, a precarização toma conta do mundo do traba-

lho - fragmentado em múltiplas formas de ocupação, de jornada e sem direitos. Essa mudança estrutural exige que o sindicato raiz produza uma resposta organizativa contemporânea e ousada.

Os debates sindicais estão tomando essa questão como desafio central e estratégico. Nos congressos sindicais, o desafio de representar todos os trabalhadores e trabalhadoras ganha concretude nas deliberações e construções estratégicas. Para além de organizar e representar os trabalhadores assalariados e servidores estatutários, as Centrais Sindicais e as entidades de base estão assumindo a tarefa de promover um sindicalismo enraizado na representação de todos os trabalhadores inseridos por meio das mais variadas formas de ocupação e contratação. Trata-se de decisão histórica e com diversas consequências sobre a estrutura e organização sindical!

A estrutura ocupacional brasileira é historicamente heterogênea, com ampla informalidade e expressiva precarização. Os dados (arredondados) extraídos da PnadC (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao trimestre finalizado em agosto/2019, mostram que:

•A população em idade de trabalhar (quem tem mais de 14 anos de idade) totaliza 171 milhões de pessoas, do total de 210 milhões de pessoas que residem no Brasil.

•Cerca de 106 milhões estão ativos no mundo do trabalho - ocupados ou desocupados.

•O contingente de ocupados totaliza pouco mais de 93 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

•Os desempregados totalizam quase 13 milhões.

•Os ocupados estão setorialmente assim distribuídos:

- » Comércio e reparação de veículos, 17,5 milhões
- » Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, 16,5 milhões
- » Indústria, 12,1 milhões
- » Informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, 10,5 milhões
- » Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 8,6 milhões
- » Construção, 6,7 milhões
- » Serviço doméstico, 6,3 milhões
- » Alojamento e alimentação, 5,4 milhões
- » Outros serviços, 5 milhões
- » Transporte, armazenamento e correio, 4,8 milhões

- Cerca de 33 milhões são assalariados do setor privado, com registro em carteira (não considerado o emprego doméstico).

- Cerca de 11,8 milhões são assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada (não considerado o emprego doméstico).

- Cerca de 24,3 milhões são trabalhadores por conta própria.

- Os trabalhadores com vínculos formais totalizam 44 milhões, assim distribuídos:

- » o Assalariados do setor privado com carteira, 33 milhões
- » o Trabalhador doméstico com carteira, 1,8 milhões
- » o Assalariados setor público com carteira, 1,3 milhões
- » o Militar e servidor público estatutário, 7,9 milhões

- Os trabalhadores sem vínculo formal totalizam 18,8 milhões

- » Assalariados do setor privado sem carteira, 11,8 milhões
- » Trabalhador doméstico sem carteira, 4,5 milhões

- » Assalariados do setor público sem carteira, 2,5 milhões

- Os trabalhadores por conta própria totalizam 24,3 milhões, assim distribuídos:

- » Com CNPJ, 4,9 milhões
- » Sem CNPJ, 19,5 milhões

- Trabalhadores familiares auxiliares são 2,2 milhões

- Desse contingente de 106 milhões de pessoas ativas (ocupadas e desempregadas), cerca de 58,4 milhões contribuem para a previdência social e 47,6 milhões não contribuem.

O IBGE estima ainda a população subutilizada – que são os desocupados; os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas; e os que compõem a força de trabalho potencial, ou seja, que estão fora da força de trabalho, mas que, potencialmente, poderiam trabalhar. De acordo com os últimos dados, são 27,8 milhões de pessoas nessa situação:

- Desocupadas, 12,6 milhões

- Subocupadas por insuficiência de horas, 7,2 milhões de pessoas

- Pessoas fora da força de trabalho, 7,9 milhões (entre os quais, 4,7 milhões de desalentados).

- Os empregadores totalizam 4,3 milhões, assim distribuídos:

- » o Com CNPJ, 3,5 milhões
- » o Sem CNPJ, 0,8 milhão.

Desse universo de 106 milhões, descontados os empregadores, ao declarar que assume o desafio de organizar e representar todos os trabalhadores, o movimento sindical mira cerca de 102 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Em relação ao universo atual de representação - cerca de 44 milhões (assalariados com carteira e estatutários), o salto representaria ampliação de 58 milhões no universo da representação. Um salto ousado, necessário, correto e comprometido com as lutas históricas de um tipo de sindicalismo que tem raiz.

11. QUAL É O FUTURO DO SINDICALISMO? ORGANIZAR QUEM E QUANTOS?

DEZEMBRO DE 2019

O sindicalismo é resultado da construção política e voluntária de trabalhadores que decidem se associar; construir laços de solidariedade, a partir da condição de assalariado, servidor, conta

própria e de subordinados no sistema produtivo; criar identidade que se constitui de classe; compreender o mundo em que vivem; imaginar movimentos de luta para mudar a situação. Esses são desafios, se respondidos, darão o sentido para a organização.

Mas organizar quem e quantos?

O país tem hoje uma população estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de quase 208 milhões de habitantes, que deve crescer até atingir cerca de 230 milhões, nos anos 2040.

Atualmente, cerca de 170 milhões de pessoas têm idade para trabalhar, ou seja, têm mais de 14 anos de idade. Desse contingente, cerca de 62% compõem a força de trabalho ativa, ou seja, quase 104 milhões, dos quais 95% são trabalhadores e trabalhadoras e 5%, empregadores. Entre os 66 milhões que não compõem a força de trabalho ativa estão os idosos, os jovens, mais mulheres do que homens, que não estão no mercado de trabalho.

Os jovens, pessoas entre 14 e 29 anos, são 52 milhões, que, nos próximos 30 anos, serão a base da força de trabalho do país. Por isso, essa deveria ser a população prioritária para a ação sindical. O movimento sindical deveria atuar intencionalmente no processo de formação, prioritariamente no ensino médio e superior, participando da formação para a cidadania crítica e plena, bem como da orientação para a vida que se inicia no mundo do trabalho. Essa tarefa acaba

negligenciada por parte do movimento sindical, que deixa ao setor patronal a formação da força de trabalho e abdica de participar desse momento precioso de construção de visão de mundo dos novos trabalhadores. O movimento sindical do futuro se renovará se o jovem for sujeito ativo da reestruturação do sindicalismo.

Os 104 milhões que compõem a força de trabalho ativa estão distribuídos em 91 milhões de ocupados e 13 milhões de desempregados. O cuidado com a situação dos desempregados precisa adquirir sentido de urgência e passar a ser uma prioridade sindical permanente. Isso porque o desemprego, combinando com precariedade e insegurança laboral, são, e serão cada vez mais, um problema estrutural a atormentar a vida dos trabalhadores.

A heterogeneidade caracteriza a condição dos 87 milhões de trabalhadores ocupados (com os 5 milhões de empregadores, são 91 milhões de ocupados, segundo estimativa do IBGE). Cerca de 33 milhões são assalariados com registro em carteira de trabalho e 11 milhões são assalariados na ilegalidade, sem registro. Juntos, representam metade da força de trabalho ocupada e são a grande base da ação sindical no setor privado. Esse é o universo central da reestruturação sindical, que deverá repensar as estratégias para organizar e representar esse contingente de assalariados e para tirar da ilegalidade e da desproteção os 11 milhões de assalariados sem carteira.

Os servidores públicos são pouco mais de 11 milhões, com proteção sindical, mas sem direito de negociação. A organização sindical desta categoria, além de promover os direitos trabalhistas, tem o desafio de recolocar em debate a centralidade da função social do servidor e a promoção de um Estado social moderno.

Juntos, assalariados e servidores, totalizam 55 milhões de trabalhadores (2/3 dos trabalhadores). A organização deles precisa ser reestruturada para ampliar a representatividade, crescer na capacidade de mobilização, ter incidência regulatória no sistema de relações de trabalho por meio da negociação, produzir poder de pressão, gerar capacidade para participar do debate público de maneira propositiva, entre tantos outros desafios.

Há ainda outros 23 milhões de trabalhadores por conta própria e mais de 6 milhões de empregadas domésticas, contingente com baixíssima proteção social e sindical. As mudanças no mundo do trabalho tendem a aumentar o número desses trabalhadores. Esse grupo representa 1/3 da força de trabalho ativa e é a mais desprotegida e desorganizada. A reestruturação deve criar uma resposta inovadora em termos de organização sindical para eles, o que representa muitos desafios.

A distribuição setorial dos 87 milhões de ocupados indica que 51% trabalham no setor de serviços, 18%, no comércio, 12%, na indústria em geral,

pouco mais de 8%, na agricultura, e quase 7%, na construção civil. O cruzamento entre os setores e as formas de ocupação constitui um quadro de referência fundamental para repensar a organização sindical, em que o emprego na agricultura e na indústria perde participação para um número crescente, que já reúne 70% dos trabalhadores ocupados nos serviços e no comércio. As lógicas que orientam estrutura, organização e o sistema de relações de trabalho desses trabalhadores precisam ser estudadas, porque os sistemas produtivos desses dois segmentos têm lógicas distintas da presente na indústria e na agricultura. Essas lógicas estão em transformação profunda e a inovação tecnológica impactará gravemente esses empregos.

É imenso o desafio do movimento sindical, pois precisará se reestruturar para colocar 100 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, ocupados ou desempregados, em movimento. Será preciso repensar a organização da ação sindical, em um novo e complexo mundo do trabalho, em mudança contínua e acelerada. A desigualdade ganha novos contornos e se aprofunda. Será preciso repensar uma organização solidária de classe, capaz de responder ao trabalho imaterial, para formas flexíveis de contrato, precárias condições de trabalho, ocupações inseguras, instáveis e mutantes.

O sindicalismo será renovado se a reestruturação responder àquilo que é a essência do velho sindicalismo: que luta porque é solidário; é solidário por-

que se associa à identidade de justiça e de igualdade; se associa porque se descobre como sujeito de uma classe, e luta.

12. TRABALHO, SINDICATOS E NEGOCIAÇÃO ESTÃO DE VOLTA AO DEBATE: DOIS NOVOS GRUPOS DISCUTIRÃO OS TEMAS

OUTUBRO DE 2019

O governo federal anunciou recentemente a reinstituição do Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores), com a atribuição de propor medidas para compatibilizar proteção do trabalhador e desenvolvimento econômico do país; estimular o diálogo social; melhorar as condições de trabalho; tratar de segurança e saúde do trabalho; produzir estudos e participar de processos de revisão de normas.

Ao observar as iniciativas governamentais desde a reforma trabalhista, consubstanciada na Lei 13.467/2017, as várias medidas provisórias que atingem direta e indiretamente o mundo do trabalho, entre outras, depreende-se que

vem aí mais uma agenda extremamente desafiadora para os trabalhadores. Mais desregulação da proteção laboral e aumento da proteção às empresas.

O que fica cada vez mais claro, com as mudanças que têm sido impostas aos trabalhadores, é que existem concepções muito distintas sobre emprego, trabalho, proteção laboral e social, saúde e segurança no trabalho, direito trabalhista, negociação coletiva, representação e representatividade sindical, conflitos laborais e os meios para solucioná-los etc. Há divergências estruturais ainda sobre a forma como as instituições devem tratar todas essas questões, criar soluções ou novas iniciativas em relação a cada uma delas.

Este Conselho pode ser um espaço de diálogos desafiadores e imprescindíveis para se definir o papel da legislação, da negociação coletiva, dos sindicatos, dos mecanismos de solução de conflito, das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, de condições laborais para se produzir economicamente, de formas de fazer a distribuição do produto econômico resultante do trabalho de todos. Velhos dilemas e conflitos estarão presentes nesse espaço institucional, tomara que com abordagens inovadoras, voltadas para o bem comum e norteadas pelo interesse público e geral da sociedade.

De maneira complementar e como instrumento de assessoria ao Conselho Nacional do Trabalho, o Ministério

da Economia, por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, instalou, em 30 de agosto, o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet). O responsável pela coordenação das atividades será o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, que já atuou com o então deputado, hoje secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, na elaboração da reforma trabalhista.

De acordo com o anunciado, o objetivo do Grupo é propor mais mudanças na legislação trabalhista, para continuar avançando no caminho já iniciado. Composto por ministros e magistrados da Justiça Trabalhista, acadêmicos, gestores públicos e assessores empresariais, o Gaet terá quatro órgãos temáticos: (1) Economia e trabalho, (2) Direito do trabalho e segurança jurídica; (3) Trabalho e previdência, (4) Liberdade sindical. Essas equipes se reunirão quinzenalmente e o grupo completo se encontrará uma vez por mês. Todos os trabalhos deverão ser concluídos em 90 dias (previsão para início de dezembro). Segundo declaração no Twitter da juíza do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, Ana Fischer, que participará do Grupo: “há muito o que ser feito” para simplificar contratações e revisar o modelo sindical brasileiro (Gazeta do Povo, 30/08/19).

A intenção do governo é enviar ao Congresso Nacional, para tratamento legislativo no primeiro semestre de 2020¹²,

12 Decorrente dos impactos da pandemia da Covid-19 esse prazo vem sendo postergado

o projeto de reforma sindical e trabalhista (PECs e projetos de leis), assim como tomar as medidas administrativas cabíveis. Está em curso uma agenda que, observadas as declarações do presidente da República, de ministros e secretários de governo, virá com muitas mudanças para o mundo do trabalho, a vida sindical e o sistema de relações laborais.

A atuação diante dessa iniciativa governamental deverá ser realizada considerando essencialmente o contexto das pesadas transformações que ocorrem no mundo do trabalho, geradas pela: globalização do sistema produtivo sob a égide financeira; a expansão, sem limites e em todas as atividades econômicas, do número de máquinas no lugar de gente; a tendência declinante do emprego protegido e a ampliação do trabalho precário, flexível e inseguro, da subocupação e subutilização da força de trabalho e do desemprego estrutural, em massa. Muitos querem simplesmente autorizar legalmente esse novo mundo do trabalho. Mas nunca se deve esquecer que a escravidão era legalizada!

Essa nova dinâmica, por si só, exige um tipo de reestruturação sindical que permita que os trabalhadores, nesse mundo que emerge, criem e gerem força organizadora que consiga trazer proteção trabalhista e social. Cabem iniciativas inovadoras.

Contudo, a “modernização da legislação trabalhista” ocorre para dar autorização para que as empresas fle-

xibilizem contratações e condições de trabalho, retirando dos trabalhadores a proteção da lei, jogando a questão do direito laboral para a negociação coletiva, a ser realizada com sindicatos que foram enfraquecidos graças a medidas legais. A regressão civilizatória, infelizmente, é um caminho inúmeras vezes trilhado pela sociedade. A história mostra que os resultados podem ser conflitos e mais conflitos.

O futuro do sindicalismo brasileiro dependerá da inteligência estratégica daqueles dirigentes que sabem fazer história hoje, com visão do amanhã. É fundamental considerar que há uma história sindical e de relações de trabalho construída. Essa é a base para se pensar o futuro. Não se partirá da estaca zero.

Muito se espera do Congresso Nacional, pois é esse espaço que receberá o debate propositivo e promoverá a construção do diálogo social com os empregadores e trabalhadores para a edificação do sistema de negociação coletiva e de organização sindical, em consonância com os desafios atuais e o avanço civilizatório das relações de trabalho.

e até abril de 2021 não houve nenhum encaminhamento por parte do governo federal.

13. CONVENÇÃO 87 DA OIT: UNIDADE OU PLURALISMO?

NOVEMBRO DE 2021

O governo federal recriou o Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores), que receberá subsídios e propostas do recém-criado Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet), este último a ser composto por quatro órgãos temáticos: (1) Economia e trabalho, (2) Direito do trabalho e segurança jurídica; (3) Trabalho e previdência, (4) Liberdade sindical. A reforma sindical está na agenda com o princípio da liberdade sindical.

A Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) volta ao centro do debate sindical. Para alguns, pluralidade ou pluralismo sindical, como se fossem sinônimos de liberdade sindical. Há experiências de sistemas de muita unidade sindical e outras de pluralismos, ambos em regimes de liberdade sindical. Por isso, é fundamental saber fazer distinções para instruir o debate e as escolhas, se necessárias.

A Convenção 87 trata da “Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização”. Aprovada em 1948, é uma das mais importantes convenções da OIT, se não a mais. O Brasil ainda não aderiu a essa Convenção, que faz parte dos direitos fundamentais.

Em relação à liberdade sindical e sindicalização, aqui está destacado o essencial da Convenção 87:

Art. 2 — Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas.

Art. 3 — 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e a atividade dos mesmos e de formular seu programa de ação.

2. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entrar o seu exercício legal.

Art. 4 — As organizações de trabalhadores e de empregadores não estarão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.

Art. 5 — As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se as mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se as organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.

Art. 11 — Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho

para o qual a presente Convenção está em vigor, se compromete a tomar todas as medidas necessárias e apropriadas a assegurar aos trabalhadores e aos empregadores o livre exercício do direito sindical.

Enfim, a Convenção 87 afirma o direito dos trabalhadores e empregadores de se organizarem de maneira autônoma em relação ao outro e ao Estado. Como devem se organizar? Livremente! É fundamental compreender que a Convenção 87 não tem nenhuma palavra sobre pluralidade ou pluralismo, que são alternativas de diretrizes e formas de organização, entre outras. É preferível um sistema sindical com diretrizes e formas de organização que favoreçam e levem à unidade e à agregação, sempre!

Mas se é livre, então, como se faz? Bem, a história mostra que os trabalhadores, nos quase 150 países que ratificaram a Convenção 87, organizaram-se de maneira variada, de modo que cada local tem o próprio “modelo”. Em muitos casos, a liberdade gerou um acordo político de altíssima unidade e agregação, como na Alemanha. Em outros casos, há uma pluralidade limitada pela representatividade oriunda da decisão dos trabalhadores, como na Espanha. Em alguns, existe um pluralismo fragmentador por empresa, como no Chile. Portanto, há de tudo, para todos os gostos.

No regime de liberdade sindical, o fundamento estruturante é que os trabalhadores constroem e escolhem caminhos e formas de organização. Trata-se

da liberdade de fazer escolhas e, portanto, nada é fácil, tudo possível, inclusive e principalmente, a construção da unidade e da agregação.

No caso brasileiro, hoje, a Constituição afirma o direito sindical e define a unicidade, ou seja, um único sindicato por base de representação é o “modelo” que vigora no país. Nesse regime de unicidade, são 14 centrais sindicais, 36 confederações e, no chão de uma mesma empresa, encontram-se dezenas de sindicatos! Mesmo diante da limitação constitucional da unicidade, criou-se uma “engenhoca” de fragmentação perversa, que divide os trabalhadores em categorias e mais categorias, exacerba disputas e pouco favorece a unidade. A nossa unicidade está muito longe de ser um bom exemplo de unidade da classe trabalhadora, pois é fragmentada desde o chão da empresa. Portanto, cabe uma reestruturação no sentido da unidade real e da agregação. Bem, se é oportuno fazê-la agora, pode não ser uma escolha.

A agenda que virá do governo colocará a liberdade sindical em pauta. No ambiente de liberdade, a capacidade política propositiva será fundamental. De um lado, olhar para a cultura sindical brasileira de um século de luta e para o que existe hoje de organização, sistema de negociação e legislação trabalhista e, de outro lado e ao mesmo tempo, definir o que se quer para o futuro, para se ter uma estrutura sindical coetânea com um mundo do trabalho em transformação.

Em liberdade, com a capacidade política e a estrutura sindical existente no Brasil, a partir da experiência construída historicamente e da efetiva participação dos trabalhadores, é possível organizar um processo de reestruturação do sistema sindical e de negociação coletiva orientado para a unidade, com sindicatos de alta representatividade, ampla representação das bases, estrutura distribuída em todo o território, abrangendo todos os trabalhadores - assalariados e servidores públicos, autônomos, trabalhadoras domésticas, terceirizados etc. Tudo isso é possível, mas se houver iniciativa e visão estratégica. Sem dúvida, o contexto é de extrema adversidade, mas nem sempre se escolhe o campo da luta!

14. “EM GUERRA”: DESAFIOS PARA O NOVO SINDICATO

NOVEMBRO DE 2019

Os acionistas decidiram fechar uma unidade francesa da fábrica alemã Perrin Industrie. Há dois anos um acordo foi fechado entre a empresa e os sindicatos dos trabalhadores, o que implicou no aumento de jornada de trabalho e da produção sem aumento dos salários,

mas com o compromisso de se preservar os empregos. Os trabalhadores cumpriram o acordo. Os acionistas queriam mais lucro e descobriram que ganharão (eles, os acionistas) muito mais se fecharem a fábrica. Assim começa “Em guerra”, filme dirigido por Stéphane Brizé.

São quase duas horas luta sindical, debates e negociação. A cada instante “a nova empresa” se faz presente, com os interesses dos novos proprietários (os acionistas), ocultos e invisíveis, presentes através dos diretores e CEO mundial, e, também pelos “cabeças de planilha”, assessores e diretores, com seus ternos e taikers, olhos vidrados e o discurso da inevitabilidade dos dados: não atingimos as metas, os acionistas esperavam melhores resultados - e aquela cara de enfado. Humanos, nada mais do que humanos.

Os trabalhadores lutam. Param. A greve se estende e o processo vai sendo contado por uma câmera que permanece atenta aos detalhes.

São três sindicatos organizados na base da empresa (CGT, FO e Independentes), cada um com seus debates, escolhas e enfrentamentos internos. Atuam e as situações vão revelando que o pensamento estratégico exige trabalhar com múltiplas alternativas situacionais.

O filme “Em Guerra” é a expressão política do conflito social em decorrência dos interesses econômicos antagônicos. O poder do dinheiro e a ganância pelo acúmulo de riqueza financeira como valores primordiais fazem a cara desse

novo mundo produtivo. Conhecê-lo é tarefa para todo dirigente sindical; compreendê-lo é uma exigência para quem quer ter efetividade sindical; enfrentá-lo é dever de quem busca uma sociedade justa e defende os interesses dos trabalhadores.

“Em Guerra” apresenta muitos dos elementos que hoje compõem os desafios do novo sindicalismo. Quem quer pensar sobre o futuro dos sindicatos e busca construir o sindicato do futuro tem a obrigação de assistir esse filme; talvez, várias vezes, para aprofundar os detalhes.

O diálogo e a negociação estão presentes o tempo todo nas estratégias sindicais, mas sua base está assentada na organização e na mobilização dos trabalhadores, e tão fundamental quanto, na unidade inquebrantável de um lado, e na disponibilidade do outro lado.

“Em Guerra” luta pela paz de quem quer ter o emprego para prosperar na vida cotidiana pagando suas contas, comprando a comida e vivendo de maneira decente. Isso não é óbvio e está em desuso. Nesse novo mundo, competir para ter mais para ficar rico ou milionário é um valor que subordina todo o resto.

Há decisões radicais para que o diálogo volte a se estabelecer. Há decisões radicais que abrem novas possibilidades de futuro. Abra uma nova janela para o futuro do sindicalismo: assista “Em Guerra”!

15. DIÁLOGO SOBRE O FUTURO DO TRABALHO

NOVEMBRO DE 2019

As máquinas estarão cada vez mais presentes no futuro da humanidade, por escolhas que poucas pessoas fazem e da qual a grande maioria não participa. Essas decisões colocam potencialmente a tecnologia presente em todas as atividades humanas e as transformam, a tal ponto que a própria humanização – o tornar-se humano, pessoa e cidadão/cidadã ao longo da vida - está em transformação. O trabalho também muda, seja porque as tarefas cotidianas podem contar com o auxílio de cada vez maior de máquinas agora dotadas de inteligência artificial, seja porque a tecnologia está presente em todas as ocupações, transformando os postos de trabalho e as profissões.

A industrialização expande as tecnologias para todas as atividades humanas e transforma as atividades produtivas em todos os setores econômicos. Há um novo mundo produtivo irrompendo na base econômica que ganha rapidamente dominância. O velho mundo coexiste com o novo, mas perde hegemonia.

Essas e outras reflexões fizeram parte do 1º Seminário “O Futuro do Trabalho”, evento articulado e promovido pelas Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB e pela CNI. Trata-se de um evento inédito na última década, no qual os trabalhadores

e os empresários se dispuseram a debater em conjunto o papel da indústria no desenvolvimento nacional e os impactos da inovação tecnológica, com destaque para o mundo do trabalho.

Os trabalhadores entendem que essas transformações exigem projetos e escolhas que coloquem a inovação tecnológica à serviço do bem coletivo, subordinada ao interesse geral da sociedade, voltada para promover boas condições de trabalho e emprego para todos, no qual a industrialização esteja voltada para produzir bem estar social com equilíbrio e sustentabilidade ambiental.

O sentido de um projeto nacional que estrategicamente induz um tipo de crescimento econômico que reindustrializa o sistema produtivo e que promove o desenvolvimento social é a essência do esforço de diálogo social entre organizações que pensam e atuam em campos diferentes. O movimento para promover esse diálogo também se orienta pelo sentido aplicado de iniciativas compartilhadas capazes de protagonizar mudanças.

Por isso, nesse primeiro encontro se decidiu pela construção de uma agenda comum a ser celebrada nos próximos dias, agenda esta que se transformará em um plano de ação estratégico e compartilhado. Daqui há um ano faremos um segundo encontro para aprofundar os debates e avaliar os resultados alcançados no primeiro ano de trabalho conjunto.

Diante dessa iniciativa há os céticos que, olhando para o passado, encontram motivos de sobra para tal. Há, de outro lado, o futuro e os desafios que explodem no presente e há, diante disso, aqueles que insistem que um dos caminhos é do diálogo social, mesmo quando há motivos para dele duvidar. Como o futuro é inédito e há utopias – aquele sonho que nos move e que insiste em afirmar que o inexistente pode ser criado e produzido -, seguimos em frente, apostando e investindo, mesmo diante das enormes dificuldades, na organização e na mobilização e, ao mesmo tempo, na promoção em um tipo de diálogo social que fortalece as instituições para que deem, juntas, tratamento aos problemas e desafios.

16. QUAL O FUTURO DO SINDICALISMO? A DOR DA DÚVIDA

NOVEMBRO DE 2019

Os que apagam o passado correm o risco de abolir o futuro também.

Walter Benjamin

E tem futuro? Essa resposta, em forma de pergunta, aparece recorrentemente nos debates sobre os desafios que o movimento sindical enfrenta. A resposta-pergunta carrega um misto de

angústia, ansiedade, perplexidade, incerteza e desânimo. Muitos estão deprimidos!

A angústia dói no peito e traz um cansaço mental e físico que decorre da quantidade e da complexidade dos problemas. Há uma sensação de tragédia e de impotência diante da necessidade de fazer algo.

Sensação de estômago vazio e coração acelerado, a ansiedade carrega o medo do que vem pela frente, porque não se sabe o que é que vem. Há dúvida sobre qual decisão tomar, de que maneira enfrentar e resolver cada um dos problemas. Incerteza diante da complexidade dos fenômenos e das dificuldades de encontrar saídas ou soluções.

Desânimo, falta de vontade para enfrentar o problema, ausência de coragem para encarar o desafio! Somos muitos aqueles que compartilham essas dores.

Essa situação anímica decorre dos problemas enfrentados pelos sindicatos, da crise econômica, do desemprego, das mudanças no mundo do trabalho, dos graves problemas políticos vividos pelo país. A lista segue longa, a tal ponto que um “oi, tudo bem?” tornou-se uma saudação estranha. Melhor cumprimentar dizendo “como vai?” e esperar, como resposta, um silêncio sepulcral.

E tem futuro?

O futuro do sindicalismo será decorrente daquilo que acontecerá no

mundo do trabalho, da maneira como o sistema produtivo se organizará, da forma como as tecnologias serão usadas, de como a riqueza será distribuída, assim como dependerá das respostas que os trabalhadores darão às inúmeras questões colocadas.

Os sentimentos expressam, em cada um de nós, o grau da adversidade. A superação requer cuidados individuais e coletivos. Como diz o poeta, é preciso manter a coluna ereta, a mente aberta e o coração tranquilo.

A análise da complexidade da situação será um trabalho meticuloso, contínuo e cumulativo, cuja qualidade será incrementada se houver capacidade para compartilhar os resultados, se tempo for dedicado para ouvir e atenção dispensada para olhar e ver.

As soluções exigirão o desenho de novos projetos e a elaboração de novas estratégias de construção, trabalho a ser feito por muitas cabeças e mãos.

Para que o futuro se coloque como possibilidade de construção será preciso desgrudar do passado, abrir-se para novas possibilidades, imaginar o inédito, tecer redes, construir alianças, colar o que quebrou e cimentar o que trincou. O futuro é inédito, não existe ainda, e pode ser engravidado pela utopia daqueles que lutam para construir socialmente aquilo que ainda não existe.

17. QUAL O FUTURO DO SINDICALISMO? RENOVAR O MOVIMENTO

DEZEMBRO DE 2019

O sindicalismo é uma longa construção, de mais de dois séculos, das lutas dos trabalhadores, realizadas ao longo das transformações econômicas dos sistemas produtivos, em cada contexto histórico específico. O trabalhador saiu da condição de proletário para a de operário, durante a primeira e segunda revolução industrial; da condição de operário para o assalariamento, que se generalizou em todos os setores da economia nas últimas quatro décadas. As mudanças não param. Na verdade, ampliam-se e tornam-se cada vez mais complexas. Em cada momento, a classe trabalhadora foi se forjando nas condições oferecidas pelos sistemas produtivos e com as instituições que os Estados foram criando.

Os trabalhadores, colocados na condição de subordinação em relação ao capital/empregador, passaram a se associar – reunir forças solidariamente – para enfrentar e mudar as condições laborais, reduzir a jornada, melhorar os salários. A associação, esse compromisso selado entre companheiros e companheiras, gera uma energia política que coloca o coletivo que se associa em movimento. As marchas, as greves e manifestações se transformaram em arte em fotografias, filmes e pinturas que registram a história e denotam o movimento. Cada

trabalhador se apresenta como um novo sujeito, agora coletivo, cuja identidade é a classe, cujo interesse é de todos que, associados e reunidos, se manifestam por meio do movimento.

O movimento operário transforma a reivindicação em demanda por direito trabalhista e social, cria suas instituições para motivar os trabalhadores e colocá-los em ação, os sindicatos.

O tempo fez, em alguns casos, o sindicato esquecer sua origem, o movimento! A burocratização é um mal que acompanha as instituições, inclusive os sindicatos.

Mas a vida é fascinante nos encantos e tragédias. Estas, se bem compreendidas e aproveitadas, podem ser uma oportunidade rara para a renovação.

O mundo sindical tem sido desafiado, por diversos ataques e pela tragédia formada no contexto atual no Brasil, a se renovar e construir profunda reestruturação. Essa renovação sindical precisa estar sedimentada nos fundamentos que assentam a luta dos trabalhadores: a capacidade política de se associar e de gerar a energia que coloca a classe trabalhadora em movimento.

O destino do sindicalismo está nas mãos daqueles que souberem decifrar e compreender a complexidade das condições e situações do mundo do trabalho, hoje e amanhã. A partir dessa elucidação e compreensão, será possível promover a associação entre os trabalhadores e, com perspicácia, fazer do sindicato um

instrumento mais do que essencial na promoção de novas manifestações do movimento de luta dos trabalhadores.

As mudanças no mundo do trabalho são intensas e enormes, mas o encanto da vida política e sindical é se colocar diante do futuro, em movimento, liberando a criatividade para formular utopias e adrenalina para lutar!

18. O FUTURO DO SINDICALISMO: MOTIVOS QUE EXIGEM UMA AGENDA DE MUDANÇAS?

FEVEREIRO DE 2020

O sindicalismo coloca os trabalhadores em movimento diante das transformações econômicas dos sistemas produtivos em cada contexto histórico específico. Os sindicatos são ferramentas para ampliar a mobilização dos trabalhadores, resistir ou avançar, para produzir direitos, criar proteção sindical e promover lutas por mudanças sociais.

Os sindicatos investem em formação sindical, organizam os trabalhadores, atuam em espaços institucionais, reivindicando, resistindo, propondo e negociando. Também oferecem diferen-

tes tipos de serviços para os trabalhadores (jurídicos, sociais, médicos, entre outros). A institucionalização, muitas vezes, distancia as direções sindicais da base, além de gerar visões burocráticas que bloqueiam o encanto originário das lutas e da essência do papel sindical.

A história evidencia períodos de avanço das lutas sociais e sindicais e de fortalecimento dos sistemas de relações de trabalho e de produção de direitos. Há, contudo, tempos nos quais ocorre o oposto, como o atual, em que a desregulação reduz a proteção, destrói os direitos e fragiliza os sindicatos. Esta época exige grande esforço de resistência e um novo protagonismo para recolocar o movimento na ofensiva para reconquistar e regular direitos e proteção. É uma enorme tarefa que carrega bloqueios e exige ousadia!

Há ainda períodos mais complexos, em que as transformações do sistema produtivo alteram toda a estrutura econômica e promovem mudanças radicais no mundo do trabalho, as denominadas revoluções industriais. Este momento é de irrupção da 4ª revolução tecnológica, período no qual o capital impõe mundialmente a desregulação do trabalho a fim de ganhar flexibilidade e quebrar o poder de resistência dos trabalhadores, com o objetivo de reduzir todos os custos de adaptação das transformações que promove. O capital se move freneticamente para competir pela inovação, cria as regras da concorrência e faz jogadas para ganhar as disputas, luta de todas as maneiras para continuar

a dinâmica de destruição das formas de produção de riqueza. É muito difícil olhar e ver todas essas transformações.

Como sementes, as transformações germinam no interior do sistema produtivo, invisíveis para um observador comum, mas sensíveis para quem domina a arte de plantar. Surgem mudanças tecnológicas e patrimoniais que são disruptivas. Nasce, por dentro da atual estrutura produtiva, um novo sistema que, enquanto destrói parte do velho, com ele convive. Não há prévia definição sobre o que nasce, o que continua ou o que irá morrer.

Assim, a complexidade da coexistência do velho sistema com o novo engendrará problemas e desafios por um longo período, mas a hegemonia do novo se imporá gradativa e, em muitos casos, aceleradamente. De outro lado, as diferentes formas de desigualdade econômica e social colocam obstáculos aos movimentos disruptivos, criam inúmeros problemas econômicos e sociais, inclusive que agravam as desigualdades, mas também abrem oportunidades, hoje, inimagináveis. Há, nesse período, um mundo do trabalho que emerge em cada situação concreta e que conviverá com as formas atuais por tempo indeterminado. O risco é achar que isso passa, como uma dor de cabeça!

A complexidade situacional das transformações não permite que um olhar que observa uma parte correta da realidade dê conta de entender o todo. O desafio será compreender essa comple-

xidade na dinâmica disruptiva, invisível, cujo esforço requer capacidade cognitiva para observar a totalidade situacional, olhar e ver aquilo que ainda não existe ou é dominante.

As mudanças tecnológicas do sistema produtivo, a estrutura patrimonial e de propriedade do capital impactarão progressiva e de forma ampliada as ocupações, os empregos, as formas de contratação, a jornada de trabalho, as formas de remuneração, os direitos, a proteção e a organização de todo o sistema de relações de trabalho.

Além disso, esta complexidade contém uma disputa sobre o papel do Estado, em que avança uma transição ultraliberal de direito social, universal e público para serviços privados, comprados e meritocráticos. Ganha predominância um Estado que garante para o capital a isonomia para a concorrência e favorece a competição, bem como lubrifica a desregulação do trabalho e a desproteção.

Essa dinâmica complexa e múltipla se materializa em vários movimentos que precisam ser, primeiro, identificados e, depois, requerem mobilizar investimentos de prospecção sobre o futuro do sistema produtivo e do mundo do trabalho, bem como capacidade criativa para pensar os novos movimentos de luta e a inédita organização dos trabalhadores.

Contudo, e desde já, a atual organização sindical do Brasil, com categorias que fragmentam de maneira explosiva o poder de luta e representação, não dará conta de enfrentar essa complexa agen-

da. O movimento do capital e seus objetivos estratégicos impõem mudanças radicais na organização dos trabalhadores, que precisa: responder aos desafios de uma agenda que disputa a perspectiva e o projeto de desenvolvimento; atuar de maneira criativa sobre as novas formas de trabalho e produção, bem como, de maneira radical sobre as formas de distribuição do produto social.

19. O FUTURO DO SINDICALISMO: DIRETRIZES PARA A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

FEVEREIRO DE 2020

O sindicalismo brasileiro está desafiado a realizar mudanças capazes de reestruturar a própria capacidade de representação, organização e de promover a luta coletiva dos trabalhadores em um contexto adverso e complexo.

As mudanças na legislação trabalhista atingiram propositadamente o financiamento dos sindicatos, retiraram algumas funções de representação e de proteção sindical e autorizaram acordos que reduzem os direitos dos trabalhado-

res. Emparedados, os dirigentes e militantes estão construindo resistências e buscam criar iniciativas. Assim mesmo, toda a organização sindical está sob a ameaça de sucumbir, o que exige a construção de saídas urgentemente. Uma certeza: não há solução fácil.

O ataque ao sindicalismo cresce no mundo desde a década de 1980, consolida-se com a expansão neoliberal e se agrava com as crises das esquerdas. No Brasil, a investida é retomada como parte de grandes mudanças patrimoniais e tecnológicas no sistema produtivo, de reorientação do papel do Estado, de desnacionalização da estrutura econômica e dos recursos naturais, tudo levando ao enfraquecimento da soberania nacional. O Brasil é outro e a atuação sindical acontecerá nesse contexto de inúmeras adversidades.

As transformações da 4ª revolução tecnológica alteraram as bases de todo o sistema produtivo, agora submetido à lógica e comando do sistema financeiro. Ousadas mudanças patrimoniais das empresas (aquisição e fusões) engendram rupturas para gerar novas bases de acumulação capitalista em escala global. Estados nacionais são submetidos ao poder de empresas multinacionais, que reúnem uma força que, até aqui, era desconhecida. A revolução tecnológica aumenta a produtividade e elimina empregos. A máxima flexibilidade nas relações laborais submete ainda mais o trabalho ao interesse do capital. A meritocracia esconde a servidão dos trabalhadores mobilizados como recur-

so humano e encobre a ganância como desejo e direito “saudável” de o indivíduo enriquecer. O consumo se apresenta como forma desejada de felicidade e o individualismo é a expressão que se opõe ao bem coletivo. Estado mínimo no direito social e orientado para a assistência social, mas forte o bastante para promover a concorrência e favorecer a competição capitalista. Essas transformações estruturais da base econômica e cultural, entre outras, engendram um novo mundo e novas sociabilidades. Muitos analistas compartilham a avaliação de que não se trata de uma época de mudança, mas, sim, uma mudança de época.

Os trabalhadores e seus sindicatos foram, nesses quase 200 anos, protagonistas de múltiplas modernidades, seja por meio de lutas revolucionárias, seja construindo, com suas batalhas, os fundamentos da democracia, do Estado, do direito social e econômico, da igualdade e da justiça. Muito daquilo que são hoje direitos, bens coletivos e serviços públicos universais estavam nas bandeiras das lutas travadas pelos trabalhadores.

Como sempre e mais uma vez, os trabalhadores estão desafiados à criatividade social e política para se constituírem em sujeito coletivo capaz de atuar eficiente e eficazmente nas trincheiras dessa novíssima situação histórica. A reestruturação sindical deve ser uma atitude radical que responda, ao mesmo tempo, aos desafios dessa transformação na estrutura e organização dos sindicatos e às rupturas que acontecem no sistema

produtivo, criando surpresas nas intervenções nas relações de trabalho e gerando novo protagonismo dos trabalhadores no mundo laboral e na sustentação da democracia.

Em síntese, a reestruturação sindical deve criar uma organização dos trabalhadores que consiga atuar estrategicamente sobre as mudanças, de forma: (a) a agregar os ativos patrimoniais, políticos, organizativos e culturais em uma nova sociabilidade sindical, articulando novo, robusto e moderno sindicato que se coloque como ativo geral dos trabalhadores a serviço da classe e no propósito do movimento e da luta; (b) colocar-se na perspectiva do fortalecimento de uma vida institucional que sustente a democracia e radicalize a eficácia transformadora que ela possui.

20. MUDANÇAS ESTRUTURAIS E O SINDICATO DO FUTURO: DESAFIOS PARA A REESTRUTURAÇÃO SINDICAL

MARÇO DE 2020

O movimento sindical brasileiro vive uma conjuntura de complexas mudanças no sistema produtivo e nos mar-

cos legais que estão colocando o imperativo de pensar e promover uma profunda reestruturação sindical. O desafio é mudar para que o sindicalismo brasileiro seja protagonista da organização dos trabalhadores no novo mundo do trabalho que irrompe; capaz de reunir todos os trabalhadores que estão inseridos no mundo do trabalho através de uma diversidade de formas de ocupação e de contratação; promover a unidade no campo político múltiplo da classe trabalhadora; ser agente de formulação de utopias que mobilizem os trabalhadores e de uma agenda com propostas que serão respostas afirmativas dos trabalhadores ao novo mundo que se apresenta.

A reestruturação sindical deve ser um projeto planejado estrategicamente para que os trabalhadores, mais uma vez, se coloquem como agentes históricos de mudança que produzem justiça, igualdade, solidariedade e paz.

Profundas mudanças estruturais no sistema produtivo estão em curso acelerado, tais como:

- A globalização das empresas multinacionais que rearticulam sua presença física no mundo, reorganizando sua presença no território global. Unidades fecham e demitem trabalhadores; unidades são abertas com novas formas de contratação e novos padrões de direitos.

- A distâncias físicas são aproximadas pela tecnologia de comunicação, o que permite novas estratégias de gestão, integrando e articulando as unidades produtivas distribuídas no planeta.

As fronteiras dos países não formam mais barreiras. Um metalúrgico europeu cuja hora de trabalho custa 50 dólares é aproximado de um metalúrgico argelino que recebe 2 dólares por hora e passam a trabalhar em uma mesma base produtiva, apesar dos milhares de quilômetros que os separam. Custos são comparados e pressões exercidas para flexibilizar os custos salariais em todo o planeta.

- A financeirização do sistema produtivo impõe nova lógica às estratégias dos negócios. O máximo retorno ao acionista, no menor prazo possível, altera a gestão de resultados, sua distribuição entre investimento e retorno ao acionista. O lucro máximo acelera o uso de tecnologia que substitui a força de trabalho humana, a proteção laboral é questionada e o sindicatos são escanteados. O trabalhador é cada vez mais um recurso descartável. O sindicato um incomodo.

- O avanço tecnológico, especialmente com a inteligência artificial, abre a possibilidade inédita da indústria produzir máquinas que estarão presentes em todas as atividades econômicas e de transformar todas as atividades humanas e atividades econômicas. Há a industrialização de todos os setores da economia, integrando-os. Já não faz tanto sentido separar indústria, agricultura, comércio e serviços. Tudo se integra e se relaciona.

- A expansão tecnológica e sua velocidade de inovação colocam o sistema produtivo em constante mudança, o que introduz desafios desconhecidos

para o mundo do trabalho. As máquinas adquirem rapidamente capacidade ampliada de substituir o trabalho humano nos mais variados setores e atividades. A pressão sobre as qualificações aumenta, exigindo permanente aprendizado e investimento em formação. As profissões mudam e os trabalhadores serão pressionados a terem várias profissões ao longo da vida laboral.

- A inovação acelerada altera os postos de trabalho e as profissões. A mudança exige atualização permanente dos trabalhadores e enorme flexibilidade profissional. O posto de trabalho muda o tempo todo, as ocupações se transformam rapidamente e a tecnologia ocupa o espaço do trabalho humano.

- O mundo do trabalho se transforma a cada instante e as inovações fazem as ocupações mudarem, as funções laborais se transformarem, os empregos somem e outros aparecem. É provável que os novos trabalhadores terão várias profissões ao longo da vida e estarão inseridos em múltiplas ocupações.

- O Estado Social está sendo questionado na sua função de produzir políticas públicas universais a partir de impostos progressivos. Caminha-se para promover a transição do Estado Social de Proteção, para o Estado de assistência; da política pública orientada pela solidariedade para a política da meritocracia; do Estado da seguridade social para o Estado do seguro individual.

- O direito laboral de proteção do trabalhador migra para o direito de pro-

teção às empresas, contra passivos trabalhistas, contra direitos assegurados em lei, pelo direito de demitir sem proteção sindical.

- Há uma enorme mudança no padrão normativo que promove flexibilidade ampliada nas formas de contratação, na jornada de trabalho, na exclusão de direitos, nas relações diretas sem a mediação do sindicato.

- A terceirização ampliada possibilita nova organização dos sistemas produtivos, externalizando e reduzindo custos e riscos. O que era emprego indústria vira serviço, o sindicato sai do campo de representação.

- Os contratos flexíveis (intermitente, p.ex.) ajustam a jornada de trabalho para a unidade de 1 hora trabalhada e quitada, sem vínculo estável ou permanente.

- Há a precarização do emprego legalizado (intermitente) e a legalização das ocupações informais e desprotegidas (autônomos, conta-própria). A tendência é de crescimento desse contingente em detrimento do grupo de assalariados com carteira assinada em jornada integral.

- Aumenta a percepção induzida pela propaganda e pelo desemprego de longa duração que um posto precário é o “que temos para o momento”.

- Há uma campanha permanente de desqualificar as instituições, neste caso, os sindicatos, afastando proposi-

talmente os trabalhadores das suas entidades, com campanhas abertas e subliminares.

- O papel da justiça é restringido e acesso limitado ou dificultado

- A negociação coletiva e o papel do sindicato são questionados e testados. Afastar os sindicatos é abrir caminhos para a flexibilização, a redução dos custos laborais e inovação tecnológica que substitui postos de trabalho.

Esses elementos, entre tantos outros, compõem um campo de transformações de extensa complexidade e que irrompe independente do contexto político nacional. É na base material desse sistema produtivo em transformação que emerge o novo mundo do trabalho e o futuro do sindicato depende da qualidade da resposta que a atual estrutura sindical será capaz de promover. A reestruturação dos sindicatos deve mirar a capacidade de organizar, mobilizar e representar os trabalhadores inseridos nesse novo mundo.

Essa transformação estrutural ocorre nos contextos políticos histórico-situacional de cada país, no qual o executivo, o legislativo, o judiciário e as demais instituições, no seu contexto econômico, social, político e cultural específico, incidem com seus projetos, propostas e iniciativas. Por vezes, a dinâmica do país acelera ou aprofunda as mudanças estruturais, outras vezes cria resistências ou apresenta alternativas às mudanças.

A complexidade da transformação estrutural do sistema produtivo e das relações laborais ganham seu conteúdo e dinâmica real na vida de uma nação, às vezes, trágica.

Por isso, o projeto de país e de nação de um governo faz muita diferença na conformação da mudança estrutural no contexto concreto, assim como a interação entre mudança estrutural e projeto de governo vai moldando o desenvolvimento, as possibilidades econômicas e o conteúdo do sistema produtivo do país. O novo mundo que emerge dessas transformações adquire feições reais e os novos trabalhadores constroem nesse contexto a sua subjetividade concreta. A reestruturação para construir o sindicato do futuro é uma resposta objetiva às mudanças concretas nesse contexto histórico presente.

No caso brasileiro, há também projetos e iniciativas do governo federal para alterar o padrão da legislação laboral, mudar as formas de proteção do trabalho e dos trabalhadores, provocar e promover mudanças profundas na estrutura sindical, alterar seu financiamento e buscar novas mediações para a negociação coletiva e a solução dos conflitos. Estão na agenda:

- Reforma de previdência social.

- Reforma tributária, o que inclui desoneração da folha de pagamento.

- Desvinculações do orçamento público para gastos com educação e saúde, entre outros.

- Reforço do limite de teto de gasto do orçamento público federal.

- Mudanças no FGTS e FAT (seguro-desemprego, entre outros).

- Privatizações das empresas estatais, concessões e parcerias público-privadas.

- Reforma sindical.

- Ampliação da reforma trabalhista.

- Revisão dos marcos regulatórios em diferentes setores.

- Possibilidade de venda de terras aos estrangeiros.

- Abertura comercial ampla.

Essas medidas, entre muitas outras, constituem-se em dimensões da complexidade situacional que atuam como vetores disruptivos que provocam dinâmicas múltiplas de mudanças radicais no mundo do trabalho, nos empregos e ocupações e na condição de vida e visão de mundo dos trabalhadores. No Brasil essas complexidades estão em desenvolvimento e exigem respostas rápidas e criativas da atual organização sindical.

O desafio é criar respostas para reestruturar a organização sindical para que continue capaz de representar os interesses dos trabalhadores diante dessas novas complexidades. Respostas para uma estrutura que continue capaz de reunir os trabalhadores em torno da

sua organização, com ela produzir unidade política que gere força social e econômica para apresentar sua agenda, seus projetos e visão de mundo, com capacidade para negociar e estabelecer compromissos que promovam ocupação de qualidade e protegida para todos e seja capaz de dar soluções aos conflitos.

O projeto de reestruturação deve construir uma organização que represente todos os trabalhadores, inseridos no mundo do trabalho através de múltiplas formas de ocupação e de contratação, em relações laborais que serão estabelecidas no novo sistema produtivo que irrompe. Esse desafio exige repostas hoje, olhando para o futuro, com os pés no chão e com compromisso com a nossa história.

21. AGENDA COM PROPOSTAS PARA GERAR MOVIMENTO E COMPROMISSOS

ABRIL DE 2020

As adversidades econômicas, sociais e políticas se multiplicam no Brasil, gerando um contexto situacional de complexidades e incertezas. É um tempo de perplexidades diante de situações muito ruins, que não param de piorar. Em tempos como esse, os trabalhadores devem lembrar que a história é fei-

ta de luta e construção, de resistência e enfrentamento. Nessa longa trajetória de batalhas, as costas foram marcadas pela chibata, a liberdade, restrita pelas grades, a ousadia, silenciada pela morte, e, nos múltiplos caminhos, lutadores dedicaram a vida para adubar o solo fértil da história.

Mais uma vez, as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB e Intersindical) ousam, de forma unitária, e se colocam em um movimento de resistência ao desmonte do país, visando à construção de novas possibilidades de futuro. Por isso, indicam que o caminho é outro e o fazem porque o sentido da existência dos sindicatos e da luta dos trabalhadores é o de promover o bem-estar e a qualidade de vida, e atualmente, a sustentabilidade ambiental, para todos.

A Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora – democracia, soberania e desenvolvimento com justiça social: trabalho e emprego no Brasil, lançada em 6 de junho de 2018 (disponível em www.dieese.org.br e nos sites das Centrais), apresenta 22 propostas estratégicas para recolocar o Brasil na trajetória do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Trata-se de uma Agenda para colocar os trabalhadores e os sindicatos em atividade para mobilizar as bases a fim de debater o conteúdo das propostas e apresentá-las aos candidatos que concorrem aos legislativos e executivos estaduais, bem como àqueles que

concorrem à presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. É uma Agenda voltada para um diálogo orientado pelo interesse de pensar estrategicamente o desenvolvimento do país, de debate público para que a nação, de maneira soberana, decida o rumo que quer tomar.

A Agenda considera as diferenças de visão e as divergências de propostas que existem na sociedade brasileira, mas propõe um movimento para o diálogo, na certeza de que a política é, nessa condição, a arte de achar caminhos. As eleições serão uma oportunidade, que precisam ser garantidas, para repactuação no espaço da jovem democracia brasileira, que alguns insistem em desqualificar e destruir.

As propostas que a Agenda apresenta considera que as saídas da crise serão tomadas no campo da política, nessa prática milenar de luta e diálogo para construir caminhos na complexidade da diversidade humana de interesses, visões e poder.

Do lado do movimento sindical, existe a certeza de que somente um movimento capaz de promover mobilizações poderá abrir caminhos para um novo campo de diálogo, visando ao entendimento e ao acordo. Estamos distantes, mas o desafio é se movimentar para a aproximação.

22. DIREITOS TRABALHISTAS E FINANCIAMENTO SINDICAL: DOIS CAMINHOS

MAIO DE 2020

Os trabalhadores criam sindicatos para lutar por salários, condições de trabalho e qualidade de vida. Essas entidades produzem, promovem e defendem direitos. Essa é a mais importante finalidade dessas instituições.

A produção social dos direitos se dá na relação entre o sindicato, como sujeito coletivo de representação dos trabalhadores, e o empregador (privado ou público) ou a representação coletiva empresarial. Essas representações negociam e celebram acordos com direitos e deveres para as duas partes, que, para o trabalhador, incorporam-se ao contrato individual de trabalho.

Há procedimentos pelos quais os trabalhadores deliberam e delegam poder de representação - ao estabelecer o estatuto do sindicato, eleger a diretoria, aprovar uma pauta, definir sobre a greve ou aprovar uma proposta de acordo. Os trabalhadores são individualmente convocados, pelo sujeito coletivo que constituíram, para deliberar e legitimar as iniciativas do sindicato.

Quem são os beneficiários dos resultados alcançados pelos sindicatos? Essa é uma escolha fundamental. Os sis-

temas de relações de trabalho, mundo afora, estabelecem duas possibilidades para que os trabalhadores tenham acesso aos direitos produzidos e conquistados pelos sindicatos:

(1) é preciso ser associado ao sindicato

(2) não é necessária filiação, ou seja, todos os trabalhadores de determinada base sindical ou categoria estarão cobertos por esses direitos.

Essa escolha orienta todo o sistema de relações de trabalho, influencia diretamente a estrutura e organização sindical e define a base de financiamento.

Na primeira hipótese, quando o direito conquistado coletivamente pelos sindicatos vale somente para os associados, a tendência é haver alto índice de sindicalização. E o motivo é simples. Como o trabalhador não é bobo, ele se associa ao sujeito coletivo para conseguir ter acesso aos direitos. Com isso, o sindicato fica mais forte e, muitas vezes, com boa organização no local de trabalho. Os sócios financiam a estrutura, a organização, a mobilização e as negociações que conquistam os direitos.

Na segunda hipótese, quando o direito vale para todos os trabalhadores da base, independentemente de o trabalhador ser ou não associado ao sindicato, criam-se mecanismos para definir as atribuições e responsabilidades de sindicalizados e não sindicalizados nas tomadas de decisão sobre questões que tratam

dos interesses do conjunto da categoria, como a celebração de acordos cujos direitos valem para todos. Cabe aos sindicatos construir a estrutura, organização e mobilização para a implementação das ações que lhes são confiadas. Nesse caso, os trabalhadores não filiados também financiam, de maneira obrigatória, o sindicato que os representa.

Há sistemas que admitem que o trabalhador tem o direito de se recusar a financiar o sindicato. Essa manifestação poderá ser expressa de duas maneiras: a) em assembleia, com participação nos debates e deliberação coletiva - o que vale é o que for decidido pela maioria; b) ou individualmente, forma pela qual o trabalhador recusa, simultaneamente, o acesso ao direito conquistado pelo sindicato e a obrigação de financiar a entidade.

São dois caminhos para a construção e o acesso aos direitos conquistados pelos sindicatos na relação com os empregadores. A escolha formatará o sistema de relações de trabalho é muito importante e deve ser feita conjuntamente, por trabalhadores e empregadores. Contudo, em qualquer hipótese, somente os trabalhadores que financiam os sindicatos podem usufruir dos direitos. Empresas e “espertinhos” que quiserem desfrutar dos direitos coletivos, sem financiar as entidades sindicais, sofrem consequências.

23. INDUSTRIALL BRASIL: INOVAR SINDICALMENTE PARA REINDUSTRIALIZAR O BRASIL

DEZEMBRO DE 2020

As empresas mobilizam transformações tecnológicas e patrimoniais que promovem profundas mudanças no mundo do trabalho, com impactos nos empregos, nas formas de contratação, na composição da jornada de trabalho, nas formas de remuneração, assim como com reflexos diversos sobre as condições de trabalho e sobre a saúde do/o trabalhador/a.

Essas mudanças colocam na agenda sindical o desafio de elaborar novas estratégias de organização e de mobilização que sejam capazes de ser uma resposta eficaz às iniciativas do capital que buscam reduzir o custo do trabalho, flexibilizar as regras para contratar e demitir, e que acabam desempregando, produzindo precarização e gerando insegurança.

Ao mesmo tempo, o movimento sindical brasileiro, por meio do Fórum das Centrais Sindicais, tem colocado como prioridade a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de orientar a estratégia do país em conduzir o crescimento econômico social e ambientalmente sustentável.

Um projeto e uma estratégia de desenvolvimento nacional exigem uma

abordagem inovadora para o progresso de todo o sistema produtivo.

Isso se coloca como essencial porque, há três décadas, a indústria sofre um processo de violenta regressão e desestruturação de cadeias produtivas da manufatura e de elos estratégicos com o sistema produtivo, com efeitos dramáticos sobre médias, pequenas e micro empresas de todos os setores. No início da década de 80 a indústria representava mais de 30% do fluxo de produção econômica no Brasil. A regressão, predominantemente continuada, reduziu essa participação para pouco mais de 10%.

Considera-se que o desenvolvimento industrial é a base para o incremento da produtividade em toda a economia, seja pela capacidade de espalhar inovações tecnológicas, por produzir e demandar insumos e serviços mais sofisticados e com maior valor agregado, seja por requerer e demandar melhor qualificação profissional e mobilizar investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação. Enfim, todo o sistema produtivo avança virtuosamente com o desenvolvimento industrial.

A sofisticação do sistema produtivo gera empregos de melhor qualidade, capacidade para aumentar os salários e a renda média da sociedade, condições para reduzir a informalidade e aumentar a proteção social e laboral, vetores essenciais para acabar com a miséria e

pobreza, superar as desigualdades, difundir competências e recursos para que as comunidades sejam protagonistas do desenvolvimento local.

Conscientes das mazelas da desatualização e das virtudes de um projeto nacional de desenvolvimento orientado pela estratégia da reindustrialização do parque produtivo brasileiro, as entidades sindicais de trabalhadores da base industrial, filiadas à CUT – Central Única dos Trabalhadores e à Força Sindical, decidiram criar a IndustriALL Brasil¹³, uma iniciativa inspirada na IndustriALL Global Union¹⁴, organização mundial dos trabalhadores na indústria.

A IndustriALL Brasil reúne as organizações sindicais dos ramos metalúrgicos, químicos, têxtil e vestuário, alimentação, construção civil e energia, que agregam a representação de 10 milhões de trabalhadores/as. A estratégia articulará a participação das demais entidades sindicais nesse projeto, ampliando o campo de unidade e a base de cooperação sindical, visando atingir os 18 milhões de trabalhadores/as que estão na base industrial no país.

O objetivo dessa iniciativa inovadora é investir na elaboração de propostas para um projeto de reindustrialização, a partir de pesquisas e diagnósticos precisos e da elaboração de conteúdos propositivos inovadores, cooperando com universidades, institutos de pesqui-

13 <https://www.cut.org.br/noticias/cut-e-forca-lancam-industrial-brasil-para-fortalecer-industria-e-gerar-empregos-e7d5>

14 <http://www.industrialall-union.org/es>

sa e pesquisadores, bem como articulando iniciativas políticas junto aos empresários, governos, Poder Legislativo e organizações e organismos internacionais.

A nossa tarefa é transformar os problemas em desafios, sobre os quais incidam iniciativas capazes de alçar novo padrão de desenvolvimento. Recuperar e preservar o meio ambiente, enfrentar e reverter o aquecimento global, proteger a saúde coletiva, recuperar e adequar a infraestrutura produtiva e social, investir no espaço e serviços urbanos, entre tantos outros, são problemas que devem ser colocados como desafios e, como tal, serem tratados como oportunidades para estruturar um projeto de reindustrialização com grande e favorável impacto para sustentar o crescimento econômico, incrementar a produtividade geral, criar bons empregos, favorecer o aumento da renda média e ampliar o poder do mercado interno de consumo sustentando uma dinâmica virtuosa de crescimento econômico.

24. TRÊS DESAFIOS E UM SENTIDO

SETEMBRO DE 2020

Há um ano está em curso no Brasil a realização de profundas transformações institucionais que reorientam radicalmente a estratégia de desenvolvi-

mento do país. Iniciativas legislativas do Governo e do Congresso Nacional, entre outras medidas, reconfiguram o marco legal que permite ao mercado conduzir as estratégias das empresas na produção e distribuição econômica, concentrando renda e riqueza. Um país que reúne ativos naturais e econômicos valiosíssimos, encontra-se à venda e barato. O Estado indutor e coordenador do desenvolvimento, segue sendo desmontado. Empresas estatais e serviços públicos são vendidos, transferidos, restringidos ou eliminados. Empresas privadas, vendidas e, depois, algumas vezes, fechadas. Direitos subtraídos, proteção social fragilizada, insegurança e desemprego. Intencionalmente se descarta a soberania nacional e, para isso, fragilizam-se as instituições capazes de reagir a esse desmonte e impedir essa entrega. Trata-se de um projeto que a sociedade não escolheu e que se impõem.

Resistir e mudar o rumo para um outro projeto é tarefa urgente e que será longa. Para isso, há que enfrentar, simultaneamente, três desafios.

Lutar para produzir conhecimento capaz de explicar criticamente a situação presente e seu movimento e, ao mesmo tempo, gerar capacidade cognitiva para enunciar o conteúdo e o sentido de um outro movimento de produção econômica, social, política e cultural para um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional.

Lutar para que as organizações e instituições sejam capazes de mobilizar

e promover o debate público sobre as escolhas necessárias para um projeto de desenvolvimento nacional, realizadas no espaço da democracia representativa e participativa.

Lutar para que a intervenção na realidade produza capacidade de estruturar, articular e coordenar a força social, política e econômica necessária para promover um projeto de desenvolvimento nacional, enunciando a maneira como se realizará a produção e distribuição econômica para promover o bem estar social, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental.

Há séculos que lutamos. Por quê? A resposta foi dada em 1880, na Inglaterra. Marx e família – esse excepcional intelectual capaz de produzir conhecimento crítico para intervir na realidade e pensar um outro projeto de sociedade - estavam no balneário de Ramsgate, Inglaterra, em agosto. Jenny, sua esposa, já muito doente. Marx não gostava de dar entrevistas e as evitava. Mas, surpreendentemente, convidou John Swinton, um jornalista reformista liberal de Nova York para visitá-lo. A entrevista foi longa e Swinton ficara aguardando a tarde inteira o momento de fazer uma pergunta a Marx sobre o que o jornalista chamou de “a lei definitiva do ser”. Por fim, surgiu uma oportunidade, e ele perguntou: “E qual é essa lei?” Marx olhou para o mar agitado e a multidão na praia e respondeu: “A luta!”.

25. CAMINHOS PARA OS SINDICATOS CONSTRUÍREM SEU FUTURO EM UM MUNDO DO TRABALHO EM MUDANÇA

ABRIL DE 2021

*“Não tenho medo da vida, tenho medo de não viver.”
Gilmar Ramos, Campo Alegre de Lourdes, BA
Cordel da Juventude do Nordeste*

Dirigentes, ativistas e assessores sindicais são os destinatários desse artigo. O objetivo é refletir sobre a profunda reestruturação que o movimento sindical brasileiro deve promover para ser coetâneo com as múltiplas transformações disruptivas que ocorrem no mundo do trabalho, bem como ser capaz de responder aos ataques que vem sofrendo.

Desejo que a leitura contribua para mobilizar a imaginação na busca da reorganização do sindicalismo, para desenvolver a criatividade no sentido de projetar novas estratégias de atuação sindical, para desenvolver a capacidade de cálculo político promovendo transições no processo de mudança.

A complexidade

Há um contexto situacional de adversidades múltiplas que gera, para

muitos, a sensação de que a complexidade dos atuais fenômenos sociais torna muito difícil descrevê-los e prospectá-los no futuro, redundando fugazes os esforços para construir explicações sobre o que acontece e formular projetos e processos de enfrentamento e superação. Portanto, cuidado, a complexidade pode conduzir a um fatalismo imobilizador!

O caminho é perseverar no desenvolvimento da capacidade cognitiva para compreender essas as complexidades do presente e do futuro e, sobre essa base, com método, desenhar projetos de superação, elaborar estratégias de construção e formular utopias transformadoras.

Há futuro para o sindicalismo? Partimos da hipótese de que haverá sindicalismo para responder aos vetores organizadores e mobilizadores do trabalho humano no futuro, bem como às diferentes formas de contratação que irão adquirir as relações sociais de produção, também às novas condições de trabalho, assim como à dinâmica de concentração ou distribuição do produto social do trabalho, da renda e da riqueza. Será um sindicalismo diferente, indicam as reestruturações em curso, mas com a mesma raiz histórica. Por isso, é urgente que o movimento sindical brasileiro tome iniciativas inovadoras para promover uma reestruturação que correlacione e integre a mudança na estrutura e organização sindical à dinâmica que emerge no novo mundo do trabalho.

A raiz do sindicalismo é a solidariedade que une os trabalhadores em movimentos de lutas por utopias como a justiça, a igualdade, o bem viver e que são aplicadas no cotidiano das relações de trabalho e das condições de vida.

Somente serão capazes de protagonizar esse sindicalismo raiz aqueles que tiverem a atenção para o contexto real dos novos trabalhadores, compreendendo as condições em que vivem, seus sonhos, contradições e interações. Os trabalhadores desse novo mundo do trabalho serão os protagonistas do movimento sindical que irromperá.

Cabe-nos hoje, diante das complexidades, a decisão de:

- a) considerar que há um novo mundo do trabalho irrompendo;
- b) tomar a iniciativa de compreendê-lo;
- c) lutar junto com os novos trabalhadores;
- d) reorganizar e colocar a atual estrutura sindical para ser, desde já, uma resposta às transformações e estar a serviço do movimento dos trabalhadores e do seu futuro;
- e) investir continuamente na formação e renovação de quadros.

Os ataques ao sindicato, aos direitos e à proteção no Brasil

As reestruturações institucionais avançaram nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo uma delas a reforma da legislação e do sistema de relações de trabalho. Os objetivos foram, e continuam sendo, reduzir o custo do trabalho; criar a máxima flexibilidade de alocação da mão de obra, com as mais diversas formas de contrato e ajustes da jornada; reduzir ao máximo a rigidez para demitir e minimizar os custos de demissão, sem acumular passivos trabalhistas; restringir ao limite mínimo as negociações e inibir contratos ou convenções gerais em favor de acordos locais, realizados com representações laborais controladas; e quebrar os sindicatos.

No Brasil, com a aprovação da Lei 13.467, em meados de 2017, em um lance institucional ousado, o Legislativo e o Executivo transformaram profundamente a legislação trabalhista, o sistema de relações de trabalho no país e fizeram uma reforma sindical contra os trabalhadores. Em síntese, a lei deixou de ser um sistema protetor dos trabalhadores, de equilíbrio de força entre capital e trabalho e passou a ser um aparato protetor das empresas.

A reforma alterou a hierarquia normativa em que Constituição, legislação, convenções coletivas e acordos eram pisos progressivos de direito. Desde então, a Constituição passou a ser um teto, a legislação uma referência de direitos que podem ser reduzidos pelas convenções; os acordos podem diminuir garantias previstas em lei e em convenção coletiva, o indivíduo pode abrir mão de muito do

que foi conquistado coletivamente. Os trabalhadores e os sindicatos “ganharam o livre direito” para reduzir salários e garantias, flexibilizar contratos, ampliar ou reduzir jornada, quitar definitivamente, na presença coercitiva do empregador, os direitos. O acesso dos trabalhadores à Justiça foi limitado. As empresas passaram a ter inúmeros instrumentos de maior garantia, proteção e liberdade jurídica para ajustar o custo do trabalho.

Fazem parte dessas mudanças a possibilidade de novos tipos de contratos de trabalho (tempo parcial, trabalho temporário, intermitente, autônomo exclusivo, terceirizado sem limite, teletrabalho, etc.), que permitem ajustar o volume de trabalho à produção no dia, na semana, no mês, ao longo do ano. Esses contratos podem ter ampla flexibilização em termos de jornada (duração, intervalos, férias, banco de horas, etc.). As definições do que é salário são alteradas e os valores podem ser reduzidos, assim como outras obrigações legais. A demissão é facilitada, inclusive a coletiva, com diversas formas de quitação definitiva de débitos trabalhistas.

O poder de negociação dos sindicatos é fragilizado com o “novo poder” de reduzir direitos, a interposição de comissões de representação dos trabalhadores, nas quais é proibida a participação sindical, ou com a autonomia do indivíduo para negociar diretamente. Essas medidas quebram o papel sindical de escudo coletivo e protetor. Como já ocorre em outros países que adotam mecanismos semelhantes, os trabalhadores

estão sendo incentivados e estimulados, por meio de inúmeras práticas antissindicais e de submissão patronal, a não apoiar ou financiar os sindicatos. Muitos são submetidos ao poder das empresas, pressionados para aceitar acordos espúrios diante do medo de perder o emprego.

A Justiça do Trabalho, que agora é paga, terá sua tarefa reduzida à análise formal dos pleitos. A Lei criou uma tabela que precifica o ônus da empresa até, no máximo, 50 vezes o salário do trabalhador!

Foram mais de 300 alterações na legislação trabalhista, que operam um verdadeiro ataque aos trabalhadores. O Brasil se integrou ao rol de países que reformaram a legislação laboral e sindical para oferecer às empresas a flexibilidade para ajustar o tamanho e o custo da força de trabalho sem resistência sindical.

Outras iniciativas foram tomadas, como a Lei 13.429/2017 que autorizou a terceirização de forma ilimitada no setor privado e público. A Reforma da Previdência Social foi aprovada em 2019 com severos e múltiplos impactos que impedem ou dificultam o acesso à previdência social, arrocham benefícios e pensões. Iniciativas com o mesmo objetivo acabaram caducando como, por exemplo, a Medida Provisória 905/2019 que fazia inúmeras alterações trabalhistas e sindicais e a MP 873, que feria de morte o financiamento sindical e, mesmo caducando, deixou um legado de destruição sindical. Há várias outras ini-

ciativas tomadas pelo Governo, por meio de Medida Provisória ou Projeto de Lei, que estão em debate no Congresso, com impactos sobre condições de trabalho, jornada, direitos laborais e sindicais.

Especificamente em relação ao financiamento sindical, cabe mencionar que duas das principais fontes, que representam mais de 70% da receita corrente das entidades, foram bloqueadas ou limitadas. A primeira é a contribuição sindical (desconto anual de um dia de trabalho de todos os empregados), destinada à manutenção de sindicatos, federações, confederações e Centrais Sindicais e ao Ministério do Trabalho. Tem caráter constitucional obrigatório, mas com a atual legislação, passou a ser facultativa, situação que está sendo questionada na Justiça. Ao tornar voluntária essa contribuição, os dados de 2018 a 2020 indicam queda superior a 90%.

A outra receita importante é a contribuição assistencial, feita pelos trabalhadores às entidades sindicais que os representam, por ocasião das negociações coletivas de trabalho. O Supremo Tribunal Federal tem atuado incisivamente para proibir o desconto dessa contribuição dos trabalhadores não associados aos sindicatos, apesar de garantir que todos têm o direito de acessar aos direitos definidos pelas convenções e acordos coletivos. O “trabalhador carona”, a “malandragem”, a tão falada lei de Gerson que incentiva “levar vantagem em tudo”, vem orientando as iniciativas do Executivo, as decisões legislativas e

judiciais, favorecendo e, de certa forma incentivando, esse tipo de prática.

O objetivo claro é quebrar o movimento sindical ou, no mínimo, restringir e controlar seu poder. Se não fosse esse o propósito, e havendo necessidade de mudança, a legislação asseguraria regras adequadas para um financiamento condizente com as atribuições sindicais, mecanismos para um processo de transição, valorizaria a negociação e modernizaria o sistema de relações de trabalho e não incentivaria práticas antissindicais.

O debate sobre a reforma sindical e cenários para a reestruturação

Para além das mudanças no mundo do trabalho¹⁵, que passam cada vez mais a exigir transformações no sistema sindical, há também iniciativas institucionais que recolocam o tema da reforma sindical em debate junto ao Poder Executivo e, principalmente, junto ao Legislativo, mobilizando trabalhadores e empregadores para essa empreitada.

No âmbito do Poder Executivo, o governo instituiu o Conselho Nacional do Trabalho em 2019, órgão tripartite (governo, empregadores e trabalhadores) para debater questões sindicais e trabalhistas. O governo afirma que enviará, mas não indica em qual prazo, um

Projeto de reforma sindical no qual proporá a instituição dos princípios da liberdade sindical (autonomia e não interferência do Estado nas organizações).

Por outro lado, o assunto da reforma sindical também está ativo do Congresso Nacional. São várias as iniciativas de PECs (Proposta de Emenda Constitucional) que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Mais recentemente, foi apresentada a Propostas de Emenda Constitucional – PEC 196/2019, apreciada pela CCJ – Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e encaminhada para a formação da Comissão Especial para análise de mérito. Essa Comissão Especial ainda não foi instalada¹⁶.

O debate está em curso e para pensar o futuro do sindicalismo brasileiro devemos considerar que:

- As mudanças no mundo do trabalho estão na base do sistema produtivo brasileiro e afetam a vida dos trabalhadores de maneira radical. Criam-se novas formas de inserção ocupacional de contratação. Há o efetivo desafio de representar todos os trabalhadores.
- A atual estrutura e organização sindical brasileira não consegue responder a essa nova dinâmica e organização do mundo do trabalho.

15 Foge ao escopo deste texto o conjunto de transformações de ordem tecnológica, patrimonial e organizacional em curso na atual fase do sistema capitalista mundial.

16 Até março/21 essa Comissão não havia sido instalada. Os trabalhos dessa Comissão duram de 10 a 40 sessões (em torno de 3 meses), cujo Relatório, quando aprovado na Comissão Especial, segue para duas votações do Plenário da Câmara dos Deputados, seguindo depois para trâmite semelhante no Senado Federal.

- Há um esgarçamento da relação entre sindicatos e trabalhadores nesse novo mundo que precisa ser enfrentado e superado, e que foi exacerbado pelo individualismo.

- A superação será resultado de uma reestruturação sindical intencionalmente direcionada para recolocar os sindicatos no centro da vida dos trabalhadores, como seu escudo protetor e seu meio de expressão como classe unida e com projetos.

- Iniciativas tomadas pelo governo Temer e por Bolsonaro feriram de morte o sindicalismo brasileiro, pelos limites impostos para a ação sindical, pela fragilização do poder de negociação e pelo ataque que desestrutura as formas de financiamento. O definhamento do movimento sindical está em curso e precisa ser estancado, revertido por uma nova dinâmica de fortalecimento da representatividade, da agregação e da cooperação.

- Há iniciativas em curso tomadas pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário que consolidam e ampliam esses ataques.

- Também ocorre um processo que visa empurrar uma reforma sindical que poderá implicar em um pluralismo desagregador e pulverizado da estrutura sindical, com graves riscos de descambar para o sindicalismo por empresa.

Diante desse quadro, indica-se para o movimento sindical trabalhar

estrategicamente com três cenários básicos, cada um com iguais chances de ocorrer e, por isso mesmo, com estratégias definidas para atuar em relação a todos eles.

Cenário 1 – Um sonho: a reforma sindical avança no Congresso com um modelo pactuado entre trabalhadores, empregadores e parlamentares, e institui um sistema de transição sindical para um regime de liberdade com regras que favorecem a agregação, a representatividade, a negociação, a solidariedade e a cooperação. Para esse cenário será preciso um Plano que combine elaboração propositiva para o sistema sindical, debate na base, construção propositiva, inclusive com o setor patronal; articulação com os parlamentares, bancadas de partidos e comissões; debate público orientado para o convencimento; um projeto de transição pactuado que construa a reestruturação com base nas novas regras aprovadas. Um debate e projeto que reposiciona o movimento sindical como instituição essencial da nossa democracia e que constrói a sua valorização presente e futura. Cenário com baixa possibilidade até final de 2022.

Cenário 2 – Um pesadelo: a reforma sindical avança com regras que implantam um regime de pluralismo que pulveriza e fragmenta a representação, enfraquece o financiamento e concentra a negociação nas empresas. Diante desse cenário será preciso um plano de

resistência buscando impedir o trâmite desse tipo de proposta no Congresso. Se ocorrer e houver a derrota, será necessário um plano de enfrentamento com projeto de reestruturação nessas bases e de reversão da pulverização e da fragmentação, etc.

Cenário 3 – A vida como ela é:

nada avança no Congresso, os debates ficam enrolados ou travados, há pautas prioritárias, ou consegue-se impedir que as mudanças nefastas avancem travando-se o processo legislativo, etc. O sistema sindical fica com as regras atuais que enfraquecem o poder dos sindicatos na negociação e debilitam gravemente seu financiamento. O governo dá continuidade aos ataques pontuais que fragilizam ainda mais o poder sindical e seu financiamento, a Justiça colabora com o enfraquecimento sindical. Nesse caso, é necessário ter um plano de reestruturação ousado, de autorregulação no campo dos trabalhadores em termos de organização e representação, de correção capital e trabalho para o sistema de negociação e que deve incluir o financiamento. Para esse plano é preciso ousar construir um “pacto sindical pela mudança”, no qual durante cinco anos todo o movimento sindical estará focado em construir a reestruturação sindical, sem criar nenhum novo sindicato, sem formar oposições, favorecendo fusões e agregações, etc. A unidade na diferença como visão prática e estratégica de transformação.

Diretrizes para uma reforma sindical no Brasil

Como dito anteriormente, o debate sobre a reforma do sistema sindical e de relações de trabalho tem o desafio de responder a duas ordens de mudanças, a saber: a) às transformações estruturais e disruptivas no mundo do trabalho promovidas em todo o sistema produtivo, ou seja, criando novas ocupações, de contratação, de subordinação, novos arranjos das empresas, novas relações entre empresas e delas com o Estado; b) às iniciativas para mudanças na legislação e no regimento que rege o sistema de relações sindicais e de relações do trabalho.

São duas ordens de mudanças que precisam estar articuladas nos projetos que alteram o sistema sindical, assim como considerar o contexto político situacional presente no país no período de mudança. No caso presente do Brasil, o contexto é de um governo que, sistematicamente, afirma e atua para restringir o poder dos sindicatos, limitar sua capacidade de contratação e ferir de morte sua capacidade de financiamento. Se as duas ordens de mudança são imperativos estruturais de grande complexidade e que exigirão respostas da mesma magnitude, o contexto situacional brasileiro reserva uma adversidade dura e uma insegurança quase absoluta quanto aos valores e as intencionalidades que poderão reger os processos legislativos.

Por isso mesmo, parte do movimento sindical tem procurado estabele-

cer diálogo de alto nível com o setor empresarial e suas organizações sindicais, bem como com os parlamentares, com vistas a promover um debate legislativo assentado nos desafios acima indicados, assim como promovê-lo em ambiente de diálogo social orientado pelos princípios da boa fé e do interesse de gerar avanços, para que o sistema sindical promova relações compatíveis com um desenvolvimento econômico e social de alta qualidade.

Identifica-se a adversidade do momento para fazer esse tipo de mudança, a insegurança em alterar nesse contexto uma regra constitucional – o Artigo 8º, a necessidade de ter propostas convergentes no contexto do processo legislativo avançar, as diferenças de posicionamento frente ao aspecto da unicidade sindical (um único sindicato na mesma base), da liberdade sindical (possibilidade de pluralidade e pulverização sindical) e das formas de financiamento sindical (somente sócios ou todos os beneficiados pelos acordos e convenções coletivas).

Sistematizamos abaixo aspectos e propostas que estão pautando os debates articulados pelo Fórum das Centrais Sindicais, desde 2019, e que podem orientar a atuação e intervenção sindical dos trabalhadores.

Fundamentos

- A reestruturação do sistema de representação sindical, se vier a adotar

o princípio da liberdade sindical como define a Convenção 87 da OIT, deve ser orientada para um tipo de liberdade de organização que estimule a unidade dos trabalhadores e favoreça maior agregação sindical.

- Uma reforma deve ser orientada para regras que levem à ampliação da representatividade do sistema sindical brasileiro.

- O sistema sindical deve organizar-se para promover relações entre trabalhadores e empregadores no sentido de fortalecer e favorecer a negociação coletiva em todos os níveis e abrangências.

- Há que se criar instrumentos e procedimentos que conduzam à solução ágil dos conflitos individuais e coletivos no âmbito trabalhista.

- Autonomia para empregadores e trabalhadores instituírem, regularem e manterem a estrutura sindical e o sistema de negociação coletiva, suas regras de funcionamento, a forma de organização sindical e sua sustentação, os critérios e métodos de aferição da representatividade, a negociação e seus instrumentos de celebração de compromissos e de solução de conflitos.

- O sistema sindical e de relações de trabalho deve garantir o direito de negociação coletiva para os servidores públicos no âmbito do direito administrativo.

- Um projeto de mudança deve estar lastreado em um plano/processo de transição da atual para a futura estrutura sindical e sistema de negociação coletiva, assentado na cultura e na história das organizações, favorecendo o seu engajamento no processo de transformação.

- O sindicato deve continuar sendo a base do sistema sindical brasileiro; as federações e confederações são instâncias de agregação de grau superior; as Centrais Sindicais instâncias de máxima agregação.

- A organização no local de trabalho é voluntária e regulada pelas partes interessadas.

Organização sindical

- Se for adotada a livre associação sindical (alteração do artigo 8º da Constituição), trabalhadores e empregadores têm autonomia frente ao Estado para se organizarem sindicalmente e estabelecerem regras e procedimentos para as relações de regulação laboral.

- As entidades sindicais adquirem personalidade jurídica com o registro civil, sem mais necessidade da autorização do Estado.

- O sistema sindical poderá ser constituído por sindicatos, federações, confederações, Centrais Sindicais e suas organizações intermediárias.

- As entidades sindicais serão organizadas por setor ou ramo de atividade econômica e não inferior ao município.

- A representação sindical dos trabalhadores nos locais de trabalho é voluntária e será regulada entre as partes interessadas.

- A contribuição dos sócios às entidades sindicais será definida em seus estatutos e recolhida em folha de pagamento.

- A contribuição negocial (ou contribuição solidária do não sócio) será definida em assembleia e devida por todos os abrangidos pelo instrumento coletivo (sócios e não sócios), observados os limites fixados em lei, ou pela entidade nacional de regulação, e devida às entidades representativas.

Representatividade

- A representatividade da entidade será aferida observando-se a razão entre o número de sócios efetivamente contribuintes e ativos em relação ao total de trabalhadores ativos no âmbito de representação (sócios e não-sócios do sindicato).

- A entidade mais representativa (ou as mais representativas, a partir de uma linha de corte) terá o direito de representação do total de trabalhadores ativos no âmbito da negociação/base de representação.

- A representação de todos os trabalhadores abrangidos no âmbito de negociação se dará pelas entidades que obtiverem taxa de representatividade igual ou superior a X% no âmbito de representação. O período de transição deverá prever o escalonamento temporal e progressivo da taxa de representatividade.

- A entidade sindical mais representativa poderá obter a exclusividade de representação ou para o exercício sindical se os trabalhadores abrangidos pela negociação assim deliberarem por maioria, em consulta estruturada (plebiscito e outros meios). A exclusividade terá limite temporal e poderá ou não ser renovada.

- A representatividade será aferida periodicamente.

Negociação coletiva

- As entidades sindicais passarão a integrar o sistema de negociação coletiva se ao aferirem a representatividade atingirem o percentual mínimo de sindicalização.

- Os acordos e convenções, celebrados em negociação por entidades sindicais representativas, depois de aprovados pela maioria dos trabalhadores, atingirão todos os abrangidos no âmbito de representação, independente de filiação sindical.

- Quando houver mais de uma entidade representativa no âmbito de representação, a mesa de negociação será

única e com a representação unitária de todas as entidades que atingirem a representatividade, sob a coordenação da entidade sindical mais representativa.

- Será mantida a vigência dos acordos ou convenções coletivas de trabalho no período das negociações coletivas, em prestígio à boa fé e à segurança jurídica das partes.

- Desenvolver sistema de mediação e arbitragem privada e/ou pública, sem poder normativo.

Regulação

- Criar entidade nacional de regulação da estrutura sindical e do sistema de negociação coletiva que terá representação bipartite e paritária (empregadores, trabalhadores).

- A entidade nacional de regulação será constituída por um Conselho bipartite e paritário e duas Câmaras (de trabalhadores e de empregadores) com atribuições específicas.

- Cabe ao ente de regulação: aferir a representatividade (definir método de aferição); estabelecer normas específicas para o sistema de relações sindicais e de negociação coletiva funcionarem; regulamentar de maneira complementar o custeio sindical; criar câmaras de solução de conflitos que envolvam disputas intersindicais; criar procedimentos para verificar e coibir práticas antissindicais.

- Definir forma de financiamento da entidade nacional de regulação (x% da receita oriunda dos trabalhadores e empregadores).

Servidores Públicos

- O fundamento geral é a Convenção 151 da OIT que trata do direito de negociação coletiva para os servidores públicos.

- No caso dos servidores públicos, deve-se considerar como referência o Projeto de Lei 397/2015, de autoria do Senador Antônio Anastasia, que “estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Papel do Estado

- Manter o Conselho Nacional do Trabalho como órgão tripartite de diálogo social para tratar das questões do mundo do trabalho.

- Justiça do Trabalho: atuar com mediação e arbitragem, individual ou coletiva, sempre que demandada pelas partes interessadas.

- Promover políticas públicas de emprego, trabalho e renda, de proteção social, laboral e previdenciária.

O que deve constar nas disposições constitucionais transitórias (ADCT)

- Aprovada a PEC, deve ocorrer a instituição do ente bipartite e paritário de regulação em 90 dias.

- Preservar, por um período de 3 anos (ou X anos), as prerrogativas das atuais entidades sindicais para que se preparem para a primeira mensuração da representatividade.

O Futuro: para um pacto intersindical pela mudança

Indicam-se a seguir algumas diretrizes que podem compor estratégias de mudança na perspectiva da reorganização do sistema sindical brasileiro.

O jovem trabalhador do futuro

O primeiro aspecto de uma estratégia de reestruturação sindical é a promoção de um amplo processo de participação dos jovens – trabalhadores e trabalhadoras com menos de 30 anos de idade – na vida sindical, como ativistas, militantes e dirigentes.

Essa participação sindical da juventude que está presente no mundo do trabalho tem por objetivo realizar um esforço inovador de formulação propositiva para colocar paradigmas alternativos aos dominantes. A aposta é que será necessário pautar a sociedade para

debates deliberativos sobre o futuro das múltiplas dimensões da vida e das formas de produzi-la. O desafio será - como já foi no passado - mobilizar a sociedade para a construção de outro mundo possível e melhor, orientado pelos princípios da igualdade, liberdade e solidariedade, por uma utopia que mobilize corações e encoraje a luta.

Esse movimento emergirá se aqueles que vivem e produzem com o seu trabalho o novo mundo decidirem mudar a trajetória em curso. Os jovens de hoje serão a força de trabalho dominante nas três próximas décadas, período no qual essas desafiadoras e decisivas mudanças e lutas serão processadas e travadas. É o mundo futuro em construção e o futuro do mundo em disputa, que a juventude pode prospectar como seu, caso se coloque em ação como sujeito coletivo. São as condições de trabalho precárias que dominam o seu mundo que precisam ser radicalmente alteradas. São esses trabalhadores, jovens, que deverão formular a agenda com as propostas e as formas das lutas para enfrentar as questões-problemas-desafios que para eles, desde já, estão postos.

Cabe à juventude ocupar espaços, assumir seu protagonismo e, com ousadia, correr riscos. A audácia para questionar as verdades que se colocam como definitivas também exige irreverência. Os jovens, na plenitude da vida que irrompe, têm o desafio de prover um olhar inovador sobre a realidade, imaginar outro mundo e a forma de promover as mudanças nos novos contextos polí-

ticos. Não estarão sozinhos, pois estaremos juntos. O importante é ter a clareza de que não se pode fazer por eles e nem para eles essa luta. O que podemos, e devemos, é lutar juntos.

A juventude está desafiada a descobrir que o futuro lhe pertencerá, efetivamente, se for capaz de se fazer presente nas lutas. Será em parte a sua capacidade de intervenção criativa, irreverente, provocativa e ousada que obrigará toda a sociedade a mudar. O sindicato renovado é o espaço político para que essa descoberta histórica das novas gerações ocorra.

O sindicato renovado não é uma estrutura que se moderniza para se preservar como tal, mas sim uma organização que se renova a partir da compreensão do que desejam os trabalhadores e as trabalhadoras e de como querem realizar suas lutas e formalizar sua solidariedade e cooperação. A estrutura deve mudar para ser a ferramenta e o instrumento de organização e luta dos trabalhadores nesse novo contexto, considerando as múltiplas formas de inserção ocupacional e de contratação.

O sentido da reestruturação é gerar capacidade cognitiva e política para fazer da estrutura sindical um patrimônio social, cultural e político que se coloca a serviço da classe trabalhadora que surge nesse novo mundo do trabalho. A estrutura "se esconde" para ser descoberta.

O desafio está em, efetivamente, abrir espaço para os jovens pensarem as

estratégias de mobilização, planejem as ações e atuarem em sua execução. Desenvolver uma ação inovadora no espaço da formação técnica e universitária dos jovens, seja articulando a ação estudantil com o trabalho sindical, seja oferecendo serviços para o jovem planejar sua vida profissional, conhecendo os desafios que estão postos e formulando propostas e projetos.

A presença da juventude no meio sindical deve indicar as novas formas de organização adequadas à sua dinâmica de vida, às formas de comunicação, à maneira de debaterem e ao jeito de deliberar. Esse novo modo de viver e de se colocar diante da vida que a juventude mobiliza, precisa ocupar espaço no sindicalismo e ser uma força propulsora da mudança que possibilite que o sindicato se coloque como espaço e instrumento a serviço das suas lutas e projetos.

O movimento

A dinâmica a partir da qual se desenvolve e se organizam as lutas sindicais deve conter a intencionalidade de colocar os trabalhadores em movimento. A estrutura deve ser considerada como um instrumento a serviço da promoção do movimento e da organização das lutas. A reestruturação sindical deve criar as condições organizativas para colocar os trabalhadores presentes nos novos contextos ocupacionais em movimento de luta.

É a partir da necessidade e condição de se colocar em movimento que as pessoas desenvolvem a consciência sobre as realidades, sobre o que são os conflitos sociais e suas origens, descobrem valores que devem presidir outro projeto de sociedade e os caminhos para as mudanças sociais. Ao se colocam em movimento, debatendo, fazendo greves ou paralisações, protestando, investindo na formação e na organização, enfrentando adversidades, resistências e oposição, os trabalhadores vão se dando conta sobre a complexidade da realidade e dos desafios que se colocam para os processos de disputas.

O sindicalismo é uma longa construção de quase dois séculos, período no qual os trabalhadores, colocados na condição de subordinação em relação ao capital/empregador, passaram a se associar, reunir-se solidariamente para constituir força social, para enfrentar e mudar as condições laborais, reduzir a jornada e melhorar os salários e as condições de vida. As marchas, greves, manifestações e enfileiramentos foram capturados e expressos pela arte em fotografias, filmes, poesia, música, literatura e pinturas, que registram a história e denotam o movimento.

O movimento operário transforma a reivindicação dos assalariados em demanda por direito trabalhista e social, criando suas instituições para organizá-los e colocá-los em ação, ou seja, os sindicatos.

Em alguns casos o tempo fez os sindicatos esquecerem que o movimento está na sua essência. A burocratização é um mal que acomete muitas instituições, inclusive os sindicatos.

Reestruturar o sindicalismo a partir do movimento é dar prevalência às lutas a partir das quais se pensa as formas de organização, de estruturação dos recursos e de formação sindical dos ativistas. Pensar a partir do movimento é organizar uma gestão flexível e ágil, capaz de uma leitura sofisticada da realidade em tempo real para instruir escolhas estratégicas adequadas. Significa investir na produção de uma inteligência que planeja as lutas no contexto da interação com o outro, sejam adversários ou inimigos. Pensar a partir do movimento é desenvolver um estado de atenção, de cuidado com a interação, com observação sobre o outro, ambiente de confiança na diferença, tolerância com os tempos e as formas de engajamento, é dar a oportunidade do acaso, do inédito e saber tratar com o imprevisível.

Representar a todos

A atual estrutura sindical não é capaz de produzir proteção para todos os trabalhadores presentes no mundo do trabalho. Isso tem que mudar!

Há os trabalhadores assalariados com registro em carteira de trabalho e os servidores públicos que estão, em

sua maioria, sindicalmente protegidos, mas que enfrentam crescente processo de fragilização dessa proteção. As ações dos governos Temer e Bolsonaro atuaram para romper os vínculos sindicais entre trabalhador e sua entidade.

Há também o assalariamento ilegal, sem registro em carteira de trabalho, o trabalho autônomo, ou por conta própria, e os trabalhadores domésticos, que compõem a heterogeneidade da estrutura ocupacional. Novas formas de contratação – trabalho intermitente, tempo parcial, temporário, prazo determinado, autônomo exclusivo, “uberizados”, terceirizados, “pejotas”, jornadas de trabalho parciais com múltiplos empregos por trabalhador, rotatividade, fim de ocupação e profissões, entre outros aspectos, tornam a dinâmica do mundo do trabalho ainda mais complexa. Com raras exceções, esses trabalhadores não contam com proteção sindical formal, real e efetiva. Insisto, isso precisa mudar!

Nesse novo mundo do trabalho as pessoas terão ao longo da vida dezenas de inserções ocupacionais, em múltiplas formas de contratação e suas habilidades e profissões sofrerão mudanças radicais.

As tecnologias permitem ampliar as ocupações no setor de serviços. A inserção ocupacional dos membros da família transforma os cuidados com crianças, doentes e idosos em um serviço econômico que se expande, assim como os serviços de entrega de alimentos e de compras no comércio, entre tantos

outros casos. As pessoas ocupadas circulam sem um local fixo de trabalho e, muitas vezes, têm mais de um emprego ou ocupação.

A desproteção sindical já é maior do que a força de trabalho protegida e tende a crescer.

O sindicalismo está desafiado a se reestruturar para ser o movimento de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras inseridos nessa diversidade ocupacional. Isso implicará em construir uma agenda múltipla de demandas e de lutas, bem como imaginar novas formas de organização, elaborar propostas de solução para problemas que são inéditos para a agenda sindical clássica de assalariados e de servidores públicos.

Nesse desafio ganha força a concepção de um sindicalismo dos trabalhadores que a todos reúne e une. Um tipo de sindicato que constrói bandeiras de luta unitárias e de todos os trabalhadores. Pode ser organizado por setor ou ramo, como o sindicato dos trabalhadores da indústria, o sindicato dos trabalhadores do comércio, o sindicato dos trabalhadores dos serviços, o sindicato dos trabalhadores da agricultura, o sindicato dos servidores públicos. Cada um organizado em uma rede sindical que garanta a presença nos locais de trabalho e nos locais de moradia. Pode-se pensar que uma rede de sindicatos locais é articulada por Federações de unidades locais, uma Confederação ou mesmo dar liberdade para se pensar outras engenharias organizacionais. Do local até o nacional a

articulação de um sindicalismo de todos os trabalhadores.

Para esse novo mundo do trabalho e para o desafio de representar a todos, as categorias vão perdendo sentido e precisam ser superadas do ponto de vista organizativo. Assim como a condição de assalariado contratado por um patrão empregador não é mais a condição para ser um trabalhador sindicalizado.

São os trabalhadores, em suas mais variadas formas de inserção ocupacional, a base geral da organização e representação sindical a ser criada. Se o trabalhador está ocupado no setor industrial, ele será representado por um sindicato dos trabalhadores da indústria, seja um assalariado, terceirizado, “pejota”, autônomo exclusivo, intermitente, etc. Não importa qual o contratante ou sua condição ocupacional, todos terão a mesma proteção sindical para promover, para a condição ocupacional específica, a proteção condizente.

Isso requererá um ousado projeto de transição da atual estrutura sindical para uma nova abordagem. Esse movimento, aliás já começa a surgir em alguns países.

A agregação

O desafio de representar a todos deve conduzir a um movimento estruturante de agregação sindical intencional-

mente direcionado para uma presença organizativa em todo o território, desde os sindicatos locais, articulados em rede por Federações/Confederações, e reunidas em Centrais Sindicais.

A agregação em uma estrutura unitária visa superar a fragmentação de categorias que hoje desagregam a organização e a representação. A agregação requererá um movimento pactuado politicamente de articulação sindical, visando novas formas de cooperação efetiva que caminha para processos de fusão progressivos.

O sucesso depende, em parte, de um bom projeto de transição, no qual todos se sintam confortáveis e seguros para conduzir as mudanças.

É fundamental construir o processo de agregação como uma resultante das demandas das bases dos trabalhadores, o que exige recolocar a centralidade da solidariedade e cooperação como estruturantes do movimento sindical, bem como a exigência de formas organizativas coetâneas com os desafios que estão postos.

O local de trabalho

Desenvolver a organização sindical para estar presente nos locais de trabalho continuará a ser um desafio do sindicalismo. A depender do âmbito das negociações e das formas de tratar dos conflitos, a organização sindical no local

de trabalho pode ganhar protagonismo sindical relevante, assim como a constituição de redes sindicais por empresas, nacionais e internacionais.

As questões associadas à saúde do trabalhador ganharão muito destaque e podem ser um assunto que leve os sindicatos a uma presença mais assídua nos locais de trabalho, por exemplo.

O uso do APP Sindicato pode ser um meio de colocar em tempo real o local de trabalho conectado com uma central sindical de atendimento. Portanto, há novas maneiras de chegar ao local de trabalho.

O local de moradia

Deve-se considerar, entretanto, que o local de trabalho pode ser difuso ou inexistente. Talvez hoje grande parte da força de trabalho já não possua um local fixo ou conhecido de trabalho. Muitos circulam sem parar, outros tem uma inserção individual em unidades familiares ou em prédios/condomínios residenciais ou comerciais, outros trabalham a partir de casa (home office ou teletrabalho), ou em casa em micro unidade industrial, ou mediados por aplicativos ou plataformas, etc.

Por isso, o local de moradia passa a ser um referencial estratégico de contato organizativo das trabalhadoras e dos trabalhadores, assim como as condi-

ções de vida e moradia interferirão diretamente nas condições de trabalho.

Grande parte da agenda de proteção social desses trabalhadores será produto de políticas públicas de seguridade, previdência, saúde, educação, transporte, entre outros, que precisam ser apresentadas e mobilizadas as pressões necessárias para entrar na pauta de debate deliberativo.

O sindicalismo do futuro se ocupará tanto das condições de trabalho, como das condições de vida e terá uma articulação, ou integração, muito forte com os movimentos populares e sociais a partir dos locais de moradia.

Diante disso, uma proposta ousada é organizar a presença sindical nos bairros de forma a permitir que os trabalhadores tenham uma unidade/centro sindical de referência. Essa presença pode ser a de máxima agregação – uma unidade sindical capaz de agregar e atender a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

Nesse sentido, coloca-se o desafio de um projeto de reestruturação patrimonial de todo o movimento sindical, articulado a partir de uma presença territorial estrategicamente posicionada. Esses centros de referência sindical devem ser estruturados para serem espaços de encontro, nos quais se desenvolva a cultura sindical em sentido amplo, com festas, arte, esporte e múltiplos serviços sindicais oferecidos aos trabalhadores, além de espaço para as múltiplas atividades organizativas, de formação e

de debates. Esses espaços podem vir a oferecer serviços articulados às políticas públicas como o seguro-desemprego, a intermediação, a formação profissional, a orientação vocacional, entre outros, ou os mais variados serviços que o movimento sindical pode oferecer aos trabalhadores.

A gestão dessa rede sindical nos bairros pode ser pensada com gestões descentralizadas, mas articuladas em rede, com metas e formas de administração profissionalizada e atuação sindical orientada por princípios pactuados.

Para os trabalhadores autônomos e por conta própria há um conjunto de serviços de apoio a estruturação e sustentação da sua atividade laboral, tais como: o acesso e os cuidados com patrimônio envolvido na atividade (por exemplo a bicicleta, moto, carro, etc.) que inclui seguro, cálculo de depreciação e investimento na renovação/troca, consertos, manutenção, renovação, organização das finanças da atividade, manutenção das responsabilidades formais e legais; cuidados com a proteção pessoal com a saúde, acidente e previdência social; responsabilidades com a contratação de pessoas, etc.

Também neste caso, um dos desafios é usar a tecnologia em suas várias dimensões como um recurso aliado para o desenvolvimento da cultura e das atividades sindicais. De um lado, o sindicato pode se apresentar e se expressar por meio de um aplicativo, oferecendo informações e serviços sindicais, bem

como o APP pode ser a base de articulação sindical, organização dos trabalhos e de comunicação. Também por meio de aplicativos, é possível desenvolver programas de formação sindical, processos de consulta e de deliberação podem ser organizados.

A proteção sindical e social

A proteção sindical, em parte, continuará derivada de convenções e de acordos coletivos produzidos por meio de negociações coletivas. Será preciso definir quais entidades serão representativas ou construir entidades representativas para os âmbitos de negociação, que poderão ser nacionais, setoriais e locais, todos articulados e integrados, a depender da estratégia sindical autônoma de reestruturação, do modelo de sistema de relações de trabalho ou do que a legislação vier a indicar.

Mas a proteção sindical também deverá ser produzida na mediação com o Estado (municípios, estados e União), constituindo formas de gerar proteção laboral e social para os trabalhadores inseridos em outras formas de ocupação. Seguro de vida e saúde diante de acidentes de trabalho, afastamento por doença ou maternidade, aposentadoria, formação profissional, orientação para a gestão da atividade econômica, crédito, seguro de vida, financiamento, gestão dos recursos de trabalho autônomo, serviços de apoio, etc.

A formulação das demandas em pautas, as propostas, as formas de luta e a negociação têm dinâmicas e processos diferentes daqueles presentes nas relações de assalariamento.

O empregador oculto

Um outro desafio do sindicalismo será lançar luz sobre muitas relações laborais que estão intencionalmente ocultas ou realizadas por sujeito indeterminado, seja por meio de terceirizações as mais variadas, quarteirizações e outras forma de subcontratação; mediações realizadas pelos aplicativos e plataformas; o trabalho criativo compartilhado em redes, entre outras possibilidades que se criam a cada dia. Será um grande desafio revelar os empregadores ocultos nas relações econômicas de produção e de trabalho subordinado, imputar-lhes responsabilidades formais, estabelecer processo de enfrentamento e de negociação. As formas de responsabilização poderão gerar outros meios de proteção sindical e social, bem como novas formas de organização, representação e de contribuição para o financiamento sindical.

Empregabilidade

Transferir para o trabalhador individualmente a responsabilidade pelas suas condições materiais e sociais de tra-

balho e de ocupação, bem como culpá-lo por sua condição de desempregado ou desocupado, responsabilizando-o pela sua empregabilidade – termo cunhado para justificar a desemprego estrutural decorrente da inovação ou do baixo crescimento ou da recessão - é missão permanente dos difusores da ideologia dominante neoliberal. O desafio sindical é dar a essas pessoas possibilidades, oportunidades e condições concretas de enftretamento e propiciar-lhes a possibilidade de dar a volta por cima. Para isso, será preciso formular abordagens que apresentem o diagnóstico da situação problema do desemprego, transforme-a em um desafio a ser enfrentado e superado, bem como invista na formulação propositiva de novos caminhos.

Esse movimento leva as pessoas a pensarem que elas são uma unidade humana única e responsável pelo seu sucesso e pelo seu fracasso. Conduz também à exacerbação do individualismo contra as formas de ação coletiva, ao desconhecimento da responsabilidade das empresas, do Estado, das políticas públicas. Enfim, sem vínculos, sem Estado, sem política pública, sem o outro, cada um é um caso de sucesso ou de fracasso enredado em si mesmo, como um capital humano ou um recurso humano. Trata-se de uma mentira bem contada e que ganha o encanto da meritocracia, da exacerbação do poder do indivíduo, do menosprezo das formas associativas e colaborativas, do desconhecimento dos incrementos da produtividade e dos meios de concentração dos resultados em termos de renda e riqueza. Dessa for-

ma se despolitiza a distribuição do resultado do trabalho coletivo e as formas de lutar pela sua justa repartição e se reduz a pessoa a uma forma de capital ou a um recurso. O sindicalismo está desafiado a recolocar a centralidade do enfrentamento dessa questão na luta social.

E quando advém o fracasso? A falência do pequeno negócio; o desemprego; a demissão; a multa; o confisco; o roubo; o acidente; a doença; o infortúnio? Desespero, desconsolo, desânimo, depressão, desatino tomam conta da vida. O sindicato deve criar processos para que os trabalhadores e as trabalhadoras evitem, resistam, enfrentem e superem essas questões com iniciativas inovadoras e luta coletiva.

O empreendedorismo é outro conceito que joga no colo do desempregado ou do jovem iniciante no mundo do trabalho a responsabilidade de fazer individualmente o próprio negócio, construir o seu sucesso ou justificar o seu fracasso. Ser empreendedor faz parte do jogo social, está inserido em uma institucionalidade e com suas regras, exige suporte e apoio do Estado (assistência, formação, crédito, infraestrutura, etc.), cultura de cooperação para pensar formas inovadoras e coletivas de produzir, formas de solidariedade para gerar proteção coletiva, etc. Elementos que o sindicalismo pode oferecer para esses trabalhadores e trabalhadoras.

Sindicatos e serviços

Para atender a diversidade de demandas dos trabalhadores, a prestação de serviços é uma das atividades para as quais o sindicato pode constituir formas efetivas e custos adequados.

Em todo o mundo a prestação de serviço é uma forma de se ter adesão dos trabalhadores ao sindicato e um meio de complementar seu financiamento. Mas há um serviço diferenciado: o sindicato é uma conexão permanente, uma oportunidade de encontro.

Conectados em tempo real, com tudo e todos, as pessoas vivem sozinhas e isoladas, sem convívio social, com dificuldades de estabelecer e sustentar relacionamentos. O sindicato organizado no bairro e no local de trabalho deve se colocar como espaço de encontro e de construção de uma sociabilidade fundada nos valores que lastreiam a vida coletiva, como a solidariedade e a cooperação.

Financiamento e reorganização patrimonial

Seria muito importante que fosse organizado um serviço profissionalizado para:

a) formular planejamento por projetos estratégicos e de organização do trabalho coletivo;

b) orientar processos de reorganização patrimonial;

c) tornar os ativos patrimoniais meios de sustentação da atividade sindical;

d) dar eficiência ao patrimônio pelo melhor uso;

e) elaborar projetos de compartilhamento de estrutura, equipamentos, serviços, etc.

f) elaborar projetos de cooperação para ampliar a base sindical e ampliar a filiação;

g) promover uma ação permanente de filiação como base de um projeto organizativo.

Além das mensalidades dos associados, os sindicatos poderão ser financiados pelo serviço de contratação coletiva e proteção social por todos os trabalhadores beneficiados pelo bem público e coletivo, que é o acordo ou a convenção coletiva. Será preciso criar uma abordagem que relacione a extensão voluntária dos direitos conquistados pelos acordos/convenções coletivas, com o financiamento solidário dos beneficiados pelos diretos pactuados.

Comunicação

Uma dimensão fundamental da reestruturação é o desenvolvimento de um projeto inovador e ousado de comunicação sindical com os trabalhadores e a sociedade.

Um projeto de comunicação deve ser concebido a partir das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, conexão em tempo real sem cabeamento, integrando dados, som e imagem. TV, rádio e jornal podem ser produzidos e potencializados. A integração da rede sindical de comunicação com as demais redes pode ser promovida. A produção de conteúdo de qualidade, com segurança e credibilidade é um ativo que ganhará cada vez mais valor em um mundo que expande a mentira intencionalmente produzida para domesticar ou dirigir a massa.

A reestruturação do sindicalismo do futuro inclui um projeto estratégico, ousado e inovador de comunicação.

Organizar, com as tecnologias disponíveis e o conhecimento das ciências sociais, a memória das lutas sindicais é um projeto de conexão com o futuro assentado na experiência. Essencial para gerar conteúdos para a comunicação.

Organizar um sistema de base de dados compartilhados pode ser um instrumento valioso para uma nova organização sindical.

Serviço de Pesquisa, Educação e de Assessoria

A produção de conhecimento é elemento essencial para a qualidade da ação sindical. O movimento sindical brasileiro foi sábio ao criar, manter e investir no DIEESE como organização intersindical unitária, que adquiriu credibilidade na produção de pesquisas e estudos técnicos, na promoção de educação formal e formação sindical por meio da Escola DIEESE e na realização de assessoria, em especial, para as negociações coletivas.

Há um espaço institucional que nos últimos anos tem se destacado para o movimento sindical voltar sua atenção. Trata-se das Casas Legislativas e o papel que a disputa sobre as regras do jogo social passou a ter por meio da legislação. Neste caso, será fundamental, a partir da expertise do DIEESE e do DIAP, juntamente com as assessorias sindicais já existentes, elaborar um serviço sindical de atuação parlamentar, com o objetivo de ganhar qualidade e profissionalismo em defesa e promoção de interesses dos trabalhadores.

A pauta sindical do futuro que começa hoje

Nesse processo de profundas mudanças tecnológicas, organizacionais e patrimoniais que impactam profundamente o mundo do trabalho, há uma

agenda que ganhará relevância, com temas como:

- Redução da jornada de trabalho com melhoria dos salários. Que tal projetar uma jornada de 10 horas por semana com uma boa remuneração?

- Impactos da tecnologia no mundo do trabalho - tecnologia como um bem coletivo para melhorar a condição de trabalho e de vida de todos, e não uma forma de exclusão ou meio que resulta no aumento da desigualdade.

- Educação e formação profissional (mudança tecnológica, liberdade, democracia e igualdade).

- Flexibilidade de contratação e proteção laboral ampliada.

- Políticas de proteção dos empregos.

- Flexibilidade laboral para empresa e acesso universal à seguridade social, garantia de renda básica, proteção previdenciária.

- Saúde do trabalhador e doenças emocionais decorrentes do estresse.

- Insegurança salarial e rendas básicas de cidadania.

- Formas de superar as desigualdades em termos de igualdade de oportunidade e de condições.

- Tributação progressiva e políticas públicas universais de promoção de igualdade de oportunidades e de condições.

- Políticas de igualdade de oportunidades: educação e formação profissional.

- Políticas de igualdade de condições de vida: habitação, transporte, saneamento, creche, escola em tempo integral, saúde.

- Equilíbrio entre vida laboral e familiar.

- Ocupações de interesse comunitário/emprego público cidadão para jovens (1º emprego) e idosos.

- Cultura, o uso do tempo (ocupação) e redução da jornada de trabalho.

- Mudança climática, emprego e projeto de desenvolvimento.

- Regulação do mercado financeiro, tributação e desigualdade.

- Deslocamentos populacionais (imigração e migrações).

- Novas formas de proteção social e laboral e seu financiamento.

- Produtividade e formas de repartição dos ganhos.

- O poder das máquinas para decidir e governar.

Essas dimensões, entre outras, devem ganhar concretude no cotidiano da ação sindical, construindo um campo de conteúdo significativo capaz de reunir interesses, potencializar a unidade de ação e encantar a militância para utopias mobilizadoras.

Por fim, um pacto

Pare enfrentar tudo isso com sucesso é hora de declarar uma trégua sindical para que as pessoas, as energias e os recursos se concentrem na promoção das mudanças. Essa trégua não é um tempo de esquecimento. Trata-se de um tempo de compromisso com a mudança sindical.

A proposta é um Pacto Sindical pela Mudança, um acordo geral para o qual todas as entidades são convidadas a aderir. Este Pacto teria os seguintes compromissos, em um prazo de cinco anos, entre outros:

- Nenhuma nova entidade sindical será criada pela desagregação de categoria.

- Nenhuma oposição sindical será encaminhada.

- Todos se envolverão em projetos e processos de mudança, visando atingir muitos dos objetivos acima tratados.

- As mudanças serão processuais, buscando a máxima participação.

- Agregação, representatividade e cooperação serão fundamentos orientadores dos projetos de mudança sindical.

Se esse Pacto for construído e materializado, teremos um instrumento político inabalável para promover transformações que ficarão marcadas na linha

do tempo histórico da classe trabalhadora.

Então, a geração futura poderá dizer: eles foram capazes de fazer o que parecia impossível, porque acreditaram, porque tiveram competência política, porque estavam movidos pelo interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras e não por seus interesses pessoais ou específicos. Souberam fazer naquele período mudanças que marcaram a história das lutas dos trabalhadores desde então. Fizeram da história um outro campo de possibilidades.

Relação de sites em que foram publicados os artigos

1. Democracia e Mundo do Trabalho em Debate

Site:

<https://www.dmttemdebate.com.br>

Artigos no site:

<https://www.dmttemdebate.com.br/?s=clemente+ganz+lucio>

2. Poder 360

Site:

<https://www.poder360.com.br>

Artigos no site:

<https://www.poder360.com.br/author/clemente-ganz-lucio/>

3. Le Mode Diplomatique Brasil

Site:

<https://diplomatie.org.br>

Artigos do site:

<https://diplomatie.org.br/search/Clemente+Ganz+Lucio/>

4. Revista Estudos Avançados, produzido pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

Site:

<http://www.iea.usp.br/noticias/revista-estudos-avancados-98>

Artigos do site:

<http://www.iea.usp.br/revista/autores/autor/clemente-ganz-lucio?searchterm=ganz+lucio>

5. UOL

Site:

<https://www.uol.com.br>

Artigos do site:

<https://busca.uol.com.br/result.html?term=Clemente+Ganz+lucio#gsc.tab=0&gsc.q=Clemente%20Ganz%20lucio&gsc.page=1>

6.CEAS

Site:

<https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas>

Artigos do site:

<https://periodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/issue/view/157>

7.Repórter Sindical, produzido pela Agência Sindical

Site:

<https://agenciasindical.com.br/nosso-boletim/>

Artigos do site:

<https://agenciasindical.com.br/?s=Clemente+Ganz+Lucio>

8.Brasil 247

Site:

<https://www.brasil247.com>

Artigos do site:

<https://www.brasil247.com/search?q=Clemente+Ganz+Lucio>

9.Teoria e Debate

Site:

<https://teoriaedebate.org.br>

Artigos do site:

<https://teoriaedebate.org.br/resultado-de-busca/?q=Clemente%20Ganz%20lucio>

10.GGN

Site:

<https://jornalggn.com.br>

Artigos do site:

<https://jornalggn.com.br/?s=clemente+ganz+lucio>

11.Brasil Debate

Site:

<https://brasildebate.com.br>

Artigos do site:

<https://brasildebate.com.br/author/clementeganz/>

12.Outras Palavras

Site:

<https://outraspalavras.net>

Artigos do site:

<https://outraspalavras.net/?s=Clemente+Ganz+lucio>

13.Brasil de Fato

Site:

<https://www.brasildefato.com.br>

Artigos do site:

<https://www.brasildefato.com.br/pesquisar?utf8=&q=Clemente+Ganz+lucio>

14.Justificando

Site:

<http://www.justificando.com>

Artigos do site:

http://www.justificando.com/?s=Clemente+Ganz+Lucio&search_button=Buscar+

15.Vermelho

Site:

<https://vermelho.org.br>

Artigos do site:

<https://vermelho.org.br/?s=Clemente+Ganz+lucio>

16.Plataforma Política Social

Site:

<https://plataformapoliticasocial.com.br>

Artigos do site:

<https://plataformapoliticasocial.com.br/?s=Clemente+Ganz+lucio>

17.CESIT

Site:

<https://www.cesit.net.br>

Artigos do site:

<https://www.cesit.net.br/?s=clemente+ganz+lucio>

18. Instituto Humanitas - Unisinos

Site:

<http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias>

Artigos do site:

<http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias?q=clemente%20ganz%20lucio>

19. CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Site:

<http://www.cdes.gov.br/Plone>

Artigos do site:

http://www.cdes.gov.br/Plone/@@busca?b_start:int=0&SearchableText=Clemente%20Ganz%20lucio

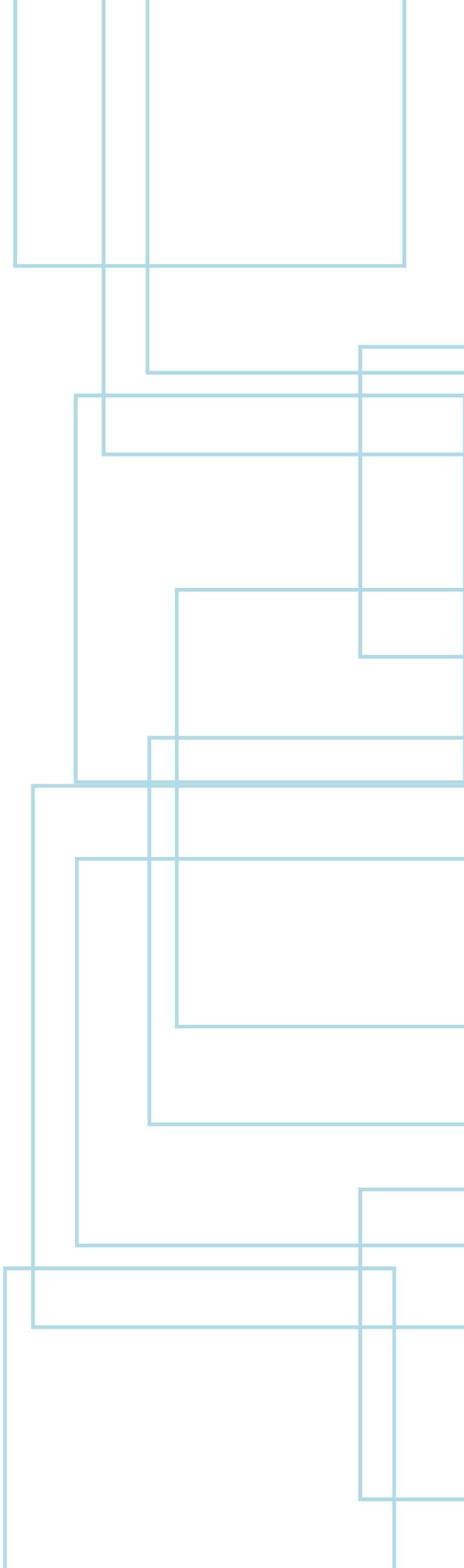
20. Terapia Política

Site:

<https://terapiapolitica.com.br>

Artigos do site:

<https://terapiapolitica.com.br/author/clementeganslucio/>



PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Paulo Kliass

**GOVERNO BOLSONARO:
DEFORMAS E RETROCESSOS**

11



Paulo Kliass é doutor em economia pela Universidade de Paris 10 (Nanterre, França) e integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do governo federal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	976
1. DOGMAS DA AUSTERIDADE FISCAL.	978
2. BRASIL: REFORMAS OU RETROCESSOS?	981
3. BOLSONARO E O FMI.	985
4. BOLSONARO E O RESTO DO MUNDO.	988
5. O GENOCÍDIO DE BOLSONARO.	992
6. PANDEMIA E BANALIZAÇÃO DAS MORTES.	995
7. BRASIL: A CAMINHO DAS TREVAS?	999
8. LULA ESTÁ DE VOLTA.	1001
9. GUEDES É BOLSONARO E VICE-VERSA.	1004
10. A INSPIRAÇÃO FASCISTA DE BOLSONARO	1007



APRESENTAÇÃO

A CRÔNICA COMO CIDADANIA ATIVA

JOÃO FIGUEIRA¹

É antiga a troca epistolar entre os dois lados do grande oceano. Talvez por causa de sua dimensão ou por outro motivo qualquer, esse intercâmbio de ideias e de impressões tem sido dominado por esse país-continente chamado Brasil. Nos alvares do século XX, João do Rio, cronista e repórter intrépido — que, com Isadora Duncan, a deusa bailarina da Belle Époque, revelaram Ipanema ao mundo —, marcou um tempo através de suas crônicas para o outro lado do mar, num esforço de aproximação entre povos e países, então algo distantes e desconfiados entre si.

Paulo Kliass, que mensalmente assina uma crônica no jornal digital português Sinal Aberto (<https://www.sinalaberto.pt/>), inscreve-se nessa linhagem de autores e observadores exigentes, que escrevem e dialogam sobre o seu tempo, questionando e debatendo rumos, opções, políticas. E nesse dialogar com leitores de várias geografias fala das suas inquietações e dilemas, para dar a conhecer aos de longe, do outro lado do oceano, num contexto de entre iguais, fragmentos do Brasil de hoje, como ele “melhor puder”, como há séculos escrevia na sua carta, Pêro Vaz de Caminha a rei D. Manuel I.

A História e a língua aproximam-nos e completam-nos, portanto. E é isso mesmo que sentimos em cada crônica do Paulo Kliass, quando ele nos dá conta das contrariedades ou das contradições,

1 João Figueira é professor de Jornalismo e Comunicação na Universidade de Coimbra, onde dirige o respetivo mestrado. É também diretor do jornal online sem fins lucrativos, Sinal Aberto (<https://www.sinalaberto.pt/>)

das dificuldades e dos problemas que vê e sente no seu país (e como ele sofre com eles...), e dos quais nos fala depois, em textos sustentados, porque a sua intenção não é a escrita panfletária para clonagem de pensadores, mas o desafio de uma escrita que nos quer pôr a refletir, a gerar novas dúvidas, a construir perplexidades e descobertas, onde antes haveria apenas certezas.

O texto de um cronista é sempre, evidentemente, a sua perspectiva, a sua verdade, o mundo e a realidade vistas a partir do seu cesto da gávea. O ponto de observação, aqui também entendido como o quadro cultural e ideológico de referência do autor, constitui em certa medida a graduação das lentes com que se interpreta o que se vê — que é sempre muito mais do que aquilo que se olha, como já fazia notar em uma de suas obras, José Saramago.

Cada texto que o Paulo publica no jornal que tenho o privilégio de dirigir neste momento, traz consigo elementos novos, invariavelmente instigantes, que nos ajudam a perceber — e por isso nos inquietam mais — a complexidade do tempo presente que os brasileiros e o Brasil vivem atualmente. Confesso, aliás, que uma vez por outra há crônicas que me desassossegam demasiado para meu gosto. Nada a fazer: o Paulo leva as coisas a sério e quando ele fala de assuntos ponderosos e que tanta influência têm nas vidas dos cidadãos e das cidadãs, não há que meter água no café, porque isso não diminui o índice de cafeína. Se a realidade é dura e crua, há que a enfrentar, sem juntar açúcar.

É essa escrita aguda e direta, para tomar o pulso aos temas mais candentes da contemporaneidade brasileira que o estimado leitor, estimada leitora, vai encontrar neste conjunto de textos originariamente publicados no jornal Sinal Aberto, mas que uma feliz oportunidade possibilita que possam prosseguir o seu caminho, chegar a mais leitores e cidadãos — e com isso também permitir que o projeto jornalístico sem fins lucrativos que é o Sinal Aberto possa também fazer novas amizades.

Clarice Lispector, cujo centenário de nascimento se celebrou o ano passado, questionava-se em um de seus textos, acerca do que é e deve ser uma crônica de jornal: “Um relato? Uma conversa? O resumo de um estado de espírito?”. As crônicas de Paulo Kliass, como o leitor ou leitora vai confirmar, é tudo isso. A atualidade é o ponto de partida, o pretexto para a conversa que se segue, na qual, dependendo do que estiver em causa, ele vai parecer mais sério, mais ou menos zangado, mais ou menos otimista. Porém, sempre exigente. E é essa exigência de cidadania ativa — não me ocorre outra expressão — que encontro e revejo em cada linha, em cada texto que o Paulo Kliass nos escreve e através dos quais conversa conosco. Confiante que a realidade, apesar de dura, é transformável, para melhor, se cada um de nós for um cidadão mais bem informado e consciente do seu papel.

Portanto, o melhor é passarmos já à leitura dos seus textos.

1. DOGMAS DA AUSTERIDADE FISCAL

(SETEMBRO 2020)

A crise generalizada atual, que vem sendo aprofundada pela pandemia do coronavírus, tem sua origem nas dificuldades experimentadas pela economia mundial a partir de 2008/9. Os problemas tiveram início no mercado financeiro norte-americano e rapidamente se espalharam para o espaço da União Europeia e também para outros países em todos os continentes.

No entanto, ao contrário do ocorrido nas crises globais anteriores, os caminhos adotados para sua superação foram na direção oposta do que sempre havia sido pregado pelo “establishment” do sistema hegemônico, tanto em suas escalas nacionais, assim como no plano global. Os pressupostos do chamado Consenso de Washington foram parcialmente abandonados e o Estado foi chamado a oferecer sua colaboração para que os prejuízos não fossem na dimensão que se imaginava.

Isso significou que instituições multilaterais, que sempre haviam propugnado com muito vigor pelas receitas do neoliberalismo, passaram a apresentar tímidas mudanças em sua conduta. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), por exemplo, flexibilizaram o cardápio da ortodoxia extremada e incorporaram alternativas de elevação dos gastos públicos e de ampliação da intervenção do setor estatal na própria dinâmica da economia.

Apesar de tal mudança pontual no socorro ao sistema que corria o risco de colapsar, o fato é que tal novidade não chegou a se converter propriamente na adoção de um novo paradigma para a política econômica. As despesas públicas foram elevadas nos chamados países centrais e a emissão monetária cresceu por conta da flexibilização proporcionada pelo chamado “*quantitative easing*” – recursos expressivos foram oferecidos aos agentes econômicos pelas autoridades monetárias a custo zero.

Austeridade no pós 2009.

A capacidade de adaptação do sistema e a blindagem operada pelos representantes do sistema financeiro

impediram que tais mudanças fossem incorporadas de forma efetiva e duradoura pelos governos dos países e pelas próprias instituições multilaterais. A questão da política fiscal, por exemplo, foi mantida intocável mesmo depois de 2009, com as consequentes recomendações de adoção de programas e medidas de austeridade a qualquer preço.

O comportamento adotado pelas autoridades monetárias da União Europeia representa bem essa permanência da orientação conservadora. Apesar das evidências todas que apontavam para necessidade de maior flexibilização em sua conduta, o fato é que as medidas decididas nos casos concretos de países como Grécia, Portugal, e Espanha, entre outros, foram emolduradas pelo viés da ortodoxia e do sacrifício imposto à maioria da população dos mesmos.

A magnitude da crise da pandemia, no entanto, recolocou ao longo deste ano o debate em termos da emergência mais aguda de medidas de políticas públicas de toda ordem. Por um lado, tratava-se de combater os efeitos da crise sanitária e os governos em todo o mundo foram obrigados a elevar suas despesas com saúde - sejam aquelas relacionadas ao ataque direto à doença, sejam as associadas à prevenção da mesma. De outro lado, esses mesmos países foram obrigados a adotar programas de redução dos efeitos econômicos das medidas de isolamento social, seja apoiando a renda daqueles cidadãos que perderam seus empregos ou tiveram os salários redu-

zidos, seja apoiando as empresas que passaram a enfrentar dificuldades com a redução generalizada do ritmo das atividades econômicas.

Ocorre que determinadas correntes de opinião ligadas ao financismo resistem ferreamente a essa nova realidade. Agarram-se aos antigos pressupostos da austeridade fiscal como se fossem verdadeiros dogmas a serem defendidos de qualquer forma, por mais que a realidade das pessoas e dos países esteja a clamar por uma renovação profunda em seus fundamentos. Como se sabe, dogmas são os pontos de vista que se pode extrair de um sistema oficial de princípios ou de doutrinas de uma religião. Assim, tudo se resume a uma questão de fé absoluta, a uma espécie de verdade inquestionável.

Dogma é uma questão de fé.

No Brasil, esse arranjo vem sendo implementado há mais de três décadas, sem que as vozes críticas tenham sido ouvidas. Tanto nos meios de comunicação quanto na orientação das sucessivas equipes governamentais, o que se percebeu ao longo de todo o período foi a interdição do debate em termos de se oferecer alternativas para os rumos da política fiscal. Assim, em torno dos dogmas foram erguidas trincheiras de resistência, com o intuito de protegê-los de mudanças.

Um primeiro dogma refere-se à criminalização da dívida pública. Esse importante instrumento de política econômica passou a ser objeto de conde-

nação de natureza quase moral e ética. Ao comparar o mecanismo de endividamento do Estado com as dívidas individuais ou empresariais, busca-se criar uma abordagem negativista e pejorativa de uma ferramenta legítima e necessária utilizada pelo poder público para desenvolvimento da política econômica. Na verdade, essa visão se articula com outro pressuposto do ideário neoliberal - a proposição de um Estado mínimo, uma vez que os serviços públicos todos passariam a ser oferecidos pelo capital privado.

Um segundo dogma da política fiscal surge com a obediência cega à regra de obtenção sistemática de “superávit primário” nas contas públicas. Nesse caso, trata-se de uma inteligente armadilha instituída pelo financismo, com o objetivo de assegurar recursos orçamentários a serem drenados para o seu próprio circuito de interesse. No Brasil foi inclusive aprovada uma legislação com tal sentido, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Ocorre que o adjetivo “primário” é essencial e não gratuito nessa engenharia. Isso porque a grande maioria da população não sabe, mas trata-se de ser “responsável” apenas e tão somente na busca de equilíbrio com receitas e despesas não financeiras, aquelas que são conhecidas como “primárias” no orçamento. Isso significa, portanto, que as despesas financeiras não ficam submetidas a nenhum tipo de controle. Pelo contrário, o saldo positivo nas demais contas, o sacrossanto superávit primário, se transforma completamente em despesa com juros da dívida pública.

E o dinheiro apareceu.

Um terceiro dogma desse arranjo se materializa em um determinado índice de que relaciona a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Torna-se impossível questionar o porquê, mas os meios de comunicação terminam por reverberar de forma acrítica uma série de informações a esse respeito. Assim, ficaríamos sabendo que a partir de um determinado valor para tal índice o referido país correria o risco de quebrar. Pouco importa se a dívida do mesmo se dá em moeda estrangeira ou nacional. Pouco importa se estão contabilizados na metodologia os elementos que consideram a dívida pública bruta ou líquida. Pouco importa se o país vem sofrendo um processo de recessão, quando o PIB tende a se reduzir. Pouco importa se o Japão apresenta um índice superior a 200%, tendo superado a mítica barreira de 100% em 2001. Ou se os Estados Unidos apresentam desde 2011 um índice também mais que elevado que 100%.

Com base nesse tipo de abordagem catastrofista, os governos sempre negaram as demandas por maiores dotações orçamentárias para áreas sociais e investimentos. O argumento de sempre utilizado pela tecnocracia era uma suposta ausência de recursos. No entanto, a crise de pandemia desnudou também mais esta falácia. Logo no início das dificuldades, por exemplo, o governo brasileiro liberou o equivalente a quase 20% de seu PIB sob a forma de recursos públicos para auxiliar os bancos e o sistema financeiro. Já a Comissão Europeia

aprovou um pacote de ajuda aos países membros da ordem de € 1,8 trilhão para enfrentamento da crise da covid 19. Ao que tudo indica, o dinheiro que não existia, de repente apareceu.

Como se pode perceber, a recorrência à infalibilidade é revestida de casuísmo. Os recursos públicos existem, podem ser utilizados e isso não provoca necessariamente a quebra das economias nacionais. Aliás, a própria realidade do enfrentamento da crise tem aberto espaço para visões alternativas de política econômica. Com isso, os dogmas da austeridade fiscal começam a ser questionados de forma ampla e geral.

2. BRASIL: REFORMAS OU RETROCESSOS?

(OUTUBRO 2020)

A agenda política do atual governo brasileiro se compõe de um conjunto de medidas elaboradas por aquele que tem sido apresentado como o “superministro” do Presidente Bolsonaro - Paulo Guedes, no comando da economia. Na verdade, a alcunha não é de todo descabida. Afinal, nunca antes na História republicana do país algum ministro concentrou tamanho poder de decisão na área econômica.

Esse processo remonta ainda à época do processo eleitoral de 2018, quando o candidato às eleições presidenciais necessitava angariar apoio junto à elite das classes empresariais. A iniciativa de chamar o banqueiro Paulo Guedes para compor sua equipe facilitou esse movimento e Bolsonaro passou a endereçar a ele todos os questionamentos apresentados pela imprensa a respeito de seu programa para a economia. Para justificar tal procedimento, reconhecia publicamente que não entendia nada de matéria econômica.

Com a vitória nas urnas em outubro daquele ano, esse compromisso de campanha foi cumprido. Ao novo comandante da economia foi oferecida uma megaestrutura ministerial, que resultou da fusão de quatro pastas bastante tradicionais na administração pública brasileira. O novo Ministério da Economia foi então composto pela incorporação dos antigos: i) Ministério da Fazenda; ii) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; iii) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e, iv) Ministério do Trabalho.

Ocorre que o diagnóstico oferecido por Guedes se resumia a identificar em uma suposta “excessiva presença estatal” todos os problemas da economia brasileira. Assim, ao recuperar uma agenda neoliberal extremada e ultrapassada, ele se propunha a missão de promover a destruição do Estado e o desmonte de suas políticas públicas. A senha para dar início a tal trajetória foi a necessidade de recuperar o equilíbrio fiscal a qualquer custo.

Obsessão com a austeridade fiscal.

Ora, tendo em vista o péssimo desempenho apresentado pelo PIB brasileiro desde 2016, o surgimento de déficit nas contas públicas era um fato esperado por todos. Qualquer livro de introdução à economia nos ensina que a recessão generalizada reduz drasticamente a capacidade de arrecadação de tributos e seu enfrentamento deve-se dar por meio da adoção de medidas anticíclicas. Esse jargão do economês se refere a decisões do governo que teriam o intuito de estimular a retomada do crescimento das atividades da economia e de minorar os efeitos danosos do desemprego e da crise geral sobre a maioria da população. No entanto, as propostas de Guedes vão no sentido exatamente oposto. Suas receitas para enfrentar a crise pressupõem a redução das despesas governamentais em geral, inclusive em setores vitais como saúde, previdência social, educação, assistência social, saneamento, pagamento de salários de servidores, entre outros.

Além disso, o superministro tenta dar continuidade a uma agenda de mudanças estruturais em nossa Constituição, às quais ele, sua equipe, os políticos conservadores e a grande imprensa chamam equivocadamente de “reformas”. Mais adequado seria qualificá-las por aquilo que efetivamente são: retrocessos. No imaginário popular brasileiro, a noção de reforma vem sempre acompanhada de uma imagem positiva, no sentido do aperfeiçoamento de determinado instrumento, medida ou política.

Porém, nos casos mais recentes o que se tem verificado é o contrário. Senão, vejamos.

A Reforma da Previdência foi apresentada, ainda em 2016, como uma necessidade urgente, pois o Estado brasileiro estaria prestes a falir. A intenção sempre foi a de desfazer o modelo vigente há mais de seis décadas, onde o principal regime de concessão de aposentadorias e pensões é de natureza pública e gerido pelo governo federal. Com o falso argumento de que esse modelo compromete as contas públicas, a estratégia é reduzir sua dimensão e ampliar o caminho para privatização da previdência social. Onde estaria, pois, a reforma?

Um conjunto de medidas já vinham sendo adotadas para esse segmento previdenciário, com redução nos valores dos benefícios concedidos e dificuldades introduzidas para a obtenção dos novos. Assim, foram aumentados os tempos de contribuição necessários para se aposentar e também as idades mínimas para tanto. Por outro lado, foram concedidos benefícios tributários para as empresas, que reduziram de forma significativa suas contribuições obrigatórias para o regime previdenciário. Com isso, as chamadas “contas previdenciárias” passaram a apresentar dificuldades de financiamento. A resposta do governo foi a proposta de reforma, mas que na verdade se constitui em um enorme retrocesso no regime previdenciário estatal e de acesso universal.

Previdenciária, trabalhista, fiscal e administrativa: contra reformas.

A Reforma Trabalhista vinha sendo alardeada também como uma panaceia para resolver todos os problemas do desemprego e do baixo ritmo de crescimento da economia. Uma primeira etapa foi aprovada em 2017, com o foco essencialmente sobre a redução de custos para as empresas e a eliminação de direitos dos trabalhadores. Tais alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) não alteraram a dinâmica da crise econômica e tampouco estimularam o aumento das contratações no mercado de trabalho formal. Na verdade, de lá para cá o desemprego só aumentou, bem como as contratações com base na informalidade e na precariedade.

Em 2019 foi aprovada uma nova etapa de mudanças na legislação trabalhista, aprofundando ainda mais a retirada de direitos e garantias para os assalariados. Assim, as alterações passaram a permitir a redução de jornada de trabalho, com diminuição dos salários, bem como a possibilidade de rendimentos mensais inferiores ao salário mínimo oficial. Enfim, trata-se de mais um caso evidente em que a termo “reforma” é absolutamente inapropriado, pois tratou-se de um evidente retrocesso no âmbito das regras do direito do trabalho.

A Reforma Fiscal também vem sendo objeto de implementação desde 2016. Em dezembro daquele ano foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que introduzia a proibição de aumento

de gastos públicos pelo longo período de 20 anos. Dessa maneira, o Brasil passou a ser o único país do mundo com dispositivo constitucional impedindo a recuperação das despesas orçamentárias não financeiras. Ora, é mais do que sabido que a política fiscal exige muita flexibilidade, em razão das necessidades de adaptação ágil às mudanças na conjuntura econômica. Quando a regra permanente se orienta pela austeridade rigorosa, perde-se a capacidade de promover justamente as medidas para reverter o ciclo recessivo.

De acordo com a mudança na Constituição, ficou criado então o chamado Novo Regime Fiscal (NRF). Através de seus dispositivos, passa a ser considerado crime de responsabilidade cometido pelo chefe do Poder Executivo a aprovação e/ou execução de despesas no orçamento público acima do chamado “teto de gastos”. A criação dessa nova limitação permite apenas a recomposição da perda inflacionária dos valores de um exercício para o outro. Ocorre que há despesas do setor público que tendem a crescer de forma autônoma, como as vinculadas à previdência social, à saúde, à educação e similares. Como o NRF segue as orientações do ajuste das contas públicas pela ótica da austeridade, permanece valendo a regra do superávit primário. Por meio deste procedimento, as despesas financeiras com pagamento da dívida pública são as únicas que não sofrem essa limitação e podem continuar crescendo ao longo do período.

Destruição do Estado e desmonte das políticas públicas.

Reforma fiscal não parece o nome adequado a tal movimento, que consolida e eterniza o retrocesso nesse importante campo da política econômica. Na verdade, introduzir na rigidez da Constituição a determinação de uma orientação conservadora para a política fiscal não pode ser considerada como medida inovadora ou reformista. Ajuste fiscal sempre orientado pelo corte de despesas e nunca pela busca de novas fontes de receitas. Pelo contrário, no momento em que a maior parte dos governos dos países desenvolvidos passam adotar medidas de flexibilização da austeridade extremada, os responsáveis pela economia no Brasil parecem retroagir décadas em suas determinações fracassadas também na área fiscal.

Reforma Administrativa é a nova proposta do governo Bolsonaro que está na prioridade da agenda política desde as últimas semanas. Foi encaminhada ao Congresso Nacional também uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32) para tratar do tema. No entanto, como nos casos anteriores, não se trata de reforma e muito menos que possa ser chamada de administrativa. A intenção com os dispositivos é retroagir ao período anterior à transição democrática, que foi consagrada com a Constituição de 1988. A pretexto das dificuldades de natureza fiscal, a proposta introduz mudanças nas regras da administração pública brasileira, ao eliminar o acesso da maioria da população a direitos a serviços

públicos e gratuitos, como saúde, educação, previdência e outros. O Presidente da República passa a ter o direito de extinguir empresas, institutos, fundações e demais órgãos do Estado por meio de um simples decreto, sem precisar de autorização do legislativo.

Além disso, a proposição elimina um conjunto amplo de direitos dos servidores públicos, a exemplo de ingresso por meio de concurso público e a estabilidade no emprego. Com isso, o Brasil corre o risco de retroagir aos tempos do coronelismo e do mandonismo, quando os governantes de plantão podiam demitir e contratar os servidores que quisessem para o conjunto da administração pública ao seu bel prazer. Essa possibilidade rompe o princípio republicano e da continuidade dos serviços de Estado, independentemente das mudanças de governo. A abordagem “administrativa” fica restrita ao corte de estruturas e de despesas com pessoal. Não há uma única menção ao necessário aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, por exemplo. Portanto, não estamos diante de uma reforma, mas de um profundo retrocesso no âmbito da administração pública. É o caminho para legitimar o processo de desconstrução da estrutura estatal e para desmontar as capacidades de promoção de suas políticas públicas.

Em resumo, o que se pode concluir desse conjunto de pontos da pauta do governo Bolsonaro é que se trata de propostas de contra reforma. A leitura de cada uma das medidas nos deixa com a nítida clareza de uma intenção perversa

de colocar o país na contramão do projeto que foi desenhado para a Constituição que coroou o fim do período da ditadura militar.

3. BOLSONARO E O FMI

(NOVEMBRO 2020)

O histórico da presença do Fundo Monetário Internacional (FMI) não é portador de lembranças agradáveis para a maioria da população dos países menos desenvolvidos. Ao longo das últimas quatro décadas, a simples menção a essa importante instituição do sistema multilateral é capaz de trazer de volta os difíceis momentos dos planos de ajuste econômico a que foram submetidas boa parte das nações do chamado Terceiro Mundo.

A função do FMI sempre foi aquela de defender, até as últimas consequências, os interesses do sistema financeiro internacional. Desde os primeiros casos de manifestação da chamada crise da dívida externa da década de 1980 até os contextos mais recentes de países em dificuldades extremas em suas contas externas, o Fundo costumava apresentar soluções sempre enviesadas pela abordagem ortodoxa e conservadora dos fenômenos econômicos de forma geral.

Um dos fatores complicadores de tal exercício do papel de xerife das contas dos países membros deu-se pela

perversa combinação da hegemonia do chamado modelo neoliberal durante esse longo período com a ocorrência de graves crises nas economias. A construção programática e ideológica de um programa para promover um rearranjo na ordem do capitalismo internacional ganha forma com as determinações previstas naquele que passou a ser conhecido como o Consenso de Washington.

FMI e a austeridade.

Tendo em vista a localização na capital estadunidense das sedes de importantes entidades do financiamento internacional - tal como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o próprio FMI - esse conjunto de regras e condutas foi sendo construído como uma suposta unanimidade inquestionável no âmbito de políticas públicas para economia. Em resumo, pode-se afirmar que a abordagem propunha a introdução de reformas nos países com o objetivo de promover: I) a liberalização mais ampla das relações econômicas; II) a abertura comercial, com liberdade de movimentação nas contas de capital e mercado de câmbio livre; III) redução da dimensão do setor público, com privatização, desregulamentação e austeridade fiscal.

Ocorre que o balanço crítico da tal experiência dramática demorou também décadas para ser efetuado. As consequências provocadas pela chegada das famosas “missões do FMI” nos diferentes países foram desastrosas, uma vez que a adoção das propostas da austeridade

fiscal vinham atreladas à política monetária arrochada e a medidas de abertura comercial e financeira descontroladas. Os únicos setores que se beneficiavam de tais planos de ajuste ou estabilização eram aqueles vinculados ao sistema financeiro local e internacional. A prioridade sempre se localizava no atendimento dos compromissos com o mercado da banca, ainda que às custas da drenagem de recursos da grande maioria da população para essa finalidade.

O aumento dos índices de pobreza e miséria, o aprofundamento do quadro de desigualdades e o até mesmo o fracasso em solucionar os problemas macroeconômicos a que os programas se propunham fizeram com que um processo de auto crítica e revisão dessa panaceia de recomendações tivesse início. Por todos os cantos do mundo o acrônimo TINA passou a ser questionado, uma vez que a ideia da frase em inglês “there is no alternative” revelava-se cada vez mais irreal. Havia, sim, alternativas ao modelo econômico baseado apenas nas hipóteses da ortodoxia e do monetarismo.

As mudanças a partir da crise.

A grande mudança ocorre com a crise econômica e financeira de 2008/9, quando até mesmo os países do centro do capitalismo passam por programas de ajuste que incluíam medidas que apontavam para a direção oposta do que sempre havia propugnado o Consenso de Washington. O momento exigia intervenção do Estado na economia, estatiza-

ção de empresas e dívidas privadas, regulamentação de mercados e regulação na liberalização generalizada anterior. Por outro lado, a política fiscal passa ser expansionista e os aumentos nos gastos públicos foram sendo então identificados como a única alternativa capaz de reduzir os danos causados pela recessão generalizada que ameaçava os países do centro do capitalismo global.

A hegemonia da abordagem neoliberal cede finalmente o espaço necessário a tinturas de heterodoxia em termos de política econômica. Essa verdadeira reviravolta atinge também as universidades, os centros de pesquisa e as organizações multilaterais. Assim, o FMI não passa incólume a tal onda de renovação e de injeção de oxigênio. Obviamente que não se trata de mudança estrutural no que se refere à função do mesmo como guardião do establishment do financismo internacional. As transformações apenas respondem à necessidade de se promover alguma atualização no cardápio para evitar que as perdas no sistema terminem por comprometer a continuidade do mesmo.

No entanto, a partir de 2020, esse processo lento avança em ritmo e velocidade com a eclosão da pandemia. A emergência da crise proporcionada pelo coronavírus recoloca no centro do debate a questão da intervenção do Estado, a necessidade de políticas públicas dirigidas e o aumento significativo das despesas públicas em todo o planeta. O receituário do Estado mínimo e a arrogância da austeridade fiscal a qualquer custo ce-

dem espaço a uma agenda de novo tipo. Afinal, trata-se de promover uma reviravolta na orientação da política fiscal e de incorporar a necessidade do aumento nos gastos governamentais, ainda que esse movimento promova uma elevação do déficit público e da dívida estatal.

Flexibilizar a austeridade e taxar os ricos.

A situação está de tal ordem problemática na economia global que o tradicional documento do FMI, [Panorama da Economia Mundial](#) para o mês de outubro, sugere a flexibilização das regras fiscais em razão da crise:

(...) “Se as regras fiscais limitam a margem de manobra, a situação oferece justificativas para suspendê-las provisoriamente, comprometendo-se por sua vez a seguir uma trajetória gradual de consolidação uma vez superada a crise, para restabelecer o cumprimento das regras no médio prazo. Poderia ser criada uma margem de manobra para as necessidades imediatas de gasto, priorizando as medidas adotadas contra a crise e reduzindo os subsídios improdutivos e mal focados” (...)

Por outro lado, o mesmo documento toca em outro tema, igualmente considerado um verdadeiro tabu no interior do sistema financeiro. Trata-se da proposta de promover uma elevação de tributos para fazer face às dificuldades da conjuntura recessiva. Assim o Fundo reconhece a necessidade de buscar mais recursos pelo lado da arrecadação, uma vez que apenas repisar a cantilena do

cutte de despesas não atende mais às exigências colocadas pela gravidade da crise.

(...) “Ainda que seja difícil a adoção de novas medidas de receitas fiscais durante a crise, os governos talvez devam colocar-se a possibilidade de incrementar os impostos progressivos aplicados aos menos afetados pela crise (por exemplo, elevando as alíquotas do setor privado mais privilegiados e aos setores que estejam relativamente alíquotas de impostos para as categorias de renda mais alta, para as propriedades mais valiosas, para os ganhos de capital e os patrimônios), assim como a possibilidade de modificar a tributação das empresas para garantir que as mesmas paguem impostos de acordo com seus ganhos. Os países também deveriam cooperar com o desenho da tributação internacional das empresas para responder aos desafios da economia digital.” (...)

Bolsonaro faz do Brasil um pária.

No entanto, nem mesmo essa mudança de postura do FMI encontra ressonância no interior do governo Bolsonaro. O superministro da Economia se mantém apegado à sua obsessão com a obediência cega ao rigor fiscal. A cada nova necessidade colocada pela emergência da crise que implique aumento das despesas públicas não financeiras, Paulo Guedes reage e aponta para os supostos riscos de uma “insolvência” do governo. Assim tem sido com as propostas de um auxílio emergencial para as pessoas e famílias atingidos pela crise. O mesmo

ocorre quando se fala na urgência de mais verbas para a saúde e demais rubricas orçamentárias para conter o avanço da covid 19.

Além disso, ele descarta a priori qualquer introdução nas regras tributárias para fazer com que os super ricos e os grandes conglomerados empresariais passem finalmente a oferecer sua cota mínima de contribuição para amenizar os efeitos da crise. Guedes, ao contrário, insiste na tecla de redução da carga de impostos. Ora, trata-se de mais uma insanidade de sua parte, ainda mais em uma conjuntura marcada pela necessidade urgente de mais recursos em mãos do Estado para atravessar o período atual.

Enfim, o isolamento político e diplomático de Bolsonaro só tem aumentado ao longo dos meses. Pressionado por sua base política de extrema direita, o governo parece ter se rendido à manifestação pública de seu Ministro das Relações Exteriores. Ernesto Araújo terminou por reconhecer que as orientações de seu governo não colaboram para uma atuação mais articulada no cenário internacional. E que se isso se confirmar, paciência. Em suas palavras, “que sejamos um pária internacional”.

4. BOLSONARO E O RESTO DO MUNDO

(DEZEMBRO 2020)

O governo Bolsonaro é um triste escândalo, tanto em termos da avaliação interna da população brasileira, quanto em relação à imagem do país que oferece aos meios diplomáticos e à opinião pública internacional. Não bastassem os inúmeros exemplos de políticas públicas e decisões governamentais carregadas de forte conteúdo homofóbico, machista, racista e elitista, o presidente não se cansa de destilar todo o seu ódio aos regimes democráticos na América Latina e pelo mundo afora. Para ele, não cabem pautas como a defesa de direitos humanos, redução das desigualdades, sustentabilidade ambiental ou de respeito à diversidade de qualquer tipo.

Desde a época da campanha eleitoral de 2018, o então candidato jamais escondera a sua mais completa admiração pelo Presidente dos Estados Unidos, à época, Donald Trump. Havia um misto de identificação político-ideológica e proximidade de membros das famílias, de modo que após a sua eleição Bolsonaro alimentou a ilusão de que seu governo receberia algum tipo de atendimento privilegiado por parte do irmão do rortte. Assim, o que se verificou foi uma mudança extremada na orientação do Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty abandonou a tradição de não-alinhamento explícito com a diplomacia norte-americana e começou um proces-

so de isolamento internacional crescente, abandonando todas as conquistas que havia alcançado com os diversos movimentos de aproximação por todos os continentes.

O Ministro indicado para ocupar as relações exteriores em janeiro de 2019 implementou uma política de isolamento voluntário, esperando contar com um suposto apoio por parte da diplomacia comandada por Trump. O Brasil deixou de lado iniciativas onde sua liderança era fundamental. Esse é o caso das medidas de integração regional, a exemplo do Mercosul e da Unasul. Contribuiu para esse enfraquecimento do bloco comercial com os vizinhos e da união do conjunto dos países da porção meridional do continente as mudanças ocorridas em algumas nações da região. Mas a sabotagem promovida pela diplomacia comandada pelo titular do Itamaraty, Ernesto Araújo, revelou-se fundamental para tanto.

Aliança com Trump, boicote ao Mercosul e crítica aos BRICS.

Em sua ânsia de incorporar como sendo seu o combate travado por Trump contra a China e a Rússia, Bolsonaro terminou por aprofundar também o isolamento brasileiro no âmbito das relações com esses dois importantes países no mundo contemporâneo, além de boicotar e se afastar da estratégica iniciativa de fortalecimento do bloco dos BRICS, composto também por Índia e África do Sul. Ao longo do primeiro biênio de seu mandato, o governo brasileiro não cansou de

provocar, de forma muitas vezes irresponsável e infantil, os regimes chinês e russo. Tratava-se de trazer para o nosso campo uma disputa que dizia respeito basicamente aos interesses norte-americanos, de forma geral, e do Presidente Trump, em particular. Afinal, em sua cruzada irracional, Bolsonaro parece ignorar que a China já havia se convertido, ao longo dos últimos anos, no principal parceiro comercial do Brasil, apresentando-se como o principal destino de exportações das nossas “commodities”.

Em outra frente diplomática, o Itamaraty também vem desenvolvendo um enorme esforço para conseguir se isolar de forma gratuita. Trata-se das relações com os países da União Europeia. Um dos temas que mais incomodam o governo Bolsonaro são as denúncias e as cobranças relacionadas ao meio ambiente e a sustentabilidade. Como nos outros casos, ele incorporou como sua a luta de Trump contra o Protocolo de Kyoto e passou a declarar sua discordância quanto à centralidade de medidas para conter o aquecimento global. Os países europeus mantêm uma opção firme por políticas públicas que ajudem a minorar o efeito estufa e a emissão de gases.

As queimadas crescentes e os desmatamentos em nosso biomas, como a Amazônia e o cerrado, passaram a ser objeto de questionamento por parte de países europeus. O desastre criminoso ocorrido no Pantanal em 2020 terminou por reforçar o clima de isolamento, uma vez que o governo insiste em negar sua responsabilidade e mesmo relativizar

as proporções gigantescas do incêndio. Por outro lado, a postura contrária de Bolsonaro em respeitar os direitos dos índios e dos quilombolas contribuiu para aumentar o descrédito das intervenções brasileiras nos foros internacionais.

As divergências políticas e ideológicas do Presidente brasileiro com o governo da Venezuela sempre foram públicas e bem conhecidas. No entanto, depois de sua posse ele continuou a manter o mesmo tom provocador e belicista de antes, quando era apenas um excêntrico deputado federal da extrema direita. No caso das relações com Caracas, Bolsonaro também entrou na linha de Trump para criar condições que levassem à queda de Maduro. Foram as provocações por meio de declarações oficiais, de movimentos militares na fronteira, do reconhecimento unilateral do golpista Guaidó e, finalmente, a colaboração com a visita do Secretário de Estado de Trump, Mike Pompeo, à região.

Provocações à Venezuela e fuga de Ministro da Educação.

Um dos filhos de Bolsonaro foi eleito deputado federal e tornou-se presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. A partir dali, Eduardo Bolsonaro passou a coordenar uma série de iniciativas em sintonia com o pai e com o Itamaraty. Durante quase o ano todo de 2019 fez um lobby explícito para ser nomeado embaixador brasileiro nos Estados Unidos, sem que apresentasse as míni-

mas credenciais para tanto. O esforço do pai chegou ao ridículo de garantir que o filho conhecia bem aquele país, pois já havia fritado hambúrgueres ali quando jovem, e era amigo íntimo da família Trump.

Em outro momento de notória incompetência e arriscada manobra, Eduardo Bolsonaro e o grupo mais fiel ao núcleo do governo de seu pai ensaiaram o apoio à invasão da embaixada da Venezuela em Brasília. O atentado havia sido planejado e foi executado por partidários da extrema direita exilada, em articulação com seus colaboradores no Brasil. A trapalhada ocorreu justamente no dia em que se reunia a cúpula dos BRICS na capital brasileira. A tentativa provocadora tinha por objetivo criar um constrangimento público a dirigentes da Rússia e da China, mas foi prontamente denunciada e se revelou um enorme fracasso. Como se sabe, os dois países haviam manifestado apoio a Maduro e anunciado de forma enérgica sua divergência com relação às intenções de Trump em promover a invasão da Venezuela.

Um dos mais comprometidos ministros de Bolsonaro com as causas da extrema direita era Abram Weintraub, da pasta da Educação. Ele havia sido objeto de inúmeras denúncias por aparelhamento da máquina ministerial para estimular medidas polêmicas e ilegais. Um das últimas falas deste fiel seguidor do presidente havia sido a divulgação de informações falsas e até mesmo a sugestão de prender os ministros integrantes

do Supremo Tribunal Federal. A repercussão do escândalo foi muito negativa e a partir daí o clima ficou difícil para Weintraub, que certamente seria preso e processado por tal manifestação. Assim, foi montado um esquema semi-oficial para possibilitar sua fuga às pressas do Brasil para os Estados Unidos, ainda munido de seu passaporte ministerial. Na sequência, o governo solicitou o apoio de Trump para que o mesmo fosse nomeado diretor do Banco Mundial, em manobra que manchou ainda mais a já desgastada imagem da diplomacia brasileira no exterior.

Negacionismo e pandemia.

O governo de Bolsonaro também deixou sua marca como um agente ativo do negacionismo no plano internacional. Tendo em vista sua base política e ideológica ser muito comprometida com as correntes mais doutrinárias do pentecostalismo evangélico, não foi difícil a operação de levar à frente o questionamento de um conjunto amplo de consensos existentes no âmbito científico. Esse foi o caso dos índices de desmatamento, a evolução das temperaturas globais, os efeitos negativos dos agrotóxicos, o comprometimento das áreas de garimpo ilegal com mercúrio, dentre tantos outros. Em todos os exemplos acima mencionados, o governo brasileiro teve uma atuação visando a confundir a opinião pública e levar ao descrédito as informações e pesquisas baseadas em evidências científicas.

Com o advento da pandemia do coronavírus em 2020, as oportuni-

des de tal conduta negacionista foram ampliadas. Mais uma vez, Bolsonaro seguiu na trilha de Trump, menosprezando os perigos da doença desde o início. Ignorava a recomendação da Organização Mundial da Saúde para uso de máscaras de proteção e a prática de isolamento social. O presidente oferecia diariamente exemplos de como não se conduzir em público e se aventurava a questionar as orientações médicas, inclusive receitando em suas manifestações o uso de medicamentos de eficácia duvidosa. Com o avanço nas etapas das vacinas em desenvolvimento, Bolsonaro apostou todas as fichas na opção de Oxford e desqualificou publicamente as opções das vacinas chinesa e russa.

Na disputa presidencial norte-americana, a família do presidente brasileiro se envolveu diretamente na campanha de Trump e se manteve até o fim lançando as dúvidas expostas pelo candidato derrotado, que questionava a lisura do pleito sem apresentar provas de possível fraude. Até o momento em que escrevo este artigo, o governo brasileiro segue sem reconhecer o resultado e - o que é muito grave nas relações diplomáticas - sem sequer cumprimentar o presidente eleito Joe Biden.

Brasil: pária nas relações internacionais.

O corpo diplomático brasileiro é reconhecido internacionalmente por sua competência e longa tradição de qualidade de seus quadros. A existência de uma carreira própria no interior da administração pública contribui para tanto. Pois

o Ministro Araújo ofereceu recentemente uma imagem que pode ser uma excelente síntese da diplomacia desse primeiro biênio do mandato de Bolsonaro. Em uma cerimônia presencial e sem os devidos cuidados relativos à pandemia, tomou posse a turma mais recente dos futuros diplomatas. Os formandos resolveram adotar como paraninfo um intelectual muito respeitado e que exerceu uma grande importância para a formação cultural brasileira. Talvez indignado com a escolha do poeta e diplomata João Cabral de Mello Neto, o chanceler exagerou na sua fala de saudação aos novos servidores. Ao denunciar e caluniar o próprio homenageado de forma oportunista e desonesta, Araújo entusiasmou-se com sua própria estratégia de isolamento e terminou saudando o resultado da mesma:

"Sim, o Brasil hoje fala de liberdade através do mundo. Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária" (...) é bom ser pária".

A derrota de Trump, porém, deverá atuar como argumento para se promover eventual inflexão da diplomacia de Bolsonaro a partir de 2021. Os prejuízos que a política de agressões gratuitas à China deverá ser sentida caso não haja uma mudança de tom e postura também nesse quesito. A vacina contra a covid 19 e os alinhamentos em relação à questão da tecnologia 5G serão testes importantes para aferir o quanto o pragmatismo vai passar a dominar também as relações externas do governo Bolsonaro.

Caso nenhuma medida de correção de rumo seja adotada, talvez o vaticínio do chanceler realmente se confirme: o Brasil pode mesmo se converter em pária internacional, graças aos equívocos perpetrados por seu governo atual.

5. O GENOCÍDIO DE BOLSONARO

(JANEIRO 2021)

A dureza do título do artigo poderia levar à interpretação equivocada de que se trata de uma provocação barata de algum opositor esquerdista ao Presidente da República do Brasil, alguém que não apresentaria nenhum compromisso com o respeito à ordem institucional e aos valores democráticos.

Pois, a verdade é que, mais uma vez, as aparências enganam. A personalidade que terminou por aderir a esse tipo de qualificação ao Chefe do Executivo é um dos 11 integrantes da mais alta corte de justiça brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministro Gilmar Mendes foi nomeado em 2002 para integrar o colegiado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é bastante conhecido nos meios políticos e jurídicos brasileiros por seu perfil assaz conservador, com decisões judiciais e posições públi-

cas quase sempre alinhadas com os interesses das elites.

No entanto, o inusitado da declaração é exemplar no que se refere a mudanças recentes na relação dos poderosos com o atual governo. Os rumos adotados por Bolsonaro passaram a incomodar também parcela dos setores dominantes, que lhe haviam prestado apoio na disputa eleitoral de 2018. Apesar da concordância explícita com a linha liberal e privatizante do Ministro da Economia, tudo indica que os limites entre civilização e barbárie passaram a contar também para o recuo observado em determinados grupos sociais no tocante ao apoio ao governo.

A questão da saúde faz parte desse cardápio amargo de desgosto e desencanto. Desde o início da pandemia, o presidente brasileiro reforçou seu alinhamento automático com a estratégia do seu homólogo norte-americano. Assim, manteve uma postura de subestimação da gravidade da doença, qualificando-a como uma “gripezinha” provocada pelo “vírus chinês”. Seu governo ignorou a explosão do número de casos e de óbitos, apelando de forma irresponsável e demagógica para a necessidade de não adotarmos quaisquer medidas de isolamento e de confinamento.

Os membros de sua equipe buscavam criar no imaginário popular uma contradição entre “salvar a economia” e “combater a pandemia”. Para escapar de ser responsabilizado pelos índices alarmantes de desemprego e recessão,

Bolsonaro sempre dizia que sua intenção era colocar a economia em marcha. Mas o Congresso Nacional, os governadores dos estados, os prefeitos dos municípios, os partidos da oposição e os grandes meios de comunicação o impediam de fazê-lo. Essa era a ardilosa estratégia de vitimização também usada por Trump, para tentar se preservar do desgaste inevitável em sua popularidade.

No entanto, ao contrário de Trump, Bolsonaro não recuou em seu negacionismo quando a realidade da pandemia passou a gritar mais alto. Ele continuou aparecendo cotidianamente em locais públicos, estimulando a aglomeração de seus simpatizantes, sem nenhuma medida de proteção, nem mesmo o uso da máscara preventiva. Ao mesmo tempo, lançava declarações sistemáticas desacreditando os especialistas em epidemiologia e as instituições públicas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele oferecia quase todos os dias suas opiniões favoráveis a medicamentos não reconhecidos por elas como adequados para tratamento da covid 19, a exemplo da hidroxicloroquina. Além disso, obrigou os laboratórios do Exército a fabricarem um volume absurdo de comprimidos dessa droga de eficácia duvidosa, com a formação de um estoque desnecessário e de custo elevado.

A passividade do governo contribuiu sobremaneira para o crescimento exponencial das estatísticas trágicas associadas à pandemia. Esse era o contexto em que se expandia o clima de indignação generalizada reinante ainda em

julho do ano passado. Pois foi no dia 11 daquele mês que Gilmar Mendes saiu-se com a mencionada acusação grave. Bolsonaro havia demitido o segundo titular do Ministério da Saúde e mantinha um general da ativa no posto de forma interina. Mais à frente, o General Pazuello viria a ser efetivado no cargo.

Por aqueles dias, o número de mortes causadas pelo coronavírus havia alcançado a marca de 71 mil. Mendes não se conteve e lançou a crítica: *“O Exército está se associando a esse genocídio”*. Apesar desse e de inúmeros outros alertas de políticos, especialistas e entidades da sociedade civil, o governo não mudou sua postura irresponsável. O quadro crítico se aprofundou e em menos de 1 mês, foi atingida a marca trágica de 100 mil óbitos em 8 de agosto.

O mais impressionante é que nada disso parecia abalar a estratégia do presidente. Ele continuou colocando obstáculos ao desenvolvimento de pesquisas para as vacinas e dificultando a adoção de um planejamento efetivo de combate à pandemia. O Brasil sempre contou com instituições de pesquisa com renome internacional e vasta experiência na descoberta e na fabricação de imunizantes. Dentre outros, podem ser mencionados o Instituto Butantã e a Fiocruz. Mas o comportamento de Bolsonaro foi, ao contrário do que se poderia esperar de um chefe de governo minimamente preocupado com seus cidadãos, de criação de maiores dificuldades para a ação de tais instituições.

A explosão descontrolada da pandemia por todo o território nacional expôs o caráter amador da resposta do governo. Ao subestimar a gravidade da doença, Bolsonaro parecia aguardar uma espécie de “solução de mercado” para o seu fim, sem nenhum tipo de ação mais incisiva do poder público em termos de prevenção da mesma. Suas aparições públicas sem proteção estimulavam a população a fazer o mesmo, em claro desrespeito às normas e recomendações das organizações da medicina e da saúde. A subordinação do Ministério da Saúde a tal conduta negacionista completa a cena da tragédia.

Após alguns meses em que as estatísticas diárias haviam se estabilizado em um patamar elevado, a partir de novembro as curvas voltam a ficar preocupantes. O Brasil entra definitivamente na chamada “segunda onda”. As curvas de casos e mortes retomam taxas de aceleração preocupantes e quando este artigo for publicado, provavelmente já teremos ultrapassado a triste marca das 200 mil vidas perdidas.

Enquanto boa parte dos países do mundo e da América do Sul já começam seus programas de vacinação, Bolsonaro continua criando dificuldades para que tal processo tenha início e êxito no Brasil. Ele não estimula a aprovação dos protocolos das vacinas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a cada novo dia de atraso em tal regulamentação e autorização são mais de mil vítimas fatais a serem adicionadas à contabilidade mórbida do sistema oficial de saúde.

Ora, esse conjunto de fatores talvez ajude a compreender as razões que devem ter levado o Ministro do STF à sua fala, à caracterização como sendo um genocídio o comportamento do governo Bolsonaro. No entanto, para além da gravidade do discurso, seria importante que esse alerta se generalizasse também nos dias de hoje, no início do novo ano e da segunda onda. Este é momento em que novas medidas de isolamento e confinamento se fazem mais do que necessárias. Este é o momento em que a continuidade do benefício emergencial extinto pelo governo se faz ainda mais urgente. Este é o momento em que um plano nacional de vacinação se torna prioridade absoluta.

As forças progressistas, o movimento sindical, os partidos de oposição e demais entidades da sociedade civil têm de assumir para si a responsabilidade política de dar um basta ao genocídio de Bolsonaro.

6. PANDEMIA E BANALIZAÇÃO DAS MORTES

(FEVEREIRO 2021)

No dia em que terminei esse breve artigo, o Brasil alcançou a trágica marca de 230 mil mortes provocadas pela covid 19. Ainda somos o segundo país com maior número de óbitos associadas

à pandemia. Apenas os Estados Unidos estão à nossa frente, com o dobro de vidas perdidas, apesar de terem uma população apenas 50% maior do que a nossa. A Índia vem em seguida, com maior número de casos, mas ainda um menor número de mortes. Enfim, trata-se claramente de uma tragédia que não respeita fronteiras nem limites geográficos.

Mas o objetivo aqui não é tratar dessa espécie de corrida entre diferentes países e sua maior ou menor dificuldade em lidar com essa novidade, tão mortal quanto desconhecida. Um pouco como o enigma da esfinge de Tebas, a doença atual lança um desafio à humanidade: “Decifra-me ou te devoro!”. E já ultrapassamos o total de 2,3 milhões de óbitos em todo o globo, segundo estimativa conservadora da própria Organização Mundial de Saúde (OMS).

Mas como explicar esse número de quase ¼ de milhão de mortes em um país e seu Presidente da República continuar com um índice de popularidade relativamente razoável para esse quadro? Já são 10 meses de vigência da pandemia como uma realidade epidemiológica consolidada por todos os continentes e Bolsonaro segue com sua estratégia negacionista. Não apenas ele busca desacreditar as instituições de saúde pública no plano internacional e em seu próprio país, como impediu que o Estado brasileiro assumisse uma posição de vanguarda no combate ao vírus e à doença.

No início, Bolsonaro desdenhava da doença, afirmando se tratar de uma

mera “gripezinha”, como dizia Donald Trump. Em seguida, apesar de nunca ter entrado em uma faculdade de medicina em toda sua vida, passou a prescrever de forma pública medicamentos para a doença, em um suposto “tratamento precoce” para a mesma. Além disso, ele nunca usou máscaras em suas manifestações presenciais e sempre estimulou a confraternização e o contato com os seus admiradores, sem qualquer respeito pelas regras básicas de segurança ou pelo isolamento social recomendado de forma unânime por entidades da área.

Ora, frente a esse quadro, a pandemia seguiu avançando e os óbitos também. Percebe-se uma espécie de banalização das mortes, como se a maioria da sociedade brasileira terminasse por se resignar frente a esse volume de perdas tão dolorosas. Apesar de evidente responsabilidade de Bolsonaro no agravamento do quadro já dramático da pandemia, parcela da população segue acreditando que as causas são outras. A proximidade com a morte e o risco inequívoco de contágio não impediram a continuidade dos eventos festivos, com aglomerações durante a época do Natal, do Ano Novo e em outras datas comemorativas em todo o território nacional. Idas às praias ao longo das férias e dos finais de semana se somam à presença constante, massiva e rotineira em bares e outros locais de aglomeração bastante comprometedoras para saúde individual e coletiva.

Mas por que permanece esse tipo de comportamento, ao mesmo tempo em que as mortes se avolumam?

Talvez uma das questões que nos possam ajudar na compreensão deste fenômeno paradoxal esteja no comportamento exibido e vivenciado pela sociedade em situações similares. Como se sabe, a questão da violência faz parte há muito tempo do cotidiano da maioria da população brasileira. E podemos enumerar uma lista ampla de tipos de conflitos de natureza violenta. Então vamos pela violência doméstica, violência racial, violência policial, violência homofóbica, violência urbana, violência no ambiente rural, violência no trânsito, violência nos ambientes esportivos, violência no trabalho, entre tantas outras situações.

O mito do “homem cordial” que vários pensadores sociais clássicos usavam para caracterizar o “tipo brasileiro” no passado parece não ser mais adequado para os tempos atuais. Atualmente, esse personagem idealizado pratica a violência contra seus pares, ao mesmo tempo em que é submetido a atos e situações violentas em seu cotidiano. E uma das faces mais duras desse comportamento reside no brutal aumento das mortes associadas às mesmas. A transformação da violência em morte passa a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Com o protagonismo adquirido pela questão da segurança ao longo das últimas décadas, ela passa a compor com prioridade o universo das agendas de políticas públicas no país. E as estatís-

ticas relacionadas ao tema também ganham espaço e destaque nos meios de comunicação, na administração pública e nas próprias instituições de pesquisa. Assim, as pautas de violência e segurança passam a concorrer com os temas já considerados tradicionais como saúde, educação, previdência e outros.

No que se refere à dinâmica da banalização das mortes, podemos considerar dois tipos de fenômeno que fazem parte do cotidiano da população e que terminam por facilitar esse mecanismo psicossocial de uma espécie de resignação frente à perda de vidas humanas. Eles possuem uma estatística consolidada e nos permitem algum tipo de avaliação com uma série temporal mais longa. São eles: I) mortes violentas; e, II) mortes em acidente de trânsito. Em ambos os casos os números impressionam.

No caso das “mortes violentas” estão incluídos os casos de homicídio doloso, de latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Alguns estudiosos consideram

que mesmo assim existe o risco de subnotificação, em razão de as estatísticas oficiais passarem por atos lavrados pelas próprias polícias. No caso das “mortes em acidente de trânsito” estão incluídos todos os óbitos, englobando os eventos ocorridos nas vias dos espaços urbanos e nas rodovias intermunicipais e/ou interestaduais.

A tabela abaixo identifica o total de mortes para esses dois casos registrados para o período disponível, no caso os nove anos compreendidos entre 2011 e 2019. Isso permite considerar a hipótese de que o processo de naturalização ou acomodação da sociedade frente a eventos como esses já vem ocorrendo há um certo tempo. Assim, entre “mortes violentas” e “mortes em acidentes de trânsito” o total para o novênio atingiu a impressionante marca de 836 mil. A maior parcela corresponde às mortes violentas com 478 mil (57%) e em seguida as mortes no trânsito com 358 mil (43%)

BRASIL Mortes (em milhares)	Mortes violentas	Mortes trânsito	TOTAL
2011	48	45	93
2012	53	46	99
2013	54	43	97
2014	57	45	102
2015	55	40	95
2016	58	38	96
2017	59	36	95
2018	52	34	86
2019	42	31	73
Total 2011/19	478	358	836
Média 2011/19	53	40	93

FONTES: MONITOR DA VIOLÊNCIA E DATASUS.

Entres as vidas perdidas em ambas as classificações tivemos uma média anual de 93 mil ao longo do período. Ainda não existe consenso entre os analistas a respeito da queda observada a partir de 2015, mas com certeza devem ter contribuído bastante os efeitos da longa recessão econômica que tem início naquele ano.

Assim, colocada em perspectiva essa tendência de pelo menos uma década de convivência com número elevado de perdas de vidas humanas, talvez esse processo de conformismo coletivo com o fenômeno das mortes em consequência da covid 19 não devesse ser assim tão inesperado. Além disso, é bem provável que os mecanismos de válvula de escape para essa convivência social cotidiana com o quadro generalizado da violência sejam mais pulverizados.

Percebe-se um crescimento de situações de linchamento público pelo país afora, em um contexto típico de apelo à lei da selva e da justiça com as próprias mãos para solucionar quadros de conflito ou transgressão de uma ordem legal ou moral indefinidas. Esse movimento se vê combinado com o aumento expressivo das situações de manifestação violenta de intolerância de todo o tipo no cotidiano das cidades.

Por outro lado, observa-se também o crescimento de situações de tiroteios em ambientes urbanos, em razão do aumento de territórios nas grandes metrópoles que passaram para o domínio de facções ligadas ao tráfico e a milícias armadas. Esse descontrole do

próprio poder público sobre tais regiões levou ao surgimento trágico de assassinatos que passaram a ser qualificados, de forma enganosa, como sendo causados por “bala perdida”.

Esse processo todo ganha em qualidade e em impulso com a eleição, com a maioria dos votos em segundo turno em 2018, de um presidente que sempre defendeu soluções extremadas para esse domínio da vida social, com especial destaque para segurança e violência. Bolsonaro jamais deixou de propor a instituição da pena de morte e a redução da maioridade penal como pretensas soluções para essa violência crescente. Além disso, na mesma linha de buscar apagar o incêndio com gasolina, ele está implementando um processo de liberalização generalizada de porte de armas para os cidadãos, declarando sempre sua admiração e inspiração no modelo norte-americano. Esse movimento ainda está sendo mais bem estudado e compreendido, mas há analistas que chegam a propor uma nova tipificação conceitual em gestação, a exemplo do proposição do “homo bolsonarus”.

Uma sociedade que vem convivendo há tanto tempo com fenômenos associados à violência e à morte talvez esteja recolhendo e incorporando também, mais uma vez de forma passiva, os óbitos mais recentes provocados pela pandemia. A banalização das centenas de milhares de vidas perdidas desde o início de 2020 deve ter, com certeza, suas raízes em características mais profundas de nosso tecido social.

7. BRASIL: A CAMINHO DAS TREVAS?

(MARÇO 2021)

A trajetória recente empreendida pela sociedade brasileira talvez possa ser bem sintetizada em uma única palavra: retrocesso. Caminhando na direção contrária do que sempre caracterizou a maior parte da história do país, os últimos anos têm sido marcados por um conjunto de processos que apontam claramente para um perigoso retorno a tempos sombrios.

O primeiro aspecto a ressaltar é o da economia. O PIB brasileiro tem se comportado muito aquém do desejado e do necessário. Desde 2015 a taxa acumulada apresenta uma queda de 7%, com 3 anos de recessão acentuada e outros 3 com crescimento em torno de 1%, que mal consegue repor o crescimento da população. Mas o que chama a atenção é também a perda de posição relativa do país na comparação com o resto do mundo. Em 2011, por exemplo, em função do crescimento observado ao longo dos mandatos do Presidente Lula (2003-2010), o Brasil superou o PIB do Reino Unido e alcançou a posição de sexta economia do globo. Pois dados divulgados recentemente demonstram que o país registrou em 2020, sob Bolsonaro, a décima segunda posição. Além disso, as expectativas apontam para uma nova queda para o próximo exercício, quando é previsto um rebaixamento para a décima quarta posição em 2021.

O segundo ponto que impõe preocupações diz respeito à ascensão do negacionismo como política de Estado. A eleição de 2018 colocou no centro do poder uma articulação de forças políticas que, até então, mais chamavam a atenção pelo exotismo de suas proposições extremadas e por suas condutas inadequadas. Porém, nunca se poderia imaginar que tais indivíduos chegassem a ocupar postos de comando, como ministérios e demais organismos de primeiro escalão de governo. O fato concreto é que há dois anos a política oficial brasileira não reconhece fatos inquestionáveis, como o desmatamento da Amazônia e demais biomas estratégicos existentes no território. Da mesma forma, os temas mais sensíveis da política ambiental são sistematicamente retirados da agenda oficial, a exemplo do uso crescente de agrotóxicos e defensivos venenosos, bem como a necessidade urgente de políticas de redução do aquecimento global e de resíduos poluentes.

Negacionismo e intolerância.

O negacionismo de natureza anti científica também ganhou relevância a partir da explosão da crise da pandemia. O Presidente da República assumiu para si a irresponsabilidade de subestimar os riscos da doença desde o seu início, quando a chamava de “gripezinha” ou “vírus chinês”. Na sequência, passou a recomendar, como se médico fosse, drogas e remédios sem comprovação científica alguma para enfrentar a covid 19. Assim, coerente com sua postura genocida, Bolsonaro estimulou a todo instante

a aglomeração irresponsável de pessoas e apoiadores, onde parecia ele mesmo sem máscara de proteção. Ao mesmo tempo, criou toda sorte de obstáculos para que as vacinas fossem desenvolvidas e atingissem o grande público. Além disso, afirma a todo instante que não vai tomar o imunizante, em claro desrespeito ao papel de liderança política que exerce no país.

A contrapartida dessa expansão de métodos típicos da Idade Média tem sido o crescimento das igrejas e seitas de forte inspiração neopentecostal no seio da população. É sabido que, em épocas de crise acentuada e falta de perspectivas, abre-se o caminho para o salvacionismo e o apego às crenças sem qualquer fundamento de comprovação pelo avanço das ciências. Em face da perda generalizada de credibilidade das instituições, a fala do pastor ou do líder religioso passa a ocupar o espaço de referência daquilo que seria a boa conduta a se seguir.

O terceiro elemento que compõe esse quadro preocupante refere-se à ocupação crescente de postos estratégicos no governo por militares. Como se sabe, Bolsonaro construiu o início de sua carreira como integrante da baixa oficialidade e quase foi expulso do Exército por má conduta na segunda metade da década de 1980. Chegou a ser preso em 1987 e naquele momento optou pela carreira política para escapar de novas punições. Assim, candidatou-se e foi eleito deputado federal em 1990. A partir de então, seguiram-se sete mandatos inin-

terruptos de um parlamentar marcado por uma atuação quase inexpressiva até 2018. Essa proximidade com o mundo da caserna abriu espaço para que a alta oficialidade encontrasse nele um meio para retornar com força ao governo.

Volta dos militares e perseguição.

A transição política conciliadora mal resolvida e a ausência de soluções pouco efetivas de punição dos abusos e crimes cometidos durante a época da ditadura militar (1964-1984) permitiu que tal retorno se desse sem nenhum tipo de constrangimento. Aliás, muito pelo contrário. Bolsonaro sempre defendeu a política dos anos de chumbo, inclusive enaltecendo em seus discursos a prática de tortura sistemática contra os adversários políticos do regime. Pois agora os saudosistas voltaram ao poder. Oficiais de alta patente ocupam hoje a cadeira de ministro em 9 pastas do governo e os registros oficiais apontam a existência de mais de 6.000 militares (entre membros da ativa e da reserva) nomeados para altos cargos na administração pública federal. Assim, atualmente existe mais militares em posições de governo do que havia na própria ditadura dos generais.

Finalmente, a idade das trevas se manifesta na retomada de práticas de censura e de repressão generalizada aos pensamentos críticos ao governo. Bolsonaro costuma disparar sua bateria contra a imprensa - mesmo no caso de alguns grandes grupos, como a Rede Globo - quando criticado em suas ações. No entanto, a tendência ao autoritaris-

mo vai ganhando espaço com decisões de perseguição judicial contra servidores públicos que tenham manifestado alguma discordância com relação a atos ou decisões do governo. O fato mais recente foi a punição a um reitor de uma universidade pública por suas considerações críticas à política do governo com relação à pandemia. O detalhe é que o mesmo é especialista em epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas.

Na verdade, trata-se de um percurso que pode caminhar para rituais similares de perseguição política e ideológica, que nos fazem lembrar da própria Inquisição. Identificação do “adversário” a condenar, criação de um simulacro de “juízo” com ares de legitimidade jurídico-institucional e ao apelo à intolerância da população a apoiar essa purgação dos “pecadores”.

8. LULA ESTÁ DE VOLTA

(ABRIL 2021)

Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente deliberou de forma justa e adequada a respeito de uma das inúmeras apelações encaminhadas pela defesa de Lula da Silva ao longo das ações judiciais movidas contra ele pela Operação Lava Jato. O ex presidente havia sido condenado em um processo recheado de ilegalidades e irregularidades, onde a principal tarefa que cabia ao então juiz Sérgio Moro era

a sua prisão e o impedimento de que ele pudesse se candidatar às eleições presidenciais de 2018.

Apesar das denúncias de abusos e condutas de parcialidade apresentadas desde o início do processo na cidade de Curitiba, os responsáveis pela chamada “força tarefa” da Operação Lava Jato pareciam não se importar. Eles contavam com autonomia para realizar aquilo que desejassem, ainda que estivessem agindo na mais completa ilegalidade na condução do próprio processo jurídico. Escutas à margem da lei sem autorização judicial, coação sobre testemunhas, coleta de provas de forma irregular, articulação ilegal entre os promotores e o juiz para definição de estratégias de condenação, enfim as práticas criminosas eram amplas e variadas.

Ocorre que as classes empresariais, as diferentes correntes do conservadorismo político e os grandes meios de comunicação festejavam a arbitrariedade, uma vez que a intenção primeira era de fato retirar a principal liderança popular do circuito de ação política. Com isso, a arbitrariedade imperava de forma absoluta e Lula passou 580 dias preso, tendo sido liberado apenas em novembro de 2019. O candidato da extrema direita, apoiado por setores importantes da direita e mesmo do centro, já havia sido eleito e Bolsonaro retribuiu o juiz Moro com a sua nomeação para um Ministério da Justiça reforçado por órgãos do governo ligados à segurança pública.

Processo contra Lula: ilegalidade a toda prova.

Ocorre que ao longo do período uma série de fatos e provas confirmando a parcialidade do processo foram divulgados. O movimento, que ficou conhecido por Vaza Jato, foi uma articulação do jornal The Intercept e do jornalista Glenn Greenwald. Por meio dele, vieram a público as mensagens trocadas entre si pelos membros da Operação Lava Jato, sempre com o intuito de forçar a condenação de Lula. Certos de sua impunidade, o juiz e os promotores articulavam de forma descarada, ilegal e criminosas ações ao longo do processo.

Mais à frente, outra fonte de revelação de ilegalidades veio à tona com a Operação Spoofing da Polícia Federal, onde um hacker confirmou que era ele mesmo quem havia obtido as mensagens e resolvido divulgar por conta própria. Esse era o momento de reviravolta no andamento das denúncias contra as ilegalidades praticadas pelo turma de Curitiba. Moro acabou se desentendendo politicamente com o Presidente Bolsonaro e foi exonerado do cargo de ministro em abril de 2020. A principal reivindicação da defesa de Lula era obter o reconhecimento oficial por parte do Poder Judiciário quanto à parcialidade de Moro na condução do processo. Com isso, estaria aberto o caminho jurídico para sua anulação bem como das consequentes condenações de Lula.

Com a declaração de nulidade dos processos e a confirmação da suspeição

de conduta do juiz Moro, Lula retorna com força à cena política e a possibilidade de sua candidatura nas eleições presidenciais de 2022 volta ao centro do debate político. Essa mudança na conjuntura ocorre justamente no momento de maior baixa da popularidade de Bolsonaro, quando as pesquisas de opinião apontam um desgaste do presidente de seu governo. Em nenhum momento desde a sua posse Bolsonaro havia atingido um patamar tão elevado com avaliações do tipo “péssimo e ruim” de sua gestão.

Desastre do governo Bolsonaro.

A frustração com os resultados apresentados por seu governo é crescente. De um lado, as expectativas todas criadas pela presença do banqueiro Paulo Guedes, que foi premiado com a criação de um super ministério da economia para si, não se concretizaram. Apesar do discurso a favor de uma austeridade extremada, os resultados obtidos em termos de crescimento do PIB e do emprego foram pífios. No que se refere à pandemia, o negacionismo de Bolsonaro foi a base para o crescimento exponencial do número de casos de covid 19 e dos óbitos causados pela doença. Ao subestimar a gravidade do fenômeno desde o início, ele chamou a crise para si mesmo, desestimulando a compra e pesquisa por vacinas pelo governo, se recusando ao uso de máscara em eventos públicos e provocando diariamente aglomerações em torno da sua figura. Além disso, ele receitava o uso de medicamentos desautorizados pelas insti-

tuições da medicina e da saúde pública, recomendando duvidosos métodos de tratamento precoce.

Além disso, Bolsonaro sempre apostou numa suposta contradição existente entre economia e saúde, dizendo-se contrário ao isolamento social e medidas similares ao “lockdown” necessário para conter a propagação do vírus. Finalmente, a equipe econômica desaconselhou a adoção de programas de auxílio para a população de baixa renda atravessar o período difícil. O auxílio emergencial teve seu valor reduzido pela metade e foi encerrado em dezembro passado. Depois de 3 meses sem nenhum benefício, o governo restabeleceu um programa de auxílio a partir deste mês de abril, mas com valores equivalentes a 25% do que era recebido pelas pessoas no primeiro trimestre de 2020. O desemprego segue recorde e a desaprovação do governo não para de crescer.

Sob tais condições, a presença de Lula passa a ser vista com maior aceitação em todos os setores da sociedade. Desde os grupos da base da pirâmide da desigualdade até parcelas das próprias elites consideram o seu retorno como uma das únicas maneiras de alterar a rota do desastre experimentado pelo País. A partir da anulação de seu processo, o ex presidente assumiu um discurso de estadista, em linha de completo desacordo com a orientação de Bolsonaro. E isso vale tanto para a questão econômica como para o enfrentamento da pandemia. Para tanto, ele começa a fazer ape-

lo ao imaginário popular em relação aos momentos de crescimento da economia, de emprego elevado e redução dos índices de pobreza e miséria ao longo de seus dois mandatos (2003-2010).

A volta de Lula.

As pesquisas de intenção de voto, por mais distantes que estejamos das eleições de outubro do ano que vem, já começam a captar o fenômeno. Em muitas delas, Lula é apontado como o único favorito em um eventual segundo turno contra Bolsonaro. Mas esta aceitação não será simples nem automática. Por mais que determinados setores de direita e de centro ensaiem um arrependimento por terem apoiado o capitão contra o candidato do Partido dos Trabalhadores em outubro de 2018, eles ainda acalentam o sonho de consolidar um polo centrista, para fugir da repetição de uma polarização entre Lula e Bolsonaro.

Em suas falas e entrevistas, o ex presidente chama atenção da população brasileira e das lideranças políticas dos demais países para a necessidade de se combater a covid 19 com base nos pressupostos da ciência e da flexibilização da austeridade na condução da política econômica. Tendo em vista sua experiência à frente do governo, ele faz um chamado dirigido aos presidentes das nações mais importantes a adotarem iniciativas de articulação diplomática para ensejar ações comuns no plano global contra a pandemia.

No entanto, o pragmatismo da dinâmica da luta política obriga Lula a ne-

gar, no momento atual, sua real intenção de se candidatar. Para ele, as eleições ainda estão muito distantes e ele reafirma a todo instante que a prioridade do Brasil é vencer a pandemia e derrotar o negacionismo de Bolsonaro. Porém, o fato concreto é que ele está de volta. E através de sua possível articulação política como liderança nacional, a população a cada dia que passa consegue antever de forma mais cristalina um caminho para superar a crise atual, desalojar esse governo e projetar um futuro de esperança para todos.

9. GUEDES É BOLSONARO E VICE-VERSA.

(MAIO 2021)

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil em 2018 contou com o apoio fundamental dos grandes meios de comunicação e de parcela expressiva dos representantes do financismo no país. Afinal, se fosse apenas por sua carreira política anterior àquele pleito, ele dificilmente chegaria ao Palácio do Planalto. O ex capitão do Exército escapou de ser expulso das Forças Armadas em um processo por indisciplina e terminou se candidatando a deputado federal em 1990. A partir de então, sua trajetória parlamentar seguiu por 7 mandatos consecutivos, sempre se apresentando como uma figura polêmica e um tanto exótica do campo ultra conservador, que defendia temas como

a pena de morte e as práticas de tortura ocorridas durante a época da ditadura militar.

Bolsonaro logrou constituir um eleitorado cativo no Rio de Janeiro e jamais deixou de ser reconduzido ao cargo em Brasília ao longo de quase 3 décadas. Além disso, ele conseguiu montar um forte esquema político com milicianos, grupos de extermínio e ex membros das forças de segurança, de maneira que três de seus filhos caminharam também pelo espaço legislativo. Atualmente, um é senador, outro é deputado federal e o terceiro é vereador no município do Rio de Janeiro. O resultado desse processo é que seu sobrenome tornou-se uma grife eleitoral e sua família converteu-se em um lucrativo negócio.

A candidatura a presidente surge no cenário pré eleitoral como uma aposta sem muita credibilidade nos meios políticos da direita tradicional. O ex capitão sempre deu voz a uma parcela da sociedade que não foi punida por seus atos criminosos ocorridos durante a vigência do regime autoritário. Ao contrário da maioria dos países latino americanos que passaram por esse ciclo, o Brasil não julgou nem puniu os torturadores, assassinos e demais dirigentes que praticaram inúmeros crimes em nome da ditadura. O caso mais simbólico talvez tenha sido a declaração de voto do então deputado federal, em 2016, ao se posicionar favoravelmente ao impeachment da ex presidente Dilma Rousseff. Ali, Bolsonaro rendeu homenagem à memória de um

coronel torturador confesso, que seguiu impune até o fim da sua vida.

Guedes apresenta Bolsonaro ao financismo.

Apesar de tudo isso, uma parcela dos dirigentes do sistema financeiro enxergava no capitão uma alternativa para levar à frente o sonho de derrotar politicamente o nome apresentado pelo Partido dos Trabalhadores em substituição a Lula, que havia sido condenado e preso em processo que só agora se revelou uma fraude judicial. Para surpresa da maioria dos analistas, Bolsonaro conseguiu superar as opções do campo conservador e foi para a disputa do segundo turno contra Fernando Haddad. Ao longo da campanha, o candidato da extrema direita evitou fazer qualquer comentário relativo à economia. Para essa tarefa ele se valeu de um conhecido operador do mercado financeiro e dono de banco, Paulo Guedes.

Economista com um doutorado na Universidade de Chicago concluído na década de 1970, Guedes foi formado junto com a fina flor do conservadorismo monetarista, sob a batuta de Milton Friedman e seus pares. Sua proximidade política e ideológica com os chamados “Chicago boys” era tanta que foi chamado para trabalhar na equipe encarregada de assessorar a área econômica da ditadura sanguinária do General Pinochet no Chile em 1973. Quase 5 décadas mais tarde, Guedes continuava com a mesma receita do neoliberalismo para aplicar no Brasil. Suas propostas mencionavam a

necessidade de privatizar todas as empresas estatais e realizar um cerrado arrocho nas contas públicas, para eliminar o déficit fiscal. A fixação friedmaniana com a busca do Estado mínimo parece não ter lhe saído da mente.

Como retribuição por ter aberto o caminho para conseguir apoio a Bolsonaro junto ao sistema financeiro, foi alçado à condição de superministro da Economia. O presidente promoveu a fusão de 4 tradicionais pastas na administração estatal federal e entregou tal responsabilidade a alguém que jamais havia ocupado um cargo no setor público. Guedes tornou-se responsável pelos antigos Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Trabalho. Trata-se da maior concentração de poderes no comando da economia jamais vista na história do país.

De simples apoiador a superministro.

No entanto, depois de sua posse, pouco a pouco o presidente foi revelando a verdadeira face de seu governo e de sua forma de exercer o poder. A intolerância e o negacionismo converteram-se em políticas públicas, com a posse de ministros comprometidos com a pauta do conservadorismo político e ideológico mais extremado. As agendas de direitos humanos, meio ambiente e relações exteriores, por exemplo, romperam com a tradição do Estado brasileiro e passaram a operar a favor de soluções autoritárias para os cidadãos, contra o respeito à

diversidade de todo tipo e em apoio às medidas de desmatamento, liberação de agrotóxicos e similares. Na diplomacia, a opção declarada do chanceler era de transformar o Brasil em um pária seara internacional.

A ocorrência da pandemia e a opção genocida adotada por Bolsonaro contribuiu para seu isolamento político interno. Boa parte dos setores das elites empresariais e das classes médias começavam a se arrepender da opção eleitoral que haviam feito em 2018. Porém, os grandes meios de comunicação ainda se agarravam à presença da figura de Paulo Guedes como argumento para ainda seguir apoiando o governo. A narrativa cingia-se resumida ao fato de que o presidente realmente era muito ruim, mas o trabalho de Guedes na economia seria importante. No entanto, essa tentativa enganosa de diferenciar o ministro do presidente não resiste a qualquer análise. Afinal, Guedes é Bolsonaro. E vice-versa.

O simples fato de ter amealhado uma fortuna com suas grandes operações no mercado financeiro não faz do banqueiro alguém supostamente refinado e de livre trânsito na intelectualidade conservadora da sociedade brasileira. Na verdade, ele é alguém tão ou mais tosco do que Bolsonaro. Não bastasse por seu passado de apoio a ditaduras, mas também pelas políticas que está tentando implementar e por suas declarações públicas, onde deixa bastante claro seus valores e suas propostas. Assim, vamos listar aqui abaixo algumas

de suas opiniões externadas e divulgadas pelos meios de comunicação:

I) [“funcionário público é parasita”](#): essa declaração carregada de preconceito contra os trabalhadores do setor público foi feita em 02 de fevereiro de 2020, em meio ao debate a respeito da reforma apresentada por sua equipe, que retirava direitos dos servidores públicos.

II) [“agora até empregada doméstica quer ir para Miami”](#): essa afirmação proferida em 12 de fevereiro de 2020 retrata com triste primor a forma elitista e preconceituosa com que as classes dominantes brasileiras encaram seus empregados. Guedes comentava a desvalorização cambial que promoveu e dizia que no passado a moeda valorizada permitia até esse tipo de viagem, que ele condenava. Com dólar caro e real desvalorizado cada qual reconhece o seu lugar.

III) [“vamos colocar uma granada no bolso do servidor público”](#): esse ato falho do ministro foi flagrado quando de uma reunião em 24 de fevereiro de 2020. Era uma estratégia para eliminar o “inimigo”, segundo suas palavras para designar os funcionários públicos.

IV) [“todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130 anos”](#): essa aspiração justa e legítima dos cidadãos é vista por Guedes, segundo seu depoimento em 27 de abril de 2021, como um problema para as contas públicas. Assim torna-se compreensível a passividade do governo perante as quase 400 mil mortes pela covid registradas até o dia desta infeliz declaração.

V) [“até filho do porteiro entrou na universidade”](#): essa confissão de preconceito explícito foi feita na mesma reunião que a anterior, em 27 de abril de 2021. Guedes não sabia que o encontro estava sendo gravado e se permitiu exalar sem nenhuma auto censura todo o seu desprezo pelo apoio que os setores menos favorecidos da sociedade haviam recebido dos governos de Lula e Dilma.

Assim, fica mais do que evidente que não há mesmo muita diferença entre a criatura e seu criador. Os setores das classes dominantes que tornaram possível a eleição de Bolsonaro, pensam o país segundo uma avaliação muito semelhante à do capitão. E Paulo Guedes também exprime opiniões que em nada ficam a dever ao seu chefe. Ambos se identificam e se merecem mutuamente. Os dois integrantes da dupla perversa são igualmente responsáveis pela tragédia que têm provocado ao Brasil e deverão ser punidos pelo genocídio que perpetraram contra a maioria de sua população.

10. A INSPIRAÇÃO FASCISTA DE BOLSONARO

(JUNHO 2021)

A eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República do Brasil, em outubro de 2018, consolidou um movimento de natureza autoritária no interior do país, mas representou também um importante avanço para as forças

de extrema direita no plano internacional. A mudança política proporcionada pela chegada ao Palácio do Planalto de um defensor incondicional da ditadura militar no país (1964-1985) marca uma grave descontinuidade em relação aos governos que vinham se sucedendo no período posterior à transição democrática e de vigência da nova Constituição de 1988.

Bolsonaro abandonou sua carreira de militar medíocre ao se candidatar e tornar-se vereador pelo município do Rio de Janeiro em 1987. Na sequência candidatou-se a deputado federal e foi eleito por 7 mandatos consecutivos (1991-2018). Com isso, passou essas quase três décadas como um parlamentar obscuro e inexpressivo, conhecido apenas por defender pautas extremistas como a pena de morte, a prática da tortura e as causas corporativistas dos policiais, dos militares das Forças Armadas e dos policiais militares dos estados.

No entanto, em razão da crise institucional criada a partir do golpe parlamentar articulado contra a Presidente Dilma Rousseff em 2016, a direita e as forças políticas conservadoras não conseguiram criar uma alternativa eleitoral que lhes permitisse voltar ao poder. Conseguiram impedir que Lula fosse candidato por meio de um processo jurídico ilegal e fraudulento, que só foi desnudado em 2021. Dessa forma, a candidatura de Bolsonaro passou a ocupar esse espaço de um sentimento generalizado contra a política, contra os políticos e contra as instituições. Sua campanha

foi eficaz no uso das redes sociais e ele chegou ao segundo turno, contra o candidato apoiado por Lula e pelas forças progressistas - Fernando Haddad.

As elites empresariais apoiaram Bolsonaro.

O apoio das forças empresariais e do financismo foi fundamental para que Bolsonaro conseguisse vencer o pleito. A natureza fascista e autoritária de seu discurso e de seu passado não pareciam preocupar aqueles que se diziam dispostos a aceitar qualquer solução para evitar a volta do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. A tendência totalitária de suas propostas e seu conhecido desprezo às instituições democráticas foram subestimadas por aqueles que propunham votar nele contra Haddad ou pelos que preferiram se abster da disputa. Até aquele momento talvez não estivesse ainda tão evidente para tais setores das elites a clara polarização entre civilização e barbárie, tal como colocada nas opções em debate.

Turbinado pelo apoio recebido dos grupos vinculados ao sistema financeiro, Bolsonaro nomeou um banqueiro e operador desse meio como um super-ministro da Economia. Apresentado pelo então candidato como seu assessor especial para assuntos econômicos, Paulo Guedes recebeu um ministério que era fruto da fusão de quatro pastas tradicionais na administração pública federal brasileira: i) Fazenda; ii) Planejamento e Orçamento; iii) Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e, iv)

Trabalho. Tal opção marca uma diferença de Bolsonaro para com a maioria seus congêneres da extrema direita pelo resto do mundo. Seu governo apresenta uma diretriz de política econômica que aceita e potencializa a liberalização generalizada para o capital estrangeiro, inclusive por meio de privatização de empresas estatais. Dessa forma, a chamada questão “nacional” não surge como um elemento estratégico na definição da natureza de seu governo.

Apesar disso, o presidente brasileiro jamais deixou de acentuar sua admiração pelo ex presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Desde sua posse em Brasília, a chancelaria brasileira passou a desempenhar um vergonhoso papel de linha auxiliar direta e automática dos interesses norte-americanos na diplomacia. O ex assessor de Trump, Steve Bannon, mantinha uma relação muito próxima com os filhos de Bolsonaro desde antes das eleições e o guru da extrema direita brasileira, Olavo Carvalho, pretendia abrir caminhos junto à Casa Branca. A recente vitória de Joe Biden criou uma espécie de vácuo na relação com a diplomacia norte-americana.

Bolsonaro e a extrema direita no mundo.

Além disso, a presença de uma figura como Bolsonaro no cargo máximo da maior nação da América Latina ocorre simultaneamente à ascensão de outras lideranças políticas da extrema direita em países do espaço europeu. Esse é o caso, por exemplo, Viktor Orban na

Hungria e de Andrzej Duda na Polônia. O perfil autoritário, a intolerância com relação à temática de direitos humanos e o fundamentalismo religioso parecem acompanhar tais emergências na cena política. Por outro lado, o movimento liderado por Recep Erdogan e seu partido na Turquia também contribuiu para o fortalecimento de uma tendência nacionalista e autoritária na dinâmica internacional. Um caso ainda mais extremo refere-se ao processo verificado na Ucrânia, onde o grupo ultra nacionalista e independentista “Pravyi Sektor” passou a ser referência inclusive para a militância bolsonarista no Brasil.

Apesar das diferenças que marcam tais representações da extrema direita em suas particularidades específicas, o fato é que todas elas representam um movimento de afirmação de uma virada autoritária em seus espaços de atuação. Identificação semelhante pode ser observado no crescimento mais recente do “Front National” (renomeado “Rassemblement National”) na França, do Vox na Espanha, dos partidos neonazistas na Alemanha e Áustria, do “Lega Nord” na Itália e de agrupamentos do gênero em outros países.

A inspiração fascista de Bolsonaro nunca passou escondida na sua forma de ação política. Passados quase cem anos depois da nomeação de Benito Mussolini ao cargo de Primeiro Ministro na Itália, as marcas de sua comunicação com a população ainda seguem como referência ativa para os assessores do presidente brasileiro. Trata-se do reforço do

elemento simbólico do líder popular, em seu contato direto com o povo, sem necessidade de qualquer tipo de intermediação com as representações da institucionalidade democrática e republicana.

Mussolini e Bolsonaro: inspiração um século mais tarde.

Ao que tudo indica, os responsáveis pelo cuidado da imagem de Bolsonaro buscaram em Mussolini as imitações quase ao pé da letra. As imagens a seguir são a mais cristalina evidência de tal tentativa. A primeira série representa ambos dirigentes nadando, em situação que os flagra em momento de aparente espontaneidade, mas como homens fortes, destemidos e valentes. Desafiam as águas e vencem o desafio,



Imagem (1)



Imagem (2)

exibindo seus corpos às fotografias². A coincidência é mais do que evidente e fala por si mesma.

A segunda série de imagens apresenta o italiano e o brasileiro montados em cavalos, em uma postura de liderança e coragem. Além disso, reforça o elemento de capacidade de dominar o elemento selvagem e de conseguir se impor sobre a coletividade e superar as adversidades encontradas pelo caminho. A partir do comando do pelotão, ambos definem a trajetória a ser seguida por todos.

A terceira série de imagens oferece a participação de Bolsonaro e Mussolini em atos políticos de motociclistas. O reforço do elemento simbólico associado ao “macho no comando” é inquestionável. Apesar de ter ocorrido um século mais tarde, a “motocicletada” organizada em Brasília pelos responsáveis pela estratégia de comunicação do brasileiro tem sua fonte de inspiração

claramente identificada. A resposta aparentemente foi positiva e manifestações semelhantes já foram realizadas e estão programadas em outras cidades. É nítida a busca de sintonia com o público masculino em busca de aventura, mas agindo de forma disciplinada e na obediência ao líder. Este vai à frente, dando o ritmo e a orientação aos seguidores.

Não fossem pelas imagens aqui capturadas, a fonte inspiradora de Bolsonaro não deixa qualquer margem para a dúvida. Trata-se de alguém que busca o reforço do indivíduo e que pretende liderar a população de forma direta, sem passar pela intermediação de partidos tradicionais ou pelo respeito às instituições como Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e outras. Do ponto de vista da semelhança histórica, vale ressaltar que Mussolini chegou ao poder por meios democráticos e posteriormente foi consolidando, pouco a pouco, sua forma peculiar de governo

2 (1) Bolsonaro nadando: <https://revistaforum.com.br/brasil/assista-ao-video-de-bolsonaro-nadando-em-praia-grande-aos-gritos-de-ei-doria-vai-tomar-no-c/> (2) Bolsonaro a cavalo: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/pagina-11-1.2950000> (crédito foto - AFP) (3) Bolsonaro de motocicleta: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/bolsonaro-faz-passeio-de-moto-em-homenagem-ao-dia-das-maes> (foto: Marcos Correa/PR)



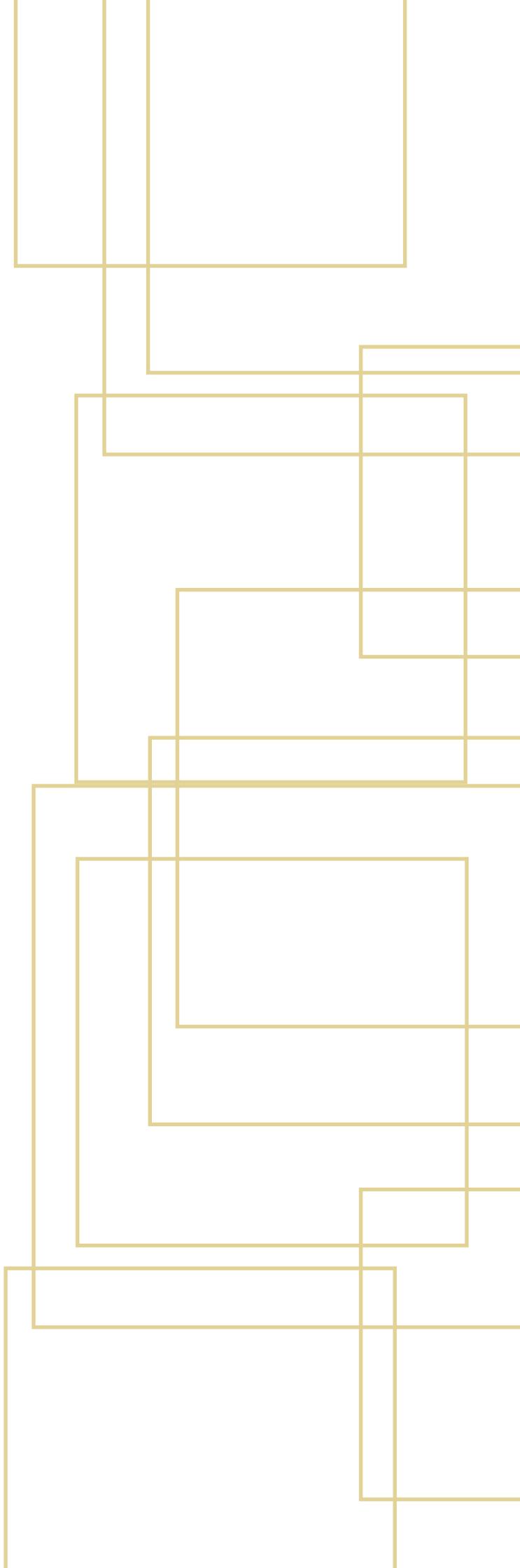
Imagem (3)

autoritário. O que no Brasil tem sido chamado de “auto golpe”, na Itália da década de 1920 foi um processo contínuo de fechamento do regime democrático e de fortalecimento da figura do “Duce”.

Mussolini estimulou diretamente a criação movimentos como os “fasci” e depois os “camisas negras”, com o intuito de aglutinar apoiadores armados fora das instituições e mesmo fora das polícias e das Forças Armadas. Desde o início de sua trajetória, Bolsonaro cresceu politicamente como um elemento marginal e insubordinado no Exército. Mais tarde, passou a se articular com a formação de milícias no Rio de Janeiro, um movimento semiclandestino responsável por crimes como roubos, assassinatos e domínio do espaço territorial nas comunidades afastadas do centro e de baixa renda. Elas são constituídas por integrantes das polícias civil e militar, tendo se espalhado por todo os estados do país.

A inspiração fascista de Bolsonaro é evidente. Cabe às forças democráticas atuar de forma urgente e enérgica para evitar a repetição da tragédia italiana.





PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por Patrícia Valim

HISTÓRIA, POLÍTICA
PARTIDÁRIA & FEMINISMO

12



"Patrícia Valim é mestre em História Social/USP e Doutora em História Econômica/USP. Desenvolveu pesquisa em pós-doutorado na UFBA (2014) e um segundo pós-doutorado na UNIFESP (2019). É professora adjunta DE no departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A partir de agosto desenvolverá pesquisa e lecionará na graduação e na pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em regime de cooperação técnica. Tem pesquisado os seguintes temas: cultura jurídica na transição do século XVIII para o XIX no Império Português; Sujeitos em suspeição e cidadanias insurgente no século XIX no Br; Negacionismo Histórico e Antinegacionismo Penal.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1018
PARTE I - HISTÓRIA	1020
1. CONSPIREMOS TODOS, PUNAM-SE ALGUNS	1020
2. DELAÇÃO PREMIADA NA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798	1024
3. CONJURAÇÃO BAIANA: A REVOLTA DOS "ENTES DA LIBERDADE"	1027
4. CAVALO DO CÃO: BAIANA SYSTEM E A SUBVERSÃO DA ORDEM	1030
5. AS COISAS NO SEU DEVIDO LUGAR	1032
6. OS (NOVOS) DONOS DO PODER NO BRASIL: REVISIONISMO HISTÓRICO NO GOLPE DE 2016	1040
7. COMBATES PELA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA RESPOSTA AO REVISIONISMO HISTÓRICO	1043
8. HÁ UMA SEMANA: O PRÓXIMO MUNDO SERÁ DOS LENTOS, OU NÃO SERÁ!	1046
9. NEGACIONISMO HISTÓRICO: ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1051
10. OQUEI, VOCÊS VENCERAM: BATATAS FRITAS!	1056
PARTE II - POLÍTICA PARTIDÁRIA	1060
11. VOTOS DO NORDESTE DEVEM DECIDIR AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	1060

12. A FACA ENTROU NA DEMOCRACIA E DEFLAGROU A DISPUTA ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE **1062**
13. O MILITARISMO E O ANTIPETISMO PODEM SER DERROTADOS NAS ELEIÇÕES? **1064**
14. O “PAU NA MESA” NAS ELEIÇÕES DE 2018: FEMINISMO, MACHISMO E FASCISMO **1067**
15. DA REVOLUÇÃO SEVERINA AO #ELENÃO: A POLITIZAÇÃO DAS MULHERES **1069**
16. O CINTURÃO PROGRESSISTA NO NORDESTE E O LULISMO COMO OPOSIÇÃO AO FASCISMO **1071**
17. A ONDA E A SOLUÇÃO FINAL DO FASCISMO BRASILEIRO: AS ELEIÇÕES 2018 **1074**
18. A MARCHA DA INSENSATEZ BRASILEIRA: APERTEM OS CINTOS, POIS O TSE SUMIU **1077**
19. VOCÊ S/A NA POLÍTICA BRASILEIRA: ENTRE O PABLITISMO E O TABATISMO **1079**
20. O QUE FAZ UMA PROFESSORA PESQUISADORA DE UNIVERSIDADE PÚBLICA? E QUANTO ELA GANHA? **1084**
21. BOLSONARO E MOURÃO SÃO IGUAIS?! **1085**
22. O ARTIGO DE JOÃO FILHO, A FRENTE AMPLA E O LULA LIVRE **1085**
23. LULA, CIRO & MARTA **1086**
24. VILMA REIS & MAJOR DENICE & RUI COSTA **1090**
25. POR QUEM OS SINOS DOBRAM NA ESQUERDA PETISTA? **1091**
26. A BAHIA E O DIREITISMO COMO DOENÇA ADULTA DO COLABORACIONISMO DE CENTRO-ESQUERDA **1097**

27.	O BOLSONARISMO NÃO PRECISA DOS MILITARES, POIS JÁ TEM SEU EXÉRCITO PARTICULAR	1100
28.	DIRIGENTES PETISTAS DIZEM NÃO AO “FORA, BOLSONARO” E TERCEIRIZAM PARA O “CENTRÃO” A MAIOR TAREFA HISTÓRICA DO PT	1101
29.	O DESASTRE DO PROCESSO DE ESCOLHA DA CANDIDATURA DO PT À PREFEITURA DE SALVADOR	1103
30.	TODOS JUNTOS, PORÉM DIFERENTES	1105
31.	POLARIZAR E COMPREENDER A CENTRALIDADE DO NEGACIONISMO, DUAS ARMAS PARA DERROTAR O BOLSONARISMO	1106
32.	O BRASIL VOLTA A RESPIRAR QUANDO A IMPRENSA ABANDONAR SEU FRANKENSTEIN	1120
33.	. NÃO HÁ CAPITALISTAS NO BRASIL, MAS PRÉ-CAPITALISTAS PREGUIÇOSOS	1123
	PARTE III – FEMINISMO	1126
34.	UM BEIJO DO ASFALTO	1126
35.	MULHERES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	1128
36.	<i>PARIU MATEUS, QUE O EMBALE: A CRIMINALIZAÇÃO DE MÃES SOLTEIRAS, DIVORCIADAS, VIÚVAS E ABANDONADAS</i>	1130
37.	O INFERNO SÃO OS OUTROS: ARMAS DE FOGO, MULHERES E BARBÁRIE	1134
38.	ABSTINÊNCIA SEXUAL, CRIMINALIZAÇÃO DA MÃE-SOLO E FRENTE AMPLA	1139
39.	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER & DAMARES & ABSTINÊNCIA SEXUAL	1140
40.	. ODOYÁ, YEMANJÁ!	1141
41.	. QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NO BRASIL?	1142
42.	POR QUE VOCÊS QUEREM NOS MATAR?	1145

APRESENTAÇÃO

COLETIVO DE MULHERES DA AFIPEA-SINDICAL

O Pílulas de Bom Senso da Afipea n. 13, intitulado “História, Política Partidária & Feminismo”, reúne um conjunto de artigos e entrevistas da professora Patrícia Valim do Departamento de História da UFBA. Abordando uma variedade de temas, os textos chamam para uma reflexão crítica sobre os tempos atuais, onde a indignação com situações de desigualdade é, sem dúvida, a bússola comum que norteia os diversos textos.

O documento é iniciado com uma série de ensaios que, sob a ótica dos eventos ocorridos na Conjuração Baiana, levam os leitores à consideração da enorme semelhança entre determinados processos históricos e os atuais. Nas palavras da autora: “No campo político e ideológico, a Conjuração Baiana de 1798 inaugurou a tradição de criminalizar e desqualificar os movimentos sociais com participação popular e demandas políti-

cas mais igualitárias. Ao mesmo tempo, demonstrou a capacidade das elites locais em estabelecer todo tipo de aliança e negociação para se manterem no poder, com o objetivo de se locupletar do Estado patrimonialista e barrar qualquer tentativa de reforma política e tributação justa. Passados 217 anos do trágico fim daqueles quatro homens, a nossa primeira revolução social ainda está para ser feita.”

Em seguida, diversos temas relevantes são abordados. E a perspectiva histórica permeia as análises, que vão da discussão a respeito dos papéis atuais da classe média e da elite econômica, ao questionamento da chamada sudestinação das análises sobre o Brasil. Também estão presentes, entre outros temas, as eleições de 2018, a ascensão do discurso de ódio, a disputa entre civilização e barbárie, o militarismo, e a questão do revi-

sionismo histórico. Sobre este último tema, vale destacar o seguinte trecho: “A penalização jurídica do negacionismo histórico como violação dos Direitos Fundamentais e a urgente necessidade de proibir a divulgação desses conteúdos na esfera pública, portanto, só ocorrerá por meio de políticas públicas elaboradas em parceria por um judiciário comprometido com os princípios republicanos e democráticos e um conjunto de historiadores e sua associação representativa comprometidos eticamente com a dignidade humana.”

Nesses ensaios não fica de fora a luta feminista. Assim, para instigar a leitura desse documento, vale finalizar com essa última citação: “Porque eles nos querem caladas, mas nós os denunciaremos. Eles nos querem mortas, mas nós viveremos e lutaremos contra o fascismo da extrema-direita, o conservadorismo da direita e o anacronismo de uma esquerda que insiste em negar a centralidade e o universalismo das nossas lutas. Lutamos pela vida de todos: a nossa e a de quem ainda teme a nossa luta.”

PARTE I: HISTÓRIA

1. CONSPIREMOS TODOS, PUNAM-SE ALGUNS¹

“Animai-vos, povo bahinense, que está para chegar o tempo feliz da liberdade. O tempo em que todos seremos irmãos, o tempo em que todos seremos iguais”. Afixadas nas ruas de Salvador na manhã de 12 de agosto de 1798, estas palavras, como as de outros dez boletins manuscritos, anunciavam uma revolta com características inéditas no Brasil até então.

Assinados por “anônimos republicanos”, membros do “Partido da Liberdade”, os chamados “Avisos” eram uma estratégia de propaganda política contra a Coroa portuguesa. O “Aviso nº 9”, por exemplo, informava que, dos 676 adeptos da revolta, 513 faziam parte das corporações militares: 187 eram oficiais inferiores e soldados da Tropa de Linha

(oficiais pagos) e 326 pertenciam às milícias (compostas por pessoas comuns).

O segundo grupo mais numeroso era composto por clérigos: oito frades beneditinos, 14 franciscanos, três barbadinhos, 14 terésios e 48 clérigos seculares. O restante dividia-se entre 20 homens “do comum”, 13 de letras, oito comerciantes e oito “familiares do Santo Ofício” (auxiliares civis da Inquisição). A ausência de escravos na lista desse boletim parece sugerir que uma eventual adesão da população à revolta não abalaria as estruturas da sociedade baiana alicerçada no escravismo.

Esta hipótese relaciona-se também com a palavra de ordem da revolta, expressa na maioria dos boletins manuscritos: *“O povo bahinense ordena, quer e manda que seja feita no futuro a sua digníssima revolução”.* A coroa portuguesa encontrava-se em posição delicada em relação às potências europeias e encarava o risco de abalados seus domínios

1. Artigo originalmente publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional em 01 de julho de 2015.

coloniais – possibilidade aberta pelas implicações da Independência Americana (1776), da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Escrava em São Domingos (1791).

Explicitar que a revolução desejada seria “feita no futuro” era um sofisticado mecanismo de negociação política entre parte dos revoltosos e representantes da Coroa portuguesa, além de tranquilizar a população quanto a uma eventual ruptura de natureza revolucionária. Mas o fato é que em Salvador o príncipe D. João (futuro rei D. João VI) viu-se alvejado por críticas pouco conservadoras, diferentes das revoltas anteriores na colônia, nas quais o poder régio era preservado.

Os revoltosos de 1798 elaboraram um claro ataque ao príncipe regente, chamando-o de “Indigno Coroado”, que governava por meio de “Despóticos Ministros”. Escolheram a França como a principal nação que encontraria porto aberto para o “livre comércio” com a futura “República Bahinense”. Anunciaram a revisão da abusiva cobrança de impostos e outras medidas para dinamizar o comércio de pau-brasil, tabaco e açúcar, principalmente. Reivindicaram aumento do soldo para 200 réis diários, isonomia nos critérios de ascensão na hierarquia militar e o mérito para os postos mais elevado se para a escolha dos clérigos que comandariam a religião local.

As autoridades desconfiavam que essas demandas tinham sido elaboradas por homens importantes de

Salvador. Após a divulgação dos “avisos” pelas ruas, o governador da capitania, d. Fernando José de Portugal e Castro, ordenou a abertura imediata de uma investigação para descobrir o autor de “tão odiosa empresa”. Pediu ajuda do seu homem de confiança, José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretário de Estado e Governo do Brasil, e nomeou para a investigação os desembargadores Francisco Sabino da Costa Pinto e Manoel Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo, do Tribunal da Relação da Bahia.

Os três vinham sendo denunciados por “ausência de limpeza demãos”. Eles se reuniram na Secretaria de Estado para comparar a letra dos boletins manuscritos com algumas petições dos milicianos. Como o órgão continha a documentação de todas as corporações e setores sociais, rapidamente os desembargadores concluíram que o autor dos boletins era o mulato livre Domingos da Silva Lisboa, requerente no Tribunal da Relação.

Uma semana depois, duas cartas consideradas tão “sediciosas” quanto os boletins foram encontrados na Igreja do Carmo: uma delas anunciava que o governador seria o chefe supremo da “República Bahinense”, a outra nomeava o prior dos carmelitas descalços como chefe supremo da Igreja local. As autoridades novamente se reuniram para examinar a caligrafia do material, concluindo que as cartas eram de autoria de Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, miliciano mulato e pobre, preso no mesmo dia. Esse episódio desencadeou denúncias

sobre uma reunião que estava sendo organizada no Dique do Desterro para “ajustarem o modo, meio e ocasião em que haveria ter efeito a projetada revolução”. O encontro foi abortado pelas autoridades. O que se seguiu foram duas investigações simultâneas e cheias de artimanhas políticas para descobrir os participantes do movimento.

Foram abertas duas devassas (processos criminais). Após a prisão dos primeiros acusados, as autoridades chamaram cerca de 50 pessoas para prestarem depoimento: brancos, livres, a maioria homens com alguma posse, alguns com grandes propriedades. Suas declarações resultaram na prisão de 38 pessoas, muitas das quais milicianos. À certa altura do inquérito, foram denunciados nomes de poderosos. Dois deles foram chamados pelas autoridades e como denunciantes determinaram o rumo das investigações. O primeiro, Francisco Vicente Viana, era branco, ouvidor, juiz dos Órfãos e Ausentes, proprietário de engenhos, e após a independência do Brasil foi o primeiro presidente da província da Bahia. O segundo, Manoel José Villela de Carvalho, era branco, solteiro, tesoureiro da Real Fazenda, negociante e também dono de engenho.

Ambos estavam envolvidos no tráfico de escravos e em negócios promíscuos com o governo local. Segundo eles, os protagonistas da “projectada revolução” eram homens livres, pobres e mulatos. E o “cabeça” era o miliciano mulato Luís Gonzaga das Virgens. O tesoureiro da Real Fazenda contou pesso-

almente ao governador sobre o episódio que ele chamou de “pronta-entrega de escravos”: o secretário de Estado e Governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, passou na casa de outros sete proprietários para recolher escravos que deveriam prestar depoimentos que os isentassem de qualquer participação em reuniões de caráter sedicioso.

O grupo de senhores dos escravos entregues à Justiça era composto por pessoas de “opulência e luzimento”, a maioria envolvida no tráfico de escravos. José Pires Albuquerque era o mais notável e articulador político dos demais: dono do Solar do Unhão, de nove engenhos de açúcar, de fazendas de gado e plantações de tabaco, ele serviu nos mais altos postos do governo local. Foi também um dos maiores credores da Coroa portuguesa naquele final de século. Seu prestígio político e econômico explica as razões pelas quais articulou pessoalmente o movimento de “pronta-entrega de escravos” à Justiça, bem como ele ter sido chamado a “colaborar” nas investigações da revolta com os exames de caligrafia para descobrir os réus.

Mas se ele e seu grupo tinham tanto dinheiro e poder, por que participaram da revolta?

Até 1796, a relação entre metrópole e colônia contemplava tanto os anseios estatais quanto os privados. Por um lado, havia os privilégios e os monopólios, que garantiam a centralização política e a expansão ultramarina. Por outro

lado, havia o sistema de arrendamentos ou contratação de serviços, funções e comercialização de produtos por particulares. Ao se transformarem em parceiros privados da Coroa portuguesa, o grupo de contratadores, rendeiros e monopolistas, muitos ocupando cargos estratégicos na administração pública, sedimentou seu poder e influência na Bahia.

Esse status passou a ser ameaçado com a possibilidade de implantação das reformas do ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho: maior controle da produção, do tráfico e do sistema de arrendamento pela Coroa portuguesa, incluindo a entrada de outros agentes nessas esferas, com conseqüente perda de privilégios, além de impostos mais justos, com ricos pagando mais e pobres pagando menos. As queixas em relação à tentativa de reformas transparecem em vários depoimentos, como o de José Felix, escravo do ouvidor Francisco Vicente Vianna, autor de uma das denúncias. Se as autoridades não levaram adiante essas informações, é porque não interessava à coroa romper os laços com um setor que lhe dava base para a exploração colonial na principal capitania da América Portuguesa.

Embora os cativos não tenham sido listados entre os participantes da conjuração nos boletins, não resta dúvida de que eles aceitaram colaborar com armas em punho, quando os milicianos lhes perguntavam: “Estima a liberdade e ser forro?”. Dos 11 escravos presos, um foi morto por envenenamento a mando

do seu senhor. Os demais participaram ativamente das investigações. Quase todos eram mulatos, nascidos no Brasil (apenas um era africano e de propriedade de um dos réus enforcados), sabiam ler e escrever e mantinham relações de proximidade e compadrio com seus senhores.

Ao final de seus relatos, reafirmaram as denúncias dos dois senhores de engenho, acusando quatro homens livres, pobres e mulatos de serem os cabeças do movimento. Os milicianos apontados pela maioria das testemunhas assumiram que estavam descontentes e que conversavam sobre isso em reuniões. João de Deus do Nascimento, Manoel Faustino, Luís Gonzaga das Virgens e Veiga e Lucas Dantas de Amorim Torres falaram sobre a participação de um grupo de poderosos nessas reuniões, mas as autoridades novamente desconsideraram as informações. Eles foram condenados à pena última por crime de lesa-majestade.

Na manhã de 8 de novembro de 1799, foram enforcados e esquartejados na praça da Piedade, em Salvador. A execução dos quatro homens livres, pobres e mulatos encerrou um movimento político que já foi qualificado, com alguma poesia, como a “primeira revolução social brasileira”, nos termos do historiador Affonso Ruy. No campo político e ideológico, a Conjuração Baiana de 1798 inaugurou a tradição de criminalizar e desqualificar os movimentos sociais com participação popular e demandas políticas mais igualitárias. Ao mesmo tempo,

demonstrou a capacidade das elites locais em estabelecer todo tipo de aliança e negociação para se manterem no poder, com o objetivo de se locupletar do estado patrimonialista e barrar qualquer tentativa de reforma política e tributação justa. Passados 217 anos do trágico fim daqueles quatro homens, a nossa primeira revolução social ainda está para ser feita.

2. DELAÇÃO PREMIADA NA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798²

A Conjuração Baiana de 1798, um dos episódios mais importantes de nossa história, pode iluminar o presente, como sempre o passado faz. O setor dominante local, que participou da primeira fase do movimento, diante da descoberta da revolta, soube dar um duplo twist carpado nos setores médio e baixo daquela sociedade e, para não ser incriminado por crime de sedição, passou a colaborar com as investigações: formularam as principais denúncias, ajudaram a premiar os delatores e entregaram seus escravos à Justiça.

Desde lá, e quaisquer semelhanças com pessoas vivas ou mortas será mera coincidência, ou não, a delação premiada era mecanismo utilizado, apesar das reformas do Direito Moderno após

o Consulado Pombalino. Desde então, entregar a cabeça dos de baixo foi prática corriqueira das classes dominantes para manter as suas intactas. Não pensemos estejamos exagerando, vítimas de quaisquer tentações panfletárias. Que se mate a cobra e se mostre a cobra morta.

Abertas as devassas para a investigação dos autores dos dez boletins sediciosos afixados em prédios públicos, descobertos na manhã de 12 de agosto de 1798, e dos participantes da revolta, os poderosos recuaram, pois recaí sobre eles a acusação de reuniões para se organizar a revolta. Apressaram-se em entregar seus próprios escravos à Justiça, pretendendo que eles corroborassem suas denúncias contra quatro homens negros, pobres e pardos, com o objetivo de reafirmar que eram leais súditos da Coroa, e o quanto estavam dispostos a servir à lei e à ordem.

Para a entrega dos escravos, contaram com a prestimosa ajuda do homem mais poderoso da Bahia, secretário de Estado e governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque. Este, saiu doido atrás de outros poderosos, incitando-os a entregar seus negros. Com isso, ele e os demais livrariam a pele. Não só da acusação de participar do levante, como também das denúncias de enriquecimento ilícito, contrabando e principalmente de atuação duvidosa à frente dos órgãos da administração local.

2. Artigo publicado em co-autoria com o jornalista Emiliano José na Revista Caros Amigos em 04 de novembro de 2016.

Albuquerque era o mais proeminente dos entregadores de escravos. Proprietário do Solar do Unhão, de plantações de tabaco e de engenhos e açúcar. Dinheiro não lhe faltava. Poder político, também não. Secretário de Estado e governo do Brasil – cargo cujas vitaliciedade e hereditariedade foram compradas por sua família. Era ainda intendente da Marinha e Armazéns Gerais, vedor geral do Exército, provedor e ouvidor da Alfândega da Bahia, e deputado da Junta da Real Fazenda.

José Pires de Carvalho e Albuquerque era o exemplo acabado do acumplicamento entre o público e o privado. Proprietário de quatro escravos entregues. Foi essa “pronta-entrega de escravos”, surgida nos autos, que acabou por revelar a participação de oito homens poderosos na conspiração, todos eles fazendo a pronta entrega de suas propriedades, diga-se: de seus escravos. O restante, intacto.

Livraram-se, com a entrega dos escravos, de serem acusados do crime de sedição e de práticas pouco ortodoxas com a coisa pública. As acusações de “ausência de limpeza de mãos” por parte desses senhores e de utilização da máquina pública para enriquecimento ilícito eram tantas e tão variadas que o cronista Luís dos Santos Vilhena os qualificou de “Corporação dos Enteados”, dadas as relações promíscuas mantidas com a Justiça e a administração pública em benefício próprio.

Mas naquela sociedade colonial e escravista, não era apenas a “Corporação dos Enteados” que era constantemente denunciada. Dois dos desembargadores do Tribunal de Relação da Bahia designados para as investigações da Conjuração Baiana de 1798 também foram constantemente denunciados à Coroa por prática de contrabando e excesso de poder sem que houvesse qualquer providência: Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto e Manuel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo. Não interessava à Coroa portuguesa punir os agentes que ocupavam o principal órgão que garantia a direção política da dominação portuguesa no Brasil.

O mulato Joaquim José de Santa Anna foi um dos denunciantes do encontro no Campo do Dique do Desterro, marcado para a noite de 25 de agosto de 1798, que deveria ser o marco do início do levante. A delação dele foi recompensada: condecorado com a Ordem de Cristo, promovido a sargento-mor do Terceiro Regimento de Milícias da Bahia, tornou-se arrendatário de um pedaço de terra de José Pires de Carvalho e Albuquerque, em cuja casa aconteceram várias reuniões para se discutir questões da França revolucionária e a organização da revolta.

Reformas e fim de privilégios

A “Corporação dos Enteados” participou da organização do levante porque não obstante tivesse enorme poder, estava insatisfeita com o anúncio de medidas por parte da Coroa, pretendendo recrudescer o sistema de dominação

colonial ao dinamizar as finanças com o fim dos monopólios dos contratos e arrematações, agilizar o sistema da Justiça, combater a corrupção, a promiscuidade entre cargos públicos e objetivos privados, e queria ainda criar um sistema de tributação progressiva e justa.

Tais medidas visavam conter qualquer tentativa de repetição no Brasil de uma revolta escrava como a de São Domingos ou algo semelhante ao que ocorria na França revolucionária. Eram medidas reformistas, que atacavam frontalmente os privilégios da Corporação dos Enteados. Percebendo que esse grupo não estava de brincadeira, a Coroa recuou, atendeu as demandas políticas e econômicas dos enteados – prejudicando, inclusive, um grupo poderoso de capitalistas portugueses. O medo da revolução uniu as duas pontas – a Coroa com medo de uma convulsão social e os Enteados, que criam ser revolucionárias reformas que diminuiriam seus privilégios.

Depois de mais de um ano de investigações duvidosas, com direito a “delações premiadas” e ausência de provas contra os acusados, os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia, constantemente denunciados por “ausência de limpeza de mãos”, concluíram que João de Deus do Nascimento era o autor dos boletins manuscritos e o “cabeça” da projetada revolução. Liderava Lucas Dantas Amorim, Manuel Faustino e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga. Quatro homens livres, pobres e mulatos.

Enforcados, seus corpos esquartejados, partes expostas por toda a cidade durante vários dias, na manhã de 8 de novembro de 1799, na Praça da Piedade, em Salvador.

Os poderosos da Corporação dos Enteados com os desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia e o próprio governador da Capitania da Bahia, d. Fernando José de Portugal e Castro, se juntaram, encontraram uma saída, fizeram um cruel efeito-demonstração para sinalizar a não aceitação de qualquer nova experiência como aquela: quando homens livres, pobres e negros/mulatos fizessem política, seriam condenados à pena última.

Poderosos corruptos e livres

Nesse conluio, deixaram de lado vários participantes da revolta, sobretudo os poderosos. Não era pouca gente envolvida. Das informações dos boletins manuscritos, 513 pessoas eram de corporações militares, 187 oficiais. Noticiase, ainda, a presença de 13 homens graduados em letras, 20 cidadãos comuns, oito do comércio, oito frades bentos, 14 franciscanos, 48 clérigos e oito familiares do Santo Ofício, entre outros. Só quatro pagaram o pato; pobres, negros/mulatos.

Ter muita gente armada mostrava a disposição de luta dos participantes da revolta, e não por acaso uma das reivindicações fundamentais era o aumento do soldo para 200 réis diários e isonomia

nos critérios de ascensão na hierarquia militar. A presença de religiosos revela a sensibilidade das corporações eclesásticas para com as reivindicações populares.

O trágico fim dos quatro enforcados na Praça da Piedade revela uma tradição brasileira: o de encontrar bodes expiatórios nas crises, o de mexer com tudo para deixar como está. E revela também como age o Judiciário ao longo da história: apesar do formalismo com as várias reformas modernizadoras do Direito, a politização da Justiça é o recurso para a manutenção do status quo.

Se algum exemplo tem de ser dado, se é necessário a qualquer custo embargar qualquer ascensão das classes populares à vida política, se é preciso estancar qualquer arroubo reformista, se é essencial sinalizar para que experiências democráticas bem-sucedidas não se repitam, é preciso escolher a quem matar, sinalizar que está agindo, que está punindo, e não importa que se punam apenas alguns, os escolhidos para serem esquartejados.

Ao fazer o sangue correr, tenta-se evitar qualquer outra conjuração, e ali era um levante que atacava a escravidão e o domínio colonial – para uns, apenas como argumento para manter privilégios; para outros, pra valer. Daquele episódio, nos recordamos, pelo positivo, do exemplo de luta dos envolvidos e dos quatro mártires; pelo negativo, da cor-

rupção da administração, da politização da Justiça e da tradição acomodatória das classes dominantes. E acrescente-se: malgrado o Império tenha sido o que foi, a Coroa portuguesa perde o cetro poucos anos depois.

Nós proclamamos:

O medo não pode vencer a esperança!

Animai-vos, povo!

3. CONJURAÇÃO BAIANA: A REVOLTA DOS "ENTES DA LIBERDADE"³

Na sua primeira edição regular, o **Brasil de Fato Bahia** entrevistou a Professora do Departamento de História do Brasil e da Bahia Colonial e Imperial da Universidade Federal da Bahia, Patrícia Valim, sobre a Conjuração Baiana. Também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios, a Conjuração Baiana completa 220 anos em 12 de agosto deste ano. A revolta aconteceu em Salvador e envolveu diversos setores da sociedade. Teve, entre as reivindicações, desde melhores salários até a fundação de uma república democrática e foi fortemente reprimida. Patrícia conta que começou a pesquisar sobre Conjuração Baiana durante a graduação e que esta foi objeto de estudo

3. Entrevista publicada originalmente no site "Brasil de Fato" em 10 de agosto de 2018, por ocasião dos 220 anos da Conjuração Baiana de 1798

no mestrado, doutorado e pós-doc. No mês de agosto, irá lançar um livro pela Editora da UFBA – EDUFBA sobre a revolta. Confira na íntegra a entrevista.

O que foi a Revolta dos Búzios

A Conjuração Baiana foi um movimento que teve a participação de pelo menos 36 pessoas, que foram presas acusadas de terem participado da revolta.

O poder local, na época, chamou de “Sedição dos Mulatos”. Foi um movimento diferente de todos que aconteceram, tanto na capitania da Bahia, durante o período colonial, quanto em outras localidades do território brasileiro. Ocorreu em 1798 e se iniciou a partir da elaboração de 11 boletins manuscritos, que eram bilhetes colocados em locais públicos da cidade de Salvador. Só temos acesso a dez deles, tudo leva a crer que um foi queimado.

Quem eram os participantes

O primeiro boletim afirma a participação de 676 pessoas. Nenhuma mulher. As mulheres aparecem apenas como testemunhas. Mais da metade dos envolvidos era de milicianos, que eram responsáveis pela ordem e pela segurança na capitania, além de padres e religiosos das ordens terceiras, homens do comércio de grosso trato, homens do ofício e homens principais.

Quais eram as reivindicações

As principais reivindicações eram: o “soldo diário de 200 mil reis” [salário dos milicianos] - naquela época as condições de vida do miliciano se assemelha-

vam a de um escravo, com recrutamento a força-; abertura dos Portos; fim do jugo da escravidão, mas sem necessariamente o fim da escravidão como projeto coletivo. Pela primeira vez na história dos motins e sedições, tivemos o “xingamento”, o Príncipe Regente foi chamado de “indigno coroado”. Isso foi um ataque frontal e a resposta veio muito violenta.

Os únicos setores que não estavam nos boletins como participantes foram as mulheres e os escravos. Katia Mattoso, uma das grandes historiadoras sobre o tema, afirma que não colocar os escravos como participantes era uma estratégia política de mostrar para a sociedade que uma eventual adesão deles ao projeto revolta não iria abalar a estrutura que fundavam aquela sociedade, a principal delas é o escravismo, que tinha caráter sistêmico no Brasil. Tudo era feito para a manutenção, preservação e ampliação da escravidão, desde o tráfico, circulação de escravos no território e toda sociedade organizada, montada em razão das relações de trabalho escravo.

Relação com os ideais a Revolução Francesa

Durante muito tempo a Conjuração Baiana foi considerada a versão da Revolução Francesa na Bahia. Discordo dessa leitura, embora nos boletins dizem: “Animai-vos povo bahinense, que está para chegar o tempo feliz de nossa liberdade, o tempo que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais”, eles assinam como “Anônimos Republicanos”. Pensando a influência das ideias francesas, “O povo bahinense e re-

publicano ordena e manda e quer que para o futuro seja feita a sua digníssima revolução nessa cidade e seu termo". Estamos falando de um movimento que usa a palavra república, revolução, liberdade, igualdade em termos de comércio. Assinam os boletins como "Entes da liberdade" ou "republicanos". Tem uma radicalidade do ponto de vista da construção de um consenso político e em termos de participação geral no universo da política. Os termos que elaboram as demandas são radicais, porém as demandas são reformistas. Eles queriam espaço naquela sociedade, não mudar as estruturas.

A simplificação nos livros didáticos

O livro didático é um instrumento autoritário. Nesse instrumento autoritário, uma revolta como essa entra como não evento, porque o que está sobre a conjuração baiana é o enforcamento e esquartejamento de quatro homens pobres e negros. Dizem que estavam pedindo aumento de soldo [salário]. Não é mentira, mas está longe de ser só isso. Eles queriam fundar uma República Bainense, democrática, baseando na democracia burguesa, no mérito, como consta nos boletins manuscritos. Mas pensar isso no antigo regime era subverter a ordem. Os livros didáticos sobre a história brasileira não apresentam conflitos. Tem Palmares, que segundo a classe dominante foi "estraçalhada" e Zumbi teria tido o castigo que essa classe achava que ele merecia. Foram inúmeras revoltas que não entram nos livros.

Aqui "foi tiro, porrada e bomba" o tempo inteiro. Uma colega de departamento, Maria Hilda, tem um trabalho sobre o Regimento de 1548 em que demonstra que a capitania da Bahia foi escolhida para ser sede do vice-reinado e do Governo Geral porque havia uma série de revoltas indígenas, não havia quem controlasse aqui, o capitão donatário quase foi morto. Então antes que dominassem, vieram para desmobilizar essas revoltas, enforcaram alguns indígenas. O grau de politização nessa sociedade era imenso, havia muitas lutas. Essa coisa de que a sociedade brasileira é alegre é uma construção para "aplaiar" a miséria, o superlucro e toda a revolta que isso gera.

Legado da Conjuração Baiana

Um legado é a capacidade e necessidade de as pessoas se organizarem e lutarem por suas demandas. Na necessidade de fazer alianças, se aliaram aos mais poderosos, senhores de engenho para ter melhores condições de luta. Discutiam sobre um Estado que foi feito e pensado a partir da natural desigualdade entre os homens. De alguma maneira, há um projeto de igualdade, ainda que seja desse grupo, mas a igualdade é um horizonte.

Como se tem uma formação oral, a propaganda política, através dos boletins manuscritos também é importante. Outro legado é que a resistência e a luta são a única forma de mudança. A resistência está desde escrever um texto até organizar um grupo.

Desde tempos coloniais, o poder se organiza para criminalizar a luta política. E isso acontece de várias formas. Os quatro homens que foram enforcados foram chamados de bêbados e loucos. Nos tempos atuais, basta lembrar que quando Lula assumiu a presidência, jornais do mundo o classificaram como “bêbado, cachaceiro, pingüço”. Quando a classe trabalhadora faz política é chamada de louca e desvairada por querer o conflito. As ideias dominantes ainda que sejam violentas e assassinas está tudo bem. Mas se as classes mais baixas questionarem isso são loucas, doentes e bêbadas. A conjuração baiana traz essa dimensão trágica, cínica, de um país cínico com seus conflitos, com suas eternas desigualdades econômicas e sociais, raciais e gênero.

O livro

O livro trata da conjuração baiana, onde faço um apanhado historiográfico. Tem prefácio do jornalista e professor Emiliano José e posfácio do Professor José Sergio Gabrielli. É fruto da pesquisa da tese de doutorado, defendida em janeiro de 2013. Será lançado em agosto de 2018 pela EDUFBA, na melhor hora possível, já que a Conjuração Baiana de 1798 completa 220 anos. E apesar do movimento ser tratado na dimensão regional, deveria ser considerado na sua dimensão nacional e imperial.

Vai ter lançamento em Salvador, no Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio

de Janeiro. Estou muito feliz com o lançamento. É o trabalho da minha vida.

4. CAVALO DO CÃO: BAIANA SYSTEM E A SUBVERSÃO DA ORDEM⁴

Sexta-feira, 17:30, circuito do Campo Grande, Salvador. Uma multidão de pessoas chegando para a saída da pipoca mais esperada do carnaval soteropolitano/2017: Baiana System e seu trio Navio Pirata. Robertinho tira os primeiros acordes de sua guitarra baiana. Suspiros, risos e corpos cadenciados pela dor eletrizante de Russo Passapusso: *“Você já passou mim/ E nem olhou pra mim/ Acha que eu não chamo atenção/ Engana o seu coração ...”*. Invisível é o nome da música nova da banda. Invisível também é o carnaval da Bahia para o resto do país. Tanto o poder público municipal como as televisões abertas insistem em vender para o resto do país que o carnaval da Bahia é branco, elitizado em camarotes aclimatados, com músicas eletrônicas, e trios elétricos com axé “baladeiro” com corda e cordeiros esfomeados. Felizmente, a população soteropolitana rejeitou esse modelo de carnaval e hoje ele está em plena decadência.

4. Artigo publicado originalmente no site “Jornalistas Livres” em 27 de fevereiro de 2017.

O Brasil mudou muito nesses últimos 13 anos e o carnaval baiano não ficou à parte desse fenômeno. O que se vê nos últimos anos aqui na Bahia é um carnaval popular, diverso, múltiplo, cada vez mais sem cordas, mais democrático, mais popular e, por tudo isso, muito mais politizado do que sempre foi. Sim, senhoras e senhores, não nos esqueçamos de Luiz Caldas cantando desde os anos 1990 *"Vou lutar/ Obá, obá/ Sou bonito/ Como o Apache e o Ilê"*. Não nos esqueçamos também que a Bahia é um estado que comemora seus feriados religiosos e cívicos com festa de largo – quando a população em peso ocupa as ruas da cidade, subvertendo a ordem e o controle sobre seus corpos, protestando e reivindicando suas demandas em uma catarse coletiva desde os tempos coloniais.

Baiana System, ousado afirmar, é o acúmulo de uma cultura política própria dessa Bahia de todos os santos, tantos encantos e muitas revoltas. É também a síntese estética da diminuição das brutais desigualdades entre tantos Brasis em um mesmo território. Sua identidade visual tem a força das músicas na voz grave de Russo Passapusso, que é capaz de alucinar a multidão desejosa de se tornar visível, subvertendo a melancolia da permanente escassez em que vive em uma energia que é pura potência revolucionária. Revolução, foi o que aconteceu naquela tarde quente de sexta-feira, no Campo Grande, com o histórico grito *"Fora Temer"* depois que Russo Passapusso cantou:

"Tire as construções da minha praia/ Não consigo respirar/ As meninas de minissaia/ Não conseguem respirar/ Especulação imobiliária/ E o petróleo em alto mar/ Subiu o prédio / eu ouço vaia/ Eu faço figa pra essa vida tão sofrida/ Terminar bem sucedida".

Não foi à toa que a grande imprensa não divulgou o vídeo com essa catarse coletiva. Se tivesse divulgado, a população desse país teria assistido o que veio depois do histórico protesto: milhares de pessoas bravas com o golpe de estado que sofremos e continuando a gritar *"fora, golpistas"* enquanto Russo Passapusso, ao som da guitarra elétrica baiana de Robertinho, começou a gritar *"Cavalo do Cão, Cavalo do Cão!"*. A geral foi ao delírio ao som de *"playsom"*, gritando, rindo, chorando e pulando como se não houvesse o amanhã de alegria pela lembrança desse momento histórico e de dor dilacerante com tudo o que tem nos tirado diariamente com esse golpe. Como a maior e mais dilacerante dor de quem é picado pelo Cavalo de Cão, um inseto que é capaz de paralisar uma aranha viúva negra para devorá-la em seguida. Por isso, a comunidade científica afirma que sua dor é *"ferozmente elétrica"*, como a força da Baiana System. Como a nossa dor intensamente exposta a céu aberto naquela histórica manifestação.

A prefeitura de Salvador reagiu, prometendo retaliações à banda. Querem-nos invisíveis e mudos, senhoras e senhores, justo no carnaval, essa

festa altamente subversiva e politizada. Recusamos, acusamos, ocupamos, pulamos e gritamos, sempre, ao mesmo tempo e em todos os lugares desse país golpeado. Uma hora, as nossas turmas irão se encontrar e conseguiremos subverter os efeitos do veneno dessas aranhas. Feito cavalos de cão na cadência de *“playsom, playsom/ Já ouviu é dejavú/ Russo Passapusso/agradece, merci beaucoup”!*

5. AS COISAS NO SEU DEVIDO LUGAR⁵

Há evidentemente uma pergunta a ser respondida pelos historiadores, sociólogos e cientistas sociais: por que a classe média brasileira tomou o rumo político supostamente contrário aos seus próprios interesses materiais e, de lambuja, levou o Brasil a uma crise sem precedentes? Já há algum tempo diversos intelectuais, pesquisadores, professores têm se debruçado sobre esta questão. Desde o argumento do fim da “política de compromisso de classe” que via em Lula um segundo governante (depois de Vargas) a concertar o país num pacto entre as classes, passando pelo “fim do lulismo”, numa explicação que envolvia um argumento econômico de compromisso (fazer todos crescerem) e um político moral (aliança com o PMDB e as “antigas oligarquias”), até chegar no argumento

da alienação da classe média por “interesses internacionais” que se materializariam no petróleo e no desmonte das indústrias pesadas brasileiras; a verdade é que há o reconhecimento da mudança de postura hoje deste estamento social (classe média) em relação aos primeiros dois governos de Lula.

Sobre a classe média brasileira, Marilena Chauí apontava, em 2013, que ela era “uma abominação política, porque é fascista; uma abominação ética porque é violenta; e é uma abominação cognitiva porque é ignorante”. Recentemente, Jessé Souza foi além e, em seu livro, “A elite do atraso: da escravidão a lava-jato” (Leya, 2017), afirma que nossa classe média também é racista: “Um brasileiro de classe média que não seja abertamente racista também se sente, em relação às camadas populares do próprio país, como um alemão ou um americano se sente em relação a um brasileiro: ele se esforça para tratar essas pessoas como se fossem gente igual a ele” (p. 22). Ambos concordam com o diagnóstico de uma classe média divorciada do restante do país. O mesmo argumento, aliás, usado pelos grupos que fizeram o golpe, embora por motivos diferentes. Para Chauí, o divórcio tem razões ontológicas, a classe média “é” de uma certa forma, indiferente ao que se possa fazer politicamente por ela. Para Jessé, a separação tem razões sociológicas: eis que a classe média, induzida pelo discurso de intelectuais que legitimam um “culturalismo ra-

5. Artigo escrito com o historiador Fernando Horta e publicado originalmente no site “Opera Mundi” em 31 de outubro de 2017.

cista”, teria tido sua formação dentro de uma ótica excludente, que Jessé remonta à escravidão brasileira.

Dois coisas interessantes chamam à atenção: dois intelectuais de primeira grandeza da esquerda brasileira afastam-se das formas de explicação marxistas do fenômeno. Tanto Chauí quanto Jessé, apesar de usarem raciocínios estruturalistas em suas argumentações, partem para noções mais ligadas à identidade e às mentalidades dos grupos sociais. A questão material precisa ser descartada de suas explicações, afinal, durante o período de 2003-2011, nos governos Lula, e depois no primeiro governo Dilma (2011-2014) os números são incontestes sobre o enriquecimento da classe média. Como explicar, então, que estes agentes político-sociais tenham ido contra as premissas dos atores racionais e das percepções do materialismo histórico de que “em última análise” as questões econômicas deveriam fazer-se sentir? O argumento é sempre o da burla, do engano, do mal-entendido ou do mal dirigido. Ou Lula enganou a classe média (como tentam desesperadamente manter os grupos apoiadores do golpe), ou a classe média – vil em sua essência – apenas se uniu ao projeto lulista enquanto lhe parecia favorável. Ou ainda, a classe média – ignorante e incapaz de livrar-se de suas “falsas verdades” – foi presa fácil para um grupo de agentes invisíveis que podem ser nacionais (a “elite do dinheiro”, segundo Jessé) ou internacionais (“o capitalismo internacional”). Em algumas versões, há uma articulação que beira o enredo de um romance policial entre

estas elites – nacionais e internacionais – de forma a atacarem o Brasil.

Mas e se esta ideia da “burla” sobre a classe média estiver errada? E se a classe média brasileira sempre agiu de forma racional? Como coadunar o divórcio da classe média sem colocar no colo de Lula e de parte da esquerda a culpa por uma corrupção que a vara de Curitiba não consegue provar? Uma das formas de escolhas entre as explicações científicas, chamada de “A Navalha de Ockham”, afirma que “se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenômeno, a mais simples é a melhor”. Por que temos que transformar em variável determinante o insondável da moral de toda uma classe para explicar o problema sem articular essa variável com as demais esferas dessa realidade? Por que temos que voltar aos primórdios da colonização brasileira e resgatar – com certo descuido – a ideia de “escravidão”, e não de escravismo, para explicar, duzentos anos depois, as escolhas políticas de milhões de pessoas?

Não que se negue que a escravidão tenha um papel fundamental na história do Brasil. Tem, embora seja preciso dizer sobre que escravidão se está falando, porque ela não foi igual nem na geografia brasileira nem na sua história. Em Portugal houve escravidão; no Brasil: escravismo, escravidão sistêmica. A questão é que houve também outros condicionantes estruturais que poderiam ser invocados como “ideias-força” a moldarem o nosso escravismo: catolicismo, analfabetismo. Todos já foram

utilizados em macro explicações sobre o Brasil: aquelas que querem dar uma razão estrutural às escolhas de mais de 250 milhões de pessoas espalhadas por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Durante toda a nossa história. Estas tentativas extrapolam qualquer possibilidade de uma síntese sobre algo tão complexo como é o nosso passado, a partir das inúmeras pesquisas elaboradas nas últimas décadas, com profundidade e rigor científico sem mobilizar a falácia da “linguagem fácil”. Até porque, na atual conjuntura, não dispomos de recursos para nos colocarmos à busca de uma explicação para todos do país em todo o tempo. Ainda que isto nos pareça possível e desejável.

Por ora, propomos uma explicação mais simples. Com dados mais próximos no tempo. E, principalmente, que afasta a ideia de “burla”, de engano seja da classe média para com o resto do país, seja do governo para com a classe média, seja, ainda, de certa esquerda e seus intelectuais. Não nos parece que esta classe média esteja “jogando contra si” quando se colocou contra o governo Dilma, apoiando decisivamente o golpe de 2016. É claro e evidente, como têm mostrado as notícias atuais, que cresce o fascismo e que alguns elementos podem se encaixar perfeitamente na descrição de Chauí. Também parece possível que grupos pensem, como Jessé afirma, e que sejam, portanto, a vanguarda do atraso brasileiro. Contudo, por mais que essas narrativas nos pareçam lógicas, simples e que concordemos com elas, não é disso que são feitos os estudos científicos.

Sejam eles de disciplinas ditas “exatas” ou “humanas”. O senso comum não é o condão que nos levará do ano zero até o século XXI, em uma trajetória que explicará a politização da Lava-Jato. Também não nos parece que seja possível, por meio de uma fragmentada percepção sobre a identidade de determinados grupos, que consigamos derivar – sem mediações – suas posturas políticas. Acima de tudo, não acreditamos que a classe média seja “contra um projeto de país” ou que tenha “se deixado enganar” pelos grupos A ou B.

Em um estudo publicado em 1951, o sociólogo Charles Wright Mills fazia uma distinção essencial dentro da sociedade norte-americana: havia um grupo de trabalhadores, que ele denominou de “*White collars workers*” que se distanciavam dos trabalhadores normais (simples proletários). Este grupo, não era sensível aos apelos de ideologias proletárias de esquerda, não via nos movimentos organizados de proletários qualquer apelo, embora fossem – nas concepções clássicas – trabalhadores assalariados. Estes grupos, na visão de Mills, se viam não como “vendedores” de sua força de trabalho, mas viam-se com capacidade de negociar muitas outras qualidades que julgavam ter. Seus contatos pessoais, sua liderança sobre outros grupos de pessoas, suas capacidades de criar e vender discursos, visões de mundo e etc. Mills mostrava que este grupo não apenas se via como diferente dos trabalhadores braçais, como ocupavam posições diferentes deste. Seja no governo ou na iniciativa privada. Exigiam, pois, que hou-

vesse uma diferenciação num momento em que – em função da Guerra Fria – havia um apelo da esquerda para que todos reconhecessem-se “proletários”. O argumento do sociólogo americano encaminhava-se para um pacto entre grupos sociais em que ambos saíam ganhando: as verdadeiras elites econômicas (aquelas que podem viver sem trabalhar) viram nos “White collars” um cordão de isolamento dos grupos proletários. Por outro lado, estes grupos de trabalhadores aceitavam a postura de defesa das elites desde que recebessem financeiramente mais que os trabalhadores braçais, tivessem seu status social reconhecido como diferenciado e pudessem gozar dos benefícios que a vida capitalista e urbana poderia oferecer.

No argumento de Mills, não há burla, não há engano. É um pensamento puramente auto interessado. Uma troca de favores que fazia com que estes grupos, fincados na burocracia estatal ou no campo privado das profissões com mais alto grau de conhecimento técnico, aceitassem ser porta-voz da ideia da diferença social como base de funcionamento de qualquer arranjo de sociedade. Tais grupos poderiam compor funções como juizes, procuradores, médicos, engenheiros, professores universitários e toda sorte de empregos urbanos que hoje chamaríamos – com algum grau de generalização possivelmente indevida – de profissionais liberais, burocracia de estado e postos de comando e estratégia capitalista. Se é verdade que estes grupos não eram a “elite” econômica, pois continuavam dependendo do seu trabalho

para sobreviver, também é verdade que eles não eram proletários submetidos às pressões mais primárias do capitalismo exploratório. Havia aí uma ruptura na ideia de que “os proletários do mundo devem se unir” para lutar contra os grupos opressores. Alguns proletários aceitavam melhores serviços, melhores pagamentos e passavam a compor um primeiro escalão de defesa política contra uma sociedade igualitária e mesmo contra ideias revolucionárias. Eram os White-Collars (que no Brasil vão virar a “Classe Média”) que aceitavam serem os controladores do discurso social. Exercendo seus micropoderes em benefício da manutenção do sistema como está. Não serão nunca elite econômica e em contrapartida recebem desta elite a segurança de que jamais serão “proletários”.

No Brasil, o argumento de que nossa classe média tem alguma relação direta – ainda que de mentalidade – com a escravidão sofre de sérios problemas. Primeiro porque entre o fim da escravidão e a composição de uma classe média urbana e industrial existe quase cinquenta anos. Se é verdade que podemos argumentar que nosso país ainda não se livrou do preconceito racial não se pode dizer que escravidão ainda está entre nós. Tampouco que a classe média urbana brasileira, formada apenas a partir dos processos industriais do final dos anos 30 se consolidou enquanto grupo social antes do final da segunda guerra mundial. Há um espaço de tempo bastante razoável entre o fim da nossa escravidão e o surgimento de nossa classe

média urbana. Este espaço não pode ser coberto pelo prolongamento de explicações estruturais, pura e simplesmente.

Os historiadores que se debruçam sobre o século XIX no Brasil, mostram três características interessantes a respeito dos nossos grupos urbanos. Embora ainda não possam ser chamados de “classe média” (porque ausentes estão as questões industriais que transformam o século XX brasileiro) são chamados, na literatura, de “Estratos médios urbanos”. Normalmente, eram grupos que tinham a formação semelhante aos “White collars” de Mills (médicos, advogados, engenheiros ou partícipes de burocracia estatal), mas que dividiam o espaço urbano com dois outros grupos de cidadãos. De um lado, a um grupo de “bem-nascidos” empobrecidos, que ainda ocupava os cargos dirigentes da burocracia do Estado por meio de relações de clientela e lealdades pessoais, e, de outro, comerciantes que eram mais ou menos ricos dependendo de sua atividade. Se ligadas ao tráfico negreiro tinham mais acesso a recursos, se ligados a venda de bens de consumo urbano, gozavam de menos recursos e mesmo inserção nos poderes de Estado.

Assim, a chamada “classe média” brasileira que vai surgir no final dos anos 30 é formada, no mínimo, por três diferentes grupos e imaginar que ela toda tem uma mesma mentalidade de origem não parece um pressuposto empiricamente sustentável. Entretanto, o pacto que descreve Mills para as sociedades industrializadas (no caso os EUA) já era

presente no Brasil desde meados do XVIII. José Murilo de Carvalho mostra que a nobreza brasileira nunca foi nobreza hereditária, dependendo da boa vontade da coroa portuguesa primeiro, e depois do imperador para fazer com que o filho de um Barão, fosse também Barão. É claro que essa “boa vontade” tinha seu preço. A submissão das elites urbanas, ideológica e socialmente, aos desígnios da monarquia é característica que só se rompe no Brasil na última década do século XIX. Nossos estratos médios, pois, sempre se colocaram na função social que Mills descreve: como um guardião da desigualdade social visto como privilégio aos que tem “mérito”. Da mesma forma, os comerciantes brasileiros não se comportavam de forma capitalista. Fernando Novais, Stuart Schwartz, João Luís Fragoso, entre outros e outras, demonstram que durante muito tempo, comerciantes que eram riquíssimos em função de sua atividade não mobilizavam seus capitais para reinvestir em seus negócios, pois preferiam adquirir terras e escravos - passando, assim, a cortejar a coroa com objetivo de “ascensão social”. Ser rico, na sociedade brasileira dos períodos colonial e imperial, era ter terras e escravos, de maneira que a questão simbólica relacionada à distinção sempre foi preponderante no Brasil.

Lembremos que a partir da segunda metade do século XVIII, qualquer reforma da coroa portuguesa que colocasse em risco a “natural desigualdade entre os homens”, base do Antigo Regime, foi duramente combatida. Foi assim em 1773, quando o Marquês de Pombal de-

cretou o fim da escravidão em Portugal, presente desde o início do século XV, causando desespero aos escravistas no aquí e no além-mar. Foi assim durante as reformas de outro Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, que entre os anos de 1797-98 propôs uma política de tributação justa, o fim dos Morgados, dos monopólios e maior controle no tráfico de escravos, e os setores dominantes protestaram duramente até que conseguiram a manutenção de seus privilégios e a dinamização do tráfico de escravos. Foi assim, também e sobretudo, durante as lutas pela independência política do Brasil, 1821-1824, nas quais as elites provinciais só aderiram à causa quando a permanência do escravismo e do tráfico de escravos não corriam riscos. Aliás, cumpre destacar, que a nossa unidade nacional deve muito ao escravismo – escravidão sistêmica - como projeto de futuro do Estado brasileiro, após a outorga de 1824, como demonstra Luiz Felipe de Alencastro.

As razões pelas quais as elites provinciais se movimentaram politicamente de forma hegemônica em relação a manutenção e ampliação do tráfico de escravos e do escravismo, no século XIX, está intimamente ligada ao fato de que a maioria desses homens frequentaram a Universidade de Coimbra Reformada, após 1772, instituição da Coroa Portuguesa responsável por conferir unidade ideológica às elites da sua principal colônia no empuxo das reformas pombalinas provenientes da Ilustração Portuguesa. Enquanto

a Ilustração Francesa rompeu com o Antigo Regime, guilhotinando a nobreza, criando o Sufrágio Universal e a agenda de combate à escravidão com o *Code Noir*, a Ilustração Portuguesa fortaleceu o Antigo Regime português e as desigualdades sociais e as econômicas que lhes eram subjacentes e com apoio das elites locais por meio de um pragmatismo político sem precedentes. Esse é um fator importante a se considerar no processo de formação do Estado Brasileiro. Além disso, as relações econômicas e suas ramificações materiais por todo o século XIX e boa parte do XX não devem ser analisadas sem levar em conta a nossa elite imperial e seu projeto de manutenção do escravismo como linha política do Estado Nacional. Isto é uma das explicações para que o Brasil não tenha iniciado um projeto industrial ainda no século XIX. Tínhamos um imperador dito intelectual, tínhamos um excesso de capital imenso (fruto da exportação de café) e mesmo assim nenhuma capacidade de transformação desta estrutura econômica em algo capitalista, como fizeram os EUA, por exemplo.

Assim, os núcleos urbanos brasileiros que vão se fortalecer a partir do final dos anos 30 eram compostos de pessoas que tinham no simbolismo social da distinção um valor importante, que aceitavam de bom grado a postura de contenção das classes baixas pelo domínio dos mecanismos de convencimento e coerção e que viam o espaço geográfico das cidades como seus espaços sociais. A este grupo, após as mudanças estruturais de Vargas, vão se unir os proletários

urbanos e os “white collars” propriamente ditos. No Brasil, portanto, essa elite de trabalhadores de colarinho branco (que vai se transformar na nossa classe média) tem diversas origens sociais e diferentes explicações para a chancela moral da desigualdade, proveniente da escravidão somada ao pacto social que tem como um dos atores o próprio Estado, ou mesmo a própria ideia de diferenciação proletária urbana que detectou Mills.

Nossa classe média prefere manter símbolos de superioridade do que receber possibilidades de ascensão econômica. São aqueles grupos que compram carros com valores muito mais altos no Brasil do que no resto do mundo (chamado de “preço Brasil”) e que só são praticados aqui mesmo. Porque, o carro, o celular, a casa na praia ou a mobília da sala não valem o seu “valor de uso”, mas são medidas por um referencial de diferenciação social que é a gênese da própria classe média brasileira. Ela não empreende porque não lhe interessa o risco, mas ela busca financiamentos maiores do que poderia pagar por itens que sejam demonstradores de sua diferenciação. Escolhe locais na cidade para frequentar em função da diferenciação que ele pode oferecer. E, portanto, isto não é fruto de um racismo (embora o elemento de cor certamente esteja presente) mas é resultado do pacto social urbano brasileiro existente desde o século XIX. O negro sofre mais, mas o nordestino, o proletário ou aquele que não tem “berço” também não é aceito no grupo.

Neste sentido, o que fez o lulismo que desgostou tanto a este grupo? E por que ele não se revolta com Temer e a destruição do país? A verdade é que diante deste pensamento, Lula é mais perigoso que Temer. Lula, por diminuir a diferença relativa entre os proletários e os “white collars” e por fazer com que os espaços geográficos e institucionais começassem a ser partilhados. Desta forma, o governo Lula obriga que os privilégios de acesso aos bens públicos começassem a ser diminuídos, com um número cada vez maior daqueles que “não tem sua posição meritocrática na sociedade” entrando em universidades, exigindo seus direitos serem respeitados pela polícia ou invadindo áreas que não eram de seu espaço social (como shoppings, cinemas, restaurantes ...). Por outro lado, Temer representa a certeza de uma sociedade desigual, fundamentalmente desigual. Em que cada grupo “sabe o seu espaço”. E, ainda que Temer empobreça o país e diminua os ganhos que eventualmente esta classe média tenha, se ele o fizer de forma desigual será aceito. Se as classes baixas caírem ao limite da fome e não representarem problema para as hierarquias sociais, a classe média se adaptará à nova realidade econômica imposta por Temer. A classe média se entenderá em perigo se houver o desmonte das máquinas estatais que abrigam grande parte de seus membros. Por isto Temer sofreu maiores protestos com o congelamento dos salários do que com o fim da CLT. É também por isto que os políticos estão com medo de votarem a reforma da pre-

vidência e recuaram em propostas sobre polícia e exército.

Para a compreensão desse processo não é necessário recorrer ao ano zero da nossa história por meio de uma metodologia nada rigorosa na qual se cobra de um ensaio de 1936 as explicações do movimento político da esquerda brasileira na crise deflagrada desde 2013. Não é preciso desqualificar autores que forneceram análises sobre os nossos dramas para demonstrar o que muitos já demonstraram: o liberalismo brasileiro conviveu bem com o escravismo e ainda convive com a nossa histórica desigualdade social, racial, econômica e de gênero. Não é preciso, também, rebaixar parte da intelectualidade brasileira à condição de “imbecil” e parte da esquerda à condição de “vítima” em razão da “introjeção do liberalismo pela esquerda brasileira” para justificar o presidencialismo de coalização e as alianças que lhe são subjacentes. A esquerda deve disputar a institucionalidade porque ela é a única capaz de colocar em prática um projeto de combate históricas às desigualdades brasileiras. Também não precisamos culpar uma grande conspiração internacional para dominação do país. A explicação mais simples é sempre a melhor. Nossa classe média é fruto de uma fusão de grupos urbanos nobiliárquicos empobrecidos, comerciantes sem os valores capitalistas e um novo bloco de trabalhadores urbanos industrial que acordaram tacitamente em fazer a função dos “White collars”, descrita por Mills.

Eu não me importo de empobrecer de forma absoluta se for mantida a desigualdade social e econômica de forma relativa aos grupos menos privilegiados. E eu vou lançar todo o meu ódio contra aqueles que tenham “traído” este pacto. Que com o meu voto tiverem criado um sistema de aproximação de classes por meio de subsídios econômicos, que chegou a envolver a aproximação física de espaços geográficos e institucionais. Este governo não merece perdão. E isto não tem nada a ver com a corrupção. Tem a ver com a “natural desigualdade entre os homens”, conforme entendida por tais grupos urbanos. Eles queriam “o país deles de volta”. Este sentimento foi canalizado pelos interesses internos e internacionais, numa briga cada vez mais clara entre liberais internacionalistas, fascistas e grupos corruptos que lutam pela sua própria existência. Os três, entretanto, concordam que a sociedade é – e deve continuar sendo – desigual. Fundamentalmente desigual. O ódio é a qualquer ideia de igualdade de direitos, e a diminuição das desigualdades sociais será combatida violentamente. E a corrupção é apenas uma das ferramentas que dispõem estes grupos para fazer as coisas “voltarem ao normal, ao seu devido lugar”. Se Temer faz uso dela para manter o Brasil um país estratificado, ele nunca escondeu isso e não há problema algum para esses grupos, porque esse é seu projeto de país. Não se podia é construir uma sociedade igualitária. Isto não se pode aceitar. Igualdade jamais. Cabe à esquerda a tarefa de construir a igualdade em todos os tempos e em quaisquer condições históricas.

6. OS (NOVOS) DONOS DO PODER NO BRASIL: REVISIONISMO HISTÓRICO NO GOLPE DE 2016 ⁶

No auge das manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, Henrique Meirelles - ex-presidente do Banco Central nos dois mandatos do presidente Lula e ex-ministro da Fazenda de Michel Temer - publicou o editorial "Raízes do (novo) Brasil", na "Folha de S. Paulo", em 22 de março de 2015, em uma explícita referência à paradigmática obra de Sérgio Buarque de Holanda - publicada em 1936. O editorial de Meirelles começa afirmando que, com o fracasso das capitânicas hereditárias, no governo-geral de Tomé de Souza (1549), "o Brasil (sic) começou com uma gigantesca estatal", em razão de todas as propriedades deste enorme território serem da Coroa Portuguesa, de sorte que as pessoas que aqui habitavam eram seus funcionários.

Para combater o "Estado forte", Meirelles conta o caso do criado de quarto do governador-geral, um funcionário de sua total confiança, que foi nomeado para o importante cargo de intendente, responsável pelo abastecimento e controle de cargas que saíam e chegavam no porto da Capitania da Bahia. Pouco tempo depois, o intendente Garcia D'Ávila fez enorme fortuna: construiu uma residência maior e mais confortável que a de Tomé de Souza, e chegou a ter "uma fazenda (sic) que ia de Salvador a Sergipe,

com mil quilômetros de profundidade entre litoral e interior. Por muito tempo, ele foi o homem mais rico do Brasil e, a partir daí, estabeleceu nobre descendência".

Para o ex-ministro do governo Temer, e candidato derrotado à Presidência nas eleições de 2018, a trajetória de Garcia D'Ávila é paradigmática da formação do país, das raízes de seus problemas, de sua cultura e "do excesso de Estado e da gênese das questões éticas atuais, a corrupção em 2015". Meirelles termina seu editorial afirmando que, felizmente, o país mudou muito desde então. Para ele, a chegada de levadas de imigrantes responsáveis pela modernização industrial do país "demanda uma economia mais eficiente e produtiva" ao tempo em que "cobra também um governo ético e transparente que reflita o amadurecimento do país [...] e a ascensão de uma classe média numerosa, mais instruída e exigente", contrária ao "aumento excessivo do Estado".

Como se pode verificar, Henrique Meirelles mobilizou a história do passado do país para, por meio de uma leitura muito própria do processo de formação da burocracia na Capitania da Bahia, engrossar o caldo das manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff e anunciar o programa "Pontes para o futuro" com objetivo de diminuir o Estado, congelar os investimentos na saúde e educação e o fim de várias políticas públicas, que ele ajudou a implantar

durante sua passagem no Ministério da Fazenda. Ao transformar a burocracia do território do Brasil, no século XVI, praticamente em uma Petrobrás na qual a trajetória de Garcia D'Ávila aparece como o caso mais notório de "corrupção", Henrique Meirelles desconsidera a natureza patrimonialista da relação colonial no Antigo Regime Português e a criação do governo-geral em razão das inúmeras revoltas indígenas ocorridas nos 30 primeiros anos da invasão portuguesa no território do Brasil.

Meirelles também não menciona a principal razão do superlucro do intendente Garcia D'Ávila: a escravidão africana, o tráfico de pessoas escravizadas e o escravismo como a principal variável que articulou as relações políticas, econômicas, culturais e religiosas da vida colonial. Ao desconsiderar, não citar, o escravismo, escravidão sistêmica, Henrique Meirelles escondeu do leitor da "Folha de S. Paulo" uma das principais razões da corrupção do Estado brasileiro: famílias de senhores de terra e de escravos, que também ocuparam as estruturas internas desse Estado desde Tomé de Souza até hoje. Pasmem! Tomemos o exemplo da família escolhida por Henrique Meirelles: os Garcia D'Ávila, cujo morgado passou para sua sobrinha em 1796, Dona Ana Maria de São José e Aragão, em uma disputa pela herança sem paralelos no Brasil em situação colonial, que foi resolvida com junção da família Garcia D'Ávila com os não menos poderosos Pires de Carvalho e Albuquerque.

Tradição, família e propriedade

A trajetória da família Garcia D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque comprova que o editorial que Henrique Meirelles publicou no diário "Folha de S. Paulo", em março de 2015, não passa de panfleto político de um projeto de Estado mínimo ultraliberal, no qual ele ocupou lugar de destaque após o golpe de 2016. Além disso, um panfleto altamente crítico ao legado dos governos petistas, especialmente no que se refere ao fim da ocupação das estruturas internas do Estado por algumas famílias e ao social desenvolvimentismo como direção de um Estado forte e alto investidor nas áreas sociais. Até porque, a razão da fortuna do primeiro Garcia D'Ávila e seus descendentes adveio da escravidão, do tráfico de escravos, do monopólio de comércio e de arrecadação de tributos, além da venalidade de cargos a partir da segunda metade do século XVIII em diante. Alguns membros dessa família ocuparam os mais altos postos na hierarquia militar e no Judiciário ocupam até hoje. Informações que são silenciadas por Meirelles, pois invalidam por completo o argumento central do editorial.

Depois, o Estado brasileiro nunca começou como uma grande estatal: trata-se de um Estado patrimonialista típico de sociedades modernas, mas com o escravismo (escravidão estrutural) como a variável determinante que lhe confere especificidade no caso brasileiro. O escravismo, no Antigo Regime, nos trópicos conferiu cores próprias ao processo de formação da burocracia após a do-

minação do território brasileiro: a titulação de terras dos senhores donos de escravos, e que ocuparam postos na governança local, se deu a partir de um reinado europeu do Antigo Regime. O que carrega, essencialmente, características do poder legitimado tradicionalmente e, não precisando necessariamente, para esta titulação, de algum mérito pessoal, tampouco obedecendo a uma ordem racional legal. Isso nos obriga a pensar a trajetória dos “conquistadores” que ocuparam o território desde o começo da exploração colonial, a maioria proveniente da pequena fidalguia portuguesa, no processo de formação do Estado brasileiro: historiadores que se ocupam do tema têm demonstrado que a ocupação e a conquista da América engendraram possibilidades de ampliação do cabedal econômico, social, política e simbólico. Os domínios ultramarinos, sobretudo o território do Brasil, representavam para homens como Garcia D’Ávila a possibilidade de se tornarem “nobres da terra”, por meio do escravismo e da detenção de monopólios, exercendo o mando sobre homens e mulheres, e sobre a própria burocracia. Trata-se aqui do setor que deu base de sustentação para a exploração colonial, com o rei distante, por mais de três séculos.

Isso não é novidade para Henrique Meirelles, também não deveria ser para os detratores das obras de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, e da esquerda, (des) qualificando-a de burra como tem feito com alguma frequência Jessé de Souza – fenômeno editorial empatado em vendas com Leandro

Narloch, o revionista-mor da História Brasileira. Uma leitura menos apressada do passado brasileiro, e da história das ideias no Brasil, não afirmaria que “as teses de ‘Os donos do Poder’ não valem um vintém”, tampouco ficaria surpreso com o fato de que essa família ocupa as estruturas internas do Estado há 500 anos. E tem implicações: quando a Coroa portuguesa quis implementar reformas “modernizadoras”, no final do século XVIII, com o fim do morgado, fim dos monopólios e a implantação de tributação justa. Essa mesma família protagonizou, junto com seus pares e outros setores sociais, uma revolta na Bahia, conhecida até os dias de hoje como “Conjuração Baiana de 1798”, que balançou as estruturas da Coroa portuguesa, obrigando-a ao recuo reformista e ao estabelecimento de uma série de soluções de compromissos com esse grupo de poderosos, que dobraram seus cabedais com a permanência de estruturas mercantilistas, às vésperas da Independência Política no Brasil, em 1822-1824.

7. COMBATES PELA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA RESPOSTA AO REVISIONISMO HISTÓRICO

7

Habitados que fomos, desde meados do século XIX, a enxergar o passado (o Brasil Colônia, a América Portuguesa, etc.) como etapa da teleologia dita *pré-nacionalista*, os manuais de História do Brasil continuam a resumir o ano de 1929 a uma das várias crises do capital: o famigerado crack da bolsa, em Nova York. A data é sobretudo importante, para além do impacto devastador provocado na órbita econômica: enquanto especuladores norte-americanos arruinavam a si mesmos e aos outros, na inglória tentativa de salvaguardar a pele em meio à (des)ordem dos números, um grupo de jovens historiadores criava, na França, a *Revue des Annales* – considerada um marco dos novos modos de vislumbrar e fazer História. Isso significa que, há pelo menos 90 anos, desconfia-se que a historiografia não defende mais a inexorabilidade dos documentos, fatos, testemunhos ou evidências. Compreendida, desde o século XIX, como ciência (saber específico) e reconfigurada como disciplina curricular, passou-se a discuti-la como discurso plurívoco que registra eventos de breve ou longa duração (história a respeito de). Quer dizer, há quase um século admite-se que uma das tarefas do historiador é problematizar o pre-

térito, sem perder de vista que a escrita da história envolve um conjunto de artifícios textuais, combinados a diferentes versões (ou percepções) sobre determinado evento, situado geográfica e temporalmente.

Na última semana de setembro, o atual vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, movimentou as redes sociais com dois *twitters* sobre História do Brasil. No primeiro, comemorou a criação das capitâneas hereditárias no reinado de d. João III, em 1532, afirmando que “o país nascia pelo empreendedorismo que o faria um dos maiores do mundo. É hora de resgatar o melhor de nossas origens”. No segundo, afirmou que “donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoieiros, tropeiros, com suas mulheres e famílias, fizeram o Brasil. *Só um povo empreendedor* constrói um país dessas dimensões que segue o destino manifesto de ser a maior democracia liberal do Hemisfério Sul” (grifos nossos). Essas declarações, nas redes sociais, são emblemáticas de dois movimentos intimamente relacionados e que estão no centro político do bolsonarismo, aqui entendido como um fenômeno de massa cunhado pela extrema direita.

O primeiro movimento diz respeito ao *revisionismo* histórico como um fenômeno central dos governos de centro-direita, para além de nossas fronteiras, mas que, no Brasil, adquire estatuto de

7. Artigo escrito com o professor Jean Pierre Chauvin (USP) e publicado originalmente no Jornal da USP em 11 de outubro de 2019.

negacionismo histórico e tem embasado o discurso do governo de “um capitão entre generais”, na feliz expressão do pesquisador William Nozaki para designar o projeto de destruição e desnacionalização do Estado brasileiro. O segundo movimento diz respeito à estratégia desse revisionismo, que subtrai tensões, ignora fissuras, menospreza explorações, disfarça rupturas e atos de resistências, em nossa história, reduzindo-as à expressão unívoca e pantanosa de “marxismo cultural”, com o objetivo de a um só tempo destruir e apagar qualquer vestígio da consciência pública, que coloca em xeque os fundamentos ideológicos do poder vigente, e impor significados próprios à história para legitimar esse mesmo poder.

O general Hamilton Mourão não publicou seus *twitters* na última semana de setembro à toa; tampouco recorreu despretensiosamente à palavra “empreendedorismo” para designar a relação de exploração colonial portuguesa no território do Brasil desde o século XVI. Um dia antes da publicação do primeiro *twitter*, em 27 de setembro de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) noticiara que a informalidade no mercado de trabalho bateu recorde, desde 2016, e representa atualmente 41,4% da população empregada no País. São 38,8 milhões de pessoas sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas, autônomos sem CNPJ, atuando por conta própria, “empreendedores de si mesmos”. A sigla “Você S/A” nomeia a promessa de rentabilidade material e simbólica, concomitante com o processo

de “autovalorização de si”: cada sujeito acumularia valor ilimitadamente – S -S’, nos termos de Laval e Dardot, em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* –, através de esforço pessoal e sem contar com o amparo da seguridade social. No processo de subjetivação do capitalismo em seu momento neoliberal, a “autovalorização de si” pressupõe um movimento duplo e perverso: o apagamento das condições históricas, que colocaram o sujeito em determinada situação, e a redução da própria existência, situada num presente absoluto e sem saída (para além do próprio esforço), pois nega a história das lutas da classe trabalhadora e esvazia partidos e sindicatos, como instâncias de representação dos trabalhos formais ou informais.

Finalmente, o que implicaria aceitar a ideia de que seria louvável “resgatar” (ou seja, retroceder cinco séculos depois) “ao melhor de nossas origens” (ou melhor, celebrar o genocídio e a exploração dos povos originários ou trazidos à força da África, em nome da “conquista” e colonização)? Proclamar o revisionismo histórico como negacionismo é um dos pilares da atual política. O general Hamilton Mourão sabe que a palavra “empreendedor” deriva do termo francês *entrepreneur*, utilizado pela primeira vez em 1755, pelo economista irlandês Richard Cantillon, para designar o “indivíduo que assumia riscos”. Ou seja, pelo menos até o final do século XVIII não se confundiam os sentidos de *empresa* e *empreendimento*; é ainda menos aceitável atribuir a etiqueta *empreendedorismo* (como alardeado desde o final do século

XX) ao processo de rapinagem da água e do solo, simultaneamente ao massacre, tráfico e escravização de índios e negros.

Por um lado, a chegada dos portugueses e o início da exploração do território do Brasil envolveu riscos: a incerta (e insalubre) travessia por mar; o contato, nem sempre pacífico (e quase nunca pacificador), com os povos originários; os limites de exploração e domínio, impostos pela dimensão territorial; a necessidade de mão de obra (compulsória) para o estabelecimento de feitorias e, mais tarde, a instalação de engenhos, etc. Porém, faltou ao vice-presidente mencionar que as capitanias hereditárias foram doações régias em contrapartida pelos serviços prestados em Portugal, e em outros domínios ultramarinos, a fidalgos da Casa Real, conforme demonstra Ronald Raminelli, em *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Também faltou observar que “A invariável orientação do régio conselho, que presidia as resoluções da monarquia, jamais se afastou da regra de auferir o máximo das colônias e nelas despender o mínimo”, como mostrou Almeida Prado, em *São Vicente e as capitanias do sul do Brasil: as origens (1501-1531)*.

Luiz Felipe de Alencastro, em *O trato dos viventes*, mostrou que, dos 12 capitães donatários, seis nunca vieram ao Brasil; dois abriram mão das doações; e outros voltaram para Portugal. Como observa Pedro Puntoni, apenas duas capitanias foram relativamente bem-sucedidas, devido ao grau de violência com

que aprisionaram indígenas, utilizados compulsoriamente como mão de obra; dois capitães não conseguiram efetivar a exploração do território, frente à resistência indígena à escravidão. Constatado o fracasso das capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa instituiu o Governo Geral na capitania da Bahia, com a chegada de Tomé de Sousa, em 1548, que trazia ordens expressas (em Regimento daquele ano) para punir severamente os líderes das resistências indígenas; replicar a cadeia burocrática da sede reinol; construir engenhos e, o mais importante: obter mão de obra para obter superlucro com a exportação da cana-de-açúcar. Daí para a escravidão de africanos e africanas, trazidos(as) à força pelo tráfico para o trabalho compulsório ao lado dos indígenas, nos engenhos das capitanias do território do Brasil, foi um pulo. Portanto, é difícil sustentar que o território teria sido construído por “donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoeiros, tropeiros, com suas mulheres e famílias”. Além de desconsiderar que o Brasil, como país, não existia antes da outorga de 1824, o vice-presidente pressupõe haver relações de igualdade entre quem mandava e quem trabalhava, em uma sociedade fundamentalmente desigual como a do Antigo Regime, vigente em Portugal. Para além dos dados fartamente documentados, que remontam ao século XVI, o Brasil de hoje está longe de ser o maior exemplo de democracia liberal no Hemisfério Sul, em razão do Golpe Parlamentar de 2016 e dos constantes ataques ao Estado de direito e ao bem-estar social. Por outro

lado, e apesar disso, o Brasil ainda é, sem dúvida, o maior país da América do Sul: nação cuja unidade foi construída por meio do consenso entre os poderes locais em torno da escravidão como um projeto de Estado no século XIX.

Outro aspecto a ser considerado: o Estado brasileiro não teve início comparável com a atuação de uma grande estatal, séculos depois. Tratava-se de um Estado patrimonialista, típico em sociedades modernas, assinalado pela escravidão estrutural, como variável determinante que lhe conferia especificidade. O escravismo, no Antigo Regime dos trópicos, conferiu cores próprias ao processo de formação da burocracia após a dominação do território brasileiro: a titulação de terras dos senhores donos de escravos, e que ocuparam postos na governança local, se deu a partir de um reinado europeu do Antigo Regime. Não se obedecia a uma ordem racional legal; havia cores próprias a uma racionalidade legal, sobretudo após a promulgação dos Regimentos, o que nos levaria a repensar a denominação dada aos “conquistadores” que ocuparam o território desde o início da exploração colonial – a maioria proveniente da pequena fidalguia portuguesa, no processo de formação do Estado brasileiro. Historiadores que se ocupam do tema têm demonstrado que a ocupação e a “conquista” da América engendravam possibilidades de ampliação do cabedal econômico, social, político e simbólico. Os domínios ultramarinos, sobretudo o território do Brasil,

representavam para um punhado de homens a possibilidade de se tornarem “nobres da terra”, graças ao escravismo e à manutenção de monopólios, enquanto exerciam o mando sobre homens e mulheres, e, por assim dizer, capitaneavam a própria burocracia, a fundir lei, execução e mando, invariavelmente, em benefício próprio e com desprezo no trato dos demais viventes.

8. HÁ UMA SEMANA: O PRÓXIMO MUNDO SERÁ DOS LENTOS, OU NÃO SERÁ!⁸

Estou confinada desde 5 de março, um domingo extremamente quente como hoje, quando eu e Bento, meu filho mais novo, de 9 anos, saímos do apartamento pela última vez para comprar sorvetes porque duas amigas do partido jantariam conosco naquela noite. Há um mês, eu, Fátima Fróes, Maria Marighella e nossos filhos Bentos nos abraçamos com nossos cotovelos e pés porque já sabíamos do contágio do coronavírus, mas conversamos tranquilamente enquanto as crianças brincavam, bebemos vinho e fizemos planos para uma próxima reunião. Não imaginávamos que aquela seria a última noite de um mundo que entrou em colapso e nos impôs o maior desafio de nossas vidas: sobreviver a um inimigo invisível que, nesse último mês,

já contabiliza mais de 1.206.480 casos de contágio em 190 países e quase 80 mil mortes – foi a primeira notícia que recebi do mailing da AFP ao acordar às 5h30 nesse domingo absurdamente quente aqui em Salvador.

Sentimentos contraditórios neste 30º dia quarentena: do lamento profundo por essas pessoas e essa tragédia ao *empotecimento* por ter quebrado a primeira regra criada após sete dias de confinamento: entrar em contato com esse mundo em colapso só depois do almoço, lá pelas 14 horas. Como se eu não fizesse parte desse mundo em colapso ou tivesse a possibilidade de escolher não fazer. Como se tudo ainda fosse uma questão de escolha individual e eu pudesse voltar para a vida de antes. Mas qual vida eu tinha antes? Coloco o celular no criado-mudo e começo a respirar com calma numa tentativa patética de controlar a ansiedade e a sensação de aceleração do tempo que chega destruindo quase tudo. Suada, levanto-me da cama para colocar a água do café no fogo, vou até o quarto de Bento só para ouvir sua respiração e resolvo tomar um banho gelado, tentando fazer tudo sempre igual, como se fosse mais um domingo quente em Salvador. Não é, eu sei. Aliás, não existe mais domingo na quarentena, esse dia santo para alguns, dia de descanso para outros, dia ensolarado de praia lotada com amigos e crianças brincando aqui em Salvador e à noite show no Pelourinho ou na Concha Acústica do TCA.

Volto para o domingo possível nesse confinamento e enquanto tomo meu café quente encontro uma mensagem no e-mail profissional enviada no sábado à noite com o pedido de uma declaração da editora que publicou um livro com um artigo meu no ano passado. Fico preocupada. Que tipo de medo ou ansiedade faz alguém conseguir pensar em prazos da plataforma Sucupira com o mundo em colapso e as pessoas morrendo? Que tipo de culpa faz alguém trabalhar em um sábado à noite para cumprir as exigências das avaliações dos Programas de Pós-Graduação depois que as bolsas de pesquisas foram monocraticamente cortadas e quando, provavelmente na mesma hora, o ocupante do MEC estava tuitando preconceitos e agressões contra a China, piorando o maior vexame diplomático com o único país capaz, nesse momento, de fornecer insumos médicos para conter o contágio da pandemia do coronavírus?

Tive vontade de responder o e-mail com um convite para um bate-papo com cerveja e o anexo da notícia sobre a carga de máscaras e ventiladores pulmonares compradas pela Bahia estar presa nos EUA. Só não o fiz porque não queria quebrar mais uma regra que aprendi aqui em Salvador: assuntos profissionais devem ser tratados em horário comercial. Volto às notícias que me enviaram no celular nas últimas doze horas, a terceira regra que criei nessa quarentena: não acordarás de madrugada para fumar e ler as mensagens no celular. Sou do grupo de risco, quase um combo de risco: além de uma doença au-

toimmune na tireoide, continuo fumando alguns cigarrinhos. A sorte é que nos últimos dois anos comecei a correr na academia de ginástica. A má sorte é que não há atenuantes para o coronavírus, qualquer um de nós, todos nós, em maior ou menor grau, seremos atingidos. Que merda. Como vítimas, ou como supervítimas, como é o caso no Brasil.

Começo a ler as notícias dos principais jornais e paro na divulgação da pesquisa sobre a popularidade crescente do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (Democratas), que tem sido constantemente ameaçado de demissão pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, que perdeu alguns apoios no último mês. O dado mais estarrecedor, no entanto, é que 59% dos entrevistados por telefone acham que o presidente não deve renunciar. Paro, respiro fundo e olho para o cigarro: como parar de fumar nesse roteiro de filme B americano que virou esse país desde outubro de 2016? Como controlar a ansiedade e o medo que tem invadido meus dias e noites nessa quarentena porque a pandemia do coronavírus acontece no momento em que aqui, no Brasil, o presidente eleito é um negacionista histriônico que faz da pulção de morte seu modo de governar, negando a realidade, espalhando mentiras, recusando medidas protetivas adotadas no mundo inteiro e colocando em risco a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Como ninguém é capaz de parar esse sujeito? Como conviver com essa parcela da população que é que capaz

de nos matar e/ou morrer pelo presidente desse Estado genocida e suicida? Como sair desse amontoado de tragédias? Sem alternativa, volto às notícias no celular com o barulho da mensagem de uma amiga querendo saber se o PT, nosso partido de filiação, força hegemônica da esquerda brasileira, divulgou alguma nota sobre o chamado “Golpe Branco”, noticiado na imprensa italiana e silenciado na imprensa brasileira, com a presidência operacional controlada pelo Gal. Braga Netto. Nada, nada de nada, até o momento. A única resposta do PT que li nesse domingo foi uma nota protocolar assinada pela Presidente Gleisi Hoffmann, repudiando a admissibilidade do processo de cassação do PT pelo vice-procurador-geral eleitoral, Renato Brill de Goés, divulgado ontem à noite.

É incrível como enquanto o PT elabora notas protocolares de repúdio contra a nova fase do lawfare bolsonarista e contra o pedido de impeachment protocolado por uma trinca de deputados federais corajosos do PSOL, com um milhão de assinaturas, o extinto centrão foi ressuscitado como força política ao fazer resistência ao negacionismo genocida do Bolsonaro protagonizada pelo governador da Bahia, Rui Costa, presidente do Consórcio do Nordeste, que tem tentando manter as relações entre a China e o Consórcio para conter a disseminação do contágio do coronavírus na região. Por isso, é realmente inacreditável ler nesse domingo textos extemporâneos de alguns militantes do meu partido contra a “tutela militar” do general Mourão na possibilidade de acontecer o impea-

chment ou a renúncia do eleito, desconsiderando que essa tutela, esse “Golpe Branco”, já ocorreu quando o gal. Villas Boas ameaçou ao STF antes da prisão do ex-presidente Lula.

É mais incrível ainda ler nesse domingo parte da militância de esquerda repudiar o comentário de Lula reconhecendo o esforço do governador de São Paulo, João Dória Jr., e do prefeito da capital, Bruno Covas, bem como o repúdio ao esforço conjunto do governador da Bahia com o prefeito de Salvador, ACM Neto. Para esse grupo, a pandemia do coronavírus que já matou milhares e promete matar milhões quando atingir as comunidades pobres da periferia do mundo parece não ser uma questão urgente nesse momento. Importante mesmo é enviar mensagem no WhatsApp com a foto de um prato de comida por achar que faz resistência ao jejum oficial ou ao grupo que foi até o Palácio do Planalto rezar e fazer um culto improvisado com o eleito, disseminando ódio à ciência e vírus de toda sorte.

Olho para o relógio do celular e vejo que já são quase 10 horas da manhã. Bentinho ainda dorme o sono de quem não tem a dimensão da tragédia que estamos vivendo. O calor senegalês em Salvador já está quase insuportável e resolvo afastar o suor e algum desencanto com a quase ausência da oposição indo até a janela do quarto e fumar com calma o primeiro cigarro do dia, olhando o mar de uma das praias urbanas mais bonitas da Bahia, aqui em Ondina. Carros passam e pessoas cami-

nham na orla como se o mundo fosse o mesmo de sempre, como se a pandemia fosse apenas uma “gripezinha”, como se eles fossem incontamináveis, que triste. Saudades dos meus. Olho a foto linda com meus três filhos no grupo da família e dou risada ao reler as mensagens que escrevi para minhas filhas mais velhas, mulheres feitas, paulistanas ainda convictas, obrigando-as a virem para cá com minha neta e meu genro para passarem essa quarentena comigo e com Bentinho. Que angústia essa distância, que saudades daquele barulho danado de bom quando estamos reunidos.

Meus vizinhos começam a fazer algum barulho e uma colega também professora da UFBA, moradora do primeiro andar, coloca na radiola uma música linda do Luiz Caldas que cantei e dancei toda prosa e feliz com amigos no último carnaval de Salvador. Vontade de descer e agradecer essa alegria imensa com um abraço forte. Começo a cantar baixinho: *“Eu não sou brocha eu quero uma/ cabrocha para lambadear/ fazer meus filhos depois/ Poder criar, com um pratinho/ na mão um shortinho pra vestir/ e da educação nunca vou desistir/ mademoiselle não pode pensar/ que já não temos tempo a perder/ pra não me encher/ vou lutar/ oba oba/ sou bonito como o apache e o ilê”*. Quanta resistência e luta nesses versos que arrastam multidões nas ruas dessa cidade da Bahia de todos os santos, tantos encantos e inúmeras revoltas. Quanta sedição no carnaval baiano e que sempre foi lida e interpretada na chave preconceituosa da “baianidade” como um modo de viver festivo, porém

atrasado e lento de uma região fornecedora de mão-obra-precária para ser super explorada no Sudeste e lugar de férias de sudestinos apressados.

Impossível olhar para esse mar lindo e não pensar que viver em Salvador, mesmo confinada, é realmente um privilégio. E arrisco escrever: talvez a única saída. *A Bahia é a vanguarda do mundo!*, vaticinou Jorge Amado depois de formular o conceito de “materialismo nagô” - como um bom marxista ortodoxo, porém não dogmático -, no belíssimo filme do Rex Schindler, em 1969, “Bahia, por exemplo”. Não à toa, esse argumento foi retomado quase trinta anos depois pelo geógrafo baiano Milton Santos que, em 1996, publicou o fundamental “A força dos lentos”. Que título fantástico para discutir técnica, espaço e tempo do homem comum, pobre, periférico em um país na periferia, e resistente às forças da globalização, do capitalismo e dessa modernidade que matou a relação subjetiva com o tempo e o espaço e está nos matando por meio desse coronavírus. As lembranças dessas discussões do grupo de pesquisa são interrompidas pelo toque do celular.

Dona Rita, proprietária de um mercadinho no Rio Vermelho, bairro boêmio de Salvador, pergunta como eu e Bento estamos e me avisa que entregará as frutas e verduras em torno do meio-dia. Agradeço, encerro a ligação, olho no relógio do celular: 10h49! Quase disse pra mim mesma “nossa, como as horas passam”, mas esse pensamento ridículo foi boicotado pela lembrança de

um episódio massa e que me marcou profundamente. Estávamos eu e Bento comprando tomates e cebolas no mercadinho da Dona Rita no Rio Vermelho, que fica perto do Acarajé da Dinha e em frente a uma academia de ginástica dos ricos e famosos de Salvador. Dona Rita, proprietária do estabelecimento, estava sentada em frente a caixa registradora, com os pés em uma cadeira e o ventilador praticamente em seu rosto, era março, hora do almoço, um calor sene-galês. De repente, um moço entrou no mercadinho e pediu um lanche na chapa com um refresco. Dona Rita disse que as atendentes estavam almoçando e que era melhor ele procurar outro estabelecimento. O moço insistiu, disse que precisava comer alguma coisa rápida para ir trabalhar, que não tinha tempo pra procurar outro lugar e nem esperar e perguntou: “A senhora não pode se levantar, preparar meu lanche e servir o refresco? Eu vou pagar!”. Dona Rita olhou pra mim, olhou pra ele e respondeu com a máxima autoridade: “poder, eu posso, mas não quero ...”.

A sofisticação de quem não precisou ficar confinada pra aprender que é sim possível limitar a velocidade dos mais velozes, dos mais fortes. Lentos de todo mundo: uni-vos!

9. NEGACIONISMO HISTÓRICO: ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS⁹

Em seu conhecido *A Era dos extremos*, Eric Hobsbawm chamou atenção para a velocidade com a qual o mundo presenciou, ao longo do século 20, as experiências mais radicais de ódio na política, materializadas em crimes de massa perpetrados por Estados autoritários que negavam a humanidade de certos grupos sociais. Esse “breve” século 20 foi também capaz de produzir, segundo o historiador francês Henry Rousso, formas inéditas de negação desses crimes que, tomadas em conjunto, fazem parte do horror e não de fenômenos distintos a ele. Popularizado por Rousso, o termo negacionismo invadiu a cena pública do mundo ocidental do pós-guerra quando alguns indivíduos alcançaram popularidade ao postularem que o extermínio dos judeus havia sido uma gigantesca farsa histórica patrocinada por poderosos interesses políticos e econômicos ligados ao Estado de Israel e ao movimento sionista internacional. Negacionistas como Robert Faurisson, David Irving, Ernst Zundel e Roger Garaudy, entre outros, procuraram legitimar seus lugares no campo intelectual ao afirmarem que suas teses falaciosas eram “revisionismos históricos”, elaborados por meio dos procedimentos metodológicos obri-

gatórios do trabalho do historiador: levantamento e exame crítico das fontes, construção de hipóteses explicativas e formulação de conclusões objetivas.

Ao estabelecerem indevidas relações de equivalência entre as teses negacionistas e o legítimo exercício de revisão historiográfica, alguns setores da imprensa, da política e da comunidade acadêmica da França naturalizaram formas de falsificação do passado que, como demonstrou a historiadora Deborah Lipstadt, não passavam de um “revisionismo ideológico”. No campo da política institucional, o negacionismo fincou raízes no mais importante grupo partidário da extrema-direita francesa, o Front National. Jean-Marie Le Pen, um dos seus fundadores e notório negacionista do Holocausto – processado e condenado em última instância por isso – chegou ao segundo turno das eleições presidenciais de 2002, o que também ocorreu com sua filha, Marine Le Pen, na disputa eleitoral de 2017. Durante a campanha, Marine afirmou que a “nação francesa” não era responsável pela deportação de 13 mil judeus para os campos de concentração, mesmo que a colaboração com o nazismo seja reconhecida pelo estado francês desde 1995. Apesar de derrotada, a candidata do Front National teve quase 35% dos votos, mesmo depois de ser acusada pelo presidente israelense Reuven Rivlin de praticar um “negacionismo de tipo novo” ao negar a responsabilidade da França no Holocausto.

9. Artigo originalmente escrito com o historiador Alexandre Avelar da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e publicado na Revista Cult em 03 de setembro de 2020.

Por outro lado, a comunidade de historiadores prontamente denunciou as implicações éticas e epistemológicas do negacionismo para uma justa memória do passado nazista e para os direitos humanos de uma maneira geral, bem como para o campo histórico, em particular. Em seu já clássico *Assassinos da memória*, Pierre Vidal-Naquet inaugurou um significativo conjunto de obras historiográficas que desmontou as falácias antisemitas e ideológicas produzidas por indivíduos como Robert Faurisson, explicitando que os negacionistas são: revisionistas ideológicos e inescrupulosos falsificadores do passado. Por isso, não tardou para o combate à negação dos horrores do Holocausto atingisse a esfera jurídica. Um dos casos mais notórios foi o do britânico David Irving. No ano 2000, ele não apenas foi derrotado em um processo que moveu contra a historiadora americana Deborah Lipsdat, que o havia chamado de “o mais perigoso falsificador da história”, como foi sentenciado pelo juiz Charles Gray como “antisemita, racista, polemista de direita e pró-nazista”. Lipsdat havia demonstrado, em seu *Denying the Holocaust*, publicado em 1993, que Irving manipulou fontes históricas para negar o papel de Adolf Hitler na morte de milhões de judeus, para diminuir o número dos mortos nos campos de concentração e para afirmar que nenhum judeu perdeu a vida nas câmaras de gás.

Os exemplos citados sugerem pistas importantes para o argumento central deste artigo. A primeira delas é que não se deve simplificar o entendimento

do negacionismo histórico, reduzindo a complexidade do problema ao baixo repertório cultural e intelectual dos falsificadores da história. Mesmo que os negacionistas sejam pessoas moralmente condenáveis, não estamos diante de um problema cognitivo. Parece-nos adequado pensar o negacionismo histórico como o elemento estruturante de uma certa governamentalidade contemporâneas, compreendida, em termos foucaultianos, como um conjunto de instituições, procedimentos, análises e táticas que adquirem sentido e forma quando articuladas pelo negacionismo histórico.

Essa “governamentalidade negacionista” implica o exercício de uma forma específica de poder que tem por alvo um setor – ou setores – da população, cuja eliminação real ou simbólica legitimará as ações violentas de outro setor social organizado em uma “máquina de guerra” – também uma “máquina negacionista” – comandada por um líder que, não raro, se apresenta como antissistema e toma para si a missão de ocupar o Estado, negar sua relevância e centralidade para, ao fim e ao cabo, destruí-lo. Essa forma política parece estar transitando da necropolítica, de acordo com o conceito desenvolvido por Achille Mbembe – na qual o Estado define quem deve viver e quem deve morrer – para o Estado Suicidário, nos termos de Paul Virilio e Vladimir Safatle, um experimento novo em que o Estado é o ator de sua própria destruição na fase terminal do ultraliberalismo.

Chegamos, assim, ao nosso argumento central: considerando o nível de produção material e simbólica das sociedades contemporâneas, de acesso a produtos e serviços, de direitos sociais conquistados por movimentos sociais organizados, de produção científica e de acúmulo político para a redução das desigualdades estruturais, a extrema-direita que viabiliza a necropolítica e o Estado suicidário só consegue ser eleita e se conservar no poder por meio da governamentalidade negacionista, na qual o negacionismo histórico atua como variável determinante.

Não há discordância entre os especialistas sobre o fato de que o momento inaugural do negacionismo se dá no próprio ato de exterminar os indesejáveis de uma determinada sociedade, mas não se encerra nele. A máquina genocidiária também precisa perpetuar o horror para continuar subjugando determinado grupo social, e a maneira mais eficaz é deixar o trauma das vítimas de um genocídio em suspensão, destruindo as condições de possibilidade para que um fato seja pensado como tal. Como aponta o crítico franco-armênio Marc Nichanian, esta negação original é a aniquilação da factualidade do fato, e a negação do direito à memória e da crença de que a escrita da história é o caminho possível para a restituição da experiência pura. Nichanian também chama a atenção para os infundáveis testemunhos e depoimentos dos sobreviventes das diversas formas de terror obedecerem aos perpetradores genocidiários que, a todo

o momento, demandam provas dos crimes por eles praticados e negados.

Na lógica genocidiária, não basta o aniquilamento de milhões de pessoas nos campos de concentração, pois a morte seriada, como destacou o sociólogo argentino Daniel Feierstein, deve se completar no espaço das representações simbólicas por meio de determinados modos de narrar e de representar a experiência do aniquilamento. Essas formas de elaboração devem gerar outros modos de articulação social entre as pessoas, redefinindo identidades e reconfigurando imaginários históricos, os quais, não raro, se traduzem em reações nostálgicas e mitificadas de passados que, mais ou menos distantes, são destituídos de todas as tensões e conflitos sociais. A hipótese que aqui ensaiamos é a de pensar o negacionismo como um destes procedimentos simbólicos responsáveis pela “realização” completa do horror, ao mesmo tempo que se abre para novos horizontes de expectativa.

Um negacionista nunca é apenas um negacionista; é também um ideólogo que diz como deve ser o futuro por meio da falsificação histórica do passado. O negacionismo, segundo Bruno Latour, pode assim ser visto como uma forma de escapismo, de reencantamento do mundo, e uma reação à impossibilidade de fugir de nossa tragédia original na Terra. A simples negação ou o esquecimento absoluto não permitiria a formulação simbólica plena da experiência genocidiária e tampouco constituiria algum tipo de utopia autoritária, objetivo final da

governamentalidade negacionista. Para que haja ampla identificação entre os indivíduos e o desejo de um futuro autoritário e violento, os falsificadores históricos precisam estabelecer relações de equivalência ético-epistemológica entre suas falsificações históricas destituídas de compromisso moral e os depoimentos das vítimas e as produções históricas que denunciam esses genocídios.

Para tanto, os falsificadores do passado precisam mobilizar mecanismos mais subterrâneos de subjetivação negacionista e fortalecer modos implícitos de negação, de acordo com o psicólogo Israel Charny. Ainda que os negacionistas históricos elejam preferencialmente grandes eventos traumáticos, como genocídios e outras formas de horror estatal e violações dos direitos humanos, a forma mais difundida de negação é a chamada “negação inocente”, que pode se manifestar de várias formas. A primeira delas é por meio de um processo psicológico de defesa contra experiências traumáticas, caso do cantor Geraldo Vandré, violentamente torturado, mas que até hoje nega publicamente a existência de tortura nos porões da ditadura civil-militar no Brasil.

A “negação inocente” também ocorre no espaço das opiniões em uma sociedade democrática e plural quando, por exemplo, um programa de televisão quer “ouvir os dois lados” sobre assunto médico e convida um cientista e um negacionista científico, estabelecendo relação de equivalência entre quem tem compromisso com a vida e quem tem

compromisso ideológico com uma extrema-direita cujo negacionismo pode acarretar na morte real e simbólica de milhares de pessoas. Não à toa, entre os teóricos do Direito Penal há relativo consenso em torno da ideia de que a sua não penalização dos negacionistas estimulam falas da nossa trivialidade cotidiana que transformam experiências individuais em negacionismo histórico: “eu estive lá e não era assim como você está dizendo”. Quando amplamente divulgado nas redes sociais e na esfera pública, esse tipo de negacionismo histórico desenvolve e dá forma a um sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade liderada por alguém que mobiliza o ativismo do negacionismo histórico para dar base de sustentação social para governos autoritários dispostos a desautorizar (eliminar) pessoas e falsificar narrativas.

Diante da possibilidade de surgimento de outros regimes autoritários com práticas genocidiárias e do dever ético de evitá-los, os dispositivos jurídicos existentes nos diversos estados europeus foram acionados na formulação das chamadas *Lois Mémoires* que penalizam criminalmente os negacionistas históricos dos crimes de lesa-humanidade. Isso foi possível porque um conjunto articulado de especialistas de diversas áreas, incluindo os do Direito Penal, forneceu contribuições significativas sobre o tema, chamando atenção para o fato de que o “negacionismo histórico” não é um ato a parte do genocídio ou de outra forma de violação dos direitos que se queira negar. Ao contrário, ele é a últi-

ma etapa do genocídio, o que irá perpetuá-lo indefinidamente e, portanto, não pode ser qualificado como uma questão de liberdade de expressão, mas como um problema grave de violação da dignidade humana, a essência dos Direitos Fundamentais.

As leis que criminalizam a negação do Holocausto – e também de outros genocídios – sempre geraram controvérsias entre os historiadores a respeito dos usos da história pelos sistemas judiciais. Para os historiadores franceses contrários à penalização dos negacionistas históricos e signatários do manifesto *Liberté pour l'histoire*, de 2005, as leis memoriais são “indignas” porque: 1) o conhecimento histórico não pode ser instrumentalizado por nenhum poder que lhe seja externo; 2) a judicialização do passado representa uma grave ameaça à liberdade de expressão e ao trabalho de pesquisa; 3) leis contra o racismo e o ódio racial são instrumentos jurídicos já utilizados na condenação de negacionistas, como demonstramos no início deste artigo. A vivacidade do debate sobre a penalização dos negacionistas reatualizou as discussões sobre os limites e as possibilidades entre história e direito. Se considerarmos a vigência da única lei que possui uma norma penal aplicada por juízes na repressão ao negacionismo do Holocausto na França, a Lei Gayssot, de 1990, não parece ter havido qualquer restrição ou ameaça ao trabalho dos historiadores franceses e nada parecido a uma “história oficial” foi instituído.

Ao contrário, pois a Lei Gayssot, não faz mais do que assumir, em seu texto, fatos históricos já estabelecidos, há muito tempo, pelos historiadores.

Assim, para Israel Charny e Daniel Feierstein, a compreensão das diferentes formas de negação é o ponto de partida fundamental para a formulação de campanhas mais eficazes de enfrentamentos em várias esferas dos falsificadores do passado e revisionistas ideológicos – grupos que mobilizam as estruturas fundamentais de sociedades democráticas, como a liberdade de expressão e os princípios do respeito à diversidade e à tolerância, para atacá-la. A penalização jurídica do negacionismo histórico como violação dos Direitos Fundamentais e a urgente necessidade de proibir a divulgação desses conteúdos na esfera pública, portanto, só ocorrerá por meio de políticas públicas elaboradas em parceria por um judiciário comprometido com os princípios republicanos e democráticos e um conjunto de historiadores e sua associação representativa comprometidos eticamente com a dignidade humana.

10. OQUEI, VOCÊS VENCERAM: BATATAS FRITAS!¹⁰

No início da pandemia da Covid-19, Ruy Castro lançou o livro *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20* (Companhia das Letras), requeitando a disputa sobre o início do modernismo na ponte aérea Rio-São Paulo. A tese é divertida: na década de 1920, o Rio de Janeiro não precisava ser modernista, pois, como capital do país, já era moderna havia tempos! Ruy Castro não foi o único a demonstrar que a Semana de 22 e o modernismo paulista da primeira geração construíram um movimento ideológico de transição, mais do que propriamente artístico e estético, com a missão de superar o atraso atribuído à formação do “povo brasileiro” por meio de uma narrativa deslocada da realidade. Nas últimas duas décadas, especialistas de vários matizes têm chamado a atenção para o fato de que o processo de construção de São Paulo como centro político, cultural e econômico do país não tem relação direta com o modernismo. Clement Greenberg foi taxativo em *Arte e cultura: ensaios críticos* (Ática) ao afirmar que o modernismo paulista não teve nada de moderno, apesar de se anunciar hegemônico desde meados do século 20.

Essa pretensão só foi possível em razão de um processo, qualificado por

Pierre Bourdieu de “imposição da taxonomia legítima”, que esteve presente nos bancos da Universidade de São Paulo (USP) por meio de artigos, teses e editoriais publicados por discípulos, especialmente Antônio Candido. Ana Paula Simioni demonstrou no artigo “Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação” que, em 1953, Candido defendeu o pioneirismo de 1922 e do modernismo da primeira geração como marcos fundadores de um processo que superaria o histórico “atraso” brasileiro por meio do resgate de elementos culturais locais, “populares, primitivos e mestiços” e cujo resultado foi chamado pelos paulistas de “cultura nacional”. Ruy Castro questiona esse processo e reivindica o pioneirismo carioca, que teria decorrido da burocracia presente na “metrópole à beira-mar”: o número de cargos da cidade-capital teria levado à absorção de elementos culturais de baianos, cearenses, gaúchos, mineiros, pernambucanos e paulistas, projetando-os para a cena nacional em movimentos como a bossa nova, por exemplo.

O paroquialismo presente na divergência sobre o pioneirismo do modernismo e da modernidade no Brasil explicita o processo de das análises: considerar nacional o conjunto de fenômenos que ocorreram na região Sudeste por meio de um rebaixamento histórico, político e cultural das demais regiões, condensadas na expressão “regionalis-

10. Artigo originalmente escrito com o historiador Alexandre Avelar da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e publicado originalmente na Revista Cult em 05 de março de 2021.

mo". A falácia defendida por parte da intelectualidade sudestina, no pós-ditadura militar, sobre os princípios vanguardistas da primeira geração, só se realizaria completamente com a incorporação de elementos culturais de outras regiões presentes na "literatura regional" – os tais "búfalos do Nordeste", nos termos de Oswald de Andrade (1890-1954) referindo-se à literatura de denúncia de José Lins do Rego (1901-1957) e Jorge Amado (1912-2001), em oposição à transgressão autorreferente da primeira geração do modernismo paulista.

Búfalos e batatas à parte, em 1969, em pleno regime militar, Rex Schindler dirigiu o filme *Bahia*, por exemplo, com depoimentos de Dorival Caymmi, Jorge Amado, Carybé, Gal Costa, Glauber Rocha, Mário Cravo e Caetano Veloso e com cenas de Dona Olga do Alaketu e Mãe Menininha do Gantois – provavelmente o primeiro registro fílmico da ialorixá. A certa altura do filme, o diretor pergunta a Jorge Amado, no quintal da Casa do Rio Vermelho, em Salvador: "A Bahia pode ser considerada a capital cultural do Terceiro Mundo?", ao que o escritor sorriu, chamando atenção para a modernidade do candomblé como resistência e autonomia cultural da população negra escravizada. Comunista, porém não dogmático – graças aos orixás –, Jorge Amado foi ministro de Xangô do Ilê Axé Opô Afonjá e fez parte da geração que lutou contra a invenção sudestina de uma Bahia vocacionalmente lenta, subnutrida e subletrada, retratada como região onde a natureza se sobrepunha à sociedade.

Apesar de não ser nordestino, Rex Schindler era um búfalo que denunciou no cinema o atraso da Bahia como um projeto político. Nas cenas finais de *Bahia*, por exemplo surgem obras de arte moderna, prédios novos, desfile de moda, shows, depoimento de Gal Costa em sua fase mais psicodélica, cantos do candomblé, acarajés, abarás, prédios antigos, negros jogando capoeira, ancestralidade africana nas cerimônias do candomblé e o depoimento de Glauber Rocha ("na Europa, a Bahia é tão conhecida quanto o Brasil!"). O que até hoje é tratado como piada pela grande imprensa com sede no eixo Rio de Janeiro-São Paulo foi um manifesto! A Bahia como metrópole produtora de cultura vanguardista em constante intercâmbio com regiões da Europa, sem a mediação de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Essa tese também está presente no "Manifesto ainda que tardio" (1976) de Rubem Valentim, pintor, escultor, gravurista baiano e também ministro de Xangô do Ilê Axé Opô Afonjá.

Em novembro de 2018, teve início, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), a exposição *Construções afro-atlânticas*, 90o obras de Valentim reunidas por uma curadoria entusiasta da tese de que a primeira geração de modernistas elaborou "um verdadeiro programa para o intelectual e o artista nativo" – como Rubem Valentim foi retratado. Não parece ter sido por outra razão o fato de haver, na porta de entrada da exposição, um banner com um trecho do "Manifesto antropofágico" (1928), em vez de trechos do manifesto escrito pelo próprio artista, contradizendo a visão da curadoria

sobre ele e o significado de sua obra: “Valentim é um dos artistas que, de maneira mais completa e ambiciosa, levou a cabo o projeto antropofágico”. Apesar de o nome da exposição fazer referência a elementos afrodiaspóricos das obras escolhidas, o silenciamento sobre a centralidade do candomblé na vida e na produção do artista é paradigmático da mais completa tradução dos limites do modernismo e da modernidade como sinônimos legitimados pela pujança econômica de uma região.

Rubem Valentim chamou atenção para a pluralidade dos modernismos do Brasil ao reafirmar os valores míticos de uma cultura afro-brasileira mestiça, animista e fetichista de sua linguagem plástico-visual-signográfica: “o peso da Bahia sobre mim – a cultura vivenciada; com sangue negro nas veias – o atavismo; com os olhos abertos para o que se faz no mundo – a contemporaneidade [...] sem se filiar a nenhum dos movimentos ou correntes artísticas estrangeiras ou nacionais”. Foi além ao lutar contra a criminalização do candomblé – assunto de polícia até 1976 – e ao anunciar em suas obras que o não-lugar produzido pela miséria capitalista também gerava uma cultura de resistência presente no Brasil desde a invasão portuguesa. Se concordarmos com a tese de Valentim de que a modernidade também está presente nas diversas formas de resistência – e nós concordamos! – a proposta deste dossiê Brasil: Manifestos é compreendê-lo em seu conjunto como um manifesto: “Sempre fomos modernos”.

Mas essa modernidade, como já indicamos, não se resume aos vencedores que ganharam as batatas porque defenderam o pioneirismo do modernismo paulista da primeira geração de 1922, ou porque seus herdeiros atualizaram essa defesa e, sem subterfúgios, decidiram vincular a comemoração do centenário da Semana de Arte Moderna às comemorações paulistas do bicentenário do 7 de setembro de 1822, o marco oficial para as lutas pela independência do Brasil. Nossa modernidade também não diz respeito à vitória em 2018 dos que se regozijaram com a volta da coluna grega como base da mesa de tampo de vidro, apoiados por quem escolheu ficar acima do muro para decretar o fim dos manifestos ou da política nos manifestos, como provoca Lucio Agra em seu artigo “ManiFesta dos ‘condenados ao moderno”.

Fomos derrotados em 2018, mas este dossiê/manifesto é um ato fundador de sujeitos-coletivos e seus compromissos com outro país. Como na chamada Conjuração Baiana, quando, na manhã de 8 de agosto de 1798, seus partícipes divulgaram boletins manuscritos com duras críticas ao príncipe regente dom João 6º e seus “despóticos ministros” anunciando: “Animai-vos, Povo Bahinense, que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade. O tempo em que todos seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais”. Quem há de negar a modernidade do uso desses vocativos por quatro homens pobres, livres, pardos e negros que afirmaram sua

humanidade no fazer política e não no trabalho escravo?

Somos modernos quando abusamos da crítica social e do tom convocatório das imagens fílmicas presentes no manifesto “Eztetyka da fome”, de Glauber Rocha, analisado por Waltencir Oliveira. Somos modernos quando reafirmamos a africanidade na formação do Brasil tal como aparece no “Manifesto contra o sincretismo religioso” (1983), liderado por Mãe Stella de Oxóssi, assinado pelas principais ialorixás do candomblé da Bahia e discutido por Vilma Reis. Somos modernos quando a vereadora Maria Marighella analisa um poema escrito por seu avô, o deputado e líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN) Carlos Marighella, que, ao responder a uma prova ginásial de Física, nos lembrava que a política está intimamente ligada à arte de liberar as potências da vida.

Justamente por isso, por tudo isso, somos fundamentalmente modernos quando compreendemos que “as coisas calminhas cutucam tanto quanto um tiro na testa”, como nos alerta Fabrícia Jordão ao demonstrar como o artista cearense Leonilson reabilitou e reposicionou os problemas da autonomia, da função social do artista, da especificidade da forma da política e do político na arte. Questões fundamentais para o artista Gustavo Von Ha, cuja obra está à margem dos discursos hegemônicos e, justamente por isso, cheia de potência subversiva, atualizada neste nosso turbulento e distópico presente. Em tempos de nostalgias reacionárias, de corro-

são da democracia e de ressurgência de formas fascistas de gestão da vida social, os manifestos reunidos nesse dossiê não assumem a revelação de uma potência imanente, mas foram pensados em função de seus limites, de seus não-ditos e de sua condição de estar em algum lugar entre teoria e prática, palavra e mundo, texto e ato, produção autoral e indústria cultural. Enfim, um gênero de encruzilhada, de incertezas e de movimento, que não teme assumir seu maior risco: o de realizar-se, transformando-se em história. Boa leitura!

PARTE II: POLÍTICA PARTIDÁRIA

11. VOTOS DO NORDESTE DEVEM DECIDIR AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS¹¹

Dos assuntos mais comentados na semana sobre as eleições, os maiores destaques foram as presenças no nordeste dos candidatos a vice na chapa de Luís Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad (PT) e Manuela D'Ávila (PC do B), bem como do candidato Geraldo Alckmin (PSDB). Tais presenças comprovam o que ficou explícito nas eleições presidenciais anteriores: os votos do nordeste irão decidir eleições de 2018.

Na história recente da república brasileira, o Nordeste teve um papel fundamental na composição das chapas para as eleições presidenciais. Por ocasião da inauguração da transposição do Rio São Francisco e com a então possibilidade de ser preso arbitrariamente e sem provas, Lula levou para o palanque Fernando Haddad e Ciro Gomes, a chapa dos sonhos de gregos, troianos e centristas progressistas de vários matizes.

Com a prisão política do candidato à presidência pelo PT, a presença dos candidatos da chapa PT/PC do B levou milhares de pessoas às ruas de capitais e demais cidades de vários estados do

nordeste, comprovando a possibilidade de algumas candidaturas estaduais de centro esquerda ganharem no primeiro turno: Flávio Dino (PC do B/MA), Rui Costa (PT/BA) e Fátima Bezerra (PT/RN), por exemplo.

Além disso, comprovou também o que as pesquisas divulgaram nesses últimos dias: há um caminho bastante favorável para a transferência de votos do Lula para o chapão Lula/Haddad/Manuela. Essa transferência pode ser comprometida se a coordenação da campanha do PT/PC do B não mobilizar o principal ponto dessas eleições: o legado do Lulismo nacionalmente, destacando suas estruturais diferenças regionais, como articulador de um pacto envolvendo setores progressistas de vários matizes, capaz de inaugurar uma nova era de progresso econômico, político, social e cultural.

A coordenação do chapão PT/PC do B não precisa apostar em estratégias na campanha como a “piada” classista e preconceituosa sobre chamar o Haddad de “Andrade” e a Manuela D’Ávila de “Manuela Grávida” porque é mais fácil para o “povão nordestino” gravar os nomes da chapa petista ao mesmo tempo em que reivindica, com razão, a criação

11. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 06 de setembro de 2018.

de seis Universidades Federais apenas na Bahia.

O Nordeste mudou muito durante os governos petistas. Aqui, em 2013, as manifestações foram por mobilidade urbana e ampliação dos direitos conquistados. O projeto de integração nacional dos governos petistas – o fim do chamado Brasil Profundo – incidiu sobre a nossa histórica desigualdade regional: hoje, o sertanejo e a sertaneja não são mais obrigados a deixar sua terra e família para servir de mão de obra precarizada e super explorada nas capitais do centro-sul. Isso nunca tinha acontecido antes e não parece ser por outra razão que, depois de 2016 e tantas arbitrariedades políticas e jurídicas, a aprovação do PT e de Lula só crescem.

As políticas públicas com contrapartidas, como o Bolsa Família, vários programas de agricultura familiar, a política de valorização do salário mínimo, a construção de um milhão e meio de cisternas (água), milhares de imóveis do “Minha Casa, Minha Vida” e dezenas de Universidades Federais e Institutos Técnicos, entre outras políticas públicas, politizaram uma geração de nordestinos e nordestinas que, não à toa, foi a primeira a sofrer na pele as consequências da Reforma Trabalhista e da Emenda Constitucional do congelamento dos investimentos (gasto é o termo que o golpismo usa) na saúde e na educação, após o golpe de 2016.

Muitas pessoas dessa geração foram as primeiras a cursar a graduação

em uma universidade pública, gratuita, com políticas afirmativas de permanência, ensino de qualidade e bolsas de pesquisas em todas as áreas. As pesquisas de intenção de votos têm demonstrado o resultado dessa politização: a chapa PT/PC do B chega a ter, em alguns estados do nordeste, quase 70% das intenções de votos. Por isso, para desespero do planalto central e de sua base aliada, não está funcionando a estratégia de lançar Henrique Meirelles como candidato fantasia do golpista MDB para distrair a população do vínculo entre os tucanos e a candidatura de Geraldo Alckmin com as reformas golpistas.

Para boa parte da população desse país, o MDB, o DEM, os tucanos do PSDB e Geraldo Alckmin representam o que há de mais atrasado no mundo: malas de dinheiro desviado, o roubo da merenda escolar de crianças pobres, o autoritarismo heteronormativo, o superfaturamento de obras faraônicas e uma geração de políticos velhos e cafonas, que não são nem liberais – pois querem os lucros rápidos do rentismo e o encarceramento da população em situação de miséria que eles mesmo produzem.

Não parece ter sido por outra razão que, além de não ter mobilizado ninguém nas ruas do nordeste, mesmo com a presença anacrônica de coronéis em algumas prefeituras, quando o candidato do golpismo e do PSDB, Geraldo Alckmin, resolveu se fantasiar de Lula com um chapéu de vaqueiro do sertão para tirar fotos e gravar vídeos para a campanha na televisão nas terras de

uma sertaneja que cria cabras. Dona Marluci aparece na gravação falando que votará em Lula! A sabedoria sertaneja de dona Marluci anunciou aquilo que a direita e parte da esquerda fingem desconhecer e que definirá as eleições de 2018: Dona Marluci votará no legado do Lulismo no Nordeste porque não aceitará voltar para o passado de uma pátria tão desigual e tão subtraída. Não aceitará mais viver em um país do centro-sul maravilha às custas da miséria dela e de sua gente. E essa é a grande novidade da política brasileira.

12. A FACA ENTROU NA DEMOCRACIA E DEFLAGROU A DISPUTA ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE¹²

“A faca entrou” é o nome do novo livro publicado no Brasil de Theodore Dalrymple, pseudônimo do médico psiquiatra britânico Anthony Daniels, com larga experiência clínica em países como Zimbábue e Tanzânia, além de atuar em presídios ingleses. Tal experiência é mobilizada pelo autor para criticar no livro os “excessos do comunismo” e aquilo que ele chama de “vitimização fomentada pelo assistencialismo governamental”, transformando-o em referência para nomes como Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé, e livro de cabeceira de onze entre dez liberais.

Não à toa, Daniels esteve em São Paulo em abril desse ano (2018) a convite do Instituto Liberal, quando proferiu palestra para um auditório lotado com 600 pessoas, entre as quais eleitores de João Dória Jr., Geraldo Alckmin, Paulo Skaf e Jair Bolsonaro. No final do evento, alguns presentes gritaram as palavras de ordem: “Fora, petralhas” e “Fora Lula, Fora PT”. “Petralha” é o termo usado para designar pejorativamente membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e para criminalizar as políticas dos governos petistas durante o período de 2003 a 2013, no qual o Estado de Bem Estar Social se consolidou por meio de planos, projetos e políticas de integração nacional, reparação social e de transferência de renda com contrapartida, tirando 40 milhões de pessoas da miséria absoluta e diminuindo as históricas desigualdades brasileiras do chamado “Brasil profundo”.

Esse mesmo Estado durante os governos petistas, no entanto, também foi responsável pelo “capitalismo de conciliação”: a melhoria substancial de todas as classes sociais, incluindo a classe dominante nas figuras de banqueiros, empresários e os responsáveis pelos “campeões” nacional. Isso explica o fato de que a maioria dos políticos que vociferaram o termo “petralha” tenha sido base aliada dos governos petistas desde 2003, entre eles o Deputado Federal e presidente, Jair Bolsonaro. Há duas semanas, durante um comício no Acre, o mesmo presidente simulou descarregar um fuzil ao tempo em que gritava que

“vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre”. Não foi a primeira manifestação de ódio contra os membros do Partido dos Trabalhadores de Jair Bolsonaro. Também não foi a primeira vez que a imprensa e a justiça brasileiras foram lenientes com a apologia à violência escancarada pela campanha da extrema direita e mobilizada pela grande imprensa desde 2013.

Na semana que passou, por exemplo, o PT entrou com processo contra o Deputado Federal por injúria eleitoral, incitação ao crime e ameaça, mas a Procuradora Geral da República, Rachel Dodge, não só descartou o crime de injúria eleitoral por “tratar-se de ofender alguém na campanha” (o presidenciável estava fazendo comício!), como afirmou que “o termo petralhada não personifica ninguém”. Quando o judiciário e parte da sociedade brasileira fazem de conta que está tudo bem ameaçar de morte publicamente a oposição política e que as instituições estão funcionando mesmo com a violência e o ódio de ocasião mobilizados pela campanha da extrema direita no Brasil, todos nós perdemos, e não é pouco, com a naturalização da barbárie.

A começar pelo próprio presidenciável Jair Bolsonaro que, infelizmente, na semana que passou, foi esfaqueado durante a campanha nas ruas de Juiz de Fora em um ato violento e inadmissível, amplamente repudiado e prontamente investigado. Como o agressor foi preso em flagrante, parte da imprensa descobriu que ele foi filiado ao PSOL e tratou de buscar os vínculos entre a violência do agressor e sua militância, criminali-

zando mais uma vez o exercício político da esquerda brasileira. Marina da Silva, novamente presidenciável em 2018, não demorou a declarar que o atentado a Jair Bolsonaro foi um ataque à democracia e por meio de um feminismo de ocasião conclamou as mulheres a defendê-la, mas a ex-senadora nunca repudiou publicamente as declarações de Jair Bolsonaro elogiando os feitos findos do torturador Brilhante Ustra e desejando que a ex-presidenta Dilma Rousseff morresse de câncer durante o impeachment/golpe de 2016.

O presidenciável do PSL, por sua vez, após sair da zona de risco de morte, na primeira oportunidade deixou-se fotografar simulando fuzilar outrem, respondendo com a violência que lhe é usual, e recendo o colega pastor Silas Malafaia que rapidamente atribuiu a autoria do atentado aos petistas mineiros. Após o condenável atentado, grupos de extrema direita se manifestaram pelo país: usaram verde e amarelo, cantaram o hino nacional, rezaram pela saúde de Jair Bolsonaro, pediram “direitos humanos para humanos direitos” e ameaçaram de morte “petralhas” e opositores políticos que repetem “Eu sou Lula” cuja frase foi proibida pelo ministro Luís Felipe Salomão, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por considerá-la uma “afronta” à decisão do colegiado pela impugnação da candidatura de Lula.

No mesmo final de semana, no jornal Valor, o cientista político estadunidense Steven Levitsky, da Universidade de Harvard, afirmou que participou de um encontro fechado com 15 empresá-

rios brasileiros que juntos concentram boa parte do nosso PIB e todos eles declararam apoiar Jair Bolsonaro (PSL) contra Fernando Haddad (PT) no segundo turno. No domingo, dia 9, o Comandante do Exército Brasileiro, general Villas Boas, afirmou em entrevista exclusiva ao jornal O Estado de São Paulo que o atentado a Jair Bolsonaro pode questionar a legitimidade do novo governo eleito no Brasil e que as forças armadas serão mobilizadas para a manutenção da “estabilidade democrática” no país em eventual deflagração de conflito em razão do resultado das eleições de 2018.

No início dessa segunda-feira, o sítio da InfoMoney publicou o resultado de uma nova pesquisa FSB/BTG após o atentado: Jair Bolsonaro sobe de 26% para 30% das intenções de voto, conquistando consolidada posição no segundo turno enquanto os demais candidatos a segunda vaga aparecem “tecnicamente empatados” nessa nova categoria heurística criada pelos institutos de pesquisa nessas eleições de 2018. Seja como for, “a faca entrou” no corpo de um presidencial e na essência de nosso Estado Democrático, e explicitou aquilo que não poderá ser negado daqui a algumas décadas por desconhecimento ou distração pelos apoiadores da política da violência e do ódio: as eleições de 2018 representam a disputa entre a civilização e a barbárie. Entre o Estado Democrático de Direito e o Estado de Exceção. Entre a Democracia e o Fascismo, enfim.

13. O MILITARISMO E O ANTIPETISMO PODEM SER DERROTADOS NAS ELEIÇÕES?¹³

Desde as manifestações de 2013, a sociedade brasileira tem presenciado um número crescente de pessoas pedindo a volta da ditadura militar no país, por meio da justificativa falaciosa de combater o “perigo comunista” na América Latina e sua “intrínseca corrupção generalizada e degenerativa”. Estas são duas pautas históricas mobilizadas pela classe dominante para afastar o exercício político da classe trabalhadora e a consolidação de um Estado de Bem-estar Social para combater as desigualdades estruturais, como ocorreu nos governos petistas. Não por acaso, na conjuntura atual, setores da imprensa fizeram questão de associar o anticomunismo ao antipetismo e fortalecer a ideia de que esse só será defenestrado da face da terra por meio do militarismo, que se aliou e tem se expressado por meio do fascismo, com a candidatura da chapa de Jair Bolsonaro, tendo como vice o general da reserva Hamilton Mourão.

Com o golpe de 2016, com um governo às voltas de corrupção com provas e reprovado pela imensa maioria da população brasileira, Michel Temer terceirizou a articulação política de seu mandato tampão ao general da reserva Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional

13. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 17 de setembro de 2018.

(GSI) da Presidência. Entre outras funções, precisou gerenciar crises, como a intervenção militar no Rio de Janeiro e a greve dos caminhoneiros. De lá para cá, foram várias as manifestações públicas de militares da ativa e da reserva sobre a situação política do país, de sorte que o comandante do Exército, general Villas Bôas convocou os principais presidenciais de 2018 para serem sabatinados sobre o futuro político do país na caserna.

Algo inédito desde o processo de redemocratização do Brasil, essas aparições públicas dos militares, com apoio de parte da população e da imprensa engajada no golpe de 2016, consolidou-os como variável importante do espectro político brasileiro. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, no início de setembro, Villas Bôas não se constrangeu ao anunciar a possibilidade de questionar a legitimidade das eleições de 2018 caso o resultado não agrade um grupo das Forças Armadas. Por muito menos, na mesma semana, o comandante em chefe do Exército do Uruguai, Guido Manini Ríos, foi preso por 30 dias por desrespeitar a hierarquia dos poderes e opinar sobre um projeto de lei proposto pelo governo de Tabaré Vázquez.

Seja como for, está cada vez mais explícita a fase política que nos espera no pós-eleição. Com Jair Bolsonaro fora da campanha no primeiro e no segundo turnos em razão do ataque sofrido em Juiz de Fora, o candidato a vice e general da reserva Hamilton Mourão entrou com pedido no TSE para ocupar a cabeça da chapa em debates e entrevistas. Sabe-se

que jamais um capitão irá questionar a ordem de um general, sobretudo se esse mesmo general aproveitar a oportunidade aberta pelo ataque para anunciar o descontentamento do Exército com a Constituição Cidadã de 1988 e seu projeto de uma nova Constituição cujo texto deverá ser elaborado por um grupo de “homens notáveis” escolhido pelos militares e, só depois, submetido ao Congresso Nacional para “apreciação”.

Não se enganem com a liturgia do golpe deflagrado em 1964, senhoras e senhores, pois agora os militares ligados ao general Mourão estão mobilizando um dos principais dispositivos da democracia moderna, que é o voto, para legitimarem a instauração de um Estado autoritário. No programa “Painel” da Globonews, um dos canais pagos mais engajados no golpe de 2016, com a participação do ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, do professor Wanderley Messias Costa e do general Rocha Paiva, que, além de reivindicar os militares como força política necessária para o país, subscreveu ao teor da entrevista do general Villas Bôas em relação à possibilidade de intervenção militar caso os presidenciais Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) sejam eleitos. Afirmou ainda a necessidade urgente de uma nova Constituição “elaborada por gente competente e que não tenha tantos direitos, mas vários deveres”. Assim, como explicar o recrudescimento político do setor do Exército ligado ao general Villas Bôas na reta final das eleições?

Algumas hipóteses e um caminho.

1. O criminoso ataque contra Jair Bolsonaro se configurou como força política apenas para o general Mourão.

2. A maioria da população já sabe que o antipetismo como sinônimo de anticomunismo não encontra paralelo nos governos petistas.

3. Depois que o PT anunciou Fernando Haddad como candidato à Presidência e Manuela D'Ávila como vice, o crescente processo de transferência de votos de Lula comprovou o acerto da tática política petista. Depois de três dias de campanha, já existe a possibilidade de Haddad vencer Bolsonaro no primeiro turno em algumas regiões, como no Nordeste e no Norte, conforme pesquisa divulgada pelo Datafolha da última sexta (14).

Por fim, no final de tarde deste domingo (16), a família de Bolsonaro divulgou um vídeo nas redes sociais no qual o candidato reconheceu a sua derrota para o general da reserva Hamilton Mourão, reafirmou seu compromisso com o projeto de país autoritário e fascista, conclamou seus pares militares a barrarem a “venezualização” do Brasil com a possibilidade de o PT vencer as eleições e denunciou uma “fraude prospectiva”: se ele não for eleito presidente em 2018 é porque o PT “fraudou as eleições”. O candidato silenciou sobre algo que sur-

giu espontaneamente nos últimos dias e que já se configura como a maior saída da crise política e esperança de um país democrático: diante de inúmeros atos violentos e discursos de ódio do presidencial, dois milhões e quinhentas mil mulheres se organizaram nas redes sociais em uma campanha nacional para barrar o fascismo e o autoritarismo que ameaçam o país desde 2013, com um ato de protesto nacional marcado para o próximo 29 de setembro.

É sabido que o fascismo e o autoritarismo dos militares não serão derrotados nas eleições de 2018, até porque se Jair Bolsonaro, Geraldo Alckmin ou Marina Silva não ganharem as eleições, teremos um país rachado como no final de 2014. No entanto, a conjuntura mudou e a realidade tem demonstrado que poderemos revogar os danos das reformas golpistas, as perdas dos direitos sociais conquistados e uma relativa harmonia entre os que têm opiniões distintas sobre o mundo se os presidencialistas do campo progressista se inspirarem na Revolução Severina. Ela é formada por milhões de mulheres, nordestinos e nordestinas que barrará o fascismo e, no segundo turno, formará uma frente antifascista e pelo fortalecimento da democracia brasileira, apoiado pela maioria da população.

A considerar a manifestação de milhares de pessoas da cidade de São Paulo neste domingo (16), na Avenida Paulista, a favor da chapa de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, podemos concluir: ele e eles não passarão!

14. O “PAU NA MESA” NAS ELEIÇÕES DE 2018: FEMINISMO, MACHISMO E FASCISMO ¹⁴

Toda mulher que ocupa espaços de representação na esfera pública passa por situações constrangedoras e violentas. A esfera pública, em qualquer lugar do mundo, é pensada como um espaço de predominância masculina com códigos de conduta, vestimenta e mecanismos de qualidade performática, sobretudo na política: via de regra, exige-se que a mulher demonstre controle, força, certezas, sobriedades, introspecção – isto é, que ela reproduza características consideradas masculinas e apague definitivamente as consideradas femininas se ela quiser ter vida longa nesses espaços. No Brasil, as mulheres que ocuparam e ocupam protagonismos na política são diariamente constrangidas publicamente por serem mulheres.

Quem não se lembra da entrevista de Jô Soares com a ex-prefeita Marta Suplicy na qual ele perguntou se ela usava calcinhas vermelhas e ela respondeu se o entrevistador também sentia curiosidade sobre a cor das cuecas do então prefeito do Rio de Janeiro. Quem não se lembra dos constrangimentos diários sofridos pela ex-presidenta Dilma Rousseff, que teve a vida devassada e viu sua sexualidade e sua glândula tireoide virarem capas de uma revista de grande circulação nacional. Sem contar a violência que

ela sofreu em rede internacional durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo, em 2014.

Aliás, durante o processo de impeachment/golpe, o deputado federal e presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) votou pela cassação da presidenta em homenagem ao torturador confesso da mesma: Brilhante Ustra. Durante uma entrevista ao vivo para a Rede TV, em 2008, o deputado Bolsonaro e a deputada Maria do Rosário se desentenderam e ele afirmou em rede nacional que não estupraria a deputada porque ela não merecia. Indignada, a deputada se aproximou dele, que a empurrou e a chamou de vagabunda. Em 2013, esse mesmo deputado e atual presidenciável vociferou na tribuna contra a presidenta Dilma Rousseff por ela ter nomeado uma “sapatona”, Eleonora Menicucci, para Ministra das Mulheres. A ficha corrida do presidenciável é extensa e está disponível nas redes sociais.

O fato é que em razão de discursos cada vez mais odiosos e violentos contra as mulheres e as chamadas minorias, e pelo risco de Jair Bolsonaro ser eleito em 2018 foi que, em poucos dias, quase três milhões de mulheres do país inteiro deflagraram espontaneamente o movimento “#EleNão” na tentativa de esclarecer à população sobre os riscos de o país ser governado por alguém que fletta explicitamente com o fascismo, com a tortura, com o sexismo, com o machismo e com todo tipo de preconceito. Esse

14. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 24 de setembro de 2018.

movimento não parou de ganhar adeptos, de sorte que a manifestação marcada para o próximo dia 29 de setembro, no país inteiro, já conta com apoio de amplos setores da sociedade civil organizada, incluindo alguns setores que também apoiaram o impeachment/golpe de 2016.

Desde então, pesquisas com 30% da população brasileira apoiando o fascismo de Jair Bolsonaro e a ampla maioria no Nordeste fazendo oposição ao bolsonarismo têm pautado as análises que afirmam que as mulheres e xs nordestinx são a esperança nas eleições de 2018 ao tempo em que a grande imprensa tem tentado barrar a vitória de Fernando Haddad ao conclamar os demais presidenciáveis para uma Frente Ampla Antifascista no 1º turno em torno da candidatura de Ciro Gomes (PDT), que na última semana mereceu a capa da Revista Época como a única alternativa à polarização política do país, capaz de derrotar Jair Bolsonaro. A tese de Ciro Gomes como alternativa ao bolsonarismo não se sustenta.

Primeiro porque, segundo as pesquisas divulgadas diariamente desde a oficialização da chapa PT/PC do B, Fernando Haddad (PT) é o único candidato com forças políticas reais e crescentes de disputar o segundo turno com um projeto republicano e democrática capaz de derrotar o fascismo bolsonarista em 2018. Não se trata, contudo, de uma questão de número de votos, pois o fascismo não se derrota nas urnas, uma vez que ele é também um modo de organi-

zar a vida dos indivíduos em sociedade. Justamente por isso, a violência fascista é uma escalada que vai sendo naturalizada à medida de sua radicalidade: no caso brasileiro, a masculinidade branca, heteronormativa e viril tem sido mobilizada para domesticar o que surge como dissidente e fora da ordem.

E esse tipo de violência, infelizmente, não é privilégio do fascismo bolsonarista, que deve ser combativo de todas as formas. Ele é legado do escravismo e faz parte do cotidiano: na última sexta-feira (21), em entrevista à Rádio Autêntica Favela, em Belo Horizonte, Ciro Gomes afirmou: “O PCC usa essa meninada do GDE (facção do Ceará) e coloca uma metralhadora na mão dele, um fuzil pesado, e aquele menino que talvez o pau seja pequeno, acha que aquele fuzil pode ser o pau grande que ele não tem”. Esse não foi o único e provavelmente não será o último destemperado do candidato durante a campanha de 2018. No entanto, boa parte da imprensa brasileira, das mulheres do #EleNão e de setores da esquerda adeptos do voto útil: compram a imagem de Ciro Gomes como o candidato da conciliação por meio de um “pacto social” que irá findar a polarização entre petistas e antipetistas, entre civilização e barbárie.

Não se trata de estabelecer relações rasas de equivalência entre Jair Bolsonaro e Ciro Gomes. Trata-se, ao contrário, de explicitar o grau de violência da sociedade brasileira e o complexo desafio do movimento feminista #EleNão. Precisamos derrotar o bolsona-

rismo nessas eleições, mas também precisamos derrotar na longa duração essa razão masculina de ascensão ao poder que travestida em civilização acaba mobilizando a heteronormatividade branca e viril da bravata e do “pau na mesa” do “cabra macho” para a manutenção do status quo no Brasil e sua intrínseca violência que é também barbárie. Por isso, nessa eleição devemos votar em candidaturas negras e feministas, e na chapa composta por um homem e uma mulher que sabem que política é também subjetividades, diversidades, parcialidades, feminismos, maternidades monoparentais, corpos, afetos.

15. DA REVOLUÇÃO SEVERINA AO #ELENÃO: A POLITIZAÇÃO DAS MULHERES¹⁵

Sábado, 29 de setembro de 2018, 14h30, Salvador (BA). Uma multidão de pessoas chegando à Praça do Campo Grande para a manifestação contra o candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL), conhecida pela palavra de ordem “#EleNão”. Nas redes sociais, o #EleNão é um movimento articulado por três milhões de mulheres com o objetivo de barrar o fascismo representado por essa candidatura e com potencial para ir além das manifestações do último sábado, pois quem participou das manifestações

viu que não há mais como calar a voz ativa e ativa das mulheres brasileiras.

Das tantas cenas lindas e emocionantes que presenciei, das tantas mulheres que conheci e cujas lutas reconheci como minhas também, dona Amália foi quem mais me emocionou: dezenas de mulheres caminhavam para a Praça do Campo Grande quando uma [caminhone] SUV passou em alta velocidade e o motorista gritou: “Bolsonaro é mito, suas vagabundas”. No auge dos seus 73 anos, dona Amália respondeu brava: “vagabundo é seu pai que não te ensinou a respeitar uma mulher”.

Rimos alto, quase antecipando a catarse que ocorreria nas horas seguintes daquela manifestação inesquecível. Foi quando aquela senhora forte me perguntou: “você combate qual tipo de Bolsonaro?”. Antes que eu respondesse aquela pergunta inesperada, ela me contou brevemente sua história. Nascida em Cícero Dantas – antiga Bom Sucesso –, cidade do semiárido da Bahia que carrega o nome de um antigo e poderoso coronel local, dona Amália é a sétima filha de nove irmãos, cuja mãe morreu precocemente por falta de atendimento médico na cidade. Aos 10 anos, seu pai a entregou para uma família importante de Salvador com a promessa de que ela estudaria enquanto “ajudaria nos serviços domésticos da casa”. “Essa era a sina de muitas de nós do sertão”, disse-me dona Amália, que não estudou, trabalhou sem hora para iniciar e terminar,

15. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 01 de outubro de 2018.

sofreu todo tipo de humilhação, passou fome, chorou muito “até encontrar o pai dos meus filhos, aquele traste”.

Dona Amália conheceu Joseilton em um forró na Cidade Baixa e depois de seis meses de namoro se casaram e tiveram três filhos. O casamento foi feliz até Joseilton ser demitido, começar a beber e a ser muito violento. “Era pinga e porrada toda noite, e larguei aquele traste depois que passei a receber o [benefício] Bolsa Família de quase R\$ 50”. Com esse valor, dona Amália fugiu de casa com seus filhos e foi morar com uma amiga em um bairro longe de Salvador, chamado Valéria. Começou a fazer faxina diariamente e voltou a estudar à noite.

Com o passar do tempo, o valor do Bolsa Família passou para R\$ 210 e dona Amália começou a construir a sua laje e “amarrou as trompas” logo depois do divórcio e de se casar pela segunda vez com um “homem bom”, que se encontraria com ela na manifestação depois que ele saísse do trabalho. Caminhei até a Praça do Campo ouvindo a história de vida da sertaneja guerreira e ela me disse: “cada uma de nós está aqui lutando contra um Bolsonaro. O meu é esse: não quero que esse monstro tire o Bolsa Família de mulheres como eu porque isso significou uma revolução na minha vida”.

Durante os governos petistas, a renda mensal repassada a 93% de mulheres responsáveis pelo Cartão Cidadão do Bolsa Família libertou-as das várias violências de uma vida em constante

transitoriedade geográfica, econômica, emocional, efetiva. A estabilidade de uma renda fixa, por menor que seja – e é preciso ser muito miserável para que R\$ 210 faça diferença na vida de alguém -, possibilitou que mulheres sertanejas planejassem suas vidas, suas maternidades e suas afetividades.

Novos sentimentos, novas experiências, novos movimentos e a politização das sertanejas/severinas não tem mais volta, felizmente. Foi o que se viu na manifestação antifascista e antibolsonarista no sábado aqui em Salvador, na maior parte do país e em vários lugares do mundo. Muitas delas gritavam: “Éramos felizes e sabíamos! #EleNão para o Brasil voltar a ser feliz de novo!” Embora a frase seja o slogan da campanha do presidente Fernando Haddad (PT), o que se viu no sábado aqui em Salvador foi uma manifestação com 100 mil pessoas, entre as quais mulheres de todos os credos, classes sociais e partidos políticos, conferindo uma enorme diversidade e um caráter altamente politizado da manifestação.

Diferentemente de 2013, a manifestação #EleNão contou com a presença de vários partidos e com inúmeras campanhas nas ruas, especialmente de mulheres candidatas ao Legislativo. As organizadoras fizeram questão de marcar posição sobre o caráter suprapartidário do movimento e não apartidário, pois uma das principais demandas do movimento é por mais mulheres progressistas ocupando espaços de representação, nas estruturas internas do Estado.

Nós soubemos que aquela manifestação seria inesquecível para a Bahia quando o trio elétrico de Daniela Mercury deu os primeiros acordes de uma guitarra baiana, acompanhada por milhares de mulheres cantando a versão brasileira da histórica canção antifascista “Bela Ciao” e depois pela palavra de ordem “#EleNão”, repetida incontáveis vezes por uma multidão linda e combativa contra a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) e tudo o que significa de retrocesso em direitos conquistados, o que significa de miséria, ódio, violência, machismo, obscurantismo e de ameaça do fascismo no Brasil. Vinte e quatro horas depois das manifestações que levaram quase três milhões de pessoas às ruas de todo país, o #EleNão já é a maior manifestação feminista da história brasileira. Que o movimento tenha vida longa e seja o ponto de partida para a nossa Revolução Severina, um país democrático e diverso para todas e todos.

16. O CINTURÃO PROGRESSISTA NO NORDESTE E O LULISMO COMO OPOSIÇÃO AO FASCISMO¹⁶

O resultado do 1º turno das eleições de 2018 deixou muita gente perplexa e desanimada. Se é verdade que as pesquisas confirmaram a tendência para

a eleição presidencial com Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno, isso não ocorreu com o legislativo brasileiro. Políticos com respeitáveis trajetórias, como Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Chico Alencar, Dilma Rousseff entre tantos deputados, não foram eleitos, dando lugar a novos agentes que vão desde as subcelebridades das manifestações de 2015 contra o governo do PT, como Alexandre Frota e Kim Kataguri, e uma bancada imensa no empuxo da Lava Jato.

De acordo com os dados disponibilizados pelo TSE, se compararmos o resultado das eleições do legislativo em 2014 e 2018, políticos implicados na Lava Jato e com protagonismo no golpe/impeachment da Presidenta Dilma também não foram eleitos: Magno Malta, Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima. A grande imprensa tem elogiado a mudança de perfil dos políticos eleitos como um dos desdobramentos das manifestações de 2013, mas omite a representatividade dos novos eleitos. O número de policiais e militares eleitos para as assembleias, câmara e senado pulou de 18 para 73, muitos deles do PSL das regiões centro-sul do país ao tempo em que o PT elegeu a maior bancada do congresso com 57 deputados, a maioria das regiões norte e nordeste.

Segundo a declaração de bens dos candidatos eleitos no 1º turno, dos 567 parlamentares 48,85% tem patrimônio superior a R\$ 1 milhão, sendo que no

16. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 11 de outubro em 2018.

senado federal a proporção é de dois em cada três senadores com patrimônio médio de R\$ 2 milhões. De acordo com o site de notícias UOL “um dado curioso é que, nas duas Casas. Os políticos mais ricos [eleitos] se apresentaram ao eleitor como professores, [mas] ambos são grandes empresários da educação”. Além disso, cumpre destacar que entre os governadores eleitos no 1º turno e as pesquisas sobre a disputa no 2º turno: é possível afirmar que o país sairá novamente rachado das eleições de 2018, com um cinturão progressista nas regiões norte/nordeste e conservador/autoritário no centro-sul.

Muitos analistas políticos têm afirmado que essa “polarização”, pra usar um termo da moda cunhado pelos isentos, ocorre desde as eleições de 2014, com a presidenta Dilma Rousseff (PT) eleita e Aécio Neves (PSDB) contestando o resultado das eleições. No entanto, chamo atenção para o fato de que essa polarização política ocorre desde as manifestações de 2013: há uma diferença substancial nas manifestações ocorridas no centro-sul em junho de 2013, pedindo “Fora Todos”, e nas manifestações contra o aumento da tarifa no restante do país, especialmente no Nordeste – pois a diferença quantitativa de participantes e qualitativa de demandas são gritantes.

O que explica essas diferenças e as polarizações políticas nos últimos processos eleitorais é a assimetria do Lulismo no país. Pode-se afirmar com alguma tranquilidade que o resultado das eleições de 2018 seria outro se Luís

Inácio Lula da Silva não tivesse sido preso arbitrariamente e tivesse concorrido. Lula é um sertanejo que virou um operário líder sindical, o que explica muito sobre o Lulismo e o movimento político de Lula nos dois mandatos, com destaque para a sua imensa capacidade de negociação e conciliação forjadas nas lutas do chão da fábrica e nas ruas e seu projeto de integração nacional e fim do chamado “Brasil Profundo”. Entre 2003 e 2013, o Nordeste teve índice de crescimento de 4,1% ao ano, enquanto o país ficou na marca de 3,3%, de acordo com o Banco Central. Só no ano de 2012, por exemplo, a economia local cresceu o triplo da brasileira. Em 2014, a região passou a ser a segunda maior em consumo, atrás apenas do Sudeste, e corresponde a 13,8% da economia nacional.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2012, o nordestino teve o maior ganho de renda entre todas as regiões, o que fez com que a participação da base da pirâmide social caísse de 66% para 45%. Tudo isso fez com que a classe média deixasse de representar apenas 28% da população nordestina em 2002, para ser 45% em 2012. As ações dos governos petistas para a região também geraram empregos: em 2002, apenas cinco milhões de nordestinos tinham emprego formal. Já em 2013, esse número passou para quase nove milhões. Em 2002, quando o presidente Lula foi eleito, mais de 21,4 milhões de nordestinos viviam em situação de pobreza. Em 2012, esse número caiu para 9,6 milhões, segundo

estudo da Fundação Perseu Abramo, com base em dados do IBGE.

Por isso, a importância do programa Bolsa Família para a região, que chegou a ter mais de 35 milhões de pessoas e 7 milhões de famílias beneficiadas pelo maior programa de transferência de renda com contrapartidas: filhos na creche, mulheres com acompanhamento ginecológico e planejamento familiar. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Nordeste tinha 413.709 universitários. Em 2012, esse número saltou para 1.434.825. O número de cursos de doutorado e mestrado também cresceu 33% entre 2010 e 2012 no Nordeste. Com isso, a região ultrapassou o Sul e passou a segunda com maior número de estudantes do ensino superior – 20% do total –, atrás apenas do Sudeste. Sete das 18 universidades criadas nas gestões petistas estão no Nordeste. Apenas quando o Partido dos Trabalhadores chegou à Presidência da República, ações concretas para afastar o fantasma da seca no Nordeste foram realizadas: 1,2 milhão de cisternas foram construídas para consumo humano, pelo o Programa Água para Todos, garantindo água a 22 milhões de sertanejos ao tempo em que para levar acesso à eletricidade de forma gratuita, o governo Lula criou o programa Luz para Todos. Apenas no Nordeste, o programa já tinha atendido, até 2015, mais de 1,5 milhão de famílias, beneficiando cerca de 7,5 milhões de pessoas (PNAD).

Para quem vive nessas regiões, esses programas, entre outros, resultaram

em uma melhoria de vida concreta que foi acompanhada por um processo intenso de politização da importância do Estado Brasileiro no combate às desigualdades econômicas e às assimetrias regionais. Isso significa afirmar que metade da população deu um recado claro nas eleições majoritárias de 2014 e primeiro turno das eleições de 2018: o Lulismo efetivado no Norte e no Nordeste é o ponto de partida de qualquer programa de governo daqui pra frente e assim por diante. Não à toa, esse reformismo de alto impacto dessas regiões tem sido a maior resistência ao processo de fascistização no Brasil. Também tem sido no Nordeste as manifestações mais violentas contra os que votaram no candidato à presidência do PT, Fernando Haddad, como ocorreu com o Mestre Moa do Badauê, assassinado com 12 facadas por uma pessoa sem antecedentes criminais.

Certo está o candidato Fernando Haddad (PT) que tentou sem sucesso um pacto ético e pacífico com o candidato Jair Bolsonaro (PSL), que além de não aceitar, chamou Fernando Haddad de “canalha”. A sociedade brasileira precisa entender que o que está em jogo, com a fascistização de 30% dos eleitores, é a própria democracia.

Só em um regime democrático fortalecido poderemos construir as bases para um regime que Boaventura de Souza Santos define como pacífico e democrático, firmado na complementaridade entre as democracias representativa e participativa; modo de produção menos assente na propriedade estatal

dos meios de produção do que na associação de produtores; regime misto de propriedade onde coexistem a propriedade privada, estatal e coletiva (cooperativa).

Um Estado que saiba competir com o capitalismo na geração de riqueza e lhe seja superior no respeito pela natureza e na justiça distributiva; nova forma de Estado experimental, mais descentralizada e transparente, de modo a facilitar o controle público do Estado e a criação de espaços públicos não estatais; reconhecimento da interculturalidade e da plurinacionalidade (onde for caso disso); luta permanente contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da lealdade partidária; promoção da educação, dos conhecimentos (científicos e outros) e do fim das discriminações sexuais, raciais e religiosas como prioridades governativas.

17. A ONDA E A SOLUÇÃO FINAL DO FASCISMO BRASILEIRO: AS ELEIÇÕES 2018¹⁷

Em 1º de novembro de 2014, durante uma manifestação contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, recém-eleita, o então deputado federal

eleito Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente Jair Bolsonaro, parabenizou o Polícia Militar de São Paulo por agir com violência apenas contra quem “não teve educação em casa”. Na ocasião, Eduardo Bolsonaro gritava “Fora Cuba, fora PT” com uma arma na cintura enquanto manifestantes entravam em uma catarse coletiva com o hino nacional, ameaçavam as pessoas e gritavam enfurecidos: “nossa bandeira jamais será vermelha”, “morram petistas de merda”, “fora comunistas”. Essas imagens foram capas em vários jornais do país, foram transmitidas ao vivo e retransmitidas à exaustão em rede nacional pela TV Globo. O Judiciário brasileiro não se manifestou a respeito.

Nas manifestações de 15 de março de 2015, no Rio de Janeiro, um homem que vestia uma camiseta do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) foi expulso por manifestantes em Copacabana aos gritos de “vai pra Cuba”, “morram, petistas”. Em Brasília, manifestantes carregavam uma faixa com a suástica nazista e pedia: “Fora Paulo Freire!”, “volta ditadura militar”. Enquanto seguiam as transmissões ao vivo das manifestações que os comentaristas da GloboNews qualificavam de “pacíficas” e “frequentadas por gente bonita”, as redes sociais exibiam imagens de ódio como uma foto de bonecos de Lula e Dilma enforcados em um viaduto e da sede do PT em Jundiáí, interior de São Paulo, alvo de um ataque com fogo. O Judiciário brasileiro não se manifestou

17. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 16 de outubro de 2018.

a respeito e a imprensa continuou alimentando o ódio ao PT.

Por ocasião das manifestações de 16 de agosto de 2015 contra o governo Dilma Rousseff, nas quais as pessoas usaram roupas com as cores da bandeira nacional e gritavam palavras de ordem racistas, xenófobas, preconceituosas e cheias de ódio, na avenida Paulista, em São Paulo, os dizeres dos cartazes variavam entre: “Dilma, sua vaca”, “Haddad, seu bundão”, “Morra, Lula, ladrão”, enquanto a multidão usando as cores da bandeira nacional ia ao delírio ao som do hino nacional e dos gritos “Fora PT”.

No Rio de Janeiro, um estudante de jornalismo chileno fez um vídeo com várias entrevistas, entre elas um senhor que vociferou a ideia que ele fazia de petista: trata-se de um grupo de pessoas que cresceu sem a figura paterna em casa, pois todos eles foram “acertadamente” mortos pela ditadura civil e militar. Assim, sem a “força e o pulso firme” da autoridade paterna em casa, e criados apenas pelas mães, petistas são pessoas “degeneradas”, corruptas por natureza e perigosas; pessoas que devem ser “eliminadas” do país, segundo esse senhor. O Judiciário brasileiro não se manifestou a respeito, a imprensa continuou naturalizando essas afirmações e alimentando o ódio ao PT e 20% da população brasileira apoiou esse tipo de manifestação.

A escalada fascista no Brasil só piorou com a efetivação do golpe/impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), no final de 2016. Quem conseguiu

esquecer a cena transmitida em rede nacional do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) votando a favor do impeachment da presidenta ao tempo em que homenageou o torturador Brilhante Ustra, que a torturou por mais de dois anos? Quem até hoje não se lembra do presidente Jair Bolsonaro xingando a deputada federal Maria do Rosário de “vagabunda” e “feia, que não merece nem ser estuprada”, por ela tê-lo denunciado de incitar a violência contra mulheres e pobres no plenário do Congresso Nacional? Quem consegue fingir que não ouviu Jair Bolsonaro afirmar que a única coisa boa no Maranhão é o Presídio de Pedrinhas e que ele é contra o [programa] Bolsa Família, porque mulheres e meninas engravidam só para receber o “benefício”, contra todas as pesquisas.

Apesar de essas frases e posturas serem tipificados como crimes no Código Penal: o Judiciário brasileiro não se manifestou a respeito, a imprensa continuou naturalizando essas manifestações e alimentando o antipetismo por meio do fascismo, que tem em Jair Bolsonaro seu principal expoente. Talvez seja em razão da naturalização da violência e do fascismo, por boa parte da imprensa e do Judiciário brasileiro, que durante a campanha presidencial no 1º turno, em um discurso no Acre, Jair Bolsonaro sentiu-se autorizado a “empunhar” um tripé de câmera como arma, simular atirar e gritar para uma multidão enfurecida que, se eleito, varreria os “petralhas” da face da terra. Um pouco antes, o mesmo Jair Bolsonaro gravou um vídeo segurando um punhado de capim e afirmando que

em um futuro governo dele essa seria a alimentação dos petistas.

Procurada a se manifestar diante de tamanha descompostura e violência, a Procuradoria Geral da União, na figura da senhora Rachel Dodge, entendeu que não houve manifestação de violência e incitação ao ódio contra a militância e dirigentes dos Partidos dos Trabalhadores. Talvez seja em razão da leniência de parte do Judiciário brasileiro que essa onda crescente de adesão ao fascismo, por amplos setores da sociedade brasileira, como a principal força de oposição ao petismo, tenha chegado ao segundo turno das eleições de 2018, com Jair Bolsonaro com 59% das intenções de votos e Fernando Haddad com 41%.

Estamos a 12 dias do resultado final das eleições presidenciais em 2018, muitos de nós perplexos com a possibilidade de o Brasil ser governado pelo fascismo bolsonarista, cujo projeto de país a população desconhece e, em razão das manifestações citadas, resume-se ao ódio ao nordestino, à comunidade LGBT, às mulheres, aos movimentos sociais e ao Estado de Bem-estar social. Desde o lamentável e condenável atentado contra Jair Bolsonaro, ele se recusa a participar de debates públicos, alegando impedimento médico, mas tem dado entrevistas exclusivas nas quais ele diz o que fará se for eleito: ele é a favor de tortura e do extermínio de populações que não se enquadram na sociedade fascista. Ele é pública e orgulhosamente racista, misógino, homofóbico e acha que a população das regiões Norte e do Nordeste

deve servi-lo. Ele também é contra os direitos conquistados pelos trabalhadores, contra a autonomia das universidades públicas, contra o ensino fundamental e médio presenciais e a favor de espalhar o pânico por meio de mentiras contra o PT.

É nesse candidato que, segundo a pesquisa do IBOPE, de 15 de outubro, 59% da população brasileira irá votar. O antipetismo transubstanciou-se na barbárie como projeto dessa parcela da população, que no futuro não terá como alegar que sujou as mãos de sangue porque não sabia do que se tratava e foi enganada. Estamos a 12 dias das eleições e ainda há tempo de evitar que esse longo e tenebroso inverno se abata sobre nós. Ainda dá tempo de votar na democracia e resgatar o traço de humanidade que há em cada um/uma dos 59% que pretende eleger o fascismo como resolução de conflitos. Porque na democracia, há o antipetismo. No fascismo: não haverá democracia, antipetismo e talvez nem você que votou contra a sua própria humanidade.

18. A MARCHA DA INSENSATEZ BRASILEIRA: APERTEM OS CINTOS, POIS O TSE SUMIU¹⁸

Ainda há tempo de evitar que o Brasil faça a sua marcha da insensatez e escolha a autodestruição no próximo domingo. “A marcha da insensatez: de Troia ao Vietnã”, da historiadora norte-americana, Bárbara Tuchman, foi publicado no Brasil em 1984, tornando-se, desde então, um dos principais livros de cabeceira de toda uma geração de progressistas e humanistas. O sucesso se deve ao argumento central da obra: por meio de alguns episódios históricos e um mitológico – o cavalo de Troia: uma armadilha dos gregos – a autora demonstra que a história da humanidade é também a história das escolhas insensatas e insanas, com as populações e seus líderes flertando com alguma frequência com a derrota e a autodestruição. Mas, como é possível que seres humanos escolham a sua própria destruição se um dos pilares da razão moderna é a preservação da vida? Vejamos a situação do Brasil na última semana.

Na última quinta-feira (18), o jornal *Folha de São Paulo* voltou a fazer jornalismo por meio de uma reportagem que denunciou a campanha do presidencial Jair Bolsonaro (PSL) por crime de caixa 2: um grupo de empresários está contratando empresas, por até 12 milhões de reais, para disparar fake

news contra o PT com o objetivo de disparar o favorecimento da campanha de Jair Bolsonaro. A legislação eleitoral considera crime doação não declarada por empresas para campanha: caixa 2, que segundo o bacharel de Curitiba, Sérgio Moro, é o pior dos crimes. Fato de repercussão internacional em razão da materialidade da denúncia e com várias manifestações de repúdio, aqui no Brasil. No entanto, a violência e a insensatez desencadeadas cadenciaram as manifestações. No mesmo dia, eleitores de Bolsonaro ameaçaram a jornalista, publicaram a foto do filho dela e impulsionaram duas hashtag #FolhaPutinhadoPT e #JornalistaPutavagabunda.

Pressionados por várias forças políticas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que se pronunciaria sobre a denúncia em uma entrevista coletiva na tarde de sexta-feira (19), que foi adiada e ganhou novas denúncias. No sábado (20), fiscais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) invadiram a sede do Sindipetro-NF (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense) e apreenderam exemplares deste jornal Brasil de Fato. O recolhimento foi feito após mandado judicial emitido pelo juiz eleitoral de Macaé, Sandro de Araújo Lontra, que qualificou o jornal como portador de “matérias pejorativas contra o candidato Jair Bolsonaro (PSL)”. Um golpe à liberdade de imprensa.

Ainda no final de semana, um dos principais vídeos divulgados nas redes sociais foi uma resposta do deputado fe-

18. Artigo originalmente publicado no site “Brasil de Fato” em 22 de outubro de 2018.

deral Eduardo Bolsonaro (PSL), filho de Jair Bolsonaro, sobre o Supremo Tribunal Federal. “Se quiser fechar o STF você não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo, sem querer desmerecer o soldado e o cabo”, ameaçou o rebento durante palestra em um cursinho de Cascavel (PR). O filho de Bolsonaro ainda advertiu: “O STF vai ter que pagar pra ver. E se pagar pra ver, vai ser ele contra nós [...] Será que eles vão ter essa força mesmo?” Em Marte não temos conhecimento, mas em qualquer Suprema Corte aqui na Terra, o deputado federal teria de se explicar penalmente no próprio STF em razão do foro privilegiado. No entanto, aqui no Brasil, a atual presidenta do TSE, ministra Rosa Weber, visivelmente constrangida, afirmou no domingo (21), durante entrevista coletiva à imprensa, que o referido vídeo com a fala de Eduardo Bolsonaro contra o STF foi montagem com trechos descontextualizados. Inacreditável!

Em seguida, quando um repórter perguntou como o TSE pretende combater a disseminação de *fake news* a uma semana do segundo turno da eleição presidencial de 2018. A resposta foi paradigmática da força política predominante do Judiciário brasileiro desde o golpe/impeachment de 2016. “É importante combater as fake news de ambos os lados [...] se alguém souber como fazer, nos avise, por favor”. A materialidade da denúncia veiculada por reportagem da Folha de SP envolve a campanha de Jair Bolsonaro, mas o TSE resolveu investigar as duas campanhas, mesmo sem prova material contra a campanha de Fernando Haddad (PT).

Essa coletiva constrangedora de imprensa ocorreu em rede nacional e contou com a participação da presidente do TSE, o ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Sérgio Etchegoven, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a advogada-geral da União Grace Mendonça, o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Rogério Galloro, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Carlos Lamachia. A mesa limitou-se a versar sobre as urnas eletrônicas serem auditáveis, sobre os mais 2 milhões de mesários presentes no primeiro turno e alguns episódios ilícitos – razões pelas quais a ministra Rosa Weber concluiu que o resultado, no primeiro turno das eleições de 2018, foi um “verdadeiro show da democracia” e as instituições brasileiras estão funcionando.

É verdade esse bilhete ministra, as instituições brasileiras estão funcionando, mas para uma parcela da população que permanece livre para violar as leis e a democracia. A parcela que votou no candidato Jair Bolsonaro que, no mesmo momento em que vossa excelência comemorava o show da democracia brasileira, transmitia por rádio um discurso cheio de ódio para milhares de pessoas na avenida Paulista, em São Paulo. Um discurso prometendo matar petistas, homossexuais, índios, negros, nordestinos, mandar para o exílio os militantes de esquerda e dos movimentos sociais como o MST e o MTST, e prender os que ficarem no país.

Porém, essa outra parcela da população que não conta com a sorte do funcionamento das instituições, tem sofrido toda sorte de violência em razão da leniência e politização de parte do Judiciário brasileiro, e do antipetismo cultivado com ódio quatrocentão. É a parcela da população de onde veio a transexual Laysa e o Mestre Moa do Katendê, ambos brutalmente assassinados porque faziam parte do “grupo de risco” definido pela milícia familiar que dominou parte do país, e das instituições que parece que funcionam para todos desde 1549. É verdade esse bilhete, ministra, a democracia brasileira está dando um show... de horror.

19. VOCÊ S/A NA POLÍTICA BRASILEIRA: ENTRE O PABLITISMO E O TABATISMO¹⁹

Sobre a votação na Reforma da Previdência – aquilo que o professor Pablo Ortellado sugeriu para escaparmos dos discursos fáceis -, a deputada Tábata Amaral respondeu: “Se com isso eu me tornar impopular e não ser reeleita, beleza. Com a formação que eu tenho, consigo emprego onde eu quiser”. Daqui a quatro anos corre-se o risco de não haver mais emprego. Em 15 de julho de 2017, um ano antes da campanha para a eleições presidenciais, o profes-

sor de gestão de políticas públicas da Universidade de São Paulo/Leste e cujas pesquisas já receberam financiamento das organizações de George Soros, Pablo Ortellado, escreveu uma coluna no jornal Folha de São Paulo com o título “Esquerda e Direita, parecidas demais”. Na ocasião, o argumento do articulista foi explicitado no primeiro parágrafo: “Um desavisado pode achar que o PT tem uma agenda radicalmente diferente do governo Temer. O partido votou contra o teto dos gastos, tem feito oposição sistemática à reforma da Previdência e criticado a agenda do governo, como se fosse o reverso da sua. No entanto, pouco tempo atrás, o governo Dilma apresentou propostas semelhantes”.

Após estabelecer relações de equivalência onde não havia e nunca houve ao desconsiderar a ruptura institucional deflagrada pelo processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, Golpe de 2016, o professor decretou que mais da metade da população brasileira era desavisada porque apoiava o legado dos governos petistas e o então candidato virtual à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, para o pleito de 2018. Na ocasião, a questão para o articulista era entender as razões pelas quais a maioria da população reconhecia as diferenças entre os governos petistas e as reformas do governo de Michel Temer, após as eleições do final de 2016 nas quais o PT obteve resultados pífios em razão do recrudescimento

19. Artigo originalmente publicado no site “Brasil 247” em 04 de julho de 2019.

nacional do antipetismo e a ascensão do bolsonarismo.

Para tanto, o professor questionou a despeito do resultado da pesquisa: “se a diferença das propostas de Temer e Dilma é apenas de grau e detalhe, porque a retórica do PT faz crer que vivíamos um processo de expansão dos direitos e agora vivemos um “desmonte golpista”? Tal como um Procusto redivivo que tenta enquadrar a realidade à medida de sua cama de ferro, Pablo Ortellado tenta a todo custo convencer os leitores do jornal sobre a ausência de ruptura institucional entre os governos em 2016 e a incidência desse processo na continuação de políticas públicas. Para o professor, o apoio de mais da metade da população ao legado dos governos petistas ocorreu em razão de uma narrativa disruptiva da militância petista que, à época, afirmava que os governos petistas “estão em disputa e podem avançar mais, sendo necessário engajamento para fazer prevalecer a posição progressista. O que teria faltado aos governos petistas é vontade e compromisso”.

Na mesma coluna, Pablo Ortellado afirma tratar-se de falsa explicação acusar os governos petistas de ausência de vontade e compromisso, pois a verdadeira razão para a “continuidade” dos governos petistas & governo Temer foram os “constrangimentos institucionais” - limites contáveis e os imperativos da gestão macroeconômica. A certa altura desse rocambole argumentativo, o professor mobilizou a variável petista para o presidencialismo de coalização sobre

“os limites da correlação de forças” para afirmar: “se quisermos influenciar a ação dos políticos, temos que parar de nos deixar enganar, entender os constrangimentos da política institucional e controlar os políticos no jogo da política real e não no da ilusão que nos vendem para nos distrair”.

Por que estou recuperando o rocambole argumentativo desse panfleto antipetista atávico do pablitismo? Porque trata-se da gênese da retórica da “Nova Política”, que além de construir trajetórias no lugar de projetos coletivos ao esvaziar a relevância de partidos e sindicatos como instâncias fundamentais de representação da classe trabalhadora, precisa apagar a experiência e o legado de governos de centro-esquerda que fortaleceram o Estado de Bem Estar Social e efetivaram políticas públicas de diminuição das desigualdades e assimetrias regionais – o Lulismo. Atualmente, essa “Nova Política” tem como expoente feminina a deputada Tábata Amaral (PDT/SP), que gosta de dar carteirada de pós-graduada em Ciência Política em Harvard, financiada pelas organizações Lemann/Etlin e não por acaso também é articulista da Folha de São Paulo. A atuação da deputada nos primeiros seis meses de mandato tem causado reações controversas na imprensa e nas redes sociais, sobretudo após a votação pela Reforma da Previdência, contrariando os interesses da classe trabalhadora e as orientações de seu partido.

Meu objetivo aqui não é criticar o apequenado desempenho político da deputada Tábata Amaral – coisa que boa parte da esquerda brasileira tem feito com afinco desde a aprovação em primeiro turno da Reforma da Previdência. Meu interesse é pensar as trajetórias de Pablo Ortellado e Tábata Amaral como partes de um grupo coeso que tem crescido como força política no cenário nacional: as razões pelas quais a tal da “Nova Política” obtém ressonância entre os leitores da grande imprensa e obtém milhares de votos, sobretudo no centro-sul, mesmo quando a única novidade dessa turma é a explicitação da representação dos interesses do estágio atual do neoliberalismo da classe dominante. Meu argumento é que não é possível a compreensão desse fenômeno descolado de outro fenômeno estrutural: a subjetivação do neoliberalismo na política.

Uma das críticas mais contundentes sobre os governos petistas recaí sobre a ausência de politização da sociedade para a implantação de políticas públicas que começaram a diminuir as desigualdades estruturais do país, desconsiderando a contradição entre o Lulismo, na acepção de André Singer, e o Neoliberalismo. Vejamos. Uma das maiores forças do neoliberalismo em seu estágio atual é a promessa de rentabilidade material e simbólica com o processo de “autovalorização de si”, com o sujeito acumulando valor indefinidamente por meio da própria trajetória. Não se trata mais da classe dominante dos tempos idos que se constituía como tal por deter os meios de produção.

Trata-se, ao contrário, de um processo de tornar a si mesmo e a própria relação consigo mesmo em capital, cujo processo Laval e Dardot enquadram na fórmula (S-S’).

A questão que se coloca no processo de subjetivação neoliberal é que quando o sujeito engendra a si mesmo, ilimitadamente, em capital material e simbólico, ele apaga progressivamente os legados simbólicos, a alteridade e a impossibilidade que a determina até reduzir a própria existência em um presente absoluto e sem saída para além do próprio umbigo. Na política, isso é trágico, pois significa negar as diferenças políticas com suas implicações para a elaboração de políticas públicas, esvaziando por completo o papel de partidos políticos e de sindicatos como instâncias de representação da classe trabalhadora formal e mesmo informal e precarizada.

Não parece ter sido por outra razão que quando duramente questionada por parte de seu eleitorado sobre a votação a favor da Reforma da Previdência – aquilo que o professor Pablo Ortellado sugeriu para escaparmos dos discursos fáceis –, a deputada Tábata Amaral respondeu em uma rede social: “Se com isso eu me tornar impopular e não ser reeleita, beleza. Com a formação que eu tenho, consigo emprego onde eu quiser” – esquecendo-se, inclusive, que daqui a quatro anos, quando terminar seu mandato, corre-se o risco de não haver mais emprego no bolsonarismo nem para os formados em Harvard. Logo depois, em sua última coluna na Folha de São Paulo, a mesma deputada afirmou: “muitos partidos já não

representam de fato a sociedade, mas somente alguns de seus nichos” rrsrs. Em marte, desconhecemos, mas aqui na terra nunca houve um partido político que representasse a um só tempo os interesses da classe dominante e da classe trabalhadora. Tampouco houve quem se elegeu com 215 mil votos, como é o caso da deputada, sem estar em um partido político.

Para além do aspecto cômico/trágico que a marca “Harvard” tem obtido com o bolsonarismo e seus colaboracionistas no Brasil, a principal questão que precisamos nos colocar no campo da esquerda sobre o processo de subjetivação neoliberal na política brasileira é como barrar esse círculo vicioso? Se a subjetivação neoliberal na política, assim como em outras esferas, é re-produzida pela autovalorização de si mesmo, como escapar daquilo que é a sua própria essência? Como dialogar com alguém e/ou uma turma que não consegue ou finge não entender que nada mais interessante para a classe dominante que apoiou e elegeu o bolsonarismo do que reduzir o exercício da política à algumas trajetórias que “flexibilizam” as demandas da maioria da sociedade em um momento de recrudescimento do Golpe de 2016 e o desmonte total do Estado de Bem-estar Social iniciado durante os governos petistas? Como dialogar com os eleitores da “Nova Política” que se reconhecem no processo de subjetivação neoliberal mesmo quando são as maiores vítimas desse processo, que pauperiza crescentemente a maioria da sociedade brasileira no bolsonarismo?

Longe de dar respostas prontas, algumas questões. Tanto a direita rediviva com as manifestações de junho de 2013, quanto a centro-esquerda da chamada “Nova Política” foram incensadas pela formação e financiamento dos chamados “think thanks” ligados a dupla Soros & Lemann que, por meio de táticas e narrativas muito próprias, têm tentado com algum êxito ocupar o centro do espectro político brasileiro, vazio desde a adesão do PSDB ao Golpe de 2016. Na esquerda brasileira, predominantemente composta pelos partidos PT, PSOL e PC do B, também houve tentativas de ampliar seu espectro político e ganhar esse espaço vazio por meio da criação de novos coletivos e o uso de novas tecnologias na militância e nas campanhas desde 2016. No entanto, a esquerda brasileira mesmo estando em processo de fortalecimento e contando com o apoio de pelo menos 30% da população votante do país ainda patina em torno dos impasses da conjuntura, à medida que tanto a direita rediviva quanto a esquerda da “Nova Política” dialogam sem constrangimentos com o bolsonarismo, chegando a levar ao limite a perda de crença na via partidária e sindical ao naturalizar as rupturas, igualar tudo no mesmo baiaio e decretar tais instâncias obsoletas em nome de um ethos neoliberal de trajetórias que vendem flexibilização das demandas da classe trabalhadora e empreendedorismo individual, como o fazem o professor Pablo Ortellado e a deputada Tábata Amaral.

Há quem diga que a saída para esse impasse reside na radicalidade da defesa da democracia participativa e no fortalecimento de partidos e sindicatos – dimensões historicamente conflitantes na esquerda brasileira, uma vez que é preciso superar suas antinomias constitutivas. No entanto, uma coisa é certa: para boa parte do eleitorado do centro-sul, base social do bolsonarismo e da “Nova Política”, a crescente pauperização da maioria da população é projeto e o preço a ser pago para a manutenção das estruturais desigualdades e assimetrias regionais, pois o Nordeste não é mais o mesmo depois dos governos petistas.

Fato é que ainda em 2017, durante um evento sobre cultura na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, expoente da “Nova Política” carioca e candidata a deputada federal pelo PSOL/RJ, foi convidada a falar sobre a crise política brasileira e os caminhos da esquerda para uma plateia lotada de universitários. A professora iniciou sua participação com uma foto da ex-presidenta Dilma Rousseff apertando a mão de Aécio Neves no final do último debate da campanha presidencial de 2014, na rede globo. O objetivo de usar a foto foi mostrar para uma plateia diversa da região do Recôncavo Baiano que não houve Golpe em 2016, pois o governo Temer era a continuação da política petista durante os mandatos da Dilma Rousseff – i.e. não houve uma ruptura democrática em 2016.

Muita gente ficou indignada, incomodada, questionou e tal, mas ao final de sua apresentação ela foi educadamente aplaudida. Horas depois, um grupo de alunos veio conversar comigo e eles estavam indignados porque a Universidade Federal do Recôncavo Baiano era um projeto de 20 anos, duas décadas de luta daquela população e, afinal, “como assim é tudo igual? Não é mesmo porque o [ex-presidente] Fernando Henrique Cardoso não criou a nossa Universidade; quem fez isso foi o Lula”, disse uma aluna. Tudo isso para escrever: metade da população brasileira não é desavisada e sabe perfeitamente bem o que é desonestidade intelectual e sabe a diferença entre as conquistas sociais antes do Golpe de 2016 e depois, sobretudo agora na arquitetura da destruição do Estado Brasileiro no bolsonarismo.

Gosto muito de contar esse episódio porque ele é paradigmático da maior antinomia a ser superada por parte da esquerda: a empáfia de achar que o Estado Brasileiro se reduz ao centro-sul do país e que o custo de suas demandas é o retorno ao chamado Brasil profundo, como se esse país não fosse terrivelmente assimétrico regionalmente. Regiões como o Norte e o Nordeste ainda têm parte da população faminta de comida, água, conhecimento, cultura, casa, roupa, sapato, mobilidade urbana, mobilidade internacional, boa política e bom combate – mesmo depois de começar a ter acesso a tudo de tanto nos governos petistas e que essa “Nova Política” com seus políticos S/A tratam com desdém desde 2013 e o Bolsonarismo tem

retirado porque além de a desigualdade e o desmonte do Estado de Bem Estar Social serem projeto, nessas regiões Jair Bolsonaro não obteve 18% dos votos, configurando-se em áreas de grande resistência no país.

20. O QUE FAZ UMA PROFESSORA PESQUISADORA DE UNIVERSIDADE PÚBLICA? E QUANTO ELA GANHA?²⁰

Uma professora adjunta DE, em regime de dedicação exclusiva, como eu (estou indo para adjunta III): leciona 8 horas em sala de aula e quando leciona na pós-graduação (um semestre obrigatório por ano) são 12 horas/aula. Cumpre destacar que a dedicação exclusiva é sobre a jornada de trabalho e não a vida: temos companheiro, filhos, casa, família e tal. Como em qualquer carreira. O restante do tempo de trabalho é dividido em orientações de pesquisa de IC, monografia de conclusão de curso, mestrado e doutorado; a elaboração da própria pesquisa docente que requer muito tempo, pareceres de artigos e livros, escrita de livros e artigos, seminários, congressos, palestras, organização e coordenação de eventos científicos, participação em bancas de defesa de mestrado e doutorado e bancas de concurso público – pelo país afora.

Para lecionar na pós-graduação e orientar mestrados e doutorados, a docente precisa submeter ao colegiado um projeto de pesquisa, deverá publicar um livro a cada 3 anos e dois artigos por ano em periódicos Qualis A ou B, preferencialmente. Essa avaliação ocorre de quatro em quatro anos, de maneira que o corpo docente do PPG não é vitalício e depende das atividades realizadas de seus membros. A maioria de nós lê em um mês o equivalente ao dobro da média anual da população, sem exageros. Muitos de nós acumulam cargos na administração universitária: direção, coordenação do PPG, chefia de departamento, sindicato e colegiados – fui do CONSUNI/UFBA por dois anos, por exemplo, com leituras de relatórios imensos, propostas de plano pedagógico da instituição, pareceres e tal.

Tudo isso precisa ser comprovado semestralmente em relatórios com documentos probatórios e aprovado por comissões formadas por outros docentes que emitem outros relatórios sobre o desempenho do docente avaliado, que deverão ser aprovados ou não na Congregação. O nosso salário está disponível no portal da transparência do governo federal, apequenado diante da campanha indecente de desmoralização do funcionalismo público no geral e dos professores e pesquisadores brasileiros em particular. Se comparado com a média salarial da população brasileira ganhamos bem mesmo sem aumento salarial há três anos, mas estamos longe

20. Artigo originalmente publicado no site “GGN” em 22 de julho de 2019.

de levar uma vida nababesca como diz o atual ocupante do MEC, com o objetivo descarado de acabar com a pesquisa e privatizar as universidades públicas desse país.

Ele mente.

Ele deturpa.

Ele nos ataca.

E nós estamos em combate e lutaremos.

21. LULA, CIRO & MARTA²¹

Marta Suplicy é uma das mais bem cotadas para a prefeitura de SP nas eleições de 2020. Em qualquer cenário, Marta sai com pelo menos 10% das intenções de voto nas pesquisas, sobretudo nas periferias e regiões mais pobres de SP em razão dos CÉUs. Ciro Gomes – que é malcriado, mas não é besta –, teve um pouco mais de 1 milhão de votos na cidade de São Paulo. O reduto político de sua família, Ceará, obteve os maiores índices educacionais. Liguem os pontos. Não à toa, Ciro Gomes está tentando levar Marta para o PDT.

No entanto, a governança de Marta Suplicy em SP foi petista. Lula e o DN sabem disso. Sabem também que o que está em disputa é a sobrevida do

PT paulista, a disputa pela oposição ao dorismo e a construção da oposição ao bolsonarismo nacionalmente. Ganhar a prefeitura de SP é central para o PT.

O convite para Marta Suplicy voltar ao PT obriga Ciro Gomes a se mexer mais rápido e mais explicitamente, e coloca Marta Suplicy na lona: como foi descartada pela direita depois de cumprir o papel de bate pau, ou ela irá se aliar ao PDT e a alguém que irá trucidá-la politicamente em SP, ou ela garantirá alguma sobrevida na política, no PT. Além de obrigá-la a rever publicamente suas posições durante o Golpe de 2016.

Qualquer que seja o movimento político de Marta daqui pra frente e assim por diante, sua candidatura à prefeitura de SP ainda é uma virtualidade. Vamos usar a energia para derrotar o bolsonarismo. A política não é fígado. Muito menos marido traído.

22. BOLSONARO E MOURÃO SÃO IGUAIS?!²²

Sou petista e votei em Haddad, geral sabe. E continuarei votando e militando. Escrito isso: Bolsonaro e Mourão não são iguais. Mourão não tem partido, muito menos base social de 30%. Faz parte de uma corporação que está rachada e com uma base emputecida em

21. Artigo originalmente publicado no site “GGN” em 18 de outubro de 2019

22. Artigo originalmente publicado no site “GGGN” em 03 de novembro de 2019.

razão das medidas do bolsonarismo na última semana – e isso faz diferença: até aqui, o general não tem força política para mobilizar um baile em um sábado à noite, quanto mais mobilizar permanentemente uma base odiosa, pulverizada e antipetista.

O clã Bolsonaro tem, por isso é preciso desmobilizar a base social de 30% do bolsonarismo urgentemente. O impeachment de bolsonaro resolve esse problema, entre outros: acaba com o poder político dos filhos, de Sérgio Moro e do governador do Rio de Janeiro, atacando o centro do projeto de nacionalizar a experiência miliciana no Rio de Janeiro. Mas isso só será possível por meio de dois movimentos complementares: não voltar pra casa depois de ocupar as ruas e chamar setores do centro-direita para compor a Frente Amplíssima, uma gerin-gonça tropical, contra o bolsonarismo. Porque estamos vivendo atualmente o auge do confronto: civilização X barbárie.

Precisamos ter responsabilidade política nesse momento. Fazer uma oposição responsável e qualificada, deixando de ser pautada pelo bolsonarismo. É preciso construir as bases do #ForaBolsonaro, por meio do impeachment. Porque esperar para derrotá-lo em 2022 é terceirizar a direção política da oposição e movimentar-se apenas em função de eleições que não estão garantidas. Esperar ele sangrar politicamente é, também e sobretudo, assumir publicamente que a oposição de centro-esquer-

da no Brasil não está à altura do desafio bolsonarista. Até porque lutar/fazer oposição ao liberalismo é diferente de lutar contra o bolsonarismo e seu Estado poli-cialesco com viés dinástico.

Porque se a oposição, especialmente o PT, continuar pautada por ele, se continuar deixando correr, teremos sérios riscos de não rolar 2020/2022 e ainda assistir um dos filhos dele ser nomeado ou eleito presidente por um congresso apequenado. Parece-me claro como o sol intenso em Salvador hoje: trata-se um projeto familiar de poder, que precisa urgentemente ser derrotado. Sem o #ForaBolsonaro será a maior derrota histórica da esquerda brasileira. E por W.O.

23. O ARTIGO DE JOÃO FILHO, A FRENTE AMPLA E O LULA LIVRE²³

Começo esse artigo esclarecendo que escrevo como militante do Partido dos Trabalhadores, lugar a partir do qual tenho manifestado publicamente minhas opiniões políticas com alguma frequência nos últimos anos. E como militante do PT, concordo com a ponto de partida do artigo de João Filho, publicado no *The Intercept Brasil*, em 8 de setembro do corrente, ao constatar que as eleições de 2022 já começaram após os ataques do atual presidente Jair Messias Bolsonaro

23. Artigo originalmente publicado no site “Brasil 247” em 19 de setembro de 2019.

ao atual governador do Estado de São Paulo, João Doria Jr., seu principal concorrente para atrair o eleitorado da direita política brasileira enquanto, segundo o autor, a esquerda segue “dividida, desarticulada e paralisada diante da violência do bolsonarismo no poder”. Divergimos fortemente, entretanto, sobre as razões pelas quais a esquerda ainda não se uniu para derrotar o bolsonarismo.

João Filho afirma que um dos maiores obstáculos para a construção de uma Frente Ampla para derrotar o bolsonarismo é o “cacoete da hegemonia petista”, que o autor acredita ser o fator decisivo para o PT se recusar “a participar de qualquer movimento que não tenha a liberdade de Lula como bandeira principal”. O autor se refere à ausência de algumas lideranças do PT, sobretudo de Fernando Haddad, no evento realizado há quinze dias na PUC/SP: “Direitos Já – Fórum pela Democracia”. Trata-se de um evento que contou com a presença de vários movimentos sociais e religiosos, e de amplo arco de lideranças políticas no país: Flávio Dino (PCdoB), Ciro Gomes (PDT), Márcio França (PSB), Marta Suplicy (atualmente sem partido, mas ex MDB e ex PT). Além de presenças virtuais por meio de mensagens gravadas por figuras como Kassab, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin e Anastasia.

João Filho cita a ausência de lideranças do PSOL, sobretudo de Guilherme Boulos, por exemplo, mas não tira implicações sobre isso uma vez que o objetivo do texto é centrar sua crítica no PT, conforme o título anuncia. Tanto mais que

o autor não comenta sobre o significado da presença do Presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, militante histórico, um dos principais formuladores do PT e um dos responsáveis pela campanha presidencial de Lula e depois de Fernando Haddad em 2018. O autor também não comenta o significado da presença do Presidente da CUT, Central Sindical ligada ao PT, Vagner Freitas. Se eles também não representam o PT, quem mais representa?! Concentra-se, no entanto, em transformar a liberdade de Lula em empecilho para a formação de uma Frente Ampla, e o faz retomando a decisão do PT em manter a candidatura do ex-presidente até o limite do prazo regulamentar em vez de ceder a cabeça de chapa para Ciro Gomes (PDT) porque ele venceria Bolsonaro no segundo turno.

Ao desconsiderar a lógica matemática elementar que demonstra que antes do segundo turno havia o primeiro turno e passar pano para um dito português secular sobre o problema das consequências – o bolsonarismo – é que elas vieram depois de 2013, do Fora Todos, do Golpe de 2016, João Filho mobiliza novamente a cantinela sobre o “cacoete da hegemonia petista” para cobrar a adesão do PT e de outras lideranças do partido ao esboço de uma Frente Ampla ensaiada no evento. Só que ao colocar a reivindicação da participação dessas lideranças petistas no centro de seu argumento, o autor acaba reconhecendo publicamente a falta de densidade social e fragilidade de qualquer movimento político das forças de centro-esquerda para

barrar o bolsonarismo sem a adesão do PT: o nome disso é hegemonia, Bino! João Filho acaba acertando sem querer.

O Partido dos Trabalhadores não é hegemônico na esquerda brasileira em razão do “cacoete” de suas lideranças, como o autor afirma. O PT é hegemônico por várias razões, mas aqui destacarei três. Trata-se de um partido de massas altamente capilarizado com quase dois milhões e meio de filiadas e filiados, com 3187 diretórios municipais, 289 comissões permanentes e outros tantos diretórios aguardando formalização em um total de 5570 municípios no país. Trata-se, também, de um partido que governou por quase quatro mandatos consecutivos, com muito mais acertos do que erros para a maioria da população e, não por acaso, foi alvo de uma campanha altamente articulada entre FIESP, Agronegócio, *Think Tanks* americanos, rentistas, bancada da bala, judiciário, mídia para criminalizá-lo. Por fim, foi a maior liderança política do PT, e não de outro partido, que foi sequestrado politicamente pela parcela mais corrupta do judiciário brasileiro para garantir a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do país.

Por isso, a liberdade do ex-presidente Lula é defesa central para o Partido dos Trabalhadores, sobretudo depois das provas incontestáveis da #VazaJato, publicadas pelo *The Intercept Brasil*, sobre toda sorte de arbitrariedades cometidas pelo então juiz Sérgio Moro em conluio com o procurador Deltan Dallagnol na operação Lava Jato para aprisionar sem

provas o primeiro candidato nas pesquisas e que seria eleito no pleito de 2018. Essa “sentença anunciada” foi o golpe fatal no Estado Democrático de Direito que já estava bastante subtraído pela farsa das pedaladas fiscais que resultou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, o Golpe de 2016, e na criminalização do Partido dos Trabalhadores. Assim, duas questões: como defender a democracia brasileira sem se opor àquilo que a subtraiu? Como derrotar o bolsonarismo sem se opor ao seu único projeto bem-sucedido: o antipetismo?

Nesse momento, qualquer pacto contra o bolsonarismo e em defesa da Democracia sem o #LulaLivre significa, no limite, mais uma conciliação entre setores da classe média que historicamente se organizaram politicamente para barrar a classe trabalhadora do universo da política e das estruturas internas do Estado com o objetivo de manter as nossas estruturais desigualdades. A eleição de Jair Messias Bolsonaro também foi o resultado desse processo, de sorte que o retorno à normalidade democrática no país não ocorrerá ao custo de mais uma injustiça contra a classe trabalhadora. Razão pela qual, para o PT, não há defesa possível da Democracia sem a defesa da liberdade do ex-presidente Lula e a anulação dos processos ligados à Lava Jato. E para o centro-esquerda de maneira geral, não há como derrotar o bolsonarismo sem combater e não alimentar o anti-petismo, pois nesse momento o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores significa o fortalecimento de todo campo político de centro-esquerda necessário

para essa tarefa urgente. Até para garantir as eleições de 2022 e disputá-las.

Entretanto, pesquisas recentes demonstram alguma força do anti-petismo, de maneira que ainda não há consenso sobre o #LulaLivre na sociedade brasileira, muito menos entre as forças de centro-esquerda como ficou claro no texto de João Filho e nas orientações para a realização do evento na PUC/SP, que interditaram a palavra de ordem #LulaLivre, conforme demonstrou a reportagem de Luís Nassif. E o caminho para ampliar-mos essa pauta na sociedade me faz concordar novamente com João Filho sobre a importância da presença de lideranças petistas em eventos como o que ocorreu na PUC/SP, mas por razões distintas. No estágio atual do bolsonarismo ameaçando recrudescer o regime, é urgente que o PT construa uma Frente Ampla com lideranças políticas de todos os matizes, inclusive as que estiveram no Golpe de 2016 e se arrependeram, em defesa da Democracia e para derrotar o bolsonarismo.

Não me parece haver saída possível além de uma aliança tática de centro-esquerda para o retorno da normalidade democrática no país. Não se trata, contudo, de uma Frente Ampla na qual o Partido dos Trabalhadores tenha de abrir mão de seu projeto político e econômico para o país, entrando com seus militantes e eleitores, algo em torno de 40% dos votantes, para ceder capital político para lideranças sem base social ao tempo em que sua principal liderança política permanece arbitrariamente pre-

so na sede da Polícia Federal em Curitiba. Não há vida fácil na política, sabemos. Nossas lideranças petistas precisam articular uma Frente Ampla e participar de eventos como o “Direitos Já – Fórum pela Democracia”.

Para tanto, devem reivindicar as pautas do Partido dos Trabalhadores, desobedecendo quaisquer orientações que interditem o #LulaLivre - como fez o governador do Maranhão, Flávio Dino, e até o Paulinho da Força no evento na PUC/SP. Devem, sobretudo, explicar a centralidade da liberdade do ex-presidente Lula e a importância do Partido dos Trabalhadores para a Democracia brasileira e divulgar o nosso projeto político para o país por meio de, entre outras coisas, esclarecimentos sobre o Programa Emergencial de Emprego e Renda (PEER) que o Partido dos Trabalhadores formulou para a recuperação dessa crise econômica sem paralelo na nossa história. O nome disso é boa política, Bino! Precisamos voltar a fazê-la entre nós e, sobretudo, com os que discordam de nós. Pois neste momento não participar desses eventos e não construir uma Frente Ampla para derrotar o bolsonarismo e pela Democracia significa imobilismo - algo que além de não fazer parte da história dos Partido dos Trabalhadores, é caro apenas ao bolsonarismo. A rima é infame, eu sei, mas a realidade com Jair Messias Bolsonaro é muito mais.

24. VILMA REIS & MAJOR DENICE & RUI COSTA²⁴

Muita gente boa daqui da Bahia e ligada ao movimento negro já escreveu sobre a construção da candidatura de Vilma Reis e o impacto que essa candidatura tem causado na executiva do Diretório Estadual do PT/BA, de maneira que não tenho muito a acrescentar além de ressaltar a beleza e a potência desse movimento político de mulheres ligadas aos movimentos sociais. Máximo respeito e enorme torcida! Minha questão neste artigo é outra: a estratégia de Rui Costa, Jaques Wagner e o atual presidente do diretório estadual do PT, Éden Valladares, de escolher como candidata uma mulher negra, Denice Santiago, que não é ligada aos movimentos sociais e nem filiada ao PT, mas tem um trabalho admirável no combate à violência contra as mulheres.

Essa estratégia com o objetivo de dividir o coletivo de mulheres do movimento negro para controlá-las e esvaziar a pré-candidatura de Vilma Reis é absolutamente violenta pelo seu lastro histórico. Homens brancos e senhores de engenho e de gentes escravizadas utilizavam a mesma estratégia de dividir para dominar e evitar a rebeldia e a fuga de homens e mulheres para os quilombos. Vejam vocês. Na eleição municipal de 2016, ACM neto escolheu uma mulher negra para ser a vice-prefeita da chapa, a professora Célia Sacramento.

Essa escolha conferiu legitimidade social à candidatura do pequeno déspota e serviu para as fotos oficiais da prefeitura da "primeira capital do Brasil", mas Célia Sacramento teve uma atuação pífia no cargo, foi controlada pelo prefeito e teve seu papel político esvaziado de maneira quase irreversível.

Agora em 2020, na corrida para a escolha das candidaturas municipais, o diretório estadual do PT, que foi eleito recentemente com o principal objetivo de "renovar" as práticas políticas do partido, resolve recorrer ao que há de mais velho e violento na história brasileira. E isso depois de o governo estadual conseguir aprovar a venda do colégio Odorico Tavares com o voto de TODCXS deputadxs do PT, PCdoB (Erielma e Olívia Santana votaram contra a venda do colégio Odorico Tavares) e PSB - à revelia da população, as tais bases com as quais eles querem se reconectar. Rui Costa e Jaques Wagner, inclusive, foram conversar com Lula em SP sobre a escolha da combativa Denice Santiago como candidata do PT e aproveitaram pra tirar uma foto amplamente divulgada nas redes sociais como se tudo já estivesse decidido e resolvido. Bom, se já está decidido, "quem souber morre", como se diz aqui na Bahia.

O fato é que há uma maneira de dar um olé político na truculência desses homens do diretório estadual: a admirável Denice Santiago precisa se rebelar a esse lugar de subordinação e recusar o

24. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 31 de janeiro de 2020.

papel de candidata de ocasião do partido. Com essa atitude, Denice Santiago se somaria às candidaturas de Vilma Reis e Fábbya Reis e fortaleceria o movimento político das demais candidaturas de mulheres negras, junto com Juca Ferreira também. Quase uma pré-candidatura coletiva de mulheres negras legitimadas pelos movimentos sociais e pela militância. Essa é a verdadeira maneira de o PT/BA renovar a política partidária e se reconectar com suas bases. Porque renovar a política, senhoras e senhores, não é colocar alguém mais novo de idade, mas com práticas antigas e condenáveis. Mas se eles não querem nos ouvir, se eles insistem em desrespeitar o movimento político das mulheres, não podemos nos calar. É preciso resistir como aqueles homens e aquelas mulheres escravizados resistiram de várias formas nessa cidade e seu termo.

A hora é de desobediência e resistência ao que há de mais rude e cruel no patriarcalismo de esquerda. Sem esquecer que a nossa existência, especialmente das mulheres negras, já é uma puta resistência, como estamos vendo.

25. POR QUEM OS SINOS DOBRAM NA ESQUERDA PETISTA?²⁵

A esquerda nacional não morreu porque ela nunca existiu. O que sempre existiu e existe é o centro-sul nacionalizando diagnósticos & prognósticos. É justamente com essa provocação sobre a hegemonia petista na esquerda brasileira e as forças que giram em seu entorno que Vladimir Safatle, em artigo publicado no El País, em 10 de fevereiro de 2019, intitulado "Como a esquerda brasileira morreu", faz uma dura crítica à política dos governadores petistas no Nordeste, especialmente ao governador da Bahia, Rui Costa. A repercussão do artigo tem gerado alguma polêmica na esquerda, inclusive entre críticos ácidos do PT da Bahia, por isso a minha proposta neste texto é deixarmos a literalidade para os bolsonaristas, "*horse concours*" nesse quesito, e analisar o essencial da crítica de Vladimir Safatle no artigo. O cinturão progressista do Nordeste, região de resistência petista e oposição ao bolsonarismo, formado na eleição de 2018, está agonizando e corre perigo de morte em 2020 em razão da política dos próprios governadores petistas com equívocos de mérito e de método, que tem vários pontos em comum com o bolsonarismo. Essa pasteurização, ausência de polarização de projetos políticos, pode acabar com o predomínio petista na região que hoje é a coluna de sustentação do

25. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 13 de fevereiro de 2020.

Partido dos Trabalhadores, a maior força de esquerda do país. Vejamos.

Equívocos de mérito porque o governador da Bahia, Rui Costa - infelizmente, o caso mais paradigmático desse processo - , além de não politizar o enorme legado dos governos petistas de Lula e Dilma no Nordeste e avançar com ele, tem implantado parte significativa da agenda do bolsonarismo na Bahia: a militarização da educação pública do estado, o fechamento de escolas e a venda de seu terreno em área com o metro quadrado mais caro da cidade, o fechamento de períodos noturnos em vários colégios, a reforma da previdência sem esclarecimento e diálogo com a categoria, a colaboração pouco transparente com a polícia do Rio de Janeiro em uma operação para prender uma testemunha fundamental no esquema da "rachadinha" (se provada seria um duro golpe no bolsonarismo) e que resultou em um homicídio que até a imprensa *mainstream* tem chamado de queima de arquivo. E o mais grave, a militarização da política e o esvaziamento da própria política como consequência.

Mesmo contando com alto índice de aprovação até o final de 2019, essas ações foram efetivadas nos primeiros dias 2020. Um ano absolutamente central para as esquerdas brasileiras para garantir que as eleições municipais sejam o ponto de partida para a derrota da extrema-direita no Brasil. Justamente por isso, a questão é: se as semelhanças entre a política do governador da Bahia e o bolsonarismo se sobrepõem às dife-

renças, por que a população do cinturão progressista no Nordeste continuará votando no PT em 2020 se é tudo a mesma coisa - ainda que não seja no conjunto? Por que a população das principais cidades do Nordeste, predominantemente negra e pobre, continuará votando no PT com a extrema-direita levando vantagem significativa sobre nós por acolher e proteger, ainda que de maneira questionável, um contingente imenso praticamente ignorado pelas esquerdas de mulheres-mães solo pobres e negras cujos filhos são as principais vítimas do genocídio da população negra?

Essa mesma população que além de se sentir desprotegida pelo Estado que tem retirados seus direitos recentemente conquistados, tem sido reiteradamente apertada da esfera política pelo governo petista da Bahia - e isso nos leva ao equívoco de método, que poderá comprometer não só o cinturão progressista no Nordeste em 2020, como a espinha dorsal do PT Nacional. Como pedir que a militância do PT saia às ruas defendendo o Plano Emergencial de Emprego e Renda (PEER) se as dez diretrizes desse Plano não são adotadas nos estados e municípios governados pelo PT? Como exigir que essa população tivesse ido às ruas protestar contra a reforma da previdência bolsonarista se ela tentava abrir canais de negociação para evitar a aprovação da reforma da previdência do estado da Bahia?

Como devemos nos reconectar com a população se essa mesma população, organizada em coletivos e movi-

mentos sociais, escolhe uma candidata, a socióloga Vilma Reis, que tem seu direito de concorrer às prévias do PT em Salvador boicotado de todas as formas, incluindo as mais perversas: que vai do silenciamento público do nome da pré-candidata pelo governador à imposição da candidatura de uma policial militar, uma mulher também negra com um trabalho respeitável, mas que não é filiada ao partido dos trabalhadores e, portanto, não organicidade com o projeto petista de governo e nem compromisso com a defesa do legado dos governos petistas. Como a militância do PT poderá se reconectar com a população se um dos maiores problemas das cidades do país inteiro é o genocídio da população negra e o racismo institucional, e a executiva estadual do PT/BA decidiu no gabinete que a única resposta que o partido para esses dramas concretos da população é a cidade ser governada por uma policial militar que até o momento só tem nos oferecido seu silêncio em nome da hierarquia da corporação por ocasião do caso amplamente divulgado nas redes sociais no qual um adolescente negro foi agredido e humilhado em razão de seu cabelo *black power*?

Como o PT pretende se renovar como força política hegemônica de oposição ao bolsonarismo se no lugar das prévias do partido em Salvador, as executivas dos diretórios estadual e municipal acordaram um encontro meramente homologatório e com inscrições limitadas feitas na internet no qual a militância terá voz e poderá esperar à vontade, mas não poderá votar porque

decidiu-se que a escolha dx candidatx do PT à prefeitura de Salvador será feita por delegadxs, atuais presidentxs das zonais, que não foram eleitxs no último PED para esse objetivo específico? Por que fortalecer a democracia participativa no partido se sempre é possível usar o verniz da representatividade para deixar mais palatável um dirigismo autoritarismo rude, não é mesmo? Por tudo isso, que não é pouco, Vladimir Safatle expõe a maior contradição da esquerda petista nesse início de 2020 e acerta muito quando afirma que falta polarização e sobra duplicidade, principalmente no governo do estado da Bahia que é central para o petismo e para a sobrevivência do cinturão progressista formado em 2018. Por isso, a polarização entre projetos de país, o ultraliberalismo pauloguedista X o social desenvolvimentismo petista, precisa ser aprofundada, radicalizada e amplamente divulgada para ser o ponto de partida para a derrota do bolsonarismo.

Lulismo no Nordeste: reformismo de alto impacto conflitivo

Chamo atenção para as históricas assimetrias regionais do Brasil conferirem características diversas para o conjunto de políticas públicas dos governos petistas, implementadas no período de 2003-2015. O lulismo no Nordeste nunca foi o mesmo lulismo no Centro-sul, região industrializada que sempre concentrou uma classe média com amplo acesso à água, energia elétrica, moradia, educação, lazer, três refeições ao dia e dentição completa. Aqui no Nordeste, não. A maioria da população fora dos

centros urbanos vivia no escuro, sem acesso à água, à educação, à comida. Por isso, a democratização do acesso às políticas públicas do Estado governado pelo PT operou uma verdadeira revolução, a chamada Revolução Severina, que alterou substancialmente todos os indicadores econômicos, sociais e culturais da região.

Desde 2003, o Nordeste deixou de ser o "Brasil Profundo", a região cujo "atraso" foi historicamente construído para fornecer produtos tropicais para o mercado europeu e depois mão-de-obra abundante para ser super explorada no centro-sul. A mudança foi de tal sorte que a página de Economia do portal UOL publicou em 19/02/2013 "Com investimento de U\$\$ 50 bilhões de dólares, o Nordeste vira rota de grandes empresas". Chamo atenção para a data da matéria, uma entre outras tantas que foram publicadas na mesma época. O resultado e as implicações desses investimentos foram temas em outra reportagem na Revista Época, de grande circulação nacional, de 04/07/2015, com direito a manchete de capa "Como o Nordeste virou a China Brasileira". E a Bahia teve um papel protagonista no crescimento da região: até 2015, o estado concentrava o maior número de fábrica de carros e motos, refinarias, estaleiros e siderúrgicas, e uma diversificação de serviços de alta qualidade e rentabilidade.

Esses investimentos só ocorreram em razão das políticas públicas dos governos Lula e Dilma articuladas com as políticas do então governador e atual

senador Jaques Wagner também do PT. Reparem: em 2003, o IBGE apresentou o mapa da pobreza e desigualdade nacional no qual quase 80% dos municípios do Nordeste tinham mais da metade da população vivendo na pobreza e na extrema pobreza. Já em 2004, o Nordeste abrigava mais da metade das famílias que recebiam o Bolsa Família (ALMEIDA; ARAÚJO, 2014/ IBGE 2012). Até 2009, o Nordeste evoluiu na diminuição da desigualdade mais do que as demais regiões do país. De 2003 - 2014 foram criados 16 milhões de empregos com carteira assinada, de sorte que o Nordeste passou de 800 mil pessoas com emprego formal em 2003 para 1 milhão e 700 mil empregos formais em 2010 (Cadastro Geral de Empregos e Desempregados).

É verdade que esses empregos formais não ultrapassaram dois salários-mínimos, mas se considerarmos as históricas assimetrias regionais no país, para famílias inteiras que eram obrigadas a trabalharem em troca de um prato de comida, isso foi extraordinário. Esse valor somado à política de valorização do salário-mínimo do período rompeu com o cruel e perverso destino manifesto de gerações de Severinas e Severinos que foram obrigados a ir para o centro-sul para sobreviver. À essa população foi dado o direito de nascer, crescer e viver em sua terra e com sua família, pois ninguém com alternativa escolhe deixar sua família para ser super explorado e às vezes humilhado na locomotiva do país. Politização maior não há, senhoras e senhores, sobretudo depois da construção de 1, 24 milhões de cisternas, 18 novas

Universidades Federais e 422 Escolas Técnicas só no Nordeste (MEC/2015)

Sobretudo quando se considera que quase 40% das contratações da Faixa 1 do programa "Minha Casa, Minha Vida" se concentravam no Nordeste, região de maior déficit habitacional até 2006. Até o início de 2015, foram construídas 1.730.006 casas em todo país. Dessas, 700 mil casas no Nordeste (PNAD, 2017). É preciso destacar que as mulheres foram protagonistas nos programas de transferência de renda com contrapartidas, de maneira que já em 2010, elas são a maioria das pessoas de referência das famílias monoparentais ou não no Nordeste (PNAD, 2012). No primeiro mandato do governo Lula, a participação do Nordeste no PIB nacional foi de 12,8%. Em 2010, esse número pulou para 13,5%, obtendo um crescimento relativo a 4,6% ao ano - acima da média nacional de 4% (Araújo, 2014). Esses números sugerem muita coisa. A mais importante delas é que enquanto a classe dominante do Nordeste aproveitava o forte investimento estatal e os dólares chineses para investir nas indústrias da região, boa parte da classe dominante do centro-sul, especialmente da locomotiva da nação que marchava acelerada para a insensatez, usou o dinheiro das desonerações para fortalecer o parque industrial nacional e aumentar o número de empregos formais, aplicou no rentismo.

A partir dos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Pessanha (2019) demonstra a evolução

do patrimônio líquido dos fundos financeiros no Brasil em R\$ trilhão, concentrados no Centro-sul: em 2008, ano da crise financeira global, o montante foi de 1,125; em 2011 foi de 1,941; em 2013 foi de 2,469; no ano do golpe de 2016 foi de 3,489. No ano passado, 2019, foi de 5,018. Patrimônio líquido acumulado em TRILHÕES, senhoras e senhores. Esses dados escancaram a insensatez: com a crise global do capitalismo em 2008, houve um racha na classe dominante brasileira, pois a partir de 2013 a classe dominante do Centro-sul aproveitou-se da crise política e dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia para apoiar um projeto de país que afastou a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de aprofundar as assimetrias regionais e reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando-a mais vulnerável às oscilações internacionais. Do ponto de vista de sua vocação histórica: um golpe intraclasses dentro do golpe que está longe de ter terminado em 2016.

O que será da esquerda brasileira?

Agora em 2020, sob o estado policiaisco comandado por Jair Messias Bolsonaro e viabilizado pelas reformas ultraliberais do Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, o alvo da artilharia bolsonarista é, pelas razões acima, a total desmobilização política e econômica do cinturão progressista no Nordeste. Com o objetivo claro de ampliar seus colégios eleitorais nas eleições municipais de 2020 e consagrar nacionalmente o projeto político de extrema-direita em 2022, cujo epicentro

é Rio de Janeiro e São Paulo, o bolsonarismo não tem encontrado resistência e oposição necessárias no governo do estado da Bahia. Ao contrário. Além de pintar com verniz vermelho algumas políticas bolsonaristas, contando com o silêncio de alguns dirigentes da executiva nacional do PT e com a defesa histriônica do indefensável por um grupo de assessores comissionados do estado, a colaboração de Rui Costa ao bolsonarismo por duplicidade está apagando o legado dos governos petistas no Nordeste e poderá comprometer o principal feito do seu governo: o Consórcio do Nordeste, organismo de oposição, resistência e autonomia da região, mas que pode ter a vida precocemente abreviada justamente pela ausência de polarização de projetos políticos aos olhos da população que tem votado no PT desde 2006, quando o perfil do eleitorado do partido mudou de classe e de região.

Se é pra votar em projeto parecido por que votar em um governo de esquerda que acaricia o lobo feito um gato de estimação ao militarizar a política do estado e da prefeitura com a candidatura de ocasião de uma policial que tem um trabalho respeitável, mas não tem força política dentro da corporação e nem fora dela com os movimentos sociais para construir alternativas ao genocídio da população negra e às desigualdades do racismo institucional que acabam configurando um verdadeiro apartheid da maioria da população negra na cidade e no estado? Como milhões de militantes, sou petista filiada, voto no PT desde 1989, defendo o legado dos governos petistas,

sobretudo aqui no Nordeste - região cuja história eu pesquiso há quase duas décadas e na qual moro há seis anos. Quero muito construir com a população da cidade a campanha da candidatura petista para a prefeitura de Salvador escolhida nas prévias do partido por meio do voto da militância depois dos debates com xs candidatxs. Quero mais ainda defender o governo do estado da Bahia e ajudar a propagandear seus feitos findos, sobretudo o Consórcio do Nordeste.

Mas para a militância defender o partido na Bahia e organizar a resistência ao bolsonarismo nas ruas é preciso realinhar as órbitas da política do partido no cinturão progressista, sobretudo no estado da Bahia, e polarizar nossos projetos de cidade, de estado e de país. Demarcar e consolidar a nossa diferença em relação ao bolsonarismo e a tudo eles têm destruído nesse país desde o golpe de 2016 é a nossa única saída. Porque a pasteurização de governos de forças políticas opostas e irreconciliáveis não derrota o fascismo, mas o fortalece porque é sim a morte da esquerda brasileira. E com tiro de canhão no pé esquerdo.

26. A BAHIA E O DIREITISMO COMO DOENÇA ADULTA DO COLABORACIONISMO DE CENTRO-ESQUERDA²⁶

O presidente Jair Messias Bolsonaro foi duramente criticado no editorial desta quarta (19) da Folha de S. Paulo em razão de seus ataques misóginos e abusos de poder contra uma jornalista do mesmo jornal. Nas minhas redes sociais, vários colegas concordaram com os termos da crítica do editorial, mas lembraram do colaboracionismo do jornal na eleição do bolsonarismo, da adesão em bloco do jornal às políticas neoliberais de desmonte do Estado do pauloguedismo e do silêncio quando a ex-presidenta Dilma Rousseff foi vaiada e xingada em um estádio durante a abertura da Copa, transmitida para boa parte do mundo. Vários colegas daqui da Bahia também criticaram a perseguição da família Bolsonaro à jornalista, mas ficaram mais uma vez em silêncio sobre uma das maiores arbitrariedades do governador Rui Costa. Explico: em 08 de janeiro de 2020, a Defensoria Pública do Estado ajuizou ação civil em caráter de urgência para barrar a apresentação de exames ginecológicos das candidatas que tinham sido aprovadas no concurso público de formação de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

A urgência da ação ocorreu porque apesar de haver um acúmulo teórico sobre a impertinência dessa exigência em concursos públicos e de vários órgãos públicos de outros estados da federação terem abolido o exame ginecológico, altamente invasivo às mulheres, o governo do estado da Bahia desconsiderou essas informações e indicações, e naquela altura estava convocando as mulheres aprovadas no concurso para a apresentação dos referidos exames. Nessa semana, uma desembargadora da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador suspendeu a realização do concurso para PM, Corpo de Bombeiros e Agentes da Saúde da PM, argumentando que as exigências dos concursos públicos do estado da Bahia violam os princípios constitucionais "da dignidade da pessoa humana, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e igualdade de gênero, já que existe a exigência de exames invasivos para as mulheres, o que não acontece com os concursados homens".

Qualquer governante de centro-esquerda, ou só de centro mesmo, preocupado em não fortalecer o fascismo do bolsonarismo teria entendido que a Defensoria Pública do Estado da Bahia cumpriu com seu dever ao defender os interesses da população, de sorte que esse governante teria acatado a decisão da desembargadora e refeito o edital dos concursos, garantindo os princípios constitucionais exigido pela Lei Editalícia e sem transformar esse episódio em mais um fato político que arranharia

26. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 13 de fevereiro de 2020.

mais ainda sua atuação pública no governo do estado. Mas o governador da Bahia, Rui Costa, parece que anda deslumbrado com o alto índice de aprovação do seu governo em 2019, de maneira que na correria usual não tem sobrado tempo para ele se preocupar com o mérito e o método de suas atitudes políticas em público, muito menos com a escalada crescente do fascismo bolsonarista. Na segunda-feira à noite, durante seu programa "papo correria", o governador Rui Costa depois de afirmar que não conseguia entender os propósitos de "duas defensoras públicas" (trata-se de uma mulher e um homem), divulgou os nomes da dupla de defensores públicos que ajuizaram a ação civil e incitou a população a constrangê-los: "procurem pelo endereço de e-mail e telefone, dá uma ligada pra Defensoria, pra ver se convence os defensores pra retirar a ação posta junto à Justiça (sic)".

Nessa conjuntura de desespero, miséria e desemprego crescentes em razão das políticas bolsonaristas e das reformas pauloquedistas, imaginem o que pode vir a acontecer quando um governador incita publicamente a população a tomar satisfação e pressionar a dupla de Defensores Públicos do Estado da Bahia pela retirada da ação ajuizada por contrariar os interesses do governador do estado e não da população, cuja maioria é mulher. Quantas vezes Jair Messias Bolsonaro incitou sua malta de apoiadores a constranger publicamente uma mulher que o contrariou na política? Esse tipo de prática é usual em governadores de um partido de centro-es-

querda? Não, senhoras e senhores, não é. Trata-se de uma misoginia irresponsável e do tipo que a esquerda denunciou no carlismo contra a então prefeita de Salvador, Lídice da Mata. O tipo de misoginia que a esquerda acertadamente denuncia no bolsonarismo, mas que o adesismo dos apoiadores do governador da Bahia, incluindo algumas mulheres, têm silenciado reiteradamente porque "não é tempo" de criticá-lo. E quando é?

Oxalá não aconteça nada com a dupla de Defensores Públicos do Estado e nem com quem se vê obrigada a criticar publicamente o governador do estado da Bahia do seu próprio partido para evitar o desarmamento ideológico da militância e, conseqüentemente, do Partido dos Trabalhadores por meio de um conjunto de erros crassos de Rui Costa que tanto tem fortalecido o bolsonarismo e constrangido o petismo. Quando Vladimir Safatle escreveu que a esquerda morreu como metáfora hegeliana, muita gente fingiu que não entendeu o argumento da crítica: justamente o conjunto de atitudes autoritárias e algumas políticas adotadas equivocadamente pelo governo do estado da Bahia hegemônicas pelo neoliberalismo, que tem comprometido o projeto político de oposição ao bolsonarismo do PT nacionalmente.

Porque fazer oposição não é se alinhar ao bolsonarismo e colaborar com ele, mas tensioná-lo diariamente em todas as suas esferas. Até porque o colaboracionismo com profissionais do ramo fascista tem um preço altíssimo: em uma única nota à imprensa, Bolsonaro conse-

guiu jogar a acusação de execução sumária da principal testemunha no esquema de corrupção das "rachadinhas", que comprometeria sua família no governo, no colo da PM da Bahia, de Rui Costa e do PT Nacional - como Lula o havia advertido -, obrigando o governador da Bahia a afirmar publicamente que não sabia da operação. Reinaldo Azevedo escreveu em sua coluna no site UOL que de duas, uma: ou o governador da Bahia não controla a polícia do estado, ou o setor de relações públicas do seu governo está batendo cabeça.

Ou as duas. E criticar esses erros de Rui Costa publicamente não é "esquerdismo infantil", o diagnóstico leninista para designar desvio ideológico à esquerda, como tenho sido acusada por alguns decanos queridos, outros nem tanto, do PT. Como historiadora que sou, confesso que adoro argumentos dados, sobretudo quando a própria história se encarrega de subvertê-los, esse verbo tão bonito, quando não se aprende com ela. Porque o ato de criticar é ação derivada da racionalização que se sobrepõe ao adesismo, é o dever político de qualquer militante que tem em seu horizonte de expectativa o fortalecimento do maior partido de centro-esquerda, o PT, como oposição ao bolsonarismo por meio de projetos políticos polarizados.

Se as mulheres não são PRIORIDADE no governo de Rui Costa - como também não o são no bolsonarismo -, uma vez que o governador da Bahia também fechou o VIVER, espaço público de acolhimento e apoio às mulheres víti-

mas de violência sexual em Periperi, subúrbio de Salvador, por que as mulheres devem apoiar esse projeto político? Se as mulheres não são PRIORIDADE em um projeto político de centro-esquerda e ao criticarem o machismo e a misoginia do governador da Bahia são ridicularizadas, por que devemos apoiar a escolha monocrática de uma mulher para a prefeitura de Salvador com um trabalho respeitável, mas sem autonomia política por que foi escolhida à revelia da militância e das mulheres da cidade das mulheres?

Como dialogar e convencer a militância sobre empoderamento feminino durante uma possível candidatura da Major Denice à prefeitura de Salvador, se o governador Rui Costa não respeita o trabalho de uma Defensora Pública que agiu acertadamente e a expõe publicamente de maneira absolutamente condenável, mesmo com todas as críticas que tenho sobre a atuação pouco ortodoxa de alguns membros do judiciário da operação Lava-Jato, publicadas no livro "Relações Obscenas", em 2019?

Se as mulheres não são PRIORIDADE no governo de Rui Costa, isso me obriga, por uma questão de sobrevivência e vivência, a ser resistência e oposição. A própria existência das mulheres há é resistência e oposição. E depois do Golpe de 2016, não há mais esquerda possível sem colocar como prioridade de um projeto político o fim do feminicídio e do genocídio da população negra e da população indígena. E tratando os problemas de segurança pública com mais violência e encarceramento. Não iremos

muito longe, senhoras e senhores, sem essas pautas democráticas porque um ciclo está se encerrando para a chegada de outro em 2020.

E precisamos coletivamente fortalecer o PT para estar à altura dos desafios enormes que teremos em 2020. Porque em verdade vos digo, se Lênin estivesse vivo e morando em Salvador hoje - a capital mais negra e com índices alarmantes de feminicídio e genocídio -, ele jamais consideraria isso como "esquerdismo infantil". Ao contrário. Inspirado nas atitudes políticas de Rui Costa, Lênin teria escrito outro livro, "Direitismo: a doença adulta do colaboracionismo de centro-esquerda", pra designar o desvio ideológico à direita que tanto tem fortalecido o bolsonarismo.

27. O BOLSONARISMO NÃO PRECISA DOS MILITARES, POIS JÁ TEM SEU EXÉRCITO PARTICULAR²⁷

Engana -se um tanto quem está apostando que Bolsonaro está acuado e em processo de isolamento acelerado e por isso passou a terça-feira de carnaval disparando vídeos para mobilizar sua base para uma manifestação contra o congresso e o STF, em 15 de março. Engana -se mais ainda quem está apostando que Bolsonaro recuou com a con-

vocação da manifestação porque dois milicos, inspirados na Carolina Ferraz, pediram pra ele tirar suas fotos do cartaz da tal manifestação. Na quarta-feira de cinzas, Bolsonaro postou uma foto rindo alto, literalmente.

Sabe por quê? Bolsonaro não precisa do exército pra nada e nem precisa dar mais um golpe porque ele já tem seu exército particular e altamente fiel à sua família: as milícias nos estados - que contam com o silêncio do ministro da Justiça, também super controlado por ele, Bolsonaro. Por isso, o golpe já está rolando e em velocidade acelerada: a milícia está na presidência, nos estados com as PMs e, agora, concorrerão em peso nas eleições municipais e em algumas cidades com apoio de governos de centro-esquerda como aqui na Bahia para a prefeitura de Salvador.

Como poderemos reverter essa situação se o exército quando entra na parada a pedidos é para dar apoio às milícias? Tirando o chefe deles do poder e alterando a pasta da Justiça, oras. Nosso buraco é tão profundo que, nesse momento, veja só Vera Magalhães, a escolha é entre o exército e as milícias. O Impeachment, senhoras e senhores, já é um fato político até o momento articulado pela grande imprensa (as capas das maiores revistas semanais nesse final de semana) e que pode vir a ser uma realidade com a pressão política junto ao congresso da Frente Ampla pela Democracia que se formou involuntária

27. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 27 de fevereiro de 2020.

e rapidamente após a circulação dos vídeos do Bolsonaro.

Rodrigo Maia só está esperando alguém dar o primeiro passo pra ele abrir os trabalhos. Se a esquerda de 1964 acha que o problema é o exército, sugiro rever o vídeo com as cenas no Ceará, e durante esse carnaval: a atuação da PM nos estados. Estamos em guerra e o exército está longe de ser uma das forças desse conflito. Por isso, o #8M será imenso e pelo #EleNão e #ForaBolsonaro

28. DIRIGENTES PETISTAS DIZEM NÃO AO "FORA, BOLSONARO" E TERCEIRIZAM PARA O "CENTRÃO" A MAIOR TAREFA HISTÓRICA DO PT²⁸

Os dirigentes do PT envelheceram, é o que anuncia o Secretário de Comunicação do PT e pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, Jilmar Tatto, na Folha de São Paulo, nessa manhã de Sexta-Feira Santa, ao afirmar que "o PT definiu que não é o momento de aderir ao Fora, Bolsonaro", pois "o foco do partido continua na pandemia do coronavírus, com defesa do isolamento e cobranças para o governo federal aja na proteção dos mais vulneráveis". Os dirigentes do PT envelheceram justamente no momento em que o Partido comemora ape-

nas 40 anos de história, pois demonstram publicamente que não entenderam a extensão mortífera para os trabalhadores do mundo inteiro, precarizados ou não, da maior crise mundial depois de a "grande guerra do século XX", que é a pandemia do coronavírus. E se entenderam, o que é pior: serão coniventes com ela no Brasil.

Os dirigentes do PT envelheceram no mesmo dia em que as Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular passaram a pedir a saída do presidente Jair Messias Bolsonaro, pois entenderam que não há como enfrentar o coronavírus sem derrotar Bolsonaro. Isto é: movimentos sociais, sindicatos e entidades não concordam e desautorizam os dirigentes do partido dos trabalhadores, maior partido de esquerda da América Latina, porque seus dirigentes veem contradição onde não há. Os dirigentes do PT envelheceram ao afirmarem que o Partido "tem o sentimento de apoiar manifestações do campo popular, se solidariza, entende por que as pessoas fazem panelaços", mas, porém, contudo, entretanto e não obstante deslegitimam a força desse movimento crescente, espontâneo e sua natureza disruptiva ao afirmarem que "o povo não está na rua, porque não pode. O Congresso não está se reunindo" - apesar de esse mesmo Congresso ter aprovado a renda universal para os mais vulneráveis da população brasileira.

Os dirigentes do PT envelheceram ao não reconhecerem o papel político

28. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 10 de abril de 2020.

das redes sociais no mundo inteiro e afirmarem que não há condicionantes para um impeachment neste momento: "um crime de responsabilidade caracterizado por juristas, vontade e mobilização popular ...", fingindo desconhecer por cansaço político uma denúncia contra Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional, em Haia (Holanda) por crimes de lesa-humanidade, sobretudo por pedir que a população brasileira morra ao sair do isolamento social e voltar ao trabalho. Os dirigentes do PT envelheceram ao anunciarem publicamente que estão renunciando do exercício da política e não irão construir a maioria do Congresso Nacional em um momento em que 17% dos eleitores de Jair Messias Bolsonaro estão arrependidos do voto em razão de milhares de pessoas que irão morrer por falta de políticas públicas para conter a pandemia do coronavírus - populicídio nos termos do editorial do Libération para designar o Estado genocida e suicida de Jair Messias Bolsonaro e que esses dirigentes do PT serão cúmplices históricos a partir de hoje.

Os dirigentes do PT envelheceram ao afirmarem que irão cobrar que o governo implemente as propostas do Congresso, desconsiderando que Bolsonaro tem combatido publicamente o ministro da saúde do próprio governo em razão de seu negacionismo ortodoxo que coloca milhares de pessoas em risco de morte. Para tentar evitar essa tragédia sem paralelo, Bolsonaro precisou ser contido pela instauração de uma "presidência operacional" que, ao fim e ao cabo, é a tutela militar comandada

pelo Gal. Braga Netto - que os dirigentes petistas usaram como desculpa para aderirem ao impeachment e que agora silenciam.

Os dirigentes do PT envelheceram, estão cansados e em descompasso histórico com a conjuntura e com o próprio Presidente de Honra do PT que, em 1 de abril do corrente, afirmou para o mesmo jornal: "Ou esse cidadão (Jair Messias Bolsonaro) renúncia ou se faz o impeachment dele com base nos crimes de responsabilidade que ele já cometeu". Lula sabe como poucos que a decisão de não aderir ao "Fora, Bolsonaro" é a terceirização do exercício político de oposição para o chamado centrão - como tem ocorrido na chamada "revolta dos governadores", incluindo o governo do estado da Bahia que tem protagonizado esse movimento. Os dirigentes do PT envelheceram, estão cansados e fazendo quarentena política enquanto a maioria da militância do PT tem construído a maioria para aprovar a Renda Universal durante o isolamento social e o impeachment do presidente genocida na presidência. Porque a soberania popular, ainda que à revelia dos dirigentes cansados do partido, é a única vacina para combatermos o vírus e o verme. Que tenhamos a força necessária para a maior luta de nossas vidas.

29. O DESASTRE DO PROCESSO DE ESCOLHA DA CANDIDATURA DO PT À PREFEITURA DE SALVADOR²⁹

O processo de escolha da candidatura petista à prefeitura de Salvador terminou ontem, último domingo de abril, em plena pandemia do coronavírus, durante um encontro internético restrito aos dirigentes petistas dos diretórios municipal e estadual e presidentes das zonais, que não foram eleitos com esse objetivo no último PED. Com 32 votos para a Major Denice Santiago e à revelia dos 13 corajosos membros do diretório que votaram na Socióloga Vilma Reis e no ex Ministro da Cultura Juca Ferreira, o diretório municipal do PT de Salvador decidiu pelo projeto de militarizar a política do município, um dos mais violentos do país em termos de genocídio da população negra, com boa parte das denúncias recaindo justamente sobre a PM, corporação da candidata escolhida.

Esse processo todo foi desde o início muito violento, autoritário e até perverso. Violento porque acreditávamos que o silêncio da candidata escolhida durante a quarentena, com o índice de violência nas comunidades aumentando exponencialmente, era porque ela estava preparando um plano de gover-

no para a cidade e se preparando para debatê-lo com a militância e os demais pré-candidatos. Infelizmente, a major Denice Santiago perdeu a chance de mostrar para a militância as razões pelas quais ela é a candidata dos mandatários do partido. Mas ela não se preparou o debate, não apresentou nenhuma proposta concreta para a cidade e não apareceu ao debate das pré-candidaturas, alegando que tinha um compromisso naquela mesma hora. A candidata tinha tanta certeza que seria a escolhida que nem se deu ao trabalho de se preparar e achou tranquilo desrespeitar os colegas pré-candidatos e petistas decanos do partido que ela se filiou há um mês.

Autoritário porque os dirigentes do partido, essa heteronormatividade branca e anacrônica que comanda os diretórios municipal e estadual do PT/BA precisou usar todo tipo de dispositivo para silenciar a pré-candidatura de Vilma Reis que saiu do movimento de mulheres e da turma "eu quero ela" da bancada do feijão absolutamente articulada com os movimentos sociais e foi crescendo e se desenvolvendo e se legitimou como candidata politicamente na cidade, no estado e no país. Vilma Reis obteve apoio de artistas, intelectuais e políticos decanos do PT no país inteiro. Razão pela qual os dirigentes do partido precisaram forjar uma candidatura que eles pudessem controlar e que fosse à imagem e semelhança de Vilma Reis: mulher, negra, feminista. E no sétimo dia encontraram na major todas as carac-

29. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 27 de abril de 2020.

terísticas necessárias para continuarem controlando o partido e a candidatura dela. Violência maior não há, já escrevi em outra ocasião.

O fato é que a força da candidatura de Vilma Reis é tal e abalou de tal sorte as estruturas do PT da Bahia que logo após o anúncio da vitória de Pirro da Major Denice a coordenação de sua pré-candidatura PLAGIOU o slogan da campanha de Vilma Reis: #AgoraÉEla na tentativa de forjar uma proximidade que não existe ao se apropriar indevidamente do capital político (e simbólico) de Vilma Reis para tentar transferir apoios e votos para a major sob a falácia da "unidade" - a prima pobre da "governabilidade", lembram? Como bisneta de italianos da região da Calábria me lembrei de um ditado que minha avó sempre repetia: quem não sabe aproveitar uma vitória, não merece ganhar. O que vale afirmar que além do autoritarismo de um processo cheio de manobras que resultou na vitória de uma candidata sem legitimidade social e política, a corrente majoritária do PT/BA resolveu terminar o dia provocando a militância.

Cálculo político é pra quem sabe fazer! Escrevo isso porque se é verdade que a Major Denice foi escolhida pelos dirigentes do PT/BA à revelia da militância, também é verdade que a Major só conseguirá ir para o segundo turno com o engajamento dessa mesma militância apartada do processo. Nada indica que isso irá acontecer. Por isso, e agora, o

que devemos fazer como militantes? Será possível construir a unidade com quem provoca o grupo que perdeu? Será possível construir a unidade em torno de um projeto que não foi escolhido por meio de um processo democrático e pela maioria do partido? Será possível construir um projeto em torno de uma candidata sem legitimidade política e que vai agir conforme os projetos dos dirigentes do partido? Por fim: será possível construir a unidade em torno de um projeto que irá militarizar a política de um partido de esquerda e que irá penalizar mais ainda a população negra, pobre e vulnerável do município?

Pois em verdade vos digo, companheiros e companheiras, quem obteve uma vitória de Pirro com essa candidatura precisa construir a unidade ao passo que nós que lutamos pelas pré-candidaturas de Vilma Reis e Juca Ferreira podemos nos juntar, somar esforços, fortalecer nossas candidaturas para a vereança e disputar o PT, esse partido que foi e tem sido construído por todes nós. E o nome disso é resistência, eles sabem. À luta por um PT radicalmente democrático.

30. TODOS JUNTOS, PORÉM DIFERENTES³⁰

Nos últimos dois dias, o assunto mais comentado na esquerda brasileira foi o pronunciamento do ex-presidente Lula em uma reunião do Diretório Nacional do PT sobre a necessidade de cautela em relação aos conteúdos dos manifestos pela democracia e o passado recente de seus signatários - alguns protagonistas do Golpe de 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro por meio de *fake news*. Esse pronunciamento fez muita gente se questionar sobre a possibilidade de as lideranças do PT cometerem outro erro histórico como ocorreu quando o partido dos trabalhadores não assinou a CF/1988 porque considerou a Constituição Cidadã o resultado de um pacto pelo alto no processo de transição da ditadura militar para a democracia.

O erro se revelou quando uma década depois alguns políticos do alto estavam na base de sustentação dos governos petistas - José Sarney, Paulo Maluf e Delfim Neto são as figuras mais emblemáticas desse processo. Por isso, muita gente tem se questionado qual é a dificuldade de uma liderança de esquerda assinar o manifesto #TodosJuntos pela democracia, pela vida e em memória de quase 32 mil pessoas mortas pelo des caso do atual governo de Jair Bolsonaro? Qual é a dificuldade de, após a assina-

tura, essa mesma liderança de esquerda convocar uma coletiva de imprensa para denunciar o Golpe de 2016 com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o impacto das fake news nas eleições de 2018 e a inconsequência política com o antipetismo militante de boa parte da imprensa e de alguns que hoje assinam o referido manifesto que nem toca no nome de Jair Bolsonaro?

Qual é a dificuldade de estar virtual ou pessoalmente em um evento público em defesa da Democracia e por Direitos com pessoas que apoiaram explicitamente o impeachment e depois o bolsonarismo com suas reformas e questioná-los publicamente sobre os direitos tirados da classe trabalhadora? Por que não os indagar sobre a Reforma da Previdência e o desmonte do Estado pela política pauloguedista? Por que não criar um fato político com o arrependimento e a inconsequência dessa turma e mostrar a importância do voto em uma eleição? Sem ingenuidade e sem cinismo: as pessoas não podem se arrepender? Quem votou no bolsonarismo genocida nunca mais vai poder votar na esquerda, muito menos no PT? O critério purista de não se juntar com golpistas arrependidos também será extensivo para as coligações estaduais e municipais? Liberais eram bem-vindos nos governos petistas, mas agora com mais de mil mortes por dia não são mais? As rimas são infames, eu sei, mas não é o momento de pedir cautela para assinar um manifesto porque não se fala em classe trabalhadora:

30. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 04 de junho de 2020.

pois vamos disputar a esfera pública e gritar pela e para a classe trabalhadora, oras.

De que cautela estamos falando quando a própria classe trabalhadora correu risco de morte e foi às ruas de várias capitais do país para lutar pela democracia e contra o fascismo? De que classe trabalhadora estamos falando quando os dados subnotificados do Ministério da Saúde revelam que a quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou. Em duas semanas, de 11 a 26 de abril, mortes de pacientes negros foram de pouco mais de 180 para mais de 930. No mesmo período, mortes de pacientes brancos foram triplicadas. De acordo com a Agência Pública, a explosão de casos de negros que são hospitalizados ou morrem por Covid-19 tem escancarado as desigualdades raciais no Brasil: entre negros, há uma morte a cada três hospitalizados por SRAG causada pelo coronavírus; já entre brancos, há uma morte a cada 4,4 hospitalizações. Ou seja: é a classe trabalhadora que está morrendo aos milhares. Não é por outra razão que nesse momento a esquerda brasileira, com compromisso histórico e ético pela vida e pela diminuição das desigualdades, deve deixar de lado qualquer diferença e ficar ombro a ombro com todos e todas que lutam pela democracia e pelo #ForaBolsonaro

É pela morte cruel e desassistida da classe trabalhadora nessa pandemia

que se espera que o ex-presidente Lula não fique apenas nas lives diárias como o Felipe Neto e ocupe seu histórico lugar como a única liderança política mundial capaz de articular uma aliança interna e externa contra o fascismo e o genocídio de pobres e negros pelo descaso de Jair Bolsonaro, e lutar em defesa da classe trabalhadora, por mais direitos, por um Estado forte capaz de dinamizar a economia e amparar os desvalidos nessa pandemia e, principalmente, pela retomada da normalidade democrática no país para a disputa de projetos de nação. Deixemos a cautela para dias piores. Nessa pandemia, precisamos de coragem à altura do desafio e #TodosJuntos para evitar a tragédia prevista pela OMS para o mês de julho no Brasil: serão milhões de pessoas infectadas e quase dez vezes o número de óbitos.

31. POLARIZAR E COMPREENDER A CENTRALIDADE DO NEGACIONISMO, DUAS ARMAS PARA DERROTAR O BOLSONARISMO³¹

Não é de hoje que muitos analistas apontam que a esquerda nacional ainda está atabalhoada com o resultado da **eleição de 2018**. Enquanto isso, mesmo com baixas e muitas polêmicas, o governo de Jair Bolsonaro segue demons-

³¹. Entrevista originalmente publicada no site “Instituto Humanitas da Unisinos” em 31 de agosto de 2020.

trando sua resiliência e poder de reação. Dado que é confirmado em pesquisas que revelam aumento da **aprovação no Nordeste**, tido como um dos redutos petistas – na primeira quinzena de agosto, o **DataFolha apontou** queda na rejeição a Bolsonaro de 52% para 35%. Para a historiadora Patrícia Valim, é muito reducionismo explicar essa adesão dos nordestinos apenas considerando a concessão do auxílio emergencial durante a pandemia. “Existem várias coisas, há um desconhecimento profundo do **Brasil**. E já era possível que estivéssemos em outro lugar se tivéssemos estendido um olhar para a História pública amplamente divulgada”, aponta.

Além de problematizar a **adesão a Bolsonaro no Nordeste** e a falta de sensibilidade de compreender o local, na entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, **Patrícia** desenvolve duas teses centrais. A primeira é que, ao contrário do que se tem dito, a esquerda precisa apostar na **polarização** para enfrentar o **bolsonarismo**. “A nossa saída é a polarização, porque senão se estabelecem relações de equivalência e daí o novo sempre ganha. E o novo com **auxílio emergencial** vai ganhar mais ainda. Esse cenário que você traz, a gente explica por isso, essa é a porta de entrada”, observa. “Somos diferentes e a população precisa entender qual é a diferença, precisamos explicar à população quem somos, o que defendemos. Não estou falando que somos melhores ou piores, mas somos diferentes e a população precisa entender, ter opção”, detalha.

E além de **polarizar**, a professora defende que se compreenda o que está no centro das lógicas da **extrema direita** e, em especial, do **bolsonarismo**. “Nosso argumento é de que é o negacionismo”, aposta. Segundo ela, o negacionismo “não é apenas o ato de negar, mas é o ato de negar em várias etapas e, ao mesmo tempo, você nega e constrói todo um universo histórico, um universo simbólico. Quando se nega uma coisa, tem que colocar outra no lugar”. Como diz **Patrícia**, quem nega não nega necessariamente como estratégia política, nega numa conversa de família, de amigos e isso vai em fluxo até se conectar com o espectro político. “O negacionismo não é algo vocacionalmente da extrema direita. Se tem o negacionismo em fases e se tem tipos”, reitera.

Por fim, como militante e partidária de esquerda, **Patrícia** não se furta da crítica ao PT em todo esse processo, pois acredita que a mesma construção histórica que vai simplificar e estigmatizar a vida no **Nordeste**, vai contaminar a política atual. Assim, se gere o **Brasil** desde **Rio de Janeiro** e **São Paulo** sem levar em conta as complexidades regionais. “**A esquerda do Centro-Sul** é dirigida hoje, desde que ela foi golpeada, pelos que chamo de ‘os retornados’. São pessoas que voltam para suas localidades e estão muito preocupadas em garantir algum espaço dentro da burocracia partidária” e, logo, perdem o que se denomina como conexão com a rua ou com as realidades locais.

IHU On-Line – Auxílio emergencial e incursões pelo Nordeste brasileiro estão no horizonte do presidente Jair Bolsonaro. Vemos aí alguma aproximação com as estratégias lulistas?

Patrícia Valim – Penso que setores da **base de Bolsonaro**, ou pelo menos os mais próximos dele, já acenavam que ele não conseguiria governar com alguma tranquilidade, no sentido de tocar sem muita tensão suas políticas, se não houvesse algum tipo de incursão no **Nordeste**. Historicamente, vê-se que o Nordeste tem um peso significativo nas eleições e essa região se torna importante no contexto geral do resultado da eleição presidencial. Bolsonaro considera entre as questões mais importantes o projeto de nacionalizar um **estado “milicialesco”** como foi testado no **Rio de Janeiro**. E o Nordeste é uma região central até hoje, porque acabou conformando aquilo que chamo de cinturão progressista na eleição de 2018.

Se pegarmos a soma total dos votos, veremos que Jair Bolsonaro não obteve 18% na região. Para ele nacionalizar um **estado de milícia**, um estado no qual se tem toda diretriz voltada para o armamento e uma lógica militar, ele hoje precisa entrar no **Nordeste**. E com essa pandemia, e também com essa aproximação ao Centrão, **Bolsonaro** entendeu que o **Nordeste** é fundamental nesse projeto de poder. É um projeto que me parece, inclusive, dinástico, pois não tem a intenção de articular esse projeto com outros grupos. Ele está usando o **Centrão** para se manter no poder e não

cair em razão do número de pedidos de impeachment. Essa estratégia adotada não é só **lulista**, mas é uma estratégia historicamente construída e que foi um dos grandes carros-chefes do lulismo. Mas ela não começa e não se esgota no

IHU On-Line – Segundo os últimos dados da pesquisa realizada pelo DataFolha, Bolsonaro aumenta sua aprovação no Nordeste. Mas a senhora aponta equívocos na análise desses dados. Um deles é a nacionalização de um processo que ocorre no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Em que consiste esse processo e quais os riscos de se olhar o Brasil como se fosse Rio e São Paulo?

Patrícia Valim – Sou historiadora e professora da **Universidade Federal da Bahia**, meu mestrado e doutorado é sobre um evento que trata de um crime de lesa-majestade conhecido na historiografia como **Conjuração Baiana**. Então, pensar a região é uma das minhas principais preocupações como pesquisadora e professora e, inclusive, pensar a polissemia do conceito de região. A que me refiro quando falo de região? É uma questão importante para mim, para meus orientandos e também pelo fato de ser filiada ao **Partido dos Trabalhadores - PT**. Desde as últimas eleições venho fazendo um levantamento para o Partido e para as principais candidaturas sobre o comportamento do Nordeste. Sou paulista, mas moro em Salvador há cinco anos e me parece central perceber algumas questões. Uma delas é que, do ponto

de vista da **História**, aquela que é divulgada nos livros didáticos é feita, escrita, pensada e produzida no **Rio de Janeiro** e em **São Paulo**. Então, os conteúdos desses livros que são distribuídos pelo Estado brasileiro do **Oiapoque** ao **Chuí** foram pensados desde o **Centro-Sul**, só que tendem a ganhar uma dimensão nacional na escrita desses conteúdos por historiadores dessas regiões. Existem trabalhos mostrando isso, não é uma impressão minha.

E essa perspectiva se estende para a política, porque as sedes dos partidos de maior projeção nacional ficam no **Centro-Sul**. O PT, por exemplo, tem sua sede na Vila Mariana, em **São Paulo**, ainda que a sustentação do **Partido dos Trabalhadores** do ponto de vista nacional atualmente esteja longe do **Centro-Sul**; aliás, está justamente no **Nordeste**. Então, para o PT continuar sobrevivendo bem na cena política, é preciso ter o Nordeste muito combativo em relação ao **bolsonarismo**.

Do passado para o presente

Acontece que esse mesmo movimento que vemos na **História**, na escrita da História e na elaboração do livro didático – e isso mesmo durante os governos petistas, pois são cinco empresas transnacionais que fazem isso e todas estão em **São Paulo** e no **Rio de Janeiro** –, faz com que as inúmeras lutas, desde a chegada do primeiro português até as diversas lutas pela independência do **Brasil** sejam silenciadas e apagadas a

partir dessas assimetrias regionais. Isso tem uma implicação gravíssima na cena política historicamente.

Do ponto de vista da **direita**, de um projeto de país cuja riqueza é concentrada na mão de poucos, em um país com diferenças econômicas, sociais e culturais, o fato de ter uma região subdesenvolvida perto de outra mais desenvolvida faz com que essa região mais desenvolvida ganhe em cima do subdesenvolvimento da outra região. Se podemos falar de **colonização epistemológica** quando pensamos a escrita da História, também podemos falar de **colonização política**. Os próprios encontros nacionais dos partidos não levam isso em conta. Por exemplo, na **última convenção do PT**, durante vários encontros que ocorreram na região do **Nordeste**, eram pessoas do **Centro-Sul** que vinham falar aqui. Até um dia que fiz um post e publiquei num site questionando: ‘não tem nenhuma liderança política do PT no **Norte e Nordeste**? Nem homem e nem mulher? Só Centro-Sul faz política?’. O PT sai das **eleições de 2018** com quase 48 milhões de votos por quê? Ora, por quê? Poxa vida, isso é um desrespeito.

Equívoco

Então, mesmo no **campo da esquerda** se tem esse fenômeno que é uma coisa inacreditável. E isso tem um equívoco na origem de um entendimento de Brasil que é pensar que temos um **Estado brasileiro** surgido em 1930, com **Getúlio Vargas**. Na verdade, é um

Estado que surgiu quando já se tem quase quatro séculos de outros estados, de outro Brasil, com escravidão, com assimetrias, com latifúndio, vários arranjos de trabalho compulsório, várias unidades de produção, ritmos políticos distintos e histórias completamente distintas. Isso tudo faz com que, por exemplo, uma pesquisa nunca entenda o **Brasil** em sua diversidade regional.

O desafio do Brasil profundo

Isso faz com que as **políticas públicas**, historicamente elaboradas pelos governos que ocuparam as estruturas internas do Estado, não tenham o recorte regional; exceto o **PT**. E meu argumento é justamente esse, pois quando se tem a dimensão do Brasil profundo – e mostro esses dados num artigo – e mesmo assim há uma opção política de investir na região **Centro-Sul**, existe ali um problema forte. Tanto é que o centro de elaboração e disseminação médio de divulgação de propaganda é o Centro-Sul. Não por acaso, **Rio** e **São Paulo**.

Diferenças regionais

E sobre a pesquisa do DataFolha, em relação a **Bolsonaro**, quem analisa os resultados está olhando para **São Paulo**. É muito comum tomar o pobre da região Sudeste do mesmo modo que o pobre da região **Nordeste**. E não é. Aqui não se tem dente, ter dentição completa é raro; não tem água, um milhão de cisternas pode resolver o problema mais emergencial da falta de água, mas não universaliza. É outra coisa. Por isso é pre-

ciso olhar com cuidado, pensar com cuidado, caso contrário se faz um pastiche e a gente fica patinando porque não sai do lugar, porque não olha para esse **Brasil** com cuidado, com a calma que a História requer.

IHU On-Line – Por que se olha para esse Nordeste de forma tão homogênea e como romper com isso, olhando para os estados e suas particularidades?

Patrícia Valim – Temos essa **reinvenção do Nordeste** – para usar uma expressão do historiador *Durval Muniz*. É a invenção de um **Nordeste** que é atrasado, incivilizado, tacanho, servil e sempre submisso e subjugado ao **Centro-Sul**. Além disso, o **subdesenvolvimento do Nordeste** é uma decisão política. Não é algo natural, que ocorra em razão de intempéries da natureza, mas é um projeto, uma decisão política. E, assim, temos toda uma História que mostra as pessoas sendo levadas a sair de suas regiões para serem superexploradas no Centro-Sul em um subemprego.

Existe todo um **Estado liberal, neoliberal** que faz essa narrativa do **Nordeste**, sobretudo para destacar o desenvolvimento do Centro-Sul com a ideia cafona de locomotiva da nação. É uma coisa estapafúrdia, inacreditável. E esses modelos e ideias, essas invenções, são retomados de tempos em tempos. Se pegarmos as **manifestações da classe média** mobilizando o **verde-amarelismo**, mais uma vez na História, veremos que está mobilizando também a ideia de

locomotiva da nação. Isso implica perceber que quando se tem uma região como locomotiva da nação, a premissa seguinte é a de que a outra região está na praia, ou seja, uns trabalham para os outros estarem na praia. Eu canso de ouvir isso, quando a questão é outra, obviamente.

Que exista uma **direita liberal** que se beneficia dessas estruturas e dessa narrativa a gente entende, pois é ela quem constrói isso. Agora, quando a esquerda compra essa narrativa, como aconteceu agora no episódio com os dados da pesquisa sobre a aprovação de Bolsonaro no **Nordeste**, e que se justifica falando que as pessoas do Nordeste não têm acesso à informação e não estão acostumadas a refletir sobre isso, não dá para aceitar. O que é isso? A gente não explica a entrada do Nordeste por essa porta, isso é uma pegadinha, inclusive, que a direita nos coloca e que a gente acaba reproduzindo, mas não podemos fazer isso.

Barrando estereótipos

Essa ideia da **baianidade** é uma perversão para subexplorar a região. E assim se vem para cá, faz o que quer, sem cuidados. Enfim, há implicações diversas. O fato é: como podemos começar a barrar isso? Precisamos fazer uma discussão muito fraterna, primeiro, no campo histórico, pensar na **História do Brasil**, de **São Paulo**, do **Centro-Sul** e ver como se está longe de compreen-

der essas diferenças. Segundo, é olhar para essas regiões entendendo suas assimetrias como construções históricas e olhar para sua população, suas gentes, com agenciamentos próprios. Qualquer projeto de **retomada da democracia**, não da maneira como tínhamos antes, muito ruim, muito limitada e com muitas assimetrias, mas na construção de uma nova democracia radical, não ocorrerá se não fizermos um pacto para diminuir as desigualdades regionais. Isso se quisermos pensar o país na dimensão que a gente precisa. Ou então, pensarmos nas nossas diversidades respeitando essas diversidades. Eu penso que passa por aí.

Espaço de representação

Passa, também, por dentro dos **espaços de representação**. É não só ter homens e mulheres, mas também um cuidado com pessoas que possam se construir dentro dessas regiões. Porque elas estão ali construindo no dia a dia, estão construindo **política pública**, elas sabem do que estão falando também. É você olhar com cuidado e não ser tão arrogante no sentido de achar que o **Sudeste** explica tudo. Senão, vamos continuar perdendo todas, não tem como pensar um projeto, seja ele qual for, baseado no **Brasil** profundo historicamente sem levantar essas questões. Não se pode mais ter uma região em detrimento de outras.

IHU On-Line – E toda essa construção que se faz não passa por um profundo desconhecimento do Brasil?

Como compreender o fato de que, no Brasil colônia, as capitânicas do Nordeste eram mais cobiçadas e com o tempo essa região passou a ser vista como mais empobrecida?

Patrícia Valim – Existem várias coisas, e você está certo, há um **desconhecimento profundo do Brasil**. E já era possível que estivéssemos em outro lugar se tivéssemos estendido um olhar para a História pública amplamente divulgada, que é a História largamente consumida por vários setores. É mostrar a diversidade deste país, a História das regiões. Isso é muito importante, pois o **Nordeste** não se resume a praia, tampouco a cana-de-açúcar para exportação do período colonial. Ele tinha – e ainda tem – tudo ao mesmo tempo.

Durante as manifestações de junho de 2013, eu fiz um levantamento das capas das revistas de circulação nacional e percebi que a **Bahia** apareceu umas quatro ou cinco vezes; foi capa da **Valor**, da **Exame** e da **Isto É**. As capas eram assim: *Bahia, a nova China do Brasil*. A quantidade de dinheiro, **de investimento chinês na Bahia** – e no **Nordeste** até hoje – é inacreditável. Superava, em muito, o investimento da China no **Sudeste**. A quantidade de alunos matriculados nas **universidades públicas no Nordeste** nesse período ultrapassou os matriculados no Sudeste. Isso tem uma implicação histórica e ainda estamos colhendo os frutos. Isso passa pela construção do cinturão progressista. Existem novos agentes, novas epistemologias,

novas maneiras de existir e resistir na esfera pública. Isso muda o país.

O **Nordeste** não está apartado, é o **Centro-Sul** que tem esse discurso. Não podemos cair nessa viagem. Conhecer a história dessas regiões, não só do Nordeste, mas de todas, significa conhecer a diversidade e respeitar o diverso. Mas, também, significa aquilo que falta nos governos de centro-esquerda, que é o letramento político. É preciso ensinar o que é diversidade, o que é respeitar; é preciso ensinar valores republicanos, ensinar o que é e como respeitar uma democracia, caso contrário você não vai saber o que está perdendo, não vai ter dimensão do golpe, de tudo que tiraram de você, daquilo que poderia ter. Os americanos chamam isso de letramento político e isso é importante, é uma saída fundamental e é uma decisão política.

Colonização epistemológica

E isso é algo muito difícil de se convencer. Só para se ter ideia, aqui na **Bahia**, por exemplo, e nos demais estados governados pelo **PT**, o **livro didático** consumido não é escrito e nem feito aqui. Como eu disse antes, o livro didático é escrito e produzido no Centro-Sul. O conjunto das histórias, dos fatos, dos eventos que compõem essa História que é narrada nesse livro didático não tem nada a ver com a **História do Nordeste**. É uma colonização epistemológica pesada, profunda. Ela é construída. Vejamos outro exemplo. Houve uma novela da **Rede Globo** chamada *Velho Chico*, que foi

muito comentada porque tinha o **rio São Francisco** como protagonista. É uma coisa maravilhosa, embora o rio fosse fake, porque o rio usado nas filmagens era o Paraguaçu, que passa na **Bahia** rumo ao recôncavo – um dos atores morreu, de fato, engolido pelo **rio São Francisco**. Observe que estamos falando de uma novela que passa em horário nobre, do **Oiapoque** ao **Chuí**, inclusive fora do país, tendo um rio baiano que atravessa o **Nordeste**. Pois bem, a casa do pai da mocinha ficava na região do **recôncavo baiano**. Quando se olha, da primeira cena à novela toda, percebe-se que não tem um liquidificador na casa dessa pessoa. Toda a estrutura das cenas parece um quadro de **Debret** do século XIX, com uma estrutura arcaica, de um **Nordeste** pesado, velho, carcomido por um passado que é refletido na cafonice das roupas dos personagens que eram o pai e a madrasta da mocinha. Isso é uma coisa inacreditável.

Quando se passa a analisar as cenas, vão se percebendo coisas como, por exemplo, um **samba do recôncavo** que é transformado em algo impressionante. A mocinha chega dos estudos na **Europa**, montada num cavalo branco, numa festa em que se distribui cachaça – e isso é verdade, é muito comum aqui – e as pessoas começam a “virar no santo” a partir do samba. As cenas são como se as pessoas estivessem tendo ataques epiléticos, caem no chão. Isso é cena de “virar no santo”, mas isso não existe no samba do recôncavo. Esses exemplos são para pensarmos numa ideia de **Nordeste** absolutamente atrasada e que justifica

uma narrativa da direita do **Centro-Sul** que diz que o **Nordeste** não quer trabalhar e que vive do Bolsa Família em razão do atraso. No entanto isso não é verdade. E quando se pega uma pesquisa como a do **DataFolha**, quando há sociólogos que respondem da maneira como respondem, eles não estão agindo de modo diferente, pois se está reforçando essa leitura absurdamente equivocada e classista. Mas isso não procede, inclusive do ponto de vista estatístico. Tem muita região do Centro-Sul que recebe mais recursos assistenciais que estados do Nordeste. A ideia é que o tempo todo é preciso mediar essa narrativa do Centro-Sul. Mesmo as mais bem-intencionadas narrativas dos campos progressistas têm como prática pegar fenômenos e dados do Centro-Sul e estender para o resto do **Brasil**. Isso é uma perversão.

IHU On-Line – Os estados do Nordeste com as maiores taxas de recebimento do auxílio emergencial são Maranhão e Piauí. No entanto, os estados com as maiores taxas de aprovação do governo Bolsonaro são Bahia e Ceará. Como analisa esse cenário?

Patrícia Valim – A proposta que faço para essa entrada de **Bolsonaro** – aliás, rascunhei isso no começo deste ano, quase sem saber, num texto intitulado “Por quem os sinos dobram na esquerda petista?” – é a de que estávamos naquele momento, no começo do ano, numa sinuca de bico e que Bolsonaro não encontraria resistência se os **governos petistas** continuassem agindo muito afinados com a política econômica e cultu-

ral dele. E foi dito e feito. Como se explica que no **Maranhão** e no **Piauí** – mesmo Piauí sendo governado pelo **PT** – não tenha crescido o apoio na mesma medida? Se explica com as políticas adotadas, por exemplo, na **Bahia**. É o que faz parte de uma tese maior, em que Vladimir Safatle diz que a esquerda morre. Mas quando a esquerda morre? Obviamente que é uma morte simbólica, mas é quando ela deixa de **polarizar com a direita**. É uma tese que vai absolutamente na contramão desses liberais quando propõem que é preciso acabar com a polarização. A nossa saída é a **polarização**, porque senão se estabelecem relações de equivalência e daí o novo sempre ganha. E o novo com **auxílio emergencial** vai ganhar mais ainda. Esse cenário que você traz, a gente explica por isso, essa é a porta de entrada. É como abrir a porta para o assaltante, receber com tapete vermelho e oferecer a ele um chá às cinco da tarde.

Temos aqui na **Bahia**, por exemplo, a **privatização da agência reguladora da água** – estou falando de água –, temos a **militarização das escolas estaduais**, temos uma **reforma da previdência** que foi feita à revelia dos servidores públicos, sem diálogo e com a tropa de choque dentro da **Assembleia Legislativa** – nunca vi um negócio desses, nem a **direita** fez isso. Também tem um governador que polemiza o tempo todo com o **Ministério Público**, quando poderia andar em parceria, tem políticas que não colocam nada de dinheiro na cultura etc. Enfim, tudo que **Bolsonaro** faz em dimensão nacional tem sido feito

aqui em dimensão estadual. O sujeito vai ver diferença onde?

“Como a gente sai dessa?”

Eu acho que essa é a explicação e isso torna a vida da **esquerda** mais complicada. Não adianta darmos uma explicação simples e rápida se não vai apontar saída. Como a gente sai dessa? Acho que essa é a pergunta. Penso, e os dados mostram, que a resistência a **Bolsonaro** tem que se dar aqui. No **Maranhão** e no **Piauí** existem focos duros de resistência. Bolsonaro avançou em relação à aprovação que ele tinha aqui, que era muito baixa, mas está longe de ter **hegemonia dentro do Nordeste**. Acredito que a gente ainda tem condições de reverter esse jogo por aqui.

Retomada pelo Nordeste

O **Nordeste** é cada vez mais importante para uma retomada da democracia nacional. Mas não pode ser como sempre foi do tipo ‘o Nordeste salva para a gente continuar danando com ele depois’. Não pode mais ser assim, é preciso parar, fazer um grande pacto. Precisamos compreender que aqui no Nordeste a detenção completa é privilégio. E estou chamando de privilégio aquilo que não se consegue universalizar, tudo que pode ser universalizado não é privilégio. E ter os dentes completos, por aqui, é privilégio. Já viram uma coisa dessas?

O sujeito nasce e não tem a opção de escolher se quer ficar plantando e criar as cabrinhas dele. Ele não quer ser pobre no **Centro-Sul**, não quer receber **Bolsa Família**. Se você perguntar, ele quer ficar na beira do **rio São Francisco**, plantando as coisinhas dele. A família dele está ali há séculos, não tem que tirar o sujeito dali para construir Belo Monte, botá-lo no meio do nada e dar a ele **Bolsa Família**. Não pode tomar a terra do sujeito e fazer dele um pobre.

Discurso da segurança

Quando um **governo de esquerda** faz um negócio desses o sujeito vai votar em quem? Em quem promete segurança, porque é um combinado. Não adianta achar que **Bolsonaro** atua em uma frente só. Ele tem um grande projeto de nacionalizar o **Estado miliciano** e isso passa por vender uma narrativa de que ele dá segurança para as pessoas, e isso não procede. Temos no país uma predominância imensa de mães solteiras criando seus filhos sozinhas, um genocídio da população negra, alvo de **PMs**. Veja como a gente fecha a equação. Se não tem um governo progressista de esquerda polarizando com o fascismo, se iguala e se perde o jogo. E aqui estamos falando de fascismo, porque não se trata de um liberal radical, mas de um fascista. O sujeito é genocida; ele calcula, no governo dele, um tanto da população que pode morrer e está operando nessa dimensão.

IHU On-Line – Analistas apontam que a esquerda brasileira parece embebida numa letargia enquanto alas da direita e extrema direita avançam. Um dos fatores que levariam a esse cenário é que a esquerda teria perdido o contato com a rua. Você concorda? E o que seria esse ‘perder o contato com a rua’?

Patrícia Valim – Concordo e não concordo. Não concordo porque é isto: a **esquerda do Centro-Sul** é dirigida hoje, desde que ela foi golpeada, pelos que chamo de “os retornados”. São pessoas que voltam para suas localidades e estão muito preocupadas em garantir algum espaço dentro da **burocracia partidária**. E aqui falo da esquerda hegemônica, petista, porque não adianta falar das formas que sozinhas não acumulam, não têm como mudar, propor. Há uma série de coletivos e partidos que estão construindo um caminho, mas ainda do ponto de vista histórico e quantitativo se tem uma potência que é o **Partido dos Trabalhadores**, uma potência eleitoral extremamente capilarizada, com mais de dois milhões de filiados.

Por exemplo, na **Fundação Perseu Abramo** há uma disputa fratricida. Sou conselheira da **Perseu Abramo** e houve um desmonte com políticas altamente sofisticadas que vinham das gestões de Marcio Pochmann. Agora, tem ali uma turma que faz um negócio inacreditável. São pessoas que estavam desde a fundação do **PT** e se formos acompanhar, vemos que dia e noite, noite e dia sai o boletim do que o presidente da Fundação

Perseu Abramo pensa sobre o mundo. Cara, na boa, não queremos saber o que ele pensa. São pessoas que estão com muita dificuldade de construir coletivamente, porque nessa altura do campeonato estão muito cansadas, já se tem um certo acúmulo histórico, como é o caso de **José Dirceu**, e que tentam sobreviver dentro dessa lógica e dessa burocracia partidária. Isso no Centro-Sul. Aqui não, temos uma **esquerda** que vai muito para a rua, que está muito no sertão, aposta muito na economia solidária, está muito ali nos coletivos que têm sido construídos. Por isso, acho que essa lógica da rua não se dá no **Nordeste**.

Letargia na esquerda

Se há uma **letargia da esquerda de modo geral**? Eu acho que há e ela é menos a vontade de estar na rua, é uma dificuldade também de qualificar e entender o bolsonarismo. Se você não entende aquilo a que vai se opor, fica difícil marcar uma posição. Há uma dificuldade de entendimento do **bolsonarismo** e a realidade tem mostrado que não é um bloco, não é algo que está dado. **Necropolítica** é a palavra mais dita e menos compreendida dos últimos tempos. O bolsonarismo é algo que vai além de Bolsonaro. Se **Bolsonaro** sair de cena, se aposentar, vamos continuar tendo um problema imenso porque é um modo de vida, é um projeto econômico, é um **“paulo-guedismo”**, mas também é **Damare**s nos dando a linha, é o negacionismo dando a linha do Estado. Ou seja, ele tem suas dimensões. E há

uma dificuldade de entendimento dessas dimensões todas.

Depois, ainda há uma dificuldade de análise, pois estão analisando de modo errado os fenômenos. Acho que os instrumentos analíticos da realidade precisam ser mudados, precisam ser calibrados. Por exemplo, a análise sobre essa **pesquisa do DataFolha** não acumula politicamente, não mostra caminho nenhum. Se diz só que **Bolsonaro** avançou porque a população do **Nordeste** é iletrada, não tem acesso à informação e pronto. Mas isso quer dizer o quê? Suponhamos que isso seja verdade – não é –, mas suponhamos. Isso leva onde? Se faz o que com esse dado? Então se acaba naturalizando algo que não é natural. É uma construção, é um debate, está tensionado, se está disputando. Isso se vê numa equipe imensa. Precisamos calibrar os instrumentos analíticos do real.

Governadores

A outra coisa é que precisa chamar os seus governadores e dar uma situada neles. Eu não preciso ser ou virar evangélica para dialogar com os **evangélicos** que votaram em **Bolsonaro**. Eu só não posso ter superioridade moral; não posso tentar convencer um evangélico a não ser evangélico. Entendo que esse seja o caminho dos **governadores petistas**, da **esquerda**. Não precisa operar no bolsonarismo para ganhar eleição. Ao contrário, precisa entender isso. Mas eles se negam terminantemente a entender.

IHU On-Line – O que está querendo dizer é que falta à esquerda hegemônica enterrar alguns modelos analíticos e figuras do passado para de fato se compreender esse novo fenômeno?

Patrícia Valim – Aí também não, porque assim você me coloca numa situação complicada. Veja bem, com relação a **José Dirceu**, eu subscrevo tudo que ele fala. Apesar de ele ter sido altamente criminalizado na esfera pública, ele é alguém dentro do **PT** que está entendendo tudo o que está acontecendo. É muito antenado com as questões e para ele é muito claro, como para uma parte do PT, que não dá mais, pois há premissas de uma ruptura, o golpe, que precisam ser mudadas. E as políticas precisam ser pensadas a partir delas, as estratégias precisam ser elaboradas considerando que o golpe é um golpe. Não adianta eu ficar acusando que é um golpe e continuar pensando estratégia política como se o golpe não tivesse acontecido.

Dois exemplos práticos: há apoio a uma **liderança bolsonarista** em **Belford Roxo**, no Rio de Janeiro. Observe dois pesos e duas medidas. Daí, Valter Pomar vai lá e faz um salseiro porque não pode apoiar bolsonarista. Não pode, ok. Mas se olha aqui para a **Bahia**, qual é o candidato do **PT** para disputar a prefeitura de **Salvador**? É policial. E qual o candidato a vice dessa policial? Um sargento. O que é isso? É uma loucura. O **bolsonarismo** é isso, chega, abre a porta da sua casa, estende o tapete vermelho, pede para sentar-se na sua sala e você serve o chá no

melhor jogo de porcelana. Aí justificam dizendo que em Salvador existem as alianças e sei lá o quê... Mas não é assim que funciona, não estamos mais brincando. Essa candidatura é um equívoco.

A **candidatura de São Paulo**, da forma como foi escolhida, é uma vergonha, e já se apontou isso inúmeras vezes. **José Dirceu**, eu, uma turma tem apontado isso publicamente. Agora, o que aconteceu? A coisa foi tão feia que um grupo se obrigou e tem se obrigado a se manifestar publicamente, um grupo de petistas históricos, e apoiadores históricos, contra o **PT**. É isso que estão conseguindo. Então, é preciso calibrar os mecanismos de análises, e aí reforço essa ideia de que não estão tendo condição de entender o que é o bolsonarismo, sem querer parecer arrogante.

Olhar diverso

Também é preciso olhar o **Brasil** de maneira diversa, é preciso entender que uma **fundação partidária** tem por objetivo formular **política pública** e não ficar incensando o que o presidente acha ou deixou de achar, ele não foi nomeado para isso. Está lá temporariamente e tem que produzir, tem que entender a realidade e não está entendendo. É isso que precisa fazer, se quiser continuar como força hegemônica.

De novo: polarizar é preciso

Dentro da **esquerda** eu acho que é um projeto construir hegemonia. Não

precisa construir hegemonia tosca, pode construir uma hegemonia interessante, mas não desse jeito. Porque não é que o bolsonarismo vai avançar, ele vai fazer terra arrasada. Por isso temos que barrar Bolsonaro. Mas se barra como? Polarizando. Vai ter que polarizar a esquerda, centro-esquerda, não vai ter outra alternativa que não seja a polarização. Somos diferentes e a população precisa entender qual é a diferença, precisamos explicar à população quem somos, o que defendemos. Não estou falando que somos melhores ou piores, mas somos diferentes e a população precisa entender, ter opção. Quando não se polariza, se tira a opção da população, e aí o novo sempre aparece. Isso desde que o mundo é mundo. Temos um problema partidário. O **PSol**, nesse sentido, se coloca de uma maneira muito mais arrojada – não gosto desse termo, mas na falta de um melhor – porque ele olha, vê e ouve, cresce muito na política nacional com o [Guilherme] Boulos. [Fernando] **Haddad** é maravilhoso, tem um entendimento da realidade muito interessante, mas é massacrado dentro do **PT** o tempo inteiro, ficam massacrando porque ele é liberal. Mas, e daí? Isso quer dizer o quê? Quando se coloca um governador feito Rui Costa, é o quê? Ele é um revolucionário que saiu da **Revolução Russa**?

IHU On-Line – Quais os desafios para a esquerda nacional na construção de caminhos alternativos ao bolsonarismo?

Patrícia Valim – Há uma questão que tenho pensado com o colega

Alexandre de Sá Avelar, professor na **Universidade Federal de Uberlândia**. Nós vamos publicar um artigo que vai sair na **Revista Cult** em que temos desenvolvido o argumento de que o bolsonarismo vai ser derrotado quando a gente entender qual é a linha central do seu governo. O que ocupa o centro da **ideologia bolsonarista**, o centro da **política bolsonarista** no século XXI? Nosso argumento é de que é o **negacionismo**. O negacionismo não é apenas o ato de negar, mas é o ato de negar em várias etapas e, ao mesmo tempo, você nega e constrói todo um universo histórico, um universo simbólico. Quando se nega uma coisa, tem que colocar outra no lugar. E **Bolsonaro** vai construindo uma ideia de sociedade que já está bastante naturalizada entre nós. Isso faz parte da entrada dele no **Nordeste**. Ao não pensar essa possibilidade acho que a gente perde um tanto.

Graças ao negacionismo ele tem conseguido naturalizar o fato de haver mais de 100 mil mortos pela covid-19. Então, nega a gravidade da doença, nega os protocolos para evitar o contágio da doença, dissemina notícia falsa, vende um remédio, vira o tiozão garoto-propaganda de um remédio, as pessoas acreditam piamente, ele vem a público e diz que está curado graças à cloroquina e as pessoas passam a repetir essa frase.

Papel da imprensa

E aí a imprensa tem um papel fundamental porque não pode naturali-

zar essas falas negacionistas. A imprensa não pode chamar um ministro como aquele [Osmar] Terra para dar uma entrevista, porque ele não tem formação, não tem condição, o que ele fala é mentira. Quando se coloca alguém em rede nacional para falar mentira se está naturalizando o negacionismo. Bolsonaro se elege a partir disso, nega a ditadura civil-militar e chama de revolução, vem a público em 2016 elogiar um torturador e não foi preso por isso, e naturalizavam isso, fizeram várias reportagens perguntando para as pessoas se isso era um problema. Ao naturalizar essas mentiras, se acaba por estabelecer um regime histórico verossímil.

Fenômeno negacionista

Isso não é um fenômeno só brasileiro. O **negacionismo** é a tática central da política dos países de extrema direita no século XXI. E **Bolsonaro** se faz a partir disso, é um desdobramento desse modo de fazer política, desse modo de vida. Bruno Latour recentemente deu uma entrevista dizendo que o **negacionismo científico** não só não nega como tem uma capacidade de criar um outro tipo de relação entre o homem e a Terra, o seu território. E é aí uma ideia de país absurdamente conservador, sem conflito, sem mobilidade, sem diversidade. O **negacionismo** não é algo vocacionalmente da **extrema direita**. Se tem o negacionismo em fases e se tem tipos de negacionismo. Existe um teórico do negacionismo, um psicólogo chamado **Israel Charny**, que teoriza o que chama

de **negacionismo inocente**: é o sujeito que acaba mobilizando a mentira, a negação, a materialidade de um acontecimento no almoço de domingo, não tem a pretensão de estabelecer um novo regime. É a mesma coisa quando se nega que a situação do clima seja algo gritante e que não é preciso estabelecer políticas e protocolos, colocar no centro do debate. Não haverá saída se o clima não for colocado numa relação outra do homem com a natureza. Negar esse caminho é negar o próprio real, o presente. Quando o mundo inteiro tem discutido outros protocolos de abordagens das **PMs**, o **Brasil** não está tocando nesse assunto. Não é só **Bolsonaro**. Nesses **governos de esquerda**, inclusive aqui na **Bahia**, onde a candidata é PM, o genocídio da população é negado. Ele é silenciado, a esquerda não toca no assunto e a direita nega. A gente está mal, bem mal.

IHU On-Line – E, afinal, há saídas?

Patrícia Valim – Há saídas e elas precisam ser articuladas. Precisam começar explicitando a negação. Nós precisamos restaurar um regime de historicidade verossímil, dizer o que não é, que somos diferentes, marcar posições e olhar e prestar atenção no mundo, para o acúmulo político no mesmo campo. No mundo todo, por exemplo, a **pauta antirracista** é fundamental. Aqui no **Brasil** ela é colocada, por um setor da **esquerda**, como **pauta identitária**. O mundo todo denunciando que o Brasil é o país que mais mata população **LGBTQI+** e há **dirigentes de esquerda** que conside-

ram e chamam isso de pauta identitária. Ficam naquela disputa sobre quem é mais esquerda, o cara que acha que a classe é mais importante ou o que acha que o gênero é mais importante. Não é essa a discussão. Precisamos derrotar o bolsonarismo, mas é preciso começar a derrotar o **bolsonarismo** dentro da **esquerda**. Temos que situar a esquerda do que está acontecendo no mundo. Isso é calibrar os nossos instrumentos de análise do real para poder responder questões à altura do bolsonarismo. Afinal, o bolsonarismo não é fruto de alguém que delira, é uma política racional, muito bem pensada, tanto é que ele está ganhando todas. A gente não ganha nenhuma. Até quando ele erra, ele ganha. Não é só a **agenda pauloquedista**. É um regime, um modo de estar no mundo, é uma resposta desses setores ao avanço de regiões, de setores da sociedade ao empoderamento de mulheres, de negros, da população **LGBTQI+**, tudo isso é uma resposta. E não é algo tangencial; a **luta antifascista**, a **luta feminista** estão no centro do debate. Veja o que fizeram com a menina de dez anos que foi estuprada. Esse campo de batalha para mim é a prova cabal de que isso que estou falando faz algum sentido.

32. O BRASIL VOLTA A RESPIRAR QUANDO A IMPRENSA ABANDONAR SEU FRANKENSTEIN³²

O político Jair Messias Bolsonaro é uma criação da imprensa brasileira e seu governo necropolítico foi viabilizado por um setor das Forças Armadas que não aceitou o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e tinha pretensões políticas para nacionalizar o modo miliciano de governar, destruir o legado do Estado de Bem-Estar Social dos governos petistas e fortalecer o setor hegemônico da classe dominante brasileira que financiou a crise política deflagrada em 2013 e aproveitou-se do processo de desindustrialização e reprimarização da economia para afastar a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando-se vulnerável às oscilações internacionais.

Garantia de assuntos polêmicos e enorme audiência, neste artigo quero chamar atenção para um aspecto desse processo: o crescente espaço público que a grande imprensa da região Sudeste deu Jair Messias Bolsonaro desde o fim do Regime Militar, com a desculpa falaciosa de “ouvir o outro lado” das forças políticas democráticas. As páginas amarelas da Revista Veja, por exemplo, foram ocupadas por ele pela primeira já vez em outubro de 1986. “Em nome da verdade, é preciso esclarecer” é uma matéria na qual Jair Bolsonaro atribuiu a precariedade dos salários dos oficiais de baixa patente das Forças Armadas e a dificuldade de promoção na carreira militar ao “caos da Nova República”.

32. Artigo originalmente publicando no site da Revista “Carta Capital” em 27 de janeiro de 2021.

O enorme destaque nos jornais e na televisão de sua prisão por desobediência militar, a matéria/denúncia, resultou na primeira eleição de Jair Bolsonaro como vereador/RJ e dois anos depois como deputado estadual/RJ, além de confirmar o resultado de uma pesquisa incontornável publicada no artigo “Não falo o que o povo quer, eu sou o que o povo quer”. Trata-se de uma análise aprofundada das matérias publicadas sobre Jair Bolsonaro nos dois maiores jornais de São Paulo e com enorme capilaridade nacional como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo durante o período de 1987 a 2017.

Por meio de técnicas de *webscraping*, o grupo de autores obteve 978 matérias no acervo do jornal Folha de São Paulo e 692 matérias no acervo de O Estado de São Paulo que continham, ao menos uma vez, o termo “Bolsonaro”. Para se ter a dimensão da militância da chamada “grande imprensa” na construção de Jair Bolsonaro como alternativa política de extrema-direita, o grupo de pesquisadores foi além dos dois jornais e também demonstrou que até 2017, o jornal O Globo “gerou 2.263 páginas de matérias que continham, ao menos uma vez, o termo “Bolsonaro”. A coleta no Jornal do Brasil, que estava em andamento quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república, sugere um número ainda maior de matérias com detalhes particulares sobre a sua atuação política.

O grupo de pesquisadores demonstra que de todas as reportagens

analisadas, a pauta política que mais ajudou a consolidar a imagem pública do então deputado federal Jair Bolsonaro é a de um político de extrema-direita e radicalmente contra os Direitos Humanos. Durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff, em 2011, no programa CQC, apresentado pelo jornalista Marcelo Tas, ao ser questionado pela artista Preta Gil sobre o que ele faria caso um de seus filhos namorasse uma mulher negra, ele respondeu que não comentava sobre “promiscuidade”, gerando uma série de denúncias e representações do Movimento Negro Unificado contra o deputado federal. No mesmo canal de televisão, ele alegou que tinha entendido que a pergunta era sobre “homossexualismo” depois que o programa, por meio de um “esclarecimento” do próprio Marcelo Tas, fez questão de mostrar que, na ocasião, Jair Messias Bolsonaro era casado com uma “mulata”, de maneira que seu cunhado era negro.

Esse episódio público de racismo e homofobia mobilizou o debate nacional. De um lado, artistas e entidades da sociedade civil organizada denunciando a violência dos discursos do Bolsonaro no Comitê de Ética, pedindo sua cassação por crime de racismo e falta de decoro. De outro, o crescimento exponencial de comunidades de jovens que se auto identificavam no espectro político de direita e extrema direita de apoiadores de Bolsonaro na rede social Orkut, atualizando as ameaças de Jair Bolsonaro sobre matar 30 mil de militantes de esquerda e “livrar o Brasil do comunismo”.

É importante lembrar do alerta do então deputado federal Paulo José Cunha (PT) no programa “A mídia e o caso Bolsonaro”, ainda em 2011, transmitido pela TV Câmara, para saber se Jair Bolsonaro falava por si mesmo ou se ele representava fatias da população brasileira que pensavam da mesma forma. A resposta começou a vir a público a partir do processo de impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando Jair Messias Bolsonaro era o único a alcançar quatro representações no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados desde a criação do órgão em 2001.

Em 2018, depois de enaltecer em rede nacional e internacional os crimes do torturador confesso Brilhante Ustra, o então presidenciável também contava com o maior número de denúncias por falta de decoro e violação dos Direitos Humanos na Corregedoria da Câmara, instância que apura a conduta parlamentar. No entanto, essas acusações resultaram em seis punições orais (brincas), consolidaram o bolsonarismo na cena política brasileira e inúmeras matérias na imprensa brasileira para ouvir a “versão” do acusado.

A prática de naturalizar a violência de quem ameaça publicamente de morte um setor da sociedade brasileira, e de estabelecer relações de equivalência entre quem defende tortura e torturador e quem foi torturado e luta contra todo tipo de violência foi a cadência do editorial “Uma escolha muito difícil” do jornal “O Estado de São Paulo”, de 08 de outubro de 2018, foi fundamental para o resulta-

do das urnas: “de um lado, o direitista Jair Bolsonaro (PSL), o truculento apologista da ditadura militar; de outro, o esquerdista Fernando Haddad (PT), o preposto de um presidiário. Não será nada fácil para o eleitor decidir-se entre um e outro”.

Mesmo tentando estabelecer relações de equivalência política onde não havia nenhuma e dar ares de moderação a um político de extrema-direita que nega o acesso à água aos povos indígenas e o direito à vacina para uma doença com alta taxa de letalidade para derrotar a centro-esquerda no poder e seu projeto de Bem Estar Social. Não podemos negar as aparências e disfarçar as evidências sobre a parcialidade e militância da grande imprensa para a eleição do necroliberalismo no Brasil, implicando-a diretamente nos genocídios da população negra e dos povos indígenas, bem como nas mais de 210 mil mortes por Covid-19.

Em respeito aos familiares das milhares de pessoas mortas nos últimos dois anos, o momento pede seriedade e responsabilidade política, sem o cinismo do editorial de 21 de janeiro de 2021, “A alternativa a Bolsonaro”, no qual o jornal “O Estado de São Paulo mandou um recado para as forças políticas que fazem oposição a esse governo: “o mais inepto presidente da história só se segura porque não foram reunidas condições políticas para afastamento constitucional [impeachment]”. Essa revolta de ocasião, não esconde o fato de que Jair Bolsonaro só cairá quando essa imprensa deixar de militar no necroliberalismo e entender que todos ganham com a democracia.

33. NÃO HÁ CAPITALISTAS NO BRASIL, MAS PRÉ-CAPITALISTAS PREGUIÇOSOS³³

“Uma explicação para o atraso brasileiro” foi um editorial do jornal “Gazeta do Povo” publicado em novembro de 2017, um ano depois do Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e as políticas sociais do Lulismo. No editorial, constatou-se que “a mera mudança de governo não pode fazer muito pelo empreendedorismo”, pois a divulgação do relatório do Banco Mundial para medir a facilidade de se fazer negócios em 190 países para 2018, o “Doing Business”, demonstrou que mesmo com algumas “reformas”, como a trabalhista, o Brasil amargava a 125ª posição atrás do México, do Chile e de todos os países que “há poucas décadas estavam afundados no absoluto estatismo socialista conseguiram fazer enormes progressos”. Por isso, o editorial termina indicando a principal saída para a superação do atraso brasileiro e o progresso do empreendedorismo: além do fim das dificuldades formais e tributárias, uma mudança cultural para superar o “ranço ideológico que vê no patrão o explorador ganancioso”.

O comportamento da classe dominante brasileira nos últimos anos nos obriga a formular o problema de outra maneira: **o único setor absurdamente atrasado e preguiçoso no Brasil é a**

sua classe dominante, que se arvora neoliberal no discurso, mas é pré-capitalista-preguiçosa-genocida na prática. Começamos pelo fim das dificuldades formais e tributárias. Um dos temas mais espinhosos dos governos petistas foi a política de desoneração da folha de pagamento do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, cuja lei ficou permanente pela assinatura do presidente em exercício Michel Temer, em 2014. Trata-se de uma política de diminuição de encargos sobre 56 setores empresariais para estimular a um só tempo a criação de novos empregos, o fortalecimento do mercado interno e a competitividade da economia brasileira.

No entanto, o comportamento do empresariado brasileiro foi vergonhoso. A tabela abaixo elaborada por PESSANHA (2019) a partir dos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), demonstra a natureza da classe dominante brasileira:

33.. Artigo originalmente publicado no site da Revista “Carta Capital” em 13 de abril de 2021.

Tabela 1: Evolução do patrimônio total dos fundos financeiros no Brasil (2008-2018), em valores absolutos em R\$ trilhão

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1,125	1,403	1,671	1,941	2,270	2,469	2,691	2,994	3,489	4,148	4,618

PESSANHA, Roberto Moraes. "A indústria dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo". Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p.107.

Em 2019, patrimônio líquido acumulado pelos fundos financeiros no Brasil foi de 5,018 trilhões, senhoras e senhores. Durante a pandemia da COVID-19, em 2020, o patrimônio líquido acumulado pelos fundos financeiros no Brasil foi de 5,800 trilhões. Esses dados escancaram o atraso dos capitalistas no Brasil: no lugar de se comportarem como capitalistas e criarem novos empregos

para o fortalecimento da economia nacional, essa turma aplicou o dinheiro das desonerações no rentismo com o objetivo de lucro rápido e sem trabalho enquanto condenava as políticas de transferência de renda, Bolsa Família, para as populações de miseráveis e exigia que o Estado desse "a vara" para os pobres aprenderem a pescar. Vejamos:

Tabela 2: Evolução da taxa de desemprego no Brasil (2012-2018), média anual em %

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
7,9	8,1	7	5,9	5,5	5,4	5,8	6,8	11,5	12,7	12,3

Fonte:
IBGE

Preguiçosos e cínicos, os dados acima demonstram que com a crise global do capitalismo em 2008, boa parte dos empresários do centro-sul aproveitou-se da crise política e dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia, que ela mesma produziu, para apoiar um projeto de país que afastou a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de aprofundar as assimetrias regionais e reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando -a mais vulnerável às oscilações internacionais. Não obstante as críticas sobre os valores que o Estado dei-

xou de arrecadar com as desonerações desde 2014, a classe dominante brasileira apoiou a política econômica de Jair Messias Bolsonas nas eleições de 2018, que entre privatizações e desmonte do Estado de Bem-Estar Social dos governos petistas, o atual ministro da economia, Paulo Guedes, prometeu desonerar todos os encargos que incidiam sobre a folha de pagamento das empresas, vejam só.

Preguiçosos, cínicos e com as mãos sujas de sangue. Prova disso foram os acontecimentos escandalosos nos últimos dias, deflagrados pelo grupo de

empresários que contrataram uma falsa enfermeira e pagaram R\$ 600,00 por ampola de soro fisiológico aplicado na veia como se fosse a vacina Coronavac. Dias depois, apesar das mais de 340 mil mortes por Covid-19, ou justamente por isso, fomos brindados com a notícia do convescote regado a champanhe e camarão no qual o ainda presidente Jair Bolsonaro, mundialmente conhecido por atrapalhar o combate ao coronavírus, foi ovacionado por um grupo de empresários famintos por desonerações, sangue, suor e negacionismos de toda sorte. Estiveram presente no fúnebre banquete, perdoem-me a rima infame, o presidente do Banco Safra, David Safra; o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabucco, o fundador do BTG Pactual, André Esteves, nomes ligados à construção civil, planos de saúde, indústria farmacêutica, veículos de comunicação e varejo, totalizando 25 empresários, além de ministros de Estado: Paulo Guedes (Economia), Marcelo Queiroga (Saúde), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Fábio Faria (Comunicações).

Como se não bastasse tanto atraso e tantas mortes, enquanto o jornal "Financial Times", porta-voz dos capitalistas internacionais, sugeriu para a resolução da atual crise um cavalo de pau na política econômica de ajustes fiscais adotada nas últimas quatro décadas - indicando a necessidade de reformas radicais como imposto progressivo, papel mais ativo do governo na economia e auxílio emergencial aos moldes da arquitetura financeira do pós-guerra delinea-

da na Conferência de Breton Woods, em 1944 -, a classe dominante se articulou com os mercenários da classe política brasileira e se alinhou à Indonésia, Índia e Filipinas e na última semana aprovou no Congresso Nacional a compra de vacinas contra a Covid-19 pela iniciativa privada. Em um país que está longe de ter vacinado 10% da população, a justificativa para a criação de uma fila VIP e dupla na vacinação é escandalosa: é preciso vacinar os trabalhadores dos empregos que não foram criados nos últimos anos. Cínicos, querem furar a fila da vacinação porque as mortes têm atingido seus familiares.

Infelizmente pessoas de vários setores da sociedade estão morrendo aos milhares e os comércios não podem funcionar porque o atual presidente Jair Bolsonaro não comprou vacinas no ano passado e foi ovacionado por isso por empresários. Infelizmente, milhares pessoas estão famintas e sem ter o que comer porque a classe dominante brasileira, apoiada por seus porta-vozes da imprensa, jogou fora o mercado consumidor que os governos petistas lhes deram de presente ao oPTar pelo lucro rápido do rentismo viabilizado pela necropolítica do atual governo no lugar de fortalecer seu mercado interno. Por tudo isso, encerro essa coluna concordando em partes com o editorial da "Gazeta do Povo": o maior atraso brasileiro é a sua classe dominante que se pensa liberal, mas ainda mantém relações pré-capitalistas e servis com o restante da sociedade. Nesse momento, sejam, ao menos, capitalistas, senhores. Pela sobrevida desse país.

PARTE III: FEMINISMO

34. UM BEIJO DO ASFALTO³⁴

Jean-Paul Sartre escreveu, em *A Náusea*, que para o acontecimento mais banal virar uma aventura, é preciso começar a contá-lo: é o que faz Gabriela Leite em seu livro de memórias *Filha, Mãe, Avó e Puta*: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta, lançado recentemente pela editora Objetiva. Não que sua trajetória seja banal. Muito pelo contrário, pois Gabriela Leite, 57 anos, fundadora da ONG Davida, de onde saiu a simpática e badalada grife Daspu, dedica-se há mais de duas décadas à causa da profissão que ela decidiu exercer desde os idos finais da década de 60, quando trabalhava em uma grande empresa e à noite cursava Ciências Sociais na USP. Escolheu ser prostituta não porque precisasse. Filha de uma dona de casa interiorana e conservadora, e de um crupiê afetuoso de família aristocrática, após a separação de seus pais, Gabriela mudou-se com sua mãe e irmãs para a periferia de São Paulo e foi criada para casar-se virgem, ter filhos, uma cozinha planejada e ser feliz para sempre. Destino reservado para a maioria das boas moças de sua geração, que Gabriela decidiu subverter

porque queria fazer a sua revolução pessoal, lutando contra o conservadorismo da família e da sociedade paulista através da grande obsessão da contracultura: o sexo.

Em um momento vertiginoso e caótico dos anos difíceis da ditadura militar no Brasil, após as aulas na universidade, Gabriela frequentava o bar Redondo, na Praça Roosevelt, porque se sentia deslocada tanto entre os que pegavam em armas para lutar contra a ditadura, militantes da esquerda, como entre os que radicalizavam na ponta inversa desse processo: os CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e os militantes da TFP (Tradição, Família e Propriedade), em sua maioria estudantes do Mackenzie na Maria Antônia. Foi em busca de sua identidade no reduto dos que teorizavam a revolução sexual, que Gabriela conheceu um diretor teatral engajado com quem ela deixou de sentir o fardo de “ser virgem no meio dos modernos”. Gabriela perdeu o fardo, a virgindade e ganhou uma enorme frustração ao constatar o limite da modernidade possível de seu primeiro parceiro sexual, que além de desdenhar de sua virgindade, contou o episódio para todos os convivas do Redondo.

34. Texto originalmente publicado na Revista Artigo 5º em 2008 e republicado pelo site “Biscate Social Club” em 17 de março de 2016.

A frustração dessa experiência, no entanto, foi decisiva para que Gabriela procurasse outros caminhos e outras possibilidades de fazer a sua revolução pessoal. Mudou de ares. Passou a frequentar o reduto do samba em São Paulo. Apaixonou-se por um sambista – “o primeiro homem que a tratou como uma verdadeira mulher” –, engravidou quando a pílula já significava liberdade feminina e decidiu que seria mãe solteira. Depois de quase um ano do nascimento de sua primeira filha, trabalhando no ABC paulista e morando com a mãe cada vez mais repressora, Gabriela largou tudo para dedicar-se à prostituição na boca do lixo de São Paulo. A partir desse momento, Gabriela Leite nos brinda como uma narrativa generosa, inteligente e extremamente esclarecedora sobre o cotidiano da vida de uma prostituta do baixo meretrício em algumas capitais do Brasil. Diferentemente do que se costuma imaginar, o cotidiano dessas mulheres retratado no livro é muito mais complexo do que os dois polos opostos com os quais até hoje se enxergam as prostitutas: a romantização, como no filme *Uma linda mulher*, no qual a prostituta espera pelo príncipe encantado que irá redimi-la de seu passado por suposto obscuro, e o discurso da vitimização, cuja relação de dominação lhe é subjacente.

Como diria Caetano Veloso: nem uma coisa, nem outra, ou muito pelo contrário, pois Gabriela Leite quebra tabus ao nos mostrar sem pudor que a profissão pode ser sim alegre, divertida e prazerosa. Trata-se, no entanto, de uma profissão que embora não seja

regulamentada, tem um código de ética cujo ponto de partida é o “não se apaixonarás por seu cliente”. Gabriela Leite hoje em dia é uma prostituta aposentada, casada com o jornalista Flávio Lenz, irmão da poeta precocemente falecida Ana Cristina César. A relação do casal começou em uma ONG onde ele trabalhava desenvolvendo parcerias ligadas aos direitos das prostitutas; causa que Gabriela milita desde os anos oitenta. Flávio nunca foi um cliente. Tampouco o pai de sua segunda filha, que é fruto de uma outra paixão, quando Gabriela ainda estava em São Paulo. Flávio foi o amigo que se transformou no companheiro de vida e de militância porque nunca demonstrou preconceito com as escolhas de Gabriela.

No entanto, o casal sofreu com a reação de algumas pessoas próximas, que militavam com eles na ONG. Como diz Pedro Juan Gutiérrez, a realidade não tem obrigação de ser convincente, ela pode ser dar a certos luxos, como, por exemplo, o relacionamento entre uma prostituta do baixo meretrício e um intelectual do baixo Gávea, que à época era casado com Regina, amiga de ambos até hoje. A esse respeito Gabriela afirma “é claro que eu estava de novo quebrando um tabu. Estava namorando o ex-marido da minha amiga, sem brigar com ela e tampouco a traindo. Isso incomodava muita gente, especialmente as mulheres”. Nesse ponto da narrativa Gabriela trata do preconceito das mulheres com as próprias mulheres, que às vezes são tão ou mais conservadoras que certos

homens ao lidar com a sexualidade e o clássico fetiche em torno das prostitutas.

Esse é um livro que vale quanto pesa, porque Gabriela Leite quebra outros tantos tabus ao mostrar que não é e nem nunca quis ser a Júlia Roberts. Também não é a Gabriela de Jorge Amado, eternizada nos versos de Caymmi “eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim ... Gabriela”. Gabriela Leite é única, porque subverteu seu destino manifesto e fez sua revolução pessoal fazendo sexo e militando na causa da prostituição para que muitas outras mulheres possam cantar seus nomes próprios em alto e bom som: Alessandras, Luizas, Terezas, Marinas, Mathildes, Júlias, Reginas, Fernandas, Simones, Ritas, Cidas, Veras, Patrícias, Marias, Anas, Amélias ... Pode-se até discordar dos métodos com os quais ela fez sua revolução pessoal, mas é preciso respeitá-la por sua trajetória. Afinal, o Brasil já pode dizer que a Gabriela Leite também é mulher de verdade.

35. MULHERES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA³⁵

O Tempo que Falta

Patrícia Valim/UFBA: A sensação de falta de tempo é um legado do capitalismo e por isso é constantemente ressignificada. Atualmente, essa sensação tem

sido alçada ao patamar de epidemia contemporânea em razão da aceleração de conexões e supressão de fronteiras que invadiu todas as esferas da nossa existência, deixando-nos em um constante estado de angústia causado pelas possibilidades não alcançadas, em uma época cujo espírito é o “tudo ao mesmo tempo agora”. Na vida universitária brasileira, essa angústia causada pela falta de tempo é pautada, sobretudo, pela pressão da aceleração quantitativa da produção científica, com objetivo de atender critérios numéricos das atuais avaliações, obrigando-nos a lecionar, pesquisar, publicar, participar de eventos em escala e ritmo quase industriais.

Quando pensamos esse processo por meio do marcador de gênero, essa sensação de angústia pela falta de tempo se intensifica, uma vez que nós – mulheres, companheiras, mães, professoras, pesquisadoras, militantes – fomos e ainda somos constantemente pressionadas a estender o regime de dedicação exclusiva da esfera do nosso trabalho acadêmico para as demais esferas da nossa existência. A universidade é pensada como um espaço de predominância masculina com códigos de conduta, vestimenta e quantidade de produção científica que retroalimentam um “modelo masculino de sucesso acadêmico”, criam desigualdades e hierarquizam cargos e progressões da carreira. Esse processo é visível em algumas situações: há inúmeras docentes que internalizaram

35. Entrevista originalmente publicada no site da “Revista DR”, Edição 2, Dossiê “Falas e falas da Universidade”, em 2015.

a lógica masculina de carreira acadêmica para ter alguma projeção e acabaram por abrir mão de algo que queriam na própria vida; há, por outro lado, docentes que resistem à essa lógica em diversas frentes, mas são constantemente constrangidas por isso.

É o caso da docente que engravidou. Eu mesma passei por algo semelhante quando engravidei do meu terceiro filho, ainda no doutorado. Na época, 2010, não foram poucos colegas, mulheres e homens, que me aconselharam a largar a pesquisa sob o falacioso argumento de que a maternidade é incompatível com a universidade. Além disso, naquele momento as agências de fomento não previam a licença maternidade com bolsa de pesquisa. Felizmente, a relação com a minha orientadora, mulher e mãe, fez toda a diferença para eu seguir adiante, inclusive passando a militar na maternagem ativa dentro da universidade. Tanto que, um ano depois, as agências de fomento nos concederam o direito à licença maternidade com bolsa e essa decisão se deve à pressão de várias pesquisadoras que resistem à “lógica masculina de sucesso acadêmico” por meio da construção de novas subjetividades políticas dentro da universidade pública brasileira.

Efeitos da Avaliação da Produção

Patrícia Valim/UFBA: Quem milita ativamente na universidade pública brasileira com excelência, como eu, tende a levar os sistemas de avaliação

dos professores e dos programas de pós-graduação a sério. Isso implica em destacar suas qualidades e apontar suas limitações. Primeiro é preciso considerar que os sistemas avaliativos foram implementados no empuxo do vertiginoso processo de expansão universitária e consolidação de novos programas de pós-graduação além do eixo centro-sul do país, deflagrados a partir do primeiro mandato do governo Lula. Novos espaços, novos agentes, novas demandas e novos desafios, cuja gestão pelo Estado funciona com alguma isonomia e eficiência por meio de plataformas que garantem a qualidade dos programas de pós-graduação, o repasse de recursos públicos a esses programas, e maior controle e transparência sobre o uso desses recursos perante a comunidade acadêmica e a opinião pública. Não parece ser por outra razão que boa parte dos prêmios de melhores teses, nos últimos anos, foram destinados a pesquisadores de programas de pós-graduação do norte, nordeste e centro-oeste.

No entanto, é preciso considerar que esses sistemas de avaliação são baseados em critérios quantitativos: números de artigos publicados, número de citações recebidas e fator de impacto das publicações – o que acaba por desconsiderar as múltiplas temporalidades das ciências e outras variáveis no processo de avaliação: qualidade, criatividade e originalidade. A implicação mais imediata é a baixa produção científica capaz de transcender as formas do mesmo. A corrida desenfreada por recursos e prestígio no universo dos indicadores acabou

por forjar o pesquisador que publica 70 artigos em um ano e obstaculizar a produção autoral em várias frentes – isso talvez possa explicar tanto o fenômeno editorial de coletâneas publicadas na última década quanto as crescentes denúncias de plágios nas universidades. É preciso fazer mediações entre critérios quantitativos e qualitativos, respeitando as especificidades das áreas.

Constantemente Endividadas ...

Patrícia Valim/UFBA: Nós, docentes e pesquisadoras, vivemos apagando incêndios dentro e fora da universidade. A angústia constante em razão do tempo que falta para darmos conta da nossa afetividade, sexualidade, maternidade, militância política, carreira acadêmica e vida doméstica foi inegavelmente adensada pela lógica dos indicadores com critérios quantitativos dos sistemas que nos avaliam constantemente. Em vários momentos, a sensação também é a de ser um personagem de George Simmel na passagem do século XIX para o XX, com todas as pressões, demandas e ritmos das relações monetarizadas de uma cidade grande, que rebaixa os indivíduos a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que vai gradualmente lhe subtraindo espiritualidades e valores até transsubstanciar subjetividades em objetividades. Acho que uma das pistas para sairmos dessa encruzilhada contemporânea está na resistência a esse processo quando

sobrepomos o espírito subjetivo no lugar do espírito objetivo e apostamos na construção de subjetividades políticas no empuxo da enorme potência que a universidade pública nos confere: lugar da crítica, conflito, dissensos, mediações diversas, consensos e autonomia.

36. PARIU MATEUS, QUE O EMBALE: A CRIMINALIZAÇÃO DE MÃES SOLTEIRAS, DIVORCIADAS, VIÚVAS E ABANDONADAS³⁶

Segundo uma matéria da Mídia Ninja, veiculada no sítio rebaixada.org, em 26 de março de 2014, feministas de Moscou realizaram um ato contra as declarações do deputado Aleksandr Silin, que chamou as “mães solteiras” de “putas” e “escórias” da sociedade, humilhou seus filhos e ainda propôs a esterilização das mulheres que “não desejam se casar”. Na capital do país que já foi palco da Revolução Russa (1917), o ato recolheu apenas 500 assinaturas em uma moção de repúdio às declarações do deputado e que também exigiu que o Ministério Público o condenasse por crime previsto no artigo 282 do Código Penal: “declaração de ódio a um grupo social”.

36. Artigo originalmente publicado no site “Jornalistas Livres” em 11 de abril de 2017.

Nesse mesmo período, o Opera Mundi noticiou que a primeira-ministra da Austrália, Júlia Gillard, pediu desculpas pelas adoções forçadas realizadas entre as décadas de 1950 e 1970, quando centenas de “mães solteiras” foram dopadas, atadas às camas de hospital e forçadas a assinar os papéis de adoção sem poder ver seus filhos, que eram entregues sem documentos a outros pais. Na Irlanda a situação também caminha para uma desculpa oficial, de acordo com a agência de notícias AFP. Recentemente, o Secretário de Estado de Educação, Ciaran Cannon, pediu a abertura de uma investigação sobre a descoberta de quase 800 esqueletos de crianças, enterradas sem caixão em uma fossa comum, ao lado de um antigo convento católico de Tuam, que abrigou entre 1925 e 1961 jovens “mães solteiras”. Essas jovens eram obrigadas a ter seus filhos nessas instituições, a trabalhar feito escravas em lavanderias e, na maioria dos casos, a entregar o filho para adoção. Segunda a historiadora Catherine Corless, as crianças que ficavam nos conventos, como o de St. Mary, em Tuam, serviram de cobaias para testes de vacinas da multinacional GlaxoSmithKline (GSK).

Essas matérias retratam, junto a outros tantos exemplos em vários países, a história recente de privações e humilhações de toda sorte contra a mulher que é mãe e chefe de família e domicílio, genericamente (des) qualificada de “mãe solteira”. Termo que não compreende a pluralidade dos arranjos familiares contemporâneos, pois a ausência de um cônjuge\pai pode ser por opção ou

por ocasião: viuvez, divórcio, abandono. Aqui, onde se canta não existir pecado do lado de baixo do equador, nossos arquivos públicos estão cheios de códices documentais que retratam trajetórias e estratégias de sobrevivência, desde os tempos coloniais, de mulheres sozinhas com filhos que sobreviveram valendo-se da construção de redes de apoio para criar seus filhos, enquanto muitas outras mulheres viram-se obrigadas a deixarem seus filhos nas rodas dos expostos ou entregá-los à adoção forçada. Histórias que ainda precisam ser contadas, aliás.

De lá para cá, do nosso período colonial até hoje, o mundo felizmente mudou – como demonstram algumas desculpas oficiais mencionadas acima, mas aqui no Brasil algumas questões em relação à mulher, sobretudo em relação à mulher mãe chefe de família (monoparentalidade feminina) ainda permanecem ocupando alguns corações e mentes na chave da (i) moralidade ou da piada com aquilo que não se consegue resolver na realidade. Um passeio rápido pela internet e encontraremos dezenas, centenas de páginas que pregam ódio às mães solteiras e nos transformam em mercadorias de segunda mão, chegando ao absurdo de uma página com o título “quer sexo rápido ainda hoje? Escolha uma mãe solteira e boa foda” – com uma galeria de fotos de mulheres com seus filhos.

Mas a misoginia, o machismo e o preconceito têm muitas faces, como sabemos. Em matéria de junho de 2011, por exemplo, a Revista TPM, uma publi-

cação que se pretende descolada e moderna, publicou uma reportagem intitulada “Namore uma mãe solteira”. Nela, as autoras, duas mulheres(!), sugerem a criação de uma campanha “divertida e descontraída” para homens namorarem “mães solteiras”, pois há vantagens para eles, os homens: a mãe solteira não tem pressa para casar-se; a mãe solteira não tem pressa para ter filhos e a mãe solteira não tem tempo para “grudar no pé do homem”. E tudo isso porque a mãe solteira já tem filhos.

Na lógica machista, misógina e perversa das autoras, esses filhos serão “assumidos” pelo novo companheiro da mulher mãe, desconsiderando a multiplicidade de arranjos familiares contemporâneos em que todas as crianças das famílias monoparentais femininas já têm pai: alguns moram em casas separadas e mantem contato com seus filhos; outros moram em estados diferentes e mantem contato na medida de suas possibilidades; muitos abandonaram suas companheiras durante a gravidez ou assim que a criança nasceu e agem, com o aval da sociedade brasileira, como se a paternidade de uma criança em gestação ou nascida fosse uma escolha, uma opção.

Assim, para as autoras, essa multiplicidade de arranjos familiares não é uma questão a ser considerada, pois a verdadeira “natureza” da mãe solteira é ter qualidades para agradar o homem que, ao se relacionar com ela, irá a um só tempo reabilitá-la socialmente da “imoralidade” de seu estado civil (divorciada, viúva ou abandonada) e “resgatar”

a criança do pecado de sua condição de “bastarda”. Cumpre destacar que esse termo infame – bastardo – pode designar tanto uma filiação adulterina, uma filiação entre pessoas solteira, quanto a “degeneração da espécie”, no sentido de não ser “puro” em relação à espécie a que pertence.

Felizmente, esse termo caiu legalmente em desuso aqui no Brasil no Código Civil de 2003. No entanto, algumas pessoas insistem em reabilitá-lo em contextos diversos. Por ocasião do debate sobre a redução da maioria penal, em 23 de abril de 2015, o psicanalista Contardo Calligaris, escreveu no jornal Folha de São Paulo: “A ideia de que a redução da maioridade penal seja um instrumento de dominação de classe é um estranho disparate. Alguém acredita que a delinquência seja um efeito da pobreza?”. Mais adiante, ele mesmo responde à sua indagação, argumentando que a delinquência juvenil é um efeito da “degenerescência moral” na qual muitas crianças brasileiras são criadas: pobreza somada às implicações de crescer em uma família “desestruturada”, na imensa maioria das vezes sem pai presente. Cumpre destacar que o psicanalista que elabora esse tipo de ideia já declarou na grande imprensa ter se casado sete vezes, tido alguns filhos e não convivido com a maioria deles porque veio morar no Brasil.

O que o psicanalista desconsidera é que a condição econômica (baixa) adjectiva e criminaliza a família chefiadas por mulheres sozinhas. Mais recentemente

te, o posicionamento política também. Por ocasião das manifestações contra a corrupção brasileira nas quais algumas pessoas usaram roupas com as cores da bandeira nacional e gritaram palavras de ordem racistas, xenófobas, preconceituosas e cheias de ódio, um estudante de jornalismo chileno fez um vídeo em que ele entrevistou várias pessoas da manifestação ocorrida no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 2015. Entre os entrevistados, um senhor elaborou a seguinte ideia sobre o que ele considera ser comunista e petista: trata-se de um grupo de pessoas que cresceu sem a figura paterna em casa, pois todos eles foram mortos pela ditadura civil e militar brasileira. Assim, sem a “força” da autoridade do pai em casa e criados apenas pelas mães, são pessoas “degeneradas”, corruptas por natureza e perigosas. Pessoas que devem ser “eliminadas” do país, segundo esse senhor.

Infelizmente, essas não são as únicas demonstrações de preconceito, ódio e maneiras de criminalizar as mães chefes de família ainda hoje, mas os exemplos aqui citados nos ajudam a pensar algumas questões urgentes. A primeira delas é que o nosso estado civil – mães solteiras, viúvas, divorciadas, abandonadas – é contingencial, de maneira que ele não pode nos qualificar como mulheres mães chefes de famílias, pois podemos alterá-lo a qualquer momento e assim que quisermos. Isso tem uma implicação relevante em relação às reportagens/campanhas como a das autoras na Revista Trip: nosso maior desafio está longe de conseguir um/uma companhei-

ro/companheira para nos redimir socialmente – até porque não precisamos de redenção moral por nada.

O nosso maior desafio é a desconstrução por séculos da imoralidade e bastardia que pesam sobre nós e nossos filhos. Não precisamos de marido, mas precisamos de respeito por nossas escolhas, contingências e, sobretudo, por nossas crianças. Precisamos de escolas acolhedoras e empáticas em relação às novas e múltiplas configurações familiares na contemporaneidade. Precisamos também e sobretudo de políticas públicas que nos garantam condições de autonomia para criarmos nossas crianças com dignidade e acesso amplo e irrestrito à educação, saúde, moradia e cultura de qualidade. A segunda questão é que de acordo com os dados do IBGE/PNAD (Plano Nacional de Amostra Domiciliar), ambos de 2013, a monoparentalidade feminina responde por 53% dos arranjos familiares brasileiros e mesmo assim as mulheres negras e chefes de famílias ainda são o setor de maior vulnerabilidade social do país, pois a maioria das companheiras mulheres mães também fazem parte das estatísticas dos processos de feminização e racialização da pobreza no Brasil, e muitos de seus filhos fazem parte das estatísticas carcerárias e de adoção no Brasil.

Trata-se de um problema social que teve sua origem no escravismo brasileiro por mais de três séculos e no racismo até os dias de hoje. Dados recentes do IBGE e do PNAD demonstram que a feminização e a racialização da po-

breza diminuíram nos últimos 13 anos em razão das políticas públicas compensatórias e com contrapartidas, mas ainda assim permanecem como o setor de maior vulnerabilidade social do país. Problemas sociais estruturais como esse requerem um país com uma Democracia forte e políticas públicas de reparação na longa duração, sem cortes no orçamento e nem reformas na Previdência e na CLT, que acabarão jogando mulheres e crianças na miséria absoluta. Por isso, ter ou não um homem ao nosso lado é o menor dos nossos problemas. Precisamos nos organizar e lutar contra todo tipo de preconceito que pesa sobre nós e nossos filhos e lutar diariamente por políticas públicas específicas para romper esse longo processo de vulnerabilidade social ao qual muitas mulheres estão submetidas

37. O INFERNO SÃO OS OUTROS: ARMAS DE FOGO, MULHERES E BARBÁRIE³⁷

Quinze de janeiro de 2019 é uma data que certamente entrará para a história do Brasil como uma grande derrota da civilização para a barbárie. O presidente Jair Messias Bolsonaro assinou o Decreto, sem o aval do Congresso, que libera a posse de até quatro armas por cidadão sem precisar explicar as razões pelas quais uma arma de fogo é neces-

sária. Reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para compra de armas, estende o porte de armas para autoridades políticas e pessoas que respondam a processo criminal e/ou que sejam condenadas por crime culposo. O mesmo Decreto cria o Estatuto de Controle de Armas de Fogo e altera substancialmente o Estatuto do Desarmamento. Na prática, a sociedade brasileira está livre para usar uma arma de fogo com o aval de 40% da população de eleitores, da justiça e com o STF, com tudo. Não à toa, no mesmo dia a revista "Veja" veiculou pela internet: "Por volta das 12h33, as ações preferenciais da fabricante de armamento Taurus se valorizavam 5,18%, a 8,73 reais. As ações ordinárias, que têm menos liquidez, subiam 4,49%, a 9,30 reais. [...] As (ações) preferenciais contabilizavam em 2019 um ganho de 104,94% e as ordinárias 85,8%".

Uma coisa não podemos negar sobre os primeiros dias de governo de Jair Messias Bolsonaro: apesar dos incontáveis recuos e várias trapalhadas, sua principal promessa de campanha foi cumprida e a primeira fatura com seus apoiadores foi quitada. Segundo o filósofo Jean Paul Sartre - que ainda não foi descoberto pela intelligentsia bolsonarista - "o inferno são os outros". No mesmo dia 15 de janeiro de 2019, Alighieri de Oliveira, de 25 anos, entrou armado em um shopping da região metropolitana de Fortaleza, e assassinou a ex-companheira, Lidyanne Gomes da Silva, de 22 anos, com três tiros à queima roupa. Em seguida, Oliveira se matou. Na mesma noite,

37. Artigo originalmente publicado no site "Brasil de Fato" em 22 de janeiro de 2019.

de acordo com o “Diário de Pernambuco”, duas mulheres também foram assassinadas na Região Metropolitana do Recife. A cabeleireira Mariana Roberta da Silva, 23 anos, foi morta a facadas, na frente das filhas de 2 e 6 anos, pelo companheiro. A outra vítima de violência é Simone Maria da Conceição, 39 anos, moradora de rua, morta a pauladas depois que saiu com um rapaz.

Essas três tragédias noticiadas em um único dia demonstram que as mulheres poderão ser as maiores vítimas dessa barbárie legitimada pelo decreto. Se acompanharmos os dados sobre feminicídio no país – crime contra a mulher pelo motivo de ela ser mulher – desde 2015, quando a Lei Maria da Penha foi criada, constatou-se que o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. A maioria desses feminicídios foi com arma de fogo, dentro de casa e praticados por ex-companheiros, companheiros e parentes das vítimas (DataSUS/BBC Monitoring/ Instituto Patrícia Galvão). Se articularmos o projeto de armar o “cidadão de bem” com a curva crescente do crime de feminicídio no Brasil, e o veto do governador de São Paulo, João Dória Jr., ao funcionamento das Delegacias das Mulheres por 24 horas, temos uma realidade trágica e a possibilidade de um futuro pior ainda. Cerca de 40% dos votantes da população brasileira que elegeram Bolsonaro e Dória são a favor do porte de arma, assumem os riscos de morte de outrem e não se incomodam com os altíssimos índices de feminicídio do país. Como entender e explicar a naturalização do feminicídio e da violência de maneira geral?

Colonização, escravismo e patriarcado

Historiadores que analisam as dinâmicas e estruturas das relações de dominação colonial têm demonstrado que a ocupação e a conquista da América engendraram possibilidades de ampliação do cabedal econômico, social, política e simbólico. Os domínios ultramarinos, sobretudo o território do Brasil, representavam para os conquistadores que aqui chegavam possibilidade de se tornarem “nobres da terra”, por meio do escravismo e da detenção de monopólios, exercendo o mando sobre outros homens e mulheres. A base jurídica da autoridade do homem sobre a mulher remonta às Ordenações Filipinas, código legal da primeira modernidade que regulava a vida em sociedade de Portugal e seus domínios ultramarinos, e assegurava ao marido o direito de matar a mulher. Caso ela cometesse o crime de adultério ou ele suspeitasse de traição por meio de boato.

Na Bahia do final do século 18, temos o caso de Ana Romana Lopes, mulher bonita, parda e forra (escrava liberta), que vivia da venda de víveres numa banca da cidade baixa. Em 1799, Ana Romana forneceu um dos principais depoimentos acerca do caráter de João de Deus do Nascimento, um dos réus enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador, por crime de lesa-majestade de primeira cabeça - conspiração contra a Rainha de Portugal em um movimento político conhecido até os dias de hoje por Conjuração Baiana de 1798. Consta nos autos do processo que Ana Romana

Lopes viveu uma correspondida, tórrida e pública paixão com João de Deus do Nascimento, alfaiate, pardo e forro, casado com Luiza Francisca de Araújo. No entanto, dias antes de João de Deus ser preso pela tentativa de levante armado, Ana Romana terminou seu romance alegando que se apaixonara por outro homem, o poderoso e rico Secretário de Estado e Governo do Brasil. Desnorteado com o fim do romance, João de Deus deu uma surra pública em Ana Romana, deixando-a marcada para quem quisesse ver - episódio que ajudou nos argumentos dos desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia para a condenação de João de Deus à pena última.

Após o enforcamento dos quatro réus no patíbulo público na Praça da Piedade, em Salvador, não se tem notícia do paradeiro de Ana Romana Lopes. No entanto, não parece exagerado supor que ela tenha sido condenada ao vexame público por duas vezes. A primeira com a surra pública que levava do amante indignado por ter sua "honra" maculada pelo boato da traição, pois não se tem prova do romance com o dito secretário. A segunda condenação reside na hipótese de ela ter tido o destino de outras tantas mulheres que, como ela tentou fazer valer suas demandas a partir das pequenas brechas daquela sociedade altamente hierarquizada. Em seu depoimento, Ana Romana se mostrou profundamente indignada com a surra que levou de João de Deus em razão do boato sobre sua paixão por outro homem e quis fazer valer sua condição de mulher livre ao terminar seu romance com o acusado. No entanto,

apesar de seu depoimento ter servido às autoridades judiciais para condenar João de Deus juntos com outros três acusados à força seguido do esarteamento dos corpos, tudo leva a crer que Ana Romana tenha sido recolhida em um dos vários conventos das ordens terceiras que recebiam mulheres livres, pobres e pardas, mantendo-as enclausuradas de fato, onde morriam sozinhas e isoladas da sociedade colonial.

Na mesma Praça da Piedade, em Salvador, em 1847, o professor José Estanislau da Silva Lisboa, 28 anos, neto do riquíssimo comerciante e traficante de escravos José da Silva Lisboa, descontrolado e furioso por Júlia Fetal, 20 anos, ter terminado o noivado porque se apaixonara por outro homem, matou-a com um tiro certeiro no peito. O julgamento no fórum de Salvador durou meses e mobilizou setores da elite local em debates ferrosos em torno da "legítima defesa" do assassino. A tese da acusação era sobre a legitimidade do crime: a condenação de João Estanislau residia no fato de que ele não tinha o direito de matar Júlia Fetal, pois eles não eram casados e, portanto, não houve crime de adultério com o término do noivado. A tese da defesa pedia absolvição de João Estanislau porque ele havia sido socialmente humilhado ao ser abandonado pela noiva, de sorte que ele estava fora de si no ato do crime. João Estanislau confessou o crime, recusou a tese de insanidade, recusou o perdão imperial que dom Pedro II concedeu e cumpriu 14 anos de prisão, tempo reclusão no qual a elite enviava seus filhos à prisão para eles terem aulas com o réu confesso.

A tese de “legítima defesa da honra” teve vida longa no Brasil. De meados do século 19 até cerca de 1970, vários casos de feminicídio levados a júri nesse período absolveram os assassinos em razão, sobretudo do clamor da sociedade, que matava sua vítima duas vezes. No caso de Ângela Diniz, por exemplo, covardemente assassinada com quatro tiros à queima roupa por Doca Street, não faltaram relatos de pessoas que condenassem moralmente a conduta da vítima, cujo crime era ser uma “mulher fatal” como definiu a defesa do assassino: bonita, financeiramente independente e sexualmente ativa -, corroborando com o argumento de “legítima defesa da honra” do macho humilhado, que hoje em dia, mesmo com a Lei Maria da Penha, encontra maneiras mais sutis de expressão.

Femicídio e cidadania

É certo que desse passado remoto até hoje, a sociedade civil organizada lutou e conquistou muita coisa. No entanto, os casos citados das mulheres brutalmente assassinadas porque resolveram dar um basta na relação ou porque fizeram valer seus direitos de mulher, sugerem que a violência e a desigualdade ainda são projetos e a conquista da cidadania no Brasil é um processo transitório, com fluxos e refluxos. Em um artigo intitulado “Marcas de Batom”, publicado em 2010, Frei Betto faz algumas interrogações: Por que o homem precisa matar, violentar ou agredir a mulher que o rejeita? Não seria suficiente separar-se dela e

arrumar outra? Por que tantos homens aparentemente normais e pacíficos reagem de forma brutal e rancorosa quando são desprezados ou simplesmente substituídos? Por que esse tipo de crime é e foi durante muito tempo aceito, ainda que tacitamente, pela sociedade?

Frei Betto afirma que na conduta do criminoso passional - não somente aquele que comete o assassinato - encontra-se embutida uma causa exógena, uma pressão social para que ele não aceite a autodeterminação da mulher. Além de o fato em si de ter sido desprezado ou chamado à responsabilidade legal, o passional preocupa-se em mostrar aos amigos e familiares que ainda continua no comando de sua relação amorosa e que castigou, com rigor, aquela que ousou desafiá-lo. “É a face deplorável do machismo”. Por essa razão, o sujeito comete o crime na presença de testemunhas e, depois, confessa a autoria do delito sem rodeios e em detalhes. Para ele, praticar “o ajuste de contas” e não o demonstrar publicamente de nada adianta. De acordo com o autor, nosso Código Penal não define o que é “crime passional”, nem faz previsão expressa desse tipo. A doutrina é que assim denomina a conduta do homem que mata e agride a mulher por suspeita de infidelidade ou de outro motivo qualquer. É importante mostrar que o homicídio passional, em regra, é qualificado e não privilegiado. Qualificado pelo motivo que é torpe (vingança), pelo uso de recurso que dificulta ou impede a defesa da vítima (surpresa e constrangimento público), pelo emprego de meio cruel (confinamento, vários

tiros ou facadas no rosto, no abdome, na virilha). Não é privilegiado porque, na grande maioria dos casos, o agente não se encontra sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à suposta provocação da vítima. O sujeito pode estar sentindo uma forte emoção no momento do crime, mas é uma emoção que foi depurada e alimentada ao longo do tempo. Ou seja, o agente teve a oportunidade de pensar melhor, de procurar acalmar-se para evitar o crime, mas deliberadamente não o fez. Tomado pelo sentimento de vingança, e apesar de todas as consequências de seu ato, que ele bem conhece, decide matar e/ou violentar, e trama sua ação de forma a emboscar a vítima.

Cumprido destacar que o assassinato é a culminação de um processo, é a escalada final antecedida por uma série de atos violentos como a pressão psicológica, a humilhação, o estupro, a agressão física e verbal, a calúnia, a difamação da moral e do caráter feminino. Quem não se lembra da brutalidade do assassinato de Eliza Samudio, em 2010, que buscou proteção contra as constantes ameaças físicas e morais que sofreu durante a gestação de seu filho, e foi morta porque entrou com um pedido de pensão alimentícia, direito da criança previsto em lei. Não foram poucas as mulheres que fizeram coro com os homens ao qualificarem Eliza de “prostituta”, “garota de programa” e “Maria Chuteira”, que conheceu o pai de seu filho em uma festa que o réu chamou de orgia – como se alguém frequentasse uma orgia sozinha e isso fosse um motivo plausível para um ser humano morrer de maneira tão brutal.

Lamenta-se que a “legítima defesa da honra” ainda seja o argumento utilizado pela defesa do réu para justificar o injustificável: um assassinato cruelmente planejado. Mas não dá para entender como, em pleno século 21, uma parcela considerável da sociedade brasileira tenha feito opção pelo armamento de seu país e pela morte de índios, mulheres, população negra, homossexuais, LGBTIs. Se em 2010, quando éramos felizes e sabíamos por que as nossas instituições de fato funcionavam, Eliza Samudio não teve tempo para continuar viva, a partir da assinatura do decreto que legitima o armamento da sociedade brasileira, a situação pode ficar insustentável para boa parte da população brasileira. Assim como para as três mulheres, que também não tiveram tempo de ver a Lei Maria da Penha ser cumprida e foram brutalmente assassinadas na noite de 15 de janeiro de 2019.

E, assim como Ana Romana Lopes (século 18), Júlia Fetal (século 19), Leila Diniz, Eliza Samudio, Lidyanne Gomes da Silva, Marianna Roberta da Silva e Simone Maria da Conceição, condenadas duas vezes: à morte por seus algozes e ao vexame público por uma sociedade que prefere fazer piada com um presidente que ameaça matar seus opositores políticos com um gesto infame, na maioria dos casos de violência contra mulheres a impunidade do agressor é a regra. Justamente porque é impune, o agressor costuma recair no mesmo crime - com outras mulheres, sem distinção.

38. ABSTINÊNCIA SEXUAL, CRIMINALIZAÇÃO DA MÃE-SOLO E FRENTE AMPLA³⁸

A história mostra que a campanha de abstinência sexual para a juventude do bolsonarismo é a porta de entrada para a criminalização de mães solo, como eu, e o retorno da ideia nazista de "degeneração da espécie", que foi anunciada na esfera pública brasileira pelo vice-presidente Gal. Mourão ainda durante a campanha em 2018. Amigxs, colegas, simpatizantes e oposição moderada: hoje, somos a maioria dos arranjos familiares no Brasil, e nunca transformei a decisão de não me casar com o pai do meu terceiro filho em uma bandeira porque sou exceção da exceção de uma regra que predomina na grande maioria das mães solo no Brasil: feminização e racialização da pobreza. No entanto, nunca deixei de chamar atenção para a necessidade de políticas públicas que tivessem a maternidade solo como recorte.

Primeiro porque essas mulheres são as que mais sofrem violências de seus companheiros e são mortas por eles e por homens próximos. Segundo porque seus filhos compõem parte significativa da população carcerária que, sabemos, cresce significativamente em tempos de prosperidade econômica. Por fim e justamente pelas razões acima, a maioria dessas mulheres continuou como o grupo social mais vulnerável mesmo depois de alguma melhora com

o programa de Bolsa Família com contrapartidas dos nossos governos. Por isso, muitas delas foram buscar no universo neopentecostal um alento espiritual, um local de diversão que também funciona quase como um clube (teatros evangélicos, coral, karaokê, bingo, almoços e jantares comunitários e reunião só com mulheres) e proteção social por meio de uma rede de ajuda Adonai que vai da cesta básica ao emprego precarizado para o filho vaporzinho no tráfico e alvo predileto da polícia.

Daí para essas mulheres-mães-solo votarem no atual governo foi um pulo, e a ministra Damares e o bolsonarismo em geral sabem disso e jogam duro com isso. Essa realidade é facilmente comprovada por diversas pesquisas disponíveis nas redes sociais, no entanto tem sido tangenciada por parte da esquerda que é contra a construção de uma Frente Ampla, mas não comenta sobre o caráter da conciliação petista de centro-centro-esquerda, às vezes direita, e nem comenta sobre as políticas de centro-direita dos governos petistas aqui no Nordeste. E agem assim porque estão bem longe da mira da necropolítica bolsonarista: são homens brancos, acima dos 50 (com alguns xovens conferindo legitimidade), com casa, comida, roupa lavada por (alguma dessas mulheres), têm dentição completa, filhos na escola privada e acham que Segurança Pública é problema da Polícia Militar.

38. Artigo originalmente publicado no site "Opera Mundi" em 26 de janeiro de 2020.

39. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER & DAMARES & ABSTINÊNCIA SEXUAL³⁹

A Ministra Damares Alves conta com altos índices de aprovação na sociedade brasileira. Engana-se fortemente quem pensa que essa aprovação é restrita ao universo neopentecostal - em dezembro de 2019, Damares contava com o apoio de 29% da população que vota no PT, por exemplo. A principal razão desse fenômeno do conservadorismo bolsonarista é conhecida, mas tem sido historicamente negligenciada pelos dirigentes homens da esquerda brasileira. Depois da eleição de Bolsonaro, Damares Alves deu várias entrevistas na imprensa contando sobre as violências que sofreu na infância: ela foi estuprada dos 6 aos 12 anos por dois pastores que ficavam hospedados com frequência na casa da família. Segundo a ministra, ela tentou contar sobre os estupros pra várias pessoas, mas ninguém prestou atenção no que ela dizia, muito menos no comportamento que ela passou a desenvolver com o trauma.

Nessas entrevistas, Damares relatou que "superou" seus traumas causados pelos estupros quando subiu em uma goiabeira e encontrou Jesus. Por mais anedótico que esse episódio seja pra muita gente, Damares faz questão de recontá-lo com frequência para reafirmar que ela foi acolhida e protegida pela igreja evangélica. É aí que reside um dos

maiores entraves pra esquerda: o Estado era alternativa pra ela? Damares não foi a única mulher a ser acolhida em situação de violência no universo pentecostal. Justamente por isso, seu discurso sobre abstinência sexual tem tido grande aderência em amplos setores da sociedade brasileira. A principal razão é a resposta altamente conservadora e violenta via Estado que ela propõe para combater a epidemia de violência doméstica na infância e contra a mulher.

Além disso, dessexualizar e deserotizar a sociedade brasileira à sua imagem e semelhança: Damares é uma mulher que faz questão de não ter nenhum traço de sensualidade, de erotismo, de encanto. Uma mulher dura, rígida, monocromática - como milhares de outras mulheres que, consciente ou inconscientemente, têm a mesma postura rígida e reprimida como proteção a qualquer tipo de violência. Vocês já pensaram que o descaso com a saúde, corpo e alma, pode ser um escudo contra homens que se sentem no direito de abusar e violentar mulheres de várias maneiras?!

Obviamente que tenho profundas críticas à Ministra Damares e ao bolsonarismo de maneira geral, mas a minha opinião não importa nada porque esse país tem milhões de Damares que nunca foram respeitadas, acolhidas e protegidas. Milhões de Damares que nunca foram ouvidas pelo Estado e nem consideradas protagonistas em um projeto de país progressista. O drama delas

39. Artigo originalmente publicado no site "Brasil 247" em 29 de janeiro de 2020.

nunca foi a escolha entre a democracia liberal e o socialismo de mercado. Elas nunca tiveram escolha que não fosse a igreja evangélica. E são essas mulheres, esse contingente imenso de gente largada à própria sorte, que a esquerda vai continuar ignorando e/ou chamando de fascista? Porque essas mulheres não concordam com o Bolsonaro, mas foi e ainda é no mesmo universo dele e da ministra Damares que elas e seus filhos foram e são acolhidos. Que mulher-mãe-solo não quer proteção para seus filhos? Quem há de acusá-las e condená-las quando não há alternativa?!

Tudo isso para escrever três coisas:

1. mulheres-mães-solo (a maioria trabalhadoras domésticas precarizadíssimas) e seus filhos precisam ocupar lugar central em um projeto de Brasil em oposição ao bolsonarismo;

2. a violência na infância e contra as mulheres precisa ser tratada como epidemia e jamais como pauta identitária como tem acontecido pela ala economicista de uma esquerda machista e socialmente irresponsável;

3. não adianta as lideranças partidárias afirmarem a necessidade de diálogo com os evangélicos se parte significativa da militância se sente moralmente superior e no direito de dizer à essa população que ela não pode ter religião ou qual religião ela deve ter.

Por todas as razões acima: isso é muito violento. O bolsonarismo, como um fenômeno de massa da extrema-direita, deslocou todo campo político e isso tem nos obrigando a rever muita coisa. A principal delas é a relação entre religião e política na esquerda brasileira.

40. ODOYÁ, YEMANJÁ!⁴⁰

A festa mais linda de todas.

Nos últimos dois anos tenho frequentado a festa de Yemanjá na virada. Vou com um grupo pequenos de amigos, entrego minhas oferendas, agradeço por tudo de tanto, reforço pedidos de proteção, tomo alguma bebidinha, vejo um dos shows do Lalá, dou uma dançadinha e volto pra casa antes da alvorada. Há dois anos, não piso no Rio Vermelho no dia 02 de fevereiro. Ano passado coloquei um vestido branco lindo, flores no cabelo, alfazema e *ylang-ylang* no corpo e fui. Chegando lá encontrei amigos e logo depois um destacamento da Peto, da PM/BA passou por nós. Tremi, fiquei pálida, um amigo segurou a minha mão e um deles parou e disse: olá, professora. Voltei pra casa logo depois.

Há dois anos, um deles agrediu meu rosto violentamente porque tentei parar a tortura à céu aberto que ele fazia com um menino negro que já estava algemado, no chão e mesmo assim era violentamente agredido. O desenrolar

40. Artigo originalmente publicado no site "GGN" em 02 de fevereiro de 2020.

dessa história kafkaniana todes conhecem e acabou apenas no final do ano passado. Pouco antes de falecer, depois de muita conversa sobre as implicações dessas agressões em 2018, Makota Valdina me disse: “seus medos precisam de tempo pra você seguir adiante. Você saberá quando voltar”. Ontem, cheguei à festa com uma amiga e Bentinho – a primeira vez dele em uma festa de Largo à noite.

Fui levar minhas oferendas e lembrei dessa conversa com Makota Valdina quando vi essa senhora linda da foto. Quando estávamos caminhando para o boteco do França um destacamento da PM/BA passou por nós e forçou passagem com a truculência típica, tom ameaçador e o cassetete na linha de frente. As pessoas abriram passagem, claro, e eles foram embora. Bentinho me disse: “minha mãe, que monstros. Por que eles fazem isso? Só porque todo mundo tá feliz? Não pode mais ser feliz?” Pode parecer bobagem, e acho mesmo que é, mas naquele momento eu zerei com o universo. E depois de mais de um ano e meio sabático com o Pós-doutorado, pesquisas, leituras, preceitos e resguardos: tô de volta!

Ọbá Omi! Ọba Olókun!

Ọba Ọlòsà!Odò mi òò!

Èérú Ìyá!

41. QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NO BRASIL?⁴¹

No apagar das luzes de um dos piores anos da história recente da humanidade, em 30 de dezembro de 2020, a Argentina ocupou o noticiário do mundo inteiro. Depois de décadas de lutas e acúmulo político das feministas argentinas em torno da Campanha Nacional pela Legalização do Aborto, o congresso argentino aprovou a lei que despenaliza e legaliza o aborto até as primeiras 14 semanas de gestação, garante a rede de saúde pública para apoiar a mulher antes, durante e depois da decisão, além de garantir auxílio à mulher que decidir seguir com a gestação. O feito contou com entusiasmadas manifestações dos homens da esquerda brasileira, que atribuíram a descriminalização do aborto à coragem política do atual presidente da Argentina, Alberto Fernandez, que entendeu a importância dessa luta feminista e a transformou em promessa de campanha.

No entanto, um militante do PSOL/SP foi além ao lembrar do papel fundamental das feministas nesse processo, afirmando em tom de provocação que na Argentina: “o movimento feminista é forte e soube colocar a questão para a sociedade como demanda universal de direitos humanos e de saúde pública”. A provocação se refere à premissa de que, no Brasil, o movimento feminista não seria forte. Uma besteira proferida

41. Artigo originalmente publicado no site da Revista “Carta Capital” em 15 de fevereiro de 2021.

por quem não enxerga o avanço de movimentos feministas no Brasil, apesar de tudo, inclusive de uma esquerda anacrônica. Vejamos:

Por ocasião do caso da menina de 10 anos estuprada por seu tio e que obteve autorização da justiça para a realização de um aborto no SUS, a Revista Piauí publicou uma reportagem com dados estarrecedores, mas elucidativos sobre a universalidade dessa demanda e da força do movimento feminista no Brasil. Até junho de 2020, ao menos 642 meninas de até 14 anos foram internadas no SUS para fazer um aborto: a maioria por complicações na gravidez e tentativas de interrupção da gestação. No ano anterior, em 2019, a cada 100 internações por aborto de um total subnotificado de 195 mil, apenas 1 tinha sido autorizado pela justiça. No período de 2009 a 2018, o DataSUS registrou 721 mortes de mulheres por abortos clandestinos no Brasil, sendo que 6 a cada 10 vítimas fatais eram negras, pardas, pobres e nordestinas.

Ou seja, se esses números não são suficientes para a sociedade brasileira compreender a descriminalização do aborto fora do universo moral e como uma demanda universal de direitos humanos e de saúde pública, que ao menos os homens da esquerda brasileira o façam sem reduzir essa demanda no guarda-chuva equivocado de “pauta identitária”. É bom lembrar que as mulheres feministas do Recife foram pessoalmente afastar os grupos extremistas que queriam impedir que a lei fosse cumprida e uma menina de 10 anos pudesse

realizar o aborto de um crime hediondo. Enquanto isso alguns homens da esquerda ficaram apoiando a menina nas redes sociais e acusando as feministas de “lacrção identitária” – assim como o atual presidente Jair Messias Bolsonaro e a conservadora extremista Sara Winter.

Aliás, há tempos que um grupo de homens da esquerda brasileira resolveu atacar as feministas no lugar de combater o genocídio fascista do atual governo.

Muito provavelmente porque o maior e o mais importante movimento contra o então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro foi articulado nas redes sociais por duas feministas e levou mais de 1 milhão de pessoas às ruas de 114 cidades de 26 estados e Distrito Federal pelo #EleNão, popularizando o movimento feminista como nunca antes na história desse país. Além disso e o mais importante: se não fosse o #EleNão, Bolsonaro teria sido eleito no primeiro turno em 2018. De acordo com os dados da pesquisa DataFolha de 28 de setembro de 2018, um dia antes da histórica manifestação, “se dependesse dos homens, Bolsonaro sairia do primeiro turno isolado no primeiro lugar”, divulgou o insuspeito sítio de notícias G1, pois o ex-capitão do exército contava com 37% da intenção de voto entre os homens enquanto ele não passava de 21% da intenção de voto das mulheres.

Sim, senhoras e senhores, nós, mulheres feministas, levamos o candidato Fernando Haddad para o segundo turno das eleições em 2018, e para a jornalista e ativista feminista Patrícia Zaidan

se o núcleo da campanha do Haddad tivesse incorporado as demandas do #EleNão provavelmente hoje estaríamos em outra situação. Ocorre que naquela ocasião, alguns militantes e dirigentes petistas resolveram fazer coro com a ciclotimia do então candidato Ciro Gomes (PDT) que se viu constrangido a convocar a população para o #EleNão e depois passou a desqualificar a força do movimento de mulheres porque Bolsonaro foi colocado no centro do debate político.

Quase um Morgan Freeman dos trópicos, Ciro Gomes acreditava que para o bolsonarismo deixar de existir era só parar de falar nele. Nessa mesma linha de não falar sobre o que se queria/quer desaparecido (avant garde do atual cancelamento), alguns petistas decanos ignoraram o acúmulo político do #EleNão para a disputa do segundo turno e afirmavam que Fernando Haddad deveria se concentrar no que de fato importava: “a agenda econômica e social”. O resultado desse diálogo entre o ontem e o anteontem já é conhecido: Jair Messias Bolsonaro foi eleito com quase 10 milhões de votos de diferença e subiu a rampa do Palácio da Alvorada prometendo acabar com o “politicamente correto” e com a “ideologia de gênero”.

O que não talvez muita gente não saiba é que os coletivos feministas não pararam de lutar desde o histórico #EleNão. Tanto que em 2020, as companheiras Ludmilla Teixeira e Patrícia Zaidan criaram o Levante “Mulheres Derrubam Bolsonaro” – um coletivo fe-

minista com lideranças e militantes de vários partidos de centro-esquerda de norte ao sul do país, que elaborou, entre outras ações, um manifesto pedindo o impeachment de Jair Bolsonaro e assinado por mais de 40 mil mulheres, incluindo a ex presidenta Dilma Rousseff. O Manifesto também pede a cassação da chapa ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelas fake news espalhadas durante a campanha de 2018 e à Procuradoria-Geral da República por desrespeitar a Constituição, por apologia ao fascismo, ao racismo, aos crimes cometidos pela Ditadura Militar, e pelas então 60 mil mortes provocadas pela Covid-19, sem a adoção de uma política emergencial de saúde capaz de barrar a pandemia. Não parece ter sido por outra razão que, nas eleições de 2020, das 50 candidaturas de mulheres pobres, negras e trans às Câmaras Municipais efetivamente apoiadas pelo Levante das Mulheres: 17 foram eleitas!

Um feito político mesmo com todo tipo de boicote dos dirigentes de esquerda em uma eleição atípica durante uma pandemia, que foi possível porque vários coletivos feministas decidiram disputar espaços e a institucionalidade por meio de mandatos individuais e coletivos em todo país – mulheres representavam 52,49% das 147,9 milhões de pessoas aptas a votar nas eleições de 2020 (TSE), por isso a força política da linha política “mulher vota em mulher”. Um feito político que deverá se repetir e triplicar nas eleições majoritárias de 2022, porque nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, mesmo durante uma

pandemia que acumula mais de 230 mil mortes, a direita e a extrema direita não param de atacar os direitos reprodutivos e sexuais duramente conquistados pelos coletivos feministas, contando com o silêncio de boa parte dos dirigentes da esquerda.

Além disso, para se ter uma dimensão do drama que vivendo no Brasil, em 10 de outubro de 2020, o monitoramento da violência feito por mídias independentes, publicado no sítio Brasil de Fato, demonstrou que 497 mulheres foram assassinadas pelo motivo de ser mulher – feminicídio – desde o início da pandemia. Praticamente “um feminicídio a cada nove horas entre março e agosto” de 2020. Só no estado de São Paulo o número de mulheres assassinadas por companheiros ou ex-companheiros subiu 41,4% no mesmo período. Números subnotificados, cumpre lembrar, sem os casos de violência contra as mulheres e que configuram uma epidemia.

Não foi por outra razão que no começo de 2021, a socióloga, feminista e militante do movimento negro Vilma Reis articulou nacionalmente o Levante Feminista contra o Feminicídio. Trata-se de um coletivo com a participação de mulheres de várias entidades, partidos de esquerda, militantes, intelectuais, ativistas do Brasil inteiro e de outros países, que dará início a Campanha de Combate ao Feminicídio em 14/03/2021, dia do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco PSOL/RJ.

O Levante Feminista contra o Feminicídio é fruto do acúmulo político da luta feminista nas campanhas: “Quem Ama não Mata”, “Diretas Já”, “Fora Cunha”, “Não Vai ter Golpe”, “Dilma Fica”, “Fora Temer”, “Nenhuma a Menos”, “Ele Não”, “Ele Cai”. É um grito contra essa política genocida e armamentista que tem como alvo mulheres, negros e indígenas. Porque eles nos querem caladas, mas nós os denunciaremos. Eles nos querem mortas, mas nós viveremos e lutaremos contra o fascismo da extrema-direita, o conservadorismo da direita e o anacronismo de uma esquerda que insiste em negar a centralidade e o universalismo das nossas lutas. Lutamos pela vida de todos: a nossa e a de quem ainda teme a nossa luta.

42. POR QUE VOCÊS QUEREM NOS MATAR?⁴²

No último dia 04 de março foi divulgado o resultado do levantamento da Rede de Observatórios da Segurança realizado em cinco estados – SP, RJ, BA, PE e CE -, durante o primeiro semestre de 2020, incluindo os primeiros meses da pandemia do coronavírus que até hoje assola o mundo. Dos 1823 casos monitorados pela Rede, 449 foram vítimas de feminicídio: quando uma mulher é assassinada pelo motivo de ser mulher.

42. Artigo originalmente publicado no site da Revista “Carta Capital” em 09 de março de 2021

Desses, 200 mulheres foram mortas em São Paulo, concentrando 40% dos casos monitorados; Pernambuco é o segundo estado com mais casos de feminicídio; Bahia é o estado com maior número de homicídio de mulheres; Rio de Janeiro é o segundo estado que mais agride mulheres; Ceará registrou 74% mais casos de feminicídios que o governo do estado registrou, ou seja: é o estado com o maior número de Boletins de Ocorrência maquiados.

Trocando em miúdos o resultado divulgado na última semana: cinco mulheres são assassinadas por dia nesses estados. Quando se considera o alerta de especialistas sobre o crime de feminicídio ser “maquiado” e frequentemente registrado como lesão corporal ou homicídio doloso, a realidade transforma o feminicídio no Brasil em um crime que beira à epidemia, praticado sobretudo por companheiros e ex-companheiros da vítima dentro de sua casa. Uma mulher correr alto risco de morte dentro da própria casa – onde ela deveria estar segura – não é a única contradição que cerca o feminicídio aqui, nos Tristes Trópicos.

O Brasil é um dos países que tem as três melhores leis do mundo para o combate da violência contra as mulheres e com tipificação específica, a Lei Maria da Penha (2005) – além de ser signatário de duas Convenções Internacionais: “Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW/ONU) e a “Convenção de Belém do Pará”. Porém, contudo, entretanto, não obs-

tante, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou no ano passado que um terço das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de violência. Eu sou uma delas, e peço licença para lhes contar parte dessa história.

Há três anos, eu me apaixonei por um homem de setenta e poucos anos, vinte anos mais velho do que eu. Charmoso, inteligente, perseguido por ser combativo, irônico na medida certa, ele também ficou encantado, mas a história não foi adiante porque temos a mesma qualidade: somos monogâmicos seriais. Também somos amigos até hoje, mas não foi simples lidar com esse não vivido na época. E na tentativa de superar isso, tomei uma decisão impulsiva que me deixou sequelas físicas e emocionais. Lembro como se fosse hoje: era o final de um evento acadêmico no auditório da Faculdade de Engenharia da UFBA, ele se aproximou, estava pálido, olhou nos meus olhos, me beijou, me abraçou forte e foi embora de cabeça baixa.

Nessa mesma época, um colega de profissão que acabado de se separar estava em Salvador para um seminário e me convidou para jantar antes de voltar para São Paulo. Aceitei. Conversa vai, cerveja vem, risadas, um abraço apertado e um beijo demorado. Menos de um mês depois, começo de ano, ele voltou para Salvador para passar férias e me pediu em namoro. Tudo parecia divertido e leve nas férias de janeiro até eu encontrar um colega de militância na cidade de Cachoeira. Um homem bonito, divertido e cheio de histórias rapidamente

despertou o ciúme do então namorado, que brigou comigo e depois se desculpou pedindo paciência, pois ele teria que se adaptar ao fato de estar namorando uma mulher bonita e que chamava atenção. Burrinha, fiquei toda prosa e achava engraçado quando ele queria saber com quem eu já tinha namorado antes dele.

Na noite anterior à festa do 2 de fevereiro, fomos encontrar umas amigas no Rio Vermelho, bairro boêmio de Salvador. Depois de um show e de cortejos de rua, fomos tomar um gim em um bar e ele esmurrou um moço na frente de todo mundo porque disse ter visto ele tocar o meu cabelo. O moço estava com o namorado e não tinha feito nada além de ter sido meu aluno na universidade. Ele chorou muito, pediu desculpas, disse que estava bêbado, prometeu que nunca mais faria isso e jurou amor eterno enquanto a gente transava. Logo depois, o carnaval chegou anunciando o inferno de Dante que seria a minha vida nos meses seguintes.

Do tamanho da saia da minha fantasia, ao pelo italiano dono da pousada que não parava de me olhar em uma praia deserta da ilha de Itaparica, ao episódio no qual a PM/BA nos agrediu porque eu tentei parar uma tortura a céu aberto de um rapaz negro que já estava algemado e no chão. O episódio é conhecido e paradigmático do *modus operandi* desse tipo de homem: eu respondi o processo sozinha porque ele não apareceu na audiência e nem enviou um vídeo com o relato do que acontecera naquela noite por medo de prejudicar sua carreira – que é a mesma que a minha.

O fato é que o tempo passava e ele ia piorando. As aulas começaram e não demorou para esse sujeito começar a stalkear quem curtia minhas postagens e a querer saber com quem eu tinha conversado durante o dia, me pedia fotos dos lugares em que eu estava e fui fazendo o mesmo. Em uma noite depois de uma participação minha em um evento de trabalho em São Paulo fui jantar com amigos e ele chegou depois e tudo parecia tranquilo até que ao chegar na casa dele, enquanto a gente namorava ele segurou o meu rosto forte, olhou nos meus olhos e me disse sem meias palavras: “eu te mato se você me trair”.

Eu me culpo até hoje por não ter terminado tudo ali porque a primeira agressão aconteceu dois dias depois. Ele fez um jantar para amigos em comum na noite anterior ao meu retorno para Salvador. No final daquela noite massa, ajudei a recolher o lixo, fui escovar os dentes para dormir e soube que um moleque que eu nunca vi na vida, mas participava de um mesmo grupo de zap, tinha me mandado uma mensagem privada querendo me ver nua. Isso me rendeu empurrão da cama e um chute – que ele disse ter sido sem querer. A relação prosseguiu entre brigas pesadas e juras de amor eterno.

No mês seguinte, ele esperou que eu dormisse e passou a madrugada vasculhando as mensagens no meu celular: descobriu que eu estava apaixonada por outro homem antes de começar a namorar com ele e que eu tive uma. Ele ficou transtornado, sobretudo porque divul-

garam em um grupo de zap interestadual a foto de uma assembleia em um sindicato na qual eu estava sentada entre uma amiga e o homem por quem estive apaixonada antes de começar esse namoro. Ele quis saber quem estava na assembleia e disse que ele não conhecia ninguém. Ele me mandou a foto, me xingou, gritou e quando nos encontramos para conversar, depois de beber muito, me agrediu porque ele não era "corno".

A mulher não precisa ficar com o trem para um homem achar que pode se vingar dela. Basta ela ser mulher. Basta uma piada de "corno" e a possibilidade de "todo mundo considerar esse homem corno" para a mulher sofrer todo tipo de agressão. Aliás, depois que terminamos da pior maneira em uma festa ele repetia que ninguém acreditaria em mim porque, em seus termos, tenho fama de namorada e briguenta na militância político-partidária. E ele tinha razão: quase ninguém acredita em uma mulher até ela ser morta ou ter sequelas físicas irreversíveis.

Sete cirurgias na boca para corrigir os dentes tortos pela perda óssea, um dedo torto para sempre porque foi quebrado em dois lugares, uma orelha rasgada por um brinco arrancado e a luta diária para tirar o agressor do meu espelho e evitar que eles nos matem, inclusive simbolicamente. É por isso que eu conto essa história envolvendo pessoas que tiveram acesso à educação, saúde e cultura e possuem renda e formação escolar bem acima da média brasileira.

É por tudo isso que eu encerro esse artigo com a divulgação do coletivo de ajuda mútua e rede de apoio para mulheres agredidas "Outras Bárbaras". A primeira reunião virtual será em 28 de março de 2021, às 19 horas, com o tema "por que você quis me matar?" É preciso barrá-los e só conseguiremos coletivamente.

Para participar é só enviar um *email* co nome e contato para: outras-barbaras@gmail.com

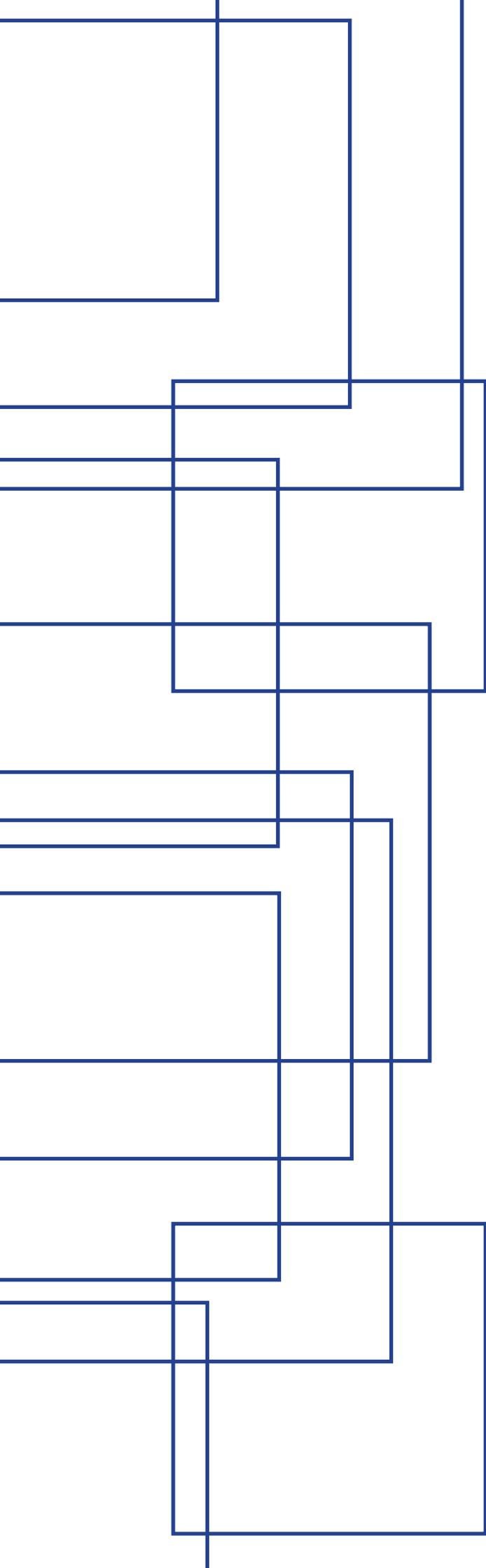
PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO

Por José Celso Cardoso Jr.

**PEC 32/2020: RAZÕES PARA
DERROTÁ-LA**

13



José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

SUMÁRIO

1. REFORMA ADMINISTRATIVA NA EUROPA: RETRAÇÃO DO ESTADO IMPACTA NEGATIVAMENTE CAPACIDADES E FUNÇÕES PÚBLICAS, DINAMISMO ECONÔMICO E PROTEÇÃO SOCIAL E LABORAL. **1154**
2. REFORMA ADMINISTRATIVA BOLSONARO/GUEDES E A DESTRUIÇÃO DO BRASIL. **1158**
3. DESMASCARANDO FAKE NEWS SOBRE O EMPREGO PÚBLICO NO BRASIL: OCUPAÇÃO, ESCOLARIZAÇÃO E O DIFERENCIAL DE REMUNERAÇÕES FRENTE AO SETOR PRIVADO. **1161**
4. A ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO COM A PEC 32/2020: VÍCIOS PRIVADOS, PREJUÍZOS PÚBLICOS. **1168**
5. INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA CF-1988 AOS MODISMOS GERENCIALISTAS DA PEC 32/2020. **1173**
6. INOVAÇÃO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: O CASO DE SUCESSO DOS DEZ ANOS DA DIEST/IPEA E A OPORTUNIDADE PERDIDA DA PEC 32/2020. **1177**
7. DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO DEPENDE DE ESCOLARIZAÇÃO ELEVADA, CAPACITAÇÃO PERMANENTE E COOPERAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO. **1182**
8. CARREIRAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **1188**
9. CONCURSOS PÚBLICOS, PROFISSIONALIZAÇÃO BUROCRÁTICA E DESEMPENHO INSTITUCIONAL: REFORMA ADMINISTRATIVA CF/1988 VERSUS PEC 32/2020. **1191**
10. A ESTABILIDADE FUNCIONAL DOS SERVIDORES NOS CARGOS PÚBLICOS. **1198**

11. PEC 32/2020 E A VOLTA DO ESTADO LIBERAL-PATRIMONIAL-OLIGÁRQUICO NO BRASIL. **1202**
12. REFORMA ADMINISTRATIVA E ASSÉDIO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: EFEITOS PERVERSOS DA PEC 32/2020. **1206**
13. O ABISMO É LOGO ALI! MAS HÁ UMA SAÍDA À ESQUERDA... **1210**

REFORMA ADMINISTRATIVA NA EUROPA: RETRAÇÃO DO ESTADO IMPACTA NEGATIVAMENTE CAPACIDADES E FUNÇÕES PÚBLICAS, DINAMISMO ECONÔMICO E PROTEÇÃO SOCIAL E LABORAL.

José Celso Cardoso Jr.¹ & Regina Coeli Moreira Camargos²

Diante do vendaval de *fake news* e ameaças aos servidores públicos propagados pelo governo Bolsonaro/Guedes e defensores, acerca das supostas – e irreais – vantagens da PEC 32/2020, resolvemos mapear evidências acerca dos impactos de reformas administrativas de mesma inspiração e já em implementação em países da União Europeia desde a crise financeira internacional de 2008,

cujos desdobramentos seguem em curso.

Para tanto, apresentamos nesse artigo um resumo – não exaustivo, mas suficiente – das principais conclusões do livro ***Public Sector Shock. The impact of policy retrenchment in Europe***, organizado por Daniel Vaughan-Whitehead, economista sênior da OIT (Organização Internacional do Trabalho).³ A publicação descreve em profundidade as características e principais efeitos das reformas administrativas que ocorreram em diversos países da União Europeia a partir da referida crise. A partir do título o leitor antevê o que encontrará em suas mais de 600 páginas.

Nos países mais desenvolvidos da Europa, observou-se aprofundamento da retração do Estado na prestação de serviços à sociedade, algo que já vem ocorrendo desde o fim dos anos 1970. Mas, nos países menos desenvolvidos

1 Doutor em economia pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Atualmente exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

2 Bacharel em Ciências Econômicas pela FACE/UFMG (1987), doutora em Ciência Política pela FAFICH/ UFMG (2008), pesquisadora em pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico no CESIT/IE/Unicamp (2020). Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) entre 1993 a 2018.

3 VAUGHAN-WHITEHEAD, DANIEL (org.). *Public Sector Shock: the impact of policy retrenchment in Europe*. Co-edição OIT e Editora Cheltenham (UK/ USA), 2013. Ver também CAMARGOS, REGINA C. M. *Reformas Administrativas no Brasil e no Mundo: revisão bibliográfica sugere cautela extrema com a importação de ideias e modelos estrangeiros*. Brasília: Cadernos da Reforma Administrativa n. 18, Fonacate, 2021. Disponível em <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Cadernos-Reforma-Administrativa-18-V3.pdf>. O caso brasileiro, por sua vez, está bem explicitado nos livros organizados por: i) CARDOSO JR., JOSÉ CELSO (org.). *Reforma Administrativa Bolsonaro/Guedes: autoritarismo, fiscalismo, privatismo*. Brasília: Afipea-Sindical, 2021. Disponível em https://afipeasindical.org.br/content/uploads/2021/04/Reforma_Administrativa_Autoritarismo_Rev14abr.pdf; e ii) MARQUES, RUDINEI & CARDOSO JR., JOSÉ CELSO (orgs.). *Rumo ao Estado Necessário: críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido*. Brasília: Fonacate, 2021. Disponível em <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro-Fonacate-2021-V8.pdf>.

e na periferia do capitalismo europeu, houve reformas abruptas, que num curto espaço de tempo, modificaram substancialmente ou mesmo extinguiram diversas estruturas do Estado em áreas centrais dos respectivos sistemas de bem-estar social. Em uns e noutros casos observaram-se alterações qualitativas e quantitativas para pior no atendimento do Estado às demandas sociais em áreas como educação, saúde, segurança pública e sistemas de intermediação de emprego. Além disso, em todos os casos, houve redução no quadro de servidores, piora nas condições de trabalho e precarização das formas de contratação, demissão e remuneração. Em suma, observou-se generalizado aumento da desproteção social e da insegurança laboral no setor público em todos os países.

As reformas – *abrangentes, profundas e velozes* – ocorreram por meio de cortes lineares e indiscriminados no orçamento, visando conter ou reduzir o déficit público, e resultaram no congelamento do investimento governamental em áreas como previdência, saúde e educação, além de demissões e cortes na remuneração dos servidores. As reformas são *abrangentes*, pois envolvem e afetam uma ampla gama dentre as principais áreas de atuação governamental. São *profundas*, já que promovem modificações paradigmáticas, e não apenas parâmetros, nos modos de organização e funcionamento das respectivas áreas. E são *velozes*, pois estão ocorrendo em ritmo tal que setores oposicionistas e mesmo analistas especializados mal conseguem acompanhar o sentido mais geral

das mudanças em curso, as quais apontam em direção ao enfraquecimento da democracia e ampliação das desigualdades sociais.

De acordo com Daniel Vaughan-Whitehead, cada programa teve características e ritmo próprio de aplicação, sendo mais radicais nos países menos desenvolvidos da União Europeia. Alguns programas foram diretamente impostos aos governos de países como Grécia, Portugal e do leste do continente pela chamada Troika, organismo formado pelo Banco Central Europeu, FMI e Comissão Europeia. Nesses países, o teor das reformas do setor público foi nitidamente *fiscalista* e *privatista* ou, nos termos do autor, limitaram-se a ajustes quantitativos, à transferência de ativos e da gestão de órgãos públicos para empresas e entidades do setor privado. Por sua vez, os países que vinham implantando reformas de caráter mais estrutural desde os anos 1980, como Alemanha, Suécia, Reino Unido e França, aprofundaram o ajuste quantitativo do setor público e a privatização dos seus respectivos sistemas de proteção social, embora tentando manter alguma regulação estatal sobre eles para mitigar a diminuição da cobertura e da qualidade do atendimento às demandas da sociedade por serviços essenciais.

Na avaliação do autor, mesmo os países que fizeram reformas menos fiscalistas e privatistas não obtiveram resultados virtuosos. A médio e longo prazos, os sucessivos cortes orçamentários, a gradativa precarização das condições

de trabalho dos servidores, o recurso indiscriminado ao *outsourcing* e às parcerias com a iniciativa privada para realização de atividades essenciais, dentre outros fatores, resultaram em custos muito elevados, tais como o aumento das desigualdades e a redução do dinamismo econômico.

Obviamente, os países menos desenvolvidos que fizeram ajustes ainda mais severos – por imposição de organismos internacionais – colheram resultados muito piores, pois, em geral, suas estruturas econômicas e seus sistemas de bem-estar eram menos robustos que os dos países mais desenvolvidos. Mas, em ambos os casos, como tais reformas aconteceram em contextos desfavoráveis, caracterizados por altas taxas de desemprego e baixo dinamismo econômico, acabaram contribuindo para agravar os problemas já existentes.

Dentre as principais consequências desse tipo de reformas administrativas se destacam: **i)** Aumento dos conflitos trabalhistas no setor público; **ii)** Achatamento salarial nos níveis hierárquicos mais elevados da administração pública, o que tem levado a uma onda de aposentadorias precoces e desligamentos voluntários de profissionais mais qualificados; **iii)** Redução expressiva das diferenças salariais entre servidores de carreira e funcionários das prestadoras de serviços e organizações sociais nos níveis hierárquicos menos graduados da administração pública, em detrimento dos primeiros, o que tem gerado desmotivação e queda na produtividade sis-

têmica; **iv)** Substituição gradativa, mas contínua, de servidores com contratos a prazo indeterminado por outros com contratos temporários e a tempo parcial; **v)** Aumento das desigualdades salariais de gênero, pois os cortes e congelamentos de salários, benefícios e promoções afetaram sobremaneira as categorias funcionais com maior participação de mulheres, como saúde, educação e serviços de assistência social; **vi)** Queda na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, devido ao rebaixamento das condições de trabalho dos servidores, aumento das jornadas de trabalho, demissões e aposentadorias precoces, congelamento das promoções e progressões funcionais e redução dos investimentos em infraestrutura, qualificação e treinamento; **vii)** As reformas fiscalistas do setor público foram frequentemente acompanhadas por campanhas de desqualificação dos servidores, imputando-lhes privilégios inaceitáveis num contexto de crise geral do mercado de trabalho; **viii)** O rebaixamento salarial e das condições de trabalho no setor público está prejudicando a luta por direitos trabalhistas na iniciativa privada, pois o estatuto de proteção social ao trabalho no Estado sempre foi uma referência importante para o sindicalismo no setor privado; **ix)** O rebaixamento das condições de trabalho de servidores públicos mais qualificados no leste europeu está estimulando movimentos migratórios desses profissionais para países mais desenvolvidos do continente; e **x)** Na maioria dos países, as reformas foram realizadas sem qualquer negociação

com servidores e demais segmentos da sociedade afetados por elas, exceção feita àqueles que tinham práticas mais longevas e consolidadas de diálogo social. Ademais, observaram-se restrições ao direito de greve e de negociação coletiva que resultaram em intensificação dos conflitos trabalhistas e queda nas taxas de sindicalização no setor público.

Portanto, tudo somado, ao contrário do argumento disseminado pelos defensores das reformas e ajustes, inclusive a OCDE, esses processos não resultaram em aumento da eficiência (e muito menos ainda da eficácia e efetividade) dos serviços prestados pelo Estado. Na realidade, em diversos casos, levaram à queda do desempenho do conjunto do setor público e da qualidade dos serviços. O autor também menciona que os cortes no investimento público em áreas como tecnologia da informação, segurança e sistemas de justiça estão levando, respectivamente, à fragilização dos sistemas nacionais de estatísticas, ao aumento da violência e da corrupção endêmica.

Para Daniel Vaughan-Whitehead, qualquer reforma do setor público deveria ser precedida de minuciosa análise sobre o desempenho da economia e do setor público num longo período de tempo, bem como de projeções de resultados a longo prazo acerca de seus custos e benefícios. Isso porque reformas fiscalistas e privatistas podem até trazer resultados fiscais vistosos no curto prazo, mas costumam ensejar consequências

socioeconômicas danosas, dificilmente reversíveis a médio e longo prazos.

Além disso, reformas dessa natureza requerem a existência de estruturas institucionais sólidas, constituídas por diversos órgãos e agências do Estado, que devem subsidiar os responsáveis pela implementação das reformas com informações, dados e análises para que a tomada de decisões se baseie em evidências e critérios objetivos e vise a melhoria das condições de vida dos cidadãos e o estímulo ao desenvolvimento econômico.

Também é desejável que as reformas sejam acompanhadas e avaliadas por organizações da sociedade civil, sindicatos de servidores, conselhos de usuários e concessionários de serviços públicos. Ou seja, uma reforma virtuosa do setor público deveria ter o diálogo social permanente como princípio e meio de realização, pois tende a afetar as condições de vida de milhares de pessoas.

Em síntese, após analisar os resultados das reformas administrativas ocorridas em 15 países da União Europeia desde a crise de 2008, Daniel Vaughan-Whitehead sugere uma proposta diferente para reformar o setor público, baseada nas seguintes premissas: **i)** Incrementalismo, evitando-se mudanças abruptas e disruptivas; **ii)** Diálogo social permanente; **iii)** Reformar com base em evidências, no planejamento, monitoramento e avaliação permanentes; **iv)** Fortalecimento do Estado Social; e **v)** Revisão profunda da teoria e política

econômica dominante, notadamente no que se refere ao peso e papel das finanças públicas no processo de financiamento do desenvolvimento nacional em cada caso concreto.

Como se vê, há semelhanças inegáveis entre o desenho da PEC 32/2020, ora em tramitação apressada, e as reformas administrativas de cunho neoliberal implementadas recentemente na União Europeia. Nada garante que os maus resultados ali observados não sejam aqui replicados, com o agravante de que, no Brasil, pretende-se desmontar estruturas estatais que sequer haviam sido plenamente implantadas desde a reforma administrativa republicana e democrática sugerida pela Constituição Federal de 1988.

Finalmente, a PEC 32/2020 causará enormes danos ao funcionalismo público, cuja maioria é representada por servidores de carreira selecionados mediante concursos que exigem formação educacional mais consistente. Um quadro funcional bem preparado, com dignas condições de trabalho e em constante profissionalização é, por sua vez, condição necessária para um atendimento eficiente e qualificado aos cidadãos.

Tal como em relação a outros temas da agenda econômica e social, sugerimos cautela extrema com a impor-

tação de ideias e modelos estrangeiros de reforma administrativa, claramente fadados ao fracasso em países tão heterogêneos e desiguais como o Brasil.

REFORMA ADMINISTRATIVA BOLSONARO/GUEDES E A DESTRUIÇÃO DO BRASIL

José Celso Cardoso Jr.⁴ & Rudinei Marques⁵

Nesta quadra desoladora da vida nacional, em que a *terra brasílis* bem-aventurada se converteu em imenso necrotério, e a desesperança invadiu mentes e corações, exauridos diante da inépcia e da truculência, fardada ou não, ecoam funestas as palavras do precursor do realismo fantástico: “Hacía tantos años que no alzaba la cara, que me olvidé del cielo. Y aunque lo hubiera hecho, ¿qué habría ganado? El cielo está tan alto, y mis ojos tan sin mirada, que vivía contenta con saber dónde quedaba la tierra” (Pedro Páramo, Juan Rulfo).

Terá sido episódica a esperança de um Brasil mais justo e solidário? De uma economia desenvolvida, que reduzia pobreza e desigualdades? De um país ativo, com voz no cenário internacional?

4 Doutor em Economia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e atual Presidente da Afipea-Sindical (Associação e Sindicato dos Funcionários do Ipea), condição na qual escreve este texto.

5 Doutor em Filosofia, Analista de Finanças e Controle e atual Presidente do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras de Estado), condição na qual escreve este texto.

De uma sociedade livre e inclusiva, que exorcizava preconceitos e discriminações? De uma juventude que cruzava fronteiras, ávida por conhecimento e por um futuro digno?

Bastou pouco para perdermos o rumo. Dia a dia são atacados os fundamentos do Estado democrático de direito. São tão frequentes as agressões às instituições republicanas, à moralidade pública, ao meio ambiente e aos princípios da dignidade da pessoa humana insculpidos na Constituição Federal – e à própria Constituição – que hoje damos graças tão somente por pisarmos em terra firme, vale dizer, por estarmos vivos e podermos respirar.

Nesse contexto de terra devastada – pela doença, pela regressão produtiva e pelo retorno ao mapa da fome –, não é difícil perceber a inversão de prioridades na (des)ordem política nacional. A insanidade do governo Bolsonaro fez do Brasil o pior país do mundo na gestão da pandemia. Mas é um erro esperar razoabilidade da demência. Então a reforma administrativa aparece como panaceia dos problemas da nação.

Esta, em essência, representa a destruição do aparato estatal público que estava em árdua – mas profícua – construção no país desde a CF-1988.

Da PEC-32 não se aproveita nada em termos dos verdadeiros requisitos necessários à melhoria do desempenho institucional agregado do setor público brasileiro. Trata-se de uma proposta de natureza e intenções antirrepublicanas, antidemocráticas e contrárias ao desenvolvimento nacional, cujos fundamentos e implicações estão bem documentados em dois livros recém-publicados: i) ***Rumo ao Estado Necessário: críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido*** (Fonacate, 2021);⁶ e ii) ***Reforma Administrativa Bolsonaro/Guedes: autoritarismo, fiscalismo, privatismo*** (Afipea-Sindical e Arca, 2021).⁷

Do ponto de vista propositivo, em ambos os livros, a nossa proposta consiste em reativar 3 ideias-forças, a saber:

1. O desenvolvimento nacional como carro-chefe da ação do Estado, ou seja, o Estado não existe para si próprio, mas como veículo para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, fortalecer as dimensões do planejamento estratégico público, da gestão participativa e do controle social – estratégias essas de organização e funcionamento do Estado – é fundamental para que possamos dar um salto de qualidade ainda no século XXI no Brasil.

6 ***Rumo ao Estado Necessário: críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido***: <https://fonacate.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro-Fonacate-2021-V8.pdf>

7 Reforma Administrativa Bolsonaro/Guedes: autoritarismo, fiscalismo, privatismo: https://afipeasindical.org.br/content/uploads/2021/04/Reforma_Administrativa_Autoritarismo_Rev14abr.pdf

2. A necessidade de uma reforma do Estado de natureza republicana, que traga mais transparência aos processos decisórios, no trato da coisa pública de modo geral, redirecionando a ação governamental para as necessidades vitais e universais da população.

3. A revalorização da política e da democracia: não há como fazer uma mudança dessa envergadura sem a participação bem informada da maioria da população. A democracia não é apenas um valor em si, mas também um método de governo, por meio do qual as vontades da maioria da população se manifestam, eleitoral e periodicamente. Mas também, para além da democracia representativa em crise, há elementos de uma democracia participativa – e mesmo deliberativa – que pressionam por mais e melhores espaços de existência e funcionamento.

Para lutar por um Estado moderno e serviços públicos de qualidade no Brasil, é preciso ter claro que em todas as experiências internacionais exitosas de desenvolvimento, é possível constatar o papel fundamental do ente estatal como produtor direto, indutor e regulador das atividades econômicas para que essas cumpram, além dos seus objetivos microeconômicos precípuos, objetivos macroeconômicos de inovação e inclusão produtiva e de elevação e homogeneização social das condições de vida da população residente em território nacional.

Em direção oposta, com a proposta de reforma administrativa Bolsonaro/

Guedes, o governo age para nivelar por baixo o padrão histórico brasileiro de condições e relações de trabalho, lançando também os trabalhadores do setor público ao patamar e práticas milenares da sociedade escravocrata nacional.

Aqui, não se dão conta de que o tal aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado, na verdade, de um trabalho longo e custoso, mas necessário, de *profissionalização da burocracia pública* ao longo do tempo. Não há, portanto, choque de gestão ou reforma liberal – menos ainda esta, de natureza autoritária, fiscalista e privatista – que superem ou substituam o acima indicado.

Diante de tais circunstâncias, ambas as publicações mencionadas acima cumprem papel fundamental nesse debate enviesado, ao desconstruir as falácias que os detratores do funcionalismo repetem à exaustão, mas, sobretudo, por tratar do tema com a responsabilidade que ele exige, com espírito público, sensibilidade social e rigor científico.

No Brasil, o novo coronavírus e o governo Bolsonaro deixarão um rastro de destruição sem precedentes. E o fortalecimento e a qualificação do serviço público serão condições indispensáveis para que o país retome sua caminhada civilizatória, para que nossa gente volte a olhar para o céu e, quem sabe, até mesmo sorrir.

DESMASCARANDO FAKE NEWS SOBRE O EMPREGO PÚBLICO NO BRASIL: OCUPAÇÃO, ESCOLARIZAÇÃO E O DIFERENCIAL DE REMUNERAÇÕES FRENTE AO SETOR PRIVADO.⁸

José Celso Cardoso Jr.⁹ & Félix Lopez¹⁰

1. Introdução.

Há vários aspectos distorcidos ou negligenciados no debate sobre ocupação, escolarização e remunerações no setor público brasileiro. Isso torna indispensável prover insumos para uma discussão mais transparente e qualificada sobre essa parcela da força de trabalho a mando do Estado e a serviço da sociedade.

Em primeiro lugar, é enganoso presumir ser o “funcionalismo público” um todo homogêneo e indiferenciado. Os funcionalismos municipal, estadual e federal apresentam perfis – de inserção e atuação setorial e territorial, de escolarização e de remuneração, dentre outros aspectos importantes – que desautorizam, na maioria das vezes, afir-

mações genéricas. O mesmo se aplica aos três poderes da República: executivo, judiciário e legislativo.

Por consequência, as despesas com pessoal nos três níveis federativos e nos três poderes não possuem os mesmos determinantes, a mesma dinâmica e composição, portanto, as mesmas implicações para a atuação do setor público. Reformas que almejam, verdadeiramente, qualificar a ação estatal e as capacidades da burocracia, devem tratar separadamente as especificidades e as despesas por subgrupos demográficos e setoriais, como por exemplo, servidores ativos e inativos, administrativos e finalísticos etc.

Da mesma maneira, a evolução quantitativa de trabalhadores no setor público responde a aspectos estruturais e determinantes que não são facilmente comparáveis. Uma vez mais, a complexidade do tema desaconselha tratamentos uniformes, generalizantes ou aparentemente rápidos e fáceis sobre o assunto. Assim sendo, comparações internacionais e com o setor privado que não levem em consideração essas e outras advertências metodológicas, prestam o desserviço de construir diagnósticos distorcidos e prognósticos equivocados.

8 Este texto é uma versão resumida de Lopez e Cardoso Jr. (2020). Os autores agradecem comentários e sugestões feitos por colegas do Ipea, isentando-os pelos erros e omissões ainda presentes no texto.

9 José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

10 Félix Lopez é Doutor em Sociologia pelo IFCS/UFRJ e desde 2009 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade dos autores.

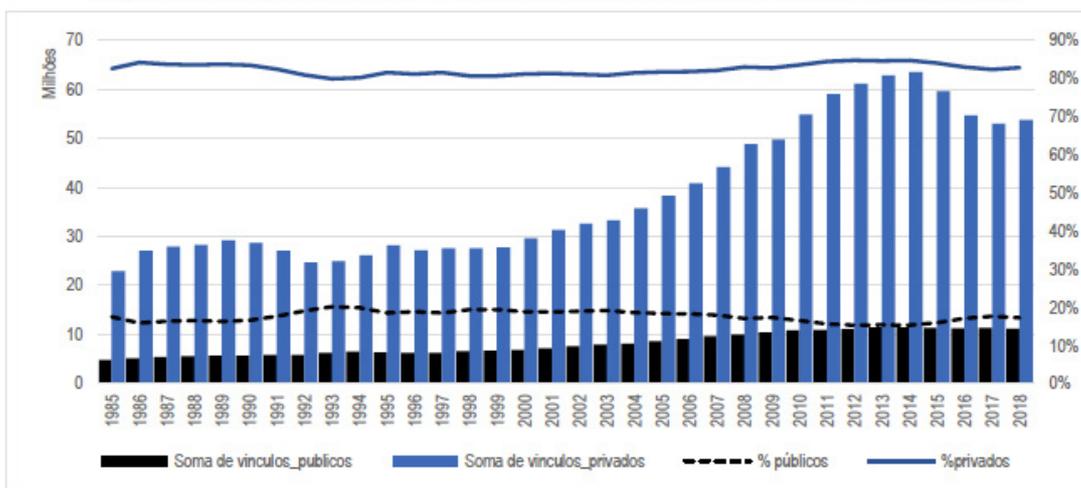
Tentemos, portanto, jogar luz e razão sobre algumas dessas dimensões.¹¹

2. O emprego privado é dominante e cresce muito mais, em termos absolutos, que o emprego público no Brasil.

Entre 1985 e 2018, o total de vínculos formais de trabalho no país – incluídos os setores público e privado – aumentou 130%: de aproximadamente 29 milhões para 66 milhões. O ápice ocorreu em 2014, com o registro de 76 milhões de vínculos, 164% superior ao total de 1985. No entanto, as crises econômica e política deflagradas em 2015 produziram imensa retração e precarização no mercado de trabalho nacional, com perda da ordem de 10 milhões de vínculos no setor privado.

Pelo gráfico 1, vê-se claramente que o emprego privado é dominante e cresce muito mais que o emprego público no Brasil. O total de vínculos no setor público aumentou de 4,8 milhões para 11,2 milhões no período 1985-2018, isso sem incluir as empresas públicas, cujo contingente total de trabalhadores declinou ao longo do tempo. A expansão global no setor público foi, portanto, de 131% no período, e o crescimento médio de apenas 2,5% ao ano, desautorizando interpretações que insistem em falar em movimento explosivo do emprego público no país. Já no que tange ao setor privado formal, o percentual subiu de 20,2% para 25,5% em relação ao total da população, com auge de 32% registrados em 2011.

Gráfico 1: Evolução do total de vínculos formais no mercado de trabalho (1985-2018).



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro. Elaboração dos autores. Excluídas empresas públicas e de capital misto.

11 Para informações e argumentos mais amplos e detalhados, inclusive números comparativos internacionais, ver em especial os seguintes trabalhos: Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (2019 e 2020), além de Cardoso Jr. e Cerqueira (2019), Cardoso Jr. (2020) e Lopez e Guedes (2020).

Em síntese: em 1985, 3,6% da população ocupavam vínculos públicos e 17% vínculos privados. Em 2018 os valores eram, respectivamente, de 5,6% e 26%. Tendência alguma, portanto, nem de estatização do emprego nem de explosão ou inchaço do emprego público como proporção da população ativa ou população total.¹²

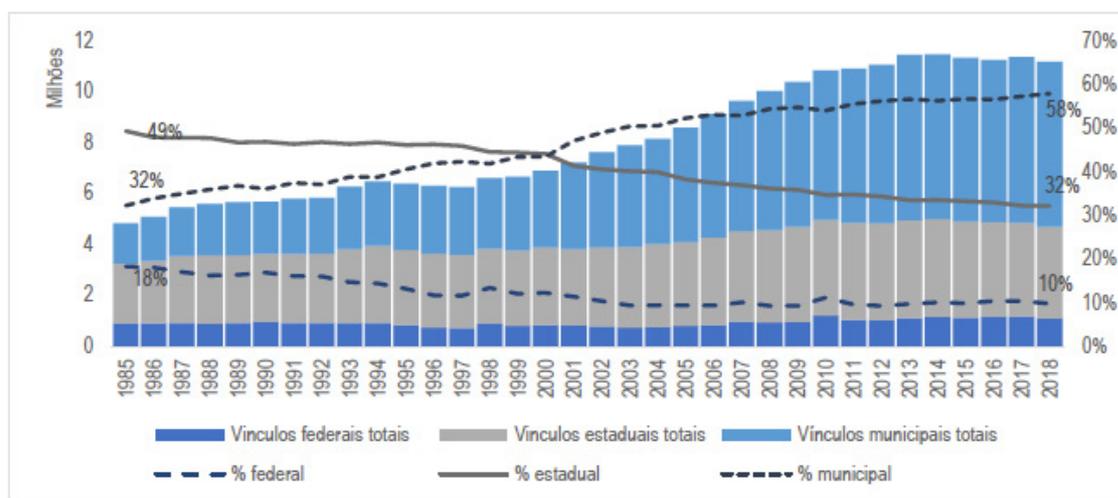
3. Peso e papel do emprego público em estados e municípios pelo Brasil.

Entre 1985 e 2018, os vínculos públicos passaram de 1,6 milhões para 6,5 milhões nos municípios; de 2,4 milhões para 3,6 milhões nos estados e de poucos menos de 0,9 milhão para apenas 1,1 mi-

lhão no nível federal, considerando servidores civis e militares.

Conforme gráfico 2, tem-se que cerca de 60% dos vínculos totais no setor público são municipais, grande parte dos quais – algo como 40% do total municipal – atrelada ao atendimento populacional direto em áreas tais como serviços de segurança pública (guardas municipais), saúde, assistência social e ensino fundamental. Razão suficiente para desaconselhar qualquer reforma administrativa que objetive reduzir ou precarizar essas ocupações – vale dizer: as condições e relações de trabalho – no âmbito do emprego estruturado formal brasileiro.

Gráfico 2: Número de vínculos e percentual em relação ao total, por nível federativo (1985-2018).



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro. Elaboração dos autores.

12 Mesmo o Banco Mundial, em sua proposta de ‘um ajuste justo’, aponta não haver número excessivo de servidores públicos no Brasil, menos ainda na esfera federal, que hoje representa apenas 10% do funcionalismo nacional, de modo que a razão entre a quantidade de funcionários públicos do país e a sua população é de apenas 5,6%, levemente superior à média de 4,4% observada na América Latina, mas muito inferior à média de aproximadamente 12% da OCDE.

Ainda que parte desse emprego em nível municipal esteja ligada à ampliação do número de municípios e das respectivas burocracias municipais, o fato é que o alargamento do atendimento populacional no espaço territorial teria que acontecer de toda sorte. Ao menos era – e deveria continuar sendo – o que se espera do processo histórico de ampliação da cobertura social por parte de governos organizados e informados pelos princípios da CF-1988, e posterior desenvolvimento institucional de importantes políticas públicas direcionadas ao atendimento direto da população.

4. Notável aumento da escolaridade média dentro do setor público brasileiro.

Ademais, os dados mostram que a força de trabalho ocupada no setor público brasileiro se escolarizou e se profissionalizou para o desempenho de suas funções. Esses dados servem para desmistificar afirmações infundadas sobre eficiência, eficácia e desempenho estatal na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços e entregas à população.¹³

Pois a qualidade das políticas públicas e os graus de institucionalização e profissionalização do Estado em cada área de atuação governamental são tri-

butários da escolarização que os servidores trazem consigo ao ingressarem no setor público e daquela obtida ao longo de seu ciclo laboral. Embora outros fatores influenciem o sucesso e a qualidade das políticas, tais como a disponibilidade de recursos, as regras institucionais etc., sabe-se que recrutar pessoas com maior e melhor formação é desejável, e indicativo de aprimoramento dos quadros que manejam a entrega de bens e serviços aos cidadãos.

Segundo dados do Atlas do Estado Brasileiro (<https://www.ipea.gov.br/atla-sestado/>), a expansão, em termos absolutos e relativos, ocorreu com vínculos públicos que possuem nível superior completo de formação, que passaram de pouco mais de 900 mil para 5,3 milhões, de 1986 a 2017. Percentualmente, este nível saltou de 19% do contingente de vínculos em 1986 para 47% em 2017.

Nos municípios, a tendência de aumento de escolarização dos vínculos públicos foi também bastante acentuada. A escolaridade superior completa aumentou de 10% para 40% entre 1986 e 2017. A do ensino médio completo ou superior incompleto aumentou de 22% para 39% no mesmo período. Já a escolaridade de nível médio incompleto e nível fundamental caíram, respectivamente, de 14% para 10% e 53% para 9% do total.

13 Ver, acerca dos temas produtividade e desempenho individual e institucional no setor público brasileiro, os Cadernos da Reforma Administrativa publicados pelo Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras de Estado), em particular os Cadernos n. 6 (Neiva, 2020) e n. 7 (Cardoso Jr. e Pires, 2020).

5. Diferenciais de remunerações entre setores público e privado, entes federados e três poderes.

No que toca às remunerações no setor público, em particular frente às do setor privado, é importante considerar, visando comparações adequadas, as variáveis de controle estatístico tradicionais, tais como os atributos pessoais (sexo, faixa etária, cor e escolarização) e os atributos específicos, tais como os territoriais e setoriais (local de residência e ocupação principal no setor de atividade). Ao fazer isso, algumas coisas ficam mais claras, por exemplo:¹⁴

- Há perfis ocupacionais não comparáveis entre setores público e privado, com destaque para os ocupados com a defesa nacional, com o funcionamento do judiciário e do legislativo, com a segurança pública, bem como os ligados à produção de ciência básica e à geração de informações primárias e administrativas, todas funções públicas para as quais simplesmente não há correspondência, com vistas à comparação salarial, no setor privado;

- Os trabalhadores de nível médio no serviço público não são mais bem remunerados que trabalhadores de mesmo perfil no setor privado; eles apenas são trabalhadores não tão precarizados como aqueles. Mas mesmo no setor público, já há um processo de precarização em curso, com o crescimento dos

trabalhadores à margem do RJU e sem carteira no seio do funcionalismo, mormente em âmbito municipal, fenômeno provavelmente associado a estratégias de ocupação (via cooperativas, terceirizações e pejetização) cujo registro possa escapar das regras fiscais (despesas com pessoal) impostas pela LRF;

- Já para aquela parte das ocupações que pode ser considerada comparável entre setores público e privado, são os servidores da esfera federal, pela ordem dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, os com maior escolaridade (nível superior completo) e aqueles em ocupações associadas à gestão pública e à área jurídica, os que apresentam maior prêmio salarial, ao compará-los com trabalhadores do setor privado com características sociodemográficas similares.

Muito importante é notar que quando comparadas as remunerações do Poder Executivo Municipal com as remunerações do Setor Privado Nacional, constata-se que setores público e privado apresentam remunerações próximas ou equivalentes. De acordo com dados da PNAD-Contínua do IBGE, a remuneração média do trabalho principal no setor privado nacional foi da ordem de R\$ 2,1 mil em 2018. Enquanto as remunerações no setor público municipal das regiões Sudeste e Sul estão ligeiramente acima das remunerações no setor privado nacional 13 (respectivamente, R\$ 2.500 e R\$ 2.200), ocorre o inverso

14 Veja-se a respeito os seguintes textos: Carvalho (2020) e Costa, Silveira, Azevedo, Carvalho e Barbosa (2020).

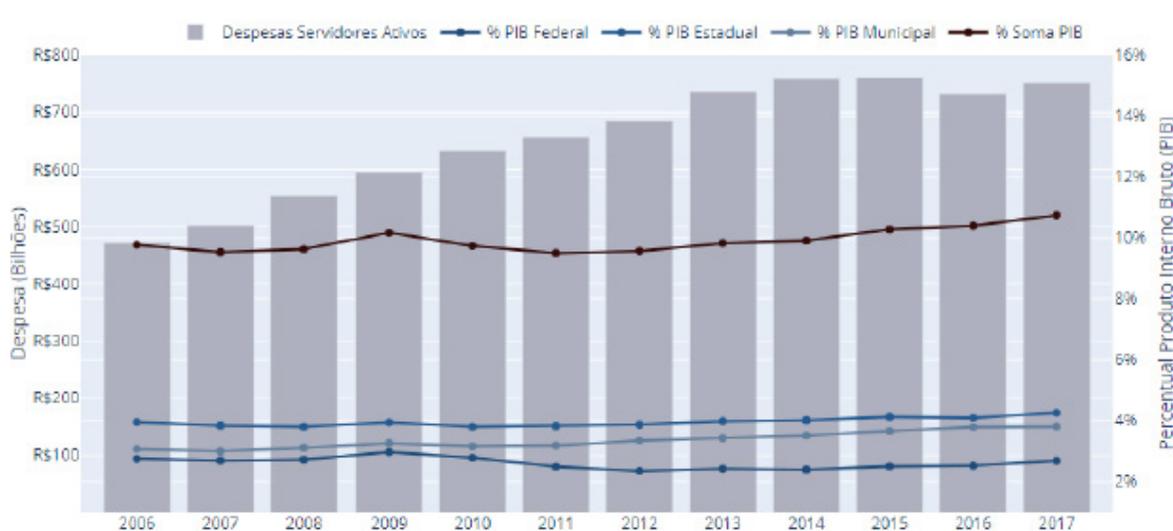
quando se olham os respectivos valores das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (médias de R\$ 1.800; R\$ 1.600 e R\$ 1.300 cada uma).

Isso significa que estão metodologicamente equivocadas as comparações genéricas, recorrentemente feitas por organismos internacionais, grande mídia e até mesmo pela área econômica do governo federal, acerca dos diferenciais de remuneração entre setores público e privado, bem como entre níveis federativos (Federal, Estadual

e Municipal) e entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Não por outro motivo, a própria despesa global com o funcionalismo público no Brasil é baixa e está estável como proporção do PIB já há vários anos, cf. Gráfico 3 abaixo. Se a despesa tem aumentado como proporção da receita líquida, não o faz de modo explosivo e a origem do fenômeno é uma economia que não cresce e não arrecada, somada a uma confusão intencional que inclui a despesa previdenciária junto com a despesa dos servidores ativos.

Gráfico 3: Despesa anual com servidores ativos e percentual em relação ao PIB (2006-2017).



Fonte: Orair e Gobetti (2017) e Atlas do Estado Brasileiro, Ipea. Dados atualizados para valores de 2019 (IPC/IBGE).

Isso significa que é o crescimento econômico sustentado ao longo do tempo, e a correspondente arrecadação tributária, que garantem as condições de incorporação, custeio e profissionalização de novos servidores à máquina pública, e não o corte quantitativo indiscriminado de funcionários, ou a precarização de suas condições e relações de trabalho, que estimularão

o desenvolvimento com equidade num país ainda tão heterogêneo e desigual como o Brasil.

Nesse sentido, uma reforma geral, que trate todos os servidores da mesma forma, visando tão somente reduzir a despesa global com pessoal, tende a precarizar as ocupações públicas, sem com isso garantir melhora al-

guma do desempenho institucional agregado do setor público.

6. À guisa de conclusão: recomendações para enfrentar o problema.

Tudo somado, há sim que se promover mudanças no sentido da diminuição dos hiatos salariais entre setores público e privado, mas para tanto, as conclusões dos estudos aqui citados apontam em duas direções complementares.

Em primeiro lugar, é fundamental recuperar e reativar uma perspectiva (governamental, empresarial e sindical) e políticas públicas de maior e melhor regulação e reestruturação dos mercados privados de trabalho, no sentido de buscar menores taxas de desemprego e informalidade, assim como maiores taxas de produtividade e recomposição salarial, inscritas em trajetórias de recuperação do crescimento econômico em bases mais sustentáveis dos pontos de vista produtivo, ambiental e humano.

Por seu turno, é fundamental realizar ajustes remuneratórios no setor público, levando em consideração os determinantes e as especificidades presentes em cada nível federativo de governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como atentando para as situações discrepantes em cada poder da União (Judiciário, Legislativo e Executivo). Por exemplo: a maioria dos problemas remuneratórios discrepantes poderia ser resolvido simplesmente aplicando-se, sem exceções, o teto remuneratório do setor público a cada nível da federação e

poder da república. Além disso, é preciso eliminar ou diminuir drasticamente os adicionais de remuneração que muitas vezes se tornam permanentes em vários casos, distorcendo para cima os valores efetivamente pagos a uma minoria de servidores e funções privilegiadas.

Isso para dizer que os problemas de remuneração, alardeados pela atual área econômica do governo por meio da grande mídia e base parlamentar, são a exceção e não a regra dentro do funcionalismo público, em qualquer recorte analítico que se queira utilizar. Nesse sentido, uma reforma geral, que trate todos os servidores da mesma forma, visando tão somente reduzir a despesa global com pessoal, tende a precarizar as ocupações públicas, sem com isso garantir melhora alguma do desempenho institucional agregado do setor público.

Em suma: deve-se ter presente as particularidades e, em grande medida, a insubstituíbilidade do emprego público pelo emprego privado na grande maioria das situações e ocupações que envolvem a formulação, implementação, gestão, regulação, fiscalização, controle etc. das políticas públicas. Daí que a própria estabilidade funcional dos servidores públicos, por exemplo, presente em boa parte das democracias no mundo, assegura a independência dos funcionários frente à pressão política, garante a continuidade intergeracional na prestação dos serviços e permite o planejamento das carreiras públicas e seu aprimoramento permanente ao longo do tempo.

A ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO COM A PEC 32/2020: VÍCIOS PRIVADOS, PREJUÍZOS PÚBLICOS

José Celso Cardoso Jr.¹⁵ &
Gilberto Bercovici¹⁶

Após tratar de tema relativo à *inovação na administração pública* durante audiência na comissão especial da PEC 32/2020,¹⁷ realizada em 22 de junho último, a mesma comissão avançará no dia 29 de junho sobre o tema da *intervenção do Estado no domínio econômico* (acréscimo do art. 37-A e acréscimo do § 6º e do §7º ao art. 173 da Constituição).

Uma análise mais amiúde desses dispositivos propostos pela PEC 32/2020 revela, indubitavelmente, tratar-se de peça que visa à instauração de poderes quase absolutos do mercado sobre o Estado, do dinheiro sobre a política, da esfera e lógica privadas sobre a esfera e lógica públicas. É claro que dessa proposta de (re)desenho constitucional para pior, que pretende priorizar, na formulação, implementação e gestão das políticas públicas, o domínio

de uma visão economicista e microeconômica de curto prazo, sobre uma visão holística e macrosocial de longo prazo, não se pode esperar nada promissor para as capacidades de condução futura do país.

Isto é, não há referências claras ao desenvolvimento da nação como objetivo último de tais reformas, mas tão somente entendimento de que a consolidação e a valorização capitalista de mercados autorregulados poderia engendrar algum tipo de “desenvolvimento”. Este, em termos do *liberalismo de cassino* em voga, significa coisas como maximização das rentabilidades empresariais de curto prazo, crescimento microeconômico eficiente dos empreendimentos etc. Ora, de diversas maneiras já foi demonstrado que o somatório de empreendimentos empresariais eficientes e rentáveis do ponto de vista microeconômico não é garantia (na verdade, não há evidência empírica alguma) de que engendrarão resultados agregados (mesmo que setoriais) eficazes ou efetivos do ponto de vista macroeconômico, ainda mais se olhados tais resultados sob a ótica dos empregos, rendas e tributos gerados para os demais agentes envolvidos nesse tipo de regime e processo de acumulação de capital em bases estritamente privadas.

15 Doutor em Economia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atualmente é Presidente da Afipea-Sindical, condição na qual escreve esse texto.

16 Professor Titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP. Doutor em Direito do Estado e Livre-Docente em Direito Econômico pela USP. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e da Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

17 Sobre este tema, ver José Celso Cardoso Jr. *Inovação na administração pública: da Constituição aos modismos gerencialistas da PEC 32* | Congresso em Foco (uol.com.br).

Como se sabe, o papel do Estado no domínio econômico é alvo de inúmeros debates no Brasil. Adeptos de um Estado regulador, ou *mínimo*, costumam se enfrentar com os defensores de um Estado intervencionista, ou *desenvolvimentista*. No entanto, uma análise histórica da estrutura administrativa brasileira revela que a Constituição de 1988 recebera um modelo de Estado estruturado sob a ditadura militar (1964-1985), ou seja, o Estado reformado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-1967), cujas concepções de *eficiência empresarial* e de *privilégio do setor privado* já estão presentes cerca de trinta anos antes da reforma gerencial da década de 1990.¹⁸

O discurso oficial do regime militar já era o da ortodoxia econômica. As próprias constituições outorgadas pelos militares, em 1967 e em 1969, chegaram, não à toa, a incorporar o chamado *princípio da subsidiariedade*, cuja concepção é entender o Estado como complementar, subalterno à iniciativa privada. O Decreto-Lei 200/1967, pioneiro na exigência da gestão empresarial dos órgãos administrativos, vai sobreviver à ditadura militar e continuará em vigor mesmo sob a Constituição de 1988, tendo sido reforçado pela reforma administrativa gerencialista do governo FHC e, agora, ressuscitada pela PEC 32/2020.

Ocorre que, mundo afora, com a consolidação dos Estados desenvolvi-

mentistas, as constituições do século XX incorporaram em seus textos o conflito existente entre as forças sociais, buscando abranger toda uma nova série de direitos e matérias. Apesar disso, as relações entre o direito constitucional e o direito administrativo são ainda difíceis. Enquanto o direito constitucional avançou, o direito administrativo continuou preso aos princípios liberais do século XIX, entendendo o Estado como inimigo. Por isso, a necessidade de construção de um *direito administrativo dinâmico*, a serviço da concretização dos direitos fundamentais e da constituição, é cada vez mais necessária. No Estado democrático de direito, como o instituído pela Constituição de 1988, a base do direito administrativo apenas pode ser o direito constitucional, que estabelece os seus parâmetros: *o direito administrativo é o "direito constitucional concretizado"*.

Neste sentido, os fins do desenvolvimento devem ser fixados pela própria sociedade nacional, como faz o texto constitucional de 1988. No entanto, a vontade política para orientar e favorecer as transformações econômicas e sociais é indispensável para impulsionar e conduzir o processo de desenvolvimento endógeno. Um dos objetivos deste processo é a homogeneização social, com a garantia da apropriação do excedente econômico pela maior parte da população. O desenvolvimento endógeno exige também a internalização dos centros de decisão econômica, a dinamização e

18 Sobre o tema, ver Gilberto Bercovici. *A Atuação do Estado Brasileiro no Domínio Econômico*. livro_republicademocracia.pdf (ipea.gov.br)

a integração do mercado interno, com grande ênfase para o desenvolvimento tecnológico.

A soberania econômica nacional, prevista formalmente no artigo 170 da CF-1988, pretende viabilizar a participação da sociedade brasileira, em condições de igualdade, no mercado internacional, como parte do objetivo maior de garantir o desenvolvimento doméstico (artigo 3º do texto constitucional). O mercado interno, por sua vez, foi integrado ao patrimônio nacional (artigo 219 da Constituição), como corolário da soberania econômica. O significado deste dispositivo é justamente a *endogeneização do desenvolvimento tecnológico e a internalização dos centros de decisão econômicos, à la Celso Furtado*.

Indo além, entende-se o Estado, através do *planejamento*, como o principal promotor do desenvolvimento. Para desempenhar a função de condutor do desenvolvimento, o Estado deve ter autonomia frente aos grupos sociais, ampliar suas funções e readequar seus órgãos e fortalecer sua estrutura e capacidades de atuação. O papel estatal de coordenação dá a consciência da dimensão política da superação do subdesenvolvimento, dimensão esta explicitada pelos objetivos nacionais e prioridades sociais enfatizados pelo próprio Estado. Coordenando as decisões pelo planejamento, o Estado deve atuar de forma muito ampla e intensa para modificar as estruturas socioeconômicas atávicas, bem como distribuir e descentralizar a renda, integrando,

social e politicamente, a totalidade da população ao processo dinâmico do desenvolvimento nacional.

Na contramão disso, no entanto, a adoção das políticas ortodoxas de ajuste fiscal e a implementação das medidas de redução do papel do Estado na economia e de atração de investimentos estrangeiros fez com que se tornasse necessário garantir determinadas medidas de política econômica, mesmo contra as maiorias políticas, gerando um processo de reformas constitucionais em vários países, cujo objetivo foi “constitucionalizar a globalização econômica”. Com a retórica sobre “segurança jurídica”, “regras claras”, “respeito aos contratos”, “Estado de direito” (ou “*rule of law*”) sendo utilizada contra qualquer atuação estatal que contrarie os interesses econômicos dominantes, instituiu-se um fenômeno de “*blindagem da constituição financeira*”, ou seja, a preponderância das regras vinculadas ao ajuste fiscal e à manutenção da política monetária ortodoxa que privilegia interesses privados sobre a ordem constitucional e sobre políticas socialmente distributivas e desenvolvimentistas.

Neste contexto, a proposta de incluir um artigo 37-A na Constituição de 1988 vai muito além da péssima técnica legislativa. A intenção da PEC 32/2020 é instituir a permissão para que os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) firmem “*instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compar-*

tilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira". Em resumo, trata-se **terceirização geral** da Administração Pública. O regime dos serviços públicos está previsto no artigo 175 da Constituição, que determina serem eles atividades que devem ser obrigatória e diretamente prestadas pelo Poder Público. Se não forem prestadas pelo Estado, só o podem mediante concessão ou permissão e sempre precedidas de licitação. Ao prestar serviço público, o Estado, ou quem atue em seu nome por meio de concessão ou permissão, está acatando o interesse social. Os serviços públicos previstos no texto constitucional destacam-se justamente pela importância intrínseca, em dado momento histórico, para a coesão e interdependência sociais. Há aqui, portanto, uma contradição expressa entre o proposto para o artigo 37-A e o artigo 175 da Constituição. De um lado, o **"liberou geral"** do modelo proposto por Guedes/Bolsonaro. De outro, a preservação do interesse público e dos direitos dos cidadãos, inclusive no que diz respeito à modicidade das tarifas.

Outra aberração da PEC 32/2020 é a tentativa de incluir dois novos parágrafos ao artigo 173 da Constituição, que trata da atuação direta do Estado no domínio econômico. O proposto artigo 173, §6º prevê que: *"É vedado ao Estado instituir medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômi-*

cos privados, empresas públicas ou sociedade de economia mista ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência, exceto nas hipóteses expressamente previstas nesta Constituição". Ou seja, trata-se do fim definitivo do fomento público, pois será possível a qualquer agente privado estrangeiro acionar o Poder Judiciário contra a concessão, por exemplo, de linhas especiais de crédito, ou financiamento de projetos por parte do BNDES, como sendo medidas de "reserva de mercado".¹⁹ Esse parágrafo, na realidade, é a ressurreição do **Álvara das Manufaturas**, de 05 de janeiro de 1785. Nele, a Rainha D. Maria I, depois chamada de "A Louca", proibiu toda e qualquer manufatura no Brasil. Caso venha a ser aprovada a sua inclusão ao artigo 173, *o Brasil será o único país do mundo a proibir toda e qualquer política industrial em sua Constituição.*

Portanto, para além dos privatismos explícitos e contraproducentes, a autodenominada "Reforma Administrativa" da PEC 32/2020 está inserida no que podemos chamar de *austericídio*, ou seja, o conjunto de pressupostos ideológicos e diretrizes de política macroeconômica que conformam um arranjo institucional de gestão da área econômica que, além de possuir precária fundamentação teórica e histórica, produz resultados opostos aos desejados, com enormes e negativas repercussões sobre a capacidade de crescimento, geração de empregos e distribuição

19 Vide o importante alerta de Fausto Oliveira sobre esse tema em <https://rib.ind.br/reforma-administrativa-quer-acabar-com-politica-industrial/>

de renda e riqueza numa sociedade, tal qual a brasileira, já marcada estruturalmente por imensas heterogeneidades, desigualdades e necessidades de várias ordens.

Quando falamos dos tais *pressupostos ideológicos do austericídio*, queremos nos referir aos seguintes aspectos: i) uma visão intrínseca e extremamente negativa acerca do Estado e do peso e papel que os governos, as políticas públicas e os próprios servidores civis deveriam desempenhar relativamente às esferas do mercado e da sociedade; e ii) uma visão teórica e histórica, extremamente simplista e questionável, acerca de uma suposta independência, superioridade e positividade do mercado, como representante etéreo e idílico da esfera privada, relativamente ao Estado, este visto como a fonte de todos os problemas do mundo econômico e incapaz de bem representar – e agir para – os interesses gerais da sociedade e da esfera pública.

Por sua vez, no caso das tais *diretrizes de política econômica*, estão bem representadas, no caso brasileiro, pelo tripé de política macroeconômica (vale dizer: regime de *metas de inflação*, perseguidas em grande medida pela combinação entre *taxa de câmbio apreciada* e geração de *superávits fiscais primários elevados e permanentes*), que vem sendo perseguido desde basicamente 1999 no país e para o qual importam: i) a manutenção de taxas de juros oficiais acima das respectivas taxas da maior parte dos países que concorrem com o Brasil

pelos fluxos internacionais de capitais; e ii) a normatização de regramentos de natureza econômica, particularmente no campo das finanças públicas, tais como a LRF/2000, a EC 95/2016 e as PECs 187 e 188 (de 2019) e 32/2020, fenômeno por meio do qual eles se transformam em *regras fiscais rígidas*, tanto mais difíceis de cumprir e manejar quanto mais no plano constitucional estiverem.

Tal fenômeno vai então institucionalizando um verdadeiro processo de *financeirização* da Dívida Pública Federal e *privatização* da sua gestão pelas autoridades monetária (BACEN) e fiscal (STN) do país. Ela promove, de um lado, bloqueios e limites superiores ao gasto fiscal primário de natureza real, justamente o gasto que é responsável pelo custeio de todas as despesas correntes, tanto as intermediárias/administrativas, como as finalísticas destinadas à implementação efetiva das políticas públicas federais em todas as áreas de atuação governamental. De outro lado, regramentos que representam a flexibilização (sem limite superior) e a blindagem (inclusive para fins criminais) do gasto público financeiro, cujos principais beneficiários são as instituições financeiras (bancos, corretoras, seguradoras), fundos de investimento e agentes econômicos de grande porte.

As implicações desse processo são perniciosas para a dinâmica de crescimento econômico, bem como para as condições de reprodução social da população. Posto tratar-se de *opção política de política econômica*, esse arranjo ins-

titucional que está se consolidando no Brasil é passível de contestação teórica e empírica, razão pela qual é importante desnudar as suas implicações e apontar alternativas críveis para redesenhar a referida institucionalidade com vistas à promoção de um desempenho econômico e social mais condizente com o potencial e anseios de crescimento e de inclusão social do país.

Em suma, tais episódios trazem a necessidade de repensar as bases e a estrutura do Estado brasileiro, sem deixar de levar em consideração a questão recolocada na atualidade sobre a prevalência das instituições democráticas sobre o mercado e a independência política do Estado em relação ao poder econômico privado, ou seja, a *necessidade de o Estado ser dotado de uma sólida base de poder econômico próprio*.

Ou seja, os problemas de fato existentes são maiores e mais complexos que o discurso simplista e falacioso de Bolsonaro/Guedes e cia sobre inchaço da máquina e explosão dos gastos com pessoal. Porém, não serão enfrentados, primeiro porque esses atores não têm nem capacidade técnica nem sensibilidade social para o tema; segundo porque a sanha persecutória contra servidores é a senha certa para mais uma reforma fadada ao fracasso, tais como já se mostram as reformas trabalhista e previdenciária recém implementadas.

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA CF-1988 AOS MODISMOS GERENCIALISTAS DA PEC 32/2020.

*José Celso Cardoso Jr.*²⁰

A Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a proposta de emenda à Constituição Federal de 1988, por meio da PEC 32/2020, divulgou plano de trabalho relativo aos temas que deverão compor as audiências públicas para debater a proposta. O primeiro escolhido é o relevante tema da Inovação na Administração Pública.

De modo geral, entende-se por *inovação na administração pública* o conjunto de processos de trabalho e o conjunto de entregas de bens e serviços à população que, dotados de aperfeiçoamentos incrementais e/ou abruptos/disruptivos, assentados ou não em incorporação e difusão de novas tecnologias de informação e comunicação e/ou novas tecnologias administrativas e sociais, possam engendrar ganhos imediatos e/ou paulatinos de eficiência, eficácia e efetividade da ação pública com relação às formas de organização e operação das diversas estruturas, instân-

20 Doutor em Economia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atualmente é Presidente da Afipea-Sindical, condição na qual escreve esse texto.

cias e níveis de atuação dos aparelhos de Estado.

Para exemplificar essa definição, geralmente se lança mão das novas tecnologias (de informação, comunicação, administrativas e sociais) disponíveis no mundo privado, as quais, se incorporadas ao setor público, representariam ganhos, diz o discurso, praticamente imediatos em termos de economia de recursos físicos e humanos (ambos os tipos considerados sempre obsoletos pela ótica gerencialista), com o que rapidamente se poderia incrementar a produtividade individual do capital humano, rumo a um Estado digital. A digitalização de procedimentos e documentos, juntamente com a automação máxima de rotinas administrativas e de serviços públicos junto à população, dentre outros exemplos, são sempre usados para atestar a inexorabilidade e a necessidade de introdução célere deste tipo de inovação na administração pública.

Ora, é claro que ninguém em sã consciência parece ser contra tais melhoramentos advindos da introdução de tecnologias inovadoras de informação, comunicação, administrativas e sociais no âmbito público. Mas ocorre que, primeiro, boa parte delas nasce e cresce dentro e a partir do próprio setor público brasileiro, e não apenas como obra e graça dos estímulos privados de mercado. Os exemplos disso são inúmeros e isso acontece porque na gênese desses processos inovadores está um componente ausente nas inovações meramente transpostas do setor priva-

do, qual seja, o *conhecimento tácito* produzido cotidianamente e informalmente pelos confrontos diários que acontecem entre servidores *públicos* e problemas *públicos* no interior da máquina *pública*.

Faço questão de reforçar o adjetivo “públicos” na frase anterior, apenas para reforçar a ideia de que, na prática, grande parte das tais inovações necessárias e desejáveis à administração pública brasileira, ou estão sendo produzidas silenciosamente em âmbitos público-estatais existentes, ou poderiam/deveriam ser produzidas ou incentivadas como parte de uma política pública especialmente destinada a isso. Para tanto, haveria que se identificar, estimular e valorizar os setores e agentes portadores das mudanças pretendidas, pois muito melhor que consultorias privadas externas, são os próprios servidores públicos os que mais e melhor conhecem os *problemas malditos* (wicked problems) que os acometem em seu dia a dia de trabalho. Ademais, há diferenças qualitativas notórias entre ambientes privados e públicos, as quais fazem toda a diferença relativamente ao tipo de tecnologia a adotar.

De todo modo, qualquer que seja a fonte da inovação, até aqui falamos apenas em tecnologias, supostamente inovadoras, que prometem incrementar a capacidade estatal de fazer o que precisa ser feito de forma mais eficiente e quicá mais eficaz... Isto é, apenas falamos da incessante (e muitas vezes insana) busca geral por redução de custos, racionalização de procedimentos, manutenção ou ampliação das capacidades e quan-

tidades de entrega com menor ou igual quantidade de insumos etc. Vale dizer: as importantes – mas insuficientes – dimensões da eficiência e da eficácia do gasto e da atuação pública. Por meio de inovações deste tipo, pode até ser que a administração consiga fazer de modo mais econômico, eficiente e eficaz tudo aquilo que já faz, já que até agora não havia aparecido nessa discussão a dimensão mais importante de todas: a da *efetividade da ação pública*.

A efetividade da ação pública se refere à capacidade de enfrentamento dos problemas atávicos do país e transformação para melhor das estruturas econômicas e sociais que os geram e reproduzem. Em uma palavra, trata-se da capacidade de implementação, por meio de uma burocracia profissional e políticas públicas adequadas, das condições necessárias à efetivação do projeto nacional de desenvolvimento, algo que é impossível de ser conquistado sem um Estado forte, ativo e capaz. Dito isso, fica claro que inovações na administração pública não são, jamais, um fim em si mesmo; são condição necessária, mas não suficiente, para atingimento do verdadeiro objetivo nacional, que é a instauração de uma estratégia e trajetória virtuosas de desenvolvimento por meio da efetividade da ação pública.

Se é verdade que o desenvolvimento brasileiro no século XXI deve ser capaz de promover, de forma republicana e democrática: i) *governabilidade política e governança institucional*; ii) *soberania, defesa externa, segurança interna e integração territorial*; iii) *infraestrutura*

econômica, social e urbana; iv) *produção, inovação e proteção ambiental*; v) *promoção e proteção social, direitos humanos e oportunidades* adequadas à toda população residente, então o desenho organizacional do Estado brasileiro deve possuir tantas *carreiras estratégicas finalísticas* e *carreiras estruturantes transversais* quanto as necessárias para atender a essas grandes áreas programáticas de atuação governamental, por meio das quais o desenvolvimento nacional se faz possível.

Neste sentido, consideramos institucionalmente necessárias ao desenvolvimento nacional e ao bom funcionamento da máquina pública, todas as *atividades estratégicas finalísticas* que permitam a implementação das políticas públicas indicadas na Constituição Federal de 1988, bem como todas as *atividades transversais estruturantes* dos macroprocessos administrativos correlatos ao funcionamento constitucional adequado dos Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário). Desde logo, ambos os conjuntos de atividades devem estar em plena sintonia com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, contidos no seu Art. 3º e que nunca é demais relembrar: i) *construir uma sociedade livre, justa e solidária*; ii) *garantir o desenvolvimento nacional*; iii) *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*; iv) *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*.

Desta maneira, ao mesmo tempo em que se supera a indefinição jurídico-conceitual acerca dos termos “essencial”, “típico” ou “exclusivo” de Estado, caminha-se para uma definição mais ampla e bem fundamentada, que condiz com a *natureza inescapavelmente pública* (vale dizer: universal, integral e gratuita) da ação estatal, a única que realmente justifica (tecnicamente) e legitima (politicamente) sua razão de ser e de agir. Ainda mais em contexto de dominância do modo de produção, acumulação e exclusão capitalista, que é, sabidamente, incapaz de promover, sem a presença e atuação de um Estado republicano e democrático de direito, tal qual o sugerido pela CF-1988, os objetivos fundamentais acima enunciados.

Em síntese, trata-se de promover a mais importante das inovações possíveis à construção de uma administração pública profissional e condizente com os grandes desafios acima enunciados. Para tanto, cabe recuperar a verdadeira e inovadora reforma administrativa contida na CF-1988, mas apenas parcial e precariamente implementada. Além do estabelecimento do concurso público como forma principal de ingresso em cargos públicos e do RJU (Regime Jurídico Único) como normativo principal de regulação dos mesmos, há cinco fundamentos que precisam ser levados em consideração para uma boa estrutura de governança e por incentivos corretos à produtividade e ao desempenho institucional satisfatório ao longo do tempo. São eles: i) *estabilidade na ocupação*, idealmente conquistada

por critérios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social, visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador; ii) *remuneração adequada, isonômica e previsível* ao longo do ciclo laboral; iii) *escolaridade e qualificação elevadas desde a entrada e capacitação permanente* no âmbito das funções precípua dos respectivos cargos e organizações; iv) *cooperação* – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público; e v) *liberdade de organização e autonomia de atuação sindical*.

Desta maneira, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho – necessário e permanente – de *profissionalização da burocracia pública* ao longo do tempo. Uma vez que se entenda serem os serviços públicos altamente intensivos em recursos humanos, percebe-se a relevância de estruturas administrativas e inovações centradas em gestão de pessoas e gestão de desempenho. Em síntese, as evidências disponíveis demonstram a relevância das organizações e carreiras públicas para qualquer projeto de desenvolvimento que ainda se almeje ao Brasil neste século XXI. Desmontar tais capacidades em nome de um fundamentalismo liberal vai, ao mesmo tempo, destruir o potencial transformador que a sociedade brasileira construiu por meio do Estado ao longo de mais de cem anos de República, como comprometer as chan-

ces de emancipação e desenvolvimento social de sua população – sobretudo a mais vulnerável – justamente num contexto econômico (nacional e internacional) marcado por enorme complexificação e exclusão, frente às quais soluções aparentemente rápidas e fáceis se mostram, de saída, fadadas ao fracasso.

INOVAÇÃO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: O CASO DE SUCESSO DOS DEZ ANOS DA DIEST/IPEA.

José Celso Cardoso Jr.²¹

Prezadas e prezados leitores, trato neste artigo de um tema aparentemente desconectado da atual conjuntura político-institucional brasileira, mas que na verdade possui total relação tanto com a famigerada reforma administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados, como com a alegada baixa capacidade inovativa no setor público federal. Ao fazê-lo, presto homenagem aos servidores públicos que há dez anos capitaneiam a existência e o sucesso da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Em sua edição comemorativa do Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI/Diest-Ipea, n. 29/2021) os editores Luseni Aquino, Roberto Pires, Félix Lopez e Bernardo Medeiros afirmam que *“a Diest concretizou a ideia de instituir no Ipea uma agenda sistemática de reflexão que tomasse o próprio aparato estatal como objeto de análise e avaliação. Delineou-se, assim, a missão da diretoria, que é produzir estudos e pesquisas sobre ‘questões ligadas à estrutura, organização e funcionamento do Estado brasileiro e de seus aparatos institucionais, bem como aos modos de relação entre o Estado e a sociedade nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do país.’”*

Apenas por essa frase já seria possível desmentir as falas e falácias públicas da atual equipe econômica do governo Bolsonaro/Guedes, seus aliados e apoiadores, acerca da inexistência ou baixa capacidade inovativa no setor público federal, bem como lamentar que esse desconhecimento, até mesmo por parte de integrantes de alto escalão oriundos do Ipea, tenha implicado na ausência completa da Diest nas prováveis rodadas prévias de discussão para elaboração da PEC 32/2020. Pois se consultada, esta diretoria poderia ter ajudado substantivamente na redução de danos que, se aprovada, essa proposta de reforma administrativa acarretará sobre

21 Doutor em Economia pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, e desde 2009 lotado na Diest. Desde 2019 é presidente da Afipea-Sindical.

as formas de organização e funcionamento da administração pública brasileira, bem como sobre a prestação de serviços diretos a amplas camadas da população brasileira.

Cabe lembrar que o surgimento da Diest remonta ao processo de planejamento estratégico organizacional levado a cabo durante a gestão do Prof. Márcio Pochmann à frente do instituto, entre meados de 2008 e 2011. No que diz respeito ao contexto mais geral de sua criação, é preciso dizer que se vivenciava, desde a posse de Lula em 2003, um momento positivo de retomada dos estudos e práticas acerca do desenvolvimento nacional em bases mais largas e promissoras desde a redemocratização na década de 1980. Em 2008, o Ipea elegeu a problemática do desenvolvimento brasileiro – em algumas de suas mais importantes dimensões de análise e condições de realização – como mote principal de suas atividades e projetos ao longo do triênio 2008-2010.²²

Para entender adequadamente o caráter inovativo da Diest, é preciso sa-

ber que durante a maior parte do século XX, predominaram abordagens estanques e externas sobre o Estado e o governo, os quais, na qualidade de objetos de investigação por qualquer área típica do conhecimento (por exemplo: história, filosofia, economia, sociologia, política e administração pública), costumavam ser analisados por seu poder direto de ação sobre os mundos geopolítico, econômico e social em determinados lugares e contextos históricos, avaliando-se, portanto, os resultados (diretos e indiretos) da ação estatal vista de fora e, geralmente, à distância. Ocorre que tais abordagens, pretensamente globalizantes ou totalizantes, foram gradativamente perdendo o poder explicativo e preditivo diante da abrangência, profundidade e velocidade das transformações concretas na esfera do poder em níveis mundial, nacional, regional e local.

Com isso, em simultâneo, despontaram e desenvolveram-se múltiplas abordagens concorrentes ou complementares àquelas antes dominantes, cuja essência comum consiste, ainda

22 Após intenso processo participativo que redundou na formulação de sete eixos estratégicos ao desenvolvimento nacional, cabia a decisão de reorganizar internamente a casa e instituir métodos inovadores de trabalho. Os eixos foram os seguintes: i) macroeconomia do desenvolvimento (estabilidade, crescimento e pleno emprego); ii) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; iii) estrutura técnico-produtiva avançada e regionalmente integrada; iv) infraestrutura econômica e logística de base (matriz energética, modais de transportes e telecomunicações); v) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia; vi) inserção internacional soberana (geopolítica e economia); e vii) sustentabilidade ambiental. Nesse período, o projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro (PDB) foi a atividade estruturante mais importante para tentar consolidar os sete eixos estratégicos ao desenvolvimento nacional e inserir os servidores recém-concursados (juntamente com os demais pesquisadores) numa lógica de trabalho não estritamente setorial e ainda assim inovadora e experimentalista. Para tanto, o PDB pretendeu servir como uma espécie de plataforma de reflexão sobre os desafios e as oportunidades do desenvolvimento brasileiro, coadunando-se diretamente com os desafios institucionais de então.

hoje, em perscrutar as razões dos sucessos e fracassos da ação pública *desde dentro*, vale dizer, desde uma compreensão mais amiúde sobre as formas internas de organização e funcionamento da máquina estatal, sobretudo em suas inter-relações com os espaços da geopolítica, da economia e da sociedade. Assim, em linhas gerais, as investigações teórica e empírica sobre Estados e governos migraram e se concentraram, cada vez mais, para dentro dos aparatos estatais e governamentais por meio dos quais a ação pública, propriamente dita, se realiza.

Em particular, sem ser exaustivo, fixaram-se como temas permanentes e sistemáticos de investigação – também por parte das universidades públicas e privadas, além de determinadas organizações e centros de pesquisa não governamentais – os seguintes recortes em particular, já aterrissando no caso brasileiro: i) estruturas organizacionais e marcos legais, com as respectivas estratégias ou processos históricos de atuação setorial e espacial da administração pública; ii) formas de seleção, capacitação, alocação e remuneração do pessoal ocupado no setor público; iii) processos institucionais, formais e informais, relativos às interfaces entre os Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário); iv) o mesmo para as interfaces federativas (União, estados e municípios); v) idem para as interfaces sócio-estatais; vi) estruturas e processos institucionais, formais e informais, de financiamento e gastos públicos; e vii) da mesma forma para as chamadas fun-

ções contemporâneas da administração pública: planejamento, regulação, gestão, implementação, participação e controles social e burocrático sobre atos e procedimentos de governo etc.

Ao fim e ao cabo, é como se essa grande lacuna interna de conhecimento teórico e empírico sobre as formas de (auto)organização e funcionamento dos Estados e governos, em seus respectivos lugares e contextos históricos, contivesse os principais segredos a explicar as razões de sucesso e fracasso da ação pública desde sempre. De fato, sem menosprezar o caráter inteligível, explicativo e preditivo das abordagens macro ou totalizantes de antes, trata-se de reconhecer os imensos avanços das abordagens meso e micro institucionais da atualidade, mesmo – ou sobretudo – quando aplicadas a áreas setoriais específicas da ação estatal. Pois é justamente nesse ponto de confluência teórica, empírica e metodológica que reside a essência da Diest como local de *experimentação prática* dos recortes temáticos citados e de institucionalização das funções precípuas do Ipea (pesquisa, assessoramento e capacitação) aplicadas a eles.

Mas essa interpretação particular acerca da especificidade da Diest e do seu *modus operandi* é apenas a ponta do *iceberg* de sua história de sucesso, dez anos após o seu nascimento como laboratório de inovação teórica, empírica e metodológica, bem como laboratório de experimentação institucional, nos âmbitos do Ipea e da própria administração pública brasileira. Em outras palavras, a importância singular da Diest no – e para

o – setor público brasileiro e, por conseguinte, para a própria sociedade nacional e o mundo acadêmico reside em ao menos dois aspectos complementares.

De um lado, no ineditismo e na relevância de seu mister, vale dizer: a Diest ainda é, hoje em dia, o único espaço organizacional do Estado brasileiro (mais uma vez, universidades públicas à parte) dedicado exclusivamente ao desempenho regular e institucionalizado das atividades de pesquisa aplicada, assessoramento governamental e capacitação de servidores públicos em temas típicos do Estado, das instituições e da democracia (daí o seu nome de batismo) pela ótica do setor público federal. Trata-se, com isso, de um processo inédito e relevante de produção e difusão de conhecimentos aplicados e tácitos, sobre o Estado brasileiro e sua administração pública, mormente de âmbito federal, vistos e vividos, refletidos e interpretados, por seus servidores (e colaboradores) desde dentro das respectivas organizações públicas e formas de funcionamento em suas dinâmicas, características e implicações cotidianas.

De outro lado, a importância da Diest reside no fato (não exclusivo, mas nada desprezível) de que o seu modo de ser e agir se pauta pela postura sempre crítica e propositiva dos seus integrantes, no tocante aos trabalhos que realizam, dotados desde a gênese até a maturidade institucional da diretoria, por princípios éticos de natureza e orienta-

ção tanto republicanos (ligados à busca pelo bem comum) como democráticos (praticados como valores em si e como método de gestão, inclusive como método das próprias pesquisas). Essa característica pode parecer banal ou mesmo piegas de ser mencionada, mas, ao contrário, adquire, no atual momento situacional pelo qual passa a sociedade brasileira, um valor intrínseco muito relevante. Ressalta-se aqui que todas as atividades institucionais desempenhadas pela Diest (pesquisa, assessoramento e capacitação) se realizam sob o prisma de uma visão positiva e ativa do Estado, das suas instituições, dos servidores e da própria democracia, como fundamentos indispensáveis à estruturação e mobilização das mais adequadas capacidades estatais e dos melhores instrumentos governamentais para a grande tarefa do desenvolvimento nacional.

Dito isso, vale novamente retornar aos editores dessa edição especial do BAPI/Diest, ao afirmarem que um olhar transversal sobre o conjunto da produção da diretoria revela elementos interessantes acerca do seu percurso e relevância institucional, a saber:

“Primeiramente, é oportuno observar que vários retornam aos três eixos centrais de articulação dos trabalhos enunciados ainda em 2010: a república, como o domínio da lei e da organização da vida coletiva em vista do bem comum; a democracia, como arranjo viabilizador das disputas de interesses em contexto de plu-

23 Ver os três volumes do livro Estado, Instituições e Democracia, que compôs a série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, do projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, publicados em 2010.

ralismo; e o desenvolvimento inclusivo e sustentável, como grande projeto coletivo do país.²³ Os trabalhos atestam que vários outros temas se somaram aos que foram apontados de início, contribuindo para a expansão da agenda, mas o balanço ora proposto ratifica a pertinência daquela primeira construção referencial, que tem se mostrado válida não apenas quanto ao mérito das questões ali arroladas, mas também quanto à atualidade de algumas das problematizações então apresentadas.

Outro aspecto relevante a considerar diz respeito à diversidade temática abrangida, evidenciada no sumário desta publicação, o que reflete a preocupação em manter a aderência dos estudos da Diest com as pautas que emergiram no debate público e na agenda de governo, afetando diferentes políticas públicas, organizações, instrumentos de atuação e formas de relação com a sociedade. Com isso, é possível perceber que, além de buscarem sintonia com os temas em destaque, muitos trabalhos da Diest se pautaram pela necessidade de preencher lacunas na produção, análise e disponibilização de dados escassos ou inexistentes, bem como pelo aporte de inovações metodológicas e teórico-metodológicas de relevo.

Igualmente notável é o enfoque recorrente sobre alguns aspectos relativos às dinâmicas institucionais e suas repercussões, as quais incidem, sob diferentes óticas, sobre o avanço, a consolidação ou a retração das políticas públicas. Nesse sentido, pode-se dizer que os textos refletem o esforço da Diest em acompanhar os processos de construção de políticas públicas

e seus aparatos, assim como as dinâmicas que ensejam seu desmantelamento institucional, contribuindo criticamente para a reflexão sobre os elementos basilares da ação estatal e que dão sustentação à implementação dos projetos governamentais, ou os inviabilizam.” (op. cit.)

Ao recuperar os eixos e documentos fundadores da Diest do seu escopo temático institucional, vemos que toda a sua produção subsequente está ancorada neles. Derivam daí trabalhos de excelência que vieram a qualificar e pautar os termos do debate público sobre assuntos diretamente relacionados à necessidade de empoderamento da sociedade e do próprio Estado nacional, no sentido da *republicanização* e da *democratização* das relações intraestatais e entre agentes públicos e atores sociais e empresariais para a construção de um projeto de desenvolvimento adequado e aderente à realidade brasileira.

É neste diapasão que se encontra a essência do trabalho institucional da Diest. Cabe a ela cumprir a sua missão histórica e honrar o projeto inovador e experimentalista que lhe deu origem. Vida longa e próspera à Diest/Ipea!

DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO DEPENDE DE ESCOLARIZAÇÃO ELEVADA, CAPACITAÇÃO PERMANENTE E COOPERAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO

José Celso Cardoso Jr.²⁴
& Roberto R. Pires²⁵

O debate usual sobre o tema do *desempenho de servidores no setor público* (que é algo correlacionado, mas diferente do desempenho setorial ou agregado **do** setor público) parte de premissas geralmente equivocadas, trata o assunto com simplificações exageradas, faz comparações descabidas com o setor privado e, por fim, apresenta propostas ou soluções desconectadas da complexidade institucional do Estado.

Apenas para exemplificar: i) a premissa de que o setor público é grande e caro, em termos do quantitativo de pessoal e folha global de vencimentos) vem sendo sistematicamente negada pelo compêndio de dados empíricos contidos no Atlas do Estado Brasileiro, produzido pelo Ipea; ii) a simplificação

sobre a suposta ineficiência da máquina pública não possui nenhum embasamento empírico sólido e desconsidera a imensa heterogeneidade interna do setor público; iii) qualquer comparação com o setor privado é metodologicamente destituída de sentido, já que são mundos que operam segundo lógicas e objetivos qualitativamente diversos; iv) propostas com aparência de serem soluções rápidas e fáceis estão fadadas ao fracasso, pois raramente possuem aderência crível às formas de organização e funcionamento dos aparatos de Estado.

Tudo somado, pode-se afirmar que os custos econômicos, sociais, ambientais, políticos e institucionais de reformas administrativas que falsamente se vendem como solução, serão muito maiores que a alegada economia fiscal que se espera obter delas. Linhas gerais, a pretensa reforma administrativa contida na PEC 32/2020 mal esconde o viés ideológico, negativista do Estado e dos servidores, que está por detrás das suas intenções fiscais e privatistas, passando longe de qualquer proposta de melhoria real do desempenho estatal.

Desta maneira, um ponto de partida mais honesto deveria reconhecer que o emprego público não está fun-

24 Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA e professor dos Mestrados Profissionais em Políticas Públicas e Desenvolvimento (IPEA) e Governança e Desenvolvimento (ENAP). Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

25 Doutor em Políticas Públicas pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT, desde 2009 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA e professor dos Mestrados Profissionais em Políticas Públicas e Desenvolvimento (IPEA) e Governança e Desenvolvimento (ENAP).

dado – conceitual e juridicamente – em relações contratuais tais quais aquelas que tipificam as relações de assalariamento entre trabalhadores e empregadores no mundo privado. Ao contrário, o servidor público estatutário possui uma relação de deveres e direitos com o Estado-empregador e com a própria sociedade, ancorada desde a CF-1988 no chamado Regime Jurídico Único (RJU), na Lei 8.112/1990 e outros regramentos subsequentes que disciplinam sua atuação e conduta, e que, evidentemente, podem e devem passar por aperfeiçoamentos constantes. Em particular, há distinções claras relativamente aos empregos do setor privado, dada a *natureza pública* das ocupações que se dão a mando do Estado e a serviço da coletividade, cujo objetivo último não é a produção de lucro, mas sim a produção de cidadania e bem-estar social.

Neste sentido, há cinco fundamentos da ocupação no setor público, presentes em maior ou menor medida nos Estados nacionais contemporâneos, que precisam ser levados em consideração para uma boa estrutura de governança e por incentivos corretos à produtividade e ao desempenho satisfatório (individual e coletivo) ao longo do tempo. São eles: i) **estabilidade na ocupação**, idealmente conquistada por

critérios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social,²⁶ visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador; ii) **remuneração adequada, isonômica e previsível** ao longo do ciclo laboral; iii) **escolaridade e qualificação elevadas desde a entrada e capacitação permanente** no âmbito das funções precípua dos respectivos cargos e organizações; iv) **cooperação** – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público; e v) liberdade de organização e autonomia de atuação sindical.

Com relação à **escolarização**, os dados mostram que a força de trabalho ocupada no setor público brasileiro já vem se qualificando e se profissionalizando para o desempenho de suas funções. Segundo dados do Atlas do Estado Brasileiro (<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>), a expansão vem acontecendo, em termos absolutos e relativos, com vínculos públicos que possuem nível superior completo de formação, que passaram, nos três níveis da federação, de pouco mais de 900 mil para mais de 5,5 milhões, de 1986 a 2020. Percentualmente, este nível saltou de

26 Ressalte-se que o critério weberiano-meritocrático de seleção de quadros permanentes e bem capacitados (técnica, emocional e moralmente) para o Estado depende de condições objetivas ainda longe das realmente vigentes no Brasil, quais sejam: ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social. Apenas diante de tais condições é que, idealmente, o critério meritocrático conseguiria recrutar as pessoas mais adequadas (técnica, emocional e moralmente), sem viés dominante ou decisivo de renda, da posição social e/ou da herança familiar ou influência política.

19% em 1986 para perto de 50% do contingente de vínculos em 2020.

Nos municípios, onde está concentrada a maior parte dos servidores públicos, em áreas finalísticas de atendimento direto à população, tais como saúde, assistência social, limpeza urbana e ensino fundamental, a tendência de aumento de escolarização foi também bastante acentuada. A escolaridade superior completa aumentou de 10% para mais de 40% entre 1986 e 2020. A do ensino médio completo ou superior incompleto aumentou de 22% para 40% no mesmo período. Já a escolaridade de nível médio incompleto e nível fundamental caíram, respectivamente, de 14% para 10% e 53% para menos de 9% do total.

Esses dados revelam que a escolarização média dos trabalhadores no setor público, em praticamente todos os níveis da federação e áreas setoriais de atuação governamental, está hoje acima da escolarização média correspondente às ocupações do setor privado. Desta maneira, eles servem para desmistificar afirmações infundadas sobre eficiência, eficácia e desempenho estatal na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços e entregas à população. Pois a qualidade das políticas públicas, bem como os graus de institucionalização e profissionalização do Estado em cada área específica de atuação, são dimensões tributárias da escolarização/qualificação que os servidores trazem consigo ao ingressarem no setor público e daquela

obtida ao longo de seu ciclo laboral, incluindo-se aí o *conhecimento tácito*, que é um tipo de conhecimento praticamente impossível de ser conseguido por meio de livros e manuais, já que adquirido ao longo de anos pela prática cotidiana de atuação, erros, acertos, interações e inovações incrementais no local de trabalho, obtido de forma pessoal, portanto, geralmente intransferível e insubstituível, sendo esta mais uma razão para defender a estabilidade/proteção relativa dos servidores e criticar as propostas da EC 32 que preveem a flexibilização/precarização das formas de contratação e demissão no setor público, pois o incremento de rotatividade delas derivado implicará, além de outros efeitos nefastos, em perda irrecuperável de memória institucional, maiores descontinuidades nas políticas públicas e fragilização estatal na provisão de bens e serviços à população. Tudo somado, embora outros fatores influenciem no sucesso e qualidade das políticas, tais como a disponibilidade de recursos, as regras institucionais etc., sabe-se que recrutar pessoas com maior e melhor formação é desejável, e indicativo de aprimoramento/profissionalização dos quadros que manejam a entrega de bens e serviços aos cidadãos.

Com isso, o **desempenho de servidores no setor público**, devido à amplitude e complexidade de temas e novas áreas programáticas de atuação governamental que continuamente se projetam ao futuro, depende, portanto, de processo permanente e necessário de profissionalização – *ao invés de suca-*

teamento! – da burocracia e dos serviços públicos. É claro que as exigências citadas acima colocam desafios imensos às políticas públicas de pessoal e sugerem atrelamento de fases e tratamento orgânico aos novos servidores, desde a seleção por concursos, trilhas de capacitação e alocação funcional, critérios justos para avaliação e progressão funcional, incentivos não pecuniários e técnicas organizacionais que combinem as vocações e interesses individuais com as exigências organizacionais de aperfeiçoamento das funções públicas.²⁷

Por isso, em síntese, uma verdadeira política nacional de recursos humanos no setor público deve ser capaz de promover e incentivar a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de *ciclo laboral no setor público*, algo que envolve as seguintes etapas interligadas organicamente: i) seleção; ii) capacitação; iii) alocação; iv) remuneração; v) progressão; vi) aposentação. Tal política de pessoal no setor público, porque abrangente e complexa, apenas pode ser realizada sob a égide de abordagens holísticas e reflexivas, visando formar servidores críticos e conscientes da realidade brasileira em suas diversas dimensões.

Uma vez que se entenda serem os serviços públicos altamente intensivos em recursos humanos, percebe-se a relevância de estruturas administrati-

vas centradas em gestão de pessoas e gestão de desempenho. Com isso, a indução de maior e melhor desempenho deve estar associada à valorização da *autonomia relativa de servidores públicos estáveis* para inovar e aprender a partir da reflexão sobre suas próprias práticas. Para tanto, práticas colaborativas em âmbito estatal devem estar conectadas aos próprios objetivos do desempenho individual e coletivo em perspectiva institucional. Quando o desempenho é concebido como atenção tanto à qualidade dos processos como à qualidade dos resultados, temos a perspectiva do *desempenho como sustentabilidade*, isto é, procura-se iluminar em uma organização a sua capacidade reflexiva para desempenhar e sua habilidade em converter tal capacidade em resultados (produtos e impactos) sustentáveis ao longo do tempo.

É essa noção de **cooperação e desempenho**, sintetizada pela ideia de *resultados sustentáveis*, a que aqui nos interessa, pois ela permite romper com a limitação das perspectivas liberais e gerencialistas. Portanto, pensar cooperação e desempenho nesses moldes requer, por sua vez, reflexões mais criativas sobre as relações entre processos de trabalho (recursos, procedimentos e formas de atuação) e produtos. Isto é, não se trata nem apenas de controlar processos e nem apenas de controlar resultados, mas sim de explorar como

27 Sobre o tema, ver Antônio A. Queiroz e Luiz A. dos Santos. **O Ciclo Laboral no Setor Público Brasileiro**. Brasília: Cadernos da Reforma Administrativa n. 02, Fonacate, 2020.

variações em processos, em função de adaptações às circunstâncias de atuação das burocracias e seus agentes, se articulam com a realização de produtos e soluções mais adequadas em cada situação. Em suma, o que a perspectiva de *desempenho sustentável* sugere é que a produção de impacto requer maior flexibilidade e adaptabilidade por parte dos processos.

Nestas condições, a *cooperação* interpessoal e intra/inter organizações emerge como corolário dos atributos e fundamentos anteriores (isto é: as questões já citadas da *estabilidade*, *remunerações* e *capacitação* dos servidores), colocando-se como método primordial de gestão do trabalho no setor público e critério substancial de atuação da administração pública. No setor privado, a competição, disfarçada de cooperação, é incentivada por meio de penalidades e estímulos individuais pecuniários (mas não só) no ambiente de trabalho, em função da facilidade relativa com a qual se pode individualizar o cálculo privado da produtividade e os custos e ganhos monetários por trabalhador.

No setor público, ao contrário, a operação de individualização das entregas (bens e serviços), voltadas direta e indiretamente para a coletividade, é tarefa estatística e metodologicamente difícil, ao mesmo tempo que política e socialmente indesejável. Simplesmente pelo fato de que a função-objetivo do setor público não é produzir valor econômico na forma de lucro, mas sim gerar valor social, cidadania e bem-estar

de forma equânime e sustentável ao conjunto da população por todo o território nacional. Por esta e outras razões, portanto, a *cooperação* é que deveria ser incentivada e valorizada no setor público, local e ator por excelência da expressão coletiva a serviço do universal concreto.

Esse é, por sua vez, um dos desafios centrais e perenes para a gestão de burocracias: equacionar o dilema entre o controle da atuação de seus funcionários e a flexibilidade, criatividade, adaptabilidade e expansão de suas capacidades reflexivas necessárias para a resolução de problemas em todas as etapas do circuito de políticas públicas – formulação, implementação, gestão, participação, monitoramento, avaliação e controle.

Além disso, a **abordagem reflexiva/experimentalista** aqui defendida rejeita os pressupostos simplificadores do comportamento humano nos quais se baseiam os sistemas (em geral, quantitativistas) de incentivo para o desempenho, tal como propostos pelas abordagens gerencialistas, fundadas em percepções (em geral, equivocadas) de que os indivíduos (ou grupos e organizações) são motivados, fundamentalmente, pelo desejo de obter recompensas (como dinheiro ou status) e evitar sanções. Ao contrário, a tarefa da gestão do desempenho envolve o estabelecimento de rotinas que possibilitem aos agentes envolvidos a reflexão e revisão contínua das atividades e ações burocráticas, de modo que o monitoramento do desem-

penho seja, em si, parte de um processo mais amplo – contínuo, coletivo e cumulativo – de *aprendizagem e inovação institucional*, no qual as relações entre diferentes processos de trabalho e seus respectivos resultados, em cada contexto específico, estão sempre em foco.

Mecanismos de revisão qualitativa do desempenho, em contraposição a sistemas de aferição de resultados quantitativos, criam relacionamentos diferentes entre funcionários na linha de frente e os supervisores em seus centros administrativos. Ao invés de serem objeto da aferição de metas numéricas pré-determinadas, os profissionais passam a ser participantes ativos na (re) construção de metas, procedimentos e estratégias de atuação, com base em atributos do conhecimento tácito citado acima e em resultados advindos de suas operações concretas no dia-a-dia das políticas públicas.

Por meio de ajustes reflexivos constantes, os proponentes da abordagem experimentalista argumentam que burocracias públicas podem, simultaneamente: i) expandir suas capacidades para a *solução de problemas complexos* por meio da adaptação rápida às condições externas em constante mudança e da possibilidade de customização de suas ações a diversas clientelas; e ii) incrementar a prestação de contas, por meio de *explicações situacionais* sobre suas decisões e condutas em cada caso e justificações de possíveis desvios em relação aos protocolos estabelecidos.

Por óbvio, a *profissionalização da burocracia*, assentada na estabilidade funcional dos servidores nos cargos públicos; em remuneração adequada, isonômica e previsível ao longo do ciclo laboral; em escolaridade e qualificação elevadas desde a entrada, capacitação permanente no âmbito das funções precípuas nos respectivos cargos e organizações; além da cooperação como fundamento e método de trabalho no setor público; e autonomia de organização e liberdade de atuação sindical, são todas elas condições necessárias para o exercício experimental da autonomia burocrática com responsabilidade e engajamento, e fontes primárias de aprendizagem e inovação institucional como essência dos *modelos reflexivos* de gestão de pessoas e do desempenho no âmbito público.

Não há, portanto, choque de gestão, reforma fiscal, ou reforma administrativa contrária ao interesse público, que superem ou substituam o acima indicado.

CARREIRAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL²⁸

*José Celso Cardoso Jr.*²⁹

O tema das *carreiras públicas e cargos típicos de Estado* está entre os mais importantes no debate corrente sobre a reforma administrativa. Em vista disso, este texto representa um esforço inicial para avançarmos rumo a uma proposta que visa superar o anacronismo dos conceitos e modernizar o Estado,³⁰ otimizando sua atuação no sentido de ampliar e qualificar a oferta de serviços públicos e a sua gestão.

Seja por causa da imensa insegurança jurídica e fragilidade de fundamentos e argumentos ensejada pela PEC 32/2020, seja em função da precariedade do debate público sobre tema tão relevante ao futuro do país, o fato é que nunca antes se disse tanta estultice e com tão baixa fundamentação teórica, histórica, empírica etc. acerca das carreiras e cargos públicos na realidade brasileira.

Com a afirmação acima não queremos dizer que não haja problemas e espaços para aperfeiçoamentos institucionais necessários em diversas áreas setoriais e dimensões transversais da administração pública brasileira. Mas as propostas de reforma administrativa do governo Bolsonaro/Guedes, alardeadas como panaceia pelos meios empresariais, grande mídia e ora em tramitação na Comissão Especial instalada no Congresso para analisar os (de)méritos da matéria, simplesmente não resolverão nenhum dos problemas reais do setor público nacional e criarão ou farão piorar vários outros.

No que tange ao tema das carreiras e cargos públicos, a PEC 32/2020 prevê o fim do RJU para novos ingressantes, com o que – supõe-se – todos os atuais servidores passarão a pertencer a cargos e carreiras em extinção. Dizemos “supõe-se” porque na prática não mais haverá contratações nos mesmos moldes para as atuais carreiras e cargos públicos. Deste modo, ainda que o texto original da PEC 32/2020, se aprovado, não coloque explicitamente em extinção os atuais cargos e carreiras, essas estarão extintas quando os últimos servidores nelas investidas se aposentarem. Ou seja,

28 Agradecemos imensamente os comentários e sugestões de João Marcos Fonseca de Melo e Luiz Alberto dos Santos. Isentando-os por erros e omissões aqui cometidos, recomendamos o estudo *Diretrizes para o Sistema de Carreiras no Serviço Público Federal* (Luiz Alberto dos Santos, 2021) para um aprofundamento tanto teórico (de cunho administrativo e jurídico) quanto histórico sobre o tema.

29 Doutor em Economia pelo IE-Unicamp, desde 1997 é servidor público federal no IPEA e desde 2019 é presidente da Afipea-Sindical, condição na qual escreve este texto.

30 Este artigo é um resumo do capítulo *Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável: uma proposta que visa superar o anacronismo dos conceitos e modernizar o Estado*, a ser publicado em livro sobre o funcionalismo público brasileiro no prelo (Ipea, 2022).

superada a atual unicidade de regimes, haverá na mesma carreira servidores com e sem estabilidade, ainda que subordinados ao mesmo regime jurídico. Exceto quanto à estabilidade, as demais regras do novo (e pior) regime jurídico de pessoal serão as mesmas. Segundo a proposta da PEC 32/2020 para o Art. 39-A, haveria apenas um único regime jurídico, que compreenderá todos os 5 novos tipos de vínculo. Essa confusão decorre da total ausência de fundamentação técnica dessa PEC.

Desta feita, a estabilidade (desde sempre, relativa) estaria preservada apenas àqueles novos servidores que ingressarem nos chamados *cargos típicos* de Estado, os quais tampouco estão definidos na PEC, reforçando a ideia de que esse conceito já está, em si mesmo, ultrapassado.

Afinal, o que seria mais típico de Estado no atual contexto pandêmico que as carreiras das áreas de saúde, assistência social, educação e meio-ambiente?

Segundo a EM n. 00047/ME, o **cargo típico** de Estado “*com garantias, prerrogativas e deveres diferenciados,*

será restrito aos servidores que tenham como atribuição o desempenho de atividades que são próprias do Estado, sensíveis, estratégicas e que representam, em grande parte, o poder extroverso do Estado”. A par dessa tentativa de definição, não se pode afirmar quais serão os cargos apontados como típicos, cujas atividades seriam exclusivas de Estado e que representariam, em tese e em parte, o *poder extroverso* do Estado.³¹ Ora, o fato de a função ser sensível ou estratégica não significa que não possa ser especializada ou administrativa. Além disso, se nem todas as funções e atividades sensíveis ou estratégicas derivam do poder extroverso do Estado, elas podem ou não impor obrigações a terceiros, o que igualmente não é um critério delimitador robusto.

Assim, em linha oposta às medidas contidas na PEC 32/2020, sugerimos neste artigo uma outra forma de compreender o mesmo tema. De acordo com os advogados João Pereira Monteiro Neto e Vitor Candido Soares, “*a expressão ‘Carreira Típica de Estado’, embora de uso corrente, tem sua origem e fundamentos pouco abordados, o que lhe pode embaraçar a exata compreensão conceitual.*”³² Pela CF-1988 (Art. 37), sabe-se que fun-

31 Essa noção vem de Renato Alessi. O *poder extroverso* é aquele que permite ao Poder Público editar atos unilaterais que vão além da esfera jurídica do sujeito emitente e interferem na esfera jurídica de outras pessoas, constituindo obrigações. É dele que decorre a imperatividade dos atos administrativos que impõe obrigações ao particular, mesmo sem sua concordância. A respeito, ver Mello, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 32a. Edição, São Paulo: Malheiros, 2014, p. 427.

32 Ver o texto de ambos os autores citados em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/323613/carreiras-tipicas-de-estado>: *Carreiras Típicas de Estado: por uma proposta conceitual*, publicado em 03 de abril de 2020. Ver também, sobre o mesmo tema, Marcelo Dias Ferreira, *Carreiras Típicas de Estado: profissionalização no serviço público e formação do núcleo estratégico*. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/carreiras-tipicas-do-estado-profissionalizacao-do-servico-publico-e-formacao-do-nucleo-estrategico/>, publicado em 31 de agosto de 2020.

ções públicas se referem a um conjunto (indefinido) de atribuições e responsabilidades legais imputadas aos servidores efetivos ou temporários. Em outro trecho da mesma CF-1988 (Art. 247), procura-se correlacionar o termo *carreiras típicas* de Estado a determinadas *atividades exclusivas* de Estado, expressão esta decorrente da EC. 19/1998, a reforma liberal-gerencialista aprovada naquele ano no âmbito da então reforma do aparelho de Estado do governo FHC. Esta, como se sabe, foi formulada e implementada em um contexto histórico de predomínio de uma visão ideológica neoliberal negativista e reducionista acerca do peso e papel do Estado em suas relações com os domínios econômico e social do país. Dizemos isso para enfatizar a ideia de que **os conceitos de carreiras típicas, atividades exclusivas e Estado mínimo possuem, evidentemente, forte correlação entre si.**

Isto posto, e ainda de acordo com Neto e Soares (op. cit.): *“Costuma-se mencionar que os agentes públicos integrantes de carreiras típicas de Estado desempenham atividades relativas à ‘essência’ do poder estatal, mas na realidade, sendo essa noção demasiadamente aberta ou subjetiva, os aspectos que melhor definem os respectivos cargos são o tipo de vínculo e a finalidade do múnus público. Em outras palavras, caso as atividades exercidas pelos servidores públicos integrantes de carreiras típicas de Estado fossem realizadas por agentes privados, haveria o desvirtuamento das próprias atividades, que deixariam*

de atender às finalidades públicas visadas. Eis o critério fundamental para distinguir uma atividade típica de Estado de uma atividade não exclusivamente estatal.”

Concordando com os autores citados, mas indo além, **é possível alargar o espectro de funções públicas consideradas essenciais, típicas ou exclusivas de Estado.** Ao fazer isso, consideramos institucionalmente necessárias ao desenvolvimento nacional sustentável – *em perspectiva simultaneamente humana, ambiental e produtiva* – e ao bom funcionamento da máquina pública, **todas as atividades estratégicas finalísticas que permitam a implementação das políticas públicas indicadas na Constituição Federal de 1988, bem como todas as atividades transversais estruturantes dos macroprocessos administrativos correlatos ao funcionamento constitucional adequado dos Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário).**

É claro que a diferença é tênue entre ambos os tipos de carreiras, e não fazem diferença quanto aos atributos considerados essenciais em ambos os casos para o bom desempenho individual e agregado das mesmas, a saber: i) *estabilidade* na ocupação, ii) *remuneração* adequada, isonômica e previsível ao longo do ciclo laboral; iii) *qualificação* elevada desde a entrada e capacitação permanente no âmbito das funções precípua dos respectivos cargos e organizações; iv) *cooperação* – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método pri-

mordial de trabalho no setor público; e v) liberdade de organização e autonomia de atuação sindical.

Já com relação ao contingente de trabalhadores de apoio propriamente administrativo e outras atividades correlatas, cujas funções são permanentes, mas vem sendo terceirizadas pela administração pública, com relação a essas, deveriam seguir sendo contratadas diretamente pelo poder público, mas sob guarida não do RJU e sim da CLT, com todos os direitos garantidos. A razão é que são essas as atividades que possuem mais chances de serem substituídas ao longo do tempo por novas tecnologias de informação, comunicação, governo digital etc., e não as funções públicas finalísticas ou estruturantes, que seguirão sendo de tipo “trabalho humano intensivas”. Assim sendo, ambos os conjuntos de atividades aqui consideradas *essenciais, típicas ou exclusivas de Estado* devem estar em plena sintonia com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, contidos no seu Art. 3º, e que nunca é demais relembrar:

“Art. 3º Constituem Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

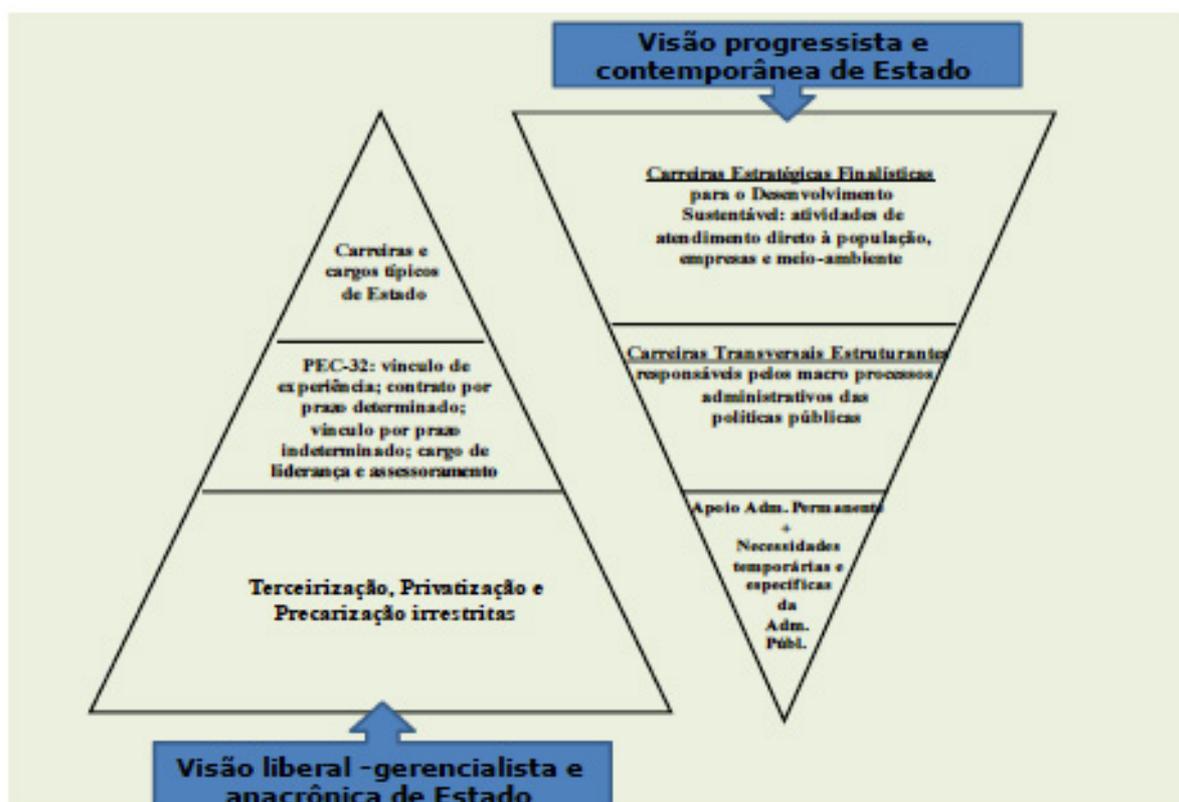
II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Desta maneira, ao mesmo tempo em que se supera a indefinição jurídico-conceitual acerca dos termos “essencial”, “típico” ou “exclusivo” de Estado, caminha-se para uma definição mais ampla e bem fundamentada, que condiz com a *natureza inescapavelmente pública* (vale dizer: universal, integral e gratuita) da ação estatal, a única que realmente justifica (tecnicamente) e legitima (politicamente) sua razão de ser e de agir. Ainda mais em contexto de dominância do modo de produção, acumulação e exclusão capitalista, que é, sabidamente, incapaz de promover, sem a presença e atuação de um Estado republicano e democrático de direito, tal qual o sugerido pela CF-1988, os objetivos fundamentais acima enunciados.

Para sintetizar essas ideias iniciais sobre o tema, remeto o leitor para a figura, onde as partes dos triângulos representam o tamanho relativo de cada componente da burocracia pública em cada um dos dois modelos ali indicados. Por sua vez, o quadro evidencia implicações positivas para a administração e políticas públicas, a partir de uma visão progressista e contemporânea de Estado com a qual trabalhamos.



Visão progressista e contemporânea de Estado	Implicações positivas para a Administração Pública e Políticas Públicas
Carreiras Estratégicas Finalísticas para o Desenvolvimento Sustentável: atividades de atendimento direto à população, empresas e meio-ambiente.	Ênfase em carreiras finalísticas reforça composição virtuosa da ocupação voltada ao aprimoramento e fortalecimento das capacidades estatais necessárias ao bom desempenho institucional direto das políticas públicas mais propícias ao desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista ambiental, como produtivo e humano.
Carreiras Transversais Estruturantes responsáveis pelos macroprocessos administrativos das políticas públicas: tributação, emissão e gestão da moeda, fiscalização, planejamento, participação, orçamentação, gestão e controles.	Profissionalização das carreiras transversais reforça qualidade e tempestividade dos macroprocessos estruturantes das políticas públicas.
Apoio Administrativo Permanente	Contratadas diretamente pelo poder público, mediante concursos específicos, mas sob guarda não do RJU e sim da CLT. Essas são atividades que possuem mais chances de serem substituídas por novas tecnologias de informação, comunicação, automação e governo digital.
Necessidades Temporárias e Específicas da Administração Pública.	Em função de mudanças ou episódios conjunturais, dramáticos ou urgentes, procede-se ao ajuste temporário de pessoal e de funções públicas , conferindo resiliência, adaptabilidade e tempestividade ao poder público, diante de situações específicas.

CONCURSOS PÚBLICOS, PROFISSIONALIZAÇÃO BUROCRÁTICA E DESEMPENHO INSTITUCIONAL: REFORMA ADMINISTRATIVA CF/1988 VERSUS PEC 32/2020

José Celso Cardoso Jr.³³

A PEC 32/2020 pretende aplicar ao setor público brasileiro o mesmo tipo de reforma trabalhista já imposta ao mercado de trabalho do setor privado em 2017, que prima pela flexibilização – com precarização – das relações e condições gerais de *uso* (contratação, demissão e jornada laboral), *remuneração* (vencimentos), *proteção* (saúde, segurança e seguridade nas fases ativa e pós-laboral), *representação* (sindicalização e demais direitos consagrados pela OIT) e *acesso à justiça*, com resultados funestos até aqui.³⁴

Desta maneira, ao invés de trabalhar para elevar e homogeneizar o padrão de vida da população trabalhado-

ra no país, o governo Bolsonaro/Guedes e a base governista no Congresso agem para nivelar por baixo o padrão histórico brasileiro de relações e condições de trabalho, lançando também os trabalhadores do setor público ao patamar e práticas milenares da sociedade escravocrata nacional.

Ao diminuir a necessidade e a importância do concurso público como critério essencial de acesso e progressão em âmbito estatal, a PEC 32 visa não apenas extinguir “na prática” o RJU (Regime Jurídico Único) e a estabilidade funcional nos cargos públicos para a imensa maioria dos futuros funcionários, como instaurar, em seu lugar, novas e precárias formas de contratação, a saber: *contrato de experiência; contrato por prazo determinado; vínculo por prazo indeterminado sem estabilidade; cargo de liderança e assessoramento*. Com isso, a reforma amplia as possibilidades de contratação temporária, precarizando os vínculos de trabalho, os processos de seleção/demissão e inviabilizando trilhas de capacitação e profissionalização da burocracia pública ao longo do *ciclo laboral no setor público* (Queiroz e Santos, 2020).

Esta é a razão fundamental pela qual o tema dos concursos públicos não

33 José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

34 Para aferir os resultados concretos e demais implicações nefastas da reforma trabalhista de 2017 sobre a classe trabalhadora sujeita a ela, ver os livros *O Trabalho Pós-Reforma Trabalhista e Negociações Trabalhistas Pós-Reforma Trabalhista*, ambos organizados por José Dari Krein, Marcelo Manzano, Marilane Oliveira Teixeira e Patrícia Rocha Lemos (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, CESIT/IE-Unicamp, 2021).

pode ser analisado isoladamente do processo mais geral ao qual pertence. Ou seja, uma verdadeira **política nacional de recursos humanos no setor público** deve ser capaz de promover e incentivar a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de “ciclo laboral”, que envolve as seguintes etapas organicamente interligadas: i) *seleção*; ii) *capacitação*; iii) *alocação*; iv) *remuneração*; v) *progressão*; e vi) *aposentação*.³⁵ Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do concurso público e novas formas de contratação no setor público e suas relações com os objetivos da produtividade e do desempenho institucional do Estado brasileiro no século XXI.

Em outras palavras, abordando o tema de forma mais ampla e complexa, chega-se ao seguinte rol de propostas que recuperam e aperfeiçoam importantes dimensões já contidas originalmente na **reforma administrativa republicana e democrática da CF/1988**, em detrimento das propostas de dilapidação institucional trazidas pela PEC 32/2020.

35 Ademais, deve atentar para fatores que realmente garantem ganhos de produtividade e de desempenho institucional no Setor Público: i) *ambiente de trabalho*; ii) *incentivos não pecuniários e técnicas organizacionais*; iii) *trilhas de capacitação permanente*; iv) *critérios para avaliação e progressão funcional*; v) *remuneração adequada, isonômica e previsível*; vi) *critérios justos para demissão*; vii) *condições de realização dinâmica e retroalimentação sistêmica* entre as dimensões citadas.

Quadro 1: O Ciclo Laboral no Setor Público Brasileiro: CF/1988 x PEC 32/2020.

CF/88 e LEGISLAÇÃO EM VIGOR	PROPOSTA GOVERNO	O QUE DEVE SER FEITO
Concurso de provas ou provas e títulos como forma exclusiva de ingresso em cargos e empregos públicos permanentes.	Flexibilização do concurso, com possibilidade de concurso de títulos apenas, ou ingresso mediante processo seletivo simplificado.	Manter a regra atual e regulamentar o instituto do concurso público, de modo a assegurar maior aderência entre candidatos aprovados e perfis desejados.
Carreiras estruturadas com base em atribuições; promoção classe a classe dentro da mesma carreira, respeitada a identidade atributiva, como única forma de provimento derivado admitida. Vedação de concursos internos.	Modelos mais amplos de carreiras, facilitando mobilidade entre elas e mecanismos de promoção interna mais flexíveis. Redução radical do número de carreiras existentes.	Manter a regra atual. O desenho de carreiras poderá ser simplificado, com a adoção de cargos com atribuições mais amplas, mas sem prejuízo do princípio da especialidade. Carreiras devem ter identidade profissional e conteúdos atributivos que permitam a seleção para cargos específicos quando necessário.
Promoção e progressão na carreira com base no tempo de serviço, qualificação e avaliação de desempenho. Não há critérios para fixar o tempo de percurso mínimo na carreira.	Alongar curso das carreiras para que ninguém chegue ao final da carreira antes de 25 anos. Restringir direito a progressão e promoção. Suspender progressões em caso de déficit público	Fixar cursos de carreira que permitam chegar ao final de carreira após 15 ou 20 anos. Regulamentar desenvolvimento das carreiras associado a avaliação do mérito a cursos de aperfeiçoamento.
Criação de escolas de Governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores. Vinculação da promoção a cursos de aperfeiçoamento.	Não há menção ao tema. Tendência a converter escolas de governo em instituições acadêmicas.	Manter a regra constitucional, regulamentar processos de formação e aperfeiçoamento e valorizar escolas de Governo. Orientar formação e aperfeiçoamento para a solução de problemas concretos da gestão pública.
Regime jurídico único para todos os servidores	Fim do RJU. Instituição de múltiplos regimes de contratação. Regime estatutário limitado a carreiras exclusivas de Estado.	Manter regime estatutário para servidores de carreiras exclusivas e de atividades acessórias a elas. Permitir a introdução do regime de emprego em atividades hoje sujeitas a terceirização.
Contratação temporária para necessidades de excepcional interesse público	Ampliar possibilidades de contratação temporária (e.g. MPV 922)	Manter a regra constitucional atual e revisar legislação, já excessivamente permissiva.
Estabilidade após 3 anos, condicionada a avaliação do desempenho suficiente	Criação de regime de ingresso com status de <i>trainee</i> por 3 anos, e estabilidade apenas após 5 ou 10 anos de serviço após efetivação.	Manter a regra em vigor. Regulamentar a avaliação de desempenho para fins de aquisição da estabilidade.
Demissão do servidor estável condicionada a insuficiência de desempenho, prática de crimes ou má conduta do servidor.	Regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho de forma flexível, aumentando o poder das chefias.	Regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho com base em critérios transparentes e com direito a recurso.
Irredutibilidade remuneratória	Permitir redução de salários em caso de déficit público ou excesso de despesas.	Manter a regra atual.
Teto remuneratório com base na remuneração do Min do STF, excluídas parcelas indenizatórias	Regulamentar de forma restritiva exceções ao teto remuneratório. Adotar controle rigoroso de situações de acumulação de cargos.	Regulamentação do teto para eliminar absurdos e burlas, mas assegurando direito a parcelas indenizatórias.
Revisão geral anual das remunerações. Reajustes dependem de lei, desde que autorizados pela Lei de Diretrizes	Extinção do direito à revisão geral. Vedação de reajustes a serem concedidos de forma parcelada ou com efeitos retroativos.	Manutenção da revisão geral obrigatória e seu cumprimento.
Orçamentárias e tenham dotação suficiente na Lei Orçamentária.	Reajustes somente por lei de iniciativa do Governo. Congelamento da folha em caso de excesso de gastos ou déficit público.	Reajustes mediante lei, mas com regulamentação da negociação coletiva no serviço público.
Remuneração vinculada a complexidade dos cargos e suas responsabilidades e requisitos	Liberdade para o Governo decidir sobre as remunerações, mantida a reserva legal. Rebaixamento de salários para aproximação de valores com o mercado privado.	Aplicação dos princípios da CF e equiparação de remunerações entre cargos com iguais atribuições e responsabilidades em cada Poder.
Aposentadoria vinculada ao regime próprio, com previdência complementar. Reposição de inativos não sujeita ao teto de despesas da EC 95.	Redução da despesa previdenciária, com redução do valor das aposentadorias a conceder e arrocho sobre aposentados e pensionistas. Reposição limitada do pessoal aposentado.	Revisão da EC 103/06 para restabelecer regras de cálculo de benefício da EC 41/03. Revogação de contribuições previdenciárias confiscatórias. Adoção de mecanismos de preparação para aposentadoria e planejamento do ingresso de novos servidores.

Fonte: QUEIROZ, A. A. e SANTOS, L. A. *O Ciclo Laboral no Setor Público Brasileiro*. Brasília: Cadernos da Reforma Administrativa n. 02, Fonacate, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Celso%20Caroso%20jr/Documents/Teletrabalho%202020-2021/Fonacate%202020/Cadernos%20Reforma%20Administrativa%202020/Reforma%20administrativa_Caderno_2pdf.pdf

O inverso disso, ou seja, o receituário liberal-gerencialista em defesa da flexibilidade quantitativa como norma geral, por meio da possibilidade de contratações e demissões rápidas e fáceis no setor público, insere os princípios da rotatividade e da insegurança radical não apenas para os servidores, que pessoalmente apostaram no emprego público como estratégia e trajetória de realização profissional, como introduz a insegurança também na sociedade e no mercado, pelas dúvidas e incertezas que ela e a rotatividade acarretam à capacidade do Estado em manter a provisão de bens e serviços públicos de forma permanente e previsível ao longo do tempo.

De outro lado, há distinções claras relativamente aos empregos do setor privado, dada a natureza pública das ocupações que se dão a mando do Estado e a serviço da coletividade, cujo objetivo último não é a produção de lucro, mas sim a produção de bem-estar social. Neste sentido, há pelo menos cinco fundamentos históricos da ocupação, também responsáveis, em última instância, pelo bom desempenho institucional agregado no setor público, presentes em maior ou menor medida nos Estados nacionais contemporâneos, que precisam ser levados em consideração para uma boa estrutura de governança e por incentivos corretos à produtividade e a um desempenho satisfatório ao longo do tempo.

São eles: i) *estabilidade na ocupação*, idealmente conquistada por crité-

rios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social, visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador; ii) *remuneração adequada, isonômica e previsível* ao longo do ciclo laboral; iii) *qualificação elevada e capacitação permanente* no âmbito das funções precípuas dos respectivos cargos e organizações; iv) *cooperação* – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público; e v) *liberdade de organização e autonomia de atuação sindical*, no que tange tanto às formas de (auto)organização e funcionamento dessas entidades, como no que se refere às formas de representação, financiamento e prestação de contas junto aos próprios servidores e à sociedade de modo geral.

Diante do exposto, entende-se melhor porque é que a ocupação no setor público veio, historicamente, assumindo a forma meritocrática como critério fundamental de seleção e acesso, mediante concursos públicos concorridos, rigorosos e sob a guarida de um regime estatutário e jurídico único (RJU), desde a CF-1988. Não obstante, sabemos que o *critério weberiano-meritocrático* de seleção de quadros permanentes e bem capacitados (técnica, emocional e moralmente) para o Estado depende de condições objetivas ainda longe das realmente vigentes no Brasil, quais sejam: ambiente geral de homogeneidade socioeconômica, republicanismo político e democracia social.36

O ambiente geral de *homogeneidade econômica e social* é condição necessária para permitir que todas as pessoas aptas e interessadas em adentrar e trilhar uma carreira pública qualquer, possam disputar, em máxima igualdade possível de condições, as vagas disponíveis mediante concursos públicos, plenamente abertos e acessíveis a todas as pessoas aptas e interessadas. Por sua vez, o *republicanismo político e a democracia social* implicam o estabelecimento de plenas e igualitárias informações e condições de acesso e disputa, não sendo concebível nenhum tipo de direcionamento político-ideológico nem favorecimento pessoal algum, exceto para aqueles casos (como as cotas para pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais, e as cotas para gênero e raça) em que o objetivo é justamente compensar a ausência ou precariedade histórica de homogeneidade econômica e social entre os candidatos a cargos públicos.

Apenas diante de tais condições é que, *idealmente*, o critério meritocrático conseguirá recrutar as pessoas mais adequadas (técnica, emocional e moralmente), sem viés dominante ou decisivo de renda, da posição social e/ou da herança familiar ou influência política. De todo modo, mesmo assim se evita, jus-

tamente, que sob qualquer tipo de comando tirânico ou despótico (ainda que “esclarecido”), se produza qualquer tipo de partidarização ou aparelhamento absoluto do Estado. No caso brasileiro, sob as regras vigentes desde a CF/1988, há garantia total de pluralidade de formações, vocações e até mesmo de afiliações políticas, partidárias e ideológicas dentro do Estado nacional, bem como garantia plena do exercício de funções movidas pelo interesse público universal e sob controle tanto estatal-burocrático (Lei nº 8.112/1990 e controles interno e externo dos atos e procedimentos de servidores e organizações) como controle social direto, por meio, por exemplo, da Lei de Acesso a Informações (LAI), entre outros mecanismos.

Em suma, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho custoso, mas necessário, de *profissionalização da burocracia pública ao longo do tempo*. Não há, portanto, choque de gestão, reforma fiscal, ou reforma administrativa contrária ao interesse público (PEC 32), que supere ou substitua o acima indicado.

36 Para além desses determinantes gerais, há que se aprimorar e regulamentar o instituto do concurso público, de modo a assegurar maior aderência entre candidatos aprovados e perfis desejados. Ou seja, para além dos conhecimentos gerais e específicos próprios a cada cargo, carreira ou função pública, é preciso que os concursos sejam também capazes de selecionar servidores com atributos pessoais, emocionais e psicológicos perfilados ao espírito público e aos objetivos fundamentais de desenvolvimento integral do país.

A ESTABILIDADE FUNCIONAL DOS SERVIDORES NOS CARGOS PÚBLICOS

José Celso Cardoso Jr.³⁷

Há cinco fundamentos históricos da ocupação no setor público, presentes em maior ou menor medida nos Estados nacionais contemporâneos, que precisam ser levados em consideração para uma boa estrutura de governança e por incentivos corretos à produtividade e a um desempenho institucional satisfatório ao longo do tempo.

São eles: i) **estabilidade na ocupação**, idealmente conquistada por critérios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social, visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador; ii) **remuneração adequada, isonômica e previsível** ao longo do ciclo laboral; iii) **qualificação/escolarização elevada** desde a entrada e **capacitação permanente** no âmbito das funções precípuas dos respectivos cargos e organizações; iv) **cooperação** – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor

público; e v) **liberdade de organização e autonomia de atuação sindical**, no que tange tanto às formas de (auto)organização e funcionamento dessas entidades, como no que se refere às formas de representação, financiamento e prestação de contas junto aos próprios servidores e à sociedade de modo geral.

Atendo-se ao tema da **estabilidade funcional dos servidores nos cargos públicos**, é preciso ter claro que ela remonta a uma época na qual os Estados nacionais, ainda em formação, precisaram, para sua própria existência e perpetuação (isto é, consolidação interna e legitimação externa) transitar da situação de recrutamento mercenário e esporádico para uma situação de recrutamento, remuneração, capacitação e cooperação junto ao seu corpo funcional. Este, gradativamente, foi deixando de estar submetido exclusivamente às ordens absolutistas feudais e reais, para assumir, crescentemente, *funções estatais permanentes e previsíveis* em tarefas ligadas às chamadas funções inerentes dos Estados capitalistas modernos e contemporâneos.

Tais funções, originárias dos Estados atuais, e posteriormente outras funções derivadas das novas, complexas e abrangentes áreas de atuação governamental da modernidade, foram surgindo e exigindo respostas (semi)estruturadas da coletividade e seus respec-

37 José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

tivos governos. Sejam finalísticas, tais como no campo das políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento territorial, setorial e produtivo, financeiro, regulatório, ambiental etc., como aquelas tipicamente administrativas, dentre as quais as de orçamentação, planejamento, gestão, regulação, controle etc., são todas elas, funções dotadas desse mesmo atributo original e essencial, qual seja, o da **indispensabilidade da estabilidade do corpo funcional do Estado como forma de garantia da provisão permanente e previsível das respectivas funções junto ao próprio ente estatal, nos territórios sob suas jurisdições e suas populações.**

Olhando da perspectiva histórica, Prazeres (mimeo, s/d), esclarece que: *“Este modelo possui como princípios a profissionalização, a organização dos servidores em carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo. Este tipo de administração pública foi desenvolvido com o objetivo de distinguir o público do privado e, também, separar o político do administrador.”* (s/pg).

E complementa Silva (mimeo, s/d): *“O Princípio da Estabilidade nasceu nos Estados Unidos para barrar um costume desumano e imoral, sem contar o fato de que bania completamente a democracia da Administração Pública, em virtude da usual e costumeira troca de governantes no Poder Público de partidos políticos influentes, os Democratas e os Republicanos. Diante desse panorama antidemocrático em que viviam os cidadãos estadunidenses, onde os servidores eram*

*sumariamente demitidos, quando considerados contrários ou desnecessários ao atual governo que buscava se cercar apenas de seus partidários. Tais atitudes causavam total desalinhamento na prestação do serviço público, afetando a credibilidade do governo, e causando injustiças tanto aos servidores quanto aos administrados. Dessa forma, buscando atender ao interesse coletivo idealizou-se o **instituto da estabilidade**, almejando alcançar proteção aos cidadãos na prestação das atividades essenciais da Administração.”*

No Brasil, consolidou-se a estabilidade funcional no serviço público com a Lei nº 2.924 de 1915. Constitucionalmente, a estabilidade foi recepcionada em 1934, e de lá para cá tem sido mantida em todas as Constituições, até na ainda vigente de 1988.

O inverso disso, ou seja, o receituário liberal-gerencialista em defesa da flexibilidade quantitativa como norma geral, por meio da possibilidade de contratações e demissões rápidas e fáceis no setor público, insere os princípios da rotatividade e da insegurança radical não apenas para os servidores, que pessoalmente apostaram no emprego público como estratégia e trajetória de realização profissional, como também introduz a insegurança na sociedade e no mercado pelas dúvidas e incertezas na capacidade do Estado em manter a provisão de bens e serviços públicos de forma permanente e previsível ao longo do tempo. Portanto, **permanência e previsibilidade são duas característi-**

cas fundamentais das políticas públicas e da própria razão de existência e legitimação política do Estado, algo que apenas pode estar assegurado por meio da garantia da estabilidade e da proteção do seu corpo funcional, além de outros fatores.

Diante do exposto, entende-se melhor porque é que a ocupação no setor público veio, historicamente, adotando e aperfeiçoando a *forma meritocrática* como critério fundamental de seleção e acesso, mediante concursos públicos rigorosos e sob a guarida de um regime estatutário e jurídico único (RJU), como no caso brasileiro desde a CF-1988. Sabemos que o critério weberiano-meritocrático de seleção de quadros permanentes e bem capacitados (técnica, emocional e moralmente) para o Estado depende de condições objetivas ainda longe das realmente vigentes no Brasil, quais sejam: ambiente geral de homogeneidade socioeconômica, republicanismo político e democracia social.

O ambiente geral de **homogeneidade econômica e social** é condição necessária para permitir que todas as pessoas aptas e interessadas em adentrar e trilhar uma carreira pública qualquer, possam disputar, em máxima igualdade possível de condições, as vagas disponíveis mediante concursos públicos, plenamente abertos e acessíveis a todas as pessoas aptas e interessadas.

Por sua vez, o **republicanismo político e a democracia social** implicam

o estabelecimento de plenas e iguais informações e condições de acesso e disputa, não sendo concebível nenhum tipo de direcionamento político-ideológico nem favorecimento pessoal algum, exceto para aqueles casos (como as cotas para pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais, e as cotas para gênero e raça) em que o objetivo é justamente compensar a ausência ou precariedade histórica de homogeneidade econômica e social entre os candidatos a cargos públicos.

Apenas diante de tais condições é que, *idealmente*, o critério meritocrático conseguiria recrutar as pessoas mais adequadas (técnica, emocional e moralmente), sem viés dominante ou decisivo de renda, da posição social e/ou da herança familiar ou influência política. De todo modo, mesmo assim se evita, justamente, que sob qualquer tipo de comando tirânico ou despótico (ainda que "*esclarecido*"!), se produza qualquer tipo de partidarização ou aparelhamento absoluto do Estado.

No caso brasileiro, sob as regras vigentes desde a CF-1988, há garantia total de pluralidade de formações, vocações e até mesmo de afiliações políticas, partidárias e ideológicas dentro do Estado nacional, bem como garantia plena do exercício de funções movidas pelo interesse público universal e sob controle tanto estatal-burocrático (Lei nº 8.112/1990 e controles interno e externo dos atos e procedimentos de servidores e organizações) como controle social direto, por meio, por exemplo, da Lei de

Acesso a Informações (LAI), entre outros mecanismos.

Por sua vez, os demais atributos intrínsecos da ocupação no setor público, quais sejam: a remuneração adequada e previsível ao longo do ciclo laboral, a qualificação/escolarização elevada desde a entrada e a capacitação permanente no âmbito das funções precípua dos respectivos cargos e organizações, a cooperação interpessoal e intra/inter organizacional como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público, todos eles, derivam precisamente do atributo primordial da estabilidade do corpo funcional, que vem a ser, portanto, o eixo central da ocupação no âmbito estatal.

Por isso, uma verdadeira política nacional de recursos humanos no setor público deve ser capaz de promover e incentivar a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de **ciclo laboral no setor público**, algo que envolve as seguintes etapas organicamente interligadas: i) *seleção*; ii) *capacitação*; iii) *alocação*; iv) *remuneração*; v) *progressão*; vi) *aposentação*. Ademais, deve atentar para os fatores que realmente garantem ganhos de produtividade e de desempenho institucional no Setor Público: i) *ambiente de trabalho*; ii) *incentivos não pecuniários e técnicas organizacionais*; iii) *trilhas de capacitação permanente*; iv) *critérios para avaliação e progressão funcional*; v) *remuneração adequada e previsível*; vi) *fundamentos da estabilidade e critérios justos para demissão*; vii) *condições de realização dinâmica*

e *retroalimentação sistêmica* entre as dimensões citadas.

Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do ciclo laboral no setor público e suas relações com os temas e objetivos da produtividade e do desempenho institucional do Estado brasileiro no século XXI. Em outras palavras, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional será resultado desse trabalho difícil, mas necessário, de **profissionalização da burocracia pública** ao longo do tempo, para a qual importa, sobremaneira, a estabilidade funcional dos servidores nos respectivos cargos públicos.

Não há, portanto, choque de gestão, reforma fiscal, ou reforma administrativa contrária ao interesse público (PEC 32), que supere ou substitua o acima indicado.

PEC 32/2020 E A VOLTA DO ESTADO LIBERAL-PATRIMONIAL-OLIGÁRQUICO NO BRASIL

*José Celso Cardoso Jr.*³⁸ &
*Félix Lopez*³⁹

Um dos muitos problemas da chamada proposta de “reforma administrativa” contida na PEC 32/2020 está no fato de tratar como similar as burocracias municipais, estaduais e federais, em particular nas suas relações com a esfera política. Esse erro será especialmente deletério ao abrir espaço para a completa discricionariedade na ocupação dos cargos de livre provimento (os renomeados cargos de liderança de assessoramento) nos três níveis da federação, mas especialmente grave nas administrações subnacionais. Problemas ainda hoje não superados, tais como a alta rotatividade, a patronagem política e o desperdício de recursos vão se agravar.

Cabe lembrar um aspecto central: o funcionalismo estadual (30%) e o municipal (60%) respondem por 90% do funcionalismo total do país. No caso dos estados, 15% da força de trabalho está instalada em cargos de direção, cerca de 400 mil pessoas em todo o país. Ao

longo dos últimos anos, cerca de 60% desse contingente tem sido ocupado por servidores recrutados via concurso público. Com isso, há alguma racionalidade e profissionalismo decorrente da ocupação de posições por pessoas que, apesar das imperfeições dos concursos públicos, já demonstraram ter conhecimento do ofício e estão familiarizados com rotinas da gestão pública.

Ao reverter esta orientação, de que cargos dirigentes sejam ocupados preferencialmente por servidores de carreira, a PEC 32 corre o risco de jogar o destino do ciclo das políticas públicas na mão de costumes políticos vorazes em apadrinhamento. O resultado será, em vez de aumento da técnica, da competência e do profissionalismo, um retrocesso a práticas do tipo patrimonial-oligárquicas de patronagem em larga escala. Algo como fazer o padrão de contratação, demissão e subserviência no setor público retroceder ao modelo dominante no Brasil durante a 1ª República (1889 a 1930), caracterizado empreguismo, nepotismo, clientelismo etc., traços esses que apenas começaram a ser combatidos no país com o advento do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público, 1937) e que teve seu ápice com a reforma administrativa de índole republicana e democrática da Constituição Federal de 1988.

38 Doutor em Economia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atualmente é Presidente da Afipea-Sindical, condição na qual escreve esse texto.

39 Doutor em Sociologia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atualmente é Coordenador da Plataforma Atlas do Estado Brasileiro e professor titular do IDP.

Pensar que o desenho proposto pela PEC 32 seja inovador e moderno é desconhecer a lógica de funcionamento e relacionamento da burocracia com a política no Brasil, em todos os níveis da federação, mas especialmente preocupante nos níveis estadual e municipal. Nos municípios, vereadores e prefeitos continuam a ser o que Max Weber denominou “caçadores de cargos”, com base em motivos que não passam pela lógica da profissionalização das burocracias nem da maior e melhor qualificação das políticas públicas.

Os estudos de política local mostram que controlar, de forma apenas política e discricionariamente, cargos da burocracia de balcão ou cargos dirigentes é, frequentemente, ingrediente básico para o êxito político personalista em países como o Brasil, de longa tradição liberal-patrimonial-oligárquica. Peça para um deputado federal ou senador, por exemplo, descrever quão disputados são cargos federais em suas respectivas bases regionais. Ou ainda, tome-se como caso extremo o fato de a patronagem política transbordar do funcionalismo público e controlar, até mesmo, a lógica de ocupação dos postos de trabalhos em empresas que celebram contratos com as prefeituras. Ou seja, a patronagem adentra as organizações privadas e exige destas o controle das nomeações de funcionários do setor privado nos contratos realizados pelas prefeituras.

A voracidade por cargos se aplica também, naturalmente, aos cargos

de contratação temporária, que são os mais intensamente alterados ao fim de cada ciclo eleitoral, com visíveis implicações negativas na oferta e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Na sucessão política pós-eleitoral ou no curso do mandato – como fruto do carrossel de mudanças políticas e faccionais que são parte de uma política com altíssima fragmentação e baixíssima institucionalização partidária – acontecem demissões em massa dos contratados temporariamente e uma nova e intensa rodada de (re)contratações. Trata-se de um verdadeiro sistema de espólio/rachadinha que não é estranho aos cidadãos que acompanham o dia-a-dia da política em nossas cidades. Uma consequência perversa desse processo é a descontinuidade de prestação, cobertura e tempestividade dos serviços públicos essenciais, sobretudo em áreas sociais de atendimento direto à população, tais como saúde, assistência social, ensinos fundamental e médio, segurança pública, intermediação de mão-de-obra etc.

De modo inverso, o desempenho das burocracias tende a ser melhor quando estas estão relativamente blindadas da instabilidade resultante de pressões clientelísticas e quando são conduzidas com programas públicos estruturados, ainda que motivados pelas coalizões político-partidárias de plantão. Ao final das contas, planejar e implementar políticas públicas de modo eficiente e eficaz requer previsibilidade e certa estabilidade temporal dos quadros funcionais formuladores das políticas. Embora seja razoável argumentar que abrir espaço

para contratações de dirigentes do setor privado no setor público – na remota hipótese de que vá ser baseada em competição meritocrática – venha a fomentar a inovação dentro dos governos e ampliar a responsividade da burocracia aos partidos ou à política eleita pelo voto, a literatura internacional comparada demonstra que as desvantagens são muito maiores.

À guisa de exemplo, vale olhar a caótica situação do Ministério da Saúde durante a pandemia. Essa ruidosa experiência mostra que, sempre que há bruscas mudanças administrativas na burocracia dirigente, é costume acontecer: i) rearranjos custosos na agenda de políticas públicas setoriais; ii) compromete-se um já tênue espírito de equipe e a coesão profissional necessária para executar com êxito as políticas estruturantes do ministério ou órgão; iii) são desfeitos os fluxos de informações que alinhavam o trânsito decisório intra e interministerial, principalmente as redes informais; e iv) perde-se memória institucional, pois os elos indispensáveis na cadeia que estrutura a política reside, em grande parte, na lembrança e na atuação cotidiana dos recém-saídos, não em manuais de como fazer, que usualmente só descrevem a dimensão formal ou burocrática da gestão.

Portanto, indo contra as boas práticas internacionais, a PEC 32 propõe eliminar orientações essenciais do atual arranjo político. Afinal, nas burocracias dirigentes, a maior parte dos cargos são *funções* comissionadas que,

em tese, deveriam ser ocupadas por servidores públicos, por conter atribuições que já fazem parte do rol de atividades institucionalizadas dos órgãos públicos. Tanto a ocupação livre de requisitos técnicos mínimos, quanto a alta rotatividade nesses cargos de direção e assessoramento, são prejudiciais à profissionalização da função pública e ao bom desempenho institucional do órgão ou ministério setorial.

Para se ter uma ideia, tanto na administração federal quanto na estadual, a rotatividade anual dos cargos de confiança já é, antes da PEC 32, de aproximadamente um terço. Ou seja, 30% das pessoas em funções dirigentes saem de seus postos a cada ano. Embora os motivos sejam diversos, o fato é que quando os ocupantes desses cargos não são servidores ou são filiados a partidos políticos, essa taxa é ainda mais alta. E quanto maior a rotatividade, maiores são os riscos de descontinuidade institucional e piores tendem a ser a produtividade e o desempenho.

Desta forma, os fenômenos que já ocorrem hoje em dia com a atual lógica de ocupação de cargos temporários na burocracia pública deveriam servir de alerta contra a abertura indiscriminada de portas à patronagem política. Apenas em âmbito federal, a PEC 32 pretende constitucionalizar um direito totalmente discricionário à livre nomeação, por parte dos dirigentes políticos de ocasião, sobre os 60% de servidores de carreira que hoje ocupam, pela legislação vigente, os cargos DAS da adminis-

tração direta. Serão, aproximadamente, 90 mil cargos no nível federal, e quase 1 milhão de cargos de livre provimento nos três níveis da federação. Sob todos os pontos de vista conhecidos, trata-se de um retrocesso institucional e civilizatório sem precedentes no processo histórico de montagem do aparato estatal no Brasil.

Para evitar esse desastre político-institucional, urge reduzir a ascendência patrimonial-oligárquica da política sobre a esfera burocrática, em particular sobre a burocracia decisória de médio e alto escalões. Esse objetivo pode ser alcançado ao se reduzir – ao invés de ampliar! – o espaço da ultra discricionariedade das indicações político-partidárias dos cargos, por exemplo, transferindo aos servidores dos próprios órgãos o poder para preenchê-los. A mudança deveria se dar num sentido específico, sem – obviamente – impedir que os governos eleitos proponham suas diretrizes de políticas públicas. Afinal, a orientação programática pode mudar, de modo legítimo, como reflexo das preferências vencedoras a cada nova eleição.

Embora tenhamos uma instabilidade crônica no primeiro escalão, com o incessante entra e sai de secretários de governo e ministros, não se desenvolveu um anteparo a essa instabilidade para evitar que ela afetasse os níveis decisórios das burocracias de médio e alto escalões. Ao invés de substituir intensamente quadros funcionais e alimentar uma rotatividade perniciosa ao conjunto da gestão e das políticas, que

tal adotar um padrão decisório com regras institucionais democráticas, aberto à participação dos grupos de interesse em cada área de política pública? Esta seria uma alternativa mais efetiva, já que participativa e republicana, de manter os canais fluidos à representação de interesses nos fóruns de deliberação no interior da burocracia.

Em suma, o que é preciso é vislumbrar meios de ampliar a estabilidade e a profissionalização dos quadros de livre nomeação, como condição para aumentar a efetividade das políticas públicas e a eficiência na execução da despesa. Governos não conseguem desempenhar bem suas políticas, quaisquer que sejam suas orientações políticas e ideológicas, sem um horizonte temporal razoável para a burocracia decisória discutir, desenhar, implementar e, quando for o caso, redirecionar as ações de governo. A própria noção de responsividade é comprometida se os decisores não estão mais em seus postos para responder sobre suas decisões. Passaríamos, então, de um cenário atual de certa responsividade democrática à sua negação. Reside aqui um dos mais graves perigos da PEC 32/2020.

REFORMA ADMINISTRATIVA E ASSÉDIO INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: EFEITOS PERVERSOS DA PEC 32/2020

José Celso Cardoso Jr.⁴⁰ & Frederico A. Barbosa da Silva⁴¹

Pouca gente notou, mas há uma correlação imensa entre a reforma trabalhista, embutida na PEC 32/2020 e propagandeada como inovação na gestão de recursos humanos no setor público brasileiro, e o fenômeno do assédio institucional. Por esta razão, se aprovada, essa **reforma administrativa vai constitucionalizar o assédio institucional como método de governo.**

Entendido desta maneira, há três movimentos discursivos por meio dos quais se opera o assédio institucional na prática: i) um *liberalismo econômico radical*, que preconiza a desconstrução das instituições públicas e acusa a ineficiência e o corporativismo da adminis-

tração em nome do discurso da austeridade fiscal; ii) a *desconstrução deliberada das institucionalidades e das organizações públicas por embaralhamento*, por meio de duas características: a redistribuição, fragmentação e ressignificação de competências institucionais; e a administração das instituições por atores que lhes são oponentes ou que têm valores antagônicos a elas; e iii) a *gramática da política como guerra híbrida contra o inimigo*, a qual se caracteriza por uma lógica baseada na ideia de que a política se move pela presença de amigos e inimigos, sendo que os últimos devem ser isolados, derrotados e sua reputação (ou seja, sua legitimidade) destruída.

Casos recentes como os que já acometeram servidores do Ibama,⁴² da Polícia Federal,⁴³ do Cade,⁴⁴ do Ministério da Saúde,⁴⁵ e tanto outros casos,⁴⁶ vão se tornar a regra no setor público, com o agravante de que não vão mais contar nem com a estabilidade funcional nos respectivos cargos públicos, nem tampouco com o anteparo sindical ou da justiça do trabalho, já que todas essas

40 José Celso Cardoso Jr. é Doutor em Desenvolvimento pelo IE-Unicamp, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente, exerce a função de Presidente da Afipea-Sindical e nessa condição escreve esse texto.

41 Doutor em Sociologia pela UnB, desde 1997 é Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA.

42 [Bolsonaro e Salles agiram para enfraquecer o Ibama, apontam ex-servidores - CartaCapital; Violência contra os servidores ambientais: ASCEMA exige providências | Ascema Nacional](#)

43 [Devassa: Ministério da Justiça modifica centenas de cargos e diretorias da PF - GGN \(jornalgggn.com.br\)](#)

44 [Servidor é afastado do Cade após denunciar Bolsonaro no STF - Jornal O Globo](#)

45 [Servidor que denunciou suspeita de corrupção na Covaxin é bloqueado na Saúde | Política | iG](#)

46 Ver [Assediometro - Arca Desenvolvimento Sustentável](#)

institucionalidades são alvos do projeto destrutivo do governo Bolsonaro/Guedes.

A PEC 32/2020 prevê o fim do RJU para novos ingressantes, com o que, na prática, todos os atuais servidores passarão a pertencer a cargos e carreiras em extinção.⁴⁷ Desta feita, a estabilidade estaria preservada apenas àqueles novos funcionários que ingressarem nos chamados *cargos típicos* de Estado, os quais tampouco estão definidos na PEC, reforçando a ideia de que esse conceito já está, em si mesmo, ultrapassado. Afinal, o que seria mais típico de Estado no atual contexto pandêmico que as carreiras das áreas de saúde, assistência social, educação e meio-ambiente?

Ao propor a extinção do RJU, criam-se quatro outras formas de contratação, a saber: contrato de experiência; contrato por prazo determinado; vínculo por prazo indeterminado sem estabilidade; cargo de liderança e assessoramento. Com isso, a reforma amplia as possibilidades de contratação temporária, precarizando os processos de seleção/demissão e inviabilizando, na prática, trilhas de capacitação e profissionalização da burocracia pública. Fica claro o intuito de ampliar o uso de contratos temporários de forma irrestrita (PEC 32, Art. 39-A) e fazer com que funções de confiança e cargos em comissão, doravante renomeados para cargos de liderança e assessoramento, possam

Visão liberal-gerencialista e anacrônica de Estado	Vícios e Problemas da PEC 32/2020
Carreiras e cargos típicos de Estado	Definição de cargo típico de Estado é juridicamente frouxa e administrativamente anacrônica , pois deriva de concepção liberal-gerencialista que apregoa vantagens não comprovadas de um desenho institucional de Estado mínimo.
PEC-32: vínculo de experiência; contrato por prazo determinado; vínculo por prazo indeterminado; cargo de liderança e assessoramento; cargo típico de Estado.	Fim do RJU e da estabilidade funcional e flexibilização das formas de contratação, remuneração e demissão vão precarizar a ocupação no setor público e deteriorar a qualidade, cobertura e tempestividade das políticas públicas.
Princípio da Subsidiariedade produzirá Terceirização, Privatização e Precarização irrestritas das políticas públicas.	Promiscuidade público-privada, patrimonialismo, clientelismo, nepotismo, corrupção endêmica.

47 Dizemos “na prática” porque não mais haverá contratações nos mesmos moldes para as atuais carreiras e cargos públicos. Deste modo, ainda que o texto final da PEC 32/2020, se aprovado, não coloque explicitamente em extinção os atuais cargos e carreiras, essas estarão extintas quando os últimos servidores nelas investidas se aposentarem. Ou seja, superada a atual unicidade de regimes, haverá na mesma carreira servidores com e sem estabilidade, ainda que subordinados ao mesmo regime jurídico. Exceto quanto à estabilidade, as demais regras do novo (e pior) regime jurídico de pessoal serão as mesmas. Segundo a proposta da PEC 32/2020 para o Art. 39-A, haveria apenas um único regime jurídico, que compreenderá todos os 5 novos tipos de vínculo. Essa confusão decorre da total ausência de qualidade técnica dessa PEC.

ser exercidos integralmente por não servidores (PEC 32, Art. 37), revertendo, neste particular, processo até então em curso de profissionalização no que tange à ocupação desses cargos de livre provimento, já que a maior parte dos mesmos deveria ser ocupado apenas por servidores estáveis em cada caso concreto.

Desta forma, com o fim da estabilidade funcional dos servidores, exacerbam-se problemas notórios de *assédio moral, sexual e institucional* contra funcionários(as) e organizações, riscos de fragmentação e descontinuidade das políticas públicas de caráter permanente, além de aumento da incerteza da população e dos empresários com relação à qualidade, tempestividade e cobertura social e territorial das entregas de bens e serviços por parte do Estado.

É neste sentido que classificamos o assédio institucional como fenômeno novo e perturbador no cenário corrente, a ser exacerbado caso a PEC 32/2020 seja aprovada. Ele possui uma vertente *organizacional* e outra *moral*, mas em ambos os casos, trata-se da forma dominante de relacionamento entre distintas instâncias ou organizações hierárquicas em cada poder da União e nível da federação. E dentro de cada poder e nível federativo ou organizacional, entre chefias e subordinados, caracterizando, neste caso, o fenômeno típico do assédio moral, que obviamente não é exclusividade do setor público.

Com relação ao assédio moral tradicional (individual ou coletivo), este

pode ser considerado uma prática originária e comum no setor privado, uma pressão (vale dizer: uma exploração) dos modelos organizacionais hierárquicos em busca por desempenho e produtividade máximos no ambiente de trabalho. A concorrência interpessoal, levada ao extremo pela ameaça permanente do desemprego ou do rebaixamento salarial, e a pressão por maiores indicadores de rentabilidade empresarial, são os principais motivadores desse tipo de assédio no setor privado. No setor público, o **assédio institucional de expressão moral** também se caracteriza por ameaças físicas e psicológicas, cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e perseguições, geralmente observadas entre chefes e subordinados (mas não só!) nas estruturas hierárquicas de determinadas organizações públicas (e privadas), redundando em diversas formas de adoecimento pessoal, perda de capacidade laboral e, portanto, mau desempenho profissional no âmbito das respectivas funções públicas.

Por sua vez, o **assédio institucional de natureza organizacional** caracteriza-se por um conjunto de discursos, falas e posicionamentos públicos, bem como imposições normativas e práticas administrativas, realizado ou emanado, direta ou indiretamente, por dirigentes e gestores públicos localizados em posições hierárquicas superiores. Esta prática implica em recorrentes ameaças, cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e deslegitimações acerca de determinadas organizações públicas e suas missões ins-

titucionais e funções precípuas. Alguns exemplos de assédio organizacional são eloquentes contra Universidades e Institutos Federais, Anvisa, Ancine, Bndes, Cnpq, Capes, Finep, Fiocruz, Funai, Ibge, Ibama, Icmbio, Inpe, Inep, Ipea e até mesmo contra organizações e carreiras do chamado núcleo administrativo de Estado, representado pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), tais como: Fiscalização Agropecuária, Tributária e das Relações de Trabalho; Arrecadação, Finanças e Controle; Gestão Pública; Comércio Exterior; Segurança Pública; Diplomacia; Advocacia Pública; Defensoria Pública; Regulação; Política Monetária; Inteligência de Estado; Pesquisa Aplicada, Planejamento e Orçamento Federal; Magistratura e o Ministério Público. Tais evidências reforçam a tese de que o que está em jogo é também o apagar de memórias e a recontagem da história oficial segundo a visão de mundo ora instalada no poder.

Para ser justo, é preciso dizer que o assédio institucional sempre existiu dentro do setor público, mas ganhou *escala, método e funcionalidade* inusitada com o advento do governo Bolsonaro. É neste sentido que ele pode ser considerado um *método de governo*, cuja escala ampliada de situações – vide [Assediometro – Arca Desenvolvimento Sustentável](#) – demonstra que o fenômeno deixou de ser algo esporádico ou acidental, como no passado, para se tornar algo patológico, uma prática intencional com objetivos claramente definidos, a saber: i) *desorganizar* – para reorientar pelo e para o mercado – a atuação es-

tatal; ii) *deslegitimar* as políticas públicas sob a égide da CF-1988; e iii) por fim, mas não menos importante, *desqualificar* os próprios servidores públicos, mormente os estatutários, sob guarida do RJU criado na CF-1988.

Enquadram-se também nessa categoria sociológica e jurídica, as reiteradas, infelizes e preconceituosas declarações do próprio Presidente da República e alguns dos seus principais Ministros. Como exemplo, destaquem-se as ilações acerca dos supostos “parasitismo” e “esquerdismo” inerentes aos servidores públicos, que são funcionários sob comando do Estado, mas a serviço da sociedade brasileira, incluindo os próprios detratores. Esses ataques repetem-se de forma sistemática desde o início do governo Bolsonaro, e visam claramente criar um clima de animosidade da população e dos financiadores e avalistas deste governo contra os servidores, de modo a facilitar a imposição, obviamente não negociada, de uma reforma administrativa *autoritária, fiscalista e privatista*, em suma, criminalizadora da própria ação estatal.

Ocorre que as propostas expressas na PEC 32/2020 e que visam reduzir gastos correntes por meio da quebra da estabilidade funcional para fins de demissão, forjando para baixo as remunerações dos atuais servidores e os futuros salários de entrada das novas contratações, possuem teor altamente questionável. Não apenas porque são medidas sem fundamentação técnica razoável, como porque serão ineficazes para se obter ajuste fiscal estrutural nas contas

públicas. Os custos econômicos, sociais, ambientais, políticos e institucionais de uma reforma administrativa que falsamente se vende como solução, serão muito maiores que a alegada economia fiscal dela derivada. Linhas gerais, as ideias que circulam mal escondem o viés ideológico, negativista do Estado e persecutório contra servidores, que está por detrás da péssima tecnicidade jurídica de pretensões administrativas, passando longe de qualquer proposta crível de melhoria efetiva do desempenho estatal no Brasil.

O ABISMO É LOGO ALI! MAS HÁ UMA SAÍDA À ESQUERDA...

José Celso Cardoso Jr.⁴⁸

O Brasil encontra-se, mais uma vez em sua história, diante de desafios e escolhas irreconciliáveis. Ou se submete aos processos de moralização arcaica dos costumes, valores antidemocráticos e criminalização da política, sindicatos e movimentos sociais, ou se levanta e luta. Ou adota o caminho da mediocridade e da subalternidade econômica, política e social, mas também intelectual, moral e cultural, ou se reinventa como nação para reescrever o seu próprio destino histórico.

Na quadra história em que a humanidade se encontra desde princípios do século XXI, já parece claro o colapso (ou ao menos algumas tendências nítidas de grande enfraquecimento institucional e disfuncionalidades práticas) das regras gerais de organização, regulação e funcionamento dos sistemas (econômicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais) dominantes em escala planetária.

Em termos econômicos, o modo de produção, acumulação e exclusão capitalista domina hoje praticamente todos os espaços mundiais e até mesmo todas as esferas da vida coletiva e domiciliar/familiar. Hoje em dia, tudo é mercadoria; tudo é mercadoria sob a forma monetária. A expressão *financeirizada* das formas de produção e acumulação do valor representa o outro lado do processo crescente e aparentemente irreversível de redundância/desemprego estrutural do trabalho vivo. Deste modo, o desemprego aberto de longa duração e todas as demais formas de subemprego e trabalho precário que hoje percorrem os países do mundo, com todas as consequências humanas que isso representa numa economia/sociedade que depende da fruição da renda monetária para se realizar, são a forma de manifestação mais visível do fracasso do modelo capitalista em sua tentativa de organizar, regular e fazer funcionar, em escala

48 Doutor em Economia, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, atualmente é Presidente da Afipea-Sindical, condição na qual escreve esse texto.

global e intertemporal, as diversas dimensões econômicas e sociais do cotidiano das pessoas.

Por sua vez, do ponto de vista político-institucional, vive-se neste século XXI uma crise sem precedentes nos sistemas democráticos representativos. A olhos vistos, parece que nunca foi tão grande a distância entre as necessidades e anseios dos diversos grupos populacionais e a (baixíssima) capacidade de representação política e de respostas institucionais adequadas dos governantes. Por outro lado, apesar das deficiências notórias dos sistemas representativos da atualidade, há fortes resistências dos poderes econômico, social e político constituídos a quaisquer tentativas de experimentação política, por meio de modelos alternativos de democracia participativa ou deliberativa, que impliquem maior protagonismo popular de grupos sociais historicamente excluídos. E isso, mesmo considerando o enorme potencial participativo presente nas novas tecnologias de comunicação e de produção e circulação de informações, as quais, na ausência quase completa de regulação pública em âmbito internacional, notoriamente em países periféricos como o Brasil, vem sendo apropriadas e usadas por pessoas, grupos e empresas para confundir, obscurecer e manipular realidades e situações, disseminando o caos comunicacional e reproduzindo heterogeneidades e dependências em escala ampliada.

Com o dito até aqui, já ficam claras a amplitude e a profundidade dos

problemas sociais, culturais e ambientais que decorrem do aparente colapso civilizatório em curso. É deste cenário desolador que se deve partir para o repensar acerca do peso e papel do Estado nacional (e da função pública) na contemporaneidade, sobretudo em suas interrelações com os mundos econômico, político, social, cultural e ambiental em franca deterioração nos dias que correm.

Para tanto, focando doravante apenas no caso brasileiro, a nossa proposta consiste em lançar mão de 3 ideias-forças, de cujo resgate teórico-histórico se poderia partir para avançar tanto na crítica aos formatos e conteúdos atualmente dominantes na esfera estatal, como – indo além – avançar também na reafirmação ou proposição de novos princípios, diretrizes, estratégias e táticas de ação (coletiva, contínua e cumulativa) que nos permitam conduzir a situação para um patamar qualitativamente superior de entendimento, organização e funcionamento do Estado nacional para as novas gerações de brasileiros e brasileiras, ainda no século XXI.

As 3 ideias-forças para a tarefa aqui proposta são as seguintes:

i) o **desenvolvimento nacional como carro-chefe da ação do Estado**, ou seja, o Estado não existe para si próprio, mas como um veículo para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, fortalecer as dimensões do planejamento estratégico público, da gestão participativa e do controle social – estratégias

essas de organização e funcionamento do Estado – é fundamental para que possamos dar um salto de qualidade ainda no século XXI no Brasil.

ii) a necessidade de uma **reforma do Estado de natureza republicana**, que traga mais transparência aos processos decisórios, no trato da coisa pública de modo geral, redirecionando a esfera pública e a ação governamental para as necessidades vitais e universais da população.

iii) por fim, mas não menos importante, a **revalorização da política e da democracia**: não há como fazer uma mudança dessa envergadura sem a participação bem informada da maioria da população. A democracia não é apenas um valor em si, mas também um método de governo, por meio do qual as vontades da maioria da população se manifestam, eleitoral e periodicamente. Mas também de modo mais intenso e cotidiano por meio de formas e mecanismos mais ou menos institucionalizados de interconexão Estado – Sociedade. Ou seja, para além da democracia representativa em crise, há elementos de uma democracia participativa – e mesmo deliberativa – que pressionam por mais e melhores espaços de existência e funcionamento.

A proposta acima sugerida reafirma o fato de que para debater tais desafios e lutar por um Estado moderno e serviços públicos de qualidade no Brasil, é preciso ter claro que em todas as experiências internacionais exitosas

de desenvolvimento, é possível constatar o papel fundamental do ente estatal como produtor direto, indutor e regulador das atividades econômicas para que essas cumpram, além dos seus objetivos microeconômicos precípuos, objetivos macroeconômicos de inovação e inclusão produtiva e de elevação e homogeneização social das condições de vida da população residente em território nacional.

Em síntese, se é verdade que o desenvolvimento brasileiro no século XXI deve ser capaz de promover, de forma republicana e democrática: i) *governabilidade e governança institucional*; ii) *sobrerania, defesa externa, segurança interna e integração territorial*; iii) *infraestrutura econômica, social e urbana*; iv) *produção, inovação e proteção ambiental*; v) *promoção e proteção social, direitos humanos e oportunidades adequadas à toda população residente*, então o desenho organizacional do Estado brasileiro deve possuir tantas *áreas de atuação programáticas e carreiras públicas* (estratégicas-finais e transversais-estruturantes dos macroprocessos administrativos das políticas públicas) quanto as necessárias para enfrentar os grandes desafios da contemporaneidade – vide quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Grandes Áreas Programáticas de Atuação Estatal e as suas Macrotensões Estruturais.⁴⁹

Grandes Áreas Finalísticas de Atuação Estatal	Tensão Estrutural Dominante	Significado Geral
Promoção e Proteção Social, Direitos e Oportunidades	Universalização X Privatização	<p>- Desde a CF-1988, setores rentáveis das políticas sociais (notadamente: previdência, saúde, educação, cultura, esportes, trabalho e segurança pública) convivem com constrangimentos tecnopolíticos à universalização de fato de seus principais programas, e paulatinamente se observa o crescimento normativo, regulatório e ideológico na provisão dessas políticas sob a égide privada.</p> <p>- Por sua vez, as chamadas políticas sociais de nova geração (direitos humanos e de cidadania para públicos e situações específicas), depois de uma fase de institucionalização promissora até 2014, encontram-se material e ideologicamente inibidas.</p>
Infraestrutura Econômica, Social e Urbana	Universalização X Acumulação	<p>- Desde 2003, sobretudo, esforços governamentais no sentido da ampliação da cobertura e do acesso da população relativamente aos bens e serviços típicos da modernidade (tais como energia, modais de transporte, mobilidade urbana, telecomunicações, acesso digital, saneamento básico e moradia digna), tem convivido com: (i) dilemas do perfil de atuação estatal (se meramente regulador ou também produtor direto; se meramente incentivador ou também promotor direto de inovações), e (ii) com exigências cada vez mais elevadas dos entes empresariais privados em termos de rentabilidade mínima e sustentabilidade financeira e intertemporal dos empreendimentos dessa natureza.</p>
Inovação, Produção e Proteção Ambiental	Institucionalização X Compensação	<p>- Desde a CF-1988, primeiro pelo choque externo provocado pela abertura comercial e financeira desde o Gov. Collor, depois, pelo choque interno causado pela engenharia financeira de estabilização monetária desde o Gov. FHC, e finalmente, pelo acirramento da concorrência externa decorrente da globalização comercial (efeito China) e financeira (bolhas especulativas indexadas em dólar) ao longo dos Govs. Lula e Dilma, o fato é que os setores nacionais de produção (sobretudo industrial), de inovação (de processos e produtos ao longo das cadeias produtivas) e de proteção e mitigação ambiental, tem-se ressentido de políticas públicas mais robustas para o enfrentamento dos imensos problemas e desafios a elas colocados.</p> <p>- Há um vetor tímido, lento e pouco estruturado de institucionalização de políticas públicas nos campos da produção de bens e serviços, da inovação de processos produtivos e de produtos finais, e da proteção e mitigação ambiental. Predominam medidas apenas de natureza compensatória, de efeitos limitados, tanto setorial como temporalmente, incapazes de alterar para melhor a estrutura e a dinâmica produtiva em espaço nacional, ou mesmo de neutralizar os efeitos nefastos que emanam da estrutura e dinâmica capitalista dominante em curso.</p>
Soberania, Defesa, Segurança e Território	Institucionalização X Descontinuidades	<p>- Depois de muitos anos relegadas a níveis secundários de importância, houve – mormente entre 2003 e 2013 – tentativas de melhor institucionalização das áreas e políticas públicas de soberania, defesa e território. Foram tentativas governamentais no sentido de: (i) reorientar a diplomacia brasileira rumo a uma postura ativa e alta no cenário internacional; (ii) reequipar as forças armadas e atualizar a estratégia e a política nacional de defesa; e (iii) reinstaurar instituições, fluxo de recursos, capacidades estatais e governativas, sob o manto de uma nova política nacional de desenvolvimento regional no Brasil.</p>
		<p>- Não obstante o processo de institucionalização iniciado, a complexidade em si desses temas e áreas de políticas, aliada à baixa primazia que historicamente tiveram e continuaram a ter na conformação das agendas prioritárias dos governos recentes, fazem com que descontinuidades de várias ordens (de diretrizes estratégicas a alocação orçamentária) sejam a regra mais que a exceção nos três casos.</p>

Fonte: Cardoso Jr., 2020. Elaboração do autor.

49 Nota Metodológica: Para o estudo das transformações ocorridas na Administração Pública Federal, organizamos os programas temáticos do PPA 2012-2015 em 4 grandes áreas de políticas públicas, que podem ser desdobradas em 10 áreas programáticas da atuação estatal recente; ou em até 65 programas temáticos do PPA 2012-2015. Ou seja: i) 4 grandes áreas de políticas públicas: Políticas Sociais;

Deste modo, consideramos institucionalmente necessárias ao desenvolvimento nacional e ao bom funcionamento da máquina pública, todas as *atividades estratégicas finalísticas* que permitam a implementação das políticas públicas indicadas na Constituição Federal de 1988, bem como todas as *atividades transversais estruturantes* dos macroprocessos administrativos correlatos ao funcionamento constitucional adequado dos Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário). Desde logo, ambos os conjuntos de atividades devem estar em plena sintonia com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, contidos no seu Art. 3º, e que nunca é demais lembrar:

“Art. 3º Constituem Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento nacional;

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Com isso em mente, caminha-se para uma definição mais ampla e bem fundamentada acerca das tais áreas de atuação programáticas e carreiras públicas, que condizem com a *natureza inescapavelmente pública* (vale dizer: universal, integral e gratuita) da ação estatal, a única que realmente justifica tecnicamente e legitima politicamente sua razão de ser e de agir. Ainda mais em contexto de dominância do modo de produção, acumulação e exclusão capitalista, que é, sabidamente, incapaz de promover, sem a presença e atuação de um Estado republicano e democrático de direito, tal qual o sugerido pela CF-1988, os objetivos fundamentais acima enunciados.

Para sintetizar essas ideias iniciais sobre o tema, remeto o leitor para uma primeira tentativa de explicitação das *áreas programáticas de atuação estatal*, que se constitui no critério fundamental para derivação das carreiras estratégicas-finalísticas e daquelas transversais-estruturantes, ambas conectadas à ideia de *Estado necessário ao desenvolvimento nacional* sustentável dos pontos de vista ambiental, produtivo e humano.

Políticas de Soberania, Território e Defesa; Políticas de Infraestrutura e Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental); ii) 10 áreas programáticas: Seguridade Social Ampliada; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Esportes e Cultura; Soberania e Território; Política Econômica e Gestão Pública; Planejamento Urbano, Habitação, Saneamento e Usos do Solo; Energia e Comunicações e Mobilidade Urbana e Transporte; iii) 65 programas temáticos do PPA 2012-2015. Evidentemente, os programas temáticos redesenhados nos PPA subsequentes podem ser facilmente reagrupados a partir das 4 grandes áreas programáticas de políticas públicas explicitadas no quadro 3 acima. Neste quadro, ficou de fora apenas a grande área programática relacionada à geração de *governabilidade política e governança institucional*, a qual concentra quase todas as carreiras estruturantes transversais da administração pública.

Quadro 2: Áreas Programáticas de Atuação Estatal: finalísticas e transversais.



Fonte: Elaboração do autor.

Esta estrutura de áreas programáticas e funções públicas é apenas um exemplo inicial de como organizar e melhor visualizar o escopo de atuação estatal, através do que se mostra estar em curso uma mudança de composição interna positiva da força de trabalho a serviço do Estado e da sociedade desde a CF-1988, num sentido tal que, desde então, os servidores públicos são recrutados por concursos concorridos e critérios rigorosos de seleção, são mais escolarizados que a média nacional e atuam proporcionalmente mais em áreas

as finalísticas de prestação de serviços diretos à população. Com isso, o desempenho institucional do setor público, em termos de eficiência, eficácia e efetividade da ação pública, vem se mostrando crescente ao longo do tempo e superior ao que supõem os discursos em voga. Mesmo assim, aperfeiçoamentos incrementais no sentido da profissionalização crescente da burocracia e das formas de organização e funcionamento da administração pública são sempre necessários e bem-vindos.⁵⁰

50 De toda sorte, tal qual já evidenciado em outros trabalhos, a máquina pública brasileira, mesmo considerada em seus três níveis federativos e três poderes, está muito longe de poder ser considerada inchada em termos do quantitativo de pessoal ativo ocupado. Apesar disso, é possível e necessário um processo bem fundamentado, gradativo e negociado, de racionalização da estrutura organizacional, das funções e carreiras públicas que a acompanham, tanto melhor se conduzido e informado por um

Em síntese, as evidências disponíveis demonstram a relevância das organizações e carreiras públicas para qualquer projeto de desenvolvimento que ainda se almeje ao Brasil neste século XXI. Desmontar tais capacidades em nome de um fundamentalismo liberal vai, ao mesmo tempo, destruir o potencial transformador que a sociedade brasileira construiu por meio do Estado ao longo de mais de cem anos de República, como comprometer as chances de emancipação e desenvolvimento social de sua população – sobretudo a mais vulnerável – justamente num contexto econômico (nacional e internacional) marcado por enorme complexificação e exclusão, frente às quais soluções aparentemente rápidas e fáceis se mostram, de saída, fadadas ao fracasso.

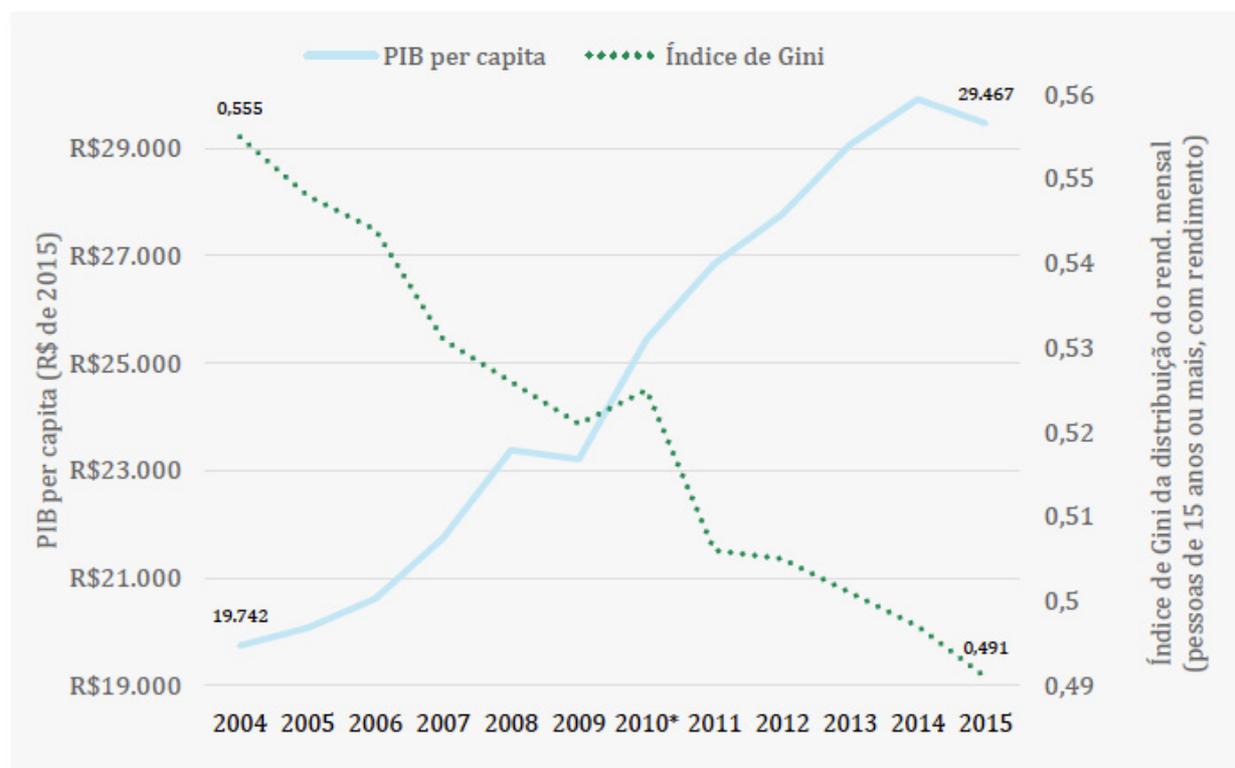
Diante disso, é importante lembrar que o arranjo institucional de políticas públicas que vigorou no Brasil no período entre 2004 e 2014 revela ao menos duas coisas importantes sobre a relação entre Estado e desenvolvimento na contemporaneidade, quais sejam:

- a complexificação do desenvolvimento exige uma atuação programática do Estado em âmbitos da economia, da sociedade e do meio-ambiente que vão muito além do simples manejo da política macroeconômica; e

- a despeito disso, o arranjo vigente nesse período mostra ser capaz ao Estado organizar a sua atuação de modo minimamente planejado e coordenado, com intencionalidade e direcionalidade estratégica, de forma que a implementação conjunta e simultânea de diversas políticas públicas, consistentes e persistentes no tempo e no espaço nacional, ademais informadas por um projeto de crescimento econômico, foram capazes de produzir, como resultado agregado, uma combinação virtuosa entre *crescimento da renda per capita* e *decréscimo do índice de Gini*, que mede a desigualdade de renda no interior do mundo do trabalho – vide gráfico 1.

projeto de desenvolvimento integral da civilização brasileira. Da mesma forma, a massa salarial que lhe corresponde, embora apresente grande heterogeneidade interna e algumas poucas (em termos percentuais) situações discrepantes em termos remuneratórios frente ao setor privado, está longe de representar um gasto global explosivo, ou parecer estar fora de controle. Os problemas do funcionalismo público, nesse caso, são a exceção, e não a regra, em qualquer dos níveis da federação e qualquer dos poderes da república que se queira investigar. A respeito dessas questões, ver os livros *Mitos Liberais acerca do Estado Brasileiro e Bases para um Serviço Público de Qualidade* (Afipea-Sindical, 2019); *Rumo ao Estado Necessário: críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido* (Fonacate, 2021); *Reforma Administrativa Bolsonaro/Guedes: autoritarismo, fiscalismo e privatismo* (Afipea-Sindical, 2021).

Gráfico 1: Combinação Virtuosa entre crescimento do PIB per capita e redução do índice de Gini. Brasil: 2004 e 2015.



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Anuais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e *Censo Demográfico. Elaboração própria.

Note-se que esse resultado – desejável em qualquer projeto de desenvolvimento nacional, mas historicamente raro e difícil de ser obtido por obra apenas das forças de mercado – fez-se possível, no caso brasileiro recente, em função de uma combinação politicamente deliberada de fatores, dentre os quais vale destacar:

- programas de estímulo e indução do crescimento econômico, por meio da reativação do crédito pessoal para consumo e do crédito empresarial produtivo em dimensões e condições adequadas, recuperação do investimento público por meio dos fundos e

bancos públicos, bem como das empresas estatais estratégicas etc.; e

- programas ativos de estruturação e fortalecimento do mercado consumidor doméstico, associados a programas de expansão e fortalecimento do gasto social relacionado à educação pública e ao tripé da seguridade social, vale dizer: saúde pública (SUS), previdência pública (INSS) e assistência social (BPC, segurança alimentar e transferências diretas de renda monetária à população mais pobre e vulnerável por meio do programa bolsa-família).

Tudo isso, é bom que se diga, com crescimento modesto da ocupação e do gasto com pessoal no setor público nacional. A rota de profissionalização das políticas públicas e dos seus servidores explica, juntamente com o aumento dos dispêndios globais (orçamentários e extraorçamentários) na implementação finalística das políticas prioritárias, o significativo aumento de cobertura social e de acesso da população e empresas ao rol de bens e serviços públicos pelo país. Explica, igualmente, os ganhos de produtividade, eficiência, eficácia e efetividade a eles relacionados.

Adicionalmente, é possível constatar uma ampliação significativa da cobertura social havida entre 2004 e 2014 no país, viabilizada por meio das políticas e programas de assistência e previdência social, trabalho e renda, saúde e educação, desenvolvimento urbano e agrário. Em todos esses casos, para além das concessões de bens e serviços finalísticos de natureza social, há que se levar em conta as respectivas redes de infraestrutura física necessárias ao atendimento dos diversos segmentos populacionais contemplados em cada caso. São equipamentos públicos que, embora diferentes e específicos em cada caso, guardam em comum o fato de precisarem estar fisicamente perto das pessoas para as quais se destinam; algo que não é trivial num país como o Brasil. Já entre 2015 e 2020, nota-se certo arrefecimento geral dos números, em termos do seu ritmo de crescimento e magnitude global, resultado este diretamente relacionado à crise econômica

e política que vem se aprofundando no Brasil desde a primazia da austeridade fiscal sobre as agendas do desenvolvimento.

Mas claro está que para os resultados positivos no cômputo geral das políticas públicas implementadas no período sob escrutínio, houve forte incremento de tecnologias inovadoras (TIC's), aumento da arrecadação (sem criação de novos impostos e sem aumento de alíquotas dos impostos já existentes), aumento do orçamento e da sua respectiva execução físico-financeira, recursos humanos mais escolarizados e presentes mais em áreas finalísticas da ação estatal que em áreas intermediárias, ligados mais ao atendimento direto à população que a funções meramente administrativas, além de outras características que denotam, na verdade, um incremento no desempenho institucional agregado – isto é, aumento de eficiência e produtividade sistêmica – do setor público federal.

Significa que, em eficiência, faz-se hoje muito mais que no passado, seja por unidade de pessoal, de TIC's ou mesmo de orçamento *per capita*. Mas dito isso, todos reconhecem ser necessário e urgente novos e permanentes ganhos de eficiência da máquina pública, porém, de mais eficiência não se obtém, automaticamente, mais eficácia ou efetividade da ação governamental. Em outras palavras: significa que o problema do Estado brasileiro é menos de eficiência (problema típico de gestão pública = fazer mais com menos) e mais de eficácia (fazer a

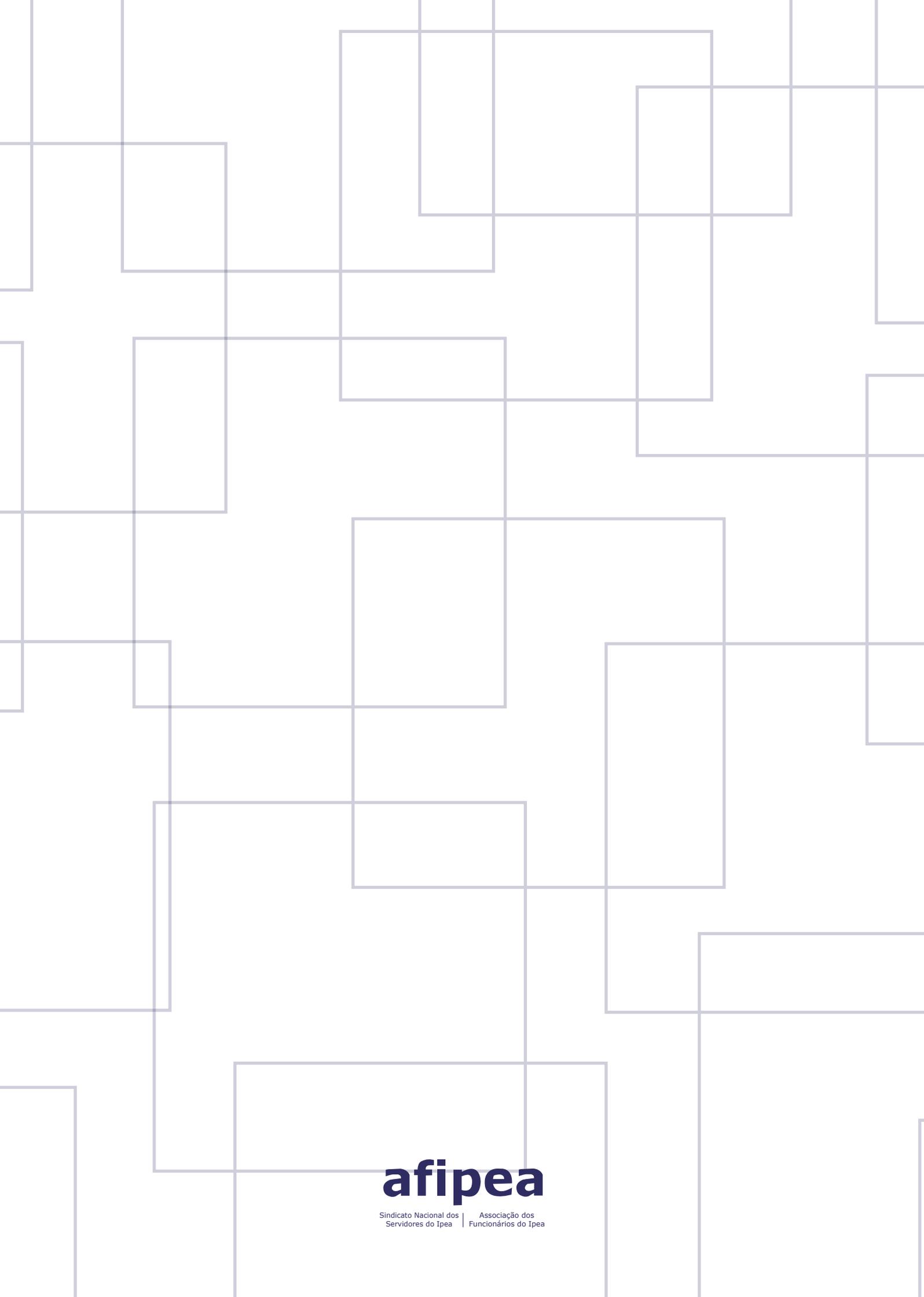
coisa certa) e efetividade (transformar a realidade, eliminando ou mitigando os grandes e históricos problemas nacionais). Ou seja, grande parte dos problemas do Estado brasileiro relaciona-se com a ausência ou precariedade do planejamento público (e não da gestão pura e simples)! Mas planejamento entendido aqui como processo tecnopolítico necessário e orientado para maior e melhor capacidade de governar.

Avançando, são também bastante expressivas as quantidades observadas em itens de acesso da população e das empresas a bens e serviços dependentes da expansão das redes de infraestrutura nos setores aí considerados. Essa expansão das redes de infraestrutura (modais de transportes e logística, energia e comunicações) contou com apoio estatal direto, mas também por meio da modernização de marcos regulatórios, parcerias, concessões e crédito público. Insuficientes para a resolução dos gargalos da área, os investimentos públicos em infraestrutura (indutores dos investimentos privados) ainda assim adquirem eloquência neste século quando observamos, sem ser exaustivo, que o número de bilhetes pagos em voos regulares nacionais, a movimentação de passageiros em aeroportos, a frota de veículos automotores, a movimentação de contêineres e cargas nos portos brasileiros, o número de unidades consumidoras de energia, o número de telefones móveis ativos e de assinantes de TV a cabo, apenas para ficar em algumas dimensões representativas da

modernidade, mais que duplicaram no intervalo entre 2004 e 2014.

Mas ainda aqui, no que diz respeito à utilização e expansão das redes de infraestrutura econômica (transportes, energia e comunicações), houve também um arrefecimento em termos da magnitude e ritmo de crescimento, entre 2015 e 2020, fenômeno diretamente derivado da quase paralização – e em alguns casos, até mesmo reversão – dos investimentos públicos, os quais, como se sabe, são grandes indutores dos investimentos privados, em função das expectativas positivas e efeitos multiplicadores que são capazes de deflagar em uma economia capitalista.

Enfim, sendo o Brasil, um país de dimensões continentais e com uma população estimada, em 2020, na casa dos 210 milhões de habitantes, trata-se, sem dúvida, de um enorme desafio político e econômico a provisão (quantitativa e qualitativamente) adequada desses bens e serviços à totalidade da população residente no país. Daí não só a necessidade, mas inclusive a urgência, de iniciativas governamentais que não se restrinjam à mera gestão (ainda que eficiente) das políticas e programas já existentes de infraestrutura econômica, social e urbana. Trata-se, na verdade, da necessidade e urgência de iniciativas mobilizadoras das capacidades estatais e instrumentos governamentais à disposição dos governos e a serviço do desenvolvimento nacional.



afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea